

PRIMEIRA PARTE  
Actos do Poder Legislativo

1911 a 1920

(Decretos ns. 2.366 a 4.234)

|                                            | PAG. |
|--------------------------------------------|------|
| I Indice alphabetico e remissivo . . . . . | 1    |
| II » chronologico . . . . .                | 100  |

SEGUNDA PARTE  
Actos do Poder Executivo

1911 a 1920

(Decretos ns. 8.495 a 14.599)

|                                            | PAG. |
|--------------------------------------------|------|
| I Indice alphabetico e remissivo . . . . . | 295  |
| II » chronologico . . . . .                | 539  |



BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

Este volume acha-se registado

ob número

do ano de 1946

Nas principaes livrarias do Rio de Janeiro e dos Estados

PEDIDOS AO AUTOR:

Ca<sup>a</sup> a postal 1807 — Endereço telegraphico **AFFONARIO**

**RIO DE JANEIRO**



## PRIMEIRA PARTE

### I

#### INDICÊ ALPHABETICO E REMISSIVO DOS ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1911 a 1920

---

### A

ABALROAÇÃO — Ver CONVENÇÕES.

ABASTECIMENTO — Ver RESTITUIÇÕES.

ABONO — Determina que seja arbitrado um provisorio á viuva e aos herdeiros dos officiaes do Exército e da Armada que tenham direito a meio soldo e montepio (decr. n. 2.484); determina que á viuva e aos herdeiros classificados no art. 33 do decreto n. 942 A, de 1890, seja abonado um provisorio mensal, correspondente a tres quartas partes do montepio civil constituido pelo contribuinte (decr. n. 2.487).

ABUSO — Ver MEDIDAS.

ACÇÃO — Providencia sobre proposta de regressiva contra a autoridade que deu causa á condemnação da União a pagamentos por lesões de direitos (decr. n. 2.945); providencia para que sejam enviados ao representante do ministerio publico todos os documentos relativos ao resgate, extrayio e apresentação de apolices, afim de que seja proposta rescisoria (decr. n. 3.059); determina providencias para a remessa de documentos e informações, afim de que seja proposta, contra os funcionarios em culpa, a regressiva que no caso couber (decr. n. 3.090); não impede que aos amnistiados possam as partes pedir, em civil, competente, a reparação do damno causado (decr. n. 3.102); determina providencias com o fim de ser proposta a rescisoria que no caso couber (decr. numero 3.196); determina a remessa de documentos para o fim de ser proposta a rescisoria que no caso couber (decr. numero 3.235).

ACCESSORIOS — Ver AERO-CLUB.

ACCIDENTES — Regula as obrigações resultantes dos no trabalho (decr. n. 3.724).

ACÓRDO — Publica a resolução do Congresso Nacional que approva o de 20 de outubro de 1916, firmado entre os Estados do Paraná e Santa Catharina, estabelecendo os seus limites (decr. n. 3.304) — Ver BENS — CASAS — ESTRADAS DE FERRO.

ACCRESO — Ver CREDITOS.

ACONTECIMENTOS — Ver AMNISTIA.

ACQUIÇÃO — Concede ao engenheiro Augusto Ramos, ou á empresa que organizar, o direito de contractar com funcionarios publicos a de immoveis (decr. n. 3.234); concede a pessoa, firma ou empresa idoneas, que o requererem, os mesmos favores concedidos ao engenheiro Augusto Ramos pelo decreto n. 3.234 (decr. n. 3.702) — Ver BIBLIOTHECA — LANCHAS.

AÇO — Ver PRODUÇÃO.

ACRE — Ver ADMINISTRAÇÃO.

ACTOS — Publica a resolução do Congresso Nacional que approva os praticados durante os sitios (decr. n. 2.858); approva os assignados na Conferencia para a Protecção da Propriedade Industrial, celebrado em 1911, em Washington (decr. n. 2.868) — Ver ANTIGUIDADE — CONTRACTOS — PROPRIEDADE — RESOLUÇÃO.

ADDITIONAL — Ver GRATIFICAÇÕES.

ADDIDOS — Ver CREDITOS.

ADANTAMENTO — Autoriza o de 10:000\$ a D. Virginia Fernandes Monteiro, viuva de um contador da Delegacia Fiscal em Minas (decr. n. 3.504).

ADHESÃO — Ver PROPRIEDADE.

ADIAMENTO — Ver ELEIÇÕES.

ADMINISTRAÇÃO — Autoriza a remodelar a da Mariinha (decr. n. 2.370); autoriza a reorganizar a do territorio do Acre (decr. n. 4.058).

ADMINISTRADORES — Ver EMPREGADOS — MESAS.

ADMISSÃO — Ver VETERINARIOS.

ADUBOS — Define o delicto de falsificação dos chimicos e regula o seu commercio (decr. n. 3.508).

AERO-CLUB — Considera livre de direitos os aeroplanos, hydroplanos e semelhantes, sobresalentes, accessorios, hangars e material de aviação, importados pelo Brasileiro (decr. numero 4.200) — Ver UTILIDADE.

AGENCIA — Eleva á categoria de especial a dos Correios de Pelotas (decr. n. 3.989).

AGUAS — Autoriza a mandar analysar as thermas das fontes de Caldas Velhas, Caldas Novas e Caldas de Pirapetinga, no Sul de Goyaz (decr. n. 2.761).

AJUDA DE CUSTO — Fixa a dos deputados e senadores na legislatura de 1912 a 1914 (decr. n. 2.563); fixa a dos deputados e senadores na legislatura de 1915 a 1917 (decr. numero 2.880); autoriza a pagar, por exercicios findos, ao conselheiro Gervasio Pires Ferreira e ao diplomata Cyro de Aze-

vedo (decr. n. 3.423); fixa a dos deputados e senadores na legislatura de 1918 a 1920 (decr. n. 3.478)—Ver CREDITOS.

AJUDANTES — Ver CONCURSOS — MACHINISTAS — ORDENADO — VENCIMENTOS.

AJUSTES — Ver NULLOS.

ALFANDEGAS — Autoriza a despendar 250:000\$ com a re-edificação da de Aracajú; 300:000\$ com a construção dos edificios destinados á de Victoria e á Delegacia Fiscal no Espirito Santo (decr. n. 4.233)—Ver CREDITOS — EMPREGADOS — GUARDAS — LABORATORIOS — LANCHAS — MERCADORIAS — OFFICIAES — ORDENADO — PERCENTAGENS — QUOTAS.

ALIENAÇÃO — Ver OBRAS.

ALISTAMENTO — Presereve o modo de ser feito o eleitoral (decr. n. 3.139); autoriza a rever a lei n. 1.860, de 1908, na parte concernente ao militar (decr. n. 3.427); approva o decreto do Poder Exeutivo n. 12.790, de 1918, na parte relativa ao militar (decr. n. 3.918); modifica a legislação sobre o eleitoral (decr. n. 4.226)—Ver ESCRIVÃES — SORTEIO.

ALMOXARIFE — Ver CARGOS.

ALTERAÇÕES — Ver DECRETOS — LEIS.

ALUGUEL — Ver CONTRACTOS — CREDITOS.

ALUNOS — Faculta aos da Escola Militar, que estudam os cursos de artilharia e engenharia, proseguir nelles, embora antes obtenham promoção (decr. n. 2.978); declara promovidos ao anno ou serie immediatamente superior todos os das escolas superiores ou faculdades officiaes, collegios Pedro II e militares e estabelecimentos de ensino equiparados ou fiscalizados (decr. n. 3.603)—Ver CERTIFICADO — CREDITOS — ESCOLAS MÉDIAS.

AMNISTIA — Concede aos implicados na revolta do Batalhão Naval e navios da esquadra, na Capital Federal, em dezembro, ó os civis e militares, envolvidos nos que se deram em Manaus, em outubro de 1910 (decr. n. 2.687); concede a todos os civis e militares implicados nas revoltas do terrorio do Acre e de Matto Grosso (decr. n. 2.740); concede a todos os civis e militares que se envolveram nos acontecimentos revolucionarios do Estado do Ceará (decr. n. 3.102); concede ás pessoas envolvidas em factos politicos e connexos, occorridos no Estado do Espirito Santo (decr. n. 3.163); extingue as ultimas restricções oppositas ás de 1895 e 1898 (decr. n. 3.178); concede a todos os individuos envolvidos nos successos de Manaus e Floriano Peixoto, no Amazonas, e na região do Contestado, no Paraná (decr. n. 3.492).

AMPARO — Ver PRODUÇÃO.

ANALYSES — Ver AGUAS — LABORATORIOS.

ANTIGUIDADE — Autoriza a mandar contar, desde 28 de junho de 1897, por actos de bravura, ao segundo tenente Marcos Evangelista da Costa, não percebendo vencimentos (decr. n. 2.743); autoriza a mandar contar a do segundo tenente de infantaria Tancredo Vieira da Cunha, de 25 de junho de 1897, por actos de bravura (decr. n. 3.959); autoriza a mandar contar ao segundo tenente de infantaria Lu-

ciano Pedreira de Almeida, de 18 de novembro de 1897, por actos de bravura (decr. n. 4.056); manda contar a do posto de segundo tenente do actual primeiro tenente Miguel Ney de Carvalho, de 29 de outubro de 1908, e rectificar as dos officiaes que se acharem em identicas condições (decr. numero 4.067) — Ver TEMPO.

APOLICES — Autoriza a adquirir 40 da divida publica de 1:000\$, que serão averbadas em nome de Antonio Barbosa dos Santos, thesoureiro da Caixa de Amortização (decr. n. 3.017); autoriza a permutar, por nominativas, 120 de 1:000\$, apresentadas por Luiz de Mendonça Santos (decr. n. 3.059) — Ver CREDITOS — EMISSÃO — JUROS — RESPONSABILIDADE.

APOSENTADORIA — Determina que a do Dr. João Pedreira do Couto Ferraz, como secretario do Supremo Tribunal Federal, participe das vantagens da actual tabella de vencimentos (decr. n. 2.387); autoriza a considerar de nenhum effeito a dada por decreto de 22 de maio de 1894 a Henrique Adeodato Dias Coelho (decr. n. 2.390); concede ao terceiro official da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Herculano de Mendonça Cunha, com um terço do ordenado (decr. n. 2.435); concede aos patrões, machinistas, foguistas, remadores dos arsenaes de marinha e de guerra e de outros estabelecimentos, professores de primeiras letras das escolas de aprendizes marinheiros e outros (decr. n. 2.530); autoriza a conceder, com todos os vencimentos, a Manoel José de Queiroz Ferreira, preparador da Escola Polytechnica (decr. n. 2.679); autoriza a de Alberto Lima da Fonseca, escrivão da 5ª Vara Criminal do Districto Federal, com todos os vencimentos (decr. n. 2.759); autoriza a do chefe das officinas de gravura da Casa da Moeda, Francisco José Pinto Carneiro (decr. n. 2.798); autoriza a conceder, com todos os vencimentos, ao director de secção da Directoria de Contabilidade do Ministerio da Justiça, Pelino Guedes de Carvalho (decr. n. 2.846); autoriza a de Bellarmino Carneiro no cargo de almoxarife da Inspectoria de Prophylaxia (decr. n. 3.409); concede, com os vencimentos do cargo extinto, aos funcionarios publicos de logares extintos, que exerçam em commissão (decr. n. 3.992) — Ver CREDITOS.

APOSENTADOS — Ver RELAÇÃO — TEMPO.

APPARELHOS — Ver AERO-CLUB — FORMICIDAS.

APPLICAÇÃO — Ver HONRAS — PERIODO.

APPROVAÇÃO — Ver CONFERENCIAS.

APRENDIZES — Ver CREDITOS — ESCOLAS.

APROVEITAMENTO — Ver INFERIORES.

« AQUIDABAN » — Ver BENEFICIOS.

ARBITRAMENTO — Ver CONVENÇÕES — TRATADOS.

ARMADA — Ver HONRAS — INFERIORES — PENSÕES — PORTOS — PROMOÇÕES — QUADROS — REFORMAS — REINTEGRAÇÃO — SERVIÇOS — TEMPO.

ARREMATACÃO — Ver PERCENTAGENS.

ARRENDAMENTO — Ver OBRAS.

ARRENDATARIO — Ver ESTRADAS DE FERRO.



ARSENAL DE MARINHA — Ver APOSENTADORIA — INDUSTRIA — LEIS — LICENÇAS.

ARTIGO — Ver ALTERAÇÕES — DECRETOS — LEIS.

ASPIRANTES — Ver REGALIAS.

ASSEMBLÉA — Reconhece legitima a Legislativa do Estado do Rio, cujas sessões preparatorias foram presididas pelo Dr. Joaquim Mariano Alves Costa (decr. n. 2.422).

ASSISTENCIA — Ver CONVENÇÕES.

ASSOCIAÇÃO — Ver CASAS — TERRAS — TERRENOS — UTILIDADE.

AUDITOR — Determina que o da Brigada Policial concorrerá com os da Marinha e da Guerra ás vagas que se derem no Supremo Tribunal Militar (decr. n. 3.493) — Ver VENCIMENTOS.

AUGMENTO — Ver VENCIMENTOS — VERBAS.

AUTORIZAÇÕES — Ver CREDITOS — INTERVENÇÃO — INUNDAÇÃO — LICENÇAS — OPERAÇÕES — SOLDOS — TRANSFERENCIAS — USUFRUCTO.

AUXILIO — Ver CREDITOS — INUNDAÇÃO.

AVIAÇÃO — Divide em duas categorias todo o pessoal da militar e naval (decr. n. 4.206) — Ver AERO-CLUB.

AVIADOR — Ver TRATAMENTO.

## B

BABASSÚ — Ver MACHINAS.

BANCOS — Ver CARTEIRA — FISCALIZAÇÃO.

BARBEIRO — Ver CARGOS.

BASES — Ver DIPLOMAS.

BATALHÃO NAVAL — Ver ACONTECIMENTOS.

BENEFICIAMENTO — Ver CARVÃO — MACHINAS.

BENEFICIARIOS — Ver RELAÇÃO.

BENEFICIOS — Autoriza a concessão aos herdeiros dos officiaes da Armada e dos civis que pereceram nos naufragios do *Aquidaban* e do *Guarany* e nas revoltas de 23 de novembro e de 10 de dezembro de 1910 (decr. n. 3.505).

BENS — Autoriza a entrar em accôrdo com o Estado de Goyaz para vender os do espolio do Dr. João Gomes Machado Corumbá (decr. n. 3.643); determina que os das congregações extinctas continuem sob o poder o administração da Santa Casa de Misericórdia do Recife (decr. n. 3.760) — Ver LEILÕES — SEQUESTRO.

BIBLIOTHECA — Autoriza a Mesa da Camara a adquirir a quo pertenceu ao ex-deputado Dr. Pedro Gonçalves Moacyr (decr. n. 3.891) — Ver UTILIDADE.

BORRACHA — Ver MEDIDAS — PRODUÇÃO — REPRESENTAÇÃO.

BRAVURA — Ver ANTIGUIDADE.

BRIGADA — Autoriza a reorganização da Policial (decr. numero 3.994) — Ver CREDITOS.

## C

CABELLEIREIRO — Ver CARGOS.

CABO — Ver PROMOÇÕES.

CACÃO — Ver PENHOR.

CADEIRA — Ver DISPONIBILIDADE — INSTITUTOS.

CADERNETAS — Ver CASAS — SORTEIO.

CABS — Autoriza a explorar pelo Ministerio da Viação o trecho do do porto do Recife, já construido e aparelhado (decr. n. 3.401) — Ver PORTOS.

CAIXA — Dispõe sobre o funcionamento da Beneficente da Guarda Civil (decr. n. 4.003) — Ver CASAS.

CAIXA DE AVISOS — Ver VERBAS.

CAIXA DE CONVERSÃO — Ver NOTAS.

CAIXA ECONOMICA — Ver DEPOSITOS.

CAIXEIROS — Ver DESPACHANTES.

CAMARA — Ver ELEIÇÕES — FORMIGIDAS — VAGAS.

CAMBIO — Ver FISCALIZAÇÃO — LETRAS.

CAMPANHIA — Ver SERVIÇOS.

CANDIDATOS — Ver ALUMNOS — CARGOS — ESCOLAS.

CARGOS — Extingue o de almoxarife da Inspectoria de Prophylaxia (decr. n. 3.409); crea o de barbeiro e cabelleiro, no Hospital Central da Marinha (decr. n. 3.656); os de officiaes e porteiro do Supremo Tribunal Militar serão providos mediante concurso (decr. n. 3.668); o Governo facilitará ás praças que o desejarem os recursos necessarios afim de se submetterem a concurso para os publicos federaes, estaduais e municipaes (decr. n. 3.669); dispõe sobre o provimento nos de substituto do Collegio Pedro II, de candidatos classificados em segundo logar, em concurso (decr. n. 3.727) — Ver APOSENTADORIA — DISTINCTIVO — QUADROS — RELAÇÃO.

CARNES — Ver ESTABELECIMENTOS.

CARREIRA — Ver COMPANHIAS — EMISSÃO — POLICIA.

CARTEIRA — Institue, no Banco do Brasil, uma de emissão e redesconto (decr. n. 4.182) — Ver ESCRIVÃES — GABINETE.

CARVÃO — Autoriza a fazer as despesas necessarias ao beneficiamento do nacional (decr. n. 3.347) — Ver PRODUÇÃO.

**CASAMENTOS** — Declara comprehendidos na disposição do art. 75 do decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1891, os celebrados por autoridade não legalmente investida no cargo (decr. n. 2.425).

**CASAS** — Concede favores ás associações que se propuzerem a construir para habitação de proletarios (decr. n. 2.407); releva á viuva e aos herdeiros do fallecido funcionario da Administração dos Correios de Minas Geraes, João Guilherme de Mello, o restante da divida contrahida para a construcção de, em Bello Horizonte (decr. n. 3.790 A); autoriza a construir para operarios e proletarios, e dá outras providencias (decr. n. 4.209) — Ver **ACQUISICÃO** — **FISCALIZAÇÃO** — **IMMOVEIS** — **REGULAMENTOS**.

**CASTANHA** — Ver **PENHOR**.

**CASTIGO** — Ver **PENAS**.

**CATEGORIA** — Ver **AGENCIA** — **AVIAÇÃO** — **REPRESENTAÇÃO**.

**CAUÇÃO** — Ver **LETRAS**.

**CAUCHIO** — Ver **MEDIDAS**.

**CAUTELA** — Ver **RESPONSABILIDADE**.

**CENSO** — Ver **RECENCEAMENTO**.

**CENTENARIO** — Autoriza a promover a commemoração do da Independencia politica do Brasil (decr. n. 4.175).

**CERTIFICADO** — Concede, de engenheiro militar, aos alumnos que concluirem o curso de engenharia de accordo com o regulamento de 2 de outubro de 1905 (decr. n. 2.712); concede, de engenheiro geographo, aos alumnos que concluirem os cursos da Escola do Estado-Maior do Exercito e da Escola Naval (decr. n. 2.835).

**Cessão** — Ver **TERRAS**.

**CHIEFS** — Ver **EMPREGADOS** — **REINTEGRAÇÃO**.

**CHIEFS DE SECÇÃO** — Ver **APOSENTADORIA** — **VENCIMENTOS**.

**CHEQUES** — Regula a emissão e circulação (decr. numero. 2.591).

**CIDADANIA** — Ver **HONRAS**.

**CIRCULAÇÃO** — Ver **CHEQUES**.

**CIVIS** — Ver **ACONTECIMENTOS** — **BENEFICIOS** — **MOVIMENTO**.

**CLASSES** — Extingue a dos despachantes geraes e caixeiros despachantes e constitue uma unica dos despachantes (decr. n. 4.057).

**CLASSIFICAÇÃO** — Ver **CONCURSOS**.

**CLUB** — Ver **UTILIDADE**.

**COCO** — Ver **MACHINAS**.

**COCAINA** — Ver **MEDIDAS**.



**CODIGOS** — Autoriza a mandar rever os projectos de reforma dos Commercial e Penal e a pagar ao Dr. Clovis Bevilacqua a quantia de 100:000\$, como premio pelo projecto do Civil (decr. n. 2.379); modifica os arts. 266, 277 e 278 do Penal (decr. n. 2.992); dispõe na publicação do Civil sobre a redacção do texto do art. 1.730 (decr. n. 3.029); promulga o Civil (decr. n. 3.071); autoriza a mandar confeccionar todos os trabalhos referentes ao Civil, e publical-os numa edição de 1.000 exemplares (lei n. 3.093); eleva a 3.000 exemplares a edição autorizada pela lei n. 3.095, de 1916 (decr. n. 3.223); faz diversas correções no Civil e manda publicar uma edição de 5.000 exemplares (decr. numero 3.725).

**COLLEGIO D. PEDRO III** — Ver CARGOS.

**COLLEGIO MILITAR** — Ver CREDITOS.

**COLLECTOR** — Ver CREDITOS — LICITAÇÃO.

**COLONIAS** — Ver REGULAMENTOS.

**COMMISSÃO DE LIMITES** — Ver APOSENTADORIA — CREDITOS.

**COMMANDANTE** — Ver EMPREGADOS.

**COMMERCCIO** — Ver ADUBOS.

**COMMISSÃO** — Declara como se deverá compor a de promoções dos officiaes do Exercito (decr. n. 2.534).

**COMMISSÃO DE LIMITES** — Ver APOSENTADORIA — CREDITOS.

**COMMISSARIOS** — Ver VENCIMENTOS.

**COMMUNICAÇÃO** — Ver CENTENARIO.

**COMPANHIAS** — Determina que a carreira e os estaleiros, a que se referem o art. 162, § 2º, da lei n. 3.454, de 1918, podem ser construidos no ponto estabelecido ou em qualquer outro escolhido pela Nacional de Navegação Costeira (decr. n. 3.706) — Ver CREDITOS — CONTRACTOS — EMISSÃO.

**COMPETENCIA** — Ver SERVIÇOS.

**COMPROMISSOS** — Autoriza a liquidar os em papel e em ouro anteriores a 1915 (decr. n. 2.986) — Ver OPERAÇÕES.

**COMPULSORIA** — Ver POSTOS — REFORMAS.

**CONCESSÃO** — Ver APOSENTADORIA — BENEFICIOS — LICENÇAS — OPERAÇÕES — PENSÕES — SOLDOS — USUFRUCTO.

**CONCURSOS** — Dispensa os funcionarios de fazenda de 1ª e 2ª entrancias da prova de idade para a inscripção no de guarda-mór e ajudante de guarda-mór (decr. n. 2.551); autoriza a nomear segundos tenentes intendentes os dois sargentos classificados no ultimo (decr. n. 3.589) — Ver CARGOS — ESCOLAS VETERINARIAS.

**CONDEMNACÃO** — Ver SENTENÇAS.

**CONFERENCIAS** — Approva as resoluções e convenções assignadas pelos delegados á Quarta Internacional Americana em julho e agosto de 1910, em Buenos-Ayres (decr. n. 2.881); autoriza a auxiliar com 50:000\$ a segunda da Sociedade Sul-

Americana de Hygiene, Microbiologia e Pathologia e o Primeiro Congresso de Dermatologia e Syphiligraphia (decr. n. 3.547).

CONFLAGRAÇÃO — Ver CREDITOS.

CONGREGAÇÕES — Ver BENS — MÉDIAS.

CONGRESSOS — Autoriza a auxiliar com 50:000\$ a segunda conferencia da Sociedade Sul-Americana de Hygiene, Microbiologia e Pathologia e o Primeiro de Dermatologia e Syphiligraphia (decr. n. 3.547) — Ver CREDITOS — ESTADO — INELEGIBILIDADE — REGULAMENTOS — SESSÕES.

CONSELHO MUNICIPAL — Ver ELEIÇÕES — SUBSIDIOS.

CONSIGNAÇÃO — Ver AQUISIÇÃO — CREDITOS — VERBAS.

CONSOLIDAÇÃO — Ver LEIS.

CONSTRUÇÃO — Ver ADEANTAMENTO — CASAS — ESTABELECIMENTOS — ESTRADAS DE FERRO — LINHAS — OBRAS — VERBAS.

CONTAGEM — Ver ANTIGUIDADE — TEMPO.

CONTINUOS — Ver VENCIMENTOS.

CONTRACTANTES — Ver ESTRADAS DE FERRO.

CONTRACTOS — Autoriza a mandar rever todos os celebrados desde 1900 (decr. n. 2.857); determina as providencias que devem ser adoptadas pelo Tribunal de Contas nos casos de registro sob protesto dos firmados pelo Governo (decreto n. 2.891); approva o celebrado entre o Governo e a Companhia Nacional de Navegação Costeira, para um serviço regular de navegação (decr. n. 2.939); permite o registro nas repartições publicas dos escriptos á machina ou impressos (decr. n. 3.510); autoriza a permittir á "Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul" a transferencia dos seus, relativos á barra e porto do Rio Grande, ao governo do Estado (decr. n. 3.543); autoriza o de uma missão militar na França, para instrução do Exercito (decr. n. 3.741); autoriza a realizar, de accôrdo com as exigencias do serviço publico, em relação a alugueis de casa (decr. n. 3.771); approva o acto de 18 de junho de 1919, que mandou executar os celebrados com Luiz de Macedo & Comp. e outros, para fornecimentos ao Ministerio da Guerra (decr. n. 3.905); approva o acto de 18 de junho de 1919, referente á execução do celebrado pelo Ministerio da Guerra com Azevedo Alves, Rodrigues & Comp. e outros (decr. n. 3.906); approva o acto que mandou executar o celebrado pela Intendencia da Guerra com Ferreira Passarello & Comp. (decr. n. 3.907); approva o acto que mandou executar o celebrado pela directoria do Collegio Militar, com Luiz Macedo e outros, para fornecimento de diversos artigos (decr. n. 3.908); approva o acto que mandou executar o celebrado com Luiz Macedo e outros para fornecimento de varios artigos (decr. n. 3.909); approva o acto que mandou executar o celebrado pelo Conselho de Compras do Material do Exercito, com J. L. Costa & Comp. e outros (decr. n. 3.910); approva o acto que mandou executar o celebrado pela Intendencia da Guerra com José Ignacio

Cochlo & Comp. e outro, para fornecimento de varios artigos (decr. n. 3.911); sanciona a resolução do Congresso Nacional, que approva o acto de 16 de julho de 1919, que mandou executar o celebrado com João Ketzer Frelío e D. Maria Candida da Cruz Paiva (decr. n. 4.086); sanciona a resolução do Congresso Nacional que approva o acto que mandou executar os celebrados com Davidson Pullen & Comp., João Vazca e "Handley Page, Limited" (decr. n. 4.087); sanciona a resolução legislativa que approva o celebrado em 1912 com a Companhia Cessionaria das Docas do Porto da Bahia (decr. n. 4.116).

CONTRIBUIÇÃO — VER PRESCRIÇÃO.

CONTROVERSIA — VER TRATADOS.

CONVENÇÕES — Approva as de arbitramento assignadas com a Grecia em 1910 e com o Paraguay e a Italia em 1911 (decr. n. 2.581); approva a complementar do tratado de limites de 6 de outubro de 1898, entre o Brasil e a Republica Argentina (decr. n. 2.609); approva os textos das sobre abalroação e assistencia maritima, assignadas em Bruxellas, em 1910 (decr. n. 2.799); approva a entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignada a 7 de maio de 1913, que modifica a fronteira estabelecida pelo tratado de 15 de maio de 1852, e accôrdo de 22 de abril de 1853 (decr. n. 2.812); approva as celebradas em Montevideo, na Conferencia de Defesa Agricola (decr. n. 2.859); approva a radio-telegraphica, celebrada e concluida em Londres, entre varias potencias, a 5 de julho de 1912 (decr. n. 2.860); approva a de arbitramento entre o Brasil e a Suecia, assignada em Stockolmo, em 14 de dezembro de 1909 (decr. n. 2.961); approva a de arbitramento entre o Brasil e a Dinamarca, assignada em Copenhague a 27 de novembro de 1911 (decr. n. 2.962); approva a litteraria, scientifica e artistica entre o Brasil e a França, assignada no Rio de Janeiro a 15 de dezembro de 1913 (decr. n. 2.966); approva a para a permuta de encomendas postaes, sem valor declarado, entre o Brasil e a Republica Argentina, concluida e assignada em 31 de outubro de 1914 (decr. n. 3.136); approva a assignada no Rio de Janeiro em 22 de junho de 1916, entre o Brasil e o Chile, para permuta de encomendas postaes sem valor declarado (decr. n. 3.426); approva a para melhor caracterização da fronteira entre o Brasil e o Uruguay, assignada em 27 de dezembro de 1916 (decr. n. 3.442); approva a de arbitragem geral obrigatoria entre o Brasil e o Uruguay, assignada no Rio de Janeiro a 27 de dezembro de 1916 (decr. n. 3.447); approva a de arbitragem geral obrigatoria entre o Brasil e o Perú, assignada no Rio de Janeiro em 11 de julho de 1918 (decr. n. 3.619); publica a resolução do Congresso Nacional que approva a celebrada entre os Estados do Pará e Matto Grosso para definição dos seus limites (decr. n. 3.679); approva a internacional para unificação do direito relativo á letra de cambio e á nota promissoria (decr. n. 3.756); approva a sanitaria internacional, celebrada entre as Republicas Argentina, dos Estados Unidos do Brasil, do Paraguay e Oriental do Uruguay (decr. n. 4.170).

CONVENIOS — Approva o celebrado em Bello Horizonte a 18 de dezembro de 1911, entre os governos de Minas Geraes e do Espirito Santo, para a questão de limites (decr. n. 2.699); approva o especial, assignado em 15 de maio de 1913, entre o Brasil e a Republica do Uruguay, que estabelece o trafego mutuo internacional das linhas ferreas entre Sant'Anna do Livramento e Rivera (decr. n. 2.838) — Ver EMISSÃO.

CONVOCAÇÃO — Ver SESSÕES.

CORPO — Institue o de officiaes da reserva da 1ª linha (decr. n. 3.352).

CORPO DA ARMADA — Ver PROMOÇÕES.

CORPO DE BOMBEIROS — Autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 600:000\$ para aquisição de material, construcção de novas estações e contracto de um mecanico electricista (decr. n. 2.795) — Ver CREDITOS — HONRAS.

CORPO DE ENGENHEIROS — Ver REGALIAS.

CORPO DE INVESTIGAÇÃO — Ver SERVIÇOS.

CORRECÇÕES — Ver CODIGOS — LEIS.

CORREIOS — Ver AGENCIA — CREDITOS — QUADRO — VENCIMENTOS — VERBAS.

CÔRTE DE APPELLAÇÃO — Ver LICENÇAS.

COURAÇADOS — Ver CREDITOS.

CREAÇÃO — Ver ESCOLAS — MUSEU — SERVIÇOS.

CREDITOS — Autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 25:000\$ para pagamento á Companhia Lithographica Hartmann & Reichembach (decr. n. 2.412); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao bacharel Frederico Castello Branco Clark (decr. n. 2.413); autoriza a abrir o necessario para pagar ao Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva Junior e outros os juros de móra a que foi condemnada a Fazenda Federal (decr. n. 2.429); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2.363:336\$058 para conclusão das obras do quartel de cavallaria da Força Policial (decr. n. 2.430); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o necessario para pagamento de differença de vencimentos ao chefe de secção Rubem Tavares, addido ao mesmo Ministerio (decr. n. 2.434); abre ao Ministerio da Viação o especial de 245:622\$818, ouro, para pagamento de garantia de juros á Companhia Estrada de Ferro de Goyaz (decr. n. 2.438); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 1:235\$483 para pagamento de vencimentos do escrevente de 1ª classe do extincto Arsenal de Guerra de Pernambuco, Gonçalo Attico Lima (decr. n. 2.441); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 5:613\$916 e supplementar de 6:605\$496 á verba 15ª do art. 2º da lei n. 2.221, de 31 de dezembro de 1909, para pagamento de vencimentos ao capitão Fernando Alves de Souza Alão (decr. n. 2.444); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 12:600\$, ouro, para despesas com a manutenção do estrangeiro dos alumnos da Escola de Minas de Ouro Preto, Domingos Fleury da Rocha, Alceu Soares de Lellis Ferreira e Nicodemus Felisberto de Macedo (decr. n. 2.445); autoriza



a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 80:000\$, complementar á verba 6ª do art. 85 da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 2.456); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:541\$935 para pagamento de augmento de vencimentos do escrevente da Procuradoria da Republica, no Districto Federal (decr. n. 2.464); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça varios, na importancia de 422:889\$940, para pagamento a officiaes da Força Policial e do Corpo de Bombeiros (decreto n. 2.469); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:258\$949 para pagar a Delfim da Camara, professor de desenho da Escola Polytechnica, a differença de acrescimo de vencimentos (decr. n. 2.475); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 6:842\$400, complementar á verba 6ª — Secretaria do Senado, — rubrica "Pessoal" (decreto n. 2.477); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 1.450:000\$, complementar á verba 13ª — Imprensa Nacional e *Diario Official*, — do exercicio de 1911 (decr. numero 2.479); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 1:116\$120 para pagamento de differença de gratificações de funcção a dous capitães e seis primeiros tenentes do quadro de dentistas do Corpo de Saude do Exercito (decreto n. 2.480); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 3:877\$145, ouro, e 1.935:078\$987, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 2.488); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 2:474\$998 para pagamento de vencimentos de tres funcionarios do Arsenal de Guerra desta capital (decr. n. 2.491); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 60:000\$, complementar á verba 24ª — Ajudas de custo, — do corrente exercicio (decr. n. 2.492); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 3:327\$200 para pagamento a Madeira & Comp., em virtude de sentença judiciaria (decr. n. 2.493); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 232:205\$217 para pagamento de salarios e serviços de alfaiate e costureiras dos arsenaes de guerra desta capital e do Rio Grande do Sul (decr. numero 2.499); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 34:421\$266, complementar á verba 35ª do art. 2º da lei numero 2.356, de 1910 (decr. n. 2.500); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 14:235\$ para pagamento da tripulação da lancha *Dr. Velloz* (decr. n. 2.501); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 32:240\$, complementar á verba 34ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 2.502); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 8:400\$, ouro, para despesas com premios de viagem (decr. n. 2.507); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 21:000\$, ouro, para despesas com premios de viagem (decr. n. 2.508); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 34:216\$268 para pagamento de differença de vencimentos ao chefe de secção da Alfandega do Rio de Janeiro, bacharel Francisco Pires de Carvalho Aragão (decr. n. 2.510); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 89:179\$228, extraordinario, para despesas com a distribuição de agua ao Hospicio Nacional de Alienados (decr. n. 2.512); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 1:134\$600 para indemnizar o Cofre de Orphãos de igual quantia paga indevidamente (decr. numero 2.514); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 1:526\$ par restituir imposto sobre subsidios e vencimentos



de mais pagos pelo bacharel João Kopke, em 1899 (decr. numero 2.516); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 45:067\$680, supplementar á verba 8ª do art. 2º da lei numero 2.356, de 1910 (decr. n. 2.518); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2.670:030\$263 para supprir deficiencia da renda dos impostos de transmissão de propriedade e de industrias e profissões, no exercicio de 1911. e o supplementar de 727:555\$029, destinado a diversas consignações da verba 15ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 1910, e revigora para 1912 os orçamentarios, supplementares e especiaes consignados na lei n. 2.356, que autoriza a arrecadar os impostos, taxas e mais contribuições constantes da lei n. 2.321, de 1910 (decr. n. 2.523 A); autoriza a abrir o necessario para restituir ao juiz de direito aposentado, Dr. José Joaquim Baeta Neves, a quantia de 1:571\$147 de imposto sobre vencimentos (decr. n. 2.525); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 133:453\$259 para pagamento de divida de exercicios findos (decr. n. 2.527); autoriza a abrir os necessarios para cumprimento desta lei (decr. n. 2.528); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra os de 1.012:523\$028, supplementar á verba 10ª, e réis 1.743:123\$450, supplementar á verba 14ª do art. 21 da lei n. 2.536, de 1910 (decr. n. 2.535); autoriza a abrir do Ministerio da Fazenda o extraordinario de 994:803\$423 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 2.538); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 650:000\$, supplementar á verba 27ª do art. 14 da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 2.544); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1.675:134\$338 para pagamento dos juros de depositos da Caixa Economica e Monte do Soccorro desta capital no segundo semestre de 1910 (decr. n. 2.545); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de réis 15:298\$387 para pagamento a D. Emma Dias da Cruz (decreto n. 2.546); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 5:600\$, destinado ao pagamento de diarias ao coronel Clodoaldo da Fonseca (decr. n. 2.547); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 200:000\$, ouro, supplementar á verba 32ª do art. 81 da lei n. 2.356, de 1910 (decr. numero 2.556); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 427:140\$909, ouro, supplementar á verba 1ª do art. 81 da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 2.557); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 3:608\$932, supplementar á verba 29ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 2.558); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 90:000\$, supplementar á verba 37ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 2.560); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 32:000\$, supplementar á verba 20ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 2.562); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o de 5:090\$, supplementar á verba 1ª, consignação "Material", do art. 31 da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 2.566); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição especiaes, até á somma de 2.256:546\$480, para tornar effectivas as desapropriações das terras e aguas das bacias dos rios Xerém, Mantiqueira, S. Pedro, Grande, Camorim e Covanca (decr. n. 2.575); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:109\$332 para pagamento do vencimentos e gratificação ao bacharel Carlos Maximiliano Pimenta de Laet (decr. n. 2.580); autoriza a abrir ao Minis-

terio da Agricultura o especial de 4:200\$, ouro, para occorrer ás despesas com o premio de viagem ao alumno da Escola de Minas de Ouro Preto, Paulo da Rocha Lagoa (decr. n. 2.584); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 41:136\$849, correspondente a £ 2.573-14-7, para pagamento á "City Improvements Company, Limited" (decr. n. 2.585); autoriza a abrir varios para pagamento de vencimentos a juizes do Supremo Tribunal Militar, auditores e auxiliares de auditores, e dá outras providencias (decr. n. 2.586); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o de 72:228\$987 para occorrer ao pagamento de fornecimentos ao Jardim Botanico em 1911 (decr. n. 2.589); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 284\$740 para pagamento a Seraphim Joaquim da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 2.592); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 81:924\$546 para occorrer ás despesas com as modificações indispensaveis á installação sanitaria do Hospicio Nacional de Alienados (decr. n. 2.605); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 24:847\$200, supplementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 2.544, de 4 de janeiro ultimo, para despesas da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 2.606); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o 100:000\$, supplementar á verba 6ª — Aposentadorias (decr. n. 2.608); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 2:367\$870 para pagamento a D. Ernestina de Souza Carrasosa (decr. n. 2.610); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o supplementar necessario ás verbas 5ª e 7ª do art. 2º do orçamento vigente da lei n. 2.563, de 1912 (decr. n. 2.611); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 40:000\$ para aquisição de uma embarcação para condução de enfermos (decr. n. 2.616); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 3:262\$777 para pagamento de vencimentos ao porteiro da Sub-Administração dos Correios de Diamantina, Juscelino Joaquim de Menezes (decr. numero 2.620); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 19:304\$610 para indemnização a Roberto Pereira Reis, encarregado da abertura de poços no Estado do Rio Grande do Norte (decr. n. 2.621); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 24:534\$898 para pagamento ao Dr. Eduardo Freire de Carvalho Filho, em virtude de sentença (decr. n. 2.627); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 533\$300 para pagamento a Antonio Alves do Valle, em virtude de sentença (decr. n. 2.629); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 3.000:000\$, supplementar á verba 13ª do art. 18 da lei n. 2.514, de 1912 (decr. n. 2.633); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o necessario, até 114:960\$, para ultimar a desapropriação dos predios ns. 7, 9, 81, 83 e 85 da rua General Caldwell e outros declarados de utilidade publica (decr. n. 2.634); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o supplementar de 6.989:701\$, ouro, para pagamento das prestações de navios e material encomendados na Europa (decr. n. 2.636); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 223:283\$213, ouro, equivalente a £ 25.416-4-5, para pagamento de fornecimentos feitos na Europa, em 1910, ao couraçado *Minas Geraes* e aos cruzadores *Bahia* e *Barroso* (decr. n. 2.637); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 4:982\$145 para pagamento ao capitão João Nepomuceno da Costa de venci-

mentos que deixou de receber (decr. n. 2.640); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 90:505\$200 para pagamento dos nove concertos de que carece a cabrea *Marechal de Ferro* (decr. n. 2.641); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda, o de 400:000\$, complementar á verba 6ª — Aposentados, — do exercicio de 1912 (decr. n. 2.642); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 4:195\$362 para pagamento ao Dr. Joaquim de Carvalho Bettamio, em virtude de sentença (decr. n. 2.643); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 7:300\$789 para pagamento ao Dr. Augusto Magalhães de Barros e Vasconcellos, em virtude de sentença (decr. n. 2.644); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 8:940\$, complementar á verba 6ª do art. 2º da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912, para as despesas com a Secretaria do Senado (decr. n. 2.645); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 10:800\$ para pagamento aos funcionarios addidos da Repartição de Aguas e Obras Publicas (decr. n. 2.648); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 70:000\$ para attender ás despesas com a recepção das commissões astronomicas estrangeiras que vieram ao Brasil observar o eclipse solar, a 10 de outubro de 1912 (decr. n. 2.650); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 342\$010 para pagamento a Domingos Tamanqueira, em virtude de sentença (decr. numero 2.652); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:625\$155 para pagamento ao tenente Manoel Lourenço dos Santos, em virtude de sentença (decr. numero 2.653); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:359\$719, para pagamento devido a Wanderley, Bais & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 2.654); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 444\$442 para pagamento do ordenado ao tenente-coronel Simão de Souza Rego e Carvalho (decr. n. 2.656); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 859:733\$333, complementar á verba 1ª do orçamento vigente (decr. n. 2.658); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 923\$800 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, sendo 600\$100 a José Antonio da Cunha e 323\$700 a Francisco Alves Rollo (decr. n. 2.659); autoriza a abrir o de 8:000\$ para aquisição do retrato a oleo do Dr. Joaquim Duarte Murtinho, executado pelo pintor João Thimotheo da Costa (decr. n. 2.661); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 260:000\$ para attender á conservação e custodio de linhas telegraphicas e telephonicas no Rio Grande do Sul (decr. n. 2.662); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 5:393\$548 para pagamento de vencimentos ao lente em disponibilidade da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. João Pedro da Veiga Filho (decr. n. 2.665); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao Dr. Carlos Leoni Werneck (decr. n. 2.666); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 4.111:569\$372 para occorrer ao pagamento de despesas com a execução da lei n. 2.290, de 1910 (decr. n. 2.670 A); autoriza a abrir o necessario, até á quantia de 269:232\$262, para pagamento de fornecimentos á Força Policial do Districto Federal (decr. n. 2.671); autoriza a abrir ao Minis-



terio da Fazenda o extraordinario de 6:260\$490 para attender ao pagamento de vencimentos a Verano Alonso Gomes de Almeida (decr. n. 2.674); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 200:000\$, complementar á verba 15ª do art. 93 da lei de orçamento para 1912 (decr. n. 2.675); autoriza a a abrir o necessario, até á importancia de 246:247\$669 para pagar a Haupt & Comp., de fornecimentos á Força Policial do Distrito Federal (decr. n. 2.678); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 91:219\$443 para restituição ao engenheiro Austrielliano Honorio de Carvalho (decreto n. 2.682); autoriza a abrir o necessario para o pagamento de 200 guardas para a regressão do contrabando nas fronteiras do Rio Grande do Sul (decr. n. 2.683); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 7:200\$ para pagamento a Arthur Martins Lopes, em virtude de sentença (decr. n. 2.684); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 27:394\$555 para pagamento de differença de vencimentos a Philadelpho de Souza Castro (decreto n. 2.685); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o complementar de 2:000\$ para pagamento de ajudas de custo aos deputados José da Cunha Rebello e José Maria Moreira Guimarães (decr. n. 2.690); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 40:000\$ para aquisição de uma lancha a vapor, destinada ao serviço da Inspectoria do Porto de Santos (decr. n. 2.691); autoriza a abrir o de réis 500:000\$, complementar á verba 6ª — Aposentadorias (decreto n. 2.694); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o de 300:000\$, complementar á 1ª consignação da verba 3ª do art. 14 da lei n. 2.544, de 1912, para attender á despesas com a recepção de hospedes illustres (decr. n. 2.696); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o complementar de 22:846\$790 e extraordinario de 18:519\$600 para pagamento de differença de soldo á officiaes reformados da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros e para o soldo de praças aggregadas (decr. n. 2.698); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o complementar de 133:686\$668 para pagamento de funcionarios da Inspectoria Federal das Estradas e supprir insufficiencia de verbas (decr. n. 2.702); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 308:912\$, complementar á verba 22ª do art. 93 da lei de orçamento para 1912 (decr. numero 2.706); autoriza a abrir o de 1.401:157\$922, complementar á verba 19ª, rubrica "Material", do art. 71 da lei numero 2.544, de 1912 (decr. n. 2.708); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 164:671\$378, complementar á verba 5ª do art. 18 da lei n. 2.544, de 1912 (decr. n. 2.709); autoriza a abrir o necessario para execução da lei n. 2.711, de 1912 (decr. n. 2.711); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o extraordinario de 12:319\$858 para pagamento a Alvaro Alves de Souza, em virtude de sentença (decr. numero 2.713); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 359:055\$900 e de 3:868\$, supplementares ás verbas 19ª e 18ª da lei n. 2.544, de 1912 (decr. n. 2.714); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 80:000\$, complementar á verba 24ª do art. 93 da lei n. 2.544, de 1912 (decr. n. 2.715); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 704:662\$200 afim de attender á despesas com o pagamento de operarios dos arsenaes de Marinha, relativamente aos domingos e feriados (decr. n. 2.718 C); autoriza a abrir ao Ministerio da



Justiça o suplementar de 743:988\$102 para attender á insufficiencia de diversas verbas e a applicar o saldo do de 32:000\$, aberto de accordo com o n. 3 do art. 32 da lei numero 2.356, de 1910 (decr. n. 2.718 D); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os especiaes de 1.182:829\$140, papel, e 177\$777, ouro, para occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 2.721); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 229\$998 para pagamento a Umbelina Augusta de Barros Pimentel (decr. numero 2.722); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:217\$930 para pagamento a Antonio José Ferreira e Antonio Manoel Gomes (decr. n. 2.723); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de réis 49:600\$415 para pagamento aos Drs. Carlos Balbino Dias, a Manoel Lourenço Dias (decr. n. 2.725); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 4:662\$776 para pagamento a Verano Gomes Alonso de Almeida (decr. numero 2.726); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 329\$320 para pagamento a Francisco José Ferreira de Araujo, em virtude de sentença (decr. n. 2.727); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:883\$360 para pagamento a D. Margarida de Azevedo Maia e aos Srs. Adolpho Costa da Cunha Lima, Francisco Dias Cardoso Junior e Matheus Augusto de Oliveira (decr. numero 2.728); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 7:659\$500 para pagamento a Francisco de Sá Brilo, em virtude de sentença (decr. n. 2.729); autoriza a abrir os necessarios, até á importancia de 312:183\$298, para pagamento de fornecimentos á Força Policial e de obras em quartéis (decr. n. 2.730); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 21:527\$631 para pagamento das gratificações addicionaes ao pessoal docente do Instituto Benjamin Constant (decr. n. 2.733); autoriza a abrir os necessarios, até á importancia de 231:497\$525, para pagamento a João Müller e ao engenheiro Heitor de Mello de fornecimentos á Força Policial e de obras em quartéis (decr. n. 2.734); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 13:200\$, suplementar á verba 9ª da lei organentaria para 1912, para pagamento de diarias ao pessoal tecnico da Repartição de Aguas e Obras Publicas (decr. n. 2.735); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 17:317\$740 para pagamento á Companhia Brasileira de Electricidade (decr. numero 2.736); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o suplementar de 5.405:121\$094, ouro, e 904:850\$413, papel, á verba 5ª do art. 33 da lei n. 2.544, de 1912 (decr. n. 2.737); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de £ 74.000-0-0, ou 657:860\$, ouro, suplementar á verba 30ª — Comissões no estrangeiro —, para occorrer a despesas em 1912 (decreto n. 2.748); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 80:000\$ para a construcção de um edificio para os Correios e Telegraphos na capital de Goyaz (decr. numero 2.759); autoriza a abrir o de 127:660\$, suplementar á verba 2ª — Correios (decr. n. 2.751); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o suplementar de 3:693\$999 para attender ao pagamento do aluguel do predio em que passou a funcionar a Inspectoria Geral de Navegação (decr. numero 2.752); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 2.400:000\$, suplementar á verba 13ª — Imprensa Nacional

c *Diario Official*, — do exercicio de 1912 (decr. n. 2.763); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 23:200\$, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1912 (decr. n. 2.764); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os de 442:009\$147, ouro, e 385:242\$, ouro, para occorrer á despesas com a emissão e resgate de bilhetes do Thesouro, em Londres, em 1910, e até 164:000\$ para cumprimento do disposto no art. 96 da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 2.768); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 52:125\$322, supplementar á verba 3ª — Telegraphos, — para pagamento de vencimentos do pessoal da Comissão de Linhas Telegraphicas de Matto Grosso ao Amazonas (decr. n. 2.769); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de réis 1.372:175\$818, ouro, para pagamento de garantias de juros ás companhias de Estrada de Ferro Norte do Brasil e S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 2.770); autoriza a abrir o especial de 60:000\$ para attender ás despesas com a comissão nomeada para estudar o projecto de remodelação dos esgotos da Capital Federal (decr. n. 2.771); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 31:303\$541, afim de indemnizar o engenheiro chefe da comissão de estudos da Estrada de Ferro do Piquete a Itajubá (decr. n. 2.776); autoriza a abrir o de 4:200\$ para pagamento de premio de viagem ao alumno do curso de engenharia civil Feliciano Mendes de Moraes Filho (decr. n. 2.786); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 659:200\$ para legalizar a despesa com o pagamento de juros de apolices, em 1910 (decr. numero 2.787); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 1:104\$475 para pagamento de despesa com o distinctivo do cargo de presidente da Republica (decr. n. 2.788); autoriza a abrir os necessaries ao pagamento das contas de fornecimentos á Força Policial (decr. n. 2.789); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 19:500\$305 para pagamento ao general Braz Abrautes, em virtude de sentença (decr. n. 2.790); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2:816\$733 para pagamento de funcionarios da extincta Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema (decr. n. 2.791); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 41:000\$, afim de dar cumprimento ao disposto no art. 5º do decreto n. 1.662, de 1907 (decr. n. 2.792); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de réis 1.230:000\$ para attender á requisições de material fluctuante destinado ao serviço sanitario (decr. n. 2.793); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 2:000\$ para pagamento ás viúvas de dous operários da Fabrica de Polvora sem Tumaça (decr. n. 2.794); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 600:000\$ para aquisição de material para o Corpo de Bombeiros, construcção de novas estações, etc. (decr. n. 2.795); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 833:000\$ para pagamento de despesas com a execução do decreto n. 10.095, de 1913 (decr. n. 2.796); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 94:480\$473, supplementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 2.738, de 1913 (decr. n. 2.801); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1.017:431\$783 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 2.802); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:000\$ para pagamento ao guarda da Alfandega de S. Fran-

cisco, Domingos Fernandes Corrêa (decr. n. 2.803); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 17:340\$ para indemnizar o espolio de Miguel Ignacio de Oliveira, em virtude de sentença (decr. n. 2.804); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 39:147\$080 para pagamento da lancha destinada ao serviço da Inspectoria de Saude dos Portos, no Estado da Bahia (decr. n. 2.806); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o extraordinario de 120:000\$ para pagamento da construção da estrada de rodagem no Rio Grande do Sul, ligando a Escola Pratica de Agricultura de Porto Alegre ao Posto Zootechnico de Viamão (decr. n. 2.811); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 1.656:077\$513, supplementar á verba 25ª — Reconstrução do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. numero 2.811); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 7:200\$, supplementar á verba 6ª — Thesouro Federal, — para pagamento da differença de vencimentos dos solicitadores da Procuradoria da Republica (decr. n. 2.815); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 400:000\$, supplementar á verba 5ª — Inactivos, pensionistas e beneficiarios dos montepios (decr. n. 2.816); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o supplementar de 200:000\$, ouro, á verba 10ª — Ajudas de custo (decr. n. 2.817); autoriza a abrir o extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao bacharel Pelagio Alvares Lobo (decreto n. 2.819); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 2:460\$ para pagamento ao Dr. Dionysio Bentes, inspector do Estabelecimento de Alienados do Estado do Pará (decr. n. 2.820); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 60:000\$ para os trabalhos preliminares com os estudos da Estrada de Ferro de Piquete a Itajubá (decreto n. 2.821); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 8:949\$654 para pagamento ao primeiro escripturario da Alfandega desta Capital Joaquim Augusto Freire (decr. n. 2.822); autoriza a abrir o de 43:920\$ para pagamento de diarias dos medicos legistas da Policia do Districto Federal (decr. n. 2.823); autoriza a abrir ao Ministerio do Interior o especial de 5:800\$ para indemnização das despesas com os funeraes do ex-director da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Alfredo de Brito (decr. n. 2.825); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 350:000\$ para aquisição da bibliotheca e os objectos de arte que pertenceram ao barão do Rio Branco e 150:000\$ para pagamento das despesas com os seus funeraes (decreto n. 2.827); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 91:035\$289 para pagamento de differenças de vencimentos ao capitão da Brigada Policial, Arlindo Pinto de Almeida, em virtude de sentença (decr. n. 2.829); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 5:439\$112 para pagamento de gratificação addicional ao pessoal docente do Instituto Benjamin Constant (decr. n. 2.830); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de réis 203:135\$820 para despesas com a conclusão do edificio dos Correios e Telegraphos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (decr. n. 2.832); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o de 650:000\$, supplementar á verba 4ª — Comissão de limites (decr. n. 2.834); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:687\$422 para indemnizar



o Cofre de Orphãos de igual quantia recolhida á Collectoria de Arroyo Grande, Rio Grande do Sul, em nome de Carlos, Nicoláo, Rosa e Boaventura Balby, em 9 de setembro de 1901 (decr. n. 2.837); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 17:000\$, complementar á verba 8ª — Secretaria da Câmara dos Deputados, — "Material", para despesas com a impressão dos documentos parlamentares" (decr. n. 2.839); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 640:000\$ para execução do contracto celebrado com a Companhia Nacional de Navegação Costeira (decr. n. 2.840); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 2.701:710\$740, ouro (decr. n. 2.849); autoriza a abrir, ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 906\$597 para pagamento de differença de quotas a Verano Alonso Gomes de Almeida, em virtude de sentença (decr. n. 2.857); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o suplementar de 666:538\$080 (decr. n. 2.877); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 500:000\$ para despesas com a conclusão das obras do edificio destinado a Correios e Telegraphos em Nietheroy (decr. n. 2.879); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1.827:235\$292, papel, e 177\$777, ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 2.882); autoriza a abrir pelo Ministerio da Justiça o especial de 168:442\$792 para despesas com o Hospital Nacional e colonias de Alienados (decr. numero 2.886); autoriza a abrir pelo Ministerio da Justiça o especial de 854:818\$171 para pagamento de excesso de despesa em diversas repartições (decr. n. 2.888); autoriza a abrir o especial de 1.443:548\$ á verba 12ª do Ministerio da Fazenda (decr. n. 2.892); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 40:758\$500 para pagamento a Pedro Rodrigues de Carvalho, em virtude de sentença (decreto n. 2.893); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 172:500\$ para pagamento de custas devidas a Antonio Gomes, em virtude de sentença (decr. n. 2.899); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 355\$100 para pagamento de custas devidas ao Dr. João Vieira de Araujo, em virtude de sentença (decr. n. 2.900); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 126:793\$296 para mudança e adaptação da Câmara dos Deputados e o de 139:726\$560, complementar á verba 8ª — Secretaria da Câmara dos Deputados (decr. n. 2.901); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 68:446\$760 para pagamento das despesas com os concertos da canhoneira *Missões* (decr. n. 2.904); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 13:412\$905 para pagamento ao pessoal, dispensado, do Lazareto de Tamandaré (decr. n. 2.905); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 62:000\$, suplementar á consignação para officiaes e praças que se reformarem, da verba 15ª do art. 2º da lei n. 2.842, de 1914, e o extraordinario de 2:000\$ para pagamento de ajudas de custo aos deputados Victor Silveira e Celso Bayma (decr. numero 2.906); autoriza a abrir pelo Ministerio da Fazenda o especial de 1:093\$312 para pagamento a Julio Victor Ross, em virtude de sentença (decr. n. 2.907); autoriza a abrir o especial de 443:796\$020 para as obras do Hospital Central do Exercito (decr. n. 2.909); autoriza a abrir ao Ministerio



da Justiça o suplementar de 135:000\$ á verba 15ª (decreto n. 2.910); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 51.680:000\$ para satisfazer compromissos de estradas de ferro e de diversas comissões extintas da Inspectoria Federal das Estradas (decr. n. 2.911); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha os supplementares de 957:578\$182, 2.720:758\$712, 1.164:306\$729, 1.836:985\$028 e 138:473\$199 á diversas rubricas do art. 20 da lei n. 2.842, de 1914 (decr. n. 2.913); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 33:350\$633 para pagamento de funcionarios dispensados em 1914 (decr. n. 2.914); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o de 75:748\$385, suplementar á verba 2ª do art. 47 da lei n. 2.842, de 1914 (decr. n. 2.915); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 77:922\$350 para pagamento devido a Antonio Dias da Silva (decr. n. 2.916); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 128:800\$ para pagamento a varios docentes do Collegio Militar do Rio de Janeiro e de 268:000\$, suplementar á verba 4ª, do art. 20 da lei numero 2.842, de 1914 (decr. n. 2.917); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:330\$295 para restituição devida a D. Antonia Viriato de Medeiros (decr. n. 2.920); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 5:919\$900, para pagamento a Seraphim Gonçalves Nogueira, em virtude de sentença (decr. n. 2.921); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 27:228\$546 para pagamento á "Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited", em virtude de sentença (decr. n. 2.922); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 698:577\$180, suplementar á verba 12ª do art. 79 da lei n. 2.842, de 1914 (decr. n. 2.923); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 3.162:709\$ para as despesas resultantes da elevação do numero de praças do Exército, em 1914 (decr. numero 2.927); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 2.502:470\$225, suplementar á verba — Soldo e gratificações de officiaes (decr. n. 2.928); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 10:028\$715 para pagamento da differença de proventos a que tem direito Alfredo Candido Moreira, segundo tenente reformado (decr. n. 2.929); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 6.500:000\$ para pagamento á "Fried. Krupp A. G. Deutsch. Waffen und Munitions-fabriken" e "Dansk Rekybriffeld. Syndikat" e outros (decr. n. 2.930); approva o decreto n. 11.148, de 1914, relativo á abertura ao Ministerio da Guerra do extraordinario de 1.500:000\$ (decr. n. 2.931); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o de 8:323\$400 para pagamento do pessoal do almoxarifado da villa proletaria Marechal Hermes (decr. n. 2.934); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 785:977\$633, suplementar á verba 15ª do artigo 2º da lei n. 2.842, de 1914 (decr. n. 2.935); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 28:444\$997 para pagamento a officiaes da Brigada Policial, aggregados, por molestia, em 1913, e o especial de 1:000\$ para pagamento de ajuda de custo, em 1912, ao deputado Ramiro Ferreira de Saturnino Braga (decr. n. 2.936); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 22:206\$662, suplementar á sub-consignação do n. 15, officiaes aggregados do art. 2º da

lei n. 2.842, de 1914 (decr. n. 2.937); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 999\$996 para pagamento de gratificação ao Dr. José Joaquim de Azevedo Brandão, tenente-coronel graduado do Corpo de Bombeiros (decr. numero 2.938); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 86:515\$280 para indemnização ao Dr. Aristoteles Ambrosino Gomes Calaca e D. Thereza Barbosa de Oliveira Santos (decr. n. 2.940); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 900:000\$, complementar á sub-consignação da verba 2ª do art. 64 da lei n. 2.842, de 1914 (decr. n. 2.941); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de réis 13:985\$025 para pagamento de subvenções á Empresa Fluvial Piauhyense (decr. n. 2.942); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 24:007\$437 para pagamento a Pedro Rodrigues Barroso, em virtude de sentença (decr. numero 2.945); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 1.000:000\$ para attender ás despesas resultantes da neutralidade do Brasil na guerra européa (decreto n. 2.948); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 1.500:000\$, complementar á verba 13ª, n. 27, do art. 20 da lei n. 2.842, de 1914 (decr. n. 2.949); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 98:000\$, complementar á verba 13ª, n. 18, do art. 20 da lei n. 2.842, de 1914 (decreto n. 2.950); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 186:864\$283, ouro, e 3.666:534\$454, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 2.951); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 502:219\$765 para pagamento aos herdeiros do almirante Elisiario José Barbosa e outros (decr. n. 2.952); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 26:268\$114 para pagamento ao Dr. Luiz Alves Pereira, em virtude de sentença (decr. n. 2.953); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 28:725\$024 para pagamento da differença do vencimentos aos ajudantes do porteiro do Thesouro e do Ministerio da Fazenda e a Manoel Emilio da Silva (decr. numero 2.954); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 97:299\$459 para restituição de impostos indevidamente cobrados a Luiz Hermann & Comp. e outros (decr. n. 2.955); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 206\$805 para pagamento a Antonio Teixeira Netto, em virtude de sentença (decr. n. 2.956); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 232:612\$173 para solução de compromissos da Brigada Policial e restituição de depositos (decr. n. 2.958); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 276:738\$296, ouro, para pagamento de juros á Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 2.960); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação os de 260:174\$310, papel, e 532:778\$956, 10:752\$845 e 5:803\$406, ouro, supplementares á verba 9ª do art. 64 da lei n. 2.842, de 1914 (decr. n. 2.965); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 233:860\$247 para attender aos compromissos assumidos com a liquidação da Superintendencia da Defesa da Borracha (decr. n. 2.968); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 76:896\$ para pagamento das despesas realizadas com o levantamento dos cadastros nacionaes em Minas e S. Paulo (decr. n. 2.969); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 258:000\$, complementar á

verba 9ª do art. 2º da lei n. 2.924, de 1915, para pagamento de ajudas de custo aos membros do Congresso Nacional (decreto n. 2.970); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 52:600\$, complementar á verba — Alfandegas (decr. numero 2.973); autoriza a abrir extraordinarios, até á importancia de 5.000:000\$, para obras na zona do nordeste assolada pela secca (decr. n. 2.974); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 9:378\$666 para pagamento de gratificações addicionaes a funcionarios das secretarias do Senado e da Camara dos Deputados (decr. n. 2.975); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o complementar de 144:428\$917 á rubrica 7ª — Corpo da Arma e classes annexas (decr. n. 2.976); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o complementar de 848:700\$, sendo 178:800\$ á verba 5ª e 669:900\$ á verba 7ª do art. 2º da lei n. 2.924, de 1915 (decreto n. 2.977); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 97:000\$ para attender á deficiencia da consignação "Districto Radiotelegraphico do Amazonas" (decr. numero 2.979); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 47:300\$137 para pagamento a D. Margarida da Camara Duarte Pereira e outros, em virtude de sentença (decreto n. 2.980); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os de 23:800\$, especial, e de 24:000\$, complementar, á verba — Empregados de repartições e logares extinctos (decr. numero 2.982); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 180\$050 para pagamento a Antonio Gomes, em virtude de sentença (decr. n. 2.983); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 42:742\$397 para pagamento a funcionarios addidos (decr. n. 2.984); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 13:985\$025 para pagamento de subvenções á Empresa Fluvial Piauihyense, em 1912 (decr. n. 2.985); autoriza a realizar operações (decreto n. 2.986); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 5:000\$ para pagamento a Raymundo Augusto Maranhão (decr. n. 2.988); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:527\$004 para pagamento a Joaquim Augusto Freire, primeiro escripturario da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 2.991); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 9:746\$696 para pagamento a Ascendino Ferreira do Nascimento, segundo tenente do Exercito (decr. n. 2.993); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 300:000\$, complementar á rubrica 5ª, lettra b — Aposentados (decr. n. 2.924); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação, o especial na importancia de 8:652\$752 para pagamento de vencimentos a Manoel Santerre Guimarães, administrador dos Correios de Goyaz (decreto n. 3.002); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 142:852\$169 para pagamento de vencimentos a officiaes e praças da 3ª companhia regional de infantaria (decr. n. 3.003); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 800\$ á verba — Reformados da Brigada Policial (decr. n. 3.004); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 3:000\$ para indemnização ao bacharel Antonio Geraldo Teixeira (decr. n. 3.005); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 46:277\$558 para pagamento ao Dr. Manoel Pereira Reis, em virtude de sentença (decr. n. 3.007); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 13:976\$340 para pagamento a Reis Oliveira &



Comp., em virtude de sentença (decr. n. 3.008); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 12:000\$ para pagamento de vencimentos ao Dr. Jeronymo Baptista Pereira Sobrinho, chefe de secção da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.009); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 32:162\$883 para pagamento a funcionarios aposentados dos Correios (decr. n. 3.010); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 6:000\$ para pagamento de vencimentos a Agripiniano de Barros, professor do extinto Arsenal de Guerra da Bahia (decr. n. 3.011); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de réis 6:635\$416 á verba — Supremo Tribunal Militar e auditores (decr. n. 3.014); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 7.593:209\$818, supplementar a diversas verbas da lei n. 2.924. de 1915 (decr. n. 3.015); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o supplementar de 105:181\$ para pagamento de custeio do trecho da Estrada de Ferro Oeste de Minas, entre Arantes e Barra Mansa (decr. n. 3.021); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 3:708\$ para pagamento de vencimentos a Joviano Octaviano de Araujo, mestre de 1ª classe da Fabrica de Polvora sem Fumaça (decr. n. 3.022); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o de 686:860\$, supplementar a diversas consignações e sub-consignações da Estrada do Ferro Oeste de Minas (decreto n. 3.028); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o supplementar de 750:000\$ para despesas de diversas consignações (decr. n. 3.031); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 16.653:677\$508, supplementar á verba — Exercícios findos (decr. n. 3.032); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 91:225\$220, ouro, para pagamento de fornecimento de notas (decr. n. 3.035); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 361\$620 para pagamento a Joaquim Pereira Bernardes, em virtude de sentença (decr. n. 3.036); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 163:165\$445 para pagamento á Companhia Luz Stearica, em virtude de sentença (decr. numero 3.037); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os especiaes de 472\$910 e 169\$800 para pagamento a Francisco Meira e D. Bernardina do Couto Marques, em virtude de sentença (decr. n. 3.036); autoriza a abrir ao Ministerio da de vencimentos a Sertorio Maximiniano de Castro, redactor de debates da Camara dos Deputados (decr. n. 3.038); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o extraordinario de 25:000\$ para pagamento de subvenções á Empresa de Navegação Rio-S. Paulo (decr. n. 3.039); autoriza a abrir aos Ministerios da Justiça, Vição, Agricultura e Fazenda os necessarios até á importancia de 5.000:000\$ (decr. n. 3.041); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 60:590\$700 para pagamento de differença de vencimentos a Caetano Bernardo de Oliveira e outros, em virtude de sentença (decr. n. 3.043); autoriza a abrir para pagamento de vencimentos ao ex-inspector de Fazenda Dr. José Joaquim Baeta Neves Filho (decr. n. 3.046); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 76:251\$130 para pagamento á viuva e demais herdeiros do bacharel Ignacio de Loyola Gomes da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 3.047); manda continuar em vigor o saldo do aberto pelo decreto n. 10.094, de



1913 (decr. n. 3.052); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os de 742:567\$896, supplementar a diversas verbas, e o especial de 40:508\$900 para pagamento de excesso de despesas com diligencias policiaes (decr. n. 3.054); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 4.985:631\$752 para liquidação de despesas com soldos, gratificações e etapas de praças de pret (decr. n. 3.055); autoriza a abrir o até á somma de 878:000\$, além da verba votada com o pagamento do pessoal da Imprensa Nacional (decr. n. 3.056); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:504\$032 para pagamento a Virgilio da Silva Pereira, em virtude de sentença (decr. n. 3.057); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 40:000\$, supplementar á verba — Ajudas de custo (decreto n. 3.060); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 7:200\$ para pagamento de vencimentos a José Dionysio Meira (decr. n. 3.061); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os de 22:207\$224 e 26:195\$594, supplementares a diversas verbas, e o especial de 14:610\$ para pagamento de despesas com a impressão dos annaes e documentos parlamentares (decr. n. 3.063); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 4:569\$ para pagamento aos herdeiros de Carlos Pereira Dias (decr. n. 3.065); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de réis 4.497:268\$747 para liquidação de compromissos da Commissão de Linhas Telegraphicas e Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas (decr. n. 3.066); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra varios supplementares a diversas verbas (decr. n. 3.068); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura os especiaes de 127:039\$972, ouro, e 388:580\$740, papel, para pagamento de diversas despesas com o serviço de povoamento (decr. n. 3.069); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os especiaes de 28\$ e de 1:108\$ para pagamento de gratificações addicionaes a Nestor Ascoli e Joaquim Fererira da Silva, funcionarios da Camara dos Deputados (decr. numero 3.076); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:347\$834 para pagamento de ordenado e gratificações addicionaes a Nestor Ascoli e Joaquim Ferreira (decr. n. 3.077); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 191:558\$998, supplementar á verba 21ª do art. 2º da lei n. 2.924, de 1915 (decr. n. 3.078); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação os de 900:948\$926, 16:221\$740 e 8:433\$185, ouro, supplementares á sub-consignações da verba 9ª do art. 29 da lei n. 2.924, de 1915 (decr. n. 3.080); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de réis 2.044:520\$476 para pagamento de despesas com a Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 3.081); autoriza a abrir aos Ministerios da Viação e da Justiça diversos especiaes para pagamento de serviços de prolongamentos e ramos das estradas de Ferro Central do Brasil e de Cruz Alta á Foz do Ijuhy e de materiaes fornecidos ao Palacio da Presidencia (decr. n. 3.083); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 10:860\$357 para occorrer á despesa com a desapropriação do immovel á rua Honório n. 1 (decr. n. 3.084); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 21:600\$ para pagamento a Castro Reguffe, de juros de apolicões (decr. n. 3.090); autoriza a abrir os especiaes de 49:964\$210, ouro, e 4.853:715\$019 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 3.091); autoriza a abrir

ao Ministerio da Fazenda o especial de 290:757\$600 para pagamento do pessoal operario e diarista da Imprensa Nacional e *Diario Official* (decr. n. 3.092); autoriza a abrir os necessarios para mandar colleccionar todos os trabalhos referentes aoCodigo Civil e publical-os numa edição de 1.000 exemplares (decr. n. 3.095); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 118:686\$ para pagamento de gratificação regional aos funcionarios dos Correios do Pará (decr. numero 3.097); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 27:600\$196 para pagamento de despesas da comissão de estudos da Estrada de Ferro de Santa Catharina (decr. n. 3.098); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição os especiaes de 796:217\$181, papel, e 193:557\$719, ouro, para pagamento de compromissos referentes aos exercicios de 1914 e anteriores (decr. n. 3.099); autoriza a abrir o especial de 350:000\$, para aquisição de predios á praia de S. Christovão e á praça Marechal Deodoro (decr. n. 3.100); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 40:000\$, suplementar á verba 4ª do art. 42 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915 (decr. n. 3.101); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o extraordinario de 16:540\$ para completar o pagamento de vantagens pecuniarias ao engenheiro Ernesto Otero, chefe de secção addido da Inspectoria de Portos, Rios e Canaes (decreto n. 3.105); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 9:940\$, destinado ao pagamento de vencimentos a Americo Francisco Villa Nova, official da secretaria do extinto Arsenal de Guerra da Bahia (decr. n. 3.107); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 1:267\$741 para pagamento a Alonso de Niemeyer, segundo official da Secretaria da Guerra (decr. n. 3.108); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 19:590\$ para pagamento a Antonio F. Nunes, pelo fornecimento ás obras do Internato do Gymnasio Nacional (decr. n. 3.109); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 427:140\$977, ouro, para pagamento e mais despesas do emprestimo á Companhia Vição Bahiana (decr. n. 3.111); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 18:750\$ para pagamento aos legitimos successores de Carlos Guimarães Rheingantz de juro de apolices (decr. n. 3.112); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 714\$285 para pagamento ao engenheiro Tulio de Alencar Araripe (decr. n. 3.114); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 9:855\$, suplementar á verba 22ª do art. 2º da lei n. 2.924, de 1915 (decreto n. 3.115); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 600\$ para pagamento da gratificação local a Custodio Gonçalo da Fonseca, praticante de 1ª classe dos Correios do Maranhão (decr. n. 3.116); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 24:000\$ para restituição de differença de vencimentos a Garcia Dias d'Avila o Francisco Fernandes Piratinino de Almeida, auditores de guerra (decr. n. 3.118); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 74:769\$939 para pagamento ao tenente José de Andrade Neves Meirelles, em virtude de sentença (decr. numero 3.119); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os especiaes de 88:000\$, para pagamento a 324 trabalhadores das capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro, e 30:820\$ pelos ministerios respectivos, para o fim de aproveitar nos serviços publicos 67 operarios dispensados da Alfandega (de-

creto n. 3.128); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 16.341:966\$500, complementar á verba 6ª do art. 29 da lei n. 2.924, de 1915); (decr. n. 3.129); autoriza a abrir o para pagamento da differença de soldo que a viuva do capitão de mar e guerra Francisco Spiridião Rodrigues Vaz não recebeu (decr. n. 3.133); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 13:173\$442 para pagamento a D. Francisca Chichorro Galvão Metello, em virtude de sentença (decreto n. 3.137); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 630:000\$ para pagamento de subvenção á Estrada de Ferro Funilense (decr. n. 3.138); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 177:867\$, complementar á verba 3ª do art. 29 da lei n. 2.924, de 1915 (decr. n. 3.140); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 22:991\$096 para pagamento á viuva e filhos do Dr. Lucio de Mendonça, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, em virtude de sentença (decr. n. 3.142); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 60:654\$930 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 3.144); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de réis 60:557\$841 para indemnizações do extravio de liquidos pertencentes a terceiros, feito por Carlos Cerqueira Aguirre, ex-depositario publico (decr. n. 3.145); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 4:701\$306 para pagamento a D. Mathilde da Silva Reis Cerqueira e outras, viuva e filhas do Dr. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, em virtude de sentença (decr. n. 3.146); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 32:105\$080 para pagamento a João Pires Branco, em virtude de sentença (decr. n. 3.156); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 9:978\$3579 para pagamento ao vice-almirante reformado Herculanio Alfredo de Sampaio, em virtude de sentença (decr. numero 3.158); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 1.000:000\$ para despesas com a manutenção da neutralidade (decr. n. 3.161); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 200:000\$, complementar á verba 5ª (decr. n. 3.162); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 788:209\$ para pagamento de juros de apolices para construção de estradas de ferro (decr. n. 3.166); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 2:395\$160 para pagamento de vencimentos a Pedro Rodrigues de Carvalho, terceiro escripturario do Thesouro Nacional (decr. n. 3.167); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 57:648\$740 para pagamento a D. Fanny Worms, em virtude de sentença (decr. n. 3.168); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:782\$333 para pagamento a D. Maria Julia Beansford e Hilda Motta, em virtude de sentença (decr. n. 3.173); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 2.786:658\$751, complementar á verba 37ª do art. 103 da lei n. 3.089, de 1916 (decr. n. 3.174); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 30:324\$266 para pagamento a D. Amalia de Figueiredo Baena e outras (decr. n. 3.179); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 14:206\$605 para pagamento a D. Zulmira Frazão Varella Barradas e outras, em virtude de sentença (decr. n. 3.180); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 1:560\$ para pagamento de gratificações addicionaes a Manoel Ignacio da Silva Teixeira e outro, officiaes



do Hospital Central do Exército (decr. n. 3.185); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 20:567\$150 para pagamento a D. Cecilia Toledo de Oliveira Lisboa e outra, em virtude de sentença (decr. n. 3.186); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 2:400\$, complementar á verba 13<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei n. 3.089, de 1916 (decr. n. 3.187); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 541\$050 para pagamento a Joaquim Pereira Bernardes, em virtude de sentença (decr. n. 3.188); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:061\$818 para pagamento a D. Maria Augusta Naylor, em virtude de sentença (decr. n. 3.189); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:500\$ para pagamento a A. G. Pereira & Comp., de premio pela construção do rebocador *Neptuno* (decr. n. 3.190); autoriza a abrir ao Ministerio da Viagem o especial de 4:666\$660 para pagamento de vencimentos a Antonio Dias de Castro, agente aposentado dos Correios do Rio Grande do Sul (decr. numero 3.191); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 8:509\$898 para pagamento de gratificações additionaes ao major Apollinario Pereira Bustamente, adjunto do Collegio Militar do Rio de Janeiro (decr. n. 3.193); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 70:360\$ para pagamento de juros de apolices do emprestimo de 1897 (decreto n. 3.194); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 8:800\$977 para pagamento ao Dr. Joaquim Cardoso de Mello Reis, em virtude de sentença (decr. n. 3.195); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 15:126\$365 para pagamento a D. Constança Alves Branco de Mello Barreto, em virtude de sentença (decr. n. 3.196); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 79:781\$061 para pagamento a Antonio Marcellino Regueira Costa, em virtude de sentença (decr. n. 3.197); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 357:717\$796 para pagamento de despesas na Faculdade de Medicina da Bahia (decr. n. 3.200); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 1.264:681\$095 para pagamento de despesas no Contestado (decr. n. 3.207); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 164:610\$ para despesas com a Imprensa Nacional (decr. n. 3.209); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 2.361:456\$975, complementar a diversas verbas (decr. n. 3.210); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 350:000\$, complementar á verba 32<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei n. 3.089, de 1916 (decr. n. 3.211); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 1.078:786\$613, ouro, para satisfação de encargos (decr. n. 3.212); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 36:000\$ para pagamento do aluguel do casco do vapor *Lucania* (decr. n. 3.215); autoriza a abrir o de 899:848\$113, complementar á verba 13<sup>a</sup> n. 26 do art. 41 da lei n. 3.089, de 1916 (decr. n. 3.217); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 57:635\$330 para pagamento ao primeiro tenente Joviano Roland Seraine, em virtude de sentença (decr. n. 3.218); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 8.783:969\$190, complementar á verba 5<sup>a</sup> (decr. n. 3.220); abre ao Ministerio da Fazenda os especiaes de 1.047:846\$974 e 532\$989, ouro, para o fim de occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos (decreto n. 3.221); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 29:450\$, complementar á verba 6<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei nu-



mero 3.089, de 1916, e o de 6:177\$600, especial, para pagamento de vencimentos a um continuo da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 3.222); autoriza a abrir ao Ministerio da Justica o especial de 207:779\$640 para auxilio á Santa Casa de Misericordia do Rio de Janeiro (decr. numero 3.224); autoriza a abrir ao Ministerio da Justica os de 10:194\$780 para pagamento ao engenheiro Alberto Armano Ricci e de 3:083\$378, supplementar á verba 8<sup>a</sup> do art. 2º da lei n. 3.089, de 1916 (decr. n. 3.225); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 75:680\$004, supplementar á consignação para combustivel da Estrada de Ferro Oeste de Minas, e a revigorar o saldo do especial de 2.044:520\$476, aberto pelo decreto n. 11.865, de 1916 (decr. n. 3.226); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 16:510\$ para pagamento de vencimentos a um engenheiro addido da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Cãnaes (decr. n. 3.227); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 4:563\$086 para pagamento de gratificação a funcionarios da Administração dos Correios do Maranhão (decr. n. 3.231); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:230\$384 para pagamento a D. Ignacia Luiza Barbosa de Rezende e outra, em virtude de sentença (decr. n. 3.233); autoriza a abrir o especial de 68:312\$680 para pagamento ao Dr. Jeronymo Baptista Pereira Sobrinho, em virtude de sentença (decr. numero 3.235); autoriza a abrir ao Ministerio da Justica os supplementares de 1.016:939\$299 a diversas verbas (decreto n. 3.240); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 311:598\$093, ouro, e 311:618\$093, papel, supplementar á verba 10<sup>a</sup> (decr. n. 3.241); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o necessario para pagamento a José Pires Ferreira Netto, escripturario-pagador da Inspectoria de Obras contra as Seccas (decr. n. 3.242); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 5:200\$ para pagamento de docentes do Collegio Militar de Porto Alegre e o de 12:000\$, supplementar á verba 4<sup>a</sup> — Instrução militar (decr. n. 3.243); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:714\$968 para pagamento a D. Amazilde de Lima Ramos, em virtude de sentença (decr. n. 3.244); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 20:000\$, ouro, supplementar á verba 14<sup>a</sup> do artigo 44 da lei n. 3.089, de 1916 (decr. n. 3.246); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 3:744\$ para pagamento de gratificações addicionaes a funcionarios do Hospital Central do Exercito (decr. n. 3.248); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 800\$, para pagamento de gratificação a Paulino Francisco Paes Barreto, mestre de gymnastica da extincta Companhia de Aprendizizes Artifices do Arsenal de Guerra (decr. n. 3.249); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 38:177\$094 para pagamento a D. Maria Roberta da Silva, de vencimentos devidos a seu finado marido, o capitão reformado do Exercito Antonio Faustino da Silva (decr. n. 3.250); autoriza a abrir o necessario até o maximo de 50:000\$ para pagamento de gratificações addicionaes ao Dr. Edgard Leite Ghermont e outros (decr. n. 3.251); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 133:770\$ para pagamento a Theodor Whille & Comp. (decr. n. 3.252); autoriza a abrir ao Ministerio da Justica o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao engenheiro civil Vicente Licinio Car-

doso (decr. n. 3.254); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 380:000\$ para pagamento de immoveis outr'ora pertencentes ao conselheiro Francisco de Paula Mayrink (decr. n. 3.255); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 871\$400 para pagamento a Antonio José Villela, em virtude de sentença (decr. n. 3.259); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:920\$100 para pagamento á "Ouro Preto Gold Mines of Brazil, Limited", em virtude de sentença (decr. n. 3.260); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:372\$708 para pagamento ao major Joaquim Vieira da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 3.261); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 43:116\$412 para pagamento a Carlos de Souza Dantas, em virtude de sentença (decr. n. 3.263); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1.094:954\$357, papel, e 1.147:700\$897, ouro, para pagamento a Haupt & Comp. (decr. n. 3.264); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:987\$404 para pagamento a D. Ermelinda Nobrega de Carvalho Leal, em virtude de sentença (decr. n. 3.265); autoriza a abrir os necessarios para execução da presente lei (decr. n. 3.266); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 870:000\$ para despesas com a produção de munição de guerra (decreto n. 3.267); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 1:260\$199 para pagamento a Eugenio Vidal Leite Ribeiro, terceiro official aposentado do Correio (decr. numero 3.269); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 4:980\$ para pagamento de desapropriações em proveito da Quinta da Boa Vista (decr. n. 3.272); autoriza a abrir os extraordinarios de 10:269\$253, 387:813\$457, ouro, e 270:444\$480, ouro, para pagamentos relativos á ponte da ilha das Cobras, á representação do Brasil na Republica Argentina e ao transporte de material flutuante (decr. numero 3.276); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os especiaes de 41:149\$831 para pagamento a diversos, em virtude de sentença (decr. n. 3.277); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os especiaes de 38:739\$142, ouro, e réis 3.529:525\$253, papel, para pagamento de dividas de exercícios findos (decr. n. 3.279); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:507\$656 para pagamento ao Dr. Miguel da Silva Pereira e outro, em virtude de sentença (decr. n. 3.280); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 1.546:224\$774 para pagamento de percentagens a empregados das alfandegas, em 1913 (decr. n. 3.281); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial até á importancia de 16:216\$658 para pagamento de vencimentos a D. Candida de Brito, agente do Correio, aposentada (decr. n. 3.287); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de réis 19:402\$246 para pagamento de fornecimentos á Estrada do Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.288); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 889:259\$943, ouro, para despesas com os esgotos da Capital Federal (decr. n. 3.292); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 97:173\$579 para pagamento a Marcellino José da Costa, em virtude de sentença (decr. n. 3.295); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 7:072\$ para pagamento de vencimentos a Joviano Octaviano de Araujo e João Medeiros, mestre de 1ª classe e operario da Fabrica de Polvora sem Fu-

maça (decr. n. 3.301); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 49:253\$333 para pagamento de gratificações aos professores dos collegios militares do Rio de Janeiro e de Porto Alegre (decr. n. 3.302); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 339:648\$098 para pagamento aos addidos dos diversos ministerios (decr. n. 3.303); autoriza a abrir ao Ministerio da Viacão o especial de réis 110:000\$ para despesas da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá (decr. n. 3.305); autoriza a abrir ao Ministerio da Viacão o de 10.458:863\$172. complementar á verba 6<sup>a</sup> — Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.306); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 4:500\$ para pagamento de vencimentos ao Dr. Francisco Ignacio Marccondes Homem de Mello, professor em disponibilidade da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 3.308); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 24:537\$495 para pagamento a D. Alice de Andrade Pinto do Rego Monteiro, em virtude de sentença (decr. n. 3.317); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 18:466\$424 para pagamento a D. Maria Thomé Cardoso de Castro e filhos, em virtude de sentença (decr. n. 3.318); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 14:000\$ para pagamento a D. Helena de Lima Santos Moreira, em virtude de sentença (decr. n. 3.319); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 236\$650, para pagamento a D. Martha Berdoensque, em virtude de sentença (decr. n. 3.320); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 56:601\$800 para pagamento aos operarios da Imprensa Nacional, de salarios em domingos e feriados, em 1916 (decr. numero 3.321); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:380\$628 para pagamento a D. Maria das Dores Lins da Cunha Menezes, em virtude de sentença (decr. numero 3.322); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 36:408\$864, para pagamento a D. Christina Leite de Toledo Piza e filhas, em virtude de sentença (decr. n. 3.323); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 4:688\$104, para pagamento a D. Maria Ignez Salazar, em virtude de sentença (decr. n. 3.324); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 323\$700 para pagamento a Francisco Alves Rollo, em virtude de sentença (decr. n. 3.325); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os especiaes de 32:584\$184 para pagamento a D. Emiliana Cobra Olynto e filhas e de 8:585\$500, para pagamento ao Dr. José Lopes Pereira de Carvalho, em virtude de sentença (decr. n. 3.326); autoriza a abrir ao Ministerio da Viacão o especial de 50:000\$ para pagamento de subvenção pelo serviço de navegação do baixo S. Francisco (decr. n. 3.328); autoriza a abrir ao Ministerio da Viacão o especial de 6:500\$ para pagamento a Marcolino José Bessa, por serviços na construção do agude "Curraes" (decr. n. 3.329); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 50:000\$ para trabalhos de organização e execução do Serviço Geographico Militar (decr. n. 3.332); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 10:054\$300 para indemnização a Francisco de Mello França, em virtude de sentença (decr. n. 3.334); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os especiaes, na importância de réis 3.231:430\$823, ouro, para legalizar despesas pela Delegacia do Thesouro em Londres, e de 22:539\$733, para pagamento ao



Dr. Edmundo de Lacerda, em virtude de sentença (dec. n. 3.335); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 150:000\$, ouro, complementar á verba 2ª — Exercícios findos — para pagamento á “Brazil Great Southern Railway Company” (decreto n. 3.336); autoriza a abrir o necessario para encampação da Estrada de Ferro Oeste da Bahia (decr. n. 3.337); autoriza a abrir ao Ministerio da Viagem o de 150:000\$, complementar á verba 3ª do art. 74 da lei n. 3.232, de 1917 (decr. n. 3.338); autoriza a abrir ao Ministerio da Viagem o especial de £ 7.187-7-2 ou equivalente em papel moeda para pagamento a Sampaio Corrêa & Comp. (decr. n. 3.339); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 5:573\$333 para pagamento de vencimentos ao Dr. João Lopes Machado, inspector de saude do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 3.341); autoriza a abrir o especial de 124:778\$400 para pagamento de gratificações addicionaes a funcionarios do serviço de tachigraphia da Camara dos Deputados e o de 18:600\$, complementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 3.232, de 1917 (decr. n. 3.344); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores os especiaes de 15:000\$, papel, e 99:000\$, ouro, para pagamento a funcionarios do Corpo Diplomatico e Consular, em disponibilidade, e ajudas de custo, e de 180:000\$, ouro, complementar á verba 11ª do art. 15 da lei n. 3.232, de 1917 (decr. n. 3.345); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 2.103:324\$285 para legalizar despesas por conta da verba 18ª, em 1915 (decr. n. 3.353); autoriza a abrir ao Ministerio da Viagem o de 499:681\$863, complementar á verba 15ª (decr. n. 3.355); autoriza a abrir ao Ministerio da Viagem os especiaes de 521:330\$555, ouro, e 49:249\$315, ouro, para pagamento de garantia de juros a estradas de ferro (decr. n. 3.356); autoriza a abrir varios especiaes para pagamentos, em virtude de sentença (decr. n. 3.363); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 45:100\$ para pagamento a M. Cavassa Filho & Comp. pela construcção do vapor *Fernandes Vieira* (decr. n. 3.365); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 9:911\$700 para pagamento a D. Maria Lybia de Almeida Motia e seus filhos, em virtude de sentença (decr. n. 3.366); autoriza a abrir ao Ministerio da Viagem o especial de £ 18.939-10 para pagamento á “American Bank Note Company” (decr. n. 3.368); autoriza a abrir ao Ministerio da Viagem o de 196:600\$, complementar á verba 6ª, n. IV — Rede da Viagem Cearense (decr. n. 3.369); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 1.621:413\$858, papel, e 10:000\$, ouro, supplementares ás verbas 36ª e para assignatura de notas, e o de 20:000\$ para trasladação dos despojos mortaes do Conselheiro Gaspar da Silveira Martins (decr. n. 3.388); autoriza a abrir ao Ministerio da Viagem o especial de réis 16:288\$225 para legalizar a escripturação de contas entre a União e o Rio Grande do Sul (decr. n. 3.390); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores os de 60:000\$, papel, e 200:000\$, ouro, a diversas verbas (decr. n. 3.390 A); autoriza a abrir para a execução desta lei (decr. n. 3.393); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os especiaes de 36:000\$ e 14:018\$339 para pagamento de despesas do Supremo Tribunal Federal e o de 37:586\$186, complementar á verba 3ª do art. 2º da lei n. 3.232, de 1917 (decr. n. 3.395); autoriza a abrir o necessario para execução deste decreto (decr. n. 3.396); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda



o de 1.210:000\$, complementar á verba 5ª e o especial de 427:000\$ para restituição ao Estado do Ceará de direitos pagos pela importação de material para o abastecimento d'agua e rede de esgotos da capital (decr. n. 3.410); abre o de 1:375\$496 para pagamento de gratificações especiaes ao capitão de corveta Arthur Thompson (decr. n. 3.412); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 191:989\$440 para pagamento de differença de soldo, gratificações e etapas a diversos officiaes do Exercito, em virtude de sentença (decr. n. 3.416); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição um até o maximo de 200:000\$ para ser empregado na montagem de uma estação radiotelegraphica em Boa Vista do Rio Branco, no Amazonas (decr. n. 3.418); autoriza as necessarias operações para construção do novo ramal da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (decr. n. 3.418 A); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o de 50:000\$, complementar á verba 2ª e revigora o saldo do de 1.600:000\$, aberto de accordo com o art. 1º da lei n. 2.944, de 1914 (decr. n. 3.419); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição os de 739:281\$222, 5:046\$509 e 5:383\$592, ouro, supplementares á consignação "Taxas de esgotos de predios e cortiços" (decr. n. 3.420); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de réis 17:046\$666 para pagamento de differença de vencimentos a funcionarios (decr. n. 3.422); auctoriza a abrir, para execução desta lei (decr. n. 3.427); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 3.111:715\$831, complementar a diversas verbas (decr. n. 3.428); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 23:689\$782 para pagamento de réis 11:846\$774 a D. Narcisa de Andrada de Miranda Ribeiro e 11:843\$008 a DD. Maria Celia e Vera Octavio de Miranda Ribeiro (decr. n. 3.430); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 48:482\$516 para pagamento a D. Herminia da Costa Regua e outros, em virtude de sentença (decr. numero 3.431); autoriza a abrir o de 246:128\$378, complementar á verba 20ª do art. 46 da lei n. 3.232, de 1917 (decr. n. 3.433); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 726:916\$139, complementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 3.232, de 1917 (decr. n. 3.437); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 735:801\$969, complementar a diversas verbas, e o especial de 9:415\$819 para pagamento de vencimentos e gratificações addicionaes a funcionarios da Camara dos Deputados (decreto n. 3.438); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 2:400\$ para pagamento de gratificação addicional ao chefe da redacção dos debates da Camara dos Deputados (decr. n. 3.439); autoriza a abrir o de 250:000\$ para pagamento dos premios de 200:000\$ e 50:000\$, respectivamente, aos Drs. Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (decr. n. 3.441); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o de 715:000\$, complementar á verba 6ª, n. III, do art. 74 da lei n. 3.232, de 1917 (decr. n. 3.444); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o de 28:800\$ para pagamento de gratificação regional aos agentes embarcados da Administração dos Correios do Amazonas (decr. n. 3.445); autoriza a abrir o especial de réis 10:933\$752 para pagamento de vencimentos a Pedro Antonio Fagundes, empregado aposentado da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.447 A); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 21:911\$096 para pagamento á

viuva de Miguel Ribeiro Lisboa, capitão de mar e guerra, honorario (decr. n. 3.448); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 25:509\$590 para pagamento ao Dr. Antonio Joaquim da Silva Rozado em virtude de sentença, e o de 10:171\$733 para pagamento a João de Souza Pinto Junior, escriptão da 6ª vara civil (decr. n. 3.450); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 2.481:794\$755, complementar a diversas verbas (decr. n. 3.451); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 349:482\$800 para conclusão das obras do Instituto Oswaldo Cruz e á installação de um hospital destinado ao tratamento de molestias tropicaes (decreto n. 3.453); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 2.120:000\$, complementar á verba — Exercicios findos (decr. n. 3.455); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 1:857\$ para pagamento de gratificação adicional a Alfredo Mathias, almoxarife do Hospital Central do Exército (decr. n. 3.457); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 136:927\$651 para pagamento de differença de vencimentos a docentes militares (decr. n. 3.458); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação os necessarios para satisfação de compromissos da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1915 e 1916 (decr. n. 3.462); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 146:392\$434 para pagamento a Leopoldo Cunha Filho, ex-tarefaíro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.463); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 82:262\$370 para pagamento a Pedro Virginio Orlandini, em virtude de sentença (decr. n. 3.464); autoriza a abrir o especial de 20:269\$173 para pagamento a D. Elvira Dodsworth de Souza (decr. numero 3.465); autoriza a abrir os especiaes de 81:821\$676, ouro, e 1.879:199\$099, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 3.466); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 17:960\$, complementar á verba 7ª — Tribunal de Contas (decr. n. 3.467); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 2.671:655\$166, complementar á verba 20ª (decr. n. 3.468); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 1.281:025\$399 para pagamento a John Crashley, em virtude de sentença (decr. n. 3.469); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:237\$768 para pagamento a Herminio Carlos Palmeira, em virtude de sentença (decr. n. 3.479); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 23:998\$921 para pagamento a D. Elvira Accioly Pereira Franco Rabello, em virtude de sentença (decr. numero 3.472); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 38:075\$558 para pagamento aos herdeiros do Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, em virtude de sentença (decr. n. 3.473); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 20:797\$425 para pagamento a D. Julieta Emilia Borlido, em virtude de sentença (decr. n. 3.474); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 117:523\$344, ouro, e 228:786\$493, papel, para restituição á "Rio de Janeiro, Tramway Light and Power Company", de taxas de expediente, pagas em 1912 e 1913 (decr. n. 3.475); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 100:000\$, complementar á verba 21ª — Ajudas de custo (decr. n. 3.476); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 2:057\$900, complementar á verba 11ª para paga-

mento de salarios ao operario Luiz da Silva Almeida (decr. numero 3.477); autoriza a abrir ao Ministerio da Justica o especial de 8:400\$, ouro, para pagamento de premios de viagem aos bachareis José Soriano de Souza Netto e Abelardo Moreira de Oliveira Lima (decr. n. 3.479); autoriza a abrir ao Ministerio da Justica o especial de 3:099\$200 para pagamento a funcionarios da Camara dos Deputados (decr. n. 3.480); autoriza a abrir ao Ministerio da Justica o especial de 6:906\$ para pagamento de gratificações addicionaes a funcionarios do serviço tachygraphico da Camara dos Deputados (decr. numero 3.481); autoriza a abrir ao Ministerio da Justica o especial de 1:200\$ para pagamento de gratificação adicional a um official da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. numero 3.482); autoriza a abrir ao Ministerio da Justica o especial de 1:200\$ para pagamento de gratificação adicional a um redactor dos annaes da Camara dos Deputados (decr. numero 3.483); autoriza a abrir ao Ministerio da Justica o especial de 5:271\$ para pagamento de differença de gratificação adicional a funcionarios da Camara dos Deputados (decr. n. 3.484); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:690\$871 para pagamento ao capitão de corveta Dr. Luiz de França Marques de Faria, em virtude de sentença (decr. n. 3.486); autoriza a abrir ao Ministerio da Justica o especial de 8:400\$, ouro, para pagamento de premios de viagem ao bacharel Henrique Smith Bayma e ao Dr. João de Barros Barreto (decr. n. 3.487); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 1:795\$955 para pagamento de gratificação adicional a Marcellino Piacentini, ex-auxiliar da Inspectoria Agricola do 2º districto (decr. n. 3.488); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 10:420\$057 para pagamento ao capitão de corveta Armando Ferreira, em virtude de sentença (decr. n. 3.490); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 12:871\$120 para pagamento a Deodato Pinto dos Santos, em virtude de sentença (decr. n. 3.491); autoriza a abrir os necessários para execução desta lei (decr. n. 3.494); autoriza a abrir o necessário para o pagamento de differenças de vencimentos aos auditores de guerra da Capital Federal (decr. n. 3.495); abre o necessario para restituir a importancia de 1:560\$ a D. Clotilde da Silva Paranhos Rio Branco, descontada indevidamente da dotação conferida a seu paé, o Barão do Rio Branco (decr. n. 3.496); autoriza a abrir o necessario para immediata execução desta lei (decr. n. 3.497); autoriza a abrir o especial de 39:249\$561 para pagamento ao Dr. Astolpho Margarido da Silva e outros (decr. n. 3.498); autoriza a abrir o de 148:657\$ para pagamento dos salarios dos operarios, aprendizes e serventes addidos do Arsenal de Marinha e Directoria do Armamento (decr. n. 3.500); autoriza a abrir os de 320:000\$, papel, e 160:000\$, ouro, para restituição de direitos e impostos indevidamente arrecadados (decr. n. 3.501); autoriza a abrir o necessario para pagamento ao official da Armada Frederico Ferreira de Oliveira, em virtude de sentença (decr. n. 3.502); autoriza a abrir ao Ministerio da Justica o especial de 9:669\$515 para pagamento de gratificações addicionaes a varios professores da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 3.509); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:000\$ para pagamento ao pessoal de con-



servação do extinto Lazareto de Tamandaré (decr. n. 3.512); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de réis 14:896\$774 para pagamento a D. Alice Gondini Cockrane e sua filha Vera, em virtude de sentença (decr. n. 3.513); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 14:195\$ para despesas com o empilhamento e guarda de trilhos e ferros velhos (decr. n. 3.516); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 18:394\$751 para pagamento de vencimentos a funcionarios da extinta commissão de estudos da Estrada de Ferro de Coroaá a Tocantins (decr. n. 3.517); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação os especiaes de réis 260:000\$, ouro, e 1:200\$, papel, para as despesas de serviços postaes (decr. n. 3.518); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 2:543\$316 para pagamento de gratificação addicional a Lincoln Godinho e José Joaquim da Rocha Junior, tachygraphos da Camara dos Deputados (decr. numero 3.525); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 7:731\$930 para pagamento de gratificações addicionaes a professores da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 3.526), autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 11:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem á bacharel D. Catharina Moura (decr. n. 3.527); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 720\$ para pagamento de gratificação addicional a um servente da Camara dos Deputados (decr. n. 3.534 A); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 55:072\$158 para liquidação de compromissos da Estrada de Ferro de Cruz Alta á Foz do Ijuhy (decr. n. 3.537); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 40:455\$140 para despesas com a viagem do ex-ministro da Allemanha, Adolpho Paoli e sua comitiva (decr. numero 3.538); autoriza a abrir os necessarios para execução desta lei (decr. n. 3.543); autoriza a abrir o de 10:000\$ para a modificação da inscripção das moedas divisionarias de prata e de nickel e cunhagem de novas moedas de 50 e 20 réis (decr. n. 3.545); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 2.000:000\$ para a construcção dos Correios de S. Paulo (decr. n. 3.548); autoriza a abrir o especial de 28:488\$971 para pagamento a D. Maria Isabel Cintra Tigre, em virtude de sentença (decr. n. 3.551); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 13:541\$765 para pagamento a D. Marcellina Lopes Chaves de Mello e outras, em virtude de sentenças (decr. n. 3.552); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 300:000\$, ouro, e 1.000:000\$, papel, supplementar á verba 28ª (decr. n. 3.553); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça, além do de 1:200\$, supplementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 3.454, de 1918, os especiaes de réis 643:403\$677, 130:235\$335 e 60:566\$713 para pagamento da differença de diarias, gratificações e etapas ao pessoal das embarcações da Saude Publica e para quotas de alimentação a funcionarios da Escola Premunitoria Quinze de Novembro (decr. n. 3.555); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 28:920\$ para pagamento de vencimentos ao pessoal do corpo de praticos dos rios da Prata, Baixo Paraná e Paraguay (decr. n. 3.559); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o de 16:914\$284, supplementar á verba 17ª (decr. n. 3.560); autoriza a abrir os de 103:678\$250 e 29:127\$ supplementar ás verbas 16ª e 32ª do art. 2º da lei n. 3.454, de 1918, e o especial de 5:902\$130 para pagamento



de gratificações additionaes a funcionarios da Camara dos Deputados (decr. n. 3.562); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 1.859:700\$ para pagamento a Trajano de Medeiros & Comp. (decr. n. 3.563); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 56:172\$420 para pagamento á viuva e herdeiros de Delphim Erasmo Sadock de Sá. em virtude de sentença (decr. n. 3.566); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 388:937\$204 para pagamento ao Dr. Antonio Valentim da Rocha Bettencourt, ex-thesoureiro da Alfandega da Bahia (decr. n. 3.571); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 410\$833 para pagamento ao Dr. Joaquim Cardoso de Mello Reis, em virtude de sentença (decr. n. 3.573); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 171:680\$319 para pagamento ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira, em virtude de sentença (decr. n. 3.575); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os de 15:000\$ e 50:404\$235, supplementares ás verbas 6<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> (decr. n. 3.580); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 1:030\$ para pagamento de gratificações additionaes a serventes da Camara dos Deputados (decr. n. 3.586); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 1.500:000\$ para as despesas com as obras nos edificios das delegacias fiscaes (decr. n. 3.595); autoriza a abrir o de 8:763\$574 para pagamento a Adalberto Augusto da Motta Andrade de importancia entregue ao Cofre de Orphãos (decr. numero 3.596); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os especiaes de 20:833\$283 e 18:245\$060 para pagamento a D. Maria Sidomilia Teixeira de Souza Mendes e outros e D. Rita Rosa da Costa Rodrigues e outros, em virtude de sentença (decr. n. 3.597); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 2:400\$ para pagamento do aluguel do casco do vapor *Lucânia* (decr. n. 3.601); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 944:43\$296 para pagamento a Antonio da Costa Lage, tafeiro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.606); autoriza a abrir o de réis 17:389\$643 para pagamento a D. Isabel de Figueiredo da Gamã e Souza, em virtude de sentença (decr. n. 3.608); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 1:585\$783 para pagamento á companhia de seguros "L'Union", em virtude de sentença (decr. n. 3.609); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:943\$331 para pagamento a D. Carolina de Mello, em virtude de sentença (decr. n. 3.610); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:598\$364 para pagamento a DD. Cecilia e Maria Olympia Espinola, em virtude de sentença (decr. n. 3.611); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:140\$ para pagamento a Albino Ferreira Coelho e Sabrosa & Comp. de desapropriações (decr. n. 3.612); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 415:065\$058 para distribuição de remanescentes de loterias por diversas instituições (decr. n. 3.613); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 62:051\$648 para pagamento a L. Cavalcanti de Albuquerque, em virtude de sentença (decr. n. 3.614); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 800:000\$, supplementar á verba 5<sup>a</sup> (decr. n. 3.615); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 2:503\$225 para pagamento de ordenados a Leocadio Baptista Teixeira, secretario,

aposentado, do extinto Arsenal de Guerra de Matto Grosso (decr. n. 3.616); abre o até 500:000\$ para fazer a paz com a Allemanha (decr. n. 3.618); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra os de 64:750\$ para pagamento a docentes da Escola Militar e ao bacharel Jacintho Fernandes Barbosa, auditor de guerra (decr. n. 3.621); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 1:560\$ para pagamento de gratificações addicionaes a Manoel Ignacio da Silva Teixeira e Heitor Hugo de Moraes, primeiro e segundo officiaes do Hospital Central do Exercito (decr. n. 3.622); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 12:000\$ para attender a despesas com a reparação da lancha *Alpha* (decr. n. 3.623); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 14:800\$ para pagamento a D. Maria Emilia Coelho de Freitas Henriques, em virtude de sentença (decr. n. 3.624); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 5:715\$475 para pagamento a D. Emilia Clemente Campbell e outros, em virtude de sentença (decr. numero 3.625); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 15:594\$639 para pagamento a D. Adelaide Alves da Silveira e outros, em virtude de sentença (decr. n. 3.626); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 8:753\$198 para pagamento a Eduardo Duarte da Silva Junior, em virtude de sentença (decr. n. 3.627); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:092\$708 para pagamento de vencimentos a Pedro Rodrigues de Carvalho, terceiro escripturario do Thesouro Nacional (decr. n. 3.628); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 7:670\$960 para pagamento á D. Maria Amalia de Freitas Dias Lima, em virtude de sentença (decr. n. 3.629); autoriza a abrir os supplementares necessarios para admissão e praça na Escola Naval de 19 candidatos approvados em concurso (decr. numero 3.633); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 4:800\$ para pagamento do auxilio para aluguel de casa ao Dr. Plinio Olyntho, medico alienista e assistente da Colonia de Alienadas do Engenho de Dentro (decr. n. 3.638); autoriza a abrir o extraordinario de 1:440\$ para pagamento de differenças de addicionaes a Nestor Accioly e Sertorio de Castro, redactores de debates (decr. n. 3.639); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os de 86:960\$, 487\$500 e 149:160\$ para pagamento de differença de vencimentos a diversos funcionarios da Camara dos Deputados e do Senado (decr. n. 3.641); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 309\$950 para pagamento de gratificação addicional a um continuo da Camara dos Deputados (decr. numero 3.642); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 80:150\$ para pagamento a Vicente dos Santos Caneco & Comp. de premio pela construcção do navio *Presidente Wenceslau* (decr. n. 3.645); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 317:595\$220 para pagamento ao Dr. Antonio Angra de Oliveira e outros, em virtude de sentença (decr. n. 3.646); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 243:000\$, supplementar á verba 8ª (decr. n. 3.647); autoriza a abrir o necessario para execução desta lei (decr. n. 3.648); autoriza a abrir o necessario para execução desta lei (decr. n. 3.649); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 14:262\$431 para pagamento ao Dr. Gregorio Nagiaseno de Mello e Cunha, em

virtude de sentença (decr. n. 3.652); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:051\$793 para pagamento ao capitão-tenente Armando de Figueiredo (decr. n. 3.653); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 106\$920 para pagamento de gratificação adicional a Manoel Gonçalves dos Santos, continuo da Camara dos Deputados (decr. n. 3.654); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça um, na importancia de 2.487:401\$258, suplementar a diversas verbas (decr. n. 3.655); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição os necessarios para pagamento de gratificação a Benjamin Jacob, engenheiro residente da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.659); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o de 10:000\$, suplementar á verba 3ª do art. 129 da lei n. 3.454, de 1918 (decr. n. 3.661); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 325:868\$850 para pagamento a "Amaral Southerland & Comp., limited" (decr. n. 3.662); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 310:600\$ para pagamento de vantagens a docentes dos institutos militares de ensino (decr. n. 3.667); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 877\$548 para pagamento a Manoela Osorio de Oliveira e outras (decr. numero 3.673); abre o necessario para execução desta lei (decr. n. 3.678); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:845\$336 para pagamento ao professor Rodolpho Bernardelli, como director da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 3.680); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 24:949\$330, suplementar á verba 7ª (decr. n. 3.682); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 540\$477 para pagamento ao vice-almirante graduado, reformado, Herculano Alfredo de Sampaio, em virtude de sentença (decr. n. 3.683); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 26:687\$087 para pagamento a José Mamede Pessoa Valença, em virtude de sentença (decr. n. 3.685); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 80:000\$, suplementar á verba 10ª (decr. n. 3.687); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 68:962\$412 para pagamento a D. Maria Magdalena Maciel Monteiro e outras, em virtude de sentença (decr. n. 3.688); autoriza a abrir os especiaes de 50:000\$ para despesas com a recepção e hospedagem de comissões scientificas e de 30:000\$ para auxiliar o 1º Congresso Brasileiro de Prothese Dentaria (decr. n. 3.689); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 5:000\$ para pagamento de gratificações a Luiz Cassiano Paes de Carvalho, mestre da officina de alfaiates do extincto Arsenal de Guerra de Matto Grosso (decr. n. 3.691); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 8:312\$498 para pagamento de vencimentos a Francisco Sizenando Peixoto, administrador dos Correios de Matto Grosso (decr. n. 3.693); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 3.000:000\$, papel, suplementar á verba 29ª (decr. n. 3.700); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:851\$584 para pagamento a D. Gabriella Brandão de Campos e filhos, em virtude de sentença (decr. n. 3.701); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o de 4:000\$ para pagamento ao engenheiro civil João José de Andrade Pinto Junior (decr. n. 3.710); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o de 197:723\$980 para pagamento de despesas da Estrada de Ferro de Ilapura a Corumbá (decr. nu-



mero 3.712); autoriza a abrir ao Ministério da Fazenda o especial de 2:629\$032 para pagamento de vencimentos a Lafayette Rodrigues dos Santos, escrivão da extincta Mesa de Rendas de Itacoatiara (decr. n. 3.713); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:797\$708 para pagamento a D. Ema Dias da Cruz, em virtude de sentença (decr. n. 3.714); manda abrir o necessario para pagar a D. Anna Alves da Silva, de pensão de montepio deixada a sua mãe (decr. n. 3.715); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 7:500\$ para custeio das despesas da comissão especial do Cofre de Orphãos, em 1918 (decr. numero 3.716); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 14:161\$725 para pagamento a D. Joanna Perpetua Neves Gonzaga, em virtude de sentença (decr. n. 3.717); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 82:190\$326, supplementar á verba 14ª (decr. n. 3.721); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 400:000\$, ouro, e 600:000\$, papel supplementar á verba 28ª (decr. n. 3.733); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 6:000\$, supplementar á verba 8ª (decr. n. 3.734); autoriza a abrir um especial na importancia de 131:592\$590 para pagar despesas de correspondencia telegraphica em 1916 e 1917 (decr. n. 3.736); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 3.114:674\$068 para pagamento de despesas da verba 18ª (decr. n. 3.737); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 5:780\$118 para pagamento de vencimentos a Carlos de Souza Dantas, em virtude de sentença (decr. n. 3.739); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 399:911\$880 para pagamento de despesas da verba 14ª, n. 22 (decr. n. 3.740); autoriza a abrir os necessarios para execução desta lei (decr. n. 3.741); autoriza a abrir o de 238:654\$200 para pagamento de desapropriações pela Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.742); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:119\$338 para pagamento a D. Elisa Carolina Barbosa, em virtude de sentença (decr. n. 3.748); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 2.879:179\$579 para pagamento de percentagens a collectores e escrivães (decr. n. 3.749); autoriza a abrir os necessarios para restabelecer postos de desinfecção nos Estados (decr. numero 3.750); autoriza a abrir o de 14:348\$381 para pagar, repartidamente, ás irmãs do fallecido lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. Justino Francisco Gonçalves de Andrade, differença de vencimentos (decr. n. 3.751); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 1.597:866\$331 para despesas com o transporte de tropas, em 1918 (decr. n. 3.754); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 114:580\$674, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 3.674, de 1919 (decr. n. 3.755); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 2:070\$ para pagamento de diarias ao tenente Julião Caetano de Azevedo (decr. n. 3.762); autoriza a abrir o de 10:249\$, supplementar á verba 12ª do art. 2º da lei n. 3.674, de 1919 (decr. n. 3.763); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 570\$392, ouro, e 855:686\$544, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos decr. numero 3.767); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os espeziaes de 368\$657, 14:145\$435 e 9:538\$383 para pagamento a empregados da Camara dos Deputados e do Senado Federal



(decr. n. 3.768); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 42:952\$144 para indemnização á Caixa do Corpo de Bombeiros de despesas em 1918 (decr. n. 3.769); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 49:958\$091 para pagamento ao Dr. José Moreira Gomes, em virtude de sentença (decr. n. 3.770); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 60:000\$ para despesas com o serviço de caracterização de parte da fronteira entre o Brasil e o Uruguay (decr. n. 3.773); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 98:109\$528, suplementar á verba 15<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei n. 3.674, de 1919 (decr. n. 3.777); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de réis 591:303\$657 para pagamento de vencimentos do pessoal e de material do Collegio Militar do Ceará (decr. n. 3.778); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 36:749\$326 para pagamento ao capitão-tenente Adolpho José de Carvalho Del Vecchio, em virtude de sentença (decr. numero 3.779); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 20:843\$275 para restabelecimento de quantias desviadas do cofre de depositos por precatorias falsas (decr. n. 3.780); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 21:562\$480 para pagamento a D. Amelia Vieira de Mendonça Uchôa, em virtude de sentença (decr. n. 3.781); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 6.243:161\$242 para regularizar despezas com juros de depositos das caixas economicas e montes de soccorro (decr. n. 3.782); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:708\$587 para pagamento de montepio a D. Henriqueta Ferreira dos Santos Pereira e outros (decr. n. 3.783); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 700:000\$, suplementar á verba 5<sup>a</sup> (decr. n. 3.784); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 484:047\$542, ouro, para legalizar despesas relativas aos *scrips* do *fund-loan* de 1914 (decr. n. 3.785); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 800:000\$, ouro, e 3.000:000\$, papel, suplementar á verba 31<sup>a</sup> (decr. n. 3.786); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 87:036\$271 para pagamento ao Dr. Julião de Oliveira Lacaille, em virtude de sentença (decr. n. 3.787); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:087\$498 para pagamento ao major Franklin de Menezes Doria, em virtude de sentença (decr. n. 3.791); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:429\$920 para pagamento a José Vieira de Rezende e Silva, em virtude de sentença (decr. numero 3.792); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 872:488\$, suplementar á verba 15<sup>a</sup> (decr. n. 3.798); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 78:678\$197 para pagamento a Alfredo Hyppolito Estruc, em virtude de sentença (decr. n. 3.800); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 45:373\$395 para pagamento a Blandino Alves da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 3.801); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 76:229\$105 para pagamento a João Ilha, em virtude de sentença (decr. n. 3.802); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 8:250\$, destinado a auxilio para a construção de casa aos escripturarios da Delegacia Fiscal em Minas Geraes, João Carlos de Aquino e Rodolpho Mallard (decr. n. 3.803); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda

o especial de 10:325\$118 para pagamento de vencimentos a Francisco Langeiro de Albuquerque Mello, primeiro escriptuario da Delegacia Fiscal no Pará (decr. n. 3.804); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 47:628\$013 para pagamento a Augusto Pinheiro Lobo, em virtude de sentença (decr. n. 3.805); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 43:310\$720 para pagamento a Theophilo Manoel da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 3.806); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 150:000\$, complementar á verba 29<sup>a</sup> (decr. n. 3.807); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 100:000\$ para despesas do trafego provisorio da Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias (decr. n. 3.808); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o até 78:000\$, supplemental, para despesas com estudos hydrographicos do rio Arary, na ilha de Marajó (decr. n. 3.809 A); autoriza a abrir o especial de 5:391\$700 para pagamento dos funeraes do conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira (decr. n. 3.822); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 103:602\$723 para pagamento a Theodoro Ribeiro Junior e sua mulher e Francisco de Assis Duarte e sua mulher, em virtude de sentença (decr. n. 3.823); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 28:300\$625 para pagamento ao Dr. Athanazio Cavalcanti Ramalho, em virtude de sentença (decr. n. 3.824); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 78:766\$734 para pagamento a Mariano Guimarães, em virtude de sentença (decr. n. 3.825); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 132:324\$500, supplemental á verba 6<sup>a</sup>, n. IV (decr. numero 3.827); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 100:000\$, supplemental á verba 34<sup>a</sup> (decr. n. 3.828); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 72:430\$ para organização e impressão dos trabalhos da commissão scientifica Roosevelt-Rondon (decr. n. 3.829); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 53:869\$505, supplemental para pagamento ao pessoal do Serviço Medico-Legal (decr. n. 3.833); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem a Aprigio Nogueira, alumno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. n. 3.834); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 8:836\$500 para pagamento de despesas com os funeraes do Dr. Sabino Barroso Junior (decr. n. 3.835); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 563:055\$194, supplemental á verba 21<sup>a</sup> (decr. numero 3.836); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os de 123:223\$868, supplemental a diversas verbas e o de 1:265\$994, extraordinario, para pagamento de differenças de gratificações addicionaes a funcionarios da Secretaria do Senado (decr. n. 3.837 A); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 14:727\$212 para pagamento a D. Marianna Sodré de Azevedo Corrêa, em virtude de sentença (decr. numero 3.838); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 407:302\$789, ouro, para despesas da verba 10<sup>a</sup> (decr. n. 3.840); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:596\$377 para pagamento a D. Alice do Carvalho Dias e filhos, em virtude de sentença (decr. n. 3.841); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 11:926\$738 para pagamento ao major do Exercito Acastro

Jorge de Campos, em virtude de sentença (decr. n. 3.842); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 7:042\$703 para pagamento a D. Eulalia Bemvinda de Carvalho Coelho, em virtude de sentença (decr. n. 3.843); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 33:600\$ para pagamento á "Compagnie du Port do Rio de Janeiro" (decr. numero 3.844); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 5:000\$ para pagamento ao Dr. Gabriel Osorio de Almeida (decr. n. 3.845); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 100:000\$ para aquisição do predio onde está installada a estação telegraphica do largo do Machado (decr. n. 3.847); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 17:308\$600 para pagamento de desapropriação em proveito da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 3.848); abre os especiaes de 660\$ e 258\$ para pagamento a Moysés da Silva Reis e Venancio de Oliveira, operarios da Fabrica de Polvora sem Fumaça (decr. n. 3.850); abre ao Ministerio da Justiça os necessarios para a execução do disposto no art. 10 da lei n. 3.674, de 1919 (decr. n. 3.852); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 34:594\$123 para pagamento a Salvador Pires de Oliveira, em virtude de sentença (decr. n. 3.862); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 23:575\$ para pagamento de vencimentos a Joaquim Manoel Teixeira de Moura Filho, encarregado do extinto 1º Posto Fiscal do Alto-Juruá (decr. n. 3.863); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os de 546:679\$207, ouro, e 950:754\$806, papel, supplementares á verba 30ª (decr. numero 3.864); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o de 500:000\$, ouro, para o proseguimento da delimitação e demarcação das nossas fronteiras com o Perú e a Colombia (decr. n. 3.866); autoriza a abrir os necessarios creditos para execução do tratado de paz (decr. n. 3.875); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 9:832\$872 para pagamento de praças aggregadas á companhia regional do Alto Purús (decr. n. 3.876); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 93:296\$597, supplementar á verba 15ª (decr. n. 3.879); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 2:400\$ para pagamento de gratificação a João Vicente da Silva Ferreira (decr. n. 3.880); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 7:262\$208 para pagamento a D. Izilda de Figueiredo Parreiras Horta e outros, em virtude de sentença (decr. n. 3.881); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:057\$700 para restituição a Joseph Shabid e dá outras providencias (decr. n. 3.882); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 25:525\$468 para pagamento a D. Maria de Alencar Araripe, em virtude de sentença (decr. n. 3.883); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 21:030\$137 para pagamento de gratificações additionaes a João de Araujo Amora e João Augusto Zany, ex-inspector e ex-ajudante do Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionais, no Amazonas (decr. n. 3.884); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 13:061\$827 para pagamento de vencimentos aos herdeiros de Pacifico Evaristo Duarte Socio, ex-entregado do 4º Posto Fiscal do Alto-Acre (decr. n. 3.886); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura os de 64:520\$644 e 86:500\$, supplementares a diversas verbas, e o de 24:000\$ para despesas de viagem de quatro lentes da Escola Superior



de Agricultura (decr. n. 3.887); autoriza a abrir o necessario para acquisição da bibliotheca que pertenceu ao ex-deputado Dr. Pedro Gonçalves Moacyr (decr. n. 3.891); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 20:223\$717 para pagamento a Bonifacio Magalhães da Silveira, em virtude de sentença (decr. n. 3.896); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 66:670\$810 para pagamento a Manoel Gonçalves Fraga, em virtude de sentença (decr. n. 3.897); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 10:364\$208 para pagamento a D. Antonietta Araripe, em virtude de sentença (decr. n. 3.898); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 20:514\$832 para pagamento a D. Alice Pinheiro Coimbra e outros, em virtude de sentença (decr. n. 3.899); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 23:598\$124 para acquisição de apolices, afim de dar cumprimento á disposição testamentaria do Dr. João Gomes Machado Corumbá (decr. n. 3.900); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 100:000\$ para pagamento de despesas com a installação da pagadoria da Delegacia Fiscal em Minas (decr. n. 3.901); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 350:000\$ para concertos no edificio da Secretaria e para restauração e substituição de moveis e alfaias (decr. n. 3.902); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 50:000\$, suplementar á verba 39ª (decr. n. 3.913); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 5:000\$ para pagamento ao engenheiro Gabriel Osorio de Almeida (decr. n. 3.914); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 170:000\$ para acquisição do sitio de Cascatinha, na serra da Tijuca (decr. n. 3.915); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 9:995\$ para pagamento a G. Lima e Manoel Figueiredo Geraldo (decr. n. 3.916); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 6:809\$949 para pagamento a docentes da Escola Militar (decr. n. 3.919); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 499\$820 para pagamento a Carlos Queiroz, em virtude de sentença (decr. n. 3.920); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 59:347\$081 para pagamento ao Dr. Augusto Saturnino da Silva Diniz e outros, em virtude de sentença (decr. n. 3.921); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:424\$935 para pagamento de vencimentos a Marcelino Fernandes, escrivão do extinto Posto Fiscal do Alto Juruá, em Villa Feijó (decr. n. 3.922); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 8.670:000\$, suplementar, á Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.923); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 1.500:000\$ para despesas motivadas pelas enchentes em 1919, na Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.924); autoriza a abrir o de 54:973\$332, suplementar á verba 15ª do art. 98 da lei n. 3.674, de 1919 (decr. n. 3.928); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 1:915\$053 para pagamento de gratificações locais a funcionarios dos Correios do Maranhão (decr. n. 3.929); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 22:702\$146 para pagamento de vencimentos a José Pedro Soares Bulcão, encarregado do extinto 1º Posto Fiscal do Alto-Purus (decr. n. 3.933); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 64:258\$916, para pagamento a E. Lambert, em virtude de sentença (decr. n. 3.934); autoriza



a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 76:551\$800. para pagamento a D. Maria Constança Ferreira Jacobina, em virtude de sentença (decr. n. 3.936); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 32:794\$624 para pagamento a Nascimento & Irmão, em virtude de sentença (decreto n. 3.938); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 70:000\$, complementar á verba — Alfandegas (decr. n. 3.939); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 350:000\$, ouro para ultimação dos trabalhos da delegação brasileira á Conferencia da Paz (decr. n. 3.940); autoriza a abrir os especiaes de 248:842\$972 e 11:013\$333 para despesas da verba — Eventuaes — e com funcionarios e o de 382:084\$194, ouro, e 196:958\$149, papel, para auxilios pela importação de animais reproductores (decr. n. 3.941); autoriza a abrir o de 34:392\$515, complementar á verba — Instrução militar (decr. n. 3.942); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 2.566:167\$803, complementar a diversas verbas (decr. n. 3.950); autoriza a abrir o necessario para indemnizar o Banco do Brasil da contrahida pela construção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. n. 3.951); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 44:926\$043 para pagamento a Alfredo Coutinho de Almeida e outro, em virtude de sentença (decr. n. 3.952); abre o de 963\$444 para pagamento de pensão a D. Adelia Bessa (decr. n. 3.954); autoriza a abrir os necessarios para tratamento da saude do aviador Mario Barbedo (decr. n. 3.956); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 250:000\$, complementar á verba Ajudas de custo (decr. n. 3.957); autoriza a abrir ao Ministerio da Viagem o de 1:800\$, complementar á verba 10ª (decr. n. 3.968); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 600:590\$, complementar á verba 16ª (decr. n. 3.970); autoriza a abrir os necessarios para subvencionar no estrangeiro a educação artistica de Maria de Verney Campello e Lydia de Albuquerque Salgado (decr. n. 3.972); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 1.246:470\$985, complementar á verba 16ª e os especiaes na importancia de 212:165\$831 a diversas verbas (decr. n. 3.976); autoriza a abrir ao Ministerio da Viagem o especial de 36:100\$ para pagamento de differenças de vencimentos (decr. n. 3.978); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 42:352\$110 para pagamento ao capitão Alfredo Nunes de Andrade, em virtude de sentença (decr. n. 3.981); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:115\$530 para pagamento a D. Maria Estephania Belfort Vieira, em virtude de sentença (decr. n. 3.982); manda abrir o de 44:041\$806 para pagamento de differença de vencimentos ao auditor da guerra Mario Tibureio Gomes Carneiro e aos auxiliares bachareis Ranulpho Bocayuva Cunha e outros (decr. n. 3.984); abre os necessarios até 45:000\$ para execução desta lei (decr. n. 3.985); autoriza a abrir ao Ministerio da Viagem os especiaes de 8.347:078\$500 e 4.173:589\$250 para pagamento de salarios ao pessoal jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.988); autoriza a abrir o necessario para execução desta lei (decr. n. 3.989); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 2:160\$ para pagamento de acrescimo de vencimentos a Alvaro da Rocha Vianna e outro (decr. n. 3.990); manda abrir os necessarios para execução desta lei (decr. n. 3.991); autoriza a abrir ao ministério

rio da Agricultura o especial de 387:263\$ para pagamento de subvenções pela construção de estradas de rodagem e o de 80:000\$, complementar á verba 16<sup>a</sup> (decr. n. 3.991 A); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 525:000\$, complementar á verba 14<sup>a</sup> (decr. n. 3.996); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 1.213:977\$444, complementar á verba 10<sup>a</sup> (decr. n. 3.997); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 2.393:744\$081, complementar a diversas verbas (decr. numero 3.998); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 11.572:458\$293, complementar a diversas verbas (decr. numero 3.999); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 10:000\$ para custear os estudos do canal do Arapapahy (decr. n. 4.001); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 10:126\$105, complementar á verba 3<sup>a</sup> da lei organitaria vigente (decr. n. 4.004); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 7:700\$ para pagamento de differenças de vencimentos a Alfredo Kurt Schultz, mecanico contratado (decr. n. 4.005); declara aberto o de 52:503\$334 para limpeza e conservação do Palacio Monroe (decr. n. 4.005 A); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 5.122:342\$162, complementar a diversas verbas (decr. n. 4.006 A); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 92:417\$595, destinado a cobrir a responsabilidade do chefe da Comissão de Linhas Telegraphicas e Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas (decr. n. 4.007); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 124:000\$ para pagamento de despesas decorrentes do desdobramento da cautela provisoria de letras do Thesouro, sob n. 425 (decr. n. 4.008); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 66:480\$999 para pagamento ao primeiro tenente José de Siqueira Campos e outros, em virtude de sentença (decr. n. 4.009); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial até 3:908\$ para pagamento de pensões a D. Francisca Luiza Albernaz (decr. numero 4.010); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 100:000\$, complementar á verba 12<sup>a</sup> (decr. n. 4.011); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 17:694\$960 para indemnização ao Banco do Brasil de despesas feitas por conta do Thesouro (decr. n. 4.012); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 7:825\$ para pagamento ao encarregado do Posto Fiscal do Alto-Acre, Julio Targino da Fonseca (decr. n. 4.013); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 21:031\$502 para pagamento a Alfredo Carlos Soares da Camara, em virtude de sentença (decr. numero 4.014); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 24:859\$045 para pagamento o "St. John d'El-Rei Mining Company", em virtude de sentença (decr. n. 4.023); manda abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 408:765\$550 para pagamento a "Amazon Steam Navigation Company, Limited", em virtude de sentença (decr. n. 4.024); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 2:000\$ para despesas com immigrants (decr. n. 4.025); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de réis 1.262:162\$495 para liquidação de despesas da Comissão de Linha Telegraphica e Estrategica de Matto Grosso ao Amazonas (decr. n. 4.026); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 339:876\$595 para attender a varias despesas (decr. n. 4.027); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação os de 995:064\$, complementar á verba 6<sup>a</sup> e o especial

de 1.404:219\$ para pagamento do augmento de salarios ao pessoal jornalheiro da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 4.029); autoriza a abrir até á importancia de 18.200:000\$ para ampliação das obras do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 4.030); autoriza a abrir os necessarios até 1.300:000\$ para erecção de monumentos ás memorias do Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves e dos cidadãos Benjamin Constant Botelho de Magalhães e Manoel Deodoro da Fonseca (decr. n. 4.031); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 4:056\$664 para pagamento a D. Maria do Carmo Costa Valle, em virtude de sentença (decr. n. 4.035); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:917\$660 para pagamento a Araujo Freitas & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 4.036); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 12:444\$440 para pagamento de vencimentos ao bacharel Roque Antonio Rabello Horta, ex-fiel da Caixa de Conversão (decr. n. 4.044); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 3:677\$419, complementar á verba 3ª (decr. n. 4.045); autoriza a abrir o necessario para pagamento de pensões a D. Leopoldina de Mattos Porto (decr. numero 4.046); abre o de 2:360\$645 para pagamento de differença de pensões a D. Adelaide da Cunha Campos (decr. numero 4.047); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 1.094:400\$ para pagamento de juros garantidos pela construcção do trecho de Salto Grande ao porto Tibiriçá, da Estrada de Ferro Sorocabana (decr. n. 4.048); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 8:400\$, ouro, para despesas com a manutenção no estrangeiro de dois alumnos da Escola de Minas de Ouro Preto (decr. n. 4.053); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 3:598\$ para pagamento de despesas com os funeraes do Dr. Canuto José Saraiva, membro do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 4.055); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 1:000\$, importancia devida a Generosa Ferraz Alves, viuva de Salvador Alves, operario da Fabrica de Polvora sem Fumaça (decr. n. 4.058 A); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 9:600\$, complementar á verba 19ª (decr. n. 4.059); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 500:000\$ complementar á verba 5ª (decr. n. 4.060); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 16:333\$448 para pagamento de vencimentos a João Francisco de Lacerda Coutinho, engenheiro de 2ª classe da Repartição de Aguas e Obras Publicas (decr. n. 4.062); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 100:000\$ para construcção de uma estrada de rodagem, adaptada ao trafego de automoveis, no Estado de Goyaz (decr. n. 4.063); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 12:754\$838 e mais o da quantia necessaria para pagamento ao Dr. Wortigern Luiz Ferreira, juiz de secção em disponibilidade (decr. n. 4.065); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 27:476\$341 para pagamento de vencimentos ao bacharel Ismael Olavo Soares, juiz municipal do territorio do Acre, em disponibilidade (decr. n. 4.066); autoriza a abrir o especial de 23:609\$747 para pagamento de differença de montepio a D. Emma Gomes Rodrigues da Costa e seus filhos (decr. n. 4.068); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 4:435\$483 para pagamento de vencimentos ao bacharel Juvenal Antunes de Oliveira, quando em disponibilidade do cargo de adjunto de promotor de Senna Madureira (decr. n. 4.069); autoriza a



abrir ao Ministerio da Fazenda o de 5:884\$781 para pagamento de differença de montepio e custas do processo a D. Rachel Tinoco Martins e filhas (decr. n. 4.070); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 1:460\$ para pagamento de diarias a José dos Santos, operario da Fabrica do Polvora sem Fumaça (decr. n. 4.071); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:259\$, complementar á verba 21<sup>a</sup>, e o especial de 12:827\$415 para pagamento de differença de vencimentos a Benedicto Hippolyto de Oliveira Junior, no logar extincto de director da Recebedoria do Districto Federal (decr. n. 4.072); autoriza a abrir o de 200:000\$ ouro, complementar á verba 11<sup>a</sup> (decr. n. 4.073); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 1.042:000\$, para despesas com as reparações nas linhas adductoras do serviço de abastecimento d'agua (decr. n. 4.076); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 5:595\$253 para pagamento a Modesto de Brito Sampaio, praticante de 1<sup>a</sup> classe da Administração dos Correios no Amazonas (decr. n. 4.077); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 78:842\$649 para pagamento de despesas com a expedição de carteiras eleitoraes (decr. n. 4.078); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 31:914\$271 para pagamento a Ida Regueira Cavalcanti e outros e o de 36:720\$ ao Dr. José Mattos de Vasconcellos e outro (decr. n. 4.081); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 22:684\$ para pagamento ao tenente-coronel Oliveira Deus Vieira pelo fornecimento de suas obras (decr. n. 4.082); autoriza a abrir os necessarios para o transporte, viagens e hospedagem do rei da Belgica, Alberto I e sua real familia (decr. n. 4.084); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 5:000\$ para pagamento de ajudas de custo em 1919 ao depulado Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (decr. n. 4.085); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 80:756\$330 para pagamento a José Alves de Cerqueira Cesar Filho, em virtude de sentença (decr. n. 4.088); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 24:826\$660 para pagamento a D. Constança Vianna da Costa França e outras, em virtude de sentença (decr. n. 4.089); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:323\$232 para pagamento a D. Maria de Almeida Martins Costa, em virtude de sentença (decr. n. 4.090); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 21:749\$999 para pagamento de vencimentos ao bacharel Durval Castello Branco, juiz municipal de Senna Madureira (decr. n. 4.093); autoriza a abrir os necessarios até 150:000\$ para auxiliar os representantes das sociedades desportivas brasileiras á Olympiada Internacional de Antuerpia (decr. n. 4.094); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 150:000\$, ouro, para ultimação dos trabalhos da delegação brasileira á Conferencia da Paz (decr. n. 4.095); autoriza, a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 60:000\$ para regularizar as despesas com obras urgentes do Instituto Oswaldo Cruz (decr. n. 4.096); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 229:697\$674 para pagar a Joaquim Gonçalves dos Santos Pereira, em virtude de sentença (decr. n. 4.097); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o de 4:200\$, ouro, para despesas com a manufecção no estrangeiro do alumno da Escola de Minas de Ouro Preto Joaquim Ribeiro de Oliveira e

dá outras providencias (decr. n. 4.098); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 74:431\$826, supplementar á verba 8<sup>a</sup> (decr. n. 4.100); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os supplementares de 50:000\$, á verba 16<sup>a</sup>, e 25:000\$ á verba 3<sup>a</sup> (decr. n. 4.101); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os especiaes de 17:400\$ para pagamento ao Lloyd Brasileiro e de 3:519\$999 para pagamento de gratificação adicional a um tachygrapho (decr. n. 4.102); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 120:866\$823 para pagamento a Iriondo & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 4.103); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 20:637\$779 para pagamento ao desembargador Esperidião Eloy de Barros Pimentel, em virtude de sentença (decr. numero 4.104); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 7:438\$ para pagamento de despesas com a aquisição de mobiliario para a 2<sup>a</sup> Pretoria Criminal (decr. n. 4.105); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 526\$503 para pagamento de gratificação a Leopoldo José da Silva Tavares por ter servido de contador da Administração dos Correios de Maranhão (decr. n. 4.106); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 15:000\$, ouro, para despesas com a representação do Brasil no Congresso Postal Universal, em Madrid (decr. n. 4.108); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o de 12:411\$323, ouro, para complemento da garantia de juros á "Rio de Janeiro City Improvements" (decreto n. 4.109); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 20:000\$, para aquisição de um terreno em Jacarépaguá (decr. n. 4.110); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 9:000\$ para indemnização a D. Carolina Rodrigues da Cruz e aos outros herdeiros de João Rodrigues da Cruz (decr. n. 4.111); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 1.889:260\$ para aquisição de material para a linha ferrea da Barra Bonita e Rio do Peixe (decr. numero 4.112); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:940\$330 para pagamento a D. Maria Isabel de Macedo Sayão Lobato e outro, em virtude de sentença (decr. n. 4.113); autoriza a abrir o de 207:233\$ para indemnização á Caixa Especial de Portos, pela cessão de immoveis ao Ministerio da Justiça (decr. n. 4.114); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 12:773\$ para a aquisição de mobiliario para as pretorias criminaes (decr. n. 4.118); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 3.888:066\$262 para pagamento da fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo em 1919 (decr. n. 4.119); abre os necessarios para trasladação dos restos mortaes do ex-imperador Dom Pedro II e de sua esposa, D. Thereza Christina (decr. n. 4.120); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 275:000\$ para aquisição de machinismos para a Imprensa Nacional (decr. n. 4.123); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:190\$958 para pagamento a José Pires Cordovil da Silveira de juros de lettras do Thesouro (decr. n. 4.124); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 13:202\$100 para pagamento da gratificação de 30 %, sobre os vencimentos, a Carlos Alberto Machado e outro (decr. n. 4.125); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 18:499\$354 para pagamento de vencimentos a Antonio Teixeira de Oliveira, esrivão do extincto Primeiro Posto Fiscal do Alto-Juruá (decr. n. 4.126); autoriza

a abrir ao Ministerio da Viacão o especial de 6:500\$ para pagamento de indemnizações de terrenos occupados e prejuizos causados com a construcção da Estrada de Ferro Oeste de Minas, entre Bello Horizonte e Divinopolis (decr. n. 4.127); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 17:842\$839 para regularizar a despesa com o pagamento de vencimentos de fiéis de armazem, extinctos, da Alfandega do Rio e dá outras providencias (decr. n. 4.129); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 20:504\$390 para pagamento a D. Eulalia de Mendonça Loureiro, em virtude de sentença (decr. n. 4.130); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:277\$136 para pagamento de differença de gratificação a Seraphim Francisco Gonçalves, fiel de armazem, extinto, da Alfandega do Rio Grande (decr. numero 4.131); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 65:192\$690 para pagamento a Julio Fernandes Rosa, em virtude de sentença (decr. n. 4.132); autoriza a abrir ao Ministerio da Viacão o especial de 71:003\$183 para pagamento de despesas feitas pela Companhia Oeste de Minas, por occasião da *grippe* (decr. n. 4.133); autoriza a abrir o necessario para pagar os vencimentos do cargo de capitão auxiliar do Departamento de 2ª linha (decr. n. 4.135); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 49:933\$747 para pagamento ao tenente do Exercito Plinio Gravatá, em virtude de sentença (decr. n. 4.136); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 21:570\$157 para pagamento a Euclides Passos Martins, em virtude de sentença (decr. n. 4.137); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 3.402\$923 para pagamento de vencimentos a Arthur Simas Magalhães, ex-fiel da Alfandega da Bahia (decr. n. 4.138); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 529:514\$654 para pagamento de lenha fornecida á Estrada de Ferro Oeste de Minas em 1919 (decr. n. 4.140); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 1:123\$500 para pagamento a Antonio Teixeira de Oliveira, escrivão do extinto 1º Posto Fiscal do Alto-Juruá (decr. numero 4.141); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 139:400\$ para pagamento a Manoel Pedro & Comp. de premio pela construcção do navio *Manoel Pedro I* (decreto n. 4.142); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 16:300\$ para pagamento a D. Angelina Costa de Lima Drummond e outra, em virtude de sentença (decr. numero 4.143); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os especiaes necessarios para pagamento de gratificações addicionaes aos funcionarios das escolas de aprendizes artifices, de inspectorias agricolas do Pará e Amazonas e Serviço de Protecção aos Indios (decr. n. 4.144); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 946\$530 para pagamento de differença de vencimentos a João Ferdinandino Costa, ex-fiel de armazem da Alfandega do Rio Janeiro (decr. n. 4.145); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 46:257\$450 para pagamento de differença de montepio a D. Maria Elisa Lobo Pereira e outros (decr. n. 4.146); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 20:000\$, complementar á verba 4ª, para pagamento de subvenção á Companhia Nacional de Navegação Costeira (decr. n. 4.147); autoriza a abrir ao Ministerio da Viacão o especial de 1:400\$ para pagamento a Octavio Felix de Carvalho, official da Inspectoria



de Esgotos (decr. n. 4.148); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 10.766:655\$, complementar á verba 6ª — Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 4.150); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 52:567\$475 para pagamento de differença de vencimentos ao bacharel Elias Fernandes Leite, auditor de guerra da 1ª Região (decr. numero 4.151); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:160\$ para pagamento do augmento de vencimentos a Alvaro da Rocha Vianna e Carlos Alberto Machado, encarregados de modelos da Imprensa Nacional (decr. n. 4.152); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:650\$ para pagamento de diarias a Godofredo Cavalcanti da Cunha Vasconcellos e José Guedes Corrêa Gondim, encarregado e escrivão do 4º Posto Fiscal do Acre (decr. n. 4.153); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 6:000\$ para pagamento de differença de vencimentos ao Dr. Ernesto Claudino de Oliveira e Cruz, auditor de guerra (decr. n. 4.155); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:650\$ para pagamento aos sargentos-ajudantes reformados José Miguel Alves e Benedicto Leite da Cunha Mattos e ao segundo sargento, reformado, Laudelino Joaquim da Silva (decr. numero 4.157); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:183\$992 para pagamento da gratificação adicional a Raymundo Carvalho de Araujo e Silva, funcionario da Delegacia Fiscal em Matto Grosso (decr. n. 4.158); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 10:044\$990 para pagamento de vencimentos a Arnobio de Barros Monteiro, encarregado do extinto 3º Posto Fiscal de Alto-Purus (decr. n. 4.159); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:899\$600 para pagamento de dois terços de salario do operario invalido da Casa da Moeda, Alfredo Luiz de Souza Teixeira, em 1918 (decr. n. 4.160); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:004\$691 para pagamento ao Dr. Luiz Alves Pereira, em virtude de sentença (decr. n. 4.161); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 2:666\$667, ouro, para pagamento de mensalidades ao capitão de corveta Alvaro Rodrigues de Vasconcellos (decr. n. 4.162); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 13:870\$967 para pagamento de vencimentos ao desembargador Fernando Luiz Vieira Ferreira (decr. n. 4.163); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 200:000\$ para despesas com os convenios celebrados na Conferencia de Limites Inter-estaduaes (decr. n. 4.164); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os supplementares de 96:911\$495 e 20:116\$550 a consignações da verba 21ª (decr. n. 4.165); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 3:274\$830 para pagamento de gratificação ao ex-ajudante da Inspectoria do Serviço de Protecção aos Indios Joaquim Gregoriano de Andrade (decr. n. 4.167); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 8:669\$773 para pagamento a D. Maria Aristhêa de Araujo Jorge e filhos, em virtude de sentença (decr. n. 4.168); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 800:000\$, complementar á verba 34ª (decr. n. 4.169); autoriza a abrir os necessarios até 1.000:000\$, ouro, em cada exercicio, para adquirir edificios para as nossas embaixadas e legações nos paizes estrangeiros (decr. n. 4.171); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis

138:539\$324, ouro, para entrega ao governo do Maranhão da importancia da taxa de 2 %, destinada ás obras do porto de S. Luiz, nos exercicios de 1917 a 1919 (decr. n. 4.172); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 450:000\$, complementar ás verbas 6ª e 8ª (decr. n. 4.173); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 24:759\$446, complementar á verba 16ª (decr. n. 4.176); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:691\$510 para pagamento a Felipe Monteiro de Barros, em virtude de sentença (decr. numero 4.177); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 147:720\$ para pagamento de gratificações aos encarregados da escripturação por partidas dobradas, nas repartições de Fazenda (decr. n. 4.178); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:384\$531 para pagamento a D. Jesuina da Cruz Rondelli, em virtude de sentença (decreto n. 4.179); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 200:000\$ para compras de machinas para a Casa da Moeda (decr. n. 4.180); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 550:000\$ para reparos do material fluctuante da Alfandega do Rio de Janeiro e outras despesas (decr. n. 4.181); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 30:978\$491 para pagamento ao capitão-tenente Olavo Luiz Vianna (decr. n. 4.183); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 28:761\$259 para pagamento de gratificações a docentes e preparadores da Escola Militar (decr. n. 4.184); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o especial de 17:000\$ para pagamento de substituições e vantagens regulamentares ao pessoal dos Telegraphos em 1919 (decr. n. 4.185); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 56:950\$, complementar á verba 18ª (decr. n. 4.189); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 833:621\$477 para substituições, reparos e accrescimos do material de vigilancia das alfandegas (decr. n. 4.190); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 375:317\$828, ouro, para pagamento á "Société de Construction du Port de Pernambuco" (decr. n. 4.193); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 35:627\$997 para pagamento a Francisco de Azevedo Soares de Campos e Castro e sua mulher, em virtude de sentença (decr. n. 4.194); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 2.300:000\$ complementar á verba 23ª (decr. n. 4.198); autoriza a abrir para concertos e obras de que carecem as repartições (decreto n. 4.197); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 5.330\$, até o maximo de 60:000:000\$ para electrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 4.199); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os de 198:480\$436, complementar á verba 21ª e o especial de 4:300\$ para differença de vencimentos a funcionarios da Camara dos Deputados (decr. numero 4.202); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 77:226\$, complementar á verba 6ª (decr. n. 4.204); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 1.559:602\$194, papel, e 25:311\$861, ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 4.208); autoriza a abrir ao Ministerio da Vição o de 352:000\$, complementar á verba 3ª (decr. n. 4.210); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 5:944\$579 para pagamento de pensões a guardas civis (decr. n. 4.211); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 7:720\$671 para restituição de peculios de

aprendizes marinheiros (decr. n. 4.212); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 230:000\$ complementar á verba 2ª (decr. n. 4.213); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 20:239\$060 para pagamentos de juros de mora ao Dr. Antonio Angra de Oliveira e outros (decr. n. 4.214); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 3.000:000\$, complementar á verba 31ª (decr. n. 4.216); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 113:142\$ para pagamento de vencimentos a funcionarios da Escola do Estado-Maior e de outras despesas (decr. n. 4.217); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem á alumna do Instituto Nacional de Musica, Heloisa Accioly de Brito (decr. n. 4.219); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 100:000\$ para despesas da verba 30ª (decr. n. 4.220); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 13:200\$ para pagamento de 22 medalhões para a Escola Nacional de Bellas Artes (decr. numero 4.221); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação os espeziaes de 7:319\$858 para pagamento de substituições de 1919 e de 53:000\$ para pagamento ao pessoal titulado da Fiscalisação do Porto da Victoria (decr. n. 4.222); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 13:814\$426 para pagamento ao capitão de mar e guerra Santiago Rivaldo, em virtude de sentença (decr. n. 4.223); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 13:250\$ para pagamento de vencimentos a Edison Mendes de Oliveira, ex-escrivão do 3º Posto Fiscal do Alto-Juruá (decr. n. 4.224); autoriza a abrir o especial de 14:400\$ para pagamento de gratificação a docentes da Escola Militar (decr. n. 4.225); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 349:794\$179, ouro, para pagamento de juros á Companhia Concessionaria das Obras do Porto da Bahia (decr. n. 4.229); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 39:520\$ para pagamento de gratificações aos almirantes membros do Conselho do Almirantado (decr. n. 4.234 A); abre o de réis 873:597\$873, papel, saldo da quantia de 895:272\$751, ouro, para mandar restituir ao Estado do Maranhão a taxa de 2 %, ouro, cobrada nos annos de 1909 a 1916 (decr. n. 4.232); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 2.000:000\$ para construcção de estradas de rodagem (decreto n. 4.234).

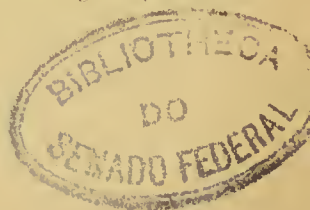
CRIMES — Ver EXTRADIÇÃO — PENAS.

CRIMINOSOS — Ver TRATADOS.

CULTURA — Ver MEDIDAS.

CUMPRIMENTO — Ver SENTENÇAS.

CUNTIAGEM — Ver MOEDAS.



CURSO — Declara sem applicação os §§ 1º e 2º do art. 192 do regulamento da Escola Militar á turma de officiaes que estuda o segundo anno de engenharia (decr. n. 3.600) — Ver ALUMNOS — CERTIFICADO — ESCOLAS — FACULDADES — OFFICIAES.



## D

DAMNO — Ver ACÇÃO.

DECRETOS — Revoga os arts. 3º, 4º e 8º do de n. 1.644, de 1907 (decr. n. 2.741); rectifica o de n. 3.043, de 1915 (decr. n. 3.106); rectifica o legislativo de n. 3.143, de 1916 (decr. n. 3.177); revoga o legislativo de n. 3.151, de 1916 (decr. n. 3.379); altera o art. 25 do de n. 11.530, de 1918 (decr. n. 3.636); approva o do Poder Executivo de n. 12.790, de 1918 (decr. n. 3.918); revoga os arts. 1º e 2º do de numero 78 A, de 1889 (decr. n. 4.120).

DELEGACIA — Reorganiza a do Thesouro em Londres (decr. n. 2.485) — Ver ALFANDEGAS.

DELICTOS — Ver ADUBOS — ESTADO — PENAS.

DENOMINAÇÃO — Estabelece nova para os funcionarios civis dos estabelecimentos militares de ensino, fixando-lhes os vencimentos (decr. n. 3.494) — Ver MACHINISTAS.

DEPARTAMENTOS — Ver DIRECTORIA.

DEPOSITOS — Autoriza a elevar até o maximo de 10:000\$ o na Caixa Economica (decr. n. 2.986).

DEPUTADO — Ver AJUDA DE CUSTO — ELEIÇÕES — MILITAR — SUBSIDIOS.

DESAPROPRIAÇÕES — Ver CREDITOS — ESTADO — TERRENOS.

DESASTRE — Ver PENSÕES.

DESDOBRAMENTO — Ver RESPONSABILIDADE.

DESFALQUE — Ver RESPONSABILIDADE — RESTITUIÇÕES.

DESERÇÃO — Ver FORÇAS.

DESINFECÇÃO — Ver POSTOS.

DESPACHANTES — Ver CLASSE.

DESPESAS — Autoriza a pagar ao engenheiro Lourenço Bacta Neves a quantia de 36:120\$ de indemnização pelas forçadas, nos Estados Unidos, em serviço de propaganda do Brasil (decr. n. 2.548) — Ver CARVÃO — CREDITOS — LEIS — OPERAÇÕES — ORÇAMENTO — RECTIFICAÇÃO — REPRESENTAÇÃO.

DESPOJOS — Ver CREDITOS — DECRETOS.

DIARIAS — Ver GRATIFICAÇÕES — VENCIMENTOS.

DIFFERENÇA DE VENCIMENTOS — Ver CREDITOS — PRESCRIÇÃO — SOLDÓ.

DIPLOMAS — Estabelece bases para o reconhecimento dos conferidos pelas escolas de agricultura e medicina veterinaria do paiz (decr. n. 4.195).

DIRECTORES — Ver LABORATORIOS — VENCIMENTOS.

DIRECTORIA — Autoriza a reorganizar, sem augmento de despesas, a do Serviço de Povoamento, dando-lhe a denominação de Departamento Nacional do Trabalho (decr. n. 3.550) — Ver LEIS.

**DIREITOS** — Autoriza a mandar restituir os pagos pela Faculdade de Medicina de Bello Horizonte com a importação de objectos destinados aos seus gabinetes e laboratorios (decr. n. 2.785) — Ver **CONVENÇÕES** — **CREDITOS** — **FRETES** — **MATERIAL** — **PENSÕES** — **PHARMACEUTICOS** — **PRESCRIPÇÃO**.

**DISPENSA** — Autoriza a do serviço, do operario José dos Santos, da Fabrica de Polvora sem Fumaça (decr. n. 3.590).

**DISPONIBILIDADE** — Declara a do professor da cadeira de historia de bellas-artes da Escola Nacional de Bellas Artes, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello (decr. n. 3.238 — Ver **MILITAR**).

**DISPOSIÇÕES** — Ver **OBRAS**.

**DISTINCTIVO** — Autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o credito especial de 1:104\$475 para pagamento da despesa com o do cargo de presidente da Republica (decr. n. 2.788); estabelece para os engenheiros geographos (decr. n. 2.835).

**DISTRIBUIÇÃO** — Autoriza a da quantia de 22:065\$741 votada a mais em diversas verbas do orçamento do Interior, que ficou sem applicação (decr. n. 3.113) — Ver **FACULDADES**.

**DISTRICTO FEDERAL** — Ver **ELEIÇÕES**.

**DIVIDAS** — Suspende por 30 dias o vencimento das prestações por hypothecarias ou pignoraticias (decr. n. 2.862) — Ver **CREDITOS**.

**DIVISÃO** — Ver **LITORAL** — **SECÇÕES** — **VENCIMENTOS**.

**DOCENTES** — Ver **MAGISTERIO**.

**DOCUMENTOS** — Ver **RESPONSABILIDADE**.

**DOMINIO** — Ver **TERRENOS**.

**DROGAS** — Ver **CREDITOS**.

## E

**EDIÇÃO** — Ver **CODIGOS**.

**EDIFICIOS** — Autoriza a adquirir para as nossas embai-xadas e legações, nos paizes estrangeiros (decr. n. 4.171) — Ver **CREDITOS**.

**EDUCAÇÃO** — Autoriza a subvencionar, no estrangeiro, durante tres annos, o aperfeiçoamento artistico de Maria de Verney Campello e Lydia de Albuquerque Salgado (decr. número 3.972) — Ver **MATRICULA**.

**ELECTRIFICAÇÃO** — Ver **TRACÇÃO**.

**ELEIÇÕES** — Adia as para a formação do Conselho Municipal e preenchimento de vagas de senador e deputado pelo Districto Federal (decr. n. 3.169); adia as municipaes para o mez de abril de 1917 (decr. n. 3.206); adia para 1 de marco de 1918 as para a renovação da Camara dos Deputados e do Senado (decr. n. 3.424); adia para 26 de outubro de 1919 a marcada para preenchimento de duas vagas de deputado

pelo Districto Federal (decr. n. 3.758) — VER ALISTAMENTO — LEGISLAÇÃO — MILITAR — PROCESSO — SECÇÕES — VAGAS.

ELEVAÇÃO — VER EMISSÃO — GUARDAS — IMPORTANCIA — MESAS DE RENDAS — PERCENTAGENS — REGISTRO — VENCIMENTOS — VERBAS.

EMBAIXADA — VER LEGAÇÃO — REPRESENTAÇÃO..

EMBARQUE — VER TEMPO.

EMISSÃO — Autoriza a em noias do Thesouro Nacional até 250.000:000\$ (decr. n. 2.863); autoriza na quantia necessaria até o maximo de 350.000:000\$ (decr. n. 2.986); autoriza a de papel-moeda até 300.000:000\$ (decr. n. 3.316); autoriza a elevar a de que trata o decreto n. 12.963, de 1918, até cinco vezes o valor do fundo metallico (decr. n. 3.546); autoriza a de apolices, papel, ao par, na importancia de 6.172:000\$, para pagamento á Companhia Nacional de Navegação Costeira (decr. n. 3.738); autoriza a fazer uma de papel-moeda (decr. n. 4.182) — VER CARTEIRA — CHEQUES.

EMPREGADOS — Considera publicos, civis, os cominandantes, sargentos e guardas das alfandegas e mesas de rendas (decr. n. 2.908) — VER OFFICIAES — QUOTAS — VENCIMENTOS.

EMPREGO — VER ESTRADAS DE FERRO.

EMPRESAS — VER ACQUIZIÇÃO — CREDITOS — INDUSTRIA.

EMPRESTIMOS — Autoriza a Escola de Engenharia do Porto Alegre a contrahir um, em obrigações ao portador, dando em garantia a subvenção que lhe foi concedida (decr. numero 3.198); autoriza a realizar um, ao Estado do Amazonas, até a quantia de 15.000:000\$ a juros de 4 % (decr. 3.650); autoriza a realizar um ao Estado do Pará, até a quantia de 15.000:000\$ (decr. n. 3.732); autoriza o Fluminense Football Club a contrahir um, em obrigações, até 5.000:000\$ (decr. n. 3.955); autoriza o Jockey Club a contrahir um, em obrigações ao portador, até á importancia de 5.000:000\$, com hypothecca especial dos immoveis que possui (decr. n. 4.134) — VER CREDITOS — EMISSÃO.

ENCAMPAÇÃO — VER ESTRADAS DE FERRO.

ENCARGOS — VER ESTRADAS DE FERRO.

ENCOMMENDAS POSTAES — VER CONVENÇÕES.

ENGANO — VER LEIS.

ENGENHEIROS — VER CERTIFICADO — CURSO.

ENSINO — VER CREDITOS.

ENTRANCIA — VER OFFICIAES.

ENTREPOSTOS — VER MERCADORIAS.

ÉPOCA — VER EXAMES.

EQUIPARAÇÃO — VER ORDENADO — VENCIMENTOS.

EQUIVOCO — VER LEIS — QUADROS.

ESCOLA DE PHARMACIA DE OURO PRETO — VER PHARMACEUTICOS.

ESCOLA POLYTECHNICA — VER VENCIMENTOS.



ESCOLAS — Autoriza a criação de uma de aprendizes mar-inheiros no rio Araguaya (decr. n. 2.747); reduz ao período de tres mezes de applicação para es alumnos que concluirem o curso da de Guerra pelo regulamento de 1905 (decr. numero 2.884); faculta aos alumnos da Militar, que estudem os cursos de artilharia e engenharia, proseguir nelles, embora obtenham antes promoção (decr. n. 2.978); autoriza a abrir os creditos para admissão e graça na Naval de 19 candidatos approvados em concurso (decr. n. 3.633) — Ver ALUMNOS — CERTIFICADO — CREDITOS — DIPLOMAS — DISPONIBILIDADE — EMPRESTIMOS — PREPARADORES — REGULAMENTOS — TERRAS — UTILIDADE.

ESCOLAS DE APRENDIZES — Ver APOSENTADORIA.

ESCOTEIROS — Ver UTILIDADE.

ESCREVENTES — Ver TITULOS.

ESCRITURAÇÃO — Ver CREDITOS.

ESCRITURARIOS — Ver ORDENADO — VENCIMENTOS.

ESCRIVÃES — Dispõe que os do alistamento eleitoral nenhuma retribuição tenham por título que entregarem ao eleitor (decr. n. 3.542); concede ao da auditoria do Departamento da Guerra as regalias e vantagens de que actualmente goza o civil, da auditoria Geral de Marinha (decr. n. 3.670) — Ver CREDITOS — EMPREGADOS — MESAS DE RENDA — RESTITUIÇÕES.

ESPOLIO — Ver BENS.

ESTABELECIMENTOS — O material, machinismos, accessórios e utensilios destinados á construcção e exploração dos frigorificos que se fundarem terão isenção de direitos e de expediente, durante cinco annos (decr. n. 3.347) — Ver ALUMNOS.

ESTAÇÕES — Ver CORPO DE BOMBEIROS — SERVIÇOS.

ESTADO — Publica a resolução do Congresso Nacional que approva o de sitio declarado pelo Poder Executivo nos decretos ns. 10.796, 10.797, 10.835 e 10.861 e os actos praticados (decr. n. 2.858); reconhece e proclama o de guerra, iniciado pelo imperio allemão contra o Brasil (decr. numero 3.361); declara até 31 de dezembro de 1917 o de sitio nas partes do territorio da União que o exigirem (decr. n. 3.393); autoriza, em quanto durar o de guerra, o usar da propriedade particular immovel; a desapropriar toda a sorte de bens; a requisitar qualquer quantidade de generos de primeira necessidade (decr. n. 3.533); publica a resolução do Congresso Nacional approvando os decretos do Poder Executivo que prorogam o de sitio em 1917 e 1918 (decr. n. 3.541) — Ver ASSEMBLÉA — EMPRESTIMOS — INTERVENÇÃO — RESTITUIÇÕES.

ESTAFETAS — Ver LICENÇAS.

ESTALEIROS — Ver COMPANHIAS — EMISSÕES.

ESTATISTICA COMMERCIAL — Ver VENCIMENTOS.

ESTATUA — Ver MONUMENTOS.

ESTRADAS DE FERRO — Regula a responsabilidade civil (decr. n. 2.681); autoriza a conceder ao engenheiro Justino

Norbert, ou á companhia que organizar, privilegio por 70 annos para construcção, uso e gozo de uma entre Guaratinguetá e Paraty-mirim (decr. n. 2.809); não poderão ser feitas concessões para construcção, sinão por lei especial (decr. numero 2.857); autoriza a entrar em accôrdo com os contratantes das construcções, concessionarios e arrendatarios, com intuito de reduzir os encargos do Thesouro (decr. n. 2.912); autoriza a conceder privilegio por 60 annos para construcção, uso e gozo de diversas (decr. n. 2.943); sanciona a resolução legislativa que autoriza a concessão do privilegio até 60 annos para a construcção de um ramal da de Lorena a Piquete, em direcção ao planalto central (decr. n. 3.298); autoriza a encampação da Centro Oéste da Bahia (decr. n. 3.337); prohibe o emprego de locomotivas desprovidas de rédes protectoras capazes de impedir o incendio nos terrenos marginaes (decr. n. 4.201); autoriza a entrar em accôrdo com a Camara Municipal de Lavras para transferencia da linha de bondes e installação hydro-electrica da Oéste de Minas (decr. n. 4.207). — Ver CREDITOS — PROTOCOLLOS — TRACÇÃO — VERBAS.

ESTRANGEIROS — Ver EXTRADIÇÃO.

ESTUDANTES — Ver EXAMES.

ESTUDOS — Ver PENSÕES.

EXAMES — Considera validos os de preparatorios prestados nos institutos de ensino equiparados (decr. n. 4.074); estabelece uma segunda época dos de preparatorios (decr. numero 4.228) — Ver ALUMNOS — MÉDIAS.

EXEMPLARES — Ver CÓDIGOS.

(EXERCICIO — Ver APOSENTADORIA — CREDITOS.

EXERCITO — Ver ALISTAMENTO — COMMISSÃO — HONRAS — INFERIORES — MAGISTERIO — OFFICIAES — PHARMACEUTICOS — POSTOS — PROMOÇÕES — QUADROS — REFORMAS — SERVIÇOS — SORTEIO.

EXONERAÇÃO — Ver RESPONSABILIDADE.

EXPLORAÇÃO — Ver CAES — ESTABELECIMENTOS — INDUSTRIA — PORTOS.

EXPOSIÇÃO — Ver REPRESENTAÇÃO.

EXTENSÃO — Ver OBRAS — REGALIAS.

EXTRADIÇÃO — Regula a de nacionaes e estrangeiros e o processo e julgamento dos mesmos (decr. n. 2.416).

EXTRAVIO — Ver APOLICES — CREDITOS.

## F

FABRICAS — Ver CREDITOS — DISPENSA — VENCIMENTOS.

FABRICAÇÃO — Ver MANTEIGA.

FACULDADES — Autoriza a distribuir a quantia de 47:743\$535, votada a menos para pagamento do magisterio e

mais funcionarios da de Medicina do Rio de Janeiro (decreto n. 3.096); autoriza a despende com a organização definitiva dos gabinetes da de Medicina do Rio de Janeiro até á quantia de 150:000\$ (decr. n. 3.499); incorpora á de Medicina do Rio de Janeiro a Maternidade das Laranjeiras (decr. n. 3.604); autoriza a transformar em de Odontologia o curso de odontologia da de Medicina do Rio de Janeiro (decr. n. 3.830) — Ver ALUMNOS — CREDITOS — DIREITOS — FRETES — MATRICULA.

FAIXA — Ver TERRAS.

FALSIFICAÇÃO — Ver ADUBOS.

FARDAMENTO — Autoriza a fornecer aos reservistas que se incorporarem ás manobras navaes (decr. n. 4.080).

FAVORES — Ver CASAS — IMMOVEIS — INDUSTRIA.

FEDERAÇÃO — Ver UTILIDADE.

FÉRIAS — Regula as forenses (decr. n. 3.677).

FERRO — Ver PRODUÇÃO.

FIADOR — Ver QUITAÇÃO.

FIANÇAS — Ver LETRAS.

FILHOS — Ver BENEFICIOS.

FILIAES — Ver GABINETE.

FISCALIZAÇÃO — Manda instituir a de bancos e casas bancarias (decr. n. 4.182) — Ver IMPOSTOS — QUOTAS — SERVIÇOS — TAXAS.

FIXAÇÃO — Ver FORÇAS — SUBSIDIOS.

FLUMINENSE FOOT-BALL CLUB — Ver EMPRESTIMOS.

FOGUISTAS — Ver APOSENTADORIA.

FOMENTO — Ver PRODUÇÃO.

FONTES — Ver AGUAS.

FORÇAS — Fixa as de terra para o exercicio de 1912 (decr. n. 2.497); fixa a naval para o exercicio de 1912 (decr. n. 2.530 A); fixa as de terra para o exercicio de 1913 (decr. n. 2.718 A); fixa a naval para o exercicio de 1913 (decr. numero 2.718 B); fixa as de terra para o exercicio de 1914 (decr. n. 2.828); fixa a naval para o exercicio de 1914 (decr. n. 2.844); fixa as de terra para o exercicio de 1915 (decr. n. 2.918); fixa a naval para o exercicio de 1915 (decr. n. 3.072); fixa as de terra para o exercicio de 1916 (decr. n. 3.088); fixa a naval para o exercicio de 1917 (decr. numero 3.214); fixa as de terra para o exercicio de 1917 (decr. n. 3.216); fixa as de terra para o exercicio de 1918 (decr. n. 3.414); fixa a naval para o exercicio de 1918 (decr. numero 3.449); fixa as de terra para o exercicio de 1919 (decr. n. 3.669); fixa a naval para o exercicio de 1919 (decr. numero 3.722); fixa a naval para o exercicio de 1920 (decr. numero 4.045); fixa as de terra para o exercicio de 1920 (decr. n. 4.028).



FORMICIDAS — Autoriza a fornecer preparados e apparelhos aos lavradores inscriptos e ás camaras municipaes (decr. n. 3.489).

FORNECIMENTO — Ver FARDAMENTO — FORMICIDAS.

FÔRO — Ver FÉRIAS.

FRANQUIA — Autoriza a conceder postal e telegraphica á commissão central encarregada da commemoração do bi-centenario de Matto Grosso (decr. n. 3.752).

FRÉTES — Autoriza a mandar restituir os pagos pela Faculdade de Medicina de Bello Horizonte á Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 2.785).

FRIGORIFICOS — Ver ESTABELECIMENTOS.

FUNCCIONARIOS — Ver AQUISIÇÃO — APOSENTADORIA — CONCURSOS — DENOMINAÇÃO — LABORATORIOS — LICENÇAS — MESAS DE RENDAS — QUADROS — RESPONSABILIDADE — REVERSÃO — VENCIMENTOS.

## G

GABINETE — Determina que o de Identificação da Guerra tenha a seu cargo o serviço de identificação criminal militar (decr. n. 3.958) — Ver DIREITOS — FACULDADES — FRETES — RENDA — REVISÃO — UTILIDADE — VENCIMENTOS.

GENEROS — Ver ESTADO.

GOMMA ELASTICA — V. PENHOR.

GOSO — Ver ESTRADAS DE FERRO.

GRADUAÇÃO — Ver POSTOS.

GRATIFICAÇÕES — Restabelece a do almirante José Candido Guillobel como ministro do Supremo Tribunal Militar (decr. n. 2.541); confere aos officiaes, sub-officiaes e praças da Marinha, em serviço de aviação e no de submarinos, diarias, além dos vencimentos (decr. n. 4.051) — Ver APOSENTADORIA — CREDITOS — RELAÇÃO.

GUARDA NACIONAL — Ver PRASO.

GUARDA-MÓR — Ver CONCURSOS.

GUARDAS — Eleva de 20 o numero dos da Alfandega do Porto Alegre, e dá outras providencias (decr. n. 2.628); assegura uma pensão aos civis que se invalidarem em actos funcioneaes ou em consequencia delles, e dá outras providencias (decr. n. 3.605); autoriza a revisão do regulamento da Civil (decr. n. 3.676); os que, ao baixar o decreto numero 3.676, occupavam logares de reserva perceberão os vencimentos dos de 3ª classe (decr. n. 3.798) — Ver CREDITOS — EMPREGADOS — PENSÕES.

GUARDAS-MARINHA — Torna extensivas aos da turma de 1892 as disposições da lei n. 3.475, de 1896 (decr. n. 3.729).

GUERRA — Ver CREDITOS — ESTADO — NEUTRALIDADE — PROMOÇÕES.

GYMNASIO — Ver QUOTAS.

## H

HABILITAÇÃO — Ver ACQUIZIÇÃO — CASAS.

«HANGARS» — Ver AERO-CLUB.

HERDEIROS — Ver AONO — BENEFICIOS — CODIGOS — PENSÕES — VANTAGENS — VENCIMENTOS.

HERVA-MATTE — Ver PENHOR.

HONRAS — Concede ao primeiro sargento, mestre de musica da banda do Corpo de Bombeiros, Alberto Ignacio Pimentel, as do posto de segundo tenente (decr. n. 3.398); dispõe sobre applicação de militares a officiaes de terra e mar com serviços no Paraguay (decr. n. 3.793); concede, de general de brigada ou contra-almirante, aos officiaes com serviços na campanha do Paraguay (decr. n. 3.958); concede a Alberto I, rei dos belgas, as de cidadania brasileira e as do posto de marechal do Exército (decr. n. 4.154).

HORA — Determina a legal (decr. n. 2.784).

HOSPITAL — Crea, no Central da Marinha, o cargo de barbeiro e cabelleireiro (decr. n. 3.656) — Ver CREDITOS.

HYDROPLANO — Ver AERO-CLUB.

## I

IDADE — Ver POSTOS.

IDENTIFICAÇÃO — Ver GABINETE — REVISÃO.

IMMOVEIS — Ver ACQUIZIÇÃO — CASAS — ESTADO.

IMPORTANCIA — Eleva a que perechem a viuva e a filha do coronel Alfredo Vicente Martins, ex-director do Asylo de Invalidos da Patria, á correspondente ao meio soldo do posto de coronel, pela tabella de 1894 (decr. n. 4.107).

IMPOSTOS — Modifica a tabella do sobre vencimentos, subsidios, etc., estabelecida pelo decreto n. 2.919, de 1914 (decr. n. 3.343); manda abolir o sobre subsidios e vencimentos, a partir de 1 de outubro de 1918 (decr. n. 3.564); dá regulamento para a cobrança do de sello (decr. n. 3.966) — Ver CREDITOS — SENTENÇAS.

IMPRESSA NACIONAL — Ver CREDITOS — LICENÇAS.

INACTIVOS — Ver QUADROS.

INDEMNIZAÇÃO — Ver CREDITOS — DESPESAS.

INDEPENDENCIA — Ver CENTENARIO.

INDUSTRIA — Autoriza a conceder favores a empresas organizadas para explorar a siderurgica (decr. n. 2.406); autoriza a permittir que a particular se utilize do Arsenal de Marinha do Ladarío (decr. n. 3.672).

**INELEGIBILIDADE** — Prescreve os casos da para o Congresso Nacional e para a presidencia e vice-presidencia da Republica (decr. n. 2.419).

**INFERIORES** — Manda aproveitar nas nomeações de primeiro posto, á medida que forem occorrendo vaga, nos quadros, os do Exercito e da Armada, com qualquer dos cursos das faculdades de medicina (decr. n. 2.919 A).

**INSCRIPÇÃO** — Ver **MOEDAS** — **PRÓPRIO**.

**INSPECTORES** — O pagamento da quota aos federaes de ensino será feito em prestações mensaes (decr. n. 3.726).

**INSPECTORIA DE VEHICULOS** — Ver **SERVIÇOS**.

**INSTALLAÇÃO** — Ver **ESTRADAS DE FERRO**.

**INSTITUIÇÕES** — Ver **OBRAS** — **UTILIDADE**.

**INSTITUTOS** — Crea uma cadeira de inglez no Benjamin Constant (decr. n. 3.678); autoriza a reorganizar, *ad referendum* do Congresso Nacional, o Nacional de Musica (decr. n. 3.986) — Ver **CREDITOS** — **EXAMES** — **INSPECTORES** — **MATRÍCULA** — **MÉDIAS** — **QUOTAS** — **UTILIDADE**.

**INSTRUCCÃO** — Ver **MATRÍCULA** — **MISSÃO**.

**INTENDENTES** — Ver **CONCURSOS**.

**INTERVENÇÃO** — Autoriza a no Estado do Rio, dada a permanencia da dualidade de assembléas legislativas (decr. numero 2.422).

**INUNDAÇÃO** — Autoriza a auxiliar o Estado de Santa Catharina com a quantia de 1.000:000\$ para reparação dos prejuizos causados pela que alli occorreu (decr. n. 2.474).

**INVALIDEZ** — Ver **GUARDAS** — **PENSÕES**.

**INVERSÃO** — Ver **VERBAS**.

**IRRIGAÇÃO** — Ver **OBRAS**.

**ISENÇÃO** — Ver **ESTABELECIMENTOS**.

## J

**JORNAES** — Ver **VENCIMENTOS**.

**JUIZES** — Ver **FÉRIAS**.

**JULGAMENTO** — Ver **ENTRADIÇÃO**.

**JURISTAS** — Ver **ALISTAMENTO** — **SORTEIO**.

**JUROS** — Autoriza a pagar ao Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva Junior e outros os da mora a que foi condemnada a Fazenda Federal (decr. n. 2.429); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 659:200\$ para legalizar a despesa com o pagamento dos de apolices, em 1910 (decr. n. 2.787); autoriza a abrir o credito preciso para pagamento dos da mora até á liquidação da divida de que trata este decreto (decr. n. 3.469) — Ver **CREDITOS** — **RESPONSABILIDADE**.

**JUSTIÇA** — Ver **FÉRIAS** — **REPARTIÇÕES**.

## L

LABORATORIOS — Fixa os vencimentos do pessoal civil do Chimico e Pharmaceutico Militar e estabelece o modo de nomeação do director e funcionarios (decr. n. 2.711); reorganiza o Nacional de Analyses e crea, nas alfandegas (decr. n. 4.050) — Ver DIREITOS — FRETES.

LANCHAS — Autoriza a despende 20:000\$ com a aquisição de uma, a gazolina, para a Alfandega de Aracajú e 50:000\$ com a aquisição de uma para o serviço aduaneiro do porto da Victoria (decr. n. 4.233).

LAVRADORES — Ver FORMIGIDAS.

LAZARETOS — Ver CREDITOS.

LEGAÇÃO — Eleva á categoria de embaixada a do Brasil em Portugal (decr. n. 2.843) — Ver REPRESENTAÇÃO.

LEGISLAÇÃO — Modifica a eleitoral (decr. n. 4.215); modifica a sobre o alistamento eleitoral (decr. n. 4.226).

LEGISLATURA — Ver AJUDA DE CUSTO — SUBSÍDIOS.

LEGITIMA — Ver CODIGOS.

LEILÕES — Dispõe sobre judiciaes (decr. n. 3.967) — Ver PERCENTAGENS.

LEIS — Corrige as alterações com que foi publicada a de n. 2.356, de 1910 (decr. n. 2.408); corrige as alterações com que foi publicado o art. 88 da de n. 2.356, de 1910 (decr. numero 2.411); altera algumas disposições da eleitoral (decr. n. 2.419); corrige a alteração com que foi publicado o art. 82, n. VI, da de n. 2.356, de 1910 (decr. n. 2.421); corrige o equívoco verificado no art. 96 do de n. 2.356, de 1910 (decr. n. 2.447); torna extensivo á Armada o art. 123 da de n. 1.860, de 1908 (decr. n. 2.473); corrige as alterações com que foi publicada a de n. 2.738 (decr. n. 2.779); corrige o engano verificado na redacção do art. 92 da de n. 2.738, de 1913 (decr. n. 2.781); corrige engano verificado na redacção do art. 28 da verba 13<sup>a</sup>, n. 22, da de n. 2.738 de 1913 (decr. n. 2.782); corrige as alterações com que foi publicada a de n. 2.841, de 1913 (decr. n. 2.845); corrige a omissão com que foi publicada a de n. 2.842, de 1914 (decr. n. 2.856); corrige a alteração com que foi publicada a de n. 2.842, de 1914 (decr. n. 2.867); corrige alterações com que foi publicada a de n. 2.919, de 1914 (decr. n. 2.925); corrige alterações com que foi publicada a de n. 2.924, de 1915 (decr. n. 2.963); corrige alterações com que foi publicada a de n. 2.919, de 1914 (decr. n. 2.964); corrige a alteração com que foi publicada a de n. 3.070 A, de 1915 (decr. n. 3.103); corrige enganos com que foi publicada a de n. 3.089, de 1916 (decr. n. 3.104); corrige um engano com que foi publicada a de n. 3.089, de 1916 (decr. n. 3.110); corrige engano com que foi publicada a de n. 3.089, de 1916 (decr. n. 3.132); autoriza a rever a de n. 1.860, de 1916, sobre alistamento e sorteio militar (decr. n. 3.427); modifica o art. 184 da de despesa para 1918 (decr. n. 3.704); publica as correções da de receita para 1919 (decr. n. 3.707);



autoriza a consolidação das em vigor, constituindo um só regulamento para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e Directoria do Armamento (decr. n. 3.709); corrige enganos com que foi publicada a de n. 3.674 de 1919 (decr. n. 3.719); revoga a disposição do art. 86 da de n. 2.924, de 1915 (decr. n. 4.025) — Ver PENAS.

LETRAS — Suspende por 30 dias o vencimento das obrigações resultantes das de cambio e outros titulos commerciaes (decr. n. 2.862); prorroga por 90 dias o prazo a que se refere o decreto n. 2.862 (decr. n. 2.866); prorroga por 90 dias a moratoria estabelecida pelo decreto n. 2.866 (decr. numero 2.895); as emittidas em virtude da lei n. 2.919, de 1914, poderão ser acceitas para fianças, cauções e reservas das companhias de seguros (decr. n. 2.986) — Ver CONVENÇÕES.

LICENÇAS — Autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Carlos Augusto Pereira da Cunha, estafeta da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 2.366); autoriza a conceder a Manoel Pires Ferreira Filho, conferente de 2ª classe da Commissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro, um anno, com o ordenado, em prorrogação (decr. n. 2.367); concede ao secretario da inspecção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, Eugenio Candido da Silveira Rodrigues, um anno, com o ordenado, em prorrogação (decr. n. 2.371); autoriza a concessão de um anno, com o ordenado, ao conferente da Alfandega de Pernambuco, bacharel Francisco Chateaubriand Bandeira de Mello (decr. n. 2.375); autoriza a conceder a Alipio Napoleão Serpa Filho, amanuense da Bibliotheca Nacional, mais um anno (decr. n. 2.377); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao bacharel Nestor Meira, juiz da Córte de Appellação (decr. numero 2.378); autoriza a conceder ao desembargador do Tribunal de Appellação do territorio do Acre, Dr. Belisario Fernandes da Silva Tavora, um anno, com dois terços dos vencimentos (decr. n. 2.383); autoriza a conceder ao desembargador Aaulpho Napoles de Paiva um anno, com todos os vencimentos (decr. n. 2.384); autoriza a conceder ao desembargador Cassiano Candido Tavares Bastos um anno, com todos os vencimentos (decr. n. 2.385); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao juiz da Córte de Appellação, Caetano Pinto de Miranda Montenegro (decr. n. 2.388); autoriza a conceder ao estafeta de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Carlos Augusto Pereira da Cunha, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.396 A); autoriza a conceder a Manoel Pires Ferreira Filho, conferente de 2ª classe da Commissão das Obras do Porto do Rio de Janeiro, um anno, com o ordenado, em prorrogação (decr. n. 3.397 A); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Antonio Monteiro Barbosa da Silva, inspector sanitario (decr. n. 2.404); autoriza a conceder ao Dr. José Anastacio da Silva Guimarães, secretario do Tribunal de Appellação do territorio do Acre, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.405); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao secretario da Directoria Geral do Serviço de Povoamento, Nicolau Tolentino dos Santos (decr. n. 2.410); autoriza a conceder um anno, sem vencimentos, em prorrogação, ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, lente da Faculdade de Direito do Recife (decreto

n. 2.414); autoriza a concessão de um anno, com o ordenado, ao thesoureiro da Imprensa Nacional, Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá (decr. n. 2.423); autoriza a conceder ao lente da Escola Naval, Carlos Cesar de Oliveira Sampaio, um anno, sem vencimentos (decr. n. 2.424); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Porfirio Nogueira, procurador da Republica na secção do Amazonas (decr. numero 2.426); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Henrique Vaz Pinto Coelho, substituto do juiz da 1ª Vara do Districto Federal (decr. n. 2.427); concede ao terceiro escripturario da Estrada de Ferro Central do Brasil, José Luiz de Freitas, um anno, com vencimentos, em prorrogação (decr. n. 2.428); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Thyrso Queirolo Martins de Souza, amanuense da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 2.431); autoriza a conceder tres mezes, com o ordenado, em prorrogação, ao bacharel Alvaro da Silva Lima Pereira, procurador criminal da Republica (decr. n. 2.432); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Viriato Joaquim das Chagas Lemos, administrador dos Correios do Maranhão (decr. n. 2.436); concede ao bagageiro de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Francisco Coelho da Costa, seis mezes, com o ordenado (decr. n. 2.437); concede ao engenheiro-ajudante da commissão fiscal da rede de viação sul-mineira, Arlindo Gomes Ribeiro da Luz, um anno, sem vencimentos (decr. n. 2.439); concede um anno, com o ordenado, em prorrogação, ao telegraphista de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Geraldo Pires Ferreira Leal (decr. n. 2.440); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao medico adjunto do Exercito Dr. João Belford Saraiva (decr. n. 2.442); autoriza a conceder ao Dr. Antonio Acataussú Nunes, juiz federal na secção do Pará, oito mezes com o ordenado (decr. n. 2.446); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao conferente da Alfandega do Pará, José Olympio Gomes (decr. n. 2.448); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Eduardo Studart, juiz federal na secção do Ceará (decr. n. 2.449); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado ao bacharel João Baptista da Costa Carvalho, juiz federal na secção do Paraná (decr. numero 2.450); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao quarto escripturario da Alfandega do Pará, Joaquim Telles de Almeida (decr. n. 2.452); autoriza a conceder ao Dr. João Rodrigues da Costa, juiz de direito da 1ª Vara do Commercio do Districto Federal, um anno, com vencimentos (decr. numero 2.453); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao Dr. Antonio Augusto Cardoso de Castro, ministro do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 2.454); autoriza a conceder até um anno ao professor do Collegio Militar, Dr. Arlindo de Aguiar e Souza (decr. n. 2.455); concede a Lysanias de Cerqueira Leite, inspector da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno, sem vencimentos (decr. n. 2.457); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao segundo escripturario da Alfandega do Rio Grande Auto da Silveira Fontes (decr. n. 2.458); autoriza a conceder até um anno, com o ordenado, ao terceiro escripturario da Delegacia Fiscal na Bahia, Antonio Cardoso de Amorim (decr. n. 2.459); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Raul de Azevedo, administrador dos Correios do

Amazonas (decr. n. 2.460); autoriza a conceder até sete mezes, com o ordenado, ao bacharel João Alves de Castro, juiz de direito do Alto-Purús (decr. n. 2.461); autoriza a conceder um anno a José Antonio de Figueiredo (decr. n. 2.462); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, a Luiz José de Sampaio, substituto do juiz federal na secção do Rio Grande do Sul (decr. n. 2.465); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao almoxarife da Hospedaria de Immigrantes da ilha das Flores, Saturnino Nunes de Carvalho Lima (decr. numero 2.466); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Carlos Augusto Pereira da Cunha, estafeta de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 2.467); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a João Guilherme Stelling, auxiliar de escripta da Commissão fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro (decr. n. 2.468); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, em prorrogação, a José Bento Porto, fiscal junto á companhia "London and Lancashire" (decr. n. 2.472); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Luiz Antão da Silva Soares, inspector de 2ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. numero 2.476); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao cartorario da Delegacia Fiscal no Paraná, Eurico da Silva Faro (decr. n. 2.478); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, ao guarda geral da Estrada de Ferro Central do Brasil, Avelino José Soares (decr. n. 2.483); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Antonio Augusto Ribeiro de Almeida, promotor publico da comarca do Alto-Acre (decr. n. 2.486); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, ao auxiliar de escripta da Estrada de Ferro Central do Brasil, João José de Siqueira (decr. n. 2.489); autoriza o Governo a conceder um anno ao porteiro do Hospital Militar de Manaus (decr. n. 2.490); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. José de Lima Castello Branco, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica (decr. n. 2.495); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, ao bacharel Honorio Carrillo da Fonseca e Silva, procurador da Republica na secção do Rio Grande do Norte (decr. n. 2.496); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Jorge Vogeler, conductor de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 2.503); autoriza a conceder 60 dias, com o ordenado, ao agente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Dias Paes Leme Sobrinho (decr. n. 2.504); autoriza a conceder um anno, sem vencimentos, ao bacharel Carlos Domicio de Assis Toledo, promotor publico da comarca do Alto-Purús (decr. n. 2.505); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Francisco Constant de Figueiredo, auxiliar do Gabinete de Identificação e Estatística da Policia do Districto Federal (decr. n. 2.506); autoriza a conceder nove mezes, com todos os vencimentos, ao bacharel Elviro Carrillo da Fonseca e Silva, juiz da 2ª Vara Commercial da Capital Federal (decr. n. 2.513); concede seis mezes, com vencimentos, ao presidente do Tribunal de Contas, bacharel Didimo Agapito da Veiga (decr. n. 2.515); autoriza a conceder dois mezes, com todos os vencimentos, ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Epitacio Pessoa (decr. n. 2.519); autoriza a conceder ao desembargador Pedro Augusto de Moura Carijó, juiz da Córte de Appellação, um anno com todos os



vencimentos (decr. n. 2.520); autoriza a conceder um anno, com dois terços dos vencimentos, ao bacharel Domingos Américo de Carvalho, desembargador do Tribunal de Appellação do territorio do Acre (decr. n. 2.521); autoriza a conceder até um anno, com todos os vencimentos dos respectivos cargos, ao professor da Escola Polytechnica e Escola Naval, Dr. Augusto Saturnino da Silva Diniz (decr. n. 2.522); concede ao bacharel Antonio Marques da Costa Ribeiro, juiz de direito da 3ª Vara Cível desta Capital, oito mezes, com todos os vencimentos (decr. n. 2.523); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao praticante da Repartição Geral dos Telegraphos, bacharel Antonio Estanislão de Almeida Cunha (decr. n. 2.537); autoriza a conceder um anno ao Dr. Carlos Gomes Rebello Horta, promotor publico da comarca do Alto-Juruá, com dois terços dos vencimentos (decr. n. 2.543); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Francisco Pinto, estafeta-auxiliar de pneumaticos do Correio (decr. n. 2.549); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a João Carlos Freysleben, telegraphista de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 2.550); autoriza a conceder ao bacharel Tranquilino Graciano de Mello Leitão um anno, com o ordenado (decr. n. 2.559); autoriza a conceder nove mezes, com o ordenado, a Antonio José da Cunha Lima Braga, escripturário do Juizo Federal no Estado do Rio de Janeiro (decr. numero 2.561); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Luiz Quirino dos Santos, procurador da Republica no Estado do Rio de Janeiro (decr. n. 2.564); autoriza a conceder a José Thomaz Carneiro da Cunha, terceiro escripturário da Alfandega do Rio de Janeiro, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.565); concede ao thesoureiro da Administração dos Correios do Amazonas, José Faria Gestas, um anno com o ordenado (decr. n. 2.576); concede ao Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes com todos os vencimentos (decr. n. 2.582); concede ao Dr. Carolino Leoni Ramos, um anno, com todos os vencimentos (decr. n. 2.583); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos ao fiscal de seguros, coronel honorario do Exercito José Bento Porto (decr. n. 2.587); autoriza a conceder nove mezes, com o ordenado, ao thesoureiro da Caixa de Conversão, João Gomes Rebello Horta (decr. numero 2.588); autoriza a conceder seis mezes, com todos os vencimentos, ao Dr. Antonio Augusto Ribeiro de Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 2.590); autoriza a conceder um anno, com metade da gratificação, ao agente fiscal do imposto de consumo na 1ª circumscripção do Estado do Amazonas, Antonio Franco Liberato (decr. n. 2.593); autoriza a conceder seis mezes, com todos os vencimentos, ao Dr. Alfredo Machado Guimarães, juiz de direito da Capital (decr. n. 2.594); autoriza a conceder ao Dr. Raul de Almeida Magalhães, inspector sanitario, um anno (decr. n. 2.595); autoriza a conceder um anno ao capitão José Lopes de Oliveira Lyrio (decr. n. 2.596); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao amanuense da Secretaria da Policia do Districto Federal, Hugo Martins Ferreira (decr. n. 2.597); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, em prorrogação, a João da Costa, segundo official da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 2.598); autoriza a conceder ao escrevente de 1ª classe da Estrada de Ferro Cen-



tral do Brasil, Cicero Pereira de Almeida, 180 dias, em prorrogação (decr. n. 2.599); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao conductor de 1ª classe da Inspectoria de Obras contra as Seccas, Eugenio Graça (decr. n. 2.600); autoriza a conceder ao amanuense da Directoria Geral dos Correios, Francisco Roberto Monteiro Silva, um anno de licença, com o ordenado (decr. n. 2.601); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação a Viriato Joaquim das Chagas Lemos, administrador dos Correios do Maranhão (decr. numero 2.602); autoriza a conceder dois annos ao primeiro tenente do Exercito Antonio Mendes Teixeira (decr. n. 2.603); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao conferente da Alfandega de Manáos, Francisco Xavier da Costa (decr. numero 2.604); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Carlos Augusto Coelho, primeiro official da Secretaria da Justiça (decr. n. 2.607); autoriza a conceder ao Dr. João Nery, inspector sanitario da Directoria de Saude Publica, um anno, sem vencimentos (decr. n. 2.613); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Fernando Dias Paes Leme, chefe da locomoção da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 2.614); autoriza a conceder ao Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes, com todos os vencimentos (decr. n. 2.617); autoriza a conceder oito mezes com dous terços dos vencimentos, ao bacharel Djalma Mendonça, juiz substituto da comarca do Alto-Juruá (decr. n. 2.618); autoriza a conceder 10 mezes, com todos os vencimentos ao bacharel Venancio Neiva, juiz federal no Estado da Parahyba (decr. n. 2.619); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, em prorrogação, a Edmundo Dantés dos Santos Pereira, praticante de 1ª classe da Administração dos Correios de S. Paulo (decr. n. 2.622); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao amanuense da Administração dos Correios de S. Paulo, José Alcebiades de Oliveira Guimarães (decr. numero 2.623); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao guarda-chaves da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Marcondes (decr. n. 2.624); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao primeiro escriptuario do Thesouro Nacional, Antonio Salles (decr. n. 2.628); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao desembargador da Côte de Appellação do Districto Federal, Virgilio de Sá Pereira (decr. n. 2.630); autoriza a conceder ao bacharel Joaquim José Saraiva Junior, juiz de direito dos feitos da Fazenda Municipal, um anno, com todos os vencimentos (decr. n. 2.631); autoriza a conceder um anno, com dous terços dos vencimentos, ao desembargador do Tribunal de Appellação do territorio do Acre, João Alves de Castro (decr. n. 2.632); autoriza a conceder um anno, com os vencimentos do cargo, ao conferente da Alfandega do Rio de Janeiro, Manoel Jansen Muller (decr. n. 2.635); autoriza a conceder até um anno, com todos os vencimentos, ao desembargador da Côte de Appellação do Districto Federal, Affonso Lopes de Miranda (decr. n. 2.646); autoriza a conceder seis mezes, com todos os vencimentos, ao bacharel Godofredo Mendes Vianna, substituto do juiz federal na secção do Maranhão (decr. n. 2.647); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, a Oscar de Carvalho Azevedo, guarda-livros da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes (decr. n. 2.649); autoriza a

conceder um anno ao collecter das rendas federaes de Uberabinha (decr. n. 2.651); autoriza a conceder ao Dr. Arnaldo Quintella, inspector sanitario, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.655); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao major da Brigada Policial do Districto Federal João Augusto da Costa (decr. n. 2.657); autoriza a conceder ao Dr. João Penido Burnier, inspector sanitario, um anno, em prorrogação (decr. n. 2.663); autoriza a conceder ao lente cathedratice da Escola Naval, Dr. Carlos Cesar de Oliveira Sampaio, um anno, sem vencimentos (decr. n. 2.667); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Fernando Martins da Fonseca, praticante de 1ª classe da Administração dos Correios de S. Paulo (decr. n. 2.668); autoriza a conceder a Alfredo de Seixas Baracho, auxiliar de escripta da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno, com dous terços da diaria (decr. n. 2.669); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, ao Dr. José de Lima Castello Branco, inspector sanitario (decr. n. 2.672); autoriza a conceder um anno, com dous terços dos vencimentos, ao bacharel Gustavo Affonso Farnese, juiz federal na secção do Acre (decr. n. 2.673 A); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao procurador da Republica na secção de Maranhão, João Vieira de Souza Filho (decr. n. 2.680); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. André Cavalcanti de Albuquerque (decr. n. 2.686); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, ao terceiro escripturario da Delegacia Fiscal no Maranhão, Luiz Vianna (decr. n. 2.689); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao Dr. Godofredo Xavier da Cunha, ministro do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 2.692); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Luiz Teixeira, auxiliar da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 2.693); concede um anno, com dous terços dos vencimentos, em prorrogação, ao consul geral em Valparaizo, Eduardo Drolhe Fasciotti (decr. n. 2.695); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Luiz de Sampaio, juiz substituto federal na secção do Rio Grande do Sul (decr. n. 2.697); autoriza a conceder 360 dias, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Adalberto Manoel de Araujo, praticante de conferente da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 2.701); autoriza a conceder um anno, com dous terços dos vencimentos, ao guarda de 1ª classe das officinas da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 2.703); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao praticante de 1ª classe dos Correios da Bahia, Emilio Costa Alves (decr. n. 2.704); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Joaquim de Macedo Costa, segundo official da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 2.705); concede um anno ao bacharel João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, auditor de Marinha (decr. numero 2.705 A); concede um anno, com o ordenado, ao bacharel José Novaes de Souza Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Militar (decr. n. 2.710); autoriza a conceder um anno ao bacharel Acindino Vicente de Magalhães, juiz togado do Supremo Tribunal Militar (decr. n. 2.717); autoriza a conceder seis mezes, com todos os vencimentos, ao bacharel Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (decr. numero 2.718); autoriza a conceder ao Dr. Enéas Arrochellas

Galvão, ministro togado do Supremo Tribunal Militar, um anno, com todos os vencimentos (decr. n. 2.720); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, em prorrogação, ao primeiro escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Pará, Manoel da Silva Guimarães Ferreira (decr. numero 2.724); autoriza a conceder quatro mezes, com o ordenado, ao bacharel Antonio de Amorim Gareja, substituto do juiz federal na secção do Ceará (decr. n. 2.731); autoriza a conceder oito mezes, com dous terços dos vencimentos, em prorrogação, ao bacharel José Martins de Souza Ramos, procurador da Republica na secção do territorio do Acre (decreto n. 2.732); autoriza a conceder um anno, sem vencimentos, ao amanuense da Secretaria da Policia do Districto Federal, Agenor Carrilho da Fonseca e Silva (decr. n. 2.739); autoriza a conceder oito mezes, com o ordenado, ao bacharel Eduardo Studart, juiz federal na secção do Ceará (decr. numero 2.742); autoriza a conceder um anno, ao primeiro tenente do Exército, Ricardo Goulart (decr. n. 2.744); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao praticante de 1ª classe da Administração dos Correios do Rio de Janeiro, José Aguiar Continentino (decr. n. 2.753); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, em prorrogação, ao auxiliar de escripta da Estrada de Ferro Central do Brasil, Diogenes Gonçalves Guimarães (decr. n. 2.754); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao primeiro escripturario do 1º districto da Inspectoria Federal das Estradas de Ferro, José Vieira da Cunha (decr. n. 2.755); regula a concessão aos funcionarios publicos civis ou militares (decr. n. 2.756); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Luiz de Araujo Aragão Buleão, inspector sanitario (decr. n. 2.757); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a José Coutinho de Lima e Moura, escripturario-archivista da Inspectoria de Saude do Porto de Santos (decr. n. 2.760); concede um anno, com o ordenado, ao engenheiro Manoel Piretti da Silva Guimarães (decr. n. 2.762); autoriza a conceder um anno, com o ordenado a José Braz de Siqueira, fiel de pagador da 2ª Pagadoria do Thesouro Nacional (decr. n. 2.765); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Benedicto Galvão Pereira Baptista, director da Estatistica Commercial (decr. n. 2.767); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Jorge Vogeler, conductor de trem de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 2.772); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, ao guarda-chaves de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Luiz Sobral (decr. n. 2.773); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Mario Villarim de Vasconcellos Galvão, praticante de 1ª classe dos Correios de Pernambuco (decr. numero 2.774); autoriza a conceder a Elias Sisnando Baptista, amanuense da Administração dos Correios do Amazonas (decr. n. 2.775); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios, Luiz de Mattos Pimenta (decr. n. 2.777); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Manoel Uchôa Rodrigues, engenheiro-fiscal das obras do porto de Manáos (decr. n. 2.778); autoriza a concessão de um anno, com o ordenado, ao desenhista da Estrada de Ferro Central do Brasil, Mario de Souza Carvalho (decr. n. 2.780); autoriza a conceder ao bacharel Manoel Durval, substituto do juiz federal



na secção da Bahia, seis mezes, com o ordenado (decr. numero 2.807); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao fiel thesoureiro dos Correios do Estado do Rio de Janeiro, Benigno de Souza Goulart (decr. n. 2.808); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, ao trabalhador da Estrada de Ferro Central do Brasil, Vicente Ferreira (decreto n. 2.810); autoriza a conceder um anno, sem vencimentos, ao Dr. Sebastião Mascarenhas Barroso, inspector sanitario (decr. n. 2.818); concede um anno, sem vencimentos, a Adriano Metello (decr. n. 2.824); autoriza a conceder ao Dr. João Nery, inspector sanitario, um anno, sem vencimentos (decr. n. 2.831); autoriza a conceder 90 dias, com o ordenado, ao telegraphista de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, José Maria Bello Lisboa (decr. n. 2.833); autoriza a conceder um anno ao Dr. Belisario Augusto de Oliveira Penna, inspector sanitario (decr. n. 2.847); concede seis mezes ao bacharel Augusto dos Passos Cardoso, consultor juridico do Ministerio da Viacão (decr. n. 2.848); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, ao amanuense da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Fernando de Paula Bastos (decr. n. 2.851); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Francisco Emiliano de Almeida Baptista, praticante de 1ª classe da Adiministração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro (decr. n. 2.852); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Oscar de Carvalho Azevedo, guardalivros da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes (decreto n. 2.853); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, ao Dr. Luiz de Araujo de Aragão Buleão, inspector sanitario (decr. n. 2.854); concede ao Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes, vice-presidente da Republica para se ausentar do paiz (decr. n. 2.855); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, a José Carneiro de Hollanda Chacon, engenheiro da Fiscalização do Porto do Recife (decr. n. 2.865); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Alberto de Vasconcellos Cruz, praticante da Directoria Geral dos Correios (decr. numero 2.870); autoriza a conceder um anno, sem vencimentos, a Octavio Neves da Rocha, praticante da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 2.871); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Ary de Miranda Azevedo, praticante da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 2.872); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Nelson de Carvalho, praticante da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 2.873); concede seis mezes, sem vencimentos, ao praticante de machinista da Estrada de Ferro Central do Brasil, Emygdio Rispoli Filho (decr. n. 2.874); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Ovidio Loureiro, official da Fiscalização do Porto do Rio Grande do Sul (decr. n. 2.878); autoriza a conceder quatro mezes, com o ordenado, em prorrogação, a José Ribeiro Saback, administrador dos Correios do territorio do Acre (decr. n. 2.883); autoriza a conceder um anno, sem vencimentos, ao Dr. Augusto Linhares, medico ajudante do Serviço dos Portos do Amazonas (decr. n. 2.885); autoriza a conceder seis mezes, com dous terços da diaria, a Vicente Ferreira, trabalhador da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 2.896); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Arnaldo José Alves Ferreira, agente da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 2.897); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Francisco



Roberto Monteiro da Silva, amanuense da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 2.898); autoriza a concessão de um anno, com dous terços da diaria, a Manoel Paschoal de Faria, guarda-freios da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 2.902); autoriza a conceder um anno, em prorogação, a Aldo Kepler da Silva, praticante da Administração dos Correios do Paraná (decr. n. 2.903); autoriza a conceder um anno, sem vencimentos, a Antonio Cardoso de Amorim, segundo escriptuario da Delegacia Fiscal na Bahia (decr. n. 2.947); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, a Honorio Gonçalves Ribeiro, guarda-chaves da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 2.959); concede um anno, com abono integral da diaria, a José Alves Ferreira, conservador das linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 2.971); autoriza a conceder um anno, sem vencimentos, ao Dr. Antonio Pedro Pimentel, inspector sanitario (decr. n. 2.972); autoriza a conceder um anno, com metade do ordenado, a Mario Gonçalves, terceiro escriptuario do Thesouro Nacional (decr. n. 2.981); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Manoel Henrique de Sá Filho, thesoureiro-pagador da Delegacia Fiscal na Parahyba (decr. n. 2.989); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a Joaquim José Rodrigues, pintor da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 2.990); autoriza a conceder um anno ao coronel Dario Teixeira da Cunha, serventuario vitalicio do officio de escriptão da 5ª Vara Civel do Districto Federal (decreto n. 2.996); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Abilio Augusto do Amaral (decr. n. 2.997); autoriza a conceder dous mezes, com dous terços da diaria, a Henrique Eduardo Cussen, archivista da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 2.998); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Alfredo de Araujo Lopes da Costa, terceiro official da Secretaria da Justiça (decr. n. 3.000); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Mario de Barros Braga, promotor do 2º termo da comarca de Senna Madureira (decreto n. 3.001); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorogação, a Francisco Ferreira Pitança, official de composição da Imprensa Nacional (decr. n. 3006); concede um anno a José Isidoro Martins, collecter em Olinda (decr. n. 3.012); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel João Rodrigues do Lago, desembargador do Tribunal de Appellação de Senna Madureira (decr. n. 3.020); concede um anno, sem vencimentos, em prorogação, a Antonio Cardoso de Amorim, segundo escriptuario da Delegacia Fiscal na Bahia (decr. n. 3.023); concede seis mezes, com dous terços da diaria, a Sebastião Luiz Teixeira, feitor de 1ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.025); concede um anno, com o ordenado, a Paulo Level, praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 3.026); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a Americo Portugal, auxiliar da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.027); autoriza a conceder seis mezes, com a metade do ordenado, a D. Sylvia de Mello e Souza Guimarães, agente do Correio no Meyer (decr. numero 3.040); concede um anno, em prorogação, a João Ferreira da Gama Junior (decr. n. 3.042); concede um anno, em prorogação, ao capitão de mar e guerra Dr. Nareiso do Prado Carvalho, lente da Escola Naval (decr. n. 3.044); au-

toriza a conceder seis mezes, com dous terços da diaria, a Manoel Ferreira de Medeiros, marcador da 5ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.045); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, ao engenheiro Joaquim Pereira Navarro de Andrade, inspector de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.049); concede um anno, sem vencimentos, a Octavio Neves da Rocha, praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 3.050); autoriza a considerar como no goso, com o ordenado, de 23 de agosto de 1913 a 27 de janeiro de 1915, Alberto Lorena, telegraphista de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.051); autoriza a conceder um anno a José Antonio Cesar de Vasconcellos, escrivão da Collectoria Federal em Pão d'Alho (decr. n. 3.053); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, ao bacharel Camões dos Santos Lima Thompson, serventuario do 2º officio de escrivão da 1ª Vara de Orphãos e Ausentes do Districto Federal (decr. n. 3.062); concede um anno, com dous terços da diaria, a Roberto Gomes de Jesus, servente de 3ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.064); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, para tratar de interesses, a Arthur Bellegarde Mariz de Maracajá, serventuario vitalicio do officio da 1ª Vara de Ausentes do Districto Federal (decr. n. 3.079); autoriza a conceder 90 dias, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Antonio Joaquim do Carmo, guarda-freios de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.082); concede seis mezes, com dous terços da diaria, a Antenor Nunes de Sá, operario de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.085); autoriza a conceder seis mezes, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Euclides Moreira Gomes, official operario da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.086); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a Carlos Firmino Gomes, praticante de conductor da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.087); autoriza a conceder um anno ao Dr. Mario Piragibe, medico auxiliar da policia sanitaria do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 3.117); autoriza a considerar como no goso de o tempo decorrido de 9 de julho de 1914 a 10 de março de 1915, Euclides Moreira Gomes, official operario da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil e abonar á sua viuva, D. Maria Gomes, dous terços da diaria (decr. numero 3.120); autoriza a conceder seis mezes, com dous terços da diaria, a D. Maria Carolina de Souza Ribeiro, encarregada da sala das senhoras da estação Central, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.121); autoriza a conceder 90 dias, com a diaria integral, em prorrogação, a Servulo de Araujo Ferreira, guarda-freios da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.122); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Raul da Costa Aguiar, conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.124); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a José Agostinho Tavares, auxiliar de escripta de 1ª classe da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. numero 3.125); autoriza a conceder 90 dias, com o ordenado, em prorrogação, a Jorge Antonio Castanhola, bagageiro de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.126); autoriza a conceder 60 dias, com dous terços da

diaria, em prorrogação, a Manoel de Azevedo Monteiro, trabalhador de 1ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.127); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, a Julia Alves da Cunha, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.130); autoriza a conceder oito mezes, com o ordenado, a Francisco Ribeiro da Silva Vasconcellos, amanuense da Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro (decr. n. 3.134); concede um anno, com o ordenado, em prorrogação a Edmundo do Rego Barros Filho, conferente da Alfandega do Pará (decr. n. 3.143); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Adalberto Alvares Vieira, ajudante de 1ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.147); autoriza a conceder um anno, com dous terços dos vencimentos, a D. Antonia de Barros Castello Branco, agente do Correio de Palmares (decr. numero 3.148); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Henrique Eduardo Cussen, archivista da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 3.149); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Antonio Corrêa da Costa, trabalhador de 2ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.150); autoriza a conceder, com dous terços da diaria, a Antonio Corrêa Picanço, carimbador da 6ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.151); concede um anno, sem vencimentos, em prorrogação, a Luiz Augusto de Azevedo, ajudante do escrivão da Thesouraria da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.152); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Plinio de Barros Barbosa Lima, praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 3.153); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, ao Dr. Albano do Prado Pimentel Franco, medico ajudante da Inspectoria de Saude do Porto de Aracajú (decreto n. 3.155); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Jonathas do Nascimento Bomfim, telegraphista de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. numero 3.157); autoriza a conceder seis mezes, em prorrogação, a Julia Alvares da Cunha, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.159); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, a Antonio Affonso Ferreira de Macedo, ajudante de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.160); autoriza a conceder seis mezes, sem o ordenado, em prorrogação, a Alexandre de Mello Cesar, praticante de 1ª classe da Administração dos Correios de S. Paulo (decr. n. 3.164); autoriza a conceder um anno, com metade da diaria, a Manoel Francisco Pereira, guarda-chaves de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.171); autoriza a conceder um anno, para tratar de negocios de seu interesse, em prorrogação, a Walter Castello Branco, serventuario vitalicio dos officios de contador-partidor do 2º termo da comarca de Rio Branco (decr. n. 3.182); autoriza a conceder seis mezes, com o soldo, ao Dr. Secundino Ribeiro, major cirurgião do Corpo de Bombeiros (decreto n. 3.183); autoriza a conceder seis mezes, com dous terços da diaria, a D. Maria Carolina de Souza Ribeiro, encarregada da sala para senhoras da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.184); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Paulo Level, praticante de 1ª classe da



Directoria Geral dos Correios (decr. 3.192); autoriza a conceder 6 mezes, com dois terços da diaria, a Antonio Pereira Teixeira, trabalhador de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.201); autoriza a conceder seis mezes, sem vencimento, em prorrogação, a Sebastião Martins da Cunha, terceiro official da Directoria Geral de Estatistica (decr. n. 3.203); autoriza a conceder um anno a Tancredo Gonçalves Ferreira, collector da Varzea (decr. n. 3.204); autoriza a conceder um anno, com a diaria, a Antonio Fonseca da Cruz, operario de 2ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.205); autoriza a conceder um anno, sem vencimentos, em prorrogação, a Samuel Lenz de Araujo Cesar, terceiro escripturario da Delegacia Fiscal no Maranhão (decr. n. 3.219); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Nestor da Silva Castro, carimbador da 6ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.228); autoriza a conceder um anno, com o ordenado a José Joaquim Amancio, armazenista da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.229); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorrogação, a João Paulo da Silva, operario ajudante de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.230); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, a João Ferreira da Gama Junior, quarto escripturario da Directoria de Estatistica Commercial (decr. n. 3.236); autoriza a prorogar por um anno a concedida a Marcellino Sampaio Castello Branco, serventuario vitalicio dos officios de escriptão do civil e official do registro geral de hypothecas da comarca de Rio Branco, Alto-Acre (decr. n. 3.253); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, a Antonio Gonçalves Parada, trabalhador da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.256); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Candido da Cunha Villela, inspector da Repartição Geral dos Telegraphos (decreto n. 3.257); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, a Oscar Martins da Veiga Jardim, concertador da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.258); autoriza a conceder um anno, com ordenado, em prorrogação, a Jayme Rossemburg, terceiro escripturario da Directoria de Estatistica Commercial (decr. n. 3.262); autoriza a conceder um anno a Julio Bressane Lopes, escripturario do Lazareto da Ilha Grande (decr. n. 3.268); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, a João Caetano de Oliveira, trabalhador de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.270); autoriza a conceder seis mezes, em prorrogação, a Manoel Ferreira de Medeiros, ajudante de marcador da 5ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.271); autoriza a conceder um anno a Candido Maurigne de Mello Araujo, amanuense dos Correios do Estado do Rio (decr. numero 3.273); autoriza a conceder seis mezes, em prorrogação a José Vicente, guarda-freios da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.274); autoriza a conceder um anno a Manoel Ferreira, operario ajudante de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.275); autoriza a conceder um anno, sem vencimentos, em prorrogação, ao Dr. Achilles de Faria Lisboa, ajudante da secção de botanica do Jardim Botânico (decr. n. 3.278); autoriza a conceder 180 dias, com dous terços da diaria, em prorrogação, a João Paes manobreiro de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. nu-



mero 3.282); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Manoel Moreira de Souza, trabalhador de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.283); autoriza a conceder tres mezes, com metade da diaria, a José Cardoso, foguista de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.284); autoriza a conceder seis mezes, em prorrogação, a Arthur Serzedello Machado, escrevente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.285); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação a Franklin Victorino de Souza, bagageiro de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.286); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Jovino Luiz Machado, conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.289); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Americo Portugal, auxiliar da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.290); autoriza a considerar como si fosse para tratamento de saude de Candido Rodrigues Loureiro, ex-conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, o periodo de 13 de dezembro de 1913 a 4 de novembro de 1914 (decr. n. 3.293); autoriza a conceder seis mezes, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Julio Galadino dos Santos, guarda-freios da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.294); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, ao coronel Rodrigo de Carvalho, tabellião na comarca de Xapury (decr. n. 3.299); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Armando Pereira Nunes, auxiliar da Bibliotheca Nacional (decr. n. 3.300); autoriza a conceder um anno a Henrique Eduardo da Cussen, archivista da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 3.309); autoriza a conceder um annos a Jonathas do Nascimento Bomfim, telegraphista de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.310); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, a Antonio Vasques da Costa, telegraphista de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.311); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Plinio de Barros Barbosa Lima, praticante de 2ª classe da Repartição Geral dos Correios (decr. n. 3.312); autoriza a a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorrogação a Alfredo Cruzeiro, guarda-chaves da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.313); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Alexandre Gomes de Oliveira, operario ajudante da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.314); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a Antenor Pinto Barbosa, foguista de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.315); autoriza a conceder seis mezes, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Pedro José Alves, guarda-chaves de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.340); autoriza a conceder seis mezes, em prorrogação, a D. Maria Ignacia dos Reis, ajudante da agencia dos Correios de Todos os Santos (decr. n. 3.357); autoriza a conceder 10 mezes com metade da diaria, em prorrogação, a D. Maria Carolina de Souza Ribeiro, encarregada da sala de senhoras da estação Central da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.358); autoriza a conceder seis mezes, com dous terços da diaria, a Victalino Coelho de Figueiredo, guarda civil de 1ª classe (decr. n. 3.360); autoriza a conceder

um anno, com o ordenado, a José Luiz da Costa Carletto, conductor de 2ª classe da Inspectoria de Obras contra as Seccas (decr. n. 3.370); autoriza a conceder seis mezes, com a metade do ordenado, a Euclydes Henrique da Costa, carteiro de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 3.371); autoriza a conceder seis mezes, com a metade do ordenado, a Luiz Miguel Barouto, conductor de trem de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.372); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a Antonio Pereira Teixeira, trabalhador da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.373); autoriza a conceder seis mezes, com dous terços da diaria, a Francisco Marques da Silva Ferreira, operario de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.374); autoriza a conceder 49 dias, em prorrogação, a Pedro Delfino, guarda-chaves de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.375); autoriza a conceder seis mezes, em prorrogação, a Carlos da Costa Pereira, praticante de 2ª classe da Administração dos Correios do Rio Grande do Sul (decr. n. 3.376); concede 10 mezes, em prorrogação, a Raymundo da Conceição Montenegro, carteiro de 2ª classe da Administração dos Correios de S. Paulo (decr. numero 3.377); autoriza a conceder seis mezes, com a metade da diaria a Avelino Silva, trabalhador da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.378); autoriza a conceder, com dous terços da diaria, a Antonio Corrêa Picango, carimbador da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.379); autoriza a conceder tres mezes, com dous terços da diaria, a José Maria, feitor de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.380); autoriza a conceder 90 dias, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Julio Galvão de Souza, ajudante de 1ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.381); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Paulino Candido Meirelles, operario da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.382); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a Manoel José de Oliveira, conservador de linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.383); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, em prorrogação, a Bernardo Dias, guarda-cancella da Estrada de Ferro Central (decr. n. 3.384); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, a Tancredo Gonçalves Ferreira, collector da Varzea (decr. n. 3.389); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a Alfredo Fernandes de Souza, auxiliar da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.391); autoriza a conceder seis mezes, com a metade da diaria, em prorrogação, a João Luiz de Oliveira, servente da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.392); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a Fernando Sebastião Cordovil, chefe de turma da officina de composição da Imprensa Nacional (decr. n. 3.394); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, em prorrogação, a Virgilio Vieira de Mello, porteiro-continuo da Escola de Aprendizizes Artifices do Estado do Rio Grande do Norte (decr. n. 3.397); autoriza a conceder um anno, com a metade do ordenado, em prorrogação, a Moacyr Abreu, carteiro de 3ª classe da Administração dos Correios de S. Paulo (decr. n. 3.402); autoriza a conceder seis mezes, com a metade da diaria, em prorrogação, a José Severiano Lopes de Queiroz, telegraphista de 5ª classe da Repartição Geral dos

Telegraphos (decr. n. 3.403); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, a Sabino Torquato de Oliveira, servente de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.404); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, em prorrogação, a Seraphim Francisco dos Santos, guarda-cancellia de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.405); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, a João Pires Carneiro, guarda-chaves especial da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.406); autoriza a conceder seis mezes, com a metade da diaria, em prorrogação, a Adolpho Gomes Pereira Valente, praticante de conductor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.407); autoriza a conceder seis mezes, em prorrogação, a Antonio Vasques da Costa, telegraphista de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.417); autoriza a conceder um anno, com dous terços dos vencimentos, ao bacharel Lopo Paulo de Almeida Couto, juiz de direito da comarca de Xapury (decr. n. 3.436); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Armando Augusto Seabra de Mello, praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 3.443); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a Carlos de Oliveira Gomes, official operario de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (der. numero 3.459); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, em prorrogação, a Paulo Level, praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 3.460); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, em prorrogação, a José Marcos da Motta, auxiliar da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.464); concede um anno a Antonio Marcellino Regueira Costa, collector em Torres (decr. n. 3.471); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a João Alves de Souza Barreto Machado, primeiro official da Administração dos Correios do Amazonas (decr. n. 3.507); autoriza a conceder um anno, com a gratificação, em prorrogação, a Americo Gonçalves de Aguiar, agente fiscal do imposto de consumo em Santa Catharina (decr. n. 3.514); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, a José Antonio Cesar de Vasconcellos, collector em Pão d'Alho (decr. n. 3.515); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, a João Cordeiro Coelho, operario ajudante da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.519); autoriza a conceder seis mezes, com a metade da diaria, a Custodio José da Cunha, praticante de machinista da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.520); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a Joaquim Dias, guarda-chaves de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.521); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, em prorrogação, a Fidelis dos Santos Amaral, porteiro addido da Escola Superior de Agricultura (decr. n. 3.522); autoriza a conceder um anno com o ordenado, a Orlando Fernandes da Silva, praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 3.528); autoriza a conceder seis mezes, com dous terços da diaria, em prorrogação, a José Marques, trabalhador de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.529); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Carlos Gaertner Filho segundo official da Administração dos Correios do Rio Grande do Sul (der. numero 3.530); autoriza a conceder um anno, com a metade do ordenado, em prorrogação, a José Freire Telles, praticante de



1ª classe da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 3.531); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, a Genesio de Moura Pegado, secretario da Inspectoria de Saúde do Porto de Belém (decr. n. 3.534); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, em prorrogação, a D. Maria Ignacia dos Reis, ajudante da Agencia dos Correios de Todos os Santos (decreto n. 3.535); autoriza a conceder um anno, com a metade do ordenado, em prorrogação, a Hernani Marcondes de Sá, conductor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil (decreto n. 3.536); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a João Narciso da Motta, guarda civil (decr. n. 3.554); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Aristides da Rocha Leão, auxiliar de cabine da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.556); autoriza a conceder um anno, com a metade do ordenado, ao telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Raul Jansen Ferreira (decr. n. 3.557); autoriza a conceder 180 dias, com o ordenado, em prorrogação, a Saint-Clair Guimaraes, guarda civil de 1ª classe (decr. n. 3.561); autoriza a conceder seis mezes, em prorrogação, a Joaquim Fonseca, estafeta distribuidor da Administração dos Correios de S. Paulo (decr. n. 3.567); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Americo Wenegrowis, primeiro escripturario da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. numero 3.568); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Oscar Cavalcanti Silva, estafeta da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 3.569); autoriza a conceder 180 dias, com dous terços da diaria, a Francisco Marques da Silva, official operario da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.570); concede um anno a Antonio Heraclyto Carneiro Campello, segundo escripturario da Directoria de Estatistica Commercial (decr. n. 3.572); autoriza a considerar como com o ordenado o tempo decorrido de 14 de junho a 20 de novembro de 1917, data da vespera do fallecimento de João Sabino Rodrigues Silva, ajudante do cartorio do Tribunal de Contas (decr. numero 3.574); a concedida a Manoel Ferreira, ajudante de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, é a contar de 23 de novembro de 1915 (decr. n. 3.576); autoriza a conceder quatro mezes, em prorrogação, a João dos Santos, servente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.577); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Olympio Ribeiro da Silva, guarda-cancellia de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.578); autoriza a conceder quatro mezes, com o ordenado, a Antonio Vasques da Costa telegraphista de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.579); concede um anno, com dous terços dos vencimentos, em prorrogação, a Armando Augusto Seabra de Mello, praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 3.581); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao terceiro pharoleiro Olavo do Nascimento Badejo (decr. n. 3.591); concede 180 dias, com dous terços da diaria, ao guarda civil de 2ª classe Manoel Ramos da Silva (decr. n. 3.592); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, a Innocencia Gonçalves Euphrasia, agente do Correio de S. Vicente de Paula (decr. n. 3.594); autoriza a conceder um anno, com a gratificação, em prorrogação, a Custodio Ferreira Bandeira, agente fiscal do imposto de consumo em Santa Catharina (decr. n. 3.598); autoriza a conceder um anno ao bacharel Benjamin Americo de Freitas Pes-



sôa, auditor de guerra da 7.<sup>a</sup> Região Militar (decr. n. 3.617); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, ao bacharel Thomaz Miranda de Paula Pessoa, juiz substituto na secção do Amazonas (decr. n. 3.640); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a D. Feliciano Vieira de Macedo, agente do Correio da praça Mauá (decr. n. 3.657); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Gaspar de Araujo Lima Rocha (decr. n. 3.658); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, a Antonio Gomes de Araujo, praticante de conductor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.660); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Joaquim Pereira Navarro de Andrade, inspector de 3.<sup>a</sup> classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.663); concede um anno, como o ordenado, em prorrogação, a Raul Machado Coelho Junior, telegraphista de 4.<sup>a</sup> classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.664); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Manoel José de Lima, official operario de 4.<sup>a</sup> classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.665); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, a Antonio Marcellino Regueira Costa, collector federal em Torre (decr. n. 3.684); concede quatro mezes, com o ordenado, em prorrogação, a Virgilio Vieira de Mello, porteiro-contínuo da Escola de Aprendizes Artifices do Rio Grande do Norte (decr. n. 3.690); autoriza a conceder seis mezes, com dous terços da diaria, a Bernardino Otero, official de 1.<sup>a</sup> classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.692); concede um anno, com o ordenado, em prorrogação a Jayme Juvenio de Noronha, amanuense da Administração dos Correios de Minas Geraes (decr. n. 3.694); concede um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Raul Tagus Corrêa de Brilo, fiel recebedor da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.695); concede um anno, com dous terços da diaria, a Ederaldo Xavier, tubista da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.696); concede seis mezes, com dous terços da diaria, a Mauricio Gomes, conservador de linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.698); autoriza a conceder seis mezes, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Germano Roque da Costa, guarda-freios da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.699); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Manoel Luiz da Costa, ajudante da Agencia do Correio da Barra do Pirahy (decr. n. 3.711); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a Manoel da Costa Junior, operario da Imprensa Nacional (decr. n. 3.718); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Mario Tobias Figueira de Mello, terceiro promotor publico, adjunto, na Capital Federal (decr. n. 3.723); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, a Claudino Manso, praticante de conductor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.730); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, ao Dr. Leonidas Machado, primeiro escripturario do Serviço de Prophylaxia (decr. n. 3.750 A); concede um anno, com dous terços da diaria, a Antonio Paulo de Souza, guarda-cancella da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.753); autoriza a conceder um anno, como todos os vencimentos, a José Martins Barreto, operario ajudante de 2.<sup>a</sup> classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.759); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao Dr. José Vicente Meira

de Vasconcellos, professor cathedratico da Faculdade de Direito do Recife (decr. n. 3.775); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a José Francisco do Amaral, auxiliar de cabine da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.789); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, a Balbino Lopes, guarda-chaves da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.790); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Maria de Oliveira Toledo, praticante da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 3.794); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a D. Deolinda da Costa Lobo, ajudante da Agencia do Correio do Alto da Boa Vista (decr. n. 3.795); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorogação a Carlos Alberto Vaz Salleiro, quarto escriptuario da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. numero 3.796); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao tubista da Repartição Geral dos Telegraphos, Ederaldo Xavier (decr. n. 3.797); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorogação, a Gastão Pilar Alves de Souza, escriptão de delegacia de Policia do Districto Federal (decr. numero 3.799); concede 180 dias, com dous terços dos vencimentos, em prorogação, a Luiz Mathion, operario de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.810); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorogação, a Evaristo Benedicto dos Santos, conservador de linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.811); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a Antonio Pinto de Souza, guarda-cancella da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.812); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, a Joaquim Dias, guarda-chaves da Estrada de Ferro Central (decr. n. 3.814); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorogação, a Seraphim Francisco dos Santos, guarda-cancella de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.815); autoriza a conceder um anno, com a diaria, a Augusto de Barros Rangel, operario de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.816); autoriza a conceder seis mezes, com a metade da diaria, em prorogação, a André Zamilh, auxiliar de estação da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.817); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorogação, a Leandro Alves Calado, operario ajudante de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.818); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorogação, a Carlos da Costa Tontella, ajudante de mestre das officinas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.819); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorogação, a Arthur Augusto Poncioné, cabineiro de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.820); autoriza a conceder um anno, com a diaria, a Theodoro Lourenço, trabalhador de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.821); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorogação, a Olavo do Nascimento, terceiro pharoleiro em Torres (decr. n. 3.826); concede um anno, sem vencimentos, a Antonio Martins Muniz, conferente da Mesa de Rendas de Quarahy (decr. n. 3.839); concede um anno, com o ordenado, a Lisino Antonio Dias Peixoto, amanuense da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 3.846); concede um anno, com vencimentos, ao bacharel João Paulo de Almeida Couto, juiz de direito de Xapury (decr. n. 3.849); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Augusto

Martins Barreto, amanuense da Bibliotheca Nacional (decreto n. 3.851); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Antonio da Silva Coelho, guarda-chaves especial da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.854); autoriza a conceder 155 dias, com o ordenado, a Antonio Tise, praticante de 1ª classe da Administração dos Correios de São Paulo (decr. n. 3.855); autoriza a conceder um anno com o ordenado, a Manoel Francisco de Oliveira Rocha, auxiliar de estação da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.856); autoriza a conceder oito mezes, com a diaria, em prorrogação, a Silvino Cactano, guarda-freios extranumerario da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.857); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Alipio Napoleão Serpa Filho, segundo official da Inspectoria de Obras contra as Seccas (decr. n. 3.858); autoriza a conceder um anno, com a diaria, em prorrogação, a João Manoel Baptista, trabalhador de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.859); autoriza, a conceder seis mezes, com o ordenado, em prorrogação, ao agente postal da Villa Murinho (decr. n. 3.860); concede um anno, com o ordenado, em prorrogação, a José Corrêa Picango Junior, fiel de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 3.861); concede um anno, com dous terços da diaria, a Eurico Flores, guarda de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.865); concede um anno, com vencimentos, em prorrogação, a Alfredo Alipio da Gloria, graxeiro extranumerario da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.867); autoriza a conceder um anno, com dous terços e meio da diaria, a José Rodrigues de Souza, guarda-chaves da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.868); autoriza a conceder seis mezes, com a metade dos vencimentos, a Claudino Manoel Ezequiel, conservador de linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.869); concede 90 dias, com dous terços dos vencimentos, em prorrogação, a Ernesto Tudaher, machinista da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.870); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Paulo Pinheiro Chagas, auxiliar de deposito da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.871); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Joaquim Pereira Navarro, inspector de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.872); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a João Gonçalves de Araujo Lima, carteiro da Agencia do Correio de Itabira do Campo de Dentro (decr. n. 3.873); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Arlindo Benjamin Galvão, official de justiça da Policia do Distrito Federal (decr. numero 3.878); concede dous annos, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Paulino Candido Meirelles, official operario de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.885); concede um anno, com o ordenado, a Pedro Baccellar da Costa, conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.888); autoriza a conceder seis mezes, com metade da diaria, em prorrogação, a Seraphim Felipe Cardoso, operario ajudante de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.890); autoriza a conceder um anno, com a diaria, ao trabalhador de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Candido Felix Torres (decr. n. 3.912); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, a Agostinho José Ferreira, official operario



de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.925); autoriza a considerar como de, com dous terços dos vencimentos, no periodo de 31 de dezembro de 1916 a 9 de março de 1917, Franklin Victorino de Souza, bagageiro de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 3.926); autoriza a considerar como de, com dous terços da diaria, o tempo decorrido de 23 de novembro de 1916 até 13 de julho de 1919, Manoel Ferreira, operario ajudante de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.927); autoriza a conceder um anno, sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, em prorrogação, a Alvaro Monteiro de Castro, commissario de 2ª classe da Policia do Districto Federal (decr. n. 3.930); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, ao Dr. Antonio Pedro Pimentel, inspector sanitario (decr. n. 3.931); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Norberto Bachmann, inspector de saude do porto de Itajahy (decr. n. 3.932); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Raul dos Guimarães Bonjean, ajudante do procurador geral da Fazenda Publica (decr. n. 3.935); autoriza a conceder um anno a José Affonso Moreira Temporal, segundo escripturario da Delegacia Fiscal na Bahia (decr. n. 3.937); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, a José Miranda, operario ajudante de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.943); autoriza a conceder um anno, com a metade do ordenado, em prorrogação, a Annibal Duarte de Oliveira, inspector de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.944); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, a Manoel Alves de Araujo, auxiliar de estação da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.945); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a Antonio Gonçalves de Campos, praticante de conductor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.946); autoriza a conceder seis mezes, com dous terços da diaria, a Nelson Ferreira de Carvalho, escrevente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.947); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, a Manoel Barreto Baptista, collector em Parintins, Barreirinha e Maués (decr. n. 3.953); autoriza a conceder seis mezes, com dous terços da diaria, a Henrique Narciso Caldas (decr. n. 3.960); autoriza a conceder um anno, com a metade do ordenado, a Manoel Pereira de Mello (decr. n. 3.961); autoriza a conceder um anno, sem vencimentos, a Octavio Navarro de Andrade, fiscal de 1ª classe da Inspectoria Geral de Iluminação (decr. n. 3.962); autoriza a conceder tres mezes, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Angelo Dias Pontes, operario ajudante de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 3.963); autoriza a conceder seis mezes, em prorrogação, a Carlos Galvão Filgueira, auxiliar da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.969); autoriza a conceder um anno, com o ordenado em prorrogação, ao Dr. Marcello Francisco da Silva, juiz federal na secção do Piahy (decr. n. 3.973); autoriza a conceder um anno, com dous terços dos vencimentos, em prorrogação, a Fernando Luiz Vieira Ferreira, desembargador do extinto Tribunal de Appellação de Cruzeiro do Sul (decreto n. 3.974); autoriza a conceder um anno, sem vencimentos, em prorrogação, a Raul Jansen Ferreira, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 3.977); autoriza a conceder tres mezes com dous terços da diaria, a Her-



bert Portocarrero Martins, escrevente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 4.000); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Ernesto José Leite de Araujo, telegraphista de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 4.002); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a João Carlos Dias da Motta, commissario de 2ª classe da Policia do Districto Federal (decr. n. 4.004); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, em prorrogação, a Armando Alves da Costa, praticante de conductor da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 4.006); autoriza a conceder um anno ao bacharel José Vianna Vaz, juiz federal na secção do Maranhão (decr. n. 4.032); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Eulampio Francisco Telles de Menezes, praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios (decr. n. 4.037); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, ao official operario da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 4.038); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Antonio Augusto Pereira da Silva, quarto escripturario da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 4.039); autoriza a conceder um anno, com dous terços da diaria, a José da Costa Rodinha, official operario de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 4.041); autoriza a conceder um anno, sem vencimentos, em prorrogação, a Othton de Figueiredo Baena, primeiro escripturario da Inspectoria de Esgotos (decr. n. 4.042); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Gaspar de Araujo Lima Rocha, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 4.043); autoriza a conceder dous annos a João Augusto Ribeiro de Almeida, escrivão da 2ª Pretoria Civil do Districto Federal (decr. n. 4.052); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, a Eduardo de Souza Pereira, conservador-preparador da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria (decr. n. 4.054); regula a concessão aos funcionarios publicos, civis e militares (decreto n. 4.061); autoriza a conceder um anno, com a metade da diaria, a Joaquim Gonçalves Pereira, official operario da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 4.064).

LIMITES — Ver ACCÔRDO — CONCESSÕES — CONVENIOS.

LINHA — Autoriza a mandar construir uma telegraphica, de Porto Franco, no Maranhão e a S. José do Tocantins, em Goyaz (decr. n. 4.040) — Ver ESTRADAS DE FERRO.

LINHAS FERREAS — Ver CONVENIOS — ESTRADAS DE FERRO.

LOYD — Autoriza a reorganizar o Brasileiro, e dá outras providencias (decr. n. 3.964).

LIQUIDAÇÃO — Ver COMPROMISSOS.

LITORAL — Autoriza a dividir o da Republica em departamentos ou prefeituras (decr. n. 2.370).

LIVRES — Ver AERO-CLUB.

LOCOMOTIVAS — Ver ESTRADAS DE FERRO.

LOGARES — Ver APOSENTADORIAS — GUARDAS — MUSEU.

LOGRADOURO — Ver PARQUE.

LOTES — Ver LEIS.

# M

MACHINAS — Determina que as destinadas ao beneficia-  
mento do cêco babassú paguem 8 % *ad valorem* (decr. nu-  
mero 3.058) — Ver CONTRACTOS.

MACHINISMOS — Ver ESTABELECIMENTOS.

MACHINISTAS — Dá a denominação de ajudantes e sub-  
ajudantes aos actuaes extranumerarios ou contractados da  
Armada, e dá outras providencias (decr. n. 3.634) — Ver  
APOSENTADORIA.

MAGISTERIO — Dispõe sobre o provimento de vagas no do  
Exercito (decr. n. 3.565) — Ver FACULDADES.

MANGABEIRA — Ver MEDIDAS.

MANÍCOBA — Ver MEDIDAS.

MANOBRAS NAVAES — Ver FUNDAMENTO.

MANTEIGA — Regula a fabricação (decr. n. 3.070).

MARINHA — Ver ADMINISTRAÇÃO.

MATERIAL — Autoriza a vender o reputado inutil, inclu-  
sive navios imprestaveis (decr. n. 3.743); o importado para  
o Serviço de Socorro Naval será isento de direitos (decr.  
n. 4.049) — Ver AERO-CLUB — CREDITOS — ESTABELECIMEN-  
TOS — RESTITUIÇÕES.

MATERNIDADE — Ver FACULDADES.

MATRICULA — Faculta aos filhos menores do Dr. Astol-  
pho Dutra a gratuita nos institutos de ensino (decr. nu-  
mero 4.121).

MECANICO — Ver CORPO DE BOMBEIROS.

MÉDIAS — Dispõe sobre as annuaes dos alumnos matri-  
culados nos institutos de ensino (decr. n. 4.099).

MEDICAMENTOS — Ver CREDITOS.

MEDICOS — Ver REFORMAS.

MEDIDAS — Estabelece destinadas a facilitar e desenvol-  
ver a cultura da seringueira, do cauchó, da manícoeba e da  
mangueira e a colheita e beneficio da borracha extrahida  
dessas arvores (decr. n. 2.543 A); approva as tendentes á  
impedir o abuso crescente do opio, da morfina e seus deri-  
vados e da cocaína (dec. n. 2.861).

MEIO SOLDADO — Ver ABONO — IMPORTANCIA — PAGAMENTO  
— PENSÕES — PRESCRIPÇÃO — REVERSÃO.

MEMBRO: — Ver SUBSIDIOS.

MEMORIA — Ver MOVIMENTOS.

MERCADORIAS — Autoriza a retenção nas alfandegas ou  
entrepósitos publicos das destinadas aos inimigos (decr. nu-  
mero 3.392).

MERECIMENTO — Ver PROMOÇÕES.

MESAS DE RENDAS — Eleva á 1ª ordem a de Villa Nova, no Estado de Sergipe, e dá outras providencias (decr. n. 2.528); autoriza a dar ás de Ilacoatiara, do Porto Velho e de Laguna o mesmo regimen da de Antonina e dá outras providencias (decr. n. 2.540) — Ver BIBLIOTHECA — EMPREGADOS.

MESTRES — Autoriza a mandar pagar a Agostinho Petra de Bittencourt, ex-mestre de musica do 33º corpo de voluntarios, a quantia que compete aos de musica dos corpos do Exercito (decr. n. 3.671) — Ver MAGISTERIO.

MILITAR — Determina (que o eleito presidente, senador ou deputado estadual seja posto em disponibilidade (decr. n. 4.028) — Ver AMNISTIA — HONRAS — MISSÃO.

MINAS — Regula a propriedade (decr. n. 2.933).

MINISTERIOS — Ver REPARTIÇÕES — TRIBUNAL DE CONTAS.

MINISTROS — Ver PENAS — TEMPO — TRATAMENTO.

MISSÃO — Autoriza a contractar, na França, uma militar para instrucção no Exercito (decr. n. 3.741).

MODIFICAÇÃO — Ver LEIS.

MOEDAS — Autoriza a abrir credito para modificação da inscripção das divisionarias de prata e de nickel e cunhagem de novas de nickel de 50 e 20 réis (decr. n. 3.545).

MONTEPIO — Ver ABONO — MACHINISTAS — PAGAMENTO — PENSÕES — PRESCRIPÇÃO — REVERSÃO.

MONUMENTOS — Manda erigir em uma das praças do Districto Federal um á memoria do Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves e providencia para que os autorizados pelos decretos de 24 de janeiro de 1891 e n. 200, de 3 de agosto de 1894, sejam erguidos (decr. n. 4.031); manda erigir um commemerativo da visita de suas magestades os réis da Belgica ao Brasil (decr. n. 4.154); autoriza a auxiliar com 150:000\$ a erecção de um na Capital Federal, aos heróes da retirada de Laguna (decr. n. 4.231).

MÓRA — Ver JUROS.

MORATORIA — Proroga por 90 dias a concedida pela lei n. 2.862, de 15 de agosto de 1914 (lei n. 2.866); proroga por 90 dias a estabelecida pela lei n. 2.866, de 1913 (decr. n. 2.895).

MORFINA — Ver MEDIDAS.

MOVIMENTO — Ver AMNISTIA.

MULTA — Manda providenciar para que seja reposta a quantia de 3:075\$700 de uma recebida por um conferente indevidamente (decr. n. 3.882); estabelece para a falta de apparelho protector nas locomotivas (decr. 4.201).

MUSEU — Crea o logar de zelador no Nacional (decr. n. 2.677).

MUSICA — Ver MESTRES.



## N

NACIONAES — Ver EXTRADIÇÃO.

NASCIMENTOS — Ver REGISTRO.

NAUFRAGIOS — Ver BENEFICIOS.

NAVEGAÇÃO — Ver CONTRACTOS — CREDITOS.

NAVIOS — Autoriza a utilizar os mercantes allemães ancorados nos portos do Brasil (decr. n. 3.266); autoriza a vender os julgados imprestaveis (decr. n. 3.743) — Ver ACONTECIMENTOS — CREDITOS — SERVIÇOS.

NEUTRALIDADE — Declara sem effeito o decreto n. 12.458. de 1917, que estabelece a do Brasil na guerra dos Estados Unidos com o imperio allemão (decr. n. 3.266) — Ver CREDITOS.

NICKEL — Ver MOEDAS.

NOMEAÇÕES — As do pessoal da secretaria do Supremo Tribunal Militar serão feitas pelo presidente (decr. numero 3.668) — Ver INFERIORES — LABORATORIOS.

NORDESTE — Ver OBRAS.

NOTAS — Troca, por ouro, as da Caixa de Conversão (decr. n. 2.862); providencia sobre o troco, por ouro, das da Caixa de Conversão, até 31 de dezembro de 1915 (decr. n. 2.894); determina que continue suspenso até 31 de dezembro de 1916 o troco, por ouro, das da Caixa de Conversão (decr. n. 3.013).

NOTAS PROMISSORIAS — Ver CONVENÇÕES — EMISSÃO — LETRAS.

NULLOS — Serão considerados os contractos e ajustes sempre que dos mesmos não constar o dispositivo legal que os houver autorizado (decr. n. 3.083).

## O

OBRAS — Torna extensiva ás scientificas, literarias e artisticas, editadas em paizes estrangeiros, as disposições da lei n. 496, de 1898 (decr. n. 2.577); autoriza a fazer cessar todas as que estiverem sendo executadas por administração (decr. n. 2.857); autoriza a abrir creditos extraordinarios até á importancia de 5.000:000\$ para serem applicados ás do Nordeste (decr. n. 2.974); autoriza a construcção de necessarias á irrigação de terras cultivaveis no Nordeste brasileiro (decr. n. 3.965); autoriza a alienar ou a arrendar e a applicar uma parte do patrimonio de diversas instituições e as rendas para a conclusão das em andamento (decr. numero 3.971); autoriza a executar parte das de ampliação do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 4.039) — Ver CREDITOS — PAGAMENTO.

OBRIGAÇÕES — Ver ACCIDENTES — LETRAS.

OFFICIAES — Manda comprehender na excepção do paragrapho unico do art. 1º da lei n. 2.211, de 1909, os do Exercito que terminaram um curso da respectiva arma (decr. n. 2.481); considera os actuaes aduaneiros empregados de entrancia nas alfandegas onde servem (decr. n. 3.705) — Ver AMNISTIA — BENEFICIOS — CARGOS — COMMISSÃO — CORPO — CURSO — FORÇAS — GRATIFICAÇÕES — HONRAS — PENAS — PENSÕES — POSTOS — PROMOÇÕES — QUADROS — REFORMAS — REINTEGRAÇÃO — SERVIÇOS — TEMPO — VENCIMENTOS.

OFFICIOS — Providencia sobre o provimento dos de justiça do Districto Federal (decr. n. 2.389).

OMISSÃO — Ver LEIS.

OPERAÇÕES — Autoriza a realizar as de credito necessarias para regularizar e solver os compromissos do Thesouro Nacional (decr. n. 2.857); autoriza a realizar de credito no paiz (decr. n. 2.986) — Ver REGULAMENTOS.

OPERARIOS — Ver CASAS — CREDITOS — DISPENSA — QUADROS.

OPIO — Ver MEDIDAS.

ORÇAMENTO — Da receita geral da Republica para o exercicio de 1912 (decr. n. 2.524); da despesa geral da Republica para o exercicio de 1912 (decr. n. 2.544); da receita geral da Republica para o exercicio de 1913 (decr. n. 2.719); da despesa geral da Republica para o exercicio de 1913 (decr. n. 2.738); da receita geral da Republica para o exercicio de 1914 (decr. n. 2.841); da despesa geral da Republica para o exercicio de 1914 (decr. n. 2.842); da receita geral da Republica para o exercicio de 1915 (decr. n. 2.919); da despesa geral da Republica para o exercicio de 1915 (decr. n. 2.924); corrige alterações com que foi publicada a lei que fixa a despesa geral para o exercicio de 1915 (decr. n. 2.963); corrige alterações com que foi publicada a lei que orça a receita geral para o exercicio de 1915 (decr. n. 2.964); da receita geral da Republica para o exercicio de 1916 (decr. n. 3.070 A); da despesa geral da Republica para o exercicio de 1916 (decr. n. 3.089); da receita geral da Republica para o exercicio de 1917 (decr. n. 3.213); da despesa geral da Republica para o exercicio de 1917 (decr. n. 3.232); da receita geral da Republica para o exercicio de 1918 (decr. n. 3.446); da despesa geral da Republica para 1918 (decr. n. 3.454); da receita geral da Republica para o exercicio de 1919 (decr. n. 3.644); da receita geral da Republica para o exercicio de 1919 (decr. n. 3.674); da receita geral da Republica para o exercicio de 1920 (decr. n. 3.979); da despesa geral da Republica para o exercicio de 1920 (decr. numero 3.991); da receita geral da Republica para o exercicio de 1921 (decr. n. 4.230).

ORDENADO — Equipara o dos primeiros escripturarios da Alfandega do Rio de Janeiro aos de igual categoria do Thesouro Nacional (decr. n. 2.372); o dos ajudantes do guardamór da Alfandega do Rio de Janeiro será igual aos dos pri-

meiros escripturarios do Thesouro Nacional (decr. n. 2.372) — Ver LICENÇAS.

ORGANIZAÇÃO — Ver CODIGOS — LABORATORIOS — SERVIÇOS.

OURO — Ver EMISSÃO — VERBAS.

## P

PAGAMENTO — Autoriza o de 60\$ mensaes que percebia o fallecido major honorario Francellino do Valle Cabral, ás suas irmãs (decr. 2.574); autoriza o de 189:850\$282 a Ladislau Dias da Cunha por obras nos quartéis da Força Policial do Distrito Federal (decr. n. 2.664); uma vez effectuado o de que trata este decreto, o Ministerio da Fazenda remetterá os papeis ao representante do ministerio publico, ou a quem couber, para os fins da lei (decr. n. 3.897); autoriza á familia do primeiro-tenente Arthur da Fonseca Araujo, morto por ferimento em combate no ex-Contestado e do meio soldo e montepio correspondente ao posto immediato (decr. numero 4.075) — Ver FACULDADES — JUROS — MESTRES — PENAS — PENSÕES — PRASO — RESPONSABILIDADE — SENTENÇAS — VENCIMENTOS.

PALACIO — Ver CREDITOS.

PAPEL-MOEDA — Ver EMISSÃO.

PARCELLAS — Ver VERBAS.

PARQUE — Transfere á Municipalidade para logradouro publico o da Boa Vista (decr. n. 2.615).

PATENTE — Ver POSTOS — PRASO — SOLDOS.

PATRIMONIO — Ver FACULDADES — OBRAS.

PATRÕES — Ver APOSENTADORIA.

PAZ — Autoriza a fazer com a Allemanha (decr. numero 3.618).

PENEIRAS — Ver ESTRADAS DE FERRO.

PENAS — Determina que os officiaes e praças das policias militarizadas da União e dos Estados sejam punidos com as comminadas na lei militar (decr. n. 3.351); declara incorrer nas do art. 222 do Codigo Penal o ministro da Fazenda que ordenar pagamentos decorrentes de contractos não observando o disposto no art. 37, da lei n. 2.544, de 1912 (decr. numero 4.492).

PENHOR — Torna susceptiveis de agricola a gomma classica a piassava, a castanha e a herva-matte (decr. n. 2.415).

PENSIONISTAS — Ver RELAÇÃO.

PENSÕES — Concede a mensal de 250\$ a D. Maria das Mercês da Camara e Souza (decr. n. 2.376); concede a mensal de 600\$ á viuva e ás filhas viuas do Dr. Candido Barata Ribeiro (decr. n. 2.391), estabelece uma de 2:400\$ annuaes em favor da viuva e das filhas do Dr. João de Barros Cassal (decr. n. 2.392); concede uma mensal de 200\$, repartida-

mente, a D. Amelia Severo de Souza Pereira e a suas filhas solteiras e uma, mensal de 100\$ a D. Virginia Adelina Marques dos Santos Silva (decr. n. 2.402); concede a D. Gabriella Muller de Castro e a sua filha solteira Gabriella de Castro a mensal de 100\$, repartidamente (decr. n. 2.539); estabelece que sejam pagas pelo dobro as de meio soldo que receberem os herdeiros dos officiaes da Armada victimas do desastre do encouraçado *Aquidaban* e das revoltas de 23 de novembro e 10 de dezembro de 1910 (decr. n. 2.542); concede a D. Maria Stephanía de Araujo Belfort Vieira e a suas filhas Dina e Lucilia, repartidamente, a de 300\$ mensaes (decr. n. 2.552); institue a mensal de 500\$ á viuva do almirante Elisiario Barbosa, com reversão para sua filha viuva (decr. n. 2.553); concede á D. Jovita Maia Campista, viuva do Dr. David Morettizon Campista, repartidamente com as suas quatro filhas, a de 8:000\$ annuaes (decr. n. 2.554); institue a mensal de 600\$ á viuva do Dr. Germano Hasslocher, com reversão para sua filha (decr. n. 2.555); concede as annuaes de 2:400\$ a Dona Anna Zulmira Monteiro Lopes, viuva do Dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes e de 1:200\$ a seu filho menor Aristides Gomes Monteiro Lopes (decr. n. 2.567); concede a D. Maria de Oliveira Cruls, viuva do Dr. Luiz Cruls, a mensal de 300\$ (decr. n. 2.568); concede á viuva e aos filhos menores do ex-senador Antonio Alfredo da Gama e Mello, repartidamente, a mensal de 300\$ (decr. n. 2.569); concede, repartidamente, a D. Claudina Nogueira Martins, viuva do Dr. José Isidoro Martins Junior, e a sua filha Celina Martins a mensal de 300\$ (decr. n. 2.570); concede, repartidamente, a D. Maria Thomé Cardoso de Castro, viuva do Dr. Antonio Augusto Cardoso de Castro, e a seus filhos menores a annual de 6:000\$ (decr. numero 2.571); concede a annual de 2:400\$ a D. Braulia de Bueno Pires, viuva do capitão Henrique de Azeredo Pires (decr. n. 2.572); concede uma mensal de 300\$ a D. Isabel de Barros Madureira, com reversão para sua filha solteira, D. Maria Isabel de Barros Madureira (decr. n. 2.573); eleva a de 100\$ que recebe D. Anna Coelho de Figueiredo, viuva do capitão do Exército, Joaquim Soares de Figueiredo (decr. n. 2.700); concede á viuva de Quintino Bocayuva a de 800\$ mensaes, a de 200\$ a cada um de seus filhos menores e filhas solteiras e a de 300\$ á sua filha viuva D. Maria Amelia Bocayuva Buleão (decr. n. 2.707); concede a D. Virginia Bello de Andrade, viuva do cirurgião-tenente contratado, capitão-tenente honorario Dr. Francisco Bello de Andrade e a seus filhos menores a de montepio e meio soldo da graduação de primeiro-tenente (decr. n. 2.746); autoriza a conceder a de 400\$ mensaes ao maestro Elpidio Pereira afim de aperfeiçoar os seus estudos nos centros artisticos europeus (decr. numero 2.758); autoriza a mandar pagar á viuva e aos filhos do Dr. Eudoxio Aureliano de Oliveira a de montepio correspondente ao cargo de amanuense da secretaria da Faculdade de Medicina da Bahia (decr. n. 3.131); reconhece a Dona Maria Felicianá Cordeiro Galvão o direito á de montepio (decr. n. 3.396); revolte em favor de D. Camilla Vieira Ramos a concedida a sua mãe (decr. n. 3.503); assegura uma aos guarda-civis que se invalidarem em actos funcçionaes ou em consequencia delles (decr. n. 3.605); concede a Dona Maria Eugenia Corrêa de Oliveira, a mensal de 1:000\$, em-



quanto viver (decr. n. 3.983); autoriza a conceder uma a D. Isolina Candida Peixoto, viuva de Irineu Peixoto, victima da catastrophe do *Aquidaban* (decr. n. 4.016); concede á viuva e aos filhos menores do ex-deputado federal Dr. Astolpho Dutra a annual de 6:000\$ (decr. n. 4.122) — Ver CREDITOS — PRESCRIPÇÃO — REVERSÃO.

PERCENTAGENS — Eleva a 6 % a sobre o preço de arrematação nos leilões na Alfandega (decr. n. 3.704); dispõe sobre as de leilões judiciaes (decr. n. 3.967) — Ver VENCIMENTOS.

PERIODO — Reduz a tres mezes o de applicação para os alumnos que concluíam o curso da Escola de Guerra pelo regulamento de 1905 (decr. n. 2.884).

PERMISSÃO — Ver INDUSTRIA.

PERMUTA — Ver APOLÍCES — CONVENÇÕES — TERRENOS.

PESSOAL — Ver AVIAÇÃO — CREDITOS — LABORATORIOS — QUADROS.

PESSOAS — Ver AQUISIÇÃO — AMNISTIA — CREDITOS.

PHARMACEUTICOS — Concede aos diplomados pela Escola de Pharmacia de Ouro Preto, antes da data do decreto de reconhecimento official, os direitos e regalias decorrentes do mesmo decreto (decr. n. 2.382); autoriza a contractar para o Exército (decr. n. 2.534); augmenta o quadro dos do Exército e o dos da Armada (decr. n. 2.797 — Ver QUADROS.

PIASSAVA — Ver PENHOR.

PODERES — Ver RECONHECIMENTO.

POLICIA — Substitue a tabella de vencimentos annexa ao decreto n. 6.439, de 30 de março de 1907 (decr. n. 3.681); autoriza a crear a de carreira (decr. n. 3.975) — Ver PENAS — VENCIMENTOS.

POPULAÇÃO — Ver RECGENSEAMENTO.

PORTEIROS — Dispõe sobre a substituição dos de audiencias (decr. n. 3.967) — Ver CARGOS — LEILÕES — VENCIMENTOS.

PORTOS — Não poderão ser feitas concessões para a construção, sinão por lei especial (decr. n. 2.857); autoriza a providenciar para que prosiga sem interrupção a exploração commercial do do Pernambuco (decr. n. 3.697) — Ver CAES — CONTRACTOS — OBRAS.

POSSE — Ver TERRENOS.

POSTOS — Manda applicar no Exército e na Armada, aos de graduação, a idade limite estabelecida para a reforma compulsoria (decr. n. 3.635); autoriza a crear fiseaes nos pontos em que sejam necessarios (decr. n. 3.703); autoriza a restabelecer os antigos de desinfecção, nos Estados do Pará, Pernambuco e Bahia (decr. n. 3.750); determina que os officiaes do Exército que não contavam 30 annos de effectivo exercicio e foram compulsados em virtude do decreto legislativo n. 12.800, de 1918, terão direito á patente e ao soldo dos immediatamente superiores (decr. n. 4.218) — Ver CARGOS

— CREDITOS — GRATIFICAÇÕES — HONRAS — PENAS — QUADROS — VETERINARIOS.

PRASO — Proroga o para pagamento do sello das patentes dos officiaes da Guarda Nacional (decr. n. 3.632) — Ver MORATORIA — REGISTRO — TRIBUNAL DE CONTAS — VAGAS.

PRATA — VER MOEDAS.

PREDIO — VER TERRENOS.

PREENCHIMENTO — VER ELEIÇÕES — VAGAS.

PREFEITURAS — VER LITORAL — TERRAS.

PREMIOS — Confere os de 200:000\$ e 50:000\$, respectivamente, aos Drs. Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (decr. numero 3.441) — VER CODIGOS — CREDITOS.

PREPARADORES — Equipara, para os effeitos da vitaliciedade, os da Escola Polytechnica aos das faculdades de medicina (decr. n. 2.957).

PREPARADOS — VER FORMICIDAS.

PREPARATORIOS — VER EXAMES.

PRESCRIPÇÃO — Releva a para que Philadelpho de Souza Castro possa receber a differença de vencimentos de thesoureiro da Imprensa Nacional (decr. n. 2.373); releva a para que D. Ernestina de Souza Carrascosa possa perceber o montepio que lhe compete por morte de seu pae (decr. n. 2.403); releva a para que D. Maria da Conceição Castro Gomes possa habilitar-se á percepção do meio soldo e montepio deixados por seu irmão, o tenente José Ignacio Nogueira da Gama (decr. n. 2.411 A); releva a para que o engenheiro Candido José de Godoy possa contribuir para o montepio (decr. numero 2.418); releva a para que D. Helena Sierra de Sá possa perceber o meio soldo e montepio relativos ao periodo de 23 de setembro de 1894 a 29 de janeiro de 1903 (decr. n. 2.420); releva a para que D. Hilarina Miranda de Oliveira Pimentel possa receber os vencimentos militares devidos ao seu marido, Dr. Adriano Xavier de Oliveira Pimentel (decr. n. 2.444); autoriza a relevar a em que incorreu o anspçada, reformado, do 29º batalhão de voluntarios da patria, José Carlos da Silva relativamente ao soldo que deixou de receber (decr. n. 2.470); releva a para que D. Carolina de Oliveira Trindade, viuva do ex-fiel da Alfandega de Santos, Amaro Pinto da Trindade, possa receber pensões de montepio (decr. n. 2.688); releva a em que possa ter incorrido D. Florinda da Conceição Gil, para o fim de receber meio soldo e montepio deixados por seu pae (decr. n. 2.749); releva a em que possa ter incorrido o direito á percepção do montepio instituido em favor de D. Maria Amelia Bulcão Velloso (decr. n. 2.944); releva a em que incorreu D. Etelvina Gomes da Silva, para receber a pensão mensal correspondente ao soldo de seu marido, soldado José Gomes da Silva, morto em combate em Canudos (decr. n. 3.030); releva a de differença de soldo que a viuva do capitão de mar e guerra Francisco Spiridião Rodrigues Vaz não recebeu (decr. n. 3.133); releva a D. Maria Constança da Cunha Moreira a em que incorreu, para se habilitar ao montepio (decr. n. 3.291); releva a em que incorreram as pensões de montepio a que tiveram direito D. Henriqueta Ferreira dos Santos Pereira, filhas do Dr. Antonio José Pe-

reira (decr. n. 3.330); releva a em que incorreu o montepio de D. Eugenia Leonor de Vilhena Fernandes (decr. n. 3.341 A); releva a em que incorreu a ajuda de custo, em 1905, do deputado pela Parahyba, Antonio Simeão dos Santos Leal (decr. n. 3.344); releva a em que incorreu o direito á pensão de montepio de D. Maria Feliciano Cordeiro Galvão (decr. numero 3.396); releva para restituição de quantias pagas pelo ex-escrivão Francisco Moreira, de alugueis do predio em que funcionou seu cartorio, no Amazonas (decr. n. 3.399); releva a D. Maria José Donovan Perdigão da em que incorreu a differença de soldo e montepio que lhe compete (decr. n. 3.421 A); releva a em que incorreu o direito de D. Delphina Henriqueta Valladares Garroxo Ferreira e outra ao meio soldo deixado por seu irmão (decr. n. 3.583); releva a em que incorreu o direito de D. Anna Ermelinda Botelho de Assis á pensão de montepio deixada por seu irmão (decr. n. 3.599); releva a em que incorreu D. Francisca de Mesquita Telles para receber differença de meio soldo (decr. n. 3.651); releva a em que incorreu o direito de D. Marianna da Cunha Vasconcellos e seus filhos, para reclamarem contra o acto que demittiu seu fallecido marido e pae do logar de collecter em São Leopoldo (decr. n. 3.766); releva a em que incorreu a pensão de D. Adelia Bessa (decr. n. 3.954); releva a em que incorreu D. Leopoldina de Mattos Porto, para receber pensão de meio soldo (decr. n. 4.056); releva a em que incorreu D. Adelaide da Cunha Campos, para receber differença de pensões (decr. n. 4.047) — Ver CREDITOS — PENSÕES — REVERSÃO.

PRESIDENCIA — Ver INELEGIBILIDADE — MILITAR.

PRESIDENTE — Ver DISTINCTIVO — RECONHECIMENTO — SUBSIDIOS.

PRETORES — Ver FÉRIAS.

PREVARICAÇÃO — Ver ACÇÃO.

PRIMEIRA LINHA — Ver CORPO.

PRIMEIRO POSTO — Ver VETERINARIOS.

PRIVILEGIO — Ver ESTRADAS DE FERRO.

PROCESSO — Regula o eleitoral (decr. n. 3.208) — Ver EXTRADIÇÃO.

PROCURADORIA — Ver FÉRIAS — TITULOS.

PRODUCCÃO — Autoriza a amparar e fomentar a nacional (decr. n. 2.986); autoriza a amparar e fomentar a nacional (decr. n. 3.316); manda applicar das emissões autorizadas por lei, as sommas necessarias á defesa agricola e extractiva (decr. n. 3.546) — Ver EMISSÃO.

PROFESSORES — Ver APOSENTADORIA — DISPONIBILIDADE.

PROGRAMMA — Ver CREDITOS.

PROHIBIÇÃO — Ver ESTRADAS DE FERRO.

PROJECTOS — Ver CODIGOS.

PROLETARIOS — Ver CASAS.

**PROMOÇÕES** — Autoriza a considerar no posto de primeiro sargento a do cabo Francisco Manoel de Almeida (decr. numero 2.932); regula as condições para a por merecimento dos officiaes do Exército (decr. n. 3.175); torna extensivas aos guardas-marinha da turma de 1893 as disposições da lei n. 3.175 (decr. n. 3.729); regula as dos officiaes do Corpo da Armada, e dá outras providencias (decr. n. 4.018); considera como tendo havido a de capitão, na vespera da morte, do primeiro tenente Carlos de Andrade Neves, morto em França, na guerra (decr. n. 4.174) — Ver ALUMNOS — COMMISSÃO.

**PROPAGANDA** — Ver DESPESAS.

**PROPRIEDADE** — Approva os actos assignados na Conferencia Internacional para a Protecção da Industrial, celebrado em 1911, em Washington (decr. n. 2.868); regula a das minas (decr. n. 2.933); publica a adhesão do protectorado francez de Marrocos aos actos de 2 de junho de 1911 da Conferencia de Washington, para a Protecção da Industrial (decr. n. 3.385) — Ver ESTADO — PROPRIO.

**PROPRIO** — Declara sem effeito a inscripção feita do palacio archiepiscopal da Bahia e que o considerou nacional (decr. n. 3.034).

**PROROGAÇÃO** — Ver ESTADO — LICENÇAS — MORATORIA — REGISTRO.

**PROTOCOLLOS** — Approva o celebrado com o governo da Bolívia em 14 de novembro de 1910 (decr. n. 2.579); approva o assignado no Rio de Janeiro em 28 de dezembro de 1912 entre o Brasil e a Bolívia, sobre novo traçado do ramal da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (decr. numero 3.418 A).

**PROVAS** — Supprime as de junho e agosto de que trata o decreto n. 11.530, de 1915 (decr. n. 4.099) — Ver CARGOS — CONCURSOS.

**PROVIMENTO** — Ver CARGOS — MAGISTERIO — OFFICIOS.

**PUBLICAÇÃO** — Ver CODIGOS.

## Q

**QUADROS** — Regula a admissão ao primeiro posto do de veterinarios do Exército (decr. n. 2.369); torna extensivo á Armada o art. 123 da lei n. 1.680, de 1908, que creou o supplementar para os officiaes do Exército (decr. n. 2.473); autoriza a reverter ao dos funcionarios de Fazenda o ex-primeiro escriptuario do Thesouro Nacional, Alexandre Norberto da Costa, sómente para o effeito de ser aposentado (decr. n. 2.526); autoriza a reverter ao dos funcionarios de Fazenda o ex-primeiro escriptuario da Alfandega do Rio de Janeiro, Joaquim Augusto Freire (decr. n. 2.716); augmenta o dos pharmaceuticos do Exército e o dos da Armada (decr. numero 2.797); autoriza a incorporação ao dos funcionarios extinctos do Ministério da Fazenda do ex-inspector de Fa-



zenda, Dr. José Joaquim Baeta Neves Filho (decr. n. 3.046); autoriza a reverter ao dos funcionarios dos Correios da Capital Federal o ex-primeiro official da mesma repartição, Diogenes José de Almeida Pernambuco (decr. n. 3.245); manda organizar o designado "Q. F." (decr. n. 3.413); modifica o dos patrões-móres (decr. n. 3.421); reforma o do pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 3.668); manda transferir para o "F." os officiaes do Exército annistiados em 1895 e 1898 (decr. n. 3.809); autoriza a expedir decretos supprimindo, nos do funcionalismo publico, os cargos que forem vagando, cujo pròvimento julgue desnecessario (decr. n. 3.970); augmenta o da Agencia do Correio de Pelotas (decr. n. 3.989); autoriza a rever o do funcionalismo publico civil (decr. n. 3.990); declara operario da União, para ser incluido no respectivo, o artifice da carpintaria da Repartição Central de Policia. Hermenegildo Melhado Bustus (decr. n. 3.995); equipara o posto terminal do de pharmaceuticos da Armada ao do de pharmaceuticos do Exercicio (decr. n. 4.166) — Ver CREDITOS.

QUANTIAS — Ver SÊQUESTRO.

QUARTEIS — Ver PAGAMENTO.

QUÉDAS D'AGUA — Ver TRACÇÃO.

QUINTA — Ver CREDITOS.

QUITACÃO — Autoriza a dar a Valerio Corrêa Netto, como fiador do ex-collector Antonio Bento Pereira Salgado (decr. n. 3.106 A).

QUOTAS — Manda pagar aos empregados das alfandegas o minimo das resultantes das tabellas em vigor (decr. numero 3.686); fixa em 6:000\$ a de fiscalização dos gymnasios, de que trata o art. 27 do decreto n. 41.530, de 1915 (decr. n. 3.726) — Ver INSPECTORES — SOCIEDADES.

## R

RADIOTELEGRAPHIA — Ver SERVIÇOS.

RAMAES — Ver VERBAS.

RECEBIMENTO — Ver MULTAS.

RECEITA — Ver ORÇAMENTO.

RECENSEAMENTO — Autoriza a mandar proceder, no dia 1 de setembro de 1920, ao geral da população do Brasil, e dá outras providencias (decr. n. 4.017).

RECOLHIMENTO — Ver MOEDAS — RENDA.

RECONHECIMENTO — Declara valido o de poderes dos Srs. Nestor Gomes e João de Deus, presidente e vice-presidente do Estado do Espirito Santo (decr. n. 4.083) — Ver PENSÕES.

RECTIFICAÇÃO — Ver DECRETOS.

REDACÇÃO — Ver CODIGOS — LEIS.

RÊDES PROTECTORAS — Ver ESTRADAS DE FERRO.

REDESCONTO — Ver CARTEIRA.

REDUÇÃO — Ver PERIODO.

REEDIFICAÇÃO — Ver ALFANDEGAS.

REFORMADO — Manda considerar no posto de segundo tenente o sargento ajudantê, reformado, do Exército, Alfredo Candido Moreira (decr. n. 2.805).

REFORMAS — Considera, com soldo por inteiro, a do capitão-tenente da Armada Alvaro Augusto de Carvalho (decr. n. 2.509); considera no posto, com o soldo de almirante, a do vice-almirante, reformado, Antonio Luiz Honholtz (decr. n. 2.676); manda considerar no posto de segundo-tenente o do segundo cadete, segundo sargento e tenente honorario, José Vieira da Costa (decr. n. 2.745); autoriza a revisão da do official de Marinha João Cláudio Pereira Arouca (decr. n. 3.411); concede melhoria ao primeiro sargento, reformado, do Exército, João de Oliveira Alves, no posto de segundo tenente (decr. n. 3.412 A); autoriza a do segundo sargento do Exército José, Fernando Junior no posto de segundo tenente (decr. n. 3.666); torna extensiva aos medicos do Exército e da Armada a tabella de compulsoria a que se refere o decreto n. 12.800, de 1918 (decr. n. 3.720); concede ao major graduado, reformado, Valerio Augusto de Amorim Caldas, a na effectividade do posto de major (decr. n. 3.874); considera a do segundo sargento Arsenio Delcarpio Velloso da Silveira no posto de segundo tenente (decr. numero 4.091).

REGALIAS — Torna extensivas aos sub-machinistas do Corpo de Engenheiros Machinistas da Armada e aos aspirantes que concluirem o terceiro anno do curso de marinha as concedidas pelo decreto n. 8.650, de 1911, aos alumnos machinistas que completarem o curso theorico (decr. n. 2.531) — Ver ESCRIVÃES — PHARMACEUTICOS.

REGIMEN — Ver MESAS — REGULAMENTOS.

REGISTRO — Permite, sem multa, e dentro de um anno, o dos nascimentos occorridos de 1 de janeiro de 1889 até á mero 2.887); determina as providencias que devem ser adoptadas pelo Tribunal de Contas no *sob protesto* de contractos (decr. n. 2.891); prorroga até 25 de novembro de 1917 o praso de um anno estabelecido pelo decreto n. 2.887 (decreto n. 3.024); permite, sem multa, até 21 de dezembro de 1922, o dos nascimentos occorridos de 1 de janeiro de 1889 até á data desta lei (decr. n. 3.764); eleva o praso, sem multa, para o de nascimentos (decr. n. 3.917) — Ver REVISÃO.

REGISTRO MARITIMO BRASILEIRO — Ver CONTRACTOS — UTILIDADE.

REGULAMENTOS — Para a tomada de contas ao Governo pelo Congresso Nacional (decr. n. 2.511); para a concessão de licenças a funcionarios publicos civis ou militares (decreto n. 2.756); autoriza a revisão do da Guarda Civil (decr. numero 3.676); para constituição de sociedades por quotas de responsabilidade limitada (decr. n. 3.708); das obrigações resultantes dos accidentes de trabalho (decr. n. 3.724); au-

toriza a estabelecer o do serviço de telegrammas internacionaes preteridos (decr. n. 3.948); autoriza a revisão do do Gabinete de Identificação e Estatística (decr. n. 3.949); dá para a cobrança do imposto do sello (decr. n. 3.966); autoriza a reformar os das casas de Correção e Detenção, colonias e escolas correccionaes ou preventivas, o regimen penitenciario, substituido pelo regimen progressivo (decr. numero 3.975); autoriza a revisão do da Brigada Policial (decreto n. 3.994); autoriza a expedir para fiscalização de empregados destinados ao serviço domestico, para todas as casas de diversões, inclusive cinematographos (decr. n. 4.003); manda restituir aos cofres publicos o valor das passagens concedidas a immigrantes de accôrdo com o art. 79, §§ 1º e 2º, do da Directoria do Povoamento (decr. n. 4.025); para a concessão de licenças (decr. n. 4.064); autoriza a expedir os para fiscalização de bancos e casas bancarias, a rever e modificar os sobre bolsas de mercadorias e caixas de liquidação (decr. n. 4.182).

REINTEGRAÇÃO — Autoriza a de Lucas Antonio Ribeiro Bhering, chefe da secção da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 2.946); autoriza a de Ricardo Barbosa no cargo de official de Fazenda da Armada (decr. n. 3.485) — Ver CREDITOS.

RELAÇÃO — Determina a publicação nominal, todos os annos, com as residencias dos pensionistas, aposentados e Beneficiarios do montepio e meio soldo e si exercem cargos publicos ou percebem outros vencimentos ou gratificações (decreto n. 3.220) — Ver CASAS — RESPONSABILIDADE.

REMADORES — Ver APOSENTADORIA.

REMODELAÇÃO — Ver ADMINISTRAÇÃO.

REMUNERAÇÃO — Ver QUOTAS.

RENDA — Providencia sobre o recolhimento da que o Gabinete de Identificação arrecadar em dinheiro (decr. numero 3.949) — Ver OBRAS — RESTITUIÇÕES.

REORGANIZAÇÃO — Ver ADMINISTRAÇÃO — BRIGADA — DELEGACIA — DIRECTORIA — INSTITUTOS — LLOYD — REPARAÇÕES — SECRETARIA — SERVIÇOS.

REPARAÇÃO — Ver ACÇÃO.

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS — Ver LICENÇAS.

REPARTIÇÕES — Autoriza a reorganizar as subordinadas ao Ministerio da Justiça (decr. n. 3.993) — Ver CONTRACTOS — CREDITOS.

REPOSIÇÃO — Ver MULTA.

REPRESENTAÇÃO — Autoriza a despende até á quantia de 150:000\$, ouro, por conta do credito especial de 8.000:000\$, aberto pelo decreto n. 9.649, de 1912, para as despesas com a do Brasil na Tercera Exposição de Borracha em New York (decr. n. 2.670); eleva á categoria de Embaixada a do Brasil junto a S. M. Britanica (decr. n. 3.648); eleva á categoria de embaixada a do Brasil junto ao rei da Italia (decreto n. 3.649); eleva á categoria de embaixada a do Brasil

junto ao governo da Republica Franceza (decr. n. 3.772); autoriza a restabelecer e crear, as embaixadas e legações, necessarias para a nossa diplomatica e a elevar á embaixada a nossa na Belgica (decr. n. 4.156).

REPRESENTANTE — Ver TRIBUNAL DE CONTAS.

REQUISIÇÃO — Ver ESTADO.

RESERVA — Ver CORPO — FARDAMENTO — FORÇAS — LETRAS.

RESERVISTA — Ver SORTEIO.

RESGATE — Ver APOLICES.

RESOLUÇÃO — Publica a do Congresso Nacional que approva os actos do Governo praticado durante o estado de sitio (decr. n. 2.463) — Ver ACCÔRDO — CONFERENCIAS — ESTRADAS DE FERRO — SESSÕES.

RESPONSABILIDADE — Providencia sobre a de funcionarios encontrados em culpa no resgate e extravio de apolices (decr. n. 3.059); determina providencias para que sejam remettidos os documentos relativos aos pagamentos autorizados por este decreto afim de ser promovida a civil e criminal das pessoas achadas em culpa (decr. n. 3.083); providencia no sentido de ser promovida a civil e criminal dos envolvidos na falsificação do mandado com que Souza Machado & Comp puderam receber juros de apolices (decr. n. 3.112); autoriza a exonerar o thesoureiro do Thesouro Nacional, major Francisco Fonseca, da no desdobramento da cautela falsa n. 425, de 100:000\$ (decr. n. 3.631); regula a civil nas estradas de ferro (decr. n. 2.681); autoriza a relevar o thesoureiro do papel-moeda da Caixa de Amortização, Antonio Barbosa dos Santos, da do desfalque committido pelo ex-fiel, Arnaldo Vieira da Camara, e a restituir a sua fiança (decr. numero 2.766); exonera o engenheiro José Barcellos de Carvalho de qualquer para com o Thesouro Nacional pelo desfalque havido no districto telegraphico de Minas-Norte (decreto n. 2.850) — Ver CREDITOS — REGULAMENTOS.

RESTABELECIMENTO — Ver GRATIFICAÇÕES.

RESTITUIÇÕES — Autoriza a mandar fazer a Moysés Francisco da Motta, thesoureiro da Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro, a de 71\$786 e mais 41 apolices e os juros (decr. n. 2.889); autoriza a alvir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:330\$295 para a devida a D. Antonia Viriato de Medeiros (decr. n. 2.920); autoriza a da quantia de 2:511\$732 ao depositario publico, aposentado, Joaquim Silverio de Azevedo Pimentel, de renda recolhida em duplicata (decr. n. 3.342); autoriza a de quantias pagas pelo escrivão Francisco Moreira de alugueis do predio em que funcionou o seu cartorio no Amazonas (decr. n. 3.399); autoriza a de direitos pagos pelo Estado do Ceará pela importação de material para o abastecimento d'agua e rede de esgotos da capital (decr. n. 3.410); autoriza a da importancia de 1:560\$, descontada de D. Clotilde da Silva Paranhos do Rio Branco; da dotação conferida a seu pae, o Barão do Rio Branco (decr. n. 3.496) — Ver CREDITOS — SENTENÇAS — TERRENOS.



RESTRICÇÕES — Ver MERCADORIAS.

RETENÇÃO — Ver AMNISTIA.

RETRIBUIÇÃO — Ver ESCRIVÃES.

REVERSÃO — Concede para DD. Maria José da Costa Gabino e Victoria Leonor Costa de Lima e Silva do meio soldo e montepio que percebiam suas finadas irmãs (decr. n. 2.374); autoriza, no serviço da Armada, para o effeito da reforma, a no posto de contra-almirante, do capitão de mar e guerra, honorario, José Carlos de Carvalho (decr. n. 2.401); concede a D. Joanna Ignacia de Araujo Maciel, viuva do alferes voluntario da patria, Dr. Mathias Carlos de Araujo Maciel, a da pensão mensal de 36\$ que percebia seu marido (decr. n. 2.470 A); autoriza, no quadro dos funcçionarios da Fazenda, a do ex-primeiro escripturario da Alfandega do Rio de Janeiro, Joaquim Augusto Freire (decr. n. 2.716) — Ver CREDITOS — PENSÕES — PRESCRIPÇÃO.

REVISÃO — Ver ALISTAMENTO — REFORMAS — REGULAMENTOS — SORTEIO.

REVOGAÇÃO — Ver DECRETOS.

REVOLTAS — Ver ACONTECIMENTOS — AMNISTIA — BENEFICIOS — GUARDAS-MARINHA — PENSÕES.

## S

SALÁRIOS — Ver CREDITOS — VENCIMENTOS.

SALDO — Ver CASAS — CREDITOS.

SANTA CASA — Ver BENS — CREDITOS.

SARGENTOS — Ver CONCURSOS — EMPREGADOS — REFORMADO.

SAUDE — Ver LICENÇAS — SERVIÇOS — TRATAMENTO.

SECCA — Ver CREDITOS — OBRAS.

SECCÕES — Dispõe sobre a divisão das eleitoraes no Districto Federal, e dá outras providencias (decr. n. 4.227).

SECRETARIA — Autoriza a reorganizar, *ad referendum* do Congresso Nacional, a da Justiça (decr. n. 3.993) — Ver REGULAMENTOS.

SECRETARIO — Ver APOSENTADORIA — CREDITOS — QUADROS — VENCIMENTOS.

SEGUNDOS TENENTES — Ver CONCURSOS.

SELLO — Ver IMPOSTOS — PATENTE — PRASO.

SENADO — Ver CREDITOS — ELEIÇÕES — VAGAS.

SENADOR — Ver AJUDA DE CUSTO — ELEIÇÕES — MILITAR — SUBSIDIOS.

SENTENÇAS — Providencia sobre acção regressiva contra a autoridade que deu causa á condemnação da União por judiciaria (decr. n. 2.945); dispõe sobre o cumprimento das

condemnando a União á restituição de impostos (decr. numero 3.237) — Ver CREDITOS.

SEQUESTRO — Autoriza a decretar o de todos os bens, quantias e valores, effeitos ou creditos (decr. n. 3.393).

SERINGUEIRA — Ver MEDIDAS.

SERVENTES — Ver CREDITOS — VENCIMENTOS.

SERVIÇOS — O radiotelegraphico e radiotelephonico são de exclusiva competencia do Governo Federal (decr. n. 3.296); manda considerar como de campanha os prestados na guerra do Paraguay pelo capitão-tenente, reformado, Clemente Cerqueira Lima (decr. n. 3.584); autoriza a dispensar o operario José dos Santos do da Fabrica de Polvora sem Fumaça (decr. n. 3.590); autoriza a reverter ao activo officiaes do Exercito e da Armada nas condições que estabelece (decr. numero 3.788); autoriza a crear o de telegrammas internacionaes preteridos (decr. n. 3.948); reorganiza os da Saude Publica (decr. n. 3.987); autoriza a reorganizar os do Corpo de Investigação e Segurança Publica e da Inspectoria do Vehiculos (decr. n. 4.003); autoriza a organizar o de Soccorro Naval (decr. n. 4.049); manda reverter ao activo do Exercito, no posto de general de brigada graduado, o general de divisão, graduado e reformado, João de Figueiredo Rocha (decr. numero 4.117) — Ver CREDITOS.

SESSÕES — Publica a resolução que, do Congresso Nacional, prorroga a legislativa até 3 de outubro de 1911 (decreto n. 2.433); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de novembro de 1911 (decreto n. 2.451); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de dezembro de 1911 (decr. numero 2.471); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 31 de dezembro de 1911 (decr. numero 2.498); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de outubro de 1912 (decr. n. 2.612); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de novembro de 1912 (decr. n. 2.639); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de dezembro de 1912 (decr. n. 2.660); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 31 de dezembro de 1912 (decr. n. n. 2.673); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de outubro de 1913 (decr. n. 2.793 A); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de novembro de 1913 (decr. n. 2.800); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de dezembro de 1913 (decr. n. 2.813); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 31 de dezembro de 1913 (decr. n. 2.826); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 do outubro de 1914 (decr. numero 2.864); publica a do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de novembro de 1914 (decr. n. 2.869); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de dezembro de 1914 (decr. n. 2.875); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 31 de dezembro de 1914 (decr. n. 2.890); publica a resolução do Congresso Nacional que adia para 3 de maio proximo vindouro as do mesmo Congresso convocado extra-

ordinariamente (decr. n. 2.967); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de outubro de 1915 (decr. n. 2.987); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de novembro de 1915 (decr. n. 2.999); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de dezembro de 1915 (decr. numero 3.016); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 31 de dezembro de 1915 (decr. numero 3.033); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de outubro de 1916 (decr. n. 3.154); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de novembro de 1916 (decr. n. 3.165); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de dezembro de 1916 (decr. n. 3.181); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 31 de dezembro de 1916 (decr. n. 3.202); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de outubro de 1917 (decr. n. 3.331); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de novembro de 1917 (decr. n. 3.346); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de dezembro de 1917 (decr. n. 3.362); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 31 de dezembro de 1917 (decreto n. 3.408); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de outubro de 1918 (decr. n. 3.532); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de novembro de 1918 (decr. n. 3.544); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de dezembro de 1918 (decr. n. 3.558); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 31 de dezembro de 1918 (decr. n. 3.587); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de outubro de 1919 (decr. n. 3.757); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de novembro de 1919 (decr. n. 3.774); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de dezembro de 1919 (decr. n. 3.831); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 31 de dezembro de 1919 (decr. n. 3.904); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de outubro de 1920 (decr. n. 4.115); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 3 de dezembro de 1920 (decr. numero 4.139); publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a legislativa até 31 de dezembro de 1920 (decr. numero 4.203) — Ver CREDITOS.

SITIO — Ver ESTADO — RESOLUÇÃO.

SOBRESALENTE — Ver AERO-CLUB.

SOCIEDADES — Regula a constituição de por quotas, de responsabilidade limitada (decr. n. 3.708) — Ver CREDITOS — CONGRESSOS — REGULAMENTOS — TERRENOS.

SOCORROS — Autoriza a os prestar de accôrdo com o decreto n. 2.974, de 1915 (decr. n. 2.986) — Ver CREDITOS — SERVIÇOS.

SOLDO — Concede ao segundo tenente reformado do Exército, Januario da Rosa Franco, o da respectiva patente, pela tabella A da lei n. 2.290, de 1890 (decr. n. 3.731) — Ver CREDITOS — POSTOS — REFORMAS — VANTAGENS.

SOLICITADOR — Ver Vencimentos.

SORTEADOS — Ver LICENÇAS.

SORTEIO — Autoriza a rever a lei n. 1.860, de 1908 na parte concernente ao militar (decr. n. 3.427); approva o decreto do Poder Executivo, na parte concernente ao militar (decr. n. 3.918) — Ver ALISTAMENTO.

{ SUB-AJUDANTES — Ver MACHINISTAS.

SUB-CHEFE — Ver EMPREGADOS.

SUB-MACHINISTAS — Ver REGALIAS.

SUBDITOS — Ver ESTADO.

SUBMARINISTAS — Ver AVIAÇÃO.

SUBMARINOS — Ver GRATIFICAÇÕES.

SUB-OFFICIAES — Ver GRATIFICAÇÕES.

SUBSIDIOS — Fixa o do presidente e vice-presidente da Republica no quadriennio de 1910 a 1914 (decr. n. 2.400); fixa o dos senadores e deputados na legislatura de 1912 a 1914 (decr. n. 2.563); fixa o do presidente e vice-presidente da Republica no quadriennio de 1914 a 1918 (decr. n. 2.876); fixa o dos senadores e deputados na legislatura de 1918 a 1920 (decr. n. 3.478); fixa o do presidente da Republica no periodo de 1918 a 1922 (decr. n. 3.630); fixa o dos membros do Conselho Municipal do Districto Federal (decr. n. 3.637) — Ver IMPOSTOS.

SUBSTITUIÇÕES — Determina que as por férias forenses não dão direito á gratificação de logar (decr. n. 3.677) — Ver PORTEIROS.

SUBSTITUTOS — Ver CARGAS.

SUBVENÇÕES — Ver CREDITOS — EDUCAÇÃO

SUCCESSOS — Ver AMNISTIA.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — Ver TEMPO — VENCIMENTOS.

SUPREMO TRIBUNAL MILITAR — Ver AUDITOR — CARGOS — GRATIFICAÇÕES — QUADROS — VENCIMENTOS.

SUPPRESSÃO — Ver QUADROS.

SUSPENSÃO — Ver LETRAS.

## T

TABELLA — Ver QUOTAS — REFORMAS — VENCIMENTOS.

TAXAS — Ver LABORATORIOS.

TELEGRAMMAS — Ver SERVIÇOS.

TELEGRAPHIOS — Ver FRANQUIA. — LINHA.

TEMPO — Manda contar, para o effeito de aposentadoria, o em que o Dr. Antonio Acatuassú Nunes, juiz federal na secção do Pará, serviu na magistratura do mesmo Estado (decr. nu-



mero 2.409); concede a Rogaciano Pires Teixeira, conferente da Alfandega do Rio de Janeiro, contagem, para aposentadoria, do que medeou de 3 de novembro de 1894 a setembro de 1895 (decr. n. 2.529); autoriza a mandar contar ao thesoureiro da extinta Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro, Gaspar do Rego Monteiro, o em que serviu como collector federal em Piracicaba (decr. n. 2.536); manda contar ao capitão de mar e guerra, chefe do Corpo de Commissarios da Armada, Francisco de Lima Franco, para reforma o em que serviu como amanuense do extinto Arsenal de Marinha da Bahia (decr. n. 2.638); autoriza a mandar contar, para a jubilação do Dr. Antonio Pacheco Meades, professor da cadeira de clinica cirurgica da Faculdade de Medicina da Bahia, o em que exerceu diversas outras funções (decr. n. 2.783); considera como de embarque o decorrido en're os decretos ns. 9.446, de 1912, e 10.734, de 1913 (decr. n. 2.836); permite ao professor cathedratico de musica do Instituto Benjamin Constant, Vicente Cernicchiaro, contar o de serviço em que regem a aula de violino do Imperial Conservatorio de Musica (decr. n. 3.327); manda computar, para a aposentadoria dos ministros do Supremo Tribunal Federal, o de serviços prestados nos Estados, em funções do Poder Judiciario (decr. numero 3.400); autoriza a mandar contar a Horacio Seabra conferente da Alfandega do Rio de Janeiro, o em que esteve afastado do cargo de conferente da Alfandega da Bahia (decreto n. 3.585); autoriza a mandar contar, de serviço, ao engenheiro civil Abdon Felinto Milanez, addido á Directoria do Serviço de Povoamento (decr. n. 3.602); manda computar, para o effeito da antiguidade, o em que Augusto Theotônio Pereira, então primeiro tenente da Armada, esteve na marinha mercante (decr. n. 3.837).

TERRAS — Autoriza a ceder á Associação Aracajuana de Beneficencia as do extinto encapellado de Santo Antonio de Aracajú (decr. n. 2.995); autoriza a concessão á Escola de Agricultura Pratica do Quixadá, do usufructo de pertencentes á União (decr. n. 3.172); autoriza a ceder á Prefeitura do Districto Federal uma faixa entre as ruas da Alegria e Dr. Ferreira de Araujo (decr. n. 3.354); autoriza a executar todas as medidas attinentes ao serviço das devolutas do Acre (decr. n. 3.550) — Ver CREDITOS — OBRAS — USUFRUCTO.

TERRENOS — Manda restituir a D. Carolina Vinelli Reis o dominio e posse de um e predio na freguezia de Inhaúma (decr. n. 3.135); autoriza a permuta entre a União e o Estado de Pernambuco (decr. n. 3.176); transfere ao dominio da Associação Commercial da Bahia os accrescidos, contiguos ao seu edificio (decr. n. 3.359); autoriza a cessão gratuita de um, necessario á edificacão de um predio para a sede da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, no morro do Senado (decr. n. 3.392 A); autoriza a cessão de um á Caixa Beneficente da Guarda Civil (decr. n. 3.761); autoriza a desapropriar no Districto Federal, para cessão a funcionarios e operarios (decr. n. 4.209).

TERRITORIO — Ver ADMINISTRAÇÃO.

TESTAMENTO — Ver BENS.

TEXTOS — Ver CODIGOS — CONVENÇÕES.

THEOURO — Ver DELEGACIA — OPERAÇÕES — VENCIMENTOS.

TITULOS — Manda substituir pelo de secretario o de escrevente da Procuradoria da Republica no Districto Federal (decr. n. 2.386); suspende, por 30 dias, as obrigações resultantes dos commerciaes (decr. n. 2.862); proroga, por 90 dias, o praso a que se refere o decreto n. 2.862 (decr. numero 2.866) — Ver ESCRIVÃES.

TOMADA DE CONTAS — Ver REGULAMENTOS.

TRABALHADORES — Ver ACCIDENTES — CREDITOS.

TRACÃO — Autoriza a abrir creditos até o maximo de 60.000:000\$ para substituição da a vapor pela electrica nas linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 4.199).

TRAFIGO — Ver CONVENIOS.

TRANSFERENCIA — Ver CONTRACTOS — ESTRADAS DE FERRO — QUADROS — TERRENOS.

TRANSPORTE — Ver CREDITOS.

TRASLADACÃO — Ver DECRETOS.

TRATAMENTO — Dá aos membros julgadores do Tribunal de Contas o de ministros (decr. n. 3.421); autoriza a mandar á Europa o primeiro tenente do Exercito. aviador, Mario Barbedo, para o da saude, podendo abrir os necessarios creditos (decr. n. 3.956).

TRECHO — Ver CAES.

TRIBUNAL DE CONTAS — Determina as providencias que devem ser adoptadas nos registros *sob protesto* dos contractos (decr. n. 2.891); dá aos membros julgadores o tratamento de ministros, bem como outras providencias (decr. n. 3.421) —

TROCO — Ver NOTAS.

TRATADOS — Approva o de arbitramento assignado em Petropolis, em 6 de janeiro de 1911, entre o Brasil e o Uruguay (decr. n. 2.581); approva o assignado em Washington, em 24 de julho de 1914, para arranjo amigavel de qualquer diffculdade que possa suscitar-se entre o Brasil e os Estados Unidos da America (decr. n. 3.018); approva o assignado em Buenos Ayres, a 25 de maio de 1915, entre o Brasil, a Argentina e o Chile, para solução pacifica de controversias internacionais (decr. n. 3.019); approva o de extradição de criminosos entre o Brasil e a Republica do Uruguay, assignado no Rio de Janeiro a 27 de dezembro de 1916 (decr. n. 3.607); approva o para a fixação e liquidação da divida entre o Brasil e o Paraguay, assignado no Rio de Janeiro em 22 de julho de 1918 (decr. n. 3.620); approva o de extradição de criminosos entre o Brasil e a Bolivia, assignado no Rio de Janeiro em 3 de junho de 1918 (decr. n. 3.765); approva o de paz entre os paizes alliados e o Brasil, de um lado, e do outro a Alemanha, assignado em Versailles em 28 de junho de 1919 (decr. n. 3.875) — Ver CONVENÇÕES.

## U

Uso — Ver ESTADO — ESTRADAS DE FERRO.

USOFRUCTO — Autoriza a concessão á Escola de Agricultura Prática do Quixadá do de terras pertencentes á União (decreto n. 3.172).

UTILIDADE — Considera de publica o Aero-Club Brasileiro (decr. n. 3.141); considera de publica a Escola Superior do Commercio do Rio de Janeiro e a Escola de Commercio de Porto Alegre (decr. n. 3.169); considera de publica as escolas de commercio José Bonifacio e Bento Quirino, em Campinas (decr. n. 3.199); considera de publica os institutos commerciaes de Pernambuco e o de Alagoas e a Associação Commercial de Pernambuco (decr. n. 3.239); manda considerar de publica o Registro Marítimo Brasileiro (decr. n. 3.247); considera de publica as associações brasileiras de escoteiros e de Imprensa (decr. n. 3.297); considera de publica a Associação Commercial do Amazonas (decr. n. 3.333); considera de publica a Associação Commercial de Santos (decr. numero 3.348); considera de publica as associações commerciaes de Aracajú, de S. Luiz do Maranhão e de Natal (decr. numero 3.349); considera de publica a Associação Commercial da Bahia (decr. n. 3.350); considera de publica as commerciaes de Belém e de Alagoas (decr. n. 3.364); considera de publica a Associação Commercial do Paraná (decr. n. 3.367); considera de publica a Liga Marítima Brasileira e a Associação Commercial de Florianopolis (decr. n. 3.386); considera de publica a Associação Commercial de Victoria (decr. n. 3.387); considera de publica as associações commerciaes de Therezina e Parnahyba (decr. n. 3.429); considera de publica a Associação Commercial de Nietheroy (decr. n. 3.432); considera de publica o Club da Seringueira, em Manãos (decr. n. 3.434); considera de publica a Escola Polytechnica do Recife (decreto n. 3.435); reconhece de publica a Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro (decr. n. 3.440); considera de publica a União dos Criadores do Rio Grande do Sul e as associações commerciaes de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande (decr. n. 3.452); considera de publica a Associação Commercial do Ceará e a Phenix Caixeiral de Fortaleza (decr. numero 3.523); considera de publica a Associação Commercial da Parahyba (decr. n. 3.524); reconhece como de publica o Instituto Hahnemanniano do Brasil (decr. n. 3.540); autoriza a reconhecer de publica as sociedades de agricultura da cidade do Rio de Janeiro e dos Estados de S. Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Pernambuco (decr. n. 3.549); considera de publica o Centro Caixeiral de S. Luiz do Maranhão (decr. n. 3.582); considera de publica o Instituto Brasileiro de Contabilidade (decr. n. 3.588); reconhece como de publica o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano (decr. n. 3.675); reconhece como de publica o Club Caixeiral de Porto Alegre (decr. n. 3.745); considera de publica a Escola Profissional de Cegos Dezesete de Setembro (decr. n. 3.746); considera de publica o Centro Catharinense e a Sociedade de Agricultura do Paraná (decr. n. 3.747);

reconhece como de publica o Gabinete de Maroim, a Bibliotheca Caldense, a Escola Agronomica do Paraná, a Bibliotheca Rio Grandense e o Club Caixeiral do Rio Grande (decr. numero 3.776); considera de publica as associações commerciaes do Alto-Juruá, de Nietheroy e de Campos, o Centro Artistico Operario Eleitoral de S. Luiz do Maranhão e a Associação dos Bombeiros Voluntarios de Jacarépaguá (decr. n. 3.832); considera de publica a Liga Brasileira contra o Analphabetismo, a Liga Pro-Saneamento do Brasil e o Instituto de Protecção á Infancia e suas filiaes (decr. n. 3.877); autoriza a reconhecer como de publica a Federação Maritima do Pará e o Instituto Historico e Geographico de Sergipe (decr. n. 3.892); reconhece como de publica a União Operaria Beneficente da cidade de Diamantina (decr. n. 3.893); reconhece como de publica a Liga do Ensino e o Instituto Historico e Geographico do Pará, ambos com séde em Belém (decr. n. 3.894); considera de publica a Confederação Brasileira de Desportos e a Associação de Chronistas Desportivos, com séde na Capital Federal, e o Audax Club (decr. n. 3.895); reconhece como de publica a Escola de Agricultura e Pecuaria de Passa Quatro (decr. numero 3.903); reconhece como de publica o Instituto Commercial Mineiro (decr. n. 4.079); reconhece como de publica a Sociedade Brasileira de Autores Theatraes (decr. numero 4.092); reconhece como de publica a Associação Commercial de Minas (decr. n. 4.128); declara de publica a Associação do Commercio, Industria e Lavoura (decr. n. 4.186); considera de publica a Liga Barbacenense contra o Analphabetismo (decr. n. 4.187); considera de publica a Academia de Commercio de Juiz de Fóra (decr. n. 4.188); considera de publica o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, a Acção Social Nacionalista e o Circulo dos Officiaes Reformados do Exercito e da Armada (decr. n. 4.191); considera de publica o Instituto Historico e Geographico Espirito Santense, a Escola de Pharmacia e Odontologia do Rio de Janeiro e a Liga do Commercio do Rio de Janeiro (decr. numero 4.205) — Ver CREDITOS.

## V

VAGAS — O prazo para preenchimento das que se abrirem na Camara ou no Senado poderá ser ampliado (decr. n. 3.542) — Ver AUDITOR — ELEIÇÕES — MAGISTERIO — PROMOÇÕES — QUADROS.

VALIDEZ — Ver EXAMES — RECONHECIMENTO.

VALORES — Ver SEQUESTRO.

VANTAGENS — Torna extensivas á D. Alice de Figueiredo Ferreira e Aracy, viuva e filha menor do sub-commissario Manoel da Costa Ferreira, fallecido a bordo do *Aquidaban*, as do art. 9º da lei n. 108 A, de 1889 (decr. n. 2.638 A); concede aos herdeiros do segundo tenente do Exercito Francisco Marques de Souza (decr. n. 3.067) — Ver AVIAÇÃO — ESCRIVÃES.



VENCIMENTOS — Eleva a 18:000\$ os dos directores do Thesouro Nacional (decr. n. 2.372); eleva de 25 % os dos continuos e correios e de 20 % os dos ajudantes do porteiro da Secretaria da Justiça (decr. n. 2.372); os do secretario da procuradoria da Republica no Districto Federal ficam elevados a 5:400\$ (decr. n. 2.386); declara que os do porteiro da Escola Polytechnica ficam sujeitos á mesma divisão dos do pessoal da secretaria e bibliotheca (decr. n. 2.417); eleva a 8:400\$ os do solicitador da Fazenda Nacional junto ao Supremo Tribunal Federal (decr. n. 2.532); eleva os dos chefes de secção, escripturarios, porteiro, correios e serventes da Estatistica Commercial (decr. n. 2.533); fixa os do pessoal civil do Laboratório Chimico Pharmaceutico Militar (decr. n. 2.711); autoriza a pagar os de um fiscal e de um servente da Inspectoria de Illuminação (decr. n. 3.048); autoriza a mandar pagar a João Vicente da Silva Ferreira, secretario do extincto Arsenal de Guerra do Pará, os a que tiver direito (decr. n. 3.456); fixa os dos funcionarios dos estabelecimentos militares de ensino (decr. n. 3.494); fixa os dos empregados e operarios da Fabrica de Polvora sem Fumaça (decr. n. 3.497); concede aos herdeiros do primeiro tenente do Exercito João Salustiano Lyra e do segundo tenente Eduardo de Abreu Botelho dois terços dos totaes de capitão e primeiro tenente, respectivamente (decr. n. 3.506); fixa os do pessoal da embaixada do Brasil na Inglaterra (decr. numero 3.648); fixa os do pessoal da embaixada do Brasil na Italia (decr. n. 3.649); fixa os do pessoal da secretaria do Supremo Tribunal Militar (decr. n. 3.668); fixa os da Guarda Civil (decr. n. 3.676); substitue a tabella annexa ao decreto n. 6.439, de 30 de março de 1907 (decr. n. 3.681); substitue a tabella de dos commissarios da Policia do Districto Federal (decr. n. 3.735); reforma a tabella de dos funcionarios do Serviço Medico Legal (decr. n. 3.736); equipara os dos funcionarios do Gabinete de Identificação e Estatistica aos dos da Secretaria da Policia (decr. n. 3.949); autoriza a augmentar os dos funcionarios civis e militares (decr. numero 3.900); tabella de do pessoal dos laboratorios de analyses (decr. n. 4.050).

VERBAS — Autoriza a inverter dentro do total de 50:000\$, do orçamento do Ministerio da Justiça, para 1915, as parcelas da despesa para custeio das caixas de avisos policiaes (decreto n. 3.170); eleva de 250:000\$ e de 200:000\$ consignações e sub-consignações da 2ª — Correios (decr. n. 3.307); augmenta de 2:000\$ a 18ª do art. 52 da lei n. 3.991, de 1920, para despeza da construcção dos ramaes de Montes Claros e de Marianna a Ponte Nova, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 4.149); autoriza a usar do ouro constante do n. 17, art. 11 da lei n. 3.991, de 1920, no sentido da autorização do art. 12, n. 1 (decr. n. 4.152) — Ver DISTRIBUIÇÃO.

VETERINARIOS — Regula a admissão ao primeiro posto do Quadro de do Exercito (decr. n. 2.369).

VICE-PRESIDENTE — Ver INELEGIBILIDADE — SUBSIDIOS.

VICTIMAS — Ver PENSÕES.

VISITA — Ver MOVIMENTO.

VITALICIEDADE — Ver PREPARADORES.

VIUVA — Ver ABONO — BENEFICIOS — CREDITOS.

## Z

ZELADOR — Ver MUSEU.

---

## PRIMEIRA PARTE

### II

#### INDICE CHRONOLOGICO DOS ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1911 a 1920

---

#### 1911

N. 2.366 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao estafeta de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Carlos Augusto Pereira da Cunha, um anno de licença, com o ordenado, para ultimar o seu tratamento onde lhe convier.

N. 2.367 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Autoriza o Governo a conceder a Manoel Pires Ferreira Filho, conferente de 2ª classe da Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro, um anno de licença, em prorrogação e com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 2.368 — (Vide legislação de 1910.)

N. 2.369 — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Regula a admissão ao primeiro posto do quadro de veterinarios do Exercito.

N. 2.370 — MARINHA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Autoriza o Poder Executivo a dividir o litoral da Republica em departamentos ou prefeituras, e dá outras providencias.

N. 2.371 — MARINHA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Concede ao secretario da Inspeção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, Eugenio Candido da Siveira Rodrigues, um anno de licença, com o ordenado e em prorrogação daquella em cujo goso se acha, para tratar da saude onde lhe convier.

N. 2.372 — FAZENDA E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Eleva a 18:000\$ os vencimentos annuaes dos directores do Thesouro Nacional, e dá outras providencias.

N. 2.373 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Releva a prescrição para que Philadelpho de Souza Castro possa receber a diferença de vencimentos de thesoureiro da Imprensa Nacional, de 1 de junho de 1894 a 13 de setembro de 1900.

N. 2.374 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Concede a reversão, repartidamente, para DD. Maria José da Costa Gabiso e Victoria Leonor Costa de Lima e Silva, do meio soldo e montepio que percebiam as suas finadas irmãs DD. Guilhermina Adelaide da Costa Vellez e Jesuina A. da Costa Freitag.

N. 2.375 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com o ordenado, ao conferente da Alfandega de Pernambuco, bacharel Francisco Chateaubriand Bandeira de Mello.

N. 2.376 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Concede a pensão mensal de 250\$ a D. Maria das Mercês da Câmara e Souza.

N. 2.377 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Alipio Napoleão Serpa Filho, amanuense da Bibliotheca Nacional, mais um anno de licença para tratamento de saúde.

N. 2.378 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao bacharel Nestôr Meira, juiz da Côrte de Appellação do Districto Federal.

N. 2.379 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Autoriza o Governo a mandar organizar os projectos de reforma dos codigos Commercial e Penal da Republica e a pagar ao Dr. Clovis Bevilacqua a quantia de 100:000\$ como premio pelo projecto do Codigo Civil.

N. 2.380 — (Vide legislação de 1910.)

N. 2.381 — (Vide legislação de 1910.)

N. 2.382 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Concede aos pharmaceuticos diplomados pela Escola de Pharmacia de Ouro Preto, antes da data do decreto de reconhecimento official da mencionada Escola, os direitos e regalias decorrentes do mesmo decreto.

N. 2.383 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao desembargador do Tribunal de Appellação do territorio do Acre, Dr. Belisario Fernandes da Silva Tavora, um anno de licença, com dois terços dos vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 2.384 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao desembargador Ataulfo Napoles de Paiva, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier.



N. 2.385 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao desembargador Cassiano Candido Tavares Bastos, um anno de licença com todos os vencimentos, para tratamento de sua saude onde lhe convier.

N. 2.386 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Manda substituir pelo de secretario o titulo de escrevente da Procuradoria da Republica no Districto Federal, e dá outras providencias.

N. 2.387 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Determina que a aposentadoria do Dr. João Pedreira do Couto Ferraz como secretario do Supremo Tribunal Federal participe das vantagens da actual tabella de vencimentos e desde a data do decreto que a autoriza.

N. 2.388 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos e para tratamento de saude, ao juiz da Côrte de Appellação do Districto Federal, Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

N. 2.389 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Providencia sobre o provimento dos officiaes de justiça do Districto Federal.

N. 2.390 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Autoriza o Governo a considerar de nenhum effeito a aposentadoria dada por decreto de 22 de maio de 1894 e Henrique Adeodato Dias Coelho, e dá outras providencias.

N. 2.391 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Concede a pensão mensal de 600\$, repartidamente, á viuva e filhas viúvas do Dr. Candido Barata Ribeiro.

N. 2.392 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Estabelece uma pensão de 2:400\$ annuaes em favor da viuva e das filhas do Dr. João de Barros Cassal, repartidamente.

N. 2.393 — (Vide legislação de 1910.)

N. 2.394 — (Vide legislação de 1910.)

N. 2.395 — (Vide legislação de 1910.)

N. 2.396 — (Vide legislação de 1910.)

N. 2.396 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao estafeta de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Carlos Augusto Pereira da Cunha, um anno de licença, com o ordenado, para ultimar seu tratamento onde lhe convier.

N. 2.397 — (Vide legislação de 1910.)

N. 2.397 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Autoriza o Governo a conceder a Manoel Pires Ferreira Filho, conferente de 2ª classe da Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro, um anno de licença, em prorrogação e com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 2.398 — (Vide legislação de 1910.)

N. 2.399 — (Vide legislação de 1910.)

N. 2.400 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1911 — Fixa os subsidios do presidente e vice-presidente da Republica no quadriennio de 1910 a 1914.

N. 2.401 — MARINHA — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a fazer reverter ao serviço da Armada, unicamente para o effeito da sua reforma, no posto de contra-almirante, o capitão de mar e guerra, honorario, José Carlos de Carvalho.

N. 2.402 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Concede uma pensão mensal de 200\$, repartidamente, a D. Amelia Severo de Souza Pereira e suas filhas solteiras, e uma pensão mensal de 100\$ a D. Virginia Avelina Marques dos Santos Silva.

N. 2.403 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Releva a prescrição para que D. Ernestina de Souza Carascosa possa perceber o montepio que lhe compete por morte de seu pae, o primeiro tenente Lourenço Luiz Pereira de Souza, de 17 de junho de 1884 a 17 de janeiro de 1891.

N. 2.404 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier, ao Dr. Antonio Monteiro Barbosa da Silva, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica.

N. 2.405 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. José Anastacio da Silva Guimarães, secretario do Tribunal de Appellação do territorio do Acre, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 2.406 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Autoriza o Governo a conceder favores, sem monopolio, á empresa ou empresas que forem organizadas para explorar a industria siderurgica, e dá outras providencias.

N. 2.407 — FAZENDA — Decreto de 18 de janeiro de 1911 — Concede diversos favores ás associações que se propuzerem a construir casas para habitação de proletarios, e dá outras providencias.

N. 2.408 — FAZENDA — Decreto de 25 de janeiro de 1911 — Corrige as alterações com que foi publicada a lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, que fixou a despeza geral da Republica para o exercicio de 1911.

N. 2.409 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de fevereiro de 1911 — Manda contar para o effeito de aposentadoria, por inteiro, o tempo em que o Dr. Antonio Acatanassú Nunes, juiz federal na secção do Pará, serviu na magistratura do mesmo Estado, desde 1 de julho de 1891 até 20 de setembro de 1898.

N. 2.410 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de março de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao secretario da Directoria Geral do Serviço do Povoamento, Nicilão Tolentino dos Santos, para tratar de sua saúde.

N. 2.411 — FAZENDA — Decreto de 10 de maio de 1911 — Corrige a alteração com que foi publicado o art. 18 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.411 A — FAZENDA — Decreto de 25 de maio de 1911 — Releva a prescripção para que D. Maria da Conceição Castro Gama possa habilitar-se á percepção do meio soldo e monte-pio deixados por seu irmão, o tenente José Ignacio Nogueira da Gama.

N. 2.412 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viagão e Obras Publicas o credito extraordinario de 25:000\$ para pagamento á Companhia Lithographica Hartmann e Reickembach.

N. 2.413 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1911 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 4:200\$, ouro, afim de occorrer á despesa com o premio de viagem conferido ao bacharel Frederico Castello Branco Clark.

N. 2.414 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de junho de 1911 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, sem os vencimentos, em prorrogação da que está gosando, ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac Dowell, lente da Faculdade de Direito do Recife.

N. 2.415 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de junho de 1911 — Torna susceptiveis de penhor agricola a gomma elastica, a piassava, a castanha, o cacão e a herva-matte.

N. 2.416 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 28 de junho de 1911 — Regula a extradicação de nacionaes e estrangeiros e o processo e julgamento dos mesmos, quando fóra do paiz perpetrarem algum dos crimes mencionados nesta lei.

N. 2.417 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1911 — Declara que os vencimentos do porteiro da Escola Polytechnica ficam sujeitos á mesma divisão dos do pessoal da Secretaria e Biblioteca daquella Escola.

N. 2.418 — FAZENDA — Decreto de 10 de julho de 1911 — Releva a prescripção para que o engenheiro Candido José de Godoy possa contribuir para o Montepio dos Funcionarios Publicos.

N. 2.419 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1911 — Prescreve os casos de inelégibilidade para o Congresso Nacional e para a presidencia e vice-presidencia da Republica e altera algumas das disposições da lei eleitoral vigente.

N. 2.420 — FAZENDA — Decreto de 24 de julho de 1911 — Releva a prescrição para que D. Helena Sierra de Sá, viúva do capitão-tenente reformado, commissario da Armada, Manoel Cesar de Sá, possa receber o meio soldo e montepio relativos ao periodo de 23 de setembro de 1894 a 29 de janeiro de 1903.

N. 2.421 — FAZENDA — Decreto de 26 de julho de 1911 — Corrige a alteração com que foi publicado o art. 82, n. VI, da lei n. 2.336, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.422 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1911 — Reconhece legitima a Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, cujas sessões preparatorias foram presididas pelo Dr. Joaquim Mariano Alves Costa, de accôrdo com as disposições do respectivo Regimento e autoriza a intervir, nos termos do art. 6º, n. 2, da Constituição Federal.

N. 2.423 — FAZENDA — Decreto de 7 de agosto de 1911 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, ao thesoureiro da Imprensa Nacional, Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá.

N. 2.424 — MARINHA — Decreto de 9 de agosto de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao lente da Escola Naval, Carlos Cesar de Oliveira Sampaio, um anno de licença, sem os vencimentos, para tratar de negocios de seu interesse fóra do paiz.

N. 2.425 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1911 — Declara comprehendidos na disposição do art. 75 do decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890, os casamentos celebrados publicamente, perante autoridade que, embora competente em razão do cargo, não tenha sido neste legalmente investido.

N. 2.426 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença ao bacharel Porfirio Nogueira, procurador da Republica na secção do Amazonas, com o ordenado, mediante inspecção de saude, para tratamento da mesma.

N. 2.427 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saude, ao bacharel Henrique Vaz Pinto Coelho, substituto do juiz federal da 1ª Vara do Districto Federal.

N. 2.428 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1911 — Concede ao terceiro escripturario da Estrada de Ferro Central do Brasil, José Luiz de Freitas, um anno de licença, com os vencimentos devidos, em prorrogação, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.429 — FAZENDA — Decreto de 13 de agosto de 1911 — Autoriza o Governo a pagar ao Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva Junior e outros os juros da mora a que foi condemnada a Fazenda Federal, por sentença da justiça federal de S: Paulo, confirmada por accórdão de 5 do outubro de 1904.



N. 2.430 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de agosto de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario até a quantia de 2.363:336\$058 para conclusão das obras do quartel de cavallaria da Força Policial, na avenida Salvador de Sá.

N. 2.431 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saude, a Thyrso Gueirola Martins de Souza, amanuense da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 2.432 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder tres mezes de licença, com o ordenado e em prorrogação á que lhe foi concedida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ao bacharel Alvaro da Silva Lima Pereira, procurador criminal da Republica.

N. 2.433 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1911 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 3 de outubro do corrente anno.

N. 2.434 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de setembro de 1911 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito necessario para pagamento de differenças de vencimentos ao chefe de secção Ruben Tavares, addido ao mesmo Ministerio.

N. 2.435 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1911 — Concede ao terceiro official da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Herculano de Mendonça Cunha, a aposentadoria com um terço do ordenado.

N. 2.436 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação, com o ordenado, para tratamento de saude, a Viriato Joaquim das Chagas Lemos, administrador dos Correios do Maranhão.

N. 2.437 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Concede ao bagageiro de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Francisco Coelho da Costa, seis mezes de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 2.438 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 245:622\$818, ouro, para pagamento da garantia de juros devida á Companhia Estrada de Ferro de Goyaz até o fim do exercicio de 1910.

N. 2.439 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Concede ao engenheiro ajudante da comissão fiscal da Rede de Viação Sul-Mineira, Arlindo Gomes Ribeiro da Luz, um anno de licença, sem os vencimentos, para tratar de seus interesses.

N. 2.440 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Concede um anno de licença, em pro-

rogação e com o respectivo ordenado, ao telegraphista de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Geraldo Pires Ferreira Leal.

N. 2.441 — GUERRA — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1:235\$483 para pagamento dos vencimentos do escrevente de 1ª classe do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, Gonçalo Attico de Lima.

N. 2.442 — GUERRA — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao medico adjunto do Exército, Dr. João Belfort Saraiva, para tratar de sua saúde, com o respectivo ordenado.

N. 2.443 — FAZENDA — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Releva a prescripção para que D. Hilda Miranda de Oliveira Pimentel possa receber os vencimentos militares devidos a não pagos ao seu finado marido, Dr. Adriano Xavier de Oliveira Pimentel.

N. 2.444 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 5:613\$916 e o suplementar de réis 6:605\$496 á verba n. 15 do art. 2º da lei n. 2.221, de 31 de dezembro de 1909, para pagamento de vencimentos ao capitão Fernando Alves de Souza Alão.

N. 2.445 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 12:600\$, ouro, para occorrer ás despesas com a manufecção no estrangeiro, durante um anno, dos alumnos da Escola de Minas de Ouro Preto, Domingos Fleury da Rocha, Alceu Soares de Lellis Ferreira e Nicodemus Felisberto de Macedo, nos termos do art. 221 do codigo do ensino, sendo 4:200\$ a cada um delles.

N. 2.446 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Antonio Acatuassú Nunes, juiz federal na secção do Pará, oito mezes de licença com o ordenado, para tratamento de saúde onde lhe convier.

N. 2.447 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1911 — Corrige o equivoco verificado no art. 96 da lei numero 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.448 — FAZENDA — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saúde, ao conferente da Alfandega do Pará, José Olympio Gomes.

N. 2.449 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saúde, para seu tratamento, ao bacharel Eduardo Studart, juiz federal na secção do Ceará.

N. 2.450 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica

a conceder seis meses de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saúde, para tratamento, ao bacharel João Baptista da Costa Carvalho, juiz federal na secção do Paraná.

N. 2.451 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1911 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de novembro do corrente anno.

N. 2.452 — FAZENDA — Decreto de 4 de outubro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saúde, ao quarto escripturario da Alfandega do Pará, Joaquim Telles de Almeida.

N. 2.453 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de outubro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. João Rodrigues da Costa, juiz de direito da 1ª Vara do Commercio do Districto Federal, um anno de licença, com os vencimentos do cargo, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 2.454 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de outubro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Antonio Augusto Cardoso de Castro, ministro do Supremo Tribunal Federal.

N. 2.455 — GUERRA — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Autoriza o Governo a conceder licença até um anno, com o ordenado, ao professor do Collegio Militar, Dr. Arlindo de Aguiar e Souza, para tratamento de saúde.

N. 2.456 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 80:000\$, suplementar á verba 6ª do art. 85 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.457 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Concede a Lysanias de Cerqueira Leite, inspector da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, sem os vencimentos, para tratar de seus interesses.

N. 2.458 — FAZENDA — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação, mediante inspecção de saúde, ao segundo escripturario da Alfandega do Rio Grande do Sul, Auto da Silveira Fontes.

N. 2.459 — FAZENDA — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder até um anno de licença, com o respectivo ordenado, mediante inspecção de saúde, ao terceiro escripturario da Delegacia Fiscal na Bahia, Antonio Cardoso de Amorim.

N. 2.460 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, mediante a respectiva inspecção, para tratamento de saúde, a Raul de Azevedo, administrador dos Correios do Amazonas.

N. 2.461. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder até sete mezes de licença, com o ordenado, ao bacharel João Alves de Castro, juiz de direito da comarca do Alto-Purús, mediante inspecção de saúde.

N. 2.462 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença a José Antonio de Figueiredo, para tratamento de saúde.

N. 2.463 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que approva os actos do Governo, praticados durante o estado de sitio, declarado pelo decreto n. 2.289, de 12 de dezembro do anno passado.

N. 2.464 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:441\$935 para pagamento do augmento de vencimentos do antigo escrevente, hoje secretario, da Procuradoria da Republica no Districto Federal.

N. 2.465 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com o ordenado, a contar de 21 de julho do corrente anno, a Luiz José de Sampaio, substituto do juiz federal na secção do Rio Grande do Sul.

N. 2.466 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saúde, ao almoxarife da Hospedaria de Immigrantes da Ilha das Flores, Saturnino Nunes de Carvalho Lima.

N. 2.467 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saúde, para seu tratamento, a Carlos Augusto Pereira da Cunha, estafeta de 1ª classe da Reparação Geral dos Telegraphos.

N. 2.468 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1911 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saúde, a João Guilherme Sletting, auxiliar de escripta da Commissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro.

N. 2.469 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores varios creditos, na importancia total de 422:889\$040, para pagamento a officiaes da Força Policial e do Corpo de Bombeiros.

N. 2.470 — GUERRA — Decreto de 31 de outubro de 1911 — Autoriza o Governo a relevar a prescrição em que incorreu o anseçada reformado do 29º batalhão de voluntarios da patria, José Carlos da Silva, relativamente aos soldos que deixou de receber de 1891 a 1904.



N. 2.470 A — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1911 — Concede a D. Joanna Ignacia de Araujo Maciel, viuva do alferes voluntario da patria, Dr. Mathias Carlões de Araujo Maciel, a reversão da pensão mensal de 36\$ que percebia seu marido.

N. 2.471 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1911 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

N. 2.472 — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis meses de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saude e em prorrogação, a João Bento Porto, fiscal do Governo, junto á companhia «London and Lancashire».

N. 2.473 — MARINHA — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Torna extensivo á Armada o art. 123 da lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908, que creou o quadro suplementar para os officiaes do Exército.

N. 2.474 — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a auxiliar o Estado de Santa Catharina com a quantia de 1.000:000\$, para a reparação dos prejuizos causados pela inundação que alli occorreu ultimamente.

N. 2.475 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito extraordinario de 3:258\$949 para pagar a Delfim da Camara, professor de desenho da Escola Polytechnica, a differença de acrescimo do vencimentos de 5 %, 10 % e 20 % a quo fez jús, relevada a prescrição em que incorreu.

N. 2.476 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, mediante inspecção de saude, para o seu tratamento, a Luiz Antão da Silva Soares, inspector de 2ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 2.477 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 6:842\$400, suplementar á verba 6ª — Secretaria do Senado, — rubrica «Pessoal», do art. 2º da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.478 — FAZENDA — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saude, ao cartorario da Delegacia Fiscal no Paraná, Eurico da Silva Faro.

N. 2.479 — FAZENDA — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.450:000\$, suplementar á verba 13ª — Imprensa Nacional e *Diário Official*, — do exercicio de 1911.

N. 2.480 — GUERRA — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1:116\$120 para pagamento de differença de gratificação de função de dous capitães e seis primeiros tenentes do quadro de dentistas do Corpo de Saude do Exercito.

N. 2.481 — GUERRA — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Manda comprehender na excepção do paragrapho unico do art. 1.º da lei n. 2.211, de 30 de dezembro de 1909, os officiaes do Exercito que terminaram, nas condições que se mencionou, um curso da respectiva armá, ou geral das tres armas, pelo regulamento de 1898, frequentando a Escola de Applicação e a de Artilharia e Engenharia.

N. 2.482 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 2.483 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação e com o ordenado, ao guarda geral da Estrada de Ferro Central do Brasil, Avelino José Soares.

N. 2.484 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1911 — Determina que pelo Thesouro Nacional, na Capital Federal e no Estado do Rio de Janeiro, e pelas delegacias fiscaes, nos outros Estados, seja arbitrado um abono provisório ás viúvas e aos herdeiros dos officiaes do Exercito e da Armada que tenham direito a meio soldo e montepio ou sómente a uma destas pensões, e dá outras providencias.

N. 2.485 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1911 — Reorganiza a Delegacia do Thesouro Nacional, em Londres.

N. 2.486 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, ao bacharel Antonio Augusto Ribeiro de Almeida, promotor publico da comarca do Alto Acre.

N. 2.487 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Determina que á viúva e aos herdeiros classificados no art. 33 do regulamento approved pelo decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, seja abonada uma pensão provisória mensal, correspondente a tres quartas partes da pensão do montepio civil, constituido pelo contribuinte, e dá outras providencias.

N. 2.488 — FAZENDA — Decreto de 23 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:877\$145, ouro, e 1.935:078\$897, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos relacionadas.

N. 2.489 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado e em prorrogação, ao auxiliar de escripta da Estrada de Ferro Central do Brasil, João José de Siqueira.

N. 2.490 — GUERRA — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao porteiro do Hospital Militar de Manaus.

N. 2.491 — GUERRA — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 2:474\$998 para pagamento de vencimentos de tres funcionarios do Arsenal de Guerra desta capital.

N. 2.492 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 60:000\$, complementar á verba 24ª — Ajudas de custo, — do corrente exercicio.

N. 2.493 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 3:327\$200 para pagamento a Madeira & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.494 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 2.495 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao Dr. José de Lima Castello Branco, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, para tratamento de sua saude onde lhe convier.

N. 2.496 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saude, para seu tratamento, ao bacharel Honorio Carrillio da Fonseca e Silva, procurador da Republica na secção do Rio Grande do Norte.

N. 2.497 — GUERRA — Decreto de 30 de novembro de 1911 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1912.

N. 2.498 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1911 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 31 de dezembro corrente.

N. 2.499 — GUERRA — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 232:205\$217 para pagamento de salarios e serviços de alfaiate e costureiras dos arsenaes de guerra desta capital e do Rio Grande do Sul.

N. 2.500 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 34:421\$266, complementar á verba 35ª do art. 2º da lei numero 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.501 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 14:235\$ para pagamento da tripulação da lancha *Dr. Vellez*.

N. 2.502 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 32:240\$, complementar á verba 34ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.503 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado e em prorrogação, a Jorge Vogeler, conductor de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 2.504 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder 60 dias de licença, com o ordenado, ao agente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Dias Paes Leme Sobrinho, para tratamento de saude.

N. 2.505 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com os vencimentos, ao bacharel Carlos Domício de Assis Toledo, promotor da comarca do Alto-Purus, no territorio do Acre.

N. 2.506 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Autoriza a conceder um anno de licença, com o ordenado, a Francisco Constant de Figueiredo, auxiliar do Gabinete de Identificação e Estatística da Policia do Districto Federal.

N. 2.507 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 8:400\$, ouro, para despesas com preínios de viagem.

N. 2.508 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 21:000\$, ouro, para despesas com premios de viagem.

N. 2.509 — MARINHA — Decreto de 19 de dezembro de 1911 — Considera com o soldo por inteiro da respectiva patente o reformado capitão-tenente da Armada, Alvaro Augusto de Carvalho.

N. 2.510 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 34:216\$268 para pagamento da differença de vencimentos do chefe de secção da Alfandega do Rio de Janeiro, devida ao bacharel Francisco Pires de Carvalho Aragão.

N. 2.511 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Regula a tomada de contas do Governo pelo Congresso Nacional.

N. 2.512 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 89:179\$228, extraordinario, para despesas com a distribuição de agua ao Hospicio Nacional de Alienados.

N. 2.513 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder nove mezes de licença, com todos os vencimentos, para seu tratamento e mediante inspecção de saude, ao bacharel



Elviro Carvalho da Fonseca e Silva, juiz da 2ª Vara Commercial da Capital Federal.

N. 2.514 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:134\$600 para indemnizar o Cofre de Orphãos de igual quantia paga indevidamente pelo Thesouro Nacional.

N. 2.515 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Concede seis mezes de licença, com todos os vencimentos, mediante inspecção de saude, ao presidente do Tribunal de Contas, bacharel Didimo Agapito da Veiga, para seu tratamento onde lhe convier.

N. 2.516 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:526\$ para restituir imposto sobre subsidios e vencimentos de mais pagos pelo bacharel João Kopke, no exercicio de 1899.

N. 2.517 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a pagar ao engenheiro civil João Joaquim de Aquino e Castro a quantia de 735:394\$940.

N. 2.518 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 45:067\$680, supplementar a verba 8ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, para as despesas com o pessoal e material da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 2.519 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder dous mezes de licença, com todos os vencimentos, para completar o tratamento de sua saude, ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Epitacio Pessoa.

N. 2.520 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao desembargador Pedro Augusto de Moura Carijó, juiz da Córte de Appellação, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.521 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com dous terços de vencimentos, para seu tratamento e mediante inspecção de saude, ao bacharel Domingos Americo de Carvalho, desembargador do Tribunal de Appellação do territorio do Acre.

N. 2.522 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E MARINHA — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos dos respectivos cargos, ao professor da Escola Polytechnica e Escola Naval, Dr. Augusto Saturnino da Silva Diniz, mediante inspecção de saude.

N. 2.523 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Concede ao bacharel Antonio Marques da Costa Ribeiro, juiz de direito da 3ª Vara Cível desta Capital, oito mezes de licença, com todos os vencimentos, mediante inspecção, para tratamento de saúde onde lhe convier.

N. 2.523 A — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2.670:030\$263 para supprir a deficiencia da renda dos impostos de transmissão de propriedade e de industrias e profissões, no exercicio de 1911, e o credito suplementar de 727:555\$029, destinado a diversas consignações da verba 15ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, e revigora para 1912 os creditos orçamentarios, supplementares e especiaes consignados na lei n. 2.356, citada, autorizando a arrecadar, durante o mesmo anno os impostos, taxas e mais contribuições constantes da lei n. 2.321, de 30 de dezembro de 1910.

N. 2.524 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1911 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1912.

N. 2.525 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a restituir ao juiz de direito aposentado, Dr. José Joaquim Baeta Neves, a quantia de 1:571\$147, que indevidamente pagou a titulo de imposto sobre vencimentos.

N. 2.526 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1911 — Autoriza o Governo a fazer reverter ao quadro de funcionarios de Fazenda o ex-primeiro escripturario do Thezouro Nacional, Alexandre Norberto da Costa, sómente para o effeito de ser aposentado, nas condições que estabelecece.

N. 2.527 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1911 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 133:453\$259 para pagamento da divida de exercicios findos do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

N. 2.528 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1911 — Eleva a 1ª ordem a Mesa de Rendas de Villa Nova, no Estado de Sergipe, e dá outras providenciãs.

N. 2.529 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1911 — Concede a Rogaciano Pires Teixeira, conferente da Alfandega do Rio de Janeiro, o favor de se lhe contar, para o effeito de aposentadoria, o tempo que medeou de 3 de novembro de 1894 a setembro de 1895.

N. 2.530 — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Concede o direito de aposentadoria aos patrões, machinistas, foguistas, remadores, dos arsenaes de Marinha e de Guerra e outros estabelecimentos, professores de primeiras letras das escolas de aprendizes marinheiros e outras.

N. 2.530 A — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Fixa a força naval para o exercicio de 1912.

N. 2.531 — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1911 — Torna extensiva aos actuaes sub-machinistas do Corpo de Engenheiros Machinistas da Armada e aos aspirantes que concluirem com aproveitamento o 3º anno do curso de marinha as regalias concedidas pelo regulamento annexo ao decreto n. 8.650, de 3 de abril de 1911, aos alumnos machinistas que completarem o respectivo curso tecnico.

## 1912

N. 2.532 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1912 — Eleva a 8:400\$ annuaes os vencimentos do solicitador da Fazenda Nacional junto ao Supremo Tribunal Federal.

N. 2.533 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1912 — Eleva os vencimentos dos chefes de secção, escripturarios, porteiros, correios e serventes da Estatistica Commercial.

N. 2.534 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Declara como se deverá compor a commissão de promoções dos officiaes do Exercito e autoriza o contracto de pharmaceuticos para o serviço deste.

N. 2.535 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra os creditos de 1.012:523\$028, supplementar á verba 10ª, e 1.743:123\$456, supplementar á verba 14ª do art. 21 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.536 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Autoriza o Governo a mandar contar ao thesoureiro da extincta Commissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro, Gaspar do Rego Monteiro, o tempo em que serviu como collecter federal em Piracicaba.

N. 2.537 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao praticante da Repartição Geral dos Telegraphos, bacharel Antonio Estanislau de Almeida Cunha, mediante inspecção de saude.

N. 2.538 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 994:803\$423 para pagamento de dividas de exercicios findos relacionadas.

N. 2.539 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Concede a D. Gabriella Müller de Castro e a sua filha solteira Gabriella de Castro a pensão mensal de 100\$, repartida-mmente.

N. 2.540 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a dar ás mesas de rendas de Itacoatiara, de Porto Velho e de Laguma, o mesmo regimen da de Antonina, e dá outras providencias.

N. 2.541 — MARINHA — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Restabelece as gratificações a que tem direito o almirante José Candido Guillobel como ministro do Supremo Tribunal Militar, indemnizando-o da differença que deixou de receber.

N. 2.542 — MARINHA — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Estabelece que sejam pagas pelo dobro as pensões de meio soldo que receberem os herdeiros dos officiaes da Armada victimas do desastre do encouraçado *Aquidaban* e das revoltas de 23 de novembro e 10 de dezembro de 1910.

N. 2.543 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença ao Dr. Carlos Gomes Rebello Horta, promotor publico da comarca do Alto-Juruá, com dous terços de vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.543 A — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de janeiro de 1912 — Estabelece medidas destinadas a facilitar e desenvolver a cultura da seringueira, do caucho, da maniçoba e da mangabeira, e a colheita e beneficiamento da borracha extrahida dessas arvores e autoriza o Poder Executivo a não só abrir os creditos precisos á execução de taes medidas, mas ainda a fazer as operações de credito que forem precisas.

N. 2.544 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1912 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1912.

N. 2.544 A — MARINHA — Decreto de 6 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 650:000\$, suplementar á verba 27ª do art. 14 da lei n. 2.350, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.545 — FAZENDA — Decreto de 6 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1.675:134\$338 para pagamento de juros de depositos da Caixa Economica e Monte de Soccorro desta Capital no segundo semestre de 1910.

N. 2.546 — GUERRA — Decreto de 9 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 15:298\$387 para pagamento a D. Emma Dias da Cruz.

N. 2.547 — GUERRA — Decreto de 9 de janeiro de 1912 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Guerra do credito especial de 5:600\$, destinado ao pagamento de diarias que deixou de receber o coronel Clodoaldo da Fonseca.

N. 2.548 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Autoriza o Governo a pagar ao engenheiro Dr. Lourenço Baela Neves a quantia de 36:120\$, a titulo de indemnização pelas despesas forçadas que fez nos Estados Unidos da America, em serviço de propaganda do Brasil.

N. 2.549 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saude, e para seu tratamento, a Francisco Pinto, estafeta auxiliar de pneumaticos do Correio Geral.



N. 2.550 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saude e para seu tratamento onde lhe convier, a João Carlos Freysleben, telegraphista de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 2.551 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Dispensa os funcionarios de Fazenda de primeira e segunda entrancias da prova de idade para a inscripção em concurso de guarda-mór e ajudante de guarda-mór.

N. 2.552 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Concede a D. Estephania de Araujo Vieira e as suas filhas Dina e Lucilia, repartidamente, a pensão de 300\$ mensaes.

N. 2.553 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Institue a pensão mensal de 500\$ para a viuva do Almirante Elisario Barbosa, com reversão para sua filha viuva.

N. 2.554 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Concede a D. Jovita Maia Campista, viuva do Dr. David Moretzohn Campista, repartidamente com suas quatro filhas, a pensão de 8:000\$ annuaes.

N. 2.555 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Institue a pensão mensal de 600\$ para a viuva do Dr. Germano Haslocher, com reversão para sua filha.

N. 2.556 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 200:000\$, ouro, supplementar á verba 32ª do art. 81 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.557 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 427:140\$909, ouro, supplementar á verba 1ª do art. 81 da lei n. 2.350, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.558 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3:608\$932, supplementar á verba 29ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.559 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Tranquilino Graciano de Mello Leitão, um anno de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saude.

N. 2.560 — JUSTIÇA E NEGOCIO INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 90:000\$, supplementar á verba 37ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.561 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder nove mezes de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, a Antonio José da Cunha Lima Braga, escriptão do Juizo Federal no Estado do Rio de Janeiro.

N. 2.562 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 32:000\$, complementar á verba 2ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.563 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Fixa o subsidio e a ajuda de custo de deputado e senador para a legislatura de 1912 a 1914.

N. 2.564 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao Dr. Luiz Quirino dos Santos, procurador da Republica no Estado do Rio de Janeiro, para tratamento de saude onde lhe convier.

N. 2.565 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a José Thomaz Carneiro da Cunha, terceiro escripturario da Alfandega do Rio de Janeiro, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 2.566 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1912 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Vição e Obras Publicas o credito de 5:000\$, suplementar á verba 1ª, consignação «Material», do art. 31 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.567 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Concede as pensões annuaes de 2:400\$ a D. Anna Zulmira Monteiro Lopes, viuva do Dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes, e 1:200\$ a seu filho menor Aristides Gomes Monteiro Lopes.

N. 2.568 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Concede a D. Maria de Oliveira Gruls, viuva do Dr. Luiz Gruls, a pensão mensal de 300\$000.

N. 2.569 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Concede á viuva e aos filhos menores do ex-senador Antonio Alfredo da Gama e Mello, repartidamente, a pensão mensal de 300\$000.

N. 2.570 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Concede repartidamente a D. Claudina Nogueira Martins, viuva do Dr. José Isidoro Martins Junior, e á sua filha Celina Martins, a pensão mensal de 300\$000.

N. 2.571 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Concede repartidamente a D. Maria Thomé Cardoso de Castro, viuva do Dr. Antonio Augusto Cardoso de Castro, e seus filhos menores, a pensão annual de 6:000\$000.

N. 2.572 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Concede a pensão annual de 2:400\$ á D. Brasília de Bueno Pires, viuva do capitão Henrique Azeredo Pires.

N. 2.573 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Concede uma pensão de 300\$ a D. Isabel de Barros Madureira, com reversão para sua filha solteira D. Maria Isabel de Barros Madureira.

N. 2.574 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a pagar, repartidamente, ás irmãs do fallecido major honorario Francellino do Valle Cabral a quantia de 60\$ mensaes que o mesmo percebia do Thesouro.

N. 2.575 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas credits especiaes até a somma de 2.256:546\$480 para tornar effectivas as desapropriações das terras e aguas das bacias dos rios Xerém, Mantiqueira, S. Pedro, Grande, Camorim e Covanca.

N. 2.576 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Concede ao thesoureiro da Administração dos Correios do Estado do Amazonas, José Farias Gesta, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de sua saude onde lhe convier.

N. 2.577 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Torna extensivas ás obras scientificas, literarias e artisticas editadas em paizes estrangeiros que tenham adherido ás convenções internacionaes sobre o assumpto, ou assignado tratados com o Brasil, as disposições da lei n. 496, de 1 de agosto de 1898, salvo as do art. 13, e dá outras providencias.

N. 2.578 — FAZENDA — Decreto de 23 de março de 1912 — Corrige alterações com que foi publicada a lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 2.579 — RELAÇÕES EXTERIORES E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1912 — Approva o protocollo celebrado com o Governo da Bolivia, em 14 de novembro de 1910, e dá outras providencias.

N. 2.580 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:109\$332 para pagamento de vencimentos e gratificação adicional ao bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet.

N. 2.581 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1912 — Approva o tratado de arbitramento assignado em Petropolis a 6 de janeiro de 1911 entre o Brasil e o Uruguay e as convenções para igual fim assignadas com a Grecia em 1910 e com o Paraguay e a Italia em 1911.

N. 2.582 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de julho de 1912 — Concede ao Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, a partir de 1 do corrente, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.583 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de julho de 1912 — Concede ao Dr. Carolino Leoni Ramos, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.584 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de julho de 1912 — Autoriza o presidente da Re-

publica a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 4:200\$, ouro, para occorrer ás despesas com o premio de viagem a que fez jús o alumno da Escola de Minas de Ouro Preto, Paulo da Rocha Lagôa.

N. 2.585 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de julho de 1912 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 41:136\$849, correspondente a £ 2.573-14-7.½ para pagamento á Companhia «Rio de Janeiro City Improvements, Limited».

N. 2.586 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 31 de julho de 1912 — Autoriza o Governo a abrir varios creditos para pagamento de vencimentos a juizes togados do Supremo Tribunal Militar, auditores e auxiliares de auditores, e dá outras providencias.

N. 2.587 — FAZENDA — Decreto de 31 de julho de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao fiscal de seguros, coronel honorario do Exercito José Bento Porto.

N. 2.588 — FAZENDA — Decreto de 31 de julho de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder nove mezes de licença, com o ordenado, ao thesoureiro da Caixa de Conversão, João Gomes Rabello Horta.

N. 8.589 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de julho de 1912 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio do credito de 72:228\$987, para occorrer ao pagamento de fornecimentos feitos ao Jardim Botânico e de serviços executados no mesmo, durante o anno de 1911.

N. 2.590 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Antonio Augusto Ribeiro de Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal, para tratamento de saude onde julgar conveniente.

N. 2.591 — FAZENDA — Decreto de 7 de agosto de 1912 — Regula a emissão e circulação de cheques.

N. 2.592 — FAZENDA — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 284\$740 para pagamento a Seraphim Joaquim da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.593 — FAZENDA — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com a metade da gratificação, ao agente de fiscal dos impostos de consumo na 1ª circumscripção do Estado do Amazonas, Antonio Franco Liberato.

N. 2.594 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Alfredo Machado Guimarães, juiz de direito desta capital, para tratamento de sua saude onde julgar conveniente.



N. 2.595 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Raul de Almeida Magalhães, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, para tratamento de sua saude.

N. 2.596 — GUERRA — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Autoriza a concessão de um anno de licença ao capitão José Lopes de Oliveira Lyrio.

N. 2.597 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao amanuense da Secretaria de Policia do Districto Federal, Hugo Martins Ferreira, para tratar de sua saude.

N. 2.598 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com o ordenado, em prorrogação, a João da Costa, segundo official da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 2.599 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao escrevente de primeira classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Cicero Pereira de Almeida, 180 dias de licença, em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 2.600 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao conductor de 1ª classe da Inspectoria de Obras contra as Seccas, Eugenio Graça.

N. 2.601 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao amanuense da Directoria Geral dos Correios, Francisco Roberto Monteiro Silva, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude onde lhe convier.

N. 2.602 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença em prorrogação e com o ordenado, para tratamento de saude onde lhe convier, a Viriato Joaquim das Chagas Lemos, administrador dos Correios do Maranhão.

N. 2.603 — GUERRA — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder dous annos de licença ao primeiro tenente do Exercito Antonio Mendes Teixeira.

N. 2.604 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao conferente da Alfandega de Manaus, Francisco Xavier da Costa.

N. 2.605 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 81:924\$546 para, occorrer ás despesas com as modificações indispensaveis á installação sanitaria do Hospicio Nacional de Alienados.

N. 2.606 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 24:847\$200, suplementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 2.544, de 4 de janeiro ultimo, para despesas de pessoal e material da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 2.607 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Carlos Augusto Coelho, primeiro official da Secretaria do Estado da Justiça e Negocios Interiores, um anno de licença para tratamento de saude.

N. 2.608 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao ministerio da Fazenda o credito suplementar á verba 6ª — Aposentados, — do exercicio de 1912.

N. 2.609 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Approva a convenção complementar do tratado de limites de 6 de outubro de 1898 entre o Brasil e a Republica Argentina, assignado em Buenos Aires a 4 de outubro de 1910.

N. 2.610 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:367\$870 para pagamento a D. Ernestina de Souza Carrascosa, em virtude do decreto n. 2.403, de 11 de janeiro de 1911.

N. 2.611 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar necessario ás verbas 5ª e 7ª do art. 2º do orçamento vigente, para execução da lei n. 2.563, de 10 de janeiro de 1912.

N. 2.612 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1912 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 3 de outubro do corrente anno.

N. 2.613 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. João Nery, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, sem os vencimentos.

N. 2.614 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao Dr. Fernando Dias Leme, chefe de locomoção da Estrada de Ferro Oeste de Minas, para tratar de sua saude.

N. 2.615 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de setembro de 1912 — Transfere á Municipalidade, para logradouro publico, o parque da Boa Vista, antiga Quinta Imperial.

N. 2.616 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 40:000\$ para aquisição de uma embarcação para condução de enfermos.

N. 2.617 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da República a conceder ao Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis meses de licença com todos os vencimentos, para tratamento de sua saúde onde lhe convier.

N. 2.618 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da República a conceder oito meses de licença, com dois terços dos seus vencimentos, ao bacharel Djalma Mendonça, juiz substituto da comarca de Alto-Juruá, no território do Acre, para tratamento de sua saúde onde lhe convier.

N. 2.619 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da República a conceder 10 meses de licença, com todos os vencimentos, ao bacharel Venancio Neiva, juiz federal no Estado da Parahyba, para tratar de sua saúde onde julgar conveniente.

N. 2.620 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da República a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito de 3:262\$777 para pagamento de vencimentos ao porteiro da Sub-Administração dos Correios de Diamantina. Juscelino Joaquim de Menezes.

N. 2.621 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de 19:304\$610 para indenização a Roberto Pereira Reis, encarregado de abertura de poços no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 2.622 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da República a conceder seis meses de licença, com o ordenado, para tratamento de saúde e em prorrogação, a Edmundo Dantas dos Santos Pereira, praticante de 1ª classe da Administração dos Correios do Estado de S. Paulo.

N. 2.623 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1922 — Autoriza o presidente da República a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saúde, ao amanuense da Administração dos Correios do Estado de S. Paulo, José Alcebiades de Oliveira Guimarães.

N. 2.624 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com o ordenado, ao guarda-chaves da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Marcondes, para tratamento de saúde.

N. 2.625 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Autoriza a abertura dos créditos suplementares de 3:600\$ para occorrer ao pagamento da diferença de vencimentos do consultor jurídico, e de 12:000\$ para pagamento do auxiliar jurídico no corrente anno.

N. 2.626 — FAZENDA — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Eleva de 20 o numero de guardas da Alfandega de Porto Alegre, e dá outras providencias.

N. 2.627 — FAZENDA — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 24:534\$898 para pagamento ao Dr. Eduardo Freire de Carvalho Filho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.628 — FAZENDA — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, ao primeiro escripturario do Thesouro Nacional, Antonio Salles.

N. 2.629 — FAZENDA — Decreto de 18 de setembro de 1922 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 533\$300 para pagamento a Antonio Alves do Valle, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.630 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao desembargador da Corte de Appellação do Districto Federal, Virgilio de Sá Pereira, para tratamento de saude, onde lhe convier.

N. 2.631 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Joaquim José de Saraiva Junior, juiz de direito dos Feitos da Fazenda Municipal do Districto Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de sua saude, onde lhe convier.

N. 2.632 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com dous terços dos vencimentos, ao desembargador do Tribunal de Appellação do Territorio do Acre, João Alves de Castro, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.633 — GUERRA — Decreto de 25 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 3.000:000\$, complementar á verba 13ª do art. 18 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro do anno corrente.

N. 2.634 — FAZENDA — Decreto de 27 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito necessario, até 141:960\$, para ultimar a desapropriação dos predios ns. 79, 81, 83 e 85, da rua General Caldwell e outro, declarados de utilidade publica pelo decreto n. 1.642, de 20 de junho de 1894.

N. 2.635 — FAZENDA — Decreto de 27 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença com os vencimentos do cargo, ao conferente da Alfandega do Rio de Janeiro, Manoel Jansen Müller.

N. 2.636 — MARINHA — Decreto de 27 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito suplementar de 6.989:710\$, ouro, para o pagamento das prestações de navios e material encom-



mendados na Europa e augmentar de um «tender» o programma naval autorizado pela lei n. 1.296, de 14 de dezembro de 1904.

N. 2.637 — MARINHA — Decreto de 27 de setembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 223:283\$213, ouro, equivalente a £ 25.116-4-5 para pagamento de fornecimentos feitos na Europa, no exercicio de 1910, ao couraçado *Minas Geraes* e aos cruzadores *Bahia* e *Barroso*.

N. 2.638 — MARINHA — Decreto de 27 de setembro de 1912 — Manda contar ao capitão de mar e guerra, chefe do Corpo de Commissarios da Armada, Francisco Augusto de Lima Franco, para o effeito de reforma, o tempo em que serviu como amanuense da secretaria do extincto Arsenal de Marinha da Bahia.

N. 2.638 A — MARINHA — Decreto de 27 de setembro de 1912 — Torna extensiva a D. Alice de Figueiredo Ferreira e Aracy, viuva e filha menor do sub-commissario Manoel da Costa Ferreira, fallecido a bordo do *Aquidaban*, as vantagens do art. 9º da lei n. 108 A, de 30 de dezembro de 1889.

N. 2.639 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1912 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 3 de novembro do corrente anno.

N. 2.640 — GUERRA — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4:982\$145 para pagamento ao capitão João Nepomuceno da Costa, de vencimentos que deixou de receber.

N. 2.641 — GUERRA — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 90:505\$200 para pagamento dos novos concertos de que carece a cabeca *Marechal de Ferro*.

N. 2.642 — FAZENDA — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 400:000\$, suplementar á verba 6ª — Aposentados — do exercicio de 1912.

N. 2.643 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 4:195\$362 para pagamento ao Dr. Joaquim de Carvalho Betamio, em virtude de sentença judicial.

N. 2.644 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 7:300\$789, para pagamento ao Dr. Augusto Magalhães de Barros e Vasconcellos, em virtude de sentença judicial.

N. 2.645 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 8:940\$, suplementar á verba 6ª do art. 2º da lei

n. 2.544, de 4 de janeiro ultimo, para despesas com o pessoal da Secretaria do Senado.

N. 2.646 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder até um anno de licença, com todos os vencimentos, ao desembargador da Corte de Appellação do Districto Federal, Affonso Lopes de Miranda, para tratar de sua saude onde julgar conveniente.

N. 2.647 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com todos os vencimentos, ao bacharel Godofredo Mendes Vianna, substituto do juiz federal na secção do Maranhão.

N. 2.648 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 10:800\$ para pagamento aos funcionarios da Repartição de Aguas e Obras Publicas que foram addidos em virtude do decreto n. 9.079, de 3 de novembro de 1911.

N. 2.649 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, a Oscar de Carvalho Azevedo, guarda-livros da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes.

N. 2.650 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 70:000\$ para attender ás despesas com a recepção das commissões astronomicas estrangeiras que vieram ao Brasil observar o eclipse solar, que teve logar a 10 de outubro do corrente anno.

N. 2.651 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, para tratamento de saude, ao collecter das rendas federaes de Uberabinha, Estado de Minas Geraes, Larmatine Moreira.

N. 2.652 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 342\$010 para pagamento a Domingos Tamanqueira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.653 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:652\$455 para pagamento ao tenente Manoel Lourenço dos Santos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.654 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:359\$719 para pagamento devido a Wanderley, Bias & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.655 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica

a conceder ao Dr. Arnaldo Quintella, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 2.656 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 444\$442 para pagamento do ordenado ao tenente-coronel Simão de Souza Rego e Carvalho.

N. 2.657 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ad major da Brigada Policial do Districto Federal, João Augusto da Costa, para tratar de sua saude.

N. 2.658 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 859:783\$333, supplementar á verba 1<sup>a</sup> do orçamento vigente.

N. 2.659 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 923\$800 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, sendo 600\$100 a José Antonio da Cunha e 323\$700 a Francisco Alves Rollo.

N. 2.660 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1912 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

N. 2.661 — FAZENDA — Decreto de 1 de novembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito de 8:000\$ para aquisição do retrato a oleo do Dr. Joaquim Duarte Murtinho, executado pelo pintor João Thimoteo da Costa.

N. 2.662 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de novembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 200:000\$ para attender, no corrente exercicio, á conservação e custeio das linhas telegraphicas e telephonicas do Estado do Rio Grande do Sul, passadas para o dominio da União pelo decreto n. 9.253, de 28 de dezembro de 1911.

N. 2.663 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. João Penido Bournier, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de sua saude.

N. 2.664 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a mandar pagar a Ladisláo Dias da Cunha a quantia de 189:850\$282 por obras nos quarteis da Força Policial do Districto Federal.

N. 2.665 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 5:393\$548 para pagamento de venci-

mentos ao lente em disponibilidade da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. José Pedro da Velga Filho.

N. 2.666 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem conferido ao Dr. Carlos Leoní Werneck.

N. 2.667 — MARINHA — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao lente cathedratlico da Escola Naval, Dr. Carlos Cezar de Oliveira Sampaio, um anno de licença, sem os vencimentos, para tratar dos seus interesses fóra do paiz.

N. 2.668 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, a Fernando Martins da Fonseca, praticante de 1ª classe da Administração dos Correios de S. Paulo.

N. 2.669 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Alfredo de Seixas Baracho, auxillar de escripta da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, para tratamento de saude onde lhe convier, percebendo dois terços da respectiva diaria.

N. 2.670 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de novembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a despende pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio até a quantia de 150:000\$, ouro, por conta do credito especial de 8.000:000\$, aberto pelo decreto n. 9.649, de 6 de julho do corrente anno, para attender ás despesas com a representação do Brasil na 3ª Exposição Internacional de Borracha, realizada em New-York em setembro ultimo.

N. 2.670 A — MARINHA — Decreto de 29 de novembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 4.144:569\$372 para occorrer ao pagamento de despesas decorrentes da execução da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910.

N. 2.671 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o necessario credito, até a quantia de 269:232\$262, para pagamento dos fornecimentos feitos ao commando da Força Policial do Districto Federal por Behrendd, Schmidt & Comp.

N. 2.672 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1912 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado e em prorrogação, ao Dr. José de Lima Castello Branco, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, para tratamento de saude.

N. 2.673 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1912 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até 31 de dezembro do corrente anno.



N. 2.673 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1912 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com dous terços dos vencimentos, ao bacharel Gustavo Affonso Farnese, juiz federal na secção do Acre, para tratar da saúde.

N. 2.674 — FAZENDA — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinário de 6:260\$490 para attender ao pagamento de vencimentos devidos a Verano Alonso Gomes de Almeida.

N. 2.675 — FAZENDA — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 200:000\$, supplementar á verba 15ª do exercício de 1912.

N. 2.676 — MARINHA — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Considera reformado no posto e com o soldo de almirante, que lhe competir pela tabella vigente, o vice-almirante reformado com a graduação desse posto, Antonio Luiz von Hoonholtz.

N. 2.677 — MARINHA — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Crea o logar de zelador do Museu Naval, annexo á Bibliotheca de Marinha.

N. 2.678 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o necessario credito, até a importancia de 246:247\$669, para pagar a Haupt & Comp., a factura de armamento e munições que forneceram ao cominando geral da Força Policial do Districto Federal.

N. 2.679 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder aposentadoria, com todos os vencimentos do seu cargo, ao Dr. Manoel José de Queiroz Ferreira, preparador vitalicio da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, mediante prévia inspecção de saúde.

N. 2.680 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao procurador da Republica na secção do Maranhão, João Vieira de Souza Filho, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saúde, onde lhe convier.

N. 2.681 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Regula a responsabilidade civil das estradas de ferro.

N. 2.682 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 91:210\$443 para restituição ao engenheiro Austricliano Honorio de Carvalho.

N. 2.683 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1912 — Autoriza o Governo a abrir o credito necessario para pagamento de 200 guardas, augmentados na lei orçamentaria vigente, para repressão do contrabando nas fronteiras do Rio Grande do Sul.

N. 2.684 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 7:200\$ para pagamento a Arthur Martins Lopes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.685 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 27:394\$555 para pagamento de differença de vencimentos a Filadelpho de Souza Castro.

N. 2.686 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. André Cavalcanti de Albuquerque, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saúde.

N. 2.687 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1912 — Amnistia os implicados nas revoltas do Batalhão Naval e navios da esquadra, occorridas no porto desta capital em dezembro de 1910, e os civis e militares envolvidos nos acontecimentos que se deram em Manaus em outubro do referido anno.

N. 2.688 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Releva a prescrição para que D. Carolina de Oliveira Trindade, viuva do ex-fiel de armazem da Alfandega de Santos, Amaro Pinto da Trindade, possa receber as pensões de montepio correspondentes ao periodo de 29 de maio de 1901 a 30 de agosto de 1905.

N. 2.689 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Autoriza a concessão de licença de seis mezes, com o ordenado, em prorrogação e mediante inspecção de saúde, ao terceiro escripturario da Delegacia Fiscal no Maranhão, Luiz Vianna.

N. 2.690 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 2:000\$ para pagamento de ajudas de custo aos deputados José da Cunha Rebello e José Maria Moreira Guimarães.

N. 2.691 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 40:000\$ para aquisição de uma lancha a vapor, destinada ao serviço da Inspectoria do Porto de Santos.

N. 2.692 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Godofredo Xavier da Cunha, ministro do Supremo Tribunal Federal, para tratar de sua saúde onde julgar conveniente.

N. 2.693 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a

conceder um anno de licença, com dous terços da respectiva diaria, em prorrogação, a Luiz Teixeira, auxiliar da Estrada de Ferro Oéste de Minas.

N. 2.694 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1912 — Autoriza a abertura do credito de 500:000\$, complementar á verba 6ª — Aposentados, — do corrente exercicio.

N. 2.695 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1912 — Concede um anno de licença, em prorrogação e com dous terços dos respectivos vencimentos, em ouro, ao consul geral do Brasil em Valparaizo, Eduardo Drelhe Fasciotti.

N. 2.696 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1912 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 300:000\$, complementar á 1ª consignação da verba 3ª do art. 14 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro ultimo, para attender á despesa do corrente exercicio com a recepção de hospedes illustres em representações de governos estrangeiros.

N. 2.697 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao bacharel Luiz José de Sampaio, juiz substituto federal na secção do Rio Grande do Sul, para tratar de sua saude onde julgar conveniente.

N. 2.698 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos complementar de 22:846\$790 e extraordinario de 18:519\$600 para pagamento de differença de soldo a officiaes reformados da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros e para o de soldo a praças aggregadas do referido Corpo.

N. 2.699 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Approva o convenio celebrado em Bello Horizonte a 18 de dezembro de 1911 entre os governos dos Estados de Minas Geraes e do Espirito Santo, para solução da questão dos limites respectivos.

N. 2.700 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Eleva a 100\$ a pensão que recebe D. Anna Coelho de Figueiredo, viuva do capitão do Exercito Joaquim Soares de Figueiredo.

N. 2.701 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder 360 dias de licença, em prorrogação, com dous terços da diaria, a Adalberto Manoel de Araujo, praticante de conferente da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 2.702 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito complementar de 133:686\$668 para pagamento de funcionarios da Inspectoria Federal das Estradas e supprir a insufficiencia das verbas da mesma repartição.

N. 2.703 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com dous terços dos vencimentos, ao guarda de 1ª classe das officinas da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Paulo da Silva.

N. 2.704 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, onde lhe convier, ao praticante de 1ª classe dos Correios da Bahia, Emilio Costa Alves.

N. 2.705 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Joaquim de Macedo Costa, segundo official da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 2.705 A — **MARINHA** — Decreto de 27 de dezembro de 1912 — Concede um anno de licença ao bacharel João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, auditor da Marinha.

N. 2.706 — **FAZENDA** — Decreto de 30 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 308:912\$, suplementar á verba 22ª do art. 93 da lei orçamentaria vigente.

N. 2.707 — **FAZENDA** — Decreto de 30 de dezembro de 1912 — Concede á viuva de Quintino Bocayuva o auxilio de 800\$ mensaes, e de 200\$ a cada um dos seus filhos menores e filhas solteiras e o de 300\$ á sua filha viuva D. Maria Amelia Bocayuva Bulcão.

N. 2.708 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 30 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito de 1.401:157\$922, supplementar á verba 19ª, rubrica «Material» do art. 71 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro do corrente anno, para attender, no presente exercicio, a despesas de estabelecimento e serviços de ensino agronomico creados de accordo com o decreto n. 8.319, de 30 de outubro de 1910.

N. 2.709 — **GUERRA** — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 164:674\$378, supplementar á verba 5ª do art. 18 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 2.710 — **GUERRA** — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Concede um anno de licença, com o ordenado do cargo, para tratamento de saude onde lhe convier, ao bacharel José Novaes de Souza Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Militar.

N. 2.711 — **GUERRA** — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Fixa os vencimentos do pessoal civil do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar, estabelece o modo de nomeação do director e dos funcionarios do mesmo estabelecimento e dá outras providencias.

N. 2.712 — **GUERRA** — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Concede o certificado de engenheiro militar aos alu-



inhos que concluirem o curso de engenharia de accôrdo com o regulamento de 2 de outubro de 1905.

N. 2.713 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 12:319\$858 para pagamento a Alvaro Alves de Souza, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.714 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda os creditos de 359:055\$900 e de 3:868\$, supplementares este á verba 19ª e aquelle á verba 18ª do exercicio de 1912.

N. 2.715 — FAZENDA — Decreto de 31 de Dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 80:000\$, supplementar á verba 24ª do art. 93 da lei orçamentaria vigente.

N. 2.716 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Autoriza o Governo a fazer reverter ao quadro dos funcionarios da Fazenda o ex-primeiro escripturario da Alfandega do Rio de Janeiro, Joaquim Augusto Freire.

N. 2.717 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença para tratamento de saude ao bacharel Acyndino Vicente de Magalhães, juiz togado do Supremo Tribunal Militar.

N. 2.718 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, a contar de 1 de corrente mez, com todos os vencimentos, ao bacharel Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, para tratar de sua saude onde julgar conveniente.

N. 2.718-A — GUERRA — Lei de 31 de dezembro de 1912 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1913.

N. 2.718-B — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Fixa a força naval para o exercicio de 1913.

N. 2.718-C — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 704:662\$200, afim de attender a despesas com o pagamento de operarios dos arsenaes de Marinha da Republica, relativamente a domingos e feriados.

N. 2.718-D — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de réis 743:988\$102 para, no corrente exercicio, attender á insufficiencia das verbas 14ª, 15ª e 16ª da lei orçamentaria e applicar o saldo do credito de 32:000\$, aberto de accôrdo com o n. 3 do art. 32 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.719, — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1912 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1913.

## 1913

N. 2.720 — GUERRA — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Doutor Enôas de Arrochelas Galvão, ministro togado do Supremo Tribunal Militar, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.721 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda os creditos especiaes de 1.182:829\$140, papel, e 177\$777, ouro, para occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 2.722 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 222\$998 para occorrer ao pagamento devido a D. Humbelina Augusta de Barros Pimentel.

N. 2.723 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:271\$930 para pagamento a Antonio José Ferreira e Antonio Manoel Gomes.

N. 2.724 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza a concessão de seis mezes de licença, em prorrogação, com o ordenado, para tratamento de saude, ao primeiro escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional, no Estado do Pará, Manoel da Silva Guimarães Ferreira.

N. 2.725 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 19:600\$415, para pagamento aos Drs. Carlos Balbino Dias e Manoel Lourenço Dias.

N. 2.726 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 4:662\$776 para attender ao pagamento devido a Verano Gomes Alonso de Almeida.

N. 2.727 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 329\$320, afim de occorrer ao pagamento devido a Francisco José Ferreira de Araújo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.728 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:883\$360 para pagamento a D. Margarida de Azevedo Maia e a Adolpho Costa de Cunha Lima, Francisco Dias Cardoso Junior e Matheus Augusto de Oliveira.

N. 2.729 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 7:659\$500 para pa-

gamento a Francisco de Sá Brito, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.730 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica, a abrir os necessarios creditos até a importancia de réis 312:483\$298 para pagar contas por fornecimentos feitos ao commando da Força Policial e obras executadas no quartel central da Policia e nos quartéis regionaes.

N. 2.731 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Antonio de Amorim Garcia, substituto do juiz federal na secção do Ceará, quatro mezes de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.732 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder oito mezes de licença, com dois terços dos vencimentos, em prorrogação, ao bacharel José Martins de Souza Ramos, procurador da Republica na secção do Territorio do Acre.

N. 2.733 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 21:527\$631 para pagamento das gratificações addicionaes devidas ao pessoal docente do Instituto Benjamin Constant.

N. 2.734 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir os necessarios creditos, até a importancia de réis 231:497\$525, para pagar a João Müller e ao engenheiro Heitor de Mello contas por fornecimentos feitos ao commando da Força Policial e obras executadas no quartel central da Policia e nos quartéis regionaes.

N. 2.735 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viagão e Obras Publicas o credito de 13:200\$, complementar á verba 9ª da lei orçamentaria do exercicio de 1912, para attender ao pagamento de diarias a que tem direito o pessoal tecnico da Repartição de Aguas e Obras Publicas.

N. 2.736 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viagão e Obras Publicas o credito extraordinario de 17:317\$740 para occorrer ao pagamento devido á Companhia Brasileira de Electricidade, relativo ao material fornecido em 1910, á Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 2.737 — Viagão e Obras Publicas — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viagão e Obras Publicas o credito complementar de 5.405:121\$094, ouro e 904:850\$413, papel, á verba 5ª do art. 33 da lei orçamentaria n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 2.738 — FAZENDA — Lei de 4 de janeiro de 1913 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1913.

N. 2.739 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, sem os vencimentos, ao amanuense da Secretaria de Polícia do Districto Federal, Agenor Carrilho da Fonseca e Silva para tratar de seus interesses.

N. 2.740 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Concede amnistia a todos os civis ou militares implicados nas revoltas do territorio do Acre e Malto Grosso.

N. 2.741 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Revoga os arts. 3º e 4º, paragrapho unico, e 8º do decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907.

N. 2.742 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder oito mezes de licença, com o ordenado, ao bacharel Eduardo Stüdtart, juiz federal na secção do Ceará, para tratar de sua saude onde julgar conveniente.

N. 2.743 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a mandar contar antiguidade desde 28 de junho de 1897 por actos de bravura, ao segundo-tenente Marcos Evangelista da Costa, não percebendo vencimento algum.

N. 2.744 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Autoriza a concessão de um anno de licença, para tratamento de saude, ao primeiro-tenente do Exercito Ricardo Goulart.

N. 2.745 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Manda considerar como concedida no posto de segundo-tenente a reforma do segundo cadete, segundo-sargento e tenente honorário, José Vieira da Costa.

N. 2.746 — MARINHA — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Concede a D. Virginia Bello de Andrade, viuva do cirurgião-dentista contractado, capitão-tenente honorario, Doutor Francisco Bello de Andrade, e seus filhos menores a pensão de montepio e meio soldo da graduação de primeiro-tenente.

N. 2.747 — MARINHA — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Autoriza a criação de uma escola de aprendizes marinheiros no rio Araguaya, no Estado de Goyaz.

N. 2.748 — MARINHA — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministério da Marinha o crédito de £ 74.000-0-0 ou 657:860\$, ouro, suplementar á verba 30ª — Comissões no estrangeiro, — para occorrer a despezas realizadas e a realizar no exercicio de 1912.

N. 2.749 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Releva a prescripção em que parece ter incorrido D. Florinda da Conceição Gil, para o fim de receber meio soldo e montepio deixados por seu fallecido pae.



N. 2.750 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministerio da Vição e Obras Publicas o credito especial de 80:000\$ para a construcção de um edificio destinado aos Correios e Telegraphos na capital de Goyaz.

N. 2.751 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 127:360\$, supplementar á verba 2ª — Correios, — art. 33 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912, para occorrier ás desposas comprehendidas nas sub-consignaçoẽs «Gratificações aos empregados dos Correios ambulantes» e «Aluguel e conservacão de casas para repartições postaes».

N. 2.752 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Vição e Obras Publicas o credito supplementar de 3:693\$999 para attender ao pagamento do aluguel do predio em que passou a funcionar a Inspectoria Geral de Navegação.

N. 2.753 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao praticante de 1ª classe da Administração dos Correios do Rio de Janeiro, José de Aguiar Continentino, um anno de licença com o ordenado, para tratamento de sua saude.

N. 2.754 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, em prorrogação, com o ordenado, ao auxiliar de escripta da Estrada de Ferro Central do Brasil, Diogenes Gonçalves Guimarães, para tratar de sua saude.

N. 2.755 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao primeiro escripturario do 1º districto da Inspectoria Federal de Estradas de Ferro, José Vieira da Cunha.

N. 2.756 — FAZENDA, GUERRA E MARINHA — Decreto de 10 de janeiro de 1913 — Regula a concessão de licença aos funcionarios publicos da União, civis ou militares.

N. 2.757 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Luiz de Araujo de Aragão Bulcão, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, para tratamento de saude.

N. 2.758 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a pensão de 400\$ mensaes ao maestro Elpidio Pereira afim de aperfeicoar os seus estudos, durante tres annos; nos centros artisticos europeus.

N. 2.759 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a aposentar, com todos os vencimentos, o esrivão da 5ª Vara Criminal do Districto Federal, Alberto Lima da Fonseca.

N. 2.760 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a José Coutinho de Lima e Moura, escripturario-archivista da Inspectoria de Saude de Porto de Santos, Estado de S. Paulo, um anno de licença.

N. 2.761 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o Governo a mandar analysar as aguas thirmaes das fontes de Caldas Velhas, Caldas Novas e Caldas do Pirapetinga, no sul do Estado de Goyaz.

N. 2.762 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Concede ao engenheiro Manoel Perdette da Silva Guimarães um anno de licença, com o ordenado, para se tratar onde lhe convier.

N. 2.763 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 2.400:000\$, complementar á verba 13ª — Imprensa Nacional e *Diario Official*, — do exercicio de 1912.

N. 2.764 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito até 23:200\$, complementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1912.

N. 2.765 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com o ordenado, a José Braz de Siqueira, fiel de pagador da 2ª Pagadoria do Thesouro Nacional.

N. 2.766 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a relevar o thesoureiro do papel-moeda da Caixa de Amortização, Antonio Barbosa dos Santos, da responsabilidade do desfalque commettido pelo ex-fiel Arnaldo Vieira da Camara e a restituir ao mesmo thesoureiro a sua nova fiança.

N. 2.767 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com o ordenado, a Benedicto Galvão Pereira Baptista, director da Estatistica Commercial, para tratamento de saude onde lhe convier.

N. 2.768 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Fazenda dos creditos de 442:009\$147, ouro, e 385:242\$, ouro, para occorrer a despesas com emissão e resgate de bilhetes do Thesouro em Londres em 1910 e até 164:000\$ para cumprimento do disposto no art. 96 da lei n. 2.356 de 31 de dezembro de 1910.

N. 2.769 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 52:125\$322, complementar á verba 3ª — Telegraphos, — do art. 33 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912, para pagamento dos vencimentos do pessoal da Commissão de Linhas Telegraphicas de Matto Grosso ao Amazonas.

N. 2.770 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a

abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.372:175\$818, ouro, para pagamento das garantias de juros devidos ás companhias Estrada de Ferro Norte do Brasil e S. Paulo-Rio Grande.

N. 2.771 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 30:000\$ para attender ás despesas com a comissão nomeada para estudar o projecto de remodelação dos esgotos desta capital.

N. 2.772 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, a Jorge Vogeler, conductor de trem de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, para tratamento de saude.

N. 2.773 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com dois terços da respectiva diaria, ao guarda chaves de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Luiz Sobral, para tratamento de saude.

N. 2.774 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado e para tratamento de saude, a Maria Villarim de Vasconcellos Galvão, praticante de 1ª classe dos Correios de Pernambuco.

N. 2.775 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Elias A. Baptista, amanuense da Administração dos Correios do Amazonas, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 2.776 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 31:303\$544, afim de indemnizar o engenheiro-chefe da comissão dos estudos da Estrada de Ferro de Piquete a Itajubá.

N. 2.777 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o Governo a conceder ao praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios, Luiz de Mattos Pimenta, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratamento de saude.

N. 2.778 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao Dr. Manoel Uchôa Rodrigues, engenheiro fiscal das obras do porto de Manaus.

N. 2.779 — FAZENDA — Decreto de 1 de fevereiro de 1913 — Corrige a alteração com que foi publicada a lei numero 2.738, de 4 de janeiro findo, que fixou a despesa geral da Republica para o exercicio de 1913.

N. 2.780 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de abril de 1913 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com o ordenado, ao desenhista da Estrada de Ferro



Central do Brasil, Mario de Souza Carvalho, para tratamento de saúde.

N. 2.781 — FAZENDA — Decreto de 8 de maio de 1913 — Corrige engano verificado na redacção do art. 92 da lei numero 2.738, de 4 de janeiro de 1913, que fixou a despesa geral da Republica para o mesmo exercicio.

N. 2.782 — FAZENDA — Decreto de 15 de maio de 1913 — Corrige engano verificado na redacção do art. 28, verba 13<sup>a</sup>, n. 22, da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913, que fixou a despesa geral da Republica para o mesmo exercicio.

N. 2.783 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de junho de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a mandar contar, para o effeito da jubilação, do Dr. Antonio Pacheco Mendes, professor da cadeira de clinica cirurgica da Faculdade de Medicina da Bahia, o tempo em que exerceu diversas outras funcções.

N. 2.784 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de junho de 1913 — Sancciona a resolução do Congresso Nacional que determina a hora legal.

N. 2.785 — FAZENDA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de junho de 1913 — Autoriza o Poder Executivo a mandar restituir os direitos pagos pela Faculdade de Medicina do Bello Horizonte, com a importação dos objectos destinados aos seus gabinetes e laboratorios e fretes pelos mesmos pagos na Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 2.786 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de julho de 1913 — Autoriza abrir o credito de 4:200\$. ouro, para pagamento de premio de viagem á Europa ao alumno do curso de engenharia civil, Feliciano Mendes de Moraes Filho.

N. 2.787 — FAZENDA — Decreto de 9 de julho de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 659:200\$ para legalizar despesa feita, além da consignação orçamentaria, com o pagamento de juros de apolices relativos ao exercicio de 1910.

N. 2.788 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:104\$475, para pagamento de despesa com o distinctivo do cargo de presidente da Republica.

N. 2.789 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir os necessarios creditos para pagamento de contas de de fornecimentos á Força Policial, relacionadas na mensagem dirigida ao Congresso Nacional em 1 de setembro de 1910.

N. 2.790 — FAZENDA — Decreto de 16 de julho de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 19:500\$305 para pagamento ao general Braz Abrantes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.791 — GUERRA — Decreto de 23 de julho de 1913 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito



extraordinario de 2:816\$733 para pagamento de funcionarios da extincta Fabrica de Ferro de S. João do Ipanema.

N. 2.792 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 41:000\$ para dar cumprimento, no exercicio vigente, ao disposto no art. 5º do decreto n. 1.662, de 27 de junho de 1907.

N. 2.793 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1.230:000\$ para attender á aquisição do material fluctuante destinado ao serviço sanitario de alguns portos dos Estados e dous navios lazaretos.

N. 2.793 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1913 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 3 de outubro do mesmo anno.

N. 2.794 — GUERRA — Decreto de 3 de setembro de 1913 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 2:000\$ para pagamento ás viúvas de dous operarios da Fabrica de Polvora sem Fumaça.

N. 2.795 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 600:000\$ para aquisição de material para o Corpo de Bombeiros, construção de novas estações e a contractar um mecanico electricista para chefe das officinas do mesmo Corpo.

N. 2.796 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir por intermedio do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 833:000\$ para pagamento de despesas occorrentes, no presente exercicio, com a execução do disposto no decreto n. 10.095, de 6 de fevereiro de 1913.

N. 2.797 — GUERRA — Decreto de 10 de setembro de 1913 — Augmenta o quadro de pharmaceuticos do Exército de mais 20 e o da Armada de mais 14 segundos tenentes, sem augmento de despesa.

N. 2.798 — FAZENDA — Decreto de 18 de setembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a aposentar, com os vencimentos de 12:000\$ annuaes, o chefe das officinas de gravura da Casa da Moeda, Francisco José Pinto Carneiro.

N. 2.799 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1913 — Approva os textos das convenções sobre abalroações e assistência maritimas, assignadas em Bruxellas a 23 de setembro de 1913.

N. 2.800 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1913 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 3 de novembro do mesmo anno.

N. 2.801 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Autoriza a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 94:480\$473, supplemmentar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 2.802 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1.017:421-783, afim de occorrer, pelos diversos ministerios, ao pagamento de dividas relacionadas de exercicios findos.

N. 2.803 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 9:000\$, afim de pagar ao guarda da Alfandega de S. Francisco, Domingos Fernandes Corrêa.

N. 2.804 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 17:340\$ para o fim de indemnizar o espolio de Miguel Ignacio de Oliveira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.805 — GUERRA — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Manda considerar como reformado, a contar de 13 do corrente, no posto de segundo tenente do Exercito, o sargento-ajudante do mesmo Exercito, Alfredo Candido Moreira.

N. 2.806 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 39:147\$080 para pagamento da lancha destinada ao serviço da Inspectoria de Saude dos Portos, no Estado da Bahia.

N. 2.807 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Manoel Durval, substituto do juiz federal na secção da Bahia, seis mezes de licença, com o ordenado, para tratar-se onde lhe convier.

N. 2.808 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao fiel do thesoureiro da Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro, Benigno de Souza Carvalho, um anno de licença, com o ordenado, mediante inspecção de saude perante junta medica de funcionarios federaes.

N. 2.809 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao engenheiro Justin Norbert, ou á companhia que organizar, privilegio por 70 annos para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre Guaratinguê e Paraty-Mirim.

N. 2.810 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com dois terços da diaria, ao trabalhador da Estrada de Ferro Central do Brasil, Vicente Ferreira, para tratar de sua saude.

N. 2.811 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito extraordinario de 120:000\$ para attender ao pagamento da construcção da estrada de rodagem appropriada ao trafego de automoveis, no Rio Grande do Sul, ligando a Escola Pratica de Agricultura de Porto Alegre ao Posto Zootechnico do Viamão.

N. 2.812 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Approva a convenção entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignada nesta capital a 7 de maio de 1913, modificando no arroio de S. Miguel a fronteira estabelecida pelo tratado de 15 de maio de 1852 e accôrdo de 23 de abril de 1853.

N. 2.813 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1913 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

N. 2.814 — MARINHA — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Marinha o credito de 1.656:077\$513, suplementar á verba 25ª — Reconstrucção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, do art. 26 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 2.815 — FAZENDA — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 7:200\$, suplementar á verba 6ª — Thesouro Nacional, — para occorrer ao pagamento da differença de vencimentos dos solicitadores da Procuradoria da Republica.

N. 2.816 — FAZENDA — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 400:000\$, suplementar á verba 5ª — Inactivos, pensionistas, beneficiarios dos montepios, — do art. 107 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 2.817 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito suplementar de 200:000\$, ouro, á verba 10ª — Ajudas de custo, — do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 2.818 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Sebastião Mascarenhas Barroso, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, sem os vencimentos.

N. 2.819 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem conferido ao bacharel Pelagio Alvares Lobo.

N. 2.820 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:460\$ para pagamento ao Dr. Dyonisio Bentes

como inspector do estabelecimento de alienados no Estado do Pará.

N. 2.831 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 60:000\$ para occorrer ás despesas com os trabalhos preliminares concernentes aos estudos da Estrada de Ferro do Piquete a Itajubá.

N. 2.822 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 8:949\$654 para pagamento ao primeiro escriptuario da Alfandega desta capital, Joaquim Augusto Freire.

N. 2.823 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 43:920\$ para pagamento das diarias a que tinham direito, no exercicio passado, os medições legistas da Policia do Districto Federal.

N. 2.824 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de novembro de 1913 — Concede ao Sr. Adriano Metello um anno de licença, sem os vencimentos, para tratar de seus interesses.

N. 2.825 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:800\$ para indemnizar a quem de direito das despesas feitas com os funeraes do ex-director da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Alfredo de Brito.

N. 2.826 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1913 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa, até o dia 31 de dezembro do corrente anno.

N. 2.827 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1913 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 500:000\$, sendo 350:000\$, destinados á aquisição da biblioteca e de todos os valiosos objectos de arte que pertenceram ao barão do Rio Branco e 150:000\$ para satisfazer a todas as despesas feitas com os seus funeraes.

N. 2.828 — GUERRA — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1914.

N. 2.829 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 91:035\$289 para occorrer, ao pagamento de differenças de vencimentos devidos ao capitão da Brigada Policial, Arlindo Pinto de Almeida, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.830 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 5:439\$112 para pagamento da gratifi-



cação adicional ao pessoal docente do Instituto Benjamin Constant.

N. 2.831 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Dr. João Nery, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, sem os vencimentos.

N. 2.832 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 203:135\$820 para as despesas com a conclusão do edificio dos Correios e Telegraphos em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

N. 2.833 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a conceder 90 dias de licença, com o ordenado, para tratamento ao telegraphista de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, José Maria Mello Lisboa.

N. 2.834 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1913 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio das Relações Exteriores o credito de 650:000\$, complementar á verba 4ª — Comissões de limites, — do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 2.835 — MARINHA E GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Concede certificado de engenheiro geographo aos alumnos que concluirem os cursos da Escola de Estado-Maior e da Naval e estabelece para os mesmos um distinctivo.

N. 2.836 — MARINHA — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Considera como de embarque o tempo decorrido entre o decreto n. 9.446, de 20 de março de 1912, e o decreto n. 10.734, de 2 de agosto de 1913.

N. 2.837 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:687\$422 para o fim de indemnizar o Cofre de Orphãos de igual quantia recolhida á Collectoria de Rendas Geraes de Arroyo Grande, Estado do Rio Grande do Sul, em nome de Carlos, Nicolau, Rosa, Roaventura e Balby em 9 de setembro de 1901.

N. 2.838 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Approva o convenio especial assignado em 15 de maio de 1913 entre os governos dos Estados Unidos do Brasil e da Republica Oriental do Uruguay estabelecendo o trafego mutuo internacional das linhas ferreas, entre a cidade de Sant' Anna do Livramento, em territorio brasileiro, e a cidade de Rivera, em territorio uruguayo, bem como das linhas successivas que partam daquellas cidades.

N. 2.839 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 17:000\$, complementar á verba 8ª — Secretaria da Camara dos Deputados, — « Material », do art. 2º da lei n. 2.738,

de 4 de janeiro de 1913, para as despesas com a impressão dos documentos parlamentares.

N. 2.840 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 640:000\$ para occorrer á despesa resultante da execução do contracto celebrado com a Companhia Nacional de Navegação Costeira.

N. 2.841 — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1913 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1914.

## 1914

N. 2.842 — FAZENDA — Lei de 3 de janeiro de 1914 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1914.

N. 2.843 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1914 — Autoriza a elevar á categoria de embaixada a legação do Brasil em Portugal.

N. 2.844 — MARINHA — Decreto de 7 de janeiro de 1914 — Fixa a força naval para o exercicio de 1914, e dá outras providencias.

N. 2.845 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1914 — Corrige alterações com que foi publicada a lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913, que orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1914.

N. 2.846 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1914 — Autoriza o Poder Executivo a conceder aposentadoria com todos os vencimentos, ao director da 2ª secção da Directoria Geral de Contabilidade do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, Pedro Guedes de Carvalho.

N. 2.847 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1914 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença ao Dr. Belisario Augusto de Oliveira Penna, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, para tratamento de saude.

N. 2.848 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de janeiro de 1914 — Concede ao bacharel Augusto dos Passos Cardoso, seis mezes de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 2.849 — MARINHA — Decreto de 7 de janeiro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 2.701:710\$740, ouro, no exercicio de 1913.

N. 2.850 — FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Exonera o engenheiro José Barcellos de Carvalho de quaesquer responsabilidades para com o Thesouro Nacional, pelo desfalque havido no districto telegraphico de Minas-Norte, hoje 2º districto telegraphico de Minas Geraes, occorrido em 1910.

N. 2.851 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao amanuense da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Fernando de Paula Bastos, seis mezes de licença com o ordenado.

N. 2.852 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Francisco Emiliano de Almeida, praticante de 1ª classe da Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 2.853 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença com o ordenado a Oscar de Carvalho Azevedo, guardalivros da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes.

N. 2.854 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, em prorrogação e para tratamento de saude, ao Dr. Luiz de Araujo de Aragão Bulcão, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica.

N. 2.855 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de abril de 1914 — Concede ao Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, vice-presidente da Republica, licença para se ausentar do paiz.

N. 2.856 — FAZENDA — Decreto de 10 de junho de 1914 — Corrige omissão com que foi publicada a lei n. 2.842, de 3 de janeiro do corrente anno, que fixa a despesa geral da Republica para o exercicio de 1914.

N. 2.857 — FAZENDA — Decreto de 17 de junho de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 906\$597, — a realizar dentro ou fóra do paiz as operações de credito que forem necessarias para regularizar os compromissos do Thesouro Nacional por despesas legalmente ordenadas, e dá outras providencias.

N. 2.858 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de junho de 1914 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que approva os estados de sitio declarados pelo Poder Executivo pelos decretos ns. 10.796, 10.797 e 10.861, bem como os actos praticados durante os sitios assim decretados até a data da mensagem, e dá outras providencias.

N. 2.859 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1914 — Approva as convenções celebradas em Montevidéo, na Conferencia de Defesa Agricola, e assignadas em 30 de julho de 1913.

N. 2.860 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1914 — Approva a convenção radiotelegraphica celebrada e concluida em Londres entre varias potencias a 5 de julho de 1912, bem como o regulamento que lhe é annexo.

N. 2.861 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1914 — Approva as medidas tendentes a impedir os abusos do opio, da morphina e seus derivados, bem como da cocaina, constantes das resoluções approvadas, pela Conferencia Inter-

nacional do Opio, realizada em 10 de dezembro de 1911 em Haya.

N. 2.862 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de agosto de 1914 — Suspende, por 30 dias, em todo o territorio da Republica, o vencimento das obrigações resultantes de letras de cambio e outros titulos commerciaes, e dá outras providencias.

N. 2.863 — FAZENDA — Decreto de 24 de agosto de 1914 — Autoriza o Governo a emitir, em notas do Thesouro Nacional, até a quantia de 250:000\$000 conforme as condições que estabelece.

N. 2.864 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1914 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 3 de outubro do corrente anno.

N. 2.865 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação, a José Carneiro de Hollanda Chacon, engenheiro da Fiscalização do Porto do Recife.

N. 2.866 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1914 — Prorroga, por 90 dias, a moratoria concedida pela lei n. 2.862, de 15 de agosto do corrente anno, e dá outras providencias.

N. 2.867 — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Corrige alteração com que foi publicada a lei n. 2.842, de 3 de janeiro do corrente anno.

N. 2.868 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Approva os actos assignados pelo representante do Brasil na Conferencia Internacional para a Protecção da Propriedade Industrial, celebrada em maio de 1911 em Washington.

N. 2.869 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de novembro do corrente anno.

N. 2.870 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, e a contar de 4 de agosto do corrente anno, a Alberto de Vasconcelos Cruz, praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios, para tratamento de saude.

N. 2.871 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, sem os vencimentos, ao praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios, Octavio da Rocha.

N. 2.872 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, a Ary de Miranda Azevedo, praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios para tratamento de saude.



N. 2.873 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios, Nelson de Carvalho.

N. 2.874 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de outubro de 1914 — Concede ao praticante de machinista da Estrada de Ferro Central do Brasil, Emilio Rispoli Filho, seis mezes de licença, sem os vencimentos, para tratamento de saude.

N. 2.875 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1914 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

N. 2.876 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Fixa os subsidios do presidente e vice-presidente da Republica para o quadriennio de 1914 a 1918.

N. 2.877 — MARINHA — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito suplementar de 666:538\$080, no exercicio vigente.

N. 2.878 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado e em prorrogação, a Ovidio Loureiro, official da Fiscalização do Porto do Rio Grande do Sul.

N. 2.879 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 500:000\$ para occorrer ás despesas com a conclusão das obras do edificio destinado a Correios e Telegraphos em Nietheroy, Estado do Rio de Janeiro.

N. 2.880 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Fixa o subsidio e a ajuda de custo do deputado e do senador para a legislatura de 1915 a 1917.

N. 2.881 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1914 — Approva as resoluções e convenções assignadas pelos delegados á 4ª Conferencia Internacional Americana, realizada em julho e agosto de 1910 na cidade de Buenos Aires.

N. 2.882 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda um credito extraordinario de 1.827:235\$292, papel, e 177\$777, ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 2.883 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a conceder quatro mezes de licença, em prorrogação, com o ordenado, para tratamento de saude, ao administrador dos Correios do territorio do Acre, José Ribeiro Sabak.

N. 2.884 — GUERRA — Decreto de 18 de novembro de 1914 — Reduz ao periodo de tres mezes, de janeiro a março, o de applicação para os actuaes alumnos que concluirem o curso.

da Escola de Guerra pelo regulamento de 1905, e dá outras providências.

N. 2.885 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, sem os vencimentos, ao Dr. Augusto Linhares, medico ajudante do serviço dos portos do Estado do Amazonas.

N. 2.886 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, no corrente exercicio, o credito especial, na importancia de 168:442\$792, para occorrer ás despesas accrescidas no exercicio de 1913 nas consignações do Hosiptal Nacional e da colonia de alienados.

N. 2.887 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1914 — Permite sem multa e dentro de um anno o registro de nascimento no Brasil de 1 de janeiro de 1890 até a data da presente lei.

N. 2.888 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 854:818\$171 para pagamento do excesso de despesas verificado nas consignações da Repartição da Policia, da Casa de Detenção, da Colonia Correccional de Dous Rios e da Escola Premunitoria Quinze de Novembro, na rubrica 15ª do art. 2º da lei do orçamento do exercicio de 1913.

N. 2.889 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a restituir a Moysés Francisco da Matta, thesoureiro da Administração dos Correios do Rio de Janeiro, a quantia de 71\$786 e mais 41 apolices, com juros decorridos após o deposito, ou equivalente em dinheiro.

N. 2.890 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1914 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que proroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 31 de dezembro do corrente anno.

N. 2.891 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1914 — Determina quaes as providencias que devem ser adoptadas pelo Tribunal de Contas nos casos de registro sob protesto de contractos firmados pelo Governo.

N. 2.892 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir um credito especial á verba 12ª do Ministerio da Fazenda — Imprensa Nacional e *Diario Official*, — na importancia de 1.443:548\$000.

N. 2.893 — FAZENDA — Decreto de 2 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda um credito extraordinario de 40:758\$500 para pagamento a Pedro Rodrigues de Carvalho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.894 — FAZENDA — Decreto de 12 de dezembro de 1914 — Providencia sobre o troco por ouro das notas da Caixa de Conversão até 31 de dezembro de 1915.

N. 2.895 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1914 — Proroga, por mais 90 dias, a moratoria estabelecida pela lei n. 2.866, de 15 de agosto proximo passado.

N. 2.896 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao trabalhador da Estrada de Ferro Central do Brasil, Vicente Ferreira, seis mezes de licença, com dous terços da diaria, para tratamento de saude.

N. 2.897 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao agente de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Arnaldo José Alves Ferreira, um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 2.898 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, a Francisco Roberto Monteiro da Silva, amanuense da Directoria Geral dos Correios.

N. 2.899 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 472\$500 para pagamento de custas devidas a Antonio Gomes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.900 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda um credito especial de 355\$100 para pagamento de custas devidas ao Dr. João Vieira de Araujo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.901 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os seguintes creditos: especial de 126:793\$296 para occorrer ao pagamento das despesas com a mudança e adaptação da Camara dos Deputados para o edificio em que actualmente se acha, e de 139:726\$560, suplementar á verba 8ª — Secretaria da Camara dos Deputados. — consignação «Material», da lei numero 2.842, de 3 de janeiro de 1914, para despesas com a installação de um elevador e impressão de documentos parlamentares e Annaes da mesma Camara.

N. 2.902 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com dous terços da diaria, ao guarda-freios da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Paschoal de Faria.

N. 2.903 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação, a Aldo Keppler, praticante de 1ª classe da Administração dos Correios do Estado do Paraná, para tratamento de saude.

N. 2.904 — MARINHA — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Marinha um credito especial, na importancia de 68:446\$760, para occorrer ao pagamento de despesas feitas com os concertos da canhoneira *Missões*.



N. 2.905 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 13:412\$905 para occorrer ao pagamento devido ao pessoal dispensado do Lazareto do Tamandaré e para despesas de sua conservação.

N. 2.906 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 62:000\$, supplementar á consignação « Para officiaes e praças que se reformarem », da verba 15ª do art. 2º da lei n. 2.842, de 3 de janeiro ultimo, e o credito extraordinario de 2:000\$ para pagamento de ajudas de custo, relativas ao exercicio de 1913, aos deputados Victor Silveira e Celso Bayma.

N. 2.907 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:093\$312 para occorrer ao pagamento a Julio Victor Ross, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.908 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1914 — Considera empregados publicos civis os commandantes, sargentos e guardas das alfandegas e mesas de rendas da Republica, e dá outras providencias.

N. 2.909 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Autoriza o Governo a abrir o credito especial de 443:796\$020 para as obras do Hospital Central do Exercito.

N. 2.910 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 135:000\$ á verba 15ª.

N. 2.911 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 51.680:000\$ para satisfazer compromissos das estradas de ferro Central do Brasil, Oeste de Minas e de Cruz Alta ao Ijuhy, e para pagamento das diversas commissões extinctas da Inspectoria Federal das Estradas.

N. 2.912 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Autoriza o Governo a entrar em accordo com os actuaes contractantes das construcções, concessionarios e arrendatarios de estradas de ferro, com o intuito de reduzir os encargos do Thesouro.

N. 2.913 — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Marinha os creditos supplementares de 957:578\$018, 2.720:758\$712, 1.164:306\$729, 1.836:985\$028 e 138:473\$199 ás rubricas 4ª, 11ª, 16ª, 18ª e 23ª do art. 20 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 2.914 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 33:350\$633 para occorrer ao pagamento de funcionarios dispensados no exercicio de 1914.



N. 2.915 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito de 75:748\$385, supplementar á verba 2<sup>a</sup> do art. 47 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro do corrente anno.

N. 2.916 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 77:922\$350 para occorrer aos pagamentos devidos a Antonio Dias da Silva, em virtude de contracto celebrado em 9 de julho de 1912.

N. 2.917 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra os creditos de 128:800\$, especial, para occorrer ao pagamento a varios docentes do Collegio Militar do Rio de Janeiro e de 268:000\$, supplementar á verba 4<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei n. 2.842, de 3 de janeiro do corrente anno.

N. 2.918 — GUERRA — Lei de 30 de dezembro de 1914 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1915.

N. 2.919 — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1914 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1915.

N. 2.919 A — GUERRA E MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Manda aproveitar nas nomeações do primeiro posto, á medida que forem occorrendo as vagas nos quadros para que se hajam habilitado, inferiores do Exército e da Armada; com qualquer dos cursos das faculdades de medicina da Republica, mediante as condições que estabelece.

N. 2.920 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1914 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda um credito especial de 5:330\$295 para occorrer á restituição devida a D. Antonia Viriato de Medeiros por deposito feito na Caixa de Orphãos de Sobral, no Estado do Ceará.

## 1915

N. 2.921 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda um credito extraordinario na importancia de 5:919\$999 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, a Seraphim Gonçalves Nogueira, inventariante do espolio de José de Souza Costa.

N. 2.922 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda um credito extraordinario de 27:228\$546 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, a «The Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited».

N. 2.923 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 698:577\$180, supplementar á verba 12<sup>a</sup> —

Imprensa Nacional e *Diário Official*, — do art. 79 da lei numero 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 2.924 — FAZENDA — Lei de 5 de janeiro de 1915 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1915.

N. 2.925 — FAZENDA — Decreto de 5 de janeiro de 1915 — Corrige alterações com que foi publicada a lei n. 2.919, de 31 de dezembro ultimo, que orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1915, e dá outras providencias.

N. 2.926 — MARINHA — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Fixa a força naval para o exercicio de 1915, e dá outras providencias.

N. 2.927 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 3.472:709\$ para despesas resultantes da elevação do numero de praças do Exercito em 1914.

N. 2.928 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito de 2.502:470\$225, supplementar á verba 8ª — Soldos e gratificações de officiaes, — do art. 20 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 2.929 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 10:028\$715 para occorrer ao pagamento da differença de proventos a que tem direito o segundo tenente reformado do Exercito, Alfredo Candido Moreira.

N. 2.930 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Guerra os creditos especiais de 6.500:000\$, para pagamento a «Fried. Krupp A. G. Deutsch Waffen und Munitionfabriken» e «Dansk Rekylriffel Syndiyat» e outros, por fornecimentos e para despesas com fretes e seguro de material adquirido.

N. 2.931 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Approva o decreto n. 11.148, de 23 de setembro de 1914, relativo á abertura pelo Ministerio da Guerra do credito extraordinario de 1.500:000\$000.

N. 2.932 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a considerar promovido a primeiro sargento o reformado no dito posto, o cabo Francisco Manoel de Almeida.

N. 2.933 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Regula a propriedade das minas.

N. 2.934 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio do credito de 8:223\$400, sendo 1:623\$400 para pagamento da folha do pessoal do almoxarifado da Villa Proletaria Marechal Hermes, relativa ao mez de janeiro de 1914, e 6:700\$ para pagamento do almoxarife da mesma Villa José Ignacio, de Britto.

N. 2.935 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 785:977\$633, supplementar á verba 15ª — Policia do Districto Federal, — do art. 2º da lei n. 2.842, de 3 de janeiro ultimo.

N. 2.936 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 28:444\$997 para occorrer ao pagamento devido aos officiaes da Brigada Policial aggregados, por molestia, no exercicio de 1913, e o credito especial de 1:000\$ para pagamento da ajuda de custo do anno de 1912 ao deputado Ramiro Ferreira de Saturnino Braga.

N. 2.937 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 22:206\$662, supplementar á sub-consignação «Officiaes aggregados», do n. 15 — Brigada Policial, — do art. 2º da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 2.938 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 999\$996 para pagamento de gratificações ao tenente-coronel graduado do Corpo de Bombeiros, Dr. José Joaquim de Azevedo Brandão.

N. 2.939 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Approva o contracto celebrado entre o Governo e a Companhia Nacional de Navegação Costeira para um serviço regular de navegação, baseado nas disposições do decreto n. 10.176, de 16 de abril de 1913.

N. 2.940 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 86:515\$280 para pagar a indemnização devida ao Dr. Aristoteles Gomes Calça e D. Theresa Barbosa de Oliveira Santos.

N. 2.941 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 900:000\$, supplementar á sub-consignação «Acquisição, conservação e reparação de moveis, etc.», da verba 2ª do art. 64 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 2.942 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 13:985\$025 para pagamento de subvencões á Empresa Fluvial Piahyense.

N. 2.943 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder privilegio por 60 annos para a construcção, uso e gozo de diversas estradas de ferro, sem onus para o Thesouro Nacional e mediante as clausulas que o Governo estabelecer.

N. 2.944 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1915 — Releva de qualquer prescrição em que possa ter incorrido o direito á percepção, do montepio instituido em favor de D. Maria Amalia Bulcão Velloso por seu marido Dr. Pedro Muniz Leão Velloso.

N. 2.945 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda um credito extraordinario de 24:007\$437 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, a Pedro Rodrigues Barroso, e dá outras providencias.

N. 2.946 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1915 — Autoriza o Governo a reintegrar o chefe de secção da Alfandega do Rio de Janeiro, Lucas Antonio Ribeiro Bhering.

N. 2.947 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Antonio Cardoso de Amorim, segundo escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado da Bahia, um anno de licença, sem os vencimentos.

N. 2.948 — MARINHA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1.000:000\$ para attender ás despesas resultantes da neutralidade do Brasil na actual guerra européa.

N. 2.949 — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito de 1.500:000\$, supplementar á verba 13ª — Material — diversas despesas. — n. 27 «Transporte de tropas, etc.», do art. 20 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 2.950 — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito de 98:000\$, supplementar á verba 13ª — Material. — n. 18 «Medicamentos, drogas, appositos, etc.», do art. 20 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 2.951 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 186:864\$283, ouro, e réis 3.666:534\$454, papel, para solução de dividas de exercicios findos.

N. 2.952 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 502:219\$765 para pagamento das quantias que forem verificadas serem devidas, em virtude de sentença judiciaria, aos herdeiros do almirante Eli-siario José Barbosa e outros.

N. 2.953 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 26:268\$114 para pagar o que fôr devido ao Dr. Luiz Alves Pereira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.954 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio



da Fazenda o credito extraordinario de 28:725\$024, sendo 1:200\$ para occorrer á despesa resultante da differença nos vencimentos dos ajudantes dos porteiros do Thesouro o daquelle Ministerio o 27:525\$024 para pagamento a Manoel Emilio da Silva, em virtude de precatória.

N. 2.955 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio Fazenda o credito extraordinario de 97:299\$459 para restituição de impostos indevidamente cobrados a Luiz Hermann y Comp., conforme sentença judiciaria.

N. 2.956 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda um credito especial de 206\$850 para pagamento a Antonio Teixeira Netto, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.957 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Equipara, para todos os effeitos da vitaliciedade, os preparadores da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro aos das faculdades de medicina da Republica.

N. 2.958 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negoeios Interiores o credito especial de 232:612\$173 para occorrer á solução dos compromissos da Brigada Policial relativos ao anno de 1913 e á restituição dos depositos de que trata o art. 220 do regulamento que baixou com o decreto n. 9.262, de 28 de setembro de 1911.

N. 2.959 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com a metade da diaria, a Honorio Gonçalves Ribeiro, guarda-chaves da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 2.960 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 276:738\$296, ouro, para pagamento de juros á Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 2.961 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Approva a convenção de arbitramento entre o Brasil e a Suecia, assignada em Stockolmo aos 14 de dezembro de 1909.

N. 2.962 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Approva a convenção de arbitramento entre o Brasil e a Dinamarca, assignada em Copenhague a 27 de novembro de 1911.

N. 2.963 — FAZENDA — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Corrige alterações com que foi publicada a lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, que fixa a despesa geral da Republica para o exercicio de 1915.

N. 2.964 — FAZENDA — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Corrige alterações com que foi publicada a lei n. 2.919, de 31 de dezembro de 1914, que orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1915.

N. 2.965 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viagão e Obras Publicas os creditos de 260:174\$310, papel, e de 532:778\$956, 10:752\$845 e 5:803\$406, ouro, supplementares á sub-consignações da verba 9ª do artigo 64 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 2.966 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de fevereiro de 1915 — Approva a convenção litteraria, scientifica e artistica entre o Brasil e a França, assignada no Rio de Janeiro a 15 de dezembro de 1913.

N. 2.967 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de fevereiro de 1915 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que adia para 3 de maio vindouro as sessões do mesmo Congresso, convocado extraordinariamente pelo decreto n. 11.408, de 1 de janeiro de 1915.

N. 2.968 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de fevereiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 232:860\$247 para attender aos compromissos assumidos com a liquidação da Superintendencia da Defesa da Borracha.

N. 2.969 — FAZENDA — Decreto de 17 de fevereiro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 76:896\$ para occorrer ao pagamento das despesas realizadas com o levantamento dos cadastros dos proprios nacionaes em Minas e S. Paulo.

N. 2.970 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 258:000\$, supplementar á verba 9ª do art. 2º da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, para pagamento de ajudas de custo aos membros do Congresso Nacional no actual exercicio.

N. 2.971 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de junho de 1915 — Concede ao conservador de linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil, José Alves Ferreira, um anno de licença, com abono integral da diaria, para tratar de sua saude.

N. 2.972 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, sem os vencimentos, para tratamento de saude, ao Dr. Antonio Pedro Pimentel, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica.

N. 2.973 — FAZENDA — Decreto de 7 de julho de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 52:600\$, supplementar á verba — Alfandegas, — do orçamento vigente, para pagamento a 20 guardas augmentados na Alfandega de Porto Alegre.

N. 2.974 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir creditos extraordinarios até a importancia de 5.000:000\$ para serem applicados em obras de reconhecida utilidade na zona do Nordêste assolada pela secca.

N. 2.975 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1915 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:378\$666 para pagamento de gratificações addicionaes a funcionarios das secretarias do Senado e da Camara dos Deputados.

N. 2.976 — MARINHA — Decreto de 4 de agosto de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Marinha um credito supplementar de 144:428\$917, á rubrica 7ª — Corpo da Armada e classes annexas, — do corrente exercicio, para pagamento aos officiaes reformados que exercerem commissões dos da activa.

N. 2.977 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 848:700\$, sendo 178:800\$ á verba 5ª e 669:900\$ á verba 7ª do art. 2º da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 2.978 — GUERRA — Decreto de 11 de agosto de 1915 — Faculta aos alumnos da Escola Militar que estudam os cursos de artilharia e engenharia proseguir nelles, embora antes de o completarem obtenham a promoção ao posto de primeiro tenente.

N. 2.979 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 97:000\$ para attender a deficiencia da consignação «Districto Radiotelegraphico do Amazonas», do exercicio de 1914.

N. 2.980 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 47:300\$137 para pagamento a D. Margarida da Camara Duarte Pereira e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.981 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com a metade do ordenado, ao terceiro escriptuario do Thesouro Nacional, Mario Gonçalves, para tratamento de saude.

N. 2.982 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda os creditos de 23:800\$, especial, e de 24:000\$, supplementar, á verba — Empregados de repartições e logares extinctos, — do exercicio de 1915.

N. 2.983 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 180\$050 para pagamento a Antonio Gomes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.984 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de agosto de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 42:742\$397 para occorrer ao pagamento devido a funcionarios da respectiva Secretaria de

Estado e dos serviços de Veterinaria e de Estatistica, que ficaram addidos por occasião da remodelação das mesmas repartições.

N. 2.985 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de agosto de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 13:985\$025 para attender ao pagamento das subvenções á Empresa Fluvial Piauihyense pelas viagens realizadas no anno de 1912.

N. 2.986 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a realizar operações de credito no paiz, e dá outras providencias.

N. 2.987 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1915 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 3 de outubro do corrente anno.

N. 2.988 — FAZENDA — Decreto de 2 de setembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 5:000\$ para pagamento a Raymundo Augusto Maranhão.

N. 2.989 — FAZENDA — Decreto de 6 de setembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao thesoureiro-pagador da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado da Parahyba, Manoel Henrique de Sá Filho, um anno de licença, com o respectivo ordenado.

N. 2.990 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Joaquim José Rodrigues, pintor de 1ª classe da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com dois terços da respectiva diaria, em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 2.991 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:527\$004 para occorrer ao pagamento devido ao primeiro escripturario da Alfandega do Rio de Janeiro, Joaquim Augusto Freire.

N. 2.992 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 25 de setembro de 1915 — Modifica os arts. 266, 277 e 278 doCodigo Penal.

N. 2.993 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 9:746\$696 para occorrer ao pagamento devido ao segundo tenente do Exercito, Ascendino Ferreira do Nascimento, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.994 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 300:000\$, supplementar á rubrica 5ª, letra b — Aposentados, — do orçamento do mesmo Ministerio no corrente exercicio.



N. 2.995 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a ceder gratuitamente á Associação Aracajuana de Beneficencia as terras do extinto encapellado de Santo Antonio de Aracajú, no Estado de Sergipe.

N. 2.996 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao serventuario vitalicio do officio de escrivão da 5ª Vara Civil do Districto Federal, coronel Dario Teixeira da Cunha, um anno de licença, para tratamento de saude.

N. 2.997 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Abilio Augusto do Amaral, engenheiro de 1ª classe da Inspectoria Geral das Estradas, um anno de licença, com o ordenado, a contar de 11 de junho do corrente anno, para tratamento de sua saude onde lhe convier.

N. 2.998 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao archivista da Estrada de Ferro Oeste de Minas, Henrique Eduardo Cussen, a contar de 7 de abril do corrente anno, um anno de licença, com dois terços dos vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.999 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1915 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de novembro do corrente anno.

N. 3.000 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao terceiro official da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, bacharel Alfredo de Araujo Lopes da Costa, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.001 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Mario de Barros Braga, adjunto de promotor publico do 2º termo da comarca de Senna Madureira, no territorio do Acre, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, preenchidas as formalidades legais.

N. 3.002 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial na importancia de 8:652\$752 para pagamento de vencimentos a Manoel Santerre Guimarães, administrador dos Correios de Goyaz, addido á Directoria Geral dos Correios.

N. 3.003 — GUERRA — Decreto de 13 de outubro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 142:852\$169 destinado ao pagamento de vencimentos a officiaes e praças da 3ª companhia regional de infantaria de dezembro de 1913 a setembro de 1914.

N. 3.004 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica

a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito especial á verba 15ª—Reformados da Brigada Policial.

N. 3.005 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:000\$, afim de occorrer ao pagamento da indemnização devida ao bacharel Antonio Geraldo Teixeira.

N. 3.006 — FAZENDA — Decreto de 20 de outubro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Francisco Ferreira Pitanga, official de 2ª classe da officina de composição da Imprensa Nacional, um anno de licença, com dois terços da diaria, em prorrogação.

N. 3.007 — FAZENDA — Decreto de 20 de outubro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 46:277\$558 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Manoel Pereira Reis, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.008 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:976\$340 para pagamento a Reis Oliveira & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.009 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viagão e Obras Publicas o credito especial de 12:000\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos que competem ao chefe de secção addido da Repartição Geral dos Telegraphos, Dr. Jeronymo Baptista Pereira Sobrinho, durante o corrente anno.

N. 3.010 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viagão e Obras Publicas o credito especial de 32:162\$883, destinado ao pagamento de vencimentos devidos a dous funcionarios aposentados dos Correios da Republica.

N. 3.011 — GUERRA — Decreto de 25 de outubro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 6:000\$ para pagamento de vencimentos a Agripiniano de Barros, professor do extinto Arsenal de Guerra da Bahia, relativos aos annos de 1911 a 1914.

N. 3.012 — FAZENDA — Decreto de 27 de outubro de 1915 — Concede a José Izidoro Martins, collector das rendas federaes em Olinda, Estado de Pernambuco, licença por um anno, para tratamento de saúde.

N. 3.013 — FAZENDA — Decreto de 27 de outubro de 1915 — Determina que continue suspenso até 31 de dezembro de 1916 o troco, por ouro, das notas da Caixa de Conversão, e dá outras providencias.

N. 3.014 — GUERRA — Decreto de 27 de outubro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Guerra, um credito especial á verba 3ª—Supremo Tribunal Militar e auditores, pessoal e ministros,—na importância de 6:635\$416.

N. 3.015 — MARINHA — Decreto de 28 de outubro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Marinha o credito de 7.593:209\$818, supplementar ás verbas 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup>, 9<sup>a</sup>, 10<sup>a</sup>, 13<sup>a</sup>, 20<sup>a</sup> e 25<sup>a</sup> da lei n. 2.924, de 5 de janeiro do corrente anno.

N. 3.016 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1915 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

N. 3.017 — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a adquirir 40 apolices da divida publica, do valor nominal de 1:000\$, que serão averbadas em nome do thesoureiro do papel-moeda da Caixa da Amortização, Antonio Barbosa dos Santos.

N. 3.018 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1915 — Approva o tratado assignado em Washington a 24 de julho de 1914 para o arranjo amigavel de qualquer difficuldade que, no futuro, possa suscitar-se entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da America.

N. 3.019 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1915 — Approva o tratado assignado em Buenos Aires a 25 de maio de 1915 entre as Republicas dos Estados Unidos do Brasil, Argentina e Chile para facilitar a solução pacifica das controversias nacionaes.

N. 3.020 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado a que tem direito, ao bacharel João Rodrigues do Lago, desembargador do Tribunal de Appellação de Senna Madureira, para tratamento de saude.

N. 3.021 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de novembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito supplementar á rubrica 6<sup>a</sup>, n. II — Estrada de Ferro Oeste de Minas. — de 105:181\$, para occorrer á despesa de custeio do trecho entre Arantes e Barra Mansa, no periodo de 1 de junho a 31 de dezembro de 1915.

N. 3.022 — GUERRA — Decreto de 10 de novembro de 1915 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 3:708\$ para pagamento de vencimentos ao mestre de 1<sup>a</sup> classe da Fabrica de Polvora sem Fumaça, Joviano Octaviano de Araujo.

N. 3.023 — FAZENDA — Decreto de 13 de novembro de 1915 — Concede a Antonio Cardoso de Amorim, segundo escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado da Bahia, licença por um anno, em prorrogação e sem os vencimentos.

N. 3.024 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1915 — Prorroga até 25 de novembro de 1917 o praso de um anno estabelecido no decreto n. 2.887, de 25 de novembro de 1914, que manda admittir a registro sem nulla os nascimentos occorridos no Brasil de 1 de janeiro de 1889 a 25 de novembro de 1914.

N. 3.025 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de novembro de 1915 — Concede a Sebastião Luiz Teixeira, feitor de 1ª classe do 1º depósito da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis meses de licença, com dous terços da diaria a que tiver direito, para tratamento de saúde.

N. 3.026 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de novembro de 1915 — Concede um anno de licença ao praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios, Paulo Level, com o ordenado, para tratamento de saúde.

N. 3.027 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de novembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Americo Portugal, auxiliar da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, com dous terços da diaria, para tratamento de saúde.

N. 3.028 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de novembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 686:860\$, complementar á verba orçamentaria da Estrada de Ferro Oeste de Minas, para o exercicio de 1915.

N. 3.029 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1915 — Dispõe que, na publicação do Código Civil, a que se refere o art. 1.735 do projecto respectivo, o texto do art. 1.730 seja redigido da maneira que estabelece.

N. 3.030 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1915 — Releva a prescrição em que incorreu D. Etelvina Gomes da Silva, para receber a pensão mensal correspondente ao soldo de seu marido, soldado José Gomes da Silva, morto no combate ferido em Canudos.

N. 3.031 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de novembro de 1915 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio do credito suplementar de 750:000\$ para occorrer ás despesas das consignações «Transportes no interior, etc.» e «O necessario ao serviço das inspectorias, etc.», dos titulos III e IV da verba 3ª do art. 78 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 3.032 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 16.653:677\$508, complementar á verba 3ª — Exercícios findos, — do orçamento vigente.

N. 3.033 — JUSTIÇA E NEGOCIO INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1915 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até 31 de dezembro do corrente anno.

N. 3.034 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1915 — Declara sem effeito a inscripção indebitamente feita do Palacio Archiepiscopal da Bahia e que o considerou proprio nacional.

N. 3.035 — FAZENDA — Decreto de 1 de dezembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 91:225\$220, ouro, para pagamento de diversas contas de fornecimento de notas feito á Caixa de Amortização pela «American Bank Note Company» em 1912.



N. 3.036 — FAZENDA — Decreto de 1 de dezembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 361\$620 para pagamento a Joaquim Pereira Bernardes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.037 — FAZENDA — Decreto de 1 de dezembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 163:165\$445 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, á Companhia Luz Stearica.

N. 3.038 — FAZENDA E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda os creditos especiaes de 472\$910 e 169\$800 para pagamento a Francisco Meira e a D. Bernardina do Couto Marques, em virtude de sentenças judiciais, e pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 360\$ para pagamento de vencimentos ao redactor de debates da Camara dos Deputados, Sertorio Maximiano de Castro.

N. 3.039 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de dezembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 25:000\$ para occorrer ao pagamento de subvenções á Empresa de Navegação Rio-S. Paulo pelas viagens realizadas no segundo semestre de 1913.

N. 3.040 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de dezembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a D. Lybia de Mello e Souza Guimarães, agente do Correio, com exercicio na agencia do Meyer, nesta capital, seis mezes de licença, para tratamento de saude, com direito á metade do ordenado que lhe compete.

N. 3.041 — FAZENDA, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERIO — Decreto de 9 de dezembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelos ministerios da Justiça e Negocios Interiores, Viação e Obras Publicas, Agricultura, Industria e Commercio e Fazenda os creditos extraordinarios que forem necessarios, até a importancia de 50.000:000\$000.

N. 3.042 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1915 — Concede a João Ferreira da Gama Junior, quarto escriptuario da Directoria de Estatistica Commercial, um anno de licença, em prorrogação daquella em cujo goso se acha.

N. 3.043 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 60:590\$700 para occorrer ao pagamento de differença de vencimentos a que têm direito Catão Bernardo de Oliveira e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.044 — MARINHA — Decreto de 9 de dezembro de 1915 — Concede ao capitão de mar e guerra Dr. Narciso do Prado Carvalho, lente cathedratico da Escola Naval de Guerra, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 3.045 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de dezembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Manoel Ferreira de Medeiros, marcador da 5ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes de licença, para tratamento de saúde, a contar de 2 de dezembro de 1914, com abono de dous terços da diaria que lhe corresponde.

N. 3.046 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1915 — Autoriza a incorporação ao quadro dos funcionarios extinctos do Ministerio da Fazenda do ex-inspector de Fazenda, Dr. José Joaquim Baeta Neves Filho, e autoriza a abertura do credito para pagamento dos seus vencimentos desde a data da incorporação.

N. 3.047 — FAZENDA — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 76:251\$430 para pagamento á viuva e demais herdeiros do bacharel Ignacio de Loyola Gomes da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.048 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a pagar os vencimentos de um fiscal e de um servente da Inspectoria Geral de Illuminação no corrente anno.

N. 3.049 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao engenheiro Joaquim Pereira Navarro de Andrade, inspector de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, licença por um anno, para tratamento de saúde, com direito ao ordenado, em prorrogação da ultima que lhe foi concedida pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas.

N. 3.050 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Concede ao praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios, Octavio Neves da Rocha, um anno de licença, sem os vencimentos, e em prorrogação da que está gosando.

N. 3.051 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a considerar o telegraphista de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Alberto Lorena, como no gozo de licença, com o ordenado, a contar de 23 de agosto de 1913 a 27 de janeiro de 1915, vespera de seu fallecimento.

N. 3.052 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Manda continuar em vigor o saldo do credito aberto pelo decreto n. 40.094, de 26 de fevereiro de 1913.

N. 3.053 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, para tratamento de saúde, ao escrivão da Collectoria Federal em Pão d'Alho, Estado de Pernambuco, José Antonio Cesar de Vasconcellos.

N. 3.054 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos de 742:567\$896, supplementares ás verbas 15ª e 17ª do art. 2º da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, e especial de 40:508\$900

para pagamento do excesso de despesas com diligencias policiaes nos exercicios anteriores.

N. 3.055 — GUERRA — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 4.985:631\$752 para liquidação de despesas relativas a soldos, gratificações e etapas de praças de pret, em 1914.

N. 3.056 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a despendar até a somma de \$78:000\$, além da verba votada para pagamento ao pessoal da Imprensa Nacional, durante o exercicio corrente.

N. 3.057 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Fazenda do credito especial de 2:504\$032 para occorrer ao pagamento devido a Virgilio da Silva Pereira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.058 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Determina que as machinas destinadas ao beneficiamento do côco da palmeira conhecida por Babassú paguem 8 % *ad valorem*.

N. 3.059 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a permutar por nominativas 120 apolices do valor nominal de 1:000\$, cada uma, apresentadas á repartição competente pôr Luiz de Mendonça Santos.

N. 3.060 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 40:000\$, suplementar á verba 22<sup>a</sup> — Ajudas de custo, — do orçamento vigente.

N. 3.061 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio do credito especial de 7:200\$ para attender ao pagamento dos vencimentos devidos a José Dionysio Meira, no periodo de 1 de janeiro de 1914 a 31 de dezembro de 1915.

N. 3.062 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Camões dos Santos Lima Thompson, serventuario vitalicio do 2º officio de escrivão da 1ª Vara de Orphãos e Ausentes do Districto Federal, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 3.063 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos de 22:207\$224 e de 26:195\$594, supplementares respectivamente ás verbas 27<sup>a</sup> e 28<sup>a</sup> do art. 2º da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, e o de 14:610\$, especial, para pagamento de despesas com a impressão de *Annuaes* e documentos parlamentares.

N. 3.064 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Concede ao servente de 3ª classe da 2ª di-

visão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Roberto Gomes de Jesus, um anno de licença, com dous terços da respectiva diaria, para tratamento de saude.

N. 3.065 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 4:569\$ para pagamento aos herdeiros de Carlos Pereira Dias.

N. 3.066 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.497:268\$747, destinado á liquidação de compromissos da Commissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas.

N. 3.067 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1915 — Concede vantagens aos herdeiros do segundo tenente do Exercito Francisco Marques de Souza.

N. 3.068 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1915. — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Guerra varios creditos supplementares ás verbas 4<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup>, 9<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> do art. 42 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 3.069 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de dezembro de 1915 — Autoriza a abertura pelo ministerio da Agricultura, Industria e Commercio dos creditos especiaes de 127:039\$972, ouro, e 338:580\$740, papel, para attender ás despesas com o Serviço de Povoamento em 1913, conforme relação organizada pela Directoria Geral de Contabilidade do mesmo Ministerio, de 2 de dezembro de 1914.

N. 3.070 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de dezembro de 1915 — Regula a fabricação da manteiga, e dá outras providencias.

N. 3.070 A — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1915 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1916.

## 1916

N. 3.071 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 1 de janeiro de 1916 — Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

N. 3.072 — MARINHA — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Fixa a força naval para o exercicio de 1916 e dá outras providencias.

N. 3.073 — FAZENDA — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Fazenda, do credito especial de 6:198\$694, para pagamento devido, em virtude de sentença judiciaria, a Manoel Santerre Guimarães.

N. 3.074 — FAZENDA — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 12:763\$925 para pagamento a D. Maria Bernardina de Lima e Silva Moniz de Aragão, em virtude de sentença judiciaria.



N. 3.075 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, do credito especial de 432:507\$313 para occorrer ao pagamento de despesas effectuadas no anno de 1913 em proveito do ensino agronomico.

N. 3.076 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos especiaes de 282\$ e de 1:109\$ para pagamento de gratificações addicionaes devidas respectivamente aos funcionarios da Camara dos Deputados, Nestor Ascoli e Joaquim Ferreira de Salles.

N. 3.077 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:347\$834 para pagamento de ordenado e gratificação adicional a funcionarios da Secretaria do Senado Federal.

N. 3.078 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 191:558\$998, supplementar á verba 21ª do artigo 2º da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 3.079 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Arthur Bellegarde Mariz de Maracajá, serventuario vitalicio do officio da 1ª Vara de Ausentes do Districto Federal, um anno de licença, em prorrogação, para tratar de negocios de seu interesse.

N. 3.080 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas diversos creditos supplementares a subconsignações da verba 9ª do art. 29 da lei n. 2.094, de 5 de janeiro de 1915.

N. 3.081 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 2.044:520\$476, destinado a solver compromissos assumidos pela Estrada de Ferro Oeste de Minas, até 31 de dezembro de 1914.

N. 3.082 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Antonio Joaquim do Carmo, guarda-freios de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, licença por 90 dias, para tratamento de saude, em prorrogação, com direito aos dous terços da diaria.

N. 3.083 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelos ministerios da Viação e Obras Publicas e da Justiça e Negocios Interiores diversos creditos especiaes para occorrer a pagamentos concernentes ás estradas de ferro Central do Brasil e Cruz Alta ao Ijuhy, e ao Palacio da Presidencia da Republica e dá outras providencias.

N. 3.084 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 10:860\$357 para occorrer á despesa de desapropriação do immovel sito á rua Honório n. 1, nesta capital.

N. 3.085 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Concede a Antenor Nunes de Sá, operario ajudante de 2ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes de licença, com dous terços da respectiva diaria, para tratamento de saude.

N. 3.086 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Euclides Moreira Gomes, official operario da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes de licença, em prorrogação, com dous terços da respectiva diaria.

N. 3.087 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com dous terços da respectiva diaria, ao praticante effectivo de conductor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil, Carlos Firmino Gomes, para tratamento de saude, a contar de 26 de fevereiro de 1915.

N. 3.088 — GUERRA — Lei de 5 de janeiro de 1916 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1916.

N. 3.089 — FAZENDA — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil par ao exercicio de 1916.

N. 3.090 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 21:600\$ para occorrer ao pagamento devido a Castro Reguffe & Comp., de juros de apolices.

N. 3.091 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Autoriza a abertura dos creditos especiaes de 49:964\$210, ouro, e 4:853:715\$019, papel, para pagamento de contas de exercicios findos.

N. 3.092 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 290:757\$600 para pagamento ao pessoal operario e diarista da Imprensa Nacional e *Diario Official*.

N. 3.093 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 100:742\$292 para pagamento a José Alves da Silveira e sua mulher, em virtude de sentença judicial.

N. 3.094 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Autoriza a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 596:479\$452 para o fim de legalizar os pagamentos effectuados no anno de 1914.

N. 3.095 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a mandar colleccionar todos os trabalhos referentes ao Codigo Civil, desde o primeiro projecto, e publical-os em uma edição de 1.000 exemplares.

N. 3.096 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a distribuir a quantia de 17:743\$535, volada de menos para pagamento do magisterio e mais funcionarios da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 3.097 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 118:686\$ para pagamento da gratificação regional concedida em 1913 aos funcionarios dos Correios do Estado do Pará.

N. 3.098 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 27:609\$196 para occorrer a despesas da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro de Santa Catharina, relativas ao segundo semestre do anno de 1914.

N. 3.099 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos especiaes de 796:217\$181, papel, e 183:557\$719, ouro, destinados ambos a solver compromissos referentes aos exercicios de 1914 e anteriores, do mesmo Ministerio.

N. 3.100 — GUERRA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Autoriza a abertura do credito especial de 350:000\$ para aquisição de predios á praia de S. Christovão e á praça Marechal Deodoro.

N. 3.101 — GUERRA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Guerra, do credito suplementar de 40:000\$, destinado a rectificar a verba 4ª — Instrução Militar, — de art. 42 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 3.102 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, MARINHA E GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1916 — Concede amnistia a todos os civis e militares que, directa ou indirectamente, se envolveram nos movimentos revolucionarios do Estado do Ceará.

N. 3.103 — FAZENDA — Decreto de 19 de janeiro de 1916 — Corrige a alteração com que foi publicada a lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915, que orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1916.

N. 3.104 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1916 — Corrige enganos com que foi publicada a lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 3.105 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 16:540\$ para completar o pagamento das vantagens pecuniarias que competiam ao engenheiro Ernesto Otero, chefe de secção addido da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, no anno de 1914.

N. 3.106 — FAZENDA — Decreto de 16 de fevereiro de 1916 — Rectifica o decreto legislativo n. 3.043, de 9 de dezembro de 1915.

N. 3.106 A — FAZENDA — Decreto de 9 de maio de 1916 — Autoriza o Governo a dar quitação ao Sr. Valerio Corrêa Netto, como fiador que foi do ex-collector Antonio Bento Pereira Salgado.

N. 3.107 — GUERRA — Decreto de 25 de maio de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 9:400\$, destinado ao pagamento de vencimentos a Americo Francisco Villa Nova, official da secretaria do extinto Arsenal de Guerra da Bahia.

N. 3.108 — GUERRA — Decreto de 25 de maio de 1916 — Autoriza a abertura do credito especial de 1:267\$741 para pagamento devido ao segundo official Alonso de Niemeyer.

N. 3.109 — FAZENDA — Decreto de 25 de maio de 1916 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Fazenda, do credito especial de 19:590\$900 para pagamento de divida de exercicio findo a Antonio F. Nunes, por fornecimentos ás obras do Internato do Gymnasio Nacional em abril de 1909.

N. 3.110 — FAZENDA — Decreto de 25 de maio de 1916 — Corrige um engano com que foi publicada a lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 3.111 — FAZENDA — Decreto de 25 de maio de 1916 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Fazenda, do credito extraordinario de 427:440\$977, ouro, para pagamento de juros e mais despesas do emprestimo de que trata o decreto numero 8.794, de 21 de janeiro de 1911, relativo á Companhia Viação Bahiana.

N. 3.112 — FAZENDA — Decreto de 25 de maio de 1916 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Fazenda, do credito especial de 18:750\$ para pagamento aos legitimos successores de Carlos Guimarães Rheingantz, provenientes de juros de 150 apolices que deixaram de receber nos annos de 1909 e 1910 e primeiro semestre de 1911.

N. 3.113 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1916 — Autoriza a distribuir, da quantia de 22:065\$741, votada de mais nas verbas 12<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup>, 22<sup>a</sup> e 32<sup>a</sup> do orçamento do Interior, a importância de 13:942\$500, votada de menos no mesmo orçamento, sendo 12:042\$500 na verba 15<sup>a</sup> e 1:900\$ na verba 21<sup>a</sup>.

N. 3.114 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 744\$285 para pagamento ao engenheiro Tulio de Alencar Araripe.

N. 3.115 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de maio de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 9:855\$, suplementar á verba 22<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 3.116 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 600\$ para pagamento de gratificação local ao funcionario dos Correios do Maranhão, Custodio Gonçalo da Fonseca.



N. 3.117 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de junho de 1916 — Autoriza o Governo a conceder ao Dr. Mario Piragibe, medico auxiliar da Policia Sanitaria do Porto do Rio de Janeiro, um anno de licença.

N. 3.118 — FAZENDA — Decreto de 7 de junho de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 24:000\$ para restituir aos auditores de guerra Garcia Dias d'Avila Pires e Francisco Fernandes Piratinino de Almeida a differença de vencimentos não recebida em 1912 e 1913.

N. 3.119 — FAZENDA — Decreto de 7 de junho de 1916 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Fazenda, do credito especial de 74:769\$939 para pagamento ao tenente José de Andrade Neves Meirelles, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.120 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a mandar considerar como passado em goso de licença, por Eúclides Moreira Gomes, official operario de 4ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, o tempo decorrido de 9 de julho de 1914 a 10 de março de 1915, vespera do seu fallecimento, e a aboñar á sua viuva, D. Maria Gomes, os dous terços da diaria que áquelle correspondia.

N. 3.121 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a D. Maria Carolina de Souza Ribeiro, encarregada da sala das senhoras da Estação Central da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis meses de licença, com dous terços da respectiva diaria, para tratamento de saude.

N. 3.122 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Servulo de Araujo Ferreira, guarda fio da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, 90 dias de licença, em prorrogação daquella em cujo goso se acha, para tratamento de saude, com direito á diaria integral.

N. 3.123 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Pedro Bacellar da Costa, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.124 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Raul da Costa Aguiar, seis meses de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.125 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a José Agostinho Tavares, auxiliar de escripta de 1ª classe da Contabilidade da Estrada de Ferro Oeste de Minas, um anno de licença, para tratamento de saude, com ordenado, em prorrogação, a contar de 13 de março de 1905.

N. 3.126 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1916 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder 90 dias de licença, para tratamento de saude, com di-

reito ao respectivo ordenado, ao bagageiro de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Jorge Antonio Castanhola, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha.

N. 3.127 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Manoel de Azevedo Monteiro, trabalhador de 1ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, 60 dias de licença, para tratamento de saude, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha, com direito aos dous terços da respectiva diaria.

N. 3.128 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto de 14 de junho de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 88:000\$ para pagamento aos 324 trabalhadores das Capatazias da Alfandega, em serviço na Policia Civil do Districto Federal e na Directoria Geral de Saude Publica, de 1 de outubro a 31 de dezembro de 1915, e creditos especiaes até 30:820\$, pelos ministerios respectivos, pra o fim de aproveitar no serviço de policia do porto, no arrolamento do material das villas proletarias ou outros quaesquer serviços publicos os 67 operarios dispensados pela administração da Alfandega da Capital Federal em 23 de setembro de 1915.

N. 3.129 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de junho de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de réis 16.341:966\$500, suplementar á verba 6ª do art. 29 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 3.130 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de junho de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Julia Alvares da Cunha, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, seis mezes de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.131 — FAZENDA — Decreto de 16 de junho de 1916 — Autoriza o Governo a mandar pagar á viuva e aos filhos do Dr. Eudoxio Aureliano de Oliveira a pensão de montepio correspondente ao cargo de amanuense da secretaria da Faculdade de Medicina da Bahia, que o mesmo exerceu.

N. 3.132 — FAZENDA — Decreto de 26 de junho de 1916 — Corrige enganos com que foi publicada a lei n. 3.089, de 8 de janeiro ultimo.

N. 3.133 — MARINHA — Decreto de 5 de julho de 1916 — Manda pagar, relevada a prescripção, á viuva do capitão de mar e guerra Francisco Spiridião Rodrigues Vaz a differença de soldo que não recebeu e autoriza a abertura do respectivo credito.

N. 3.134 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao amanuense da Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro, Francisco Ribeiro da Silva Vasconcelos, oito mezes de licença, para tratamento de saude, com o ordenado e a contar de 1 de julho de 1914.

N. 3.135 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1916 — Manda restituir a D. Carolina Vinelli Reis o dominio e posse de um terreno e predio situados na freguezia de Inhaúma.

N. 3.136 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1916 — Approva a convenção para a permuta de encomendas postaes sem valor declarado entre o Brasil e a Republica Argentina, concluida e assignada nesta capital a 31 de outubro de 1914.

N. 3.137 — FAZENDA — Decreto de 12 de julho de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:173\$442 para occorrer ao pagamento devido a D. Francisca Chichorro Galvão Metello, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.138 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de julho de 1916 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, do credito especial de 630:000\$ para pagamento de subvenção devida á Estrada de Ferro Funilense, Estado de S. Paulo.

N. 3.139 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1916 — Prescreve o modo por que deve ser feito o alistamento eleitoral, e dá outras providencias.

N. 3.140 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de agosto de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 177:867\$, suplementar á verba 3ª do art. 29 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 3.141 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1916 — Considera como instituição de utilidade publica o Aero Club Brasileiro, com séde nesta capital.

N. 3.142 — FAZENDA — Decreto de 23 de agosto de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 22:991\$096 para pagamento á viuva e aos filhos do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Lucio de Mendonça, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.143 — FAZENDA — Decreto de 23 de agosto de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 60:654\$930 para pagamento de dividas do exercicios findos.

N. 3.145 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 60:557\$811, afim de attender a indemnizações provenientes de extravio de liquidos pertencentes a terceiros e feito pelo ex-depositario publico Carlos Cerqueira Aguirre.

N. 3.146 — FAZENDA — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo ministerio da Fazenda o credito especial de 4:701\$306 para pagamento a D. Mathilde da Silva Reis Cerqueira e outras, viuva e filhas do Dr. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.147 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao ajudante de 1ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Adalberto Alvares Vieira, um anno de licença, com dous terços da diaria que lhe competir, em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 3.148 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 agosto de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a D. Antonia de Barros Castello Branco, agente do Correio de Palmares, Estado de Pernambuco, um anno de licença, para tratamento de saude, com abono de dous terços dos respectivos vencimentos.

N. 3.149 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Henrique Eduardo Cussen, archivista da Estrada de Ferro Oeste de Minas, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, em prorrogação daquella que lhe foi concedida pelo decreto legislativo n. 2.998, de 29 de setembro de 1915.

N. 3.150 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Antonio Corrêa da Costa, trabalhador de 2ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, para tratamento de saude, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha, com dous terços da respectiva diaria.

N. 3.151 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Antonio Corrêa Picanço, carimbador da 6ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, licença para tratamento de saude, com abono de dous terços da respectiva diaria, durante o periodo decorrido de 31 de março até 12 de setembro do corrente anno.

N. 3.152 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Concede ao ajudante da Thesouraria da Estrada de Ferro Central do Brasil, Luiz Augusto de Azevedo, licença por um anno, em prorrogação e sem os vencimentos para tratar de seus interesses.

N. 3.153 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios, Plinio de Barros Barbosa Lima, um anno de licença, para tratamento de saude e com o respectivo ordenado, a começar de 5 de novembro do anno passado.

N. 3.154 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1916 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 3 de outubro do corrente anno.

N. 3.155 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1916 — Autoriza o Governo a conceder ao Dr. Albano do Prado Pimentel Franco, medico-ajudante da Inspectoria de Saude do Porto de Aracajú, no Estado de Sergipe, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude.



N. 3.156 — FAZENDA — Decreto de 6 de setembro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 32:105\$080 para pagamento a João Pires Branco, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.157 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao telegraphista de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Jonathas do Nascimento Bonfim, um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação, para tratamento de saúde.

N. 3.158 — FAZENDA — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Autoriza a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 9:978\$579 para pagamento ao vice-almirante reformado Hereulano Alfredo de Sampaio, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.159 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Julia Alvares da Cunha, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, seis mezes de licença, em prorrogação, com o ordenado, para tratamento de saúde.

N. 3.160 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Antonio Affonso Ferreira de Macedo, ajudante de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde.

N. 3.161 — MARINHA — Decreto de 27 de setembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1.000:000\$ para occorrer ás despesas com a manutenção da neutralidade.

N. 3.162 — FAZENDA — Decreto de 27 de setembro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 200:000\$, supplementar á verba 5ª do orçamento do mesmo Ministerio do corrente exercício.

N. 3.163 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1916 — Amnistia as pessoas envolvidas em factos politicos e cõnnexos occorridos no Estado do Espirito Santo em virtude da successão presidencial.

N. 3.164 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao praticante de 1ª classe da Administração dos Correios de S. Paulo, Alexandre de Mello Cesar, seis mezes de licença, sem o ordenado e em prorrogação, e dá outras providencias.

N. 3.165 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1916 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 3 de novembro do corrente anno.

N. 3.166 — FAZENDA — Decreto de 4 de outubro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 788:200\$ para pagamento dos juros de apolices emittidas para construeção de estradas de ferro.

N. 3.167 — FAZENDA — Decreto de 4 de outubro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:395\$160 para occorrer ao pagamento dos vencimentos ao terceiro escripturario do Thesouro Nacional, Pedro Rodrigues de Carvalho, no periodo de 22 de julho a 31 de dezembro de 1913.

N. 3.168 — FAZENDA — Decreto de 4 de outubro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 57:648\$740 para occorrer ao pagamento devido a D. Fanny Worms, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.169 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de outubro de 1916 — Considera instituições de utilidade publica, nas condições que estabelece, a Escola Superior de Commercio do Rio de Janeiro, com séde na Capital Federal, e a Escola de Commercio de Porto Alegre, e adia para o primeiro domingo de abril de 1917 as eleições para a formação do Conselho Municipal e preenchimento das vagas de um senador e dous deputados pelo Districto Federal.

N. 3.170 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de outubro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a inverter, dentro da verba total de 50:000\$, votada no orçamento do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para 1915, na rubrica 15ª, para custeio das caixas de avisos policiaes, as respectivas parcelas de despesas.

N. 3.171 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Manoel Francisco Pereira, guarda-chaves de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com a metade da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.172 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E CÔMMERCIO — Decreto de 4 de outubro de 1916 — Autoriza a concessão á Escola de Agricultura Pratica do Quixadá, Estado do Ceará, do usufructo de terras pertencentes á União, e dá outras providencias.

N. 3.173 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:782\$338 para o fim de occorrer ao pagamento devido a D. Maria Julia Bransford e D. Hilda Motta, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.174 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 2.786:658\$751, suplementar á verba 37ª do art. 103 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro findo, para pagamento de funcionarios addidos em todos os ministerios.

N. 3.175 — GUERRA — Decreto de 11 de outubro de 1916 — Regula as condições para a promoção, por merecimento, dos officiaes do Exercito, a partir de 1 de janeiro de 1918, e revoga o art. 63 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 3.176 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1916 — Autoriza a permuta de terrenos entre a União e o Estado de Pernambuco.

N. 3.177 — FAZENDA — Decreto de 25 de outubro de 1916 — Rectifica o decreto legislativo n. 3.143, de 23 de agosto ultimo.

N. 3.178 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, MARINHA E GUERRA — Decreto de 30 de outubro de 1916 — Extingue as ultimas restricções postas ás amnistias de 1895 e 1898, e dá outras providencias.

N. 3.179 — FAZENDA — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 30:324\$266 para pagamento a DD. Amalia de Figueiredo Baena e outras.

N. 3.180 — FAZENDA — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministério da Fazenda o credito especial de 14:206\$605 para pagamento do que é devido a DD. Zulmira Frazão Varella Barradas, Zulmira Varella Barradas e Chloris Varella Barradas, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.181 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

N. 3.182 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Walker Castello Branco, serventuario vitalicio dos officios de contador, partidor e official do protesto de letras do 2º termo da comarca de Rio Branco, no Alto-Acre, um anno de licença, em prorrogação, para tratar de negocios de seu interesse.

N. 3.183 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao major 1º cirurgião do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, Dr. Secundino Ribeiro, seis mezes de licença, com o respectivo soldo, para tratamento de saude.

N. 3.184 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença a D. Maria Carolina de Souza Ribeiro, encarregada da sala de senhoras da estação Central da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 3.185 — GUERRA — Decreto de 3 de novembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 1:560\$ para pagamento de gratificações addicionaes a Manoel Ignacio da Silva Teixeira e Heitor Hugo de Moraes, primeiro e segundo officiaes do Hospital Central do Exercito.

N. 3.186 — FAZENDA — Decreto de 9 de novembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:567\$150 para occorrer ao pagamento devido a DD. Cecilia Toledo de Oliveira Lisboa e Alzira Lisboa Moreira da Fonseca, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.187 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o cre-

dito de 2:400\$, complementar á verba 13<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 3.188 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 541\$050 para occorrer ao pagamento do que é devido a Joaquim Pereira Bernardes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.189 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:061\$818 para occorrer ao pagamento devido a D. Maria Augusta Naylor, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.190 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:500\$ para pagamento do premio a que têm direito A. C. Pereira & Comp. pela construcção do rebocador nacional *Neptuno*.

N. 3.191 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 4:666\$660 para pagamento de vencimentos a um agente aposentado do Correio.

N. 3.192 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao praticante de 1<sup>a</sup> classe da Directoria Geral dos Correios, Paulo Level, um anno de licença, em prorrogação, com o ordenado, para tratamento de saúde.

N. 3.193 — GUERRA — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 8:509\$898 para pagamento de gratificações que competem ao adjunto do Collegio Militar do Rio de Janeiro, major Apollinario Pereira Bustamante.

N. 3.194 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 70:360\$ para pagamento dos juros de apolices do emprestimo de 1897, relativos aos mezes de janeiro e fevereiro de 1914.

N. 3.195 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 8:800\$977 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Joaquim Cardoso de Mello Reis, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.196 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 15:126\$365 para pagamento a D. Constança Alves Branco de Mello Barreto, em virtude de sentença judiciaria, e dá outras providencias.

N. 3.197 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 79:787\$061 para occorrer ao pagamento devido a Antonio Marcellino Regueira Costa, em virtude de sentença judiciaria.



N. 3.198 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Autoriza a Escola de Engenharia de Porto Alegre a contrahir um empréstimo em obrigações ao portador, dando em garantia a subvenção que lhe foi concedida pelo Estado do Rio Grande do Sul.

N. 3.199 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Considera instituições de utilidade publica as escolas do Commercio José Bonifácio e Bento Quirino, em Campinas, no Estado de S. Paulo.

N. 3.200 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 357:717\$796 para o fim de occorrer ao pagamento de despesas feitas pela administração da Faculdade de Medicina da Bahia, nos exercicios de 1913 e 1914, com reparos do edificio installação de aparelhos e aquisição de material para ensino.

N. 3.201 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar até 14 de janeiro do corrente anno a licença em que se achava o trabalhador de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Pereira Teixeira, concedida por portaria do Ministerio da Viação e Obras Publicas de 20 de outubro de 1915, e a conceder-lhe mais seis mezes de licença, a contar da referida data de 14 de janeiro, com abono dos dous terços da respectiva diaria por todo o tempo da licença.

N. 3.202 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1916 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que proroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 31 de dezembro do corrente anno.

N. 3.203 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao terceiro official da Directoria Geral de Estatistica, Sebastião Martins da Cunha, seis mezes de licença, sem os vencimentos, em prorrogação da que lhe foi concedida pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 3.204 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, para tratamento de saude, a Tancredo Gonçalves Ferreira, collector federal da Varzea, na capital de Pernambuco.

N. 3.205 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Antonio Fonseca da Cruz, operario de 2ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com abono da respectiva diaria.

N. 3.206 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1916 — Adia as eleições municipaes para o mez de abril de 1917, e dá outras providencias.

N. 3.207 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1916 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito de 1.264:684\$095 para attender ao pagamento das despesas feitas no Contestado.

N. 3.208 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1916 — Regula o processo eleitoral e dá outras providências.

N. 3.209 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Marinha o crédito especial de 164:610\$ para as despesas de custeio e de pagamento do pessoal da Imprensa Naval.

N. 3.210 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Marinha o crédito de 2.361:456\$975, complementar às verbas 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup>, 9<sup>a</sup>, 10<sup>a</sup>, 13<sup>a</sup>, 20<sup>a</sup> e 25<sup>a</sup> do orçamento vigente.

N. 3.211 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1916 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito de 350:000\$, complementar á verba 32<sup>a</sup> do art. 2º da lei de orçamento do exercício de 1916.

N. 3.212 — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1916 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Marinha, para satisfazer a encargos de uma só vez ou parceladamente, o necessario crédito, contanto que a somma não exceda de 1.078:786\$613, ouro.

N. 3.213 — FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1916 — Orga a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1917.

## 1917

N. 3.214 — MARINHA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Fixa a força naval para o exercício de 1917, e dá outras providências.

N. 3.215 — MARINHA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Marinha o crédito especial de 36:000\$ para occorrer ao pagamento em 1916, do aluguel do casco do vapor *Lucania*.

N. 3.216 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Fixa as forças de terra para o exercício de 1917.

N. 3.217 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza a abertura do crédito de 899:848\$113, complementar á verba 13<sup>a</sup> — Material, — n. 26, — «Transporte de tropas, etc.», do art. 41 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 3.218 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de 57:635\$330 para occorrer ao pagamento devido ao primeiro tenente do Exército Jovinniano Roland Seraine, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.219 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao terceiro escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Maranhão, Samuel Lenz de Araujo Cesar, um anno de licença, sem os vencimentos, em prorrogação.

N. 3.220 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 8.783:969\$190, suplementar á verba 5ª do orçamento de 1916, do mesmo Ministerio — Inactivos, pensionistas e beneficiarios do montepio.

N. 3.221 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza a abrir pelo Ministerio da Fazenda os creditos especiaes de 1.047:846\$974, papel, e 532\$989, ouro, para o fim de occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 3.222 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 29:450\$, suplementar á verba 6ª do art. 2º da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, e o de 6:177\$600, especial, para occorrer ao pagamento de vencimentos e gratificação adicional a um continuo da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 3.223 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Eleva a 3.000 exemplares a edição autorizada pela lei n. 3.095, de 12 de janeiro de 1916.

N. 3.224 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 207:779\$640 para auxilio á Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

N. 3.225 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos de 10:494\$780 para pagamento ao engenheiro Alberto Armando Ricci e de 3:083\$328, suplementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 3.226 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 75:680\$004, suplementar á consignação «Para combustivel, etc.», da Estrada de Ferro Oeste de Minas, no exercicio de 1916, e a revigorar o saldo do credito especial de 2.044:520\$476, aberto pelo decreto n. 11.865, de 5 de janeiro de 1916, para occorrer a despesas da mesma Estrada.

N. 3.227 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 16:540\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos a um engenheiro addido da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes.

N. 3.228 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Nestor da Silva Castro, carimbador da 6ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com dois terços da diaria e em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 3.229 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a

conceder um anno de licença, com o ordenado, ao armazenista da Estrada de Ferro Central do Brasil, José Joaquim Amancio, para tratamento de sua saúde.

N. 3.230 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, em prorrogação, com dous terços da diaria, para tratamento de saúde, ao operario ajudante de 1ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Paulo da Silva.

N. 3.231 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Autoriza o Presidente da República a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de..... 4:563\$086 para pagamento de gratificação a funcionarios da Administração dos Correios do Estado do Maranhão.

N. 3.232 — FAZENDA — Lei de 5 de janeiro de 1917 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1917..

N. 3.233 — FAZENDA — Decreto de 5 de janeiro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 41:230\$384, para occorrer ao pagamento devido a DD. Ignacia Luiza Barbosa de Rezende e Francisca Eugenia Barbosa de Rezende, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.234 — FAZENDA — Decreto de 5 de janeiro de 1917 — Concede ao engenheiro civil Dr. Augusto Ferreira Ramos, ou á empresa que organizar, sem privilegio, o direito de contractar com os funcionarios publicos federaes civis e militares, activos e inactivos, que o desejarem, mediante a consingação até um terço dos respectivos vencimentos, a aquisição dos immoveis que escolherem para sua habitação e de sua familia.

N. 3.235 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 68:312\$680 para o fim de occorrer ao pagamento devido ao Dr. Jeronymo Baptista Pereira Sobrinho, em virtude de sentença judiciaria, e dá outras providencias.

N. 3.236 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao quarto escriptuario da Directoria de Estatistica Commercial, João Ferreira da Gama Junior, mais um anno de licença, em prorrogação.

N. 3.237 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Dispõe sobre o cumprimento das sentenças condemnando a União á restituição de impostos indevidamente cobrados.

N. 3.238 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Declara em disponibilidade o professor da cadeira de Historia das Bellas Artes, da Escola Nacional de Bellas Artes, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.

N. 3.239 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Considera como de utilidade publica



o Instituto Commercial da Capital Federal, as academias de Commercio de Pernambuco e de Alagoas e a Associação Commercial de Pernambuco.

N. 3.240 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os créditos supplementares de 1.016:939\$299 ás verbas 15<sup>a</sup>, 17<sup>a</sup>, 18<sup>a</sup>, 20<sup>a</sup>, 21<sup>a</sup>, 27<sup>a</sup> e 33<sup>a</sup> do art. 2º da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, e de 14:500\$ á consignação «Alimentação do pessoal», do Hospital de S. Sebastião, e credito de 80:000\$ para occorrer a despesas effectuadas com o policiamento do Territorio do Acre.

N. 3.241 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 311:598\$093, ouro, e de 311:618\$093, papel, supplementar á verba 10<sup>a</sup>.

N. 3.242 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito necessario para pagar escripturario-pagador da Inspectoria de Obras Contra as Seccas, José Pires Ferreira Netto.

N. 3.243 — GUERRA — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito de 5:200\$, especial, para pagamento a docentes do Collegio Militar de Porto Alegre e o de 12:000\$, supplementar á verba 4<sup>a</sup> — Instrução Militar, Collegio Militar de Porto Alegre, — do art. 41 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 3.244 — FAZENDA — Decreto de 10 de fevereiro de 1917 — Autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:714\$968 para occorrer ao pagamento devido a D. Amazilde de Lima Ramos, por si e como tutora de seu filho menor Cyro, successores do fallecido segundo tenente do Exercito João Benvido Ramos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.245 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de fevereiro de 1917 — Autoriza a fazer reverter na categoria que lhe compete, ao quadro dos funcionarios dos Correios da Capital Federal, o ex-primeiro official da mesma repartição, Diogenes José de Almeida Pernambuco.

N. 3.246 — GUERRA — Decreto de 26 de maio de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito de 20:000\$, ouro, supplementar á verba 14<sup>a</sup> do art. 41 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 3.247 — MARINHA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Manda considerar como de utilidade publica o Registro Maritimo Brasileiro.

N. 3.248 — GUERRA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Guerra, do credito extraordinario de 3:744\$ para pagamento de gratificações addicionaes a funcionarios do Hospital Central do Exercito.

N. 3.249 — GUERRA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Guerra do credito especial de 800\$ para pagamento de gratificação ao mestre de gymnastica da extincta Companhia de Aprendizizes Artifices do Arsenal de Guerra desta capital, Paulino Francisco Paes Barreto.

N. 3.250 — GUERRA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 38:177\$094, afim de occorrer ao pagamento a que tem direito D. Maria Roberta da Silva, de vencimentos devidos ao seu finado marido, o capitão reformado do Execito, Antonio Faustino da Silva..

N. 3.251 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito necessario, até o maximo de 50:000\$, para pagamento de gratificações addicionaes a que têm direito o Dr. Edgard Leite Chermont e outros.

N. 3.252 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 133:770\$ para occorrer ao pagamento devido a Theodor Wille & Comp., pelo fornecimento de mobiliarios ao Museu Nacional.

N. 3.253 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar por um anno a licença concedida ao serventuário vitalicio dos officios de escriptão do civil, provedoria, residuos e official do Registro Geral de Ipotheccas do 1º termo da comarca do Rio Branco, Alto-Acre, Marcellino Sampaio Castello Branco.

N. 3.254 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao engenheiro civil Vicente Licínio Cardoso.

N. 3.255 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 380:000\$ para o pagamento com a aquisição de immoveis outrora pertencentes ao conselheiro Francisco de Paula Mayrink.

N. 3.256 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação, ao trabalhador da 5ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Gonçalves Parada.

N. 3.257 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao inspector de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Candido da Cunha Villela.

N. 3.258 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a con-

ceder um anno de licença, em prorrogação, ao concertador de 4ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Oscar Martins da Veiga Junior.

N. 3.259 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 871\$400 para occorrer ao pagamento devido a Antonio José Villela, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.260 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:920\$100 para pagamento a «The Ouro Preto Gold Mines of Brasil, Limited, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.261 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:372\$708 para pagamento devido ao major Joaquim Vieira da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.262 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao terceiro escripturario da Directoria de Estatistica Commercial, Jayme Rosenburg, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude e em prorrogação.

N. 3.263 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 43:416\$412 para occorrer ao pagamento devido a Carlos de Souza Danças, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.264 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1.094:954\$357, papel, e de 1.147:700\$897, ouro, para pagamento a Haupt & Comp.

N. 3.265 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:987\$404 para occorrer ao pagamento devido a D. Ermelinda Nobrega de Carvalho Leal, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.266 — RELAÇÕES EXTERIORES, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, GUERRA, MARINHA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de junho de 1917 — Declara sem effeito o decreto n. 12.458, de 25 de abril do corrente anno, que estabelece a neutralidade do Brasil na guerra dos Estados Unidos com o Imperio Allemão, e dá outras providencias.

N. 3.267 — GUERRA — Decreto de 6 de junho de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 870:000\$, destinado a despesas com a produção de munição de guerra, reparos do material bellico e fabricação de armamento portatil.

N. 3.268 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de junho de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença a Julio Bressane Lopes, escripturario do Lazareto da Ilha Grande.

N. 3.269 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1:260\$199 para occorrer ao pagamento devido a Eugenio Vidal Ribeiro, funcionario aposentado do Correio.

N. 3.270 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, em prorrogação, ao trabalhador de 2ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Caetano de Oliveira.

N. 3.271 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença, em prorrogação, ao ajudante de marcador da 5ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Ferreira de Medeiros.

N. 3.272 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 4:980\$ para o pagamento das desapropriações feitas na Quinta da Boa Vista durante o anno de 1911.

N. 3.273 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1917 — Autoriza a concessão de um anno de licença ao amanuense dos Correios do Estado do Rio de Janeiro, Candido Manrique de Mello Araujo.

N. 3.274 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença, em prorrogação, ao guarda-freios da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, José Vicente.

N. 3.275 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1917 — Autoriza a concessão de um anno de licença ao operario ajudante de 1ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Ferreira.

N. 3.276 — MARINHA — Decreto de 8 de junho de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha os creditos extraordinarios de 10:269\$253, 387:813\$457, ouro, e 270:444\$480, ouro, para attender a pagamentos relativos á ponte da ilha das Cobras, á representação do Brasil na Republica Argentina e ao transporte do material fluctuante da Europa para o Rio de Janeiro.

N. 3.277 — FAZENDA — Decreto de 8 de junho de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda, para cumprimento de sentenças judicarias, os seguintes creditos especiaes: de 22:555\$660 para pagamento a D. Emiliania Guimarães Pindabyba de Mattos; de 11:154\$158 a D. Elisa Carolina Barbosa; de 5:863\$950 a José Gonçalves Ferraz e de 1:576\$060 ao capitão de fragata Joaquim de Albuquerque Se-  
rejo.

N. 3.278 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de junho de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao ajudante da secção de botanica do Jardim Botânico, Dr. Achilles de Faria Lisboa, um anno de licença, sem os vencimentos e em prorrogação.



N. 3.279 — FAZENDA — Decreto de 13 de junho de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda os creditos especiaes de 38:739\$442, ouro, e 3.529:525\$253, papel, para occorrer ao pagamento de dividas de exercicio findo, de diversos ministerios.

N. 3.280 — FAZENDA — Decreto de 13 de junho de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:507\$656 para occorrer ao pagamento devido aos Drs. Miguel da Silva Pereira e Augusto de Souza Brandão, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.281 — FAZENDA — Decreto de 13 de junho de 1917 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 1.546:224\$747, afim de ser legitimada a despesa feita com o pagamento de percentagens a empregados de alfandegas, relativas ao exercicio de 1913.

N. 3.282 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a João Paes, manobreiro da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, 180 dias de licença, em prorrogação, com dous terços da diaria que lhe compete.

N. 3.283 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Manoel Moreira de Souza, trabalhador de 2ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, em prorrogação, com dous terços da diaria que lhe compete.

N. 3.284 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder o José Cardoso, foguista de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, tres mezes de licença, com a metade da diaria.

N. 3.285 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Arthur Serzedello Machado, escrevente de 2ª classe da 6ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes de licença, em prorrogação, com dous terços da diaria.

N. 3.286 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Franklin Victorino de Souza, bagageiro de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, em prorrogação, com o ordenado a que tiver direito.

N. 3.287 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas um credito especial até a importância de 16:216\$658 para pagamento de vencimentos á agente aposentada do Correio, D. Anna Candida de Britto.

N. 3.288 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de junho de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 19:402\$246 para occorrer ao pagamento de fornecimentos feitos á Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 3.289 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de junho de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Jovino Luiz Machado, um anno de licença, com o ordenado.

N. 3.290 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de junho de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao auxiliar da Repartição Geral dos Telegraphos, Americo Portugal, um anno de licença, em prorrogação, com dous terços da diaria.

N. 3.291 — FAZENDA — Decreto de 28 de junho de 1917 — Releva a D. Maria Constança da Cunha Moreira, viuva do ex-escrivão do Juizo Seccional do Amazonas, Francisco Moreira, a prescripção em que incorreu, para se habilitar ao respectivo montepio.

N. 3.292 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas um credito especial de 889:259\$943, ouro, para occorrer ao pagamento de despesas feitas pelas diversas sub-consignações da verba 9ª — Esgotos da Capital Federal, — no exercicio de 1916.

N. 3.293 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a considerar como passado em goso de licença, em tratamento de saude, por Candido Rodrigues Loureiro, ex-conferente de terceira classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, o periodo decorrido de 13 de dezembro de 1913 a 4 de novembro de 1914, para o effeito de serem abonados á sua viuva e filhos os vencimentos a que tinha direito, sendo o abono de metade do ordenado durante seis mezes, do ordenado integral pelo tempo excedente, e a mandar abrir o necessario credito para o pagamento desses vencimentos.

N. 3.294 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao guarda-freios da Estrada de Ferro Central do Brasil, Julio Galdino dos Santos, seis mezes de licença, em prorrogação e com dous terços da diaria.

N. 3.295 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 97:173\$579 para occorrer ao pagamento devido a Marcellino José da Costa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.296 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, GUERRA, MARINHA E FAZENDA — Decreto de 10 de julho de 1917 — Declara serem de exclusiva competencia do Governo Federal os serviços radiotelegraphico e radiotelephonico no territorio brasileiro.

N. 3.297 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1917 — Considera de utilidade publica as associações brasileiras de escoteiros, com séde no paiz, e de Imprensa, com séde na Capital Federal.

N. 3.298 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de julho de 1917 — Sanecciona a resolução legislativa que autoriza a concessão de privilegio até o praso de 60 annos para.

em concorrência publica, ser feita a construção de um ramal de estrada de ferro de bitola de um metro entre trilhos, em continuação do trecho existente e em tráfego de Lorena a Piquete, no Estado de S. Paulo, em direcção ao planalto central, passando por Itajubá e Pedra Branca, no Estado de Minas Geraes, e dá outras providencias.

N. 3.299 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de julho de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder, em prorrogação, um anno de licença, para tratar de seus interesses, ao coronel Rodrigo de Carvalho, tabellião de notas da comarca de Xapury, no territorio do Acre.

N. 3.300 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de junho de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, a Armando Pereira Nunes, auxiliar da Bibliotheca Nacional.

N. 3.301 — GUERRA — Decreto de 20 de julho de 1917 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Guerra, de um credito especial de 7:072\$ para pagamento dos vencimentos que competem ao mestre de 1ª classe Joviano Octaviano de Araujo e ao operario de igual classe, João Medeiros, ambos do Fabrico de Polvora sem Fumaça.

N. 3.302 — GUERRA — Decreto de 20 de julho de 1917. — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 49:253\$333 para occorrer ao pagamento de gratificações a que têm direito os professores dos collegios militares do Rio de Janeiro e Porto Alegre.

N. 3.303 — FAZENDA — Decreto de 20 de julho de 1917 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 339:648\$098 para pagamento aos addidos dos diversos ministerios.

N. 3.304 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1917 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que approva o accôrdo de 20 de outubro de 1916, firmado entre os Estados do Paraná e Santa Catharina, estabelecendo os seus limites.

N. 3.305 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 110:000\$ para occorrer a despesas da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá no exercicio de 1916.

N. 3.306 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito suplementar de 10.458:863\$172 á verba 6ª — Estrada de Ferro Central do Brasil —, para occorrer a despesas no exercicio corrente.

N. 3.307 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de agosto de 1917 — Eleva de 250:000\$, e de 200:000\$, respectivamente, as sub-consignações «Agentes ajudantes e thesoureiros» e «Condução de malas por contracto ou administração», consignação «Vencimentos e gratificações diversas», verba 2ª. — Correios, — art. 74 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

N. 3.308 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negócios Interiores a credito especial de 4:500\$ para pagamento de vencimentos ao professor em disponibilidade da Escola Nacional de Bellas Artes, Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.

N. 3.309 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença ao archivista da secretaria da Estrada de Ferro Oeste de Minas, Henrique Eduardo Cussen.

N. 3.310 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença ao telegraphista de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Jonathas do Nascimento Bomfim.

N. 3.311 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença, com o ordenado, ao telegraphista de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Vazquez da Costa.

N. 3.312 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Plinio de Barros Barbosa Lima, praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, em prorrogação, com o ordenado a que tem direito, para tratamento de saúde.

N. 3.313 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao guarda-chaves de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Alfredo Cruzeiro, um anno de licença, com dois terços da diaria que lhe competir, em prorrogação, para tratamento de saúde.

N. 3.314 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao operario-ajudante de 2ª classe das officinas da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Alexandre Gomes de Oliveira, um anno de licença, com dois terços da diaria, para tratamento de saúde, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha.

N. 3.315 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Antenor Pinto Barbosa, foguista de 1ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com dois terços da diaria, para tratamento de saúde, a contar de 10 de fevereiro de 1916.

N. 3.316 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a amparar e fomentar a produção nacional, e dá outras providencias.

N. 3.317 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 24:537\$495 para pagamento do que é devido a D. Alice de Andrade Pinto do Rego Monteiro,



viuva do Dr. Zacharias do Rego Monteiro, ex-desembargador da Côrte de Appellação, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.318 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 18:466\$424 para pagamento a Dona Maria Thomé Cardoso de Castro e filhos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.319 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 14:000\$ para occorrer ao pagamento de differenças de pensão de montepio devidas a Dona Helena de Lima Santos Moreira em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.320 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 236\$650 que se destina ao pagamento de D. Martha Berdoensque em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.321 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 59:601\$800 para pagamento aos operarios da Imprensa Nacional, de salarios correspondentes aos domingos e feriados nos mezes de novembro e dezembro de 1916.

N. 3.322 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir por intermedio do Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:380\$620 para pagamento a D. Maria das Dores Lins da Cunha Menezes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.323 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 36:408\$864 para pagamento a DD. Christina Leite de Toledo Piza, Maria Christina de Toledo Piza e Marina de Toledo Piza, em virtude de decisão judiciaria.

N. 3.324 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 4:688\$104 para occorrer, em virtude de sentença judiciaria, ao pagamento devido a Dona Maria Ignez Salazar.

N. 3.325 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 323\$700 para occorrer ao pagamento devido a Francisco Alves Rollo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.326 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda os creditos especiaes de 32:584\$184 para pagamento a D. Emiliana Cobra Olyntho e filhas e o de 8:585\$500 para pagamento ao Dr. José Lopes Pereira de Carvalho, um e outro em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.327 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de agosto de 1917 — Permite ao professor cathedratice de musica, do Instituto Benjamin Constant, Vicente Cernicchiaro, contar, no seu tempo de serviço, o periodo em que regeu a aula de violino no antigo Imperial Conservatorio de Musica.

N. 3.228 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 50:000\$ para occorrer no vigente exercicio, ao pagamento da subvenção devida pelo serviço de navegação do Baixo São Francisco.

N. 3.329 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 6:500\$ para pagamento a Marcolino José Bessa, por serviços executados na construção do açude Curraes.

N. 3.330 — FAZENDA — Decreto de 30 de agosto de 1917 — Releva a prescripção das pensões de montepio a que tiverem direito DD. Henriqueta Ferreira dos Santos Pereira, Angelina Maria Pereira Povoá, Elisa da Conceição Pereira, Henriqueta das Dôres Pereira e Antonio José Pereira e Antonio José Pereira Junior.

N. 3.331 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1917 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 3 de outubro do corrente anno.

N. 3.332 — GUERRA — Decreto de 4 de setembro de 1917 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Guerra, de um credito especial de 50:000\$ para trabalhos preliminares de organização e execução do Serviço Geographico Militar.

N. 3.333 — FAZENDA — Decreto de 4 de setembro de 1917 — Considera de utilidade publica a Associação Commercial do Amazonas.

N. 3.334 — FAZENDA — Decreto de 4 de setembro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:054\$300, afim de ser feita a Francisco de Mello Franca a indemnização que lhe é devida em cumprimento de sentença judiciaria.

N. 3.335 — FAZENDA — Decreto de 4 de setembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda diversos creditos especiaes para legalizar despesas feitas pela Delegacia do Thesouro em Londres para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, da importancia de réis 22:539\$733 ao Dr. Edmundo de Lacerda.

N. 3.336 — FAZENDA — Decreto de 4 de setembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 150:000\$. ouro, suplementar á verba 29ª — Exercicios findos, — do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio, para pagamento a «The Brazil Great Southern Railway Company».

N. 3.337 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a

tornar effectiva a encampação da Estrada de Ferro Centro Oeste da Bahia, de accôrdo com o decreto n. 10.097, de 26 de fevereiro de 1913, e a abrir o necessario credito.

N. 3.338 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito supplemmentar de 150:000\$, destinado á conservação das linhas telegraphicas e estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas.

N. 3.339 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de £ 7.187-7-2, ou o equivalente em papel-moeda, para pagamento a Sampaio Corrêa & Comp.

N. 3.340 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao guarda-chaves de 3ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Pedro José Alves, seis mezes de licença, em prorrogação, com dois terços da diaria a que tem direito para tratamento de saude.

N. 3.341 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:573\$333 para pagamento dos vencimentos relativos ao periodo de 2 de junho a 31 de dezembro de 1917 ao inspector de saude do porto do Rio de Janeiro, Dr. João Lopes Machado.

N. 3.341 A — MARINHA — Decreto de 15 de setembro de 1917 — Releva a prescripção declarada pelo Governo em que incorreu o montepio deixado a D. Eugénia Leonor de Vilhena Fernandes, para que possa receber sua pensão.

N. 3.342 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a restituir ao depositario publico aposentado Joaquim Silverio de Azevedo Pimentel a quantia de 2:511\$732, correspondente á renda que recolheu em duplicata aos cofres da União.

N. 3.343 — FAZENDA — Decreto de 26 de setembro de 1917 — Modifica a tabella do imposto sobre vencimentos, subsídios, etc., estabelecida pela lei n. 2.919, de 31 de dezembro de 1914.

N. 3.344 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito especial de 124:778\$400 para pagamento de gratificações addicionaes a funcionarios do serviço de tachygraphia da Camara dos Deputados e o de réis 18:600\$, supplemmentar á verba 8ª, consignaço «Pessoal», do art. 2º da lei n. 3.232, de 5 de janeiro ultimo para pagamento de vencimentos de varios funcionarios da mesma Camara, e dá outras providencias.

N. 3.345 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1917 — Autoriza a abertura ao Ministerio das Relações Exteriores dos creditos especiaes de 15:000\$, papel, e 90:000\$, ouro, destinados ao pagamento de funcionarios do Corpo Diplomatico e Consular em disponibilidade, e de ajudas

de custo relativas ao exercício de 1916, e de 180:000\$, ouro, suplementar á verba 11<sup>a</sup> do art. 15 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, consignada ás despesas extraordinarias no exterior.

N. 3.346.—JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 1 de outubro de 1917—Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 3 de novembro do corrente anno.

N. 3.347.—FAZENDA—Decreto de 3 de outubro de 1917—Autoriza a fazer as despesas necessarias ao beneficiamento do carvão nacional.

N. 3.348.—FAZENDA—Decreto de 3 de outubro de 1917—Considera de utilidade publica a Associação Commercial de Santos.

N. 3.349.—FAZENDA—Decreto de 3 de outubro de 1917—Considera de utilidade publica as associações commerciaes de Aracajú, no Estado de Sergipe, de S. Luiz do Maranhão, no Estado do Maranhão, e de Natal, no Rio Grande do Norte.

N. 3.350.—FAZENDA—Decreto de 3 de outubro de 1917—Considera de utilidade publica a Associação Commercial da Bahia.

N. 3.351.—JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 3 de outubro de 1917—Determina que os officiaes e praças policiaes militarizadas da União e dos Estados sejam punidos com as penas comminadas na lei militar.

N. 3.352.—GUERRA—Decreto de 3 de outubro de 1917—Institue o Corpo de Officiaes da Reserva de 1<sup>a</sup> Linha.

N. 3.353.—FAZENDA—Decreto de 11 de outubro de 1917—Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2.103:324\$285 para legalizar despesas effectuadas por conta da verba 18<sup>a</sup> do orçamento do mesmo Ministerio, no exercício de 1915.

N. 3.354.—FAZENDA—Decreto de 11 de outubro de 1917—Autoriza o Poder Executivo a ceder á Prefeitura do Districto Federal, a titulo definitivo e gratuito, a faixa de terra, pertencente ao Patrimonio Nacional, entre as ruas da Alegria e Dr. Ferreira de Araujo, em S. Christovão.

N. 3.355.—VIACÃO E OBRAS PUBLICAS—Decreto de 11 de outubro de 1917—Autoriza a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 499:683\$863, suplementar á verba 15<sup>a</sup>—Empregados addidos.

N. 3.356.—VIACÃO E OBRAS PUBLICAS—Decreto de 11 de outubro de 1917—Autoriza a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos especiaes de 521:330\$555, papel, e 49:249\$315, ouro, para pagamento, respectivamente, ás companhias de estradas de ferro S. Paulo-Rio Grande e Victoria a Diamantina.

N. 3.357.—VIACÃO E OBRAS PUBLICAS—Decreto de 17 de outubro de 1917—Autoriza o presidente da Republica a conceder em prorrogação, a D. Maria Ignacia dos Reis, ajudante da agencia dos Correios de Todos os Santos, nesta capital, seis mezes de licença, com o respectivo ordenado.



N. 3.358 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de outubro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a D. Maria Carolina de Souza Ribeiro, encarregada da sala das senhoras da estação central da Estrada de Ferro Central do Brasil, 10 mezes de licença, em prorrogação, com metade da diaria, para tratamento de saúde.

N. 3.359 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1917 — Transfere a título definitivo e gratuito, ao domínio da Associação Commercial da Bahia, os terrenos accrescidos, contíguos ao seu actual edificio, transferindo essa Associação á Companhia Cessionaria das Obras do Porto o domínio da área do seu terreno que fôr necessario para o alinhamento da avenida do caes.

N. 3.360 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao guarda civil de 1ª classe Victalino Coelho de Figueiredo seis mezes de licença, com dois terços da diaria e a partir de 3 de novembro de 1916, para tratamento de saúde.

N. 3.361 — RELAÇÕES EXTERIORES, GUERRA, MARINHA, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de outubro de 1917 — Reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil.

N. 3.362 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1917 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

N. 3.363 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza a abrir pelo Ministerio da Fazenda varios creditos especiaes para pagamento, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.364 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Considera de utilidade publica as associações commerciaes de Belém do Pará e de Alagôas.

N. 3.365 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 45:100\$ para pagamento a M. Cavassa Filho & Comp. pela construcção do vapor *Fernandes Vieira*.

N. 3.366 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 9:911\$700 para pagamento a Dona Maria Lybia de Almeida Motta e seus filhos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.367 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Considera de utilidade publica a Associação Commercial do Paraná.

N. 3.368 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de £ 18.030-6-10 para occorrer ao pagamento devido á «American Bank Note Company».

N. 3.369 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito suplementar de 100:000\$ para occorrer ás despesas da Rêde de Viação Cearense.

N. 3.370 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao conductor de 2ª classe da Inspectoria de Obras contra as Seccas, José Luiz da Costa Carletto.

N. 3.371 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença, com metade do ordenado, ao carteiro de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios, Euclides Henrique da Costa, para tratamento de saude.

N. 3.372 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Luiz Miguel Baronto, conductor de trem de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes de licença, com metade do ordenado, contados a partir de 11 de julho do anno passado.

N. 3.373 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao trabalhador da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Pereira Teixeira, um anno de licença, para tratamento de saude, com dois terços da diaria que lhe competir.

N. 3.374 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao official operario de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Francisco Marques da Silva Ferreira, seis mezes de licença, com dois terços da diaria, a partir de 8 de outubro do anno passado, para tratamento de saude.

N. 3.375 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao guarda-chaves de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Pedro Delphino, 49 dias de licença, em prorrogação, para tratamento de saude, com dois terços da respectiva diaria.

N. 3.376 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao praticante de 2ª classe da Administração dos Correios do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos da Costa Pereira, seis mezes de licença, em prorrogação e para tratamento de saude, com a metade do ordenado.

N. 3.377 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Concede ao carteiro de 2ª classe da Administração dos Correios do Estado de S. Paulo Raymundo da Conceição Montenegro, 10 mezes de licença, em prorrogação para tratamento de saude, com os vencimentos de seu cargo.

N. 3.378 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Antonio Corrêa Picango, carimbador da 6ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, licença para tratamento de saude, com abono de dois terços da respectiva dia-

ria, a partir de 31 de março até 12 de setembro de 1915, revogado o decreto legislativo n. 3.151, de 30 de agosto de 1916.

N. 3.380 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao feitor de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, José Maria, tres mezes de licença, com dois terços da diaria, para tratamento de saude e a contar de 22 de janeiro do anno corrente.

N. 3.381 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Julio Galvão de Souza, ajudante de 1ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, 90 dias de licença, em prorrogação, para tratamento de saude, com dois terços da diaria que percebe e a contar da data em que terminou a ultima licença que obteve.

N. 3.382 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Paulino Candido Meirelles, official operario de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, em prorrogação, com dois terços da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.383 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao conservador de linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel José de Oliveira, para tratamento de saude, um anno de licença, com dois terços da diaria que lhe compete.

N. 3.384 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Bernardo Dias, guarda-cancellia de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude, com metade da diaria que percebe.

N. 3.385 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Publica a adhesão do protectorado francez de Marrocos aos actos de 2 de junho de 1911, da Conferencia Internacional de Washington, para a protecção da propriedade industrial.

N. 3.386 — FAZENDA — Decreto de 8 de novembro de 1917 — Considera de utilidade publica a Liga Maritima Brasileira e Associação Commercial de Florianopolis

N. 3.387 — FAZENDA — Decreto de 8 de novembro de 1917 — Considera de utilidade publica a Associação Commercial de Victoria.

N. 3.388 — FAZENDA E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda dous creditos supplementares e pelo da Justiça o de 20:000\$ para transladação para o Rio Grande do Sul dos despojos do conselheiro Gaspar da Silveira Martins.

N. 3.389 — FAZENDA — Decreto de 8 de novembro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Tancredo Gonçalves Ferreira, collector das rendas federaes

em Varzea, Estado de Pernambuco, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde.

N. 3.390 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 16:288\$225 para legalizar a escripturação de contas entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul.

N. 3.390 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1917 — Autoriza a abertura ao Ministerio das Relações Exteriores dos creditos supplementares de 60:000\$, papel e de 200:000\$, ouro a diversas verbas do art. 15 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, para occorrer a despesas do mesmo Ministerio.

N. 3.391 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com dous terços da diaria que percebe, para tratamento de saúde, ao auxiliar da Repartição Geral dos Telegraphos, Alfredo Fernandes de Souza.

N. 3.392 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao servente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Luiz de Oliveira, em prorrogação e para tratamento de saúde, seis mezes de licença, com metade da diaria.

N. 3.392 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1917 — Autoriza a concessão gratuita do terreno necessario á edificação de um predio para sede da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, na esplanada do antigo morro do Senado.

N. 3.393 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 16 de novembro de 1917 — Autoriza o Governo a, desde já, e até 31 de dezembro, declarar, successivamente, o estado de sitio nas partes do territorio da União onde o exigirem as necessidades e os deveres da situação, e dá outras providencias.

N. 3.393 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1917 — Approva o protocollo entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica Argentina, assignado no Rio de Janeiro a 16 de setembro de 1912, modificativo dos arts. 4º e 6º do accordo entre os dous paizes, celebrado em 16 de fevereiro de 1880, para a execução das cartas rogatorias.

N. 3.394 — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Fernando Sebastião Cordovil, chefe de turma da officina de composição da Imprensa Nacional, um anno de licença, com dous terços da diaria para tratamento de sua saúde.

N. 3.395 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos especiaes de 36:000\$ e 14:018\$339 para pagamento de despesas do Supremo Tribunal Federal em 1914, 1915, 1916 e 1917 e o supplementar de 37:596\$186, á verba 8ª do art. 2º da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.



N. 3.396 — Decreto de 21 de novembro de 1917 — Reconhece a D. Maria Feliciano Cordeiro Galvão o direito á pensão de montepio correspondente aos vencimentos fixados na lei n. 1.500, de 1 de setembro de 1916, releva a prescrição em que incorreu e autoriza a abertura do necessario credito.

N. 3.397 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de novembro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Virgilio Vieira de Mello, porteiro-continuo da Escola de Aprendizizes Artifices do Estado do Rio Grande do Norte um anno de licença, em prorrogação com metade do ordenado e para tratamento de saude.

N. 3.398 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1917 — Concede ao primeiros argento mestre de musica da banda do Corpo de Bombeiros Alberto Ignacio Pimentel as honras do posto de segundo tenente da mesma corporação.

N. 3.399 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1917 — Restitue ao ex-escrivão Francisco Moreira o que pagou de alugueis do predio em que funcionou seu cartorio, no Estado do Amazonas manda abrir o necessario credito e releva qualquer prescrição em que haja incorrido.

N. 3.400 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Manda computar para aposentadoria dos ministros do Supremo Tribunal Federal o tempo de serviços prestados aos Estados em funcções do Poder Judiciario.

N. 3.401 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a explorar, pelo Ministerio da Viação o trecho do caes do porto de Recife já construido e aparelhado.

N. 3.402 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Moacyr de Abreu carteiro de 3ª classe da Administração dos Correios do Estado de S. Paulo, um anno de licença, em prorrogação, com metade do ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.403 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao telegraphista de 5ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, José Severiano Lopes de Queiroz, seis mezes de licença, em prorrogação, com a metade da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.404 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao servente de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Sabino Torquato de Oliveira, um anno de licença, com metade da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.405 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao guarda-cancellia de 4ª classe da 5ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Seraphim Francisco dos Santos,

um anno de licença, em prorrogação, a contar de 1 de abril do corrente anno, com metade da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.406 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao guarda-chaves especial da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Pires Carneiro, um anno de licença, em prorrogação, com metade da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.407 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao praticante de conductor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil, Adolpho Gomes Pereira Valente, seis mezes de licença, em prorrogação, com metade da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.408 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1917 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 31 de dezembro do corrente anno.

N. 3.409 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1917 — Autoriza o Governo a aposentar no cargo de almoxarife da Inspectoria de Prophylaxia o Sr. Bellarmino Carneiro, ficando extinto o referido cargo.

N. 3.410 — FAZENDA — Decreto de 4 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 1.210:000\$, complementar a verba 5ª do orçamento do mesmo Ministerio, e especial de 427:000\$ para restituição ao Estado do Ceará de direitos pagos pela importação de material para a rede de esgoto de sua capital, bem como dá outras providencias.

N. 3.411 — MARINHA — Decreto de 4 de dezembro de 1917 — Autoriza a revisão da reforma do official de Marinha, João Cláudio Pereira Arouca.

N. 3.412 — MARINHA — Decreto de 4 de dezembro de 1917 — Abre o credito de 1:375\$496 para pagamento de gratificações especiaes devidas ao capitão de corveta Arthur Thompson.

N. 3.412 A — GUERRA — Decreto de 10 de dezembro de 1917 — Concede ao 1º sargento reformado do Exercito, João de Oliveira Alves, melhoria de reforma no posto de segundo tenente.

N. 3.413 — MARINHA — Decreto de 11 de dezembro de 1917 — Manda organizar o quadro designado Q. F.

N. 3.414 — GUERRA — Lei de 12 de dezembro de 1917 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1918.

N. 3.415 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 3.416 — FAZENDA — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 491:989\$440, que, em virtude de sentença judiciaria, se destina ao pagamento das differenças de soldos, gratificações e etapas de diversos officiaes do Exercito.

N. 3.417 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Antonio Vasques da Costa, telegraphista de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde.

N. 3.418 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Publicas um credito até o maximo de 200:000\$ para ser empregado na montagem de uma estação radiotelegraphica em Boa Vista do Rio Branco, no Estado do Amazonas.

N. 3.418 A — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Approva o protocollo assignado no Rio de Janeiro aos 28 de dezembro de 1912 entre o Brasil e a Bolivia, sobre novo traçado do ramal da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré.

N. 3.419 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$, supplementar á verba 2ª, e dá outras providencias.

N. 3.420 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Publicas os creditos, ouro, de 739:281\$222, 5:046\$509 e 5:383\$592, supplementares a consignações da verba 9ª.

N. 3.421 — FAZENDA — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Dá aos membros julgadores do Tribunal de Contas o tratamento de ministros, bem como outras providencias.

N. 3.421 A — MARINHA — Decreto de 13 de dezembro de 1917 — Concede a D. Maria José Donovan Perdigão relevação da prescrição em que incorreu, afim de que possa receber a differença de soldo e montepio que lhe competem como viuva do capitão de fragata Pedro Gonçalves Perdigão.

N. 3.422 — MARINHA — Decreto de 14 de dezembro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministério da Marinha o credito especial de 17:046\$666 para attender ao pagamento de differença de vencimentos devidos a funcionarios da Directoria da Expediente.

N. 3.423 — FAZENDA — Decreto de 19 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a pagar ajudas de custo, por exercicios findos, ao consul Gervasio Pires Ferreira e ao diplomata Cyro de Azevedo, e dá outras providencias.

N. 3.424 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1917 — Adia para 1 de março de 1918 as eleições para renovação da Camara dos Deputados e do terço do Senado, e dá outras providencias.

N. 3.425 — MARINHA — Decreto de 21 de dezembro de 1917 — Modifica o quadro de patrões-móres, e dá outras providencias.

N. 3.426 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1917 — Approva a convenção assignada no Rio de Janeiro, aos 22 de julho de 1916, entre o Brasil e o Chile, para permuta de encomendas postaes sem valor declarado.

N. 3.427 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a réver a lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908, na parte concernente ao alistamento e sorteio militar, e dá outras providências.

N. 3.428 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito de 3.411:715\$831, supplementar ás verbas 8<sup>a</sup>, 9<sup>a</sup> e 14<sup>a</sup>, ns. 18, 24, 25 e 26, e despesas especiaes — Forragens e ferragens — do art. 39 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

N. 3.429 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Considera de utilidade publica as associações commerciaes de Theresina e Parnahyba, no Estado do Piahy.

N. 3.430 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 23:689\$782 para os seguintes pagamentos, em virtude de sentença judiciaria: 11:846\$774 a D. Narcisa de Andrada de Miranda Ribeiro, e 11:843\$008 a DD. Maria Celia e Vera Octavia de Miranda Ribeiro.

N. 3.431 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 48:482\$516 para occorrer ao pagamento do que é devido, em virtude de sentença judiciaria, a D. Herminia da Costa Regua e outros.

N. 3.432 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1917 — Declara considerada de utilidade publica a Associação Commercial de Nietheroy.

N. 3.433 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito supplementar de 246:128\$378 para pagamento dos funcionarios addidos do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio nos mezes de outubro a dezembro de 1917.

N. 3.434 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Considera de utilidade publica o Club da Seringueira, com séde em Manãos.

N. 3.435 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Reconhece como associação de utilidade publica a Escola Polytechnica do Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 3.436 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com dous terços dos vencimentos, para tratamento de saude, ao juiz de direito da comarca do Xapury, no territorio do Acre, bacharel Lopo Paulo de Almeida Couto.

N. 3.437 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 726:916\$139, supplementar á verba 15<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

N. 3.438 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Autoriza o presidente da Repu-



blica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 735:801\$969, complementar ás verbas 16<sup>a</sup>, 17<sup>a</sup>, 18<sup>a</sup>, 20<sup>a</sup>, 21<sup>a</sup>, 26<sup>a</sup>, 27<sup>a</sup> e 32<sup>a</sup> do art. 2º da lei do orçamento em vigor ; e o especial de 9:415\$819 para pagamento de vencimentos e gratificações addicionaes a funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 3.439 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:400\$ para pagamento de gratificação addicional, relativa aos exercicios de 1916 e 1917, ao chefe da redacção de debates da Camara dos Deputados.

N. 3.440 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Reconhece de utilidade publica a Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro.

N. 3.441 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Confere os premios de 200:000\$ e 50:000\$, respectivamente, aos Drs. Oswaldo Gonçalves Cruz e Carlos Chagas.

N. 3.442 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Approva a convenção para melhor caracterização da fronteira entre o Brasil e o Uruguay, assignada em 27 de dezembro de 1916.

N. 3.443 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1917 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios, Armando Augusto Scabra de Mello, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.444 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito complementar de 715:000\$ para occorrer a despesas da Estrada de Ferro de Itapura á Corumbá.

N. 3.445 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1917 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 28:800\$ para pagamento de gratificações regionaes aos agentes dos Correios no Estado do Amazonas.

N. 3.446 — FAZENDA — Decreto de 31 dezembro de 1917 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1918.

N. 3.447 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1917 — Approva a convenção de arbitragem geral obrigatoria entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignada no Rio de Janeiro a 27 de dezembro de 1916.

N. 3.447 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1917 — Autoriza a abertura do credito especial de 10:933\$752 para pagamento da differença de vencimentos que compete, como empregado aposentado da Estrada de Ferro Central do Brasil, a Pedro Antonio Fagundes.

## 1918

N. 3.448 — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Marinha o credito especial de 21:911\$096 para pagamento á viuva do capitão de mar e guerra, honorario, Miguel Ribeiro Lisboa.

N. 3.449 — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Fixa a força naval para o anno\*de 1918, e dá outras providencias.

N. 3.450 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 28:509\$590 para pagamento ao Dr. Antonio Joaquim da Silva Rosado, em virtude de sentença judiciaria, bem como o de 10:171\$733 para pagamento ao escrivão da 6ª Vara Cível, João de Souza Pinto Junior.

N. 3.451 — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Marinha o credito de 2.481:794\$755, supplementar ás verbas 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 17ª, 22ª e 23ª do orçamento de 1917.

N. 3.452 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Considera de utilidade publica a União dos Criadores do Estado do Rio Grande do Sul e as associações commerciaes das cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, no mesmo Estado.

N. 3.453 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 349:482\$800 para conclusão das obras do Instituto Oswaldo Cruz e installação de um hospital destinado ao estudo do tratamento das molestias tropicaes.

N. 3.454 — FAZENDA — Lei de 6 de janeiro de 1918 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1918.

N. 3.455 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.120:000\$, supplementar á verba — Exercicios findos.

N. 3.456 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1918 — Autoriza o Governo a mandar pagar ao secretario do extinto Arsenal de Guerra do Pará, João Vicente da Silva Ferreira, os vencimentos a que tiver direito.

N. 3.457 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1918 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Guerra, do credito especial de 1:857\$ para pagamento de gratificação adicional a Alfredo Mathias, almoxarife do Hospital Central do Exercito.

N. 3.458 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1918 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Guerra, do credito especial de 136:927\$651 para pagamento de differenças de vencimentos a varios docentes militares.

N. 3.459 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao

operario de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Carlos de Oliveira Gomes, um anno de licença, com dous terços da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.460 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, em prorrogação e com metade do ordenado, ao praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios, Paulo Level, para tratamento de saude.

N. 3.461 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao cidadão José Marcos da Motta, auxiliar da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude, e com metade da diaria.

N. 3.462 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos necessarios para a satisfacção de compromissos da Estrada de Ferro Central do Brasil durante os exercicios de 1915 e 1916.

N. 3.463 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, por intermedio do Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 146:392\$434 para occorrer a pagamento ao ex-tarefeiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Leopoldo Cunha Filho.

N. 3.464 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 82:262\$370 para pagamento a Pedro Orlandini, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.465 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 20:269\$173 para pagamento a D. Elvira Dodsworth de Souza, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.466 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir creditos especiaes de 81:821\$676, ouro, e 1.879:499\$099, papel, para occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos de diversos ministerios.

N. 3.467 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 17:960\$, supplementar á verba 7ª — Tribunal de Contas, — do orçamento do mesmo Ministerio, de 1917.

N. 3.468 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 2.671:655\$166, supplementar á verba 20ª — Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo, — consignação « Percentagens, diarias, passagens », do orçamento do mesmo Ministerio.

N. 3.469 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 4.281:025\$399 para occorrer ao

pagamento devido a John Crashley, em virtude de sentença judiciaria, e dá outras providencias.

N. 3.470 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 11:237\$768 para pagamento de igual quantia ao capitão de corveta Hermann Carlos Palmeira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.471 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Concede um anno de licença, para tratamento de saude, a Antonio Marcellino Regueira Costa, collector federal em Torres, no Estado de Pernambuco.

N. 3.472 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 23:998\$921 para occorrer ao pagamento devido a D. Elvira Accioly Pereira Franco Rabello, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.473 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por intermedio do Ministerio da Fazenda, o credito especial de 38:075\$558 para pagamentos aos herdeiros do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, conselheiro Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.474 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:797\$425 para occorrer ao pagamento devido a D. Julieta Emilia Borlido, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.475 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 117:523\$344, ouro, e 228:786\$493, papel, para o fim de ser restituída a « The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company », a importancia de taxas de expediente pagas em 1912 a 1913.

N. 3.476 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 100:000\$, supplementar á verba 21ª — Ajuda de custo, — do orçamento do Ministerio do corrente exercicio.

N. 3.477 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 2:057\$900, supplementar á verba 11ª — Casa da Moeda, — do orçamento da Fazenda, vigente em 1917, para pagar salarios ao operario Luiz da Silva Almeida.

N. 3.478 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Fixa o subsidio e ajuda de custo dos senadores e deputados na legislatura de 1918 a 1920.

N. 3.479 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 8:400\$, ouro, para pagamento dos premios de viagem conferidos aos bachareis José Soriano de Souza Netto e Abelardo Moreira de Oliveira Lima.



N. 3.480 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:099\$200 para pagamentos a que têm direito o secretario da Presidencia da Camara dos Deputados e um continuo da Secretaria da mesma Camara.

N. 3.481 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 6:906\$ para pagamento de gratificações addicionaes ao chefe do serviço tachygraphico, Antonio José Vaz, e ao tachygrapho de 1ª classe da Camara dos Deputados, Alcides Marques Pinto.

N. 3.482 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:040\$ para pagamento de gratificação addicional a um official da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 3.483 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:200\$ para pagamento de gratificação addicional, relativa aos exercicios de 1916 e 1917, ao redactor dos *Annaes* da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 3.484 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:271\$ para pagamento de differença de gratificação addicional não recebida pelo sub-director e pelo porteiro da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 3.485 — MARINHA — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Manda reintegrar Ricardo Barbosa no cargo de official de fazenda da Armada.

N. 3.486 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:699\$871 para occorrer ao pagamento devido ao capitão de corveta Dr. Luiz de Franca Marques de Faria, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.487 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 8:400\$, ouro, para pagamento de premios de viagem ao bacharel Henrique Smith Bayma e ao Dr. João de Barros Barreto.

N. 3.488 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio do credito especial de 1:795\$955 para pagamento da gratificação addicional de 40 % sobre vencimentos do ex-auxiliar da Inspectoria Agricola do 2º Districto, Marcellino Piacentini, relativa ao anno de 1913.

N. 3.489 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Autoriza o Governo a fornecer, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, preparados eapparelhos formicidas aos lavradores inscriptos e ás camaras municipaes pelo preço do custo.

N. 3.490 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:420\$057 para occorrer ao pagamento devido ao capitão de corveta Armando Ferreira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.491 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 12:871\$120, que se destina ao pagamento de Deodato Pinto dos Santos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.492 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de janeiro de 1918 — Amnistia todos os individuos envolvidos nos successos de Manáos e Floriano Peixoto, no Estado do Amazonas, e na região do Contestado, no Paraná e Santa Catharina.

N. 3.493 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de janeiro de 1918 — Determina que o auditor da Brigada Policial do Districto Federal concorrerá com os de Marinha ás vagas que se derem no Supremo Tribunal Militar.

N. 3.494 — GUERRA — Decreto de 19 de janeiro de 1918 — Estabelece nova denominação para os funcionarios dos estabelecimentos militares de ensino, fixando-lhes os vencimentos.

N. 3.495 — GUERRA — Decreto de 19 de janeiro de 1918 — Autoriza a abertura do necessario credito para pagamento das differenças de vencimentos a que têm direito os auditores de guerra da Capital Federal.

N. 3.496 — FAZENDA — Decreto de 19 de janeiro de 1918 — Autoriza a restituição da importancia de 1:560\$, descontada a D. Clotilde da Silva Paranhos do Rio Branco da dotação conferida a seu pae, o barão do Rio Branco.

N. 3.497 — GUERRA — Decreto de 24 de janeiro de 1918 — Fixa o numero, vencimentos e diarias dos empregados e operarios da Fabrica de Polvora sem Fumaça.

N. 3.498 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de janeiro de 1918 — Autoriza a abertura do credito especial de 39:249\$561 para pagamento do que fôr devido ao Dr. Asolpho Margarido da Silva e outros pela Prefeitura do Alto-Purus.

N. 3.499 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de janeiro de 1918 — Autoriza o Governo a despendar com a organização definitiva dos gabinetes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro até a quantia de 150:000\$000.

N. 3.500 — MARINHA — Decreto de 24 de janeiro de 1918 — Autoriza a abertura do credito de 148:657\$ para pagamento de salarios dos operarios, aprendizes e serventes addidos do

Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e Directoria do Armamento.

N. 3.501 — FAZENDA — Decreto de 24 de janeiro de 1918 — Autoriza a abertura dos creditos de 320:000\$, papel, e 160:000\$, ouro, para pagamento de direitos e impostos indevidamente arrecadados.

N. 3.502 — FAZENDA — Decreto de 24 de janeiro de 1918 — Autoriza a abertura do credito necessario ao pagamento do que fôr devido ao official da Armada Frederico Ferreira de Oliveira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.503 — FAZENDA — Decreto de 29 de janeiro de 1918 — Reverte em favor de Camilla Vieira Ramos a pensão concedida a sua mãe, Camilla Peixoto Vieira.

N. 3.504 — FAZENDA — Decreto de 29 de janeiro de 1918 — Autoriza o adiantamento de 10:000\$ a D. Virginia Fernandes Monteiro, viuva do contador da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional em Minas Geraes.

N. 3.505 — MARINHA — Decreto de 29 de janeiro de 1918 — Autoriza a concessão de beneficios aos herdeiros dos officiaes da Armada e dos civis que pereceram nos naufragios do *Aquidaban* e do *Guarany* e nas revoltas de 23 de novembro e 10 de dezembro de 1910.

N. 3.506 — MARINHA — Decreto de 29 de janeiro de 1918 — Concede aos herdeiros do primeiro tenente do Exercito João Salustiano Lyra e do segundo tenente Eduardo de Abreu Botelho dous terços dos vencimentos totaes de capitão e de primeiro tenente, respectivamente.

N. 3.507 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de julho de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao primeiro official da Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro, João Alves de Souza Barreto Machado, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde, com o ordenado.

N. 3.508 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de julho de 1918 — Define o delicto da falsificação dos adubos chimicos e regula o seu commercio.

N. 3.509 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de julho de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:669\$515 para pagamento de gratificações addicionaes a varios professores da Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 3.510 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1918 — Permite nas repartições competentes o registro dos contractos escriptos a machina ou impressos, assignados por quem esteja na disposição e livre administração de seus bens, com duas testemunhas e firmas reconhecidas, sendo rubricadas as respectivas folhas pelos interessados.

N. 3.511 — SENADO — Decreto de 1 de agosto de 1911 — Releva a prescripção em que haja incorrido o direito do capitão-tenente, reformado, Alfredo Fernandes da Costa, ao recebimento de differenças de soldo que não lhe foram pagas.

N. 3.512 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:000\$ para pagamento ao pessoal de conservação do extincto Lazareto de Tamandaré, de vencimentos relativos ao exercicio de 1915.

N. 3.513 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 14:896\$774 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Alice Gondim Cockrane e sua filha menor Vera, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.514 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao agente fiscal dos impostos de consumo na capital do Estado de Santa Catharina, Americo Gonçalves de Aguiar, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude e com a gratificação de lei.

N. 3.515 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude, ao collector federal em Pão d'Alho, Estado de Pernambuco, José Antonio Cesar de Vasconcellos.

N. 3.516 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Públicas o credito especial de 14:195\$ para occorrer ás despesas com o empilhamento e guarda de trilhos e ferro velho pertencentes á União.

N. 3.517 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 18:394\$751 para pagamento de vencimentos a funcionarios que serviram na extincta commissão de estudos da Estrada de Ferro de Coroaá e Tocantins.

N. 3.518 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos especiaes de 260:000\$, ouro, e 1:200\$, papel, para occorrer a despesas provenientes de serviços postaes.

N. 3.519 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao operario ajudante das officinas da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Cordeiro Coelho, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação, com metade da diaria.

N. 3.520 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Custodio José da Cunha, praticante de machinista do 1º deposito da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mæzes de licença, com metade da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.521 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao guarda-chaves de 2ª classe da 2ª divisão da Estrada



de Ferro Central do Brasil, Joaquim Dias, um anno de licença, com dous terços da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.522 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao porteiro, addido, da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, Fidelis dos Santos Amaral, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação e com a metade do ordenado.

N. 3.523 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Considera de utilidade publica a Associação Commercial do Ceará e a Phenix Caixeiral de Fortaleza.

N. 3.524 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Considera de utilidade publica a Associação Commercial do Estado da Parahyba.

N. 3.525 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:543\$316 para pagamento de gratificação adicional aos tachygraphos da Camara dos Deputados, Lincoln Godinho e José Joaquim da Rocha Junior.

N. 3.526 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:731\$930 para pagamento de gratificações addicionaes a professores da Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 3.527 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem concedido á bacharel Catharina Moura, alumna da Faculdade de Direito do Recife.

N. 3.528 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Orlando Fernandes da Silva, praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.529 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao trabalhador de 2ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, José Marques, seis mezes de licença, em prorrogação e com dous terços da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.530 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Carlos Gaertner Filho, segundo official da Administração dos Correios do Estado do Rio Grande do Sul, um anno de licença, em prorrogação e com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.531 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos

Correios, José Freire Telles, para tratamento de saúde, um anno de licença, em prorrogação e com metade do ordenado.

N. 3.532 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1918 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 3 de outubro do corrente anno.

N. 3.533 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, RELAÇÕES EXTERIORES, GUERRA, MARINHA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo, enquanto durar o estado de guerra, a usar da propriedade particular immovel; a desapropriar toda a sorte de bens; a requisitar qualquer quantidade de generos de primeira necessidade, e a tomar outras providencias.

N. 3.534 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Autoriza o governo a conceder a Genesio de Moura Pegado, secretario da Inspectoria de Saúde do Porto de Belém, no Estado do Pará, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde.

N. 3.534 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 720\$ para pagamento de gratificação adicional a um servente da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 3.535 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a D. Maria Ignacia dos Reis, ajudante da agencia dos Correios de Todos os Santos, nesta capital, seis mezes de licença e em prorrogação, com o ordenado, para tratamento de saúde.

N. 3.536 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao praticante de conductor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil, Hernani Marcondes de Sá, um anno de licença, em prorrogação, com metade do ordenado, para tratamento de saúde.

N. 3.537 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 55:072\$158 para liquidação de compromissos referentes á construcção e conservação da Estrada de Ferro de Cruz Alta ao Ijuhy durante o anno de 1915.

N. 3.538 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de setembro de 1918 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio das Relações Exteriores um credito especial para attender ás despesas com a viagem do ex-ministro da Allemanha até a fronteira do Uruguay.

N. 3.539 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 3.540 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Reconhece como associação de utilidade publica o Instituto Halmemanniano do Brasil.

N. 3.541 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Publica a resolução do Congresso Nacional approvando os decretos do Poder Executivo que prorogam o estado de sitio em 1917 e 1918.

N. 3.542 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Dispõe que os escrivães do alistamento eleitoral nenhuma retribuição tenham por titulo que entregarem ao eleitor, e dá outras providencias.

N. 3.543 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a permittir á "Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul" a transferencia dos seus contractos, relativos á barra e porto do Rio Grande, ao governo do mesmo Estado.

N. 3.544 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1918 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 3 de novembro do corrente anno.

N. 3.545 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito de 10:000\$ para a modificação da inscripção das moedas divisionarias de prata e nickel e cunhagem de novas moedas de nickel de 50 a 20 réis.

N. 3.546 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1918 — Autoriza a elevar a emissão de que trata o decreto n. 12.963, de 10 de abril de 1918, até cinco vezes o valor do fundo metallico, ao cambio de 27 d. por 1\$, e dá outras providencias.

N. 3.547 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de outubro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a auxiliar com a importancia de 50:000\$ a 2ª Conferência da Sociedade Sul-Americana de Hygiene, Microbiologia e Pathologia e o 1º Congresso de Dermatologia e Syphiligraphia.

N. 3.548 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 2.000:000\$ para a construcção do edificio dos Correios na cidade de São Paulo.

N. 3.549 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a reconhecer de utilidade publica as sociedades de agricultura da cidade do Rio de Janeiro e dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Pernambuco.

N. 3.550 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a reorganizar, sem augmento de despesas, a Diretoria do Serviço de Povoamento, dando-lhe a denominação de Departamento Nacional do Trabalho.

N. 3.551 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Autoriza o Governo a abrir o credito especial de 28:488\$971 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Maria Isabel Cintra Tigre, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.552 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio

da Fazenda o credito especial de 13:541\$765 para pagamento a D. Marcellina Lopes Chaves de Mello e outras, em virtude de sentença judicial.

N. 3.553 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 300:000\$, ouro, e 1.000:000\$, papel, supple-  
mentar á verba 28<sup>a</sup> — Reposições e restituições, — do orça-  
mento do mesmo ministerio, do exercício corrente.

N. 3.554 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com dous terços da diaria de seu cargo, ao guarda civil João Narciso da Motta.

N. 3.555 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, além do credito de 1:200\$, suplementar á verba 8<sup>a</sup> do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro ultimo, os creditos especiaes de 643:403\$677, 130:235\$335 e 60:566\$713, sendo o primeiro para pagamento de differença de diarias, gratificações e etapas ao pessoal empregado nas embarcações da Saude Publica, nos exercicios de 1913 a 1917, o segundo para identico pagamento relativo a 1918, correspondendo o terceiro a quotas para alimentação referentes a 1913 e devidas a funcionarios da Escola Premunitoria Quinze de Novembro.

N. 3.556 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Aristides da Rocha Leão, auxiliar de cabine da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, em prorrogação, com dous terços da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.557 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao telegraphista de 4<sup>a</sup> classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Raul Jansen Ferreira, um anno de licença, com metade do ordenado para tratamento de saude; revogadas as disposições em contrario.

N. 3.558 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1918 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

N. 3.559 — MARINHA — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Marinha o credito especial de 28:920\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos do pessoal do Corpo de Praticos dos Rios da Prata, Baixo-Paraná e Paraguay.

N. 3.560 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio do credito supple-  
mentar de 16:914\$284 para pagamento de dous lentes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria no corrente anno.

N. 3.561 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Autoriza a concessão de 180 dias de



licença, em prorrogação e com o ordenado, ao guarda civil de 1ª classe Saint Clair Guimarães, para tratamento de saúde.

N. 3.562 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir os credits supplementares de 103:678\$250 e 29:127\$ às verbas 16ª e 32ª do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, e o especial de 5:902\$130 para pagamento das diferenças de gratificações addicionaes devidas a diversos funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 3.563 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.859:700\$ para pagamento a Trajano de Medeiros & Comp. por fornecimentos feitos em 1916.

N. 3.564 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1918 — Manda abolir o imposto sobre subsidios e vencimentos a partir de 1 de outubro de 1918.

N. 3.565 — GUERRA — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Dispõe sobre o provimento de vagas no magisterio do Exercito, e dá outras providencias.

N. 3.566 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 56:172\$420 para occorrer ao pagamento do que é devido á viuva e herdeiros de Delphino Erasmo Sadoek de Sá, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.567 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao estafeta distribuidor da Administração dos Correios de S. Paulo, Joaquim Fonseca, seis mezes de licença, em prorrogação, a contar de janeiro deste anno.

N. 3.568 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação e com o ordenado, a Americo Wenegorowis Brasil, primeiro escripturario da secretaria da Estrada de Ferro Oeste de Minas, para tratamento de saúde.

N. 3.569 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Oscar Cavalcanti Silva, estafeta expresso da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saúde.

N. 3.570 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder 180 dias de licença, para tratamento de saúde, com dous terços da diaria, ao official operario de 4ª classe da 1ª residencia da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Francisco Marques da Silva Ferreira.

N. 3.571 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 388:937\$204 para pagamento ao Dr. Valentim Antonio da Rocha Bittencourt.



ex-thesoureiro da Alfandega da Bahia, em virtude de decisão do Tribunal de Contas.

N. 3.572 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Concede ao segundo escripturario da Directoria de Estatistica Commercial, Antonio Heraclito Carneiro Campello, um anno de licença.

N. 3.573 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 410\$833 para occorrer ao pagamento do que é devido ao Dr. Joaquim Cardoso de Mello Reis, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.574 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a considerar como licença, com o ordenado, o tempo decorrido de 14 de junho de 1917 a 20 de novembro do mesmo anno, data da vespera do fallecimento do ajudante do cartorario do Tribunal de Contas, João Sabino Rodrigues Silva.

N. 3.575 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda um credito especial de 1171:680\$319 para pagamento ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.576 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de novembro de 1918 — A licença concedida ao ajudante de 1ª classe das officinas do Engenho de Dentro, da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Ferreira, pelo decreto numero 3.275, de 6 de junho de 1917, é a contar de 23 de novembro de 1915.

N. 3.577 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder quatro mezes de licença, em prorrogação, ao servente de 3ª classe da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, João dos Santos, com o ordenado.

N. 3.578 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao guarda-cancella de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Olympio Ribeiro da Silva, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação e com dous terços da respectiva diaria.

N. 3.579 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao telegraphista de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Vasques da Costa, tres mezes de licença, com o ordenado, para tratamento de saude onde lhe convier.

N. 3.580 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos de 15:000\$ e 50:404\$235, supplementares á consignação «Material» de cada qual das verbas 6ª e 8ª, respectivamente, do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 3.581 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de novembro de 1918 — Concede a Armando Augusto Seabra de Mello, praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, em prorrogação, com direito de perceber dous terços dos vencimentos de seu cargo.

N. 3.582 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1918 — Considera de utilidade publica o Centro Caixaerial de S. Luiz do Maranhão.

N. 3.583 — MARINHA — Decreto de 25 de novembro de 1918 — Releva a prescrição em que incorreu o direito de DD. Delphina Henriqueta Valladas Garroxo Ferreira e Honorina Celeste Valladas Garroxo ao percebimento do meio soldo deixado por seu irmão, o segundo tenente da Armada Henrique José Pedro Valladas Garroxo.

N. 3.584 — MARINHA — Decreto de 26 de novembro de 1918 — Manda considerar como de campanha os serviços prestados, na guerra do Paraguay, pelo capitão-tenente reformado Clemente Cerqueira Lima.

N. 3.585 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a mandar contar a Horacio Seabra, conferente da Alfandega da Capital Federal, para os effeitos legais, o tempo em que esteve afastado do seu antigo cargo de conferente da Alfandega da Bahia.

N. 3.586 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o crédito especial de 1:030\$ para pagamento de gratificações additionaes a serventes da Camara dos Deputados.

N. 3.587 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1918 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 31 de dezembro do corrente anno.

N. 3.588 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Considera de utilidade publica o Instituto Brasileiro de Contabilidade, com séde na Capital Federal.

N. 3.589 — GUERRA — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Autoriza o Governo a nomear segundos tenentes intendentes os dous sargentos classificados na prova oral do ultimo concurso.

N. 3.590 — GUERRA — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Autoriza o Governo a dispensar o operario José dos Santos do serviço da Fabrica de Polvora sem Fumaça.

N. 3.591 — MARINHA — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Autoriza a concessão de um annó de licença, com o ordenado, ao terceiro pharoleiro Olavo do Nascimento Badejo, para tratamento de saude.

N. 3.592 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Concede ao guarda civil de 2ª classe Manoel Ramos da Silva 180 dias de licença, com direito a perceber dous terços da diaria, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 3.593 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 3.594 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Innocencia Gonçalves Euphrasio, agente do Correio de São Vicente de Paulo, seis mezes de licença, com o ordenado, para tratamento de saúde.

N. 3.595 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 1.500:000\$ para occorrer ás despesas com as obras necessarias nos edificios das delegacias fiscaes.

N. 3.596 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1918 — Autoriza a abertura do credito de 8:763\$574 para pagamento a Adalberto Augusto da Motta Andrade de importancia entregue ao Cofre dos Depositos Publicos.

N. 3.597 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1918 — Autoriza a abertura dos creditos especiaes de 20:833\$283 e de 18:245\$060 para pagamento a D. Maria Lidomilia Teixeira de Souza Mendes e outras e D. Rita Rosa da Costa Rodrigues e outras, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.598 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1918 — Autoriza a concessão de um anno de licença, em prorrogação, a Custodio de Ferreira Bandeira, agente fiscal dos impostos de consumo no Estado de Santa Catharina.

N. 3.599 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Releva a prescripção em que incorreu o direito de D. Anna Ermelinda Botelho de Assis, para reclamar a pensão de montepio deixado por seu irmão, Manoel Botelho de Mello, machinista da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 3.600 — GUERRA — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Declara sem applicação os §§ 1º e 2º do art. 192 do actual regulamento da Escola Militar á turma de officiaes que estuda este anno o segundo anno do curso de engenharia da referida Escola, e dá outras providencias.

N. 3.601 — MARINHA — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Marinha, do credito especial de 2:400\$ para pagamento do aluguel do casco do vapor *Lucania*, em 1917.

N. 3.602 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a mandar contar tempo de serviço ao engenheiro civil Abdon Felinto Milanez, engenheiro de 2ª classe, addido, da Directoria do Serviço de Povoamento.

N. 3.603 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, GUERRA E MARINHA — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Declara promovidos ao anno ou série immediatamente superior áquelle em que estiveram matriculados todos os alumnos das escolas superiores ou faculdades officiaes, Collegio Pedro II e militares, bem assim dos estabelecimentos de ensino equiparados ou sujeitos á fiscalização.

N. 3.604 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Incorpora ao patrimonio da Fa-



culdade de Medicina do Rio de Janeiro a Maternidade das Laranjeiras.

N. 3.605 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Assegura uma pensão aos guardas civis que se invalidarem em actos funcioneaes ou em consequencia delles, e dá outras providencias.

N. 3.606 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 944:434\$296 para pagamento ao tarefeiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio da Costa Lage.

N. 3.607 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1918 — Approva o tratado de extradicação de criminosos entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignado no Rio de Janeiro em 27 de dezembro de 1916.

N. 3.608 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza a abertura do credito de 17:389\$643. para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Isabel de Figueiredo da Gama e Souza, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.609 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza a abertura do credito de 1:585\$783 para occorrer ao pagamento do que é devido á companhia de seguros « L'Union », em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.610 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:943\$331 para pagamento a D. Carolina de Mello, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.611 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 11:598\$364 para occorrer ao pagamento devido a DD. Cecilia e Maria Olympia Espinola, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.612 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:140\$ para pagamento das indemnizações devidas a Albino Ferreira Coelho Pereira e Sabrosa & Comp.

N. 3.613 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 415:065\$058 para occorrer a distribuição de remanescentes de loterias por diversas instituições publicas.

N. 3.614 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 62:051\$648 para occorrer ao pagamento devido a L. Cavalcanti de Albuquerque, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.615 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 800:000\$, papel, suplementar á verba 5ª do orçamento do mesmo Ministerio, afim de oc-

correr ás despesas da sub-consignação « Novas concessões — a) Montepio civil ».

N. 3.616 — GUERRA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 2:503\$225 para pagamento de ordenados ao secretario aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Leocadio Baptista Teixeira.

N. 3.617 — GUERRA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, ao bacharel Benjamin Americo de Freitas Pessoa, auditor de guerra da 7ª Região Militar, para tratamento de saúde.

N. 3.618 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1918 — Autoriza o Governo a fazer a paz com a Allemanha, podendo despendar até a quantia de 500:000\$, ouro.

N. 3.619 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1918 — Approva a convenção de arbitragem geral obrigatoria entre o Brasil e o Perú, assignada no Rio de Janeiro em 11 de julho de 1918.

N. 3.620 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1918 — Approva o tratado para a fixação e liquidação da divida entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignado no Rio de Janeiro em 22 de julho de 1918.

N. 3.621 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Guerra creditos supplementares na importancia de 64:750\$ para pagamento a docentes da Escola Militar e ao auditor de guerra bacharel Jacintho Fernandes Barbosa.

N. 3.622 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza a abertura, ao Ministerio da Guerra, do credito especial de 1:560\$ para pagamento de gratificações additionaes a Manoel Ignacio da Silva Teixeira e Heitor Hugo de Moraes, primeiro e segundo officiaes do Hospital Central do Exercito.

N. 3.623 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 12:000\$ para attender ás despesas com a reparação da lancha *Alpha*, do serviço da Inspectoria Federal de Viação Maritima e Fluvial.

N. 3.624 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 14:800\$ para o fim de occorrer ao pagamento devido a D. Maria Emilia Coelho de Freitas Henrique, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.625 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:715\$475 para occorrer ao pagamento devido a D. Emilia Clemente Campbell e outras, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.626 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 15:594\$639 para

ocorrer ao pagamento devido a D. Adelaide Alves da Silveira e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.627 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 8:753\$198 para pagamento a Eduardo Duarte da Silva Junior, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.628 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:092\$708 para occorrer ao pagamento dos vencimentos relativos ao periodo de 9 de maio a 21 de julho de 1913 e devidos ao terceiro escripturario do Thesouro Nacional, Pedro Rodrigues de Carvalho.

N. 3.629 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:670\$960 para pagamento a D. Maria Amalia de Freitas Dias Lima, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.630 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1918 — Fixa o subsidio do presidente da Republica no periodo presidencial de 1918 a 1922.

N. 3.631 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a exonerar o fiscoeiro geral do Thesouro Nacional, major Francisco Fonseca, da responsabilidade no desdobramento da cautela falsa n. 425, de 100:000\$000.

N. 3.632 — GUERRA — Decreto de 28 de dezembro de 1918 — Proroga até o fim do corrente anno o praso para pagamento do sello de patente dos officiaes da antiga Guarda Nacional.

N. 3.633 — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir os creditos supplementares necessarios para admissão e praça na Escola Naval de 19 candidatos approvados em concurso, e dá outras providencias.

N. 3.634 — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Dá as denominações de ajudantes e sub-ajudantes de machinistas aos actuaes machinistas extranumerarios ou contractados da Armada, e outras providencias.

N. 3.635 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Manda applicar no Exercito e na Armada aos postos de gradação a idade limite estabelecida para a reforma compulsoria dos postos effectivos correspondentes.

N. 3.636 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Altera o art. 25 do decreto numero 41.530, de 18 de março de 1915.

N. 3.637 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Fixa o subsidio para os membros do Conselho Municipal do Districto Federal, e dá outras providencias.

N. 3.638 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Repu-

blica a abrir o credito de 4:800\$ pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para pagamento do auxilio para aluguel de casa a que tem direito o Dr. Plinio Olyntho, medico alienista e assistente da Colonia de Alienados do Engenho de Dentro.

N. 3.639 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito extraordinario de 1:440\$ para pagamento de differença de addicionaes aos redactores de debates Nestor Ascoly e Sertorio de Castro.

N. 3.640 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação e com o respectivo ordenado, para tratamento de saude onde lhe convier, ao hacharel Thomaz Miranda de Paula Pessoa, juiz substituto federal na secção do Amazonas.

N. 3.641 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 86:960\$ para pagamento, no exercicio de 1918, de differença de vencimentos a diversos funcionarios da Secretaria do Senado; de 487\$500 para pagamento de gratificação de adicional ao director da Secretaria da Camara dos Deputados, no mesmo exercicio, e de 149:160\$ para pagamento no exercicio de 1919, de augmento de vencimentos aos funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 3.642 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 309\$950 para pagamento de gratificação adicional a um amanuense da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 3.643 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o Governo Federal a entrar em accôrdo com o do Estado de Goyaz para vender os bens do espolio do Dr. João Gomes Machado Corumbá.

N. 3.644 — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1918 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1919.

N. 3.644 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 67:300\$ á verha n. 28, do art. 2º da lei n. 4.544, de 6 de janeiro de 1918.

## 1919

N. 3.645 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 80:150\$ para occorrer ao pagamento do premio devido a Vicente dos Santos Caneco & Comp. pela construcção do navio *Presidente Wenceslau*.



N. 3.646 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 317:595\$220 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Antonio Angra de Oliveira e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.647 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 243:000\$, complementar á verba 8ª — Recebedoria do Districto Federal, — do orçamento do mesmo Ministerio do exercicio de 1917.

N. 3.648 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Eleva á categoria de embaixada a representação do Brasil junto a S. M. Britannica.

N. 3.649 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Eleva á categoria de embaixada a representação do Brasil junto a S. M. o Rei da Italia.

N. 3.650 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o Governo a emprestar ao Estado do Amazonas até a quantia de 15.000:000\$, a juros de 4 % e mediante as garantias necessarias.

N. 3.651 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Releva a prescrição em que incorreu D. Francisca de Mesquita Telles, viuva do general João Baptista Telles, para receber a differença de meio soldo relativo ao periodo de dezembro de 1893 a fevereiro de 1919.

N. 3.652 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 14:262\$431 para pagamento do que é devido ao Dr. Gregorio Nazianzeno de Mello e Cunha, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.653 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 11:051\$793 para pagamento ao capitão-tenente Armando de Figueiredo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.654 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 106\$920 para pagamento de gratificação adicional ao continuo da Secretaria da Camara dos Deputados Manoel Gonçalves dos Santos.

N. 3.655 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir creditos, na importancia de 2.487:101\$258, supplementares ás verbas 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª, 24ª, 26ª, 27ª e 28ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1918.

N. 3.656 — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Crea no Hospital Central da Marinha o cargo de barbeiro e cabelleireiro.

N. 3.657 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a D. Feliciano Vieira de Macedo, agente do Correio da praça

Maciel Pinheiro, em Pernambuco, um anno de licença, com o ordenado.

N. 3.658 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o Governo a conceder a Gaspar de Araujo Lima Rocha, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, em prorrogação, com o ordenado.

N. 3.659 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos necessarios para o pagamento ao engenheiro residente da Estrada de Ferro Central do Brasil, Benjamin Jacob, de gratificação que deixou de receber, por ter exercido o cargo de inspector do trafego da mesma Estrada.

N. 3.660 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Antonio Gomes de Araujo, praticante de conductor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com metade da diaria, para tratamento de saude, e a contar de 10 de janeiro do corrente anno.

N. 3.661 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 10:000\$. supplementar á verba 3ª do art. 129 da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 3.662 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 325:868\$850 para pagamento á «Amaral Sutherland & Company, Limited».

N. 3.663 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao inspector de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Joaquim Pereira Navarro de Andrade, um anno de licença, com o ordenado e em prorrogação.

N. 3.664 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Concede a Raul Machado Coelho Junior, telegraphista de 4ª classe, da Estrada de Ferro Central do Brasil, a licença de um anno, com o ordenado e em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 3.665 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, ao official operario de 4ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel José de Lana.

N. 3.666 — GUERRA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a reformar no posto de segundo tenente, com o soldo de 90\$ mensaes, o segundo sargento do Exercito José Fernando Junior.

N. 3.667 — GUERRA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Guerra um credito de 310:600\$ para pagamento de vantagens a docentes dos institutos militares de ensino.

N. 3.668 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1919 — Reforma o quadro do pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Militar, e dá outras providencias.

N. 3.669 — GUERRA — Lei de 6 de janeiro de 1919 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1919.

N. 3.670 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1919 — Concede ao escrivão da Auditoria do Departamento da Guerra as regalias e vantagens de que actualmente goza o escrivão civil da Auditoria Geral de Marinha.

N. 3.671 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a mandar pagar a Agostinho Petra de Bittencourt, ex-mestre de musica do 33º Corpo de Voluntarios da Patria, a correspondente quantia que compete aos mestres de musica dos corpos do Exercito.

N. 3.672 — MARINHA — Decreto de 7 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a permittir, mediante concorrência, que a industria particular se utilize do Arsenal de Marinha do Ladario, sob determinadas condições.

N. 3.673 — MARINHA — Decreto de 7 de janeiro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Marinha o credito especial de 877\$548, e dá outras providencias.

N. 3.674 — FAZENDA — Lei de 7 de janeiro de 1919 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1919.

N. 3.675 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Reconhece como associação de utilidade publica o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, com séde na cidade do Recife.

N. 3.676 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza a revisão do regulamento da Guarda Civil.

N. 3.677 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Regula as férias forenses dos juizes federaes e substitutos, procuradores seccionaes e o procurador criminal da Republica, bem como dos juizes de direito, pretores e membros do Ministerio Publico da Justiça local do Districto Federal.

N. 3.678 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Crea uma cadeira de inglez no Instituto Benjamin Constant.

N. 3.679 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que approva a convenção celebrada pelos Estados do Pará e Matto Grosso para definição de seus limites.

N. 3.680 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Declara aberto pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:845\$236 para pagamento do ordenado devido ao professor Rodolpho Bernardelli como director da Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 3.681 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Substitue a tabella de vencimentos annexa ao decreto n. 6.439, de 30 de março de 1907.

N. 3.682 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 24:949\$330, supplementar á verba 7<sup>a</sup>, do orçamento do mesmo Ministerio — Tribunal de Contas — «Material», — Gratificação para a tomada de contas fóra das horas do expediente.

N. 3.683 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 540\$477 para pagamento do que é devido ao vice-almirante graduado, reformado, Herculano Alfredo de Sampaio, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.684 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação e para tratamento de saude, a Antonio Marcellino Regueira Costa, collector federal em Torre, Pernambuco.

N. 3.685 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 26:687\$087 para pagamento do que é devido a José Mamede Pessoa Valença, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.686 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Manda pagar aos empregados das alfandegas o minimo das quotas resultantes das tabellas em vigor, e dá outras providencias.

N. 3.687 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 80:000\$, supplementar á verba 10<sup>a</sup> — Caixa de Amortização — Material, — consignação «Assignatura de notas», do orçamento do mesmo Ministerio do exercicio de 1918.

N. 3.688 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 68:962\$412 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Maria Magdalena Maciel Monteiro e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.689 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO E JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir os creditos especiaes de 50:000\$ para attender aos encargos de recepção e hospedagem das commissões scientificas que vierem assistir ao eclipse de 28 de maio futuro e de 30:000\$ para auxiliar o 1<sup>o</sup> Congresso Brasileiro de Prothese Dentaria.

N. 3.690 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Concede a Virgilio Vieira do Mello, porteiro-continuo da Escola de Aprendizizes Artifices do Estado do Rio Grande do Norte, licença de quatro mezes, em prorrogação, com direito á metade do ordenado, para tratamento de saude.



N. 3.691 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 5:000\$ para pagamento de gratificações ao mestre de officina de alfaiates do extinto Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Luiz Cassiano Paes do Carvalho.

N. 3.692 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o Governo a conceder ao official operario de 1ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Bernardino Otero, seis mezes de licença, com dois terços da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.693 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 8:312\$498 para occorrer ao pagamento de vencimentos, de 12 de abril de 1911 a 16 de janeiro de 1913, reclamado pelo administrador dos Correios do Estado de Matto Grosso, Francisco Sizenando Peixoto.

N. 3.694 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Concede a Jayme Juvencio de Noronha, amanuense da Administração dos Correios de Minas Geraes, a licença de um anno, em prorrogação e com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.695 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Concede a Raul Tagus Corrêa de Brito, fiel-recebedor da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, em prorrogação e com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.696 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Concede a Ederaldo Xavier, tubista da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, para tratamento de saude, com direito de perceber dous terços da diaria de seu emprego.

N. 3.697 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o Governo a providenciar para que, de maio, proximo futuro, em diante, prosiga sem interrupção a exploração commercial do porto de Pernambuco.

N. 3.698 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o Governo a conceder a Mauricio Gomes, conservador de linhas da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes de licença, com dous terços da respectiva diaria.

N. 3.699 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o Governo a conceder ao guarda-freios de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Germano Roque da Costa, seis mezes de licença, para tratamento de saude.

N. 3.700 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito suplementar de 780:000\$, ouro, e 3.000:000\$, papel, á verba 29ª — «Exercicios findos», — do orçamento de 1918.

N. 3.701 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:851\$584 para pagamento a D. Gabriella Brandão de Campos e filhos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.702 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a pessoa, firma ou empresa idoneas, que o requererem, os mesmos favores concedidos ao engenheiro Augusto Ferreira Ramos pelo decreto n. 3.234, de janeiro de 1917.

N. 3.703 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a crear postos fiscaes nos pontos em que sejam necessarios. e dá outras providencias.

N. 3.704 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Eleva a 6 % a percentagem sobre o prego da arrematação nos leilões realizados na Alfandega e suas dependencias, e dá outras providencias.

N. 3.705 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Considera os actuaes officiaes aduaneiros empregados de entrancia nas alfandegas onde servem.

N. 3.706 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1919 — Determina que a carreira e os estaleiros a que se refere o art. 162, § 2º, da lei n. 3.454, de 6 de janeiro do anno findo, podem ser construidos no todo ou em parte no ponto estabelecido ou em qualquer outro lugar escolhido pela Companhia Nacional de Navegação Costeira.

N. 3.707 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1919 — Corrige enganos com que foi publicada a lei n. 3.644, de 31 de dezembro de 1918.

N. 3.708 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de janeiro de 1919 — Regula a constituição de sociedades por quotas, de responsabilidade limitada.

N. 3.709 — MARINHA — Decreto de 14 de janeiro de 1919 — Autoriza a consolidação de leis em vigor, constituindo um só regulamento, para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e Directoria do Armamento.

N. 3.710 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas um credito no valor de 4:000\$ para pagamento ao engenheiro civil João José de Andrade Pinto Junior.

N. 3.711 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS. — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Manoel Luiz da Costa, ajudante da agencia do Correio de Barra do Pirahy, Estado do Rio de Janeiro, um anno de licença, em prorrogação e com o ordenado, para tratamento de saúde.

N. 3.712 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 197:723\$980

para a solução de compromissos da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá.

N. 3.713 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:629\$032 para pagamento de vencimentos ao escrivão da extincta Mesa de Rendas de Itacoatiara, Lafayette Rodrigues dos Santos.

N. 3.714 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:797\$708 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Emma Dias da Cruz, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.715 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Manda abrir o necessario credito para pagar a D. Anna Alves da Silva a importancia correspondente ás mensalidades da pensão do montepio deixado á sua fallecida mãe pelo ex-guarda da Alfandega do Rio de Janeiro, Francisco da Fonseca Cunha.

N. 3.716 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:500\$, destinado ao custeio das despesas da Comissão Especial do Cofre de Orphãos durante os ultimos cinco mezes do exercicio de 1918.

N. 3.717 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 14:161\$725, que se destina ao pagamento de D. Joanna Perpetua Neves Gonzaga, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.718 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Manoel da Costa Junior, operario da officina de impressão lithographica da Imprensa Nacional, um anno de licença, para tratamento de saude, com dous terços da diaria.

N. 3.719 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Corrige enganos com que foi publicada a lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 3.720 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Torna extensiva aos medicos do Exercito e da Armada a tabella de reforma compulsoria a que se refere o decreto n. 12.800, de 8 de janeiro de 1918.

N. 3.721 — GUERRA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 82:190\$326, suplementar á verba 4ª — Instrução militar, — do art. 5º da lei orçamentaria vigente em 1918.

N. 3.722 — MARINHA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Fixa a força naval para o anno de 1919.

N. 3.723 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado e para trata-

mento da saúde onde lhe convier, ao bacharel Mario Tobias Figueira de Mello, terceiro promotor publico adjunto na Capital Federal,

N. 3.724 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Regula as obrigações resultantes dos accidentes no trabalho.

N. 3.725 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Faz diversas correções no Código Civil e manda fazer do Código corregido uma edição de 5.000 exemplares.

N. 3.726 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Fixa em 6:000\$ annuaes a quota de fiscalização dos gymnasios, de que trata o art. 27 do decreto n. 11.590, de 18 de março de 1915, e dá outras providencias.

N. 3.727 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Dispõe sobre o provimento, nos cargos de substituto do Collegio Pedro II, de candidatos classificados em segundo lugar, em concurso.

N. 3.728 — MARINHA — Decreto de 21 de janeiro de 1919 — Torna extensivas aos officiaes engenheiros machinistas navaes as disposições do art. 52, n. XXVIII, e seus paragrafos, e do art. 55 da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 3.729 — MARINHA — Decreto de 21 de janeiro de 1919 — Torna extensiva aos guardas-marinha da turma de 1892, que tomaram parte na revolta de 1893, as disposições da lei n. 3.175, de 30 de outubro de 1916.

N. 3.730 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao praticante de conductor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil, Claudiano Manso, seis mezes de licença para tratamento de saúde, com o ordenado.

N. 3.731 — GUERRA — Decreto de 23 de janeiro de 1919 — Concede ao segundo tenente reformado do Exército, Januario da Rosa Franco, o soldo da respectiva patente, fixado pela tabella A da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910.

N. 3.732 — FAZENDA — Decreto de 12 de fevereiro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a realizar um emprestimo ao Estado do Pará, até á quantia de 15.000:000\$, a juros de 4 %, e mediante as necessarias garantias.

N. 3.733 — FAZENDA — Decreto de 20 de maio de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 400:000\$, ouro, e 600:000\$, papel, supplemmentar á verba 28ª — Reposições e restituções, — do mesmo Ministerio.

N. 3.734 — FAZENDA — Decreto de 20 de maio de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 6:000\$, supplemmentar á verba 8ª do orçamento do mesmo Ministerio do exercicio de 1918, para pagar despesas de illuminação na Recebedoria do Districto Federal.



N. 3.735 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1919 — Substitue a tabella de vencimentos dos commissarios da Policia do Districto Federal.

N. 3.736 — RELAÇÕES EXTERIORES E JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir um credito especial, na importancia de 131:592\$590, para pagar, pelo Ministerio das Relações Exteriores, as despesas de correspondencia telegraphica nos exercicios de 1916 e 1917, e reforma a tabella de vencimentos dos funcionarios do Serviço Medico Legal da Policia do Districto Federal.

N. 3.737 — FAZENDA — Decreto de 28 de maio de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 3.114:674\$068 para occorrer ás despesas com a cobrança das rendas federaes a que se refere a verba 18ª do orçamento do mesmo Ministerio no exercicio de 1917.

N. 3.738 — FAZENDA — Decreto de 28 de maio de 1919 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir apolices papel, ao par, na importancia de 6.172:000\$, para pagamento á Companhia Nacional de Navegação Costeira, em virtude do artigo 162, § 2º, da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, e dá outras providencias.

N. 3.739 — FAZENDA — Decreto de 28 de maio de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 5:780\$118 para pagar a Carlos de Souza Dantas vencimentos que lhe são devidos em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.740 — GUERRA — Decreto de 28 de maio de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 399:911\$880 para pagamento de despesas relativas á verba 14ª, n. 22, do art. 39 da lei numero 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

N. 3.741 — GUERRA — Decreto de 28 de maio de 1919 — Autoriza o Governo a contractar, na França, uma missão militar para fins de instrucção no Exercito.

N. 3.742 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de junho de 1919 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas do credito de 238:654\$200 para pagamento de desapropriações ajustadas pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 3.743 — MARINHA — Decreto de 18 de junho de 1919 — Autoriza o Governo a vender o material reputado inutil, inclusive navios julgados imprestaveis, e dá outras providencias.

N. 3.744 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 3.745 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de junho de 1919 — Reconhece como de utilidade publica o Club Caixaerial de Porto Alegre.

N. 3.746 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1919 — Considera de utilidade publica a Escola Profissional de Cegos Dezesete de Setembro.

N. 3.747 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de agosto de 1919 — Considera de utilidade publica o Centro Catharinense e a Sociedade de Agricultura do Estado do Paraná.

N. 3.748 — FAZENDA — Decreto de 6 de agosto de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:119\$338 para pagar a D. Elysa Carolina Barbosa o que lhe é devido em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.749 — FAZENDA — Decreto de 6 de agosto de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2.879:179\$579 para attender ás despesas, no exercicio de 1916, com o pagamento de percentagens a collectores federaes e seus escriptvães.

N. 3.750 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de agosto de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a restabelecer os antigos postos de desinfecção nos Estados do Pará, Pernambuco e Bahia.

N. 3.750 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de agosto de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado e em prorrogação, ao Dr. Leonidas Machado, primeiro escripturario do Serviço de Prophylaxia da Directoria Geral de Saude Publica.

N. 3.751 — FAZENDA — Decreto de 20 de agosto de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a pagar, repartidamente, a DD. Augusta e Herminia, irmãs do fallecido lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. Francisco Justino Gonçalves de Andrade, a importancia de 14:348\$381, correspondente a differença de vencimentos devida ao mesmo professor.

N. 3.752 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder franquia postal e telegraphica á commissão central encarregada da commemoração do bicentenario da fundação de Matto Grosso, em Cuyabá, e dá outras providencias.

N. 3.753 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1919 — Concede a Antonio Pinto de Souza, guarda-cancella de 1ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, a licença de um anno, com dois terços de sua, diaria, para tratamento de saude.

N. 3.754 — GUERRA — Decreto de 27 de agosto de 1919 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Guerra do credito especial de 1.597:866\$331 para pagamento de transporte de tropas, bagagens e outras despesas do exercicio de 1918.

N. 3.755 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 114:580\$674, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 3.756 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1919 — Approva a convenção internacional para a unificação do direito relativo á letra de cambio e á nota promissoria, celebrada em Haya em 23 de julho de 1912, e dá outras providencias.

N. 3.757 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1919 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 3 de outubro do corrente anno.

N. 3.758 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1919 — Adia para 26 de outubro do corrente anno a eleição marcada para preenchimento de duas vagas de deputado pelo Districto Federal.

N. 3.759 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a José Martins Barreto, operario-ajudante de 2ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saude.

N. 3.760 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de setembro de 1919 — Determina que os bens das extinctas congregações de S. Felipe Nery e dos Carmelitas Descalços continuem sob o poder e administração da Santa Casa de Misericórdia do Recife.

N. 3.761 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1919 — Autoriza a cessão de um terreno á Caixa Beneficente da Guarda Civil, para nelle ser construido o seu hospital.

N. 3.762 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:070\$ para pagamento de diarias ao tenente Julião Caetano de Azevedo.

N. 3.763 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito de 10:240\$, suplementar á verba 12ª do art. 2º da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 3.764 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1919 — Permite o registro, sem multa, até 31 de dezembro de 1922, dos nascimentos occorridos no Brasil, de 1 de janeiro de 1889 até a publicação da presente lei.

N. 3.765 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1919 — Approva o tratado de extradição de criminosos entre o Brasil e a Bolivia, assignado no Rio de Janeiro em 3 de junho de 1918.

N. 3.766 — FAZENDA — Decreto de 11 de setembro de 1919 — Releva a prescrição em que incorreu o direito de D. Marianna Cunha de Vasconcellos e seus filhos menores, para reclamarem judicialmente contra o acto que demittiu seu fallecido marido e pae Manoel de Vasconcellos, do logar de collector federal em S. Leopoldo, Rio Grande do Sul.

N. 3.767 — FAZENDA — Decreto de 11 de setembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 570\$382, ouro, e 855:686\$544, papel, para occorrer ao pagamento das dividas de exercicios findos.

N. 3.768 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir



pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores os créditos especiais de 368\$657, 14:145\$435 e 9:5380383 para pagamento de empregados da Secretaria da Câmara dos Deputados e a funcionários da Secretaria do Senado Federal.

N. 3.769 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1919 — Autoriza o presidente da República a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 42:952\$144 para indemnização á Caixa do Corpo de Bombeiros de despesas realizadas em 1918.

N. 3.770 — FAZENDA — Decreto de 17 de setembro de 1919 — Autoriza o presidente da República a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de 49:958\$091, destinado ao pagamento do que é devido ao Dr. José Moreira Gomes, em virtude de sentença judiciária.

N. 3.771 — FAZENDA — Decreto de 20 de setembro de 1919 — Autoriza o presidente da República a realizar contractos, de accordo com as exigencias do serviço publico, exclusivamente em relação a alugueis de casas.

N. 3.772 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1919 — Eleva á categoria de embaixada a representação do Brasil junto ao Governo da Republica Franceza.

N. 3.773 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1919 — Autoriza a abertura ao Ministerio das Relações Exteriores do crédito especial de 60:000\$, papel, para despesas com o serviço de caracterização de parte da fronteira entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay.

N. 3.774 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1919 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de novembro do corrente anno.

N. 3.775 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1919 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saude, ao Dr. José Vicente Meira de Vasconcellos, professor cathedratice da Faculdade de Direito do Recife.

N. 3.776 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1919 — Reconhece associações de utilidade o Gabinete de Leitura de Marolm, no Estado de Sergipe, a Bibliotheca Caldense, do municipio de Caldas, no Estado de Minas Geraes, a Escola Agronomica do Paraná, a Bibliotheca Rio-Grandense e o Club Caixeiral do Rio Grande.

N. 3.777 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o crédito de 98:109\$528, complementar á verba 15ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio vigente e destinado ao pagamento do augmento de vencimentos concedido aos commissarios de policia.

N. 3.778 — GUERRA — Decreto de 1 de outubro de 1919 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Guerra o crédito especial de 591:303\$657 para pagamento de vencimentos de 21 de fevereiro a 31 de dezembro de 1919 do pessoal e material do Collegio do Ceará.



N. 3.779 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919  
— Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 36:749\$326 para occorrer ao pagamento do que é devido, em virtude de sentença judicial, ao capitão-tenente Adolpho José de Carvalho Del Vecchio.

N. 3.780 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919  
— Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:843\$275 para restabelecimento de quantias desviadas do Cofre de Depositos, por meio de precatórias falsas, e pertencentes a Manoel Thomé da Costa Ribeiro e D. Adelaide Louzada Alves da Silveira.

N. 3.781 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919  
— Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 21:562\$480 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Amelia Vieira da Mendonça Uchôa, em virtude de sentença judicial.

N. 3.782 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919  
— Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 6.243:161\$242 para o fim de regularizar a despesa feita pela verba 24ª — Juros dos depositos das caixas economicas e monte de socorro — do exercicio de 1917.

N. 3.783 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919  
— Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 11:708\$587 para pagamento de pensões de montepio devidas a D. Henriqueta Ferreira dos Santos Pereira e outros.

N. 3.784 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919  
— Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 700:000\$, complementar á verba 5ª — Inactivos, pensionistas, etc., — consignação «a) Montepio — Novas concessões», do orçamento do mesmo Ministerio do corrente exercicio.

N. 3.785 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919  
— Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 484:047\$542, ouro, para legalizar as despesas feitas até 31 de outubro de 1918, com os pagamentos das taxas do imposto de renda relativas aos *scrips* do *fundling loan* de 1914.

N. 3.786 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919  
— Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 800:000\$, ouro, e 3.000:000\$, papel, complementar á verba 31ª — Exercicios findos, — do orçamento do mesmo Ministerio para o corrente exercicio.

N. 3.787 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919  
— Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 87:036\$271 para pagamento do que é devido ao Dr. Julião de Oliveira Lacaille, em virtude de sentença judicial.

N. 3.788 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 3 de outubro de 1919 — Manda reverter ao serviço activo officiaes do Exercito e da Armada, nas condições que estabelece.

N. 3.789 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a José Francisco do Amaral, auxiliar de cabine da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com dois terços da diaria.

N. 3.790 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Balbino Lopes, guarda-chaves da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com metade da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.790-A — FAZENDA — Decreto de 4 de outubro de 1919 — Releva á viuva e aos herdeiros do fallecido funcionario da Administração dos Correios de Minas Geraes, João Guilherme de Mello, o restante da divida por elle contrahida com a União para construcção de casa.

N. 3.791 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 11:087\$498 para pagamento do que é devido ao major Franklin de Menezes Doria, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.792 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:429\$920 para o pagamento devido a José Vieira de Rezende e Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.793 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 9 de outubro de 1919 — Dispõe sobre a applicação de honras militares a officiaes de terra e mar, com serviços no Paraguay.

N. 3.794 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Mario de Oliveira Toledo, praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.795 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1919 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a D. Deolinda da Costa Lobo, ajudante da agencia do Correio do Alto da Boa Vista, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.796 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1919 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorogação e com o ordenado, ao quarto escripturario da Repartição Geral dos Telegraphos, Carlos Alberto Vaz Salleiro.

N. 3.797 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao tubista da Repartição Geral dos Telegraphos, Ederaldo Xavier, um anno de licença com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.798 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1919 — Manda abrir o credito de 872:488\$, complementar á verba 15ª do orçamento do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para o exercicio de 1919.

N. 3.799 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado e em prorrogação, ao escrivão da delegacia do 23º districto da Policia do Districto Federal, Gastão do Pilar Alves de Souza.

N. 3.800 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda um credito de 78:678\$197 para pagamento do que é devido a Alfredo Hypolito Estruc, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.801 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 45:373\$395 para pagamento do que é devido a Blandino Alves da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.802 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 76:229\$105 para occorrer ao pagamento do que é devido a João Ilha, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.803 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 8:250\$, destinado ao pagamento de auxilios aos escripturarios da Delegacia Fiscal do Thesouro em Minas Geraes. João Carlos de Aquino e Rodolpho Mallard.

N. 3.804 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:325\$118 para pagamento de vencimentos devidos ao primeiro escriptuario da Delegacia Fiscal do Thesouro no Pará, Francisco Grangeiro de Albuquerque Filho.

N. 3.805 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 47:628\$013 para occorrer ao pagamento do que é devido a Augusto Pinheiro Lobo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.806 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 43:310\$720 para pagamento do que é devido a Theophilo Manoel da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.807 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 150:000\$, complementar á verba 29ª — Despesas eventuaes, — do orçamento vigente do mesmo Ministerio.

N. 3.808 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito extraordinario de 100:000\$ para attender ás despesas do trafego provisório da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.



N. 3.809 — GUERRA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Manda transferir para o quadro F. os officiaes do Exército amnistiados em 1895 e 1898, e dá outras providencias.

N. 3.809-A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir no Ministerio da Viação e Obras Publicas um credito suplementar de 78:000\$ para estudos hydrographicos e dragagens.

N. 3.810 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1919 — Concede ao operario de 2ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Luiz Mathion, licença de 180 dias, com dois terços de seus vencimentos, em prorrogação.

N. 3.811 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao conservador de linhas da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Evaristo Benedicto dos Santos, um anno de licença, em prorrogação, com dois terços da respectiva diaria para tratamento de saude.

N. 3.812 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Antonio Pinto de Souza, guarda-cancella de 1ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com dois terços da respectiva diaria para tratamento de saude.

N. 3.813 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 3.814 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Joaquim Dias, guarda chaves de 2ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com a metade da respectiva diaria, para tratamento de saude.

N. 3.815 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Seraphim Francisco dos Santos, guarda-cancella de 1ª classe da 5ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com dois terços da diaria, em prorrogação e a contar de 1 de abril de 1918.

N. 3.816 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com a diaria ao official operario de 3ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Augusto de Barros Rangel.

N. 3.817 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a André Zamith, auxilliar de estações da Repartição Geral dos Telegraphos, seis mezes de licença, com a metade da diaria, em prorrogação e para tratamento de saude.

N. 3.818 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao operario-ajudante de 2ª classe da 5ª divisão da



Estrada de Ferro Central do Brasil. Leandro Alves Callado, um anno de licença, em prorrogação, com dois terços da diaria.

N. 3.819 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao ajudante do mestre das officinas da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Carlos da Costa Fontella, um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação.

N. 3.820 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Arthur Augusto Poncioni, cabineiro de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, em prorrogação e com o ordenado.

N. 3.821 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Theodoro Lourenço, trabalhador de 2ª classe da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com a respectiva diaria, para tratamento de saude.

N. 3.822 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 5:391\$700 para pagamento da despesa feita com os funeraes do conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira.

N. 3.823 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 103:602\$723 para pagar o que é devido a Theodoro Ribeiro Junior e sua mulher o Francisco de Assis Duarte e sua mulher, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.824 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 28:300\$625, destinado a pagar ao Dr. Athanasio Cavalcante Ramalho o que lhe é devido em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.825 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito especial de 78:766\$734 para occorrer ao pagamento devido a Mariano Guimarães em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.826 — MARINHA — Decreto de 22 de outubro de 1919 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Olavo do Nascimento Badejo terceiro pharoleiro em Torres no Estado do Rio Grande do Sul, um anno de licença, em prorrogação, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.827 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viagão e Obras Publicas o credito de réis 132:324\$500, suplementar á verba 6ª, n. IV, — Rede de Viagão Cearense.

N. 3.828 — FAZENDA — Decreto de 24 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda um credito de 100:000\$, papel, suplementar á

verba 34ª — Fiscalização das repartições de Fazenda e outros serviços extraordinários, — do orçamento do mesmo Ministerio, deste exercicio.

N. 3.829 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 72:430\$, papel, para pagamento da organização e impressão dos trabalhos e estudos feitos pela Comissão Scientifica Roosevelt-Rondon.

N. 3.830 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de outubro de 1919 — Autoriza o Governo a transformar em Faculdade de Odontologia o actual curso de odontologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e dá outras providencias.

N. 3.831 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de outubro de 1919 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

N. 3.832 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de outubro de 1919 — Considera de utilidade publica as associações commerciaes do alto-Juruá, no territorio do Acre, de Nietheroy e de Campos, o Centro Artistico Operario Eleitoral de S. Luiz do Maranhão e a Associação de Bombeiros Voluntarios de Jacarepaguá, nesta capital.

N. 3.833 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 53:869\$505 para pagamento de despesa com o pessoal do Serviço Medico Legal.

N. 3.834 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao alumno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Aprigio Nogueira.

N. 3.835 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 8:836\$500 para pagamento das despesas effectuadas com os funeraes do Dr. Sabino Barroso Junior.

N. 3.836 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 563:055\$194, supplemental á verba 21ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1919.

N. 3.837 — **MARINHA** — Decreto de 29 de outubro de 1919 — Computa, só para effeito da antiguidade, o tempo em que o então primeiro-tenente da Armada Augusto Theotonio Pereira esteve na reserva, licenciado, para se empregar na marinha mercante nacional.

N. 3.837-A — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de outubro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a

abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos de 123:223\$868, supplementar ás verbas 6ª e 8ª do art. 2º da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919, e de réis 1:265\$994, extraordinario, para pagamento de differenças de gratificações addicionaes a funcionarios da Secretaria do Senado.

N. 3.838 — FAZENDA — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 14:727\$212 para occorrer ao pagamento devido á D. Marianna Sodré de Azevedo Corrêa, viuva e filhas do Dr. Raymundo da Motta de Azevedo Corrêa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.839 — FAZENDA — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Concede a Antonio Martins Muniz, conferente da Mesa de Rendas de Quarahy, Estado do Rio Grande do Sul, um anno de licença, sem os vencimentos, para tratar de seus interesses.

N. 3.840 — FAZENDA — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 407:302\$789, ouro, para satisfazer ás necessidades da verba 10ª — Caixa de Amortização, — consignação do mesmo Ministerio, do exercicio de 1918.

N. 3.841 — FAZENDA — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:596\$377 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Alice de Carvalho Dias e filhos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.842 — FAZENDA — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 11:926\$738 para pagar o que é devido ao major Acaastro Jorge de Campos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.843 — FAZENDA — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:042\$703 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Eulalia Bemvinda de Carvalho Coelho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.844 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 33:600\$ para pagamento á «Compagnie du Port de Rio de Janeiro».

N. 3.845 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 5:000\$ para pagamento de honorarios ao Dr. Gabriel Osorio de Almeida.

N. 3.846 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Concede a Sizio Antonio Dias Peixoto, amanuense da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.847 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo



Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial até 100:000\$ para aquisição do predio onde está installada a estação telegraphica do largo do Machado.

N. 3.848 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 17:308\$600 para pagamento de desapropriações feitas para a construção das linhas ferreas da Estrada de Ferro Oeste de Minas e de Bello Horizonte a Gargas.

N. 3.849 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1919 — Concede um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saude, ao bacharel João Paulo de Almeida Couto, juiz de direito da Comarca de Xapury, no territorio do Acre.

N. 3.850 — GUERRA — Decreto de 3 de novembro de 1919 — Manda abrir os creditos especiaes de 660\$ e 258\$, respectivamente, para pagamento aos operarios da Fabrica de Polvorá sem Fumaça, Moysés da Silva Reis e Venancio de Oliveira, de vencimentos que lhes são devidos de 22 de agosto a 31 de dezembro de 1918 e de 19 de novembro a 31 de dezembro também de 1918.

N. 3.851 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, ao amanuense da Bibliotheca Nacional, Augusto Martins Barreto.

N. 3.852 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Declara abertos ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos necessarios para execução do disposto no art. 10 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 3.853 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao praticante da Agencia do Correio de Petropolis, Alcides Guimarães Penna, um anno de licença, com o ordenado e em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 3.854 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação, ao guarda-chaves, especial da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio da Silva Coelho.

N. 3.855 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Antonio Tise, praticante de 1ª classe da Administração dos Correios de S. Paulo, 155 dias de licença, com o ordenado, para justificação de faltas em consequencia de molestias.

N. 3.856 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Manoel Francisco de Oliveira Rocha, auxiliar de estações da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.



N. 3.857 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 novembro de 1919 — Autoriza a concessão de oito mezes de licença a Silvino Caetano, guarda-freios extranumerario da Estrada de Ferro Central do Brasil, com a respectiva diaria integral, em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 3.858 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Autoriza a concessão de um anno de licença a Alipio Napoleão Serpa Filho, segundo official da Inspectoria de Obras, contra as Seccas, com ordenado, em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 3.859 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Autoriza a concessão de um anno de licença a João Manoel Baptista, trabalhador de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, com o abono integral da diaria, em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 3.860 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Autoriza a concessão de seis mezes de licença ao agente postal da Villa Murтинho, no territorio do Acre, Frederico Alfredo Alves, com o ordenado, em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 3.861 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Concede um anno de licença a José Corrêa Picanço Junior fiel de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios, com o ordenado, em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 3862 — FAZENDA — Decreto de 6 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 34:594\$123 para occorrer ao pagamento do que é devido a Salvador Pires de Oliveira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3863 — FAZENDA — Decreto de 6 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 23:575\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos devidos a Joaquim Manoel Teixeira de Moura Filho, encarregado do extincto 1º Posto Fiscal do Alto-Juruá.

N. 3.864 — FAZENDA — Decreto de 6 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda os creditos de 546:679\$207, ouro, e 950:754\$806, papel, supplementares á verba 30ª — Reposições e restituições, — do orçamento do corrente exercicio do mesmo Ministerio.

N. 3.865 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1919 — Concede ao guarda de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Eurico Flôres, um anno de licença, com dois terços da diaria, para tratamento de saude, a contar de 10 de janeiro do corrente anno.

N. 3.866 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio das Relações Exteriores o credito de 500:000\$ para o proseguimento dos trabalhos de limitação e demarcação de nossas fronteiras com as Republicas do Perú e da Colombia.

N. 3.867 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1919 — Concede a Alfredo Alipio da Gloria, graxeiro extranumerario da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, a licença de um anno, com os vencimentos de seu cargo, em prorrogação e a contar de 5 de maio de 1918.

N. 3.868 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1919 — Autoriza a concessão de um anno de licença, a contar de 14 de fevereiro de 1918, ao guarda-chaves da Estrada de Ferro Central do Brasil, José Rodrigues de Souza, com dois terços e meio da diaria.

N. 3.869 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1919 — Autoriza a concessão a Claudino Manoel Ezequiel, conservador de linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil, de seis meses de licença, com a metade de seus vencimentos, para tratamento de saude.

N. 3.870 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1919 — Concede a Ernesto Tunher praticante de machinista da Estrada de Ferro Central do Brasil, a licença de 90 dias, com dois terços dos vencimentos de seu cargo e em prorrogação da que lhe foi dada pelo Poder Executivo.

N. 3.871 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Paulo Pinheiro Chagas, auxiliar de deposito da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, em prorrogação, com dois terços da diaria, a contar de 13 de agosto de 1918.

N. 3.872 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1919 — Autoriza a concessão de um anno de licença a Joaquim Pereira Navarro de Andrade inspector de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 3.873 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença ao carteiro da Agencia do Correio de Itabira do Matto Dentro, João Gonçalves de Araujo Lima, com o ordenado e em prorrogação.

N. 3.874 — GUERRA — Decreto de 11 de novembro de 1919 — Concede ao major graduado, reformado, Valerio Augusto de Amorim Caldas, a reforma na effectividade do posto de major.

N. 3.875 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1919 — Approva o tratado de paz entre os paizes alliados, associados e o Brasil, de um lado, e do outro a Alemanha, assignado em Versailles em 28 de junho do corrente anno.

N. 3.876 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:832\$872, destinado ao pagamento de praças aggregadas à companhia regional do Alto-Purús.

N. 3.877 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Considera de utilidade publica a Liga Brasileira contra o Analphabetismo, a Liga Pro-Sanea-

mento do Brasil e o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia, todos com séde nesta capital bem como suas filiaes já existentes.

N. 3.878 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença; com o ordenado a Arlindo Benjamin Gavião, official de justiça da Policia do Districto Federal.

N. 3.879 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça o credito de réis 93:296\$597, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei numero 3.674, de 7 de janeiro de 1919 destinado ao sustento dos presos do Deposito da Policia.

N. 3.880 — GUERRA — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Manda abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 2:400\$ para pagamento de gratificação a João Vicente da Silva Ferreira.

N. 3.881 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Autoriza a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:262\$208 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Izilda de Figueiredo Parreiras Horta e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.882 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Autoriza a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:057\$700 para occorrer á restituição do que é devido a Joseph Habid, e dá outra providencia.

N. 3.883 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 25:525\$468 para pagar o que é devido a D. Maria de Alencar Araripe, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.884 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 21:030\$137 para pagamento das gratificações addicionaes a que fizeram jús João de Araujo Amora e João Augusto Zany, ex-inspector e ex-ajudante do Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionais, nos annos de 1913 a 1915.

N. 3.885 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Concede a Paulino Candido Meirelles, official operario de 4ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, a licença de dois annos com dois terços da respectiva diaria, a contar de 3 de junho de 1917 e em prorrogação da que já lhe foi concedida.

N. 3.886 — FAZENDA — Decreto de 19 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:061\$827, destinado a pagar aos herdeiros de Pacifico Evaristo Duarte Socio, ex-encarregado do 1º Posto Fiscal do Alto-Acre, os vencimentos do mesmo, relativos ao periodo de janeiro de 1916 a 2 de agosto de 1917.



N. 3.887 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de novembro de 1919 — Autoriza o Governo a abrir os creditos supplementares de 64:520\$644 e 86:500\$ respectivamente ás verbas 2ª e 18ª do art. 88 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919, para attender a despesas das mesmas verbas até o encerramento do actual exercicio e o especial de 24:000\$ para as despesas de viagem de quatro lentes da Escola Superior de Agricultura.

N. 3.888 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de novembro de 1919 — Concede a licença de um anno, com o ordenado, para tratamento de saude onde lhe convier, a Pedro Bacellar da Costa, conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 3.889 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1919 — Autoriza a concessão de seis mezes de licença, em prorrogação e com metade da diaria que percebe, a Carlile Prado, guarda de 2ª classe da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 3.890 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Seraphim Felipe Cardoso, seis mezes de licença, em prorrogação e com a metade da diaria que percebe como operario-ajudante de 1ª classe das officinas da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 3.891 — JUSTIÇA E NEGOCIÓS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Autoriza a Mesa da Camara a adquirir a bibliotheca que pertenceu ao ex-deputado Dr. Pedro Gonçalves Moacyr.

N. 3.892 — JUSTIÇA E NEGOCIÓS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Autoriza o Governo a reconhecer como de utilidade publica a Federação Maritima do Pará, sociedade civil com sede em Belém, e o Instituto Historico e Geographico de Sergipe, com sede em Aracajú.

N. 3.893 — JUSTIÇA E NEGOCIÓS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Reconhece como de utilidade publica a União Operaria Beneficente da cidade de Diamantina, Estado de Minas Geraes.

N. 3.894 — JUSTIÇA E NEGOCIÓS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Autoriza o Governo a reconhecer como de utilidade publica a Liga do Ensino e o Instituto Historico e Geographico do Pará, ambos com sede em Belém do Pará.

N. 3.895 — JUSTIÇA E NEGOCIÓS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Considera de utilidade publica a Confederação Brasileira de Desportos, a Associação de Chronistas Desportivos, ambas com sede na Capital Federal, e o Audaz Club, fundado em 14 de outubro de 1916, de accôrdo com a lei n. 173, de 10 de setembro de 1893.

N. 3.896 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:223\$717 para pagar o que é devido a Bonifacio Magalhães da Silveira, em virtude de sentença judiciaria.



N. 3.897 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 66:670\$810 para occorrer ao pagamento do que é devido a Manoel Gonçalves Fraça, em virtude de sentença judicial, e dá outras providencias.

N.3.898 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:364\$208 para pagar o que é devido a D. Antonietta Araripe, em virtude de sentença judicial.

N. 3.899 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:514\$832 para pagar o que é devido a D. Alice Pinheiro Coimbra e outros, em virtude de sentença judicial.

N. 3.900 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 23:598\$124, destinado á compra de apolices, para o fim de ter cumprimento a disposição testamentaria do Dr. João Gomes Machado Corumbá, no sentido da manutenção de uma aula de geometria em Goyaz.

N. 3.901 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:000\$ para occorrer ao pagamento das despesas com a installação da pagadoria da Delegacia Fiscal do Thesouro, em Minas Geraes.

N. 3.902 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 350:000\$, destinado a concertos no edificio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e á restauração e substituição de moveis e alfaias pertenceptes á mesma Secretaria.

N. 3.903 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de novembro de 1919 — Reconhece como de utilidade publica a Escola de Agricultura e Pecuaria de Passa Quatro, no Estado de Minas Geraes.

N. 3.904 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1919 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente a actual sessão legislativa até o dia 31 de dezembro do corrente anno.

N. 3.905 — GUERRA — Decreto de 27 de novembro de 1919 — Approva o acto de 18 de junho de 1919, pelo qual se mandaram executar os contractos celebrados com Luiz Macedo & Comp. e outros para fornecimentos varios á Directoria Geral de Contabilidade da Guerra e Collegio Militar de Barbacena.

N. 3.906 — GUERRA — Decreto de 27 de novembro de 1919 — Approva o acto de 18 de junho de 1919, referente á execução do contracto celebrado pelo Ministerio da Guerra com Azevedo, Alves & Comp. e outros.

N. 3.907 — GUERRA — Decreto de 27 de novembro de 1919 — Approva o acto do Sr. vice-presidente da Republica, em exercicio, mandando executar o contracto celebrado pela Intendencia da Guerra com a firma Ferreira Passarello & Comp. para o fornecimento de cobertores de lã kaki, para praças.

N. 3.908 — GUERRA — Decreto de 27 de novembro de 1919 — Approva o acto do Governo, mandando executar o contracto celebrado pela Directoria do Collegio Militar do Rio de Janeiro com Luiz Macedo e outros para fornecimento de artigos de expediente, aquisição e encadernação de livros e material escolar.

N. 3.909 — GUERRA — Decreto de 27 de novembro de 1919 — Approva o acto do Sr. vice-presidente da Republica, em exercicio, mandando executar o contracto celebrado pelo commandante do 13° regimento de cavallaria com as firmas Luiz Macedo e outras para aquisição de varios artigos destinados ao consumo do mesmo regimento durante o corrente anno.

N. 3.910 — GUERRA — Decreto de 27 de novembro de 1919 — Approva o acto do Governo, mandando executar o contracto celebrado pelo Conselho de Compras do Material Sanitario do Exército com as firmas J. L. Costa & Comp. e outras.

N. 3.911 — GUERRA — Decreto de 27 de novembro de 1919 — Approva o acto de 18 de junho de 1919, pelo qual se mandou executar o contracto celebrado pela Intendencia da Guerra com José Ignacio Coelho & Comp. e outro para fornecimento de sola e outros artigos.

N. 3.912 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com a respectiva diaria e para tratamento de saude, ao trabalhador de 2ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Candido Felix Torres.

N. 3.913 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 50:000\$, supplementar á verba 39ª do art. 2º da lei de orçamento de 1919.

N. 3.914 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 5:000\$ para pagamento ao engenheiro Gabriel Osorio de Almeida.

N. 3.915 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas do credito especial de 170:000\$ para a aquisição do sitio de Cascatinha, na serra da Tijuca.

N. 3.916 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 9:995\$

para pagamento a C. Lima e Manoel Figueiredo Geraldo, por serviços e fornecimentos feitos, em 1911, á Administração dos Correios no Estado do Amazonas.

N. 3.917 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Eleva o praso, sem multa, para o registro de nascimentos.

N. 3.918 — GUERRA — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Approva o decreto do Poder Executivo n. 12.790, de 2 de janeiro de 1918, expedido por autorização do art. 1º da lei n. 3.427, de 27 de dezembro de 1917.

N. 3.919 — GUERRA — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Autoriza o Governo a abrir o credito de 6:809\$949 para pagamento de gratificações a docentes da Escola Militar, pela regencia de turmas supplementares.

N. 3.920 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 499\$820 para occorrer ao pagamento devido a Carlos Queiroz, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.921 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 59:347\$081 para occorrer ao pagamento do que é devido, em virtude de sentença judiciaria, ao Dr. Augusto Saturnino da Silva Diniz e outros.

N. 3.922 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:121\$935, que se destina ao pagamento de vencimentos devidos ao escrivão do extincto Posto Fiscal do Alto-Juruá, em Villa Feijó, Marcelino Fernandes.

N. 3.923 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de réis 8.670:000\$, supplementar á dotação orçamentaria da verba — Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 3.924 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1.500:000\$ para attender ás despesas motivadas pelas enchentes de 1919 na Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 3.925 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, para tratamento de saude e com metade da diaria, ao official-operario de 4ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Agostinho José Ferreira a contar de 30 de janeiro de 1919.

N. 3.926 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a considerar como licenciados, no periodo de 31 de dezembro de 1916 a 9 de março de 1917, o bagageiro de 1ª classe da

Estrada de Ferro Central do Brasil, Franklin Victorino de Souza, ora aposentado, mandando abonar-se-lhe dous terços de seus vencimentos durante aquelle tempo.

N. 3.927 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a considerar como licenciado com dous terços da diaria de seu emprego, para tratamento de saude, o operario-ajudante de 2ª classe, effectivo, da officina de caldeireiros da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Ferreira, desde o dia 23 de novembro de 1916 até á vespera de seu fallecimento, abonando-se a sua mãe e universal herdeira, D. Margarida Ferreira, o respectivo pagamento.

N. 3.928 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir um credito de 54:973\$332, suplementar á verba 15ª do art. 98 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 3.929 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1:915\$053 para pagamento de gratificações locaes a diversos funcionarios dos Correios no Estado do Maranhão, em vista do disposto no art. 43 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 3.930 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, sem os vencimentos, para tratamento de interesses particulares, em prorrogação, ao cidadão Alvaro Monteiro de Castro, commissario de policia de 2ª classe do Districto Federal.

N. 3.931 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado e em prorrogação, para tratamento de saude, ao Dr. Antonio Pedro Pimentel, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica.

N. 3.932 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Norberto Bachmann, inspector de saude do porto de Itajaby, um anno de licença, com o ordenado que lhe competir.

N. 3.933 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 22:702\$146 para pagamento de vencimentos devidos ao encarregado do extincto 1º Posto Fiscal do Alto-Purús, José Pedro Soares Buleão.

N. 3.934 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 64:258\$016 para pagamento do que é devido a E. Lambert, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.935 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um



anno de licença, para tratamento de saúde e com o ordenado, ao Dr. Raul dos Guimarães Bonjean, ajudante do procurador geral da Fazenda Publica.

N. 3.936 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 76:551\$800 para pagamento do que é devido a D. Maria Constança Ferreira Jacques, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.937 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a José Affonso Moreira Temporal, segundo escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado da Bahia, um anno de licença, para tratamento de saúde.

N. 3.938 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 32:749\$624 para pagar a Nascimento & Irmão a quantia de que os mesmos são credores em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.939 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 70:000\$, complementar á verba 19ª — Alfandegas, — do vigente orçamento do mesmo Ministerio.

N. 3.940 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 350:000\$, ouro, para a ultimação dos trabalhos da Delegação Brasileira á Conferencia da Paz, reunida em Versailles.

N. 3.941 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio os creditos especiaes de 248:842\$972 e 11:013\$333, sendo o primeiro para pagamento ao chefe da secção de Biologia Vegetal, Bartle Trott Harevy, na importancia de 10:320\$ para despesas da verba — Eventuaes, — do exercicio de 1918, na importancia de 60:000\$, para pagamento de funcionarios addidos do mesmo exercicio na importancia de 178:522\$872, e o segundo para pagamento dos vencimentos do lente em disponibilidade da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, Pedro Barreto Galvão; bem assim os de.... 382:081\$194, ouro, e 196:958\$149, papel, para pagamento de auxilios para importação de animais reproductores concedidos no anno passado e mantidos no actual exercicio, em virtude do art. 91, n. II, da lei n. 3.674, de 7, de janeiro de 1919.

N. 3.942 — GUERRA — Decreto de 18 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito de 34:292\$515, complementar á verba 4ª — Instrução militar, — do orçamento do Ministerio da Guerra relativo ao exercicio actual.

N. 3.943 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica

a conceder a José Miranda, operario-ajudante de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com metade da diaria, para tratamento de saude.

N. 3.944 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação e com a metade do ordenado, a Annibal Duarte de Oliveira, inspector de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 3.945 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1919 — Autoriza o Governo a conceder a Manoel Alves de Azevedo, auxiliar de estações da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, em prorrogação e para tratamento de saude, com dous terços da diaria.

N. 3.946 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1919 — Autoriza o Governo a conceder ao praticante de conductor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Gonçalves de Campos, um anno de licença, com dous terços de sua diaria, para tratamento de saude.

N. 3.947 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Nelson Ferreira de Carvalho, escrevente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes de licença, para tratamento de saude, com dous terços de seus vencimentos.

N. 3.948 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a crear o serviço de telegrammas internacionaes preteridos, em linguagem clara, com abatimento até 50 % das taxas e contribuições ordinarias em vigor e que venham a ser adoptadas para o serviço telegraphico internacional, estabelecendo o respectivo regulamento.

N. 3.949 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Autoriza a revisão do regulamento do Gabinete de Identificação e Estatística da Policia do Districto Federal.

N. 3.950 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2.563:467\$803, supplementar ás verbas 12ª, 15ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª, 26ª, 27ª, 28ª, 31ª e 32ª do art. 2º da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 3.951 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o necessario credito para indemnizar o Banco do Brasil da divida contrahida pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para a construcção de seu novo edificio.

N. 3.952 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 44:926\$043, para, em cumprimento de sentença judiciaria, pagar a Alfredo Coutinho de Almeida e Antonio Baptista Lopes Chaves a condemnação em que incorreu a União.

N. 3.953 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude, ao collecter federal em Parintins, Barreirinha e Maués, Manoel Barreto Baptista.

N. 3.954 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Releva a prescripção em que incorreu, relativamente á sua pensão no periodo de 1 de janeiro de 1910 a 28 de maio de 1912, a pensionista do Ministerio da Viação, D. Adelia Bessa, e dá outras providencias.

N. 3.955 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Autoriza o Fluminense Foot-Ball Club a contrahir um emprestimo em obrigações até a quantia de 5.000:000\$000.

N. 3.956 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a mandar á Europa o primeiro tenente do Exercito de 1ª linha, aviador, Mario Barbedo, para tratamento de saude, podendo para tal fim abrir os necessarios creditos.

N. 3.957 — GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Guerra do credito de 250:000\$, suplementar á verba 41ª — Ajudas de custo, — do art. 36 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 3.958 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Concede honras de general de brigada ou contra-almirante aos officiaes do Exercito ou Armada com serviços na campanha do Paraguay, nas condições que estabelec, e a varios officiaes que, finda a guerra, se demittiram.

N. 3.959 — GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a mandar contar a antiguidade do segundo tenente de infantaria, Tancredo Vieira da Cunha, de 25 de junho de 1897, por actos de bravura.

N. 3.960 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Henrique Narciso Caldas, guarda-freios de 3ª classe da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, a licença de seis mezes, a contar de 4 de agosto de 1919, com dous terços da diaria de seu emprego.

N. 3.961 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao carteiro da Agencia do Correio de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, Manoel Pereira de Mello, um anno de licença, com metade do ordenado, para tratamento de saude.

N. 3.962 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Octavio Navarro de Andrade, fiscal de 1ª classe da Inspectoria Geral de Illuminação, a licença de um anno, sem os vencimentos.

N. 3.963 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Angelo Dias Fontes, operario-ajudante de

2ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, a licença de tres mezes, com dous terços da diaria de seu emprego e em prorrogação, para tratamento de saude.

N. 3.964 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de dezembro de 1919 — Autoriza o Governo a reorganizar o Lloyd Brasileiro e dá outras providencias.

N. 3.965 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de dezembro de 1919 — Autoriza a construcção de obras necessarias á irrigação de terras cultivaveis no Nordéste brasileiro, e dá outras providencias.

N. 3.966 — FAZENDA — Lei de 25 de dezembro de 1919 — Dá novo regulamento para a cobrança do imposto de sello.

N. 3.967 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1919 — Dispõe sobre leilões judiciais.

N. 3.968 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 1:800\$ á consignação «Material», — Aluguel da casa para repartição — verba 19ª. art. 98, da lei do orçamento vigente, para pagamento da differença de aluguel do predio occupado pela Inspeçtoria Geral de Illuminação.

N. 3.969 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, em prorrogação e para tratamento de saude, ao cidadão Carlos Galvão Filgueira, auxiliar de estações da Repartição Geral dos Telegraphos, em Natal, a contar de 15 de julho de 1919.

N. 3.970 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, MARINHA, RELAÇÕES EXTERIORES, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, GUERRA E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 600:590\$, supplementar á verba 16ª do art. 2º da lei de orçamento de 1919, e a expedir decretos supprimindo, nos quadros do funcionalismo publico os cargos que forem vagando e cujo provimento julgue desnecessario.

N. 3.971 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a alienar ou a arrendar e a applicar uma parte dos patrimonios das diversas instituições subordinadas ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores e as rendas desses patrimonios á conclusão das obras em andamento.

N. 3.972 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Autoriza o Governo a subvencionar, no estrangeiro, durante o praso de tres annos, o aperfeiçoamento da educação artistica da senhorita Maria de Verney Campello e da Sra. Lydia de Albuquerque Salgado.

N. 3.973 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação, para tratamento de saude, ao juiz federal da secção do Piahy, Dr. Marcello Francisco da Silva.



N. 3.974 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Fernando Luiz Vieira Ferreira, desembargador do extinto Tribunal de Appellação de Cruzeiro do Sul, no territorio do Acre, um anno de licença, em prorrogação e com dous terços dos vencimentos, para tratamento de saude.

N. 3.975 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a reformar os regulamentos das casas de Correccão e Detenção, colonias e escolas correccionaes ou preventivas, bem como o regimen penitenciario nellas em vigor, substituindo-o pelo progressivo de que tratam os arts. 50 e 52 do Codigo Penal.

N. 3.976 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1.246:470\$985, suplementar á verba 16ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1919, e dá outras providencias.

N. 3.977 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Raul Jansen Ferreira, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, em prorrogação, sem os vencimentos, para tratamento de saude.

N. 3.978 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 36:100\$ para pagamento de differença de vencimentos.

N. 3.979 — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1919 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1920.

N. 3.980 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 3.981 — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 42:352\$110, destinado ao pagamento do que é devido ao capitão Alfredo Nunes de Andrade, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.982 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:115\$530 para occorrer ao pagamento devido a D. Maria Estephania Belfort Vieira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 3.983 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Concede a D. Maria Eugenia Corrêa de Oliveira, viuva do conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, a pensão mensal de 1:000\$, enquanto viver, a contar da data do fallecimento do grande estadista.

N. 3.984 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Manda abrir o credito de 44:041\$806 para pagamento da differença de vencimentos que deixaram de receber, como auditor de guerra, o bacharel Mario Tiburcio Gomes Carneiro

e, como auxiliares de auditor de guerra, os bachareis Ranulpho Bocayuva Cunha, Paulino Martins Coelho de Almeida e outros.

N. 3.985 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Determina que o Gabinete de Identificação da Guerra, nesta capital, tenha a seu cargo o serviço de identificação criminal militar, e dá outras providências.

## 1920

N. 3.986 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a reorganizar, *ad referendum* do Congresso Nacional, o Instituto Nacional de Musica.

N. 3.987 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1920 — Reorganiza os serviços da Saude Publica.

N. 3.988 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos especiaes de 8.347:078\$500 e 4.173:589\$250, destinados a attender ao pagamento de salarios do pessoal jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 3.989 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1920 — Eleva á categoria de agencia especial a Agencia dos Correios da cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, augmentando o quadro actual, e autoriza o Governo a abrir o necessario credito.

N. 3.990 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1920 — Autoriza a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 2:160\$ para pagamento de acrescimos de vencimentos devido a Alvaro da Rocha Vianna e outro, bem como providencias sobre o augmento dos vencimentos dos funcionarios civis e militares.

N. 3.991 — FAZENDA — Decreto de 5 de janeiro de 1920 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1920.

N. 3.991 A — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir o credito especial de 387:263\$, sendo 176:520\$ para pagamento ao Estado do Rio Grande do Sul e 210:743\$ aos Estados de Minas Geraes, Paraná e Espirito Santo, á Companhia Mineira Auto-Viação Intermunicipal de Uberaba e a Isidoro Honorio Doin, da subvenção pela construção de estradas de rodagem e o credito de 80:000\$, complementar á verba 16ª consignação «Patronatos agricolas», sub-consignação «Custeio dos patronatos, etc.», do art. 88 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 3.992 — FAZENDA — Decreto de 5 de janeiro de 1920 — Concede direito á aposentadoria com os vencimentos do cargo extinto e todas as gratificações da commissão, desde que contem nesta mais de 15 annos de effectivo exercicio e tenham mais de 50 annos de serviço publico, aos funcionarios publicos de logares extinctos, que exerçam commissão.

N. 3.993 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a reorganizar, sem augmento de despesa e *ad referendum* do Congresso Nacional, a Secretaria de Estado da Justiça e Negocios Interiores e repartições que lhe são subordinadas.

N. 3.994 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1920 — Autoriza a reorganização da Brigada Policial e a revisão do seu actual regulamento, sem acrescimo de despesa.

N. 3.995 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1920 — Declara operario da União, para ser incluído no respectivo quadro e gosar dos favores da lei, o artifice da carpintaria da Repartição Central de Policia, Hermenegildo Melhado Bustos, victima de accidente de trabalho.

N. 3.996 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Guerra do credito de 525:000\$, complementar á verba 14<sup>a</sup> — Material — Despesas especiaes — Aquisição de aeroplanos, etc., — do orçamento de 1919.

N. 3.997 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito de 1.213:977\$444, complementar á verba 10<sup>a</sup> — Classes inactivas — Soldo vitalicio, — do orçamento do dito Ministerio relativo ao exercicio de 1919.

N. 3.998 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 2.393:744\$081, complementar ás sub-consignações — Obras de fortificações, — da verba 13<sup>a</sup> e 12, 13, 18, 19, 29 e 23 da verba 14<sup>a</sup> do orçamento do dito Ministerio relativo a 1919.

N. 3.999 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Guerra do credito complementar de 11.571:458\$293, sendo 1.946:257\$410 ao § 8<sup>o</sup> e 9.626:200\$883 ao § 9<sup>o</sup>, do orçamento de 1919 do mesmo Ministerio.

N. 4.000 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Herbert Portocarrero Martins, escrevente de 2<sup>a</sup> classe da 3<sup>a</sup> divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, tres mezes de licença, com dous terços da diaria, para tratamento de saude.

N. 4.001 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 10:000\$ para custear os estudos do canal de Arapapahy, no Estado do Maranhão.

N. 4.002 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, em prorrogação e com o ordenado, ao telegraphista de 4<sup>a</sup> classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Ernesto José Leite de Araujo.

N. 4.003 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a reorganizar os

serviços do Corpo de Investigação e Segurança Publica e da Inspectoria de Vehiculos, da Policia do Districto Federal.

N. 4.004 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação, ao commissario de 2ª classe da Policia do Districto Federal, João Carlos. Dias da Motta.

N. 4.004 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 10:126\$105, suplementar á consignação «Conservação da linha telegraphica estrategica de Matto Grosso ao Amazonas», do exercicio de 1919.

N. 4.005 — MARINHA — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Marinha o credito especial de 7:700\$ para pagar ao mecanico contratado, Alfredo Kurt Schultze, as differenças de vencimentos a que tem direito.

N. 4.005 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Declara aberto o credito de 52:503\$374 para limpeza e conservação do Palacio Monroe.

N. 4.006 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Armando Alves da Costa, praticante de conductor da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, em prorrogação e com dous terços da diaria que percebe.

N. 4.006 A — MARINHA — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Marinha o credito na importancia total de 5.122:342\$162, suplementar ás verbas 6ª, 7ª, 11ª 13ª, 17ª, 18ª, 19ª e 21ª do orçamento de 1919.

N. 4.007 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 92:417\$595, destinado a cobrir, por encontro de lançamentos, a responsabilidade do chefe da Comissão de Linhas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas.

N. 4.008 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 124:000\$ para occorrer ás despesas decorrentes do desdobramento da cautela provisoria de letras do Thesouro n. 425, na importancia de 100:000\$, incluidos os juros que deixaram em tempo de ser pagos.

N. 4.009 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 66:480\$999 para pagar, em virtude de sentença judiciaria, ao primeiro tenente José Siqueira Campos e outros.

N. 4.010 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial até 3:908\$ para pagamento a dona Francisca Luiza Albernaz, viuva do capitão de fragata machinista Antonio Ignacio Albernaz.



N. 4.011 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 100:000\$ complementar á verba 12<sup>a</sup> — Imprensa Nacional, — consignação «Pessoal amovivel», do orçamento vigente.

N. 4.012 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Autoriza a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 17:694\$960 para regularizar a escripturação de despesas relativas ao exercicio de 1918 feitas pelo Banco do Brasil por conta do Thesouro.

N. 4.013 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:825\$ para pagar os vencimentos de 1918, devidos ao encarregado do Posto Fiscal do Alto-Acre, Julio Targino da Fonseca.

N. 4.014 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Autoriza a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 21:031\$502 para pagamento devido a Alfredo Soares da Camara, em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.015 — MARINHA — Decreto de 9 de janeiro de 1920 — Fixa a força naval para o anno de 1920.

N. 4.016 — MARINHA — Decreto de 9 de janeiro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão a D. Isolina Candida Peixoto, viúva de Irineu Peixoto, victima da catastrophe do *Aquidaban*.

N. 4.017 — AGRICULTURA, INDUSTRIA, E COMMERCIO — Decreto de 9 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a mandar proceder, no dia 1 de setembro de 1920, ao recenseamento geral da população do Brasil, e dá outras providencias.

N. 4.018 — MARINHA — Decreto de 9 de janeiro 1920 — Regula as promoções dos officiaes do Corpo da Armada, e dá outras providencias.

N. 4.019. — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 4.020 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 4.021 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 4.022 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 4.023 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 24:859\$045 para attender ao pagamento do que é devido a «The St. John d'El-Rei Mining Company», em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.024 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Manda abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 408:765\$550 para pagamento a «The Amazon Steam Navigation Company, Limited», em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.025 — AGRICULTURA, INDUSTRIA, E COMMERCIO — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Agricultura Industria e Commercio do credito especial de 2.000:000\$, para ser applicado no transporte, recepção e hospedagem de immigrants.

N. 4.026 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.262:162\$495 para liquidação de despesas da Commissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas.

N. 4.027 — MARINHA — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Marinha o credito especial de 339:876\$595 para attender a varias despesas do mesmo Ministério.

N. 4.028 — MARINHA — Lei de 10 de janeiro de 1920 — Fixa as forças de terra e mar para o exercicio de 1920.

N. 4.029 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Publicas os creditos de 995:064\$, suplementar á verba 6ª, n. II, do art. 98 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919, e de 1.404:219\$, especial, para pagamento do augmento de salarios do pessoal jornaleiro da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 4.030 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a executar parte das obras de ampliação do porto do Rio de Janeiro, e dá outras providencias.

N. 4.031 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Manda erguer, em uma das praças do Districto Federal, um monumento á memoria do Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, e dá outras providencias.

N. 4.032 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente do Supremo Tribunal Federal a conceder um anno de licença ao bacharel José Vianna Vaz, juiz federal na secção do Maranhão.

N. 4.033 — GUERRA — Decreto de 11 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Guerra o credito de 103:774\$745, suplementar ás verbas 4ª a 7ª e 16ª do art. 36 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 4.034 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, FAZENDA E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir creditos até a importancia de 50.000:000\$ para installações acquisição de material fixo e rodante necessarios ás estradas de ferro custeadas pela União e regula a exportação de generos alimenticios de primeira necessidade.

N. 4.035 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministério da Fazenda o credito especial de 4:056\$664 para pagar o que é devido a D. Maria do Carmo Costa Valle, em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.036 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Autoriza a abrir pelo Ministério da Fazenda o credito especial de 2:917\$660 para pagamento do que é devido a Araujo Freitas & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.037 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Autoriza a concessão de um anno de licença,

com o respectivo ordenado, para tratamento de saúde, a Eulampio Francisco Telles de Menezes, praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios.

N. 4.038 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao official-operario da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Antonio da Silveira, um anno de licença, para tratamento de saúde, com direito a dous terços da diaria.

N. 4.039 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Antonio Augusto Pereira da Silva, quarto escripturario da Repartição Geral dos Telegraphos, a licença de um anno, com o ordenado, para tratamento de saúde.

N. 4.040 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a mandar construir uma linha telegraphica que, partindo de Porto Franco, Estado do Maranhão, e passando por Carolina, Pedro Affonso, Porto Nacional e outras cidades do centro do paiz, vá a S. José do Tocantins, no Estado de Goyaz.

N. 4.041 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a conceder ao official-operario de 3ª classe da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, José da Costa Rodinha, um anno de licença, com direito a dous terços da diaria, para tratamento de saúde.

N. 4.042 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a conceder a Othon de Figueiredo Bacha, primeiro escripturario da Inspectoria de Esgotos da Capital Federal, um anno de licença, em prorrogação e sem os vencimentos.

N. 4.043 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com o ordenado e para tratamento de saúde, a Gaspar de Araujo Lima Rocha, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 4.044 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 12:444\$440, afim de pagar os vencimentos a que tem direito o bacharel Roque Antonio Rabello Horta, ex-tiel da Caixa de Conversão, funcionario addido.

N. 4.045 — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Guerra do credito 3:677\$419, suplementar á verba 3ª — Supremo Tribunal Militar e auditores, do referido Ministerio.

N. 4.046 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Releva a prescripção em que incorreu D. Leopoldina de Mattos Porto, para receber a pensão de meio soldo, deixada por seu marido, e relativa ao periodo de 15 de janeiro de 1894 a 27 de junho de 1906.

N. 4.047 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Releva a prescripção em que incorreu D. Adelaide da Cunha Campos para receber no Thesouro Nacional a impor-

tancia de 2:360\$645, diferenças de pensões de 31 de agosto de 1899 a 30 de junho de 1909.

N. 4.048 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 1.094:400\$, complementar á verba 31<sup>a</sup> — Exercícios findos, — destinado ao pagamento dos juros relativos aos semestres de 1914 a 1918 e garantidos sobre a construção do prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana, no trecho de Salto Grande a Porto Tibiriçá.

N. 4.049 — MARINHA — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a organizar o Serviço de Soccorro Naval nos portos principaes da Republica.

N. 4.050 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Reorganiza o Laboratorio Nacional de Analyses, crea laboratorios nas Alfandegas da Republica, e dá outras providencias.

N. 4.051 — MARINHA — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Confere aos officiaes, sub-officiaes e praças de Marinha, em effectivo serviço de aviação e no de submarinos, gratificações diarias, além dos vencimentos militares.

N. 4.052 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a conceder dous annos de licença, para tratamento de saude, ao escrivão da 2<sup>a</sup> Pretoria Civil do Districto Federal, João Augusto Ribeiro de Almeida.

N. 4.053 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Agricultura Industria e Commercio o credito especial de 8:400\$, ouro, para occorrer ás despesas com a manutenção no estrangeiro de dous alumnos da Escola de Minas de Ouro Preto.

N. 4.054 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Autoriza a conceder um anno de licença, com o ordenado e em prorrogação, ao conservador-preparador da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, Eduardo de Souza Pereira.

N. 4.055 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:598\$ para pagamento das despesas realizadas com os funeraes do Dr. Canuto José Saraiva, ministro do Supremo Tribunal Federal.

N. 4.056 — GUERRA — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a mandar contar a antiguidade do segundo tenente de infantaria, Luciano Pedreira de Almeida, de 18 de novembro de 1897, por actos de bravura.

N. 4.057 — FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Extingue as classes de despachantes geraes e caixeiros despachantes e constitue uma unica — dos despachantes, — e dá outras providencias.

N. 4.058 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a



reorganizar a administração do territorio do Acre, sem augmento de despesa.

N. 4.058 A — GUERRA — Decreto de 15 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 1:000\$, importancia devida a Generosa Ferraz Alves, viuva de Salvador Alves, operario da Fabrica de Polvora sem Fumaça, morto em accidente de trabalho.

N. 4.059 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 9:600\$, supplementar á verba 19<sup>a</sup>, art. 131, da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919, para accrescimo de alugueres dos predios onde funcionam as alfandegas de Porto Alegre e Uruguayana.

N. 4.060 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 500:000\$, supplementar á verba 5<sup>a</sup> — Inactivos, pensionistas, etc., — consignação A) — Montepio — «Novas concessões», do orçamento do mesmo Ministerio, no exercicio de 1919.

N. 4.061 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, GUERRA E MARINHA — Decreto de 16 de janeiro de 1920 — Regula a concessão de licença aos funcionarios publicos civis e militares e dá outras providencias.

N. 4.062 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 16:333\$448 para pagamento a João Francisco de Lacerda Coutinho, engenheiro ajudante de 2<sup>a</sup> classe da Repartição de Aguas e Obras Publicas, de differença de vencimentos no periodo de 1 de janeiro de 1912 a 31 de dezembro de 1919.

N. 4.063 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 100:000\$ para a construcção de uma estrada de rodagem, adaptada ao trafego de automoveis, no Estado de Goyaz.

N. 4.064 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com metade da diaria, a Joaquim Gonçalves Pereira, official operario da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 4.065 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:754\$838, e mais o da quantia necessaria para pagamento de vencimentos ao Dr. Wortigern Luiz Ferreira, juiz de secção, em disponibilidade, do Acre.

N. 4.066 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 27:476\$341, para pagamento de vencimentos ao bacharel Ismael Olavo Soares, juiz municipal do territorio do Acre, em disponibilidade.

N. 4.067 — GUERRA — Decreto de 16 de janeiro de 1920, — Manda contar a antiguidade do posto de segundo tenente

do actual primeiro tenente Miguel Ney de Carvalho, de 29 de outubro de 1908 e rectificar as antiguidades dos officiaes que se acharem em identicas condições.

N. 4.068 — FAZENDA — Decreto de 16 de janeiro de 1920 — Autoriza a abertura do credito especial de 23:609\$747, destinado ao pagamento das differenças de montepio de D. Emma James Rodrigues da Costa e seus filhos.

N. 4.069 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:435\$483 para pagamento de vencimentos que competem ao bacharel Juvenal Antunes de Oliveira, quando em disponibilidade, do cargo de adjunto promotor do 4º termo da comarca de Senna Madureira.

N. 4.070 — FAZENDA — Decreto de 16 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 5:884\$781 para pagamento de D. Rachel Tinoco Martins e de suas filhas, por differenças de montepio e custas de processo.

N. 4.071 — GUERRA — Decreto de 16 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 1:460\$, afim de serem pagas ao operario da Fabrica de Polvora sem Fumaça, José dos Santos, as diarias de 4\$, no periodo de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1919.

N. 4.072 — FAZENDA — Decreto de 16 de janeiro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:259\$ para completar o pagamento dos vencimentos devidos ao director da Recbedoria do Districto Federal, Benedicto Hypolito de Oliveira Junior, e mais o credito de 12:827\$415 para pagamento de differenças de vencimentos do mesmo funcionario em exercicios anteriores.

N. 4.073 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio das Relações Exteriores o credito suplementar de 200:000\$, ouro, á verba 11ª do art. 24 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 4.074 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de janeiro de 1920 — Considera validos para os estudantes já matriculados em estabelecimentos officiaes ou equiparados de ensino superior os exames de preparatorios prestados perante commissões examinadoras dos institutos daquella natureza que funcionavam nos Estados e, actualmente, equiparados aos officiaes.

N. 4.075 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a mandar pagar á familia do primeiro tenente Arthur da Fonseca Araujo, morto em consequencia de ferimento recebido em combate no ex-Contestado, o meio soldo e montepio correspondente ao posto immediato ao que o mesmo official tinha na data de seu fallecimento.

N. 4.076 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de junho de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.042:000\$, afim de occorrer ao pagamento do pessoal e material a empregar nas reparações a fazer nas linhas adductoras do serviço de abastecimento de agua á Capital Federal.

N. 4.077 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de junho de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 5:592\$253 para occorrer ao pagamento devido a Modesto de Brito Sampaio, praticante de 1ª classe da Administração dos Correios no Estado do Amazonas, proveniente de vencimentos e gratificações locaes que deixou de receber nos annos de 1914 e 1915.

N. 4.078 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de junho de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 78:824\$649 para pagamento de despesas realizadas, em 1919, com a expedição de carteiras eleitoraes.

N. 4.079 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de junho de 1920 — Reconhece de utilidade publica o Instituto Commercial Mineiro, annexo ao Collegio Lucindo Filho, em Juiz de Fôra.

N. 4.080 — MARINHA — Decreto de 19 de junho de 1920 — Autoriza o Governo a fornecer fardamento, por emprestimo, aos reservistas que se incorporarem ás manobras navaes.

N. 4.081 — FAZENDA — Decreto de 23 de junho de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 41:914\$271 para pagamento a D. Ida Regueira Cavalcanti e outros, bem como o de 36:720\$ para pagamento de serviços de tomadas de contas fóra das horas de expediente, executados pelos funcionarios do Tribunal de Contas, Dr. José Mattos de Vasconcellos e José da Rocha Gomes.

N. 4.082 — GUERRA — Decreto de 29 de junho de 1920 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Guerra do credito especial de 22:684\$ para pagamento devido ao tenente-coronel Oliverio de Deus Vieira.

N. 4.083 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1920 — Declara valido e legal o reconhecimento dos poderes dos Srs. Nestor Gomes e João de Deus Rodrigues Neto, respectivamente, presidente e vice-presidente do Estado do Espirito Santo, feito pelo Congresso Legislativo do Estado.

N. 4.084 — RELAÇÕES EXTERIORES, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, MARINHA, GUERRA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO E FAZENDA — Decreto de 24 de julho de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelos respectivos Ministerios os creditos necessarios para o transporte, viagens, recepção e hospedagem do Rei da Belgica, Alberto I, e Sua Real Familia.

N. 4.085 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:000\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que têm direito, no exercicio de 1919, os deputados Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, José Roberto Leite Penteado, André Gustavo Paulo de Frontin, Raul Barroso e Afranio de Mello Franco.

N. 4.086 — GUERRA — Decreto de 29 de julho de 1920 — Sancciona a resolução do Congresso Nacional, que approva o acto de 16 de julho de 1919, pelo qual o vice-presidente da Republica, em exercicio, mandou executar o contracto celebrado pela directoria do Collegio Militar de Porto Alegre com João Ketzer Filho e D. Maria Candida da Cruz Paiva em 12 de março do mesmo anno.

N. 4.087 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1920 — Sancciona a resolução do Congresso Nacional, que approva o acto do vice-presidente da Republica, em exercicio, mandando executar os contractos celebrados com Davidson Pullen & Comp., João Varzea e «Handley Page, Limited».

N. 4.088 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 80:756\$330 para occorrer ao pagamento devido a José Alves de Cerqueira Cesar Filho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.089 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 24:826\$660 para pagar a D. Constança Vianna da Costa Franca e outras o que lhes é devido, em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.090 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:323\$232 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Maria de Almeida Martins Costa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.091 — GUERRA — Decreto de 4 de agosto de 1920 — Considera a reforma do segundo sargento Arsenio Delcarpio Velloso da Silveira no posto de segundo tenente, para os effeitos da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910.

N. 4.092 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1920 — Fica reconhecida como de utilidade publica a Sociedade Brasileira de Auctores Theatraes, com séde no Rio de Janeiro.

N. 4.093 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 21:749\$999 para pagamento de vencimentos que competem ao juiz municipal do extinto 2º termo da comarca de Senna Madureira, no territorio do Acre, bacharel Durval Castello Branco.

N. 4.094 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de agosto de 1920 — Autoriza o Governo a auxiliar com a quantia, não excedente de 150:000\$, destinada a expediente, ma-



terial, viagem e estadia dos representantes das sociedades desportivas brasileiras que tenham de comparecer á Olympiada Internacional de Antuerpia, indicados pela Commissão Olympica Nacional, em virtude de convite dirigido ao Brasil pela alta direcção dessa Olympiada, abrindo os necessarios creditos.

N. 4.095 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 7 de agosto de 1920 — Autoriza o Gôverno a abrir pelo Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 150:000\$, ouro, para ultimação dos trabalhos da Delegação Brasileira á Conferencia da Paz, reunida em Versalhês.

N. 4.096 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de agosto de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 60:000\$ para regularizar a escripturação das despesas com o pagamento de obras urgentes de que carecia, em 1918, o Instituto Oswaldo Cruz.

N. 4.097 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de agosto de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 229:697\$674 para o fim de pagar a Joaquim Gonçalves dos Santos Pereira o que lhe é devido em virtude de sentença judicialia.

N. 4.098 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 10 de agosto de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 4:200\$, ouro, para occorrer ás despesas com a manutenção no estrangeiro do alumno da Escola de Minas de Ouro Preto, Joaquim Ribeiro de Oliveira, e dá outras providencias.

N. 4.099 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 11 de agosto de 1920 — Supprime as provas de junho e agosto, de que trata o decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, e dá outras providencias.

N. 4.100 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 12 de agosto de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 74:431\$826, suplementar á verba 8ª — Secretaria da Camara dos Deputados, — do art. 2º da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920.

N. 4.101 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 12 de agosto de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 50:000\$, sendo 25:000\$ á verba 16ª e 25:000\$ á verba 32ª do art. 2º da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920.

N. 4.102 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 18 de agosto de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos especiaes de 17:400\$ para occorrer ás despesas com o pagamento das contas relativas ás viagens de navios do Lloyd Brasileiro á Colonia de Dois Rios, nos segundo, terceiro e quarto trimestres de 1919, e de 3:519\$999 para pagamento de gratificação adicional, relativa aos exercicios de 1917, 1918 e 1919, a um tachygrapho de 2ª classe.

N. 4.103 — FAZENDA — Decreto de 18 de agosto de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 120:866\$823 para pagamento a Iriondo & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.104 — FAZENDA — Decreto de 18 de agosto de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:637\$779 para occorrer ao pagamento do que é devido ao desembargador Esperidião Eloy de Barros Pimentel, em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.105 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:438\$ para pagamento da despesa effectuada com a aquisição de mobiliario para a 2ª Pretoria Criminal.

N. 4.106 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 526\$500 para pagamento da gratificação local a que tem direito Leopoldo José da Silva Tavares, por ter servido, em 1912, como contador da Administração dos Correios no Estado do Maranhão.

N. 4.107 — FAZENDA — Decreto de 21 de agosto de 1920 — Eleva a importância que percebem a viúva e a filha do coronel Alfredo Vicente Martins, ex-director do Asylo de Invalidos da Patria, á correspondente ao meio soldo do posto de coronel pela tabella de 1894.

N. 4.108 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de agosto de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 15:000\$, ouro, para attender ás despesas com a representação do Brasil no Congresso Postal Universal, a realizar-se em Madrid durante o mez de outubro do corrente anno.

N. 4.109 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de agosto de 1920 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas do credito de 12:411\$323, ouro, para completar o pagamento da garantia de juros devida a «The Rio de Janeiro City Improvements».

N. 4.110 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de agosto de 1920 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas do credito especial de 20:000\$ para a aquisição de um terreno em Jacarépaguá.

N. 4.111 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de agosto de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 9:000\$ para pagamento de uma indemnização devida a D. Carolina Rodrigues da Cruz e aos herdeiros de João Rodrigues da Cruz.

N. 4.112 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de agosto de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.889:260\$ para aquisição de material fixo e rodante destinado á linha ferrea de Barra Bonita ao Rio do Peixe.

N. 4.113 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:940\$330 para pagamento do que é devido á D. Maria Isabel de Macedo Sayão Lobato e outro, em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.114 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 207:233\$ para indemnizar a Caixa Especial de Portos pela cessão ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores dos immoveis de ns. 118 A a 118 D e 114, da rua do Rezende, nesta capital, e destinados á construcção do edificio para a Directoria Geral de Saude Publica.

N. 4.115 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1920 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 3 de outubro do corrente anno.

N. 4.116 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de agosto de 1920 — Sanciona a resolução legislativa, que approva o contracto de 18 de janeiro de 1912 celebrado entre o Governo Federal e a Companhia Cessionaria das Docas do Porto da Bahia.

N. 4.117 — GUERRA — Decreto de 1 de setembro de 1920 — Manda reverter ao serviço activo do Exército no posto de general de brigada graduado o general de divisão graduado e reformado João de Figueiredo Rocha.

N. 4.118 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:773\$ para a aquisição do mobiliario preciso ás prefeitorias criminaes do Districto Federal.

N. 4.119 — FAZENDA — Decreto de 2 de setembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 3.888:066\$262 para pagamento da fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo no exercicio de 1919.

N. 4.120 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1920 — Revoga os arts. 1º e 2º do decreto n. 78 A, de 21 de dezembro de 1889, e autoriza a trasladar para o Brasil os despojos morfaes do ex-imperador D. Pedro II e de sua esposa D. Thereza Christina, abrindo para tal fim os necessarios creditos.

N. 4.121 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1920 — Faculta aos filhos menores do Dr. Astolpho Dutra a matricula gratuita nos institutos de ensino, necessarios á sua educação e instrucção.

N. 4.122 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1920 — Concede á viuva e aos filhos menores do ex-deputado federal Dr. Astolpho Dutra a pensão annual de 6:000\$000.

N. 4.123 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 275:000\$, destinado á aquisição de machinismos para a Imprensa Nacional.

N. 4.124 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:190\$958 para pagamento ao Sr. José Pires Cordovil da Silveira dos juros de 21 letras do Thesouro, contados de 20 de março de 1919 a 26 de fevereiro de 1920.

N. 4.125 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:202\$100 para pagamento da gratificação de 30 % sobre vencimentos, relativa aos exercicios de 1912 a 1917, a que têm direito os auxiliares da Imprensa Nacional Carlos Alberto Machado e Alvaro da Rocha Vianna.

N. 4.126 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 18:499\$354 para pagamento de vencimentos devidos ao escrivão do extinto 1º Posto Fiscal do Alto-Juruá, Antonio Teixeira de Oliveira, e relativos ao periodo de 15 de março de 1916 a 31 de dezembro de 1918.

N. 4.127 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de setembro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 6:500\$ para pagamento de indemnizações de terrenos occupados e prejuizos causados com a construcção do trecho da Estrada de Ferro Oéste de Minas, entre Bello Horizonte e Divinópolis.

N. 4.128 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1920 — Reconhece como de utilidade publica a Associação Commercial de Minas.

N. 4.129 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 17:842\$839 para regularizar a despesa com o pagamento dos vencimentos dos extintos fieis de armazem, da Alfandega do Rio, relativos a dezembro de 1912, e dá outras providencias.

N. 4.130 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:504\$390 para pagamento do que é devido a D. Eulalia de Mendonça Loureiro, em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.131 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:277\$136 para pagamento de differenças de gratificação devidas ao fiel de armazem extinto, da Alfandega do Rio Grande, Seraphim Francisco Gonçalves.

N. 4.132 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 65:192\$690 para pagamento a Julio Fernandes Rosa, em virtude de sentença judiciaria.



N. 4.133 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de setembro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 71:003\$183 para pagamento de despesas feitas pela directoria da Estrada de Ferro Oeste de Minas, por occasião da *grippe*, verificada em fins de 1918.

N. 4.134 — FAZENDA — Decreto de 18 de setembro de 1920 — Autoriza o Jockey Club do Rio de Janeiro a contrahir um emprestimo em obrigações ao portador (*debentures*), até a importancia de 5.000:000\$, abonadas com hypotheca especial dos immoveis que possui.

N. 4.135 — GUERRA — Decreto de 18 de setembro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir o credito necessario para pagar, no corrente exercicio, os vencimentos do cargo de capitão auxiliar do Departamento da 2ª Linha.

N. 4.136 — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 49:933\$747 para pagamento ao tenente do Exercito, Plinio Gravatá, em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.137 — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 21:570\$157 para occorrer ao pagamento do que é devido a Euclides Passos Martins, em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.138 — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:402\$923 para occorrer ao pagamento de differença de vencimentos a que tem direito, por lei, o ex-fiel de armazem da Alfandega da Bahia, Arthur Simas Magalhães.

N. 4.139 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1920 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

N. 4.140 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1920 — Declara aberto ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 529:514\$654 para pagamento de compromissos assumidos pela administração da Estrada de Ferro Oeste de Minas, no exercicio de 1919, com a aquisição de lenha.

N. 4.141 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:237\$500 para pagamento ao escrivão do extinto 1º Posto Fiscal de Juruá, Antonio Teixeira de Oliveira.

N. 4.142 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 139:400\$ para pagamento a Manoel Pedro & Comp. do premio a que têm direito pela construcção do navio *Manoel Pedro I*.

N. 4.143 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Minis-

terio da Fazenda o credito especial de 16:300\$806 para pagamento do que é devido a D. Angelina Costa de Lima Drummond e outra, em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.144 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda os creditos especiaes que forem necessarios para pagamento de gratificações addicionaes devidas aos funcionarios das escolas de aprendizes artifices, das inspeccorias agricolas do Pará o Amazonas e Serviços de Protecção aos Indios nos mesmos Estados.

N. 4.145 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 946\$530 para pagamento de differenças de vencimentos devidas ao ex-fiel de armazem da Alfandega do Rio de Janeiro, João Fernandino Costa.

N. 4.146 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 46:257\$450 para pagamento de differenças de montepio, devidas a D. Maria Elisa Lobo Pereira e outros.

N. 4.147 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 20:000\$, supplementar a verba 4ª art. 98, da lei da despesa do exercicio de 1909, para pagamento a Companhia Nacional de Navegação Costeira da subvencção correspondente á ultima viagem na linha Sul-Norte, iniciada no mez de dezembro do referido exercicio.

N. 4.148 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1:400\$ para pagamento ao official da Inspectoria de Es-gotos da Capital Federal Octavio Felix de Carvalho,

N. 4.149 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1920 — Augmenta de 2.000:000\$ a verba 18ª, artigo 52, da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920, para o fim de attender, no segundo semestre do corrente anno, ás despesas com a construcção dos ramaes de Montes Claros e de Marianna a Ponte Nova, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 4.150 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 10.766:655\$900, supplementar a verba 6ª — Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 4.151 — GUERRA — Decreto de 11 de outubro de 1920 — Autoriza a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 52:567\$475 para pagamento da differença de vencimentos ao bacharel Elias Fernandes Leite, auditor de guerra da 1ª região.

N. 4.152 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:160\$ para pagamento de augmento de vencimentos a que têm direito, no corrente exer-

cicio, os funcionários da Imprensa Nacional, Alvaro da Rocha Vianna e Carlos Alberto Machado, e dá outras providências.

N. 4.153 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:650\$ para pagamento de diarias que são devidas ao encarregado e ao escrivão do 4º Posto Fiscal do Acre, Godofredo Cavalcante da Cunha Vasconcellos e José Guedes Corrêa Gondim.

N. 4.154 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E GUERRA — Decreto de 14 de outubro de 1920 — Confere a Sua Magestade Alberto I, rei dos Belgas, as honras de cidadania brasileira e as do posto de marechal do Exército brasileiro e manda erigir nesta Capital um monumento commemorativo da visita de Suas Magestades ao Brasil.

N. 4.155 — GUERRA — Decreto de 15 de outubro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 6:000\$ para pagamento de differença de vencimentos ao auditor de guerra Dr. Ernesto Claudino de Oliveira Cruz.

N. 4.156 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1920 — Autoriza a restabelecer e crear, quando julgar opportuno, as embaixadas e legações necessarias para a nossa representação diplomatica nos paizes que já as possuiram no Brasil e a elevar desde já á embaixada a nossa representação na Belgica.

N. 4.157 — GUERRA — Decreto de 17 de outubro de 1920 — Autoriza a abertura pelo Ministerio da Guerra do credito especial de 3:000\$ para pagamento aos sargentos ajudantes reformados José Miguel Alves e Benedicto Leite da Cunha Mattos e ao segundo sargento, tambem reformado, Laudelino Joaquim da Silva.

N. 4.158 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:183\$992 para pagamento de gratificação adicional aos vencimentos do funcionario da Delegacia Fiscal em Matto Grosso, Raymundo Carvalho do Araujo e Silva, no periodo de 19 de abril a 31 de dezembro de 1918.

N. 4.159 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:044\$990, que se destina ao pagamento de vencimentos ao encarregado do extinto 3º Posto Fiscal do Alto-Purús, Arnobio de Barros Monteiro.

N. 4.160 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:899\$600, destinado ao pagamento de dous terços do salario ao operario invalido da Casa da Moeda, Alfredo Luiz de Souza Teixeira, relativo ao anno de 1918.

N. 4.161 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:004\$691 para occorrer ao

pagamento do que é devido ao Dr. Luiz Alves Pereira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.162 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 2:666\$667, ouro, ou £ 300-0-0, para occorrer ao pagamento de mensalidades devidas ao capitão de corveta Alvaro Rodrigues de Vasconcellos, no periodo de fevereiro de 1918 a 31 de janeiro de 1919, no cargo de addido naval junto á Legação do Brasil em Londres.

N. 4.163 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 13:870\$967 para pagamento ao desembargador Fernando Luiz Vieira Ferreira, dos vencimentos correspondentes ao periodo de 15 de julho findo a 31 de dezembro deste anno.

N. 4.164 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 200:000\$, destinado a occorrer ás despesas oriundas dos convenios celebrados na Conferencia de Limites Interestaduais, realizada este anno nesta capital.

N. 4.165 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 22 de outubro de 1920 — Autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos supplementares de 96:911\$495 e de 20:116\$550 ás consignações «Diets para 300 doentes» e «Conservação do material do Hospital S. Sebastião», da verba 21ª do art. 2º do orçamento vigente.

N. 4.166 — **MARINHA** — Decreto de 28 de outubro de 1920 — Equipara o posto terminal do quadro dos pharmaceuticos da Armada ao quadro dos pharmaceuticos do Exercito.

N. 4.167 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 28 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 3:274\$830 para attender ao pagamento da gratificação adicional de 60 % ao ex-ajudante da Inspectoria do Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionais, no Estado do Amazonas, Joaquim Gregoriano de Andrade.

N. 4.168 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 8:669\$773, destinado ao pagamento do que é devido a D. Maria Aristbêa de Araujo Jorge e filhos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.169 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de outubro de 1920 — Autoriza a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 80:000\$, supplementar á verba 34ª do orçamento do mesmo Ministerio — Inspecção de repartições de Fazenda e outros serviços extraordinarios — do corrente exercicio.

N. 4.170 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 30 de outubro de 1920 — Approva a convenção sanitaria internacional celebrada entre as Republicas Argentina, Estados Unidos do Brasil, Paraguay e Oriental do Uruguay.



N. 4.171 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 30 de outubro de 1920 — Autoriza o Governo a adquirir edificios para as nossas embaixadas e legações nos paizes estrangeiros, abrindo para esse fim os necessarios creditos, até a importancia de 1.000:000\$, ouro, em cada exercicio.

N. 4.172 — **FAZENDA** — Decreto de 30 de outubro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 138:539\$324, ouro, afim de ser entregue ao governo do Maranhão a importancia da taxa de 2 %, relativa aos exercicios de 1917 a 1919 e destinado ás obras do porto de S. Luiz.

N. 4.173 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 450:000\$, suplementar ao «Material» das verbas 6ª e 8ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1920.

N. 4.174 — **GUERRA** — Decreto de 9 de novembro de 1920 — Considera promovido a capitão na vespera de sua morte, o primeiro tenente Carlos de Andrade Neves, morto em França por occasião da ultima guerra.

N. 4.175 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a promover, conforme melhor convier aos interesses nacionaes, a commemoração do centenario da Independencia politica do Brasil.

N. 4.176 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 24:759\$466, suplementar á verba 16ª do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio.

N. 4.177 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:691\$510 para pagar o que é devido a Felipe Monteiro de Barros, em virtude de sentença jundiciaria que mandou reintegral-o no lugar de chefe de secção da Alfandega de Santos.

N. 4.178 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 117:720\$, destinado ao pagamento de gratificações aos encarregados da escripturação por partidas dobradas, nas repartições de Fazenda.

N. 4.179 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:384\$531 para pagar o que é devido a D. Jesuina da Cruz Rondelli, em virtude de sentença jundiciaria.

N. 4.180 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 200:000\$, destinado á compra de machinas para a Casa da Moeda.

N. 4.181 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 550:000\$, destinado aos reparos de que carece o material fluctuante da Alfandega do Rio de Janeiro, á construcção de uma carreira de embarcações e montagem de um holophote na ilha de Santa Barbara.

N. 4.182 — FAZENDA — Decreto de 13 de novembro de 1920 — Autoriza o Governo a fazer uma emissão de papel-moeda.

N. 4.183 — FAZENDA — Decreto de 13 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 30:978\$491 para occorrer ao pagamento do que é devido ao capitão-tenente Olavo Luiz Vianna.

N. 4.184 — GUERRA — Decreto de 13 de novembro de 1920 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Guerra do credito especial de 28:761\$259 para pagamento de gratificações a docentes e preparadores da Escola Militar..

N. 4.185 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de novembro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 17:000\$ para pagamento de substituições e vantagens regulamentares do pessoal dos Telegraphos, relativas ao anno de 1919.

N. 4.186 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1920 — Declara instituição de utilidade publica a Associação de Commercio, Industria e Lavoura de Barbacena.

N. 4.187 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1920 — Considera instituição de utilidade publica a Liga Barbacenense contra o Analphabetismo.

N. 4.188 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1920 — Considera instituição de utilidade publica a Academia de Commercio de Juiz de Fóra.

N. 4.189 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 56:950\$, suplementar á verba 18ª — Alfandegas, — consignação «Despesas imprevisas», do vigente orçamento daquelle Ministerio.

N. 4.190 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 883:621\$477, destinado a substituições, reparos e acrescimos de material de serviço de vigilancia das alfandegas e mais algumas obras necessarias ao mesmo fim.

N. 4.191 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1920 — Considera instituição de utilidade publica o Montepio Geral dos Servidores do Estado, a Acção Social Nacionalista e o Circulo dos Officiaes Reformados do Exercito e da Armada.

N. 4.192 — FAZENDA — Decreto de 19 de novembro de 1920 — Declara incorrer nas penas do art. 222 do Código

Penal o Ministro da Fazenda que ordenar pagamentos decorrentes de contractos em que não fôr observado o disposto no art. 37 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 4.193 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 375:317\$828, ouro, destinado a justificar o pagamento feito á «Société de Construction du Port de Pernambuco», por trabalhos executados em novembro e dezembro de 1917.

N. 4.194 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 35:627\$997 para pagamento a Francisco de Azevedo Soares de Campos e Castro e sua mulher, em virtude de sentença judiciaria, e dá outras providencias.

N. 4.195 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de novembro de 1920 — Estabelece as bases para o reconhecimento, com caracter official, dos diplomas conferidos pelas escolas de agricultura e medicina veterinaria do paiz, e dá outras providencias.

N. 4.196 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 633\$200 para pagar ao operario da Casa da Moeda, Alfredo Luiz de Souza Teixeira, dous terços do salario de setembro a dezembro de 1917.

N. 4.197 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2.300:000\$, afim de serem feitos os concertos e obras de que carecem as repartições fiscaes e outros edificios a cargo daquelle Ministerio.

N. 4.198 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 5.330:000\$, suplementar á verba 23<sup>a</sup> do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio, destinado ao serviço de fiscalização dos impostos de consumo e transporte.

N. 4.199 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de novembro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir creditos, até o maximo de 60.000:000\$, para a electrificação da Estrada de Ferro Central do Brazil, e dá outras providencias.

N. 4.200 — FAZENDA — Decreto de 1 de dezembro de 1920 — Considera livres de direitos de consumo e de expediente dos generos livres de direitos os aeroplanos, hydroplanos, hydro-aero-planos eapparelhos semelhantes; os seus sobresalentes e accessorios; *hangars* e materiaes de aviação inclusive apparelhamento cirurgico e macas importados pelo Aero-Club Brasileiro, da Capital Federal e para seu uso.

N. 4.201 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de dezembro de 1920 — Prohibe nas estradas de ferro, sejam particulares, sejam da União, dos Estados ou dos municipios, o emprego de locomotivas desprovidas de rédes protectoras (pe-

neiras) capazes de impedir o incendio, por fagulhas, nas plantações, etc., dos terrenos marginaes das estradas, e dá outras providencias.

N. 4.202 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos de 198:480\$436, complementar á verba 21ª — Directoria Geral de Saude Publica, — do art. 2º da lei n. 3.091, de 5 de janeiro de 1920, e especial de 4:300\$ para pagamento da differença de vencimentos a que têm direito diversos funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 4.203 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1920 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até 31 de dezembro do corrente anno.

N. 4.204 — GUERRA — Decreto de 6 de dezembro de 1920 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Guerra, do credito de 77:226\$, complementar á verba 6ª — Fabricas, — do respectivo orçamento para o actual exercicio.

N. 4.205 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1920 — Considera de utilidade publica federal o Instituto Historico e Geographico Espirito Santense, a Escola de Pharmacia e Odontologia do Rio de Janeiro e a Liga do Commercio do Rio de Janeiro.

N. 4.206 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 9 de dezembro de 1920 — Divide em duas categorias todo o pessoal da aviação militar e naval.

N. 4.207 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de dezembro de 1920 — Autoriza o Governo a entrar em accôrdo com a Camara Municipal de Lavras, Estado de Minas Geraes, para o fim de transferir-lhe a linha de bondes e installações hydro-electricas da Estrada de Ferro Oeste de Minas, naquella cidade.

N. 4.208 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 1.559:602\$194, papel, e de 25:311\$861, ouro, afim de serem pagas dividas de exercicios findos, relacionadas na fórmula do art. 31, § 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

N. 4.209 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a construir casas para operarios e proletarios, e dá outras providencias.

N. 4.210 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de dezembro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 352:000\$, complementar á verba 3ª — Telegraphos, — do orçamento vigente, para attender ás despesas de diversas consignações.

N. 4.211 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:944\$579, para pagamento de pensões concedidas a guardas civis que se invalidarem em serviço.



N. 4.212 — MARINHA — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Marinha, do credito especial de 7:720\$671 para attender á restituição de peculios de aprendizes marinheiros.

N. 4.213 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 130:000\$, complementar á verba 2ª — Correios, — do art. 52 da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920.

N. 4.214 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:239\$060, destinado ao pagamento de juros de mora relativos ao periodo de 9 de maio de 1918 a 15 de fevereiro de 1919 e que são devidos ao Dr. Antonio Angra de Oliveira e D. Francisca Borges Monteiro e filhos pela liquidação da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 4.215 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1920 — Modifica a legislação eleitoral vigente.

N. 4.216 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito de 3.000:000\$, complementar á verba 31ª do orçamento da despesa do actual exercicio.

N. 4.217 — GUERRA — Decreto de 21 de dezembro de 1920 — Autoriza pelo Ministerio da Guerra a abertura do credito especial de 113:142\$ para pagamento de vencimentos a funcionarios da Escola de Estado-Maior e outras despesas.

N. 4.218 — GUERRA — Decreto de 21 de dezembro de 1920 — Determina que os officiaes do Exercito que não contavam 30 annos de effectivo exercicio e foram compulsados em virtude do decreto legislativo n. 12.800, de 8 de janeiro de 1918, terão a patente e o soldo dos postos immediatamente superiores, e dá outras providencias.

N. 4.219 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem concedido á alumna do Instituto Nacional de Musica, Heloisa Accioly de Brito.

N. 4.220 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 100:000\$, para pagamento de despesas effectuadas por conta da consignação «Conservação, accrescimos e reparos de edificios, etc.», da verba 30ª do art. 2º da lei do orçamento de 1919.

N. 4.221 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 13:200\$, para o pagamento de 22 medalhões executados para o edificio da Escola Nacional de Belas-Artes.

N. 4.222 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1920 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os seguintes creditos especiaes: de 7:319\$858, para pagamento de substituições, effectuadas no anno de 1919 e de 53:000\$, para pagamento, correspondente ao anno de 1920, ao pessoal titulado da Fiscalização do Porto da Victoria.

N. 4.223 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:814\$426, para occorrer ao pagamento do que é devido ao capitão de mar e guerra Santiago Rivaldo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 4.224 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:250\$ para pagamento de vencimentos devidos ao ex-escrivão do 3º Posto Fiscal do Alto Juruá, Edison Mendes de Oliveira.

N. 4.225 — GUERRA — Decreto de 29 de dezembro de 1920 — Autoriza a abertura do credito especial de 14:400\$ para pagamento de gratificação mensal a docentes da Escola Militar, pela regencia de turmas supplementares, no corrente anno.

N. 4.226 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1920 — Modifica a legislação sobre o alistamento eleitoral, e dá outras providencias.

N. 4.227 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1920 — Dispõe sobre divisão das secções eleitoraes no Districto Federal, e dá outras providencias.

N. 4.228 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1920 — Estabelece uma segunda época de exames de preparatorios, e dá outras providencias.

N. 4.229 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 349:794\$179, ouro, para pagamento de juros correspondentes ao segundo semestre de 1919 e a que tem direito a Companhia Cessionaria das Obras do Porto da Bahia.

N. 4.230 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Orga a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1921.

N. 4.231 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Autoriza o Governo a auxiliar com 150:000\$ a erecção de um monumento, na Capital Federal, aos heroes da retirada da Laguna.

N. 4.231 A — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Marinha, do credito extraordinario de 39:520\$ para pagamento das gratificações que, a titulo de representação, competem aos almirantes membros do Conselho do Almirantado.

N. 4.232 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Manda restituir ao Estado do Maranhão a quantia de

873:597\$873, papel, saldo da quantia de 895:272\$751, ouro, correspondente á taxa de 2 %, ouro, cobrada pela Alfandega nos annos de 1909 a 1916.

N. 4.233 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a despende a quantia de 250:000\$ com a reedificação da Alfandega de Aracajú, e dá outras providencias.

N. 4.234 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 2.000:000\$ para construcção de estradas de rodagem.

---





## SEGUNDA PARTE

### I

#### INDICE ALPHABETICO E REMISSIVO DOS ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1911 a 1920

---

### A

ABASTECIMENTO — Ver JUNTAS — PORTOS — SUPERINTENDENCIA.

ABERTURA — Ver CANAES — OBRAS — PORTOS — RÊDE.

ABONO — Manda cessar o gratuito de fardamento aos fogueistas no acto do contracto para o serviço da Armada (dec. n. 11.685).

ACCIDENTES — Rectifica o art. 10 do decreto n. 3.724, de 1919, regulando os occasionados no trabalho (dec. n. 13.493); approva o regulamento sobre as obrigações resultantes dos no trabalho (dec. n. 13.498) — Ver COMMISSÕES — SEGUROS.

ACÇÕES — Declara nullas as concessões de nominativas em ao portador feitas pela "Gebrueder Goedhart A. G." (dec. numero 13.515).

ACCÓRDOS — Publica a adhesão da Africa Oriental Britannica e do Uganda ao de Roma, de 26 de maio de 1906, relativo á troca de cartas e caixas com valor declarado (dec. n. 8.678); publica a adhesão do archipelago das Novas Hebridas ao de Roma, de 26 de maio de 1906, relativo á troca de cartas e caixas com valor declarado (dec. n. 8.706); publica a adhesão do Imperio Ottomano ao assignado em Roma em 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição de hygiene publica (dec. n. 8.749); publica a adhesão de Cuba ao assignado em Roma em 26 de maio de 1906, relativo á troca de cartas e caixas com valor declarado (dec. n. 8.874); declara sem effeito o decreto n. 8.874 (dec. numero 8.988); publica a adhesão do Mexico ao assignado em 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica (dec. n. 9.340); promulga o concluido entre o Brasil e o Perú para a navegação do rio Japurá ou Caquetá, assignado em Lima a 15 de abril de 1908 (dec. n. 9.391); publica a adhesão da Bolivia

ao assignado em Roma a 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica (dec. n. 9.642); publica a adesão da Noruega ao assignado em Roma a 9 de dezembro de 1907, estabelecendo uma repartição internacional de hygiene publica (dec. n. 10.067); publica a adesão da Ilha Maurícia ao relativo ao trafico de mulheres brancas, assignado em Paris em 18 de maio de 1904 (dec. n. 10.072); publica a adesão do Chile ao assignado em Roma a 9 de dezembro de 1907, estabelecendo uma repartição internacional de hygiene publica (dec. n. 10.073); publica a adesão do Principado de Monaco ao assignado em Roma a 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica (dec. n. 10.231); confere poderes ao ministro da Agricultura para assignar com o Estado de Pará no sentido de obter redução e isenção de imposto sobre a borracha (dec. n. 10.246); publica a adesão da Dinamarca ao assignado em Roma a 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica (dec. n. 10.461); publica a adesão da Republica Oriental do Uruguay ao assignado em Roma a 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica (dec. n. 10.591); publica a adesão dos Estados Unidos de Venezuela ao de Roma, de 26 de maio de 1906, relativo ao serviço de vales postaes (dec. numero 10.720); publica a adesão da Hespanha ao assignado em Roma em 26 de maio de 1906, relativo ao serviço de vales postaes (dec. n. 10.932); publica a adesão das Ilhas Tiji ao da União Postal Universal para troca de cartas e caixas com valor declarado (dec. n. 11.143); publica a adesão da Grã-Bretanha, pelo Estado Britannico de Bornéo do Norte, ao de Roma, de 26 de maio de 1906, relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado (dec. n. 11.533); autoriza o com a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande (dec. n. 11.648); publica a adesão da Grã-Bretanha, pelas colonias de Ceylão, Trindade e Tobago, ao de Madrid, de 14 de abril de 1891, concernente á repressão das falsas indicações de proveniencia de mercadorias, revisto em 2 de junho de 1911 (dec. n. 11.730); publica a adesão da Grã-Bretanha, pelo dominio da Nova Zelândia, ao de Madrid de 14 de abril de 1891, concernente á repressão de falsas indicações de proveniencia de mercadorias, revisto em 2 de junho de 1911 (dec. n. 11.784); publica a adesão da Grecia ao firmado em Roma em 9 de dezembro de 1907 para a criação em Paris de uma repartição internacional de hygiene publica (dec. n. 13.090); publica a adesão do governo finlandez ao assignado em Roma em 26 de maio de 1906 para a permuta de cartas e caixas com valor declarado (dec. n. 13.737); publica a adesão da China ao assignado em Roma em 26 de março de 1906, relativo ao serviço de vales postaes (dec. n. 13.739); permite á Municipalidade de Jaguarão e á Intendencia Municipal do Departamento de Serro Largo darem execução ao celebrado em 1º de maio de 1918 para a navegação do rio Jaguarão (dec. n. 13.740); publica a adesão da Filândia aos firmados em Roma em 26 de maio de 1906, relativos aos serviços de vales postaes e á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e periodicos (dec. n. 14.152 — Ver ACTOS — BANCOS — CONTRACTOS — CONVENÇÕES — SANEAMENTO — TRATADOS.

ACCRESCIMOS — Ver CREDITOS.

AÇO — Ver FAVORES — UZINAS.

ACQUIZIÇÃO — Ver COMPANHIAS — CREDITOS — RÉDES.

ACRE — Ver REGIMENTO — RESERVA.

ACTOS — Publica a adhesão da Belgica aos de 2 de junho de 1914, modificando a convenção da União de Paris de 20 de março de 1883 e o arranjo para o registro internacional de marcas de fabrica ou de commercio, assignado em Madrid em 14 de abril de 1891 e revistos em Bruxellas em 14 de dezembro de 1900 (dec. n. 14.090) — Ver CONFERENCIAS — CONVENÇÕES.

ADAPTAÇÃO — Ver CREDITO.

ADDITIONAL — Ver TARIFAS.

ADDIDOS — Dá attribuições e deveres aos commerciaes (dec. n. 14.284) — Ver LOGARES.

ADDITIVOS — Ver REGULAMENTOS.

ÁDEANTAMENTOS — Ver CREDITOS.

ADHESÃO — Publica a da União sul Africana á Repartição Internacional de Hygiene Publica em Paris (dec. n. 14.185) — Ver ACCÓRDOS — CONVENÇÕES — INSTITUTOS.

ADIAMENTO — Ver EXPOSIÇÃO.

ADMINISTRAÇÃO — Ver GUARNIÇÃO — JUSTIÇA — REGULAMENTOS.

ADMINISTRADORES — Ver MESAS DE RENDAS.

ADMISSÃO — Ver ESCOLAS — MONTEPIO.

ADUBOS — Approva o regulamento que define e pune a falsificação dos chimicos e regula o seu commercio (dec. n. 14.177) — Ver TRANSPORTE.

AEROPLANOS — Ver APPARELHOS — SERVIÇOS.

AFORAMENTO — Ver TERRENOS.

AGENCIAS — Transforma em sub-administração a do Correio de Juiz de Fóra (dec. n. 9.348); estabelece que a diplomatica no Egypto seja regida por ministro residente (dec. n. 12.585) — Ver AUTORIZAÇÃO — ESTATUTOS — FISCALIZAÇÃO — LEIS.

AGENTES — Eleva o numero dos fiscaes do imposto de consumo no Estado de S. Paulo (dec. n. 8.618); eleva o numero dos fiscaes do imposto de consumo no Estado do Rio Grande do Sul (dec. n. 8.693); eleva o numero dos fiscaes do imposto de consumo no Estado de Minas Geras (dec. n. 8.714); augmenta de mais oito o numero dos fiscaes do imposto de consumo no Estado de S. Paulo (dec. n. 12.393); augmenta de mais seis o numero de fiscaes do imposto de consumo no Estado do Rio de Janeiro (dec. n. 12.413); augmenta de mais seis o numero dos fiscaes do imposto de consumo no Estado de Pernambuco (dec. n. 12.526); augmenta de mais um o numero dos fiscaes do imposto de consumo no Estado da Bahia (dec. n. 12.608); augmenta de mais um o

numero dos fiscaes do imposto de consumo no interior do Estado de Matto Grosso (dec. n. 12.741); augmenta de mais quatro o numero dos fiscaes do imposto de consumo no Estado de S. Paulo (dec. n. 12.756); crea mais quatro logares de fiscaes do imposto de consumo no Estado de Minas Geraes (dec. n. 12.785); augmenta de mais dous o numero dos fiscaes do imposto de consumo no Estado do Rio de Janeiro (dec. n. 12.786); augmenta de mais um o numero dos fiscaes do imposto de consumo na capital do Estado do Pará (dec. n. 13.086); augmenta de mais dous o numero dos fiscaes do imposto de consumo de Manáos (dec. n. 13.103); augmenta de mais tres o numero dos fiscaes do imposto de consumo no Estado do Paraná (dec. n. 13.128); augmenta de mais quatro o numero dos fiscaes do imposto de consumo no interior do Estado do Rio de Janeiro (dec. n. 13.156); augmenta de mais dous o numero dos fiscaes do imposto de consumo no Estado da Parahyba (dec. n. 13.157); augmenta de mais tres o numero dos fiscaes do imposto de consumo no Estado de S. Paulo (dec. n. 13.187); augmenta de mais quatro o numero dos fiscaes do imposto de consumo no interior do Estado de Minas Geraes (dec. n. 13.211); augmenta de mais seis o numero dos fiscaes do imposto de consumo no Estado da Bahia (dec. numero 13.233); augmenta de mais quatro o numero dos fiscaes do imposto de consumo na capital de Pernambuco (dec. numero 13.256); augmenta de mais dous o numero dos fiscaes do imposto de consumo no Districto Federal e municipio de Nitheroy (dec. n. 13.260 A); augmenta de mais tres o numero dos fiscaes do imposto de consumo no Estado do Espirito Santo (dec. n. 13.275) — Ver LEIS — LOGARES.

AGRICULTORES — Ver PREMIOs.

AGRICULTURA — Ver CAMPOS — CENTROS — INSTRUCCOES — TAXAS.

AGRONOMIA — Ver INSTITUTOS.

AGUAS — Ver LICENÇAS — POSTOS — REGULAMENTOS.

AJUDAS DE CUSTO — Ver CREDITOS — TABELLAS.

ALDEAMENTOS — Crea uma indigena em cada um dos dos indios de S. Jeronymo, S. Lourenço e Itaporanga (dec. numero 8.941).

ALFANDEGAS — Approva as plantas e orçamento de uma casa forte construida na de Manáos pela "Manáos Harbour" (dec. n. 8.888) — Ver CAPATAZIAS — CONSOLIDAÇÃO — CREDITOS — LOGARES — TAXAS.

ALFERES — Ver POSTOS.

ALGODÃO — Ver FAVORES — REGULAMENTOS — SEMENTES — SERVIÇOS.

ALGODOEIRO — Ver ESTAÇÕES — UZINAS.

ALIENAÇÃO — Ver APOLICES.

ALIMENTAÇÃO — Ver COMMISSARIADO.

ALINHAMENTO — Ver CÃES.

ALISTAMENTO — Ver DECRETOS — LEIS — REGULAMENTOS.



ALMIRANTADO — Ver REGULAMENTOS.

ALMOXARIFE — Ver LOGARES.

ALPENDRES — Ver COMPANHIAS.

ALTERAÇÕES — Ver CONTRACTOS — DECRETOS — ESTATUTOS  
— ESTUDOS — INSTRUÇÕES — OBRAS — PRAÇAS — REGULA-  
— MENTOS — TARIFAS — UNIFORMES.

ALUMNOS — Ver CREDITOS — DISTINCTIVO — INSTRUÇÕES  
— REGULAMENTOS — UNIFORMES.

AMANHUEENSES — Ver LOGARES — REGULAMENTOS.

AMPARO — Ver FAVORES.

AMPLIAÇÃO — Ver ATTRIBUIÇÕES.

ANIMAES — Ver REGULAMENTOS.

ANEXAÇÃO — Ver DIRECTORIAS — ESCOLAS — HORTO — RE-  
— GULAMENTOS.

ANTIGUIDADE — Manda contar a do segundo tenente da  
arma de infantaria do Exército, Pantaleão Telles Ferreira,  
de 4 de novembro de 1893 (dec. n. 9.266).

APERFEIÇOAMENTO — Ver INSTRUÇÕES.

APOLICES — Torna alienaveis 1.380, pertencentes ao pa-  
trimonio do Instituto Nacional dos Surdos Mudos (dec. nu-  
mero 15.210); o juro das emittidas em virtude do decreto  
n. 4.865, de 1903, deve ser pago na Caixa de Amortização  
e nas delegacias fiscaes (dec. n. 11.821) — Ver EMISSÃO.

APOSENTADORIA — Ver REGULAMENTOS.

APPARELHOS — Concede permissão a João Baptista dos  
Santos e outros para se utilizarem de aereos no transporte  
de passageiros e mercadorias entre as principaes cidades do  
Brasil (dec. n. 13.504); concede permissão a João Varzea para  
se utilizar de aereos no transporte de passageiros e merca-  
dorias entre as principaes cidades do Brasil e entre estas e o  
estrangeiro (dec. n. 13.567); concede permissão a Francisco  
do Rego Barros Barreto Filho para se utilizar de aereos no  
transporte de passageiros e mercadorias entre as principaes  
cidades do Brasil (dec. n. 13.568); concede permissão á  
"Handley-Page, Limited", para o estabelecimento de um ser-  
viço de viação e transporte de passageiros ou cargas por aero-  
planos e hydro-aeroplanos, entre as principaes cidades do  
Brasil (dec. n. 13.569); concede permissão á "Handley Page,  
Limited", para o estabelecimento de um serviço de viação e  
transporte de passageiros ou cargas, por aeroplanos ou hydro-  
aeroplanos entre as principaes cidades do Brasil e o estran-  
geiro (dec. n. 13.630); rectifica clausulas baixadas com o  
decreto n. 13.568, de 1919 (dec. n. 13.702); rectifica a  
clausula VII das baixadas com o decreto n. 13.568, de 1919  
(dec. n. 13.749) — Ver CAES — PRASO — SERVICO.

APPROVAÇÃO — Ver AUTORIZAÇÃO — CÁES — CAIXAS — ES-  
GOTOS — ESTRADAS DE FERRO — ESTUDOS — FAVORES — IN-  
— STRUÇÕES — LINHAS — QUADROS — RÊDE — REGIMENTO —  
— REGULAMENTOS — RESOLUÇÕES — TABELLAS — VENCIMENTOS.

APRENDIZADOS. — Crea um agricola, annexo á Escola Média ou Theorico Pratica de Agricultura da Bahia (dec. numero 8.608j; crea um agricola no municipio de Tubarão (dec. n. 8.872); crea um agricola na Estação Agronomica e Posto Zootechnico em Satuba (dec. n. 8.940); crea um agricola na antiga Estação Experimental de Agricultura Augusto Montenegro (no municipio de Igarapé-Assu' (dec. n. 8.972); crea um agricola no municipio de Guimarães (dec. n. 9.514); estabelece o regimen de internato no Agricola de Barbacena (dec. n. 12.610); crea um agricola em Joazeiro (dec. numero 13.628) — Ver REGULAMENTOS.

APRENDIZES — Ver REGULAMENTOS.

APROVEITAMENTO — Ver FORÇAS — MESAS DE RENDAS — TRANSPORTE.

ARBITRAMENTO — Ver CONTRACTOS — RECLAMAÇÕES.

ARCHIVAMENTO — Ver MARCAS.

ARCHIVO — Ver REGULAMENTOS.

ARMADA — Ver ABONO — CONSELHOS — CONSOLIDAÇÃO — DENOMINAÇÕES — HONRAS — NAVIOS — ORDENANÇAS — REFORMA — REGULAMENTOS — TEMPO.

ARMAMENTO — Ver CREDITOS.

ARMAS — Ver INSPECÇÃO.

ARMAZENS — Approva o projecto e orçamento de dous para serem construidos pela companhia "Port of Pará" em Belém (dec. n. 9.707) — Ver PORTOS — REGULAMENTOS.

ARRANJO — Ver TRATADOS.

ARRECADAÇÃO — Ver IMPOSTOS — REGULAMENTOS — TAXAS.

ARRENDAMENTO — Ver CÃES — CONTRACTOS — ESTRADAS DE FERRO — TERRENOS.

ARSENAES — Ver DIRECTORIAS — REGULAMENTOS.

ARTIFICES — Ver REGULAMENTOS.

ARTIGOS — Manda observar os decretos ns. 6.079, 7.817, 8.520 e 9.323, de 1906, 1910, 1911 e 1912, em relação aos que tiveram entrado em portos brasileiros até á presente data (dec. n. 10.162); manda observar os decretos ns. 6.079, 7.817, 8.520 e 9.323, de 1906, 1910, 1911 e 1912, em relação aos artigos que tenham entrado ou que venham a entrar nos portos brasileiros até 31 de dezembro de 1913 (dec. n. 10.209 A) — Ver DECRETOS — FRETES — INSTRUÇÕES — ORDENANÇA — QUADROS — REGULAMENTOS.

ARTILHARIA — Dispõe sobre a organização das de costa (dec. n. 12.701) — Ver DISTRICTOS — PLANO — REGULAMENTOS.

ASPIRANTES — Ver UNIFORMES.

ASSEMBLÉAS — Ver AUTORIDADE — COMPANHIAS — RESOLUÇÕES — SOCIEDADES — VENCIMENTOS.

ASSISTENCIA — Ver CREDITOS — REGULAMENTOS.

ASSOCIAÇÕES — Approva as resoluções da assembléa geral extraordinária e a encampação da Sociedade Mutua Ex-

celsior pela Mutua Paulista (dec. n. 11.666); dissolve a denominada União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (dec. n. 13.295 — Ver ESTATUTOS — REGULAMENTOS — SOCIEDADES.

ASSUCAR — Ver ESTAÇÕES.

ASTRONOMIA — Ver REGULAMENTOS.

ATTESTADOS — Estabelece condições para a concessão dos de salubridade para os couros de animais abatidos no paiz (dec. n. 13.026).

ATTRIBUIÇÕES — Amplia as miliares da Inspectoria de Portos e Costas (dec. n. 12.699) — Ver ADDIDOS — COMMISSARIADO.

AUDITORES — Ver JURISDICÇÃO — REGULAMENTOS.

AUGMENTO — Ver CONSIGNAÇÕES — CREDITOS — QUADROS — VENCIMENTOS.

AUTOMOVEIS — Ver ESTUDOS.

AUTORIDADE — Reconhece como legitima a do Dr. Francisco Chaves de Oliveira Botelho no governo do Estado do Rio de Janeiro (dec. n. 8.499 A).

AUTORIZAÇÃO — Concede á companhia de seguros Lloyd Amazonense para funcionar e approva os estatutos (decr. numero 8.511); concede á "Dick Kerr and Company, Limited" para funcionar (dec. n. 8.517); concede á companhia "Port of Pará" para continuar a funcionar (dec. n. 8.518); concede á "Brazilian Golder Hill Company, Limited" para funcionar (dec. n. 8.538); concede aos engenheiros civis Antonio de Paula Rodrigues Alves e Eugenio de Andrade Dodsworth para organizarem uma companhia anonyma sob a denominação de Nacional de Pesca (dec. n. 8.585); concede á Companhia de Industria e Commercio Casa Tolle para continuar a funcionar (dec. n. 8.606); concede á "Société de Construction de Batignolles" para funcionar (dec. numero 8.664); concede á sociedade anonyma "Les Grandes Brasseries de Rio de Janeiro" para funcionar (dec. numero 8.665); concede á Sociedade Previdente Amparense para funcionar (dec. n. 8.682); concede á "C. H. Walker and Company, Limited" para funcionar (dec. n. 8.685); concede á "Amazon Warekss Telegraph and Telephone Company" para funcionar (dec. n. 8.686); concede á "Lafayette Rubber States Company, Limited" para funcionar (dec. n. 8.687); concede á "Southern S. Paulo Railway Company Limited" para funcionar (dec. n. 8.730; concede a João Luiz de La-Rocque e outros para organizarem uma empresa anonyma sob a denominação de Companhia de Pesca Paraense (dec. n. 8.731); concede á Companhia Industrial e Commercial para funcional (dec. n. 8.732); concede á "Brazilian Iron and Steel Company" para funcionar (dec. n. 8.733); concede á sociedade anonyma "Banque Brésilienne Italo-Belge" para funcionar com os estatutos, que apresentar (dec. n. 8.740); concede ao "Deutsch-Südamerikanische Bank, Aektiengellschaft" para funcionar no Brasil, com os estatutos que apresentou (dec. n. 8.741); concede á sociedade anonyma "Banque Française et Italienne

pour l'Amérique du Sud" para estabelecer agencias nas cidades de Mococa e S. José do Rio Pardo e na capital do Paraná (dec. n. 8.742); concede a "Gein Exploration Company" para funcionar dec. n. 8.754); concede á Anglo-Brazilian Motor Transport Company, Limited" para funcionar com os estatutos que apresentou (dec. n. 8.755); concede á "Sopa Diamond Mine Company, Limited" para funcionar com os estatutos que apresentou (dec. n. 8.756); concede á sociedade anonyma Uzinaz Nacionais para funcionar com os estatutos que apresentou (dec. n. 8.757); concede á "Itabira Iron Ore Company, Limited" para funcionar com os estatutos que apresentou (dec. n. 8.787); concede á "Ingersoll-Rand Company" para funcionar (decreto n. 8.790); concede á "S. Paulo Electric Company, Limited" para funcionar com os estatutos que apresentou (dec. n. 8.791); concede ao Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud" para estabelecer agencias em Paranaguá, Ponta Grossa, Porto Alegre e Rio Grande (dec. numero 8.797); concede á "Northern Company, Limited" para funcionar (dec. n. 8.811); concede a F. Matarazzo & Comp. para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Industrias Reunidas Fabricas Matarazzo (dec. n. 8.812); concede á "British Manufacturer's Association, Limited" para funcionar (dec. n. 8.813); concede á "Compagnie Générale de Chemins de Fer des Etats du Brésil" para funcionar com os estatutos que apresentou (dec. n. 8.831); concede á Companhia de Pesca Norte do Brasil para funcionar (dec. n. 8.841); concede ao "Deutsche Ueberseeische Bank" (Banco Allemão Transatlático) para estabelecer uma succursal nesta capital e duas agencias em S. Paulo e Santos (dec. n. 8.847); cassa á companhia de seguros contra fogo "The Phenix Assurance Company" para funcionar (dec. numero 8.848); concede á "Hansa Allgemeine Versicherungs-Aktien-Gesellschaft" para operar no Brasil em seguros (decreto n. 8.861); concede á Companhia de Seguros Vera Cruz para operar em seguros terrestres e maritimos (dec. numero 8.862); concede á sociedade anonyma do peculios e educação Mutua Brasil para funcionar com os estatutos que apresentou (dec. n. 8.863); concede á Alliance Assurance Company, Limited" para operar no Brasil em seguros contra fogo e riscos maritimos (dec. n. 8.864); concede á "United States Steel Products Company" para funcionar com os estatutos que apresentou (dec. n. 8.870); concede á "Brazil Company" para funcionar com os estatutos que apresentou (dec. n. 8.873); concede á "North British and Mercantile Insurance Company" para funcionar com os estatutos que apresentou (dec. n. 8.881); concede á sociedade anonyma "Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud" para estabelecer uma agencia na cidade de Jahu (dec. numero 8.882); concede á "Bracuhy Falls and Metallurgical Syndicate, Limited" para funcionar com os estatutos que apresentou (dec. n. 8.903); concede á sociedade aonoyma "Banque Brésilienne Italo-Belge" para estabelecer uma succursal em Santos e agencias em Ribeirão Preto e Jahu (dec. n. 8.906); concede á "Brazilian Colonization and Development Company" para funcionar com os estatutos que apresentou (dec. n. 8.913); concede á Companhia Central de Lactícinios



Para funcionar com os estatutos que apresentou (decreto n. 8.914); concede á «Compañia Progreso Uruguay-Brasil» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 8.915); concede á Companhia Central de Panificação para funcionar com os estatutos que apresentou (decreto n. 8.916); concede á «Brazil Land Cattle and Packing Company» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 8.917); concede á sociedade Mutua Paranaense para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 8.921); concede á «Mississippi Valley, South America and Orient Steamship Company», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 8.938); concede á «Compagnie des Chemins de Fer Fédéraux de l'Est Brésilien» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 8.939); concede á Companhia Moinho Central de Ribeirão Preto para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 8.946); concede á sociedade anonyma «Union Financière Franco-Brésilienne» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 8.951); concede á «Compañia Industrial y Commercial» para continuar a funcionar com os estatutos que apresentou (decreto n. 8.975); concede á «Angla Brazilian Power and Shipping Corporation, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 8.984); concede á Companhia Agave Brasileiro para funcionar (decr. n. 8.986); concede á «Société Franco-Sud Americaine de Travaux Publics» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 8.997); concede á «Société d'Exploitation de Villa Raffard» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 8.999); concede a «Jequié Rubber Syndicate, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.000); concede á sociedade em commandita por acções Moinho Santa Cruz para reformar seus estatutos (decreto n. 9.017); concede á «Mappin Properties Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.018); concede á «Amazon River Steam Navigation Company» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.019); concede á «Compagnie Franco-Americaine d'Assaisissements» para funcionar, com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.020); concede á Companhia Mecanica de Panificação para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.041); concede á companhia «Port of Pará» para continuar a funcionar com as alterações feitas nos estatutos (decr. n. 9.042); concede á Companhia Brasileira de Pescarias para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.069); declara sem effeito os decretos ns. 8.128 e 8.135, de 1910, que concederam á «Preussische National Versidurungs Gesellschaft» para estabelecer agencias nos Estados do Pará e Amazonas (decr. n. 9.073); declara sem effeito o decreto n. 8.134, de 1910, que concedeu á «Nother Assurance Company, Limited», para estabelecer uma agencia na cidade do Rio Grande (decr. n. 9.074); concede á «Mappin & Webb (Brazil) Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.085); concede á «Santa Cruz Coffee Company, Limited», para funcionar (decr. n. 9.086); concede á «Brazil Railway Company» para continuar a funcionar (decr. n. 9.091); concede á «S. Paulo Land Company» para funcionar com os esta-

tutos que apresentou (decr. n. 9.092); concede á sociedade anonyma «Banque Brésilienne Italo-Belge» para estabelecer uma agencia na cidade de Campinas (decr. n. 9.094); concede á «Santos Syndicate, Limited», para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.107); concede á sociedade anonyma de peculios A Familia para funcceionar e approva os estatutos (decr. n. 9.153); concede á sociedade anonyma Zona da Malta para funcceionar e approva os seus estatutos (decr. n. 9.154); concede á «Quarahim Internacional Bridge Company, Limited» para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.173); concede á Companhia Leopoldinense para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.218); concede á Companhia de Conservas Rio Grandense para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.219); cassa a carta patente n. 12, de 1902, e revoga o decreto n. 6.182, de 1906 (decr. n. 9.223); concede á Associação Preventiva de Auxilios Mutuos, com séde em Campinas, para funcceionar e approva os estatutos (decr. numero 9.282); concede á «General Rubber Company of Brazil» para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 9.296); concede á «Deutsch-Südamerikanische Telegraphen-Gesellschaft A. G.» para continuar a funcceionar (decr. n. 9.301); concede á «Standard Oil of Brazil Company» para continuar a funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.335); concede á «Compagnie de l'Urucum» para continuar a funcceionar (decr. n. 9.343); concede á «Island (Pará) Rubber Estates Company, Limited», para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.344); concede á «Brazil Land Cattle and Packing Company» para continuar a funcceionar (decr. n. 9.351); concede á «America-Brazil Corporation» para funcceionar (decr. n. 9.355); concede á Companhia de Seguros Alliança do Sul para funcceionar e approva os estatutos (decr. n. 9.374); concede á Amazon Land and Colonization Company» para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.384); concede á «Guaporé Rubber Company» para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.385); concede á «Brazilian Warrant Company, Limited», para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.398); concede á Companhia Fabrica de Cerveja Mogy-Mirim para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.399); concede á «Rio de Janeiro Lighterage Company, Limited», para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.400); concede á Companhia Commercial para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 4.901); concede á «Compagnie du Port de Rio de Janeiro» para funcceionar (decr. n. 9.402); concede á «Congo Soco Syndicate, Limited», para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.413); concede á Companhia Nacional de Seguros sobre Vidros e Accidentes para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 9.416); concede á sociedade de peculios e bonificações Alliança do Brasil para funcceionar e approva os seus estatutos (decr. n. 9.430); concede á «City of S. Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limited», para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.439); concede á «Ceará Trainway, Light and Power Company, Limited», para funcceionar com os estatutos que apresentou

(decr. n. 9.440); concede á «Southern Brazil Securities Company» para funcionar, com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.441); concede á «Brazil Development and Colonization Company» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.442); concede á «S. Paulo Development and Colonization Company» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.443); concede á «Société Française d'Entreprises au Brésil» para continuar a funcionar (decr. n. 9.453); concede á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited», para continuar a funcionar (decr. n. 9.454); altera algumas disposições do decreto n. 8.863, de 1911 (decr. n. 9.461); concede á Empresa de Armazens Frigoríficos para funcionar (decreto n. 9.505); concede á «Amazonas Engineering, Company, Limited», para funcionar (decr. n. 9.510); concede á Companhia Hanseatica para continuar a funcionar (decr. numero 9.511); concede á «Caloric Company» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.512); concede á Companhia de Generos Congelados para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.535); concede á Sociedade Mutua de Peculios Bonificadora, com sede em Barbacena, para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 9.564); concede á «Amazon Land and Colonization Company» para continuar a funcionar com os estatutos que apresentou (decreto n. 9.577); concede ao Banco Allemão Transatlantico para estabelecer uma agencia em Niteroi e outra em Petropolis (decr. n. 9.578); concede á «Compagnie d'Assurance Générale contre l'Incendie» para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 9.588); concede á «Société Anonyme des Chocolats Suisses de S. Paulo» para funcionar (decr. numero 9.591); concede á «Araruama Estates Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.592); concede á Companhia Mecanica de Panificação para continuar a funcionar (decr. n. 9.593); concede á «Société Anonyme Anciens Etablissements Duches pour l'Alimentation» para continuar a funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.601); concede á Companhia União dos Refinadores para continuar a funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.602); concede á sociedade anonyma «Caisse Générale de Prêts Fonciers e Industriels» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.603); concede á «Villa Nova Rubber Estates & Trading Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.607); concede á «Amazon Telegraph Company, Limited», para continuar a funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.608); concede á «North of Brazil Finance and Development Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.609); concede á «Société Financière au Brésil» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 9.610); concede á Sociedade Mutua Excelsior para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.611); concede á Companhia Cervejaria Guanabara para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.614); concede á sociedade anonyma «Banque Française pour le Brésil et l'Amerique du Sud» e approva os estatutos (decr. n. 9.628); concede á «Moja Rubber Plantations and Development Com-



pany» para funcionar com os estatutos que apresentou (decreto n. 9.641); concede á sociedade A' Providencia para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 9.652); concede á «Southern Territories Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.663); concede á «United Brazilian Syndicate, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.664); concede á Companhia Frigorifica e Pastoril para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.673); concede á Associação Beneficente de Peculios Mutua S. Joannense para funcionar e approva os seus estatutos (decr. n. 9.685); modifica o decreto n. 9.430, de 1912 (decr. n. 9.686); concede á Companhia Commercio e Lavoura para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.688); concede á Companhia Central de Panificação para continuar a funcionar (decr. numero 9.689); concede á «Conquista-Xicão Gold Mines Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.705); concede á sociedade anonyma de peculios e bonificações A Segurança da Família para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 9.715); concede á «Brazil Railway Company» para continuar a funcionar (decr. numero 9.737); concede á «Sociedad Unión del Rosario» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.738); concede á «Anglo-Brazilian Forging Steel Structural Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.750); concede á «Minas Geraes and Espirito Santo Exploration Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.751); concede á «Miranda Estancia Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.783); concede á Companhia Commercio e Navegação para continuar a funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.784); concede á «Pauling and Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.805); concede á sociedade anonyma de peculios A Universal para funcionar e approva os respectivos estatutos (decr. n. 9.809); concede á «Brazil Company» para funcionar (decr. n. 9.819); concede á «Société Belge des Mines d'Etain de Campinas» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.820); concede á «Société Anonyme des Etablissements Americains Gratry» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.829); concede á «Middletown Car Company» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 9.855); concede á Sociedade Anonyma Augusta para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.856); concede á sociedade anonyma de peculios e rendas por mutualidade A Mundial para funcionar e approva os estatutos (decreto n. 9.866); concede á «Anglo-Brazilian Meat Company» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 9.882); concede á companhia de seguros de vida por mutualidade e de beneficencia Reserva do Futuro para funcionar (decr. n. 9.896); concede á companhia de auxilios mutuos sobre a vida A Auxiliadora do Estado de Minas Geraes para funcionar e approva os seus estatutos (decr. n. 9.899); concede ao Banco Nacional Ultramarino para funcionar no Brasil e approva os estatutos (decr. n. 9.900); concede á «Godyear Tire and Rubber Company, of South America»



para funcionar (decr. n. 9.918); concede á «South American Mining Company» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.932); concede á sociedade anonyma Usinas Nacionais para continuar a funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.933); concede á sociedade de seguros A Mutualidade Pernambucana para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 9.936); concede á sociedade anonyma A Perseverança Internacional para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 9.937); concede á «A. E. G. Sudamerikanische Elektrizitäts Gesellschaft mit beschränkter Haftung» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 9.989); concede á «Caloric Company» Quarahim» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.021); concede á Companhia Hanseatica para continuar a funcionar com os estatutos que apresentou (decreto n. 10.022); concede á «Société Anonyme des Etablissements Block» para continuar a funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.023); concede á «South American Tour» para funcionar na Republica com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.029); concede á Alagôas and North Railway Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.030); concede á Companhia Antartica para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.036); concede á sociedade de seguros A Continental para funcionar e approva os estatutos (decr. numero 10.042); concede para funcionar á sociedade de auxilios mutuos A Protectora do Lar e approva os estatutos (decr. n. 10.043); concede á Sociedade Nacional de Seguros, Peculios e Rendas Victoria para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.044); concede á Sociedade Mutua de Peculios e Pensões Rio Brasil, para funcionar e approva os seus estatutos (decr. n. 10.046); concede á «Agua Santa Coffee Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.057); concede á «Southern Brazil Lamber Company» para continuar a funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.058); concede á sociedade anonyma de seguros Garantia Mineira para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.080); concede á sociedade anonyma de peculios União Mineira para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.081); concede á Companhia Agricola de Seguros para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.083); concede á sociedade de peculios Mutua Central para funcionar e approva os estatutos (decreto n. 10.084); concede á «Amazon Valley Development Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.091); concede á «Griffith Williams & Johnson Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.092); concede á Mutua Ourepretana, sociedade mutua de peculios sobre a vida, para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.095); concede á «Pernambuco Tramways and Power Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.103); concede á «Companhia Saladero Barra do para continuar a funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.104); concede á sociedade beneficente e de peculios Garantia Paulista para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.110); concede á sociedade de

seguros mutuos e de credito popular Garantia do Futuro para funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.111); concede ao Banco Nacional Ultramarino para estabelecer uma agencia em Nietheroy e outra na Capital Federal (decr. numero 10.120); concede á «Grongogy Company» para funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.124); concede á «Brazilian Diamond Concessions Syndicate, Limited», para funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.131); concede á «Deutsch-Sudamerikanische Telegraphengesellschaft, A. G.» para continuar a funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.157); concede ao «London and River Plate Bank» para estabelecer uma agencia em Maceió (decr. n. 10.163); concede á A. Liberal, sociedade anonyma de peculios e auxilios mutuos, para funcíonar e approva os estatutos (decr. n. 10.164); concede á Fraternidade Sul Mineira, sociedade anonyma de peculios e pensões para funcíonar e approva os estatutos (decr. numero 10.165); concede á companhia de seguros marítimos e terrestres União Fluminense para funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.167); concede á «Anglo-Mexican Petroleum Products Company, Limited», para funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.168); concede á «Brazil Ferro-Concrete Construction Company, Limited», para funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. numero 10.169); concede á sociedade anonyma de peculios e rendas A Americana para funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.172); concede á Mutuaria Amparo das Familias, sociedade beneficente de peculios, para funcíonar e approva os estatutos (decr. n. 10.175); concede á sociedade beneficente e de credito popular A Vida Mutua para funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.188); concede á sociedade anonyma de peculios «A União Internacional» para funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.189); concede á sociedade de peculios e predios A Mutua Federal para funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.190); concede á sociedade de peculios e pensões A Vitalicia Pernambucana para funcíonar e approva os estatutos (decr. n. 10.191); concede á de seguros e peculios Globo para funcíonar e approva os estatutos (decr. numero 10.199); concede á União Brasileira, sociedade paulista beneficente de peculios, para funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.200); concede á A Nacional, sociedade anonyma de peculios por mutualidade, para funcíonar e approva os estatutos (decr. n. 10.201); concede á Rio de Janeiro, sociedade de auxilios e peculios por mutualidade, para funcíonar e approva os estatutos (decr. n. 10.202); concede á «Electric Tramways Company of Ribeirão Preto, Brazil», para funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.211); concede á «Otis Elevator Company of Maine» para funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.212); concede á sociedade anonyma Dote Paranaense para funcíonar e approva os estatutos (decr. numero 10.214); concede á «Middletown Car Company» para continuar a funcíonar com os estatutos que apresentou (decreto n. 10.215); concede á «Santa Cruz Coffee Company» para continuar a funcíonar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.216); concede á sociedade anonyma de pensões,

peculios e dotes A Carioca para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.217); concede á sociedade anonyma de seguros, peculios e rendas A Popular para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.224); concede á «Société Forestière et Industrielle de S. Matheus» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.228); concede á «Gasmotoren-Fabrik Deutz» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.229); concede á «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil» para adquirir e montar quatro balanças de 50 toneladas nas estações de Pelotas, Santa Anna do Livramento, Bagé e Montenegro (decreto n. 10.238); concede á «Dunlop Pneumatic Tyre Company (South America), Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.242); concede á «J. G. Santos & Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.247); concede á «Brazil Takushoku Kaisha» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.248); concede á «Companhia Anonima Rio Branco» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.249); concede ao Banco dos Funcionarios para transferir a Abilio de Carvalho Fontes e outro os direitos e obrigações constantes do decreto n. 771, de 1890 (decr. n. 10.255); concede á Companhia de Lactecios Mondia para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.264); concede á sociedade de peculios por mutualidade A Bonanga para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.265); concede á sociedade de seguros mutuos e beneficencia Heranga Popular para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.269); concede á «Bahia Rubber & Fibre Plantation Company» para substituir esta denominação pela de «British and Brazilian Rubber Plantations and Manufacturers Company, Limited» (decr. numero 10.278); concede á Mutua Ituana, sociedade de seguros de vida, para funcionar e approva os estatutos (decr. numero 10.280); cassa os decretos ns. 9.023 e 9.322, de 1911 e 1912, que concederam á Companhia de Seguros Pastoril Mineira para funcionar (decr. n. 10.283); cassa a dada á Companhia Nacional de Seguros sobre Vidros e Accidentes para funcionar pelo decreto n. 9.416, de 1912 (decr. n. 10.287); concede á «Compagnie du Port de Rio de Janeiro» para continuar a funcionar (decr. n. 10.301); concede á Fabrica Rio-Grandense de Adubos e Productos Chimicos para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.302); concede á Thesouro da Familia, sociedade de peculios mixtos, para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 10.304); concede á sociedade nacional de seguros, peculios e rendas A Gaucha para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.306); concede á sociedade Paz e Labor para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.308); concede á Associação Beneficente Campista de Auxilios Mutuos para funcionar, com os estatutos que apresentou (decr. numero 10.334); concede á sociedade de auxilios mutuos A Protectora para funcionar e approva os estatutos (decr. numero 10.336); concede á «Julius Pinsch Aktiengesellschaft» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 10.346); concede á sociedade anonyma de seguros mutuos A Fidelidade para funcionar com os estatutos que



apresentou (decr. n. 10.349); concede á sociedade mutua de seguros contra incendio Atlas para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.356); concede á Companhia Industrial Pescador Santa Cruz para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.363); concede á «Schweizerisch Handels-Und Industrie Gesellschaft für Brezilien» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 10.364); concede á «American Rolling Mill Company» para funcionar (decr. n. 10.365); concede á Companhia de Seguros Novo Mundo, para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.366); concede á Associação Garantia das Famílias para funcionar e approva os estatutos (decr. numero 10.367); concede á sociedade mutua beneficente Familiaritaria para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.389); concede á sociedade anonyma Geral, companhia de seguros, para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.401); concede á sociedade de peculios mixtos por mutualidade A Conciliadora para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.408); concede á Mutualidade Vitalicia para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.410); concede á sociedade anonyma de peculios por mutualidade A Cosmopolita para funcionar e approva os estatutos (decr. numero 10.411); concede á «Société Anonyme Etablissements Emile Laport e Compagnie» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.416); concede á Companhia Calçado «Clark, Limited», para continuar a funcionar, com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.417); concede á «Griffitts-Williams & Johnson Company, Limited», para continuar a funcionar (decr. n. 10.418); concede á sociedade anonyma de peculios «Sanatorium» para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.420); concede á sociedade de peculios mixtos O Futuro para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.421); concede á «Stolle Emerson & Company» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.426); concede á «A. E. G. Sudamerikanische Elektrizitäts-Gesellschaft mit Beschränkter Haftung» para continuar a funcionar (decr. n. 10.427); concede á «America Trading Company of Brazil» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.428); concede á Associação Paulista Beneficente Segurança para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.430); concede á sociedade de peculios A Barbacense para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.431); concede á sociedade mutua de peculios A Conservadora para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.432); concede á sociedade nacional de peculios e rendas Mutua Rio-Grandense para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.433); concede á sociedade de peculios por mutualidade A Redemptora para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.435); concede á «Mappin & Webb (Brazil) Company, Limited», para continuar a funcionar (decr. n. 10.438); concede á sociedade mutua Aliança Mineira para funcionar e approva os estatutos (decreto n. 10.439); concede á companhia de seguros sobre a vida Guanabara para funcionar e approva os estatutos (decreto n. 10.440); concede á sociedade anonyma de auxilios e peculios sobre a vida Mutua Rio Branco para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.442); concede á sociedade



beneficente de peculios A' Salvadora para continuar a funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.456); concede á «Société Nouvelle des Etablissements Decauville Ainé» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.459); concede á sociedade mutua de peculios A' Compensadora para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.469); concede á sociedade mutua de peculios A Felicidade para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.470); concede á sociedade mutua de peculios sobre a vida Patrimonio da Familia para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.471); concede á «Société de Construction du Port de Pernambuco» para continuar a funcionar (decr. n. 10.476); concede a «Sir John Jackskon (Sud America) Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.477); concede á Sociedade Anonyma Gahiba para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.478); concede á sociedade mutua de seguros sobre a vida Triumphal para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.481); concede á sociedade mutua A Providente Dotal Brasileira para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.482); concede á sociedade de peculios sobre a vida Mutuaria Providente para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.483); concede á sociedade anonyma de seguros A Ideal Mineira para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.484); concede á Companhia Continental de Cigarros para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.498); concede á sociedade de peculios por mutualidade A Fraternal para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.499); concede á sociedade mutua de seguros e peculios A Equatorial para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.500); concede á sociedade mutua de seguros e peculios A Economica para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.502); concede á sociedade de auxilios mutuos Fraternidade Pernambucana para funcionar e approva os estatutos (decr. numero 10.503); concede á «Société Sucrierie de Rio Branco» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 10.521); concede á «Southern Brazil Electric Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.534); concede á «Compagnie des Cables Sud Americains» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.535); concede á «Continental Products Company» para funcionar com os estatutos que apresentou (decreto n. 10.536); concede á sociedade anonyma de peculios mutuos A Mutualidade do Sul para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.539); concede ao Dr. Manoel de Freitas Paranhos e outro para organizarem a Companhia de Bancos Populares do Brasil e approva os estatutos (decr. n. 10.540); concede á «Schlodtneann & C. Aktiengesellschaft» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.553); concede á «Mappin Stores (Brazil) Company» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.563); concede ao Dr. José Antonio Pedreira de Magalhães Castro para organizar uma sociedade sob a denominação de Banco Brasileiro de Mineração (decr. n. 10.564); concede á sociedade anonyma de peculios por mutualidade A Amparadora para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 10.565); altera a clausula II do decreto n. 10.044, de

1913 (decr. n. 10.588); concede á «Galena-Signal Oil Company of Brazil Company» para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.593); concede á sociedade mutua de peculios e pensões Capital Mineira para funcceionar e approva os estatutos (decr. n. 10.628); cassa á sociedade beneficente Igualdade a para funcceionar dada pelo decreto n. 8.424, de 1910 (decr. n. 10.629); altera a clausula III do decreto numero 10.164, de 1913 (decr. n. 10.631); concede á companhia de seguros Mutua Esperança para funcceionar e approva os estatutos (decr. n. 10.641) concede á companhia brasileira de seguros marítimos e terrestres Anglo Sul Americana para funcceionar e approva os estatutos (decr. n. 10.642); concede á sociedade Mutuaria Christã Brasileira para funcceionar e approva os estatutos (decr. n. 10.643); concede á sociedade anonyma de peculios e ótões A Minas Central para funcceionar e approva os estatutos (decr. n. 10.644); concede á sociedade mutua de seguros sobre a vida A Humanitaria para funcceionar e approva os estatutos (decr. n. 10.645); concede á «Great Western of Brazil Railway Company, Limited», para continuar a funcceionar com os estatutos que apresentou (decreto n. 10.664); altera a clausula III do decreto n. 10.080, de 1913 (decr. n. 10.744); altera a clausula III do decreto n. 10.204, de 1913 (decr. n. 10.742); modifica a clausula III do decreto n. 10.247, de 1913 (decr. n. 10.747); concede á «Sorocabana Railway Company» para continuar a funcceionar (decr. n. 10.725); concede á «Espirito Santo Company, Limited», para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.726); concede á «Santa Cruz Railway Company, Limited», para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.756); concede á companhia «General Electric do Brazil» para funcceionar com os estatutos que apresentou (decreto n. 10.760); concede á sociedade mutua de peculios Caixa Dotal do Recife para funcceionar e approva os estatutos (decr. n. 10.771); modifica a clausula II do decreto n. 10.482, de 1913 (decr. n. 10.772); concede á «Lidgerwood Company» para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 10.776); concede á Sociedade Mutualidade Catharinense para funcceionar e approva os estatutos (decr. n. 10.784); concede á sociedade mutua Dote Matrimonial para funcceionar e approva os estatutos (decr. n. 10.786); concede á sociedade mutua de peculios A Matto Grosso para funcceionar e approva os estatutos (decr. n. 10.790); concede á sociedade anonyma de peculios A Triangulo Mineiro para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.791); concede á sociedade de peculios Mutua Ribeirão Preto para funcceionar e approva os estatutos (decr. n. 10.792); concede á sociedade anonyma Cooperativa Fiat Lux para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.806); concede á companhia União dos Varegistas da Bahia para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.807); concede á «Société d'Entreprises Générales du Brésil» para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.811); cassa o decreto n. 10.401, de 1913 (decr. n. 10.813); concede á sociedade A Realidade para funcceionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.815); suspende o funcceionamento da sociedade de seguros A Continental (decr. n. 10.816); concede á sociedade mutua de seguros A Salvadora Mineira para funcceionar

com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.824); altera a clausula III do decreto n. 10.366, de 1913 (decr. n. 10.836); concede á sociedade mutua de peculios, sorteios e beneficencia Iris Paraense para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.839); altera a clausula III do decreto n. 10.172, de 1913 (decr. n. 10.840); concede á sociedade mutua beneficente de peculios A Beneficencia Mineira e approva os estatutos (decr. n. 10.852); concede á sociedade anonyma «Banque Brésilienne Italo-Belge» para estabelecer uma succursal na Capital Federal e approva os estatutos (decr. n. 10.856); concede á «American Locomotive Sales Corporation» para funcionar (decr. n. 10.858); autoriza á sociedade anonyma de peculios Mutualidade Goytacaz para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.863); autoriza á sociedade anonyma Caixa de Peculios Campista para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.865); concede á sociedade anonyma de peculios dotaes A Protectora Nupcial para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.868); concede a Alfredo Drossner e Jules Roth, banqueiros em Paris, para organizarem uma sociedade bancaria, com séde na Capital Federal (decr. n. 10.875); concede á sociedade de peculios A Concepcioneiro para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.885); concede á sociedade de auxilios mutuos A Garantia Dotal para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.886); concede á sociedade Dotal Fluminense para funcionar e approva os estatutos (decr. numero 10.887); concede á sociedade dotal A Integradora para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.888); concede á sociedade anonyma de peculios e dotes A Espirito Santense para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.889); concede á sociedade de seguros de vida por mutualdiade A Soberana para funcionar com os estatutos que apresentou (decreto n. 10.913); modifica a clausula II do decreto n. 10.366, de 1913 (decr. n. 10.914); concede á «Brazilianische Bergwerks und Hutten-Gesellschaft mit Behrakter Haftung» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 10.919); concede á sociedade cooperativa de responsabilidade limitada Panificia para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.930); concede á sociedade anonyma Grandes Moinhos do Brasil para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.946); concede á sociedade de peculios Garantia do Porvir para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.947); concede á sociedade mutua de seguros e peculios A Modelar para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.948); concede á sociedade Minas do Sul para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.952); concede á sociedade mutua A Meridional para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 10.973); concede para funcionar á sociedade de peculios mutuos A Varginhense e approva os estatutos (decr. n. 10.984); concede á Companhia Hanseatica para continuar a funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 10.987); concede para funcionar á sociedade mutua de peculios União Dotal Brasileira e approva os estatutos (decr. n. 10.994); concede para funcionar á sociedade mutua dotal Iracema e approva os seus estatutos (decr. n. 10.995); concede para funcionar á sociedade anonyma Caixa Dotal de S. Paulo e approva os estatutos (de-



creto n. 10.996); modifica a clausula II do decreto n. 10.863, de 1914 (decr. n. 10.997); concede para funcionar á sociedade mutua A' Dotal e Educadora Tombense e approva os estatutos (decr. n. 10.998); concede á «Madeira-Mamoré Railway Company» para continuar a funcionar e approva os estatutos (decr. n. 11.010); concede á «Southern Brazil Electric Company, Limited», para continuar a funcionar (decr. n. 11.011); concede para funcionar á sociedade mutua de peculios A Nupcial e approva os estatutos (decreto n. 11.013); concede para funcionar á sociedade de auxilios mutuos de dotes por casamentos e nascimentos São Paulo Dotal (decr. n. 11.014); concede á sociedade de peculios mutuos S. Salvador da Bahia para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 11.015); concede para funcionar á sociedade dotal de auxilios mutuos e de economia popular Friburguense e approva os estatutos (decr. n. 11.028); concede á sociedade anonyma de peculios e dotes A Minas Central para funcionar e approva a reforma dos estatutos (decr. n. 11.029); modifica a clausula III do decreto numero 10.995, de 1914 (decr. n. 11.032); concede á «Albingia Versicherungs Aktiengesellschaft» para continuar a funcionar com a nova denominação «Albingia Hamburg-Dusseldorfer Versicherungs Aktiengesellschaft» e approva os estatutos (decr. n. 11.033); modifica a clausula III do decreto n. 10.433, de 1913 (decr. n. 11.034); concede para funcionar á sociedade de auxilios mutuos Garantia da Infancia e approva os estatutos (decr. n. 11.043); concede para funcionar á sociedade de auxilios mutuos de peculios Dotal S. Joannense e approva os estatutos (decr. n. 11.045); concede para funcionar á sociedade anonyma Dotal Juiz de Fóra e approva os estatutos (decr. n. 11.047); concede para funcionar á mutua Concordia e approva os estatutos (decreto n. 11.048); modifica a clausula III do decreto numero 11.014, de 1914 (decr. n. 11.049); concede para funcionar á sociedade de peculios por mutualidade A Preciosa e approva os estatutos (decr. n. 11.050); concede para funcionar á mutua de peculios Mutua Dotal Macahense e approva os estatutos (decr. n. 11.052); concede para funcionar á sociedade mutua de peculios A Juiz-Forana (decr. numero 11.072); concede á «Telephone Company of Pernambuco, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 11.085); concede para funcionar á sociedade anonyma de peculios e dotes A Confiança Dotal (decreto n. 11.094); concede para funcionar á sociedade mutua A Matrimonial e approva os estatutos (decr. n. 11.095); altera a clausula II do decreto n. 10.839, de 1914 (decr. numero 11.096); cassa o decreto n. 9.896, de 1912 (decr. numero 11.099); concede para funcionar á sociedade mutua Estados Unidos e approva os estatutos (decr. n. 11.124); concede para funcionar á sociedade mutua União Carangolense (decr. n. 11.132); cassa o decreto n. 10.042, de 1913 (decr. n. 11.133); concede á «Société Française d'Entreprises de Dragages e de Travaux Publics» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 11.161); concede á sociedade mutua A Protectora Dotal Mineira para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 11.176); concede á «Rio de Janeiro City Improvements Company» para continuar a funcionar (decr. n. 11.180); concede á sociedade anonyma



Triumphal de Passos para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 11.183); concede á mutua de seguros sobre a vida A Capitalizadora para funcionar e approva os estatutos (decreto n. 11.184); concede para funcionar á sociedade Perseverança do Recife e approva os estatutos (decr. n. 11.186); concede á «Société Colonière Belge Brésilienne» para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 11.187); concede para funcionar á sociedade O Dote e approva os estatutos (decr. n. 11.201); concede para funcionar á sociedade Dotal Brasileira e approva os estatutos (decr. n. 11.202); altera a clausula II do decreto n. 11.184, de 1914, que autorizou á sociedade mutua de seguros sobre a vida A Capitalizadora a funcionar (decr. n. 11.205); concede á «Compagnie des Magazins Généraux et Entrepôts Libres d'Anvers» para funcionar (decr. n. 11.208); concede para funcionar á sociedade Progresso Dotal com os estatutos que apresentou (decreto n. 11.215); concede para funcionar á sociedade mutua Esperança do Brasil e approva os estatutos (decr. n. 11.216); modifica a clausula III do decreto n. 10.984, de 1914 (decreto n. 11.218); altera o decreto n. 11.047, de 1914 (decreto n. 11.242); modifica a clausula III do decreto numero 11.015, de 1914 (decr. n. 11.243); concede para funcionar á sociedade Paulista de Dotes e approva os estatutos (decr. n. 11.244); altera a clausula III do decreto n. 10.998, de 1914 (decr. n. 11.245); concede para funcionar á sociedade anonyma de seguros Brasil Unido (decr. n. 11.246); altera a clausula III do decreto n. 11.072, de 1914 (decr. numero 11.251); concede para funcionar á sociedade Jupiter e approva os estatutos (decr. n. 11.294); modifica a clausula II do decreto n. 11.014, de 1914 (decr. n. 11.296); concede á Companhia Hanseatica para continuar a funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 11.298); concede para funcionar á Conjugal Brasileira, sociedade anonyma de peculios (decr. n. 11.332); concede para funcionar á sociedade mutua de peculios Conforto da Familia e approva os estatutos (decr. n. 11.333); concede para funcionar á sociedade Matrimonial Brasileira e approva os estatutos (decreto n. 11.334); concede para funcionar á sociedade mutua de peculios A Guaranesia e approva os estatutos (decr. n. 11.335); concede para funcionar á sociedade Dotal Paulista e approva os estatutos (decr. n. 11.337); concede para funcionar á sociedade de auxilios mutuos e peculios Mutua Passense e approva os estatutos (decr. n. 11.339); modifica a clausula III do decreto n. 11.121, de 1914 (decr. n. 11.341); modifica a clausula III do decreto n. 11.246, de 1914 (decreto n. 11.342); modifica a clausula III do decreto numero 11.186, de 1914 (decr. n. 11.343); modifica a clausula III do decreto n. 11.244, de 1914 (decr. n. 11.344); concede para funcionar á sociedade mutua Caixa Geral das Creanças (decr. n. 11.346); modifica a clausula III do decreto n. 10.836, de 1914 (decr. n. 11.347); modifica o decreto n. 11.216, de 1914 (decr. n. 11.348); concede á sociedade anonyma de peculios mutuos Sul Mineira para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 11.349); concede á sociedade mutua Economia Popular para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 11.350); concede á Sociedade Mutua Predial Bahiana para funcionar e approva os esta-

tutos (decr. n. 11.361); concede á sociedade mutua Insu-peravel para funcionar e approva os estatutos (decr. numero 11.362); concede para funcionar á sociedade anonyma A Previsora e approva os estatutos (decr. n. 11.363); concede para funcionar á sociedade de seguros mutuos e de auxilios «Palladium» e approva os estatutos (decr. numero 11.364); concede para funcionar á sociedade de seguros mutuos Dotal Jahuense e approva os estatutos (decreto n. 11.365); concede para funcionar á sociedade Gloria e approva os estatutos (decr. n. 11.384); concede á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company» para continuar a funcionar (decr. n. 11.405 A); concede á sociedade anonyma Industrias Matarazzo do Paraná para funcionar (decr. n. 11.406 A); concede á Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Retalhistas de Carne Verde para funcionar (decr. n. 11.449); concede para funcionar á sociedade Garantia Dotal das Familias e approva os estatutos (decr. n. 11.451); concede á «Société Anonyme des Roulements à Belles Suedois S. K. F.» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 11.463); concede á sociedade anonyma Educadora para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 11.464); concede á sociedade «Ouro Preto Gold Mines of Brazil, Limited», para continuar a funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 11.490); concede á «Rio de Janeiro and S. Paulo Telephone Company» para funcionar (decr. n. 11.500); concede ao «National City Bank of New York» para estabelecer diversas succursaes e agencias (decr. n. 11.503); cassa o decreto n. 8.682, de 1911 (decr. n. 11.512); concede á «Booth and Company (Londres)» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 11.523); concede á Companhia Phenix para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 11.537); concede á «Tijuca Company, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 11.543); concede á sociedade anonyma Augusta para continuar a funcionar (decr. n. 11.544); concede á Companhia Industrial e Mercantil Casa Tracalanza, para funcionar (decr. n. 11.555); cassa o decreto n. 8.911, de 1911 (decr. n. 11.556); cassa os decretos ns. 10.842, de 1913, e 10.772, de 1914 (decr. numero 11.557); cassa o decreto n. 10.440, de 1913 (decr. numero 11.558); concede á «Rio Grandense Light and Power Syndicate, Limited» para funcionar (decr. n. 11.563); cassa o decreto n. 10.110, de 1913 (decr. n. 11.567); cassa o decreto n. 8.171, de 1910 (decr. n. 11.568); concede á «S. Paulo (Brazilian) Railway Company» para continuar a funcionar (decr. n. 11.571); cassa o decreto n. 10.164, de 1913 (decr. n. 11.576); concede ao Banco Nacional Ultramarino para estabelecer agencias em S. Paulo e Santos (decreto n. 11.600); cassa o decreto n. 10.165, de 1913 (decreto n. 11.612); cassa o decreto n. 11.384, de 1914 (decreto n. 11.613); cassa os decretos ns. 10.224, 10.750 e 10.751, de 1913 e 1914 (decr. n. 11.614); cassa o decreto n. 10.490, de 1913 (decr. n. 11.652); cassa o decreto numero 10.995, de 1914 (decr. n. 11.654); concede para funcionar á Cosmopolita, sociedade anonyma de peculios (decreto n. 11.655); concede á Companhia de Avicultura para funcionar (decr. n. 11.656); cassa o decreto n. 10.643, de 1913

(decr. n. 11.661); cassa o decreto n. 10.885, de 1914 (decreto n. 11.662); cassa o decreto n. 11.184, de 1914 (decreto n. 11.663); cassa o decreto n. 10.868, de 1914 (decreto n. 11.664); cassa o decreto n. 11.292, de 1914 (decreto n. 11.665); cassa o decreto n. 10.217, de 1913 (decreto n. 11.671); cassa a concessão feita pelo decreto numero 4.396, de 1902 (decr. n. 11.672); concede á sociedade anonyma Engenho Central Conde de Wilson para funcionar (decr. n. 11.676); concede á Companhia Brasileira «Gas-acumulador A. G. A.», para funcionar (decr. n. 11.689); concede á sociedade anonyma Grandes Moinhos Gamba para organizar-se (decr. n. 11.695); cassa o decreto n. 11.335, de 1914 (decr. n. 11.696); concede á «Texas Company (South America), Limited», para funcionar (decr. n. 11.702); cassa o decreto n. 10.484, de 1913 (decr. n. 11.713); cassa o decreto n. 10.389, de 1913 (decr. n. 11.714); cassa os decretos ns. 10.366, 10.836, 10.864 e 11.347, de 1913 e 1914 (decr. n. 11.715); cassa o decreto n. 10.786, de 1914 (decreto n. 11.716); cassa o decreto n. 11.337, de 1914 (decreto n. 11.717); cassa os decretos ns. 11.246 e 11.342, de 1914 (decr. n. 11.718); cassa o decreto n. 11.335, de 1914 (decr. n. 11.719); concede á «Dental Manufacturing Company (Brazil), Limited», para funcionar (decr. n. 11.723); cassa o decreto n. 10.265, de 1913 (decr. n. 11.725); concede á «Société Forestière e Industrielle de S. Matheus» para continuar a funcionar (decr. n. 11.727); cassa os decretos ns. 10.044 e 10.588, de 1913 (decr. n. 11.734); cassa o decreto n. 9.652, de 1912 (decr. n. 11.743); cassa o decreto n. 9.153, de 1911 (decr. n. 11.769); cassa o decreto numero 11.770, de 1914 (decr. n. 11.770); cassa o decreto numero 10.887, de 1914 (decr. n. 11.780); cassa os decretos numeros 9.430 e 10.254, de 1913 (decr. n. 11.785); concede á «Produce & Warrant Company» para funcionar (decr. numero 11.788); cassa o decreto n. 10.792, de 1914 (decr. numero 11.798); cassa o decreto n. 10.865, de 1914 (decr. numero 11.799); cassa o decreto n. 11.176, de 1914 (decr. numero 11.800); cassa o decreto n. 11.050, de 1914 (decr. numero 11.801); cassa o decreto n. 8.899, de 1912 (decr. numero 11.816); cassa o decreto n. 10.791, de 1914 (decr. numero 11.819); cassa os decretos ns. 10.411 e 11.655, de 1913 e 1915 (decr. n. 11.824); cassa o decreto n. 10.886, de 1914 (decr. n. 11.826); cassa o decreto n. 10.947, de 1914 (decreto n. 11.827); cassa o decreto n. 10.483, de 1913 (decreto n. 11.828); cassa o decreto n. 10.824, de 1914 (decreto n. 11.871); cassa o decreto n. 10.095, de 1913 (decreto n. 11.913); cassa o decreto n. 11.294, de 1914 (decreto n. 11.924); cassa o decreto n. 11.333, de 1914 (decreto n. 11.925); concede á «S. Paulo Northern Railroad Company» para funcionar (decr. n. 11.930); concede á «Atlas Coffee Company, Limited», para funcionar (decr. n. 11.931); cassa o decreto n. 10.442, de 1916 (decr. n. 11.938); cassa o decreto n. 11.095, de 1914 (decr. n. 11.939); concede á Caixa Popular, sociedade maranhense de pensões, para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 11.941); cassa o decreto n. 10.308, de 1913 (decr. n. 11.957); cassa o decreto n. 10.430, de 1913 (decr. n. 11.965); cassa o decreto numero 10.421, de 1913 (decr. n. 11.966); cassa o decreto nu-

mero 10.084, de 1913 (decr. n. 11.967); cassa o decreto n. 10.083, de 1913 (decr. n. 11.968); declara sem effeito o decreto n. 9.715, de 1912 (decr. n. 11.969); declara sem effeito o decreto n. 10.939, de 1914 (decr. n. 11.970); cassa o decreto n. 10.367, de 1913 (decr. n. 11.977); cassa o decreto n. 10.200, de 1913 (decr. n. 11.986); concede á Companhia Pecuaria e Frigorifica do Brasil para funcionar (decr. n. 11.999); concede á companhia «Adelbert H. Alden, Limited», para continuar a funcionar (decr. n. 12.000); concede á companhia «General Electric do Brazil, Inc.», para continuar a funcionar (decr. n. 12.009); concede á «Penha Company, Inc.», para continuar a funcionar (decr. n. 12.010); concede á Companhia Vieira Mattos para funcionar (decreto n. 12.021); concede á «Matto Grosso & Bolivia Handels Gesellschaft mit Beschraenkter Haftung» para funcionar (decr. n. 12.022); cassa o decreto n. 11.305, de 1914 (decreto n. 12.034); cassa os decretos ns. 11.047 e 11.248, de 1914 (decr. n. 12.035); cassa o decreto n. 10.913, de 1914 (decr. n. 12.037); cassa o decreto n. 10.172, de 1913 (decreto n. 12.038); cassa o decreto n. 11.372, de 1914 (decreto n. 12.039); cassa o decreto n. 11.121, de 1914 (decr. numero 12.040); cassa o decreto n. 10.503, de 1913 (decr. numero 12.047); cassa o decreto n. 10.994, de 1914 (decr. numero 12.054); cassa o decreto n. 11.186, de 1914 (decr. numero 12.055); cassa os decretos ns. 10.644 e 11.029, de 1913 e 1914 (decr. n. 12.056); cassa os decretos ns. 9.809 e 11.086, de 1912 e 1914 (decr. n. 12.057); cassa os decretos ns. 11.072 e 11.251, de 1914 (decr. n. 12.058); cassa o decreto n. 10.435, de 1913 (decr. n. 12.059); cassa o decreto n. 10.815, de 1914 (decr. n. 12.060); cassa os decretos numeros 11.014, 11.049 e 11.296, de 1914 (decr. n. 12.061); cassa o decreto n. 11.365, de 1914 (decr. n. 12.062); concede á «Berwind Terminal Company» para continuar a funcionar (decr. n. 12.096); concede á sociedade anonyma «Stolle Emerson & Comp.» para se denominar «Grace & Company.» (decr. n. 12.104); cassa o decreto n. 10.269, de 1913 (decr. n. 12.109); cassa o decreto n. 10.189, de 1913 (decr. n. 12.110); concede ao Banco Ultramarino para estabelecer succursaes em diversas capitaes de Estados (decr. numero 12.111); cassa o decreto n. 11.215, de 1914 (decr. numero 12.116); cassa o decreto n. 9.282, de 1911 (decr. numero 12.117); cassa o decreto n. 11.371, de 1914 (decr. numero 12.118); cassa o decreto n. 9.019, de 1911 (decr. numero 12.119); cassa o decreto n. 10.888, de 1914 (decr. numero 12.120); concede á «Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro» para continuar a funcionar (decr. n. 12.122); concede á Companhia Pelliculas de Luxo da America do Sul para funcionar (decr. n. 12.124); cassa os decretos numeros 10.470 e 10.706, de 1913 e 1914 (decr. n. 12.125); cassa o decreto n. 10.046, de 1913 (decr. n. 12.130); concede á Companhia Brasileira de Carnes Conservadas para funcionar (decr. n. 12.133); cassa o decreto n. 11.183, de 1914 (decr. n. 12.148); cassa o decreto n. 11.332, de 1914 (decr. n. 12.149); cassa o decreto n. 11.339, de 1914 (decreto n. 12.150); cassa os decretos ns. 10.539, de 1913, e 10.866, de 1914 (decr. n. 12.151); cassa os decretos numeros 10.306, de 1913, e 10.914, de 1914 (decr. n. 12.152);



concede á «Oversea Company of Brazil, Limited», para funcionar (decr. n. 12.155); concede á «J. Aron & C., Inc.», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 12.169); concede á Companhia Hanseatica para continuar a funcionar (decr. n. 12.174); concede á «S. Paulo (Brazilian) Railway Company, Limited», para funcionar (decr. n. 12.175); concede á «River Plate Commercial Company, Limited», para funcionar (decr. n. 12.191); concede á «Southern Brazil Electric Company, Limited», para continuar a funcionar (decr. n. 12.192); concede á Companhia Commercio e Navegação para continuar a funcionar (decreto n. 12.201); concede á «Aluminium Company of South America» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 12.227); cassa o decreto n. 10.356, de 1913 (decreto n. 12.235); concede á «Hollandsche Zuid-Amerika Handel-Maatschappy» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 12.255); cassa o decreto n. 10.481, de 1913 (decr. n. 12.283); cassa os decretos ns. 10.499, de 1913, e 10.769, de 1914 (decr. n. 12.285); cassa os decretos numeros 10.214 e 10.548, de 1913 (decr. n. 12.286); cassa o decreto n. 10.288, de 1913 (decr. n. 12.287); concede á Sociedade Italia-America para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 12.289); cassa o decreto n. 10.188, de 1913 (decr. n. 12.294); cassa o decreto n. 11.046, de 1914 (decr. n. 12.311); cassa os decretos ns. 11.094 e 11.345, de 1914 (decr. n. 12.316); cassa o decreto n. 8.849, de 1911 (decr. n. 12.317); cassa os decretos ns. 10.984 e 11.218, de 1914 (decr. n. 12.318); concede á «Casalho Syndicate, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 12.323); cassa o decreto n. 10.043, de 1913 (decreto n. 12.337); concede á sociedade anonyma «Banque Française et Italienne pour l'Amerique du Sud» para estabelecer uma sub-agencia na cidade de Araraquara (decr. numero 12.378); concede á «Brazil Trading Company» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 12.385); concede ao Banco Hollandez da America do Sul para funcionar (decr. n. 12.386); concede á Companhia Swift do Brasil para funcionar com os estatutos que apresentou (decreto n. 12.411); cassa o decreto n. 10.081, de 1913 (decreto n. 12.422); concede á «Brazilian Warrant Company, Limited», para continuar a funcionar (decr. n. 12.434); concede á «Anglo Mexican Petroleum Products Company, Limited», para se denominar «Anglo Mexican Petroleum Company, Limited» (decr. n. 12.438); concede á «American Chemical Works, Inc.», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 12.444); cassa o decreto n. 10.304, de 1913 (decr. n. 12.446); cassa o decreto n. 11.334, de 1914 (decr. n. 12.451); cassa o decreto n. 8.863, de 1911 (decreto n. 12.453); concede á «Società per l'Exportazione e per l'Industria Italo-Americana» para continuar a funcionar (decr. n. 12.460); concede á «Internacional Machinery Company» para funcionar (decr. n. 12.467); concede á Companhia Commercial e Construtora para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 12.471); cassa o decreto n. 10.336, de 1913 (decr. n. 12.476); cassa o decreto numero 7.896, de 1910 (decr. n. 12.499); concede á Companhia de Bondes Electricos Campo Grande-Guaratiba para

funcionar (decr. n. 12.508); cassa o decreto n. 10.996, de 1914 (decr. n. 12.517); concede á sociedade anonyma Casa Michaelron Whright para funcionar (decr. n. 12.521); concede á «United States Rubber Export Company, Limited», para funcionar (decr. n. 12.522); concede á «Consolidated Commercial Company, Limited», para funcionar (decr. numero 12.523); concede á «Brazilian Tobacco Corporation» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 12.527); concede á Companhia de Seguros Luso-Brasileira Sagres para operar (decr. n. 12.536); cassa o decreto n. 10.431, de 1913 (decr. n. 12.567); concede á Companhia Frigorifica de Santos para funcionar (decr. n. 12.568); concede á Companhia Salinas Caraveilas para funcionar (decreto n. 12.570); concede á Companhia Armour do Brasil para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 12.571); concede á «Johnson & C. Aktieselskab» para funcionar (decr. n. 12.586); concede á Companhia Progresso Nacional para funcionar (decr. n. 12.591); cassa o decreto n. 10.408, de 1913 (decr. n. 12.598); concede á «Central and South American Telegraph Company» para lançar e manter cabos telegraphicos na costa do Brasil, ligando um ponto da Republica Argentina com o Rio de Janeiro e com a cidade de Santos (decr. n. 12.599); concede á «Brazilian Meat Company» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 12.609); cassa o decreto n. 8.426, de 1910 (decr. n. 12.611); cassa o decreto n. 10.771, de 1914 (decreto n. 12.612); concede á «Paraná Paper Company, Inc.», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 12.642); concede á Companhia Agricola e Pecuaria para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. numero 12.643); cassa o decreto n. 10.628, de 1913 (decr. numero 12.644); concede á Companhia Atlantica de Café para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 12.650); concede á Companhia Swift para continuar a funcionar (decreto n. 12.664); cassa o decreto n. 11.028, de 1914 (decreto n. 12.670); cassa o decreto n. 8.511, de 1914 (decreto n. 12.683); concede á sociedade anonyma «Amaral, Sutherland and Company» para se denominar «Gicerets Anglo-Brazilian Coling Company, Limited» (decr. n. 12.686); concede á «Western Telegraph Company» para lançar, manter e trafegar um cabo telegraphico ligando o Rio de Janeiro á ilha de Ascensão, na Africa, e outro ligando a cidade de Belém á ilha de Barbados (decr. n. 12.688); cassa o decreto n. 12.692, de 1914 (decr. n. 12.692); concede á «Glausoe & C. Aktieselskab» para funcionar (decr. n. 12.702); concede á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited», para continuar a funcionar (decr. n. 12.732); concede á sociedade cooperativa de responsabilidade limitada Alliança Maritima para funcionar (decr. n. 12.744); concede á «American Mercantile Bank of Brazil, Inc.», para funcionar (decr. n. 12.770); concede á sociedade cooperativa de responsabilidade limitada Cooperativa da Associação Beneficente dos Empregados no Caes do Porto para funcionar (decr. n. 12.775); concede á sociedade anonyma Engenho Central Conde de Wilson para substituir sua denominação por Companhia União Agricola (decr. n. 12.794); concede á «H. P. Finlay & Company, Limited», para func-

cionar (decr. n. 12.834); concede á sociedade anonyma Empresa Matte Laranjeira para funcionar (decr. n. 12.836); concede á «Brazilian Export & Import Company, Inc.», para funcionar (decr. n. 12.837); concede á «Pan American Llide Company, Inc.», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 12.843); altera a clausula XXII das que baixaram com o decreto n. 12.688, de 1917 (decr. n. 12.845); concede á Companhia Assucareira de Macahé para funcionar (decr. n. 12.848); concede á Fabrica de Papel Pernambucana «Aktieselskab» («The Pernambuco Paper Mills, Limited»), para funcionar (decr. n. 12.849); concede para funcionar á sociedade anonyma de seguros Previsora Rio-Grandense e approva os estatutos (decr. n. 12.860); cassa o decreto n. 8.425, de 1910 (decr. n. 12.887); concede á «Internacional Ore Corporation, Limited», para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 12.898); concede á Companhia Leme Ferreira para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 12.899); concede á Sociedade Anonyma Beneficiamento e Immunização de Productos Agricolas (decr. n. 12.913); concede á sociedade anonyma «Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud» a estabelecer uma agencia na cidade de Caxias (decr. n. 12.922); concede á Sociedade Anonyma Assucareira Santista para funcionar (decr. n. 12.970); concede á sociedade anonyma Frigorifica Wilson do Brasil para funcionar (decr. n. 12.979); concede á «Adamastor», companhia de seguros luso-sul-americana, para funcionar (decr. n. 13.004); concede ao Banco Nacional Ultramarino para estabelecer uma agencia na cidade de Campos (decr. n. 13.033); concede á Companhia Comercio e Navegação para continuar a funcionar (decr. numero 13.037); concede á Companhia Geral Commercial do Rio de Janeiro («The General Commercial Company, Limited, of Rio de Janeiro») para funcionar (decr. n. 13.050); cassa o decreto n. 8.420, de 1910 (decr. n. 13.052); concede á sociedade anonyma Amideria Paulista para funcionar (decreto n. 13.062); concede á Empresa de Productos Guaraná para funcionar (decr. n. 13.063); concede á sociedade anonyma «Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud» para estabelecer uma succursal no Recife (decr. numero 13.078); concede para funcionar á sociedade de seguros mutuos sobre a vida «Vera Cruz» e approva os estatutos (decr. n. 13.080); concede á Empresa Immunizadora de Cereaes para funcionar (decr. n. 13.084); concede á Sociedade Anonyma Levy para funcionar (decr. n. 13.088); cassa o decreto n. 11.451, de 1915 (decr. n. 13.101); concede á sociedade anonyma Engenhos Centraes de Assucar para funcionar (decr. n. 13.105); cassa o decreto n. 11.150, de 1911 (decr. n. 13.114); concede á «American Steel Export Company Brazilian Corporation» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 13.126); concede á «Atlas Assurance Company, Limited», para realizar no Brasil operações seguros contra incendios (decr. n. 13.129); cassa o decreto n. 10.420, de 1913 (decr. n. 13.130); concede á sociedade anonyma Amideria Paulista para se denominar Fecularia Paulista (decr. n. 13.137); concede á sociedade anonyma Casa Picone para funcionar com os estatutos que apresentou (decreto n. 13.153); concede á sociedade cooperativa de responsabilidade limitada Cooperativa Petropolitana de Consumo para



funcionar (decr. n. 13.168); concede á «Nippon Boyeki Kabushiki Kaisha» para funcionar (decr. n. 13.174); concede á Sociedade Anonyma Brasil-Expansão para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 13.173); concede á Companhia Salutar de Hygienização de Lacticínios para funcionar (decr. n. 13.183); altera a clausula II do decreto n. 13.004, de 1918 (decr. n. 13.186); concede á Sociedade Mineira de Lacticínios para funcionar (decr. n. 13.194); concede á «Brazilian Salinas, Limited», para funcionar (decr. n. 13.195); concede á «Anglo-Brazilian Produce Syndicate, Limited», para funcionar (decr. n. 13.196); concede ao «American Mercantile Bank of Brazil, Inc.», para estabelecer agencias filiaes em diversos Estados (decr. n. 13.213); concede á «Société Anonyme des Roulements à Billes Suedois S. K. F.» para substituir essa denominação por Companhia S. K. F. do Brasil (decr. n. 13.220); concede á Companhia Frigorífico Cruzeiro para funcionar (decr. n. 13.222); concede á «Anglo-Brazilian Commercial, and Agency Company Limited» para funcionar (decr. n. 13.229); concede á Companhia Americana de Seguros, para funcionar e operar em seguros marítimos e terrestres (decr. n. 13.234); cassa a para funcionar de que gosam os bancos allemães «Deutsch Sudamerikanische Bank» e «Deutsch Ueberseeische Bank» e suas filiaes, succursaes ou agencias (decr. n. 13.235); concede ao engenheiro João Teixeira Soares e outro para organizar, montarem e custearem o serviço de viação e transporte por aeroplanos, ligando as principaes cidades do Brasil (decr. n. 13.244); concede á Companhia Lavouras e Industrias do Iguassú para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 13.276); concede á «Brazil Railroad Company» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 13.279); cassa o decreto n. 11.052, de 1914 (decreto n. 13.301); concede á «American Internacional Steel Corporation» para funcionar (decr. n. 13.306); concede á «American Foreign Banking Corporation» a funcionar (decreto n. 13.309); concede á «A. Boye & C. A/S.» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 13.315); concede á sociedade anonyma Uzina S. Gonçalo para funcionar (decr. n. 13.316); concede á Companhia de Seguros Terrestres União dos Proprietarios para operar em seguros marítimos (decr. n. 13.321); concede á «Motor Union Insurance Company, Limited», para operar em seguros contra fogo e marítimos (decr. n. 13.322); concede á «United Lumber & Vender C. A/S.» para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 13.324); concede á «Kaigai Kogio Rabushiki Kaisha» para funcionar (decr. n. 13.325); concede á «Johnson & C. Aktieselskab» para substituir sua denominação por Vils, Johnson & C. A/S.» (decr. n. 13.344); concede á «Ault and Wiborg Brazil Company» para funcionar (decr. n. 13.397); modifica a clausula I do decreto n. 13.322, de 1918 (decr. n. 13.449); concede á sociedade anonyma «Jacques Meyer & Company, Inc.», para funcionar (decr. 13.454); concede á sociedade anonyma «Banque Française et Italienne pour l'Amerique du Sud», para estabelecer uma sub-agencia na cidade de Barretos (decr. n. 13.462); concede ao «National City Bank of New York» para estabelecer uma agencia em Porto Alegre e sub-agencia na cidade



do Rio Grande (decr. n. 13.476); concede á «Manaos Markets and Slaughter house, Limited», para continuar a funcionar (decr. n. 13.501); concede á Companhia Industrial Norte e Sul Fluminense para funcionar (decr. n. 13.510); concede á sociedade anonyma «London and River Plate Bank, Limited», para estabelecer uma succursal em Porto Alegre e agências em Rio Grande e Pelotas (decr. n. 13.517); cassa o decreto n. 10.202, de 1913 (decr. n. 13.530); concede á Companhia Fluminense de Commercio e Industria para funcionar (decr. n. 13.544); prorroga por seis mezes o prazo a que se refere o art. 2º do decreto n. 13.235, de 1918 (decreto n. 13.575); concede á sociedade anonyma «Yokohama Specie Bank, Limited», para funcionar e estabelecer filial e sub-filiaes (decr. n. 13.584); concede á Companhia Fluminense de Agricultura e Commercio para se reorganizar e approva os estatutos (decr. n. 13.586); concede á Companhia Assucareira Fluminense para se organizar e approva os estatutos (decr. n. 13.589); concede ao «Royal Bank of Canadá» para funcionar e estabelecer uma succursal e diversas agências (decr. n. 13.619); concede á «Banca Italiana di Sconto» para funcionar, e estabelecer agências nas cidades do Rio de Janeiro, S. Paulo e Santos e approva os estatutos (decr. n. 13.636); concede á sociedade anonyma «Kenricks Brazil, Limited», para funcionar (decr. n. 13.637); concede á sociedade anonyma «S. S. White Dental Manufacturing Company of Brazil» para funcionar (decr. n. 13.638); concede á sociedade anonyma «Mercantile Oversea Corporation» para funcionar (decr. n. 13.639); concede á sociedade anonyma «Federal Export Corporation» para funcionar (decreto n. 13.640); concede á companhia de seguros e sorteios Previsora Rio-Grandense para operar em seguros terrestres e maritimos e approva os estatutos (decr. n. 13.648); concede á «Royal Exchange Assurance» para funcionar em seguros terrestres e maritimos (decr. n. 13.649); concede á «Forsikrings-Aktieselskaf Norsk Atlas» para funcionar em seguros, maritimos e terrestres, de guerra e reseguros (decreto n. 13.650); concede á «Forsikrings-Aktieselskabet Shandinavia» para funcionar em seguros maritimos e terrestres (decr. n. 13.657); concede á sociedade anonyma Companhia Commercio e Navegação para se transformar em sociedade por quotas de responsabilidade limitada (decr. numero 13.660); concede á Companhia Geral Commercial de S. Salvador («The General Commercial Company Limited of S. Salvador») para commerciar em generos ou substancias alimentares (decr. n. 13.661); concede á sociedade anonyma «The United States Diamond Mining Syndicate, Limited», para funcionar (decr. n. 13.662); concede á sociedade anonyma «Brazilian Alliance Company, Limited», para funcionar (decr. n. 13.663); concede ao «British Bank of South America, Limited», para estabelecer filiaes em diversas cidades (decr. n. 13.671); concede á «Nordisk Internationalt Handelskompani Aktieselskap» para funcionar sob a denominação de Companhia Internacional de Commercio do Brasil (decr. n. 13.681); concede á sociedade anonyma «S. Paulo Northern Company» para funcionar (decr. n. 13.682); concede á «Société des Sucreries Brésiliennes» para continuar a funcionar (decr. n. 13.693); revalida por 10 annos a con-

cedida ao «Brazilianische Bank für Deutschland» para funcionar (decr. n. 13.714); concede á «Rio de Janeiro and S. Paulo Telephone Company» para continuar a funcionar (decr. n. 13.722); concede á sociedade anonyma «International Company Point & Compositions, Limited», para funcionar (decr. n. 13.723); concede para funcionar á Companhia Nacional de Seguros Operarios e approva os estatutos (decr. n. 13.725); concede para funcionar á Companhia Santista de Seguros, em seguros marítimos e terrestres e approva os estatutos (decr. n. 13.744); declara extensiva á caixa filial estabelecida pelo «Brazilianische Bank für Deutschland», em S. Salvador, a revalidação constante do decreto n. 13.714, de 1919 (decr. n. 13.745); concede á «Société Française pour L'Exploitation et le Commerce des Bois Exotiques» para funcionar (decr. n. 13.750); concede á «Société Sucrière d'Angra» para continuar a funcionar (decreto n. 13.751); concede á companhia de seguros Gloria Portuguesa para funcionar (decr. n. 13.766); concede á sociedade anonyma Fabricas Berenguer para se organizar e approva os respectivos estatutos (decr. n. 13.770); concede á sociedade anonyma «J. I. Case Threshing Machine Company» para funcionar (decr. n. 13.779); concede á «Aktieselskabet Norske Lloyd» para funcionar em seguros terrestres e marítimos (decr. n. 13.793); concede para funcionar á companhia de seguros marítimos e terrestres Lloyd Sul-Americano e approva os estatutos (decr. n. 13.794); concede ao Banco Nacional Ultramarino para estabelecer uma agencia na cidade da Parahyba do Norte (decr. n. 13.795); concede á sociedade anonyma «The Baldwin Locomotive Works» para funcionar (decr. n. 13.818); concede á «Insurance Company of North-America» para funcionar em seguros contra fogo e marítimos (decr. n. 13.879); concede á «Compagnie Générale des Tabacs» para funcionar (decr. n. 13.888); concede á «Middletown Car Company» para continuar a funcionar (decr. n. 13.924); concede para funcionar á Companhia Armour do Rio Grande do Sul (decr. n. 13.925); concede á sociedade anonyma «Central and South-American Telegraph Company» para funcionar (decr. n. 13.937); concede á Companhia Paulista de Alimentação para funcionar em substituição á «Société Anonyme des Anciens Etablissements Duchon pour l'Alimentation» (decr. n. 13.953); concede á Sociedade Bally Limitada para funcionar (decr. n. 13.954); modifica a clausula I do decreto n. 13.879, de 1919 (decreto n. 13.972); concede á Companhia Paulista de Lacteios para funcionar (decr. n. 14.001); concede á sociedade anonyma Commercial Transactor Brasil «Aktieselskap» para funcionar (decr. n. 14.022); concede á sociedade anonyma «Handley Page Limited», para funcionar (decr. n. 14.037); concede á sociedade anonyma «Hollandsche Transatlantische Handelsvereniging» (Sociedade Commercial Hollandeza Transatlantica) para funcionar (decr. n. 14.044); concede á sociedade anonyma «South-American and General Syndicate Limited» para funcionar (decr. n. 14.046); cassa o decreto n. 9.936, de 1912 (decr. n. 14.083); concede á S. Paulo, companhia nacional de seguros de vida, para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 14.095); concede á sociedade anonyma de seguros Urania para operar em seguros marítimos e terrestres e approva os estatutos (decr. n. 14.096); con-

cede á "Suomen Valtamercutakainem Kauppa O/Y" para funcionar com os estatutos que apresentou (decr. n. 14.098); concede á Equilativa de Portugal e Ultramar para funcionar em seguros e reseguros (decr. n. 14.115); concede para funcionar á Companhia Segurança Industrial e approva os estatutos (decr. n. 14.121); concede á sociedade anonyma Companhia Italo-Brasileira de Industria e Commercio para funcionar (decr. n. 14.129); concede á sociedade anonyma "A. Høye & C. A. S." para continuar a funcionar (decr. numero 14.140); cassa o decreto n. 10.199, de 1913 (decr. numero 14.151); concede á "Compagnie Commercial et Industrielle du Brésil" para funcionar (decr. n. 14.158); concede á sociedade anonyma "American Coffee Corporation" para funcionar (decr. n. 14.166); concede á sociedade anonyma "Ford Motor Company" para funcionar (decr. n. 14.167); concede á sociedade anonyma "Dutilh Commercial Company, Inc." para funcionar (decr. n. 14.168); concede á sociedade anonyma "Kelvin Engineering & Inc., of Brazil" para funcionar (decr. n. 14.178); concede para funcionar á Companhia Internacional de Seguros e approva os estatutos (decreto n. 14.212); cassa o decreto n. 6.908, de 1908 (dec. numero 14.213); concede á sociedade anonyma "Société Belge de Plantations au Brésil" para funcionar (decr. n. 14.218); concede á sociedade anonyma Companhia Brasileira de Viacão e Commercio para funcionar (decr. n. 14.219); concede autorização á "Central and South American Telegraph Company" para denominar-se "All America Cables, Inc." (decreto n. 14.220); concede á "Sydney Ross Company" para funcionar (decr. n. 14.242); concede á "Bahia Company" para funcionar (decr. n. 14.243); concede á "Bethléem Steel Company of Brazil" para funcionar (decr. n. 14.244); concede á "American International Steel Corporation" para funcionar (decr. n. 14.245); concede á Companhia Commercio e Navegação para substituir sua denominação pela de Pereira Carneiro & C., Limitada (decr. n. 14.247); concede á sociedade anonyma "P. Dunes au Zooris Overree Handel Maat-Schapp" (P. Dunes e Filho, Companhia de Commercio Transatlantico) para funcionar (decr. n. 14.252); concede á sociedade anonyma "Brazilian Export Mina Company" para funcionar (decr. n. 14.258); concede á sociedade anonyma "Overseas Exporters (1919), Limited" para funcionar (decr. n. 14.260); concede á sociedade anonyma "Hollandsch Brazilianisch Handel Maatschhapp" (Companhia Commercial Hollanda-Brasileira) para funcionar (decr. n. 14.283); concede á "J. G. White Commercial Company, Limited" para funcionar (decr. n. 14.300); concede á "Produce and Warrant Company of Brazil" para funcionar (decr. numero 14.301); concede á sociedade anonyma "Société Belge pour l'Exportation Industrielle" para funcionar (decr. numero 14.302); concede á Companhia Mineira de Lactioinios para funcionar (decr. n. 14.355); concede á sociedade anonyma B. Dieden & Comp. do Brasil para funcionar (decreto n. 14.351); concede á sociedade anonyma Kodaek Brasileira para funcionar (decr. n. 14.399); concede á Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada União de Lactioinios e approva os estatutos (decr. n. 14.426); concede á Companhia Manufactora para se organizar e approva os es-



tatulos (decr. n. 14.427); concede á sociedade anonyma "Hollandsche Maat Schapy voor Aauneningen" (Sociedade Anonyma Hollandeza de Obras Publicas) para funcconar (decr. n. 14.431); concede á sociedade anonyma Fabricas Berenguer para tomar a denominação de Fabricas Neptuno (decr. n. 14.479); concede ao Dr. Ernesto Dias de Castro e outro para organizarem a Companhia Engenho Central de Porto Real e approva os estatutos (decr. n. 14.490); concede á sociedade anonyma "American Rolling Milk Company" para funcconar (decr. n. 14.492); concede á sociedade anonyma "Brazilian Warrant Company, Limited" para continuar a funcconar (decr. n. 14.514); concede á sociedade anonyma "Newport Chimical Works, Inc." para funcconar (decr. n. 14.521); concede para funcconar á sociedade anonyma Lloyd Industrial Sul Americano (decr. n. 14.522); concede á sociedade anonyma "Brazil Light, Traction and Power Company" para funcconar (decr. n. 14.523); concede á sociedade anonyma "American Rolling Mill Company" para continuar a funcconar (decr. n. 14.524); concede á "London Assurance Corporation" para funcconar em seguros terrestres e maritimos (decr. n. 14.548); concede á "Home Insurance Company" para funcconar em seguros terrestres e maritimos (decr. n. 14.549); concede á "Compagnie Commerciale et Industrielle du Brésil" para continuar a funcconar (decr. n. 14.565); concede á "Houlter Brothers & Company, Limited" para funcconar (decr. n. 14.566); concede á "Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Company" para funcconar (decr. n. 14.567); concede á "Pan American Cattle Exchange and Trading Company" para funcconar (decr. n. 14.568); concede á "Det-Kongelig Oktrojeret So Assurance Kompagnie" para funcconar em seguros (decr. numero 14.582) — Ver BANCOS — CABOS — CAES — CAMARA — CARGOS — COMPANHIAS — CONCESSÕES — CONTRACTOS — CONVENIOS — ELECTRIFICAÇÃO — EMISSÃO — EMPRESTIMOS — ESTRADAS — ESTATUTOS — FAVORES — FISCALIZAÇÃO — FUNCIONARIOS — LICENÇAS — LINHAS — OBRAS — REDE — TELEGRAMMAS — TERRENOS — TRANSPORTE — VEICULOS — VIAGENS.

AUXILIARES — Ver LOGARES — MACHINISTAS.

AUXILIOS — Ver CREDITOS — ESCOLAS — FAVORES — REGULAMENTOS.

AVENIDA — Ver OBRAS.

AVIAÇÃO — Ver CURSOS — ESCOLAS — REGULAMENTOS.

AVIADORES — Ver UNIFORMES.

## B

BACIAS — Ver SANEAMENTO.

BAIXADA — Ver CANAES — COMMISSÕES — CONTRACTOS — MATERIAL — SANEAMENTO.

BALANÇAS — Ver AUTORIZAÇÃO.

BALIZAMENTO — Ver CONVENÇÕES.

BANCOS — Concede autorização ao "Espanol del Rio de La Plata" para estabelecer uma succursal na capital de São



Paulo e outra em Santos (decr. n. 8.508); eleva a 9:000\$ annuaes a quota para a fiscalização do da Provincia do Rio Grandt do Sul (decr. n. 8.669); autoriza a entrar em accôrdo com o do Brasil para liquidação de suas contas com o The-so: ro na parte concernente á carteira cambial (decr. nu-mero 9.527); concede ao dos Funcionarios Publicos auto-rização para transferir ao de Curityba os direitos e obriga-ções constantes do decreto n. 771, de 1890 (decr. n. 9.678); approva a incorporação ao Auxillar do Estado de S. Paulo dos direitos, privilegios e obrigações outorgados a Abilio de Carvalho Fontes e outro pelo dos Funcionarios Publicos (decr. n. 12.727) — Ver AUTORIZAÇÃO — DECRETOS — EMIS-SÃO — EMPRESTIMOS — ESTATUTOS — FISCALIZAÇÃO — PRASO — SOCIEDADES.

BANHA — Ver IMPOSTOS.

BARRAS — Ver CANAES — CODÍGOS — CONTRACTOS — CON-VENTOS — OBRAS — TAXAS.

BASE — Ver COMMANDOS — ENSINO — TARIFAS.

BATALHÃO — Crea um provisorio de caçadores, com séde em Nietheroy (decr. n. 9.987) — Ver GUARDA NACIONAL.

BENEFICIAMENTO — Ver FAVORES — SERVIÇOS — UZINAS.

BENJAMIN CONSTANT — Ver REGULAMENTOS.

BENS — Ver CREDITOS.

BIBLIOTHECAS — Ver CREDITOS — REGULAMENTOS.

BILHETES — Ver CREDITOS.

BOMBEIROS — Ver REGULAMENTOS.

BORRACHA — Ver ACCÔRDOS — CONVENÇÕES — EXPOSIÇÃO — IMPOSTOS — REGULAMENTOS.

BRIGADAS — Reorganiza a policial do Districto Federal (decr. n. 11.467); extingue a quarta de cavallaria (decr. nu-mero 13.294); crea duas de infantaria no Exercito de 2ª linha (decr. n. 13.478) — Ver EXERCITO — GUARDA NACIONAL — POSTOS — REFORMA — REGULAMENTO.

## C

CABOS — Concede á "Western Telegraph Company" per-missão para lançar, aterrar na costa do Brasil, manter e trafegar, um telegraphico ligando o Rio de Janeiro á ilha da Ascensão e outro ligando Belém a Barbados (decr. nu-mero 12.688); concede a Nelson O. Shanghnessy permissão para lançar e explorar dous submarinos (decr. n. 12.920); prorroga por 30 dias o prazo a que se refere a clausula XXVIII do decreto n. 12.920, de 1918 (decr. n. 13.073); in-clue a cidade de Parahyba entre os pontos de aterramento do submarino a que se refere o decreto n. 12.920, de 1918 (decr. n. 13.098); declara sem effeito a autorização dada pelo decreto n. 7.051, de 1908, e transferida pelo decreto numero 7.598, de 1909, para o estabelecimento e exploração de um submarino (decr. n. 13.177); concede a Frank Carey permissão para lançar, aterrar na costa do Brasil, manter e

trafegar um submarino ligando o Rio de Janeiro a Cuba (decr. n. 13.262); declara de nenhum effeito o decreto numero 13.262, de 1918 (decr. n. 13.523 A); concede a Frank Carney permissão para lançar, aterrizar na costa do Brasil, manter e trafegar um submarino ligando o Rio de Janeiro a Cuba (decr. n. 13.524); concede á "Compagnie Cables Sud-Americains" permissão para transferir do Recife para o Rio de Janeiro o ponto de aterramento do telegraphico Dacar-Recife (decr. n. 13.697); approva o projecto de aterramento do telegraphico Rio de Janeiro-Ascensão (decr. numero 13.732); concede á "Compagnie des Cables Sud-Americains" permissão para lançar e aterrizar um submarino entre o Rio de Janeiro e Montevidéo (decr. n. 13.831); concede permissão a Frank Carney para lançar e aterrizar submarinos ligando o Rio de Janeiro e Santos á Republica Oriental do Uruguay (decr. n. 13.932); torna sem effeito as clausulas que baixaram com o decr. n. 13.524, de 1919 (decr. n. 13.833); approva o projecto de aterramento do telegraphico Belém-Barbados (decr. n. 13.851); autoriza a transferencia á "Central and South-American Telegraph Company" da concessão feita pelo decr. n. 13.833, de 1919 (decr. n. 14.047); autoriza a transferencia á "Central and South American Telegraph Company" da concessão feita pelo decreto n. 13.882, de 1919 (decr. n. 14.048); approva as plantas dos pontos de aterramento dos submarinos a que se refere o decreto n. 13.832, de 1919 (decr. n. 14.143); autoriza á "Western Telegraph Company, Limited", a aterrizar em S. Luiz o submarino Recife-Belém e mudar o ponto de aterramento do Brasil-Barbados (decr. n. 14.173) — Ver AUTORIZAÇÃO — COMPANHIA — CONCESSÕES — CONTRACTOS — PROROGAÇÃO.

CABOTAGEM — Ver REGULAMENTOS.

CAÇADORES — Ver BATALHÃO.

CADEIRAS — Supprime uma das do curso de harpa do Instituto Nacional de Musica (decr. n. 14.402); rectifica a denominação da terceira do primeiro anno da Escola Naval (decr. n. 14.416) — Ver ESCOLAS — LOGARES.

CADUCIDADE — Ver CONCESSÕES — DECRETO — ESTRADAS DE FERRO — PRIVILEGIOS.

CAES — Approva plantas e orçamentos para modificação dos alinhamentos dos acostavéis, apresentados pela companhia Cessionaria do Porto da Bahia (decr. n. 9.561); approva o novo perfil de muralha do de paramento vertical, proposto pela "Compagnie Française du Port de Rio de Janeiro" (decr. n. 9.575); approva o projecto e orçamento deapparelhos destinados á carga e descarga de carvão no trecho de profundo no Porto do Pará (decr. n. 9.780); approva as condições estabelecidas entre o governo do Estado do Rio Grande do Sul e a "Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul" para a desapropriação do na cidade do Rio Grande (decr. n. 9.912); approva novas plantas para a superstructura do do porto do Rio Grande do Sul (decr. numero 10.353); autoriza os trabalhos para o aproveitamento de 370 metros do fluvial no porto do Pará (decr. n. 10.413); approva o projecto para a construcção de um no porto do Rio Grande do Sul (decr. n. 11.736); autoriza o prolonga-

mento do do porto do Rio Grande (decr. n. 12.656); autoriza o arrendamento do trecho do novo porto de Recife (decr. n. 12.904); approva os orçamentos para os trabalhos e installações complementares necessarias aos serviços de exploração commercial de um trecho do novo porto do Recife (decr. n. 13.467); proroga por tres annos o contracto para a exploração de um trecho do novo do porto do Recife (decr. n. 13.571); approva os projectos e o orçamento para a construcção de dous armazéns externos no do porto de Santos (decr. n. 13.874) — Ver COMPANHIAS — CONTRACTOS — INSTRUÇÕES — PORTOS — PRASO — SERVIÇOS — TERRENOS — USINAS.

CAIXAS — Determina que tenha execução nas operações da de Conversão a lei n. 2.357, de 1910 (decr. n. 8.512); approva a tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Economica do Rio Grande do Sul (decr. numero 8.654); altera disposições do regulamento da de Conversão (decr. n. 8.960); approva a tabella do numero, classe e vencimentos do pessoal da Economica da União, em Minas Geraes (decr. n. 9.222); crea a de Pensões dos Operarios da Casa da Moeda (decr. n. 9.284); approva a tabella do numero, classe e vencimentos do pessoal da Economica de São Paulo (decr. n. 9.462); approva a tabella do numero, classe e vencimentos do pessoal da Economica e Monte de Soccorro de Pernambuco (decr. n. 9.612); approva a tabella do numero, classe e vencimentos do pessoal da Economica e Monte de Soccorro da Bahia (decr. n. 9.625); approva a tabella do numero, classe e vencimentos do pessoal da Economica e Monte de Soccorro de Pernambuco (decr. n. 9.883); approva a tabella do numero, classe e vencimentos do pessoal da Economica de S. Paulo (decr. n. 10.266); approva as deliberações tomadas em assemblea geral extraordinaria da Mutua de Pensões Vitalicias (decr. n. 10.841); approva as resoluções tomadas em assemblea geral extraordinaria da Paulista de Pensões, Previdencia (decr. n. 11.752); approva as resoluções de assemblea geral extraordinaria da Mutua de Pensões Vitalicias (decr. n. 11.926); organiza a de Pensões da Directoria Geral de Saude Publica (decr. n. 12.301); approva as resoluções tomadas em assemblea geral extraordinaria da Dotal de S. Paulo (decr. n. 12.315); reorganiza a Beneficente da Guarda Civil (decr. n. 12.572); incorpora a de Conversão á de Amortização (decr. n. 14.066); crea o logar de archivista e mais um de thesoureiro da Economica e Monte de Soccorro de Minas Geraes (decr. n. 14.338) — Ver ACCÓRDOS — DEPOSITOS — ESTATUTOS — MONTES DE SOCORRO — PRASO — REGULAMENTO — RESOLUÇÕES — SERVIÇOS — TABELLAS — TROCO.

CALÇAMENTO — Ver PORTOS.

CALCULOS — Ver PERCENTAGENS.

CAMARA — Autoriza o funcionamento da de Compen-sação do Rio de Janeiro (decr. n. 13.872).

CAMPANIA — Ver EXERCITO — PLANO — REGULAMENTOS.

CAMPOS — Crea um de demonstração no municipio do Espirito Santo (decr. n. 8.792); crea um de demonstração no municipio de S. Christovão (decr. n. 9.334); crea um de

demonstração no município de Lavras (decr. n. 8.936); crea um de demonstração no município de Xiririca (decr. numero 9.129); crea um de demonstração no município de Itajahy (decr. n. 9.410); crea um experimental para a cultura do trigo (decr. n. 9.411); crea um de demonstração no município de Itaocara (decr. n. 9.536); crea na fazenda Alta-Mira, no município da Villa do Conde, um de demonstração (decr. n. 9.613); crea na Fazenda Piquete, município de Rezende, um de demonstração (decr. n. 9.758); crea um de demonstração no Districto Federal (decr. n. 13.404); crea um de demonstração em Ilhéos (decr. n. 13.470); colloca sob a jurisdicção directa da Secretaria de Estado da Agricultura os de demonstração no Espirito Santo, Rezende e Itajahy (decr. n. 14.246) — Ver CREDITOS — ESTAÇÕES — FAZENDAS — REGULAMENTOS.

CANAES — Approva o projecto e o orçamento para a abertura do da barra do rio Macacú (decr. n. 9.226); approva o projecto e o orçamento para a abertura dos das barras dos rios Guapy e Magé, na baixada do Estado do Rio de Janeiro (decr. n. 9.862); approva o projecto e o orçamento para a abertura do da barra do rio Merity, na baixada do Estado do Rio de Janeiro (decr. n. 9.863); approva o projecto e o orçamento dos trabalhos para a dragagem do da barra do rio Magé, na baixada do Estado do Rio de Janeiro (decr. numero 9.911) — Ver CONVENÇÕES — OBRAS — SANEAMENTO.

Ver CONVENÇÕES — OBRAS — SANEAMENTO.

CANALIZAÇÕES — Ver LINHAS.

CANCELLAMENTO — Ver DECRETOS.

CANDIDATOS — Ver INSTRUÇÕES — REGULAMENTOS.

CAPATAZIAS — Extingue o serviço das da Alfandega do Recife (decr. n. 14.186).

CAPITAL — Approva o augmento do da Companhia de Seguros Luso-Brasileira Sagres (decr. n. 13.329); approva o augmento do declarado pela "Motor Union Insurance Company, Limited (decr. n. 13.959).

CAPITANIAS — Crea uma no porto do Acre e varias delegacias e agencias nos diversos Estados (decr. n. 12.886); transfere para Rio Branco a sede da do porto do territorio do Acre (decr. n. 2.964); substitue a tabella annexa ao decreto n. 12.886, de 1918 (decr. n. 13.495) — Ver REGULAMENTOS.

CAPRINOS — Ver FAVORES.

CARACTER — Declara de nacionalidade a Cruz Vermelha Brasileira (decr. n. 9.620).

CARGAS — Ver ESTAÇÕES.

CARGOS — Declara que os de inspector federal de portos, rios e canaes, inspector federal das estradas e inspector das obras contra as seccas só poderão ser exercidos em commissão (decr. n. 11.424); declara extinctos os de inspectores effectivos da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes da Inspectoria Federal das Estradas e da Inspectoria de Obras Contra as Seccas (decr. n. 11.704); autoriza a permuta dos respectivos, entre o segundo official da Directoria Geral de Contabi-



lidade do Ministerio da Agricultura, Henrique Barbalho Uchoa Cavalcanti, e o primeiro official, addido, da extincta Inspectoria de Pesca, bacharel José de Paiva Magalhães Calvet (decr. n. 13.587); supprime do quadro da Brigada Policial do Districto Federal o de tenente-coronel assistente militar do Ministerio da Justiça (decr. n. 14.286).

CARREIRAS — Approva o projecto e o respectivo orçamento para a construcção de tres, systema "Mortona", destinadas a repartição de vapores no porto de Belém (decr. n. 8.712) — Ver INSTRUCCÕES.

CARROS — Ver PORTOS.

CARTAS — Ver ACCÔRDOS — PRIVILEGIOS — PROTOCOLLOS — SERVIÇOS.

CARTAS-PATENTES — Cassa a de n. 12, de 8 de outubro de 1902, que autorizou o funcionamento da Companhia de Seguros Lloyd Americano (decr. n. 9.223); declara caduca a de n. 9.837, de 1918 (decr. n. 13.138).

CARTEIRA — Approva a cessação da de seguros mutuos sobre a vida, pela Companhia de Seguros Alliança Mineira, á Sociedade Anonyma de Peculios Zona da Matta (decr. numero 14.033) — Ver BANCOS — REDITOS.

CARVÃO — Ver ESTAÇÕES — FAVORES — JUNTAS.

CASA DA MOEDA — Ver CAIXAS — REGULAMENTOS.

CASA DE DETENÇÃO — Ver REGULAMENTOS.

CASA DOS OTTONI — Ver PATRONATO.

CASAS — Ver ALFANDEGAS — COMPANHIAS — REGULAMENTOS.

CATEGORIAS — Ver LEGAÇÕES.

CAUTELAS — Ver JUROS — RESPONSABILIDADE.

CAVALLARIA — Ver PRAÇAS.

CAVALLOS — Ver REGULAMENTOS.

CENTROS — Crêa um agricola em cada um dos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Minas Geraes (decr. n. 8.937); crea um agricola no municipio de Arassuahy, no Estado de Minas Geraes (decr. numero 8.973); crea um agricola em cada um dos Estados de Piauhy, Parahyba, Sergipe, Bahia e Rio Grande do Sul (decreto n. 9.712).

CERCAS — Ver RÊDE.

CEREAES — Ver SERVIÇOS.

CERTIFICADOS — Ver SEMENTES.

SESSÃO — Ver CARTEIRAS — TERRENOS.

CHACARA DA CONCEIÇÃO — Ver PATRONATOS.

CHATAS — Ver COMPANHIAS.

CHEFE DE ESTADO — Ver HONRAS.

CIDADE — Approva a planta para os melhoramentos de parte da de S. Salvador (decr. n. 9.254).

CIRCULAÇÃO — Ver SEMENTES.

**CIRCUMSCRIPÇÕES** — Designa as de justiça militar (decreto n. 14.544 — Ver **COMMANDOS** — **CONSOLIDAÇÃO** — **EXERCITO**).

**CLASSES** — Ver **CAIXAS**.

**CLAUSULAS** — Ver **CABOS** — **CONTRACTOS** — **DECRETOS**.

**CLUBS** — Estende na vigencia do exercicio de 1916, ao dos Funcionarios Publicos Civis a concessão feita pelo decreto n. 2.124, de 1909 (decr. n. 11.902) — Ver **CREDITOS** — **REGULAMENTOS**.

**CODIFICAÇÃO** — Ver **CONVENÇÕES**.

**CODIGOS** — Manda completar a tabella n. 4 da de signaes, commum a todos os portos e barras (decr. n. 13.733); manda observar o de organização judiciaria e processo militar (decreto n. 14.450).

**CODIGO CIVIL** — Ver **CONGRESSO NACIONAL** — **CREDITOS** — **REGISTRO**.

**COLLECTORIAS** — Ver **INSTRUÇÕES** — **SERVIÇOS**.

**COLLEGIOS** — Crea um militar em Porto Alegre (decr. numero 9.397); crea um militar no Estado de Minas Gerães (decr. n. 9.507) — Ver **CREDITOS** — **REGULAMENTOS** — **UNIFORMES**.

**COLONIAS** — Emancipa as militares da foz do Iguassú e do Alto-Uruguay (decr. n. 10.024); autoriza a assignar a escriptura de doação á União dos terrenos e edificios em que estão installadas as de alienados na Ilha do Governador (decr. n. 13.489) — Ver **OBRAS**.

**COMESTIVEIS** — Ver **ISENÇÕES**.

**COMMANDOS** — Extingue o das torpedeiras e crea o da defesa movel do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 8.925); assegura aos officiaes da Brigada Policial os em commissão (decr. n. 11.467); extingue o da defesa movel do porto do Rio de Janeiro e crea o da base de submersiveis (decr. numero 12.007); determina que o da 1ª Circumscipção Militar seja exercido por general de brigada (decr. n. 14.492).

**COMMERCIO** — Ver **ADUBOS** — **MARCAS**.

**COMMISSARIADO** — Crea o da Alimentação Publica. (decreto n. 13.069); regula as attribuições do da Alimentação Publica (decr. n. 13.493); transfere para o Ministerio da Agricultura o da Alimentação Publica (decr. n. 13.388) — Ver **GENEROS**.

**COMMISSARIO** — Ver **HONORARIOS**.

**COMMISSÕES** — Extingue a de obras federaes no territorio do Acre (decr. n. 9.158); reorganiza a de promoções (decr. n. 9.336); extingue a Federal de Saneamento da Baixada Fluminense (decr. n. 12.112); dispõe sobre organização das de medicos e auxiliares para o serviço de prophylaxia rural (decr. n. 13.001); organiza a consultiva para o estudo des assumptos concernentes aos seguros contra os accidentes do trabalho (decr. n. 13.543); eleva a 18 o numero dos membros da Consultiva para o estudo dos assumptos concernentes aos seguros contra os accidentes do trabalho (decr. n. 14.109) — Ver **CARGOS** — **CONVENÇÕES**.

**COMMUNICAÇÕES** — Ver **SERVIÇOS**.

**COMPANHIAS** — Crea a regional de Tarauacá e estabelece o modo como se deverá constituir cada uma das do territorio

do Acre (decr. n. 9.998 A); supprime as fluviaes do Amazonas e de Matto Grosso (decr. n. 11.428); approva a fusão das sociedades de seguros Espirito-Santense e Alliança Mineira sob a denominação de Alliança Mineira (decr. n. 12.226); concede á Industria de Electricidade o praso de um anno para produção do minimo de energia electrica determinado pela clausula V do contracto celebrado de accôrdo com o decreto n. 9.412, de 1912 (decr. n. 12.245); declara nullas as convenções de acções nominativas em acções ao portador feitas pela "Gebrueder Goedbart & C." (decr. n. 13.515) — Ver AUTORIZAÇÃO — CAES — CAPITAL — CARREIRAS — CARTAS-PATENTES — CARTEIRA — CONTRACTOS — DESPESAS — EMISSÃO — EMPRESTIMOS — ESTATUTOS — ESTRADAS DE FERRO — EXERCITO — FAVORES — FISCALIZAÇÃO — HOTEIS — ISENÇÕES — LINHAS — MATERIAL — OBRAS — PORTOS — PRASO — RAMAES — REDE — REGULAMENTOS — RESEGURO — SEGUROS — SERVIÇOS — TARIFAS — TAXAS — USINAS — UTILIDADE — VAPORES — VIAGENS.

COMPENSAÇÃO — Ver CAMARA.

COMPETENCIA — Atribue ao Governo do Estado de São Paulo para requisitar todas as linhas ferreas da "S. Paulo Northern Railway Company" e assume a administração das mesmas estradas (decr. n. 13.267).

COMPULSORIA — Ver REFORMA.

COMISSÕES — Transfere á Companhia Brasileira de Energia Electrica a constante do decreto n. 7.437, de 1909, para o estabelecimento de uma linha de cabos submarinos entre a Capital Federal e Nietheroy (decr. n. 8.242); autoriza a transferencia para José Barbosa da Silva da feita a Barbosa & Tocantis para o serviço de navegação entre os portos de Belém e os do territorio do Acre (decr. n. 9.724); realiza a de que trata o decreto n. 10.150, de 1889, excluida a garantia de juros (decr. n. 10.640); declara caduca, quanto á linha do norte, entre Belém e Nietheroy, a feita a Richard Gomes Reidy pelo decreto n. 7.620, de 1909 (decr. numero 10.722); transfere para a "Compagnie de Cables Sud-Américains" a feita á "India Rubber Gutta Percha and Telegraph Works Company, Limited"; para o estabelecimento de cabos submarinos entre Pernambuco e a ilha de Fernando de Noronha e a costa occidental da Africa (decr. n. 10.819); prorroga até 30 de janeiro de 1913 o praso a que se refere o decreto n. 10.640, de 1913 (decr. n. 11.006); declara caducas as feitas á Richard James Reidy, quanto á linha do Sul, de Nietheroy a Chuy (decr. n. 11.135); cassa a feita pelo decreto n. 4.396, de 1902 (decr. n. 11.672); prorroga por 20 annos o praso da feita pelo decreto n. 13.584, de 1919 (decr. n. 14.035); transfere para a "All America Cables Inc." as feitas em nome da "Central and South-American Telegraph Company" (decr. n. 14.405) — Ver BANCOS — CABOS — CLUBS — COMPANHIAS — CONTRACTOS — MISSÃO — ESTADOS — ESTRADAS DE FERRO — FAVORES — ISENÇÕES — LICENÇAS — PRASO — REGULAMENTOS — SOCIEDADES.

CONCLUSÃO — Ver PRASO.

CONCURSOS — Approva as instrucções que devem reger os para os logares de terceiros officiaes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (decr. n. 12.998) — Ver REGULAMENTOS.





CONSIGNAÇÕES — Augmenta de 30 % a 4ª da rubrica do orçamento da Guerra (decr. n. 12.939). — Ver CLUBS — SOCIEDADES.

CONSOLIDAÇÃO — Modifica as disposições do art. 495 da das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas (decr. n. 8.992); approva a das leis, decretos e decisões relativos ao Corpo Diplomatico (decr. n. 10.383); approva a das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular (decr. n. 10.384); approva a das leis, decretos e decisões sobre vencimentos e outras vantagens que competem aos officiaes, sub-officiaes e praças de pret das corporações da Armada (decr. numero 10.991); corrige o art. 11 da approvada pelo decreto numero 10.991, de 1914 (decr. n. 11.389); approva a das leis, decretos e decisões sobre vencimentos e outras vantagens do pessoal da Armada (decr. n. 11.837); approva a das disposições legais e regulamentos referentes a funcionarios publicos civis (decr. n. 12.296); approva a das disposições legais e regulamentares concernentes aos territorios das freguezias urbanas e suburbanas do Districto Federal (decr. n. 12.356). — Ver CONTRACTOS — JUSTIÇA — MESAS DE RENDAS.

CONSTRUÇÃO — Ver ALFANDEGAS — ARMÁZENS — CARREIRAS — COMPANHIAS — CONTRACTOS — CREDITO — ESTACÕES — ESTRADAS DE FERRO. — HOTEIS — OBRAS — PONTES — POSTOS — PRASO — RAMAES — UTILIDADE.

CONSULADOS — Eleva o vice-consulado em S. João da Terra Nova (decr. n. 8.667); crea um em Singuapura (decr. n. 8.675); crea um no Principado de Monaco (decr. numero 8.676); crea um em Dakar (decr. n. 8.677); crea um em Santo Domingo (decr. n. 8.694); crea um em Altna no Imperio Allemão (decr. n. 8.809); crea um na Ilha da Trindade (decr. n. 9.054); crea um em Calcuttá (decr. numero 9.425); extende a jurisdicção do de Havana a toda ilha de Cuba (decr. n. 9.490); crea um em Turim (decr. n. 9.735); crea um em Berna (decr. n. 9.869); crea um em Florença (decr. n. 10.263); crea um em Pisa (decr. n. 10.333); crea um em Tripoli (decr. n. 10.354); crea um na ilha de Barbados (decr. 10.462); crea um em Varsovia (decr. numero 10.687); eleva a de 2ª classe o em Bremen (decr. n. 10.757); crea um em Toulouse (decr. n. 10.924); crea um em Bucarest (decr. n. 10.933); crea um em Argel (decr. n. 10.988); crea um em Le-Mans (decr. n. 11.366); crea um em Honolulu (decr. n. 11.435); crea um em Bombaim (decr. n. 11.546); crea um em Guthemburgo (decr. n. 12.029); supprime o em Fiume (decr. n. 12.052); supprime o em Pisa (decr. numero 12.053); crea um em Spezzia (decr. 12. 153); crea um em Coimbra (12.154); crea um em Buffalo (decr. 12.158); supprime o em La-Mans (decr. 13.425); crea um em Brest (decr. n. 13.426); crea um em Nagazaki (decr. n. 13.458); crea um geral em Ventiniglia (decr. n. 13.597); crea um em Tampico (decr. n. 13.623); crea um em Rapallo (decr. n. 13.634); crea um em New-Castle-on-Tyne (decr. n. 13.659); supprime o em Tripoli (decr. n. 13.930); crea um em Palermo (decr. numero 14.172); crea um em Beira (decr. n. 14.190); crea um em Wisbaden (decr. n. 14.223); crea um em Nantes (decr. n. 14.261); crea um em Praga (decr. n. 14.262); crea um em Dresden (decr. n. 14.345); crea um em Durban (decr. numero 14.394); crea um em Colonia (decr. n. 14.395); sup-

prime o em Iquique (decr. n. 14.398); crea um em S. Francisco da California (decr. n. 14.441); crea um em Swansea (decr. n. 14.447); crea um em Dusseldorf (decr. n. 14.463); crea um em Malaga (decr. n. 14.526) — Ver VICE-CONSULADO.

CONSULES — Ver INSTRUÇÕES.

CONSUMO D'AGUA — Ver REGULAMENTOS.

CONTABILIDADE — Ver INSTRUÇÕES — REGULAMENTOS.

CONTAGEM — Ver ANTIGUIDADE — REFORMA.

CONTAS — Ver REGULAMENTOS.

CONTINENCIAS — Ver REGULAMENTOS.

CONTINUAÇÃO — Ver PRASO — REGULAMENTOS.

CONTINUOS — Ver TABELLAS — VENCIMENTOS.

CONTRABANDO — Ver REGULAMENTOS.

CONTRACTOS — Rescinde o celebrado com a Companhia Nacional de Navegação Costeira para o serviço de navegação a vapor do Estado do Maranhão (decr. n. 8.540); modifica algumas clausulas referentes ao com a companhia "Manãos Harbour" para obras de melhoramento no porto de Manãos (decr. n. 8.554); autoriza a celebração com a Companhia Pernambucana de Navegação para o serviço de navegação entre o Recife e Amarração, Aracaju, Fernando de Noronha e Roccas (decr. n. 8.555); autoriza o para o estudo e construção das linhas ferreas de Jaguarão a Basilio, Alegrete a Quarahy e S. Sebastião a Sant'Anna do Livramento (decr. n. 8.556); autoriza o para o estudo e construção das linhas férreas de S. Pedro a S. Luiz e S. Borja (decr. numero 8.559); autoriza a revisão do celebrado em virtude do decreto n. 8.415, de 1910; (decr. n. 8.588); transfere a Dantas & Comp. o celebrado com Joaquim Garcia & Comp., para o serviço de navegação a vapor entre o Rio de Janeiro e Paraty (decr. n. 8.589); approva novas clausulas para serem additadas ao de 4 de agosto de 1908, referente ás obras de melhoramento do porto do Recife (decr. n. 8.591); autoriza a revisão do lavrado com a Companhia Viação Geral da Bahia (decr. n. 8.648); autoriza a transferencia ao engenheiro José Mattoso Sampaio Corrêa, ou á companhia que organizar, do para a construção e arrendamento do prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá, de Nilo Pecanha a Iguaça Grande (decr. n. 8.673); rescinde o celebrado com a Empresa de Navegação Rio de Janeiro (decr. n. 8.692); autoriza a revisão do de 4 de fevereiro de 1910 com a "South-American Railway Construction Company, Limited", na conformidade dos decretos ns. 7.669 e 7.842 A, de 1909 e 1910 (decr. n. 8.711); transfere para a Companhia de Viação e Construções os de 15 de outubro de 1908 e 20 de março de 1909 para a construção e arrendamento da Estrada de Ferro do Rio Grande do Norte (decr. n. 8.765); prorroga por tres mezes o praso estipulado na clausula III do decreto numero 8.556, de 1911 (decr. n. 8.901); transfere á firma Humberto Saboia & Comp. o celebrado com os engenheiros J. de Oliveira Fernandes e Humberto Saboia de Albuquerque para a construção da secção da Estrada de Ferro Oeste de Minas comprehendida entre Henrique Galvão e o kilometro

48 da Estrada de Ferro de Goyaz (decr. n. 8.909); substituo a clausula I do que baixou com o decreto n. 8.559 de 1911 (decr. n. 8.948); prorroga por tres mezes o praso estipulado na clausula III do decreto n. 8.556, de 1911 (decr. numero 8.991); approva a tabella de preços complementar á do para a construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias e ramal de Itaqui e declara extensivas as condições geraes e especificações da rede viação geral da Bahia (decr. n. 9.027); approva a tabella de preços complementar á do para a construcção da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte e declara extensivas as condições geraes e especificações da rede de viação geral da Bahia (decr. n. 9.028); transfere á «Compagnie des Chemins de Fer Federeaux de l'Est Brésilien» o celebrado com a Companhia Viação Geral da Bahia (decr. n. 9.029); altera a clausula XVII do com a Companhia de Estrada de Ferro de S. Paulo a Goyaz (decr. numero 9.084); autoriza a revisão dos de 15 de março e 19 de junho de 1905, celebrados com a «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil» (decr. n. 9.101); prorroga até 30 de novembro de 1911 o a que se refere á clausula XVIII do approvedo pelo decreto n. 8.648, de 1911 (decr. numero 9.103); autoriza a revisão dos de 15 de outubro de 1908 e 20 de março de 1909 (decr. n. 9.172); prorroga por cinco annos o celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação (decr. n. 9.227); autoriza a revisão dos celebrados com a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande em virtude dos decretos ns. 7.928 e 8.270, de 1910 (decr. n. 9.250); autoriza a celebrar com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão para o serviço de navegação entre S. Luiz e diversos portos (decr. n. 9.257); modifica algumas clausulas do celebrado com a Companhia Cessionaria das Docas do Porto da Bahia (decr. n. 9.293); transfere á Companhia S. Luiz a Caxias o de 24 de outubro de 1908 para a construcção da Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias o ramal de Itaqui (decr. n. 9.302); approva os estudos definitivos e o orçamento da linha ferrea de Jaguarão a Basilio nos termos do decreto n. 8.558, de 1911 (decr. numero 9.356); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho da linha de S. Sebastião a Sant'Anna do Livramento a que se refere o decreto n. 8.556, de 1911 (decr. n. 9.358); declara rescindido o celebrado em virtude do decreto n. 8.558, de 1911 (decr. n. 9.362); prorroga até 31 de março de 1912 o praso a que se refere o n. 5 da clausula I do approvedo pelo decreto n. 8.648, de 1911 (decr. n. 9.444); autoriza a innovação do celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor (decr. n. 9.486); transfere á Empresa de Navegação Rio-S. Paulo o celebrado com Joaquim Garcia & Comp. (decr. n. 9.509); prorroga até 31 de dezembro de 1912 o praso estipulado na clausula XXVII do a que se refere o decreto n. 7.701, de 1909 (decr. n. 9.573); autoriza o para o serviço de navegação do rio Paraná e seus affluents (decr. n. 9.582); prorroga até 31 de dezembro de 1912 o estipulado na clausula XVI do approvedo pelo decreto numero 8.423 de 1910 (decr. n. 9.632); autoriza a transferencia a Empresa Constructora Rio Grande do Sul do para o estudo e construcção das linhas ferreas de Jaguarão a Basilio, Alegrete a Quaraby e de S. Sebastião a Sant'Anna do Livramento



(decr. n. 9.646); declara sem effeito a clausula XVI do decreto n. 9.486, de 1916 (decr. n. 9.653); rescinde o celebrado com Fraga Sobrinho para um serviço de navegação entre o porto de Belém e os de Pennapolis, Xapury e outros do rio Acre (decr. n. 9.679); autoriza a innovação do celebrado com a firma Oliveira Pearce & Companhia, para os serviços de navegação do Alto-Parnahyba (decreto n. 9.681); approva novas clausulas a serem additadas ao de 4 de agosto de 1908, referente ás obras de melhoramento do porto do Recife (decr. n. 9.684); altera as clausulas VI e XIII do approvedo pelo decreto n. 9.582, de 1912 (decr. numero 9.698); autoriza a celebrar com a «Amazon River Steam Navigation Company, Limited», para o serviço de navegação do Rio Amazonas e seus tributarios e linha maritima até o Oyapoc (decr. n. 9.708); proroga até 31 de janeiro de 1913 o praso estipulado na clausula III do a que se refere o decreto n. 7.959, de 1910 (decr. n. 9.773); proroga por 18 mezes o praso fixado na clausula V, do celebrado em 24 de janeiro de 1911 em virtude do decreto n. 8.271, de 1910 (decr. numero 9.795); approva o de construcção do ramal de Abaeté, da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 9.858); transfere á firma La-Roque, Frota & Comp. o celebrado com a firma Mello, Frota & Comp. para o serviço de navegação entre os portos de Belém, Manáos e os do rio Juruá e seus afluentes (decr. n. 9.880); proroga por 18 mezes o praso marcado na clausula VI do para a conclusão da construcção da Estrada de Ferro do Timbó a Propriá (decr. n. 9.946); autoriza a innovação do para o serviço da navegação do rio São Francisco (decr. n. 9.963) autoriza o para o serviço de navegação entre o Rio de Janeiro e Iguape (decr. n. 9.966); proroga por 18 mezes o praso estipulado na clausula XIX do a que se refere o decreto n. 6.899, de 1908 (decr. n. 9.970); autoriza o de construcção do ramal de Itapeccica a Formiga, da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 9.971); rescinde o transferido a José Barbosa da Silva para o serviço de navegação entre os portos de Belém e os do territorio do Acre (decr. n. 10.062); rectifica a primeira parte do decreto n. 9.858, de 1912 (decr. n. 10.140); modifica clausulas do decreto n. 9.250, de 1911 (decr. n. 10.155); approva as clausulas para o das obras de melhoramento do porto de Cumbá (decr. n. 10.160); autoriza o com a Companhia Nacional de Navegação Costeira para um serviço regular de navegação (decr. n. 10.176); proroga por tres mezes o praso estabelecido na clausula XI do celebrado em virtude do decreto n. 7.928, de 1910 (decr. n. 10.196); proroga até 1 de julho de 1913 o a que se refere a clausula II do autorizado pelo decreto n. 9.966, de 1912 (decr. n. 10.221); approva os projectos e o orçamento da modificação da linha em trafego entre Curitiba e Roça Nova, em cumprimento ao disposto na clausula III do a que se refere o decreto n. 9.250, de 1911 (decr. n. 10.237); proroga até 21 de julho de 1913 o praso estipulado na clausula III do a que se refere o decreto numero 7.959, de 1910 (decr. n. 10.241); proroga até 6 de novembro de 1914 o praso estipulado na clausula XI do decreto n. 7.928, de 1910 (decr. n. 10.275); proroga até 6 de novembro de 1914 os prazos estipulados na clausula XI do autorizado pelo decreto n. 7.928, de 1910 (decr. numero



10.277); approva as clausulas para o das obras de melho-  
ramento do porto de Corumbá (decr. n. 10.293); autoriza a  
firmar com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão,  
em substituição ao de que trata o decreto n. 9.257, de 1911  
(decr. n. 10.295); proroga até 23 de maio de 1914 o praso  
a que se refere a clausula V do autorizado pelo decreto  
n. 9.486, de 1912 (decr. n. 10.297); proroga até 21 de  
março de 1914 o praso estipulado na clausula V do autorizado  
pelo decreto n. 8.588, de 1911 (decr. n. 10.298); autoriza  
o para o prolongamento da Estrada de Ferro do Rio Grande  
a Santa Victoria do Palmar (decr. n. 10.299); supprime a  
clausula XXI do a que se refere o decreto n. 9.582, de 1912  
(decr. n. 10.342); rescinde o firmado com a Companhia  
Viação S. Paulo-Matto Grosso (decr. n. 10.376); altera a  
clausula I do celebrado em virtude do decreto n. 10.295,  
de 1912 (decr. n. 10.377); proroga até 30 de novembro de  
1913 o praso estipulado na clausula XXVII do a que se  
refere o decreto n. 7.704, de 1903 (decr. n. 10.414); altera  
a clausula VIII do decreto n. 9.293, de 1912 (decr. nu-  
mero 10.450); declara sem effeito o approved pelo de-  
creto n. 10.582, de 1913 (decr. n. 10.522); declara a ca-  
ducidade do approved pelo decreto n. 6.899, de 1908 (decr.  
n. 10.523); altera a clausula XI do de 31 de julho de 1913  
para a execução das obras de melhoramento do porto de Co-  
rumbá (decr. n. 10.570); transfere a Nicolaus & Comp. o  
celebrado com a firma Mello & Comp., em virtude do de-  
creto n. 8.079, de 1910 (decr. n. 10.584); autoriza o para  
substituir a construcção da linha ferrea de S. Borja a São  
Luiz pelo prolongamento do ramal de Quarahy a Alegrete  
(decr. n. 10.635); rescinde o celebrado com a Empresa de  
Navegação Espirito Santo-Caravellas (decr. n. 10.659); de-  
clara que não será executado e celebrado entre o Governo  
Federal e a Estrada de Ferro Therapopolis (decr. n. 10.696);  
declara que não será executado o celebrado com a Compa-  
nhia de Estrada de Ferro e Colonização Porto do Souza a  
Manhuassú (decr. n. 10.723); autoriza a transferencia  
para a Companhia Estrada de Ferro Muriaé do com a Com-  
panhia Amparo Industrial (decr. n. 10.724); autoriza a  
prorogação até 31 de dezembro de 1914 do para o serviço de  
navegação entre Salvador, Recife, Mucury e Belmonte (decr.  
n. 10.845); approva o orçamento para a installação de freios  
automaticos em locomotivas e carros, nos termos da clausula  
V do celebrado com a «Compagnie Auxiliare des Chemins de  
Fer au Brésil» (decr. n. 10.851); approva o projecto e o  
orçamento para as obras do porto de Manáos, em virtude do  
a que se refere o decreto n. 8.554, de 1911 (decr. nu-  
mero 10.883); autoriza a modificação do celebrado em vir-  
tude do decreto n. 9.708, de 1912 (decr. n. 10.898); proroga  
até 28 de fevereiro de 1915 o praso fixado na clausula V do  
a que se refere o decreto n. 9.486, de 1912 (decr. numero  
10.915); proroga até 20 de maio de 1915 o praso fixado na  
clausula III do a que se refere o decreto n. 10.176, de  
1913 (decr. n. 10.922); proroga até 18 de setembro de 1919  
o praso marcado na clausula IV do de que trata o decreto  
n. 8.559, de 1911, para conclusão das linhas de S. Pedro a  
S. Luiz e S. Borja e até 6 de setembro de 1915 o praso da  
apresentação dos estudos da linha do Alegrete a Santiago

de Boqueirão, do a que se refere o decreto n. 10.635, de 1913 (decr. n. 11.007); approva o projecto e orçamento para a construcção das novas estações de Paranaguá e Antonina, do a que se refere o decreto n. 9.250, de 1911 (decr. n. 11.040); prorroga até 2 de maio de 1919 o prazo marcado na clausula IV do a que se refere o decreto n. 8.556, de 1911 (decr. n. 11.063); prorroga até 31 de agosto de 1914 o prazo fixado no a que se refere o decreto n. 7.704, de 1909 (decr. n. 11.083); prorroga até 28 de fevereiro de 1915 o prazo fixado no a que se refere o decreto n. 7.704, de 1909 (decr. n. 11.177); autoriza a transferencia do de arrendamento da Estrada de Ferro de Itaqui a S. Borja (decr. n. 11.197); declara caduco o para o serviço de navegação entre o Rio de Janeiro e Iguape celebrado em virtude do decreto n. 9.966, de 1912, e o para o serviço entre o Rio de Janeiro e Paraty, autorizado pelo decreto n. 7.520, de 1909 (decr. n. 11.268); rescinde o de que são concessionarios La-Rocque, Frota & Comp., para o serviço de navegação regular entre os portos de Belém, Manáos e os do rio Juruá e seus afluentes (decr. n. 11.378); autoriza a revisão do celebrado com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão (decr. n. 11.524); concede a rescisão do para o serviço de navegação do rio Uruguay até Santo Isidro (decr. n. 11.525); autoriza a revisão do celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor (decr. n. 11.620); rectifica a clausula I, n. I, do decreto n. 11.524, de 1915, que autorizou a revisão do celebrado com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão (decr. n. 11.646); approva as clausulas para a revisão dos celebrados com João Corrêa & Irmãos para os estudos e a construcção de linhas (decr. n. 11.691); declara a caducidade do celebrado com a «South-American Railway Construction Company», em virtude do decreto n. 8.711, de 1911 (decr. n. 11.692); autoriza a revisão do celebrado com a Companhia Nacional de Navegação Costeira (decr. numero 11.774); approva as clausulas do de consolidação a que se refere o accordo de 7 de agosto de 1915 (decr. n. 11.905); approva as clausulas para a revisão do celebrado em virtude do decreto n. 8.102, de 1910 (decr. n. 11.980); autoriza a celebração do para o serviço de navegação costeira do Estado da Bahia (decr. n. 12.088); approva as clausulas para a revisão e consolidação dos celebrados com a Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas (decr. n. 12.094); rescinde o celebrado com R. Rebecchi & Comp., para a construcção de armazens no caes do porto (decr. n. 12.113); declara que não será assignado o para execução do prolongamento das obras do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 12.182); approva as clausulas para a revisão do celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz (decr. n. 12.183); approva as clausulas para a revisão e consolidação dos celebrados com a companhia «Port of Pará» (decr. n. 12.184); declara a rescisão do celebrado em virtude do decreto numero 10.640, de 1913 (decr. n. 12.208); autoriza a prorrogação do para o serviço de navegação a vapor do rio S. Francisco (decr. n. 12.218); autoriza a prorrogação do celebrado com a Companhia Commercio e Navegação pelo decreto numero 5.897, de 1906 (decr. n. 12.219); approva as clausulas

para a revisão e consolidação dos referentes ás linhas de viação ferrea e fluvial da Companhia Estradas de Ferro do Norte do Brasil (decr. n. 12.248); torna sem effeito a clausula IX do a que se refere o decreto n. 12.182, de 1916 (decr. n. 12.249); rescinde o celebrado com João Alves de Oliveira para a construcção do ramal de Abaeté, da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 12.251); rescinde o celebrado com o engenheiro Eduardo Alves da Silva Porto para a construcção do ramal de Itapecirica á Formiga, da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 12.252); approva as clausulas para a revisão do celebrado com Antonio Mendes Fernandes Ribeiro para a construcção de uma estrada de ferro do municipio de Baireiros ás proximidades do Sertão-sinho (decr. n. 12.309); declara que não será executado o celebrado com o engenheiro Horacio Maria Meanda e outro para as obras do porto de Corumbá (decr. n. 12.359); substitue o desempatador no arbitramento a que se refere o decreto n. 12.251, de 1916 (decr. n. 12.283); prorroga por quatro mezes o prazo fixado na clausula VI do celebrado em virtude do decreto n. 11.620, de 1915 (decr. n. 12.389); prorroga o prazo concedido ao arbitro desempatador no juizo arbitral instituido em virtude do decreto n. 12.251, de 1916 (decr. n. 12.402); rescinde o celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor (decr. n. 12.455); autoriza o de construcção da Estrada de Ferro de Tubarão a Araranguá para servir á zona carbonifera do Estado de Santa Catharina (decr. n. 12.478); autoriza o para construcção de uma linha ferrea que, partindo do ramal de Paranapanema, vá ter ás jazidas de carvão de Barra Bonita e Rio do Peixe (decr. n. 12.479); nomeia o Dr. Fernando Lobo Leite Pereira para arbitro na questão relativa aos das obras do prolongamento do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 12.489); autoriza o de construcção do prolongamento do ramal de Paranapanema (decr. n. 12.491); autoriza a firmar termo de accordo modificativo do celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz, em virtude do decreto n. 12.183, de 1917 (decr. n. 12.530); prorroga o prazo a que se refere a clausula IV do decreto n. 12.359, de 1916, referente aos dos portos de Corumbá e Jaraguá (decr. n. 12.531); modifica as clausulas do celebrado em virtude do decreto n. 7.954, de 1910 (decr. n. 12.583); prorroga por 30 dias o prazo a que se refere a clausula IV do celebrado em virtude do decreto n. 12.359, de 1917 (decr. n. 12.587); prorroga por mais 30 dias o prazo da clausula IV do decreto n. 12.359, de 1917 (decr. n. 12.630); prorroga por mais 30 dias o prazo da clausula IV do decreto n. 12.359, de 1917, referente aos dos portos de Jaraguá e Corumbá (decr. n. 12.659); autoriza a prorrogação por um anno do prazo a que se refere a clausula V do celebrado em virtude do decreto n. 12.218 de 1916 (decr. n. 12.728); autoriza o com a companhia arrendataria da rêde de viação ferrea da Bahia, para a incorporação da Estrada de Ferro Centro Oeste da Bahia e a construcção do seu prolongamento (decr. n. 12.764); approva os projectos de seis variantes no trecho em construcção do ramal de Paranapanema, do a que se refere o decreto n. 12.491 de 1917 (decr. n. 12.784); autoriza a modificação do celebrado em virtude do decreto n. 12.309, de 1916 (decr. n. 12.807);



autoriza o de arrendamento de um trecho do caes do porto do Recife (decr. n. 12.904); autoriza a rescisão do celebrado com Oscar de Almeida Gama para a construção das obras da ponte sobre o rio Paraná (decr. n. 12.905); declara sem effeito o de 26 de dezembro de 1911 (decr. numero 12.907); approva as clausulas para a revisão do para o melhoramento do porto do Recife (decr. n. 12.908); concede á Companhia do Porto e Estrada de Ferro Nordêste de S. Paulo a suspensão da execução do a que se refere o decreto n. 12.362. de 1917 (decr. n. 12.918); transfere á Companhia Brasileira de Araranguá os a que se referem os decretos ns. 12.478. de 1917 e 11.905. de 1916 (decr. numero 12.933); concede á Companhia do Porto e Estrada de Ferro Nordêste de S. Paulo a suspensão da execução do a que se refere o decreto n. 12.723. de 1917. (decr. n. 12.983); concede a Alberto Alvaro de Azevedo Castro a suspensão da execução do a que se refere o decreto n. 12.185. de 1916 (decr. n. 12.984); approva os estudos definitivos do primeiro trecho da linha do rio do Peixe, de que trata o decreto n. 12.479. de 1917 (decr. n. 12.999); approva os estudos definitivos do segundo trecho da linha do rio do Peixe a que se refere o decreto n. 12.579. de 1917 (decr. n. 13.067); prorroga o prazo fixado na clausula IX, n. 1. do de consolidação. em virtude do decreto n. 12.248. de 1916 (decr. numero 13.096); autoriza a Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá a construir um ramal da linha de Tubarão a Araranguá. de accôrdo com os decretos ns. 12.478 e 12.933. de 1917 e 1918 (decr. n. 13.109); autoriza a Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá a construir um ramal que, partindo das proximidades da estação Lauro Müller, vá terminar em Treviso. de accôrdo com os decretos ns. 12.478 e 12.933. de 1917 e 1918 (decr. n. 13.119); declara a rescisão do celebrado em virtude do decreto n. 7.073. de 1908 (decreto n. 13.120); approva as clausulas do de consolidação. de accôrdo com o art. 4º do decr. n. 12.933. de 1918 (decreto n. 13.192); modifica a clausula III do celebrado com a Companhia Docas de Santos em virtude do decreto n. 6.080. de 1906 (decr. n. 13.202); declara que começarão a correr de 7 de junho de 1919 diversos prazos estabelecidos em vários de estradas de ferro (decr. n. 13.212); transfere a firma Peixoto & Comp. o para navegação do baixo S. Francisco. a que se refere o decreto n. 12.218. de 1916 (decr. n. 13.341); transfere para o Ministerio da Viagem o de navegação do rio S. Francisco (decr. n. 13.503); declara rescindido o a que se refere o decreto n. 12.479. de 1917 (decr. n. 13.067); autoriza o para a substituição do prolongamento da Estrada de Ferro D. Theresa Christina até Treviso (decr. n. 13.583); concede o prazo de um anno para cumprimento da clausula V do a que se refere o decreto n. 12.218. de 1916 (decr. n. 13.610); altera o celebrado com o Estado do Maranhão em virtude do decreto n. 13.270. de 1918 (decr. n. 13.612); transfere á Companhia Carbonifera de Urussanga o celebrado ex-vi do decreto n. 13.192. de 1918 (decr. n. 13.627); approva as clausulas para a transferencia ao Estado do Rio Grande do Sul dos da «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul» (decr. n. 13.691); concede á Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas o prazo de seis mezes para



início dos trabalhos da construção da linha de Itabira a Cachoeira Escura (decr. n. 13.741); autoriza a transferência do celebrado com Edward Dwigh Trowbridge em 11 de novembro de 1909 (decr., n. 13.760); prorroga até 10 de janeiro de 1920 o prazo fixado no celebrado em virtude do decreto n. 12.248, de 1918 (decr. n. 13.768); prorroga o prazo fixado na clausula I do a que se refere o decreto n. 12.479, de 1917 (decr. n. 13.915); approva as clausulas para a revisão e consolidação dos relativos á concessão das obras de melhoramento do porto da Bahia (decr. n. 13.951); declara a caducidade do celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz (decr. n. 13.963); approva as clausulas para a revisão do celebrado em virtude dos decretos ns. 8.556 e 9.646, de 1911 e 1912 (decr. n. 14.006); autoriza a revisão dos relativos ao arrendamento e á construção de estradas de ferro federaes (decr. n. 14.068); autoriza a celebração de novo com a Empresa Fluvial Piauihyense para o serviço de navegação do alto Parnahyba e do rio das Balsas decreto n. 14.069); approva as clausulas para a revisão do celebrado com o engenheiro civil Emilio Schonoor para a construção da secção de Alberto Isacson a Bello Horizonte, da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 14.107); autoriza a modificação da clausula VII do celebrado nos termos do decreto n. 13.691, de 1919 (decr. n. 14.124); declara rescindido o a que se refere o decreto n. 9.172, de 1911 (decr. n. 14.136); approva clausulas complementares das que baixaram com o decreto n. 14.068, de 1920 (decr. n. 14.159); autoriza a celebração de com a "Itabira Iron Ore Company, Limited", para que construa e explore uzinas siderurgicas, lnihas ferreas e caes nos Estados de Minas e do Espirito Santo (decr. n. 14.160); approva as clausulas do a ser lavrado com a Agencia Havas para o estabelecimento de uma estação radiotelegraphica de grande alcance (decr. n. 14.174); approva o projecto de calçamento de uma área do porto do Rio Grande a que se refere o decreto n. 13.691, de 1919 (decr. n. 14.175); autoriza a assignar com o engenheiro Trajano Saboia Viriato de Medeiros para conclusão das uzinas de beneficiamento de algodão e seus sub-productos no Nordeste (decr. n. 14.179); rescinde o a que se refere o decreto numero 14.136, de 1920 (decr. n. 14.200); autoriza a revisão do para o serviço de navegação do baixo S. Francisco, a que se referem os decretos ns. 12.218 e 13.341, de 1916 e 1918 (decr. n. 14.203); approva a clausula complementar das que baixaram com o decreto n. 14.006, de 1920 (decr. n. 14.204); autoriza a innovação do de arrendamento de estradas de ferro com a "Great Western of Brazil Railway Company Limited" (decr. n. 14.326); declara a caducidade do celebrado em virtude do decreto n. 12.248, de 1916 (decr. n. 14.369); approva a clausula complementar das que baixaram com o decreto n. 14.107, de 1920 (decr. n. 14.378); prorroga o prazo fixado no celebrado em virtude do decreto n. 12.478, de 1917 (decr. n. 14.406); rectifica as clausulas que acompanharam o decr. n. 14.417); approva as clausulas para a celebração de com "C. H. Wolker Company, Limited", para administração de serviços de construção de obras no Nor-

déste brasileiro (decr. n. 14.433); approva as clausulas para celebração de com "Dwight P. Robinson Company, Inc.", para administração de serviços de construcção de obras no Nordeste brasileiro (decr. n. 14.434); approva as clausulas para celebração de com a firma "Norton Griffiths Company, Limited", para administração de serviços de construcção de obras no Nordeste brasileiro (decr. n. 14.435); autoriza a celebração de um termo de additamento ao firmado em virtude do decreto n. 14.326, de 1920 (decr. n. 14.530); autoriza a transferencia do celebrado com a firma "Gelrneder Goedhart Aktien Gesellsdraft" para o engenheiro civil Jeronymo Teixeira de Alencar Lima e o Banco Portuguez do Brasil (decr. n. 14.588); autoriza o para a concessão de serviços e proseguimento das obras de saneamento da bahia do Rio de Janeiro (decr. n. 14.589); torna sem effeito o decr. n. 14.433, de 1920, e autoriza a contractar com "C. L. Walker Company Limited", a administração de serviços de construcção de obras no Nordeste brasileiro (decr. n. 14.590); torna sem effeito o decreto n. 14.434, de 1920, e autoriza a contractar com "Dwight P. Robinson Company" a administração de serviços de construcção de obras do Nordeste brasileiro (decr. n. 14.591); torna sem effeito o decreto n. 14.435, de 1920, e autoriza a contractar com a firma "North Griffiths Company, Limited" a administração de obras no Nordeste brasileiro (decr. n. 14.592); resolve rescindir o celebrado em virtude do decreto n. 7.704, de 1909 (decr. n. 14.593 A) —

VER ABONO — COMPANHIAS — CONCESSÕES — CREDITOS — EMISSÃO — EMPRESTIMOS — ESTRADAS DE FERRO — FAVORES — ISENÇÕES — PERCENTAGENS — RECLAMAÇÕES — RÊDE — SOCIEDADES — UZINAS.

CONTRIBUINTE — VER MONTEPIO.

CONVENÇÕES — Publica a adhesão da Grã-Bretanha, pela União Sul-Africana, á internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim em 1906 (decr. n. 8.536); publica a adhesão do Reino dos Paizes Baixos, pelas Indias Hollandezas á internacional telegraphica de 3 de novembro de 1906 (decr. n. 8.552); promulga a resolução, firmada em 23 de agosto de 1906 pela Terceira Conferencia Internacional Americana, adherindo á sanitaria internacional de Washington (decr. n. 8.666); publica a adhesão do Imperio Ottomano á sanitaria internacional, assignada em Paris em 3 de dezembro de 1903 (decr. n. 8.674); publica a adhesão da Republica do Paraguay á assignada em Genebra a 6 de julho de 1906 para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha (decr. n. 8.679); publica a renuncia do Imperio Ottomano á reserva que havia formulado relativamente ao art. 181 da sanitaria internacional (decr. n. 8.700); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a Grã-Bretanha, assignada em Petropolis aos 18 de junho de 1909 (decr. n. 8.720); promulga a do arbitramento entre o Brasil e Portugal, assignada em Petropolis a 25 de março de 1909 (decr. n. 8.766); promulga a para a permuta de encommendas postaes com os Estados Unidos da America, assignada no Rio de Janeiro em 26 de março de 1910 (decr. n. 8.767); promulga a para a permuta de encommendas postaes, sem valor decla-

rado, entre o Brasil e a Italia, assignada no Rio de Janeiro em 19 de dezembro de 1910 (decr. n. 8.799); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a França, assignada em Petropolis a 27 de abril de 1900 (decr. n. 8.850); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a Hespanha assignada em Petropolis a 8 de abril de 1909 (decr. n. 8.851); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a Noruega, assignada em Kristiania a 13 de julho de 1919 (decr. n. 8.852); promulga a para a permuta de encomendas postaes entre o Brasil e a França, assignada no Rio de Janeiro a 3 de junho de 1909 (decr. n. 8.853); publica a de arbitramento entre o Brasil e os Estados Unidos, assignada em Washington a 23 de janeiro de 1909 (decr. n. 8.890); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a Republica de Cuba, assignada em Washington a 10 de junho de 1909 (decr. n. 8.892); publica a adesão do Imperio de Marrocos á internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906 (decr. n. 8.944 A); publica a adesão do Imperio de Marrocos á internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim, a 3 de novembro de 1906 (decr. n. 8.994 A); publica a adesão da Republica de Costa Rica á assignada em Genebra a 6 de julho de 1906 para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha (decr. n. 9.013); publica a de arbitramento entre o Brasil e a Austria Hungria, assignada no Rio de Janeiro a 19 de outubro de 1910 (decr. n. 9.104), promulga a concluida no Rio de Janeiro a 23 de agosto de 1906 pela Terceira Conferencia Internacional Americana, relativa a patentes de invenção, desenhos e modelos industriaes, marcas de fabrica e commercio e propriedade litteraria e artistica (decr. n. 9.190); promulga a firmada em 23 de agosto de 1906 pela Terceira Conferencia Internacional Americana, creando uma commissão americana de juriseconsultos para codificação do direito internacional publico e privado (decr. n. 9.192); promulga a concluida no Rio de Janeiro a 23 de agosto de 1906 entre o Brasil e diversas republicas americanas, fixando as condições dos cidadãos naturalizados que renovam a sua residencia no paiz de origem (decr. n. 9.193); publica a adesão da colonia do Congo Belga á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. n. 9.319); publica a adesão da Belgica, pela Colonia do Congo, á internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906 (decr. n. 9.369); publica a adesão dos protectorados britannicos das ilhas Gilbert e Ellice e das ilhas Salomão á postal universal (decr. n. 9.370); publica a adesão da Republica do Salvador á assignada em Genebra a 6 de julho de 1906 para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha (decr. n. 9.387); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a China, assignada em Peking a 3 de agosto de 1909 (decr. n. 9.388); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a Venezuela, assignada em Caracas a 30 de abril de 1909 (decr. n. 9.390); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a Republica do Equador, assignada em Washington a 13 de maio de 1909 (decr. n. 9.516); publica a adesão do Imperio de Marrocos á telegraphia internacional de S. Petersburgo (decr. n. 9.576); publica a adesão da União Sul-Americana



á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. numero n. 9.585); publica a de arbitramento entre o Brasil e a Russia, assignada no Rio de Janeiro a 13 de agosto de 1910 (decr. n. 9.586); publica a adhesão da Austria-Hungria, pela Bosnia e Herzegovina, á internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906 (decr. n. 9.618); publica a adhesão do Japão, pelo territorio inteiro da Korea, Formosa, ilha Sachalin e Peninsula Kervantung, á internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906 (decr. n. 9.619); publica a adhesão da França, Grã-Bretanha e Italia, pela Ethiopia, á assignada em Roma em 26 de maio de 1906, relativa á troca de cartas e caixas com valor declarado (decr. n. 9.676); publica o regulamento de execução concernente á para permuta de encomendas postaes, sem valor declarado, entre o Brasil e a França (decr. n. 9.801); publica a adhesão da Austria-Hungria á internacional de Paris, de 20 de março de 1883, para a protecção da propriedade industrial (decr. n. 9.837); publica as adhesões do Reino de Sião e da Republica de San Marino á internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906 (decr. n. 9.838); publica a adhesão do Egypto á internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim em 3 de novembro de 1906 (decr. n. 9.839); publica a adhesão da Hespanha pela sua possessão no Golpho de Guiné á internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906 (decr. n. 9.840); publica a denuncia da sanitaria internacional, assignada no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1904 entre o Brasil e as Republicas Argentina, Oriental do Uruguay e do Paraguay (decr. n. 9.846 A); publica a adhesão de Portugal por suas ilhas e possessões á internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906 (decr. n. 9.956); publica a adhesão da Italia pelas suas colonias da Erythrée e de Somalia á internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906 (decr. n. 10.068); publica a denuncia da para a prevenção e repressão do crime de falsificação de moedas e papeis de credito, assignada em Lisboa a 12 de janeiro de 1855 entre o Brasil e Portugal (decr. n. 10.209); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a Republica Dominicana, assignada em Washington a 29 de abril de 1910 (decr. numero 10.244); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a Republica de Haiti, assignada em Washington a 25 de abril de 1910 (decr. n. 10.245); promulga a de arbitramento geral entre o Brasil e a Italia, assignada no Rio de Janeiro a 22 de setembro de 1911 (decr. n. 10.372); publica a adhesão da Grã-Bretanha, pela sua possessão de Terra Nova, á internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906 (decr. n. 10.469); publica a denuncia da de extradição de criminosos, assignada no Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1895 entre o Brasil e os Paizes Baixos (decr. n. 10.520); promulga a de arbitramento de S. Salvador, assignada a 3 de setembro de 1909 (decr. n. 10.611); promulga as firmadas pelos plenipotenciarios do Brasil na Segunda Conferencia da Paz, em 1907, na Haya (decr. n. 19.719); promulga as sobre abalroação e assistencia maritima, assignadas em Bruxellas a 23 de setembro de 1910 (decr. nu-



mero 10.773); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a Republica de Honduras (decr. n. 10.884); publica a adhesão da Republica da Siberia ás firmadas na Segunda Conferencia da Paz, em 1907, na Haya (decr. n. 10.903); publica a adhesão da Grã-Bretanha, pela colonia da Nova Zelandia, ás internacionaes assignadas em Bruxellas a 23 de setembro de 1910 para unificação de certas regras sobre abalroação e assistencia maritima (decr. n. 10.904); publica a adhesão da Grã-Bretanha, pela colonia da Terra Nova, ás internacionaes de 23 de setembro de 1910 para unificação de certas regras sobre abalroação e assistencia maritima (decr. n. 10.905); publica a adhesão da China á postal universal assignada em Roma a 26 de maio de 1906 (decr. n. 10.931); publica a adhesão da Republica de San Marino á postal universal, assignada em Roma em 26 de maio de 1906 (decr. n. 11.067); promulga a entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, modificando, no arroio de S. Miguel, a fronteira estabelecida pelo tratado de 15 de maio de 1852 e accôrdo de 22 de abril de 1853 (decr. n. 11.087); publica a desistencia da Grã-Bretanha ás reservas á internacional para melhorar a sorte dos feridos e doentes nos exercitos em campanha, assignada a 6 de julho de 1906 (decr. n. 11.089); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a Republica do Paraguay (decr. n. 11.142); publica a adhesão da Dinamarca á da União de Paris, de março de 1883, revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1909 e em Washington a 2 de junho de 1911, para a protecção da propriedade industrial (decr. n. 11.200); publica a adhesão da Indo-China á internacional, assignada em Roma a 9 de dezembro de 1907, para a criação de uma repartição internacional de hygiene publica (decr. n. 11.209); publica a denuncia da Republica de Guatemala á assignada no Rio de Janeiro a 13 de agosto de 1906, fixando a condição dos cidadãos naturalizados que renovam a sua residencia no paiz de origem (decr. n. 11.210); publica a adhesão de Portugal, por todas as suas colonias, ás internacionaes relativas á unificação de certas regras em materia de abalroamento (decr. n. 11.354); approva e manda adoptar novas para o balisamento dos canaes, portos e barras do Brasil (decr. n. 11.399); promulga a internacional radiotelegraphica, seu protocollo final e regulamento, assignados em Londres a 5 de julho de 1912 (decr. n. 11.480); publica a internacional de opio o respectivo protocollo de encerramento, assignados em Haya a 23 de janeiro de 1912 (decr. n. 11.481); publica a adhesão da Republica de San Marino á Postal Universal (decr. n. 11.531); publica a denuncia da Grã-Bretanha, pela colonia britannica Nigeria do Sul, á postal universal (decr. n. 11.551); publica a adhesão do Brasil á sanitaria internacional, assignada em Washington a 14 de outubro de 1905 (decr. n. 11.560); promulga tres assignadas pelos delegados de defesa agricola em 10 de maio de 1913 (decr. n. 11.587); promulga as assignadas pelos delegados á 4ª Conferencia Internacional Americana, em julho e agosto de 1910 em Buenos Ayres (decr. n. 11.588), publica a adhesão da Bolivia ás sancionadas pela Quarta Conferencia Internacional Americana (decr. n. 11.591); publica a adhesão da Grã-Bretanha pelos Estados Federados Malayos (Negri, Sem-

bilon, Pahang, Perak e Selongör) ao accôrdo relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado e á principal (decr. n. 11.592); publica a adesão das Republicas do Guatemala e Paraguay á postal universal, assignada em Roma a 26 de maio de 1906 (decr. n. 11.619); publica o deposito de ratificação, pela Republica do Perú, da postal universal, assignada em Roma a 26 de maio de 1906 (decr. n. 11.650); publica o deposito de ratificações pelas Republicas do Ecuador e de Honduras á postal universal, assignada em Roma a 26 de maio de 1906 (decr. n. 11.651); publica a adesão da Grã-Bretanha, pelas suas possessões Dominio da Nova Zelândia, Colonia de Ceylão, Colonia de Trindade e Tobago, á da União de Paris para a protecção da propriedade industrial (decr. n. 11.728); publica a adesão dos paizes sob o protectorado allemão á da União de Paris para protecção da propriedade industrial (decr. n. 11.729); publica a adesão da Grã-Bretanha, pelos Estados não federados malayos (Kedah e Keletan), á postal universal e, pelo Estado de Kedah, ao accôrdo relativo á permuta de caixas e cartas com valor declarado (decr. n. 11.911); publica a adesão da França, pela Colonia da Costa Franceza de Somais, á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. n. 11.975); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a Dinamarca, assignada em Copênague em 27 de novembro de 1911 (decr. n. 12.030); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a Suecia (decreto n. 12.103); publica a adesão da Suecia á assignada em Washington a 2 de junho de 1911 para a protecção da propriedade industrial (decr. n. 12.457); promulga a literaria, scientifica e artistica com a França, assignada no Rio de Janeiro a 15 de dezembro de 1913 (decr. n. 12.662); publica a modificação operada na situação das ilhas das Indias Occidentaes Dinamarquezas em relação á postal universal (decreto n. 12.737); faz publicos os depositos de ratificações das da Quarta Conferencia Internacional Americana (decr. n. 12.960 A); promulga a entre o Brasil e o Chile, relativa á permuta de encomendas postaes (decr. n. 12.962 A); publica os depositos de ratificações das de defesa agricola (decr. n. 12.737); faz publicos os depositos de ratificações e as adhesões aos actos assignados em Haya em 18 de dezembro de 1917, na Segunda Conferencia Internacional da Paz (decr. n. 12.988); promulga a de arbitramento geral obrigatorio entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignada no Rio de Janeiro a 27 de dezembro de 1916 (decr. n. 13.084 A); publica a adesão da Polonia á postal universal, concluida em Roma em 1906 (decr. n. 13.624); promulga a para melhor caracterização da fronteira entre o Brasil e o Uruguay, assignada no Rio de Janeiro em 27 de dezembro de 1916 (decr. n. 13.673); publica a adesão da Republica da Polonia á internacional de Paris, de 20 de março de 1883, relativa á protecção da propriedade industrial (decr. n. 13.950 A); faz publico o deposito de ratificação das da Quarta Conferencia Internacional Americana por parte da Republica Oriental do Uruguay (decr. n. 14.081); publica a adesão da Republica do Haiti á assignada em Genebra a 6 de julho de 1906 para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha (decr. n. 14.082); publica a

adesão da Romania á para a protecção da propriedade industrial (decr. n. 14.455); publica a adesão da Republica Tcheco-Slovaca á postal universal (decr. n. 14.548); publica a adesão de Marrocos, da Africa Franceza e de Madagascar á internacional, para a criação de uma repartição internacional de hygiene publica (decr. n. 14.459); publica a adesão da Republica Tcheco-Slovaca á Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras (decr. n. 14.460); publica a adesão da Polonia á internacional para a criação de uma repartição internacional de hygiene publica (decr. n. 14.461); publica a adesão da Finlandia á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. n. 14.462); publica a adesão de governo do Territorio da Bacia de Sarre á postal universal (decr. n. 14.496); publica a adesão da Polonia á da Cruz Vermelha (decr. n. 14.497); publica a adesão do governo do Territorio da Bacia do Sarre á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. n. 14.498); publica a adesão de Marrocos á postal universal (decr. n. 14.499); publica as adesões da Islandia, Reino dos Serbios, Croatas e Eslovenos, Ecuador, Tcheco-Slovaquia, Venezuela e China á internacional radiotelegraphica, assignada em Londres a 5 de julho de 1912 (decr. n. 14.500); publica uma declaração da Republica Austriaca relativamente á para a protecção da propriedade industrial (decr. n. 14.512); publica a adesão da Zona do protectorado hespanhol de Marrocos á postal universal (decr. n. 14.513) — Ver ACCÓRDOS — ACTOS — CONFERENCIAS — CONVENIO — OBRAS.

CONVENIOS — Approva o celebrado entre os Estados da Bahia e Pernambuco para regularização da exportação de peles, couros e borracha (decr. n. 10.109); promulga o especial entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, estabelecendo o trafego mutuo internacional das linhas ferreas (decr. n. 11.088); autoriza a assignatura com o governo francez para a utilização de 30 navios do Lloyd Brasileiro (decr. n. 12.733) — Ver ACTOS — CONFERENCIAS — CONVENÇÕES.

CONVERSÕES — Ver ACCÕES.

CONVOCAÇÃO — Ver CONGRESSO NACIONAL.

COOPERATIVA — Ver ESTATUTOS — PREMIOS.

CORPOS — Modifica a organização do Consular brasileiro (decr. n. 12.996); reforma o Diplomatico (decr. n. 13.113) — Ver CONSELHOS — CONSOLIDAÇÃO — CREDITOS — DENOMINAÇÕES — EXERCITO — INSTRUÇÕES — OFFICIAES — PARADAS — QUADROS — REGULAMENTOS — TEMPO — UNIFORMES — VENCIMENTOS.

CORRECÇÃO — Ver DECRETOS — PRAÇAS.

CORREIOS — Ver AGENCIAS — CREDITOS — LOGARES — QUADROS — REGULAMENTOS — VENCIMENTOS.

CORRETORES — Ver REGULAMENTOS.

COSTAS — Ver REGULAMENTOS.

COUROS — Ver ATTESTADOS — CONVENIOS.

CREAÇÃO — Ver ALDEAMENTOS — BATALHÃO — CENTROS — COLLEGIOS — COMMANDOS — COMMISSARIADO — CONSELHOS



— DISTRICTOS — ENFERMARIA — ENSINO — ESCOLAS — ESTAÇÕES — FAZENDAS — INSPECTORIAS — INSTITUTOS — JUNTAS — LOGARES — NUCLEOS — PATRONATOS — PORTOS — QUADROS — RESERVATORIOS — TABELLIONATOS — TELEGRAMMAS.

CREDITOS — Abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 881:386\$006, papel, e 436:492\$. ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 8.495); abre ao Ministerio da Fazenda o de 40:000\$, complementar á verba — Ajudas de custo (decr. n. 8.496); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1.585:919\$927 para pagamento de juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro (decr. n. 8.497); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 677:657\$037, ouro, para pagamento de prata adquirida em 1919 (decr. n. 8.498); abre ao Ministerio da Fazenda o de 119:258\$258, ouro, complementar á verba 11<sup>a</sup> (decr. numero 8.502); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 936:241\$904, complementar a diversas verbas (decr. numero 8.505); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 1.308:295\$250, complementar á verba — Alfandegas (decr. n. 8.509); abre ao Ministerio da Fazenda o de 19:383\$350 para pagamento de premio a Felismino Soares & Comp., pela construcção de uma barca d'agua (decr. n. 8.510); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 7:749\$668 para pagamento do augmento de vencimentos aos continuos, correios e ao ajudante do porteiro da Secretaria da Justiça (decr. n. 8.514); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 5:870\$965, complementar á verba — Thesouro Nacional (decr. n. 8.519); abre ao Ministerio da Fazenda o de 91:078\$ para pagamento á Companhia Nacional de Navegação Costeira de premios relativos a embarcações construidas nos seus estaleiros (decr. n. 8.523); abre ao Ministerio da Fazenda o de 155:100\$ para pagamento a Lage Irmãos de premios relativos a embarcações (decr. n. 8.524); abre ao Ministerio da Vição o extraordinario de 46:516\$866 para pagamento de despesas com a commissão central de estudos e construcção de estradas de ferro (decr. n. 8.528); abre ao Ministerio da Vição o de 700:000\$ para construcção da Estrada de Ferro Cruz Alta ao Ijuhy (decr. n. 8.529); abre ao Ministerio da Vição o de 220:000\$ para continuar os melhoramentos da Quinta da Boa Vista (decr. n. 8.530); abre ao Ministerio da Guerra o de 2.809:409\$039, complementar a diversas verbas (decr. n. 8.545); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 16:330\$ para pagamento de meio soldo a D. Leonor Augusto Conrado Franco, filha do major do Exercicio Antonio José Augusto Conrado (decr. n. 8.549); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 135:000\$ para pagamento do augmento de vencimentos aos ministros do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 8.550); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 150:000\$, papel, para despesas com a representação do Brasil na Exposição Internacional de Hygiene em Dresde (decr. n. 8.553); abre ao Ministerio da Vição o de 3.763:798\$338 para pagamento do augmento de vencimentos dos funcionarios da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 8.553); abre ao Ministerio da Fazenda o de 259\$170 para pagamento a Carlos Alberto Fernandes, em virtude de sentença (decr. n. 8.562); abre ao Ministerio da Fazenda o de 464:413\$600, ouro, para paga-



mento aos reclamantes peruanos (decr. n. 8.563); abre ao Ministerio da Fazenda os de 4:328\$934, papel, e 1:442\$978, ouro, para restituição de direitos de linotypos despachadas por Fratelli Martinelli & Comp., na Alfandega de Santos (decr. n. 8.564); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 50:000\$, complementar á verba 6<sup>a</sup> — Aposentados (decr. numero 8.565); abre ao Ministerio da Fazenda o de 24:978\$849 para pagamento a Maia, Sobrinhos & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 8.566); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3:057\$, papel, complementar á verba 10<sup>a</sup> (decr. numero 8.567); abre ao Ministerio da Fazenda o de 22:896\$773 para pagamento dos ordenados devidos ao porteiro da extincta Thesouraria da Fazenda de Pernambuco, Alexandrino Alves de Mendonça (decr. n. 8.568); abre ao Ministerio da Viação o de 10:000\$ para pagamento do projecto do edificio para Correios e Telegraphos na cidade de Fortaleza (decr. n. 8.570); abre ao Ministerio da Viação o de 100:000\$ para os estudos de uma estrada de rodagem entre a Capital Federal e Petropolis (decr. n. 8.571); abre ao Ministerio da Guerra o de 2:060\$ para indemnizar a Sociedade de Tiro Fielense do valor da metade das despesas com a construcção de suas linhas de tiro (decr. n. 8.572); abre ao Ministerio da Marinha o de 54:149\$, complementar á verba 12<sup>a</sup> — Arsenaes (decr. n. 8.573); abre ao Ministerio da Fazenda o de 775\$640 para pagamento a Francisco Alves Rollo, em virtude de sentença (decr. n. 8.574); abre ao Ministerio da Fazenda o de 233:499\$985, complementar á verba 18<sup>a</sup> — Alfandegas (decr. n. 8.575); abre ao Ministerio da Fazenda o de 522:970\$128 para pagamento de contas de diversos credores (decr. n. 8.576); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 300:000\$ para terminação das obras de installação do Instituto Oswaldo Cruz (decr. n. 8.577); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:800\$ para pagamento de subsidios e ajuda de custo que Francisco de Paula Alencastro, deixou de receber como deputado (decr. n. 8.578); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 247:976\$220 para pagamento de soldo vitalicio a voluntarios da patria (decr. n. 8.580); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2.108:451\$735 para pagamento de contas de diversos credores (decr. numero 8.582); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2.469\$046 para pagamento ao professor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, José Rabello Leite Sobrinho, de differença de gratificações atrazadas (decr. n. 8.583); abre ao Ministerio da Viação o de 387:295\$ para construcção do edificio destinado a Correios e Telegraphos na cidade de Porto Alegre (decr. n. 8.587); abre ao Ministerio da Fazenda o de 46:934\$309 para pagamento de vencimentos ao bacharel Francisco Pires de Carvalho Aragão, em virtude de sentença (decr. n. 8.593); abre ao Ministerio da Fazenda o de 7.106\$138 para restituição do imposto sobre vencimentos ao bacharel Gabriel Luiz Ferreira, juiz do Tribunal Civil e Criminal (decr. n. 8.594); abre ao Ministerio da Fazenda o de 17:221\$512, complementar á verba — Alfandegas (decr. numero 8.595); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 100:000\$ para pagamento ao Dr. Clovis Bevilacqua de premio pelo projecto do Código Civil (decr. n. 8.599); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 18:025\$ para pagamento de subsidios e ajudas de custo ao Dr. João da Matta Machado

(decr. n. 8.600); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:936\$600 para pagamento ao lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Erico da Gama Coelho, de accrescimo de vencimentos (decr. n. 8.601); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:254\$885 para pagamento ao secretario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Eugenio do Espirito Santo de Menezes, de accrescimo de vencimentos (decr. n. 8.602); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 247:074\$999 para pagamento de vencimentos a juizes e outros funcionarios da Justiça local do Districto Federal (decr. n. 8.603); abre ao Ministerio da Agricultura o de 100:000\$ para auxiliar as exposições agro-pecuarias e as exposições feiras nos Estados e nos municipios da União (decr. n. 8.608); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 320:553\$798, ouro, suplementar á verba 5ª — Legações e consulados (decr. n. 8.609); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:889\$999 para pagamento ao lente jubilado da Faculdade de Direito do Recife, Dr. João Vieira de Araujo, de accrescimo de vencimentos (decr. numero 8.609); abre ao Ministerio da Viação o de 80:000\$ para a rectificação, desobstrucção e dragagem do rio Paraguassú (decr. n. 8.611); abre ao Ministerio da Guerra o de réis 11.599:501\$850, suplementar ao art. 21 da lei n. 2.356. de 1910 (decr. n. 8.613); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:752\$770 para pagamento ao lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. João Carlos Teixeira Brandão, de accrescimo de vencimentos (decr. n. 8.614); abre ao Ministerio da Guerra o de 24:655\$953, suplementar ao art. 11 da lei n. 2.221, de 1909, para pagamento do augmento de vencimentos (decr. n. 8.615); abre ao Ministerio da Guerra o de 350:000\$ suplementar á verba 14ª — Material, — n. 28, «Transporte de tropas» (decr. n. 8.616); abre ao Ministerio da Fazenda o de 77:201\$612 para pagamento ao director aposentado do Thesouro Nacional, Carlos Pinto de Figueiredo, de vencimentos (decr. n. 8.619); abre ao Ministerio da Viação o de 194:381\$510, ouro, suplementar á verba 5ª (decr. n. 8.622); abre ao Ministerio da Viação o de 96:840\$, ouro, suplementar á verba 5ª (decr. n. 8.623); abre ao Ministerio da Fazenda o de 100:294\$656, suplementar á verba — Alfandegas (decr. n. 8.625); abre ao Ministerio da Viação o de 161:676\$580 para continuar os melhoramentos da Quinta da Boa Vista (decr. n. 8.629); abre ao Ministerio da Fazenda o de 49:295\$173, suplementar á verba — Alfandegas (decr. n. 8.630); abre ao Ministerio da Fazenda o de 100:892\$561, suplementar á verba — Alfandegas (decr. n. 8.631); abre ao Ministerio da Viação o de 746:403\$444; suplementar á consignação «Estrada de Ferro S. Paulo — Rio Grande» (decr. n. 8.632); abre ao Ministerio da Fazenda o de 23:368\$936, ouro, e 40:720\$111, papel, para restituição de direitos á Camara Municipal de S. Paulo (decr. numero 8.634); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 26:250\$ para pagamento de subsidios a Francisco de Figueiredo, conde Figueiredo (decr. n. 8.635); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:068\$166 para pagamento ao substituto da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Luiz Antonio da Silva Santos, de accrescimo de vencimentos (decr. n. 8.636); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis

8238333 para pagamento ao substituto da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Antonio Sattamini, de accrescimento de vencimentos (decr. n. 8.637); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:825\$ para pagamento de subsidios e ajudas de custo ao Dr. João Juvencio Ferreira de Aguiar, (decr. n. 8.638); abre ao Ministerio da Marinha o de 300:000\$ para auxiliar a terminação da construção do edificio do Club Naval (decr. n. 8.640); abre ao Ministerio da Fazenda o de 742:495\$559, complementar á verba — Alfandegas (decr. n. 8.641); abre ao Ministerio da Fazenda o de 22:069\$976, complementar á verba 23<sup>a</sup> (decr. n. 8.642); abre ao Ministerio da Fazenda o de 420:848\$363, complementar á verba 49<sup>a</sup> (decr. n. 8.643); abre ao Ministerio da Fazenda o de 42:286\$847, complementar á verba — Recbedoria do Districto Federal (decr. n. 8.644); abre ao Ministerio da Fazenda o de 194:626\$986, complementar á verba — Alfandegas (decr. n. 8.645); abre ao Ministerio da Agricultura o de 765:000\$ para adaptação do Instituto Agrícola S. Bento das Lages ao regulamento do ensino agronomo (decr. n. 8.646); abre ao Ministerio da Fazenda o de 659:200\$, complementar á verba 3<sup>a</sup> — Juros e amortizações de empréstimos internos (decr. n. 8.649); abre ao Ministerio da Fazenda o de 301\$030 para pagamento devido a Joaquim José Martins, em virtude de sentença (decr. n. 8.653); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 106:000\$ para despesas com o monumento destinado á guarda dos restos mortaes do ex-presidente da Republica, Dr. Affonso Penna (decr. n. 8.655); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:124\$ para pagamento ao lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. João da Costa Lima e Castro, de accrescimento de vencimentos (decr. n. 8.656); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 840\$77 para pagamento ao lente da Escola Polytechnica, Eugenio Tisserandot de accrescimento de vencimentos (decr. n. 8.657); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:345\$031 para pagamento ao lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Luiz da Cunha Feijó Junior, de accrescimento de vencimentos (decr. n. 8.658); abre ao Ministerio da Fazenda o de 15:067\$773 para pagamento a D. Maria Roberta da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 8.668); abre ao Ministerio da Fazenda o de 262\$940 para pagamento á Veneravel Irmandade de Nossa Senhora do Rosario e S. Benedicto, em virtude de sentença (decr. n. 8.670); abre ao Ministerio da Viação o de reis 1.000:000\$ para occorrer ás despesas com a construção do ramal de Sabará á cidade de Ferros, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.671); abre ao Ministerio da Fazenda o de 317:688\$726 para pagamento de contas a credores do Ministerio da Justiça (decr. n. 8.680); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 928\$333 para pagamento ao substituto da Escola Polytechnica, Dr. Francisco Ferreira Braga, de accrescimento de vencimentos (decr. n. 8.683); abre ao Ministerio da Viação o de 200:000\$ para despesas com o prolongamento do ramal de Ilacurussá até Angra, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.688); abre ao Ministerio da Viação o de 375:000\$ para pagamento de despesas com o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.689); abre ao Ministerio



da Fazenda o de 486:955\$827 para pagamento de dividas por serviços e fornecimentos ao Ministerio da Justiça (decr. numero 8.694); abre ao Ministerio da Fazenda o de 592:700\$440 para pagamento de dividas por serviços e fornecimentos ao Ministerio da Justiça (decr. n. 8.695); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:425\$182 para restituição do imposto sobre vencimentos cobrado do juiz de direito, aposentado, do Districto Federal, Dr. Manoel Martins Torres (decr. n. 8.696); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 155:000\$ para attender ao pagamento de vencimentos, diarias, ajudas de custo e despesas de transporte de veterinarios e instructores contractados (decr. n. 8.703); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 800:00\$ para despesas com a introdução de animaes reproductores (decr. n. 8.704); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:004\$300 para pagamento ao lente da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Alexandre Evangelista de Castro Cerqueira, de acrescimo de vencimentos (decr. n. 8.705); abre ao Ministerio da Viação o de 600:00\$ para os estudos dos prolongamentos e ramacs da rêde viação ferrea da Bahia (decr. n. 8.707); abre ao Ministerio da Viação o de 300:000\$ para os estudos do prolongamento do ramal de Araxá-Uberaba até Villa Platina (decr. n. 8.708); abre ao Ministerio da Viação o de 300:000\$ para os estudos definitivos de uma estrada de ferro que, partindo de Coroaá, na Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias, vá ter ao uma localidade á margem do Tocantins (decr. numero 8.709); abre ao Ministerio da Fazenda o de 321:315\$953 para pagamento de contas por fornecimentos ao Ministerio da Justiça (decr. n. 8.715); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:425\$ para pagamento de subsidio a Manoel Bezerra de Albuquerque Junior como senador federal (decr. n. 8.716); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 2:980\$800 para pagamento ao lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Pedro Severiano de Magalhães, de acrescimo de vencimentos (decr. n. 8.717); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2:400\$ para pagamento do augmento de vencimentos ao procurador e ao sub-procurador dos feitos da Saude Publica (decr. n. 8.718); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:761\$290 para pagamento ao lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Augusto Brandt Paes Leme, de acrescimo de vencimentos (decr. n. 8.719); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 9:130\$ para indemnizar a sociedade n. 29, da Confederação do Tiro Brasileiro, do valor da metade das despesas com a construção de sua linha de tiro (decr. n. 8.722); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 574\$600 para pagamento ao professor da Escola Polytechnica, Dr. Alfredo de Paula Freitas, de acrescimo de vencimentos (decr. n. 8.724); abre ao Ministerio da Viação o de 110:000\$ para a montagem de uma estação radio-telegraphica em Porto Murtinho (decr. n. 8.728); abre ao Ministerio da Viação o de 161:676\$580 para continuar os melhoramentos da Quinta da Boa Vista (decr. n. 8.729); abre ao Ministerio da Guerra o de 18.000:000\$, ouro, para substituição do armamento do Exército e compra de outros petrechos bellicos (decr. numero 8.735); abre ao Ministerio da Fazenda o de 123:143\$775 para pagamento de contas de fornecimentos ao Ministerio da Justiça (decr. n. 8.737); abre ao Ministerio da Fazenda o



de 510:451\$117 para pagamento de contas, de fornecimentos ao Ministerio da Fazenda (decr. n. 8.738); abre ao Ministerio da Fazenda o de 21:991\$415 para pagamento a José Luiz Pereira, em virtude de sentença (decr. n. 8.739); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 6:750\$ para pagamento do augmento de vencimentos ao desembargador Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim (decr. n. 8.745); abre ao Ministerio da Viagem o extraordinario de 25:000\$ para pagamento á Companhia Lithographica Hartmann & Reichambach. (decr. n. 8.748); altera de 320:553\$798, ouro, para 303:715\$089 a importância do credito aberto pelo decreto n. 8.624 (decr. n. 8.751); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 150:000\$ para auxiliar a construção de uma ponte metallica sobre o canal de S. Vicente, em Santos (decr. n. 8.752); abre o de 134:775\$ para despesas com a instalação da Mesa de Rendas de Itacoatiara (decr. n. 8.758); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:195\$161 para pagamento ao substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. José Affonso de Carvalho, de acrescimo de vencimentos (decr. n. 8.760); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:040\$ para pagamento ao lente da Escola Polytechnica, Dr. Manoel Pereira Reis, de acrescimo de vencimentos (decr. n. 8.761); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 439\$200 para pagamento ao lente da Escola Polytechnica, Dr. João Baptista Ortiz Monteiro, de acrescimo de vencimentos (decr. n. 8.762); abre ao Ministerio da Viagem o de 430:000\$ para a construção da Rede de Viagem Fluminense (decr. n. 8.764); abre ao Ministerio da Fazenda o de 46:327\$016 para pagamento aos herdeiros de D. Francisca Dantas da Silveira Carvalho, em virtude de sentença (decr. n. 8.771); abre ao Ministerio da Fazenda o de 181\$400 para pagamento a Domingos Tamanqueira, em virtude de sentença (decr. n. 8.772); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3:948\$191 para pagamento ao Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, em virtude de sentença (decr. n. 8.773); abre ao Ministerio da Fazenda o de 12:669\$552 para pagamento ao marechal Francisco José Cardoso Junior, em virtude de sentença (decr. n. 8.774); abre ao Ministerio da Viagem o de 250:000\$ para proseguir no alargamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Lafayette a Bello Horizonte (decr. n. 8.775); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:425\$ para pagamento de subsidio ao Dr. João Baptista de Sá Andrade (decr. n. 8.778); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:525\$ para pagamento de subsidios ao Dr. Joaquim Ferreira Rabello (decr. n. 8.779); abre ao Ministerio da Guerra o de 164:010\$, complementar á rubrica 5ª do art. 21 da lei n. 2.356, de 1910. (decr. n. 8.782); abre ao Ministerio da Guerra o de 555\$200 para pagamento a Florentino de Paula, em virtude de sentença (decr. n. 8.783); abre ao Ministerio da Fazenda o de 529\$611 para pagamento de differença de vencimentos ao segundo escripturario da Alfandega de Paranaguá, Francisco de Paula Dias Negrão, em virtude de sentença (decr. n. 8.795); abre ao Ministerio da Guerra o de 327:380\$302, complementar ao n. 6 do art. 21 da lei n. 2.356, de 1910 [(decr. n. 8.800)]; abre ao Ministerio da Viagem o de 537:000\$ para construção de um edificio destinado a Correios e Telegraphos, em Nietheroy (decr. numero 8.803); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario

de 75:107\$280 para attender ao augmento de despesa com o Collegio Pedro II (decr. n. 8.806); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:425\$ para pagamento de subsidio ao Dr. José Leopoldo de Bulhões Jardim (decr. n. 8.807); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 13:225\$804, ouro, para despesas com uma legação na Turquia (decr. n. 8.808); abre ao Ministerio da Viacão o de 300:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes necessarios da Rêde de Viacão Cearense (decr. n. 8.825); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 70:996\$126 para pagamento a varios empregados dos extinctos arsenaes de guerra de Pernambuco e da Bahia (decr. n. 8.833); abre ao Ministerio da Viacão o de 1.000:000\$ para as despesas com os prolongamentos e obras novas da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 8.837); abre ao Ministerio da Viacão o de 1.000:000\$ para pagamento de medição dos materiaes recebidos do estrangeiro, pela «Madeira-Mamoré Railway Company» (decr. n. 8.838); abre ao Ministerio da Viacão o de 450:000\$ para proseguir no alargamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.839); abre ao Ministerio da Agricultura o de 108:479\$856 para pagamento de gratificações addicionaes (decr. n. 8.842); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:504\$ para pagamento a Daniel Pereira Bastos e outros, em virtude de sentença (decr. n. 8.844); abre ao Ministerio da Fazenda o de 11:503\$300 para pagamento á Companhia Terras e Viacão, em virtude de sentença (decr. n. 8.845); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 29:450\$ para pagamento de subsidios e de ajudas de custo ao Dr. Martinho da Silva Prado Junior (decr. n. 8.865); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 6:481\$700 para pagamento ao professor ordinario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Erico Marinho da Gama Coelho, de acrescimo de vencimentos (decr. numero 8.866); abre ao Ministerio da Guerra o de 191:556\$500, supplementar á verba 7ª do art. 21 da lei n. 2.356, de 1910, para pagamento do acrescimo de vencimentos com a reorganização do Hospital do Exercito (decr. n. 8.867); abre ao Ministerio da Marinha o de 650:000\$, supplementar á verba 27ª — Fretes, passagens, etc. (decr. n. 8.869); abre ao Ministerio da Fazenda o de 15:300\$ para pagamento a Vicente dos Santos Canceo de premio pela construcção do hiato a vapor *Tenente Rosa* (decr. n. 8.883); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 48:000\$ para pagamento do subvencão ao Lyceu de Artes e Officios da Capital Federal (decr. n. 8.885); abre ao Ministerio da Agricultura o de 200:000\$, ouro, e 2.000:000\$, papel, supplementar á verba 3ª — Imunigração e colonização (decr. n. 8.889); abre ao Ministerio da Fazenda o de 152\$160 para pagamento a Oscar Pientznauer, em virtude de sentença (decr. n. 8.905); abre ao Ministerio da Fazenda o de 550\$200 para pagamento a Flodoardo Torres, em virtude de sentença (decr. n. 8.920); abre ao Ministerio da Fazenda o de 733:450\$, supplementar á verba 17ª — Delegacia fiscaes (decr. n. 8.924); abre ao Ministerio da Viacão o de 700:000\$ para as despesas de construcção do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil, na direcção de Montes Claros (decr. n. 8.926); abre ao Ministerio da Viacão o de 500:000\$ para

as despesas do prolongamento do ramal de Ilacurussá até á cidade de Angra, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.927); abre ao Ministerio da Vição o de 100:000\$ para continuar as obras de rectificação, desobstrucção e dragagem do rio Paraguassú (decr. n. 8.928); abre ao Ministerio da Fazenda o de 786\$200, para pagamento a José Villela e Alvaro Moniz, em virtude de sentença (decr. n. 8.932); abre ao Ministerio da Fazenda o de 227:662\$897 para pagamento a Camillo Gomes Nogueira, em virtude de sentença (decr. n. 8.933); abre ao Ministerio da Fazenda o de 39:404\$130 para pagamento a José Ferreira dos Santos, em virtude de sentença (decr. n. 8.934); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:425\$ para pagamento de subsidios ao Dr. Asolpho Pio da Silva Pinto (decr. n. 8.935); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 28:454\$837 para pagamento do augmento de despesa com o pessoal da Escola Polytechnica (decr. n. 8.945); abre ao Ministerio da Vição o de 3:490\$666 para pagamento de differença de vencimentos ao chefe de secção, addido, Rubem Tavares (decr. numero 8.950); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:861\$472 para pagamento a João Baptista Barthe e outros, em virtude de sentença (decr. n. 8.952); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:244\$150 para pagamento a José Lourenço Alves e a Companhia do Saneamento do Rio de Janeiro, em virtude de sentença (decr. n. 8.954); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 15:794\$183 para pagamento de differença de gratificação adicional a professores do Instituto Benjamin Constant (decr. n. 8.955); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 138:187\$077 para pagamento do augmento de despesa com a reorganização de Assistencia a Alienados (decr. n. 8.956); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 61:103\$187 para pagamento do augmento de despesa com a nova organização da Bibliotheca Nacional (decr. n. 8.957); abre ao Ministerio da Guerra o especial de réis 1:235\$483 para pagamento de vencimentos ao escrevente de 1.ª classe do extincto Arsenal de Guerra de Pernambuco, Gonçalo Attico de Lima (decr. n. 8.959); abre ao Ministerio da Fazenda o de 32:351\$312 para pagamento a Henrique Adeodato Dias Coelho, inspector da extincta Thesouraria de Fazenda de Minas Geraes (decr. n. 8.961); abre ao Ministerio da Vição o de 200:000\$ para estabelecimento, no cabo de São Thomé, de uma estação radiotelegraphica estrategica (decr. n. 8.962); abre ao Ministerio da Vição o de 33:000\$ para ser applicado de conformidade com o n. 3 do art. 32 da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 8.963); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 6:605\$496 á verba 15.ª do art. 2.º da lei n. 2.221, de 1909, para pagamento de vencimentos a Fernando Alves de Souza Alão (decr. n. 8.965); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 5:613\$916 para pagamento de vencimentos ao capitão Fernando Alves de Souza Alão (decr. n. 8.966); abre ao Ministerio da Vição o de 32:000\$000 para ser applicado de conformidade com o n. 3 do art. 32 da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 8.968); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 12:600\$. ouro, para despesas com a manufecção no estrangeiro de alumnos da Escola de Minas de Ouro Preto (decr. n. 8.976); abre ao Ministerio da Guerra o de réis



55:874\$604, complementar á verba 5ª do art. 21 da lei numero 2.356, de 1910 (decr. n. 8.978); abre ao Ministerio da Fazenda o de 105:100\$ para pagamento a Lage Irmãos de premio de embarcações (decr. n. 8.979); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.000:000\$, papel, e 50:000\$, ouro, complementar á verba — Exercícios findos (decr. n. 8.980); abre ao Ministerio da Fazenda o de 10:000\$ para pagamento a Wilson Sons & Comp. de premio relativo a embarcações (decr. n. 8.981); abre ao Ministerio da Viação o de réis 1.500:000\$ para os estudos e conservação da Rede de Vião Fluminense (decr. n. 8.989); abre ao Ministerio da Viação o especial de 245:622\$818. ouro, para pagamento de garantia de juros á Companhia Estrada de Ferro de Goyaz (decr. n. 8.990); abre ao Ministerio da Fazenda o de 24:988\$587 para pagamentos a credores do Ministerio da Justiça (decr. n. 8.993); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 65:000\$ para pagamento de diversas subvenções (decr. numero 9.002); abre ao Ministerio da Fazenda o de 18:030\$386 para pagamento de meio soldo e montepio a D. Helena Sierra de Sá (decr. n. 9.008); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 200:000\$ para conclusão das obras do quartel de cavallaria da Força Policial (decr. n. 9.009); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 98\$933. para pagamento ao professor ordinario da Escola Polytechnica, Dr. Oscar Nerval de Gouvêa, de accrescimo de vencimentos (decr. numero 9.010); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:425\$ para pagamento de subsidio e ajuda de custo ao Dr. José Candido de Lacerda Coutinho (decr. n. 9.011); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. numero 9.014); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores, — e 477:000\$ á verba-Subsidio dos deputados (decr. n. 9.015); abre ao Ministerio da Guerra o de 1:116\$120 para pagamento de differença de gratificação de função a officiaes do quadro de dentistas do Corpo de Saude do Exército (decr. n. 9.015 A); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 610:036\$611 para pagamento de soldo vitalicio a voluntarios da patria (decr. n. 9.016); abre ao Ministerio da Fazenda o de 12:903\$937 para pagamento a Francisco de Souza Motta, em virtude de sentença (decr. n. 9.020 A); abre ao Ministerio da Fazenda o de 10:572\$781 para pagamento ao Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva Junior e outros, em virtude de sentença (decr. n. 9.021 A); abre ao Ministerio da Fazenda o de 80:000\$, complementar á verba — Aposentados (decr. n. 9.022); abre ao Ministerio da Viação o de 250:000\$ para auxiliar o governo do Rio Grande do Sul no serviço de desobstrucção de rios e lagôas (decr. n. 9.023); abre ao Ministerio da Fazenda o de 451\$940 para pagamento a José Martins Leite e outros, em virtude de sentença (decr. n. 9.024); abre ao Ministerio da Fazenda o de 58:429\$600 para pagamento á Companhia Ferro Carril Jardim Botânico, em virtude de sentença (decr. n. 9.025); abre ao Ministerio da Fazenda o de 17:430\$160 para pagamento de vencimentos ao chefe de secção da Alfandega do Porto Alegre, Francisco de Sá Brito, em virtude de sentença



(decr. n. 9.026); abre ao Ministerio da Viação o de 400:000\$ para as despesas com os estudos do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil até a cidade de Belém (decr. n. 9.031); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 24:000\$ para pagamento de subvenção á Liga contra a Tuberculose, de S. Paulo (decr. n. 9.032); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 7:200\$ para pagamento ao Dr. Antonio Joaquim do Couto Cartaxo (decr. n. 9.033); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 680\$404 para pagamento ao secretario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Eugenio do Espirito Santo Menezes (decr. n. 9.034); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:425\$ para pagamento de subsidios a Joaquim José Paes da Silva Sarmento (decr. n. 9.035); abre ao Ministerio da Marinha o de 220:000\$ para construcção de um rebocador (decr. n. 9.039); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.296:221\$875, complementar á verba 18ª — Alfandegas (decr. n. 9.043); abre ao Ministerio da Fazenda o de 228:064\$8797 para pagamento a D. Joséphina Martins de Bulhões Ribeiro e outros, em virtude de sentença (decr. n. 9.044); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 11:147\$128 para indemnizar o Cofre de Orphãos de igual quantia fraudulentamente retirada dos cofres da Delegacia Fiscal na Bahia (decr. n. 9.045); abre ao Ministerio da Viação o de 1.300:000\$ para despesas com a construcção do ramal de Sabará á cidade de Ferros, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 9.046); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:425\$ para pagamento de subsidio ao Dr. Ramiro Barcellos (decr. n. 9.049); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$, á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 9.050); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 10:000\$ para pagamento de subvenção á Academia do Commercio do Rio de Janeiro (decr. n. 9.051); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 9.055); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 65:000\$ para pagamento de subvenções á Escola de Engenharia de Porto Alegre e á Escola Profissional de Porto Alegre (decr. n. 9.060); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:541\$935 para pagamento do augmento de vencimentos do escrevente da Procuradoria da Republica no Districto Federal (decr. n. 9.061); abre ao Ministerio da Justiça os complementares de 319:469\$234, á verba 15ª e de 98:986\$968 á verba 35ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 1910 (decr. numero 9.071); abre ao Ministerio da Justiça os especiaes de 831\$267 e de 3:602\$471 para pagamento a officiaes da Força Policial e do Corpo de Bombeiros (decr. n. 9.072); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 764\$516 para pagamento ao professor ordinario da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. João Americo Garcez Fróes, de acrescimo de vencimentos (decr. n. 9.075); abre ao Ministerio da Justiça o de 6:842\$400, complementar á verba 6ª — Secretaria do Senado (decr. n. 9.088); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1.000:000\$ para auxilio ao Estado de Santa Catharina (decr. n. 9.089); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 1.450:000\$, complementar á verba 13ª do art. 81 da lei numero 2.356, de 1910 (decr. n. 9.093); abre ao Ministerio da

Justiça o especial de 4:380\$193 para pagamento ao professor ordinario da Escola Polytechnica, Dr. José Antonio Murtinho, de acrescimo de vencimentos (decr. n. 9.096); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 12:757\$839 para pagamento de despesa com a reorganização da Faculdade de Direito de S. Paulo (decr. n. 9.097); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 6:621\$491 para pagamento de despesa com a reorganização da Faculdade de Direito do Recife (decr. n. 9.098); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:258\$949 para pagamento a Delfim da Camara, professor de desenho da Escola Polytechnica, de acrescimo de vencimentos (decr. n. 9.099); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 35:000\$ para pagamento das subvenções de 5:000\$ á Escola do Commercio do Ceará, 15:000\$ ao Hospital de Tuberculosos, de Ilajubá, e 15:000\$ ao Lyceu Agronomico de Pelotas (decr. n. 9.100); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 1:116\$120 para pagamento de differença de gratificações de função a officiaes do quadro de dentistas do Corpo de Saude do Exercito (decr. n. 9.105); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 4:871\$395 para pagamento á sociedade n. 65, da Confederação do Tiro Brasileiro, das despesas com a construção de sua linha de tiro (decr. n. 9.128 A); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 15:000\$ para pagamento ao Dr. Waldomiro Lima de subvenção pela cultura do trigo (decr. n. 9.130); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:058\$733 para pagamento ao Dr. Joaquim Duarte Murtinho de acrescimo de vencimentos (decr. numero 9.131); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:125\$ para pagamento de subsidio ao Dr. João Francisco de Paula e Souza (decr. n. 9.132); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção ao Sanatorio de S. Luiz de Piracicaba (decr. n. 9.133); abre ao Ministerio da Justiça, o especial de 10:950\$ para pagamento de subsidios ao Dr. Cesario Motta Junior (decr. n. 9.134); abre ao Ministerio da Fazenda o de 256\$100 para pagamento a José Tapia Alonso, em virtude de sentença (decr. n. 9.136); abre ao Ministerio da Fazenda o de 99:997\$252, ouro, e 1.474\$840, papel, para pagamento de despesas com a introdução de animaes reprodutores (decr. n. 9.137); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3:887\$145, ouro, e 1.935:008\$897, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 9.139); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 2:474\$998 para pagamento a tres funcionarios do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (decr. n. 9.150); abre ao Ministerio da Fazenda o de 60:000\$, complementar á verba 24<sup>a</sup> — Ajudas do custo (decr. n. 9.151); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 2:362\$400 para pagamento de contas do Ministerio da Justiça (decr. n. 9.152); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 9.159); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 22:000\$ para pagamento de subvenções (decr. numero 9.160); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 30:000\$ para pagamento de subvenções (decr. n. 9.161); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 9.167); abre ao

Ministerio da Guerra o especial de 232:205\$247 para pagamento de salarios e serviços de alfaiates e costureiras dos arsenaes de guerra do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul (decr. n. 9.175); abre ao Ministerio da Vição o de 50:000\$ para desobstrução do rio Paracatú (decr. n. 9.177); abre ao Ministerio da Vição o de 50:000\$ para estudos de uma linha ferrea de S. Luiz de Cáceres ao ponto mais francamente navegavel do rio Guaporé (decr. n. 9.178); abre ao Ministerio da Vição o de 50:000\$ para estudos e melhoramentos do porto de Amarração (decr. n. 9.179); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:086\$820 para pagamento ao Dr. André Betim Paes Leme e outros, em virtude de sentença (decr. n. 9.180); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:800\$ para pagamento de contas de fornecimentos ao Ministerio da Justiça (decr. n. 9.181); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao hospital da cidade do Pará (decr. n. 9.183); abre ao Ministerio da Justiça o de 34:421\$266 supplementar á verba 35<sup>a</sup> do art. 35 da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 9.187); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 14:235\$ para pagamento da tripulação da lancha *Dr. Vellozo*, (decr. n. 9.188); abre ao Ministerio da Justiça o de 32:240\$, supplementar á verba 34<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 9.189); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 18:620\$821 para augmento de despesa com a reorganização da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 9.196 A); abre ao Ministerio da Fazenda o de 359:850\$758 para pagamento de dividas do Ministerio da Justia (decr. n. 9.199); abre ao Ministerio da Vição o de 300:000\$ para as despesas com a construção do prolongamento do ramal de Itacurussá a Angra, na Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 9.200); abre ao Ministerio da Vição o de 900:000\$ para as despesas do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 9.201); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 8:400\$, ouro, para despesas com premios de viagem (decr. n. 9.202); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 21:000\$, ouro, para despesas com premios de viagem (decr. n. 9.203); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 46:803\$162 para despesas do Conselho Superior do Ensino (decr. n. 9.204); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 30:000\$ para pagamento ao maestro brasileiro Manoel Joaquim de Macedo (decr. n. 9.205); abre ao Ministerio da Fazenda o de 35:000\$, supplementar á verba 22<sup>a</sup> (decr. n. 9.221); abre ao Ministerio da Vição o de 200:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Rede de Vição Ferrea da Bahia (decr. n. 9.229); abre ao Ministerio da Vição o de 32:461\$ para pagamento de differença de vencimentos dos funcionarios da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 9.230); abre ao Ministerio da Vição o de 48:044\$250 para as despesas de instalação de iluminação electrica do edificio para Correios e Telegraphos em Porto Alegre (decr. n. 9.231); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 50:000\$ para pagamento de subvenção á Escola Polytechnica da Bahia (decr. n. 9.232); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 50:000\$ para pagamento de subvenção á Faculdade Livre de Medicina e Pharmacia e á Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (decr. n. 9.233); abre ao



Ministerio da Justiça o extraordinario de 89:179\$228 para despesa com a distribuição de agua ao Hospicio Nacional de Alienados (decr. n. 9.234); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 111:370\$028 para augmento de despesa com a reorganização da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. n. 9.236); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:400\$ para despesa com o fardamento aos guardas das mesas de rendas alfandegadas (decr. n. 9.242); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 164:000\$ para occorrer a adiantamentos a funcionarios da Delegacia Fiscal em Bello Horizonte a titulo de emprestimos para a construcção de casas (decr. n. 9.244); abre ao Ministerio da Viação o de 500:000\$ para o prolongamento do ramal de Ouro Preto a Ponte Nova, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 9.245); abre ao Ministerio da Viação o de 896:000\$ para a construcção do ramal de Sabará á cidade de Ferros, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 9.246); abre ao Ministerio da Viação o de 6.777:629\$970 para despesas de pessoal da Estrada de Ferro Central do Brasil, provenientes da reorganização (decr. n. 9.247); abre ao Ministerio da Viação o de 1.300:000\$ para o alargamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Lafayette a Bello Horizonte (decr. n. 9.248); abre ao Ministerio da Viação o de 1.750:000\$ para os trabalhos de construcção da Rede de Viação Fluminense (decr. n. 9.249); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 577:000\$, sendo 132:300\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 445:200\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. numero 9.258); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 9.259); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 735:394\$940 para pagamento ao engenheiro civil José Joaquim de Aquino e Castro (decr. n. 9.260); abre ao Ministerio da Justiça o de 45:267\$380, suplementar á verba 8ª (decr. n. 9.261); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 30:000\$ para pagamento de subvenções sendo 20:000\$ para a Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro e 10:000\$ para o Lyceu de Artes e Officios do Recife (decr. n. 9.279); abre ao Ministerio da Fazenda o de 100:000\$ para pagamento de despesas com a aquisição de embarcações para a Alfandega de Pernambuco (decr. n. 9.280); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 951:923\$148 para despesa com a cunhagem de moedas de prata (decr. numero 9.281); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 133:543\$259 para pagamentos de dividas de exercicios findos do Ministerio da Justiça (decr. n. 9.289); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2.670:030\$263 para supprir defficiencia de renda dos impostos de transmissão de propriedade e de industrias e profissões no exercicio de 1914 e o de 727:555\$029 destinado a diversas consignações da verba 15ª (decr. n. 9.290); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 2:115\$ para indemnizar a Sociedade de Tiro Brasileiro do Cordeiro de metade das despesas com a construcção de uma linha de tiro (decr. n. 9.291); abre ao Ministerio da Guerra os de 1.012:523\$028, suplementar á verba 10ª, e ..... 1.743:123\$456, suplementar á verba 14ª (decr. n. 9.292); abre ao Ministerio da Marinha o de 650:000\$ suplementar á



verba 27ª (decr. n. 9.298); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 5:600\$ para pagamento de diarias ao coronel Cloodo da Fonseca (decr. n. 9.299); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 15:298\$387 para pagamento a D. Emma Dias da Cruz (decr. n. 9.300); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 36:120\$ para pagamento ao engenheiro Lourenço Baeta Neves pelas despesas nos Estados Unidos em serviço de propaganda do Brasil (decr. n. 9.302); abre ao Ministerio da Viação o de 100:000\$ para obras no rio Paraguaçu (decr. n. 9.304); declara sem effeito o decreto numero 9.247. de 1911, que abre ao Ministerio da Viação o de 6.777:629\$970 para despesas de reorganização da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 9.305); abre ao Ministerio da Viação o de 1.500:000\$ para despesas de material da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 9.306); abre ao Ministerio da Viação o de 5.277:629\$970 para despesas com a reorganização dos serviços da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 9.307); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 994:803\$423 para pagamento de divida de exercicios findos (decr. n. 9.308); abre ao Ministerio da Fazenda o de 427:140\$999, ouro, complementar á verba 1ª (decr. n. 9.309); abre ao Ministerio da Fazenda o de 200:000\$, ouro, complementar á verba 32ª (decr. n. 9.310); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1.675:134\$338 para despesas com o pagamento de juros dos depositos da Caixa Economica e Monte de Soccorro (decr. n. 9.311); abre ao Ministerio da Justica o de 3:608\$932, complementar á verba 29ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 9.312); abre ao Ministerio da Justica o de 90:000\$, complementar á verba 37ª (decr. n. 9.313); abre ao Ministerio da Justica o de 32:000\$, complementar á verba 32ª (decr. n. 9.310); abre ao Ministerio da Justica o extraordinario de 51:609\$379 para augmento de despesa com a reorganização do Instituto Nacional de Musica (decr. n. 9.313); abre ao Ministerio da Justica o de 32:000\$, complementar á verba 1ª, consignação «Material» (decr. numero 9.320); abre ao Ministerio da Marinha o de 8.000:000\$, ouro, para pagamento de prestações do *Rio de Janeiro* e aquisição de novas unidades e material para a Marinha (decr. n. 9.321); abre ao Ministerio da Viação o de 50:000\$ para contrução de um caes e demais melhoramentos do porto de Parnahyba (decr. n. 9.324); abre ao Ministerio da Viação o de 80:000\$ para estudos e melhoramentos do porto de Amarração, na barra do Iguarassú (decr. n. 9.325); abre ao Ministerio da Justica o especial de 20:000\$ para pagamento de subvenções ao Hospital para Tuberculosos de Leopoldina e Hospital de S. Sebastião de Viçosa (decr. n. 9.327); abre ao Ministerio da Justica o especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção á Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (decr. n. 9.328); abre ao Ministerio da Justica o especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Asylo de Alienados de Therozina (decr. n. 9.329); abre ao Ministerio da Justica o especial de 6:000\$ para subvenção á Escola Mauá, mantida pela Associação dos Empregados do Commercio de Porto Alegre e a Santa Casa de Misericordia do Rio Preto (decr. n. 9.330); abre ao Ministerio da Viação o de 562:220\$ para pagamento de vencimentos do pessoal da Inspectoria Federal das Estradas (decr. n. 9.342); abre ao Ministerio

da Justiça o especial de 500:000\$, sendo 300:000\$ para construção de um hospital apropriado ao tratamento da moléstia de Carlos Chagas e 200:000\$ para as experiências da prophylaxia e assistência medica nas zonas flagelladas (decr. n. 9.340); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 60:000\$ para pagamento de subvenção á Maternidade da Capital Federal (decr. n. 9.351); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 200:000\$ para despesas com embalagem e transporte dos productos que figuraram nas exposições de Bruxellas e Turim e liquidar os compromissos resultantes das mesmas exposições (decr. n. 9.352); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 4.386:000\$ para despesas de diversas verbas (decr. n. 9.360); abre ao Ministerio da Vição o de 1.280:000\$ para proseguimento dos trabalhos da Estrada de Ferro de Cruz Alta ao Ijuhy (decr. n. 9.361); abre ao Ministerio da Fazenda o de 106:579\$350, supplemen-  
 tar a diversas verbas (decr. n. 9.364); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 34:246\$268 para pagamento de differença de vencimentos ao bacharel Francisco Pires de Carvalho Aragão, chefe de secção da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 9.365); abre ao Ministerio da Vição o de 600:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da rede de viação ferrea da Bahia (decr. n. 9.366); abre ao Ministerio da Vição o de 300:000\$ para os estudos, prolongamentos e ramaes da Rede de Vição Cearense (decr. n. 9.367); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3:145\$500 para pagamento de divida do Ministerio da Justiça (decr. n. 9.371); abre ao Ministerio da Fazenda o de 271:803\$625 para pagamento de dividas do Ministerio da Justiça (decr. n. 9.372); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 750\$, para pagamento de subsidio ao Dr. João da Matta Machado (decr. n. 9.375); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 25:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro (decr. n. 9.376); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 6:924\$600 para pagamento de despesas com os funeraes do Dr. David Campista (decr. n. 9.377); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 115:771\$546 para o augmento da despesa com a reorganização da Faculdade de Medicina da Bahia (decr. n. 9.378); abre ao Ministerio da Vição o de 800:000\$ para executar os prolongamentos e obras novas da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 9.381); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:410\$023, supplemen-  
 tar á verba 12<sup>a</sup> (decr. n. 9.394); abre ao Ministerio da Fazenda o de 24:130\$ para pagamento á Companhia Cantareira e Vição Fluminense (decr. n. 9.395); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 25:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro (decr. n. 9.396); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 2.700:000\$ para liquidação de despesas com o serviço do recenseamento e de compromissos com a commissão de propaganda na Europa (decr. n. 9.404); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 80:000\$ para despesas com a representação na Conferencia Internacional de Policia Sanitaria Animal, a reunir-se em Montevideo (decr. n. 9.405); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 100:000\$ para auxiliar as exposições feiras (decr. n. 9.407); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:101\$630 para pagamento a Jacia-

tho Ferreira de Mello e outros; em virtude de sentença (decr. n. 9.417); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 162:720\$ para despesas com o augmento dos juizes federaes e substitutos (decr. n. 9.418); abre ao Ministerio da Viagem o suplementar de 50:639\$174, ouro, á verba 5<sup>a</sup> (decr. n. 9.420); abre ao Ministerio da Fazenda o de 611:478\$089, suplementar á verba 22<sup>a</sup> (decr. n. 9.423); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.026:254\$924, suplementar á verba 19<sup>a</sup> (decr. n. 9.424); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 107:165\$592 para pagamento a Kanight Harrison & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 9.426); abre ao Ministerio da Fazenda o de 908:925\$, suplementar á verba 3<sup>a</sup> (decr. n. 9.427); abre ao Ministerio da Fazenda o de 37:593\$123 para pagamento, em virtude de sentença, a José Nodden de Almeida Pinto inventariante do espolio de Antonio José Alves Veiga (decr. n. 9.429); abre ao Ministerio da Fazenda o de 26:362\$380 para pagamento, em virtude de sentença a D. Maria Dorothea Pereira Garcia e outros (decr. n. 9.431); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 504:791\$825 para subvencionar estabelecimentos de ensino (decr. n. 9.433); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 196:000\$ para auxiliar a construção de um edificio para o Instituto Historico e Geographico Brasileiro (decr. n. 9.434); abre ao Ministerio da Guerra os de 550:875\$062 e 643:464\$570, suplementar a diversas verbas (decr. n. 9.445); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 50:000\$ para pagamento de subvencão á Escola Livre de Engenharia (decr. n. 9.448); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3:600\$, suplementar á verba 7<sup>a</sup> (decr. n. 9.455); abre ao Ministerio da Fazenda o de 48:087\$420, suplementar á verba 23<sup>a</sup> (decr. n. 9.456); abre ao Ministerio da Fazenda o de 37:552\$448 para pagamento, em virtude de sentença, á Companhia Carris Urbanos (decr. n. 9.457); abre ao Ministerio da Fazenda o de 234\$ para pagamento a José Joaquim Gomes de Carvalho em virtude de sentença (decr. n. 9.458); abre ao Ministerio da Fazenda o de 21:228\$124 para pagamento a Lindolpho Augusto de Oliveira Mattos, em virtude de sentença (decr. n. 9.459); abre ao Ministerio da Fazenda o de 21:474\$754 para pagamento a Verrano Gomes Alonso de Almeida, em virtude de sentença (decr. n. 9.460); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.414:479\$597, suplementar á verba 18<sup>a</sup> (decr. n. 9.464); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:790\$ para pagamento a Alfredo Prisco Barbosa em virtude de sentença (decr. n. 9.465); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 1.000:000\$ para pagamento de despesas extraordinarias com a manutenção da divisão de caça-torpedeiros no Paraguay (decr. n. 9.466); abre ao Ministerio da Marinha o de 2.000:000\$ para pagamento das despesas feitas em consequencia dos danos causados pela revolta dos marinheiros e inferiores na bahia do Rio de Janeiro (decr. n. 9.467); abre ao Ministerio da Fazenda o de 11:818\$718 para pagamento ao Dr. José Novaes de Souza Carvalho e outros em virtude de sentença (decr. n. 9.468); abre ao Ministerio da Fazenda o de 89:413\$858, suplementar á verba 9<sup>a</sup> (decr. n. 9.469); abre ao Ministerio da Fazenda o de 109:386\$384 para pagamento a Virgilio da Silva Pereira, em virtude de sentença (decr. n. 9.470); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:571\$174 para restituição de imposto sobre yencimentos ao Dr. José Joaquim Bacfa



Neves, juiz de direito aposentado (decr. n. 9.471); abre ao Ministerio da Fazenda o de 82:383\$666 para pagamento a Arthur Martins Lopes, em virtude sentença (decr. 9.473); abre ao Ministerio da Fazenda o de 22:279\$918, complementar á verba 11<sup>a</sup> (decr. n. 9.474); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:477\$640 para pagamento a Joaquim Gonçalves da Silva e outro em virtude de sentença (decr. n. 9.475); abre ao Ministerio da Fazenda o de 572\$500 para pagamento a Antonio da Conceição, em virtude de sentença (decr. n. 9.476); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:131\$700 para pagamento a João Batalha Rodrigues e outro, em virtude de sentença (decr. n. 9.477); abre ao Ministerio da Fazenda o de 553\$ para pagamento a Lino Gomes Barbosa em virtude de sentença (decr. n. 9.478); abre ao Ministerio da Fazenda o de 315\$740 para pagamento a Antonio José Villela, em virtude de sentença (decr. n. 9.479); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 693:985\$500 para pagamento de diferença de vencimentos ao pessoal artistico dos arsenaes de marinha (decr. n. 9.480); abre ao Ministerio da Fazenda o de 18:580\$625, complementar á verba 14<sup>a</sup> (decr. n. 9.481); abre ao Ministerio da Fazenda o de 205\$120 para pagamento a Francisco Alves Rollo, em virtude de sentença (decr. numero 9.482); abre ao Ministerio da Fazenda o de..... 2.367:960\$741, complementar á verba 28<sup>a</sup> (decr. n. 9.483); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:972\$340 para pagamento de contas de fornecimentos ao Ministerio da Justiça (decr. n. 9.484); abre ao Ministerio da Viação o de 320:000\$ para reparo e consolidação das obras de captação e adducção das aguas do rio Suruhy (decr. n. 9.487); abre ao Ministerio da Viação o de 25:272\$ para liquidação de compromissos com a construeção de uma estrada de automoveis entre a Capital Federal e Petropolis (decr. n. 9.489); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 12:000\$ para pagamento de subvenção á Liga contra a Tuberculose, do Recife (decr. n. 9.491); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Pasteur do Recife (decr. n. 9.492); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção a Associação Protectora dos Cegos Dezesete de Setembro (decr. n. 9.493); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 30:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro (decr. n. 9.494); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 24:000\$ para pagamento de subvenção á Liga Brasileira contra a Tuberculose, da Capital Federal (decr. n. 9.495); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$, para pagamento de subvenção ao Hospital para Tuberculosos, de Lavras (decr. n. 9.496); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 24:000\$ para pagamento de subvenção á Liga contra a Tuberculose de São Paulo (decr. n. 9.497); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção ao Asylo São Luiz da Velhice Desamparada (decr. n. 9.498); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 30:000\$ para pagamento ao Dr. Herculanio M. Inglez de Souza (decr. n. 9.499); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para auxiliar o Congresso Medico Brasileiro, a reunir-se em Bello Horizonte (decr. n. 1.501); abre ao Ministerio da Fazenda o es-



pecial de 1:526\$ para restituição de imposto sobre vencimentos ao bacharel João Köpke (decr. n. 9.518); abre ao Ministerio da Fazenda o de 280:594\$801, complementar á verba 37ª (decr. n. 9.519); abre ao Ministerio da Fazenda o de 30:000\$ para pagamento de despesas com a aquisição de documentos para a organização do registro de bens do dominio da União (decr. n. 9.520); abre ao Ministerio da Fazenda o de 19.596:358\$872 para liquidação do debito do Thesooro resultante de operações da carteira cambial do Banco do Brasil (decr. n. 9.527); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para auxiliar a Academia Nacional de Medicina (decr. n. 9.531); abre ao Ministerio da Viação o de 800:000\$ para despesas com os estudos de prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil até Belém (decr. numero 9.537); abre ao Ministerio da Viação o de 2.000:000\$ para despesas com os serviços de linhas e ramaes da rede de viação fluminense (decr. n. 2.538); abre ao Ministerio da Viação o de 900:000\$ para despesas de construcção do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil em direcção a Montes Claros (decr. n. 9.539); abre ao Ministerio da Viação o de 650:000\$ para o prolongamento do ramal de Ouro Preto a Ponte Nova, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 9.540); abre ao Ministerio da Viação o de 1.000:000\$ para despesas com os serviços do alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil a Bello Horizonte (decr. n. 9.541); abre ao Ministerio da Viação o de 300:000\$ para os trabalhos do prolongamento do ramal de Araxá-Uberaba á Villa Platina (decr. n. 9.543); abre ao Ministerio da Viação o de 300:000\$ para os trabalhos de estudos da Estrada de Ferro de Coroatá ao Tocantins (decr. n. 9.544); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 500:000\$, ouro, para despesas com os navios estacionados no Paraguay (decr. n. 9.549); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 248:000\$ para subvencionar diversas instituições de ensino tecnico e profissional (decr. n. 9.551); abre ao Ministerio da Agricultura o de 100:000\$ para despesas de installação e custeio de uma estação experimental para cultivo do algodoeiro (decr. n. 9.552); abre ao Ministerio da Agricultura o de 15:000\$ para premiar sericicultores (decr. n. 9.553); abre ao Ministerio da Agricultura o de 60:000\$ para despesas de installação e custeio de tres estações sericicolas (decr. n. 9.554); abre ao Ministerio da Agricultura o de 150:000\$ para despesas com a installação e custeio de um campo experimental para cultura do trigo no Rio Grande do Sul (decr. n. 9.555); abre ao Ministerio da Viação o de 600:000\$ para despesas de construcção do prolongamento do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Itacurussá até á cidade de Angra (decr. n. 9.562); abre ao Ministerio da Viação o de 550:000\$ para despesas com a construcção do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Sabará até á cidade de Ferros (decr. n. 9.563); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção ao sanatorio de S. Luiz de Piracicaba (decr. n. 9.565); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 50:000\$ para auxilio á Escola de Engenharia de Porto Alegre (decr. n. 9.579); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 500:000\$ para conclusão das obras do quartel de ca-

vallaria da Brigada Policial (decr. n. 9.580); abre ao Ministerio da Viacão o de 600:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Rede de Viacão Ferrea da Bahia (decr. n. 9.581); abre ao Ministerio da Viacão o de 600:000\$ para a construcção de um edificio destinado a Correios e Telegraphos em Nieheroy (decr. n. 9.583); abre ao Ministerio da Marinha o de 25:868\$838 para pagamento ao almirante reformado José Candido Guilhobel de differença de gratificação como ministro do Supremo Tribunal Militar (decr. numero 9.584); abre ao Ministerio da Viacão o de 48:500\$ para installação electrica no edificio destinado a Correios e Telegraphos em Porto Alegre (decr. n. 9.589); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 600:000\$ para despesas com a installação do Collegio Militar do Rio Grande do Sul (decr. n. 9.594); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:000\$ para pagamento de subvenção ao Asylo do Bom Pastor (decr. n. 9.599); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Hospital de Tuberculosos de Leopoldina (decr. n. 9.600); abre ao Ministerio da Viacão o de 300:000\$ para continuação dos estudos e melhoramentos do porto de S. João da Barra, aquisição de uma draga e custeio do serviço (decr. n. 9.617); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 40:000\$ para pagamento ao Dr. Herculano M. Enглеz de Souza (decr. n. 9.621); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.500:000\$, papel, suppletar á verba — Exercícios findos (decr. n. 9.626); abre ao Ministerio da Fazenda o de 18:266\$666 para pagamento de alugueis de casa do ex-director da Casa da Moeda, Dr. Pedro Luiz Soares de Souza (decr. n. 9.627); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:100\$332 para pagamento de vencimentos e gratificação adicional ao bacharel Carlos Maximiliano Pimenta de Laet (decr. n. 9.634); abre ao Ministerio da Viacão o de 60:000\$ para despesas com os serviços da commissão de desobstrucção do rio Paracatu (decr. n. 9.635); abre ao Ministerio da Agricultura o de 140:280\$ para pagamento de gratificações addicionaes (decr. n. 9.640); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:333\$333, ouro, para pagamento de differença de vencimentos aos funcionarios da Delegacia do Thesouro em Londres (decr. numero 9.643); abre ao Ministerio da Viacão o especial de réis 1.000:000\$ para tornar effectivas desapropriações de terras e aguas das bacias de diversos rios (decr. n. 9.647); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 8.000:000\$ para dar começo aos serviços concernentes á defesa economica da especial de 20:000\$ para pagamento do auxilio á Faculdade de Borracha (decr. n. 9.649); abre ao Ministerio da Justiça o de 20:000\$, para pagamento do auxilio á Faculdade de Direito do Estado da Bahia (decr. n. 9.650); abre ao Ministerio da Viacão o de 100:000\$ para a desobstrucção e limpeza dos rios da baixada do Nordeste do Estado do Rio de Janeiro (decr. n. 9.656); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 4:200\$, ouro, para despesas com o premio de viagem ao alumno da Escola de Minas de Ouro Preto, Paulo da Rocha Lagoa (decr. 9.661); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 562:515\$500 para pagamento de despesas com a installação e manutenção do Collegio Militar de Minas Geraes (decr. n. 9.665); abre ao Ministerio da Justiça o es-

pecial de 10:000\$ para pagamento de auxilio ao Hospital para Tuberculosos do Pará, no Estado de Minas Geraes (decr. n. 9.666); abre ao Ministerio da Viacão o extraordinario de 41:136\$849 para pagamento á companhia «Rio de Janeiro City Improvements, Limited» (decr. 9.670); abre ao Ministerio da Agricultura o de 100:000\$ para occorrer a despesas com o estabelecimento de campos de demonstração (decr. n. 9.674); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 200:000\$ para despesas com a installação da Inspectoria de Pesca (decr. n. 9.675); abre ao Ministerio da Viacão o de 53:974\$ para pagamento aos funcionarios da agencia do Correio de Santos, de gratificação adicional (decr. n. 9.682); abre ao Ministerio da Viacão o de 404:272\$100 para a conclusão das obras do edificio destinado a Correios e Telegraphos na cidade de Porto Alegre (decr. n. 9.683); abre ao Ministerio da Agricultura o extraordinario de 72:228\$987 para pagamento de fornecimentos e serviços ao Jardim Botânico em 1911 (decr. n. 9.687); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 500:000\$ para conclusão das obras do quartel de cavallaria da Brigada Policial (decr. n. 9.690); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de auxilio á Academia Brasileira de Letras (decr. n. 9.691); abre ao Ministerio da Agricultura o de 1.000:000\$, ouro, e 5.500:000\$, papel, suplementar á verba 34<sup>a</sup> (decr. n. 9.702); abre ao Ministerio da Marinha o especial de réis 43:930\$099 para pagamento do augmento de vencimentos do auditor geral da Marinha (decr. n. 9.703); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1.462:160\$294, papel, para pagamento de prata para cunhagem de moedas (decr. n. 9.706); abre ao Ministerio da Guerra o especial de réis 37:602\$128 para pagamento do augmento de vencimentos a varios auditores de guerra e um auxiliar de auditor (decr. n. 9.713); abre ao Ministerio da Guerra o de 20:250\$, suplementar á verba 3<sup>a</sup> (decr. n. 9.714); abre ao Ministerio da Viacão o de 200:000\$ para continuação dos serviços de desobstrução e dragagem do rio Paraguassú (decr. n. 9.717); abre ao Ministerio da Viacão o de 600:000\$ para despesas com os estudos do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil até á cidade de Belém (decr. n. 9.721); abre ao Ministerio da Viacão o de 3.500:000\$ para occorrer ás despesas com os serviços nas diversas linhas e ramaes da Rede de Viacão Fluminense (decr. n. 9.732); abre ao Ministerio da Viacão o de 500:000\$ para as despesas com a construcção do ramal da Estrada de Ferro Central de Sabará á cidade de Ferros (decr. n. 9.733); abre ao Ministerio da Viacão o de 1.400:000\$ para ás despesas com os serviços do alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil a Bello Horizonte (decr. n. 9.734); abre ao Ministerio da Fazenda o de 5:000\$, suplementar á verba 19<sup>a</sup> — Mesas de rendas e collectorias (decr. n. 9.736); abre ao Ministerio da Justiça supplementares na importancia de 6.000:000\$ a diversas verbas (decr. n. 9.739); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de auxilio á Faculdade de Direito de Minas Geraes (decr. n. 9.740); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 81:924\$546 para despesas com as modificações indispensaveis á installação sanitaria do Hospicio Nacional de Alienados (decr. n. 9.741);



abre ao Ministerio da Justiça o de 24:847\$200, complementar á verba 8ª (decr. n. 9.742); abre ao Ministerio da Viação o de 1.200:000\$ para despesas com a construção do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 9.743); abre ao Ministerio da Viação o de 1.500:000\$ para as despesas com a construção do prolongamento do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil de Itacurussá a Angra (decr. n. 9.744); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.500:000\$, complementar á verba 34ª (decr. n. 9.745); abre ao Ministerio da Fazenda o de 100:000\$, complementar á verba 6ª (decr. n. 9.746); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 935:000\$, sendo 214:200\$ á verba 5ª e 720:800\$ á verba 7ª (decr. n. 9.747); abre ao Ministerio da Agricultura o de 150:000\$ para a construção do edificio destinado á Escola de Aprendizizes Artifices de S. Paulo (decr. n. 9.755); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 240:000\$ para pagamento de subvenção por viagem redonda entre a Italia e o Brasil, com o fim de desenvolver os serviços de colonização e defesa dos productos brasileiros (decr. n. 9.756); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 30:000\$ para pagamento de auxilio á Faculdade de Medicina de Bello Horizonte (decr. n. 9.759); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 50:000\$ para pagamento de auxilio á Escola Polytechnica (decr. n. 9.760); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 40:000\$ para aquisição de uma embarcação para conduzir enfermos (decr. n. 9.762); abre ao Ministerio da Viação o de 3:262\$777 para pagamento de vencimentos ao porteiro da Sub-Administração do Correio de Diamantina, Juscelino Joaquim de Menezes (decr. numero 9.763); abre ao Ministerio da Viação o de 19:304\$610 para indemnização a Roberto Pereira Reis, encarregado da abertura de poços no Rio Grande do Norte (decr. n. 9.764); abre ao Ministerio da Agricultura os supplementares do 3:600\$ para pagamento da differença de vencimentos do consultor juridico e de 12:000\$ para pagamento do auxiliar juridico (decr. n. 9.766); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 15:000\$ para pagamento de subvenção ao Hospital de Tuberculosos de Itajubá (decr. n. 9.767); abre ao Ministerio da Viação o de 950:000\$ para despesas com a construção do trecho de Ouro Preto a Mariana, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 9.774); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 636:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 9.775); abre ao Ministerio da Justiça, o complementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$, verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 9.776); abre ao Ministerio da Guerra o de 3:000\$000, complementar á verba 13ª do artigo 18 da lei n. 2.544, de 1912 (decr. n. 9.777); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 11:146\$930 para indemnizar a Sociedade n. 160, da Confederação do Tiro Brasileiro, de metade das despesas com a construção de sua linha de tiro (decr. n. 9.778); abre ao Ministerio da Viação o de 50:000\$ para concluir a construção do caes e demais melhoramentos do porto do Parnahyba (decr. n. 9.781); abre ao Ministerio da Viação o de 120:000\$ para concluir os estudos e melhoramentos do porto de Amarração, na barra de



Iguarassú (decr. n. 9.782); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 6.989:701\$, ouro, para pagamento de navios de guerra (decr. n. 9.785); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 223:283\$213, ouro, para pagamento de fornecimentos a navios de guerra (decr. n. 9.786); abre ao Ministerio da Vição o de 150:000\$ para despesas com o estabelecimento da estação radio-telegraphica do cabo de S. Thomé (decr. n. 9.789); abre ao Ministerio da Fazenda o de 24:534\$898 para pagamento ao Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho (decr. n. 9.796); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção á Escola Pratica de Electricidade e Mecanica, annexa ao Instituto de Electro-Technica de Porto Alegre (decr. n. 9.800); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 4:982\$145 para pagamento ao capitão João Nepomuceno da Costa de vencimentos (decr. n. 9.807); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 90:505\$200 para pagamento de concertos na cabrea *Marechal de Ferro* (decr. n. 9.808); abre ao Ministerio da Fazenda o de 400:000\$, suplementar á verba 6ª (decr. n. 9.812); abre ao Ministerio da Vição o de 4:186\$920 para completar a importancia necessaria á instalação electrica do edificio destinado a Correios e Telegraphos em Porto Alegre (decr. n. 9.814); abre ao Ministerio da Vição o de 300:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Rede de Vição Cearense (decr. n. 9.816); abre ao Ministerio da Vição o de 14:115\$890 para restituição de direitos aduaneiros á Camara Municipal de Juiz de Fôra (decr. n. 9.818); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Pasteur do Recife (decr. n. 9.821); abre ao Ministerio da Vição o extraordinario de 10:800\$ para pagamento a funcionarios da Repartição de Aguas e Obras Publicas, addidos (decr. n. 9.826); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 70:000\$ para attender ás despesas com a recepção de comissões astronomicas estrangeiras (decr. n. 9.828); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 444\$442 para pagamento de ordenado ao tenente-coronel Simão de Souza Rego e Carvalho (decr. n. 9.836); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$ sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 9.842); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 852:500\$, sendo 195:3000 á verba — Subsidio dos senadores, — e 657:200\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 9.843); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.500:000\$, suplementar á verba 34ª (decr. n. 9.844); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 4:195\$362 para pagamento ao Dr. Joaquim de Carvalho Bethamio, em virtude de sentença (decr. n. 9.845); abre ao Ministerio da Fazenda o de 859:733\$333 ouro, suplementar á verba 1ª (decr. n. 9.846); abre ao Ministerio da Vição o extraordinario de 200:000\$ para conservação e custeio de linhas telegraphicas e telephonicas do Estado do Rio Grande do Sul (decr. n. 9.848); abre ao da Vição o de 28:000\$ para pagamento de premio á Companhia Mogyana, pela construcção de locomotivas (decr. numero 9.851); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 189:850\$282 para pagamento a Ladislau Dias da Cunha do obras nos quartéis da Força Policial do Districto Federal

[(decr. n. 9.852); abre ao Ministério da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento do auxilio á Faculdade de Direito de Porto Alegre (decr. n. 9.853); abre ao Ministério da Viação o extraordinario de 200:000\$ para despesas com os estudos da Estrada de Ferro de Santa Catharina (decr. n. 9.860); abre ao Ministerio da Viação o de 740:000\$ para conclusão dos estudos dos prolongamentos e ramaes da Rede de Viação Ferrea da Bahia (decr. n. 9.861); abre ao Ministerio da Fazenda o de 8:000\$ para aquisição do retrato a oleo do Dr. Joaquim Duarte Murtinho (decr. n. 9.865); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 5:393\$548 para pagamento de vencimentos ao lente em disponibilidade da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. João Pedro da Neiga Filho (decr. n. 9.870); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao Dr. Carlos Leonidas Werneck (decr. n. 9.871); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 50:000\$ para pagamento de auxilio á Escola Livre de Engenharia de Pernambuco (decr. n. 9.872); abre ao Ministerio da Fazenda o de 16:960\$ para pagamento de vencimentos e do quantitativo para fardamento de 20 guardas da Alfandega de Porto Alegre (decr. n. 9.884); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 636:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 9.886); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 9.887); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 4.144:569\$372 para pagamento de despesas decorrentes da execução da lei n. 2.290, de 1910 (decr. numero 9.890 A); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 269:232\$262 para pagamento a Bhrend, Schmidt & Comp. de fornecimentos á Força Policial do Districto Federal (decr. n. 9.891); abre ao Ministerio da Guerra o especial de réis 678:271\$429 para pagamento de soldo vitalicio a voluntarios da patria (decr. n. 9.892); abre ao Ministerio da Guerra o de 1.240:000\$, suplementar á verba 14ª (decr. n. 9.893); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 3:507\$070 para indemnizar á sociedade, n. 136, da Confederação do Tiro Brasileiro de metade das despesas com a construcção de sua linha de tiro (decr. n. 9.894); abre ao Ministerio da Fazenda o de 200:000\$, suplementar á verba 15ª (decr. n. 9.895); abre ao Ministerio da Fazenda o de 7:300\$789 para pagamento ao Dr. Augusto Magalhães de Barros e Vasconcellos, em virtude de sentença (decr. n. 9.898); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 246:247\$669 para pagamento a Haupt & Comp. de fornecimentos á Força Policial do Districto Federal (decr. n. 9.901); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento do auxilio á Escola de Direito annexa ao Instituto O' Graubery, de Juiz de Fóra (decr. n. 9.902); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Hospital de Caridade de Florianopolis (decr. n. 9.903); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Pasteur de Porto Alegre (decr. n. 9.904); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 30:000\$ para paga-

mento ao Dr. Herculano M. Inglez de Souza (decr. n. 9.905); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 500:000\$ para conclusão das obras do quartel de cavallaria da Brigada Policial (decr. n. 9.906); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao hospital da capital da Parahyba (decr. n. 9.907); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 50:000\$ para pagamento de auxilio á Escola Livre de Engenharia de Bello Horizonte (decr. numero 9.908); abre ao Ministerio da Vição, o extraordinario de 91:219\$443 para restituição ao engenheiro Austriellano Honorio de Carvalho (decr. n. 9.909); abre ao Ministerio da Vição o de 30:000\$ para desobstrução do rio Sapucahy (decr. n. 9.914); abre ao Ministerio da Agricultura o de 300:000\$ para auxiliar a construcção do novo edificio do Lyceu de Artes e Officios do Rio de Janeiro (decr. n. 9.919); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 6:260\$490 para pagamento de vencimentos a Verano Alonso Gomes de Almeida, segundo escripturario da Recbedoria do Districto Federal (decr. n. 9.924); abre ao Ministerio da Fazenda o de 27:394\$553 para pagamentos de differença de vencimentos do thesoureiro da Imprensa Nacional, Philadelpho de Souza Castro (decr. n. 9.934); abre ao Ministerio da Justiça o de 2:000\$, complementar á verba 9<sup>a</sup>, para pagamento de ajudas de custo aos deputados José da Cunha Rebello e José Maria Moreira Guimarães (decr. n. 9.938); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 40:000\$ para aquisição de uma lancha para o serviço da Inspectoria do Porto de Santos (decr. n. 9.939); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Hospital de Tuberculosos de S. Sebastião de Viçosa (decr. n. 9.940); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 12:000\$ para pagamento de subvenção á Liga contra a Tuberculose, da Bahia (decr. n. 9.941); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$000 para pagamento de subvenção ao Collegio de Orphãos de São Joaquim da Bahia (decr. n. 9.942); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 9.943); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 770:000\$, sendo 176:400\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 593:600\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 9.944); abre ao Ministerio da Vição o de 100:000\$ para inicio do serviço de dragagem da barra de S. Francisco, desde sua foz até Piranhas (decr. n. 9.949); abre ao Ministerio da Fazenda o de 500:000\$, complementar á verba 6<sup>a</sup> (decr. n. 9.950); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 300:000\$, complementar; á primeira consignação da verba 3<sup>a</sup> «Para recepção de hospedes illustres» (decr. n. 9.958); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 18:519\$600 para pagamento de soldo a praças aggregadas do Corpo de Bombeiros (decr. n. 9.959); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 22:840\$790, sendo 13:594\$824 á verba 15<sup>a</sup> e 9:251\$966 á verba 31<sup>a</sup>, para pagamento de differença de soldo a officiaes reformados da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros (decr. n. 9.960); abre ao Ministerio da Justiça o de 10:00\$ para pagamento de subvenção ao Hospital para Tuberculosos, de Ponto-Nova



(decr. n. 9.961); abre ao Ministerio da Viação o suplementar de 133:686\$668 para pagamento de funcionarios da Inspectoria Federal das Estradas (decr. n. 9.964); abre ao Ministerio da Viação o de 11:250\$ para o serviço de navegação do Alto-Parnahyba (decr. n. 9.965); abre ao Ministerio da Fazenda o de 308:912\$, suplementar á verba 22<sup>a</sup>—Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo e de transporte (decr. n. 9.972); abre ao Ministerio da Agricultura o de 1.401:157\$922, suplementar á verba 19<sup>a</sup>, para despesas de estabelecimento e custeio de varios estabelecimentos e serviços de ensino agronomico (decr. n. 9.974); abre ao Ministerio da Guerra o de 164:671\$378, suplementar á verba 5<sup>a</sup> (decr. n. 9.975); abre ao Ministerio da Fazenda os de 359:055\$900, suplementar á verba 18<sup>a</sup> — Alfandegas (decr. n. 9.976); abre ao Ministerio da Fazenda o de 80:000\$, suplementar á verba 24<sup>a</sup> (decr. n. 9.977); abre ao Ministerio da Marinha o de 704:662\$200 para despesas com o pagamento de operarios dos arsenaes da Marinha, relativamente aos domingos e feriados (decr. n. 9.977 A); abre ao Ministerio da Guerra o de 1.091:466\$321, suplementar á verba 10<sup>a</sup> (decr. n. 9.978); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 312:483\$298 para pagamento de fornecimento á Força Policial (decr. n. 9.979); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de subvencão ao Instituto Pasteur de S. Paulo (decr. n. 9.980); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 231:497\$525 para pagamento a João Müller e ao engenheiro Heitor de Mello de fornecimentos á Força Policial e obras de quartéis regionaes (decr. n. 9.981); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 21:527\$631 para pagamento de gratificações addicionaes ao pessoal docente do Instituto Benjamin Constant (decr. n. 9.982); abre ao Ministerio da Viação o de 13:200\$, suplementar á verba 9<sup>a</sup>, para pagamento de diarias ao pessoal tecnico da Repartição de Aguas e Obras Publicas (decr. n. 9.983); abre ao Ministerio da Viação o suplementar de 5.405:124\$094, ouro, e 904:850\$413, papel, á verba 5<sup>a</sup> (decr. n. 9.984); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 17:317\$740 para pagamento do material fornecido á Repartição Geral dos Telegraphos em 1910 (decr. n. 9.985); abre ao Ministerio da Justiça supplementares na importancia total de 407:581\$734 a diversas verbas (decr. n. 9.986); abre ao Ministerio da Marinha o de £ 74.000-0-0 ou 657:860\$, ouro, suplementar á verba 30<sup>a</sup> (decr. n. 9.988); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 20:000\$ para pagamento de subvencão ao Instituto Electro Mecanico de Itaipubá (decr. n. 9.990); abre ao Ministerio da Viação o especial de 80:000\$ para construcção de um edificio na capital de Govaz, destinado a Correios e Telegraphos (decr. n. 9.993); abre ao Ministerio da Viação o de 127:660\$, suplementar á verba 2<sup>a</sup> — Correios (decr. numero 9.994); abre ao Ministerio da Viação o suplementar de 3:693\$999 para pagamento do aluguel do predio em que passou a funcionar a Inspectoria Geral de Navegação (decr. n. 9.995); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento de subvencão ao Lyceu Salesiano do Estado da Bahia (decr. n. 9.999); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 743:988\$102 para attender, no exercicio, a



insuficiência de verbas (decr. n. 10.002); abre ao Ministério da Fazenda o de 5:800\$ para pagamento de premio a Vicente dos Santos Caneco, pela construção do rebocador *Julieta* (decr. n. 10.003); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.000:000\$ para execução do art. 30 da lei n. 2.524, de 1911 (decr. n. 10.004); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 3:359\$719 para pagamento a Wanderley, Bois & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 10.005); abre ao Ministerio da Fazenda os especiaes de 442:009\$147, ouro, e 385:242\$, ouro, para despesas com a emissão e resgate de bilhetes do Thesouro, em Londres, em 1910 (decr. n. 10.006); abre ao Ministerio da Fazenda o de 23:200\$, suplementar á verba — Alfandegas (decr. n. 10.007); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2.400:000\$, suplementar á verba 13ª (decr. n. 10.008); abre ao Ministerio da Viação o especial de 31:303\$541 para indemnização ao engenheiro chefe da comissão de estudos da Estrada de Ferro de Piquete a Itajubá (decr. n. 10.011); abre ao Ministerio da Viação o especial de 1.372\$175\$818, ouro, para pagamento de garantias de juros a estradas de ferro (decr. n. 10.012); abre ao Ministerio da Viação o de réis 52:125\$322, suplementar á verba 3ª, para pagamento de vencimentos do pessoal da Comissão de Linhas Telegraphicas (decr. n. 10.013); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 4:662\$776 para pagamento a Verano Gomes Alonso de Almeida em virtude de sentença (decr. n. 10.016); abre ao Ministerio da Fazenda o de 500:000\$, suplementar á verba 6ª — Aposentados (decr. n. 10.017); abre ao Ministerio da Fazenda o de 5.000:000\$ para despesas com a construção das villas proletarias Marechal Hermes e D. Orsina da Fonseca (decr. n. 10.018); abre ao Ministerio da Jusitça o de 30:000\$ para pagamento de subvenção á Faculdade de Medicina mantida pelo Instituto Hahnemanniano do Brasil (decr. n. 10.019); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:000\$ para pagamento de auxilio ao Instituto Polytechnico de Juiz de Fora (decr. n. 10.020); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de..... 1.168:533\$679 para pagamento de contas de fornecimentos a navios de guerra (decr. n. 10.025); abre ao Ministerio da Viação o especial de 60:000\$ para despesas com a comissão nomeada para estudar o projecto de remodelação dos esgostos da Capital Federal (decr. n. 10.026); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 400:000\$ para construção de linhas ferreas no Estado do Rio Grande do Sul (decr. numero 10.027); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 300:000\$ para as despesas preliminares com a construção do ramal de Araxá-Uberaba e do que, do prolongamento, vá a Rio Verde, em Goyaz, ambos da Estrada de Ferro de Goyaz (decr. n. 10.028); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 1.000:000\$ para construção de um canal na Lagoa Mirim e dos portos de Santa Victoria e Jaguarão (decr. n. 10.031); abre ao Ministerio da Guerra o de 2.179:121\$211, suplementar á verba 9ª (decr. n. 10.032); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 6:800\$ para pagamento de pensão e ajuda de custo ao maestro Elpidio Pereira (decr. n. 10.033); abre ao Ministerio da Fazenda o de 7:200\$ para pagamento ao primeiro escripturario da Delegacia Fiscal no Paraná, Arthur Martins Lopes, em virtude de sentença (decr.

n. 10.038); abre ao Ministerio da Fazenda o de 9:900\$ para pagamento de premio pela construcção do navio frigorifico *Salacia* construido por Emilio Mabilde (decr. n. 10.040); abre ao Ministerio da Fazenda os de 1.182:829\$140, papel e 177\$777, ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 10.041); abre ao Ministerio da Viacção o de 500:000\$ para prolongamento da Estrada de Ferro de Alagoinhas a Joazeiro (decr. n. 10.045); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2.082:626\$, complementar á verba 3<sup>a</sup> — Juros e amortização de empréstimos internos (decr. n. 10.047); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 120:000\$ para pagamento de subvencção á Assistencia Publica aos Pobres, dirigida pela Irmã Paula (decr. n. 10.048); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 100:000\$ para pagamento de subvencção á Maternidade das Laranjeiras, na Capital Federal (decr. n. 10.049); abre ao Ministerio da Viacção o de 150:000\$ para montagem de uma estação radiotelegraphica em Fortaleza (decr. numero 10.060); abre ao Ministerio da Viacção o de 25:000\$, para montagem de uma estação radiotelegraphica, em Porto Mur-tinho (decr. n. 10.061); abre ao Ministerio da Viacção o de 200:000\$ para acquisição do material fixo e rodante destinado á Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 10.065); abre ao Ministerio da Viacção o de 400:000\$ para a construcção de uma linha especial para o serviço telegraphico entre a Capital Federal e o Estado de S. Paulo (decr. n. 10.066); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 2.057:683\$478 a diversas rubricas (decr. n. 10.069); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:800\$, ouro, para pagamento de premio de viagem a D. Zilda Romero Chiabotto (decr. n. 10.071); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 222\$998 para pagamento a D. Umbelina Augusto de Barros Pimentel, viuva do desembargador Esperidião Eloy de Barros Pimentel (decr. n. 10.079); abre ao Ministerio da Fazenda o de 160:890\$986, complementar á verba 9<sup>a</sup> (decr. n. 10.082); abre ao Ministerio da Viacção o extraordinario de 300:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Réde de Viacção Cearense (decr. n. 10.085); abre ao Ministerio da Viacção o extraordinario de 60:000\$ para os trabalhos preliminares dos estudos da Estrada de Ferro de Piquete a Itajubá (decr. n. 10.086); abre ao Ministerio da Viacção o extraordinario de 250:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Estrada de Ferro de Santa Catharina (decr. n. 10.089); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 608:533\$679 para pagamentos de contas de fornecimentos de sobresalentes para navios de guerra, revogado o decreto n. 10.025 (decr. n. 10.093); abre ao Ministerio da Fazenda o de 164:000\$ para despesas com os adiantamentos a funcçãoarios da Delegacia Fiscal em Bello Horizonte para construcção de casas (decr. n. 10.094); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:600\$ para pagamento de gratificação ao tenente-coronel James Andrew (decr. n. 10.098); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 200:000\$ para despesas com a installação dos conselhos municipaes no territorio do Acre (decr. n. 10.099); abre ao Ministerio da Guerra o de 2.179:121\$211 para despesas urgentes (decr. n. 10.101); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de auxilio a Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro (decr. n. 10.107); abre ao Mi-

Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de auxilio á Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (decr. n. 10.108); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 500:000\$ para conclusão das obras do quartel de cavallaria da Brigada Policial (decr. n. 10.117); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 24:000\$ para pagamento da subvenção á Liga contra a Tuberculose, da Capital Federal (decr. numero 10.118); abre ao Ministerio da Justiça o de 60:000\$, complementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 10.119); abre ao Ministerio da Fazenda o de 634\$750 para pagamento a Antonio Manoel Gomes em virtude de sentença (decr. n. 10.121); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1.146:140\$445, ouro, para compra de prata para cunhagem de moedas (decr. n. 10.122); abre ao Ministerio da Agricultura o de 6:907\$904 para pagamento da gratificação addicional (decr. n. 10.125); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 1.040:000\$ para cumprimento da clausula XII do contracto com as companhias italianas «Navegazione Generalo Italiana». (decr. n. 10.126); abre ao Ministerio da Fazenda o de 18:150\$ para pagamento a Barbosa Filhos pela construção do navio a vapor *Rio Grande* (decr. n. 10.128); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:367\$870 para pagamento a Dona Ernestina de Souza Carrascosa, em virtude do decreto legislativo n. 2.403. de 1911 (decr. n. 10.129); abre ao Ministerio da Fazenda o de 19:600\$415 para pagamento aos Drs. Carlos Balbino Dias e Manoel Lourenço Dias, em virtude de sentença (decr. n. 10.130); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 1:652\$155 para pagamento a Manoel Lourenço dos Santos, em virtude de sentença (decr. n. 10.131); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.608:197\$419, complementar á verba 18ª (decr. n. 10.136); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.134:600\$ para indemnizar o Cofre de Orphãos de igual quantia paga indevidamente pelo Thesouro Nacional (decr. n. 10.137); abre ao Ministerio da Fazenda o de 563:755\$087, complementar á verba 19ª — Mesas de rendas e collectorias (decr. numero 10.138); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:583\$360 para pagamento a D. Margarida de Azevedo Maia, em virtude de sentença (decr. h. 10.148); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 25:000\$ para pagamento de auxilio ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro (decr. n. 10.152); abre ao Ministerio da Justiça, o especial de 50:000\$ para pagamento de auxilio á Escola de Engenharia de Porto Alegre (decr. numero 10.153); abre ao Ministerio da Viacção o de 200:000\$ para as despesas com os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Coroaá ao Tocantins (decr. n. 10.154); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 35:000\$ para despesas com a representação do Brasil no Congresso de Defesa Agricola, no Uruguay (decr. n. 10.170); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 533\$300 para pagamento a Antonio Alves do Valle, em virtude de sentença (decr. n. 10.171); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 284\$740 para pagamento a Serafim Joaquim da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 10.173); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 2.000:000\$, complementar á verba — Exercicios findos (decr. n. 10.218); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 342\$010 para pagamento a Domingos Tamanqueira, em vir-



tude de sentença (decr. n. 10.220); abre ao Ministerio da Viação o especial de 1.000:000\$ para desapropriações de terras e aguas das bacias dos rios Xerém, Mantigueira, S. Pedro, Grande, Camorim e Covanca (decr. n. 10.222); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 700:000\$ para despesas com as medidas contra a tuberculose (decr. n. 10.225); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2.000:000\$ para despesas com a construção de villas proletarias (decr. numero 10.253); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 60:000\$ para despesas com o projecto de reforma do Codig<sup>o</sup> Penal (decr. n. 10.256); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento do auxilio ao Casino Fluminense (decr. n. 10.257); abre ao Ministerio da Guerra o de 21.500:000\$, de accôrdo com o art. 29, alinéa *m* da lei numero 2.738, de 1913 (decr. n. 10.279); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 24:000\$ para pagamento de subvenção á Liga contra a Tuberculose, de S. Paulo (decr. n. 10.292); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 24:184\$ para indemnizar a sociedade n. 31, da Confederação do Tiro Brasileiro, do valor da metade da importancia das despesas feitas com a construção de sua linha de tiro (decr. n. 10.303); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 12:319\$858 para pagamento a Alvaro Alves de Souza, em virtude de sentença (decr. n. 10.307); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para, pagamento de premio de viagem á Europa ao engenheiro civil Feliciano Mendes de Moraes Filho (decr. n. 10.313); abre ao Ministerio da Viação o de 100:000\$ para despesas com os estudos de uma estrada de ferro que partindo de Coroa<sup>a</sup>, vá ao Tocantins (decr. n. 10.316); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 150:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Rede de Viação Cearense (decr. n. 10.317); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 300:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Estrada de Ferro de Santa Catharina (decr. n. 10.318); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 100:000\$ para a construção de linhas ferreas no Rio Grande do Sul (decr. n. 10.319); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:104\$475 para pagamento de despesa com o distinctivo do cargo de presidente da Republica (decr. n. 10.326); abre ao Ministerio da Justiça o de 462:000\$, suplementar á verba—Soccorros publicos—decr. n. 10.327); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 120:000\$ para despesas com a construção do ramal de Araxá-Uberaba, da Estrada de Ferro de Goyaz (decr. n. 10.332); abre ao Ministerio da Fazenda os de 50:000\$ ouro, e réis 2.000:000\$ papel, suplementares á verba 33<sup>a</sup> (decr. numero 10.337); abre ao Ministerio da Viação o de 10:000\$ para pagamento da aquisição e impressão da *Synopse da Legislação da Viação Ferrea Federal* (decr. n. 10.343); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 248:000\$ para subvenção a diversas instituições de ensino (decr. n. 10.347); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2:816\$733 para pagamento a funcionarios da extincta Fabrica de Ferro de S. João do Itanema (decr. n. 10.350); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 6.423:584\$, ouro, para pagamento de prestações de navios em construção na Europa



(decr. n. 10.351); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1.230:000\$ para aquisição de material fluctuante destinado ao serviço sanitario de alguns portos nos Estados (decr. numero 10.369); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 60:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto de Surdos-Mudos de Itajubá (decr. n. 10.392); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 270:059\$936 para pagamento de contas de fornecimentos á Força Policial do Districto Federal (decr. n. 10.398); abre ao Ministerio da Guerra o de 75:815\$135, complementar á verba 7ª (decr. n. 10.403); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 48:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro (decr. n. 10.404); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 2:000\$ para pagamento ás viúvas de dous operarios da Fabrica de Polvora sem Fumaça (decr. n. 10.419); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 600:000\$ para aquisição de material para o Corpo de Bombeiros e construcções de novas estações (decr. n. 10.425); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 883:000\$ para pagamento de despesas com a execução do decreto n. 10.095, de 1913 (decr. n. 10.429); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 19:500\$ para pagamento ao general Braz Abrantes, em virtude de sentença (decr. n. 10.436); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 30:000\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 10.452); abre ao Ministerio da Justiça, o complementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 636:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 10.453); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 24:184\$ para pagamento á sociedade n. 31, da Confederação do Tiro Brasileiro (decr. n. 10.454); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2.000:000\$, papel, complementar á verba 33ª (decr. n. 10.455); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 180:000\$, ouro, complementar á verba 11ª (decr. n. 10.463); abre ao Ministerio da Justiça o de 91:480\$473, complementar á verba 8ª (decr. n. 10.464); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 800:000\$, ouro, para aquisição de munições e equipamento de navios (decr. n. 10.480); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1.017:431\$783 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 10.486); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 39:147\$080 para pagamento de uma lancha para a Inspectoria de Saude do Porto da Bahia (decr. n. 10.487); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção á Associação Protectora dos Cegos Dezesete de Setembro (decr. n. 10.488); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 10.489); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 852:500\$, sendo 195:300\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 657:200\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 10.490); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 50:000\$ para pagamento de auxilio ao curso de engenharia mantido pelo Universidade do Pará (decr. n. 10.504); abre ao Ministerio da Agricultura o

extraordinario de 120:000\$ para despesa com a construcção de uma estrada para automoveis, ligando a Escola Prática de Agricultura de Porto Alegre ao Posto Zootechnico do Viamão (decr. n. 10.526); abre ao Ministerio da Guerra o de réis 59:498\$985, suplementar á verba 13ª (decr. n. 10.528); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 3:589\$180 para indemnizar a sociedade n. 148, da Confederação do Tiro Brasileiro, da metade das despesas relativas á construcção de sua linha do tiro (decr. n. 10.537); abre ao Ministerio da Marinha o de 1.656:077\$513, suplementar á verba 25ª (decr. n. 10.538); abre ao ministerio da Fazenda o especial de 9:000\$ para pagamento ao guarda da Alfandega de S. Francisco, Domingos Fernandes Corrêa (decr. n. 10.541); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o suplementar de 200:000\$, ouro, á verba 10ª (decr. n. 10.542); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:460\$ para pagamento ao Dr. Dionysio Bentes de gratificação (decr. n. 10.543); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao bacharel Pelagio Alvares Lobo (decr. n. 10.544); abre ao Ministerio da Vição o extraordinario de 60:000\$ para despesas com os trabalhos preliminares da Estrada de Ferro de Piquete a Itajubá (decr. n. 10.545); abre ao Ministerio da Fazenda o de 400:000\$, suplementar á verba 5ª (decr. n. 10.547); abre ao Ministerio da Fazenda o de 7:200\$, suplementar á verba 6ª (decr. n. 10.551); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 43:920\$ para pagamento de diarias aos medicos legistas (decr. n. 10.554); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 8:949\$654 para pagamento ao primeiro escripturario da Alfandega da Capital Federal, Joaquim Augusto Freire (decr. n. 10.572); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 100:000\$ para auxilio ao serviço do saneamento da villa de Santo Antonio do Madeira (decr. n. 10.578); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 636:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 10.579); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 10.580); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:800\$ para indemnização das despesas com os funeraes do ex-director da Faculdade de Medicina da Bahia (decr. numero 10.581); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 500:000\$ para aquisição da bibliotheca e dos objectos de arte que pertenceram ao barão do Rio Branco e o de 150:000\$ para despesas com os seus funeraes (decr. numero 10.590); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 2:462\$500 para indemnizar a sociedade n. 66, da Confederação de Tiro Brasileiro, de metade das despesas com a construcção de sua linha do tiro (decr. n. 10.594); abre ao Ministerio da Fazenda o de 400:000\$, suplementar á verba 5ª (decr. numero 10.598); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 91:035\$289 para pagamento de differença de vencimentos a Arlindo Pinto de Almeida, em virtude de sentença (decr. n. 10.599); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 5:439\$112 para pagamento de gratificação adicional ao pessoal docente do Instituto Benjamin Constant (decr. numero 10.600); abre ao Ministerio da Vição o extraordinario

de 203:135\$820 para despesas com a conclusão do edificio dos Correios e Telegraphos em Porto Alegre (decr. n. 10.616); abre ao Ministerio do Exterior o de 650:000\$, papel, supplementar á verba 4<sup>a</sup> (decr. n. 10.617); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 625:081\$834 para pagamento de soldo vitalicio a voluntarios da patria (decr. n. 10.627); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:687\$422 para indemnizar o Cofre de Orphãos de igual quantia recolhida aos cofres publicos em nome de orphãos (decr. n. 10.630); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 770:000\$, sendo réis 176:400\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 593:600\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 10.633); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 30:500\$, sendo réis 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 10.634); abre ao Ministerio da Justiça o de 17:000\$, supplementar á verba 8<sup>a</sup> — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. numero 10.639); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 640:000\$ para despesas com a execução do contracto celebrado com a Companhia Commercio e Navegação (decr. numero 10.663); abre ao Ministerio da Viação o de 30:000\$ para subvenção ao Aero-Club Brasileiro (decr. n. 10.664); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 2.701:710\$740, ouro, para pagamento de material (decr. n. 10.684); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 17:340\$ para indemnizar o espolio de Miguel Ignacio de Oliveira (decr. n. 10.686); abre ao Ministerio da Viação o de 8.000:000\$ para despesas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 10.693); abre ao Ministerio da Fazenda o de 220:000\$, supplementar á verba 21<sup>a</sup>, de 70:000\$, supplementar á verba 22<sup>a</sup>, e de réis 80:000\$, supplementar á verba 23<sup>a</sup> (decr. n. 10.713); abre ao Ministerio da Justiça o de 120:000\$ para pagamento de subvenção ao Dispensario de S. Vicente de Paulo, da Irmã Paula (decr. n. 10.718); abre ao Ministerio da Fazenda o de 21:710\$937 para pagamento de differença de quotas aos empregados do Laboratorio Nacional de Analyses (decr. numero 10.749); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 2.468:888\$889, ouro, supplementar á verba 1<sup>a</sup> (decr. numero 10.768); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 60:000\$ para representação do Brasil na Exposição de Hygiene, em Lyon (decr. n. 10.794); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 41:000\$ para dar cumprimento ao disposto no art. 5<sup>o</sup> do decreto n. 1.662, de 1907 (decr. n. 10.801); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 100:000\$ para subvenção á Maternidade das Laranjeiras (decr. n. 10.802); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 60:000\$ para a representação do Brasil na Exposição de Hygiene de Lyon (decr. n. 10.803); abre ao Ministerio da Fazenda o de 190:000\$, ouro, supplementar á verba 10<sup>a</sup> (decr. n. 10.814); abre ao Ministerio da Viação o de 250:000\$ para despesas com os estudos da Estrada de Ferro de Santa Catharina (decr. n. 10.817); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.546:224\$744, supplementar á verba 17<sup>a</sup> (decr. n. 10.825); abre ao Ministerio da Fazenda o de 133:021\$094, supplementar á verba 8<sup>a</sup>, (decr. n. 10.826); abre ao Ministerio da Agricultura o de réis 331:666\$840, destinado a liquidar com o Estado de Minas Geraes as contas relativas ao transporte de gado introduzido do exterior (decr. n. 10.829); abre ao Ministerio da Viação o de



276:738\$296, ouro, suplementar á consignação «Estrada do Ferro S. Paulo-Rio Grande» (decr. n. 10.831); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.000:000\$ para execução do art. 34 da lei n. 2.719, de 1912 (decr. n. 10.833); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3.000:000\$ para pagamento de despesas já effectuadas com a construcção de villas proletarias (decr. n. 10.834); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 25:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro (decr. n. 10.838); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:800\$ para pagamento de pensão ao maestro Elpidio Pereira (decr. numero 10.849); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:600\$ para pagamento de gratificação ao tenente-coronel James Andrew (decr. n. 10.857); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção ao Asylo de S. Luiz (decr. n. 10.874); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 693985\$500 á verba 10<sup>a</sup> (decr. n. 10.877); abre ao Ministerio da Viação o de £ 1.0001.000 e 10.000:000\$, para despesas com a construcção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (decr. n. 10.893); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.000:000\$, suplementar á verba — Exercícios findos (decr. n. 10.920); abre ao Ministerio da Agricultura o de 1.000:000\$, para os serviços de esgotos da villa Marechal Hermes (decr. n. 10.923); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 906\$597 para pagamento de vencimentos ao segundo escripturario da Recebedoria do Districto Federal, Verano Alonso Gomes de Almeida (decr. n. 10.951); abre o de 1.000:000\$, suplementar á verba 33<sup>a</sup> (decr. numero 11.100); abre ao Ministerio da Viação o de 300:000\$ para despesas com os estudos da Estrada de Ferro de Santa Catharina (decr. n. 11.116); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 1.500:000\$ para attender a despesas urgentes (decr. n. 11.148); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 636:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 11.163); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 597:000\$, suplementar á verba 5<sup>a</sup> (decr. n. 11.203); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 3.162:709\$ para as despesas resultantes da elevação do numero de praças do Exército (decr. n. 11.211 acre ao Ministerio da Guerra o de 98:000\$, suplementar á verba 13<sup>a</sup> (decr. n. 11.212); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$, sendo réis 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 11.219); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 852:500\$, sendo 135:300\$ á verba — Subsídio dos senadores—e 657:200\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 11.220); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 170:000\$, ouro, suplementar á verba 11<sup>a</sup> (decr. n. 11.238); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 1.000:000\$ para despesas resultantes da neutralidade do Brasil na guerra europea (decr. n. 11.240); abre ao Ministerio da Marinha os de 1.163:306\$720 e 1.894:176\$028 suplementar a diversas verbas (decr. n. 11.241); abre ao Ministerio da Justiça o de 250:000\$, suplementar á verba 28<sup>a</sup> (decr. n. 11.290); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 666:538\$080 para pagamento de diarias a operarios, jornalheiros, diaristas e trabalhadores dos arsenaes (decr. n. 11.291); abre ao Ministerio



da Vição o extraordinario de 500:000\$ para despesas com a conclusão do edificio dos Correios e Telegraphos na cidade de Nictheroy (decr. n. 11.299); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 1.500\$, supplementar á verba 13ª (decr. numero 11.300); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 60:000\$0000 para pagamento de subvenção a diversos estabelecimentos de assistencia, caridade e beneficencia nas capitães dos Estados (decr. n. 11.301); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1.827:235\$292, papel, e 177\$777, ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 11.331); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 170:000\$, ouro, para despesas extraordinarias no exterior (decr. n. 11.356); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 854:818\$171 para pagamento de excesso de despesas (decr. n. 11.367); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsidio dos senadores — 636:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 11.368); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 168:442\$792 para acrescimo de despesas em diversas consignações (decr. n. 11.369); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$000 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 11.370); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 1.443:548\$, á verba 12ª (decr. n. 11.370 A); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:000\$ para pagamento de subvenção ao Asylo do Bom Pastor (decr. n. 11.373); abre ao Ministerio da Justiça o de 10:000\$ para pagamento de subvenção á Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro (decr. n. 11.374); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 48:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro (decr. n. 11.375); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 40:758\$500 para pagamento a Pedro Rodrigues de Carvalho, em virtude de sentença (decr. n. 11.376); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 355\$100 para pagamento de custas devidas ao Dr. João Vieira de Araujo, em virtude de sentença (decr. n. 11.381); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 172\$500 para pagamento de custas devidas a Antonio Gomes, em virtude de sentença (decr. n. 11.382); abre ao Ministerio da Justiça o de 139:726\$560, supplementar á verba 8ª (decr. n. 11.385 A); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 126:793\$296 para pagamento de despesas com a adaptação e mudança da Camara dos Deputados (decr. n. 11.386); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 68:446\$760 para pagamento de despesas com os concertos da canhoneira *Missões* (decr. n. 11.390); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 770:000\$, sendo 176:400\$, á verba — Subsidio dos senadores — e 593:600\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 11.391); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 11.392); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2:000\$ para pagamento de ajudas de custo aos deputados Victor Silveira e Celso Bayma (decr. numero 11.393); abre ao Ministerio da Justiça o de 62:000\$ supplementar á verba 15ª (decr. n. 11.394); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 24:000\$ para pagamento de subvenção á

Liga contra Tuberculose (decr. n. 11.395); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 13:412\$905 para pagamento ao pessoal dispensado do Lazareto de Tamandaré (decr. n. 11.396); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 1:093\$312 para pagamento a Julio Victor Ross, em virtude de sentença (decr. n. 11.397); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 443:796\$020 para as obras do Hospital Central do Exército (decr. n. 11.400); abre ao Ministerio da Justiça o de 135:000\$, suplementar á verba 15ª (decr. n. 11.401); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 51.680:000\$ para pagamento de compromissos de estradas de ferro da União (decr. n. 11.402); abre ao Ministerio da Marinha os supplementares de 957:578\$018, 2.720:758\$712, 1.164:306\$729, 1.836:985\$028 e 138:473\$190 a diversas verbas (decr. numero 11.403); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de réis 33:350\$633 para pagamento a funcionarios dispensados (decr. n. 11.404); abre ao Ministerio da Agricultura o de 75:748\$385, suplementar á verba 2ª (decr. n. 11.405); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 77:922\$350 para pagamento a Antonio Dias Silva (decr. n. 11.406); abre ao Ministerio da Guerra os de 128:800\$, especial, para pagamento a varios docentes do Collegio Militar do Rio de Janeiro, e de 268:000\$, suplementar á verba 4ª (decr. n. 11.407); abre ao Ministerio da Fazenda o de 698:577\$180, suplementar á verba 12ª (decr. n. 11.409); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 3.162:709\$ para despesas com a elevação do numero de praças do Exército (decr. n. 11.411); abre ao Ministerio da Guerra o de 2.502:470\$225, suplementar á verba 8ª (decr. n. 11.412); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 10:028\$715 para pagamento de differença de vencimentos ao segundo-tenente reformado do Exército, Alfredo Candido Moreira (decr. n. 11.413); abre ao Ministerio da Guerra especiaes até 6.500:000\$ para pagamento de fornecimentos de material de guerra (decr. n. 11.414); abre ao Ministerio da Agricultura o extraordinario de 8:323\$400, sendo, 1:623\$400 para pagamento de pessoal da Villa Proletaria Marechal Hermes (decr. n. 11.415); abre ao Ministerio da Justiça o de 22:206\$662, suplementar á sub-consignação «Officiaes aggregados da Brigada Policial» (decr. n. 11.416); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:000\$ para pagamento do ajuda de custo ao deputado Ramiro Ferreira de Saturnino Braga (decr. n. 11.417); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 28:444\$997 para pagamento aos officiaes da Brigada Policial, aggregados (decr. n. 11.418); abre ao Ministerio da Justiça o de 785:977\$633, suplementar á verba 15ª (decr. n. 11.419); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 999\$996 para pagamento de gratificação ao tenente-coronel graduado do Corpo de Bombeiros, Dr. José Joaquim de Azevedo Brandão (decr. n. 11.420); abre ao Ministerio da Viação o especial de 86:515\$280 para pagamento de indemnização ao Dr. Aristoteles Ambrosino Gomes Calaca e D. Thereza Barbosa de Oliveira Santos (decr. n. 11.421); abre ao Ministerio da Viação o de 900:000\$, suplementar á sub-consignação «Acquisição, conservação e reparação de moveis» (decr. numero 11.422); abre ao Ministerio da Viação o especial de réis 13:985\$025 para pagamento de subvenção á Empresa Fluvial Piauihyense (decr. n. 11.423); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 1.000:000\$ para despesas com a ma-

nutenção da neutralidade (decr. n. 11.429); abre ao Ministerio da Guerra o de 1.500:000\$, complementar á verba 13ª (decr. n. 11.430); abre ao Ministerio da Guerra o de 98:000\$, complementar á verba 13ª (decr. n. 11.431); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.000:000\$, complementar á verba — Exercícios findos (decr. n. 11.433); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 232:612\$173 para solução de compromissos da Brigada Policial (decr. n. 11.437; abre ao Ministerio da Justiça o especial de 120:000\$ para pagamento de subvenção ao Dispensario de S. Vicente de Paulo (decr. n. 11.438); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 30:000\$ para pagamento de subvenções a estabelecimentos de assistencia, caridade e beneficencia dos Estados do Ceará e Santa Catharina (decr. n. 11.439); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção á Academia Nacional de Medicina (decr. n. 11.440); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção á Associação Protectora dos Cegos Dezesete de Setembro (decr. n. 11.441); abre ao Ministerio da Viagem o especial de réis 276:738\$296, ouro, para pagamento de juros á Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 11.443); abre ao Ministerio da Agricultura o de 28:000\$ para pagamento a J. C. Oakenful, pelo livro *Brazil in 1923* (decr. numero 11.450); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 24:007\$437 para pagamento, em virtude de sentença, a Pedro Rodrigues Barroso (decr. n. 11.452); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 97:299\$459 para restituição de impostos indevidamente cobrados a Luiz Hermany & Comp. e outros, em virtude de sentença (decr. numero 11.453); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 186:864\$283, ouro, e 3.666:534\$454, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 11.454); abre ao Ministerio da Viagem os de 260:174\$310, papel, e 5:32:778\$956, 10:752\$845 e 5:803\$406, ouro, supplementares a diversas sub-consignações da verba 9ª (decr. n. 11.455); abre ao Ministerio da Fazenda o de 26:268\$114 para pagamento ao Dr. Luiz Alves Pereira, em virtude de sentença (decr. n. 11.465); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:330\$295 para occorrer á restituição devida a D. Antonia Viriato de Medeiros (decr. n. 11.466); abre ao Ministerio da Agricultura o de 29:068\$ para despesas com a execução do decreto n. 11.436, de 1915 (decr. n. 11.470); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 27:228\$546 para pagamento, em virtude de sentença, á Rio de Janeiro City Improvements Company» (decr. 11.486); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de réis 2.205:986\$515 para pagamento de vencimentos a funcionarios effectivos e interinos (decr. n. 11.488); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 233:860\$247 para pagamento de compromissos assumidos com a liquidação da Superintendencia da Defesa da Borracha (decr. n. 11.489); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:200\$ para differença de vencimentos dos ajudantes dos porteiros do Thesouro e do Ministerio (decr. n. 11.491); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 76:896\$ para pagamento de despesas com o levantamento dos cadastros dos proprios nacionaes em Minas e S. Paulo (decr. n. 11.494); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 125:250\$ para dar execução ao decreto 11.475, de 1915 (decr. n. 11.495); abre o especial



de 100:000\$ para pagamento de subvenção á Maternidade do Rio de Janeiro (decr. n. 11.501); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 5:919\$900 para pagamento, em virtude de sentença, a Seraphim Gonçalves Nogueira (decr. n. 11.522); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 502:136\$446 para pagamento aos herdeiros do almirante Elysario José Barbosa e outros em virtude de sentença (decr. n. 11.532); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 25:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro (decr. n. 11.533); abre ao Ministerio da Agricultura o de 6:000\$ para despesas de material da Estação Central de Chimica Agricola (decr. numero 11.536); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção ao Asylo de S. Luiz (decr. n. 11.542); abre ao Ministerio da Agricultura o de réis 66:573\$150 para pagamento de salarios ao pessoal da villa Proletaria Marechal Hermes (decr. n. 11.545); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.500:000\$, papel, complementar á verba 31ª (decr. n. 11.548); abre ao Ministerio da Fazenda o de 50:000\$, papel, para despesas de administração e custeio das villas proletarias (decr. n. 11.554); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 1.500:000\$ para despesas de guerra no Contestado (decr. n. 11. 561); abre ao Ministerio da Agricultura o de 4:569\$460 para despesas com o pessoal da typographia da Directoria Geral de Estatistica (decr. numero 11.562); abre ao Ministerio da Agricultura o de 17:600\$ necessario ao custeio da Estação de Biologia da Marinha (decr. n. 11.564); abre ao Ministerio da Viação o de réis 554:249\$997 para completar a verba orçamentaria da Inspectoria Federal das Estradas (decr. n. 11.572); abre ao Ministerio da Agricultura o de 4:000\$ para despesas do material da Estação Central de Chimica Agricola (decr. n. 11.578); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:800\$ para pagamento de pensão ao maestro Elpidio Pereira (decr. numero 11.586); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 50:000\$ para pagamento de vencimentos a officiaes do Exército em commissão na Europa (decr. n. 11.589); abre ao Ministerio da Fazenda o de 843:479\$500 para pagamento de compromissos com a construcção do edificio para a Delegacia Fiscal do Rio Grande do Sul (decr. n. 11.594); abre ao Ministerio da Guerra o de 6.500:000\$ para pagamento de fornecimentos (decr. n. 11.596); abre ao Ministerio da Viação o de 317:8889\$405 para pagamento de funcionarios addidos da Inspectoria Federal das Estradas (decr. n. 11.598); abre ao Ministerio da Agricultura o de 430:040\$323 para pagamento de despesas com a execução dos decretos ns. 11.460 e 11.461, de 1915 (decr. n. 1.599); abre ao Ministerio da Agricultura o de 20:000\$ para despesas com o material do Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil (decr. n. 11.604); abre ao Ministerio da Justiça o de 258:000\$, complementar á verba 9ª (decr. n. 11.607); abre ao Ministerio da Viação o de 535:846\$750 destinado a pagamento de funcionarios addidos da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 11.621); abre ao Ministerio da Agricultura o de 12:700\$ para despesas com a execução de serviços previstos no regulamento approved pela decreto numero 11.476, de 1915 (decr. n. 11.624); abre ao Ministerio da Fazenda o de 52:600\$, complementar á verba — Alfandegas — para pagamento a guardas da Alfandega de Porto Alegre. (decr. n. 11.625); abre ao Ministerio da Justiça o



especial de 4:000\$ para pagamento de subvenção ao Asylo Bom Pastor (decr. n. 11.633); abre ao Ministerio da Viação o de 3:750\$ para pagamento a um funcionario addido da Inspectoria Geral de Illuminação (decr. n. 11.635); abre ao Ministerio da Viação o de 9:803\$550 para pagamento a um funcionario addido da Inspectoria Federal das Estradas (decr. n. 11.636); abre ao Ministerio da Agricultura o de 30:000\$ para despesas com a conservação e custeio de lanchas, serraria e material das fazendas do Rio Branco (decr. n. 11.637); abre ao Ministerio da Agricultura o de 5:548\$387 para pagamento de vencimentos a um sub-director (decr. n. 11.638); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 24:000\$ para pagamento de subvenção á Liga Brasileira contra a Tuberculose (decr. n. 11.640); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 5.000:000\$ para ser applicado a obras na zona assolada pela secca (decr. n. 11.641); abre ao Ministerio da Agricultura o de 90:000\$ para aquisição de vaccina contra a manqueira e sôro anti-ophidico (decr. numero 11.643); abre ao Ministerio da Fazenda o de £ 402.000, em letras, ouro, para pagamento á «Société Française d'Entreprises au Brésil (decr. n. 11.649); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 150:000\$ para despesas com a abertura de quatro pavilhões para tuberculosos no Hospital S. Sebastião (decr. n. 11.657); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:378\$666 para pagamento de gratificações addicionaes a funcionarios das secretarias do Senado e da Camara dos Deputados (decr. n. 11.658); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 144:428\$917 á rubrica 7ª (decr. numero 11.660); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 848:700\$ ás verbas 5ª e 7ª (decr. n. 11.670); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção á Cruz Vermelha Brasileira (decr. n. 11.678); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 15:000\$ para pagamento de subvenção á Assistencia de Creanças Pobres, annexo ao Instituto de Electricidade Medica (decr. numero 11.679); abre ao Ministerio da Viação o especial de 97:000\$ para attender á deficiencia da consignação "Districto Radiotelegraphico do Amazonas" (decr. n. 11.682); abre ao Ministerio da Fazenda os de 23:800\$, especial, e de 24:000\$, suplementar á verba — Empregados das repartições e logares extinctos (decr. n. 11.686); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 42:742\$397 para pagamento a funcionarios addidos (decr. n. 11.688); abre ao Ministerio da Viação o especial de 13:985\$025 para pagamento de subvenções á Empresa Fluvial Piauihyense (decr. n. 11.690); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 603:050\$500 ás verbas 10ª e 27ª (decr. n. 11.698); abre ao Ministerio da Agricultura o de 22:000\$ para attender a despesas com a Directoria de Meteorologia e Astronomia (decr. n. 11.701); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 47:300\$137 para pagamento a D. Margarida da Camara Duarte Pereira e outros, em virtude de sentença (decr. n. 11.705); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 206:850\$ para pagamento a Antonio Ferreira Netto, em virtude de sentença (decr. n. 11.709); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$, sendo 12:500 á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 11.711); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de

825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 636:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. numero 11.712); abre o de 300:000\$, suplementar á rubrica 5ª (decr. n. 11.726); abre ao Ministerio da Viação o especial de 8:652\$752 para pagamento de vencimentos ao administrador dos Correios de Goyaz, addido, Manoel Santerre Guimarães (decr. n. 11.735); classifica como especial e não suplementar o aberto pelo decreto n. 11.698, de 1915 (decr. n. 11.740); abre ao Ministerio da Guerra o especial de réis 142:825\$169 para pagamento de vencimentos a officiaes e praças da 3ª companhia regional de infantaria (decr. numero 11.741); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:527\$004 para pagamento ao primeiro escripturario da Alfandega do Rio de Janeiro, Joaquim Augusto Freire (decr. n. 11.742); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 48:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia (decr. n. 11.744); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:000\$ para pagamento de indemnização ao bacharel Antonio Geraldo Teixeira (decr. n. 11.745); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 80\$ para pagamento de differença de soldo ao tenente reformado Antonio Romualdo de Andrade (decr. n. 11.746); abre ao Ministerio da Agricultura o de 20:000\$ para despesas com a acquisição de plantas e sementes (decr. n. 11.753); abre ao Ministerio da Justiça, o suplementar de 30.500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 11.754); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção á Academia Nacional de Medicina (decr. n. 11.755); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 852:500\$, sendo 195:300\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 657:200\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 11.757); abre ao Ministerio da Viação o especial de 12:000\$ para pagamento de vencimentos ao chefe de secção addido da Repartição Geral dos Telegraphos, Dr. Jeronymo Baptista Pereira Sobrinho (decr. n. 11.760); abre ao Ministerio da Viação o especial de 32:162\$883 para pagamento de vencimentos a dous funcionarios aposentados dos Correios (decr. n. 11.761); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 6:000\$ para pagamento de vencimentos a Agripiniano de Barros, professor do extinto Arsenal de Guerra da Bahia (decr. n. 11.762); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 70:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Electro-Technico de Porto Alegre (decr. n. 11.764); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 30:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Electro-Technico de Itajubá (decr. n. 11.765); abre ao Ministerio da Guerra o especial á verba 3ª (decr. n. 11.767); abre ao Ministerio da Marinha o de réis 7.593:209\$813, suplementar a diversas verbas (decr. n. 11.768); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 9:746\$969 para pagamento ao segundo-tenente do Exercito, Ascendino Ferreira do Nascimento, em virtude de sentença (decr. n. 11.771); abre ao Ministerio da Viação o suplementar de 105:181\$ á rubrica 6ª (decr. n. 11.777); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 3:708\$ para pagamento de vencimentos ao mestre de 1ª classe da Fabrica de Polvora sem Fumaça, Joviano Octaviano de Araujo (decr. n. 11.778); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 13:976\$340 para

pagamento a Reis Oliveira & Comp. em virtude de sentença (decr. n. 11.779); rectifica o decreto n. 11.709, de 1915 (decr. n. 11.781); abre ao Ministerio da Viação o de réis 2.737:404\$ para pagamento dos domingos e feriados do pessoal da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 11.782); abre ao Ministerio da Viação o de 686:860\$, complementar a diversas consignações, da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 11.783); abre ao Ministerio da Agricultura o suplementar de 750:000\$ para despesas da verba 3ª (decr. n. 11.787); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 20:000\$ para pagamento de subvenção á Associação Protectora dos Cegos Dezesete de Setembro (decr. n. 11.789); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 636:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 11.790); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. numero 11.791); abre ao Ministerio da Fazenda o de..... 16.653:677\$508, complementar á verba 31ª (decr. n. 11.797); abre ao Ministerio da Agricultura o de 131:000\$ para a compra de animaes reproductores (decr. n. 11.802); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 25:000\$ para pagamento de subvenção á Empresa de Navegação Rio-S. Paulo ((decr. n. 11.805); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 9:380\$645 para pagamento de vencimentos de medicos dos aprendizados agricolas (decr. n. 11.808); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 60:590\$700 para pagamento de differença de vencimentos a carteiros e serventes de agencias postaes (decr. n. 11.809); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 27:525\$024 para pagamento a Manoel Emilio da Silva, em virtude de sentença (decr. numero 11.814); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 46:277\$558 para pagamento ao Dr. Manoel Pereira Reis, em virtude de sentença (decr. n. 11.818); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 200:000\$ para despesas com o transporte de flagellados pela secca (decr. n. 11.823); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 600:000\$ para despesa como o transporte de retirantes do Nordéste (decr. n. 11.829); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 463:165\$415 para pagamento, em virtude de sentença, á Companhia Luz Stearica (decr. n. 11.830); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 40:508\$900 para pagamento de excesso de despesa com diligencias policiaes (decr. numero 11.831); abre ao Ministerio da Justiça os supplementares de 742:567\$896, 642:993\$131 e 99:574\$765 a diversas verbas (decr. n. 11.832); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 2.000:000\$ para obras na zona assolada pelas seccas (decr. n. 11.834); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 4.985:631\$752 para despesas de soldo, gratificações e etapas de praças de pret (decr. n. 11.835); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 360\$ para pagamento de addicionaes sobre os vencimentos do redactor de debates da Camara dos Deputados, Sertorio Maximiano de Castro (decr. n. 11.836); abre ao Ministerio da Fazenda o de 40:000\$, complementar á verba 22ª (decr. n. 11.841); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 7:200\$, para pagamento a José Dionysio Meira, addido á Directoria de Meteorologia e



Astronomia (decr. n. 11.843); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 14:610\$ para pagamento de despesas com a impressão dos *Annaes e Documentos Parlamentares* (decr. n. 11.844); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 770:000\$, sendo 176:400\$ á verba — Subsidio dos senadores — 593:600\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. numero 11.846) abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$ sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 11.847); abre ao Ministerio da Viacão o especial de 1.497:268\$747 para liquidacão de compromissos assumidos pela Commissão de Linhas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas (decr. n. 11.849); abre ao Ministerio da Viacão o especial de 4:569\$ para pagamento aos herdeiros de Carlos Pereira Dias (decr. n. 11.850); abre ao Ministerio da Guerra os supplementares a diversas verbas (decr. n. 11.851); abre ao Ministerio da Agricultura o de 3:879\$032 para pagamento a trabalhadores e differença de vencimentos ao porteiro do Serviço de Agricultura Pratica (decr. n. 11.852); abre ao Ministerio da Agricultura os especiaes de 127:039\$972, ouro, e 388:580\$740, papel, para despesas com o Serviço de Povoamento (decr. n. 11.853); abre ao Ministerio da Fazenda o de 643:050\$100, suplementar á verba — Imprensa Nacional (decr. n. 11.855); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 12:763\$925 para pagamento a D. Maria Bernardina de Lima e Silva Moniz de Aragão, em virtude de sentença (decr. n. 11.857); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 432:507\$313 para pagamento de despesas em proveito do ensino agronomico (decr. n. 11.858); abre ao Ministerio da Justiça o de 282\$ e de 1:108\$ para pagamento de gratificações addicionaes a funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 11.859); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:347\$834 para pagamento de ordenado e gratificacão addicional a funcionarios da Secretaria do Senado (decr. n. 11.860); abre ao Ministerio da Justiça o de 191:558\$998, suplementar á verba 21ª (decr. n. 11.861); abre ao Ministerio da Viacão o especial de 10:860\$357 para despesas de desapropriacão do immoveel á rua Honorio n. 1 (decr. n. 11.864); abre ao Ministerio da Viacão o especial de 2.044:520\$476 para solver compromissos assumidos pela Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 11.865); abre ao Ministerio da Viacão diversos supplementares a sub-consignações da verba 9ª (decr. n. 11.866); abre ao Ministerio da Fazenda os de 548\$387, suplementar á verba 19ª e de 12:000\$ á mesma verba, exercicios de 1915 e 1916 (decr. numero 11.868); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:918\$694 para pagamento, em virtude de sentença, a Manoel Santerre Guimarães (decr. n. 11.869); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:504\$032 para pagamento a Virgilio da Silva Pereira, em virtude de sentença (decr. numero 11.870); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 290:757\$600 para pagamento ao pessoal operario e diarista da Imprensa Nacional e *Diario Official* (decr. n. 11.872); abre ao Ministerio da Fazenda os de 49:964\$210, ouro, e réis 4.853:711\$019, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 11.873); abre ao Ministerio da Agricultura o de 9:903\$569 para despesas com a remodelacão do Jardim Botânico (decr. n. 11.884); abre ao Ministerio da Via-



ção os especiaes de 796:247\$184, papel, 'e 183:557\$719, ouro, para solver compromissos (decr. n. 11.888); abre ao Ministerio da Viação o especial de 606:375\$859 para liquidacão de contas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 11.889); abre ao Ministerio da Viação o do 12:568\$700 para pagamento de despesas com a commissão de estudos da Estrada de Ferro de Santa Catharina (decr. n. 11.890); abre ao Ministerio da Viação o especial de 27:609\$196 para pagamento de despesas com a commissão de estudos da Estrada de Ferro Santa Catharina (decr. n. 11.891); abre ao Ministerio da Viação o especial de 118:686\$ para pagamento de gratificação regional a funcionarios dos Correios do Pará (decr. n. 11.892); abre o especial de 350:000\$ para aquisição de predios á praia de S. Christovão e á praça Marechal Deodoro (decr. n. 11.893); abre ao Ministerio da Guerra o suplementar de 40:000\$ destinado a rectificar á verba 4<sup>a</sup> — Instrução Militar (decr. n. 11.894); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 21:600\$ para pagamento a Castro Reguffe & Comp. de juros de apolices (decr. n. 11.900); abre ao Ministerio da Agricultura o extraordinario de réis 300:000\$ para transportes de flagellados pelas seccas e para applicação em obras no Maranhão destinadas a localizar trabalhadores nacionaes (decr. n. 11.903); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 361\$200 para pagamento a Joaquim Pereira Bernardes, em virtude de sentença (decreto n. 11.915); abre ao Ministerio da Viação o especial de 4.391:633\$866 para conclusão das obras do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil a Bello Horizonte (decr. n. 11.917); abre ao Ministerio da Viação o especial de réis 4.651:805\$991 para pagamento do excesso de pessoal e material da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 11.918); abre ao Ministerio da Viação o especial de 24:061:672\$154 para o pagamento de serviços do prolongamento e ramaes da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 11.919); abre ao Ministerio da Fazenda o de 318:569\$387, suplementar á verba 30<sup>a</sup> (decr. n. 11.923); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 76:251\$430 para pagamento á viuva e aos herdeiros do bacharel Ignacio de Loyola Gomes da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 11.935); abre o extraordinario de 5:000\$ para pagamento a Raymundo Augusto Maranhão (decr. n. 11.936); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 32:987\$829 para pagamento a José Silva & Comp. (decr. n. 11.944); abre ao Ministerio da Viação o de 592:308\$702, metade ouro, metade papel, para pagamento á "Société Anonyma du Gaz de Rio de Janeiro" (decr. numero 11.946); abre ao Ministerio da Viação o de 22:658\$332 para pagamento de vencimentos a ex-inspectores, addidos, de portos, rios e canaes, das obras contra as seccas (decr. numero 11.947); abre ao Ministerio da Viação o de 81:000\$ para pagamento de vencimentos a inspectores, addidos, de portos, rios e canaes, das estradas e das obras contra as seccas (decr. n. 11.948); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 46:540\$ para completar o pagamento de vantagens pecuniarias ao engenheiro Ernesto Otero (decr. numero 11.949); manda continuar em vigor o saldo de 51:650\$ aberto pelo decreto n. 10.094, de 1913 (decr. n. 11.952); abre ao Ministerio da Fazenda o de 665:567\$500, supplementar á verba 3<sup>a</sup> (decr. n. 11.953); abre ao Ministerio da Fa-

zenda o de 41:135\$720, complementar á verba 27ª (decr. numero 11.958); rectifica o decreto n. 11.809, de 1915 (decr. n. 11.959); abre ao Ministerio da Viação o de 500:000\$ para conclusão do trecho da estação Rio Branco á villa Santo Angelo, na Estrada de Ferro de Cruz Alta ao Ijuhy (decr. numero 11.961); abre ao Ministerio da Fazenda o de 366:630\$ para pagamento ao Estado do Rio de Janeiro de terras devolutas adquiridas (decr. n. 11.962); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 140:000\$, ouro, complementar á verba 11ª (decr. n. 11.963); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 2.200:000\$ para liquidação de contas da Estrada de Ferro de Hapura a Corumbá (decr. n. 11.973); declara sem effeito o decreto n. 11.638, de 1915 (decr. numero 11.978); abre ao Ministerio da Agricultura o de réis 24:496\$448, complementar á verba 2ª (decr. n. 11.979); abre ao Ministerio da Fazenda o de 121:474\$049, complementar á verba 8ª (decr. n. 11.985); abre ao Ministerio da Justiça, o especial de 21:380\$540 para pagamento á Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro pelos funeraes do senador Pinheiro Machado (decr. n. 11.991); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 181:066\$669 para pagamento a Luiz de Mendonça Santos, em virtude de sentença (decr. n. 12.016); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:337\$500 para pagamento de diarias a trabalhadores da Alfandega de Santos (decr. n. 12.017); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 100:742\$292 para pagamento a José Alves da Silveira e sua mulher, em virtude de sentença (dec. 12.019); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 91:225\$220 ouro, para pagamento de fornecimentos de notas á Caixa de Amortização (decr. n. 12.024); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 700:000\$ para soccorros e assistencia á população flagellada pela secca (decr. n. 12.028); rectifica o decreto n. 11.915, de 1916 (decr. n. 12.041); abre ao Ministerio da Justiça o de 10:000\$ para pagamento de subvenção á Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro (decr. n. 12.044); abre ao Ministerio da Fazenda o de 16:001\$174, complementar á verba — Percentagens pela cobrança executiva (decr. numero 12.063); abre ao Ministerio da Fazenda o de 66:797\$377, complementar á verba 8ª (decr. n. 12.064); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 9:940\$ para pagamento de vencimentos a Americo Francisco Villa Nova, official da secretaria do extinto Arsenal de Guerra da Bahia (decr. n. 12.070); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 1:267\$741 para pagamento ao segundo official do mesmo Ministerio, Alonso de Niemeyer (decr. n. 12.071); abre ao Ministerio da Agricultura o de 140:000\$ para despesas com estação experimental para a cultura da seringueira no Estado do Amazonas (decr. n. 12.072); abre ao Ministerio da Viação o especial de 714\$285 para pagamento ao engenheiro Tulio de Alencar Araripe (decr. n. 12.075); abre ao Ministerio da Justiça o de 9:855\$, complementar á verba 22ª (decr. n. 12.079); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 18:750\$ para pagamento aos successores de Carlos Rheingantz & Comp. de juros de apolices (decr. n. 12.082); abre ao Ministerio da Viação o especial de 660\$ para pagamento de gratificação local ao funcionario dos Correios do Maranhão, Custodio Gonçalo da Fonseca (decr. n. 12.089); abre ao Ministerio da Viação o de 16.341:966\$500 complementar á verba 6ª (decr.

n. 12. 102); abre ao Ministerio da Fazenda o de 37:080\$ para pagamento de despesas com a Mesa de Rendias em Porto Esperança (decr. n. 12.108); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3.300:000\$, papel, e 100:000\$, ouro, complementar á verba — Exercícios findos (decr. n. 12.132); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 78:397\$681 para pagamento de trabalhadores da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 12.136); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 1.500:000\$ para obras contra as seccas (decr. n. 12.140); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 19:590\$900 para pagamento a Antonio F. Nunes (decr. n. 12.142); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 427:140\$977, ouro, para pagamento de juros e mais despesas do emprestimo de que trata o decreto n. 8.794, de 1911 (decr. n. 12.143); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 630:000\$ para pagamento de subvenção á Estrada de Ferro Fumilense (decr. numero 12.145); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 71:767\$930 para pagamento ao tenente José de Andrade Neves Meirelles (decr. n. 12.147); abre ao Ministerio da Viação o de 177:867\$, complementar á verba 3ª (decr. n. 12.157); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 24:410\$276 para pagamento á viuva do capitão de mar e guerra Francisco Spiridião Rodrigues Vaz (decr. n. 12.163); abre ao Ministerio da Fazenda o de 597:671\$450 para despesas com o transporte de retirantes do Nordeste brasileiro (decr. n. 12.168); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 60:557\$811 para indemnizações de extravios de liquidos pertencentes a terceiros (decr. n. 12.178); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 4:701\$306 para pagamento a DD. Mathilde da Silva Reis Cêrqueira e outras, em virtude de sentença (decr. n. 12.195); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 12.205); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 636:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 12.206); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 1.000:000\$ para despesas com a manutenção da neutralidade (decr. n. 12.213); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 537:551\$787 para pagamento de soldo vitalicio a voluntarios da patria (decr. n. 12.224); abre ao Ministerio da Fazenda o de 200:000\$, complementar á verba 5ª (decr. n. 12.225); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 1.150:000\$ complementar á verba — Exercícios findos (decr. n. 12.230); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 2.786:658\$751, complementar á verba 37ª (decr. n. 12.234); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 883:000\$, sendo 195:300\$ á verba — Subsídio dos senadores — 657:200\$ á verba — Subsídio dos deputados. — 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 12.242); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 1:500\$ para pagamento de gratificações a Manoel Ignacio da Silva Teixeira e outro (decr. numero 12.253); abre ao Ministerio da Justiça o de réis 2:400\$, complementar á verba 13ª (decr. n. 12.257); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 30:324\$266 para pagamento a DD. Amelia de Figueiredo Baena e outras, em virtude de sentença (decr. n. 12.259); abre ao Ministerio da



Fazenda os de 50:000\$, ouro, e 500:000\$ papel, supplementares á verba 30ª (decr. n. 12.260); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 9:778\$570 para pagamento ao vice-almirante reformado Herculano Alfredo Sampaio, em virtude de sentença (decr. n. 12.261); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:782\$338 para pagamento a D. Maria Julia Bransford e outra, em virtude de sentença (decr. n. 12.262); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 180\$050 para pagamento a Antonio Gomes, em virtude de sentença (decr. n. 12.263); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 16:612\$902 para pagamento aos auditores de guerra Garcia Dias Avila Pires e outro de differença de vencimentos (decr. n. 12.264); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 32:105\$080 para pagamento a João Pires Branco, em virtude de sentença (decr. n. 12.265); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 472\$910 para pagamento a Francisco Meira, em virtude de sentença (decr. n. 12.266); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:395\$160 para pagamento de vencimentos ao terceiro escripturario do Thesouro Nacional, Pedro Rodrigues de Carvalho (decr. n. 12.267); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 20:567\$150 para pagamento a DD. Cecilia Toledo de Oliveira Lisboa e outra, em virtude de sentença (decr. n. 12.268); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 22:991\$096 para pagamento á viuva e aos filhos do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Lucio de Mendonça (decr. n. 12.269); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 14:206\$605 para pagamento a D. Zulmira Frazão Varella Barradas e outras, em virtude de sentença (decr. numero 12.272); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 60:654\$930 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 12.273); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 15:225\$369 para restituição a Marcellino Gomes de Almeida & Comp. de direitos alfandegarios (decr. n. 12.274); abre ao Ministerio da Fazenda o supplementar de 855:500\$, sendo 189:000\$ á verba—Subsidio dos senadores,— 636:000\$ á verba —Subsidio dos deputados,— 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 12.278); abre ao Ministerio da Vição o especial de 4:666\$660 para pagamento de vencimentos a um agente do Correio, aposentado (decr. n. 12.279); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 57:648\$740 para pagamento a D. Fanny Worms em virtude de sentença (decr. n. 12.280); abre ao Ministerio da Guerra o especial de réis 8:509\$898 para pagamento de gratificações, ao adjunto do Collegio Militar do Rio de Janeiro, major Apollinario Peralra Bustamante (decr. n. 12.282); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:500\$ para pagamento de premio pela construcção do rebocador *Neptuno* (decr. n. 12.284); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:061\$818 para pagamento a D. Maria Augusta Naylor em virtude de sentença (decr. n. 12.288); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 357:717\$796 para pagamento de despesas com os reparos da Faculdade de Medicina da Bahia, installação deapparelhos e acquisição de material de ensino (decr. n. 12.292); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 57:648\$740 para pagamento a D. Constancia Alves Branco de Mello Barreto, em virtude de sentença (decr. n. 12.297); abre ao Ministe-



rio da Fazenda o especial de 79:787\$061, para pagamento a Antonio Marcellino Regueira Costa, em virtude de sentença (decr. n. 12.298); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 541\$050 para pagamento a Joaquim Pereira Bernardes, em virtude de sentença (decr. n. 12.299); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 70:360\$ para pagamento dos juros de apolices do emprestimo de 1897 (decr. n. 12.300); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 8:800\$977 para pagamento ao Dr. Joaquim Cardoso de Mello Reis, em virtude de sentença (decr. n. 12.301); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 60:000\$ para pagamento de despesas com o serviço de colleccionar todos os trabalhos referentes aoCodigo Civil (decr. n. 12.312); abre ao Ministerio da Fazenda o suplementar de 800:500\$, sendo 176:400\$ á verba — Subsidio dos senadores, — 593:600\$ á verba — Subsidio dos deputados, — 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 12.319); abre ao Ministerio da Guerra o de 1.264:684\$095 para pagamento de despesas no Contestado (decr. n. 12.325); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 164:610\$, destinado ás despesas da Imprensa Naval (decr. n. 12.331); abre ao Ministerio da Marinha o de 2.361:456\$975, suplementar a diversas verbas (decr. n. 12.332); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 36:000\$ para pagamento do aluguel do casco do vapor *Lucania* (decr. n. 12.335); abre ao Ministerio da Guerra o de 899:848\$113 suplementar á verba 13ª (decr. n. 12.337); abre ao Ministerio da Fazenda os especiaes de 1.047:846\$974, papel, e 532\$989, ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 12.338); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 788:200\$ para pagamento de juros de apolices para construcção de estradas de ferro (decr. n. 12.339); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 57:635\$330 para pagamento ao primeiro-tenente Joviano Roland Seraine em virtude de sentença (decr. n. 12.340); abre ao Ministerio da Fazenda o de 8.783:969\$190, suplementar a verba 5ª (decr. n. 12.341); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 350:000\$ á verba 32ª (decr. n. 12.342); abre ao Ministerio da Justiça o de 29:450\$, suplementar á verba 6ª, e o de 6:177\$600, especial, para pagamento de vencimentos e gratificação adicional a um continuo da Camara dos Deputados (decr. n. 12.344); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 207:779\$640 para auxilio á Santa Casa de Misericordia do Rio de Janeiro (decr. n. 12.345); abre ao Ministerio da Justiça os de 10:494\$780 para pagamento ao engenheiro Alberto Armando Ricci e o de 3:083\$328, suplementar á verba 8ª (decr. n. 12.346); abre ao Ministerio da Viacão o de 75:680\$004, suplementar á consignação "Para combustivel etc", da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 12.347); abre ao Ministerio da Viacão o especial de 16:540\$ para pagamento de vencimentos a um engenheiro addido da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes (decr. n. 12.348); abre ao Ministerio da Viacão o especial de 4:563\$086 para pagamento de gratificação a diversos funcionarios da Administração dos Correios do Maranhão (decr. n. 12.349); abre ao Ministerio da Guerra o de 5:200\$, especial, para pagamento a docentes do Collegio Militar de Porto Alegre e o de 12:000\$, suplementar á verba 4ª (decr.

n. 12.352); abre ao Ministerio da Fazenda o de 80:000\$, suplementar á verba 22ª (decr. n. 12.353); abre ao Ministerio da Justiça os supplementares de 1.016:339\$299 a diversas verbas, e de 14:500\$ á consignação "Alimentação do pessoal do Hospital S. Sebastião" e o especial de 80:000\$ para despesas com o policiamento do territorio do Acre (decr. numero 12.355); abre ao Ministerio da Viacão o de 6:139\$285 para pagamento de vencimentos ao escripturario-pagador da Inspectoria de obras contra as Seccas, José Pires Ferreira Netto (decr. n. 12.358); abre ao Ministerio da Viacão o de 231:670\$284 para pagamento á Companhia Estrada de Ferro de Santa Catharina (decr. n. 12.360); abre ao Ministerio da Viacão o de 311:598\$093, ouro, e 311:618\$093, papel, suplementar á verba 10ª (decr. n. 12.361); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 68:312\$680, para pagamento ao Dr. Jeronymo Baptista Pereira Sobrinho, em virtude de sentença (decr. n. 12.365); abre ao Ministerio da Fazenda o de 160:000\$, papel, suplementar á verba 5ª (decr. n. 12.366); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:230\$384 para pagamento a D. Ignacia Luiza Barbosa de Rezende e outra (decr. n. 12.367); revigora o saldo de 415:849\$526, do aberto pelo decreto n. 11.865, de 1916 (decr. n. 12.372); abre ao Ministerio da Fazenda o de 584:503\$ para regularizar o pagamento a trabalhadores das capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 12.379); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 80:000\$ para pagamento de despesas com a intervenção no Estado de Matto Grosso (decr. n. 12.390); abre ao Ministerio da Fazenda o de 204:500\$, suplementar á verba 21ª (decr. n. 12.394); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 13:978\$488 para pagamento aos desembargadores João Alves de Castro e outro (decr. n. 12.401); abre ao Ministerio da Viacão o de 1.200:000\$ para conclusão das obras contra as seccas (decr. n. 12.410); abre ao Ministerio da Viacão o de 498:957\$365, ouro, para pagamento á "Brazil Great Southern Railway Company, Limited" (decr. numero 12.415); abre ao Ministerio da Fazenda o de 142:899\$443, ouro, suplementar á verba 30ª (decr. n. 12.429); abre ao Ministerio da Fazenda o de 67:766\$, papel, suplementar á verba 8ª (decr. n. 12.431); abre ao Ministerio da Justiça o de 206:450\$, suplementar á verba 29ª (decr. n. 12.432); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 12:000\$ para despesas com a publicação da revista e expediente da Academia Brasileira de Letras (decr. n. 12.433); abre ao Ministerio da Viacão o de 2.000:000\$ para despesas com a aquisição do material e installação de uma uzina de pulverisação de carvão nacional e outras (decr. n. 12.440); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 41:815\$452, ouro, e 53:319\$478, papel, para restituição de direitos alfandegarios á Companhia Frigorifica e Pastoril (decr. n. 12.445); abre ao Ministerio da Fazenda o especil de 13:173\$482 para pagamento a Dona Francisca Chichorro Galvão Metello, em virtude de sentença (decr. n. 12.448); abre ao Ministerio da Viacão o extraordinario de 2:500\$ para despesas com os estudos de uma ponte sobre o rio Iguassú (decr. n. 12.449); abre ao Ministerio da Agricultura o de 130:000\$ para a compra de predio da antiga Escola Agricola União e Industria, em Mariano Procópio (decr. n. 12.450); abre ao Ministerio da Justiça o de réis 200:000\$, suplementar á verba 29ª (decr. n. 12.459); abre

ao Ministerio da Fazenda o de 1.000:000\$, complementar á verba 29ª (decr. n. 12.465); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:714\$968 para pagamento a D. Amazilde de Lima Ramos, em virtude de sentença (decr. n. 12.466); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de ..... 491:621\$894, ouro, nos termos da autorização legislativa constante do decreto n. 3.212, de 1916 (decr. n. 12.472); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 24:000\$ para pagamento de despesas com o serviço de identificação para o alistamento eleitoral (decr. n. 12.473); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 30:000\$ para remunerar a D. Theodora Marcondes de Andrade Figueira (decr. n. 12.474); abre ao Ministerio da Guerra o de 20:000\$, ouro, complementar á verba 14ª (decr. n. 12.480); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 3:744\$ para pagamento de gratificações additionaes a funcionarios do Hospital Central do Exército (decr. n. 12.481); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 800\$ para pagamento de gratificação ao mestre de gymnastica da extincta Companhia de Aprendizes Artifices do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, Paulino Francisco Paes Barreto (decr. n. 12.482); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 98:177\$094 para pagamento a D. Maria Roberta da Silva de vencimentos devidos a seu finado marido, o capitão, reformado, do Exército Antonio Faustino da Silva (decr. n. 12.483); abre ao Ministerio da Agricultura o de 50:000\$ para pagamento de gratificações additionaes ao Dr. Edgard Leite Chermont e outros (decr. n. 12.485); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 133:770\$, para pagamento a Theodor Wille & Comp., por fornecimentos de mobiliarios ao Museu Nacional (decr. n. 12.486); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao engenheiro civil Vicente Lício Cardoso (decr. n. 12.487); abre ao Ministerio da Viação o especial de 380:000\$ para pagamento de immoveis (decr. numero 12.488); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 43:116\$412 para pagamento a Carlos de Souza Dantas, em virtude de sentença (decr. n. 12.493); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:920\$100 para pagamento á «Ouro Preto Gold Mines of Brazil, Limited», em virtude de sentença (decr. n. 12.495); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 871\$400 para pagamento a Antonio José Villela, em virtude de sentença (decr. n. 12.496); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:987\$404 para pagamento a D. Ermelinda Nobrega de Carvalho Leal, em virtude de sentença (decr. n. 12.497); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1.094:956\$357, papel, e de 1.147:700\$897, ouro, para pagamento a Haupt & Comp. (decr. n. 12.498); abre ao Ministerio da Guerra o de 870:000\$ para despesas com a produção de munição de guerra, reparos do material bellico e fabricação de armamento portatil (decr. n. 12.503); abre ao Ministerio da Viação o especial de 1:260\$199 para pagamento a Eugenio Vidal Leite Ribeiro, funcionario aposentado do Correio (decr. n. 13.510); abre ao Ministerio da Viação o especial de 4:980\$ para pagamento de desapropriações na Quinta da Boa Vista (decr. n. 12.511); abre ao Ministerio da Marinha os extraordinarios de 10:269\$253, 387:813\$457, ouro, e 270:444\$480, ouro, para attender a pagamentos rela-



livos á ponte da ilha das Cobras, a representação do Brasil na Republica Argentina e ao transporte do material fluctuante (decr. n. 12.512); abre ao Ministerio da Fazenda os especiaes de 38:739\$442, ouro, e 3.529:525\$253, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 12.513); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:507\$656 para pagamento devido aos Drs. Miguel da Silva Pereira e outro, em virtude de sentença (decr. n. 12.514); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1.546:224\$744 para pagamento de percentagens a empregados de alfandegas (decr. n. 12.515); abre ao Ministerio da Fazenda, para cumprimento de sentença, os seguintes: de 22:555\$668, para pagamento a D. Emiliana Guimarães Pindahyba de Mattos; de 11:154\$158 a D. Elisa Carolina Barbosa; de 5:863\$950 a José Gonçalves Ferraz e 1:576\$060 ao capitão de fragata Joaquim de Albuquerque Se-rejo (decr. n. 12.516); abre ao Ministerio da Viação o especial de 16:216\$658 para pagamento de vencimentos a Dona Anna Candida de Brito, agente aposentada do Correio (decr. n. 12.519); abre ao Ministerio da Viação o especial de réis 19:402\$246 para pagamento de fornecimentos á Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 12.524); abre ao Ministerio da Agricultura o de 100:000\$ para pagamento do auxilio á Prefeitura do Districto Federal com a criação de uma escola normal modelo, de instrução profissional e technica (decr. n. 12.528); abre ao Ministerio da Viação o especial de réis 889:259\$943, ouro, para pagamento de despesas da verba 9<sup>a</sup> (decr. n. 12.532); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 97:173\$579 para pagamento a Marcellino José da Costa, em virtude de sentença (decr. n. 12.534); abre ao Ministerio da Guerra o de 49:253\$333 para pagamento de gratificações aos professores dos collegios militares do Rio de Janeiro e de Porto Alegre (decr. n. 12.575); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 7:072\$ para pagamento de vencimentos ao mestre e ao operario de 1<sup>a</sup> classe da Fabrica de Polvora sem Fumaça, Joviano Octaviano de Araujo e João Medeiros (decr. numero 12.576); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 339:648\$098 para pagamento a addidos (decr. n. 12.578); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.000:000\$, complementar á verba 29<sup>a</sup> (decr. n. 12.579); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 1.800:000\$ para conclusão de obras contra a secça (decr. n. 12.589); abre ao Ministerio da Viação o especial de 110:000\$ para despesas com a Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá (decr. n. 12.594); abre ao Ministerio da Viação os de 250:000\$ e 200:000\$ para elevar sub-consi-gnações da verba 2<sup>a</sup> (decr. n. 12.595); abre ao Ministerio da Viação o suplementar de 10.458:863\$172 á verba 6<sup>a</sup> (decr. n. 12.596); abre ao Ministerio da Viação o suplementar de 12.000:000\$ para aquisição de carvão e outros combustiveis (decr. n. 12.597); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:500\$ para pagamento de vencimentos ao professor em disponibilidade da Escola Nacional de Bellas Artes, Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello (decr. n. 12.600); abre ao Ministerio da Viação o de 625\$ para pagamento de gratificação ao telegraphista de 2<sup>a</sup> classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Francisco Socrates de Sá (decr. n. 12.601); abre ao Ministerio da Fazenda os especiaes de 3:178\$844, ouro, e 5:903\$664, papel, para restituição á Escola de Enge-



nharia de Bello Horizonte de direitos de material para ensino profissional (decr. n. 12.605); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 24:537\$495 para pagamento a D. Alice de Andrade Pinto do Rego Monteiro, em virtude de sentença (decr. n. 12.607); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 18:466\$424 para pagamento a D. Maria Thomé Cardoso de Castro e filhos (decr. n. 12.613); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 14:000\$ para pagamento de differença de pensão de montepio a D. Helena de Lima Santos Moreira, em virtude de sentença (decr. n. 12.614); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 236:650\$ para pagamento a D. Martha Berdoensgue (decr. n. 12.615); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 59:601\$800 para pagamento de salários a operarios da Imprensa Nacional (decr. n. 12.616); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:380\$628 para pagamento a D. Maria das Doras Lins da Cunha Menezes, em virtude de sentença (decr. n. 12.617); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 36:408\$864 para pagamento de differenças de montepio a D. Christina Leite de Toledo Piza e outras, em virtude de sentença (decr. n. 12.618); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 4:688\$104 para pagamento, em virtude de sentença, a D. Maria Ignez Salazar (decr. n. 12.619); abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 323\$700 para pagamento a Francisco Alves Rollo, em virtude de sentença (decr. n. 12.620); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 32:584\$184 para pagamento a D. Emiliana Cobra Olyntho e filhas, em virtude de sentença (decr. n. 12.621); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 37:799\$912 para pagamento de despesas de identificação para o alistamento eleitoral (decr. n. 12.622); abre ao Ministerio da Viação o especial de 6:500\$ para pagamento a Marcolino José Bessa (decr. n. 12.625); abre ao Ministerio da Viação o especial de 50:000\$ para pagamento de subvenção pelo serviço de navegação do baixo S. Francisco (decr. n. 12.626); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 8:585\$500 para pagamento ao Dr. José Lopes Pereira de Carvalho, em virtude de sentença (decr. n. 12.627); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 50:000\$ para trabalhos preliminares de organização e execução do serviço geographico militar (decr. n. 12.631); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:054\$300 para indemnização a Francisco de Mello França, em virtude de sentença (decr. n. 12.632); abre ao Ministerio da Fazenda os especiaes de 194:573\$703, ouro, 871:111\$111, ouro, e ..... 2.165\$746\$009, ouro, para legalizar despesas feitas em Londres (decr. n. 12.633); abre ao Ministerio da Fazenda o de 150:000\$, ouro, complementar á verba 29<sup>a</sup> (decr. n. 12.634); abre ao Ministerio da Viação o especial de £ 7.187-7-2, ou o equivalente em papel moeda, para pagamento a Sampaio Corrêa & Comp. (decr. n. 12.639); abre ao Ministerio da Viação o complementar de 150:000\$ para despesas com a conservação de linhas telegraphicas e estrategicas, de Matto Grosso ao Amazonas (decr. n. 12.640); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 22:539\$733 para pagamento ao Dr. Edmundo de Lacerda, em virtude de sentença (decr. n. 12.641); abre ao Ministerio da Fazenda o de 500:000\$, complementar á verba 29<sup>a</sup> (decr. n. 12.645); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 5.000:000\$ para a construção de linhas ferreas

no Paraná e em Santa Catharina (decr. n. 12.646); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 883000\$, sendo réis 195:3000\$ á verba — Subsídio dos senadores, — 657:200\$ á verba — Subsídio dos deputados — 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 12.648); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:573\$333 para pagamentos de vencimentos ao inspector de saude do porto do Rio de Janeiro, Dr. João Lopes Machado (decr. n. 12.649); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:511\$732 para restituição ao depositario publico, aposentado, Joaquim Silverio de Azevedo Pimentel, de renda recolhida em duplicata (decr. n. 12.654); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 124:778\$400 para pagamento de gratificações additionaes a diversos funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 12.657); abre ao Ministerio da Justiça o de 18:600\$, suplementar á verba 8ª (decr. n. 12.658); abre ao Ministerio das Relações Exteriores os especiaes de 15:000\$ papel, e 90:000\$, ouro, para pagamento a funcionarios em disponibilidade e de réis 180:000\$, ouro, suplementar á verba 11ª (decr. n. 12.661); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 500:000\$ para pagamento de despesas provenientes de eleições federaes (decr. n. 12.665); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2.103:324\$285 para legalizar despesas por conta da verba 18ª (decr. n. 12.671); abre ao Ministerio da Vição o de 499:683\$863, suplementar á verba 15ª (decr. n. 12.674); abre ao Ministerio da Vição os especiaes de 521:330\$555, ouro e 49:249\$315, ouro, para pagamento ás companhias Estradas de Ferro S. Paulo Rio Grande e Victoria a Diamantina (decr. n. 12.675); abre ao Ministerio da Marinha o de réis 300:000\$ para aquisição de material (decr. n. 12.677); abre ao Ministerio da Marinha o de 410:413\$152 para despesas da verba — Material de construção naval (decr. n. 12.678); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 12:000\$ para pagamento de vencimentos ao director de secção, addido, da Secretaria da Marinha, Manoel Sylvio Pereira Baptista (decr. n. 12.680); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 883:000\$, sendo 195:300\$ á verba — Subsídio dos senadores, — 657:200\$ á verba — Subsídio dos deputados, — 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decreto n. 12.685); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 9:911\$770 para pagamento a D. Maria Lybia de Almeida Motta e seus fillos, em virtude de sentença (decr. n. 12.693); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 45:100\$ para pagamento a M. Cavassa Filho & Comp. (decr. n. 12.694); abre ao Ministerio da Fazenda varios creditos especiaes para pagamentos em virtude de sentença (decr. n. 12.695); abre ao Ministerio da Justiça o de 10:000\$, suplementar á verba 29ª (decr. n. 12.696); abre ao Ministerio da Vição o suplementar de 100:000\$ para despesas com a Rêde de Vição Cearense (decr. n. 12.697); abre ao Ministerio da Vição o especial de £ 18.030-6-10 para pagamento á «American Bank Note Company» (decr. n. 12.698); abre ao Ministerio da Fazenda dous creditos supplementares, sendo um de ..... 1.621:413\$858 á verba 36ª e outro de 10:000\$, ouro, para aquisição de notas de 1\$ e 2\$ (decr. n. 12.703); abre ao Mi-

nisterio da Viacão o de 1.000:000\$ para complemento dos serviços de telegraphia, radiotelegraphia e telephonia (decr. n. 12.704); abre ao Ministerio da Viacão o supplementar de 12.000:000\$ para aquisição de carvão e outros combustiveis (decr. n. 12.705); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 29:916\$674 para pagamento de despesas com a expedição de carteiras eleitoraes (decr. n. 12.712); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 276:000\$ para despesas com a organização e impressão dos trabalhos referentes á elaboração do Código Civil (decr. n. 12.713); abre ao Ministerio da Viacão o especial de 16:288\$225 para legalizar a escripturação do encontro de contas com o Estado do Rio Grande do Sul (decr. n. 12.714); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 855:500\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsidio dos senadores — 636:000\$ á verba — Subsidio dos deputados. — 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 12.717); abre ao Ministerio da Fazenda o de 83:550\$, supplementar á verba 29ª (decr. n. 12.720); abre ao Ministerio da Justiça os especiaes de 36:000\$, e 14:018\$339 para despesas com a publicação da jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal e para pagamento do serviço telephonico (decr. n. 12.721); abre ao Ministerio da Justiça o de 37:596\$186, supplementar á verba 8ª (decr. n. 12.722); abre ao Ministerio das Relações Exteriores os supplementares de 60:000\$, papel, e de 200:000\$, ouro, a diversas verbas (decr. n. 12.724); abre ao Ministerio da Viacão o de 500:000\$ para o serviço de vigilancia de estradas, pontes, viaductos, tunneis, linhas telegraphicas, etc. (decr. n. 12.731); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.210:000\$ supplementar á verba 5ª (decr. n. 12.736); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 427:000\$ para restituição ao Estado do Ceará de direitos pagos pela importação de material para a rede de esgotos e abastecimentos de agua (decr. n. 12.741); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 191:989\$440 para pagamento de differença de soldos, gratificações e etapas a officiaes do Exército, em virtude de sentença (decr. n. 12.745); abre ao Ministerio da Viacão o de 3.000:000\$ para a reparação do material rodante e aquisição de sobressalentes para a Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 12.747); abre ao Ministerio da Viacão o de 200:000\$ para montagem de uma estação radiotelegraphica em Boa Vista do Rio Branco (decr. n. 12.748); abre ao Ministerio da Viacão o de 500:000\$, supplementar á verba 2ª (decr. numero 12.749); abre ao Ministerio da Viacão os, em ouro, de réis 739:281\$222, 5:046\$509 e 5:383\$592, supplementares a consignações da verba 9ª (decr. n. 12.750); abre ao Ministerio da Viacão o extraordinario de 978:903\$677 para a conclusão das obras da Estrada de Ferro de Cruz Alta ao Ijuhy (decr. n. 12.751); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 17:046\$666 para pagamento de differença de vencimentos a funcionarios da Directoria do Expediente (decr. numero 12.753); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 8:724\$410 para pagamento a D. Julieta Fortuna Bevilacqua (decr. n. 12.757); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 800:500\$, sendo 176:400\$ á verba — Subsidio dos senadores. — 593:600\$ á verba — Subsidio dos deputados. — 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado. — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos deputados (decr. n. 12.760); abre



ao Ministerio da Vição o de 150:000\$ para despesas com a censura postal e telegraphica (decr. 12.764); abre ao Ministerio da Vição o de 2.500:000\$, em apolices, para encampação da Estrada de Ferro Centro -Oeste da Bahia (decr. numero 12.765); abre ao Ministerio da Guerra o de..... 3.111:715\$831, suplementar o diversas verbas (decr. numero 12.769); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 48:482\$516 para pagamento a D. Herminia da Costa Regua e outros, em virtude de sentença (decr. n. 12.772); abre ao Ministerio Fazenda o especial de 32:698\$782 para pagamento a D. Narcisa de Andrade de Miranda Ribeiro e outras, em virtude de sentença (decr. n. 12.773); abre ao Ministerio da Agricultura o de 246:128\$378 para pagamento a funcionarios addidos (decr. n. 12.776); abre ao Ministerio da Justiça o de 726:916\$139, suplementar á verba 15° (decr. numero 12.777); abre ao Ministerio da Justiça o de 735:801\$969, suplementar a diversas verbas (decr. n. 12.778); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:415\$819 para pagamento de vencimento e gratificações additionaes a funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 12.779); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:400\$ para pagamento de gratificação adicional ao chefe da redacção de debates da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. 12.780); abre ao Ministerio da Justiça os especiaes de 200:000\$ e 50:000\$ para pagamento de premios aos Drs. Oswaldo Gonçalves Cruz e Carlos Chagas (decr. n. 12.781); abre ao Ministerio da Vição o de 28:800\$ para pagamento de gratificação regional a agentes embarcados da Administração dos Correios do Amazonas (decr. n. 12.782); abre ao Ministerio da Vição o suplementar de 715:000\$ para despesas da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá (decr. n. 12.783); abre ao Ministerio da Vição o de 1.400:000\$ para pagamento de contas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 12.788); abre ao Ministerio da Marinha o de 21:911\$096 para pagamento á viuva do capitão de mar e guerra Miguel Ribeiro Lisboa (decr. numero 12.789); abre ao Ministerio da Marinha o de..... 2.481:794\$755, suplementar a diversas verbas (decr. numero 12.791); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 28:509\$590 para pagamento ao Dr. Antonio Joaquim da Silva Rosado, em virtude de sentença (decr. n. 12.792); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:171\$733 para pagamento ao escrivão da 6ª Vara Civil, João de Souza Pinto Junior (decr. n. 12.793); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 349:482\$800 para conclusão das obras do Instituto Oswaldo Cruz e installação de um hospital para o tratamento de molestias tropicaes (decr. n. 12.796); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2.120:000\$, suplementar á verba — Exercícios findos (decr. n. 12.797); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 136:927\$651 para pagamento de differenças de vencimentos a varios docentes militares (decr. n. 12.798); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 1:875\$ para pagamento de gratificação adicional a Alfredo Mathias, almoxarife do Hospital Central do Exercito (decr. n. 12.799); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 50:719\$700 para pagamento de vencimentos ao secretario do extincto Arsenal de Guerra do Pará, João Vicente da Silva Ferreira (decr. numero 12.802); abre ao Ministerio da Vição os necessarios



para a satisfação de compromisso da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1915 e 1916 (decr. n. 12.808); abre ao Ministerio da Viação o especial de 146:392\$434 para pagamento ao ex-tarefaíro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Leopoldo da Cunha Filho (decr. n. 12.809); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 82:262\$370 para pagamento a Pedro Virginio Orlandini, em virtude de sentença (decr. n. 12.813); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 20:269\$173 para pagamento a D. Elvira Dodworth de Souza, em virtude de sentença (decr. n. 12.814); abre ao Ministerio da Fazenda os especiaes de 81:821\$696, ouro, e 1.879:199\$099, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 12.815); abre ao Ministerio da Fazenda o de 17:960\$, complementar á verba 7ª (decr. n. 12.816); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2.671:655\$166, complementar á verba 20ª (decr. numero 12.817); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 1.281:025\$399 para pagamento a John Crashley, em virtude de sentença (decr. n. 12.818); abre ao Ministerio da Fazenda o de 23:998\$921 para pagamento a D. Elvira Accioly Pereira Franco Rehelle, em virtude de sentença (decr. n. 12.820); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 20:797\$ 425 para pagamento a D. Julieta Emilia Borlido, em virtude de sentença (decr. n. 12.821); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 38:075\$558 para pagamento aos herdeiros do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, conselheiro Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, em virtude de sentença (decr. n. 12.822); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 117:525\$344, ouro, e 228:786\$403, papel, para restituição á "Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company" (decr. n. 12.823); abre ao Ministerio da Fazenda o de 160:000\$ complementar á verba 21ª (decr. n. 12.824); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:057\$900, complementar á verba 11ª (decr. n. 12.825); abre ao Ministerio da Justiça o de 8:400\$, ouro, para pagamento de premios de viagem a bachareis (decr. n. 12.826); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:099\$200 para pagamento a funcionarios da Camara dos Deputados (decr. n. 12.827); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 6:906\$ para pagamento de gratificações addicionaes a tachigraphos da Camara dos Deputados (decr. n. 12.828); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:040\$ para pagamento de gratificação addicional a um official da Camara dos Deputados (decr. n. 12.829); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:200\$ para pagamento de gratificação addicional a um redactor dos *Anuaes* da Camara dos Deputados (decreto n. 12.830); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:271\$ para pagamento de differenças de gratificação addicional a um sub-director e a um porteiro da Camara dos Deputados decr. numero 12.831); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:690\$861 para pagamento ao capitão de corveta Dr. Luiz de França Marques de Faria (decr. n. 12.832); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 8:400\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao bacharel Henrique Smith Bayma e outro (decr. n. 12.833); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 1:795\$955 para pagamento de gratificação addicional a Marcellino Placentini (decr. n. 12.838); abre ao Ministerio da Viação o de 3:500\$ para pagamento de diarias aos domingos e feriados ao pessoal jornalheiro da Estrada de

Ferro Central do Brasil (decr. n. 12.844); abre ao Ministerio da Viação o de 556:000\$ para reparo de material rodante e aquisição de sobressalentes em proveito da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 12.851); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:933\$752 para pagar a Pedro Antonio Fagundes differença de vencimentos (decr. n. 12.858); abre ao Ministerio da Viação o de 150:000\$ para conclusão e assentamento de linhas telegraphicas no Estado do Piauhý (decr. n. 12.865); abre ao Ministerio da Fazenda os de réis 320:000\$, papel e 160:000\$, ouro, supplementares á verba 28ª (decr. n. 12.867); abre ao Ministerio da Fazenda o de 148:657\$, supplementar á verba 36ª (decr. n. 12.868); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 6:750\$ para indemnização de despesas feitas pelo ex-escrivão Francisco Moreira com o aluguel de seu cartorio (decr. n. 12.871); abre ao Ministerio da Viação o de 500:000\$ para despesas com a construcção da ponte sobre o rio S. Francisco em Pirapora (decr. n. 12.872); abre ao Ministerio da Viação o de 30:000\$ para os estudos do porto de Timbahu (decr. n. 12.874); abre ao Ministerio da Viação o de 150:000\$ para despesas com a medição final das obras da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré (decr. n. 12.885); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 309:920\$ para despesas com a demarcação da linha divisoria dos Estados do Paraná e de Santa Catharina (decr. n. 12.891); abre ao Ministerio da Guerra o de 200:000\$ para auxiliar o governo do Paraná, na construcção da estrada estrategica á foz do Iguassú (decr. n. 12.895); abre ao Ministerio da Guerra o de 12:903\$ para pagamento do primeiro tenente pharmaceutico do Corpo de Bombeiros, Victorino Domingues Alves Maia Junior (decr. n. 12.914 A); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 7:700\$ para pagamento ao Dr. Astolpho Margarido da Silva (decr. n. 12.915); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 80:000\$ para aquisição da igreja de Ipanema (decr. numero 12.924); abre ao Ministerio da Agricultura o de 1:000\$ para pagamento de subvenções (decr. n. 12.926); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 5:000\$ destinado á conclusão da linha da Estrada de Ferro Oeste de Minas até Angra dos Reis (decr. n. 12.928); abre ao Ministerio da Viação o de 4.000:000\$ para despesas das obras do trecho de Buenopolis e Bocayuva, no ramal de Montes Claros, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 12.929); abre ao Ministerio da Viação o de 2.400:000\$ para despesas com a construcção dos 25 primeiros kilometros do prolongamento do ramal de Marianna a Ponte Nova, na Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 12.931); abre ao Ministerio da Viação o de 5.400:000\$ para pagamento da primeira prestação contractual devida á «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul» (decr. n. 12.932); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 700:000\$ para auxiliar a Santa Casa de Misericórdia (decr. n. 12.934); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 50:000\$ para auxiliar a installação de um laboratorio de vaccinas e soros no Instituto Borges de Medeiros (decr. n. 12.935); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem á alumna do Instituto Nacional de Musica, Beatrice Ten-Brink

Scherrard (decr. n. 12.936); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 441:940\$470 para pagamento da gratificação de 30 % incorporada aos vencimentos dos auxiliares de escripta da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 12.938); abre o de 30:000\$ para augmentar a consignação 4<sup>a</sup> da rubrica 14<sup>a</sup> (decr. n. 12.939); abre ao Ministerio da Viação o de 200:000\$ para despesas com o serviço de telegraphia, radio-telegraphia e telephonia (decr. n. 12.940); abre ao Ministerio da Viação o de 36:067\$016 para pagamento a funcionarios da Inspeccão de Esgotos da Capital Federal (decr. n. 12.941); abre ao Ministerio da Viação o de 1.000:000\$ para a construcção de uma ponte sobre o rio Iguassú em União da Victoria (decr. n. 12.942); abre ao Ministerio da Guerra o especial de réis 100:000\$ para pagamento de despesas com o serviço geographico militar (decr. n. 12.945); abre ao Ministerio da Agricultura o de 6:492\$887 para pagamento de vencimentos a Honorio Bastos de Carvalho (decr. n. 12.946); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:560\$ para restituição a Dona Clotilde da Silva Paranhos (decr. n. 12.947); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:560\$ para restituição a D. Amelia Werther do Rio Branco (decr. n. 12.949); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 7:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto dos Advogados (decr. n. 12.950); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:625\$ para pagamento dos vencimentos do escrivão do 1<sup>o</sup> Posto Fiscal do Alto Acre, Nicomedes de Araujo Lins, relativos ao corrente exercicio (decr. n. 12.954); abre ao Ministerio da Guerra o de 349:031\$146, supplementar á rubrica 4<sup>a</sup> (decr. n. 12.955); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:000\$ para pagamento de subvenção á Associação Brasileira de Imprensa (decr. n. 12.959); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 14.400\$ para pagamento de gratificações a Felipe Nery da Silva (decr. n. 12.967); abre o de 14:100\$, ouro, para pagamento a funcionarios da Delegacia do Thesouro em Londres (decr. n. 12.968); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 385:250\$ para pagamento de vencimentos do Corpo Diplomatico e Consular (decr. n. 12.969); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 600:000\$ para conclusão de obras contra as seccas (decr. n. 12.972); abre ao Ministerio da Marinha o de 50:000\$ para construcção de um pavilhão hydro-electrotherapico no Sanatorio de Nova Friburgo (decr. n. 12.975); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.000:000\$, supplementar á verba 29<sup>a</sup> (decr. n. 12.976); abre ao Ministerio da Agricultura o de 50:000\$ para auxiliar a construcção de uma estrada de automoveis entre Macahyba e Seridó (decr. n. 12.980); abre ao Ministerio da Viação o especial de réis 10.000:000\$ para a construcção de linhas ferreas nos Estados do Paraná e Santa Catharina (decr. n. 12.985); abre ao Ministerio da Viação o de 8.950:000\$ para despesas com a construcção da rêde de viação ferrea da Bahia (decr. n. 12.986); abre ao Ministerio da Viação o de 10:740\$200 para conclusão do prolongamento da bifola larga, para Bello Horizonte, na Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 12.987); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 346:000\$ para pagamento de despesas com o serviço de prophylaxia rural no Districto Federal (decr. n. 13.002); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:625\$ para pagamento de vencimentos ao escrivão addido do extincto 3<sup>o</sup> Posto Fiscal do Acre, Jorge



Waldemar Rodrigues (decr. n. 13.006); abre ao Ministerio da Justiça, o especial de 44:881\$500 para pagamento de despesas com a expedição de carteiras eleitoraes (decr. numero 13.013); abre ao Ministerio da Viação o de 600:000\$, como reforço ao de 1.000:000\$ aberto pelo decreto n. 12.704, de 1917 (decr. n. 13.020); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 435:179\$653 para pagamento de soldo vitalicio a voluntarios da patria (decr. n. 13.022); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o suplementar de 81:000\$ á verba 1<sup>a</sup> (decr. n. 13.024); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 10:898\$210 para pagamento de despesas com a elevação de vencimentos dos empregados do Gabinete Photographico do Estado-Maior (decr. n. 13.025); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Lyceu Salesiano da Bahia (decr. n. 13.027); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o suplementar de réis 475:157\$224, ouro, a diversas verbas (decr. n. 13.029); abre ao Ministerio da Guerra o de 72:880\$866, suplementar á verba 6<sup>a</sup> (decr. n. 13.030); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento á viuva de Farias Brito pela aquisição de sua bibliotheca (decr. n. 13.041); abre ao Ministerio da Viação o de 8.253:631\$754 para despesa com a construcção da Estrada de Ferro de Piquete a Itajubá (decr. n. 13.042); abre ao Ministerio da Viação o de 3.600:000\$ para pagamento da segunda prestação contractual á "Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul" (decr. numero 13.044); abre ao Ministerio da Viação o de 200:000\$ para despesas com a Estrada de Ferro de Santa Catharina (decr. n. 13.046); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 13:250\$ para pagamento ao escrivão do extinto 3<sup>o</sup> Posto Fiscal do Acre, Jorge Waldemar Rodrigues dos Santos (decr. n. 13.060); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 19:875\$ para pagamento de vencimentos ao escrivão do extinto 2<sup>o</sup> Posto Fiscal do Acre, Hermelindo Ferreira Lima (decr. n. 13.061); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 10:000\$ para subvenção á Escola Superior de Commercio do Rio de Janeiro (decr. n. 13.065); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 150:000\$ para pagamento de despesas com a organização definitiva dos gabinetes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. n. 13.066); abre ao Ministerio da Fazenda os de 5:552\$040, ouro, e de 8:164\$110, papel, para restituição de direitos á Escola de Engenharia de Bello Horizonte (decr. n. 13.071); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.000:000\$, suplementar á verba 29<sup>a</sup> (decr. n. 13.079); abre ao Ministerio da Viação o de réis 1.070:000\$ para intensificar o trafego da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 13.083); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 13:095\$ para pagamento de vencimentos ao engenheiro Joaquim Ignacio Ribeiro de Lima, da Inspectoria de Obras contra as Seccas (decr. n. 13.085); abre ao Ministerio da Viação o de 270:000\$, destinado á desobstrucção do canal de Macahé a Campos (decr. n. 13.089); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 182:945\$420 para pagamento de differença de vencimentos a quatro auditores de guerra (decr. n. 13.091); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 200:000\$, suplementar á verba 5<sup>a</sup> (decr. n. 13.093); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 2.000:000\$ para organizar o serviço de aviação militar (decr. n. 13.099); abre ao



Ministerio da Fazenda o de 179:259\$500 para pagamento ao almirante graduado Frederico Ferreira de Oliveira de differenças de soldo (decr. n. 13.102); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:669\$515 para pagamento de gratificações addicionaes a varios professores da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 13.106); abre ao Ministerio da Viação o de 250:000\$ para despesas com a conclusão da estrada de rodagem de Campina Grande a Patos (decr. n. 13.108); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:050\$ para pagamento de vencimentos ao escriptão do extinto 1º Posto Fiscal do Acre, Nicomedes de Araujo Lins (decr. n. 13.117); abre ao Ministerio da Viação o de 300:000\$ para reparação do leito dos ramaes do Tinguá e represas da Estrada de Ferro Rio d'Ouro (decr. n. 13.119); abre ao Ministerio da Fazenda o de 400:000\$ para aquisição de quinina (decr. n. 13.122); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 7:385\$ para pagamento de differenças de montepio a Maria Feliciano Cordeiro Galvão, viuva do professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Rodolpho Galvão (decr. n. 13.123); abre ao Ministerio da Agricultura o de 30:000\$ ouro, para despesas com a viagem e manutenção de alumnos que vão se especializar no estrangeiro (decr. n. 13.125); abre ao Ministerio da Viação o de 20:000\$ para os serviços de desobstrucção do rio Mamanguape (decr. n. 13.131); abre ao Ministerio da Viação o de 200.000\$ para intensificação do trafego da Rêde de Viação Ferrea Cearense (decr. n. 13.132); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:000\$ para pagamento de vencimentos ao pessoal de conservação do extinto Lazareto de Tamandaré (decr. n. 13.131), abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 14:896\$774 para pagamento do que é devido a D. Alice Godim Cockrane e sua filha Vera, em virtude de sentença (decr. n. 13.136); abre ao Ministerio da Viação o de 40:000\$, para despesas com a censura nos Telegraphos (decr. n. 13.141); abre ao Ministerio da Viação o de 830:000\$, como reforço de verba destinada ao custeio da Estrada de Ferro Itapura a Corumbá (decr. n. 13.142); abre ao Ministerio da Viação o de 18:394\$751 para pagamento a diversos funcceonarios (decr. n. 13.143); abre ao Ministerio da Viação o especial de 14:195\$ para despesas com o empilhamento e guarda de trilhos e ferro velho (decr. n. 13.144); abre ao Ministerio da Justiça o de 92:000\$ para completar o total necessario ao custeio do serviço de condução de enfermos, alienados e cadaveres (decr. n. 13.146); abre ao Ministerio da Viação o de 6.400:000\$ para intensificar o trafego da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 13.147); abre ao Ministerio da Viação o de 5:862\$296 para pagamento de vencimentos a José Henrique Aderne (decr. n. 13.148); abre ao Ministerio da Viação os especiaes de 260:000\$, ouro, e 1:200\$, papel para occorrer a despesas provenientes de serviços postaes (decr. n. 13.149); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.000:000\$, papel, suplementar á verba — Exercícios findos (decr. n. 13.150); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de £ 4.000-0-0, ou 35:555\$556, ouro, para despesas com a repatriação e socorros de brasileiros na Europa (decr. n. 13.151); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o suplementar de 158:032\$252 ouro, a diversas verbas (decr. n. 13.152); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 7:731\$930 para pagamento de gratificações

addicionaes a professores da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 13.158); abre ao Ministerio da Justiça o de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem á bacharel Catharina Moura, alumna da Faculdade de Direito do Recife (decr. n. 13.160); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 6:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro (decr. n. 13.161); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:543\$316 para pagamento a dous tachigraphos da Camara dos Deputados (decr. n. 13.162); abre ao Ministerio da Viação o de réis 2.100:000\$ para regularização dos serviços da Estrada de Ferro de Baurú á Itapura (decr. n. 13.163); abre ao Ministerio da Viação o de 300:000\$ para despesas com os melhoramentos do serviço telegraphico (decr. n. 13.164); abre ao Ministerio da Viação o de 85:794\$500 para conclusão da construção do ramal de S. Pedro a Jaguarý (decr. n. 13.165); abre ao Ministerio da Agricultura o suplementar de réis 300:000\$ a diversas consignações da verba 3ª (decr. numero 13.169); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 720\$ para pagamento de gratificação adicional a um servente da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 13.174); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 100:498\$548 para auxiliar as despesas com a manutenção de escolas no Paraná (decr. n. 13.175); abre ao Ministerio da Justiça o de réis 100:000\$ para pagamento de metade da despesa com o serviço de prophylaxia rural no Paraná (decr. n. 13.176); abre ao Ministerio da Viação o de 55:072\$158 para liquidação de compromissos da Estrada de Ferro de Cruz Alta ao Ijuhy (decr. n. 13.178); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 510:660\$400 para pagamento de despesas com a comissão que acompanha as operações de guerra na Europa (decr. numero 13.180); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:000\$, ouro, para pagamento de ajuda de custo á alumna, premiada, do Instituto Nacional de Musica, Beatrice ten Brink Sherrard (decr. n. 13.184); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 427:737\$628, ouro, para pagamento á «American Bank Note Company» de fornecimentos de notas (decr. numero 13.185); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:712\$564 para pagamento da differença de vencimentos ao fiel de armazem, extinto, da Alfandega do Pará, Hugolino Augusto de Castro Leal (decr. n. 13.188); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 883:000\$ a diversas verbas (decr. n. 13.199); abre ao Ministerio da Viação o de 300:000\$ para combustivel, no intuito de intensificar o trafego da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 13.201); abre ao Ministerio da Viação o de 10:000\$:000\$ para attender á insufficiencia da verba — Combustivel, — da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 13.203); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 40:455\$140, papel, para despesas com a viagem do ex-ministro da Allemanha até á fronteira do Uruguay (decr. n. 13.207); abre ao Ministerio da Marinha o de 549:570\$638 para despesas da verba 19ª (decr. n. 13.208); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 18:492\$419 para pagamento de vencimentos ao encarregado do extinto 4º Posto Fiscal do Alto-Juruá, Godofredo Cavalcanti da Cunha Vasconcellos (decr. n. 13.212); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 10:000\$ papel, para modificação da inscripção das moedas divisióarias de prata e nickel e cunhagem de novas moedas

(decr. n. 13.214); abre ao Ministerio da Viacão o de 500:000\$ para despesas com as obras da Estrada de Ferro S. Luiz a Caixias (decr. n. 13.215); abre ao Ministerio da Marinha o de 89:627\$462 para despesas com a verba 21<sup>a</sup> (decr. n. 13.218); abre ao Ministerio da Agricultura o de 18:500\$, ouro, para despesas com alumnos que vão se especializar, nos termos do decreto n. 13.028, de 1918 (decr. n. 13.221); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 4:041\$558 para pagamento de pensões a D. Eugenia Leonor de Vilhena Fernandes (decr. n. 13.225); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 50:000\$ para despesa com a Segunda Conferencia da Sociedade Sul-Americana de Hygiene, Microbiologia e Pathologia e o Primeiro Congresso de Dermatologia e Syphiligraphia (decr. n. 13.226); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 28:488\$971 para pagamento a D. Maria Isabel Cintra Tigre, em virtude de sentença (decr. n. 13.230); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 13:541\$765 para pagamento a D. Marcellina Lopes Chaves de Mello e outros (decr. numero 13.231); abre ao Ministerio da Fazenda o de 300:000\$, ouro, e 1.000:000\$, papel, suplementar á verba 28<sup>a</sup> (decr. numero 13.232); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 15:866\$705 para pagamento de despesas com a expedição de carteiras eleitoraes (decr. n. 13.236); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 60:566\$713 para pagamento de quotas de alimentação a funcionarios da Escola Premunitoria Quinze de Novembro (decr. n. 13.237); abre ao Ministerio da Justiça os especiaes de 643:403\$677 e 130:235\$335 para pagamento de diferenças de diarias, gratificações e etapas a remadores, foguistas, patrões e machinistas das embarcações da Saude Publica (decr. n. 13.238); abre ao Ministerio da Justiça o de 1:200\$, suplementar á verba 8<sup>a</sup> (decr. numero 13.239); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1:500\$ para despesas com soccorros publicos (decr. numero 13.251); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 883:000\$ a diversas verbas (decr. n. 13.252); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 151:000\$ para pagamento de despesas com o serviço de prophylaxia rural no Estado de Minas Geraes (decr. n. 13.253); abre ao Ministerio da Fazenda o de 120:297\$078 para despesas decorrentes do decreto n. 13.247, de 1918 (decr. n. 13.254); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 120:000\$ para vencimentos e gratificações addicionaes ao professor cathedratico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Hilario Soares de Gouvêa (decr. n. 13.258); abre ao Ministerio da Agricultura o de 56:800\$ para pagamento de subvenção á Empresa Auto-Viacão Angusturense (decr. n. 13.259); declara sem effeito o decreto n. 12.926, de 1918 (decr. n. 13.260); abre ao Ministerio da Justiça o de 8:400\$, ouro, para pagamento de premios de viagem ao Dr. Joaquim Nicolau Filho e ao bacharel Olavo de Oliveira (decr. n. 13.263); abre ao Ministerio da Justiça os de 103:678\$250 e 29:127\$, supplementares a diversas verbas (decr. n. 13.264); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:902\$130 para pagamento de diferenças de gratificações addicionaes a diversos funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 13.265); abre ao Ministerio da Viacão o especial de 1:859\$700 para pagamento a Trajano de Medeiros & Comp. (decr. n. 13.269); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 28:920\$ para pagamento



de vencimentos do pessoal do corpo de praticos dos rios da Prata, Baixo-Paraná e Paraguay (decr. n. 13.272); abre ao Ministerio da Agricultura o suplementar de 16:914\$284 para pagamento a dous lentes do Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria (decr. n. 13.273); rectifica o decreto n. 13.254, de 1918 (decr. n. 13.278); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 56:172\$420 para pagamento á viuva e aos herdeiros de Delphino Erasmo Sadock de Sá, em virtude de sentença (decr. n. 13.281); abre ao Ministerio da Viação o de 1:335\$485 para pagamento de vencimentos ao primeiro official da Directoria Geral dos Correios, Diogenes José de Almeida Pernambuco (decr. n. 13.284); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 855:500\$ a diversas verbas (decr. n. 13.288); abre ao Ministerio da Viação o especial de réis n. 174:680\$319 para pagamento ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira (decr. n. 13.289); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 288:937\$204 para pagamento ao Dr. Valentim Antonio da Rocha Bittencourt, em virtude de sentença (decr. n. 13.290); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 410\$833 para pagamento ao Dr. Joaquim Cardoso de Mello Reis, em virtude de sentença (decr. n. 13.291); abre ao Ministerio da Guerra o suplementar de 16:295\$484 a diversas verbas (decr. n. 13.293); abre ao Ministerio da Justiça os de 15:000\$ e 50:404\$235, supplementares á consignação "Material" (decr. n. 13.296); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3.250:000\$, supplementar á verba 2<sup>a</sup> (decr. n. 13.202); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:030\$ para pagamento de gratificações addicionaes a serventes da Camara dos Deputados (decr. n. 13.303); abre ao Ministerio da Agricultura o de 48:000\$ para pagamento de subvenção pela construção de uma estrada de rodagem (decr. n. 13.305); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 8:214\$192 para pagamento a D. Maria José Donovan Perdigão, de differenças de montepio e meio soldo prescriptas (decr. n. 13.310); abre ao Ministerio da Viação o de 20:000\$ para despesas com as censuras postal e telegraphica (decr. n. 13.314 A); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1.500:000\$ para despesas com as obras necessarias nos edificios de diversas delegacias fiscaes (decr. n. 13.317); abre ao Ministerio da Fazenda o de 200:000\$, supplementar á verba 5<sup>a</sup> (decr. n. 13.320); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 2:400\$ para pagamento do aluguel do casco do vapor *Lucania* (decr. numero 13.323); abre ao Ministerio da Viação o especial de..... 944:434\$296 para pagamento ao tarefeiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio da Costa Lage (decr. n. 13.327); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 7:606\$, cure, para pagamento de ajuda de custo ao consul geral, aposentado, Gervasio Pires Ferreira (decr. n. 13.330); abre ao Ministerio da Fazenda o de 29:866\$774 para despesas com a reorganização do Tribunal de Contas (decr. n. 13.331); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:943\$331 para pagamento a Dona Carolina de Mello, em virtude de sentença (decr. n. 13.332); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:598\$364 para pagamento a DD. Cecilia e Maria Espinola em virtude de sentença (decr. n. 13.333); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:149\$ para indemnização a Albino Ferreira Coelho Pereira e Sabrosa & Comp. (decr. n. 13.334); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 416:065\$058 para distri-



bução de remanescentes de loterias (decr. n. 13.335); abre ao Ministerio da Fazenda o de 800:000\$ para, complementar a verba 5ª (decr. n. 13.336); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 62:051\$648 para pagamento a L. Cavalcanti de Albuquerque, em virtude de sentença (decr. n. 13.337); abre ao Ministerio da Guerra o de 2:503\$225 para pagamento de ordenados ao secretario aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Leocadio Baptista Teixeira (decr. n. 13.338); abre ao Ministerio da Viacão o de 596:121\$583 para despesas com a construcção da Estrada de Ferro de São Luiz a Caxias (decr. n. 13.342); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 500:000\$ para as despesas resultantes das negociações da paz com a Allemanha (decr. n. 13.345); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 8:763\$574 para pagamento a Adalberto Augusto da Motta Andrade de importancia entregue ao Cofre de Depositos (decr. n. 13.347); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 17:389\$643 para pagamento a D. Isabel de Figueiredo da Gama e Souza, em virtude de sentença (decr. n. 13.348); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:585\$783 para pagamento á companhia de seguros "L'Union", em virtude de sentença (decr. n. 13.349); abre ao Ministerio da Fazenda os especiaes de 20:833\$283 e 18:245\$060 para pagamento a Dona Maria Sidemila Teixeira de Souza Mendes e outras e Dona Rito Rosa da Costa Rodrigues e outras em virtude de sentença (decr. n. 13.350); abre ao Ministerio da Guerra os supplementares na importancia de 64:750\$ para pagamento a docentes da Escola Militar e ao auditor de guerra, bacharel Jacintho Fernandes Barbosa (decr. n. 13.351); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 1:560\$ para pagamento de gratificações addicionaes a Manoel Ignacio da Silva Teixeira e outro, officiaes do Hospital Central do Exercito (decr. numero 13.353); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 800:500\$ a diversas verbas (decr. n. 13.355); abre ao Ministerio da Viacão o de 415:000\$ para despesas da Estrada de Ferro Baurm-Porto Esperança (decr. n. 13.356); abre ao Ministerio da Viacão o especial de 12:000\$ para despesas com a reparação da lancha *Alpha* (decr. n. 13.357); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 14:800\$ para pagamento a D. Maria Emilia Coelho de Freitas Henriques, em virtude de sentença (decr. n. 13.363); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:715\$475 para pagamento a D. Emilia Clemente Campbell e outras, em virtude de sentença (decr. n. 13.364); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 15:594\$639 para pagamento a D. Adelaide Alves da Silveira e outros, em virtude de sentença (decr. n. 13.365); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 8:753\$198 para pagamento a Eduardo Duarte da Silva Junior, em virtude de sentença (decr. numero 13.366); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:092\$708 para pagamento ao terceiro escripturario do Theatro Nacional, Pedro Rodrigues de Carvalho (decr. numero 13.367); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 7:670\$960 para pagamento a D. Maria Amalia de Freitas Dias Lima, em virtude de sentença (decr. n. 13.368); abre ao Ministerio da Agricultura os de 225:000\$ e 75:000\$ para pagamento a Alberto F. Vasques e a Freire Aguirre & Barbieri de premios como plantadores de trigo (decr. n. 13.369); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 67:300\$

á verba 23<sup>a</sup> (decr. n. 13.370); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:800\$ para pagamento do auxilio para aluguel de casa ao Dr. Plinio Olyntho (decr. n. 13.371); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1:440\$ para pagamento de differença de addiconaes aos redactores de debates Nestor Ascoly e Sertorio de Castro (decr. n. 13.372); abre ao Ministerio da Justiça o de 86:960\$, suplementar á verba 6<sup>a</sup> (decr. n. 13.373); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 149:160\$ para pagamento de augmento de vencimentos a funcionarios da Camara dos Deputados e outras despesas (decr. n. 13.374); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 309:950 para pagamento de gratificação adicional a um amanuense da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 13.375); bre o Ministerio da Justiça o de 487\$500, suplementar á verba 8<sup>a</sup> (decr. n. 13.376); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:829\$237 para pagamento de vencimentos ao conferente da Alfandega do Rio de Janeiro, Horacio Seabra (decr. n. 13.377); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 14:262\$431 para pagamento do que é devido, ao Dr. Gregorio Naziazeno de Mello e Cunha, em virtude de sentença (decr. n. 13.378); abre ao Ministerio da Fazenda o de 243:000\$, suplementar á verba 8<sup>a</sup> (decr. n. 13.379); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:051\$793 para pagamento ao capitão-tenente Armando de Figueiredo, em virtude de sentença (decr. n. 13.380); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 80:150\$ para pagamento de premio pela construcção do navio *Presidente Ven-ceslau* (decr. n. 13.381); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 106\$920 para pagamento de gratificação adicional ao continuo da Camara dos Deputados, Manoel Gonçalves dos Santos (decr. n. 13.382); abre ao Ministerio da Justiça o de 2.487:101\$258, suplementar a diversas consignações de varias verbas (decr. n. 13.383); abre ao Ministerio da Vição o de 10:000\$, suplementar á verba 3<sup>a</sup> (decr. n. 13.384); abre ao Ministerio da Vição o especial de 325:868\$850 para pagamento á "Amaral Sutherland & Company, Limited", (decr. n. 13.385); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 1.200:000\$ para despesas decorrentes da epidemia que assolou o paiz (decr. n. 13.386); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 877\$548 (decr. n. 13.389); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 113:937\$580 para a despesa com a manutenção de escolas no Rio Grande do Sul (decr. n. 13.390); abre ao Ministerio da Fazenda o de 317:595\$220 para pagamento ao Dr. Antonio Angra de Oliveira e outros (decr. n. 13.391); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 68:962\$412, para pagamento a D.<sup>ca</sup> Maria Magdalena Maciel Monteiro e filhos, em virtude de sentença (decr. n. 13.392); abre ao Ministerio da Fazenda o de 80:000\$, suplementar á verba 10<sup>a</sup> (decr. numero 13.393); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 26:687\$087, para pagamento a José Mamede Pessoa Valença, em virtude de sentença (decr. n. 13.394); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 540\$477 para pagamento ao vice-almirante graduado, reformado, Herculano Alfredo de Sampaio, em virtude de sentença (decr. n. 13.395); abre ao Ministerio da Fazenda o de 24:949\$330, suplementar á verba 7<sup>a</sup> (decr. n. 13.396); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 50:000\$ para despesas com a recepção e hospedagem

das comissões scientificas que vierem assistir ao eclipse de 28 de maio de 1919 (decr. n. 13.398; abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 5:000\$ para pagamento de gratificações ao mestre de officina do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Luiz Cassiano Paes de Carvalho (decr. numero 13.400); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 310:600\$ para pagamento de vantagens a docentes de institutos militares de ensino (decr. n. 13.401); abre ao Ministerio da Viação o especial de 8:312\$498 para pagamento de vencimentos ao administrador dos Correios do Estado de Matto Grosso, Francisco Sisenando Peixoto (decr. n. 13.403); abre ao Ministerio da Fazenda o de 780:000\$. ouro, e réis 3.600:000\$, papel, suplementar á verba 29<sup>a</sup> (decr. numero 13.404); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 5:851\$584 para pagamento a D. Gabriella Brandão de Campos e seus filhos, em virtude de sentença (decr. n. 13.405); abre ao Ministerio da Viação o de 4:000\$ para pagamento ao engenheiro civil João José de Andrade Pinto Junior (decr. n. 13.408); abre ao Ministerio da Viação o de 197:723\$980 para a solução de compromissos da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá (decr. n. 13.409); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 14:161\$725 para pagamento a Dona Joanna Perpetua Neves Gonzaga, em virtude de sentença (decr. n. 13.410); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 7:500\$ para custeio das despesas com a comissão especial do Cofre de Orphãos (decr. n. 13.411); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:797\$708 para pagamento a D. Emma Dias da Cruz, em virtude de sentença (decr. n. 13.412); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:629\$032 para pagamento de vencimentos ao escrivão da extincta Mesa de Rendas de Itacoatiara, Lafayette Rodrigues dos Santos (decr. numero 13.413; abre ao Ministerio da Guerra o de 82:190\$326, suplementar á verba 4<sup>a</sup> (decr. n. 13.415); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 2.000:000\$ para organização do serviço de aviação militar (decr. n. 13.417); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1.319:313\$217 para pagamento de despesas resultantes da epidemia (decr. numero 13.422); abre o necessario para despesas com as exequias do conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves (decr. numero 13.423); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 347:400\$ para pagamento de vencimentos a officiaes do quadro Q. F. (decr. n. 13.427); abre ao Ministerio da Agricultura o de 80:000\$ para pagamento de subvenção á Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (decr. n. 13.433); abre ao Ministerio da Agricultura o de 106:000\$ para pagamento de subvenção a Sesostriis Dias Maciel (decr. n. 13.434); abre ao Ministerio da Justiça o de 4:200\$. ouro, para pagamento de premio de viagem ao bacharel Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (decr. n. 13.436); abre ao Ministerio da Viação o de 1.500:000\$ para despesas com a construção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias (decr. n. 13.438); abre ao Ministerio da Viação o de 42:000\$ para despesas resultantes da transferencia do escritorio da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para Baurú (decr. n. 13.439); abre ao Ministerio da Viação o de 300:000\$ para reforçar os concedidos para despesas de combustivel da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 13.440; abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 25:507\$100 para despesas com a censura pos-



tal (decr. n. 13.443); abre ao Ministerio da Viação para despesas com a Estrada de Ferro Santa Catharina (decr. numero 13.444); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 4:000\$, ouro, para pagamento de ajuda de custo ao primeiro secretario de legação Eduardo de Lima Ramos (decr. numero 13.448); abre ao Ministerio da Guerra especiaes para execução de diversos serviços (decr. n. 13.452); abre ao Ministerio da Marinha o de 42:462\$ para pagamento de despesas da verba — Material de construção naval (decr. n. 13.457); abre ao Ministerio da Guerra o de 1.284:362\$682, supplementar ao § 10 — Reformados (decr. n. 13.459); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 175:900\$160 para despesas com a manutenção de escolas em zonas de nucleos coloniaes (decr. n. 13.460); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao bacharel Pedro Sá (decr. n. 13.461); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao engenheiro civil Flavio Torres Ribeiro de Castro (decr. n. 13.464); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 20:000\$ para pagamento de honorarios a dois arbitros (decr. n. 13.466); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:000\$, ouro, para pagamento de ajuda de custo a Mario de Belfor Ramos (decr. n. 13.473); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:000\$, ouro, para pagamento de ajuda de custo a Arminio de Mello Franco (decr. n. 13.474); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 100:000\$, para attender a trabalhos relativos ao serviço geographico militar (decr. n. 13.481); abre ao Ministerio da Viação o de 150:000\$ para auxiliar o Estado de Matto Grosso nos serviços de reorganização de sua carta geographica (decr. n. 13.486); abre ao Ministerio da Agricultura o de 250:000\$ para pagamento de subvenção á Companhia Auto Viação Goyana (decr. numero 13.500); abre ao Ministerio da Guerra o especial de réis 200:000\$ para auxiliar o governo do Paraná na construção de uma estrada estrategica até á foz do Iguassú (decr. n. 13.502); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 73:038\$600 para pagamento de differenças de vencimentos a dois ajudantes de administradores de capatazias e dezeseis fieis de armazem da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. numero 13.507); abre ao Ministerio da Viação o de 702:064\$ para reparação do leito e obras de arte de toda a Estrada de Ferro do Rio d'Ouro (decr. n. 13.513); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 18:469\$354 para pagamento de vencimentos ao escriptão, addido, do extinto 4º Posto Fiscal do Acre, José Guedes Corrêa Gondim (decr. n. 13.516); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 15:739\$920 para pagamento de differença de vencimentos ao fiel de armazem, extinto, da Alfandega do Pará, Narciso Ferreira Borges (decr. n. 13.518); abre ao Ministerio da Guerra o de 69:096\$771, supplementar á verba 1ª (decr. n. 13.519); abre ao Ministerio da Justiça o de 2.000:000\$, supplementar á verba 29ª (decr. n. 13.520); abre ao Ministerio da Agricultura o extraordinario de 300:000\$ para despesas com o Commissariado de Alimentação Publica (decr. n. 13.528); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:000\$, ouro, para pagamento de ajuda de custo supplementar a Reinaldo de Lima e Silva (decr. n. 13.529); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 1:712\$564 para pagamento de differença de nevcimentos ao



fiel de armazem, extincto, da Alfandega do Pará, Raymundo Seabra de Lima (decr. n. 13.531); abre ao Ministério da Viação o extraordinario de 1.200:000\$ para despesas com a restauração do material da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 13.532); abre ao Ministerio da Guerra o de réis 39:884\$644, suplementar á verba 3ª (decr. n. 13.534); abre ao Ministerio da Agricultura o de 547:584\$ para pagamento de subvenção ao governo do Estado do Paraná (decr. numero 13.537); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 2.500:000\$ para despesas com os serviços de obras contra as secas (decr. n. 13.546); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 9:000\$, ouro, para pagamento a D. Alice Alcoforado de ajuda de custo a seu fallecido marido, Alfredo Carlos Alcoforado, ministro plenipotenciário (decr. numero 13.547); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 1:062\$214 para restituição de imposto ao Dr. Vicente Saraiya de Carvalho Neiva (decr. n. 13.548); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 131:592\$390 para pagamento de telegrammas (decr. n. 13.550); abre ao Ministerio da Agricultura o extraordinario de 200:000\$ para despesas com o serviço de estatística geral do paiz (decr. n. 13.552); abre ao Ministerio da Agricultura o de 61:125\$ para pagamento de subvenção ao governo de Minas (decr. 13.553); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 289:982\$750 para despesas com a demarcação de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catharina (decr. n. 13.556); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 29:242\$830 para pagamento de differença de vencimentos ao administrador das capatazias, ajudante e fiéis de armazem da Alfandega da Bahia (decr. numero 13.560); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:000\$, destinada a emprestimo para construcção de casa á viuva do contador da Delegacia Fiscal em Minas, Domingos Fernandes Monteiro (decr. n. 13.561); abre ao Ministerio da Viação o de 50:000\$ para pagamento de subvenção ao Aero-Club Brasileiro (decr. n. 13.563); abre ao Ministerio da Viação o de 50:000\$ para conclusão dos serviços de desobstrucção do canal de Macahé á Campos (decr. n. 13.564); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 50:000\$ para auxiliar a installação de um laboratorio de vacinas e soros no Estado do Maranhão (decr. n. 13.565); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 30:000\$ para despesas com o Sexto Congresso Brasileiro de Geographia (decr. n. 13.572); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para despesas com o serviço de expedição de cãrteiras eleitoraes (decr. numero 13.573); abre ao Ministerio da Viação o especial de 500:000\$ para custeio de obras urgentes no Nordéste (decreto n. 13.577); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 3.000:000\$ para obras no Nordéste (decr. n. 13.578); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 50:000\$ para os trabalhos de experiencia do aparelho-grelhas rotativas Prado Filho (decr. n. 13.579); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 50:000\$ para despesas com a censura postal (decr. n. 13.580); abre ao Ministerio da Viação o de 2.000:000\$ para despesas com os serviços da Estrada de Ferro Noroéste do Brasil (decr. n. 13.581); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 9:769\$514 para pagamento de pensões de meio soldo e montepio a DD. Delphina Hen-

riqueza Valladas Garroxo Ferreira e outra (decr. n. 13.585); abre ao Ministerio da Agricultura o de 45:000\$ para pagamento de premios a Felisberto Coelho pela plantação de trigo (decr. n. 13.588); abre ao Ministerio da Agricultura o de 99:430\$ para pagamento de subvenção á Companhia Mineira Auto Viação Intermunicipal e a Isidoro Doin pela construção de estradas de rodagem (decr. n. 13.590); abre ao Ministerio da Agricultura o de 30:000\$ para pagamento a Avelino Machado Borges de premios pela plantação de trigo (decr. numero 13.591); abre ao Ministerio da Agricultura o de 19:159\$999 para pagamento de vencimentos ao lente cathedratice da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, Dr. Arthur do Prado (decr. n. 13.592); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 206:645\$997 para pagamento de despesas em consequencia da epidemia de gripe (decr. n. 13.593); abre ao Ministerio da Agricultura o de 70:000\$, complementar a sub-consignação «Acquisição de vaccinas, etc.» (decr. n. 13.594); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:106\$666 para pagamento de pensões de montepio a D. Anna Alves da Silva (decr. n. 13.599); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 30:000\$ para auxiliar as despesas com o Primeiro Congresso Brasileiro de Prothese Dentaria (decr. n. 13.604); abre ao Ministerio da Fazenda o de 6:000\$, complementar á verba 8ª (decr. numero 13.605); abre ao Ministerio da Fazenda o de 400:000\$, ouro, e 600:000\$, papel, complementar á verba 28ª (decr. numero 13.606); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.000:000\$, complementar á verba 31ª (decr. n. 13.607); abre ao Ministerio da Viação o de 50:000\$ para execução das medidas constantes do decreto n. 13.515, de 1919 (decr. n. 13.611); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 100:000\$, destinado á realização de operações relativas aos terrenos de propriedade nacional (decr. n. 13.614); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:276\$920 para pagamento de differença de vencimentos ao fiel de armazem, extinto, da Alfandega do Rio Grande, Raul Carlos de Noronha e Silva (decreto n. 13.616); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6.172:654\$431, para pagamento á Companhia Nacional de Navegação Costeira, em virtude do art. 162, § 2º, da lei n. 3.451, de 1918 (decr. n. 13.617); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:712\$508 para pagamento de differenças de vencimentos ao fiel de armazem, extinto, da Alfandega do Pará, José Florencio Nogueira (decr. n. 13.618); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:780\$418 para pagamento de vencimentos a Carlos de Souza Dantas, em virtude de sentença (decr. n. 13.620); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3.114:674\$068 para despesas com a cobrança das rendas federaes (decr. n. 13.621); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 399:911\$880 para pagamento de despesas da verba 14ª (decr. n. 13.622); abre ao Ministerio da Viação o de 500:000\$, para despesas com os serviços de obras contra as secas (decr. n. 13.631); abre ao Ministerio da Agricultura o extraordinario de 1.500:000\$ para empréstimo á Companhia Carbonifera de Urussanga (decr. numero 13.641); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 5.000:000\$ para auxiliar as populações flagelladas de diversas zonas do paiz, assegurar a defesa sanitaria dos portos

é proceder á prophylaxia de molestias reinantes (decr. numero 13.645): abre ao Ministerio da Viação o de 238:645\$200 para pagamento de desapropriações e indemnizações de melhorias em proveito da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 13.646); abre ao Ministerio da Agricultura o de 396:400\$ para subvencionar o serviço de combate á lagarta rosea (decr. n. 13.654); abre ao Ministerio da Justiça o de 490:520\$006, suplementar á verba 34<sup>a</sup> (decr. n. 13.656); abre ao Ministerio da Guerra o de 44:910\$, suplementar á verba 7<sup>a</sup> (decr. n. 13.666); abre ao Ministerio da Viação o de 1.500:000\$ para a construção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias (decr. n. 13.675); abre ao Ministerio da Viação o de 150:000\$ para concluir a ligação da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 13.677); abre ao Ministerio da Viação o de 1.800:000\$, ouro, para pagamento de uma prestação contractual á «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul» (decr. n. 13.678); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 2.000:000\$ para o serviço de electrificação da linha de subúrbios da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 13.685); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 300:000\$ para construção do ramal ferreo de Penido a Lima Duarte, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 13.690); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 135:231\$846 para pagamento de despesas da verba 1<sup>a</sup> (decr. n. 13.692); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 115:340\$ para augmento de despesas com o pagamento de diarias aos operarios das officinas de alfaiates e correios da Intendencia da Guerra (decr. n. 13.695); abre ao Ministerio da Viação o de 3.000:000\$ para pagamento, em apolices, do preço total da encampação da Estrada de Ferro Theresopolis e do resgate da sua reversão (decr. numero 13.699); abre ao Ministerio da Agricultura o de 50:000\$ para auxiliar a construção de uma estrada de automoveis entre Macahyba e Seridó (decr. n. 13.704); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:612\$903 para pagamento de vencimentos á professora de inglez do Instituto Benjamin Constant (decr. n. 13.708); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:119\$338 para pagamento a D. Elysa Carolina Barbosa, em virtude de sentença (decr. n. 13.709); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2.879:179\$579 para despesas com percentagens a collectores e escrivães (decr. numero 13.710); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:800\$ para pagamento de premio pela construção do «cutter» *Batelão n. 1* (decr. n. 13.714); abre ao Ministerio da Viação os especiaes de 2.800:000\$ para despesas com a construção e prolongamento de linhas ferreas nos Estados do Nordeste e de 1.200:000\$ para a aquisição de material fixo e rodante (decr. n. 13.724); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 14:348\$381 para pagamento, repartidamente, a DD. Augusta e Herminia, irmãos do lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. Francisco Justino Gonçalves de Andrade, de differença de vencimentos de jubilação (decr. n. 13.727); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 1.597:866\$331 para pagamento de transporte de tropas, bagagens e outras despesas (decr. n. 13.735); abre ao Ministerio da Justiça o de 114:580\$674, suplementar á verba 15<sup>a</sup> (decr. n. 13.736); abre ao Ministerio da Viação o de 12:000\$



para pagamento de gratificação ao ex-engenheiro residente da Estrada de Ferro Central do Brasil, Benjamin Jacob (decr. n. 13.743); abre ao Ministerio da Justiça o de 10:240\$, complementar á verba 12ª (decr. n. 13.757); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:070\$ para pagamento de diarias ao tenente Julião Caetano de Azevedo (decr. numero 13.758); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 570\$382, ouro, e 855:686\$544, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 13.759); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 42:952\$144 para indemnização á Caixa do Corpo de Bombeiros, de despesas em 1918 (decreto n. 13.761); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 368\$657 para pagamento a empregados da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 13.762); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:538\$383 para pagamento de gratificações additionaes a diversos funcionarios da Secretaria do Senado Federal (decr. n. 13.763); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 14:145\$435 para pagamento de gratificações additionaes a diversos funcionarios da Secretaria do Senado Federal (decr. n. 13.764); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 49:958\$091 para pagamento ao Dr. José Moreira Gomes, em virtude de sentença (decr. n. 13.767); abre ao Ministerio da Agricultura o de 18:400\$ para subvencionar o serviço de combate á lagarta rosea em Sergipe (decr. n. 13.771); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:019\$561 para pagamento a Adelino Fernandes e outros (decr. n. 13.772); abre ao Ministerio da Justiça os de 195:300\$, 657:200\$, 18:000\$ e 12:500\$, supplementares a diversas verbas (decr. n. 13.773); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 60:000\$ para despesas com o serviço de caracterização de parte da fronteira entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay (decr. n. 13.776); abre ao Ministerio da Justiça o de 98:109\$528, complementar á verba 45ª (decr. n. 13.777); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 591:303\$657 para pagamento de vencimentos do pessoal do Collegio Militar do Ceará (decr. n. 13.782); abre ao Ministerio da Fazenda o de 700:000\$, complementar á verba 5ª (decr. n. 13.783); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 484:047\$542, ouro, para legalizar despesas com o pagamento de taxas do imposto de renda relativa aos *scrips do funding loan* de 1914 (decr. n. 13.784); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:708\$587 para pagamento de pensões de montepio a D. Henriqueta Ferreira dos Santos Pereira e outros (decr. n. 13.785); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:243:161\$242 para regularizar despesas com os juros de depositos das caixas economicas e montes de soccorro (decr. n. 13.786); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 21:562\$480 para pagamento a D. Amelia Vieira de Mendonça Uchôa, em virtude de sentença (decr. numero 13.787); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 20:843\$275 para restabelecimento de quantias desviadas do Cofre de Depositos (decr. n. 13.788); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 36:749\$326 para pagamento ao capitão-tenente da Armada, Adolpho José de Carvalho Del Vecchio, em virtude de sentença (decr. n. 13.789); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 87:036\$271 para pagamento ao Dr. Julião de Oliveira Lacaille, em virtude de sentença (de-



creto n. 13.790); abre ao Ministerio da Fazenda o de 800:000\$, ouro, e 3.000:000\$, papel, complementar á verba 31<sup>a</sup> (decr. n. 13.791); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:429\$920 para pagamento a José Vieira de Rezende e Silva, em virtude de sentença (decr. n. 13.796); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:087\$498 para pagamento ao major Franklin de Menezes Doria, em virtude de sentença (decr. n. 13.797); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 150:000\$ para os trabalhos iniciais de organização de minutas topographicas e dados estatísticos correspondentes (decr. n. 13.798); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 400:000\$ para attender ás despesas com os estudos da Estrada de Ferro do Rio Negro a Caxias (decreto n. 13.801); abre ao Ministerio da Agricultura o de 150:000\$ para attender a despesas com o custeio da Escola Normal Profissional Wenceslau Braz (decr. n. 13.804); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 43:310\$720 para pagamento a Theophilo Manoel da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 13.806); abre ao Ministerio da Fazenda o de 150:000\$, complementar á verba 29<sup>a</sup> (decr. n. 13.807); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 47:628\$013 para pagamento a Augusto Pinheiro Lobo, em virtude de sentença (decr. n. 13.808); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:325\$118 para pagamento ao primeiro escripturario da Delegacia Fiscal no Pará, Francisco Grangeiro de Albuquerque Filho (decr. n. 13.809); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 8:250\$ para pagamento de prestação de auxilios aos escripturarios da Delegacia em Minas, João Carlos de Aquino e outros (decr. n. 13.810); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 78:678\$197 para pagamento a Alfredo Hyppolito Estruc, em virtude de sentença (decr. n. 13.812); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 45:373\$395 para pagamento a Blandino Alves de Souza, em virtude de sentença (decr. n. 13.813); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 76:229\$105 para pagamento a João Ilha, em virtude de sentença (decr. n. 13.814); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 100:000\$ para despesas do trafego provisório da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias (decr. numero 13.816); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 200:000\$ para despesas com o Commissariado de Alimentação Publica (decr. n. 13.817); abre ao Ministerio da Marinha o de 2.168:477\$353 para pagamento de despesas de caracter extraordinario (decr. n. 13.819); abre ao Ministerio da Justiça o de 883:000\$, complementar a diversas verbas (decr. n. 13.820); abre ao Ministerio da Justiça o de 4:200\$, ouro, para premio de viagem ao alumno laureado, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. João de Souza Mendes Junior (decr. n. 13.821); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:391\$700 para pagamento dos funeraes do conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira (decr. n. 13.822); modifica o decreto n. 13.738, de 1919 (decr. n. 13.825); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 28:300\$625 para pagamento ao Dr. Athanzio Cavalcanti Ramalho, em virtude de sentença (decr. n. 13.826); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 78:766\$734 para pagamento a Mariano Guimarães, em virtude de sentença (decr. n. 13.827); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 103:602\$723 para paga-

mento a Theodoro Ribeiro Junior e outros, em virtude de sentença (decr. n. 13.828); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 5.000:000\$ para continuação de obras no Nordeste (decr. n. 13.829); abre ao Ministerio da Viação o de 22.000:000\$ para despesas com a Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 13.830); abre ao Ministerio da Viação o de 132:324\$600, suplementar á verba 6ª (decr. n. 13.834); abre ao Ministerio da Fazenda o de 100:000\$, suplementar á verba 31ª (decr. n. 13.835); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 74:430\$ para pagamento da organização e impressão dos trabalhos e estudos feitos pela Comissão Roosevelt-Rondon (decr. n. 13.836); abre ao Ministerio da Justiça o de 563:055\$194, suplementar a diversas consignações da verba 21ª (decr. n. 13.837); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 8:836\$500 para pagamento de despesas com os funeraes do Dr. Sabino Barroso Junior (decreto n. 13.838); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem a Aprigio Nogueira, alumno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. n. 13.839); abre ao Ministerio da Justiça o de 53:869\$505, suplementar á verba 15ª (decr. n. 13.840); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 7:042\$703 para pagamento a D. Eulalia Bemvinda de Carvalho Coelho, em virtude de sentença (decr. n. 13.841); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:629\$738 para pagamento ao major do Exercito Acastro Jorge de Campos, em virtude de sentença (decr. n. 13.842); abre ao Ministerio da Fazenda o especial 14:727\$212 para pagamento á viuva e ás filhas do Dr. Raymundo da Motta de Azevedo Corrêa, em virtude de sentença (decr. n. 13.843); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 407:320\$789, ouro, para satisfazer ás necessidades da verba 10ª (decr. n. 13.844); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:596\$8377 para pagamento a D. Alice de Carvalho Dias e filhos (decr. n. 13.845); abre ao Ministerio da Viação o especial de 17:308\$600 para pagamento pela construção de linhas da Estrada de Ferro Oeste de Minas e de Bello Horizonte a Garças (decr. n. 13.848); abre ao Ministerio da Viação o especial de 5:000\$ para pagamento de honorarios ao Dr. Gabriel Osorio de Almeida (decr. n. 13.849); abre ao Ministerio da Viação o de 33:600\$ para pagamento á « Compagnie du Port de Rio de Janeiro » (decr. n. 13.850); abre ao Ministerio da Justiça o de 123:223\$868, suplementar a diversas verbas (decr. n. 13.852); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1:265\$994 para pagamento de differenças de gratificações addicionaes a funcionarios do Senado Federal (decr. n. 13.853); abre ao Ministerio da Guerra os especiaes de 660\$ e 258\$, respectivamente, para pagamento ao operario da Fabrica de Polvora sem Fumaça, Moysés da Silva Reis e outro (decr. n. 13.844); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 1.025:000\$ para despesas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (decr. n. 13.857); abre ao Ministerio da Viação o de 78:000\$, suplementar á verba 16ª (decr. n. 13.858); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 500:000\$ para proseguimento dos trabalhos de delimitação e demarcação de nossas fronteiras com o Perú e a Columbia (decr. n. 13.859); abre ao Ministerio da Fazenda os de 546:679\$207, ouro, e 950:754\$806, papel, supplementares

à verba 30ª (decr. n. 13.860); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 34:594\$123 para pagamento a Salvador Pires de Oliveira, em virtude de sentença (decr. n. 13.861); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 23:575\$ para pagamento de vencimentos a Joaquim Manoel Teixeira de Moura Filho, encarregado extinto do 1º Posto Fiscal do Alto-Juruá (decr. n. 13.862); modifica o decreto n. 13.798, de 1919 (decr. n. 13.863); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:832\$872 para pagamento de praças aggregadas em 1918 (decr. n. 13.864); abre ao Ministerio da Justiça o de 93:196\$597, suplementar á verba 15ª (decr. n. 13.865); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 2:400\$ para pagamento de gratificação a João Vicente da Silva Ferreira (decreto n. 13.867); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:057\$700 para restituição a Joseph Habid (decr. n. 13.869); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 25:525\$468 para pagamento a D. Maria de Alencar Araripe, em virtude de sentença (decr. n. 13.870); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 7:262\$208 para pagamento a D. Izilda de Figueiredo Parreiras Horta e outros, em virtude de sentença (decreto 13.871); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 21:030\$137 para pagamento de gratificações additionaes a João de Araujo Amora e outros (decr. n. 13.873); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 13:061\$827 para pagamento a Pacifico Evaristo Duarte Socio, de vencimentos como encarregado do 4º Posto Fiscal do Acre (decr. n. 13.881); abre ao Ministerio da Viação o de 500:000\$ para despesas com as obras da Estrada de Ferro Theresopolis (decr. n. 13.884); abre ao Ministerio da Viação o de 50:000\$ para continuação das obras da baixada fluminense (decr. n. 13.885); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 855:500\$, suplementar a diversas verbas (decr. n. 13.887); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 20:223\$717 para pagamento a Bonifacio Magalhães da Silveira, em virtude de sentença (decreto n. 13.889); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 66:670\$810 para pagamento a Manoel Gonçalves Fraga, em virtude de sentença (decr. n. 13.890); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:364\$208 para pagamento a D. Antonietta Araripe, em virtude de sentença (decr. n. 13.891); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 20:514\$832 para de sentença (decr. n. 13.892); abre ao Ministerio da Fazenda pagamento a D. Alice Pinheiro Coimbra e outros, em virtude o especial de 23:598\$124 para a compra de apolices com o fim de ter cumprimento a disposição testamentaria do Dr. João Gomes Machado Coimbra no sentido da manutenção de uma aula de geometria em Goyaz (decr. n. 13.893); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:000\$ para despesas com a instalação da pagadoria da Delegacia Fiscal em Minas Geraes (decr. n. 13.894); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 350:000\$ para concertos no edificio da secretaria e restauração e substituição de moveis e alfaias (decr. n. 13.895); abre ao Ministerio da Viação o especial de 100:000\$ para aquisição do predio onde stá installada a estação telegraphica do Largo do Machado (decreto n. 13.897); abre ao Ministerio da Justiça o de 50:000\$, suplementar á verba 39ª (decr. n. 13.899); abre ao Ministerio da Viação o especial de 9:995\$ para pagamento a G.



Lima e outro (decr. n. 13.900); abre ao Ministerio da Viação o especial de 170:000\$ para aquisição do sitio da Cascatinha (decr. n. 13.901); abre ao Ministerio da Viação o especial de 5:000\$ para pagamento ao engenheiro Gabriel Osorio de Almeida (decr. n. 13.902); abre ao Ministerio da Guerra o de 6:809\$949 para pagamento de gratificações a docentes da Escola Militar (decr. n. 13.903); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:121\$935 para pagamento de vencimentos ao escrivão do extinto Posto Fiscal do Alto-Juruá, Marcellino Fernandes (decr. n. 13.904); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 59:347\$081 para pagamento, em virtude de sentença ao Dr. Augusto Saturnino da Silva Diniz e outros (decreto n. 13.905); abre ao Ministerio da Viação o de 8.670:000\$, complementar á dotação da verba — Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 13.906); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 499\$820 para pagamento a Carlos Queiroz, em virtude de sentença (decr. n. 13.907); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1.500:000\$ para despesas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 13.908); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 50:000\$ para construção de um pavilhão no Sanatorio Naval de Nova Friburgo (decreto n. 13.911); abre ao Ministerio da Agricultura o de 74:000\$ para subvencionar o serviço de combate á lagarta rosca (decr. n. 13.914); abre ao Ministerio da Viação o especial de 1:915\$053 para pagamento de gratificações locais a diversos funcionarios do Correio, no Maranhão (decr. numero 13.917); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 76:551\$800 para pagamento a D. Maria Constança Ferreira Jacques, em virtude de sentença (decr. n. 13.918); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 64:258\$016 para pagamento a E. Lambert, em virtude de sentença (decr. n. 13.919); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 22:702\$146 para pagamento de vencimentos ao encarregado do extinto 1º Posto Fiscal do Alto-Puruís, José Pedro Soares Bulcão (decr. numero 13.920); abre ao Ministerio da Fazenda o de 70:000\$, complementar á verba — Alfandegas (decr. n. 13.921); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 32:749\$624 para pagamento a Nascimento & Irmãos (decr. n. 13.922); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 350:000\$, ouro, para ultimação dos trabalhos da delegação brasileira á Conferencia da Paz (decr. n. 13.923); abre ao Ministerio da Agricultura os especiaes de 248:842\$972 para pagamento de vencimentos a diversos funcionarios, e de 11:013\$333 para pagamento de vencimentos a um lente addido; os de 382:081\$194, ouro, e 196:958\$149, papel, para pagamento de auxilios a animaes reproductores (decr. n. 13.927); abre o de 34:292\$515, complementar á verba 4ª (decr. n. 13.929); abre ao Ministerio da Justiça o de 2.566:167\$803, complementar a diversas verbas (decr. n. 13.933); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 963\$444 para pagamento de pensão de montepio a D. Adelia Bessa (decr. n. 13.934); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 44:926\$043 para pagamento a Alfredo Coutinho de Almeida e outro, em virtude de sentença (decr. n. 13.935); abre ao Ministerio da Guerra o de 250:000\$, complementar á verba 11ª (decr. n. 13.938); abre ao Ministerio da Viação o de 1:800\$, complementar á verba 10ª (decr. n. 13.941); abre ao Ministerio da Justiça o

de 600:500\$, complementar á verba 16ª (decr. n. 13.943); abre ao Ministerio da Agricultura o extraordinario de 250:000\$ para despesas com o serviço de estatística geral do paiz (decreto n. 13.942); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1.240:763\$621 para auxiliar ás populações flageladas, assegurar a defesa sanitaria dos portos e prophylaxia de molestias reinantes (decr. n. 13.944); abre ao Ministerio da Justiça o de 797:548\$386, complementar a diversas verbas (decr. n. 13.945); abre ao Ministerio da Justiça o de 1.246:470\$985, complementar á verba 16ª (decr. n. 13.946); abre ao Ministerio da Justiça o de 2:142\$330, complementar a verba 8ª (decr. n. 13.947); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:044\$026 para pagamento de gratificações addicionaes a funcionarios da Camara dos Deputados (decr. numero 13.948); abre ao Ministerio da Justiça o de 200:979\$475 para despesas com a Brigada Policial (decr. n. 13.949); abre ao Ministerio da Marinha o de 403:597\$500 para despesas a cargo da Marinha (decr. n. 13.950); abre ao Ministerio da Viação o especial de 36:100\$ para pagamento de differença de vencimentos (decr. n. 13.952); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:115\$530 para pagamento a D. Maria Estephania Belfort Vieira, em virtude de sentença (decr. numero 13.955); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 42:352\$110 para pagamento ao capitão Alfredo Nunes de Andrade, em virtude de sentença (decr. n. 13.956); abre ao Ministerio da Guerra o de 44:041\$806 para pagamento de differença de vencimentos a diversos auditores de guerra (decreto n. 13.958); abre ao Ministerio da Viação os especiaes de 8.347:078\$500 e 4.173:589\$250 para pagamento de salarios ao pessoal jornalheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 13.961); abre ao Ministerio da Guerra o de 525:000\$, complementar á verba 14ª (decr. n. 13.964); abre ao Ministerio da Guerra o complementar de 11.572:458\$293, sendo 1.946:257\$410 ao § 8º e 9.626:200\$883 ao § 9º (decreto n. 13.965); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 16:690\$ para execução do disposto art. 10 da lei n. 3.674, de 1919 (decr. n. 13.965 A); abre ao Ministerio da Guerra o de 2.393:744\$081, complementar a diversas consignações (decreto n. 13.966); abre ao Ministerio da Guerra o de 10:126\$105, complementar á verba 3ª (decr. n. 13.966 A); abre ao Ministerio da Guerra o de 1.213:977\$444, complementar á verba 10ª (decr. n. 13.967); abre ao Ministerio da Viação o especial de 92:417\$595 para cobrir por encontro de lançamentos a responsabilidade do chefe da Comissão de Linhas Estrategicas do Matto Grosso ao Amazonas (decr. numero 13.970); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 387:263\$ para pagamento de subvenção pela construcção de estradas de rodagem (decr. n. 13.971); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 21:031\$502 para pagamento a Alfredo Carlos Soares da Camara em virtude de sentença (decreto n. 13.974); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 7:825\$ para pagamento de vencimentos ao encarregado do Posto Fiscal do Acre, Julio Targino da Fonseca (decr. numero 13.975); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 17:694\$960 para regularizar a escripturação de despesas feitas pelo Banco do Brasil (decr. n. 13.976); abre ao Ministerio da Fazenda o de 100:000\$, complementar á verba 12ª (de-

creto n. 13.971); abre ao Ministério da Fazenda o especial de 3:908\$ para pagamento a D. Francisca Luiza Albernaz, de diferença de pensões (decr. n. 13.978); abre ao Ministério da Fazenda o especial de 66:480\$999 para pagamento ao primeiro tenente José de Siqueira Campos e outros, em virtude de sentença (decr. n. 13.979); abre ao Ministério da Fazenda o especial de 124:000\$ para as despesas decorrentes do desdobramento da cautela de letras do Thesouro n. 425 (decr. n. 13.980); abre ao Ministério da Justiça o extraordinario de 52:503\$374 para limpeza e conservação do Palácio Monroe (decr. n. 13.981); abre ao Ministério da Marinha o de 7:700\$ para pagamento ao mecânico contratado Alfredo Kurt Schultz de diferença de vencimentos (decr. n. 13.982); abre ao Ministério da Marinha o de 5.122:342\$162, suplementar a diversas verbas (decr. n. 13.983); abre ao Ministério da Viação o de 995:664\$, suplementar á verba 6ª e o de 1.404:249\$, especial, para pagamento do augmento de salario do pessoal jornaleiro da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 13.985); abre ao Ministério da Fazenda o especial de 408:765\$550 para pagamento á «Amazon Steam Navigation Company, Limited», em virtude de sentença (decreto n. 13.985 A); abre ao Ministério da Fazenda o especial de 24:859\$045 para pagamento á «St. John d'El-Rey Mining Company» em virtude de sentença (decr. n. 13.986 A); abre ao Ministério da Marinha o especial de 339:876\$595 para atender a varias despesas (decr. n. 13.987); abre ao Ministério da Viação o de 1.262:162\$495 para liquidação de despesas com as linhas telegraphicas estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas (decr. n. 13.988); abre ao Ministério da Guerra o de 103:774\$745, suplementar a diversas verbas (decr. numero 13.989); abre ao Ministério da Fazenda o suplementar de 1.094:400\$ á verba 31ª (decr. n. 13.991); abre ao Ministério da Fazenda o especial de 4:056\$664 para pagamento a D. Maria do Carmo Costa Valle, em virtude de sentença (decreto n. 13.992); abre ao Ministério da Fazenda o especial de 2:917\$660 para pagamento a Araujo Freitas & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 13.993); abre ao Ministério da Fazenda o especial de 12:444\$440 para pagamento de vencimentos ao bacharel Roque Antonio Rabello Horta (decr. numero 13.994); abre ao Ministério da Guerra o de 3:677\$419, suplementar á verba 3ª (decr. n. 13.995); abre ao Ministério da Viação o extraordinario de 402:000\$ para conclusão do edificio da rua Visconde de Itaboraí, destinado a repartições subordinadas (decr. n. 13.996); abre ao Ministério da Fazenda o especial de 2:160\$ para pagamento de acrescimo de vencimentos a Alvaro da Rocha Vianna e outro (decr. numero 13.999); abre ao Ministério da Agricultura o de 127:000\$ para pagamento de subvenção pela construção de estradas de rodagem (decr. n. 14.000); abre ao Ministério da Agricultura o de 2.000:000\$ para transporte, recepção e hospedagem de immigrants (decr. n. 14.002); abre ao Ministério da Viação o suplementar de 44:581\$ para pagamento do pessoal da agencia especial dos Correios de Pelotas (decreto n. 14.003); abre ao Ministério da Justiça o especial de 3:598\$ para pagamento de despesas com os funeraes do Dr. Canuto José Saraiva, ministro do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 14.004); abre ao Ministério da Viação o es-



pecial de 100:000\$ para a construcção de uma estrada de rodagem, adaptada ao trafego de automoveis, em Goyaz (decreto n. 14.007); abre ao Ministerio da Viação o de 16:333\$448 para pagamento a João Francisco Lacerda Coutinho de differença de vencimentos (decr. n. 14.008); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 200:000\$, ouro, complementar á verba 1<sup>a</sup> (decr. n. 14.009); abre ao Ministerio da Viação o de 600:000\$ para estudos e construcção da Estrada de Ferro de Petrolina a Therezina (decr. n. 14.010); abre ao Ministerio da Fazenda o de 500:000\$, complementar á verba 5<sup>a</sup> (decr. n. 14.012); abre ao Ministerio da Fazenda o de 5:884\$ para pagamento a D. Rachel Tinoco Martins e suas filhas de differenças de montepio e custas de processo (decreto n. 14.013); abre ao Ministerio da Fazenda o de 9:600\$, complementar á verba 19<sup>a</sup> (decr. n. 14.014); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 23:609\$747 para pagamento de differença de montepio a D. Emma James Rodrigues da Costa e seus filhos (decr. n. 14.015); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:259\$ para completar o pagamento de vencimentos ao director da Recbedoria, Benedicto Hypolito de Oliveira Junior, e mais o de 12:827\$415 para differença de vencimentos (decr. n. 14.016); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 173:155\$536, ouro, para contribuição do Brasil na Liga das Nações (decr. n. 14.017); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:435\$483 para pagamento de vencimentos ao bacharel Juvenal Antunes de Oliveira (decreto n. 14.018); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 27:476\$341 para pagamento de vencimentos ao bacharel Ismael Olavo Soares de Souza, juiz em disponibilidade (decr. numero 14.019); abre ao Ministerio da Justiça o de 228:404\$518, para pagamento de despesas com o servico de prophylaxia rural (decr. n. 14.020); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 8:400\$, ouro, para despesas com a manutenção no estrangeiro de dous alumnos da Escola de Minas de Ouro Preto (decr. n. 14.023); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 1:000\$ para pagamento a Generosa Ferraz Alves, viuva de Salvador Alves, operario da Fabrica de Polvora sem Fumaça (decr. n. 14.024); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 4:460\$ para pagamento de diarias ao operario da Fabrica de Polvora sem Fumaça, José dos Santos (decr. numero 14.025); abre ao Ministerio da Viação o de 150:000\$ para reforço da verba 12<sup>a</sup> (decr. n. 14.052); abre ao Ministerio da Viação o extraordinario de 5.000:000\$ para continuação de obras no Nordeste (decr. n. 14.053); abre ao Ministerio da Viação o de 1.000:000\$ para despesas com a construcção da linha de Barra Mansa a Angra dos Reis (decreto n. 14.055); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:360\$645 para pagamento de differenças de montepio a D. Adelaide da Cunha Campos (decr. n. 14.059); abre ao Ministerio da Viação o de 150:000\$ para conclusão do ramal de Barbacena, na Estrada de Ferro Central do Brasil (decreto n. 14.060); abre ao Ministerio da Viação o de 80:000\$ para desobstrucção do rio Cuyabá (decr. n. 14.061); abre ao Ministerio da Viação o de 400:000\$ para canalização d'agua nos bairros de Ipanema e Leblon (decr. n. 14.062); abre ao Ministerio da Viação o de 100:000\$ para despesas com as obras de reconstrucção do proprio racional occupado pela estação telegraphica da cidade de Campos (decr. n. 14.063);

abre ao Ministerio da Viação o especial de 50:000\$ para despesas preliminares do Congresso Ferroviario Sul-Americano (decr. n. 14.064); abre ao Ministerio da Agricultura o de 6.000:000\$ para occorrer a despesas com o inicio dos trabalhos do recenseamento geral (decr. n. 14.065); abre ao Ministerio da Agricultura o de 300:000\$ para attender ao custeio da Superintendencia do Abastecimento (decr. numero 14.067); abre ao Ministerio da Guerra o de 62:826\$314 para pagamento ao major do Exercito, Manoel Corrêa do Lago, de differença de vencimentos (decr. n. 14.070); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 12:600\$, ouro, para subvencionar, no estrangeiro, o aperfeiçoamento da educação artistica da senhorita Maria de Verney Campello e da senhora Lydia de Albuquerque Salgado (decr. n. 14.072); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3.395:638\$200 para auxilio ás populações flagelladas de diversas zonas do paiz, assegurar a defesa sanitaria dos portos e a prophylaxia de molestias reinantes (decr. n. 14.073); abre ao Ministerio da Viação o de 1.500:000\$ para despesas com os estudos de portos e serviços de dragagem (decr. n. 14.075); abre ao Ministerio da Viação o de 300:000\$ para despesas com os estudos e organização do projecto definitivo das obras de saneamento da baixada fluminense (decr. n. 14.076); abre ao Ministerio da Viação o de 44:581\$ para pagamento do pessoal da agencia especial dos Correios de Pelotas (decr. n. 14.087); abre ao Ministerio da Viação o de 402:000\$ para conclusão do edificio da rua Visconde de Itaborahy destinado a repartições subordinadas (decr. n. 14.090); abre ao Ministerio da Viação o de 1.300:000\$ para despesas com a manutenção do trafego das linhas de Formiga e de Araguay (decr. n. 14.091); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 31.787:982\$679 para pagamento do augmento de vencimentos a funcionarios civis e militares (decr. n. 14.097); abre ao Ministerio da Agricultura o de 64:708\$500 para pagamento de publicações relativas á Conferencia Trabalhista (decr. n. 14.099); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 100:000\$, na forma do art. 2º, n. IX, da lei n. 3.979, de 1919 (decr. n. 14.100); abre ao Ministerio da Guerra o de 30.000:000\$, papel, para occorrer a despesas decorrentes da organização do Exercito (decr. numero 14.101); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 30.000:000\$, para a aquisição de material e a melhoramentos de varios serviços (decr. n. 14.110); rectifica para 62:045\$ a importancia de 62:826\$314 do aberto pelo decreto n. 14.070, de 1920 (decr. n. 14.112); abre ao Ministerio da Viação o de 250:000\$ para despesas com o pessoal e material destinados á mudança da estação inicial da Estrada de Ferro Rio d'Ouro da ponta do Cajú para a Praia Formosa (decr. numero 14.116); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 28:012\$498 para despesas com a reorganização do Laboratorio Nacional de Analyses (decr. n. 14.122); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 15:000\$ para pagamento de despesas com o Gabinete de Identificação da Guerra (decr. n. 14.123); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 415:000\$ para despesa com o pessoal da Inspectoria de Investigação e Segurança (decr. n. 14.125); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 109:986\$001 para pagamento ao pessoal do Gabinete de Identificação e Estatistica (decr. n. 14.126); abre ao Mi-

nistorie da Agricultura o de 60:000\$ para despesas com as experiencias de fabricação de ferro, aço e ligas de manganez com o forno electrico de invenção dos engenheiros Alceu de Lellis e Carlos Rimes (decr. n. 14.128); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:723\$677 para pagamento da pensão de meio soldo a D. Leopoldina de Mattos Porto (decr. numero 14.139); abre ao Ministerio da Viação o de 5.500:000\$ para despesas com os melhoramentos das estações e serviços da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 14.140 A); abre ao Ministerio da Viação o de 2.050:000\$ para despesas com o melhoramento de depositos e officinas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 14.141); abre ao Ministerio da Viação o de 1.000:000\$ para o serviço de reparação de carros e vagões da Estrada de Ferro Central do Brasil (decreto n. 14.142); abre ao Ministerio da Viação o de 8.930:000\$ para aquisição de material de transporte de passageiros e mercadorias para a Estrada de Ferro Central do Brasil (decreto n. 14.144); abre ao Ministerio da Viação o de 5.920:000\$ para aquisição de locomotivas para a Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 14.145); abre ao Ministerio da Fazenda o de 11.546\$853 para pagamento de vencimentos a ex-escripturarios do Laboratorio Nacional de Analyses (decreto n. 14.146); abre ao Ministerio da Viação o de francos 140.320.546,00 para pagamento á « Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul » (decr. n. 14.154); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 24:000\$ para pagamento de subvenção á Sociedade de Concertos Symphonicos (decr. n. 14.155); abre ao Ministerio da Viação o de 12.300:000\$ para instalação e aquisição de material para a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (decr. n. 14.156); abre ao Ministerio da Viação o de 834.432\$966 para pagamento de trabalhos, de conformidade com o § 1º da clausula II, baixada com o decreto n. 14.107, de 1920 (decr. n. 14.169); abre ao Ministerio da Agricultura o de 320:000\$ para subvencionar o serviço de combate á lagarta rosea, mantido pelo Estado de S. Paulo (decr. n. 14.170); abre ao Ministerio da Viação o de 9.863:573\$821 para despesas com a rescisão do contracto de construcção e arrendamento da Estrada de Ferro do Rio Grande do Norte (decr. n. 14.171); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 48:000\$ para aquisição da bibliotheca que pertenceu ao ex-deputado Dr. Pedro Gonçalves Moacyr (decr. n. 14.197); abre ao Ministerio da Viação o especial de 18.200:000\$ para despesas com as obras de ampliação do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 14.198); abre ao Ministerio da Viação o especial de 1.042:000\$ para despesas com os reparos nas linhas adductoras do serviço de abastecimento d'agua á Capital Federal (decr. n. 14.206); abre ao Ministerio da Viação o especial de 5:592\$253 para pagamento a Modesto de Brito Sampaio (decr. n. 14.208); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 78:842\$649 para pagamento de despesas com a expedição de carteiras electoraes (decr. n. 14.216); abre ao Ministerio da Agricultura o de 600:000\$ para inicio dos trabalhos relativos á fundação de um centro agricola na zona do Oyapock, no Estado do Pará, e localização de 300 familias nacionaes (decr. n. 14.217); abre ao Ministerio da Viação o de 200.000.000 de francos belgas para pagamento da reversão da rede ferroviaria ar-



rendada á «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil» (decr. n. 14.224); abre ao Ministerio da Viação o de 30:000\$ para pagamento de indemnizações a proprietarios de terrenos e benfeitorias desapropriadas no ramal de Santa Barbara (decr. n. 14.226); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para trasladação para o Rio Grande do Sul dos restos mortaes do conselheiro Gaspar da Silveira Martins (decr. n. 14.228); abre ao Ministerio da Fazenda o de 247:169\$961 á verba 8ª (decr. n. 14.232); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 31:914\$271 para pagamento a D. Ida Regueira Cavalcanti e outros, em virtude de sentença (decr. n. 14.233); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 36:720\$ para pagamento de gratificações pelo serviço de tomada de contas fóra das horas do expediente a funcionarios do Tribunal de Contas (decr. n. 14.234); rectifica o decreto n. 14.101, de 1920 (decr. n. 14.235); abre ao Ministerio da Viação o de 1.000:000\$ para aquisição de material para a Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias (decr. n. 14.256); abre ao Ministerio da Viação o de 1.500:000\$ para aquisição e instalação de uma uzina em Cachoeira para utilização do carvão nacional (decr. n. 14.257); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:000\$ para ajudas de custo a deputados (decr. n. 14.274); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 80:756\$330 para pagamento a José Alves Cerqueira Cesar Filho, em virtude de sentença (decr. n. 14.277); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 24:826\$660 para pagamento a D. Constança Vianna da Costa França e outras, em virtude de sentença (decr. n. 14.278); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:323\$232 para pagamento a D. Maria de Almeida Martins Costa, em virtude de sentença (decr. numero 14.279); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 21:749\$999 para pagamento de vencimentos ao juiz municipal do extinto termo da comarca de Senna Madureira, bacharel Durval Castello Branco (decr. n. 14.287); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 22:684\$ para pagamento ao tenente-coronel Oliverio de Deus Vieira (decr. n. 14.289); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 150:000\$ para pagamento de despesas com a estadia de representantes das sociedades desportivas brasileiras na Olympiada Internacional de Antuerpia (decr. n. 14.290); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 150:000\$, ouro, para ultimação dos trabalhos da delegação brasileira á Conferencia da Paz (decreto n. 14.291); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.300:000\$, complementar á verba 5ª (decr. n. 14.292); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 229:697\$674 para pagamento a Joaquim Gonçalves dos Santos Pereira, em virtude de sentença (decr. n. 14.293); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 60:000\$ para regularizar a escripturação de despesas com obras urgentes no Instituto Oswaldo Cruz (decreto n. 14.294); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 4:200\$, ouro, para despesas com a manutenção no estrangeiro do alumno da Escola de Minas de Ouro Preto, Joaquim Ribeiro de Oliveira (decr. n. 14.295); abre ao Ministerio da Justiça o de 74:431\$826, complementar á verba 8ª (decr. numero 14.296); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 50:000\$, sendo 25:000\$ á verba 16ª e 25:000\$ á verba 32ª (decr. n. 14.297); abre ao Ministerio da Viação o de 500:000\$

para despesas com a Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 14.311); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 20:637\$779 para pagamento ao desembargador Esperidião Eloy de Barros Pimentel, em virtude de sentença (decr. n. 14.314); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 120:866\$823 para pagamento a Iriondo & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 14.315); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 17:400\$ para despesas com o pagamento de contus relativas ás viagens de navios do Lloyd Brasileiro á colonia de Dous Rios (decr. n. 14.316); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:519\$999 para pagamento de gratificação adicional a um tachygrapho da Camara dos Deputados (decr. n. 14.317); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 7:438\$ para pagamento de despesa com a aquisição de mobiliario para a 2ª Pretoria Criminal (decr. numero 14.318); abre ao Ministerio da Viação o especial de 15:000\$ para despesas com a representação do Brasil no Congresso Postal Universal, a realizar-se em Madrid em outubro de 1920 (decr. n. 14.320); abre ao Ministerio da Viação o especial de 9:000:000\$ para indemnização a D. Carolina Rodrigues da Cruz e outros (decr. n. 14.321); abre ao Ministerio da Viação o especial de 1.889:260\$ para aquisição de material para a linha ferrea de Barra Bonita e Rio do Peixe (decr. n. 14.322); abre ao Ministerio da Viação o especial de 20:000\$ para aquisição de um terreno em Jacarépaguá, necessario ao abastecimento d'agua (decr. n. 14.323); abre ao Ministerio da Viação o de 12:411\$323, ouro, para completar o pagamento de juros á «Rio de Janeiro City Improvements Company» (decr. n. 14.324); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:940\$330 para pagamento a D. Maria Isabel de Macedo Sayão Lobato e outro, em virtude de sentença (decr. n. 14.328); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 207:233\$ para indemnização á caixa especial de portos pela cessão de immoveis (decr. n. 14.329); abre ao Ministerio da Viação o especial de 526\$500 para pagamento de gratificação local a Leopoldo José da Silva Tavares, como contador da Administração dos Correios do Maranhão (decreto n. 14.335); abre ao Ministerio da Viação o especial de 8.300:000\$ para aquisição de material para a Estrada de Ferro Oeste de Minas e melhoramento das officinas (decr. numero 14.336); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3.888:066\$262 para pagamento da fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo (decr. n. 14.340); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:773\$ para aquisição de mobiliario para as pretorias criminaes do Districto Federal (decr. n. 14.341); abre ao Ministerio da Viação o de 50:000\$ para elevar a 100:000\$ a subvenção destinada ao serviço de navegação do Baixo S. Francisco (decr. n. 14.344); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 18:499\$354 para pagamento de vencimentos ao eserivão do extinto 1º Posto Fiscal do Alto-Juruá, Antonio Teixeira de Oliveira (decr. n. 14.346); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 13:202\$100 para pagamento da gratificação de 30 % sobre os vencimentos dos auxiliares da Imprensa Nacional (decr. n. 14.347); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:190\$958 para pagamento a José Pires Cordovil da Silveira dos juros de letras do Thesouro (decr. n. 14.348); abre ao Ministerio da Fa-

zenda o especial de 275:000\$ para aquisição de machinismos destinados á Imprensa Nacional (decr. n. 14.349); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:277\$136 para pagamento de differença de gratificação ao fiel de armazem, extinto, da Alfandega do Rio Grande, Seraphim Francisco Gonçalves (decr. n. 14.357); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 20:504\$300 para pagamento a D. Eulalia de Men-Gonça Loureiro, em virtude de sentença (decr. n. 14.358); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 17:842\$839 para regularizar despesas com o pagamento de vencimento aos fieis de armazem, extintos, da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 14.359); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 65:192\$690 para pagamento a Julio Fernandes Rosa, em virtude de sentença (decr. n. 14.362); abre ao Ministerio da Vição o especial de 17:003\$183 para pagamento de despesas extraordinarias feitas pela Estrada de Ferro Oéste de Minas, em 1918 (decr. n. 14.363); abre ao Ministerio da Vição o especial de 6:500\$ para pagamento de indemnizações pela occupação de terreno pela Estrada de Ferro Oéste de Minas (decr. n. 14.364); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1.289:213\$088 para pagamento de despesas com a defesa sanitaria dos portos e com a prophylaxia de molestias reinantes (decr. n. 14.366); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 4:984\$854 para pagamento de differença de quotas a funcionarios do Laboratorio Nacional de Analyses, extintos (decr. n. 14.367); abre ao Ministerio da Marinha o de 115:436\$010 para pagamento de despesas com a aquisição de sobressalentes para navios da Armada (decr. numero 14.368); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:402\$923 para pagamento de differença de vencimentos ao ex-fiel de armazem da Alfandega da Bahia, Arthur Simas Magalhães (decr. n. 14.371); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 21:570\$157 para pagamento a Euclides Passos Martins, em virtude de sentença (decr. n. 14.372); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 40:933\$747 para pagamento ao tenente do Exército Plinio Gravatá, em virtude de sentença (decr. n. 14.373); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 315:000\$ para auxiliar despesas com a manutenção de escolas em zonas de nucleos coloniaes em Santa Catharina (decr. n. 14.374); abre ao Ministerio da Vição o especial de 2.000:000\$ para aquisição de material para a Rede de Vição Cearense (decr. n. 14.375); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 139:400\$ para pagamento a Manoel Pedro & Comp., de premio pela construção do navio *Manoel Pedro I* (decr. n. 14.380); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:237\$500 para pagamento ao escrivão do extinto Porto Fiscal de Juruá, Antonio Teixeira de Oliveira (decr. n. 14.381); abre ao Ministerio da Vição o de 1:400\$ para pagamento ao official da Inspectoria de Esgotos da Capital Federal, Octaviano Felix de Carvalho (decr. numero 14.387); abre ao Ministerio da Vição o de 20:000\$, supplementar á verba 4ª para pagamento de subvenção á Companhia Nacional de Navegação Costeira (decr. n. 14.388); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 46:257\$450 para pagamento de differença de montepio a D. Maria Elisa Lobo Leite Pereira e outros (decr. n. 14.389); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 946\$530 para pagamento de diffe-



renças de vencimentos ao ex-fiel de armazem da Alfandega do Rio de Janeiro, João Fernandino Costa (decr. n. 14.390); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 16:300\$806 para pagamento a D. Angelina Costa de Lima Drummond e outra, em virtude de sentença (decr. n. 14.391); abre ao Ministerio da Justiça os de 195:300\$, 657:200\$, 18:000\$ e 12:500\$, supplementares a diversas verbas (decr. n. 14.393); abre ao Ministerio da Viação o de 2.000:000\$, complementar á verba 18ª (decr. n. 14.401); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 52:567\$475 para pagamento de differença de vencimentos ao auditor de guerra, bacharel Elias Fernandes Leite (decreto n. 14.403); abre ao Ministerio da Viação o de 10.766:655\$900, complementar á verba 6ª (decr. n. 14.404); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3.421:329\$347 para occorrer, englobadamente com os creditos votados, ao pagamento de despesas com o Departamento Nacional de Saude Publica (decr. n. 14.410); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:650\$ para pagamento de diarias ao encarregado e ao escrivão do 4º Posto Fiscal do Acre, Godofredo Cavalcanti da Cunha Vasconcellos e José Guedes Correia de Amorim (decr. n. 14.411); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:160\$ para pagamento de vencimentos aos encarregados de modelos da Imprensa Nacional, Alvaro da Rocha Vianna e Carlos Alberto Machado (decr. n. 14.412); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 6:000\$ para pagamento de differença de vencimentos ao auditor de guerra Dr. Ernesto Claudino de Oliveira e Cruz (decr. n. 14.415); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 3:000\$ para pagamento aos sargentos ajudantes reformados José Miguel Alves e outros (decr. n. 14.419); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 7:004\$691 para pagamento ao Dr. Luiz Alves Pereira, em virtude de sentença (decr. n. 14.422); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1:899\$600 para pagamento de salario ao operario invalido da Casa da Moeda, Alfredo Luiz de Souza Teixeira (decr. n. 14.423); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 10:044\$990 para pagamento de vencimentos ao encarregado do extincto 3º Posto Fiscal do Alto-Purús, Arnobio de Barros Monteiro (decr. n. 14.424); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:183\$992 para pagamento de gratificação adicional a Raymundo Carvalho de Araujo e Silva (decr. n. 14.425); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 200:000\$ para despesas oriundas dos convenios celebrados na Conferencia de Limites Interestaduaes (decr. n. 14.428); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 13:870\$967 para pagamento ao desembargador Fernando Luiz Vieira Ferreira, em virtude de sentença (decr. n. 14.429); abre ao Ministerio da Justiça os de 96:911\$495 e 20:116\$550 a diversas consignações (decr. n. 14.432); abre ao Ministerio da Viação o de 400:000\$ para aquisição de predios e terrenos, desapropriações e construcção de um edificio para Correios e Telegraphos na capital da Parahyba (decr. numero 14.436); abre ao Ministerio da Viação o de 1.000:000\$ para pagamento de despesas com a construcção do edificio para os Correios na capital de S. Paulo (decr. n. 14.438); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 2:666\$667 para pagamento ao capitão de corveta Alvaro Rodrigues de Vasconcellos (decr. n. 14.440); abre ao Ministerio

da Fazenda o de 80:000\$, complementar á verba 34<sup>a</sup> (decr. numero 14.442); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 8:666\$773 para pagamento a D. Maria Aristhêa de Araujo Jorge e filhos, em virtude de sentença (decr. n. 14.443); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 3:274\$830 para pagamento de gratificação adicional a Joaquim Gregoriano de Andrade (decr. n. 14.445); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 138:539\$324, ouro, para ser entregue ao Estado do Maranhão, da taxa de 2 %, ouro, para as obras do porto (decr. n. 14.449); abre ao Ministerio da Justiça o de 450:000\$, complementar a diversas verbas (decr. numero 14.457); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 200:000\$, destinado a compras de machinas para a Casa da Moeda (decr. n. 14.465); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 5:384\$531 para pagamento a D. Jesuina da Cruz Rondelli (decr. n. 14.466); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 117:720\$ para pagamento de gratificações aos encarregados da escripturação por partidas dobradas nas repartições de Fazenda (decr. n. 14.467); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:691\$510 para pagamento a Felippe Monteiro de Barros, em virtude de sentença (decr. n. 14.468); abre ao Ministerio da Fazenda o de 24:759\$466, complementar á verba 16<sup>a</sup> (decr. n. 14.469); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 550:000\$, destinado aos reparos de que carece o material fluctuante da Alfandega do Rio de Janeiro, á construção de uma carreira de embarcações e á montagem de um holophote na ilha de Santa Barbara (decr. n. 14.470); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 75:170\$676 para pagamento de soldo vitalicio a voluntarios da patria (decreto n. 14.472); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 28:761\$259 para pagamento de gratificações a docentes e preparadores da Escola Militar (decr. n. 14.473); abre ao Ministerio da Agricultura o de 43:720\$ para subvencionar o serviço de combate á lagartia rosea, mantido pelo Estado de Sergipe (decr. n. 14.474); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 30:978\$491 para pagamento ao capitão-tenente Olavo Luiz Vianna, em virtude de sentença (decr. n. 14.475); abre ao Ministerio da Viação o especial de 17:000\$ para pagamento de substituições e vantagens regulamentares ao pessoal dos Telegraphos (decr. n. 14.476); abre ao Ministerio da Fazenda o de 56:950\$, complementar á verba 18<sup>a</sup> (decreto n. 14.482); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 833:621\$177 para substituições, reparos e acrescimos de material do serviço de vigilancia das alfandegas (decr. numero 14.483); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 3:424\$ para pagamento de despesas com o transporte e tratamento na Europa do primeiro tenente Mario Barbedo (decreto n. 14.485); abre ao Ministerio da Marinha o de 100:000\$, destinado á conclusão das obras de adaptação e preparo dos terrenos do extinto Arsenal de Marinha da Bahia (decr. numero 14.489); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 35:627\$997 para pagamento a Francisco de Azevedo Soares de Campos e Castro e sua mulher, em virtude de sentença (decr. n. 14.494); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 375:317\$828, ouro, para justificar o pagamento á « Société de Construction du Port de Pernambuco » (decr. n. 14.495); abre ao Ministerio da Fazenda o de 5.330:000\$, complementar

á verba 23ª (decreto n. 14.502); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 633\$200 para pagamento ao operario invalido da Casa da Moeda, Alfredo Luiz de Souza Teixeira (decr. numero 14.503); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2.300:000\$ para obras e concertos em repartições fiscaes e outros edificios (decr. n. 14.505); abre ao Ministerio da Viagem o de 2.800:000\$ para custeio e normalização do trafego da linha de Araguay, da Estrada de Ferro de Goyaz (decr. n. 14.509); abre ao Ministerio da Viagem o de 1.616:000\$ para despesas com o custeio da linha de Formiga a Patrocínio, da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. numero 14.510); abre ao Ministerio da Justiça o de 198:480\$436, suplementar á verba 21ª (decr. n. 14.511); abre ao Ministerio da Agricultura o de 1.000:000\$ para despesa com os trabalhos do recenseamento geral (decr. n. 14.515); abre ao Ministerio da Guerra o de 77:226\$, suplementar á verba 6ª (decr. n. 14.516); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:300\$ para pagamento de differença de vencimentos a funcionarios da Camara dos Deputados (decr. n. 14.527); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1.559:602\$194, papel, e 25:311\$861, ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 14.528); abre ao Ministerio da Viagem o de 352:000\$, suplementar á verba 3ª (decr. n. 14.537); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 7:720\$671 para restituição de peculios a aprendizes marinheiros (decr. numero 14.538); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 1.738:500\$ a diversas verbas (decr. n. 14.539); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:944\$579 para pagamento de pensões a guardas civis invalidos (decr. n. 14.540); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 334:086\$025 para pagamento de despesa com a incorporação do Instituto Vaccinico Municipal ao Instituto Oswaldo Cruz (decr. n. 14.541); abre ao Ministerio da Agricultura os de 300:000\$ e 1.000:000\$ para emprestimos (decr. n. 14.545); abre ao Ministerio da Viagem o de 200:000\$, suplementar á verba 2ª (decr. numero 14.556); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 20:239\$060 para pagamento de juros devidos ao Dr. Antonio Angra de Oliveira e outros (decr. n. 14.557); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3.960:000\$, suplementar á verba 31ª (decr. n. 14.558); abre ao Ministerio da Agricultura o de 200:000\$ para emprestimo (decr. n. 14.559); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 113:142\$ para pagamento de vencimentos a funcionarios da Escola de Estado-Maior (decreto n. 14.560); abre ao Ministerio da Guerra o de 12.152:670\$ para despesas da verba 9ª (decr. n. 14.564); abre ao Ministerio da Justiça o de 13:200\$ para pagamento de medalhões para a Escola Nacional de Bellas Artes (decreto n. 14.569); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 100:000\$ para despesas da verba 30ª (decr. n. 14.570); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem á alumna do Instituto Nacional de Musica, Heloisa Accioly de Brito (decr. n. 14.571); abre ao Ministerio da Viagem o de 53:000\$ para pagamento ao pessoal titulado da Fiscalização do Porto da Victoria (decreto n. 14.575); abre ao Ministerio da Viagem o especial de 7:319\$858 para pagamento de substituições de funcionarios (decr. n. 14.576); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 13:814\$426 para pagamento ao capitão de mar e guerra



Santiago Rivaldo, em virtude de sentença (decr. n. 14.579); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 13:250\$ para pagamento de vencimentos ao ex-escrivão do 3º Posto Fiscal do Alto-Juruá, Edison Mendes de Oliveira (decr. n. 14.580); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 14:400\$ para pagamento de gratificação a docentes da Escola Militar pela regencia de turmas supplementares (decr. n. 14.581); abre ao Ministerio da Viação o de 7.000:000\$ para pagamento, em apolices, do preço da encampação do ramal de Curralinho a Diamantina (decr. n. 14.583); abre ao Ministerio da Marinha os de 6.858:883\$610, ouro, e 784:431\$601, papel, para pagamento de despesa de caracter extraordinario (decr. n. 14.586); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 349:704\$179, ouro, para pagamento de juros á companhia cessionaria das obras do porto da Bahia (decr. n. 14.587); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 2.000:000\$ para construcção de estradas de rodagem (decr. n. 14.597); abre ao Ministerio da Fazenda o de 873:597\$873, papel, para restituir ao Estado do Maranhão o saldo da quantia de 895:272\$751, ouro, da taxa de 2%, ouro, cobrada para construcção do porto de S. Luiz (decr. n. 14.598). — Ver COLLEGIOS — GUARDAS — OPERAÇÕES — REGULAMENTOS — VERBAS.

CRIADORES — Ver CONVENÇÕES.

CRIAÇÃO — Ver FAVORES.

CRIADORES — Ver REGULAMENTOS.

CRIME — Ver CONVENÇÕES.

CRIMINOSOS — Ver TRATADOS.

CRUZ VERMELHA — Ver CHARACTER.

CULTURA — Ver CAMPOS — ESSENCIAS — PREMIOS.

CURADORIA — Divide em duas a Geral de Orphãos do Districto Federal (decr. n. 11.945).

CURSOS — Estabelece bases para a criação dos de aviação, veterinaria e outros (decr. n. 13.451). — Ver CADEIRAS — REGULAMENTOS.

CUSTAS — Ver REGIMENTO.

## D

DATA — Ver FESTA — OBRAS.

DECISÕES — Ver CONSOLIDAÇÃO.

DECRETOS — Manda observar no exercicio de 1911 os de ns. 6.079, de 1906, e 7.817, de 1910 (decr. n. 8.520) revoga o de n. 7.228, de 1908 (decr. n. 8.522); declara sem effeito o de n. 7.823, de 1910 (decr. n. 8.548); consolida as vantagens e obrigações constantes do de n. 8.414, de 1910 (decreto n. 8.579); revoga o de n. 8.327, de 1910 (decr. numero 8.669); revoga o de n. 8.219, de 1910 (decr. n. 8.723); altera a clausula X das que baixaram com o de n. 7.481, de 1909 (decr. n. 8.747); revoga o art. 25 do regulamento que baixou com o de n. 7.635, de 1909 (decr. n. 8.817); provi-

dencia sobre a execução do legislativo de n. 2.419, de 1910 (decr. n. 8.922); substitue a clausula I do de n. 8.559, de 1911 (decr. n. 8.948); dá nova redacção ás diversas clausulas do de n. 5.978, de 1906 (decr. n. 8.977); declara sem effeito o de n. 8.874, de 1911 (decr. n. 8.988); declara sem effeito os de ns. 8.128 e 8.135, de 1910 (decr. n. 9.073); declara sem effeito o de n. 8.134, de 1910 (decr. n. 9.074); declara caduca a concessão feita pelo de n. 9.986, de 1888 (decr. n. 9.102); declara sem effeito o de n. 8.953, de 1911 (decr. n. 9.153); dispõe sobre execução do art. 12 do legislativo de n. 2.419, de 1911 (decr. n. 9.182); revoga o de n. 6.182, de 1906, que approvou a reforma dos estatutos da companhia de seguros Lloyd Americano (decr. n. 9.223); altera o de n. 3.922, de 1901, sobre situação de reserva dos navios da Armada (decr. n. 9.241); declara sem effeito o de n. 9.247, de 1911 (decr. n. 9.305); manda observar em 1912 os de ns. 6.079, de 1906, e 7.817, de 1910 (decr. n. 9.323); dispõe sobre execução do legislativo de n. 2.540, de 1912 (decr. n. 9.432); revoga o de n. 8.352, de 1910 (decr. numero 9.598); declara de nenhum effeito a segunda parte da clausula XVI do de n. 9.486, de 1912 (decr. n. 9.653); altera as clausulas VI e XIII das que acompanharam o de n. 9.582, de 1912 (decr. n. 9.698); revoga o de n. 7.339, de 1909, na parte relativa á alteração do art. 99, e seus §§ 1º e 2º do regulamento para as escolas do Exercito (decr. n. 9.925); rectifica o legislativo de n. 2.756, de 1913 (decr. n. 10.100); rectifica a primeira parte do de n. 9.858, de 1912 (decr. numero 10.140); revoga o de n. 9.998, de 1913 (decr. numero 10.147); manda observar os de ns. 6.079, de 1906, 7.817, de 1910, 8.520, de 1911, e 9.323, de 1912 (decr. numero 10.162); altera a clausula XIV do de n. 5.550, de 1905, referente ás obras de melhoramento do porto da Bahia (decreto n. 10.207); rectifica o de n. 10.230, de 1913 (decr. numero 10.281); cassa os de ns. 9.023, de 1911, e 9.322 de 1912 (decr. n. 10.283); cassa o de n. 9.416, de 1912 (decreto n. 10.287); supprime a clausula XXV do de n. 9.582, de 1912 (decr. n. 10.342); suspende a execução do de numero 9.446, de 1912 (decr. n. 10.374); cancella a clausula XI annexa ao de n. 7.481, de 1909, e altera a XII do mesmo e X do de n. 9.747, de 1911 (decr. n. 10.395); altera a clausula VIII do de n. 9.293, de 1912 (decr. n. 10.450); declara sem effeito o de n. 10.376, de 1913 (decr. n. 10.522); rectifica o de n. 10.429, de 1913 (decr. n. 10.632); manda observar no exercicio de 1914 os de ns. 6.079, 7.817, 8.520, 9.323 e 10.162, de 1906, 1910, 1911, 1912 e 1913 (decr. numero 10.714 A); mantém em sua plenitude o de n. 8.141, de 1910 (decr. n. 10.716); declara sem effeito o de n. 10.571, de 1913 (decr. n. 10.775); altera a clausula III do de numero 10.366, de 1913 (decr. n. 10.836); declara sem effeito o de n. 10.053, de 1913 (decr. n. 11.016); declara sem effeito o de n. 10.972, de 1914 (decr. n. 11.071); cassa os de ns. 9.896, de 1912, e 10.339, de 1913 (decr. n. 11.099); cassa o de n. 10.042, de 1913 (decr. n. 11.133); declara caduca a concessão feita pelo de n. 7.620, de 1909 (decr. numero 11.135); declara sem vigor o de n. 11.037, de 1914 (decr. n. 11.209 A); altera o de n. 11.047, de 1914 (decreto n. 11.242); cassa o de n. 8.682, de 1911 (decr. nu-

mero 11.512; rectifica os de ns. 2.935 e 11.419, de 1915 (decr. n. 11.513); declara sem effeito o de n. 11.160, de 1914 (decr. n. 11.566); cassa o de n. 10.110, de 1913 (decr. n. 11.567); cassa o de n. 8.471, de 1910 (decr. numero 11.568); cassa o de n. 10.164, de 1913 (decr. n. 11.576); cassa o de n. 10.165, de 1913 (decr. n. 11.612); cassa o de n. 11.384, de 1914 (decr. n. 11.613); cassa os de ns. 10.224, 10.750 e 10.751, de 1913 e 1914 (decr. n. 11.614); cassa o de n. 10.190, de 1913 (decr. n. 11.652); cassa o de n. 10.995, de 1914 (decr. n. 11.654); cassa o de n. 10.643, de 1913 (decr. n. 11.661); cassa o de n. 10.885, de 1914 (decr. numero 11.662); cassa o de n. 11.181, de 1914 (decr. n. 11.663); cassa o de n. 10.868, de 1914 (decr. n. 11.664); cassa o de n. 11.292, de 1914 (decr. n. 11.665); cassa o de n. 10.217, de 1913 (decr. n. 11.671); cassa a concessão feita pelo de n. 4.396, de 1902 (decr. n. 11.672); cassa o de n. 11.335, de 1914 (decr. n. 11.696); cassa o de n. 10.484, de 1913 (decr. n. 11.713); cassa o de n. 10.389, de 1913 (decr. numero 11.714); cassa os de ns. 10.366, 10.836, 10.864 e 11.347, de 1913 e 1914 (decr. n. 11.715); cassa o de n. 10.786, de 1914 (decr. n. 11.716); cassa o de n. 11.337, de 1914 (decr. n. 11.717); cassa os de ns. 11.346 e 11.342, de 1914 (decr. n. 11.718); cassa o de n. 11.335, de 1914 (decr. numero 11.719); cassa o de n. 10.265, de 1913 (decr. n. 11.725); cassa o de n. 11.176, de 1914 (decr. n. 11.800); cassa o de n. 9.652, de 1912 (decr. n. 11.743); cassa o de n. 9.453, de 1911 (decr. n. 11.769); cassa o de n. 11.346, de 1914 (decr. n. 11.770); cassa o de n. 10.887, de 1914 (decr. n. 11.780); rectifica o de n. 11.709, de 1915 (decr. numero 11.781); cassa os de ns. 9.430 e 10.254, de 1913 (decr. n. 11.785); cassa o de n. 10.702, de 1914 (decr. numero 11.798); cassa o de n. 10.865, de 1914 (decr. n. 11.799); cassa o de n. 11.176, de 1914 (decr. n. 11.800); cassa o de n. 11.050, de 1914 (decr. n. 11.801); cassa o de n. 8.899, de 1912 (decr. n. 11.816); cassa o de n. 10.791, de 1914 (decr. n. 11.819); altera o art. 2º do de n. 4.865, de 1903 (decr. n. 11.821); cassa os de ns. 10.411, de 1913, e 11.655, de 1915 (decr. n. 11.824); cassa o de n. 10.886, de 1914 (decr. n. 11.826); cassa o de n. 10.947, de 1914 (decr. numero 11.827); cassa o de n. 10.483, de 1913 (decr. n. 11.828); revoga o de n. 11.527, de 1915 (decr. n. 11.856); cassa o de n. 10.824, de 1914 (decr. n. 11.871); declara sem effeito o de n. 10.705, de 1914 (decr. n. 11.901); cassa o de n. 10.095, de 1913 (decr. n. 11.913); corrige omissão do de n. 11.914, de 1916 (decr. n. 11.922); cassa o de n. 11.294, de 1914 (decr. n. 11.924); cassa o de n. 11.333, de 1914 (decr. numero 11.925); cassa o de n. 10.442, de 1913 (decr. n. 11.938); cassa o de n. 10.095, de 1914 (decr. n. 11.939); cassa o de n. 10.308, de 1913 (decr. n. 11.957); rectifica o de n. 11.809, de 1915 (decr. n. 11.959); cassa o de n. 10.430, de 1913 (decr. n. 11.965); cassa o de n. 10.421, de 1913 (decr. numero 11.966); cassa o de n. 10.084, de 1913 (decr. n. 11.967); cassa o de n. 10.083, de 1913 (decr. n. 11.968); declara sem effeito o de n. 9.715, de 1912 (decr. n. 11.969); declara sem effeito o de n. 10.839, de 1914 (decr. n. 11.970); cassa o de n. 10.367, de 1913 (decr. n. 11.977); declara sem effeito o de n. 11.638, de 1915 (decr. n. 11.978); cassa o de nu-



mero 10.200, de 1913 (decr. n. 11.986); cassa o de n. 11.305, de 1914 (decr. n. 12.034); cassa os de ns. 11.047 e 11.248, de 1914 (decr. n. 12.035); cassa o de n. 10.913, de 1914 (decr. n. 12.037); cassa o de n. 10.172, de 1913 (decr. numero 12.038); cassa o de n. 11.372, de 1914 (decr. n. 12.039); cassa o de n. 11.121, de 1914 (decr. n. 12.040); rectifica o de n. 11.915, de 1916 (decr. n. 12.041); cassa o de n. 12.503, de 1913 (decr. n. 12.047); cassa o de n. 10.994, de 1914 (decr. n. 12.054); cassa o de 11.186, de 1914 (decr. numero 12.055); cassa os de ns. 10.664, de 1913, e 11.029, de 1914 (decr. n. 12.056); cassa os de ns. 9.809, de 1912, e 11.086, de 1914 (decr. n. 12.057); cassa os de ns. 11.072 e 11.251, de 1914 (decr. n. 12.058); cassa o de n. 10.435, de 1913 (decr. n. 12.059); cassa o de n. 10.815, de 1914 (decr. n. 12.060); cassa os de ns. 11.014, 11.049 e 11.296, de 1914 (decr. n. 12.061); cassa o de n. 11.365, de 1914 (decr. n. 12.062); cassa o de n. 10.269, de 1913 (decr. numero 12.109); cassa o de n. 10.189, de 1913 (decr. n. 12.110); cassa o de n. 11.215, de 1914 (decr. n. 12.116); cassa o de n. 9.282, de 1911 (decr. n. 12.117); cassa o de n. 11.371, de 1914 (decr. n. 12.118); cassa o de n. 9.019, de 1911 (decr. n. 12.119); cassa o de n. 10.888, de 1914 (decr. numero 12.120); cassa os de ns. 10.470, de 1913, e 10.706, de 1914 (decr. n. 12.125); cassa o de n. 10.046, de 1913 (decr. n. 12.130); cassa o de n. 11.183, de 1914 (decr. numero 12.128); cassa o de n. 11.332, de 1914 (decr. 12.149); cassa o de n. 11.339, de 1914 (decr. n. 12.150); cassa os de ns. 10.539, de 1913, e 10.866, de 1914 (decr. n. 12.151); cassa os de ns. 10.306, de 1913, e 10.914, de 1914 (decr. numero 12.152); cassa o de n. 10.615, de 1913 (decr. n. 12.214); declara sem effeito o de n. 12.179, de 1916, na parte relativa á suppressão de um logar de segundo official aduaneiro da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 12.222); cassa o de n. 10.356, de 1913 (decr. n. 12.235); altera o de n. 12.131, de 1916 (decr. n. 12.241); cassa o de n. 10.481, de 1913 (decr. n. 12.283); cassa os de ns. 10.499, de 1913 e 10.769, de 1914 (decr. n. 12.285); cassa os de ns. 10.214 e 10.543, de 1913 (decr. n. 12.286); cassa o de n. 10.280, de 1913 (decr. n. 12.287); cassa o de n. 10.188, de 1913 (decr. numero 12.294); cassa o de n. 11.046, de 1914 (decr. n. 12.311); cassa os de ns. 11.091 e 11.345, de 1914 (decr. n. 12.316); cassa o de n. 8.849, de 1914 (decr. n. 12.317); cassa os de ns. 10.984 e 11.218, de 1914 (decr. n. 12.318); cassa o de n. 10.043, de 1913 (decr. n. 12.327); altera o de n. 12.308, de 1916 (decr. n. 12.320); altera o de n. 12.308, de 1916 (decr. n. 12.329); cassa o de n. 10.081, de 1913 (decr. numero 12.422); cassa o de n. 10.304, de 1913 (decr. n. 12.446); cassa o de n. 11.334, de 1914 (decr. n. 12.451); cassa o de n. 8.863, de 1911 (decr. n. 12.453); cassa o de n. 10.336, de 1913 (decr. n. 12.476); cassa o de n. 7.896, de 1910 (decr. n. 12.499); cassa o de n. 10.996, de 1914 (decr. numero 12.517); revoga os de ns. 11.038, 11.066, 11.092, 11.984 e 12.471, de 1916 (decr. n. 12.533); cassa o de numero 10.431, de 1913 (decr. n. 12.567); corrige um engano com que foi publicado o de n. 3.291, de 1917 (decr. n. 12.580); altera clausulas que baixaram com o de n. 12.477, de 1917 (decr. n. 12.590); cassa o de n. 10.408, de 1913 (decr. nu-

mero 12.598); cassa o de n. 8.426, de 1910 (decr. n. 12.611); cassa o de n. 10.771, de 1914 (decr. n. 12.612); cassa o de n. 10.628, de 1913 (decr. n. 12.644); cassa o de n. 11.928, de 1914 (decr. n. 12.670); cassa o de n. 8.511, de 1911 (decreto n. 12.683); cassa o de n. 10.790, de 1914 (decr. numero 12.692); declara sem effeito o de n. 12.707, de 1917 (decr. n. 12.752); torna sem effeito o de n. 3.489, de 1918 (decr. n. 12.846); cassa o de n. 8.425, de 1910 (decr. numero 12.887), altera o art. 1º, alinea b, do de n. 11.498, de 1915 (decr. n. 12.978); cassa o de n. 8.420, de 1910 (decreto n. 13.052); cassa o de n. 11.451, de 1915 (decr. numero 13.101); cassa o de n. 11.450, de 1914 (decr. n. 13.114); cassa o de n. 10.420, de 1913 (decr. n. 13.130); altera a clausula II do de n. 13.004, de 1918 (decr. n. 13.186); clara sem effeito o de n. 12.926, de 1918 (decr. n. 13.260); rectifica o de n. 18.254, de 1918 (decr. n. 13.278); cassa o de n. 11.052, de 1914 (decr. n. 13.301); modifica o de numero 12.981, de 1918 (decr. n. 13.326); revoga o de numero 8.871, de 1911 (decr. n. 13.343); rectifica o art. 10 do de n. 3.724, de 1919 (decr. n. 13.493); revoga o de numero 12.734, de 1917 (decr. n. 13.521); declara sem nenhum effeito o de n. 13.262, de 1918 (decr. n. 13.523 A); cassa o de n. 10.202, de 1915 (decr. n. 13.530); rectifica a parte do art. 2º do de n. 3.641, de 1918 (decr. n. 13.625); rectifica o de n. 13.585, de 1919 (decr. n. 13.633); revoga o de numero 11.065, de 1914 (decr. n. 13.668); faz ligeiras correções no de n. 13.705, de 1919 (decr. n. 13.705); rectifica o de n. 13.653, de 1919 (decr. n. 13.765); faz ligeira alteração no de n. 13.653, de 1919 (decr. n. 13.824); modifica o de n. 13.738, de 1919 (decr. n. 13.825); modifica o de n. 13.798, de 1919 (decr. n. 13.863); substitue os de numeros 13.651, 13.652 e 13.765, todos de 1919 (decr. numero 13.916); revoga o de n. 12.897, de 1918 (decr. numero 13.926); modifica a clausula I do de n. 13.879, de 1919 (decr. n. 13.972); cassa o de n. 8.046, de 1910 (decr. numero 13.973); corrige o art. 24 do de n. 4.018, de 1920 (decreto n. 14.028); rectifica o legislativo de n. 4.017, de 1920 (decr. n. 14.036); altera os de ns. 7.009, de 1918 e 12.324, de 1916 (decr. n. 14.054); cassa o de n. 9.936, de 1912 (decreto n. 14.083); cassa o de n. 10.199, de 1913 (decr. numero 14.151); dispõe sobre a execução do legislativo de n. 4.061, de 1920 (decr. n. 14.157); approva o regulamento para execução do de n. 3.508, de 1918 (decr. n. 14.177); dá regulamento para execução do de n. 3.987, de 1920 (decreto n. 14.189); cassa o de n. 6.908, de 1908 (decr. numero 14.213); approva o para execução do legislativo de n. 4.018, de 1920 (decr. n. 14.250); revoga o de n. 12.375, de 1917 (decr. n. 14.253); rectifica o de n. 14.117, de 1920 (decr. n. 14.333); torna sem effeito o de n. 14.386, de 1920 (decr. n. 14.430); corrige o legislativo de n. 4.158, de 1920 (decr. n. 14.518); corrige o de n. 14.425, de 1920 (decr. numero 14.519); torna sem effeito o de n. 14.433, de 1920 (decreto n. 14.590); torna sem effeito o de n. 14.434, de 1920 (decr. n. 14.591); torna sem effeito o de n. 14.435, de 1920 (decr. n. 14.592). — Ver BANCOS — CONSOLIDAÇÃO — ENCAMPACÃO — REGULAMENTOS — TARIFAS.

DEFESA — Organiza a minada do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 12.310) — Ver ACCÓRDOS — COMMANDOS — REGULAMENTOS.

DELEGAÇÃO — Ver GRATIFICAÇÃO — LEIS — REGULAMENTOS.

DELIBERAÇÃO — Ver COMPANHIAS — SOCIEDADES — VENCIMENTOS.

DEMARCAÇÃO — Ver PROTOCOLLOS.

DENOMINAÇÕES — Dá nova á Directoria Geral de Estatística (decr. n. 9.106); dá a de Serviço de Informações e Divulgação ao Serviço de Informações e Bibliotheca (decr. n. 9.195); autoriza a substituição da de "Bahia Rubber & Fibre Plantations, Limited", pela de "British and Brazilian Rubber Plantations and Manufacturers, Limited" (decr. n. 10.278); dá nova ao Corpo de Officiaes Inferiores da Armada (decr. n. 10.907); dá a de Serviço de Industria Pastoral á Directoria do Serviço de Veterinaria (decr. n. 11.460); dá a de Serviço de Informações ao Serviço de Informações e Divulgação (decr. n. 11.509); dá a de Serviço de Agricultura Pratica ao Serviço de Inspeção e Defesa Agricolas (decr. n. 11.519); dá nova a diversos postos e graduações no Corpo de Bombeiros. (decr. n. 12.573); autoriza a substituir a da sociedade anonyma "Amaral, Sutherland and Company, Limited", pela de "Gueret's Anglo-Brazilian Coaling Company, Limited", (decr. n. 12.686); concede autorização á sociedade anonyma Engenho Central Conde de Wilson para tomar a de Companhia União Agricola (decr. n. 12.794); concede autorização á sociedade anonyma Previdencia Paulista para tomar de Amideria Paulistana (decr. n. 13.137); concede autorização á "Société Anonyme des Roulements a Billes Suedois S. K. F." para tomar a de Companhia S. K. F. Brasil (decr. n. 13.220); concede autorização á "Jalmson & Company" para tomar a de "Vils, Johnson & Company A/S" (decr. n. 13.344); re-stabelece a da Secretaria de Estado da Guerra (decr. n. 13.418); muda a da Directoria do Serviço de Agricultura Pratica para Directoria do serviço de Inspeção e Fomento Agricolas (decr. n. 14.184); concede autorização á "Central and South American Telegraph Company" para tomar a de "All America Cables, Incorporated" (decr. n. 14.220); concede autorização para substituir a da Companhia Commercio e Navegação pela de Pereira Carneiro & Comp. Limitada (decr. n. 14.247); rectifica a da terceira cadeira do primeiro anno da Escola Naval (decr. n. 14.416); substitue por Policia Militar do Districto Federal a de Brigada Policial (decr. n. 14.477); concede á sociedade anonyma Fabricas Berenguer autorização para tomar a de Fabricas Neptuno e approva os estatutos (decr. n. 14.479) — Ver AUTORIZAÇÃO — COMPANHIAS — DIRECTORIAS — ESCOLAS — PORTOS — SOCIEDADES.

DENUNCIA — Ver CONVENÇÕES.

DEPARTAMENTO — Ver REGULAMENTOS.

DEPOSITOS — Eleva até o maximo de 10:000\$ os nas caixas economicas (decr. 11.706) — Ver COMPANHIAS — CONFERENCIAS — ESTRADAS DE FERRO — SERVIÇOS.

DESAPROPRIAÇÃO — Decretia a das bemfeitorias e terrenos marginaes ás cachoeiras do Funil e Joazal, no rio Parahybuna (decr. n. 9.067) — Ver CAES — NAVIOS — UTILIDADE.



DESCARGA — Ver ESTAÇÕES — MERCADORIAS.

DESCONTO — Ver OBRAS.

DESDOBRAMENTO — Ver ESCOLAS — RESPONSABILIDADE.

DESEMPATADOR — Ver CONTRACTOS.

DESENHOS — Ver CONVENÇÕES.

DESISTENCIA — Ver TAXAS.

DESOBSTRUÇÃO — Ver CREDITOS — SERVIÇOS.

DESPESAS — Approva as feitas pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1909 e 1910, nas linhas ferreas de concessão federal (decr. n. 9.727 ; approva as feitas pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1914, nas linhas de concessão federal (decr. n. 9.916); approva as feitas pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1912, nas linhas ferreas de concessão federal (decr. n. 10.389); incorpora ao capital das linhas ferreas de concessão federal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro a quantia de 317:791\$293 das feitas com a construcção da rectificação da linha de Rio Claro a Ityrapina (decr. n. 10.691); approva as feitas, nos annos de 1912, 1913 e 1914, pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro (decr. n. 11.994 ; incorpora ao capital da Companhia Paulista de Estradas de Ferro as com a construcção de linhas e acquisição de machinismos (decr. n. 12.135); incorpora ao capital das linhas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro a quantia de 49:278\$ das feitas em 1916 (decr. n. 12.427) — Ver CREDITOS — ESTRADAS DE FERRO — RAMAES.

DESVÍOS — Ver ESTRADAS DE FERRO.

DEVERES — Ver ADDIDOS.

DIA — Ver ELEIÇÕES — FESTAS.

DIARISTAS — Ver DISPENSA.

DIPLOMACIA — Ver AGENCIAS — LEGAÇÕES.

DIQUEs — Ver UTILIDADE.

DIRECÇÃO — Ver REGULAMENTOS.

DIRECTORIAS — Crea uma de Electricidade no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. n. 10.777); annexa á do Serviço de Estatística a typographia do Ministerio da Agricultura (decr. n. 11.426); reorganiza a do Serviço de Veterinária (decr. n. 11.460); reorganiza a do Serviço de Estatística (decr. n. 11.476); reorganiza a de Meteorologia e Astronomia (decr. n. 11.508); reorganiza o quadro do pessoal da do Expediente do Ministerio da Marinha (decr. n. 11.673); restabelece a denominação de Secretaria de Estado da Guerra, que tinha a actual de Expediente da Guerra (decr. n. 13.418) — Ver CAIXAS — LOGARES — QUADROS — REGULAMENTOS — VENCIMENTOS.

DIREITOS — Concede redução dos de importação a alguns artigos de produção norte-americana (decr. n. 11.867); declara isentas de aduaneiros as fructas frescas de procedencia argentina (decr. n. 12.333); concede redução dos de importação a alguns artigos de produção norte-americana (decr. n. 12.334); concede redução dos de importação a alguns artigos de produção norte-americana (decr. n. 12.812); concede redução dos de importação a alguns artigos de produção norte-americana (decr. n. 13.428); declara isentas do

aduanheiros as fructas frescas argentinas (decr. n. 13.429); concede redução dos de importação a alguns artigos de produção norte-americana (decr. n. 14.093); concede redução dos de importação a alguns artigos de produção belga (decr. n. 14.342) — Ver ARTIGOS — BANCOS — CONVENÇÕES — ISENÇÕES — PRESCRIÇÃO — REGULAMENTOS — TAXAS.

DISPENSA — Autoriza a do ponto aos operarios e diaristas da União no dia 1º de maio de 1919 (decr. n. 13.570) — Ver PRASO — PROMOÇÕES — TEMPO.

DISPOSIÇÕES — Ver CONSOLIDAÇÃO — DECRETOS — TERRENOS.

DISSOLUÇÃO — Ver ASSOCIAÇÕES.

DISTINCTIVO — Estabelece um para os alumnos da Escola de Artilharia e Engenharia (decr. n. 9.867) — Ver LEILÕES — NAVIOS — ORÇAMENTO.

DISTRICTOS — Crea um policial no Districto Federal (decreto n. 11.534); crea o 1º de artilharia de costa (decr. numero 12.502); declara que no 2º eleitoral do Estado do Ceará está incluído o municipio de Quixadá (decr. n. 12.759) — Ver ARTILHARIA — TERRITORIO.

DIVIDAS — Ver CREDITOS — EMISSÃO.

DIVIDENDOS — Ver REGULAMENTOS.

DIVISÕES — Ver CURADORIAS — EXERCITO — JUNTAS.

DOAÇÃO — Ver COLONIAS — PATRONATOS.

DOCAS — Ver COMPANHIAS.

DOCUMENTOS — Ver CONFERENCIAS — CREDITOS.

DOTAÇÕES — Ver INSTITUTOS.

DRAGAGEM — Ver CANAES.

DUALIDADE — Ver AUTORIDADE.

## E

EDIFICIO — Ver COLONIAS — COMPANHIAS — CREDITOS — REPARTIÇÕES.

EDUCAÇÃO — Ver PATRONATOS.

EFFECTIVO — Ver ESCOLAS — QUADROS.

ELECTRIFICAÇÃO — Autoriza a das linhas ferreas de que trata o decreto n. 7.960, de 1910 (decr. n. 9.170).

ELEIÇÕES — Designa o ultimo domingo de março de 1911 para as do Conselho Municipal (decr. n. 8.500); dá instruções para as municipaes de que trata o decreto n. 8.500 (decr. n. 8.527); providencia sobre o modo de cumprimento do disposto no paragrapho unico do art. 23 das instruções annexas ao decreto n. 8.527 (decr. n. 9.447); dá instruções para as municipaes (decr. n. 10.443); dá instruções para execução da lei n. 3.208, de 1916, sobre as federaes (decr. n. 12.391); dá regulamento para execução do decreto legislativo n. 3.206, de 1916, na parte relativa ás municipaes do Districto Federal (decr. n. 12.395); adia para 20 de maio de 1917 as para formação do Conselho Municipal do Districto Federal e para preenchimento das vagas de um senador e dous

deputados (decr. n. 12.399); designa o dia para a de presidente da Republica, no periodo de 1918-1922 (decr. n. 13.424); dá instrucções para a de intendentes municipaes (decreto numero 13.756); designa o dia da para o cargo de vice-presidente da Republica, no quadriennio de 1918 a 1922 (decr. numero 14.251) — Ver CREDITOS — DECRETOS — INSTRUCCOES.

ELEVAÇÃO — Ver BANCOS — CONSULADOS — INTERPRETES — VERBAS.

EMANCIPAÇÃO — Ver NUCLEOS.

EMBAIXADAS — Ver LEGAÇÕES.

EMBARCAÇÕES — Ver CREDITOS.

EMBARQUE — Ver TEMPO.

EMISSÃO — Autoriza a de apolices até a quantia de 30.000:000\$, juro de 5 %, papel (decr. n. 8.633); autoriza a de titulos no valor de 60.000.000 para pagamento de serviços contractados com a "South-American Railway Construction Company Limited" (decr. n. 9.168); autoriza a de apolices até a quantia de 50.000:000\$, juro de 5 %, papel (decreto n. 9.345); autoriza a de apolices até a quantia de 105.000:000\$, juro de 5 %, papel (decr. n. 9.528); autoriza a de titulos no valor de £ 2.400 ou frs. 60.580.000, ou marcos 49.200.000, juro de 4 %, ouro, para pagamento de serviços contractados com a Estrada de Ferro Santa Catharina (decr. n. 9.765); autoriza a de apolices na importancia de 50:000\$, juros de 5 % para aquisição da Ferro Carril Vassourense (decr. n. 9.935); autoriza a de apolices até a quantia de 50:000:000\$, juro de 5 %, papel (decr. n. 9.528); autoriza a de titulos no valor de £ 2.400.000, ou frs. 60.580.000, ou marcos 49.200.000, juro de 6 %, ouro, para pagamento de serviços contractados com a Estrada de Ferro Santa Catharina (decr. n. 9.765); autoriza a de apolices na importancia de 50.000:000\$, juro de 5 % (decr. n. 10.135); autoriza a de apolices até a quantia de 5.000:000\$, juro de 5 %, papel (decr. n. 10.282); autoriza a de apolices até 32.000:000\$ para liquidar as dividas do Lloyd Brasileiro (decr. n. 10.387); resolve a de 150.000:000\$, em notas do Thesouro Nacional (decr. n. 11.091); autoriza a de apolices até a quantia de 20.000:000\$, juro de 8 % (decr. n. 11.098); resolve a de 25.000:000\$, em notas do Thesouro Nacional (decr. n. 11.119); resolve a de 7.500:000\$, em notas do Thesouro Nacional (decr. n. 11.164); autoriza a de apolices até a quantia de 5.000:000\$, juro de 5 %, papel (decr. n. 11.431); providencia sobre a de letras do Thesouro Nacional até o valor de 50.000:000\$, ouro (decr. n. 11.471); providencia sobre a de letras do Thesouro Nacional até o valor de 100.000:000\$, papel (decr. n. 11.478); providencia sobre a de letras do Thesouro Nacional na Delegacia em Londres, por conta da importancia de 50.000:000\$, ouro (decr. n. 11.510); autoriza a de apolices até a quantia de 20.000:000\$, juro de pagamento de dividas de sentenças judiciais (decr. n. 11.516); autoriza a de apolices até a quantia de 20:000\$, juro de 5 % (decr. n. 11.642); autoriza a, em notas do Thesouro Nacional, até 150.000:000\$ e igual quantia em apolices de 1:000\$, juro de 5 %, papel (decr. n. 11.693); autoriza a de apolices juro de 5 %, papel, para liquidação de compromissos do Thesouro Nacional anteriores a 1915 (decr. n. 11.694); autoriza



a de apolices, juro de 5 %, papel, dos valores de 200\$ e 500\$ (decr. n. 11.699); autoriza a da quantia de 11.000:000\$, em notas do Thesouro Nacional (decr. n. 11.897); autoriza a de 40.000:000\$, em notas do Thesouro Nacional (decr. n. 11.893); autoriza a de apolices até 25.000:000\$, juros de 5 % (decr. n. 12.107); autoriza a de 50.000:000\$, em notas do Thesouro Nacional (decr. n. 12.128); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 427:140\$977, ouro, para pagamento de juros e mais despesas da autorizada pelo decr. n. 8.794, de 1911 (decr. n. 12.143); autoriza a em apolices até a quantia de 25.000:000\$, juro de 5 % (decr. n. 12.159); autoriza a da quantia de 40.000:000\$, em notas do Thesouro Nacional (decr. n. 12.281); prorroga por mais dous annos o prazo para o das letras, papel, do Thesouro Nacional, emittidas de accôrdo com o decreto n. 11.478, de 1915 (decr. n. 12.400); autoriza a de apolices na importancia de 1.257:000\$ (decr. n. 12.447); autoriza a da quantia de 20.000:000\$, em notas do Thesouro Nacional (decr. n. 12.463); autoriza a de 24.000:000\$, em notas do Thesouro Nacional (decr. n. 12.525); autoriza a de notas do Thesouro Nacional até 150:000\$ (decr. n. 12.604); autoriza a de apolices na importancia de 400:000\$ para pagamento á "John Jackson (Sud-America), Limited" (decr. n. 12.682); autoriza a de 20.000:000\$ em apolices, juros de 5 %, para construcção de estradas de ferro (decr. n. 12.771); autoriza a de apolices na importancia de 37.731:500\$, ao typo de 85, para pagamento da encampação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (decr. n. 12.857); autoriza a de papel moeda sobre notas da Caixa de Conversão pertencentes ao Thesouro Nacional (decr. numero 12.963); autoriza a da importancia de 20.000:000\$, em moedas divisionarias de nickel e cobre (decr. n. 13.198); autoriza a de apolices na importancia de 663:000\$ para indemnizar aos interessados nos contractos das obras dos portos de Jaraguá e Corumbá (decr. n. 13.328); autoriza a de apolices na importancia de 40.000:000\$ para despesas com a construcção de estradas de ferro federaes (decr. n. 14.199); autoriza a de apolices na importancia de 9.863:000\$ para a rescisão do contracto de construcção e arrendamento da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte (decr. numero 14.200); autoriza a de 4.000:000\$ em apolices da divida publica do valor de 1:000\$, juros de 5 %, para despesas com a construcção de um edificio destinado ao funcionamento da justiça local do Districto Federal (decr. n. 14.453) — Ver REGULAMENTO — SERVIÇOS.

EMOLUMENTOS — Estabelece uma tabella de consulares (decr. n. 11.976).

EMPREGADOS — Ver LEIS.

EMPRESAS — Reconhece sob a denominação de Fluvial Piauihyense a de Oliveira, Pearce & Comp., que executa o serviço de navegação do Alto-Parnahyba (decr. n. 10.344) — Ver APPARELHOS — AUTORIZAÇÃO — CABOS — CONTRACTOS — ESTATUTOS — ESTRADAS DE FERRO — PRAZO — VAPORES.

EMPRESTIMOS — Autoriza a contractar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons o de £ 4.500.000 (decr. n. 8.621); autoriza a contractar o de £ 11.000.000, ao juro de 5 % (decr. n. 10.197); autoriza a contractar um, sob a forma de *funding* (decr. n. 11.182); autoriza a assignar com a Companhia Estrada de Ferro e Minas S. Jeronymo contracto para um de

4.400:000\$ (decr. n. 12.767); permite ás pessoas jurídicas que possuírem em suas fabricas tecidos ou materia prima (algodão ou lã nacionaes) contrahirem com o Banco do Brasil (decr. n. 13.407) — Ver FAVORES.

ENCAMPACÃO — Ver ASSOCIAÇÕES — ESTRADAS DE FERRO — RAMAIS — REDE — SOCIEDADES.

ENCOMENDAS POSTAES — Ver CONVENÇÕES — REGULAMENTOS — SERVIÇOS.

ENERGIA — Ver COMPANHIAS — LINHAS.

ENFERMARIA — Crea uma veterinaria na fazenda do Leitão, nas proximidades de Bello Horizonte (decr. numero 8.974).

ENFERMEIROS — Ver CONVENÇÕES.

ENGANO — Ver DECRETOS — LEIS.

ENSINO — Subordina ao regimen do agronomico, com a denominação de Horto Florestal, a secção agronomica do Jardim Botânico (decr. n. 9.245); reorganiza o secundario e superior (decr. n. 11.530); estabelece bases para a reorganização do militar e criação de cursos de aviação, veterinaria e outros (decr. n. 13.451) — Ver INSTITUTOS — LEIS — REGULAMENTOS — UNIVERSIDADES.

ENTREPOSTO — Transfere para Porto Velho o publico do Santo Antonio do Rio Madeira (decr. n. 9.463).

EQUIPAMENTO — Ver PLANO — PRAÇAS.

EQUITACÃO — Ver REGULAMENTOS.

ESCADAS — Approva o plano e orçamento de quatro, do ferro, junto á ponte fluctuante para o serviço de passageiros no porto de Manáos (decr. n. 8.746).

ESCOLAS — Manha funcionar a de Guerra na de Artilharia e Engenharia (decr. n. 8.522); crea uma theorico-pratica de agricultura no Estado da Bahia (decr. n. 8.584); dá novo regulamento á Naval (decr. n. 8.650); approva o regulamento da Polytechnica (decr. n. 8.663); annexa á Média ou Theorico-Pratica de Agricultura do Rio Grande do Sul um posto zootechnico e uma estação experimental (decr. n. 8.810); providencia sobre a matricula no primeiro anno do curso fundamental da de Minas (decr. n. 8.871); approva o regulamento para a Nacional de Bellas Artes (decr. n. 8.964); crea um permanente de lacticinios no municipio de Barbacena (decr. n. 9.083); crea um permanente de lacticinios em São João d'El Rey (decr. n. 9.265); altera o art. do regulamento baixado com o decreto n. 8.584, de 1911 (decr. n. 9.406); crea uma pratica de agricultura em Juiz de Fora (decr. numero 10.181); suspende os cursos e mais trabalhos da Agricola da Bahia (decr. n. 10.855); reduz o effectivo da de Grumetes (decr. n. 11.427); reorganiza a Nacional de Bellas Artes (decr. n. 11.749); fixa os vencimentos dos funcionarios da Preparatoria Quinze de Novembro (decre. n. 12.001); transfere as sedes da Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria e da Media ou Theorico-Pratica da Bahia e reune em um só os dous estabelecimentos e a de Agricultura annexa ao Posto Zootechnico de Pinheiro com a denominação de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria (decr. numero 12.012); crea a de Machinistas Auxiliares (decr.

n. 12.023); crea de aviação e de submersíveis (decr. n. 12.167); desdobra a 15ª cadeira da Superior e de Medicina Veterinária (decr. n. 12.839); transforma a 1ª cadeira (álgebra e trigonometria) da Superior de Agricultura e Medicina Veterinária na cadeira de mecânica agrícola e de machinas agrícolas (decr. n. 12.877); desdobra a 19ª cadeira (anatomia e histologia pathologicas) da Superior de Agricultura e Medicina Veterinária em duas cadeiras distinctas (decr. n. 12.878); modifica as condições de admissão á Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (decr. n. 12.879); transfere a sede da Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (decr. n. 12.894); dispõe sobre o auxilio para manutenção das nos Estados (decr. n. 13.014); revoga o decreto n. 8.871, de 1911 (decr. n. 13.313); autoriza o accôrdo com a Prefeitura do Districto Federal no sentido de aceitar a transferencia para o Governo Federal da Normal de Artes e Offícios Wenceslau Braz (decr. n. 13.721); approva e manda executar instrucções para a matrícula na Naval (decr. n. 14.400) — Ver CADEIRAS — CREDITOS — DISTINCTIVOS — INSTITUTOS — LOGARES — REGULAMENTOS — VENCIMENTOS.

ESCRITURA — Ver COLONIAS.

ESCRIVÃES — Ver MEIAS — VENCIMENTOS.

ESGOTOS — Approva as plantas das estações geradoras e depuradoras para o serviço dos da ilha de Paqueta (decr. n. 8.725). — Ver INSPECTORIAS — OBRAS — REGULAMENTOS.

ESPECIALIDADE — Ver QUADROS.

ESPECTACULO — Ver REGULAMENTOS.

ESSENCIAS — Estabelece medidas no intuito de intensificar a cultura de florestaes (decr. n. 12.897; revigora o decreto n. 12.897, de 1918 (decr. n. 13.926).

ESTABELECIMENTOS — Ver FAVORES — INSTITUTOS.

ESTAÇÕES — Approva o local, na linha do Governador, para a construcção da de carga e descarga de minério e carvão; pelos contractantes Carlos G. da Costa Wigg e Trajano P. V. de Medeiros (decr. n. 8.830); approva a planta e o orçamento para a construcção da de Camassary, na Estrada de Ferro de Bahia a Alagoinhas (decr. n. 9.419; approva os estudos definitivos e o orçamento da variante para a collocação da inicial do ramal de Uberaba, da Estrada de Ferro de Goyaz (decr. n. 9.437; approva o projecto e orçamento para construcção de um triangulo de reversão na de Morretes, da Estrada de Ferro do Paraná (decr. n. 9.450); crea uma sericícola no municipio de Bento Gonçalves (decr. n. 9.550; revoga o decreto n. 8.532, de 1910, que approvou a escolha da de Porangaba, da Estrada de Ferro de Baturité para ponto inicial da linha de Uruburetama (decr. n. 9.598); crea uma sericícola na Colonia Rodrigo Silva, no municipio de Barbacena (decr. n. 9.662); crea uma experimental para o cultivo intensivo do algodoeiro no municipio de Coroadá (decr. n. 9.803; concede á Companhia Estrada de Ferro S. Paulo Rio Grande autorização para construir e explorar uma maritima no porto de S. Francisco (decr. n. 9.967); estabelece uma experimental para cultura da sêringueira no Amazonas e approva o respectivo regulamento (decr. n. 10.050); es-



tabelece uma experimental para a cultura da seringueira no Estado do Pará e approva o respectivo regulamento (decr. n. 10.051); estabelece uma experimental para cultura da seringueira no Estado de Matto Grosso e approva o respectivo regulamento (decr. n. 10.052); estabelece uma experimental para a cultura da maniçoba conjunctamente com a mangabeira no Estado da Bahia approva o respectivo regulamento (decr. n. 10.053); estabelece uma experimental para a cultura da maniçoba conjunctamente com a mangabeira e approva o respectivo regulamento (decr. n. 10.054); estabelece uma experimental para a cultura da maniçoba conjunctamente com a mangabeira no Estado de Minas Geraes e approva o respectivo regulamento (decr. n. 10.055); crea a Central de Chimica Agricola (decr. n. 11.477); crea a de Biologia da Marinha (decr. n. 11.507); crea uma de pomicultura no Estado de Pernambuco (decr. n. 11.877); crea uma geral de experimentação no Estado da Bahia (decr. n. 11.878); crea uma geral de experimentação em Campos (decr. n. 11.879); crea uma geral de experimentação em Escada (decr. n. 11.880); crea uma geral de experimentação em Coroatá (decr. n. 11.881); approva o projecto e orçamento para a construção da variante da Bahia Colorada, na Estrada de Ferro Madeira e Mamoré (decr. n. 12.425); transforma em de pomicultura o Campo de Demonstração de Deodoro (decr. n. 13.010); autoriza a instalar de monta em diversas regiões (decr. n. 13.011); transfere para o Ministerio da Marinha as radiotelegraphicas sob a jurisdição do Ministerio da Viação (decr. n. 13.424); transfere para o Ministerio do Viação diversas radiotelegraphicas (decr. n. 13.354); approva as clausulas do contracto a ser celebrado com a Agencia Havas para o estabelecimento de uma radiotelegraphica de grande alcance (decr. n. 14.474); colloca sob a jurisdição directa da Secretaria de Estado da Agricultura as geraes de experimentação em Escada, Bahia e Campos e a de pomicultura de Deodoro (decr. n. 44.246); crea uma experimental para a cultura de algodão no local denominado Pendencia (decr. n. 14.319) — VER CONTRACTO — CREDITOS — ESCOLAS — ESTRADAS DE FERRO — REDE — REGULAMENTOS — UTILIDADE — UZINAS — ZONAS.

ESTADO DE SITIO — Declara até 31 de março de 1914, o Districto Federal e as comarcas de Niteroy e Petropolis (decr. n. 10.796); declara em o Estado do Ceará, até 31 de março de 1914 (decr. n. 10.797); prorga o declarado pelos decretos ns. 10.796 e 10.797, de 1914 (decr. n. 10.835); prorroga até 31 de outubro de 1914 o declarado pelos decretos ns. 10.796, 10.797 e 10.855 (decr. n. 10.864); declara em, até 31 de dezembro de 1917, o Districto Federal e os Estados do Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul (decr. n. 12.716); autoriza a o declarar successivamente nas partes do territorio onde o exigirem as necessidades e os deveres da situação (decr. n. 12.740); prorroga até 26 de fevereiro de 1918 o declarado pelo decreto n. 12.716, de 1917 (decr. n. 17.787); declara em, até 31 de dezembro de 1918, o Districto Federal e diversos Estados (decr. n. 12.902) — VER GENEROS — RECONHECIMENTO — RESEGURO.

ESTADO DE GUERRA — VER FISCALIZAÇÃO — REGRAS.

ESTADO-MAIOR — VER REGULAMENTOS — UNIFORMES.

ESTADO DO RIO — Ver AUTORIDADES.

ESTADOS — Ver CONTRACTOS — REGULAMENTOS.

ESTALEIROS — Ver ISENÇÕES.

ESTATISTICA — Ver REGULAMENTOS.

ESTATUTOS — Approva as modificações dos do Banco de credito Brasileiro (decr. n. 8.581); approva os da sociedade anonyma Moinho Santista (decr. n. 8.639); approva os da companhia de seguros Lloyd Paraense (decr. n. 8.681); approva os da sociedade Previdente Amparense (decr. n. 8.682); approva os da companhia de seguros maritimos e terrestres Previdente (decr. n. 8.697); approva alterações nos da Companhia Nacional de Seguros de Vida Cruzeiro do Sul (decr. n. 8.743); approva os da "Pressischen National Versicherungs Gesellschaft" (decr. n. 8.744); approva a alteração feita no art. 21 dos da Companhia Paulista de Seguros (decr. n. 8.759); publica os da "S. Paulo Electric Company, Limited" (decr. n. 8.791); approva as alterações feitas nos da "Nord-Deutsche Versicherungs Gesellschaft" (decr. n. 8.796); approva, com alterações, os da Previdencia, caixa paulista de pensões (decr. n. 8.802); publica os da "Northern Comp. (decr. n. 8.811); approva as modificações dos da Caixa Mutua de Pensões Vitalicias (decr. n. 8.846); publica os do "Deutsche Ueberseeische Bank" (Banco Allemão Transatlantico) (decr. n. 8.847); publica os da "Hansa Allgemeine Versicherungs-Gesellschaft" (decr. n. 9.339); approva a alteração dos da "Nord Deutsche Versicherungs Gesellschaft", augmentando o capital (decr. n. 9.428); approva os novos da sociedade mutua de peculio e garantia do capital Tranquillidade (decr. n. 9.472); approva os novos da "Mannheimer Versicherungs Gesellschaft" (decr. n. 9.508); approva os novos da sociedade mutua de peculio e garantia do capital Tranquillidade (decr. n. 9.472); approva os novos da "Mannheimer Versicherungs Gesellschaft" (decr. n. 9.508); approva alterações feitas nos da sociedade anonyma Pensionato da Familia (decr. n. 9.530); approva as alterações feitas nos da companhia de seguros maritimos e terrestres Confiança (decr. n. 9.587); approva as alterações feitas nos da companhia de seguros Cruzeiro do Sul (decr. n. 9.596); approva as alterações feitas nos da sociedade anonyma Pensionato da Familia (decr. n. 9.644); approva os da Associação Beneficente Vera Cruz (decr. n. 9.728); approva as alterações feitas nos da companhia de seguros terrestres e maritimos União Commercial dos Varegistas (decr. n. 9.749); approva os da sociedade de seguros mutuos Montepio da Familia (decr. n. 9.797); approva a reforma dos da Companhia Cervejaria Brahma (decr. n. 9.804); approva alterações dos da companhia de seguros maritimos e terrestres Indemnizadora (decr. n. 9.811); approva alterações dos da sociedade anonyma "Banque Française pour le Brésil et l'Amérique du Sud" (decr. n. 9.830); approva alterações dos da sociedade mutua Igualdade (decr. n. 9.962); approva os da "London and Lancashire Fire Insurance Company, Limited" (decr. n. 10.149); approva a reforma dos da sociedade de seguros Aliança de Sul (decr. n. 10.166); approva modificações dos da Caixa Mutua de Pensões Vitalicias (decr. n. 10.174); approva os da "New-York Life Insurance Company" (decr. n. 10.192); approva os da companhia de se-

gueros marítimos e terrestres Argos Fluminense (decr. n. 10.219); approva modificações dos da Associação Mutua Excelsior (decr. n. 10.230); approva modificações dos da Aliança do Brasil, sociedade mutua de peculios e bonificações (decr. n. 10.254); approva alterações feitas nos da Sociedade de Credito Urbano (decr. n. 10.268); rectifica o decreto n. 10.230, de 1913 (decr. n. 10.281); approva os da sociedade anonyma "Credit Foncier du Brésil et de l'Amérique du Sud" (decr. n. 10.284); approva modificações feitas nos da sociedade mutua de peculios A Bonificadora (decr. n. 10.322); approva alterações feitas nos da companhia de seguros de vida Previdencia do Sul (decr. n. 10.335); approva os novos da sociedade a Reserva do Futuro (decr. n. 10.339); approva os da companhia de seguros Marítimos e terrestres Aliança (decr. n. 10.357); approva alterações feitas nos da Caixa Paulista de Pensões Previdencia (decr. n. 10.385); approva alterações feitas nos da sociedade Previdencia (decr. n. 10.388); approva modificações dos da Mutua Brasil, sociedade anonyma de peculios e educação (decr. n. 10.409); approva as alterações feitas nos da sociedade anonyma de peculios Zona da Mata (decr. n. 10.434); approva modificação feita nos da sociedade de peculios sobre a vida A Auxiliadora (decr. n. 10.441); approva os da Companhia Brasileira de Seguros (decr. n. 10.501); approva os da companhia de seguros terrestres e marítimos Aliança da Bahia (decr. n. 10.529); approva os da sociedade Dote Paraense (decr. n. 10.548); approva alteração feita nos da Sociedade Mutua Beneficente Familistaria (decr. n. 10.549); approva alterações feitas nos da companhia de seguros marítimos e terrestres União Fluminense (decr. n. 10.550); approva a reforma dos da Caixa Geral das Famílias (decr. n. 10.587); approva os novos da companhia de seguros marítimos e terrestres Brasil Seguradora e Edificadora (decr. n. 10.589); approva resoluções de assembléas geraes reformando os da sociedade de peculios mixtos Thesouro da Família (decr. n. 10.595); approva os da Cruzeiro do Sul, companhia nacional de seguros de vida, marítimos e terrestres (decr. n. 10.596); approva os da sociedade anonyma Pensionato da Família (decr. n. 10.597); approva os da companhia de seguros marítimos e terrestres Garantia (decr. n. 10.612); approva alterações feitas nos da Caixa Mutua de Pensões Vitalicias (decr. n. 10.667); approva alterações feitas nos da companhia de seguros "L'Union" (decr. 10.748); approva modificação feita nos da "Preussische National Versicherungs Gesellschaft" (decr. n. 10.752); approva os da sociedade A Fidelidade (decr. n. 10.770); approva modificações feitas nos da sociedade mutua de peculios Globo (decr. n. 10.785); approva a reforma dos da sociedade anonyma de peculios e auxilios mutuos União Mineira (decr. n. 10.853); approva os da companhia de seguros Novo Mundo (decr. n. 10.864); approva modificações feitas nos da sociedade anonyma de peculios mutuos Mutualidade do Sul (decr. n. 10.866); approva a reforma dos da sociedade anonyma Moinho Fluminense (decr. n. 10.891); approva a reforma dos da Companhia Brasileira de Laecinhos (decr. n. 10.918); approva a reforma dos da sociedade anonyma Moinho Fluminense (decr. n. 10.929); modifica os da sociedade mutua A Salvadora Mundial (decr.



n. 10.949); approva alterações feitas nos da sociedade anonyma de peculios A União Internacional (decr. n. 10.950); approva alterações feitas nos da sociedade de peculios A Minas Geraes (decr. n. 10.972); approva os novos da sociedade de seguros Alliança do Sul, que passa a denominar-se Companhia de Seguros S. Paulo (decr. n. 10.974); approva a reforma dos da «Société Anonyme des Chocolats Suisses» (decr. n. 11.012); declara sem effeito o decreto n. 10.853, de 1914 (decr. n. 11.016); approva os da companhia de seguros terrestres e marítimos Alliança (decr. n. 11.030); approva a reforma dos da Cooperativa Militar do Brasil (decr. n. 11.035); approva modificações feitas nos da sociedade mutua de seguros sobre a vida A Triumphal (decr. n. 11.044); approva modificações feitas nos do Banco Nacional Ultramarino (decr. n. 11.051); declara sem effeito o decreto n. 10.972, de 1914, que approvou as modificações dos da sociedade de peculios Minas Geraes (decr. n. 11.071); approva alterações feitas nos da companhia de seguros terrestres e marítimos Argos Fluminense (decr. n. 11.075); approva os da sociedade anonyma de peculios A Universal (decr. n. 11.086); approva alteração feita nos da Companhia de Seguros Brasil (decr. n. 11.097); cassa o decreto n. 10.339, de 1913 (decr. n. 11.099); approva os da sociedade mutua de peculios A Bonificadora (decr. n. 11.129); approva os da sociedade de auxilios mutuos Garantia Dotal (decr. n. 11.149); approva os da Maternidade do Rio de Janeiro (decr. n. 11.151); approva a reforma dos da sociedade anonyma Segurança da Família (decr. n. 11.295); approva a reforma dos da sociedade Fraternidade Pernambucana (decr. n. 11.340); approva a reforma dos da Cooperativa Mineira de Lactecios (decr. n. 11.352); approva os da sociedade de seguros mutuos Montepio da Família (decr. n. 11.472); approva as resoluções da assembléa geral de 22 de outubro de 1914 da Previdencia, caixa paulista de pensões e peculios (decr. n. 11.504); approva os da sociedade de seguros A Salvadora Mineira (decr. n. 11.528); approva alterações feitas nos da sociedade de auxilios mutuos A Protectora (decr. n. 11.549); approva alterações feitas nos de «Nord-Deutsche Versicherungs Gesellschaft» (decr. n. 11.603); approva a reforma dos da sociedade mutua de peculios e garantia do capital Tranquilidade (decr. n. 11.615); approva a reforma dos da sociedade anonyma Industrias Matarazzo do Paraná (decr. n. 11.674); approva a reforma dos da sociedade anonyma Industrias Reunidas Fabricas Matarazzo (decr. n. 11.675); approva os da sociedade mutua de peculios Thesouro da Família (decr. n. 11.687); approva os do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado (decr. n. 11.700); approva modificações feitas nos da companhia de seguros Lloyd Paracense (decr. n. 11.708); approva modificações feitas nos da companhia de seguros Lloyd Amazonense (decr. n. 11.786); approva a reforma dos da Companhia Ararense de Litteria (decr. n. 11.883); approva os da Mutualidade Vitalicia dos Estados Unidos do Brasil (decr. n. 11.916); approva alterações feitas nos da sociedade anonyma de peculios por mutualidade A Amparadora (decr. n. 12.018); approva a reforma dos da sociedade anonyma Moinho Fluminense (decr. n. 12.065); approva alterações feitas nos do Banco do Brasil (decr. n. 12.081);

aprova a reforma dos da Companhia Uzinaz Nacionaes (decr. n. 12.097); approva alterações feitas nos da sociedade anonyma A Perseverança Internacional (decr. n. 12.121); approva a reforma dos da Empresa de Aguas Gazosas (decr. n. 12.123); approva modificações feitas nos da sociedade A Previdencia, caixa paulista de pensões (decr. n. 12.131); approva a reforma dos da Companhia de Avicultura (decr. n. 12.176); approva alterações feitas nos da Associação Mutua Paulista (decr. n. 12.180); approva os da companhia de seguros Alliança Mineira (decr. n. 12.226); approva alterações feitas nos do Banco de Credito Rural e Internacional (decr. n. 12.231); approva inodificações feitas nos da sociedade A Previdencia, caixa paulista de pensões (decr. n. 12.241); approva modificações feitas nos da companhia de seguros A Indemnizadora (decr. n. 12.254); approva modificações feitas nos da companhia de seguros terrestres e maritimos União Commercial dos Varegistas (decr. n. 12.326); approva a reforma dos da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Retalhista de Carnes Verdes (decr. n. 12.369); approva os da companhia de seguros maritimos e terrestres Lealdade (decr. n. 12.418); approva modificações feitas nos da sociedade Caixa Mutua de Pensões Vitalicias (decr. n. 12.435); approva modificações feitas nos de companhia de seguros maritimos e terrestres A Previdente (decr. n. 12.436); approva os da companhia de seguros maritimos e terrestres Integridade (decr. n. 12.462); approva a reforma dos da Companhia Vieiras Mattos (decr. n. 12.484); approva a reforma dos da sociedade anonyma de peculios e dotes A Previsora (decr. n. 12.505); approva os da companhia de seguros maritimos e terrestres Pelotense (decr. n. 12.506); approva modificação feita nos da sociedade de peculios A Minas Geraes (decr. n. 12.520); approva alterações feitas nos da companhia de seguros terrestres e maritimos Brasil (decr. n. 12.535); approva a reforma dos da sociedade anonyma Industrias Reunidas Fabricas Matarazzo (decr. n. 12.569); approva a reforma dos da Companhia Brasileira de Lacticinios (decr. n. 12.592); approva alterações feitas nos do Banco dos Funcionarios Publicos (decr. n. 12.635); approva a reforma dos da sociedade em commandita por acções Moinho Santa Cruz (decr. n. 12.651); altera os estatutos da companhia de seguros maritimos e terrestres A Confiança (decr. n. 12.652); approva com alterações, os da Mutualidade Vitalicia dos Estados Unidos do Brasil (decr. n. 12.653); approva os da «American Chemical Works, Inc.» (decr. n. 12.663); approva os da companhia de seguros terrestres e maritimos Alliança da Bahia (decr. n. 12.669); approva os do Banco Auxiliar do Estado de S. Paulo (decr. n. 12.727); approva a reforma dos da sociedade em commandita por acções Moinho Santa Cruz (decr. n. 12.774); approva a reforma dos da Companhia Brasileira de Carnes Conservadas (decr. n. 12.795); approva a reforma dos da sociedade anonyma Industrias Reunidas Matarazzo (decr. n. 12.835); approva a reforma dos da Companhia Manufactura de Conservas Alimenticias (decr. n. 12.863); approva os da Companhia Brasileira de Seguros (decr. n. 12.883); approva os da companhia de seguros maritimos e terrestres Garantia (decr. n. 12.900); approva alterações feitas nos da Companhia Nacional de Seguros Mutuos Contra Fogo (decr. n. 12.912);

aprova a reforma dos da Companhia Ararense de Leitaria (decr. n. 12.925); approva os da sociedade Economizadora Paulista (decr. n. 13.005); approva alterações feitas nos da companhia de seguros marítimos e terrestres Minerva (decr. n. 13.031); approva a reforma dos da sociedade anonyma Industrias Matarazzo do Paraná (decr. n. 13.036); approva a reforma dos da sociedade Previdencia, caixa paulista de pensões (decr. n. 13.058); approva alterações feitas nos da companhia de seguros marítimos e terrestres Rio Grandense (decr. n. 13.087); approva a reforma dos da Companhia Armour do Brasil (decr. n. 13.154); approva a reforma dos da Companhia Progresso Nacional (decr. n. 13.223); approva a reforma dos da sociedade anonyma Moinho Santista (decr. n. 13.386); approva a reforma dos da companhia de seguros Tranquillidade (decr. n. 13.298); approva os da companhia de seguros marítimos e terrestres Minerva (decr. n. 13.311); approva alterações dos do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado (decr. n. 13.450); approva a reforma dos da Companhia Industrial e Mercantil Casa Fracalanza (decr. n. 13.453); approva alterações feitas nos do "Lond and Lancashire Fire Insurance Company" (decr. n. 13.456); approva os da companhia de seguros terrestres e marítimos Interesse Publico (decr. n. 13.472); approva alterações feitas nos da Caixa Geral das Familias (decr. n. 13.475); approva a reforma dos da Companhia Armour do Brasil (decr. n. 13.482); approva a alteração do art. 3º dos da sociedade anonyma Grandes Moinhos do Brasil (decr. n. 13.483); approva a reforma dos da Companhia Puglisi (decr. n. 13.499); approva alterações dos da Companhia Geral Commercial do Rio de Janeiro, "The General Commercial Company, Limited of Rio de Janeiro" (decr. n. 13.551); approva a alteração do art. 6º dos da Companhia Commercio e Navegação (decr. n. 13.576); approva alterações feitas nos da "Alliance Assurance Company, Limited" (decr. n. 13.598); approva a reforma dos da sociedade anonyma Empresa de Aguas Gaseosas (decr. n. 13.642); approva a alteração do art. 1º dos da sociedade anonyma Moinho Fluminense (decr. n. 13.643); approva os da Companhia Uzinhas Nacionais (decr. 13.694); approva a reforma dos da Companhia Vieiras Mattos (decr. n. 13.720); approva alterações feitas nos da "London and Lancashire Fire Insurance Company, Limited" (decr. n. 13.728); approva as novas alterações dos da sociedade anonyma Industrias Reunidas Fabricas Matarazzo (decr. n. 13.769); approva a alteração do art. 4º dos da Companhia Salutar de Hygienização de Lacticínios (decr. n. 13.780); approva os da companhia de seguros Previdencia do Sul (decr. n. 13.811); approva modificações alterando os da Companhia Brasileira de Seguros (decr. n. 13.880); approva os da companhia de seguros marítimos e terrestres União dos Proprietarios (decr. n. 13.957); cassa o decreto n. 8.046. de 1910 (decr. n. 13.973); approva alterações feitas nos da "Guardian Assurance Company" (decr. n. 14.088); approva alteração feita nos da Companhia Santista de Seguros (decr. n. 14.138); approva a reforma dos da sociedade anonyma Companhia União Agricola (decr. n. 14.148); approva alteração dos da Companhia Armour do Brasil (decr. n. 14.165); approva modificações feitas nos da sociedade de seguros Garantia da Amazonia (decr. n. 14.187); approva alterações



feitas nos da Economizadora Paulista, caixa internacional de pensões vitalícias (decr. n. 14.188); approva alterações feitas nos da companhia de seguros e terrestres Garantia (decr. n. 14.221); approva o projecto e o orçamento de um desvio morto e um embarcadouro para o gado, a serem construídos na estação de Rodolpho Paixão, da Estrada de Ferro Mogyana (decr. n. 14.240); approva alterações feitas nos da companhia de seguros terrestres, e marítimos União Commercial dos Vagregistas (decr. n. 14.254); approva alterações feitas nos da Companhia de Industrias e Commercio Casa Tolle (decr. n. 14.259); approva os da companhia de seguros marítimos e terrestres União (decr. n. 14.266); approva alteração feita nos da companhia de seguros marítimos e terrestres Integridade (decr. n. 14.267); approva a alteração do art. 4º dos da Companhia Armour do Brasil (decr. n. 14.361); approva alterações feitas nos da Companhia Armour do Brasil (decr. n. 14.454); approva alteração feita nos da sociedade anonyma de seguros de vida e por mutualidade A Amparadora (decr. n. 14.480); approva alterações feitas nos da sociedade anonyma Companhia Brasileira de Seguros Terrestres e Marítimos Anglo Sul-Americana (decr. n. 14.504); approva alterações feitas nos da "Royal Insurance Company" (decr. n. 14.547); approva alterações feitas nos da "Liverpool & London & Globo Insurance Company" (decr. n. 14.550) — Ver AUTORIZAÇÃO — COMPANHIAS — PRASO — SOCIEDADES.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — Ver CREDITOS — TARIFAS.

ESTRADA DE RODAGEM — Autoriza a entrar em accôrdo com os Estados de Minas e do Rio, para a construção da União e Industria, (decr. n. 13.053).

ESTRADAS DE FERRO—Estabelece regras para concessão das das colonias com direito á subvenção (decr. n. 8.532); approva a planta da bifurcação de transmissão de energia electrica, aproveitada do rio Itapanhaú, a que se referem os decretos ns. 7.052 e 7.100, de 1908 (decr. n. 8.626); autoriza a "Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul" a construir um ramal ferreo de Pedreira do Capão de Leão á estação de Pelotas (decr. n. 8.627); proroga por 18 mezes o praso contractual para a conclusão das obras do trecho de Ipú e Grathéis, da de Sobral (decr. n. 8.628); autoriza a transferência ao engenheiro José Mattoso Sampaio Corrêa, ou á companhia que organizar, do contracto para a construção e arrendamento do prolongamento da de Maricá, de Nilo Pecanha a Iguaba Grande (decr. n. 8.673); approva os definitivos e o respectivo orçamento para a modificação da linha em trafego da do Paraná, entre Serrinha e o Kilometro 124 + 445 (decr. n. 8.701); approva os estudos e orçamento para a reconstrução dos trechos de Ribeirão a Cortez, na de Ribeirão a Bonito (decr. n. 8.727); declara caduca a concessão da da Praça da Republica á Barra de Guaratiba (decr. n. 8.763); approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho da linha ferrea de villa de Itabapoana a Bom Jesus de Itabapoana (decr. n. 8.804); approva os estudos definitivos e o orçamento da variante do trecho da linha tronco da de Goyaz, approvados pelo decreto n. 8.274, de 1910 (decr. n. 8.805); approva os estudos defintiivos e

os orçamentos da linha tronco da de Goyaz (decrs. ns. 8.826 e 8.827); approva os estudos definitivos e os orçamentos do ramal de Uberaba a S. Pedro de Alcantara, da de Goyaz (decr. n. 8.828); approva as despesas feitas pela Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviaes durante o anno de 1909 com os estudos e construção da de Baurú (decr. n. 8.840); approva os estudos definitivos e os orçamentos da linha tronco da de Goyaz, na extensão de 224 kilometros (decr. n. 8.860); autoriza Manoel José da Costa Lisboa a construir, sem onus para o Thesouro, uma destinada ao transporte dos minerios de sua propriedade em Antonina (decr. n. 8.931); transfere a Paulo Orozimbo de Azevedo e outros, ou á empresa que organizarem, a concessão feita a Paulo Orozimbo de Azevedo para construção de uma colonial (decr. n. 9.003); proroga por 12 mezes o praso para construção do trecho da Central do Rio Grande do Norte comprehendido entre Traipú e Caicó (decr. n. 9.004); approva o orçamento das despesas relativas a diversas obras na da Bahia a Alagoinhas (decr. n. 9.005); approva o orçamento de despesas relativas á substituição da via permanente, da linha de Alagoinhas até o Rio S. Francisco (decr. n. 9.005 A); approva os estudos definitivos e o orçamento da linha de Igarapava a Uberaba, da Mogyana (decr. n. 9.006); proroga por quatro mezes o praso fixado na clausula II do decreto n. 7.935, de 1910, para apresentação dos estudos do ramal de Tibagy, da Sorocabana (decr. n. 9.024 A); approva os estudos definitivos e o orçamento, referentes ao ramal de Timbó a Sipó, partindo da estação de Aporá, na de Timbó a Propriá (decr. n. 9.077); declara caduca a concessão do prolongamento da do Norte ao Porto das Caixas (decr. n. 9.102); proroga por quatro mezes, improrogaveis, o praso estabelecido na clausula XI do decreto n. 7.928, de 1910, para reconstrução da linha em trafego da do Paraná (decr. n. 9.125); approva os estudos definitivos e o orçamento, do ultimo trecho da de Tres Corações a Lavras (decr. n. 9.126); autoriza a electrificação das linhas ferreas de que trata o decreto n. 7.960, de 1910 (decr. n. 9.170); autoriza a revisão dos contractos para a construção e arrendamento da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 9.172); concede á de Theresopolis o prolongamento de sua linha até o sul de Itabira de Matto Dentro (decr. n. 9.255); approva os estudos definitivos e o orçamento do ramal de Abaeté, da Oeste de Minas (decr. n. 9.326); approva os estudos definitivos e o orçamento da de Jaguarão a Basilio (decr. n. 8.356); approva a planta das modificações nas officinas da do Paraná, em Ponta Grossa (decr. n. 9.357); approva os estudos definitivos e orçamento da de S. Sebastião a Sant'Anna do Livramento (decr. n. 9.358); approva os estudos definitivos e o orçamento dos primeiros 20 kilometros da de Mogy das Cruzes á Fazenda do Rio Claro (decr. n. 9.435); approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho de 50 kilometros da de Bom Jesus dos Meiras a Tremedal (decr. n. 9.522); approva os estudos definitivos e o orçamento do ramal de Passos (decr. n. 9.523); substitue a linha de Sant'Anna dos Ferros a Serro Frio, da de Victoria a Diamantina, pela que, partindo de Baguary, vá servir aos municipios de Guanhães e Serro Frio (decr. n. 9.542); approva as plantas e os orçamentos para a construção das estações e mais edificios de

madeira na linha de S. Francisco, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 9.545); approva os estudos definitivos e os orgamentos de duas secções da de Alegrete a Quarahy (decr. n. 9.556); approva os estudos definitivos e o orgamento de um trecho da linha do ramal de Timbó-Cajueiro a Sipó (decr. n. 9.557); approva os estudos definitivos e os orgamentos de duas secções da linha de S. Sebastião á Sant'Anna do Livramento (decr. n. 9.558); approva os estudos definitivos e o orgamento dos primeiros 50 kilometros do ramal ferreo de S. Borja, da de S. Pedro-S. Luiz (decr. n. 9.559); approva os definitivos e o orgamento de um trecho da linha do ramal de Timbó-Cajueiro a Sipó (decr. n. 9.560); approva os estudos definitivos e o orgamento referentes aos kilometros 50 a 100 da secção Gravatá, da de Theophilo Ottoni a Tremedal (decr. n. 9.615); approva os estudos definitivos e o orgamento de um trecho da de S. Pedro a S. Luiz (decr. n. 9.633); approva os estudos definitivos e o orgamento referente ao kilometros 0 a 50 do ramal da Central da Bahia, de Bandeira de Mello á Brotas (decr. n. 9.636); approva os estudos definitivos, referentes ao primeiro trecho de 50 kilometros da linha de ligação da de S. Francisco á Central da Bahia (decr. n. 9.637); approva os estudos definitivos e o orgamento de Piquete a Itajubá (decr. n. 9.638); approva os estudos definitivos e o orgamento do trecho de S. Francisco do Paraizo a Santa Rita de Cassia (decr. n. 9.648); approva os estudos definitivos e o orgamento da variante de Itapipoca, da linha de Uruburetama (decr. n. 9.654); approva os estudos definitivos e o orgamento referentes a 50 kilometros de Bom Jesus dos Meiras a Tremedal (decr. numero 9.655); approva os estudos definitivos e o orgamento concernentes a diversos trechos de linhas nos prolongamentos das de Baturité e Sobral (decr. n. 9.657); approva os estudos definitivos e o orgamento do prolongamento da Central da Bahia, de Machado Portella a Carinhonha (decr. n. 9.658); approva as plantas e orgamento das installações necessarias para a estação de triagem a construir-se na varzea de Gravatáhy (decr. n. 9.659); approva os estudos definitivos e o orgamento do prolongamento da Central da Bahia, de Machado Portella a Carinhonha (decr. n. 9.660); approva os estudos definitivos e o orgamento de um trecho da linha de Santiago a S. Borja (decr. n. 9.664); approva os estudos de um trecho da linha de Cedro a Carrancas, da Oeste de Minas (decr. n. 9.669); prorroga o prazo para conclusão das obras de rectificação da linha de Rio Claro (decr. n. 9.680); approva os estudos do prolongamento do ramal de Itapeccica a Formiga, na Oeste de Minas (decr. n. 9.696); approva os estudos definitivos e os orgamentos dos trechos de Itapicuri á Cachimbos, Cachimbos a Coroatá e Coroatá a Codó, da de S. Luiz a Caxias (decr. n. 9.697); approva os estudos definitivos e o orgamento do ultimo trecho da linha de S. Pedro a S. Luiz e ramal de S. Borja (decr. n. 9.699); approva os estudos definitivos e o orgamento do trecho da de Uberaba á Villa Platina (decr. n. 9.700); prorroga por mais um anno o prazo estipulado no decreto n. 8.351, de 1910, para conclusão da construcção da variante de Sarapully-Aetura, da linha norte da Leopoldina (decr. n. 9.709); prorroga por mais um anno o prazo estipulado na clausula VII do decreto n. 7.479, de 1909 (decr. n. 9.710); approva as plantas e o orgamento do prolon-



gamento do desvio Ypiranga, da do Paraná (decr. n. 9.720); prorroga até 31 de março de 1913 o prazo fixado na clausula III do decreto n. 7.455, de 1909, para conclusão das obras de construção do ramal de Curralinho a Diamantina (decr. n. 9.722); approva as plantas e o orçamento para a construção de um triangulo de reversão na estação de Curitiba, da do Paraná (decr. n. 9.723); approva os projectos e os orçamentos das estações e mais edificios a se construirem na linha de S. Francisco, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 9.726); prorroga até 24 de novembro de 1914 o prazo para conclusão da construção da de S. Luiz a Caxias (decr. numero 9.753); approva os estudos definitivos da linha de ligação das S. Francisco e Central da Bahia (decr. n. 9.754); approva as plantas e orçamentos para a construção de varias obras no ramal da Costa do Mar, da «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil» (decr. n. 9.770); approva os estudos definitivos e o orçamento para a construção da linha no ramal de Feirá de Sant'Anna, da Central da Bahia (decr. n. 9.771); approva os estudos definitivos de um trecho da linha de S. Pedro a S. Luiz e ramal de S. Borja (decr. n. 9.772); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho da linha de Machado Portella a Carinhanha, no prolongamento da Central da Bahia (decr. numero 9.790); approva os estudos definitivos e o orçamento do segundo trecho do prolongamento de Independencia a Picuhy, da Conde d'Eu (decr. n. 9.794); approva as plantas e o orçamento para a construção de um desvio em Uruguayana, da «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil» (decr. n. 9.813); approva os estudos definitivos de um trecho da linha de ligação das S. Francisco e Central da Bahia (decr. n. 9.815); approva as plantas e o orçamento para a construção de novos desvios na estação de S. Gabriel, da de Porto Alegre a Uruguayana (decr. n. 9.876); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho do ramal da Central da Bahia, de Bandeira de Mello e Brotas (decr. numero 9.879); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho do ramal de Guarapuava, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 9.910); autoriza a S. Paulo-Rio Grande a ampliar os desvios existentes em diversas estações e o armazem de mercadorias, na estação de Pirahy (decr. n. 9.928); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho da linha de Theophilo Ottoni a Tremedal (decr. n. 9.934); autoriza a Companhia S. Paulo-Rio Grande a adquirir material rodante e de tracção destinado á do Paraná (decr. numero 9.947); approva o projecto e orçamento para a reconstrução de um tunel da linha de S. Francisco, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 9.968); prorroga por 18 mezes o prazo estipulado na clausula XIX do decreto n. 6.899, de 1908, para conclusão das obras da de Itapura a Corumbá (decr. n. 9.970); substitue o art. 111 do regulamento da Central do Brasil (decr. n. 9.977 B); approva os estudos definitivos e o orçamento referentes a um trecho do prolongamento da Central da Bahia, de Machado Portella a Carinhanha (decr. n. 9.992); approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho de S. Luiz a Rosário, da de S. Luiz a Caxias (decr. n. 10.009); modifica o traçado da linha de Monte Bello a Santa Rita de Cassia, da Mogyana (decr. n. 10.063); approva os estudos definitivos da primeira secção do ramal de Guarapuava, da

S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 10.064); manda construir uma do Rio de Janeiro a Porto Alegre (decr. n. 10.088); approva os estudos definitivos e o orçamento da variante na linha de ligação das de S. Francisco e Central da Bahia (decr. n. 10.096); approva os estudos definitivos e o orçamento da linha de ligação da estação central da Central do Rio Grande do Norte, á ponte de Potengy (decr. n. 10.114); autoriza a mudança da linha da de Ibitinga a S. João das Tres Barras (decr. n. 10.116); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho da de Coroatá ao Tocantins (decr. n. 10.133); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho do ramal de Campo Maior á Amarração (decr. n. 10.156); approva os estudos definitivos e o orçamento das modificações no ramal de Morretes a Antonina, da do Paraná (decr. n. 10.158); approva os projectos e orçamentos para a substituição de trilhos e lastramento da linha de Paranaguá a Curitiba, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 10.159); approva os estudos definitivos e o orçamento do primeiro trecho da de Villa Nova a Campos (decr. numero 10.179); approva os estudos definitivos e o orçamento do primeiro trecho da de Monte Azul a Maribondo (decr. n. 10.180); approva os estudos definitivos e o orçamento das modificações no trecho de Serrinha a Curitiba, da do Paraná (decr. n. 10.193); approva os estudos definitivos e o orçamento do primeiro trecho da Colonial de Barreiros a Serfãosinho, no Estado de Pernambuco (decr. n. 10.196); approva os estudos definitivos e o orçamento das modificações no trecho entre Serrinha e Rio Negro, da do Paraná (decr. n. 10.205); approva os estudos definitivos e o orçamento da linha de S. Francisco, no trecho da cidade de União da Victoria e o rio Paraná (decr. n. 10.206); approva as plantas e orçamentos para a construcção de dois armazéns de aço em Porto Velho, na Madeira e Mamoré (decr. n. 10.208); approva os estudos definitivos e o orçamento do ramal do morro do Chapéo, da linha de ligação, da de S. Francisco á Central da Bahia (decr. n. 10.223); approva os estudos definitivos e o orçamento das modificações da linha de Curitiba a Ponta Grossa, da do Paraná (decr. n. 10.227); approva os projectos e orçamentos de diversas obras a executar na do Paraná (decr. n. 10.232); approva os projectos e orçamento apresentados pela Mogyana (decr. n. 10.234); approva os projectos e orçamentos para installação de varias caixas d'agua na do Paraná (decr. n. 10.235); approva os projectos e o orçamento da modificação da linha entre Curitiba e Boca Nova, da do Paraná (decr. n. 10.237); concede novos prazos improrogaveis para execução de servicos contractados com a Norte do Brasil (decr. n. 10.239); approva os estudos definitivos e o orçamento do segundo trecho do prolongamento de Pesqueira a Flores, da Central de Pernambuco (decr. numero 10.250); approva o projecto e orçamento para a construcção de um triangulo de reversão e de tres linhas para desvio, em Banhado, na do Paraná (decr. n. 10.251); approva os estudos definitivos e o orçamento do segundo trecho do prolongamento de Viçosa a Palmeira dos Indios, da Central de Alagóas (decr. n. 10.270); approva os projectos e orçamentos para execução de melhoramentos no material rodante e de tracção da do Paraná (decr. n. 10.271); autoriza a con-

strucção de um posto telegraphico na linha de Jaguará a Araguary, da Mogyana (decr. n. 10.272); prorroga até 30 de novembro de 1913 o praso fixado para conclusão do trecho de Rosario a Itapicuru, da de S. Luiz a Caxias (decr. n. 10.273); approva até 6 de novembro de 1914 o praso estipulado na clausula XI do decreto n. 7.928, de 1910, para conclusão das obras da linha de S. Francisco, entre Hansa e Porto da União da Victoria (decr. n. 10.275); prorroga até 7 de setembro de 1913 o praso do do n. 3 da clausula VII do contracto autorizado pelo decreto n. 7.942, de 1910, para conclusão do prolongamento da de Maricá (decr. n. 10.294); approva os estudos definitivos de trechos da linha Theophilo Ottoni a Tremedal (decr. n. 10.296); approva os estudos definitivos do trecho da linha de Rio Claro, entre as estações desse nome a de Ilyrapina, da Paulista (decr. n. 10.314); approva os estudos definitivos e o orçamento da secção de Gravatahy, da linha de Theophilo Ottoni a Tremedal (decr. n. 10.315); approva a tabella de preços complementar á do contracto de 3 de fevereiro de 1909, para construcção da de Timbó a Propriá (decr. n. 10.328); approva os estudos definitivos de um trecho entre Lages e Caicó, da do Rio Grandê do Norte (decr. n. 10.329); approva o projecto e orçamento de um edificio para a estação de Jaguarihyva, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 10.330); approva o projecto e orçamento para a construcção de um deposito de carros em Curityba, na do Paraná (decr. n. 10.345); modifica os orçamentos dos primeiros trechos dos prolongamentos das Central de Pernambuco e Central de Alagoas (decr. n. 10.352); approva o projecto e orçamento para a construcção de um trecho de linha de Tibagy, da Sorocabana (decr. n. 10.373); approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho da Colonia Mineira ao ponto terminal do ramal de Paranapanema, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 10.375); approva o projecto e orçamento para a construcção de casas de turmas de conservação da Madeira e Mamoré (decr. n. 10.379); approva os estudos definitivos e o orçamento do ultimo trecho da de Uberaba a Villa Platina (decr. n. 10.415); approva os estudos definitivos de um trecho da linha de Lages a Caicó, na Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 10.437); approva o projecto das officinas da do Paraná, em Curityba (decr. n. 10.472); prorroga até 31 de outubro de 1913 o praso para conclusão do prolongamento da de Sobral, de Ipú a Crathetús (decr. n. 10.473); autoriza a modificação do traçado da Sul do Espirito Santo (decr. n. 10.474); autoriza a Mogyana a construir casas para portadores, nas estações de Cascata e Bairro Alegre e para residencia do trafego em Poços de Caldas (decr. numero 10.475); approva os projectos e orçamentos de obras a serem executadas na do Paraná (decr. n. 10.497); prorroga até 7 de dezembro de 1913 o praso fixado para a conclusão do prolongamento da de Maricá (decr. n. 10.530); autoriza a Mogyana a construir uma estação, no Kilometro 30 — Monte Santo a S. Sebastião do Paraizo — e approva o projecto e orçamento (decr. n. 10.560); approva as plantas e orçamentos para a construcção de 10 casas para residencia de empregados na linha Rio Grande, da Mogyana (decr. numero 10.561); approva os projectos e o orçamento das obras de reparação do primeiro trecho da da Bahia e Minas (decr.



n. 10.582): prorroga até 29 de dezembro de 1913 o prazo fixado na clausula III do decreto n. 7.455, de 1909, para a conclusão das obras do ramal de Curralinho a Diamantina (decr. n. 10.583); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho de 100 kilometros da de Pelotas a São Pedro (decr. n. 10.585); prorroga por quatro mezes o estipulado na clausula III do contracto a que se refere o decreto n. 7.959, de 1910, para conclusão do prolongamento da Funilense (decr. n. 10.586); approva os estudos definitivos e o orçamento do ultimo trecho entre Indiana e o porto de Tybiriçá, do prolongamento de Tibagy, da Sorocabana (decr. n. 10.602); autoriza a substituir por vão fixo o vão movel da ponte sobre o rio Iguarassú, da Leopoldina (decr. numero 10.604); approva os estudos e o orçamento da linha de viação ferrea do Recife á cidade de Pedras de Fogo (decr. n. 10.613); approva os projectos de duas variante da linha do prolongamento da de Maricá (decr. n. 10.614); revalida a concessão da de Taubaté a Ubatuba (decr. n. 10.640); prorroga até 7 de janeiro de 1914 o prazo para conclusão do prolongamento da de Maricá (decr. n. 10.658); prorroga até 6 de novembro de 1914 o prazo a que se refere o decreto n. 10.275, de 1913 (decr. n. 10.694); declara que não será executado o contracto celebrado com a de Colonização Porto do Souza a Manhuassú (decr. n. 10.723); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho da de Santa Catharina, entre Itajahy e Blumenau (decr. n. 10.724); approva o projecto e orçamento para a construção de um viaducto na secção de Lages a Caicó, da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 10.795); autoriza a substituição de um traçado do primeiro trecho da de Muriahy (decr. n. 10.804); approva os estudos definitivos e o orçamento da de Santa Catharina, entre Hansa e Pepery-Guassú (decr. n. 10.818); prorroga por mais 18 mezes o prazo fixado para construção da Oeste de Minas (decr. n. 10.827); prorroga até 30 de outubro de 1914 o declarado pelos decretos ns. 10.796, 10.797 e 10.835, de 1914 (decr. n. 10.861); approva os estudos definitivos e o orçamento, a partir de Lages, do ramal de Lages a Macaó, da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 10.872); approva os projectos e orçamentos para as modificações em obras de arte no prolongamento da de Maricá (decr. numero 10.889); autoriza a substituição de um dos vãos centrais da ponte sobre o rio Potengy, modificando o projecto approved pelo decreto n. 9.172, de 1911 (decr. n. 10.917); prorroga até 31 de julho de 1914 o prazo para a construção da variante do Cabrito, a que se refere o contracto celebrado em virtude do decreto n. 8.648, de 1911 (decr. n. 10.927); autoriza a construção de diversos edificios na linha de Jaguará a Araguay, da Mogyana (decr. n. 10.944); substitua a linha do Baguary a Serro Frio, da de Victoria a Diamantina (decr. n. 10.986); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho do ramal de Brusque, na de Santa Catharina (decr. n. 11.008); approva o projecto e orçamento para a construção das novas estações de Paranaguá e Antonina, da do Paraná (decr. n. 11.040); approva o projecto e orçamento para a construção da ponte sobre o rio Macahé, da Central de Macahé (decr. n. 11.062); approva o projecto e o orçamento, para a construção de um edificio

para o deposito de locomotivas e carros na linha de S. Francisco, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 11.084); approva os projectos e orçamentos para execução de diversos melhoramentos na estação de Coutinho, da Sul do Espirito Santo (decr. n. 11.117); approva os estudos definitivos e o orçamento de trechos da de Pelotas a S. Pedro (decr. n. 11.130); modifica condições do artigo unico do decreto n. 10.604, de 1913 (decr. n. 11.137); approva os estudos e orçamentos para o prolongamento da linha de Rio Claro a Itirapina até S. Carlos e autoriza á Paulista a proceder a estudos do prolongamento até Araraquara e de Itirapina a Jahú (decr. numero 11.160); approva os estudos definitivos e o orçamento do terceiro trecho do prolongamento de Pesqueira a Flôres, da Central de Pernambuco (decr. n. 11.234); approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho de Lages a Macão, da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 11.235); autoriza a modificação no traçado do segundo trecho do prolongamento de Viçosa a Palmeira dos Indios, da Central de Alagoas (decr. n. 11.272); prorroga até 31 de dezembro de 1914 o praso estabelecido na clausula VIII do decreto n. 7.122, de 1908 (decr. n. 11.388); approva o projecto e o orçamento para a construcção da estação de Lages da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 11.514); approva os planos e orçamentos para a construcção de dois armazens de mercadorias na linha de Ilararé, da Sorocabana (decr. numero 11.547); declara sem effeito o decreto n. 11.160, de 1914, referente á linha de bitola larga da Companhia Paulista (decr. n. 11.566); approva o projecto e orçamento para a construcção de uma ponte sobre o rio Acú, do ramal de Feira de Sant'Anna, da Central da Bahia (decr. n. 11.622); autoriza a reforçar o a renovar as pontes dos trechos de Paranaguá a Ponta Grossa, da do Paraná (decr. n. 11.634); autoriza o accôrdo com a S. Paulo-Rio Grande (decr. numero 11.648); approva as modificações do projecto da ponte a ser construida sobre o Rio Grande, na linha de Igarapava a Uberaba (decr. n. 11.680); approva o accôrdo realizado com a Theresopolis para o fim de reduzir as responsabilidades da União (decr. n. 11.683); approva o projecto e o orçamento de obras no trecho de Lages a Calcó, da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 11.737); modifica o traçado da linha da Oeste de Minas, entre Henrique Galvão e a de Goyaz (decr. n. 11.738); approva o projecto e o orçamento para a construcção de uma estação no Kilometro 546, da linha de Araguay, da Mogyana (decr. n. 11.739); concede ao Dr. José Agostinho dos Reis privilegio durante 60 annos para a construcção, uso e gozo de uma, de Cuyabá a Santarém (decr. n. 11.750); approva o projecto e orçamento de uma casa para o agente da estação de Uberabinha, da linha de Araguay, da Mogyana (decr. n. 11.758); approva o projecto e orçamento para reconstrucção da ponte sobre o rio Macahé da Central de Macahé (decr. n. 11.773); approva a consolidação das clausulas do accôrdo de 27 de agosto de 1915 com a Theresopolis e as do contracto de 31 de dezembro de 1911 (decr. n. 11.796); approva as clausulas do contracto de consolidação a que se refere o accôrdo de 7 de agosto de 1915 com a S. Paulo-Rio Grande, em virtude do decreto n. 11.648, de 1915 (decr. n. 11.905); approva os estudos definitivos e o orçamento do ultimo trecho do ramal

de Lages a Macáo, da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 11.920); approva o projecto de uma ponte metallica sobre o rio Saracuruna, da Leopoldina (decr. n. 11.933); approva o projecto e orçamento para a construcção de desvios na estação de Agua Branca, da «S. Paulo Railway Company» (decr. n. 11.974); approva os projectos e orçamento para a reconstrucção de um trecho da de Theresopolis (decr. n. 11.982); approva os estudos e o orçamento do trecho de Theresopolis á Varzea, da de Theresopolis (decr. n. 11.992); approva os estudos e orçamentos para o prolongamento da linha de Rio Claro á Itirapina e autoriza a Paulista a proceder aos estudos do mesmo prolongamento (decr. n. 11.994); approva os estudos definitivos e o orçamento para reconstrucção de um trecho da de Theresopolis (decr. n. 12.036); approva a planta para obras na estação de Henrique Galvão, da Oeste de Minas e dos terrenos a desapropriar (decr. n. 12.076); prorroga até 31 de maio de 1917 o praso fixado pelo decreto n. 7.704, de 1909 (decr. n. 12.100); approva o projecto e orçamento de uma variante no traçado do trecho de Lages a Caicó, da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 12.115); approva os estudos definitivos de uma variante do ramal de Lages a Macáo, da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 12.137); approva o projecto de uma ponte metallica sobre o rio Iguassú, na Leopoldina (decr. n. 12.138); concede a Alberto Alvares de Azevedo de Castro privilegio para a construcção, uso e gozo de uma que, partindo de Cuyabá, vá entroncar com a de Araraquara (decr. n. 12.185); declara a rescisão do contracto para a construcção, uso e gozo de uma de Taubaté a Ubatuba (decr. n. 12.208); approva novo projecto e o orçamento para a estação de Lages, da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 12.233); approva o projecto de um viaducto, na linha de Lages a Caicó, da do Rio Grande do Norte (decr. n. 12.239); abre ao Ministerio da Viação o credito de 2.689;469\$904 para despesa com a construcção da ponte sobre o rio Paraná, na de Itapura a Corumbá (decr. n. 12.240); approva o projecto e o orçamento de uma ponte para o trecho S. Luiz-Rosario, da de S. Luiz a Caxias (decr. n. 12.258); approva os estudos do segundo trecho da do municipio de Barreiros ás proximidades da villa de Sertãozinho, no Estado de Pernambuco (decr. n. 12.307); approva o projecto e orçamento para a construcção do tunnel da estaca n. 140, do prolongamento da de Theresopolis (decr. n. 12.313); approva os planos e orçamento para o augmento do predio em que funcçãoa a administração da Noroeste do Brasil, em Baurú (decr. n. 12.350); concede á de Nordeste de S. Paulo privilegio para a construcção, uso e gozo de uma que, partindo de Ubatuba, termine em Paraizopolis (decr. n. 12.362); approva o projecto e orçamento para a construcção de um muro de arrimo no trecho de S. Luiz a Estiva, da de S. Luiz a Caxias (decr. n. 12.370); approva os planos e orçamentos para a construcção de novas estações da de Baurú a Itapura (decr. n. 12.371); approva o projecto e orçamento para a construcção de uma estação no Kilometro 36 da de Baurú a Itapura (decr. numero 12.382); approva o projecto e orçamento para a construcção do trecho da de Theresopolis, entre Varzea e Venda Nova (decr. n. 12.396); approva o projecto definitivo e o



orçamento para construção de um muro de arrimo na linha de ligação de Natal a Igapó, da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 12.403); approva o projecto e orçamento para a construção de um edificio para o almoxarifado e armazem de viveres na estação de Baurú, da de Baurú a Itapura (decr. n. 12.407); autoriza a construção de uma estação de 3ª classe e a modificação do traçado da de Baurú a Itapura (decr. n. 12.456); approva o projecto e orçamento para a construção de um desvio e augmento de plataforma na estação de Bomfim, da de Alagoinhas a Joazeiro (decr. n. 12.469); approva o orçamento para a construção de cercas de protecção na linha de Bomfim a Jacobina (decr. n. 12.529); concede á S. Paulo-Rio Grande o direito de desapropriar os terrenos e bemfeitorias necessarios para construção da linha para as jazidas de carvão de valle de rio do Peixe (decr. n. 12.602); approva os estudos definitivos do trecho entre Tubarão e Crescuma, da de S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 12.623); approva o projecto e orçamento para construção de um poste telegraphico no Kilometro 217 do ramal de Itararé, da Sorocabana (decr. numero 12.624); approva os projectos e orçamentos para a construção de um armazem, novos desvios, augmento de plataforma, na estação Presidente Penna, da Noroeste do Brasil (decr. n. 12.638); approva o projecto e orçamento para construção de uma plataforma de passageiros na estação de Baurú, da Noroeste do Brasil (decr. n. 12.655); proroga até 7 de abril de 1918 o praso fixado na clausula VII do decreto n. 7.942, de 1910 (decr. n. 12.667); autoriza a construção de novo edificio para a estação de Araçatubá, da de Baurú a Itapura (decr. n. 12.668); approva o projecto de um pontilhão no trecho de S. Luiz a Estiva, da de S. Luiz a Caxias (decr. n. 12.676); autoriza o emprego de alvenaria de pedra na construção do edificio destinado ás officinas da de Theresopolis (decr. n. 12.730); resolve encampar a de Baurú a Itapura e incorporal-a á de Itapura a Corumbá (decr. n. 12.746); approva os projectos de seis variantes no trecho em construção do ramal de Paranapanema (decr. n. 12.774); marca o praso de oito mezes para conclusão das obras da secção entre Henrique Galvão, da Oeste de Minas, e o Kilometro 48, da de Goyaz (decr. n. 12.805); manda intimar a Companhia S. Luiz a Caxias para conclusão da de S. Luiz a Caxias no praso de seis mezes (decr. n. 12.806); autoriza a modificação do contracto celebrado em virtude do decreto n. 12.309, de 1916, para a construção de uma de Barreiros a Sertãozinho (decr. n. 12.807); approva o projecto e orçamento de novos desvios na estação de Piriluba, da de Santos a Jundiaby (decr. n. 12.852); autoriza, em lugar de um córte, a construção de um tunnel e approva o projecto na linha de Lages a Caicó, na Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 12.853); approva o projecto e orçamento para a construção de uma variante na linha de Lages a Caicó da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 12.880); approva o projecto de uma variante da linha do Tubarão a Araranguá, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 12.881); proroga até 12 de maio de 1921 o praso estabelecido no decreto n. 7.995, de 1910, para a conclusão da linha de Tibagy, da Sorocabana (decr. n. 12.906); autoriza a construção de diversas obras na linha de Jaguará a Araguay, da Mogiana

(decr. n. 12.916); concede a suspensão do contracto a que se refere o decreto n. 12.369, de 1917 (decr. n. 12.918); concede a suspensão do contracto a que se refere o decreto n. 11.750, de 1915 (decr. n. 12.919); autoriza a substituição de trilhos entre as estações de Rechan e Bury, do ramal de Ilararé, da Sorocabana (decr. n. 12.951); autoriza a construção de um armazem na posto Delta, da linha Igarapava a Uberaba, da Mogyana (decr. n. 12.973); autoriza a construção de diversas obras nos ramaes de Tibagy e Ilararé, da Sorocabana (decr. n. 12.974); concede a suspensão da execução do contracto a que se refere o decreto n. 12.185, de 1916 (decr. n. 12.984); approva os estudos definitivos do primeiro trecho da linha do rio do Peixe, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 12.999); providencia sobre o custeio dos serviços das linhas em trafego da de Santa Catharina (decr. n. 13.015); approva o projecto para construção da linha paralela da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 13.016); autoriza a execução de varios melhoramentos na estação de Ponta Grossa, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 13.017); autoriza a construção de uma nova estação em União da Victoria, da linha Ilararé ao Uruguay, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 13.043); approva o projecto e orçamento para a construção da estação Oliveira Coutinho, da linha do Tibagy, da Sorocabana (decr. n. 13.045); autoriza a modificação dos estudos definitivos approvados pelo decreto n. 10.872, de 1914 (decr. n. 13.048); approva os estudos de revisão do traçado da do Tocantins (decr. n. 13.056); approva os estudos definitivos do segundo trecho da linha do rio do Peixe, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 13.067); approva os estudos definitivos do trecho entre Crescuma e Araranguá, da linha de Tubarão a Araranguá (decr. n. 13.075); approva os projectos e organamentos das obras de reparação do segundo trecho da Bahia e Minas (decr. n. 13.076); providencia sobre o custeio dos serviços das linhas em trafego da de Baurú a Ilapura (decr. n. 13.077); approva os projectos de sete variantes do trecho em construção do ramal do Paranapanema a que se refere o decreto n. 12.491, de 1917 (decr. n. 13.097); autoriza a construção de um armazem na estação de Palmital, da linha do Tibagy, da Sorocabana (decr. n. 13.107); autoriza a Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá a construir um ramal da linha de Tubarão a Araranguá (decr. n. 13.109); autoriza a Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá a construir um ramal que, partindo das proximidades da estação Lauro Müller, vá terminar em Treviso (decr. numero 13.118); approva a revisão dos estudos definitivos do trecho de Buranhein a Conceição da Feira, ligação da Centro-Oeste á Central da Bahia (decr. n. 13.140); autoriza o contracto de construção do prolongamento da D. Theresa Christina até Treviso e de um ramal para a zona carbonifera das cabeceiras do rio Urussanga (decr. n. 13.179); autoriza a S. Paulo-Rio Grande a montar na estação da Lapa um gyrador, que será transferido da estação de Morretes (decr. n. 13.190); prorroga por tres mezes o praso fixado no decreto n. 12.805, de 1918 (decr. n. 13.204); autoriza a occupação e a administração da do Bananal (decr. n. 13.206); autoriza a S. Paulo-Rio Grande a prolongar um muro de

arrimo, na linha de S. Francisco (decr. n. 13.244); autoriza a execução de modificações e melhoramentos na estação de Curitiba, da do Paraná (decr. n. 13.266); attribue ao governo do Estado de S. Paulo competência para requisitar todas as linhas ferreas pertencentes á «S. Paulo Northern Railroad Company» e assumir a administração das mesmas (decr. n. 13.267); approva o quadro do pessoal da Baurú-Porto Esperança (decr. n. 13.285); autoriza o augmento do desvio para cruzamento de trens e a construcção de um outro para cargas e descargas na estação de Portão, da do Paraná (decr. n. 13.313); concede á Companhia da Gandarella privilegio para a construcção, uso e gozo de uma que, partindo das minas do Gandarella, vá entroncar na Central do Brasil (decr. n. 13.340); autoriza a construcção de um novo armazem e respectivo desvio na estação de Bernardino de Campos, na linha de Tibagy, da Sorocabana (decr. n. 13.359); approva os estudos de uma variante do projecto do primeiro trecho da linha do rio do Peixe, apresentados em virtude do decreto n. 12.999, de 1918 (decr. n. 13.360); approva os estudos definitivos do terceiro trecho da linha do rio do Peixe e do ramal de Barra Bonita, de que trata o decreto n. 12.479, de 1917 (decr. n. 13.361); approva os estudos do quarto trecho da linha do rio do Peixe, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 13.442); approva os estudos definitivos e o orçamento, do ramal de Urussanga, da linha do Tubarão a Araranguá (decr. n. 13.465); approva os projectos para a construcção de tres viaductos metallicos na linha de Lages a Caicó, da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 13.484); approva os estudos definitivos do quinto trecho da linha do rio do Peixe, da S. Paulo Rio Grande (decr. n. 13.485); approva os estudos definitivos e o orçamento de uma variante da secção da segunda linha de S. Sebastião do Paraizo a Passos (decr. n. 13.487); autoriza modificações e augmento de linhas na estação de Passõ Fundo, na linha de Santa Maria a Marcellino Passos, e na de Montenegro, linha de Santa Maria a Porto Alegre (decr. n. 13.488); approva os estudos definitivos do sexto trecho da linha do rio do Peixe, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 13.491); approva o projecto e orçamento de uma ponte na linha de entroncamento á Sant'Anna do Livramento (decr. n. 13.505); approva os estudos definitivos do trecho entre Santo Angelo e Commandahy, da de Cruz Alta a Santo Angelo (decr. numero 13.523); proroga até 23 de outubro de 1919 o praso fixado nos decretos ns. 12.309, de 1916, e 12.807, de 1918 (decr. n. 13.525); autoriza a Sorocabana a substituir por tesouras de madeira as tesouras metallicas do novo armazem da estação Bernardino de Campos (decr. n. 13.540); proroga até 30 de junho de 1918 o praso de oito mezes a que se refere o decreto n. 12.805, de 1918 (decr. n. 13.542); approva os planos e orçamento das obras preliminares de fechamento da linha da Central do Brasil entre Central e Deodoro (decr. n. 13.557); autoriza a contractar a substituição do prolongamento da D. Thereza Christina até Treviso, a que se refere o decreto n. 13.118, de 1918 (decr. numero 13.583); approva o projecto e orçamento para a construcção de edificios para as estações de Balsanno e Alegre, na Noroeste do Brasil (decr. n. 13.600); approva os pro-



jectos e orçamentos para a construção das estações de Monlevade e Rio Pardo, da Noroeste do Brasil (decr. n. 13.601); approva o projecto e orçamento para a construção do edificio para o almoxarifado, em Baurú, da Noroeste do Brasil (decr. n. 13.602); approva os projectos e orçamentos para a construção de diversas estações da Noroeste do Brasil (decr. n. 13.603); approva o projecto e orçamento de um edificio para a estação de Theophilo Ottoni e de uma casa para residencia do agente, na Bahia e Minas (decr. n. 13.609); approva a construção de dois ramaes em Iguaba Grande e Araruama, da de Maricá (decr. n. 13.629); prorroga até 30 de junho de 1919 o praso marcado pelo decreto n. 13.016, de 1919 (decr. n. 13.635); approva o projecto e orçamento de dois armazens nas estações de Araçatuba e Tres Lagôas, da Noroeste do Brasil (decr. n. 13.644); approva os estudos definitivos da primeira secção da de Petrolina a Therezina (decr. n. 13.647); prorroga o praso marcado no decreto n. 13.505, de 1919 (decr. n. 13.667); approva o projecto e orçamento para a construção de um armazem na estação de Aguatú, da de Baturité (decr. n. 13.669); approva o projecto e orçamento para a construção das officinas da Central do Brasil (decr. n. 13.686); marca o praso de 10 mezes para conclusão das obras contractadas para a construção da secção de Alberto Isaacson a Bello Horizonte, da Oeste de Minas (decr. n. 13.707); autoriza a Sorocabana a construir um armazem na estação de Chavantes (decr. numero 13.715); autoriza a Sorocabana a construir um armazem na estação de Ourinhos (decr. n. 13.717); autoriza a execução de diversas obras na estação de Ponta Grossa, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 13.718); approva os estudos definitivos e o orçamento da segunda secção da de Petrolina a Therezina (decr. n. 13.729); altera o decreto n. 13.360, de 1918 (decr. n. 13.730); approva os estudos e o orçamento de uma variante entre Indiana e o Porto Tibiricá, prolongamento de Tibagy, da Sorocabana (decr. numero 13.731); approva os projectos para a construção de uma estação e de tres paradas entre Soledade e Itajubá, da de Piquete a Itajubá (decr. n. 13.742); prorroga até 7 de abril de 1920 o praso para conclusão do prolongamento da de Maricá, de Nilo Pecanha a Iguaba Grande (decr. n. 13.747); autoriza a construção de um armazem na estação de Palmital, da Sorocabana (decr. n. 13.775); approva o projecto e orçamento para uma nova estação provida de um armazem, em Prata, no ramal de Caldas, da Mogyana (decr. n. 13.792); approva os estudos e o orçamento de um trecho da Mossoró (decr. n. 13.803); declara desapropriados os terrenos necessarios para a construção de uma estação de carga, auxiliar da estação do Norte, da Central do Brasil (decr. n. 13.819); autoriza a Mogyana a augmentar o armazem da estação de Crystaes, da linha do Rio Grande (decr. n. 13.856); autoriza a Mogyana a augmentar o armazem da estação de Araguay, da linha de Catalão (decr. n. 13.875); eleva ao maximo de 18:837\$442 a importancia a ser despendida com as obras da estação de Ponta Grossa, da linha de Itararé, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 13.876); approva o projecto e orçamento para a construção de um muro de arrimo junto ao primeiro encontro da ponte sobre o riacho Leão, da de

S. Luiz a Caxias (decr. n. 13.886); approva a revisão dos estudos do ramal de Paranapanema, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 13.898); approva a planta e o orçamento para construção da ponte sobre o rio S. Francisco, em Pirapora, na Central do Brasil (decr. n. 13.910); prorroga o prazo fixado no decreto n. 13.525, de 1919 (decr. n. 13.928); approva os estudos para as obras de melhoramentos da Centro Oeste da Bahia (decr. n. 13.931); approva o projecto e orçamento para a construção de um novo armazem na estação Candido Motta, na linha de Tibagy, da Sorocabana (decr. n. 13.932); approva o projecto e orçamento para a modificação da linha de Victoria a Itabira (decr. n. 13.986); approva as clausulas para revisão do contracto celebrado em virtude dos decretos ns. 8.556, de 1911, e 2.646, de 1912 (decr. n. 14.006); autoriza a Mogyana a executar diversos melhoramentos, na estação de Cascavel, do ramal de Caldas (decr. n. 14.031); approva a revisão dos estudos do ramal de Paranapanema, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 14.034); altera o orçamento approved pelo decreto n. 13.266, de 1918( para modificações e melhoramentos na estação de Curitiba, da do Paraná (decr. n. 14.041); approva o projecto e orçamento para uma parada de madeira na linha de Barra Bonita a rio do Peixe, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 14.042); autoriza a S. Paulo-Rio Grande a ampliar o armazem e modificar o edificio da estação de Guajuvira (decr. n. 14.051); approva a planta e o orçamento de melhoramentos na estação de Rodolpho Paixão, da linha de Catalão, da Mogyana (decr. n. 14.108); approva planos e orçamento para a construção de um desvio no pateo da estação da Barra Grande, na Sorocabana (decr. n. 14.113); approva o projecto e orçamento para ampliação do posto telegraphico do Kilometro 217, do ramal de Itararé, da Sorocabana (decr. n. 14.119); prorroga o prazo fixado no decreto n. 13.748, de 1919 (decr. n. 14.132); approva o projecto e orçamento de uma casa-dormitorio a ser construída na estação de Itararé, da Sorocabana (decr. n. 14.131); declara rescindido o a que se refere o decreto n. 9.172, de 1911 (decr. n. 14.136); approva o projecto e orçamento para a construção da estação de Barra Grande, no ramal de Tibagy, da Sorocabana (decr. n. 14.149); approva o projecto e orçamento para a construção de um armazem na estação de Itapevy, da linha de Santa Maria a Uruguayana (decr. numero 14.150); approva a extensão para o prolongamento da de Maricá (decr. n. 14.153); autoriza a construção de um novo armazem, na estação de Ponta Grossa, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 14.193); approva o projecto e orçamento para a construção de um botequim anexo á estação de Curitiba, da do Paraná (decr. numero 14.194); approva o projecto e orçamento para a construção de um embarcadouro de gado na estação de Rondinha, da Sorocabana (decr. n. 14.196); approva a clausula complementar das que baixaram com o decreto n. 11.006, de 1920 (decr. n. 14.204); approva o projecto e orçamento para a construção da estação de Cerqueira Cezar, na Sorocabana (decr. n. 14.205); approva o projecto e o orçamento para o prolongamento da plataforma da estação de Castro, da linha de Itararé ao rio Uruguay, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 14.207); approva o projecto e orçamento

para ampliação do desvio morto na estação Bernardino de Campos, da Sorocabana (decr. n. 14.214); approva o projecto e orçamento de uma casa, na estação de Indiana, para moradia de empregados, no ramal de Tibagy, da Sorocabana (decr. n. 14.215); approva a planta e orçamento de uma passagem superior no ramal de Caldas, da Mogyana (decr. n. 14.263); approva a planta e orçamento dos melhoramentos na estação de Batataes, da Mogyana (decr. n. 14.237); approva a planta das linhas e edificios da de S. Luiz a Caxias, a serem construidos na explanada do caes da Sagração (decr. n. 14.238); include no orçamento das obras de melhoramento da Centro Oeste da Bahia a importancia relativa ao assentamento de trilhos intermediarios de desvios (decr. n. 14.248); approva o projecto e orçamento para a construção, pela Mogyana, de um desvio e um armazem na linha de Igarapava a Uberaba (decr. n. 14.255); autoriza a Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá a construir na explanada de Congonhas, da de Tubarão a Araranguá, uma estação (decr. n. 14.268); approva o projecto e orçamento para o reparo, pela S. Paulo-Rio Grande, de uma explanada destinada á estação de Vallões (decr. n. 14.271); approva o projecto e orçamento para a construção de um vão addicional em um pontilhão no ramal de Viçosa, da Central de Alagôas (decr. n. 14.272); approva o projecto e orçamento para construção de um deposito para locomotivas na estação de Itapetinga, da Sorocabana (decr. n. 14.276); autoriza a S. Paulo-Rio Grande a dotar a estação de Curitiba de mobiliario (decr. n. 14.280); approva o projecto e orçamento para a construção de um desvio morto na estação de Paraguassú, da Sorocabana (decr. n. 14.281); autoriza a S. Paulo-Rio Grande a construir um galpão para deposito de madeira (decr. n. 14.285); approva os estudos definitivos e o orçamento de trechos da de Petrolina a Therezina (decr. n. 14.298); approva as plantas e projectos para a construção de um deposito de locomotivas e linhas de acesso na estação de Mandury, da Sorocabana (decr. n. 14.305); approva o projecto e orçamento para a construção da estação Santa Adelaide, que substituirá o Posto Guedes, no ramal de Itararé, da Sorocabana (decr. n. 14.308); approva os estudos da de que é concessionaria a Companhia do Gandarella (decr. n. 14.309); approva os projectos e orçamentos para os abastecimentos de agua a estações da linha de Machado Portella a Carinhanha, no prolongamento da Central da Bahia (decr. n. 14.310); autoriza a innovação do contracto de arrendamento feito com a «Great Western of Brazil Railway Company» (decr. n. 14.326); concede prorogação do praso concedido pelo decreto n. 12.185, de 1916 (decr. n. 14.334); approva o projecto e orçamento para construção de um desvio e uma estação na linha de Machado Portella a Carinhanha, da Central da Bahia (decr. n. 14.337); approva o projecto e orçamento de uma casa de turma da quinta residencia do ramal de Tibagy, da Sorocabana, e autoriza a construção de duas casas (decr. n. 14.352); approva os estudos definitivos e o orçamento da terceira secção da de Petrolina a Therezina (decr. n. 14.365); declara a caducidade do contracto celebrado com a Companhia das do Norte do Brasil (decr. n. 14.369); approva o orçamento



para a installação de uma nova linha telegraphica entre as estações de Rubião Junior e Alvares Machado, do ramal de Tibagy, da Sorocabana (decr. n. 14.376); autoriza a S. Paulo-Rio Grande a executar o prolongamento do muro de arrimo da linha de S. Francisco (decr. n. 14.407); approva os projectos e orçamentos para a construcção de um desvio e um posto telegraphico na linha de S. Francisco, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 14.409); approva os projectos e orçamentos para execução de diversos melhoramentos na estação de Itapetininga, no ramal de Itararé, da Sorocabana (decr. n. 14.420); approva o projecto e orçamento para construcção de escriptorio e moradia de engenheiro residente da linha de Itararé ao Uruguay, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 14.437); approva as plantas e perfis de modificações na linha do Norte, da Leopoldina (decr. n. 14.439); approva a planta da explanada para a construcção de installações, em Itajubá, para os serviços da de Piquete a Itajubá (decr. n. 14.448); resolve encampar o ramal de Curratinho a Diamantina e incorporal-o á de Central do Brasil (decr. n. 14.452); approva a planta e o orçamento de melhoramentos na estação de Faxina, da Sorocabana (decr. n. 14.506); approva o projecto e orçamento para a construcção de uma ponte sobre o ribeirão Campina, do segundo trecho da linha Barra Bonita ao rio do Peixe (decr. n. 14.507); eleva o orçamento approved pelo decreto n. 13.313, de 1918 (decr. n. 14.534); autoriza a construcção de um triangulo de reversão na estação de Lauro Müller, da D. Thereza Christina (decr. numero 14.535); approva o projecto e orçamento de uma ponte sobre o banhado do Urussanga, na de Tubarão a Araranguá (decr. n. 14.552); approva a revisão dos estudos do ramal de Paranapanema, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 14.554); autoriza o resgate da de Caxias a S. José das Cajazeiras (decr. n. 14.589 A) — Ver AUTORIZAÇÃO — COMPANHIAS — CONCESSÕES — CONTRACTOS — CREDITOS — DESPESAS — EMISSÃO — ESTAÇÕES — ESTATUTOS — ESTUDOS — LINHAS — LOGARES — OBRAS — PRASO — RAMAES — RÊDE — REGULAMENTOS — RESOLUÇÕES — TARIFAS — TRANSPORTE — UTILIDADE.

ESTUDOS — Approva os de um ramal que, partindo da linha do Sítio a S. João d'El-Rey, na Estrada de Ferro Oeste de Minas, vá á Barbacena (decr. n. 8.726); approva as plantas, perfis e o orçamento da revisão dos da primeira secção do ramal de Paranapanema, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 8.815); approva os definitivos do ramal ferreo de Tres Corações e Lavras, na extensão de 86 kilometros, da Companhia de Estradas de Ferro Federaes Brasileiras. Rêde Sul-Mineira (decr. n. 8.908); proroga por tres mezes o praso estipulado na clausula III do decreto n. 8.559, de 1911, para apresentação dos definitivos das linhas ferreas de S. Pedro a S. Luiz e S. Borja (decr. n. 8.949); approva os definitivos do trecho de 53.600 kilometros, a partir de Basilio, na linha de Jaguarão a Basilio (decr. n. 9.049 A); approva os para uma estrada de automoveis entre as cidades de Penedo e Maceió (decr. n. 9.127 A); approva os apresentados pela «Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited» (decreto n. 10.378); approva os definitivos e o orçamento de um trecho do ramal de Brusque, da Estrada de Ferro de Santa Catharina (decr. n. 11.008) — Ver AUTORIZAÇÃO — COM-

MISSÕES — CREDITOS — ESTAÇÕES — ESTRADAS DE RODAGEM — ESTRADAS DE FERRO — LANTAS — PROROGAÇÃO — RAMAES — RÊDE.

EUCALÝPTOS — Ver ESSENCIAS.

EXAMES — Ver GUARDAS — INSTRUÇÕES — REGULAMENTOS.

EXECUÇÃO — Ver DECRETOS.

EXECUTIVO — Ver EMISSÃO.

"EXEQUATUR" — Cassa os de todos os consules estrangeiros de nacionalidade allemã (decr. n. 12.766) — Ver FUNCIONARIOS.

EXERCÍCIOS — Ver INSTRUÇÕES — REGULAMENTOS.

EXERCITO — Faz a remodelação do nacional (decr. numero 11.497); estabelece a constituição dos diversos elementos que entram na organização normal do activo (decreto n. 11.498); estabelece a constituição provisoria dos elementos que entram na organização do activo com o effectivo organenlarío (decr. n. 11.499); aprova a organização do em campanha (decr. n. 12.691); altera o art. 1º, alinea b, do decr. n. 11.498, de 1915 (decr. n. 12.978); organiza o nacional de 2ª linha (decr. n. 13.040); modifica a 13ª observação do quadro geral para a artilharia, approvada pelo decreto n. 12.691, de 1917 (decr. n. 13.339); crea duas brigadas de infantaria no de 2ª linha (decr. numero 13.478); organiza a 4ª divisão (decr. n. 13.596); altera a divisão territorial e a organização das divisões, crea unidades e serviços e reorganiza a artilharia de costa (decr. numero 13.651); approva a distribuição das unidades de tropa e altera a numeração das unidades de artilharia de campanha (decr. n. 13.652); altera a numeração das circumscrições de recrutamento, companhias de metralhadoras e dos corpos de trem (decr. n. 13.674); substitue os decretos ns. 13.651, 13.652 e 13.765, todos de 1919; altera a divisão territorial e a organização das divisões, crea unidades de serviço e reorganiza a artilharia de costa (decr. n. 13.916); muda a numeração das 5ª e 6ª brigadas de infantaria do de 2ª linha (decr. n. 14.103) — Ver BATALHÃO — COMPANHIAS — HONRAS — INSPECÇÕES — OFFICIAES — PARADAS — PRAÇAS — QUADROS — REFORMA — REGULAMENTOS — TERRITORIO — UNIFORMES.

EXPEDIENTE — Ver ISENÇÕES.

EXPLORAÇÃO — Ver CABOS.

EXPORTAÇÃO — Prohibe a de valores e a remessa de fundos para o exterior (decr. n. 13.440) — Ver CONVENIOS — IMPOSTOS — REGULAMENTOS.

EXPOSIÇÃO — Adia para 7 de setembro de 1913 a de borracha (decr. n. 10.001; adia para 12 de outubro de 1913 a do borracha (decr. n. 10.406) — Ver SEMENTES — SERVIÇOS.

EXTENSÃO — Ver SOCIEDADES.

EXTINÇÃO — Ver BRIGADAS — CAPATAZIAS — CARGOS — COMMANDOS — COMMISSÕES — FABRICAS — FISCALIZAÇÃO — JUNTAS — LEIS.

EXTINGTOR — Ver QUADROS.

EXTORNO — Ver VERBAS.

EXTRACÇÃO — Ver FAVORES.

EXTRADIÇÃO — Ver TRATADOS.

## F

FABRICAÇÃO — Ver ADUBOS — CONVENÇÕES.

FABRICANTES — Ver ROTULOS.

FABRICAS — Transfere do Ministerio da Agricultura para o da Guerra a de Ferro de S. João de Ypanema (decr. numero 8.971); extingue a de Ferro de S. João do Ypanema (decr. n. 9.757) — Ver EMPRESTIMOS — FAVORES — MARCAS — REGULAMENTOS — USINAS.

FACTURAS — Faz algumas modificações no regimen sobre consulares (decr. n. 12.363); approva o regulamento sobre as consulares (decr. n. 14.039) — Ver REGULAMENTOS.

FACULDADES — Approva a fusão da Livre de Direito com a de Sciencias Juridicas e Sociaes (decr. n. 14.163) — Ver CREDITOS — ORÇAMENTO — REGULAMENTOS.

FUNDAMENTO — Ver ABONO — CREDITOS.

FARINHA — Ver TAXAS.

FAVORES — Concede ao «Brachy Talls & Metallurgical Syndicate» os dos decretos ns. 2.406, de 1911, 8.019, de 1910, 5.646, de 1905, e 74 A. de 1890 (decr. n. 8.557); concede ao industrial dr. Victorio Antonio de Perini, ou á companhia que organizar, os dos decretos ns. 2.406, de 1911, 8.019, de 1910, 5.646, de 1905, e 947 A. de 1890 (decr. n. 8.558); concede a Carlos C. da Costa Wigg e Trajano Saboia Viriato de Medeiros, ou á companhia que organizarem, os de que trata o art. 74 da lei n. 2.356, de 1910 (decr. n. 8.579); concede ao engenheiro Francisco de Paula Ramos e outro os do decreto n. 5.646, de 1905, para o aproveitamento da força hydraulica das cachoeiras de Paulo Affonso (decr. n. 8.753); concede a Manoel José da Costa Lisboa, ou á companhia que organizar, diversos para o estabelecimento da metallurgia de ferro e de aço no municipio de Antonina (decr. n. 8.793); concede á «S. Paulo Electric Company, Limited», os constantes do decreto n. 5.646, de 1905 para o aproveitamento de força hydraulica do rio Sorocaba (decr. n. 9.007); concede a Alfredo Fausto de Sampaio Ribeiro e outros os constantes dos decretos ns. 8.019, de 1910, e 2.046, de 1911 (decr. n. 9.059); concede para o aproveitamento da força hydraulica das cachoeiras do Funil e Joazal, no rio Parahybuna, para transformação em energia applicada das uzinas siderurgica contractada com Carlos G. da Costa Wigg e outro em virtude do decreto n. 5.079, de 1911 (decr. n. 9.067); concede á Companhia Estrada de Ferro e Colonização Porto do Souza a Manhuassú os do decreto n. 1.426, de 1903 (decr. n. 9.470); concede ao industrial A. Thun, ou á companhia que organizar, os de que tratam os decretos ns. 2.406, de 1911; 8.019, de 1910, 5.646, de 1905, e 947 A. de 1890 (decr. n. 9.295); rescinde o contracto celebrado em virtude do decreto n. 8.558, de 1911, concedendo os



do decreto n. 2.406, de 1911 (decr. n. 9.362); concede a Jesuino da Silva Mello, ou á companhia ou empresa que organizar, os para o aproveitamento da força hydraulica da cachoeira do Maribondo, no Rio Grande (decr. n. 9.403); concede á Companhia Industrial de Electricidade os constantes do decreto n. 5.646, de 1905, para o aproveitamento da força hydraulica da cachoeira Santa Helena, do rio Parahybuna (decr. n. 9.412); concede á Companhia Nacional de Pesca os constantes do art. 69 do decreto n. 9.672, de 1912 (decreto n. 9.854); approva as plantas, projectos e mais detalhes apresentados pela Companhia Industrial de Electricidade, em cumprimento á clausula III do contracto de 6 de abril de 1912 (decr. n. 10.077); concede á Companhia de Pesca Santos os de que trata o art. 69 do decreto n. 9.672, de 1912 (decr. n. 10.078); concede a Francisco Pinto Brandão, ou á empresa que organizar, os do decreto n. 5.646, de 1905, para o aproveitamento da força hydraulica da corredeira do alto do rio São Francisco (decr. n. 10.571); declara sem effeito os do decreto n. 10.571, de 1913 (decr. n. 10.775); concede á Empresa Fluminense de Pesca os de que trata o art. 69 do regulamento approved pelo decreto n. 9.672, de 1912 (decr. n. 11.710); concede á Companhia de Navegação Costeira os de que gosa o Lloyd Brasileiro, excepto a subvenção (decr. n. 11.993); approva a planta apresentada pela Companhia Industrial de Electricidade para os fins de que trata a clausula IX do contracto de 6 de abril de 1912 (decr. n. 12.011); approva as plantas e projectos apresentados em cumprimento á clausula VII do decreto n. 9.403, de 1912 (decr. n. 12.144); concede á Companhia Industrial de Electricidade o prazo de um anno para cumprimento da clausula V do contracto celebrado de accordo com o decreto n. 9.442, de 1912 (decr. n. 12.245); estabelece para amparar e fomentar a criação de ovinos e caprinos (decr. n. 12.889); concede ás tres primeiras fabricas de soda caustica que se fundarem (decr. n. 12.921); institue em proveito da extração e beneficiamento do carvão mineral (decr. n. 12.943); institue em proveito da industria siderurgica (decr. n. 12.924); modifica algumas disposições do decreto n. 12.921, de 1918 (decr. n. 13.009); concede a Continho & Comp. os de que gosa o Lloyd Brasileiro para o serviço de navegação entre os Estados do Pará e Amazonas e o territorio do Acre (decr. n. 13.227); concede á Companhia Nacional de Industria Chimica, a A. Santos & Camp. e a Antonio Luiz da Silva os do decreto n. 12.911, de 1918 (decr. n. 13.280); approva o projecto definitivo das installações hydro-electricas do rio Paraguassú (decr. n. 14.005); concede a M. Lopes da Silva e P. de Siqueira Campos os do decreto n. 5.646, de 1905, para aproveitamento da força hydraulica da cachoeira da Pumaça, no Rio Preto (decr. numero 14.313); autoriza a conceder á Companhia Industria e Vição de Pirapora os para beneficiamento do algodão (decr. n. 14.501); altera a clausula II do art. 1º do decreto numero 14.501, de 1920 (decr. n. 14.546) — Ver COMPANHIAS — ESENTIAS — ESTAÇÕES — FORÇAS — ISENTIÇÕES — PREMIOS — SOCIEDADES — UZINAS.

FAZENDAS — Crea uma de criação em Santa Monica (decr. n. 9.333); crea uma modelo de criação, no municipio de Ponta Grossa (decr. n. 9.368); crea uma modelo de criação no municipio de Uberaba (decr. n. 9.868); crea uma modelo de cria-

ção no município de Caxias (decr. n. 10.075); crea no município de Rezende uma experimental para a selecção e produção de plantas e sementes (decr. n. 10.822); crea uma modelo de criação na ilha de Marajó (decr. n. 11.875); crea uma modelo de criação no município de Ponta Grossa (decr. n. 11.876); crea uma modelo de criação no Estado de Pernambuco (decr. n. 11.882); extingue a modelc de criação de Uberaba (decr. n. 12.636); crea uma modelo de criação no município de Catú (decr. n. 13.127); crea uma modelo de criação no districto de Urutahy, termo e comarca de Ipamery (decr. n. 13.197); desapropria a do Engenho Novo da Piedade (decr. n. 14.392) — VER INSTRUCCÕES — PATRONATOS — QUADROS — REGULAMENTOS.

FECHAMENTO — VER ESTRADAS DE FERRO — PORTOS.

FEDERAÇÃO — VER UTILIDADE.

FERIADOS — Decreta nacional de 3 a 15 de agosto de 1914 (decr. n. 11.036); manda considerar o dia 19 de novembro de 1917 (decr. n. 12.715); considera os dias 19, 21 e 22 de outubro de 1918, excepto para as repartições e pessoal encarregados do serviço sanitario e casas commerciaes de generos de primeira necessidade (decr. n. 13.242); considera, nas cidades de S. Paulo e Santos, os dias 26, 28, 29, 30 e 31 de outubro de 1918, com as excepções que especifica (decr. n. 13.249) — VER FESTA.

FERIADOS — VER CONVENÇÕES.

FERRO — VER FAVORES — UZINAS.

FESTA — Manda que o dia 9 de julho de 1916 seja tido como de nacional (decr. n. 12.129); manda que o dia 6 de março de 1917 seja tido como de nacional (decr. n. 12.408 A); manda que o dia 28 de novembro de 1918 seja considerado de nacional (decr. n. 13.292) — VER FERIADOS.

FISCAES — VER AGENTES.

FISCALIZAÇÃO — Crea a dos bancos allemães, suas filiaes, succursaes ou agencias, enquanto durar o estado de guerra com a Allemanha (decr. n. 12.709); estabelece o especial e permanente das companhias de seguros com séde na Allemanha, enquanto durar o estado de guerra (decr. n. 12.710); extingue a especial e permanente das companhias de seguros com séde na Allemanha (decr. n. 13.712); extingue a dos bancos allemães, suas filiaes, succursaes ou agencias (decr. n. 13.713).

FLORESTA — VER ESSENCIAS — RESERVA.

FOGUISTA — VER ABONO.

FOLHA — VER PAGAMENTO.

FOMENTO — VER FAVORES.

FORÇAS — VER ARTILHARIA — CREDITOS — DESAPROPRIAÇÃO — FAVORES — QUADROS — REGULAMENTOS — UNIFORMES.

FORNOS — VER UZINAS.

FRETES — Approva reduções nos de certos artigos na Rede de Vição da Bahia (decr. n. 9.875).

FRONTEIRAS — VER PROTOCOLLOS.

FRUCTAS — Declara isentas de direitos aduaneiros as frescas, de procedencia argentina (decr. n. 12.333); declara isentos de direitos aduaneiros as frescas, de procedencia argentina (decr. n. 12.810).

FUNCCIONAMENTO — Ver AUTORIZAÇÃO — CAMARA — ESCOLAS — PROROGAÇÃO — TERRITORIO.

FUNCCIONARIOS — Declara sem effeito os *exequatur* concedidos a todos os consulares do Imperio Allemão no Brasil (decr. n. 12.441); autoriza a remunerar os do quadro dos estabelecimentos do Ministerio da Agricultura, que exercem os cargos de director e outros nos patronatos agricolas (decr. n. 13.277) — Ver VENCIMENTOS.

FUNÇÕES — Ver OFFICIAES — QUADROS.

FUNDOS — Ver EXPORTAÇÃO.

FUSÃO — Ver FACULDADES — SOCIEDADES.

## G

GABINETE — Reorganiza o de Analyses da Marinha (decr. n. 11.550) — Ver REGULAMENTOS.

GARANTIAS — Ver INSTITUTOS.

GENEROS — Estabelece medidas para a fiscalização de alimentícios, de produção nacional (decr. n. 12.982); fixa os preços maximos para a venda a varejo dos de primeira necessidade no Districto Federal (decr. n. 13.167).

GOVERNO — Ver AUTORIDADE — RECONHECIMENTO.

GRADUAÇÃO — Ver OFFICIAES.

GRATIFICAÇÃO — Concede uma de 25 % aos funcionarios da Delegacia do Thesouro em Londres (decr. n. 12.968) — Ver CREDITOS — FUNCCIONARIOS.

GRUINETES — Ver ESCOLAS.

GUARDA NACIONAL — Transfere da comarca de Haporanga para a de S. José do Rio Pardo a sede da 41ª brigada de cavallaria (decr. n. 8.798); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rosario (decr. n. 8.818); crea uma brigada de infantaria na comarca do Alto-Hapecurú (decr. n. 8.819); crea uma brigada de infantaria na comarca de Victoria (decr. n. 8.820); crea uma brigada de infantaria na comarca de Victoria (decr. n. 8.820); crea uma brigada de infantaria na comarca do Alto-Mearim (decr. n. 8.821); crea uma brigada de infantaria na comarca de Vianna (decr. n. 8.821); crea uma brigada de infantaria na comarca de Pinheiro (decr. n. 8.823); crea uma brigada de infantaria na comarca de Loreto (decr. n. 8.824); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. Borja (decr. n. 8.832); transfere de Faxina para Apialy a sede da 32ª brigada de infantaria (decr. n. 8.854); transfere de Faxina para S. Luiz do Parahytinga a sede da 45ª brigada de infantaria (decr. n. 8.855); transfere de São José do Rio Pardo para Baurú a sede da 46ª brigada de infan-



laria (decr. n. 8.856); transfere de Campos Novos do Parapanema a sede da 82ª brigada de infantaria (decr. n. 8.857); transfere da capital de S. Paulo para Parahybuna a sede da 118ª brigada de infantaria (decr. n. 8.858); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Lavras (decr. n. 8.859); crea uma brigada de infantaria na comarca de Pastos Bons (decr. n. 8.875); crea uma brigada de infantaria na comarca de Grajahú (decr. n. 8.876); crea uma brigada de infantaria na comarca do Baixo-Mearim (decr. n. 8.877); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ponta Grossa (decr. n. 8.878); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Bagé (decr. n. 8.879); crea uma brigada de artilharia na comarca de Arassuahy (decr. n. 8.893); crea uma brigada de artilharia na comarca de Salinas (decr. n. 8.894); crea uma brigada de infantaria na comarca de Brejo (decr. n. 8.895); crea uma brigada de infantaria na comarca de Monção (decr. n. 8.896); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Tutoya (decr. n. 8.897); crea uma brigada de infantaria na comarca de Carolina (decr. n. 8.898); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itabapoana (decr. n. 8.923); crea uma de cavallaria na comarca de Carinhanha (decr. n. 8.942); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Bento (decr. n. 8.943); crea uma brigada de infantaria na comarca de Tutoya (decr. n. 8.944); transfere da comarca de Faxina para a comarca de Casa Branca a sede da 121ª brigada (decr. n. 8.958); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Francisco (decr. n. 8.967); crea uma brigada de infantaria na comarca de Imperatriz (decr. n. 8.969); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rosario (decr. n. 8.982); crea uma brigada de infantaria na comarca de Alcantara (decr. n. 8.983); crea uma brigada de infantaria na comarca de Brejo (decr. n. 8.994); crea uma brigada de infantaria na comarca de Japaratuba (decr. n. 8.996); crea uma brigada de infantaria na comarca do Alto-Mearim (decr. n. 9.001); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Palmyra (decr. n. 9.029 A); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Mar de Espanha (decr. n. 9.030 A); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Montes-Claros (decr. n. 9.031 A); transfere da comarca de Faxina para a de Tieté a sede da 61ª brigada de infantaria (decr. n. 9.036); crea uma brigada de infantaria na comarca de Loreto (decr. n. 9.037); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Francisco (decr. n. 9.038); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. João (decr. n. 9.052); crea cinco brigadas de infantaria no Departamento do Alto-Acre (decr. n. 9.053); crea uma brigada de infantaria na comarca de Rosario (decr. n. 9.062); crea uma brigada de cavallaria na comarca do Mirador (decr. n. 9.063); crea uma brigada de infantaria na comarca de Vianna (decr. n. 9.064); crea uma brigada de cavallaria na capital da Bahia (decr. n. 9.065); altera o plano de uniformes (decr. n. 9.966); crea uma brigada de infantaria na comarca de Tury-assú (decr. n. 9.127); crea uma brigada de infantaria na comarca de Brejo (decr. n. 9.128); crea uma brigada de infantaria na comarca da Lapa (decr. n. 9.141); crea uma brigada de infantaria na comarca de União da Victoria (decr. n. 9.142); crea uma brigada de infantaria na comarca de Imbituva (decr. n. 9.143); crea uma brigada de ca-

vallaria na comarca de Mirador (decr. n. 9.145); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Bento (decr. n. 9.146); crea uma brigada de infantaria na capital do Maranhão (decr. n. 9.147); crea uma brigada de infantaria na comarca de Carolina (decr. n. 9.162); transfere da comarca de Faxina para a comarca de Avaré a sede da 28ª brigada de cavallaria (decr. n. 9.163); crea uma brigada de infantaria na comarca de Maranguape (decr. n. 9.164); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itapipoca (decr. n. 9.165); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Domingos do Prata (decr. n. 9.166); crea uma brigada de infantaria no departamento do Alto-Acre (decr. n. 9.184); crea tres brigadas de infantaria na capital do Maranhão (decr. n. 9.185); crea uma brigada de cavallaria na capital do Maranhão (decr. n. 9.106); crea uma brigada de infantaria na comarca de Carinhanha (decr. n. 9.206); crea uma brigada de infantaria na comarca de Baixo-Mearim (decr. n. 9.207); crea uma brigada de artilharia na comarca do Baixo-Mearim (decr. n. 9.208); crea uma brigada de infantaria na comarca do Geremoabo (decr. n. 9.209); crea uma brigada de infantaria na comarca de Caxias (decr. n. 9.237); crea uma brigada de artilharia na comarca de Caxias (decr. n. 9.238); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Claro (decr. n. 9.239); crea uma brigada de artilharia na comarca de Porto Seguro (decr. n. 9.240); crea uma brigada de infantaria na comarca de Nietheroy (decr. n. 9.267); crea uma brigada de infantaria na comarca de São Pedro d'Aldeia (decr. n. 9.268); crea uma brigada de cavallaria na comarca de União da Victoria (decr. n. 9.269); crea uma brigada de infantaria na comarca de Antonina (decr. n. 9.270); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Antonina (decr. n. 9.271); crea uma brigada de infantaria na comarca de Camamu (decr. n. 9.272); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Remanso (decr. n. 9.273); crea uma brigada de infantaria na comarca do Alto-Itapicuru (decr. n. 9.274); crea uma brigada de infantaria na comarca do Alto-Mearim (decr. n. 9.275); crea duas brigadas de infantaria na comarca de S. Bento (decr. n. 9.276); crea uma brigada de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 9.316); crea uma brigada de infantaria na comarca de Antonina (decr. n. 9.317); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Paraná (decr. n. 9.318); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ipamery (decr. n. 9.331); crea uma brigada de infantaria na comarca de Entre Rios (decr. n. 9.332); crea uma brigada de infantaria na comarca de Faro (decr. n. 9.352); crea uma brigada de infantaria na comarca de Oliveira (decr. n. 9.379); crea uma brigada de infantaria na comarca de Remanso (decr. n. 9.380); crea uma brigada de infantaria na comarca de Gurupá (decr. n. 9.502); crea uma brigada de cavallaria na capital do Amazonas (decr. n. 9.503); crea uma brigada de infantaria na comarca de Xingú (decr. n. 9.504); crea uma brigada na comarca de Anajatuba (decr. n. 9.532); crea uma brigada de infantaria na comarca de Maracanã (decr. n. 9.533); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. João do Piauí (decr. n. 9.534); crea uma brigada de infantaria na comarca de Oliveira (decr. n. 9.566); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Patos (decr. n. 9.567); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca do Carmo do Parahybu (decr. n. 9.568); crea uma brigada de cavallaria na comarca de

Ponta Grossa (decr. n. 9.569); crea uma brigada de infantaria na comarca de Palmeira (decr. n. 9.570); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Janduaria (decr. n. 9.571); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Carinhanha (decr. n. 9.572); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Tefé (decr. n. 9.604); crea uma brigada de infantaria na comarca de Curalinho (decr. n. 9.622); crea uma brigada de infantaria na comarca de Morrinhos (decr. n. 9.623); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Miguel de Guanhões (decr. n. 9.629); crea uma brigada de artilharia na comarca de Pitangui (decr. n. 9.630); crea uma brigada de infantaria na comarca de Macalubas (decr. n. 9.631); crea uma de infantaria no municipio de Caruarú (decr. n. 9.651); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Itapicurú-Mirim (decr. n. 9.692); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Pastos Bons (decr. n. 9.693); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Patos (decr. n. 9.694); crea uma brigada de infantaria na comarca de Patos (decr. n. 9.695); crea uma brigada de cavallaria na comarca do Rosario (decr. n. 9.700); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. José dos Pinhaes (decr. n. 9.716); crea uma brigada de infantaria na comarca de Rio Negro (decr. n. 9.768); crea uma brigada de artilharia na comarca de Rio Negro (decr. n. 9.769); crea uma brigada de infantaria no municipio de Gravatá (decr. n. 9.799); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Itapicurú-Mirim (decr. n. 9.823); crea uma brigada de infantaria na comarca do Alto-Mearim (decr. n. 9.824); crea tres brigadas de infantaria na comarca de Itapicurú-Mirim (decr. n. 9.825); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Corumbabyba (decr. n. 9.827); crea uma brigada de cavallaria na capital do Paraná (decr. n. 9.832); crea uma brigada de infantaria na comarca de Palmeiras (decr. n. 9.833); crea uma brigada de artilharia na comarca de Antonina (decr. n. 9.834); crea uma brigada de infantaria na comarca de Antonina (decr. n. 9.835); crea uma brigada de infantaria na comarca de Bananeiras (decr. n. 9.873); crea uma brigada de infantaria na comarca de Passos (decr. n. 9.888); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rosario (decr. n. 9.889); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itapicurú-Mirim (decr. n. 9.890); crea duas brigadas de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 9.920); crea uma brigada de infantaria na comarca de Maragogipe (decr. n. 9.921); crea uma brigada de infantaria na comarca de Catalão (decr. n. 9.922); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Jaicós (decr. n. 9.923); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Alfenas (decr. n. 9.926); crea uma brigada de infantaria no municipio de Belmonte (decr. n. 9.927); crea uma brigada de infantaria na comarca de Iguasú (decr. n. 9.951); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Grande (decr. numero 9.952); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria no municipio de Cimbres (decr. n. 9.953); crea uma brigada de infantaria no municipio de Aguas Bellas (decr. n. 9.954); crea tres brigadas de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Ilhéos (decr. n. 9.955); crea uma brigada de infantaria no municipio de Caratú (decr. n. 10.258); crea uma brigada de infantaria no municipio do Cabo (decr. n. 10.259); crea uma brigada de cavallaria na



comarca de Bagé (decr. n. 10.260); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Jaguarão (decr. n. 10.261); crea uma brigada de infantaria na comarca de Capió (decr. n. 10.285); crea uma brigada de infantaria na comarca de Gurupá (decr. n. 10.288); crea uma brigada de infantaria na comarca de Porto de Moz (decr. n. 10.289); crea uma brigada de infantaria na comarca do Baixo-Mearim (decr. n. 10.290); crea uma brigada de artilharia na comarca de Conquista (decr. n. 10.309); crea uma brigada de infantaria na comarca de Carolina (decr. n. 10.310); crea uma brigada de infantaria na comarca de Feira de Sant'Anna (decr. n. 10.314); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Grnde (decr. n. 10.312); crea uma brigada de infantaria no municipio de Bezzeros (decr. n. 10.323); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Caxias (decr. n. 10.324); crea uma brigada de infantaria na comarca de União (decr. n. 10.325); crea uma brigada de infantaria na comarca do Conde (decr. n. 10.340); crea uma brigada de infantaria na comarca de Mundo Novo (decr. n. 10.341); crea uma brigada de infantaria na comarca do Crato (decr. n. 10.348); crea uma brigada de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 10.358); crea uma brigada de infantaria na comarca de Igarapé-Assú (decr. n. 10.359); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itaparica (decr. n. 10.360); crea uma brigada de infantaria na comarca de Arraias (decr. n. 10.361); crea uma brigada de infantaria na comarca de Belém (decr. n. 10.362); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Acary (decr. n. 10.368); crea uma brigada de infantaria no municipio do Recife (decr. n. 10.380); crea uma brigada de infantaria no municipio de Bom Conselho (decr. n. 10.381); crea uma brigada de infantaria na comarca de Barbalho (decr. n. 10.382); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Campo Largo (decr. n. 10.422); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ponta Grossa (decr. n. 10.423); crea uma brigada de cavallaria na comarca de São José dos Pinhaes (decr. n. 10.424); crea uma brigada de infantaria na capital do Espirito Santo (decr. n. 10.444); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Francisco (decr. n. 10.445); crea uma brigada de infantaria na comarca de Pastos Bons (decr. n. 10.446); crea uma brigada de cavallaria na capital de S. Paulo (decr. n. 10.447); crea uma brigada de infantaria no municipio do Recife (decr. n. 10.451); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Curvello (decr. n. 10.465); crea uma brigada de infantaria na comarca de Barretos (decr. n. 10.466); crea uma brigada de infantaria no municipio de Olinda (decr. n. 10.467); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Santa Maria Magdalena (decr. n. 10.468); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Macalubas (decr. n. 10.491); crea uma brigada de infantaria na comarca de Mundo Novo (decr. n. 10.492); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Grande (decr. n. 10.493); crea uma brigada de infantaria na comarca de Taguatinga (decr. n. 10.494); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Capivary (decr. n. 10.495); crea uma brigada de infantaria na comarca de Araripe (decr. n. 10.496); crea uma brigada de artilharia, uma de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Ayruoca (decr. n. 10.505); crea uma brigada de artilharia na capital de Matto-Grosso (decr. n. 10.506); crea uma brigada de infantaria na capital de S. Paulo (decr. n. 10.507);

crea duas brigadas de cavallaria na comarca de Bella Vista (decr. n. 10.508); crea uma de infantaria na comarca de Coxim (decr. n. 10.509); crea uma brigada de infantaria no municipio de Quipapá (decr. n. 10.510); crea uma brigada de infantaria na comarca de Arassuahy (decr. n. 10.511); crea uma brigada de infantaria na comarca de Sant'Anna do Cariry (decr. n. 10.512); crea uma brigada de infantaria na comarca de Marabá (decr. n. 10.513); crea uma brigada de infantaria na comarca de Chaves (decr. n. 10.514); crea uma brigada de infantaria na comarca de Affuá (decr. n. 10.515); crea uma brigada de infantaria na comarca de Macapá (decr. n. 10.516); crea uma brigada de infantaria na comarca de Quixadá (decr. n. 10.517); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca do Crato (decr. n. 10.518); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Pedro (decr. n. 10.519); crea uma brigada de infantaria na comarca de Curvello (decr. n. 10.531); crea uma brigada de infantaria na comarca de Sete Lagoas (decr. n. 10.532); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Muriahé (decr. n. 10.533); crea uma brigada de infantaria na comarca de Caxias (decr. n. 10.555); crea uma brigada de artilharia na comarca de Palma (decr. n. 10.556); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Francisco (decr. n. 10.557); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ribeirão Claro (decr. n. 10.558); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Conquista (decr. n. 10.559); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Ribeirão Claro (decr. n. 10.566); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cametá (decr. n. 10.567); crea duas brigadas de infantaria na capital do Pará (decr. n. 10.568); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca do Rio Branco (decr. n. 10.569); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cachoeira (decr. n. 10.573); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Patos (decr. n. 10.574); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria no municipio de Timbaúba (decr. n. 10.575); crea uma brigada de infantaria na comarca de Minas do Rio de Contas (decr. n. 10.576); crea uma brigada de infantaria na comarca de Nietheroy (decr. n. 10.577); crea uma brigada de infantaria na capital de S. Paulo (decr. n. 10.601); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Paraná (decr. n. 10.605); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Ilhéos (decr. n. 10.606); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Barra do Piraby (decr. n. 10.607); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Angra dos Reis (decr. n. 10.608); crea uma brigada de infantaria na comarca de Barra Mansa (decr. n. 10.609); crea uma brigada de artilharia na comarca de Capivary (decr. n. 10.610); crea mais uma brigada de infantaria na comarca de Carangola (decr. n. 10.618); crea uma brigada de infantaria na comarca do Alto Taquary (decr. n. 10.619); crea uma brigada de infantaria na capital do Paraná (decr. n. 10.620); crea uma brigada de infantaria na comarca de Castro (decr. n. 10.621); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Imbituv (decr. numero 10.622); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Jaguarihyva (decr. n. 10.623); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Ribeirão Claro (decr. n. 10.624); crea uma brigada de cavallaria na comarca de S. Matheus

decr. n. 10.625); crea uma brigada de infantaria na comarca de Abre Campo (decr. n. 10.626); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Itajahy (decr. n. 10.646); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Santo Antonio do Madeira (decr. n. 10.647); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Uberaba (decr. n. 10.648); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Macahubas (decr. n. 10.649); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria na comarca de Queluz (decr. n. 10.650); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Patos (decr. n. 10.651); crea uma brigada de infantaria na comarca de Camisão (decr. n. 10.652); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Ilhéos (decr. n. 10.653); crea duas brigadas de infantaria e uma de artilharia na comarca de Cachoeira (decr. n. 10.654); crea uma brigada de infantaria na comarca de Barretos (decr. n. 10.655); crea uma brigada de artilharia na comarca de Alto-Mearim (decr. n. 10.656); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santo Antonio de Jesus (decr. n. 10.657); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Araruama (decr. n. 10.671); crea uma brigada de infantaria na comarca de Siquarema (decr. n. 10.672); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Campos (decr. n. 10.673); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itaguahy (decr. n. 10.674); crea uma brigada de infantaria na comarca de Iguassú (decr. n. 10.675); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itapecurú-Mirim (decr. n. 10.676); crea duas brigadas, sendo uma de infantaria e outra de artilharia, na comarca de Campos (decr. n. 10.677); crea uma brigada de cavallaria na comarca de S. Pedro d'Aldeia (decr. n. 10.678); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Santa Thereza (decr. n. 10.679); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Itaperuna (decr. n. 10.680); crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia na comarca do Carmo (decr. n. 10.681); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de S. João da Barra (decr. n. 10.682); crea tres brigadas, sendo uma de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia, na comarca de Rezende (decr. n. 10.683); crea uma brigada de infantaria no municipio de Alogados de Ingazeira (decr. n. 10.697); crea uma brigada de infantaria no municipio do Bonito (decr. n. 10.698); crea uma brigada de infantaria no municipio do Recife (decr. n. 10.699); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Pedra (decr. n. 10.700); crea uma brigada de infantaria no municipio de S. Bento (decr. n. 10.701); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Francisco (decr. n. 10.702); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Cametá (decr. n. 10.703); crea duas brigadas, sendo uma de infantaria e outra de cavallaria, na comarca de Uberaba (decr. n. 10.704); crea uma brigada de infantaria na comarca de Juiz de Fora (decr. n. 10.709); crea uma brigada de infantaria na comarca de Capivary (decr. n. 10.710); crea uma de Infantaria na comarca de Lavras Diamantinas (decr. n. 10.728); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. João de Patos (decr. n. 10.729); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Alegrete (decr. n. 10.730); crea duas brigadas de cavallaria na comarca de Passo Fundo (decr. n. 10.731); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Cametá (decr. n. 10.732);



crea uma brigada de infantaria na comarca de Manhuassú (decr. n. 10.733); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ubá (decr. n. 10.734); crea uma brigada de infantaria na comarca do Pará (decr. n. 10.735); crea tres brigadas de infantaria na comarca de Santa Luzia do Rio das Velhas (decr. n. 10.736); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Cantagallo (decr. n. 10.761); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Pirahy (decr. n. 10.762); crea uma de brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Parahyba do Sul (decr. n. 10.763); crea uma brigada de infantaria na comarca de Barra Mansa (decr. numero 10.764); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Friburgo (decr. n. 10.765); crea uma brigada de cavallaria na comarca da Barra do Pirahy (decr. n. 10.766); crea uma brigada de infantaria no municipio de Bom Jardim (decr. n. 10.767); crea uma brigada de infantaria na comarca de Lençóes (decr. n. 10.778); crea uma brigada de cavallaria no municipio de S. José do Egypto (decr. n. 10.779); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria no municipio de Garanhuns (decr. n. 10.780); crea uma brigada de infantaria na comarca de Sete Lagôas (decr. n. 10.781); crea uma brigada de infantaria na comarca de Breves (decr. n. 10.782); crea uma brigada de artilharia na comarca de S. João Marcos (decr. n. 10.809); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. João Marcos (decr. n. 10.809); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. João da Barra (decr. n. 10.810); crea uma brigada de infantaria na comarca do Pará (decr. n. 10.812); crea uma brigada de infantaria na comarca de Capivary (decr. n. 10.823); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Sete Lagôas (decr. n. 10.843); crea uma brigada de infantaria na comarca de Mossoró (decr. n. 10.848); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Leopoldina (decr. n. 10.859); crea uma brigada de infantaria na comarca de Guarapuava (decr. n. 10.860); crea mais uma brigada de infantaria e uma de artilharia na comarca de Uberaba (decr. n. 10.869); crea uma brigada de infantaria na comarca de Xingú (decr. n. 10.870); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Angra dos Reis (decr. n. 10.871); crea uma brigada de infantaria na comarca de Conquista (decr. n. 10.878); crea uma brigada de infantaria na comarca de Barretos (decr. n. 10.879); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Bomfim (decr. n. 10.880); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Barra do Rio de Contas (decr. n. 10.881); crea uma brigada de cavallaria na comarca do Espirito Santo (decr. n. 10.882); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itapolis (decr. numero 10.890); crea uma brigada de infantaria na comarca de Paracatú (decr. n. 10.884); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Morrinhos (decr. n. 10.895); crea uma brigada de cavallaria na comarca do Rosario (decr. n. 10.896); crea duas brigadas de cavallaria na comarca de Bagé (decr. n. 10.908); crea uma brigada de infantaria na comarca do Espirito Santo do Pinhal (decr. n. 10.909); crea uma brigada de infantaria na comarca de Apuá (decr. n. 10.910); crea uma brigada de infantaria na comarca de Breves (decr. n. 10.911); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cachoeira (decr. n. 10.912); crea uma de infantaria na comarca de Igarapé-Mury (decr. nu-

mero 10.921); crea uma brigada de infantaria na comarca de Breves (decr. n. 10.925); crea uma brigada de infantaria na comarca de Piancó (decr. n. 10.936); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ubatuba (decr. n. 10.937); transfere da comarca de Faxina para a de Itapolis a séde da 37ª brigada de cavallaria (decr. n. 10.938); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Palma (decr. n. 10.939); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Carangola (decr. n. 10.940); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Ubá (decr. n. 10.941); crea uma brigada de infantaria no municipio de Flores (decr. n. 10.953); crea uma brigada de infantaria no municipio de Buique (decr. n. 10.954); crea uma brigada de infantaria no municipio de Brejo (decr. n. 10.955); crea uma brigada de infantaria no municipio de Limoeiro (decr. n. 10.956); crea uma brigada de infantaria no municipio de S. Bento (decr. n. 10.957); crea uma brigada de infantaria no municipio de Bom Conselho (decr. n. 10.958); crea uma brigada de infantaria no municipio de Leopoldina (decr. numero 10.959); crea uma brigada de cavallaria no municipio do Recife (decr. n. 10.960); crea uma brigada de artilharia no municipio de Limoeiro (decr. n. 10.961); crea uma brigada de infantaria no municipio de S. José do Egypto (decr. n. 10.962); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Madre de Deus (decr. n. 10.963); crea uma brigada de infantaria no municipio do Recife (decr. n. 10.964); crea uma brigada de infantaria no municipio do Cabo (decr. n. 10.965); crea uma brigada de infantaria no municipio do Exú (decr. n. 10.966); crea uma brigada de infantaria no municipio de Floresta (decr. n. 10.967); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Villa Bella (decr. n. 10.968); crea uma brigada de infantaria no municipio de Salgueiro (decr. numero 10.969); crea uma brigada de infantaria no municipio de Marabá (decr. n. 10.970); crea uma brigada de infantaria no municipio de Alemquer (decr. n. 10.971); crea duas brigadas, sendo uma de infantaria e outra de cavallaria, na comarca de Iguassú (decr. n. 10.975); crea uma brigada de infantaria na comarca do Pará (decr. n. 10.976); crea uma brigada de infantaria na comarca de Princeza (decr. numero 10.977); crea uma brigada de infantaria na comarca de Curvello (decr. n. 10.978); crea uma brigada de artilharia na comarca do Monte Carmelo (decr. n. 10.980); crea duas brigadas, sendo uma de infantaria e outra de cavallaria, na comarca de Santo Antonio de Padua (decr. n. 10.981); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Theophilo Otoni (decr. n. 10.982); crea uma brigada de infantaria no municipio do Recife (decr. n. 10.983); crea duas brigadas de infantaria na comarca de S. João d'El-Rey (decr. n. 10.992); crea uma brigada de infantaria na comarca de Guranesia (decr. n. 10.993); crea sete brigadas, sendo quatro de infantaria, duas de artilharia e uma de cavallaria, na comarca de Itaperuna (decr. numero 11.001); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Novo (decr. n. 11.002); crea tres brigadas de infantaria na comarca do Rio das Velhas (decr. n. 11.003); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Granito (decr. n. 11.004); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itaporanga (decr. n. 11.005); crea uma brigada

de infantaria na comarca de Obidos (decr. n. 11.017); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Mar de Hespanha (decr. n. 11.018); crea uma brigada de artilharia na comarca de Mar de Hespanha (decr. n. 11.019); crea uma brigada de infantaria na comarca de Mar de Hespanha (decr. n. 11.020); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Novo (decr. n. 11.021); crea uma brigada de infantaria na comarca de Teffé (decr. n. 11.022); crea uma brigada de artilharia na comarca de Santarém (decr. n. 11.023); crea uma brigada de infantaria na comarca de Bragança (decr. n. 11.024); crea uma brigada de infantaria na comarca de Igarapé-Miry (decr. n. 11.025); crea uma brigada de infantaria na comarca de Rio Novo (decr. n. 11.026); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Juiz de Fôra (decr. n. 11.027); crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia na capital de Minas Geraes (decr. n. 11.039); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria no municipio do Recife (decr. n. 11.053); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Caruarú (decr. n. 11.054); crea uma brigada de infantaria no municipio de Taquaretinga (decr. n. 11.055); crea uma brigada de artilharia na comarca de Barra do Pirahy (decr. n. 11.056); crea uma brigada de artilharia na comarca de Magé (decr. n. 11.057); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Vassouras (decr. n. 11.058); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Rio Preto (decr. n. 11.059); crea uma brigada de artilharia na comarca de Sapucaia (decr. n. 11.060); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Alfenas (decr. n. 11.076); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ribeirão Bonito (decr. n. 11.077); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Queluz (decr. n. 11.078); crea uma brigada de infantaria na comarca de Piracicaba (decr. n. 11.079); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jambeiro (decr. n. 11.080); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Patrocínio do Sapucahy (decr. n. 11.081); crea uma brigada de infantaria na comarca de Piancó (decr. n. 11.082); crea uma brigada de infantaria na comarca de Baurú (decr. numero 11.101); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Ilaperuna (decr. n. 11.102); crea uma brigada de infantaria na comarca de Minas Novas (decr. n. 11.103); crea uma brigada de infantaria na comarca de Juiz de Fôra (decr. n. 11.104); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Sebastião do Paraíso (decr. n. 11.105); crea uma brigada de infantaria, duas de cavallaria e duas de artilharia na comarca de Leopoldina (decr. n. 11.106); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Campina Grande (decr. n. 11.107); crea uma brigada de artilharia na comarca de Santo Antonio de Padua (decr. n. 11.108); crea uma brigada de artilharia na comarca de S. Sebastião do Alto (decr. n. 11.109); crea uma brigada de artilharia na comarca de Itaguahy (decr. n. 11.110); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Vassouras (decr. n. 11.111); crea uma brigada de artilharia na comarca de Nova Friburgo (decr. n. 11.112); crea uma brigada de artilharia na comarca de Iguassú (decr. n. 11.113); crea uma brigada de artilharia na comarca de Theresopolis (decr. n. 11.114); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ribeirão Claro (decr.



n. 11.123); crea uma brigada de infantaria na capital do Pará (decr. n. 11.124); crea uma brigada de infantaria na comarca de Muaná (decr. n. 11.125); crea uma brigada de infantaria na comarca de Breves (decr. n. 11.126); crea uma brigada de infantaria na comarca de Affuá (decr. n. 11.127); crea uma brigada de infantaria na comarca de Obidos (decr. n. 11.128); crea uma brigada de infantaria na capital do Pará (decr. n. 11.129); crea uma brigada de infantaria na comarca de Gurupá (decr. n. 11.138); crea uma brigada de infantaria na comarca de Sete Lagoas (decr. n. 11.139); crea uma brigada de infantaria na comarca de Palmyra (decr. n. 11.140); crea uma brigada de infantaria na comarca de Benjamin Constant (decr. n. 11.144); crea uma brigada de infantaria na comarca de Caeteté (decr. n. 11.145); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Bomfim (decr. n. 11.146); crea uma brigada de infantaria na comarca de Uberabinha (decr. n. 11.147); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ipamery (decr. n. 11.152); crea uma brigada de infantaria na comarca de Annapolis (decr. n. 11.153); crea uma brigada de infantaria na comarca de Natividade (decr. n. 11.154); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Matheus (decr. numero 11.155); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santa Julia (decr. n. 11.156); crea uma brigada de infantaria na capital do Espirito Santo (decr. n. 11.157); crea uma brigada de infantaria no municipio de Salgueiro (decr. n. 11.158); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. José de Além Parahyba (decr. n. 11.159); crea uma brigada de infantaria na comarca de Minas do Rio de Contas (decr. n. 11.167); crea uma brigada de infantaria na comarca de Nazareth (decr. n. 11.186); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jacobina (decr. n. 11.169); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Bom Conselho (decr. n. 11.170); crea uma brigada de infantaria no municipio de Canhotinho (decr. n. 11.171); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Correntes (decr. numero 11.173); crea uma brigada de infantaria no municipio do Triumpho (decr. n. 11.174); crea uma brigada de artilharia na comarca do Rio Preto (decr. n. 11.188); crea uma brigada de cavallaria na comarca do Rio Preto (decr. numero 11.189); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Preto (decr. n. 11.190); crea uma brigada de infantaria na comarca de Catalão (decr. n. 11.191); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Rio das Pedras (decr. n. 11.192); crea uma brigada de infantaria na comarca de Faxina (decr. n. 11.193); crea uma brigada de infantaria na comarca de Tatuhy (decr. n. 11.194); crea uma brigada de cavallaria na comarca de S. José do Rio Preto (decr. n. 11.195); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria no municipio do Recife (decr. n. 11.196); crea uma brigada de infantaria na comarca de Taquaritinga (decr. n. 11.206); crea uma brigada de artilharia na comarca de S. João do Araguaya (decr. n. 11.207); crea uma brigada de cavallaria na capital de S. Paulo (decr. n. 11.221); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Bagé (decr. n. 11.222); crea uma brigada de infantaria na comarca de Porto Nacional (decr. n. 11.223); crea uma brigada de cavallaria na comarca do Triumpho (decr. n. 11.224); crea

uma brigada de artilharia na comarca de Leopoldina (decr. n. 11.225); crea uma brigada de artilharia na comarca de Sant'Anna do Ipanema (decr. n. 11.226); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Cachoeiro do Itapemirim (decr. n. 11.227); crea uma brigada de artilharia na capitla de Pernambuco (decr. n. 11.228); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Ipameri (decr. n. 11.229); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria no municipio do Recife (decr. n. 11.230); crea uma brigada de infantaria na comarca de Januarina (decr. n. 11.231); crea uma brigada de artilharia na comarca de Palmyra (decr. n. 11.232); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Claro (decr. n. 11.233); crea uma brigada de infantaria na comarca de Nazareth (decr. n. 11.252); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Minas do Rio de Contas (decr. n. 11.253); crea uma brigada de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 11.254); crea mais duas brigadas, sendo uma de infantaria e uma de cavallaria, na comarca de Carinhanha (decr. n. 11.255); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itapetininga (decr. n. 11.256); crea duas brigadas de artilharia na comarca do Rio Novo (decr. n. 11.257); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Santo Antonio do Machado (decr. n. 11.258); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Paracatú (decr. n. 11.259); crea uma brigada de infantaria na comarca de Patrocínio do Sapucahy (decr. n. 11.260); crea uma brigada de artilharia na comarca de Curvello (decr. n. 11.261); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Varginha (decr. n. 11.262); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ubá (decr. numero 11.263); crea uma brigada de artilharia na comarca de Itaocara (decr. n. 11.264); crea uma brigada de cavallaria na comarca de S. Fidelis (decr. n. 11.265); crea uma brigada de artilharia na comarca de S. Fidelis (decr. n. 11.266); crea uma brigada de infantaria na comarca de Barretos (decr. n. 11.273); crea uma brigada de infantaria na comarca de Mauná (decr. n. 11.274); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Marabá (decr. n. 11.275); crea uma brigada de cavallaria na capital do Pará (decr. n. 11.276); crea duas brigadas de infantaria na capital do Pará (decr. numero 11.277); crea uma brigada de artilharia na comarca de Leopoldina (decr. n. 11.278); crea duas brigadas de cavallaria na comarca de Baurú (decr. n. 11.279); crea uma brigada de infantaria no municipio de Granito (decr. numero 11.280); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Juiz de Fôra (decr. n. 11.281); crea uma brigada de cavallaria na comarca do Rio Preto (decr. n. 11.282); crea duas brigadas de infantaria na comarca de S. João d'El-Rey (decr. numero 11.283); crea uma brigada de cavallaria na comarca de S. José de Além Parahyba (decr. n. 11.284); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Alenas (decr. n. 11.285); crea uma brigada de artilharia na comarca do Rio Bonito (decr. n. 11.286); crea uma brigada de artilharia na comarca de Santa Maria Magdalena (decr. n. 11.287); crea uma brigada de cavallaria na comarca do Rio Bonito (decr. n. 11.288); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. José de

Além Parahyba (decr. n. 11.289); crea uma brigada de infantaria na comarca da Barra do Pirahy (decr. n. 11.302); crea uma brigada de artilharia na comarca de Barra do Pirahy (decr. n. 11.303); crea uma brigada de artilharia na comarca de S. João Marcos (decr. n. 11.304); crea uma brigada de artilharia em Theresopolis (decr. n. 11.305); crea uma brigada de artilharia na comarca de Santa Thereza (decr. n. 11.306); crea uma brigada de cavallaria no municipio de S. Lourenço da Matta (decr. n. 11.307); crea uma brigada de infantaria no municipio de Nazareth (decr. n. 11.308); crea uma brigada de artilharia na comarca de S. Francisco de Paula (decr. n. 11.309); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria no municipio do Recife (decr. n. 11.310); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Pardo (decr. n. 11.311); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria no Departamento do Tarauacá (decr. n. 11.312); crea tres brigadas de infantaria na comarca de Sorocaba (decr. n. 11.313); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Itapolis (decr. n. 11.314); crea uma brigada de artilharia na comarca de Ilhéos (decr. n. 11.315); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cannavieiras (decr. n. 11.316); crea quatro brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Arcia (decr. n. 11.317); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Estancia (decr. n. 11.318); crea uma brigada de infantaria na comarca de Lagarto (decr. n. 11.319); crea uma brigada de infantaria na capital de S. Paulo (decr. n. 11.320); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Campo Maior (decr. n. 11.321); crea duas brigadas de infantaria na comarca de S. João de Araguaya (decr. numero 11.322); crea uma brigada de cavallaria na comarca de S. Fidelis (decr. n. 11.323); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Fidelis (decr. n. 11.324); crea uma brigada de infantaria na comarca de Petropolis (decr. numero 11.325); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Petropolis (decr. n. 11.326); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Itaperuna (decr. n. 11.327); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itaperuna (decr. n. 11.328); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Itaperuna (decr. n. 11.329); crea uma brigada de artilharia na comarca de Vassouras (decr. n. 11.330); crea uma brigada de infantaria na comarca de Barra do Pirahy (decr. n. 11.357); crea uma brigada de infantaria na comarca de Amargosa (decr. n. 11.358); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ilhéos (decr. n. 11.359); crea uma brigada de artilharia na comarca de Valença (decr. n. 11.360); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Campo Grande (decr. n. 11.573); crea uma brigada de infantaria na comarca de Vigia (decr. n. 11.574); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Chaves (decr. n. 11.575); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Claro (decr. n. 11.580); crea uma brigada de infantaria na comarca de Maracanã (decr. n. 11.581); crea uma brigada de infantaria na capital do Pará (decr. n. 11.582); crea uma brigada de infantaria na comarca de Soure (decr. n. 11.583); crea uma brigada de infantaria na comarca de Chaves (decr. n. 11.584); crea uma brigada de infantaria na comarca de Breves (decr. n. 11.585); crea uma brigada de infantaria e



uma de cavallaria na comarca de Bella Vista (decr. numero 11.595); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de D. Pedrito (decr. n. 11.597); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Castro (decr. n. 11.605); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Fóz do Iguassú (decr. n. 11.606); crea uma brigada de infantaria na comarca de Vianna (decr. n. 11.616); crea uma brigada de infantaria na comarca de Pombal (decr. n. 11.617); crea uma brigada de infantaria na comarca de Souza (decr. n. 11.618); crea uma brigada de infantaria na comarca de Vigia (decr. n. 11.626); crea uma brigada de infantaria na comarca de Aricary (decr. n. 11.627); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Francisco (decr. n. 11.628); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Christovão (decr. n. 11.629); crea uma brigada de infantaria na comarca de Propriá (decr. n. 11.630); crea uma brigada de infantaria na comarca de Laranjeiras (decr. n. 11.631); crea uma brigada de infantaria na comarca de Capella (decr. numero 11.632); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Palma (decr. n. 11.639); crea uma brigada de infantaria na comarca de Palma (decr. n. 11.644); crea uma brigada de infantaria na comarca de Araucaria (decr. n. 11.645); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santo Antonio de Madeira (decr. n. 11.659); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Santa Maria da Bocca do Monte (decr. n. 11.677); crea uma brigada de infantaria na comarca de Curuçá (decr. n. 11.703); crea uma brigada de infantaria na comarca de Monte Alegre (decr. n. 11.720); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Soure (decr. n. 11.721); crea uma brigada de infantaria na comarca de Parnahyba (decr. n. 11.733); crea uma brigada de infantaria na comarca de Pedro II (decr. n. 11.734); crea uma brigada de infantaria na comarca de Monte Alegre (decr. n. 11.747); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Divinopolis (decr. n. 11.756); crea uma brigada de infantaria na comarca de Campaulha (decr. n. 11.772); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Pelotas (decr. n. 11.776); crea uma brigada de infantaria na comarca de Bragança (decr. n. 11.793); crea uma brigada de infantaria na comarca de Camisão (decr. n. 11.794); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio José Pedro (decr. n. 11.795); crea uma brigada de infantaria na comarca de Prados (decr. n. 11.804); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Preto (decr. n. 11.810); crea uma brigada de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 11.811); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santo Antonio do Madeira (decr. n. 11.812); crea uma brigada de infantaria no municipio de Gloria de Goyatá (decr. n. 11.813); crea uma brigada de infantaria na comarca de Sabará (decr. n. 11.825); crea duas brigadas de infantaria na capital de Sergipe (decr. n. 11.848); crea uma de artilharia no municipio do Recife (decr. numero 11.862); crea uma brigada de infantaria na comarca de Curuçá (decr. n. 11.863); crea uma brigada de infantaria na comarca de Campos Novos do Paranapanema (decr. numero 11.887); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Boa Vista (decr. n. 11.927); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Arassuahy (decr. n. 11.928); crea

uma brigada de infantaria na comarca de Araguay (decr. n. 11.929); crea uma brigada de infantaria na capital do Espirito Santo (decr. n. 11.942); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Preto (decr. n. 11.943); crea uma brigada de infantaria na comarca de Prados (decr. n. 11.950); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santa Leopoldina (decr. n. 11.971); crea uma brigada de infantaria na capital de Pernambuco (decr. n. 11.987); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cachoeiro de Itapemirim (decr. n. 11.988); crea uma brigada de infantaria na capital do Espirito Santo (decr. n. 11.989); crea uma brigada de infantaria na comarca de Alegre (decr. numero 11.990); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jaguarão (decr. n. 12.002); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio das Pedras (decr. n. 12.003); crea uma brigada de infantaria na comarca de Guarany (decr. n. 12.004); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Bonito (decr. n. 12.013); crea uma brigada de cavallaria na capital de Matto Grosso (decr. numero 12.015); crea uma brigada de cavallaria, uma de artilharia e uma de infantaria na comarca de Prados (decr. numero 12.026); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ipamery (decr. n. 12.027); crea uma brigada de infantaria na capital do Espirito Santo (decr. n. 12.042); crea uma brigada de cavallaria na capital do Rio Grande do Sul (decr. n. 12.043); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Grajahú (decr. n. 12.049); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Bella Vista (decr. n. 12.050); crea uma brigada de infantaria no municipio do Recife (decr. n. 12.066); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santa Cruz (decr. n. 12.067); crea uma brigada de cavallaria na capital do Rio Grande do Sul (decr. n. 12.068); crea uma brigada de artilharia no municipio do Recife (decr. n. 12.074); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. José do Calçado (decr. n. 12.085); crea uma brigada de infantaria na comarca de Affonso Claudio (decr. n. 12.086); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jahú (decr. n. 12.087); crea uma brigada de infantaria na comarca da Posse (decr. n. 12.091); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Santa Luzia (decr. n. 12.092); crea uma brigada de infantaria na comarca do Espirito Santo do Pinhal (decr. n. 12.098); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Pedro de Itabapoana (decr. n. 12.099); crea uma brigada de infantaria na comarca de Anicuns (decr. n. 12.105); crea uma brigada de infantaria no municipio de Novo Exú (decr. n. 12.106); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Correntina (decr. numero 12.126); crea duas brigadas de infantaria na comarca do Rio Paranahyba (decr. n. 12.127); crea uma brigada de infantaria na comarca Barão de Grajahú (decr. n. 12.134); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itabuna (decr. n. 12.146); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Preto (decr. n. 12.156); crea uma brigada de infantaria na comarca de Bragança (decr. n. 12.160); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itabuna (decr. n. 12.161); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cachoeiro de Itapemirim (decr. n. 12.162); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de

Formiga (decr. n. 12.164); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jequié (decr. n. 12.165); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio José Pedro (decr. numero 12.177); crea uma brigada de artilharia na capital de Pernambuco (decr. n. 12.196); crea uma brigada de artilharia na comarca de Serrinha (decr. n. 12.197); crea uma brigada de infantaria no municipio de Jaboatão (decr. n. 12.198); crea uma brigada de artilharia na comarca de Nova Friburgo (decr. n. 12.199); crea uma brigada de infantaria na comarca de Laguna (decr. n. 12.202); crea uma brigada de infantaria na comarca de Alegre (decr. n. 12.203); crea uma brigada de infantaria na comarca de Guarapary (decr. n. 12.204); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Campo Bello (decr. n. 12.216); crea uma brigada de infantaria no municipio de Jaboatão (decr. n. 12.217); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Caracol (decr. n. 12.229); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Jaboatão (decr. n. 12.237); crea duas brigadas de infantaria no municipio de Quipápá (decr. n. 12.246); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ilhéos (decr. n. 12.247); crea uma brigada de infantaria na capital de Minas Geraes (decr. n. 12.256); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Itabuna (decr. n. 12.276); crea uma brigada de cavallaria no municipio do Recife (decr. n. 12.277); crea uma brigada de infantaria na capital de Minas Geraes (decr. n. 12.290); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santa Barbara (decr. numero 12.291); crea uma brigada de infantaria no municipio de Panellas (decr. n. 12.303); crea uma brigada de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 2.304); crea uma brigada de infantaria na comarca de Magé (decr. n. 12.305); crea uma brigada de infantaria na comarca de Nova Trento (decr. n. 12.306) — Ver EXERCITO — UNIFORMES.

GUARDAS — Torna extensivos aos civis, para o effeito da pensão de que trata o decreto n. 3.605, de 1918, o processo de exame de invalidez (decr. n. 13.435) — Ver CREDITOS — PENSÃO — REGULAMENTOS.

GUARNIÇÃO — Crea uma militar mixta, de terra e mar, sob a administração do Ministerio da Marinha, em cada uma das ilhas de Fernando de Noronha e da Trindade (decr. n. 11.181).

GUERRA — Ver CONSELHOS — CREDITOS — DISTRICTOS — NEUTRALIDADE — REGRAS — TABELLAS.

GUIA — Ver REGULAMENTOS.

GUINDASTES — Ver PORTOS.

## H

HONORARIOS — Fixa os do commissario de alimentação publica (decr. n. 13.509).

HONRAS — Manda prestar ao conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves as de chefe de Estado (decr. numero 13.423); torna extensivas á Armada as disposições sobre fu-



nebres em vigor no Exército (decr. n. 14.161); manda prestar ao Dr. Delphim Moreira da Costa Ribeiro as de chefe de Estado (decr. n. 14.244). — Ver LUTO — REGULAMENTOS.

HORA — Ver REGULAMENTOS.

HORTO — Annexa ao Florestal o Jardim Botânico (decreto n. 11.904). — Ver REGULAMENTOS — TERRENOS.

HOSPITAL — Ver REGULAMENTOS — TERRENOS.

HOTEIS — Approva os planos e plantas, apresentados pela «Rio de Janeiro Hotel Company», para construção de um nos terrenos outrora occupados pelo convento da Ajuda (decr. n. 9.645); approva o orçamento e as plantas dos melhoramentos no das Paineiras (decr. n. 9.859); approva os projectos e orçamento das modificações e melhoramentos a serem feitos no das Paineiras (decr. n. 10.943); approva o projecto e o orçamento de um pavilhão para o das Paineiras (decr. n. 11.131); approva o projecto de um edificio destinado á lavanderia e outras dependencias do das Paineiras (decr. n. 11.608); prorroga até 17 de julho de 1918 o prazo estabelecido pelo decreto n. 10.943, de 1914 (decreto n. 12.093); prorroga até 17 de julho de 1920 o prazo fixado no decreto n. 10.943, de 1914 (decr. n. 13.402).

HYDRO-AVIÃO — Ver APPARELHOS.

HYGIENE — Ver ACCÓRDOS.

## I

IDADE — Ver REFORMA.

ILHAS — Transfere, provisoriamente, para o Ministerio da Marinha, a das Flores (decr. n. 12.689); manda reverter a Grande á jurisdicção do Ministerio da Justiça (decr. numero 12.726); manda reverter ao Ministerio da Agricultura a das Flores (decr. n. 13.781). — Ver GUARNIÇÃO.

IMPORTAÇÃO — Ver DIREITOS — ISENÇÕES — REGULAMENTOS — SEMENTES — TAXAS.

IMPOSTOS — Dá regulamento para a cobrança e fiscalização do de consumo da manteiga e banha artificiaes, de produção nacional (decr. n. 8.535); reduz de 10 % o de exportação da borracha procedente do territorio do Acre (decreto n. 10.479). — Ver ACCÓRDOS — AGENTES — REGULAMENTOS.

IMPrensa NACIONAL — Ver REGULAMENTOS.

INCORPORAÇÃO — Ver BANCOS — CAIXAS — ESTRADAS DE FERRO — QUADROS — RAMAES — REDE.

INDEPENDENCIA — Ver RECONHECIMENTO.

INDIOS — Ver ALDEAMENTOS.

INDUSTRIA — Ver FAVORES.

INELEGIBILIDADE — Ver DECRETO.

INEXECUÇÃO — Ver RECLAMAÇÕES.

INFANTARIA — Ver BRIGADAS — GUARDA NACIONAL — REGULAMENTOS.

INFERIORES — Ver DENOMINAÇÕES — REGULAMENTOS.

INFORMAÇÕES — Ver SERVIÇOS

INICIO — Ver CONTRACTOS — OBRAS — PRASO.

INSPECÇÃO — Estabelece a de armas ou serviços (decreto n. 11.506). — Ver REGULAMENTOS — SERVIÇOS.

INSPECTORES — Ver QUADROS.

INSPECTORIAS — Crea uma agricola em cada um dos Estados do Amazonas, Piauhy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagoas, Sergipe, Espirito Santo e Santa Catharina (decreto n. 8.515); crea a de Fazenda (decr. n. 9.286); crea a de Pesca (decr. n. 9.672); crea uma de veterinaria no Estado do Paraná (decr. n. 10.056); crea uma de veterinaria no Estado do Rio de Janeiro (decr. n. 10.300); amplia as attribuições militares da de Portos e Costas (decr. n. 12.699); supprime a geral das linhas do Lloyd Brasileiro (decr. numero 13.799); transfere para o Ministerio da Justiça os serviços a cargo da de Esgotos da Capital Federal (decr. numero 14.376). — Ver REGULAMENTOS — SERVIÇOS.

INSTALAÇÕES — Approva o projecto definitivo das hydro-electricas do rio Paraguassú (decr. n. 14.005). — Ver PRASO — UZINAS.

INSTITUTOS — Considera como escola media ou theorico-pratica o de Agronomia e Veterinaria mantido pela Escola de Engenharia de Porto Alegre (decr. n. 8.516); avoca o Agricola de S. Bento das Lages, do municipio da Villa de S. Francisco, na Bahia (decr. n. 8.561); concede ao Dezenove de Abril, no Recife, os privilegios e garantias de que gosam os estabelecimentos congneres (decr. n. 8.604); publica a adhesão da Colombia ao Internacional de Agricultura em Roma (decr. n. 11.552); reorganiza o Nacional de Musica (decr. n. 11.748); transfere e incorpora ao patrimonio do Nacional de Musica o proprio nacional em que o mesmo funciona, á rua Joaquim Nabuco, com tudo o que contém (decreto n. 12.850); reorganiza o Oswaldo Cruz (decr. numero 13.527); crea o Biologico de Defesa Agricola (decr. numero 14.356). — Ver APOLICES — CADEIRAS — CREDITOS — LEIS — REGULAMENTOS — TERRENOS — UNIVERSIDADE — UTILIDADE.

INSTRUÇÕES — Dá para execução do art. 84 da lei numero 2.356, de 1910 (decr. n. 8.904); dá novas para o serviço das collectorias federaes (decr. n. 9.285); approva as para a typographia do Ministerio da Agricultura (decr. numero 10.830); approva as para a Fazenda Experimental de Rezende (decr. n. 10.900); dá para execução provisoria do registro publico (decr. n. 12.343); dá para execução da lei n. 3.208, de 1916 (decr. n. 12.391); approva as para a arrecadação das taxas pela utilização do caes do Rio Grande (decr. n. 12.500); approva as para os concursos de terceiros officiaes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (decr. n. 12.998); approva as que estabelecem as condições e as obrigações dos alumnos que tenham de ser enviados ao

estrangeiro para o aperfeiçoamento tecnico e profissional (decr. n. 13.028); approva as que devem reger os exames dos candidatos á carreira consular (decr. n. 13.608); dá para o serviço geral de contabilidade publica (decr. numero 13.746); dá para a eleição de intendentes municipaes no Districto Federal (decr. n. 13.756); manda executar para a matricula na Escola Naval (decr. n. 14.040). — Ver ADDIDOS — ELEIÇÕES — LEIS — REDE — REGULAMENTOS.

INSTRUMENTOS — Ver TAXAS

INTENDENCIA — Ver REGULAMENTOS.

INTENDENTES — Ver ELEIÇÕES — REGULAMENTOS.

INTENSIFICAÇÃO — Ver ESSENCIAS.

INTERPRETES — Eleva o numero de commerciaes da praça do Rio de Janeiro (decr. n. 11.009); eleva o numero de commerciaes da praça do Rio de Janeiro (decr. n. 13.172); eleva o numero de commerciaes da praça do Rio de Janeiro. das linguas franceza e ingleza (decr. n. 13.774); eleva o numero dos commerciaes da praça do Rio de Janeiro (decreto n. 14.478).

INTERSTICIO — Ver PROMOÇÕES.

INTERVENÇÕES — Decreta a no Estado da Bahia (decreto n. 14.077); decreta a no Estado do Espirito Santo (decr. numero 14.191).

INVALIDEZ — Ver PENSÃO — REGULAMENTOS.

INVENÇÃO — Ver CONVENÇÕES — PRIVILEGIOS.

ISENÇÕES — Concede á «Amazon River Steam Navigation Company, Limited», de direitos de importação e de expediente para machinismos, materiaes, sobressalentes, comestiveis e objectos de uso dos passageiros e do pessoal de bordo (decr. n. 10.887); concede á Companhia Nacional de Navegação Costeira de direitos de importação e expediente para os estaleiros de sua propriedade (decr. n. 13.700); concede de direitos de importação e de expediente aos estaleiros de construcções navaes de Vicente dos Santos Caneco & Comp. (decr. n. 13.936); concede por 10 annos á sociedade anonyma Estaleiros Guanabara de direitos de importação e de expediente (decr. n. 14.597 A). — Ver ACCÓRDOS — DIREITOS — REGULAMENTOS — TAXAS.

## J

JARDIM BOTANICO — Ver CREDITOS — ENSINO — LABORATORIO — REGULAMENTOS.

JUIZES — Ver VENCIMENTOS.

JULGAMENTO — Ver CONSELHOS.

JUNTAS — Suspende a execução de artigos da lei n. 1.860. de 1908. em relação ás de sorteio (decr. n. 12.738); crea uma de abastecimento de carvão (decr. n. 12.875); crea uma de justiça militar junto á divisão naval em operações de



guerra (decr. n. 13.082): extingue a creada pelo decreto n. 13.082, de 1918 (decr. n. 13.304). — Ver REGULAMENTOS.

JURISDIÇÃO — Estabelece a dos auditores (decr. numero 14.544). — Ver ILIAS — SECRETARIA.

JUROS — Providencia sobre o pagamento dos de cautelas e letras, papel, emitidas pelo Thesouro Nacional (decr. numero 11.956). — Ver APOLICES — CREDITOS — REGULAMENTOS.

JUSTIÇA — Reorganiza a do Districto Federal (decr. numero 9.263); reorganiza a do territorio do Acre (decr. numero 9.831); reorganiza a do territorio do Acre (decr. numero 12.405); reorganiza a administração e consolida as disposições sobre a do territorio do Acre (decr. n. 14.383). — Ver CIRCUMSCRIPÇÕES — EMISSÃO — JUNTAS — OFFICIOS — PROCURADORIA — REGIMENTO.

## L

LABORATORIO — Transfere para o Jardim Botânico o de Phytopathologia do Museu Nacional (decr. n. 11.885).

LACTICINIOS — Ver ESCOLAS.

LANÇAMENTOS — Ver CABOS — REGULAMENTOS.

LAZARETO — Transfere, provisoriamente, para o Ministerio da Marinha o da Ilha Grande (decr. n. 12.690).

LEGAÇÕES — Crea uma na Turquia (decr. n. 8.699); eleva á categoria de embaixada a em Portugal (decr. numero 10.808); separa as na Dinamarca e Noruega, Belgica e Suecia, Japão e China, Italia e Grecia, estabelecendo permanentes em cada um desses paizes (decr. n. 12.584).

LEILÕES — Regula a distribuição dos judiciaes (decreto n. 12.468).

LEIS — Approva a organica do ensino superior e fundamental na Republica (decr. n. 8.659); altera o art. 102 do regulamento que baixou com a de n. 8.584, de 1911 (decreto n. 9.406); rectifica a de n. 2.756, de 1913 (decr. n. 10.100); suspende a execução das providencias contidas nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 1º da de n. 2.863, de 1914 (decr. n. 11.383); providencia para a execução do art. 2º, alinea XII, § 1º, da de n. 2.919, de 1914 (decr. n. 11.432); dá execução a algumas disposições do art. 103 da de n. 3.089, de 1916 (decreto n. 11.996); suspende a execução de artigos da de numero 1.860, de 1908 (decr. n. 12.738); approva as modificações feitas na de n. 1.860, de 1908 (decr. n. 12.790); corrige enganos com que foi publicada a de n. 3.454, de 1918 (decr. n. 12.859); corrige enganos com que foi publicada a de n. 3.454, de 1918 (decr. n. 12.870); corrige engano com que foi publicada a de n. 3.454, de 1918 (decreto n. 13.100); preenche omissões com que foi publicada a de n. 3.674, de 1919 (decr. n. 13.497); regula a execução da de n. 3.634, de 1918 (decr. n. 13.912); corrige enganos com que foi publicada a de n. 3.991, de 1920 (decr. n. 13.997); publica enganos com que foi publicada a de n. 3.991, de

1920 (decr. n. 14.080); corrige enganos com que foi publicada a de n. 3.979, de 1919 (decr. n. 14.089). — Ver CONSOLIDAÇÃO — DECRETOS — EXERCÍCIO — INSTRUÇÕES — REGULAMENTOS.

LENTES — Ver LOGARES.

LETRAS — Ver EMISSÃO — JUROS — RESGATE.

LICENÇAS — Rectifica o decreto legislativo n. 2.756, de 1913, sobre concessão aos funcionarios publicos (decr. numero 10.100); concede á Camara Municipal de Pirapora para se utilizar de parte das aguas do rio S. Francisco (decr. numero 13.081); dispõe sobre concessão a funcionarios publicos (decr. n. 14.157). — Ver REGULAMENTOS.

LIGAÇÃO — Ver LINHAS.

LIMITES — Ver CONSOLIDAÇÃO — TERRITÓRIO.

LIMPEZA — Ver SERVIÇOS.

LINHAS — Proroga por 10 mezes o praso fixado na clausula II do decreto n. 7.034, de 1908, para substituir a canalização aerea pela subterranea nas telephonicas (decr. numero 8.929); supprime a de navegação de Ibicuihy, entre Uruguayana e Cacequy (decr. n. 10.979); autoriza a « Interurban Telephone Company of Brazil » a lançar telephonicas de Entre Rios a Penha Longa, Sapucaia, Porto Novo do Cunha e Carmo (decr. n. 12.207); autoriza a Companhia Telephones Interestaduais a fazer ligação das dos Estados de Minas e do Rio de Janeiro (decr. n. 12.210); autoriza a « Interurban Telephone Company of Brazil » e a Companhia Telephonica Bragantina a fazerem ligação das de suas rêdes (decr. n. 12.214); approva as plantas das ligações das pertencentes ás rêdes da « Interurban Telephone Company » e da Companhia Telephonica Bragantina (decr. n. 12.426); proroga o praso da concessão feita pelo decreto n. 7.499, de 1909, para a exploração de telephonicas (decr. n. 13.545); proroga por seis mezes os prazos fixados no decreto n. 13.545, de 1919 (decr. n. 14.304). — Ver COMPETENCIA — CONTRACTOS — ESTRADAS DE FERRO — LLOYD BRASILEIRO — OBRAS — PERCENTAGENS — PRASO — TUNNEL.

LIQUIDAÇÃO — Ver BANCOS.

LLOYD BRASILEIRO — Transfere para o Ministerio da Viação os serviços (decr. n. 13.420); supprime a inspeçtoria geral das linhas (decr. n. 13.799); reorganiza-o (decr. numero 14.577). — Ver COMPANHIAS — CONVENIOS — DECRETOS — EMISSÃO — ESTATUTOS — REGULAMENTOS — SUBVENÇÕES — TRANSPORTE.

LOGARES — Crea o de sub-secretario de Estado das Relações Exteriores (decr. n. 9.363); supprime um de agente fiscal da producção do sal no Estado da Bahia e crea mais um de agente fiscal dos impostos de consumo no mesmo Estado (decr. n. 9.897); supprime na Directoria Geral dos Correios dous de amanuenses e 16 de praticantes (decr. numero 12.005); supprime um de auxiliar da redacção do *Diario Official* (decr. n. 12.078); supprime cinco de segundos officiaes aduaneiros (decr. n. 12.166); supprime tres de amanuenses na Repartição de Aguas e Obras Pu-

blicas (decr. n. 12.170); supprime dous de segundos officiaes aduaneiros (decr. n. 12.179); supprime dous de conductores-technicos na Repartição de Aguas e Obras Publicas (decr. n. 12.186); supprime os de guarda-mór da Alfandega de Pelotas e da Alfandega de Parnahyba (decr. n. 12.187); supprime diversos em differentes repartições de Fazenda (decr. n. 12.212); supprime de segundos officiaes aduaneiros em diversas Alfandegas (decr. n. 12.215); declara sem effeito o decreto n. 12.179, de 1916, na parte relativa á supressão de um official aduaneiro na Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 12.222); supprime diversos em algumas alfandegas (decr. n. 12.223); supprime diversos em algumas alfandegas (decr. n. 12.232); supprime diversos em algumas alfandegas (decr. n. 12.244); supprime um de segundo escripturario na Inspectoria de Seguros e dous de segundos officiaes aduaneiros na Alfandega de Santos (decr. n. 12.270); supprime diversos em algumas alfandegas (decr. n. 12.275); supprime diversos em algumas alfandegas (decr. n. 12.321); supprime alguns nas alfandegas do Rio de Janeiro e do Recife (decr. n. 12.368); supprime um de primeiro escripturario na Alfandega de Paranaguá e um de segundo official aduaneiro na Alfandega de Corumbá (decr. n. 12.377); supprime o de veterinario do Posto Zootechnico Federal de Pinheiro (decr. n. 12.388); supprime diversos em algumas alfandegas (decr. n. 12.398); supprime diversos em algumas alfandegas (decr. n. 12.406); supprime diversos em algumas alfandegas (decr. n. 12.412); supprime diversos em algumas alfandegas (decr. n. 12.423); supprime os de sub-secretario de Estado das Relações Exteriores e do respectivo official de gabinete (decr. n. 12.461); supprime diversos em algumas alfandegas (decr. n. 12.507); supprime o de lente substituto da 3ª cadeira da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria (decr. n. 12.577); supprime quatro no quadro dos primeiros secretarios de legação (decr. n. 12.584); supprime de segundos officiaes aduaneiros em algumas alfandegas (decr. 12.606); supprime tres logares de segundos officiaes aduaneiros na Alfandega de Santos (decr. n. 12.628); supprime os de director, secretario e auxiliar da Fazenda Modelo de Criação de Uberaba (decr. n. 12.636); supprime dous de armazenistas na Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 12.706); crea o de sub-secretario de Estado das Relações Exteriores (decr. n. 12.804); declara addido no de sub-director do Jardim Botânico, João Barbosa Rodrigues Junior (decr. n. 12.847); declara extinto o de almoxarife da Inspectoria de Serviços de Prophylaxia (decr. n. 13.012); supprime um de agente especial na Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 13.047); supprime nas alfandegas do Rio de Janeiro e do Maranhão (decr. n. 13.998); supprime dous de quarto escripturario na Directoria de Estatistica Commercial (decr. n. 14.201); supprime um de segundo escripturario na Directoria de Estatistica Commercial (decr. numero 14.219); supprime um de quarto escripturario na Directoria de Estatistica Commercial (decr. n. 14.487). — Ver AGENTES — CAIXAS — CONCURSOS.

LOTERIAS -- Ver REGULAMENTOS.





**LUTO** — Decreta nacional, por tres dias, pelo fallecimento do conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves (decr. numero 13.423); decreta nacional, por tres dias, pelo fallecimento do Dr. Delphim Moreira da Costa Ribeiro, vice-presidente da Republica (decr. n. 14.241). — Ver **HONRAS**.

## M

**MACHINAS** — Ver **PREMIOS** — **TAXAS**.

**MACHINISMOS** — Ver **ISENÇÕES**.

**MACHINISTAS** — Regula a execução da lei n. 3.634, de 1918, relativa aos extranumerarios (decr. n. 13.912); dá responsabilidade aos auxiliares da Armada (decr. n. 14.054). — Ver **REGULAMENTOS**.

**MALARIA** — Ver **SERVIÇOS**.

**MANGABEIRA** — Ver **ESTAÇÕES**.

**MANGUE** — Ver **TERRENOS**.

**MANÍCOBA** — Ver **ESTAÇÕES**.

**MANOBRAS** — Ver **REGULAMENTOS**.

**MANTEIGA** — Ver **IMPOSTOS** — **REGULAMENTOS**.

**MANUTENÇÃO** — Ver **ESCOLAS**.

**MARCAS** — Providencia sobre o archivamento no Brasil das de fabricas e commercio registradas na secretaria de Havana (decr. n. 14.520). — Ver **CONVENÇÕES** — **REGULAMENTOS**.

**MARINHA** — Ver **DIRECTORIAS** — **GABINETE** — **ILHAS** — **LAZARETOS** — **MACHINISTAS** — **NAVIOS** — **REFORMA** — **REGULAMENTOS**.

**MATADOUROS** — Ver **TERRENOS**.

**MATANÇA** — Prohibe a de vitellas e vaccas aptas á reprodução (decr. n. 13.026); reproduz, com alterações, o decreto n. 13.026, de 1918 (decr. n. 13.054).

**MATERIA PRIMA** — Ver **EMPRESTIMOS**.

**MATERIAL** — Sequestra o empregado no saneamento da baixada fluminense (decr. n. 13.515); requisita todo o da Companhia de Navegação Fluvial a Vapor de Itajahy-Blumenau para incorporal-o á Estrada de Ferro de Santa Catharina (decr. n. 13.539); levanta o sequestro feito em virtude do decreto n. 13.515, de 1919 (decr. n. 14.573). — Ver **COMPANHIAS** — **CONSIGNAÇÕES** — **ISENÇÕES** — **MATERIAL** — **TRANSPORTE** — **UTILIDADE**.

**MATRICULAS** — Ver **ESCOLAS**.

**MECANICOS** — Mantem em toda a sua plenitude o decreto n. 8.141, de 1910, em relação aos navaes (decr. n. 10.716); dá responsabilidade aos navaes (decr. n. 14.054). — Ver **REGULAMENTOS**.

**MEDICAMENTOS** — Ver **SERVIÇOS**.

MEDIDAS — Ver ESSENCIAS — GENEROS — REGULAMENTOS — SEMENTES.

MELHORAMENTOS — Ver CIDADE — CONTRACTOS — CREDITOS — HOTEIS — OBRAS — PORTOS — SANEAMENTO.

MEMBROS — Ver VENCIMENTOS.

MENORES — Ver PATRONATOS.

MERCADORIAS — Descarga em portos brasileiros de destinadas ao Brasil e existentes a bordo de navios apresados (decr. n. 11.093. — Ver APPARELHOS — TAXAS — TRANSPORTE.

MESAS DE RENDAS — Transfere para Porto Velho a estabelecida em Santo Antonio do Madeira (dec. n. 8.569); crea uma de 1ª ordem em Itacoatiara (decr. n. 8.758); dispõe sobre a execução do decreto legislativo n. 2.540, de 1912, em relação ás de Porto Velho e Itacoatiara (decr. n. 9.432); crea uma em Porto Esperança (decr. n. 11.995); crea uma de 3ª ordem em Chaval (decr. n. 12.911) — Ver CONSOLIDAÇÃO — CREDITOS — LEIS.

MESTRES — Ver UNIFORMES.

METALLURGIA — Ver FAVORES.

METEOROLOGIA — Ver REGULAMENTOS.

METRALHADORAS — Ver EXERCITO — REGULAMENTOS.

MINERIO — Ver ESTAÇÕES — LINHAS.

MINISTERIOS — Ver GUARNIÇÃO — INSPECTORIAS — LOGARES — REGISTRO — REGULAMENTOS — SECRETARIA — VERBAS.

MINISTROS — Ver CREDITOS — VENCIMENTOS.

MISSÃO — Crea uma medica especial á França em caracter militar (decr. n. 13.092); extingue a creada pelo decreto n. 13.092, de 1918 (decr. n. 13.479).

MODELOS — Ver CONVENÇÕES.

MODIFICAÇÕES — Ver CAES — CONTRACTOS — ESTRADAS DE FERRO — ESTATUTOS — FACTURAS — OBRAS — PAGAMENTOS — PORTOS — REGULAMENTOS — SERVIÇOS.

MOINHOS — Ver ESTATUTOS.

MONTEPIO — Restabelece a admissão obrigatoria de contribuintes ao dos Funcionarios Publicos Civis (decr. numero 8.904).

MONTES DE SOCCORRO — Restabelece o annexo á Caixa Economica do Estado de S. Paulo (decr. n. 11.707); crea o annexo á Caixa Economica do Estado de Minas (decr. numero 13.255).

MONUMENTO — Ver PREMIO.

MORATORIA — Ver EMISSÃO.

MUDANÇA — Ver ESCOLAS — ESTRADAS DE FERRO.

MULTAS — Ver REGULAMENTOS.

MUNICIPALIDADE — Ver REGULAMENTOS.

MUSEU NACIONAL — Ver LABORATORIO — REGULAMENTOS.

## N

NAVEGAÇÃO — Ver ACCÔRDOS — CONTRACTOS — EMPREZAS — LINHAS — PRASO — TRATADOS.

NAVIOS — Altera o decreto n. 3.922, de 1901, sobre a situação de reserva dos da Armada (decr. n. 9.241); declara de necessidade publica, emquanto durar a guerra européa, a desapropriação dos da marinha mercante nacional (decr. n. 11.806); approva a distribuição da taifa pelos de guerra (decr. n. 11.934); utiliza todos os allemães ancordaos nos portos da Republica (decr. n. 12.501) — Ver CONSELHOS — MERCADORIAS — TRANSPORTE.

NECESSIDADE PUBLICA — Ver NAVIOS.

NEUTRALIDADE — Estabelece regras geraes da do Brasil no caso de guerra entre as potencias estrangeiras (decr. numero 11.037); manda que seja observada completa durante a guerra do Imperio Allemão contra a Republica Franceza e o Imperio da Russia (decr. n. 11.038); manda que seja observada completa durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a Allemanha (decr. n. 11.066); manda que seja observada completa durante a guerra entre a Republica Franceza e o Imperio da Austria-Hungria (decr. n. 11.068); manda que seja observada completa durante a guerra entre os Imperios da Austria-Hungria e da Russia (decr. n. 11.069); manda que seja observada completa durante a guerra entre os Imperios do Japão e da Allemanha (decr. n. 11.092); manda que seja observada completa durante a guerra entre o Imperio da Austria-Hungria e o Reino da Servia (decr. numero 11.118); manda que seja observada completa durante a guerra entre o Imperio da Austria-Hungria e o Reino da Belgica (decr. n. 11.122); completa a respeito de navios mercantes as regras approvadas pelo decreto n. 11.037, de 1914 (decr. n. 11.141); manda que seja observada completa durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a Austria-Hungria (decr. n. 11.199); declara sem vigor o art. 24 das regras que acompanharam o decreto n. 11.037, de 1914 (decr. numero 11.209 A); manda que seja observada completa durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a da Turquia (decr. n. 11.353); manda que seja observada completa durante a guerra entre a Italia e a Austria-Hungria (decr. n. 11.590); manda que seja observada completa durante a guerra entre a Italia e a Turquia (decr. n. 11.684); manda que seja observada completa durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a Bulgaria (decr. n. 11.751); manda que seja observada completa durante a guerra entre a Italia e a Bulgaria (decr. n. 11.763); manda que seja observada completa durante a guerra entre Portugal e a Allemanha (decr. n. 11.984); manda que seja observada completa durante a guerra entre a Italia e a Allemanha (decr. n. 12.171); manda que seja observada completa entre a Rumania e a Austria-Hungria (decr. n. 12.172); manda que seja observada completa durante a guerra entre a Allemanha e a Rumania (decr. numero 12.173); revoga os decretos ns. 11.038, 11.066, 11.092, 11.984 e 12.171, de 1916 (decr. n. 12.533) — Ver CREDITOS — MERCADORIAS — REGRAS.



NOMEAÇÕES — Regula as a que se refere o art. 450 do decreto n. 11.520, de 1915 (decr. n. 13.421).

NOTAS — Ver CAIXAS — EMISSÃO — TABELLIONATOS — TROCO.

NUCLEOS — Crea um colonial no municipio de Joinville (decr. n. 10.059); emancipa o colonial Tayó (decr. numero 10.182); emancipa o colonial Ivahy (decr. n. 10.183); emancipa o colonial Jesuino Marcondes (decr. n. 10.184); emancipa o colonial Itapará (decr. n. 10.185); emancipa o colonial Iraty (decr. n. 10.185); emancipa o colonial Vera Guarany (decr. n. 10.386); emancipa o colonial Afonso Penna (decr. n. 10.727); emancipa o colonial João Pinheiro (decr. n. 11.874); emancipa o colonial Itatiaya (decr. n. 12.083); emancipa o colonial Visconde de Mauá (decr. n. 12.084); emancipa o colonial Inconfidentes (decr. n. 13.035); emancipa o colonial Monção (decr. n. 13.039); emancipa o colonial Bandeirantes (decr. n. 13.968); emancipa o colonial Barão do Rio Branco (decr. n. 13.969) — Ver PATRONATOS.

NUMERO — Ver CAIXAS — COMMISSÕES — INTERPRETES — ZONAS.

## O

OBJECTOS — Ver ISENÇÕES.

OBRAS — Approva o projecto apresentado pela Companhia «Port of Pará», para as de dous trechos do porto de Belém (decr. n. 8.621); prorroga por 18 mezes o prazo contractual para a conclusão das do trecho de Ipú a Cratheús, da Estrada de Ferro de Sobral (decr. n. 8.628); approva o plano e o orçamento, na importancia de 3.300:862\$, para as da abertura da avenida Marquez de Olinda, na cidade do Recife (decr. n. 8.691); approva o projecto e orçamento para os de melhoramento do porto de Paranaguá (decr. n. 8.784); approva as plantas e o orçamento para as de melhoramento do porto de Jaraguá (decr. n. 8.785); approva novas de caracter urgente para o porto de Manãos (decr. n. 8.814); approva o projecto e o orçamento das do canal da barra do rio Estrella, na baixada do Estado do Rio de Janeiro (decr. numero 8.836); approva o projecto e o orçamento das de reconstrução da rede de esgotos da «Manãos Harbour Limited» (decr. n. 8.886); dá nova redacção a diversas clausulas do decreto n. 5.978, de 1906, relativamente á execução das de melhoramento do porto de Belém (decr. n. 8.977; approva algumas modificações no plano geral das de melhoramentos a que se refere o decreto n. 8.850, de 1911 (decr. n. 9.025 A); approva o projecto substitutivo para a construção de uma uzina electrogenea necessaria ás do porto de Belém (decr. numero 9.030); approva o projecto e o orçamento das de saneamento da bacia do rio Suruhy (decr. n. 9.124); approva o projecto e o orçamento para as de abertura da barra do rio Suruhy (decr. n. 9.382); approva a modificação do projecto para as de abertura da barra do rio Estrella (decr. numero 9.383); approva as plantas e o orçamento das modificações das de arte da linha da Bahia a Alagoinhas, da Rede de Viação Geral da Bahia (decr. n. 9.408); approva o pro-

jecto e o orçamento das necessarias á abertura da barra dos rios Guaxindiba e Quintanilha (decr. n. 9.730); approva o projecto para as de melhoramento do porto do Recife (decr. n. 9.731); approva o projecto e planta das para installação de uma colonia de alienados na Fazenda do Engenho Novo, em Jacarepaguá (decr. n. 9.748); approva a tabella complementar de preços de alvenaria a empregar na construcção de diversas linhas da Estrada de Ferro S. Paulo—Rio Grande (decr. n. 9.752); approva o prolongamento das do porto do Rio de Janeiro entre Mauá e o antigo Arsenal de Guerra (decr. n. 9.881); modifica a clausula X do decreto n. 5.978, de 1906, referente á construcção das de melhoramento do porto de Belém (decr. n. 9.929); approva varias alterações nas do porto da Bahia (decr. n. 10.115); altera a clausula XIV do decreto n. 5.550, de 1905, referente ás de melhoramento do porto da Bahia (decr. n. 10.207); approva o projecto e o orçamento para as do porto de Manáos (decr. numero 10.883); especifica as de melhoramento do porto da Bahia que devem ficar concluidas dentro do praso estabelecido pelo decreto n. 10.636, de 1913 (decr. n. 11.236); prorroga por mais um anno o praso fixado pelo art. 2º do decreto n. 10.883, de 1914 (decr. n. 11.611); approva as clausulas para o proseguimento das do porto de Pernambuco (decr. n. 11.647); fixa a data para o inicio do praso relativo ao resgate das do porto de Santos (decr. n. 11.907); autoriza o desconto de 24.67 % na importancia computada semestralmente como das executadas no porto da Victoria (decr. n. 12.033); approva o projecto e o orçamento para as de melhoramento do de Paranaguá (decr. n. 12.414); concede ao Estado do Paraná autorização para construir as de melhoramento do porto de Paranaguá (decr. n. 12.477); altera clausulas que baixaram com o decreto n. 12.477, de 1917 (decr. n. 12.590); approva a planta e o orçamento para as de consolidação do canal da installação hydro-electrica de Itatinga do porto de Santos (decr. n. 12.660); prorroga até 31 de dezembro de 1918 o praso fixado no decreto n. 10.883, de 1914 (decr. n. 12.687); approva o traçado definitivo das da avenida marginal ao caes do porto do Recife (decr. numero 13.200); prorroga por cinco annos o praso fixado no art. 2º do decreto n. 10.883, de 1914 (decr. n. 13.526) — VER BARRAS — CANAES — CARREIRAS — COMMISSÕES — COMPANHIAS — CONTRACTOS — CREDITOS — DECRETOS — EMISSÃO — ESCADAS — ESTRADAS DE FERRO — PORTOS — PRASO — RÊDE — REGULAMENTOS — SANEAMENTO.

OBRIGAÇÕES — Ver BANCOS — DECRETOS.

OBSERVAÇÃO — Ver PORTOS.

OBSERVATORIO — Ver UTILIDADE.

OFFICIAES — Determina as funcções correspondentes aos diferentes postos dos do Corpo de Engenheiros Navaes (decr. n. 8.543); estabelece graduacões militares para os da reserva naval (decr. n. 12.376); dá nova denominação a diversos postos e graduacões para os do Corpo de Bombeiros (decr. n. 12.573); mantém o decreto n. 5.051, de 1903, referente á transferencia dos da Armada para a reserva (decr. n. 13.778); regula as promoções e graduacões dos do Exercito e da Armada no quadro F (decr. n. 13.882) — Ver

COMMANDOS — CONCURSOS — DENOMINAÇÕES — LOGARES — QUADROS — REFORMA — TEMPO.

OFFICINAS — Ver ESTRADAS DE FERRO — UTILIDADE.

OFFICIOS — Crea mais um de distribuidor da justiça local do Districto Federal (decr. n. 10.015) — Ver TERRITORIO.

OMISSÃO — Ver DECRETOS — LEIS.

OPERAÇÕES — Ver CAIXAS — DISPENSA — SEGUROS — SOCIEDADES.

ORÇAMENTO — Distribue a quantia de 17:743\$535, votada de menos no do Interior para o exercicio de 1915 (decr. numero 11.886); distribue da quantia de 22:065\$741, votada de mais no da Justiça, a importancia de 13:942\$500, votada de menos (decr. n. 12.073); inverte parcelas consignadas na verba 15ª do da Justiça, do exercicio de 1915, para pessoal e material do serviço de caixas de avisos policiaes (decr. numero 12.228) — Ver ALFANDEGAS — ARMAZENS — CAES — CANAES — COMPANHIAS — CONSIGNAÇÕES — ESCADAS — ESTAÇÕES — ESTRADAS DE FERRO — ESTUDOS — HOTEIS — LEIS — LINHAS — OBRAS — PONTES — PORTOS — RAMAES — RÊDE — REPARTIÇÕES — SERVIÇOS — TUNNEL — VERBAS.

ORDENANÇA — Dá nova redacção ao art. 184 da para o serviço da Armada (decr. n. 9.277); altera os arts. 66, 85 e 90 da para o serviço da Armada brasileira (decr. n. 11.377).

ORGANIZAÇÃO — Ver ARTILHARIA — CODIGOS — COMMISSÕES — COMPANHIAS — CORPOS — CREDITOS — EXERCITO — PATRONATOS — POLICIA — RÊDE — REGULAMENTOS — SERVIÇOS — TRIBUNAL.

ORPHIÃOS — Ver CURADORIA.

OURO — Ver TAXAS.

OVINOS — Ver FAVORES.

## P

PAGAMENTOS — Modifica o processo dos effectuados pela 1ª Pagadoria do Thesouro Nacional (decr. n. 12.375); revoga o decreto n. 12.375, de 1917 (decr. n. 14.253) — Ver EMISSÃO — JUROS — SERVIÇOS.

PAPEL-MOELA — Ver EMISSÃO.

PAQUETES — Ver VAPORES.

PARADAS — Transfere a de varios corpos do Exercito (decr. n. 14.029); transfere a de diversas unidades do Exercito (decr. n. 14.105).

PASSAGEIROS — Ver APPARELHOS.

PATENTES — Ver CONVENÇÕES — PRIVILEGIOS.

PATRIMONIO — Ver APOLICES — INSTITUTOS — REGULAMENTOS.

PATRÕES-MÓRES — Ver REGULAMENTOS.

PATRONATOS — Autoriza a creação de agricolas para educação de menores desvalidos, nos postos zootechnicos, fa-



zendas modelo e nucleos coloniaes (decr. n. 12.893); crea um agricola em Caxambú (decr. n. 13.070); autoriza a aceitar a doação do proprio particular Casa dos Ottoni, e das quantias indispensaveis á installação para o fim de ser alli fundado um Industrial e Agricola (decr. n. 13.111); autoriza a entrar em ajuste com o dono da propriedade agricola denominada Chacara da Conceição, em Sylvestre Ferraz, para installação de um agricola (decr. n. 13.112); crea um agricola no Estado do Rio Grande do Sul (decr. n. 13.508); dá nova orientação aos agricolas (decr. n. 13.706); crea um agricola em Bananeiras (decr. n. 14.118); crea um agricola no municipio de Jaboatão (decr. n. 14.275); crea um agricola na cidade de Muzambinho (decr. n. 14.386); torna sem effeito o decreto n. 14.386, de 1920 (decr. n. 14.430); — Ver FUNCIONARIOS.

PENA — Ver PRAÇAS.

PENSÃO — Garante a de metade dos vencimentos ao guarda civil que se invalidar no serviço (decr. n. 12.574) — Ver CAIXAS — GUARDAS.

PERCENTAGENS — Declara que para o calculo das devidas pelas linhas arrendadas á «Great Western of Brazil Railway Company» não será applicada a clausula VIII do contracto autorizado pelo decreto n. 7.632, de 1909 (decr. n. 9.915).

PERMISSÃO — Ver APPARELHOS — AUTORIZAÇÃO — CABOS — RESEGURO — SERVIÇOS — SOCIEDADES — VAPORES.

PERMUTA — Ver CARGOS — CONVENÇÕES — TERRENOS.

PESCA — Ver FAVORES — INSPECTORIAS — SERVIÇOS — ZONAS.

PESSOAL — Ver CONSOLIDAÇÃO — QUADROS.

PESSOAS — Ver EMPRESTIMOS.

PHARMACEUTICOS — Ver QUADROS.

PILOTOS — Ver UNIFORMES.

PLANO — Approva o de equipamento para a artilharia de campanha (decr. n. 13.896) — Ver COMPANHIAS — ESCADAS — HOTEIS — OBRAS — UNIFORMES.

PLANTAS — Approva a dos terrenos desapropriados para a construcção do Observatorio Nacional (decr. n. 8.900) — Ver ALFANDEGAS — CAES — CIDADE — COMPANHIAS — ESCOTOS — ESTUDOS — HOTEIS — LINHAS — OBRAS — PONTES — REDE — SANEAMENTO — SERVIÇOS — TRANSPORTE.

POLICIA — Organiza a militar do territorio do Acre (decr. n. 12.077); confia ao governo do Estado de S. Paulo a execução de disposições relativas ao serviço de sanitaria animal (decr. n. 13.219) — Ver CONFERENCIAS — DISTRICTOS — QUADROS — SERVIÇOS.

PONTES — Approva as plantas para a construcção da internacional sobre o rio Quarahim (decr. n. 9.252); transfere á «Quarahim Internacional Bridge Company Limited», as autorizações concedidas para construcção da internacional sobre o rio Quarahim (decr. n. 9.436); autoriza o proseguimento das obras de construcção e montagem da sobre o rio Paraná (decr. n. 12.884) — Ver CONTRACTOS — CREDITOS — ESCADAS — ESTRADAS DE FERRO — PRASO.

PONTO — Ver DISPENSA.

PORTEIROS — Ver TABELLAS.

PORTOS — Approva o orçamento do material rodante para serviço de transporte de mercadorias no caes do de Santos e a planta e o orçamento das linhas de deposito e manobras de carros (decr. n. 8.531); approva o projecto de appropriação da antiga doca do extinto Arsenal de Marinha, para o serviço do mercado-modelo, a ser construido pela Companhia Cessionaria das Docas da Bahia (decr. n. 8.541); approva os planos e orçamento, na importancia de 31:516\$018, para a construção de alpendres sobre a plataforma de armazens da «Manãos Harbour, Limited» (decr. n. 8.710); modifica o projecto apresentado pelo decreto n. 7.121, de 1908, para o do Rio Grande do Sul (decr. 9.817); approva a planta e o orçamento, na importancia de 35:286\$314, despendida com a cobertura do pateo entre os armazens ns. 13 e 14 da Companhia Docas de Santos (decr. n. 8.919); approva o projecto e orçamento detalhado do edificio para administração e fiscalização da companhia «Port of Pará» (decr. n. 9.779); approva os projectos apresentados pela companhia «Port of Pará» para um deposito de inflammaveis e para um edificio destinado a explosivos (decr. n. 9.793); modifica o projecto approved pelo decreto n. 9.817 de 1912 (decr. n. 9.912); manda construir um na cidade de Nietheroy (decr. n. 10.141); approva o projecto e o orçamento para o abastecimento d'agua ao do Rio Grande do Sul (decr. n. 10.407); approva o projecto e orçamento para a construção de tres tanques de ferro para oleo combustivel no de Belém (decr. n. 10.412); approva a planta e orçamento para a construção de um armazem destinado ao almoxarifado no de Manãos (decr. numero 10.695); approva os projectos e orçamentos para os serviços de distribuição de agua, esgotos e calcamentos da area do novo do Rio Grande do Sul (decr. n. 10.707); approva algumas modificações no projecto para as obras de melhoramento do da Victoria (decr. n. 10.928); approva algumas modificações nas obras de melhoramento do do Recife (decr. n. 10.945); prorroga por mais dous annos o praso para conclusão das obras do primeiro trecho da primeira secção do de Belém (decr. n. 11.061); approva o projecto e orçamento de um armazem para serviço de deposito de inflammaveis no do Rio Grande do Sul (decr. n. 11.697); approva o orçamento das despesas com a construção de armazens no de Santos (decr. n. 11.906); approva as despesas com a installação hydro-electrica de Itatinga, no de Santos (decr. n. 11.908); approva o orçamento com a construção de obras de escoamento de aguas pluvias, linhas ferreas e calcamento no de Santos (decr. n. 11.909); autoriza a Companhia Docas de Santos a fazer aquisição de chatas com camaras frigorificas para o deposito de carnes verdes (decr. numero 11.910); approva a planta e o orçamento para a construção do armazem externo n. 7, no caes do de Santos (decr. n. 12.101); approva a planta e orçamento dos trabalhos de distribuição de agua para fornecimento de navio no de Santos (decr. n. 12.139); approva o projecto e orçamento para a construção de dous tanques para deposito de oleo combustivel, no de Santos (decr. n. 12.194); autoriza a aquisição de locomotivas e carros para o serviço do caes do de Santos (decr. n. 12.416); approva a planta e o orçamento para a construção de um armazem frigorifico no caes do de

Santos (decr. n. 12.439); approva os desenhos e orçamento dos guindastes electricos para o de Santos (decr. n. 12.666); autoriza a Companhia Docas de Santos a construir mais dous armazens e montar machinismos eapparelhos para tratamento de cereaes (decr. n. 12.672); approva a planta e orçamento de gradil entre armazens no de Santos (decr. numero 12.673); manda fechar o do Rio de Janeiro (decr. numero 12.700); concede á Companhia do Porto e da Estrada de Ferro Nordeste de S. Paulo autorização para construir as obras de melhoramentos do de Ubatuba (decr. n. 12.723); approva os projectos e orçamentos para a construção de armazens no do Rio Grande do Sul (decr. n. 12.762); autoriza a Companhia Docas de Santos a construir mais cinco armazens externos no de Santos (decr. n. 12.873); approva o projecto e orçamento para a construção de linhas ferreas no de Santos (decr. n. 12.882); approva a planta e o orçamento do augmento do armazem de inflammaveis da Allemoa, no de Santos (decr. n. 12.917); altera a planta approvada pelo decreto n. 9.817 de 1912 (decr. n. 12.960); approva as despesas com a installação hydro-electrica de Itatinga, no de Santos (decr. n. 12.962); concede suspensão da execução do contracto a que se refere o decreto n. 12.723, de 1917 (decr. n. 12.983); approva a planta indicativa das posições dos novos edificios para locomotivas e officinas da «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul» (decr. n. 13.057); autoriza a «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul» a supprimir placas girantes, obrigado, porém, a construir as demais obras necessarias para a ligação com a rêde ferro-viaria da «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil» (decr. n. 13.074); approva o plano geral das obras de melhoramentos do de S. Luiz (decr. n. 13.133); approva a planta do local para a construção do armazem de inflammaveis no do Rio Grande do Sul (decr. n. 13.166); approva o traçado definitivo da avenida marginal do caes do Recife (decr. n. 13.200); approva o orçamento definitivo referente ao armazem frigorifico, construido no porto de Santos (decr. n. 13.216); approva a planta e o orçamento para a construção de sete armazens externos no de Santos (decr. n. 13.245); concede ao Estado do Maranhão autorização para construir as obras de melhoramento do da capital do mesmo Estado (decr. numero 13.270); approva o plano geral das obras de melhoramento do de Natal, (decr. n. 13.282); declara aberto o do Rio de Janeiro (decr. n. 13.318); approva a planta e o orçamento para a construção do deposito de locomotivas no do Rio Grande (decr. n. 13.582); altera o contracto celebrado em virtude do decreto n. 13.270, de 1918 (decr. n. 13.612); altera o projecto para o prolongamento das obras do do Rio de Janeiro, entre o canal do Mangue e a Ponta do Caju' (decr. n. 13.613); approva o projecto e o orçamento para a construção de 10 armazens externos, provisórios, na rua Sigma no caes do do Rio de Janeiro (decr. n. 13.962); concede ao Estado de Matto Grosso autorização para construção, uso e gozo das obras de melhoramento do fluvial de Corumbá (decr. n. 14.106; approva o projecto de calçamento de uma area a ser construida no do Rio Grande (decr. n. 14.175); approva a planta e o orçamento de dous tanques para oleo no de Santos (decr. n. 14.270); approva o projecto e o orçamento das modificações e apparelhamento de armazens internos no caes do de Santos (decr. n. 14.312); approva o projecto e o orçamento para abastecimento de agua aos na-



vios no caes do da cidade do Rio Grande (decr. n. 14.353); approva o projecto e o orçamento de canalização de agua potavel e para incendio, necessaria aos armazens externos do caes do de Santos (decr. n. 14.408); approva o projecto e o orçamento para a construcção do da Parahyba (decr. numero 14.414); transfere ao Estado de Pernambuco a exploração do da cidade do Recife (decr. n. 14.531); modifica a disposição interna do caes do do Recife (decr. n. 14.532); approva o projecto e o orçamento de dous pharoletes nas extremidades dos molhes da barra do da cidade do Rio Grande (decr. n. 14.553); approva o projecto e orçamento para a construcções das obras do de Fortaleza (decr. n. 14.555) — Ver CAES — CAPITANIAS — CIDADE — CODIGOS — COMMANDOS — CONTRACTOS — CONVENÇÕES — ESCADAS — LEIS — OBRAS — PRASO — REGULAMENTOS — SERVIÇOS — TERRENOS.

POSTOS — Crea um zootechnico no municipio de Ribeirão Preto (decr. n. 8.734); crea um de observação na fazenda do Leitão, nas proximidades de Bello Horizonte (decr. n. 8.974); crea um zootechnico em Lages (decr. n. 9.513); reduz o pessoal do Zootechnico de Pinheiro e modifica a tabella de vencimentos (decr. n. 10.714); reorganiza o Zootechnico Federal de Pinheiro (decr. n. 10.854); dá nova denominação aos de tenente e de alferes da Brigada Policial do Districto Federal (decr. n. 12.454); dá nova denominação a diversos no corpo de Bombeiros (decr. n. 12.573) — Ver APRENDIZADOS — ESCOLAS — OFFICIOS — PATRONATOS — QUADROS — REFORMA — REGULAMENTOS.

POVOAÇÃO — Ver ADEANTAMENTOS.

POVOAMENTO — Ver REGULAMENTOS.

PRAÇAS — Manda depositar na Colonia Correccional de Dous Rios as dos corpos de Marinha que tiverem de cumprir pena correccional (decr. n. 8.824 A); estabelece alterações no plano de uniforme das de cavallaria do Exército (decr. numero 1.165) — Ver CONSELHIOS — REFORMA — TRANSPORTE.

PRASO — Proroga o para o funcionamento da succursal ou caixa filial do «London and River Plate Bank, Limited», e suas agencias (decr. n. 8.884); proroga por tres mezes o estipulado na clausula III do decreto n. 8.556, de 1911 (decr. n. 8.901); proroga por 10 mezes o estabelecido na clausula VIII do decreto n. 7.122, de 1908, para a conclusão dos trabalhos de construcção da Estrada de Ferro de Itaquy a São Borja (decr. n. 8.910); proroga por 10 mezes o fixado na clausula II das que baixaram com o decreto n. 7.034, de 1908 (decr. n. 8.920); proroga por tres mezes o estipulado na clausula III do decreto n. 8.559, de 1911 (decr. n. 8.949); proroga por tres mezes o estipulado na clausula III do decreto n. 8.556, de 1911 (decr. n. 8.991); proroga por 12 mezes o estipulado na clausula VII do decreto n. 7.074, de 1908 (decr. n. 9.004); proroga por quatro mezes o fixado na clausula II do decreto n. 7.995, de 1910, para apresentação dos estudos definitivos do ramal de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana (decr. n. 9.024 A); proroga os marcados pelo decreto n. 8.911, de 1911 para rotulagem de mercadorias, sujeitas ao imposto de consumo (decr. n. 9.090); proroga até 30 de novembro de 1911 o a que se refere a clausula XIII do contracto approved pelo decreto n. 8.648, de 1911 (decr. n. 9.103); proroga por quatro mezes improrogaveis, o estabelecido na clausula XI do decreto n. 7.928, de 1910, para reconstruc-

ção da linha em tráfego da Estrada de Ferro do Paraná (decr. n. 9.125); concede á Companhia de Navegação a vapor do Rio Parnahyba, a prorrogação por 10 annos do estipulado na clausula XXI do respectivo contracto (decr. n. 9.156); prorroga por um anno o a que se refere a clausula XI do decreto numero 7.928, de 1910, para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande apresentar os definitivos da linha de Porto da União á foz do Iguassú (decr. n. 9.225); prorroga por tres mezes o para apresentação do resto dos estudos das linhas ferreas de S. Pedro a S. Luiz e S. Borja (decr. n. 9.294); prorroga por mais um anno o a que se refere a clausula III das que baixaram com o decreto n. 7.620, de 1909 (decr. numero 9.438); prorroga o a que se refere o n. 5 da clausula I do contracto approved pelo decreto n. 8.648, de 1911 (decr. n. 9.444); prorroga por mais seis mezes o para conclusão das obras do trecho da linha do norte, comprehendido entre os kilometros 20 e 30, inclusive a ponte gyratoria sobre o rio Iguassú (decr. n. 9.451); prorroga até 31 de dezembro de 1912 o estipulado na clausula XXVII do contracto a que se refere o decreto n. 7.704, de 1909, para conclusão da construção do prolongamento de Monte Bello a S. Sebastião do Paraíso (decr. n. 9.573); prorroga até 31 de dezembro de 1912 o estipulado na clausula XVI do contracto approved pelo decreto n. 8.123, de 1910 (decr. n. 9.632); prorroga até 30 de junho de 1913 o para a conclusão das obras de rectificação da linha do Rio Claro (decr. n. 9.680); prorroga por mais um anno o estipulado no decreto n. 8.351, de 1910, para conclusão da construção da variante de Sarapuhy-Acura (decr. n. 9.709); prorroga por mais um anno o estipulado na clausula VII do decreto n. 7.479, de 1909, para construção da linha de Capivary a Cabo Frio (decr. n. 9.710); prorroga até 31 de março de 1913 o fixado na clausula III do decreto n. 7.455, de 1909, para conclusão das obras de construção do ramal de Curralinho a Diamantina (decr. n. 9.722); prorroga até 24 de novembro de 1914 o fixado para conclusão da construção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias (decr. n. 9.753); prorroga até 21 de janeiro de 1913 o estipulado na clausula III do contracto para construção das obras do prolongamento da Estrada de Ferro Fluminense (decr. numero 9.773); prorroga por 18 mezes o fixado na clausula V do contracto de 24 de janeiro de 1911, celebrado em virtude do decreto n. 8.271, de 1910 (decr. n. 9.795); fixa em 20 annos o da concessão para o funcionamento da sociedade anonyma «Banque Française pour le Brésil e l'Amerique du Sud» (decr. n. 9.830); prorroga o de que trata a clausula III do termo de accórdio celebrado em 20 de junho de 1908 com a companhia «Port of Pará» (decr. n. 9.841); prorroga por 18 mezes o mardo na clausula VII do contracto para a conclusão da construção da Estrada de Ferro de Timbó a Propriá (decr. numero 9.948); prorroga por 18 mezes o estipulado na clausula XIX do contracto a que se refere o decreto n. 6.899, de 1908 (decr. n. 9.970); prorroga o concedido ao «British Bank of South America, Limited», para funcionar (decr. n. 9.991); prorroga até 7 de maio de 1913 o a que se refere o n. 3 da clausula VII do contracto approved pelo decreto n. 7.942, de 1910 (decr. n. 10.132); prorroga por tres mezes o estabelecido na clausula XI do decreto n. 7.928, de 1910, para reconstrução da linha entre Serrinha e o Kilometro 124 da Estrada de Ferro do Paraná (decr. n. 10.196); prorroga até 1 de julho de 1913

o a que se refere a clausula II do contracto autorizado pelo decreto n. 9.966, de 1912 (decr. n. 10.221); proroga até 20 de agosto de 1913 o estipulado para apresentação das tarifas da Estrada de Ferro de Santa Catharina (decr. n. 10.233); proroga até 30 de setembro de 1913 o fixado na clausula III do decreto n. 7.455, de 1909, para conclusão das obras de construção do ramal de Curralinho a Diamantina (decr. numero 10.236); concede novos, improrogaveis, para construção da Estrada de Ferro de Tocantins e o estabelecimento da navegação nos rios Tocantins e Araguaya (decr. n. 10.239); proroga até 21 de julho de 1913 o estipulado na clausula III do contracto para conclusão das obras de construção do prolongamento da Estrada de Ferro Funilense (decr. n. 10.241); proroga até 30 de novembro de 1913 o fixado no decreto numero 9.753, de 1912 (decr. n. 10.274); proroga até 6 de novembro de 1914 o estipulado na clausula XI do decreto n. 7.928, de 1910 (decr. n. 10.275); proroga até 6 de novembro de 1914 os estipulados na clausula XI do contracto autorizado pelo decreto n. 7.928, de 1910 (decr. n. 10.277); proroga até 7 de setembro de 1913 o a que se refere o n. 3 da clausula VII do contracto autorizado pelo decreto n. 7.942, de 1910 (decr. n. 10.294); proroga até 23 de maio de 1914 o a que se refere a clausula V do contracto autorizado pelo decreto n. 9.486, de 1912 (decr. n. 10.297); proroga até 21 de março de 1914 o estipulado na clausula V do contracto autorizado pelo decreto n. 8.588, de 1911 (decr. n. 10.298); declara que os concedidos para funcionamento das caixas filiaes ou succursaes do «London and Brazilian Bank, Limited», deverão terminar em 27 de janeiro de 1920 (decr. n. 10.338); proroga até 30 de novembro de 1913 o estipulado na clausula XXVII do contracto a que se refere o decreto n. 7.704, de 1909 (decr. n. 10.414); proroga até 31 de outubro de 1913 o para a conclusão do prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral, de Ipú a Cratheús (decr. n. 10.473); proroga até 7 de dezembro de 1913 o fixado para a conclusão do prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá (decr. n. 10.530); proroga até 29 de dezembro de 1913 o fixado na clausula III do decreto n. 7.455, de 1909, para conclusão das obras de construção do ramal de Curralinho a Diamantina (decr. n. 10.583); proroga por mais quatro mezes o estipulado na clausula III do contracto a que se refere o decreto n. 7.959, de 1910 (decr. n. 10.586); proroga até 31 de dezembro de 1913 o para conclusão do prolongamento da Estrada de Ferro do Sobral, de Ipú a Cratheús (decr. n. 10.636); proroga até 31 de dezembro de 1915 o para conclusão das obras do porto da Bahia (decr. n. 10.638); proroga até 7 de janeiro de 1914 o para a conclusão das obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá (decr. n. 10.658); proroga os para conclusão de trechos das linhas da Rêde de Viação Sul-Mineira (decr. n. 10.660); proroga até 6 de novembro de 1914 o para a conclusão das obras da linha de S. Francisco, entre Hansa e Porto União da Victoria (decr. n. 10.694); proroga até 7 de fevereiro de 1914 o a que se refere o n. 3 da clausula VII do contracto autorizado pelo decreto n. 7.942, de 1910 (decr. n. 10.754); proroga até 27 de fevereiro de 1914 o fixado na clausula III do decreto n. 7.455, de 1909 (decr. n. 10.789); proroga até 12 de maio de 1918 o estabelecido pelo decreto n. 7.995, de 1910 (decr. n. 10.805); proroga por mais 18 mezes o fixado na clausula V do contracto de 24 de janeiro de



1911 (decr. n. 10.827); prorroga até 30 de abril de 1914 o estado de sítio declarado pelos decretos ns. 10.796 e 10.797, de 1914 (decr. n. 10.835); prorroga até 31 de dezembro de 1914 o do contracto celebrado de accôrdo com os decretos números 7.032 e 7.982, de 1909 e 1910 (decr. n. 10.845); prorroga até 28 de fevereiro de 1915 o fixado na clausula V das instruções que baixaram com o decreto n. 9.486, de 1912 (decr. n. 10.915); prorroga até 20 de maio de 1915 o estipulado na clausula III do decreto n. 10.176, de 1913 (decr. n. 10.922); concede novos para a construção da Estrada de Ferro do Tocantins e o estabelecimento da navegação do Alto-Tocantins e Araguaya (decr. n. 10.926); prorroga até 31 de julho de 1914 o para a construção da variante do Cabrito, a que se refere o decreto n. 8.648, de 1911 (decr. n. 10.927); prorroga até 30 de janeiro de 1915 o concedido ao bacharel Francisco Ribeiro de Moura Escobar para incorporação da companhia que deve executar o contracto de concessão da Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba (decr. n. 11.006); prorroga até 18 de setembro de 1919 o marcado na clausula IV do decreto n. 8.559, de 1911 (decr. n. 11.007); prorroga por mais dous annos o para a conclusão das obras do primeiro trecho da primeira secção do porot de Belém (decr. numero 11.061); prorroga até 2 de maio de 1919 o marcado na clausula IV do decreto n. 8.556, de 1911 (decr. n. 11.063); prorroga até 31 de agosto de 1914 o fixado no contracto a que se refere o decreto n. 7.704, de 1909 (decr. n. 11.083); prorroga até 28 de fevereiro de 1915 o fixado no contracto a que se refere o decreto n. 7.704, de 1909 (decr. n. 11.177); prorroga o concedido pelo decreto n. 8.266, de 1910, para o funcionamento de agencias e subagencias da «Banque Française et Italiene pour l'Amerique du Sud» (decr. n. 11.217); concede a prorrogação do de um anno, para inicio, continuação ou conclusão de trabalhos de estradas de ferro e portos (decr. n. 11.267); concede á «Amazon Steam Navigation» e ás companhias Commercio e Navegação e Nacional de Navegação Costeira prorrogação do para installação em seus navios de apparatus de telegraphia sem fio (decr. numero 11.270); prorroga até 28 de outubro de 1915 o estipulado na clausula VII do decreto n. 7.479, de 1909, para inicio da construção da linha de Capivary a Cabo Frio da Estrada de Ferro Leopoldina (decr. n. 11.271); prorroga até 31 de dezembro de 1914 o estabelecido na clausula VIII do decreto n. 7.122, de 1908 (decr. n. 11.388); prorroga por mais um anno o fixado á «Manãos Harbour, Limited», para conclusão da parte restante da muralha do caes e respectivo aterro (decr. n. 11.611); prorroga por tres annos o para a conclusão das obras do porto do Rio Grande do Sul (decr. n. 11.681); concede o maximo de dous annos á Empreza de Navegação Hoepcke para substituir ou reparar o vapor *Anna* e recommear o serviço de navegação entre Florianopolis e Rio de Janeiro (decr. n. 11.766); prorroga até 31 de dezembro de 1917 o fixado á «Manãos Harbour» para conclusão da parte restante da muralha do caes e respectivo aterro (decr. n. 12.006); prorroga até 7 de outubro de 1916 o para conclusão da construção da linha ferrea de Nilo Peçanha a Iguaba Grande, no prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá (decr. n. 12.051); prorroga até 17 de julho de 1918 o estabelecido pelo decreto numero 10.943, de 1914 (decr. n. 12.093); prorroga até 31 de maio de 1917 o para conclusão da construção do ramal de

Tres Corações a Lavras, da Rêde de Viação Sul-Mineira (decr. n. 12.100); prorroga os para início e conclusão da construção de linhas e ramaes de que trata o decreto n. 9.155, de 1911 (decr. n. 12.209); prorroga até 7 de abril de 1917 o para a conclusão do prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá, de Nilo Peçanha a Iguaba Grande (decr. n. 12.271); autoriza a prorogar por quatro mezes o fixado na clausula VI do contracto celebrado em virtude do decreto n. 11.620, de 1915 (decr. n. 12.389); prorroga por mais dous annos o para resgate das letras do Thesouro, papel (decr. n. 12.400); prorroga o concedido ao arbitro desempatador no juizo arbitral instituido em virtude do decreto n. 12.251, de 1916 (decr. numero 12.402); prorroga até 28 de julho de 1917 o a que se refere a clausula IV do decreto n. 12.359, de 1917 (decr. numero 12.531); prorroga até 31 de maio de 1918, o para a conclusão da construção do ramal de Tres Corações a Lavras (decr. n. 12.581); prorroga por mais 30 dias o a que se refere a clausula IV do decreto n. 12.359, de 1917 (decr. numero 12.587); prorroga por mais 30 dias o a que se refere a clausula IV do decreto n. 12.359, de 1917 (decr. n. 12.630); prorroga por mais 30 dias o a que se refere a clausula IV do decreto n. 12.359, referente aos contratos dos portos de Jaraguá e Corumbá (decr. n. 12.659); prorroga até 7 de abril de 1918 o para a conclusão da construção do prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá (decr. n. 12.667); prorroga até 31 de dezembro de 1918 o fixado á «Manãos Harbour Limited», para conclusão da parte restante da muralha do cães e aterro (decr. n. 12.687); autoriza a prorrogação pòr um anno do a que se refere a clausula V do decreto n. 12.218, de 1916 (decr. n. 12.728); marca o de oito mezes para a conclusão das obras contractadas com Humberto Saboya & Comp. (decr. numero 12.805); manda intimar a Companhia S. Luiz a Caxias para concluir a construção da Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias, dentro do de seis mezes (decr. n. 12.806); prorroga o para a construção e montagem da ponte sobre o Paraná (decr. numero 12.884); prorroga até 12 de maio de 1921 o estabelecido no decreto n. 7.995, de 1910 (decr. n. 12.906); prorroga o para a construção e inauguração de ramaes da Rêde Sul-Mineira (decr. n. 12.961); prorroga por mais 20 annos o da autorização para funcionamento de todas as caixas filiaes ou succursaes do «London and Brazilian Bank, Limited» (decr. n. 13.008); prorroga por 30 dias o a que se refere a clausula XXVIII do decreto n. 12.920, de 1918 (decr. n. 13.073); prorroga o fixado na clausula IX, n. 4, do contracto celebrado com a Companhia das Estradas de Ferro do Norte do Brasil (decr. n. 13.096); prorroga por tres mezes o fixado no decreto n. 12.805, de 1918 (decreto n. 13.204); dispensa a Companhia de Estradas de Ferro Federaes Brasileiras — Rêde Sul-Mineira — do cumprimento da obrigação constante da letra b do art. 6º do decreto n. 12.961, de 1918 (decr. n. 13.240); prorroga por 18 mezes o de que trata o decreto n. 12.479, de 1917, e até 31 de dezembro de 1918 o fixado no decreto numero 12.491, de 1917 (decr. n. 13.271); concede á Companhia de Estradas de Ferro Federaes Brasileiras — Rêde Sul-Mineira — prorrogação do marcado pelo decreto n. 12.144, de 1916 (decr. n. 13.283); declara que começarão a correr diversos estabelecidos em contractos relativos a estradas de ferro (decr. n. 13.312); prorroga por mais um anno o fixado á «Manãos Harbour, Limited», para a conclusão da parte restante

da muralha do caes e aterro (decr. n. 13.362); prorroga até 17 de julho de 1920 o fixado no decreto n. 10.943, de 1914 (decr. n. 13.402); prorroga por quatro mezes o fixado no art. 3º do decreto n. 13.017, de 1918 (decr. n. 13.441); prorroga até 30 de abril de 1919 o para conclusão dos trabalhos de construção do trecho do ramal do Paranapanema, entre S. José e a Colonia Mineira (decr. n. 13.468); concede nova prorrogação dos para conclusão e entrega ao trafego de diversas linhas da Rêde Sul-Mineira, a cargo da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro (decr. n. 13.514); prorroga até 23 de outubro de 1919 o para a conclusão e entrega ao trafego do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Barreiros a Sertãozinho (decr. n. 13.525); prorroga por cinco annos o fixado no art. 5º do decreto n. 10.883, de 1914 (decr. n. 13.526); prorroga o de oito mezes a que se refere o decreto n. 12.805, de 1918 (decr. n. 13.542); prorroga o da concessão feita pelo decreto numero 7.499, de 1909 (decr. n. 13.545); prorroga por tres annos o a que se refere o decreto n. 12.904, de 1918 (decr. numero 13.571); prorroga por seis mezes o estabelecido no artigo 2º do decreto n. 13.235, de 1918 (decr. n. 13.575); prorroga o marcado no art. 2º do decreto n. 13.016, de 1918 (decr. numero 13.635); prorroga o marcado no decreto n. 13.505, de 1919 (decr. n. 13.667); marca o de 10 mezes para a conclusão das obras contractadas para a construção da secção de Isaacson a Bello Horizonte, da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 13.707); prorroga por um anno o da concessão a que se refere o decreto n. 13.116, de 1919 (decr. n. 13.726); prorroga até 30 de junho de 1920 o para a conclusão da construção do ramal de Tubarão á Araranguá (decr. n. 13.734); concede á Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas o de seis mezes para inicio dos trabalhos da construção da linha de Itabira a Cachoeira Escura (decr. n. 13.741); prorroga até 7 de abril de 1920 o fixado no contracto celebrado em virtude do decreto n. 7.942, de 1910 (decr. n. 13.747); prorroga até 10 de janeiro de 1920 o fixado no contracto celebrado em virtude do decreto n. 12.248, de 1918 (decr. n. 13.768); prorroga o para a construção da linha de Barra Bonita e Rio do Peixe (decr. n. 13.915); prorroga até 23 de abril de 1920 e fixado no decreto n. 13.525, de 1919 (decr. n. 13.928); prorroga por dous annos o de que trata o art. 1º do decreto numero 12.735, de 1919 (decr. n. 13.960); prorroga por 20 annos o fixado no decreto n. 13.584, de 1919 (decr. n. 14.035); prorroga o fixado no decreto n. 13.718, de 1919 (decr. numero 14.132); prorroga até 1 de agosto de 1920 o para execução do regulamento approved pelo decreto n. 14.189, de 1920 (decr. n. 14.227); prorroga a execução do regulamento approved pelo decreto n. 14.189, de 1920 (decr. n. 14.282); prorroga até 7 de setembro de 1921 o para a conclusão e entrega ao trafego publico do trecho de S. Sebastião do Paraíso a Passos (decr. n. 14.299); prorroga por seis mezes os fixados no decreto n. 13.545, de 1919 (decr. n. 14.304); concede prorrogação dos concedidos pelo decreto n. 12.185, de 1916 (decr. n. 14.334); prorroga por mais um anno o da concessão dada pelo decreto n. 13.116, de 1918 (decr. n. 14.382); prorroga o para a construção da Estrada de Ferro de Tubarão a Araranguá (decr. n. 14.406); prorroga o de que trata o art. 14 das disposições transitorias do codigo de organização judiciaria (decr. n. 14.517) — Ver ESTRADAS DE FERRO — OBRAS — PORTOS.



PRATICAGEM — Ver REGULAMENTOS.

PRATICANTES — Ver LOGARES.

PRATICOS — Ver REGULAMENTOS.

PREÇOS — Ver CONTRATOS — GENEROS — OBRAS.

PREENCHIMENTO — Ver QUADROS.

PREMIOS — Concede em machinas agricolas aos agricultores e syndicatos ou cooperativas que cultivarem o trigo (decr. n. 12.896) — Ver CREDITOS.

PRESAS — Ver MERCADORIAS.

PRESCRIPÇÃO — Releva a em que incorreu o direito do capitão-tenente, reformado, Alfredo Fernandes da Costa ao recebimento de diferenças de soldo (decr. n. 13.511).

PRESIDENTE — Ver ELEIÇÕES.

PRETÓRES — Ver VENCIMENTOS.

PRETORIAS — Ver CONSOLIDAÇÃO.

PRIVILEGIOS — Revalida a carta patente do de invenção n. 4.863, de 1907 (decr. n. 8.789); revalida a carta patente do de invenção n. 3.953, de 1903 (decr. n. 8.985); revalida a carta patente do de invenção n. 3.793, de 1903 (decr. n. 8.998); revalida a carta patente do de invenção n. 3.549, de 1902 (decr. n. 9.068); revalida a carta patente do de invenção n. 3.616, de 1902 (decr. n. 9.174); revalida a carta patente do de invenção n. 5.260, de 1908 (decr. n. 9.220); revalida a carta patente do de invenção n. 3.996, de 1903 (decr. n. 9.414); revalida a carta patente do de invenção n. 4.267, de 1905 (decr. n. 9.415); revalida a carta patente do de invenção n. 3.447, de 1901 (decr. n. 9.806); revalida a carta patente do de invenção n. 4.324, de 1905 (decr. numero 10.603); declara caduca a carta patente do de invenção n. 4.678, de 1906 (decr. n. 12.404); declara caduca a carta patente do de invenção n. 10.106, de 1918 (decr. n. 13.471); declara caduca a carta patente do de invenção n. 7.061, de 1912 (decr. n. 14.491) — Ver BANCOS — ESTRADAS DE FERRO — INSTITUTOS.

PROCESSOS — Ver CODIGOS — PAGAMENTOS — TERRENOS

PROCURAÇÕES — Ver REGULAMENTOS.

PROCURADORIA — Reorganiza a da Republica no Districto Federal (decr. n. 9.957); reorganiza a da Republica no Districto Federal (decr. n. 10.902).

PROFESSORES — Ver CREDITOS.

PROIBIÇÃO — Ver MATANÇA — SEMENTES.

PROJECTO — Ver ARMAZENS — BARRAS — CÂES — CANAES — COMPANHIAS — INSTALAÇÕES — OBRAS — PORTOS — RÊDE — REPARTIÇÕES — SANEAMENTO — TUNNEL.

PROLONGAMENTO — Ver CONTRACTOS — CREDITOS — ESTRADAS DE FERRO — OBRAS — PORTOS.

PROMOÇÕES — Dispensa o intersticio para a de capitão de mar e guerra a contra-almirante (decr. n. 10.405); approva

o regulamento referente a na Armada (decr. n. 14.250) — Ver COMMISSÕES — OFFICIAES — TEMPO.

PROPHYLAXIA — Ver SERVIÇOS.

PROPRIEDADE — Ver CONVENÇÕES.

PROTECÇÃO — Ver CONVENÇÕES — REGULAMENTOS.

PROTOCOLLOS — Publica o firmado em 12 de dezembro de 1906 entre o Brasil e a Republica do Uruguay, sobre a execução de cartas rogatorias (decr. n. 9.169); promulga o segundo, assignado em Caracas a 9 de dezembro de 1905, com o fim de ultimar a demarcação das fronteiras determinadas no tratado de 5 de maio de 1859 entre o Brasil e Venezuela (decr. n. 11.042);

PROVENTO — Ver FAVORES.

## Q

QUADROS — Reorganiza o do pessoal da Força Policial do Districto Federal (decr. n. 9.112); augmenta os do pessoal da Directoria Geral dos Correios e da Administração dos Correios de S. Paulo (decr. n. 10.010); extingue o supplementar da Armada (decr. n. 11.410); approva o regulamento para o preenchimento de vagas do primeiro posto no de intendentes (decr. n. 11.459); organiza os ordinario e supplementar dos officiaes das armas do Exercito (decr. numero 11.518); crea uma secção de especialistas no de pharmaceuticos do Corpo de Saude (decr. n. 11.550); manda incorporar ao dos funcionarios extinctos do Ministerio da Fazenda os ex-inspectores de Fazenda, Carlos Vieira Machado e José Bellens de Almeida (decr. n. 11.577); reorganiza o do pessoal da Directoria do Expediente do Ministerio da Marinha (decr. n. 11.673); incorpora ao dos funcionarios extinctos do Ministerio da Fazenda o ex-inspector de Fazenda, Dr. José Joaquim Bacta Neves Filho (decr. n. 11.817); restabelece o supplementar da Armada (decr. n. 11.898); substitue os constantes do decreto n. 11.526, de 1915 (decr. n. 11.960); crea o dos sargentos instructores (decr. numero 12.718); approva os do effectivo normal das unidades de tropa (decr. n. 12.739); passa para o Q. F. diversos officiaes da Armada e classes annexas (decr. n. 12.742); approva os do effectivo de instrução das unidades de tropa (decr. numero 13.430); altera o approved pelo decreto n. 13.430, de 1919 (decr. n. 13.463); approva o do effectivo da companhia de aviação em substituição ao do decreto n. 13.430, de 1919 (decr. n. 13.490); altera o do effectivo de instrução das unidades de artilharia de campanha, em 1919 (decr. n. 13.555); approva o dos officiaes e discrimina as funções (decr. n. 13.653); modifica o do serviço sanitario do Corpo de Bombeiros (decr. n. 13.696); rectifica o decreto numero 13.653, de 1919 (decr. n. 13.765); faz ligeira alteração no decreto n. 13.653, de 1919 (decr. n. 13.824); approva os do effectivo de instrução de unidades de tropa (decr. numero 14.071); reorganiza o do pessoal effectivo da Brigada Policial (decr. n. 14.447); modifica o effectivo da companhia de aviação, a que se refere o decreto n. 14.121, de 1920

(decr. n. 14.574) — Ver CARGOS — ESTRADAS DE FERRO — FORÇAS — FUNCIONARIOS — LOGARES — OFFICIAES — PROMOÇÕES — REGULAMENTOS — SERVIÇOS — VENCIMENTOS.

QUININA OFFICIAL — Ver SERVIÇOS.

QUINTA — Ver CREDITOS.

QUOTAS — Ver BANCOS.

## R

RADIOTELEGRAPHIA — Ver CREDITOS — RÊDE — REGULAMENTOS.

RAMAES — Ver CONTRACTOS — ESTRADAS DE FERRO — RECLAMAÇÕES.

REBOQUES — Ver VAPORES.

RECEBEDORES — Ver SERVIÇOS.

RECENSEAMENTO — Encerra os trabalhos do a que se refere o decreto n. 8.382, de 1910 (decr. n. 8.720 A); approva o regulamento para o geral da população do Brasil em 1 de setembro de 1920 (decr. n. 14.026)

RECLAMAÇÕES — Manda submeter a arbitramento a apresentada pelo contractante da construcção do ramal de Abaeté, da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 12.251); manda submeter a arbitramento a apresentada pela inexecução do contracto celebrado pelo decreto n. 9.971, de 1912 (decr. n. 12.252).

RECONHECIMENTO — Proclama o do Estado da Polonia e seu governo (decr. n. 14.181); proclama o do Estado Tcheco-Slovaco e seu governo (decr. n. 14.182); proclama o da independencia da Finlandia e seu governo (decr. n. 14.183); declara o do Reino da Islandia unido á corôa da Dinamarca (decr. n. 14.303); declara o da Republica Austriaca e seu governo (decr. n. 14.306); declara o da independencia da America e seu governo (decr. n. 14.456).

RECONSTRUÇÃO — Ver ESTRADAS DE FERRO — OBRAS.

RECRUTAMENTO — Ver EXERCITO.

RECTIFICAÇÃO — Ver CABOS — CADEIRAS — DECRETOS — ESTRADAS DE FERRO — LEIS — REGULAMENTOS — VERBAS.

REDACÇÃO — Ver DECRETOS — REGULAMENTOS.

REDUÇÃO — Ver ARTIGOS — DIREITOS — ESCOLAS — FRETES — IMPOSTOS — TAXAS.

RÊDE — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento do trecho de Monte Santo a S. Sebastião do Paraíso, da linha de Monte Bello a Santa Rita de Cassia, da de Viação Sul-Mineira (decr. n. 8.652); autoriza a incorporação da Estrada de Ferro de Santa Catharina á ferro-viaria de Santa Catharina (decr. n. 9.155); autoriza a incorporação da linha principal da Companhia Geral de Melhoramentos de Pernambuco, entre Ribeiro e Barreiros, á da «Great Western of Brazil Railway Company, Limited» (decr. n. 9.228); approva as novas tarifas e instrucções regulamentares da de Viação Geral



da Bahia (decr. n. 9.251); autoriza a aquisição da Estrada de Ferro Bahia e Minas e subsequente incorporação á de Viação Geral da Bahia (decr. n. 9.597); approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho de 50 kilometros da linha de Machado Portella a Carinhanha, da de Viação Geral da Bahia (decr. n. 9.590); approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento da linha de Villa Nova a Jacobina, da de Viação Geral da Bahia (decr. n. 9.587); approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento do ramal de Campo Formoso, da de Viação Geral da Bahia (decr. n. 9.718); approva os estudos definitivos referentes aos kilometros 100 a 150, a partir de Arassuahy, na linha de Theophilo Ottoni a Tremedal, da de Viação Geral da Bahia (decr. n. 9.719); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho da linha de Girão a Cratheús da Viação Cearense (decr. n. 9.788); approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento de um trecho da linha de Bom Jesus dos Meiras a Tremedal, da de Viação Geral da Bahia (decr. n. 9.791); approva os estudos definitivos de um trecho da linha de Theophilo Ottoni a Tremedal, da de Viação Geral da Bahia (decr. n. 9.792); approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho do final da linha de Theophilo Ottoni a Tremedal, da de Viação Geral da Bahia (decr. n. 9.850); approva reduções de fretes para certos artigos na de Viação Geral da Bahia (decr. n. 9.875); approva os estudos definitivos e orçamento referente aos kilometros 0 a 148 do ramal de Campo Maior á Amarração, da de Viação Cearense (decr. n. 9.930); approva o projecto de organização do serviço da radiotelegraphia nacional e a respectiva planta (decr. n. 10.090); incorpora a Estrada de Ferro Centro-Oeste da Bahia á de Viação Geral da Bahia (decr. n. 10.097); approva os estudos definitivos e o orçamento do ultimo trecho da linha de Girão a Cratheús, da de Viação Cearense (decr. n. 10.113); approva os estudos definitivos de um trecho da linha de Bom Jesus dos Meiras a Tremedal da de Viação Geral da Bahia (decr. n. 10.123); approva a planta e o orçamento para a construção de uma estação no Kilometro 18 da linha de Monte Bello a Santa Rita de Cassia, da de Viação Sul-Mineira (decr. n. 10.161); approva as plantas e o orçamento para a construção da estação de Triagem em Gravatahy, na linha de Porto Alegre a Uruguayana, da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 10.177); approva os projectos e o orçamento para o levantamento do *grade* da linha de Porto Alegre a Nova Hamburgo, na varzea do Gravatahy, e da linha de Nova Hamburgo a Taquara, da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 10.178); autoriza alteração no trecho de Monte Santo a S. Sebastião do Paraíso, na de Viação Sul-Mineira (decr. n. 10.226); prorroga até 20 de agosto de 1913 o praso estipulado na clausula XVIII do contracto autorizado pelo decreto n. 9.155, de 1911 (decr. n. 10.233); autoriza «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil», arrendataria da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, a cercar suas linhas (decr. n. 10.276); approva o orçamento suplementar para os trabalhos de reconstrução da linha de S. Francisco, da de Viação Geral da Bahia (decr. n. 10.396); approva os estudos definitivos de um trecho da linha de Bandeira de Mello a Brotas, da de Viação Geral da Bahia (decr. n. 10.399); approva o projecto e o orçamento para a construção de desvios na estação de S. Bento, da linha de Santa Maria ao Uruguay, da de Viação Ferrea do Rio

Grande do Sul (decr. n. 10.457); approva o projecto e o orçamento das obras de ampliação da estação de Santa Maria, da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 10.458); approva os projectos e orçamentos de diversas obras na de Viação Sul-Mineira (decr. n. 10.615); proroga os prazos para conclusão de trechos da de Viação Sul-Mineira (decr. numero 10.660); autoriza a «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer Federaux de l'Est Brésilien», arrendataria da de Viação Geral da Bahia, a modificar as plataformas do armazem de mercadorias da estação de Calçada e approva os planos e orçamentos (decr. n. 10.850); autoriza a construção de uma estação de 2ª classe em S. Gonçalo dos Campos, na de Viação Geral da Bahia, em vez de estação de 4ª classe (decr. n. 10.916); approva o projecto e o orçamento para installações hydraulicas na estação de Sant'Anna do Livramento, da de Viação do Rio Grande do Sul (decr. n. 11.041); approva o projecto e o orçamento de variantes do trecho de Pinhal a Cruz Alta, da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 11.061); approva o projecto e o orçamento para a construção de uma parada no lugar Rincão, do ramal de Conta a Santa Cruz da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 11.136); proroga os prazos estabelecidos nos decretos ns. 7.704, de 1909, e 10.660, de 1913 (decr. n. 11.178); approva os planos e orçamentos para a construção de diversas obras no trecho de Santa Maria a Porto Alegre, da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 11.237); approva os projectos e orçamentos para a execução de obras em diversas estações da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 11.379); approva o projecto e o orçamento para o revestimento de dous tunneis na linha de Theophilo Ottoni, da de Viação Geral da Bahia (decr. n. 11.585); approva o projecto e o orçamento relativos á construção de desvios na estação de Santa Maria, da de viação ferrea arrendada á «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil» (decr. n. 11.538); approva o projecto e o orçamento para construção de uma linha de ligação entre a da «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil» e as linhas de serviço do novo porto do Rio Grande do Sul (decr. n. 11.539); approva os projectos e o orçamento dos trabalhos complementares de consolidação a executar na ponte sobre o rio Taquary, na de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 11.724); providencia sobre o custeio dos serviços das linhas em trafego da de Viação Cearense (decr. n. 11.759); autoriza a «Compagnie des Chemins de Fer Federaux de l'Est Brésilien», arrendataria da de Viação Geral da Bahia, a fazer modificações na linha de accesso ás officinas, depositos e abrigos para carros em Aracajú (decr. n. 11.833); declara que deverá affectuar-se até 31 de maio de 1916 a abertura do trafego do ramal de Tres Corações a Lavras, da de Viação Sul-Mineira (decr. n. 11.921); approva o projecto e o orçamento das officinas de reparação da de Viação Sul-Mineira, em Passa Quatro (decr. n. 12.111); proroga os prazos a que se refere o decreto n. 9.155, de 1911 (decr. n. 12.209); approva o projecto e o orçamento de uma variante do traçado approvado da linha de Machado Portella a Carinhanha, na de Viação Geral da Bahia (decr. n. 12.220); autoriza a modificar o traçado das linhas da Viação Sul-Mineira mencionadas no decreto n. 7.704, de 1909 (decr. n. 12.308); altera o decreto n. 12.308, de 1916 (decr. n. 12.320); altera o decreto n. 13.308, de 1916 (decr.

n. 12.329); approva o projecto e o orçamento para a construção da estação de Saude, na linha de Bomfim a Sítio Novo, na de Viação Geral da Bahia (decr. n. 12.381); approva os projectos e orçamentos de diversas obras a serem executadas pela «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil», na de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 12.420); prorroga até 31 de maio de 1918 o praso para a conclusão da construção do ramal de Tres Corações a Lavras, da de Viação Sul-Mineira (decr. n. 12.581); approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento da primeira secção, na linha de S. Sebastião do Paraíso, da de Viação Sul-Mineira (decr. n. 12.603); approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento apresentados pela Companhia Mogyana, da segunda secção de S. Sebastião do Paraíso a Passos, da de Viação Sul-Mineira (decr. n. 12.637); autoriza o contracto com a companhia arrendataria da de Viação Ferrea da Bahia para a incorporação da Estrada de Ferro Centro-Oeste da Bahia (decr. n. 12.764); declara sem effeito o contracto celebrado em virtude do decreto n. 9.155, de 1911 (decr. n. 12.907); approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento do ramal do Espirito Santo da Prata a Santa Rita de Cassia, da de Viação Sul-Mineira (decr. n. 13.049); approva as plantas e orçamento para o augmento dos desvios e construção de um trapiche para descarga de carvão na estação da Margem do Taquary, da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 13.068); approva o projecto e o orçamento para a construção do edificio e plataforma para a estação de Soledade, da de Viação Sul-Mineira (decr. n. 13.072); approva a planta e perfil do trecho do ramal de Iguassú para desapropriação dos terrenos necessarios á construção do mesmo ramal, da Estrada de Ferro de Amarração a Campo Maior, da de Viação Cearense (decr. n. 13.268); concede prorrogação até 31 de dezembro de 1918 do praso marcado pelo decreto n. 12.114, de 1916 (decr. n. 13.283); autoriza a construção de mais duas linhas e ampliação de terceira na estação de S. Lucas, trecho de Santa Maria a Cacequi, da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 13.314); autoriza a construção de um triangulo de reversão e um augmento de linha na estação Canabarro, da Estrada de Ferro de Santa Maria a Uruguayana, da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 13.437); autoriza o augmento do numero de desvios e modificações no armazem da estação de Rosario, da linha de Entroncamento a Sant'Anna, da de Viação Ferrea do Rio Grande (decr. numero 13.445); autoriza a construção de um triangulo de reversão na estação de Barreto, linha de Santa Maria a Porto Alegre, da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 13.446); approva o projecto e o orçamento de uma estação na linha de Cacequi a Uruguayana, da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 13.469); autoriza a construção de quatro pontilhões na linha de Entroncamento a Sant'Anna, da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 13.512); approva o projecto e o orçamento de uma ponte na linha de Santa Maria ao Rio Grande, na de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 13.522); autoriza a «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil», arrendataria da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, a adquirir *chassis* metallicos de vagões usados e *trucks* para transformar em material rodante (decr. n. 13.558); autoriza a construção de diversas obras nas linhas



de Santa Maria a Uruguayana e Neustadt a Taquara, da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 13.626); autoriza a «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil», arrendataria da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, a construir dous desvios, com postes telegraphicos, na linha de Santa Maria a Uruguayana, e quatro na de Santa Maria a Marcelino Ramos (decr. n. 13.632) approva a planta e memoria descriptiva e justificativa do projecto de orçamento para ampliação do edificio da estação de Baturité, da de Viação Cearense (decr. n. 13.748); approva o projecto e o orçamento de uma variante na linha de Theophilo Ottoni a Tremedal, da de Viação Geral da Bahia (decr. n. 13.909); approva os projectos e orçamentos de tres variantes e um aterro para a linha de Theophilo Ottoni a Tremedal, na de Viação Geral da Bahia (decr. n. 13.984); approva os estudos e orçamento para a construção do ramal ferreo de Ponta d'Areia a Caravellas, na de Viação Ferrea da Bahia (decr. n. 14.049); autoriza a revisão dos contractos celebrados em virtude dos decretos numeros 8.648 e 9.278, de 1911 (decr. n. 14.068); autoriza a «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil», arrendataria da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, a executar diversas obras (decr. n. 14.084); approva as plantas e os orçamentos para a construção de novas officinas de reparação do material rodante da de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 14.092); approva os estudos definitivos e o orçamento de uma variante da linha de Conceição da Feira a Buranhem, da de Viação Ferrea da Bahia (decr. n. 14.202); resolve encampar a ferroviaria arrendada á «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil» (decr. n. 14.222); approva o projecto e o orçamento para augmento e modificações da estação de Varginha da de Viação Sul-Mineira (decr. n. 14.239); autoriza a correção nos estudos approvados pelo decreto n. 14.202, de 19 de 1920 (decr. n. 14.536) — Ver AUTORIZAÇÃO — CONTRACTOS — CREDITOS — ESTUDOS — LINHAS — OBRAS — PRASO — SERVIÇOS — TARIFAS.

REFORMA — Manda computar como um anno completo as fracções excedentes de seis mezes para a dos officiaes da Armada (decr. n. 9.874); reduz de dous annos, em cada posto, a idade para a compulsoria dos officiaes do Exercito (decr. n. 12.800); manda fixar em cada posto a idade para a compulsoria dos officiaes combatentes da Marinha (decr. n. 12.801); torna extensivas á praças da Brigada Policial as disposições dos arts. 157, 162 e 163 do regulamento do Corpo de Bombeiros, approvado pelo decreto n. 9.048, de 1911 (decr. n. 13.807) — Ver ESTATUTOS.

REGALIAS — Ver VAPORES.

REGIMEN — Ver APRENDIZADOS — ENSINO — FACTURAS.

REGIMENTO — Approva o de custas da justiça local do territorio do Acre (decr. n. 9.973); approva o de custas da justiça local do Districto Federal (decr. n. 10.291); approva o interno do Supremo Tribunal Militar (decr. n. 11.482); approva o de custas da justiça local do Districto Federal (decr. n. 11.842); approva o da Universidade do Rio de Janeiro (decr. n. 14.572).

REGISTRO — Crea o de titulos scientificos no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (decr. n. 8.560); dá in-

strucções provisórias para o publico (decr. n. 12.343) — Ver LEIS — REGULAMENTOS — TERRITORIOS.

REGRAS — Manda que sejam observadas as constantes do decreto n. 11.037, de 1914 (decr. n. 12.458) — Ver ESTRADAS DE FERRO — NEUTRALIDADE.

REGULAMENTAÇÃO — Ver CONFERENCIAS.

REGULAMENTOS — Altera o que baixou com o decreto n. 7.737, de 1909, para a importação de animaes de raça (decr. n. 8.537); approva o do serviço radiotelegraphico nacional (decr. n. 8.542); approva o para a concessão de auxilios aos Estados, ás municipalidades, syndicatos e associações agricolas, ou particulares (decr. n. 8.546); dá para o serviço relativo á exportação de artigos de producção nacional para portos brasileiros, em transitio por territorio estrangeiro (decr. n. 8.547); approva o da Escola Média ou Theorico-Pratica de Agricultura da Bahia (decr. n. 8.584); approva o para a Fabrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra (decr. n. 8.586); approva o para as concessões de isenções de direitos aduaneiros (decr. n. 8.592); revoga o art. 421 e seus §§ 1º e 3º (primeira parte) do que baixou com o decreto n. 7.751, de 1909 (decr. n. 8.596); dá novo para o serviço de loterias e respectiva fiscalização (decr. n. 8.597); dá para a venda de mercadorias mediante sorteios (clubs) e respectiva fiscalização (decr. n. 8.598); approva o para applicação das multas estatuidas pelo decreto legislativo n. 1.850, de 1908 (decr. n. 8.605); approva o do apprendizado agricola annexo á Escola Agricola da Bahia (decr. n. 8.607); approva o para a Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.610); approva o para o Hospital Central do Exercito (decr. n. 8.647); dá novo á Escola Naval (decr. n. 8.650); approva o para o Collegio Pedro II (decr. numero 8.660); approva o das faculdades de medicina (decr. n. 8.664); approva o das faculdades de direito (decr. numero 8.662); approva o da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro (decr. n. 8.663); approva o do Apprendizado Agricola de S. Luiz das Missões (decr. n. 8.702); addita algumas disposições ao approvedo pelo decreto n. 7.940, de 1910 (decr. n. 8.721); approva o do Apprendizado Agricola de Barbacena (decr. n. 8.736); dá para os campos de demonstração creados pelo decreto n. 8.319, de 1910 (decr. n. 8.768); approva o da Secretaria de Estado da Guerra (decr. n. 8.846); approva o das disposições da lei n. 1.860, de 1908, sobre o quadro de auditores (decr. n. 8.847); dá para o serviço de *colis-postaux* (decr. n. 8.829); dá á Assistencia á Alienados (decr. n. 8.834); approva o da Bibliotheca Nacional (decr. n. 8.835); altera o approvedo pelo decreto n. 8.016, de 1910 (decr. n. 8.868); approva a guia organizada de accôrdo com o disposto no approvedo pelo decreto n. 7.459, de 1909 (decr. de 1 de agosto de 1911); dá á Secretaria da Agricultura, annexando-lhe o Serviço de Consultas e a Directoria Geral de Contabilidade (decr. n. 8.899); dá para a execução do art. 4º da lei n. 2.321, de 1910 (decr. n. 8.911); crea centros agricolas, de accôrdo com o annexo ao decreto n. 8.072, de 1910 (decr. n. 8.937); crea povoações indigenas em cada aldeamento de indios, de accôrdo com o que baixou com o decreto n. 8.072, de 1910 (decr. n. 8.941); altera as disposições do art. 10 e do seu

§ 2º do da Caixa de Conversão (decr. n. 8.960); approva o para a Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 8.964); altera a disposição constante do art. 528 do que baixou com o decreto n. 8.349, de 1910 (decr. n. 8.970); approva o do Instituto Benjamin Constant (decr. n. 9.026 A); dá para a Inspectoria Geral de Illuminação (decr. n. 9.032 A); approva o da Secretaria de Estado da Viação (decr. n. 9.033 A); altera o § 3º do art. 50 do para as escolas do Exercito (decr. n. 9.040); approva o para o Corpo de Bombeiros (decr. numero 9.048); approva o para o Instituto Nacional de Musica (decr. n. 9.056); altera o approved pelo decreto n. 7.666, de 1909 (decr. n. 9.057); dá novo ás escolas de aprendizes artifices (decr. n. 9.070); approva o para a Inspectoria Federal das Estradas (decr. n. 9.076); approva o para a Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes (decr. n. 9.078); approva o da Repartição de Aguas, Esgotos e Obras Publicas (decr. n. 9.079); dá a Repartição dos Correios (decr. numero 9.080); dá ao Serviço de Povoamento (decr. n. 9.081); dá á Directoria de Meteorologia e Astronomia (decr. numero 9.082); publica o da Repartição Fiscal do Governo junto a «Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited» (decr. n. 9.087); altera o art. 45 do para o Collegio Militar (decr. n. 9.095); approva o da Directoria Geral de Estatistica (decr. n. 9.106); altera o art. 18, letra g, do approved pelo decreto n. 8.816, de 1911 (decr. n. 9.108); dá redacção mais conveniente ao art. 87 do para o serviço de praticagem dos portos, costas e rios navegaveis (decr. n. 9.140); approva o da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 9.148); altera a tabella annexa ao approved pelo decreto n. 7.666, de 1909 (decr. n. 9.149); approva o do Almirantado (decr. n. 9.169 A); revoga o art. 73 do approved pelo decreto n. 3.943, de 1901 (decr. n. 9.176); dá á Directoria do Serviço de Veterinaria (decr. n. 9.194); baixa ao Serviço de Informações e Bibliotheca, dando-lhe a denominação de Serviço de Informações e Divulgação (decr. n. 9.195); dá á Secretaria de Estado da Justiça (decr. n. 9.196); approva o do Archivo Nacional (decr. n. 9.197); approva o para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos (decr. n. 9.198); dá novo á Junta Commercial (decr. n. 9.210); dá novo ao Museu Nacional (decr. n. 9.211); dá novo ao Serviço Geologico e Mineralogico (decr. n. 9.212); dá novo ao Serviço de Inspeção e Defesa Agricolas (decr. n. 9.213); approva o do Serviço de Protecção aos Indios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (decr. n. 9.214); dá ao Horto Florestal (decr. n. 9.215); dá ao Jardim Botânico (decr. n. 9.216); altera varias disposições do de ensino agronomico (decr. numero 9.217); approva o da Casa da Moeda (decr. n. 9.224); approva o para a administração dos patrimonios dos estabelecimentos a cargo do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores (decr. n. 9.235); altera varias disposições do para o serviço de encomendas postaes, expedido com o decreto n. 8.829, de 1911 (decr. n. 9.243); approva o reorganizando os serviços a cargo da Inspectoria de Obras contra as Seccas (decr. n. 9.256); approva o para a Brigada Policial do Districto Federal (decr. n. 9.262); approva o da Justiça do Districto Federal (decr. n. 9.263); dá aos correctores de mercadorias e de navios e respectiva Junta (decr. n. 9.264); dá para o pagamento de ajudas de custo dos empregados do



Ministerio da Fazenda (decr. n. 9.283); approva o da Caixa de Pensões dos Operarios da Casa da Moeda (decr. n. 9.284); approva o da Inspectoria de Fazenda (decr. n. 9.286); approva o da Directoria de Estatistica Commercial (decr. numero 9.288); dá ao serviço de fiscalização junto ás companhias estrangeiras de seguros (decr. n. 9.287); approva o para a Commissão de Promoções (decr. n. 9.336); approva o de exercicios para infantaria (decr. n. 9.337); altera o do Estado-Maior do Exercito (decr. n. 9.338); torna extensivas ao Arsenal de Guerra de Matto Grosso as disposições do em vigor para o do Rio Grande do Sul, ás quaes se refere o decreto n. 8.721, de 1911 (decr. n. 9.359); approva e manda executar o para as escolas de grumetes e de aprendizes marinheiros (decr. n. 9.386); modifica o do Tribunal de Contas (decr. n. 9.393); altera o art. 102 do que baixou com o decreto n. 8.584, de 1911 (decr. n. 9.406); dá novo ao serviço de registro e archivo geral de marcas de animaes (decr. n. 9.452); altera algumas disposições do para o serviço de encomendas postaes (decr. n. 9.485); approva o das escolas permanentes de lacticinios (decr. n. 9.515); approva o da Caixa de Pensões e Empréstimos do Pessoal das Capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 9.517); approva o para a execução das medidas e serviços concernentes á defesa economica da borracha, á discriminação e legalização das posses de terras no territorio do Acre e á revisão e consolidação das da marinha mercante de cabotagem (decr. n. 9.524); modifica artigos do Estado-Maior do Exercito (decr. n. 9.524); altera o approved pelo decreto n. 8.816, de 1911 (decr. n. 9.525); approva alterações na tarifa do serviço de armazens geraes da Companhia Docas de Santos, annexa ao decreto n. 6.644, de 1907 (decr. numero 9.529); altera o do Estado-Maior do Exercito (decr. n. 9.547); approva e manda executar o para o corpo de praticos dos rios do Prata, Baixo Paraná e Paraguay (decr. n. 9.548); expede para o serviço de telegrammas internationaes preferidos (decr. n. 9.616); rectifica o art. 159 do para o Corpo de Bombeiros, approved pelo decreto n. 9.048, de 1911 (decr. n. 9.667); approva o das estações sericololas (decr. n. 9.671); approva o da Inspectoria de Pesca (decr. n. 9.672); modifica o art. 98, n. 7. do approved pelo decreto n. 6.465, de 1907 (decr. n. 9.677); approva o das fazendas-modelo de criação (decr. n. 9.704); dá aos cursos ambulantes (decr. n. 9.741); faz publico o assignado em 25 de junho de 1912 para execução da convenção concernente á permuta de encomendas postaes, sem declaração de valor (decr. n. 9.801); approva o da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria (decr. n. 9.857); altera as disposições dos arts. 194 e 196 do approved pelo decreto numero 9.080, de 1911 (decr. n. 9.913); modifica as disposições constantes das leiras *b* e *c* do art. 23 do approved pelo decreto n. 9.521, de 1912 (decr. n. 9.917); revoga o decreto n. 7.339, de 1909, na parte relativa á alteração do art. 99 e seus §§ 1º e 2º do para as escolas do Exercito (decr. numero 9.925); approva o dos serviços administrativos nos corpos de tropa (decr. n. 9.996); approva o do tiro para infantaria (decr. n. 9.997); approva o para instrucção e serviços geraes nos corpos de tropa do Exercito (decr. numero 9.998); altera os arts. 41 e 45 do que baixou com o

decreto n. 8.367, de 1913 (decr. n. 10.000); approva o para o serviço de repressão do contrabando na fronteira do Estado do Rio Grande do Sul (decr. n. 10.037); approva o das estações experimentaes de canna de assucar (decr. n. 10.076); approva o para as manobras do Exercito (decr. n. 10.102); approva o de terras devolutas da União (decr. n. 10.105); approva o para a concessão de subvenções e para sua fiscalização (decr. n. 10.106); revoga o decreto n. 9.998 (decr. n. 10.147); approva os para os institutos militares de ensino (decr. n. 10.198); approva o dos transportes e do telegrapho, para vigorar nas linhas de concessão federal das companhias Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes, Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, «Sorocabana Railway» e «S. Paulo Railway» (decr. n. 10.204); approva o da Caixa Especial de Portos (decr. n. 10.267); torna extensivo á Estrada de Ferro Central do Brasil o dos transportes e de telegrapho, approved pelo decreto n. 10.204, de 1913 (decr. n. 10.286); approva o interno dos armazens geraes da companhia «Port of Pará» (decr. n. 10.305); approva o dos cursos de applicação especial medico militar do Hospital Central do Exercito e de enfermeiros e padioleiros (decr. n. 10.402); approva o da marinha mercante e de navegação de cabotagem (decr. n. 10.524); approva o para a execução da lei n. 2.784, de 1912, sobre a hora legal (decr. n. 10.546); dá á Secretaria de Estado das Relações Exteriores (decr. n. 10.662); manda executar os de 11 e 15 de janeiro de 1907, revogados pelo actual do Almirantado, annexo ao decreto n. 9.169, de 1911 (decr. n. 10.665); manda executar o para o Conselho do Almirantado, a que se refere o decreto n. 9.496, de 1907 (decr. n. 10.666); dá ao Corpo de Engenheiros Navaes (decr. n. 10.685); approva o radiotelegraphico nacional (decr. n. 10.689); altera o para os collegios militares (decr. n. 10.715); dá ao Conselho de Almirantado (decr. n. 10.737); dá novo á Directoria do Expediente do Ministerio da Marinha (decr. n. 10.738); dá á Inspectoria de Saude Naval (decr. n. 10.739); dá novo á Inspectoria de Engenharia Naval (decr. n. 10.740); dá novo á Inspectoria de Machinas (decr. n. 10.742); dá novo ao Estado-Maior da Armada (decr. n. 10.744); dá para a Fabrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra (decr. n. 10.783); manda executar o da Escola Naval de Guerra (decr. n. 10.787); dá novo a Escola Naval (decr. n. 10.788); dá á Inspectoria de Portos e Costas (decr. n. 10.798); dá á Directoria Geral de Contabilidade da Marinha (decr. n. 10.799); dá á Directoria da Bibliotheca, Museu e Archivo (decr. n. 10.800); dá novo á Directoria Geral de Saude Publica (decr. n. 10.821); altera artigos dos pertencentes a collegios militares e Escola Militar, Pratica do Exercito e de Estado-Maior (decr. n. 10.832); dá aos depositos navaes (decr. n. 10.837); baixa para o Posto Zootechnico Federal em Pinheiro (decr. n. 10.854); dá á Casa de Detenção da Capital Federal (decr. n. 10.873); approva o para a Fabrica de Polvora de Estrella (decr. numero 10.876); revigora o do corpo de praticos dos rios da Prata, Paraná e Paraguay (decr. n. 10.906); approva o de tiro para a artilharia de campanha (decr. n. 10.990); torna extensivo á Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá o de transportes e do telegrapho e a classificação de mercadorias. approved pelo decreto n. 10.204, de 1913 (decr. n. 11.179);

approva o dos registros genealógicos de animaes reprodutores (decr. n. 11.425); dá novo á Secretaria de Estado da Agricultura (decr. n. 11.436); approva o da Secretaria de Estado da Viação (decr. n. 11.442); approva e manda executar o para o Estado-Maior da Armada (decr. n. 11.444); approva o de continências, signaes de respeito e honras militares (decr. n. 11.446); approva o sobre o processo dos exames de invalidez (decr. n. 11.447); dá ao Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil (decr. n. 11.448); approva o para a Inspectoria Federal de Viação Maritima e Fluvial (decr. n. 11.456); approva o para a Inspectoria Geral de Illuminação (decr. n. 11.457); dá para a cobrança do imposto sobre vencimentos, subsidios, etc. (decr. n. 11.458); approva o para preenchimento de vagas do primeiro posto no quadro de intendentes (decr. n. 11.459); dá á Directoria do Serviço de Veterinaria (decr. n. 11.460); approva o dos postos zootechnicos federaes (decr. n. 11.461); approva o para o serviço das fabricas de productos animaes (decr. numero 11.462); approva o da Inspectoria Federal das Estradas (decr. n. 11.469); approva o para a Inspectoria de Obras contra as Seccas (decr. n. 11.474); dá ao Serviço de Algodão (decr. n. 11.475); dá á Directoria do Serviço de Estatistica (decr. n. 11.476); dá á Estação Central de Chimica Agricola (decr. n. 11.477); approva e manda executar o para as escolas de grumetes e de aprendizes marinheiros (decr. numero 11.479); dá ao Jardim Botânico (decr. n. 11.484); suspende o de terras devolutas da União (decr. n. 11.485); approva o para a venda de mercadorias mediante sorteio (clubs) e respectiva fiscalização (decr. n. 11.492); approva o para a cobrança e fiscalização do imposto de transporte (decr. n. 11.493); dá ao corpo de praticos dos rios da Prata, Baixo Paraná e Paraguay (decr. n. 11.496); approva e manda executar o das capitánias de portos (decr. n. 11.505); approva o para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo (decr. n. 11.511); approva o para a Repartição de Aguas e Obras Publicas (decr. n. 11.515); approva e manda executar o para a Escola Naval de Guerra (decr. n. 11.517); approva o para a Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 11.520); approva o para a arrecadação das taxas de consumo de agua no Districto Federal (decr. n. 11.521); approva o para a Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes (decr. n. 11.526); approva o para a cobrança do sello sobre as facturas ou contas assignadas (decr. n. 11.527); approva o para os grandes commandos, commandos de brigada e de circumscripção militar (decr. n. 11.540); approva o para as inspecções de armas ou de serviços do Exército (decr. numero 11.541); dá para o serviço technico e analytico da Armada (decr. n. 11.550); approva o para a Inspectoria de Esgotos da Capital Federal (decr. n. 11.565); altera os arts. 10, 28 e 40 dos approvados pelos decretos ns. 9.196, 8.835 e 10.821, de 1911 e 1914 (decr. n. 11.569); approva o para importação e transporte de animaes reprodutores (decr. n. 11.579); manda executar o para o Corpo de Patrões-Móres da Armada (decr. n. 11.602); altera o da Escola militar, a que se refere os decretos ns. 10.198, de 1913, e 10.832, de 1914 (decr. n. 11.609); altera disposições do das capitánias de portos (decr. n. 11.623); dá ao Instituto Nacional de Musica (decr. n. 11.748); dá á Escola Nacional de



Bellas Artes (decr. n. 11.749); approva e manda executar o para o serviço de Fazenda da Armada (decr. n. 11.775); approva o para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo (decr. n. 11.807); approva o das caixas economicas (decr. n. 11.820); dá ao Corpo de Commissarios da Armada (decr. n. 11.838); dá á Imprensa Naval (decr. n. 11.839); dá ao Corpo de Marinheiros Nacionais (decr. n. 11.840); approva para o gabinete, Directorias do Expediente, da Contabilidade, departamentos e Intendencia, no Ministerio da Guerra (decr. n. 11.583 A); approva o complemento do de tiro para a artilharia de campanha (decr. n. 11.854); revoga o baixado com o decreto n. 10.527, de 1915 (decr. numero 11.856); approva o para execução do art. 14 da lei n. 3.089, de 1915 (decr. n. 11.895); dá ao Museu Nacional (decr. n. 11.896); altera artigos do da Escola Militar (decr. n. 11.912); dá para a cobrança do imposto sobre subsidios, vencimentos, etc. (decr. n. 11.914); corrige uma omissão no decreto n. 11.914, de 1916 (decr. n. 11.922); approva o para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo (decr. n. 11.951); substitue diversos artigos do approved pelo decreto n. 11.526, de 1915 (decr. n. 11.960); approva o de tiro das metralhadoras (decr. n. 11.981); dá novo ao Serviço de Agricultura Pratica (decr. n. 11.998); crea o para a instrucção e serviços geraes nos corpos de tropa (decr. n. 12.008); baixa para a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria (decr. n. 12.012); dá á Brigada Policial do Districto Federal (decr. n. 12.014); dá á Inspectoria Geral de Illuminação (decr. n. 12.020); dá á Escola de Machinistas Auxiliares (decr. n. 12.023); approva o para a fabricação de manteiga, sua fiscalização e defesa commercial (decr. n. 12.025); approva o para as companhias regionaes (decr. n. 12.077); altera o approved pelo decreto n. 6.947, de 1908 (decr. n. 12.080); approva o para o concurso de auditores de guerra e de marinha (decr. n. 12.095); altera os artigos 12 e 18 do da Escola Militar (decr. n. 12.141); altera o quadro do pessoal constante do approved pelo decreto n. 11.515, de 1915 (decr. n. 12.186); dá provisorio para instrucção e aproveitamento da reserva naval (decr. n. 12.188); dá para execução da lei n. 3.139, de 1916, sobre alistamento eleitoral (decr. n. 12.193); altera o art. 61 do dos Correios (decr. n. 12.250); dá á Inspectoria Federal de Vição Maritima e Fluvial (decr. n. 12.293); dá á Caixa de Pensões da Directoria Geral de Saude Publica (decr. n. 12.302); manda executar o para a defesa minada (decr. n. 12.310); approva o do Corpo de Machinistas Auxiliares (decr. n. 12.324); dá para o serviço de repressão do contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul e na fóz do Iguaçu (decr. n. 12.328); dá á Inspectoria de Obras contra as Seccas (decr. n. 12.330); approva as alterações feitas no baixado com o decreto n. 11.951, de 1916 (decr. n. 12.351); altera o que baixou com o decreto n. 12.012, de 1916 (decr. n. 12.354); dá para as forças regionaes do territorio do Acre (decr. n. 12.357); approva o da Escola de Aviação Naval (decr. n. 12.364); dá para o serviço de encomendas postaes internacionaes (decr. n. 12.374); dá para a cobrança dos impostos do sello de fiscalização e de sorteios, a que estão sujeitas as companhias de seguros (decr. n. 12.380); modifica artigos do em vigor para os collegios militares

(decr. n. 12.387); dá para execução do decreto legislativo n. 3.206, de 1916 (decr. n. 12.395); approva diversas modificações do a que se refere o decreto n. 11.460, de 1915 (decr. n. 12.408); approva o da Escola de Submersíveis (decr. n. 12.409); corrige disposições do que baixou com o decreto n. 12.328, de 1916 (decr. n. 12.419); approva o para o lançamento e cobrança da taxa de saneamento na Capital Federal (decr. n. 12.428); approva para a arrecadação e fiscalização do imposto sobre os juros de creditos com empréstimos garantidos por hypothecas convencionaes ou anticrese, etc. (decr. n. 12.437); approva o para venda de mercadorias e immoveis e para a distribuição de premios mediante sorteios (decr. n. 12.475); approva o da Inspectoria Federal das Estradas (decr. n. 12.490); dá para o 1º districto de artilharia de costa (decr. n. 12.502); dá á Caixa Beneficente da Guarda Civil (decr. n. 12.572); approva o para a Caixa de Pensões dos Operarios da Casa da Moeda (decr. n. 12.679); approva o para a Caixa de Pensões dos Operarios da Imprensa Nacional (decr. n. 12.681); amplia as attribuições militares da Inspectoria de Portos e Costas, a que se refere o baixado com o decreto n. 6.846, de 1908 (decr. n. 12.699); approva o da Directoria Geral do Tiro de Guerra (decr. n. 12.708); approva o de exercicio para artilharia de campanha (decr. n. 12.754); dá ao Corpo de Patrões-Móres da Armada (decr. n. 12.855); approva o para a Inspectoria de Esgotos da Capital Federal (decr. n. 12.864); approva o para o lançamento e cobrança da taxa de saneamento (decr. n. 12.866); approva o do Gabinete Photographico do Estado-Maior do Exercito (decr. n. 12.876); approva o do Instituto de Chimica (decr. n. 12.914); approva o para o corpo de officiaes da reserva da 1ª linha (decr. n. 12.923); dá á Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria (decr. n. 12.927); altera o da Escola Naval de Guerra (decr. n. 12.937); approva o para os collegios militares (decr. n. 12.956); modifica o do Instituto Nacional de Musica (decr. n. 12.958); modifica o actual da Escola Naval (decr. n. 12.965); approva o para a Escola Militar (decr. n. 12.977); dá á Secretaria de Estado das Relações Exteriores (decr. n. 12.997); altera o de exercicios para artilharia de campanha (decr. n. 13.023); approva o do Stud-Book Nacional, a cargo da commissão central dos criadores do cavallo de puro sangue (decr. n. 13.038); approva o para a arrecadação e fiscalização do imposto de 5 % sobre dividendos e juros de obrigações ou *debentures* (decr. n. 13.051); approva o para o serviço de campanha (decr. n. 13.059); dá ás escolas de aprendizes artifices (decr. numero 13.064); baixa para o patronato Agricola de Caxambú (decr. n. 13.070); confia ao Estado de S. Paulo a execução das disposições contidas no capitulo VI do adoptado pelo decreto n. 11.998, de 1916, e das constantes do decreto numero 12.957, de 1918 (decr. n. 13.094); revoga o art. 5º, primeira parte, do approvado pelo decreto n. 9.048, de 1911 (decr. n. 13.095); approva o para o quadro de amanuenses do Exercito (decr. n. 13.134); approva o de exercicios de artilharia de montanha (decr. n. 13.181); altera o de exercicios para artilharia de campanha (decr. n. 13.182); dá ao Commissariado da Alimentação Publica (decr. n. 13.193); confia ao governo do Estado de S. Paulo a execução das

disposições contidas no approved pelo decreto n. 11.460, de 1915 (decr. n. 13.219); altera os arts. 42 e 44 do approved pelo decreto n. 12.708, de 1917 (decr. n. 13.228); approva o que altera a organização do Thesouro (decr. numero 13.248); approva o para o Departamento da Segunda Linha (decr. n. 13.352); approva o de manobras do Exército (decr. n. 13.400); regula as nomeações a que se refere o art. 450 do approved pelo decreto n. 11.520, de 1915 (decr. n. 13.421); approva as alterações a se introduzirem no para exercicios de artilharia de campanha (decr. numero 13.431); approva o para execução do art. 1º do decreto legislativo n. 3.565, de 1918 (decr. n. 13.432); dá para a organização de conselhos de guerra permanentes para julgamento de praças de pret da Armada (decr. n. 13.447); approva o para a Directoria Geral de Contabilidade da Guerra (decr. n. 13.470); approva e manda executar o para os conselhos economicos dos navios, corpos e estabelecimentos navaes (decr. n. 13.477); approva as alterações no para a instrução e serviços geraes nos corpos de tropa do Exército (decr. n. 13.480); approva o para execução da lei n. 3.724, de 1919 (decr. n. 13.498); approva o de equitação (decr. n. 13.510); approva o de tiro para a artilharia de campanha (decr. n. 13.535); approva o de gymnastica para a infantaria e tropas a pé (decr. n. 13.536); approva o para a Inspectoria de Esgotos da Capital Federal (decr. n. 13.541); approva o para o Lloyd Brasileiro (decr. n. 13.549); approva o para a arrecadação e emprego das rendas da Fazenda de Sapopemba e da Villa Militar (decr. n. 13.554); approva o para a Escola Militar (decr. n. 13.574); altera o para instrução e serviços geraes nos corpos de tropa do Exército (decr. n. 13.664); altera o de exercicios de artilharia (decr. n. 13.665); dá á Secretaria de Estado das Relações Exteriores (decr. n. 13.670); approva o para o manejo e emprego das armas brancas de cavallaria (decr. n. 13.684); approva o para a Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas (decr. n. 13.687); approva o para a Inspectoria Federal das Estradas (decr. n. 13.688); dá aos patronatos agricolas (decr. n. 13.706); dá nova redacção aos arts. 70, § 1º, letra b, e 116, § 2º, do de transportes, approved pelo decreto n. 10.024, de 1913 (decr. n. 13.719); approva o para execução do decreto n. 13.451, de 1919, na parte referente aos cursos de estado-maior e de revisão (decr. n. 13.752); approva o de continencias, signaes de respeito e honras militares (decr. n. 13.753); altera o art. 50, paragrapho unico, do approved pelo decreto n. 12.708, de 1917 (decr. n. 13.754); approva o de tiro de infantaria, segunda edição (decr. n. 13.755); altera o approved pelo decreto n. 12.923, de 1918 (decr. n. 13.823); altera o paragrapho unico do art. 61 do da Escola Militar (decr. n. 13.855); altera diversos artigos de approved pelo decreto n. 12.790, de 1918 (decr. n. 13.866); modifica o do Tribunal de Contas (decr. n. 13.868); approva o da Guarda Civil e da Policia do Districto Federal (decr. n. 13.878); approva o § 2º do art. 68 do para instrução e serviços geraes nos corpos de tropa do Exército (decr. numero 13.913); approva o da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas (decr. n. 13.939); dá aos serviços da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 13.940); approva o para execução da lei n. 4.017, de 1920 (decr.



n. 14.026); approva o da Superintendencia do Abastecimento (decr. n. 14.027); approva o sobre facturas consulares (decr. n. 14.039); altera artigos do da Escola de Minas de Ouro Preto (decr. n. 14.045); approva o da Inspectoria Federal de Navegação (decr. n. 14.050); altera os decretos ns. 7.009 e 12.324, de 1908 e 1916 (decr. n. 14.054); dá á Secretaria de Estado das Relações Exteriores (decr. n. 14.056); dá ao Corpo Diplomatico brasileiro (decr. n. 14.057); dá ao Corpo Consular brasileiro (decr. n. 14.058); dá ao Gabinete de Identificação e Estatistica da Policia (decr. n. 14.078); dá á Inspectoria de Investigação e Segurança Publica (decr. n. 14.079); approva o para instrucção e serviços geraes nos corpos de tropa do Exercito, segunda edição (decr. n. 14.085); approva o para a caixa especial das obras de irrigação de terras cultivaveis no Nordéste brasileiro (decr. n. 14.102); approva o da Directoria Geral do Tiro de Guerra, segunda edição (decr. n. 14.104); dá á Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria (decr. n. 14.120); approva o para a Escola de Aviação Militar (decr. n. 14.121 A); dá á Escola Naval (decr. n. 14.127); approva o para a Escola do Estado-Maior do Exercito (decr. n. 14.130); approva o para a Escola de Aperfeiçoamento de Officiaes (decr. numero 14.131); approva o para os conselhos de guerra permanentes das praças de pret do Exercito (decr. n. 14.137); torna extensivas á Armada as disposições sobre honras funebres em vigor no Exercito (decr. n. 14.161); dá aos serviços da Recbedoria do Districto Federal (decr. n. 14.162); approva dispositivos do em vigor para os collegios militares (decr. n. 14.176); approva o para execução da lei n. 3.508, de 1918, que define e pune a falsificação dos adubos chimicos (decr. n. 14.177); approva e manda executar o para os uniformes dos officiaes do Corpo da Armada e classes annexas (decr. n. 14.180); dá ao Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas (decr. n. 14.184); dá para execução do decreto legislativo n. 3.987, de 1920 (decr. n. 14.189); corrige o que baixou com o decreto n. 14.162, de 1920 (decr. n. 14.195); prorroga até 1 de agosto de 1920 o praso para execução do approved pelo decreto n. 14.189, de 1920 (decr. n. 14.227); approva o para a Escola de Veterinaria do Exercito (decr. n. 14.229); approva o para execução do decreto legislativo n. 4.018, de 1920, referente a promoções na Armada (decr. n. 14.250); dá para a arrecadação e fiscalização dos impostos sobre a renda (decr. n. 14.263); altera o art. 23 do da Escola de Aperfeiçoamento de Officiaes (decr. n. 14.265); approva o para o Campo de Instrucção de Gericinó (decr. n. 14.273); prorroga a execução do approved pelo decreto n. 14.189, de 1920 (decr. n. 14.282); approva o das attribuições e dos deveres dos addidos commerciaes (decr. n. 14.284); dá para a administração dos patrimonios dos estabelecimentos a cargo do Ministerio da Justiça (decr. n. 14.288); approva o para o Serviço de Sementeiras (decr. n. 14.325); approva o da Escola de Sargentos de Infantaria (decr. n. 14.331); approva o para a cobrança e fiscalização do imposto do sello (decr. n. 14.339); approva o para o Departamento Nacional de Saude Publica (decr. n. 14.354); approva o para a cobrança e fiscalização do sello sanitario (decr. n. 14.355); approva o do Institute Biologico de Defesa Agricola (decr. n. 14.356); dá ao Ser-

viço de Expurgo e Beneficiamento de Cereaes (decr. numero 14.377); approva o para direcção das grandes unidades (decr. n. 14.384); approva o para o serviço de intendencia de guerra (decr. n. 14.385); approva dispositivos do em vigor para a Escola de Sargentos de Infantaria (decr. numero 14.396); approva o para o serviço militar (decr. n. 14.397); altera o da Directoria Geral do Tiro de Guerra, segunda edição (decr. n. 14.421); altera o da Escola de Aviação Militar (decr. n. 14.444); approva o provisorio de exercicio para a artilharia (decr. n. 14.446); modifica alguns artigos do do Departamento Nacional de Saude Publica (decr. n. 14.471); approva o para o Estado-Maior do Exercito (decr. n. 14.484); dá á Escola de Minas (decr. numero 14.486); altera o approved pelo decreto n. 12.923, de 1918 (decr. n. 14.493); approva o para a Policia Militar do Districto Federal (decr. n. 14.508); modifica o art. 41 do da Directoria Geral do Tiro de Guerra, segunda edição (decr. n. 14.525); dá ás casas de diversões e espectaculos publicos (decr. n. 14.529); approva o do Serviço de Remonta (decr. n. 14.533); altera o art. 16 do da Escola de Estado-Maior do Exercito (decr. n. 14.542); approva a primeira parte do para os exercicios e o combate de infantaria (decr. n. 14.543); dá á Escola de Aviação Naval (decr. n. 14.551); modifica o quadro do approved pelo decreto n. 14.121, de 1920 (decr. n. 14.574); altera o art. 54 do que baixou com o decreto n. 14.085, de 1920 (decr. numero 14.585); approva o para o serviço de fiscalização das companhias de seguros (decr. n. 14.593) — Ver ACCÓRDOS — CAPITANIAS — COLLEGIOS — CURSOS — DECRETOS — ESTAÇÕES — EXERCITO — FACTURAS — IMPOSTOS — INSPECTORIAS — INSTRUCCÕES — JUSTIÇA — LEILÕES — LEIS — NUCLEOS — POSTOS — PROCURADORIA — RECNSEAMENTO — SECRETARIA — SERVIÇOS — TABELLAS — TRIBUNAL — UNIFORMES.

REINO — Ver RECONHECIMENTO.

RELAÇÕES EXTERIORES — Ver AGENCIAS.

REMESSA — Ver EXPORTAÇÃO.

REMODELAÇÃO — Ver EXERCITO.

REMUNERAÇÃO — Ver FUNCIONARIOS.

RENDA — Ver REGULAMENTOS.

RENUNCIA — Ver CONVENÇÕES.

REORGANIZAÇÃO — Ver BRIGADAS — COMMISSÕES — CREDITOS — DENOMINAÇÕES — DIRECTORIAS — ENSINO — INSTITUTOS — JUSTIÇA — POSTOS — PROCURADORIA — QUADROS — REGULAMENTOS — REPARTIÇÕES — SERVIÇOS — TERRITORIO — TRIBUNAL.

REPARTIÇÕES — Dá nova organização a algumas de Marinha (decr. n. 9.169 A); approva o projecto e orçamento para a construcção do edificio destinado á dos Telegraphos em Bello Horizonte (decr. n. 13.716); approva a planta da área destinada á construcção de um edificio para a dos Correios e Telegraphos na capital da Parahyba (decr. n. 14.225); approva o projecto e orçamento para a construcção do edificio para a dos Correios e Telegraphos na capital da Parahyba (decr. numero 14.264); approva o projecto e orçamento para a construcção do edificio destinado á dos Correios e Telegraphos na capital de S. Paulo (decr. n. 14.418) — Ver REGULAMENTOS.

REPRESENTAÇÃO — Ver CREDITOS.

REPRESSÃO — Ver REGULAMENTOS.

REPRODUCTORES — Ver TRANSPORTE.

REPUBLICAS — Ver RECONHECIMENTO.

REQUISIÇÃO — Ver COMPETENCIA — MATERIAL — VEHICULOS.

RESCISÃO — Ver CONTRACTOS.

RESEGURO — Permite, enquanto durar o estado de guerra, que as companhias nacionaes realizem o de parte dos riscos assumidos em companhias de seguros de nações alliadas (decr. n. 12.755).

RESERVA — Crea a florestal no territorio do Acre (decr. n. 8.843); altera o decreto n. 3.922, sobre situação de dos navios da Armada (decr. n. 9.241). — Ver OFFICIAES — REGULAMENTOS.

RESERVISTAS — Ver UNIFORMES.

RESGATE — Ver DATA — ESTRADA DE FERRO — LEIS — PRASO.

RESOLUÇÕES — Promulga a concernente á Estrada de Ferro Pan-Americana, formada no Rio de Janeiro a 23 de agosto de 1906 (decr. n. 9.191); approva a da assembléa geral extraordinaria da Mutualidade Geral, creando a caixa predial (decr. n. 9.373); approva a tomada pela assembléa geral extraordinaria da Companhia de Seguros Terrestres e Maritimos Confiança (decr. n. 14.231). Ver CAIXAS — COMPANHIAS — CONFERENCIAS — CONVENÇÕES — SOCIEDADES.

RESPONSABILIDADE — Exonera o thesoureiro do Thesouro Nacional da no desdobramento de uma cautela falsa de réis 100:000\$ (decr. n. 13.672). — Ver MACHINISTAS — MECANICOS.

RESTABELECIMENTO — Ver MONTEPIO — MONTES DE SOCORRO — QUADROS — REGULAMENTOS — UNIFORMES.

RESTITUIÇÃO — Ver CREDITOS.

REUNIÃO — Ver ESCOLAS.

REVALIDAÇÃO — Ver AUTORIZAÇÃO — CONCESSÕES — PRIVILEGIOS.

REVERSÃO — Ver ILHAS — QUADROS.

REVISÃO — Ver CONTRACTOS — ESTRADAS DE FERRO — ESTUDOS.

REVOCACÃO — Ver REGULAMENTOS.

RIOS — Ver BARRAS — CANAES — CREDITOS — INSTALAÇÕES — LICENÇAS — OBRAS — REGULAMENTOS — SANEAMENTO — SERVIÇOS.

RISCOS — Ver RESEGURO.

ROTULOS — Dá regulamento para execução do art. 4º da lei n. 2.321, de 1910, sobre obrigação da applicação em mercadorias sujeitas ao imposto de consumo (decr. n. 8.911); prorroga os prazos marcados pelo decreto n. 8.911 (decr. n. 9.090). — Ver REGULAMENTOS.



## S

SALDO — Ver CREDITOS.

SANEAMENTO — Approva o projecto e orçamento para os trabalhos de da bacia do rio Estrella, na baixada do Estado do Rio de Janeiro (decr. n. 9.849); approva a planta e o orçamento dos trabalhos finaes do da parte Norte da baixada fluminense, entre as bacias dos rios Estrella, Iriry e Surahy (decr. n. 10.753); approva o projecto e o orçamento para melhoramento do rio Tambicú e do canal do Furado para o da baixada fluminense (decr. n. 11.932); autoriza o accôrdo com o Estado do Rio de Janeiro para a continuação das obras do da baixada fluminense (decr. n. 13.698). — Ver COMMISSÕES — MATERIAL — REGULAMENTOS — SERVIÇOS.

SARGENTOS — Ver QUADROS — REGULAMENTOS — TABELLAS.

SAUDE PUBLICA — Ver REGULAMENTOS.

SECRETARIA — Colloca sob a jurisdição da de Estado da Agricultura as estações de experimentação de Escada, Bahia e Campos, a estação de pomicultura de Deodoro e os campos de demonstração do Espirito Santo, Rezende e Itajahy (decr. n. 14.246). — Ver REGULAMENTOS.

SÉDE — Ver- CAPITANIAS — CIRCUMSCRIPÇÕES — ESCOLAS.

SEGUNDA LINHA — Ver EXERCITO — REGULAMENTOS.

SEGUROS — Autoriza a Companhia Lloyd Paraense a operar nos sobre a vida e accidentes (decr. n. 8.681); — Ver ACCIDENTES — AUTORIZAÇÃO — COMMISSÕES — FISCALIZAÇÃO — REGULAMENTOS — RESEGURO.

SELLO — Ver REGULAMENTOS.

SEMENTES — Estabelece medidas no sentido de evitar a importação do estrangeiro e a circulação no paiz das de algodão não submettidas a expurgo (decr. n. 12.957). — Ver FAZENDA — SERVIÇOS — TAXAS — TRANSPORTE.

SEPARAÇÃO — Ver LEGAÇÕES — MATERIAL.

SERVIÇOS — Approva a planta das modificações necessarias para facilidade dos no cáes do porto da Bahia (decr. numero 8.750); approva algumas modificações no plano geral dos das obras de melhoramento a que se refere o decreto numero 8.750, de 1911 (decr. n. 9.025 A); reorganiza os da policia sanitaria e de prophylaxia nos portos da Republica (decr. n. 9.157); reorganiza o de Informações e Bibliotheca (decr. n. 9.195); dá novas instruções para o de collectorias federaes (decr. n. 9.285); approva a planta geral dos de desobstrucção e limpeza dos rios Suruhy, Suruhy-Mirim e Magé (decr. n. 10.112); approva o projecto e o orçamento dos da limpeza e desobstrucção do rio Merity (decr. n. 10.194); approva a planta e o orçamento para os de desobstrucção e limpeza do Sarapuhy, (decr. n. 10.844); suspende temporariamente os de emissão e pagamentos de vales postaes internacionais, cartas e caixas com valor declarado para o exterior e o de expedição de encommendas postaes para os diversos paizes da Europa pelas repartições dos Correios (decr. nu-

mero 11.065); approva o projecto e o orçamento para os de limpeza e desobstrucção dos rios Macacú, Guapy e Guaxindiba (decr. n. 11.115); approva o projecto e o orçamento para a execução de nos rios Sarapuí e Iguassú (decr. numero 11.239); approva o projecto e o orçamento de regularização do da parte inferior do rio Magé-Velho (decr. numero 11.269); approva o projecto e o orçamento para o de limpeza e desobstrucção do rio Iguassú e todos os seus tributarios (decr. n. 11.297); crea o de Algodão (decr. n. 11.475); reorganiza o de Informações e Divulgação (decr. n. 11.509); reorganiza o de Inspeção e Defesa Agricolas (decr. numero 11.519); crea o tecnico analytico da Armada (decr. numero 11.550); dá regulamento para o militar (decr. n. 12.790); crea o da quinina official, prophylatico da malaria inicial ao dos medicamentos do Estado (decr. n. 13.000); dispõe sobre organização das commissões de medicos e auxiliares para o de prophylaxia rural (decr. n. 13.001); addita providencias aos decretos ns. 13.000 e 13.0001, de 1918 (decr. n. 13.055); approva o regulamento interno e a tarifa para o de emissão de conhecimentos de depositos e *warrants* pela «Manáos Harbour, Limited» (decr. n. 13.116); modifica e amplia os decretos ns. 13.001 e 13.055, de 1918 (decr. n. 13.139); modifica e amplia os decretos ns. 13.001 e 13.055, de 1918 (decr. numero 13.159); concede permissão aos engenheiro João Teixeira Soares e Antonio Rossi para organizarem, montarem e eustcarem o de viação e transporte por aeroplanos, ligando cidades do Brasil (decr. n. 13.244); transfere para o Ministerio da Viação os do Lloyd Brasileiro (decr. n. 13.420); reorganiza o de prophylaxia rural (decr. n. 13.538); concede permissão a Davidson, Pullen & Comp. para fundarem e explorarem um de communicações aereas entre os diversos pontos da Republica e entre estes e o estrangeiro (decr. n. 13.566); revoga o decreto n. 11.065, de 1914 (decr. n. 13.668); prorroga o praso a que se refere o decreto n. 13.116, de 1919 (decr. n. 13.726); transfere do Ministerio da Agricultura para o da Marinha os sobre a pesca (decr. n. 14.086); crea o de Algodão (decr. n. 14.117); crea o de Sementeiras (decr. n. 14.325); rectifica o regulamento approved pelo decreto n. 14.117, de 1920 (decr. n. 14.333); transfere para o Ministerio da Justiça os a cargo da Inspectoria de Esgotos da Capital Federal (decr. n. 14.376); crea o de Expurgo e Beneficiamento de Cereaes (decr. n. 14.377); prorroga por mais um anno o praso da concessão dada pelo decreto n. 13.116 (decr. n. 14.382). — Ver ARMAS — CAPATAZIAS — CENTROS — COMPANHIAS — CONCESSÕES — CONTRACTOS — EMISSÃO. — ENFERMIARIAS — ESCADAS — ESGOTOS — EXERCITO — INSPECÇÃO — INSTRUCÇÕES — ORDENANÇA — POSTOS — PRASO — RESENSEAMENTO — REGULAMENTOS — TABELLAS — TELEGRAMMAS — VAPORES.

SERICULTURA — Ver CREDITOS.

SERINGUEIRA — Ver ESTAÇÕES.

SIDERURGIA — Ver FAVORES.

SIGNAES — Ver CREDITOS.

SITIO — Ver ESTADO DE SITIO — PRASO.

SITUAÇÃO — Ver NAVIOS.

SOBRESALENTEs — Ver ISENÇÕES.

SOCIEDADES — Altera a clausula II do decreto n. 10.044, de 1913 (decr. n. 10.588); approva a reorganização da Caixa Geral das Famílias como anonyma e os respectivos estatutos (decr. n. 9.639); permite que a Reserva do Futuro passe a operar sob a fórma anonyma (decr. n. 10.339); approva as deliberações tomadas em assembléas geraes da Anonyma de Peculios A Família (decr. n. 10.668); approva a resolução da assembléa geral extraordinaria da de Seguros A Mundial (decr. n. 10.705); approva as resoluções da assembléa geral extraordinaria da Mutua de Peculios A Felicidade (decr. numero 10.706); approva a resolução da assembléa geral e extraordinaria de 9 de março de 1912 da de Seguros Terrestres e Marítimos Commercial (decr. n. 10.746); approva as resoluções da assembléa geral e extraordinaria da Mutualidade Geral, realizada em 18 de julho de 1913) (decr. n. 10.747); approva a resolução da Mutua de Peculios A Fraternal (decr. n. 10.769); approva a resolução da assembléa geral extraordinaria da Mutua Central, realizada em 19 de abril de 1914 (decr. n. 10.934); approva as resoluções da assembléa geral da Mutua Alliança Mineira (decr. n. 11.175); approva a resolução de 1914, da Mutualidade Vitalicia dos Estados Unidos do Brasil (decr. n. 11.248); approva as resoluções da assembléa geral da Paulista de Seguros (decr. n. 11.593); approva as resoluções da assembléa geral extraordinaria Anonyma Zona da Matta, bem como a encampação da Anonyma de Seguros Garantia Mineira (decr. n. 11.667); approva a encampação pela de Seguros, Peculios e Rendas A Gaucha, da Mutua Rio Grandense (decr. n. 11.668); approva as resoluções tomadas na assembléa geral dos associados da Paulista de Dotes (decr. n. 11.732); approva a encampação, da Cosmopolita pela Minas Geraes (decr. n. 11.815); approva a resolução da assembléa geral extraordinaria da de Seguros A Mundial (decr. numero 11.901); approva a encampação da Anonyma de Peculios «Sanatorium» pela Mutua Ribeirão Preto (decr. n. 11.937); approva a encampação da Garantia do Futuro pela de Peculios Minas Geraes (decr. n. 11.940); approva a encampação da de Peculios Bonificadora pela de Peculios Mutuos Minas Geraes (decr. n. 11.954); approva as resoluções da assembléa geral extraordinaria da de Seguros Interesse Publico (decr. n. 11.955); approva a encampação da Mutuaria Amparo das Famílias pela Minas Geraes (decr. n. 11.964); approva a operação realizada entre a Segurança da Família e a Amparadora (decr. n. 11.969); approva a operação realizada entre a Iris Paranaense e a Amparadora (decr. n. 11.970); approva a encampação da Garantia das Famílias pela Minas Geraes (decr. n. 11.977); extende, na vigencia do exercicio de 1916, a Auxiliadora dos Funcionarios do Correio Ambulante a concessão feita pelo decreto n. 2.124, de 1909 (decr. n. 11.997); approva a encampação da Mutua de Peculios Conservadora pela Rio de Janeiro (decr. n. 12.046); approva as resoluções da assembléa geral extraordinaria do Montepio da Família (decr. n. 12.048); approva as resoluções tomadas pela assembléa geral extraordinaria da de Peculios Mutuos Barbaçenense (decr. n. 12.069); approva a da Anonyma Nacional pela Anonyma da Zona da Matta (decr. n. 12.181); approva as resoluções tomadas pela de Peculios «Sanatorium» (decr. n. 12.190); approva as resoluções das assembléas geraes extraordinarias da Mutua de Peculios Thesouro da Família (decr. n. 12.200); approva a fusão das de Seguros Espírito



Santense e Alliança Mineira (decr. n. 12.226); approva as resoluções da assemblea geral extraordinaria da Auxilio das Familias (decr. n. 12.542); approva a fusão da Anonyma de Seguros Previsora com a Anonyma Previsora Rio Grandense (decr. n. 13.032); approva a encampação da de Seguros Mutuos sobre a Vida Garantia da Amazonia pela Anonyma Previsora Rio Grandense (decr. n. 14.379). Ver Accõs — ASSOCIAÇÕES — AUTORIZAÇÃO — CARACTER — COMPANHIAS — DECRETOS — ESTATUTOS — SUBVENÇÕES — TERRENOS — VENCIMENTOS.

SODA CAUSTICA — Ver FAVORES.

SORTE — Ver CONVENÇÕES.

SORTEIO — Ver JUNTAS — LEIS — REGULAMENTOS.

«STUD-BOOK — Ver REGULAMENTOS.

SUB-ADMINISTRAÇÃO — Ver AGENCIAS.

SUB-AGENCIA — Ver AUTORIZAÇÃO.

SUB-CONSIGNAÇÕES — Ver VERBAS.

SUB-SECRETARIO — Ver LOGARES.

SUBMERSIVEIS — Ver COMMANDOS — ESCOLAS.

SUBSIDIO — Ver REGULAMENTOS.

SUBSTITUIÇÕES — Ver DENOMINAÇÕES — LINHAS — QUADROS — REGULAMENTOS — TABELLAS.

SUBVENÇÕES — Concede á sociedade anonyma Lloyd Brasileiro a annual de 1.100:000\$ ouro, pelo praso de 18 annos (decr. n. 9.969); approva o regulamento para a concessão a associações (decr. n. 10.106). — Ver CONTRACTOS — CREDITOS — ESTRADA DE FERRO — ESTUDOS — REGULAMENTOS

SUCCURSAES — Ver AUTORIZAÇÃO — ESTATUTOS — FISCALIZAÇÃO — PRASO.

SUPERINTENDENCIA — Crea a do Abastecimento (decr. n. 14.027).

SUPPRESSÃO — Ver CADEIRAS — CARGOS — COMPANHIAS — CONSULADOS — LINHAS — LOGARES.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — Ver VENCIMENTOS.

SURDOS-MUDOS — Ver REGULAMENTOS.

SUSPENSÃO — Ver CONTRACTOS — EMISSÃO — ESCOLAS — ESTUDOS — ESTRADAS DE FERRO — FERIADOS — LEIS — REGULAMENTOS — SERVIÇOS — TROCO.

SYNDICATOS — Ver PREMIOS — REGULAMENTOS.

## T

TABELLAS — Do numero, classe e vencimentos do pessoal da Mesa de Rendas de Itacoatiara (decr. n. 8.758); approva a annexa ao regulamento approvado pelo decreto n. 7.666, de 1909, na parte relativa á distribuição de sargentos-amanuenses (decr. n. 9.149); publica a dos serviços de policia sani-

taria e prophylaxia nos portos da Republica (decr. n. 9.157); substitue a de vencimentos do pessoal do Jardim Botânico (decr. n. 10.692); approva a de vencimentos dos empregados da Caixa Economica de S. Paulo (decr. n. 12.243); publica o de ajudas de custo dos funcionarios diplomaticos e consulares (decr. n. 13.113); approva a dos vencimentos dos empregados da Caixa Economica do Rio Grande do Sul (decr. n. 13.300); approva a dos vencimentos dos empregados da Caixa Economica de S. Paulo (decr. n. 13.308); substitue a annexa ao decreto n. 12.886, de 1918 (decr. n. 13.493); approva a de vencimentos dos porteiros, continuos ou ajudantes do porteiro, servente e encaixotadores das repartições e estabelecimentos do Ministerio da Guerra (decr. n. 13.703). — **VER CAIXAS — CODIGOS — CONTRACTOS — EMOLUMENTOS — LEIS — OBRAS.**

**TABELLIONATOS** — Crea mais quatro de notas, na Capital Federal (decr. n. 10.014).

**TAIFAS** — **VER NAVIOS.**

**TANQUES** — **VER SERVIÇOS.**

**TARIFAS** — Approva alterações na annexa ao decreto numero 6.644, de 1907, para o serviço de armazens geraes da Companhia Docas de Santos (decr. n. 9.529); autoriza varias alterações nas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 9.546); estabelece novas bases nas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 10.286); autoriza a Companhia Estradas de Ferro Federaes — Rêde Sul-Mineira — a cobrar o adicional de 20 % sobre as actualmente em vigor (decr. n. 12.961); approva as bases nas para vigorarem na Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 13.877). — **VER REDE — REGULAMENTOS — SERVIÇOS.**

**TAXAS** — Eleva a 30 % a redução da referente á farinha de trigo (decr. n. 8.520); accêita a desistencia feita pela companhia «Port of Pará» das de seu contracto para sementes, machinas e instrumentos de agricultura remettidos á Inspectoria Agricola do Estado do Pará (decr. n. 8.930); eleva a 30 % a redução de referente á farinha de trigo (decr. n. 9.323); estabelece a de 2 % ouro, sobre o valor da importação realizada pela Alfandega de Parnahyba (decr. numero 10.150); estabelece a de 2 % ouro, sobre o valor da importação realizada pela Alfandega de Aracajú (decr. n. 10.252); trata da redução das de telegrammas (decr. n. 10.395); restabelece a de 2 % ouro, sobre o valor da importação realizada pela Alfandega do Pará (decr. n. 10.485); approva as instruções para a arrecadação das pela utilização do caes do Rio Grande (decr. n. 12.500); estabelece a de 0,7 %, ouro, sobre o valor official das mercadorias importadas pelas barras de portos nas quaes a União houver executado obras de melhoramentos (decr. n. 14.481); estabelece a de occupação de terrenos de marinha (decr. n. 14.595). — **VER CAIXAS — REGULAMENTOS.**

**TECHOS** — **VER EMPRETIMOS.**

**TELEGRAMMAS** — Autoriza o Ministerio da Viagem a crear um serviço de internacionaes preferidos (decr. n. 9.616); autoriza a «Amazon Telegraph Company, Limit», a estabelecer um serviço preterido para os particulares interiores (decr. n. 12.221). — **VER REPARTIÇÕES.**

TELEGRAPHIA — Ver PRASO.

TELEGRAPHOS — Ver NOMEAÇÕES.

TELEPHONE — Ver LINHAS.

TEMPO — Dispensa o de embarque para promoção dos officiaes do Corpo da Armada e classes annexas (decr. n. 9.446); suspende a execução do decreto n. 9.446, de 1912 (decr. n. 10.374). — Ver ANTIGUIDADE.

TENENTE — Ver POSTOS.

TERCEIROS OFFICIAES — Ver CONCURSOS.

TERRAS — Ver REGULAMENTOS.

TERRENOS — Concede, a titulo precario, um ao Instituto Halmemanniano do Brasil para fundação de um hospital para indigentes (decr. n. 11.473); approva a planta para a permula de entre a União e o Estado de Pernambuco (decr. n. 12.314); faz cessão dos em que se acha o horto fruticola da Penha á Sociedade Nacional de Agricultura (decr. n. 12.424); autoriza a, «Compagnie du Port de Rio Grande do Sul» a os vender e aforar no cães do porto do Rio Grande (decr. n. 12.492); cede a Pedro Victor de Carvalho, por aforamento, o necessario para o estabelecimento de um matadouro frigorifico (decr. n. 12.707); declara sem effeito o decreto n. 12.707, de 1917 (decr. n. 12.752); cede, por aforamento, a Pedro Victor de Carvalho, a que se referem os decretos ns. 12.707 e 12.752, o necessario para estabelecimento de um matadouro frigorifico no porto do Rio Grande do Sul (decr. n. 13.018); autoriza a «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul» a ceder á Companhia Swift do Brasil um trecho situado no porto do Rio Grande (decr. n. 13.019); dá regras para o aforamento dos de marinha e accrescidos (decr. n. 14.594); estabelece a cobrança da taxa de occupação dos de marinha (decr. n. 14.595); regula o arrendamento dos de mangue (decr. n. 14.596) — Ver CAES — COLONIAS — ESTRADAS DE FERRO — UTILIDADE.

TERRITORIO — Reorganiza a administração da justiça no do Acre (decr. n. 9.831); crea no do Acre a companhia regional de Tarauacá e estabelece o modo como se deverá constituir cada uma das companhias (decr. n. 9.998 A); divide o do Districto Federal em quatro zonas e fixa os seus limites para o funcionamento dos officios de registro de immoveis (decr. n. 12.588) — Ver ACCÓRDOS — CREDITOS — JUSTIÇA — LIMITES — REGIMENTO — REGULAMENTOS — REORGANIZAÇÃO — RESERVA.

THESOUREIRO — Ver RESPONSABILIDADE.

THEOURO — Ver BANCOS — PAGAMENTOS — REGULAMENTOS — RESPONSABILIDADE.

TIRO — Ver CREDITOS — REGULAMENTOS.

TITULOS — Ver EMISSÃO — REGISTRO.

TORPEDEIRO — Ver COMMANDOS.

TRABALHOS — Ver ACCIDENTES — CAES — ESCOLAS — PRASO — RESENSEAMENTO — SANEAMENTO.

TRABALHOS — Ver CAES — ESCOLAS — PRASO — REGENSEAMENTO.



TRAÇADOS — Ver ESTRADAS DE FERRO.

TRAFEÇO — Ver RÊDE.

TRANSFERENCIA — Ver BANCOS — CABOS — CAPITANIAS — COMMISSARIADO — COMPANHIAS — CONCESSÕES — CONTRACTOS — ENTREPOSTO — ESCOLAS — ESTAÇÕES — ESTRADAS DE FERRO — FABRICAS — GUARDA NACIONAL — ILHAS — INSTITUTOS — LAZARETO — MESAS DE RENDAS OFFICIAES — PARADAS — PONTES — SERVIÇOS — VAPORES.

TRANSFORMAÇÃO — Ver AGENCIAS — AUTORIZAÇÃO.

TRANSMISSÃO — Ver LINHAS.

TRANSPORTE — Autoriza a conceder para reproductores de raça, plantas, sementes, adubos e material agrícola (decr. n. 12.890); revoga o decreto n. 12.734, de 1917 (decr. n. 13.521); permite que para o de mercadorias entre os portos da Republica possam ser aproveitados os navios estrangeiros durante o estado de guerra (decr. n. 12.734) — Ver APPARELHOS — LINHAS — REGULAMENTOS.

TRATADOS — Promulga o de commercio e navegação fluvial entre o Brasil e a Bolivia, assignado no Rio de Janeiro a 12 de agosto de 1910 (decr. n. 8.891); promulga o geral de arbitramento entre o Brasil e o Perú, assignado em Petropolis a 7 de dezembro de 1909 (decr. n. 9.392); publica a denuncia do de extradição de criminosos, assignado no Rio de Janeiro a 4 de maio de 1907, entre o Brasil e o Chile (decr. n. 10.127); denuncia o de extradição de criminosos, assignado em Assumpção a 16 de janeiro de 1872, entre o Brasil e o Paraguay (decr. n. 10.151); publica a denuncia do de extradição de criminosos, assignado no Rio de Janeiro entre o Brasil e os Estados Unidos, em 14 de maio de 1897, e os protocolos annexos (decr. n. 10.355); promulga a de arbitramento entre o Brasil e a Bolivia, assignado em Petropolis a 25 de junho de 1909 (decr. n. 10.371) publica a denuncia do de extradição de criminosos, assignado no Rio de Janeiro a 13 de novembro de 1872, entre o Brasil e a Grã Bretanha (decr. n. 10.448); publica a denuncia do de extradição de criminosos, assignado no Rio de Janeiro em 17 de setembro de 1877, entre o Brasil e a Allemanha (decr. n. 10.449); publica a denuncia do de extradição de criminosos, assignado no Rio de Janeiro em 16 de março de 1872, entre o Brasil e a Hespanha (decr. n. 10.758); publica a denuncia do de extradição de criminosos, assignado no Rio de Janeiro em 10 de junho de 1872, entre o Brasil e Portugal (decr. n. 10.759); publica a denuncia do de extradição de criminosos entre o Brasil e a Belgica (decr. n. 10.820); publica a denuncia do de extradição de criminosos entre o Brasil e a Italia, assignado no Rio de Janeiro em 12 de novembro de 1872 (decr. n. 10.846); publica a denuncia da convenção de extradição, assignada no Rio de Janeiro, entre o Brasil e a Austria-Hungria, em 21 de maio de 1883 (decr. n. 10.847); promulga o assignado em Washington a 24 de julho de 1914 para o arranjo amigavel de qualquer dificuldade que se possa suscitar entre o Brasil e os Estados Unidos (decr. n. 12.295); promulga o de extradição de criminosos entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignado no Rio de Janeiro a 27 de dezembro de 1916 (decr. n. 13.414); promulga o para a fixação e liquidação da divida do Uruguay, assignado no Rio de Janeiro a 22 de julho de

1918 (decr. n. 13.658); promulga o de Paz entre os paizes alliados, associados, e o Brasil e a Allemanha assignado em Versailles em 28 de junho de 1919 (decr. n. 13.990) — Ver ACCÓRDOS — CONVENÇÕES.

TRECHOS — Ver CAES — LINHAS.

TRIANGULO — Ver ESTAÇÕES.

TRIBUNAL — Reorganiza o de Contas (decr. n. 13.247); modifica o regulamento do de Contas (decr. n. 13.868) — Ver REGIMENTO — REGULAMENTO.

TRIGO — Ver CAMPOS — PREMIOS.

TROCO — Determina que continue suspenso, até 31 de dezembro de 1917, o por ouro das notas da Caixa de Conversão (decr. n. 12.322); determina que continue suspenso, até 31 de dezembro de 1919, o por ouro das notas da Caixa de Conversão (decr. n. 12.735); prorroga por dous annos o prazo fixado no art. 1º do decreto n. 12.735, de 1917 (decr. n. 13.960);

TROPAS — Ver INSTRUÇÕES — QUADROS — REGULAMENTOS.

TUNNEL — Approva o projecto e o orçamento de um atravessando o morro da Saude e ligando as linhas ferreas do caes do porto e as da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 13.802) — Ver ESTRADAS DE FERRO — RÉDE.

TYPOGRAPHIA — Ver DIRECTORIAS — INSTRUÇÕES.

## U

UNIÃO DOS TRABALHADORES — Ver ASSOCIAÇÕES.

UNIDADES — Ver EXERCITO — QUADROS.

UNIFORMES — Estabelece alterações no plano dos dos alumnos do Collegio Militar (decr. n. 8.521); modifica o plano dos do Exercito, na parte relativa aos aspirantes a official (decr. n. 8.533); altera o plano dos da Força Policial do Districto Federal (decr. n. 8.539); altera o plano dos para o Exercito na parte relativa ás passadeiras para os primeiros e segundos officiaes do Estado Maior do Exercito (decreto n. 8.801); altera o plano dos da Guarda Nacional (decr. numero 9.066); estabelece novas alterações no plano dos do Exercito (decr. n. 9.409); estabelece alterações no plano dos do Exercito (decr. n. 9.595); estabelece alterações no plano dos do Exercito (decr. n. 9.624); approva o plano dos para officiaes e praças da Brigada Policial do Districto Federal (decr. n. 9.729); estabelece alteração no plano dos do Exercito (decr. n. 9.847); manda adoptar especiaes para o Corpo Consular (decr. n. 10.370); altera o plano dos para o Exercito (decr. n. 10.390); estabelece alterações no plano dos dos alumnos dos collegios militares (decr. numero 10.400); altera os planos dos do Exercito (decr. n. 10.527); manda executar o plano dos para os presos de marinha, recolhidos a presidio militar (decr. n. 10.552); approva e manda adoptar o plano dos para uso dos mestres do Corpo de Officiaes, Inferiores da Armada (decr. n. 10.745); restabelece o do Corpo Consular (decr. n. 10.901); altera em parte o plano dos do Exercito (decr. n. 11.166); estabelece alteração no plano

dos do Exército (decr. n. 11.445); altera o plano dos da Brigada Policial do Districto Federal (decr. n. 11.487); approva as alterações dos da Brigada Policial do Districto Federal (decr. n. 11.803); altera o plano dos do Exército (decr. n. 11.899); adopta para os reservistas de 1ª categoria e dá outras providências (decr. n. 12.336); approva as alterações no plano dos da Brigada Policial do Districto Federal (decr. n. 12.509); estabelece o plano dos para os pilotos aviadores do Exército (decr. n. 13.419); approva o plano dos para officiaes e praças do Exército de segunda linha (decr. n. 13.489); declara qual o para os officiaes e aspirantes a official da 2ª classe da reserva da primeira linha (decr. n. 13.595); approva e manda executar o plano e regulamento para os dos officiaes da Armada e classes annexas (decr. n. 14.180); approva alterações no plano dos do Exército (decr. n. 14.327); approva o plano dos para os docentes dos estabelecimentos militares do ensino (decr. n. 14.584).

UNIVERSIDADE — Institue a do Rio de Janeiro (decr. numero 14.343); approva o regimento da do Rio de Janeiro (decr. n. 14.572).

UTILIDADE — Declara de publica as desapropriações dos terrenos e bemfeitorias comprehendidos na planta da bifurcação da linha de energia electrica aproveitada do rio Itapanhaú (decr. n. 8.626); declara de publica os terrenos e bemfeitorias para a abertura da avenida Marquez de Olinda, no Recife (decr. n. 8.691); revoga o decreto n. 8.219, de 1910 (decr. n. 8.723); declara de publica os terrenos necessarios á construcção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré (decr. n. 8.776); declara que fica desapropriada, por publica, uma faixa de terreno sita á alameda de S. Boaventura, em Nietheroy, para construcção de um quartel (decr. numero 8.780); declara de publica as desapropriações necessarias ás obras do porto de Paranaguá (decr. n. 8.784); declara de publica as desapropriações necessarias ás obras do porto de Jaraguá (decr. n. 8.785); declara de publica varios terrenos desapropriados nos morros de Itaipús e Ponta Grossa, na cidade de Santos (decr. n. 8.880); declara de publica a desapropriação dos terrenos comprehendidos entre as ruas General Argollo, Vianna e Senador Alencar, para a construcção do Observatorio Nacional (decr. n. 8.900); declara desapropriado por publica um terreno no Alto do Cruzeiro, em Petropolis, afim de ser installada uma estação meteorologica (decr. n. 9.422); declara desapropriado por publica o terreno pertencente a Augusto Mendes, na cidade de Livramento (decr. n. 9.526); declara de publica a desapropriação da Fazenda do Engenho Novo, em Jacarépaguá (decr. numero 9.748); declara de publica a desapropriação dos terrenos do Hotel Whyte, na Tijuca (decr. n. 9.877); desapropriar por publica os terrenos situados no morro do Bomfim, em Angra dos Reis (decr. n. 10.034); declara desapropriada, por publica, a Fazenda Cafesal, no municipio de Belém, afim de ser installada a Estação Experimental de Cultura da Seringueira (decr. n. 10.243); declara de publica a desapropriação do immovel n. 1 da rua Honorio (decr. n. 10.034); declara de publica, para ser desapropriado, o immovel sob n. 1 da rua Honorio (decr. n. 11.198); declara de publica a desapropriação dos navios, diques, officinas e material fluatante da Companhia Commercio e Navegação (decr. nu-



mero 12.430); declara desapropriados, por publica, os terrenos necessarios para a construcção de uma estação de carga, auxiliar, da estação do Norte da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 13.815); reconhece como de publica a Federação Maritima do Pará (decr. n. 14.039); reconhece como de publica o Instituto Historico e Geographico, com séde em Aracajú (decr. n. 14.074); autoriza a desapropriação, por publica, de immoveis na área destinada ao edificio para os Correios e Telegraphos na capital da Parahyba (decr. n. 14.225); desapropria por publica a fazenda do Engenho Novo (decr. n. 14.392); desapropria por publica as terras da fazenda Cabral (decr. n. 14.562); desapropria por publica a fazenda Presidencia (decr. n. 14.563)—Ver OBRAS.

UTILIZAÇÃO — Ver CONVENIOS — LICENÇAS — NAVIOS.

UZINAS — Autoriza a ajustar com o engenheiro Trajano Saboia Viriato de Medeiros a installação de diversas de beneficiamento de algodão (decr. n. 12.981); modifica o decreto n. 12.981, de 1918 (decr. n. 13.326); autoriza a celebração de contracto com a «Itabira Iron Ore Company, Limited», para que construa e explore siderurgicas (decr. n. 14.160); autoriza a assignar contracto com o engenheiro Trajano Saboia Viriato de Medeiros para conclusão das de beneficiamento de algodão e seus sub-productos (decr. numero 14.179); autoriza a ajustar com a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro e com outros a installação de diversas de beneficiamento de algodão e seus sub-productos, em varios Estados (decr. n. 14.330); modifica algumas disposições do decreto n. 14.330, de 1920 (decr. n. 14.464); rectifica algumas disposições do decreto n. 14.464 (decr. n. 14.578)—Ver OBRAS.

## V

VACCAS — Ver MATANÇA.

VAGAS — Ver QUADROS.

VALES — Ver SERVIÇOS.

VALOR — Ver EXPORTAÇÃO — OBRAS.

VANTAGENS — Ver DECRETOS — FAVORES — FORÇAS — VAPORES.

VAPORES — Concede as vantagens e regalias de paquete aos da Companhia Paulista de Navegação e Commercio (decr. n. 8.590); concede as vantagens e regalias de paquete ao de propriedade de Richard Paul (decr. n. 8.651); transfere á Empresa Brasileira de Navegação as vantagens e regalias de paquete de que gosam os denominados *Gaúcho*, *Oceano* e *Mubuy* (decr. n. 9.341); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Guanabara* (decr. n. 9.421); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Cabo Frio* (decr. n. 9.449); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Blumenau* (decr. n. 9.574); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Pinto* (decr. n. 9.606); concede as vantagens e regalias de paquete aos de propriedade de Lorentzen & Comp., *Craethen* e *Camocim* (decr. n. 9.725); concede as vantagens e

regalias de paquete aos *Tropeiro*, *Posteiro* e *Campeiro* (decr. n. 10.669); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Blumenau* (decr. n. 10.670); concede as vantagens e regalias de paquete aos denominados *Anna*, *Meta* e *Max* (decr. numero 10.688); concede as vantagens e regalias de paquete aos denominados *Camocim* e *Cratheús* (decr. n. 10.690); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Sobral*, de propriedade da Empresa de Navegação Lorentzen & Comp. (decr. n. 10.708); concede as vantagens e regalias de paquete ao denominado *Richard Paul* (decr. n. 10.755); concede as vantagens e regalias de paquete ao denominado *Pinto* (decr. n. 10.774); cassa as regalias de paquete ao *Piratinunga* e declara sem effeito as concedidas aos *Paulista* e *Ypiranga* (decr. n. 10.828); declara sem effeito o decreto n. 10.774, de 1914 (decr. n. 10.985); declara sem effeito o decreto n. 10.690, de 1914 (decr. n. 11.387); cassa as regalias de paquete concedidas aos denominados *Campeiro*, *Posteiro* e *Tropeiro* (decr. n. 11.468); cassa as regalias de paquete concedidas ao *Sobral* (decr. n. 11.502); cassa as regalias de paquete concedidas ao *Campista* (decr. n. 11.822); cassa as regalias de paquete concedidas ao denominados *Cabral*, *Continente*, *Ypiranga* e *Caxias* (decr. n. 11.972); cassa as regalias de paquete concedidas ao *Rio Pardo* (decr. n. 12.238); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Commandante Macedo* (decr. n. 12.373); transfere á R. P. Brasil as vantagens e obrigações decorrentes do decr. n. 12.373, de 1917 (decr. n. 12.582); cassa as regalias concedidas ao *Arassuahy* pelo decreto n. 9.341, de 1912 (decr. n. 12.647); concede as vantagens e regalias de paquete aos *Soure* e *Mosqueiro* (decr. n. 12.729); permite que os que fazem o serviço de navegação do rio S. Francisco reboquem lanchas ou outras embarcações enquanto durar a guerra (decr. n. 12.892); declara sem effeito o decreto n. 12.729, de 1918 (decr. numero 13.358); cassa as regalias de paquete concedidas ao *Philadelphia* (decr. n. 13.559) — Ver PRASO.

VAREJO — Ver GENEROS.

VARIANTE — Ver ESTRADAS DE FERRO.

VEHICULOS — Autoriza os ministros da Guerra e da Marinha e o prefeito do Districto Federal a fazer a requisição dos de carga e mercadorias (decr. n. 13.021).

VENCIMENTOS — Augmenta de 20 % os dos pretores e de 15 % os dos escrivães criminaes e do juiz do Districto Federal (decr. n. 8.513); fixa os dos juizes e funcionarios da justiça local do Districto Federal (decr. n. 8.525); fixa os dos ministros do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 8.526); augmenta de 15 % os do procurador e do sub-procurador dos Feitos da Saude Publica (decr. n. 8.620); augmenta de 30 % os do procurador geral do Districto Federal, em disponibilidade, desembargador Manoel Pedro Alvares Moreira Villalhoim (decr. n. 8.690); approva a deliberação da assembléa geral da Sociedade de Peculios A Minas Geraes que fixou os da directoria (decr. n. 9.349); fixa os dos funcionarios da Escola Premunitoria Quinze de Novembro (decr. n. 12.001); augmenta de 25 % os dos membros do Corpo Diplomatico e Consular nos paizes europeus belligerantes e neutros com vizinhos (decr. n. 12.803); augmenta de 25 % os do Corpo Diplomatico e Consular (decr. n. 12.969) — Ver CAIXAS —

CONSOLIDAÇÃO — CREDITOS — GRATIFICAÇÃO — ORÇAMENTO —  
PENSÃO — TABELLAS.

VENDA — Ver GENEROS — TERRENOS.

VERBAS — Approva e manda executar o ex.orno das do  
Ministerio da Marinha para o exercicio de 1912 (decr. nu-  
mero 9.297); rectifica diversas do art. 17, letra c, da lei  
n. 2.842, de 1914 (decr. n. 10.862); eleva a 9ª e na 14ª  
diversas sub-consignações (decr. n. 12.971); eleva as 9ª e  
14ª do art. 36 da lei n. 36.474, de 1919 (decr. n. 13.416).

VETERINARIA — Ver CURSOS — ENFERMARIA — INSPECTO-  
RIAS — REGULAMENTOS.

VIAÇÃO — Ver RÊDE.

VIAGENS — Autoriza a Companhia de Navegação Costeira  
a deixar de realizar as constantes do seu contracto (decr.  
n. 12.470).

VICE-CONSULADO — Crea um em Santa Rosa (decr. nu-  
mero 8.698).

VIDA — Ver SEGUROS.

VILLA MILITAR — Ver REGULAMENTOS.

VITELLOS — Ver MATANÇA.

VOLUNTARIOS — Ver SERVIÇOS.

## W

« WARRANTS » — Ver REGULAMENTOS — SERVIÇOS.

## Z

ZONAS — Fixa o numero das de pesca, com as estações, e  
estabelece os seus limites (decr. n. 9.802) — Ver TUTORIO.



## SEGUNDA PARTE

### II

#### INDICE CHRONOLOGICO DOS ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1911 a 1920

---

#### 1911

N. 8.495 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 881:386\$006, papel, e 436\$172 ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos, em supplemento do da verba 34<sup>a</sup> do art. 37 da lei n. 24221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 8.496 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 40:000\$, supplementar á verba — Ajudas de custo, — do exercicio de 1910.

N. 8.497 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda, o credito especial de 1.585:919\$927 para pagamento de juros dos depositos da Caixa Economica e Monte de Soccorro do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1909.

N. 8.498 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 677:657\$037, ouro, para pagamento de 24.693.267 grammas de prata adquirida no correr do anno de 1909.

N. 8.499 — (Vide legislação de 1910.)

N. 8.499 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1911 — Reconhece como legitimo, até que o Congresso Nacional se pronuncie em definitivo a respeito, a autoridade do Dr. Francisco Chaves de Oliveira Botelho empossado no governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 31 de dezembro ultimo, e com elle resolve entrar em relações de ordem politica e administrativa.

N. 8.500 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Designa o ultimo domingo do mez de março do corrente anno para que nelle tenham logar as eleições do novo Conselho Municipal, que na conformidade do art. 2º do decreto n. 1.619 A, de 31 de dezembro de 1906, terá a duração de tres annos, e dá outras providencias:

N. 8.501 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.502 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 119:258\$258, ouro, suplementar á verba 11ª — Caixa de Amortização, — do exercicio de 1910.

N. 8.503 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.504 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.505 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 936:241\$904, suplementar ás verbas 12ª, 13ª, 17ª, 18ª e 19ª do exercicio de 1910.

N. 8.506 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.507 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.508 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Concede autorização ao «Banco Español del Rio de La Plata» para estabelecer uma succursal na capital do Estado de S. Paulo e outra na cidade de Santos, no mesmo Estado.

N. 8.509 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.308:295\$250, suplementar, á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1910, para pagamento de gratificações, na fórmula do art. 46 da lei, n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 8.510 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 19:383\$350 para pagamento de premio a Felismino Soares & Comp. pela construcção de uma barca d'agua a vapor em seus estaleiros.

N. 8.511 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Concede á Companhia de Seguros Lloyd Amazonense autorização para funcionar na Republica e approva. com alterações, os respectivos estatutos.

N. 8.512 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Determina que a contar de 23 do corrente mez tenha execução nas operações da Caixa de Conversão a lei n. 2.357, de 31 de dezembro de 1910, que fixou a taxa de 16 d. por 1\$ para o calculo dos valores depositados e emitidos, e dá outras providencias.

N. 8.513 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Augmenta de 20 % os vencimentos dos pretores e de 15 % os vencimentos dos escrivães criminaes do Districto Federal.

N. 8.514 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 7:749\$668 para pagamento do augmento de vencimentos concedido aos continuos, correios e ao ajudante do porteiro da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores.

N. 8.515 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Crea uma inspecção agricola em cada um dos Estados do Amazonas, Piahy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagoas, Sergipe, Espirito Santo e Santa Catharina e dá nova classificação ás já existentes.

N. 8.516 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Considera como escola média ou theorico-pratica subvencionada pela União, na fôrma do regulamento que baixou com decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910, o Instituto de Agronomia e Veterinaria de Porto Alegre.

N. 8.517 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Concede autorização á «Dick Kerr & Company Limited», para funcçãoar na Republica.

N. 8.518 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de janeiro de 1911 — Concede autorização á companhia «Port of Pará» para continuar a funcçãoar na Republica.

N. 8.519 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5:870\$965, supplementar á verba — Thesouro Nacional, — do exercicio de 1911.

N. 8.520 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1911 — Manda observar no exercicio corrente os decretos ns. 6.079, de 30 de junho de 1906, e 7.817, de 15 de janeiro de 1910, elevada a 30 % a redução da taxa referente á farinha de trigo.

N. 8.521 — GUERRA — Decreto de 18 de janeiro de 1911 — Estabelece alterações no actual plano de uniformes dos alumnos do Collegio Militar.

N. 8.522 — GUERRA — Decreto de 18 de janeiro de 1911 — Manda funcçãoar a Escola de Guerra na de Artilharia e Engenharia, revogado nesta parte o decreto n. 7.228, de 17 de dezembro de 1908.

N. 8.523 — FAZENDA — Decreto de 18 de janeiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 91:078\$, para pagamento á Companhia Nacional de Navegação Costeira, de premios relativos a embarcações construidas em estaleiros nacionaes.

N. 8.524 — FAZENDA — Decreto de 18 de janeiro de 1911 — Abre ao ministerio da Fazenda o credito de 155:100\$ para pagamento a Lage Irmãos, de premios relativos a embarcações construidas em estaleiros nacionaes.

N. 8.525 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de janeiro de 1911 — Fixa os vencimentos dos juizes e funcionarios da justiça local do Districto Federal.

N. 8.526 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de janeiro de 1911 — Fixa os vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

N. 8.527 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de janeiro de 1911 — Dá instrucções para as eleições municipaes de que trata o decreto n. 8.500, de 4 de janeiro do corrente anno.

N. 8.528 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de janeiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obrãs Publicas o credito extraordinario de 46:516\$866 para occorrer ao pagamento de despesas feitas com a extincta Commissão Central de Estudos e Construcções de Estradas de Ferro.



N. 8.529 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de janeiro de 1911 — Abre ao ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 700:000\$ para construcção da Estrada de Ferro de Cruz Alta ao Ijuhy.

N. 8.530 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de janeiro de 1911 — Abre ao ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 220:000\$ para continuar os melhoramentos da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro.

N. 8.531 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de janeiro de 1911 — Approva o orçamento, na importancia de 193:444\$762, do material rodante para o serviço de transporte de mercadorias no cães de Santos, e hem assim a planta e o orçamento, na importancia de 60:073\$717, das linhas de deposito e manobras de carros no Vallongo.

N. 8.532 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de janeiro de 1911 — Estabelece regras para a concessão de estradas de ferro colonias com direito a subvenção.

N. 8.533 — GUERRA — Decreto de 25 de janeiro de 1911 — Modifica o plano de uniformes do Exercito, na parte relativa aos aspirantes a officiaes.

N. 8.534 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.535 — FAZENDA — Decreto de 25 de janeiro de 1911 — Dá regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto de consumo e da banha artificiaes, de producção nacional.

N. 8.536 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de janeiro de 1911 — Publica a adhesão da Grã-Bretanha pela União Sul-Africana á convenção internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906.

N. 8.537 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de janeiro de 1911 — Altera o regulamento que baixou com decreto n. 7.737, de 16 de dezembro de 1909, para a importação de animaes de raça.

N. 8.538 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de janeiro de 1911 — Concede autorização á «Brazilian Golden Hill, Limited», para funcionar na Republica.

N. 8.539 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1911 — Altera o plano de uniformes da Força Policial do Districto Federal, approved pelo decreto n. 7.854, de 17 de fevereiro do anno proximo findo.

N. 8.540 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de fevereiro de 1911 — Rescinde o contracto celebrado com a Companhia Nacional de Navegação Costeira para o serviço de navegação a vapor do Estado do Maranhão.

N. 8.541 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de fevereiro de 1911 — Approva, com modificação, o projecto de appropriação da antiga doca do extincto Arsenal de Marinha, ao serviço do Mercado Modelo, a ser construido pela Companhia Cessionaria das Docas do Porto da Bahia.

N. 8.542 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS, GUERRA E MARINHA — Decreto de 1 de fevereiro de 1911 — Approva o regulamento do serviço radiotelegraphico nacional.

N. 8.543 — MARINHA — Decreto de 1 de fevereiro de 1911 — Determina as funções correspondentes dos differentes postos dos officiaes do Corpo de Engenheiros Navaes.

N. 8.544 (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.545 — FAZENDA — Decreto de 1 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 2.809:409\$039, supplementar ás verbas 8ª, 9ª, 11ª e 14ª do arq. 11 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 8.546 — FAZENDA — Decreto de 1 de fevereiro de 1911 — Regulamenta a concessão de auxilios aos Estados, municipalidades, etc., de que trata a verba 15ª, tit. 3º, art. 50, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.547 — FAZENDA — Decreto de 1 de fevereiro de 1911 — Dá regulamento para o serviço relativo á exportação de artigos de produção nacional para portos brasileiros, em transito por territorio estrangeiro.

N. 8.548 — FAZENDA — Decreto de 1 de fevereiro de 1911 — Declara sem effeito o decreto n. 7.823, de 20 de janeiro de 1910, na parte referente á approvação do augmento do capital da Economizadora Paulista, caixa internacional de pensões vitalicias de S. Paulo, e á modificação do art. 14 dos seus estatutos.

N. 8.549 — FAZENDA — Decreto de 1 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 16:330\$ para pagamento de meio soldo a d. Leonor Augusta Conrado Franco, filha do major do Exercito Antonio José Augusto Conrado.

N. 8.550 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 135:000\$ para pagamento de augmento de vencimentos aos ministros do Supremo Tribunal Federal.

N. 8.551 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 150:000\$, papel, para as despesas com a representação do Brasil na Exposição Internacional de Hygiene em Dresde.

N. 8.552 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1911 — Publica a adhesão do Reino dos Paizes Baixos, pelas Indias Hollandezas, á convenção internacional radiotelegraphica de 3 de novembro de 1906.

N. 8.553 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 3.763:798\$338 para occorrer ao augmento de vencimentos dos funcionarios da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 8.554 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de fevereiro de 1911 — Modifica algumas das clausulas refe-

rentes á concessão das obras de melhoramentos do porto de Manaus, no Estado do Amazonas.

N. 8.555 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Autoriza a celebração do contracto com a Companhia Pernambucana de Navegação para o serviço de navegação a vapor entre o Recife e Amarração, Recife e Aracajú e Recife a Fernando de Noronha.

N. 8.556 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de fevereiro de 1911. — Autoriza o contracto para o estudo e construcção das linhas ferreas de Jaguarão a Basilio, Alegrete a Quaraly, e de S. Sebastião e Sant'Anna do Livramento, passando por D. Pedrito.

N. 8.557 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Concede a «Bracuhy Falls & Metallurgical Syndicate», ou á companhia que organizar, os favores dos decretos ns. 2.406, de 11 de janeiro de 1911; 8.019 de 19 de maio de 1910; 5.646, de 22 de agosto de 1905, e 947 A, de 4 de novembro de 1890.

N. 8.558 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Concede ao industrial Dr. Victorio Antonio de Perini, ou á companhia que organizar, os favores dos decretos ns. 2.406, de 11 de janeiro de 1911; 8.019, de 19 de maio de 1910; 3.646, de 22 de agosto de 1905, e 947 A, de 4 de novembro de 1890.

N. 8.559 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Autoriza o contracto para o estudo e construcção das linhas ferreas de S. Pedro a S. Luiz e S. Borja.

N. 8.560 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Crea o registro de titulos scientificos do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 8.561 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Avoca o Instituto Agricola de S. Bento das Lages, do municipio da Villa de S. Francisco, no Estado da Bahia.

N. 8.562 — FAZENDA — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 259\$170 para pagamento a Carlos Alberto Fernandes em virtude de sentença judicial.

N. 8.563 — FAZENDA — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Abre ao ministerio da Fazenda o credito de reis 464:413\$600, ouro, para pagamento aos reclamantes peruanos em virtude da decisão do Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano.

N. 8.564 — FAZENDA — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 4:328\$934, papel, e 1:442\$978, ouro, para restituição de direitos de linotypos despachados por Fratelli Martinelli & Comp., na Alfandega de Santos.

N. 8.565 — FAZENDA — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 50:000\$,



supplementar á verba 6<sup>a</sup> — Aposentados, — do exercício de 1910.

N. 8.566 — FAZENDA — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 24:978\$849 para pagamento a Maia Sobrinhos & Comp., em virtude de sentença judiciária.

N. 8.567 — FAZENDA — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:057\$. papel, complementar á verba 10<sup>a</sup> — Caixa de Amortização,— do exercício de 1910.

N. 8.568 — FAZENDA — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 22:896\$773 para pagamento dos ordenados devidos ao porteiro da extincta Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, Alexandrino Alves de Mendonça.

N. 8.569 — FAZENDA — Decreto de 15 de fevereiro de 1911 — Transfere para Porto Velho a Mesa de Rendas de primeira ordem estabelecida em Santo Antonio do Madeira.

N. 8.570 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 10:000\$ para occorrer ao pagamento do projecto do edificio para Correios e Telegraphos na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

N. 8.571 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$ para os estudos de uma estrada de rodagem entre a Capital Federal e a cidade de Petropolis.

N. 8.572 — GUERRA — Decreto de 22 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 2:060\$ para indemnizar a Sociedade de Tiro Fidelense do valor de metade das despesas feitas com a construção de suas linhas de tiro.

N. 8.573 — MARINHA — Decreto de 22 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 54:149\$ complementar á verba 12<sup>a</sup> — Arsenaes, — do exercício de 1910, para pagamento de salarios aos operarios dos arsenaes de marinha dos Estados do Pará e de Matto Grosso.

N. 8.574 — FAZENDA — Decreto de 22 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 775\$640 para pagamento a Francisco Alves Rollo, em virtude de sentença judiciária.

N. 8.575 — FAZENDA — Decreto de 22 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de ..... 233:499\$985, complementar á verba — Alfandegas, — do exercício de 1910.

N. 8.576 — FAZENDA — Decreto de 22 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de ..... 522:970\$128 para pagamento de contas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, na conformidade do art. 82, n. XIV, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.577 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e

Negocios Interiores o credito especial de 300:000\$ para terminação das obras de installação do Instituto Oswaldo Cruz.

N. 8.578 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de fevereiro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:800\$ para pagamento de subsidios e ajuda de custo que deixou de receber Francisco de Paulo Alencastro.

N. 8.579 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de fevereiro de 1911 — Concede aos industriaes Carlos G. da Costa Wigg e Trajano Saboia Viriato de Medeiros ou á companhia que organizarem, os favores de que trata o art. 71 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, e consolida as disposições do decreto n. 8.414, de 7 de dezembro de 1910, que concedem aos mesmos os favores dos decretos ns. 8.019, de 19 de maio de 1910; 5.646, de 22 de agosto de 1905, e 9.471, de 14 de novembro de 1910.

N. 8.580 — GUERRA — Decreto de 1 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 247:976\$220 para pagamento de soldo vitalicio a 538 voluntarios da patria.

N. 8.581 — FAZENDA — Decreto de 1 de março de 1911 — Approva as modificações dos estatutos do Banco de Credito Brasileiro.

N. 8.582 — FAZENDA — Decreto de 1 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.108:451\$735 para pagamento de contas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, na conformidade do art. 82, n. XIV, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.583 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:469\$046 para pagamento ao professor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, José Rabello Leite Sobrinho, de differença de gratificações addicionaes atrazadas.

N. 8.584 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de março de 1911 — Crea uma escola media ou theorico-pratica de agricultores no Estado de Bahia e approva o respectivo regulamento.

N. 8.585 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de março de 1911 — Concede autorização aos engenheiros civis Antonio de Paula Rodrigues Alves e Eugenio de Andrade Dodsworth para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Nacional de Pesca.

N. 8.586 — GUERRA — Decreto de 6 de março de 1911 — Approva o regulamento para a Fabrica de Cartuchos e Artfactos de Guerra.

N. 8.587 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 do março de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 387:295\$ para a construcção do edificio destinado a Correios e Telegraphos na cidade de Porto Alegre.

N. 8.588 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de março de 1911 — Autoriza a revisão do contracto celebrado em virtude do decreto n. 8.415, de 7 de dezembro de 1910.

N. 8.589 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de março de 1911 — Transfere a Dantas & Comp. o contracto celebrado com a firma Joaquim Garcia & Comp. para o serviço de navegação a vapor entre o Rio de Janeiro e Paraty.

N. 8.590 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de março de 1911 — Concede as vantagens e regalias de paquete aos vapores *Piratininga*, *Ypiranga* e *Paulista*, de propriedade da Companhia Paulista de Navegação e Commercio.

N. 8.591 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de março de 1911 — Approva novas clausulas para serem additadas ao contracto de 4 de agosto de 1908, referente ás obras de melhoramento do porto do Recife, Estado de Pernambuco.

N. 8.592 — FAZENDA — Decreto de 8 de março de 1911 — Approva o regulamento para as concessões de isenção de direitos aduaneiros.

N. 8.593 — FAZENDA — Decreto de 8 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 46:934\$309 para pagamento de vencimentos ao bacharel Francisco Pires de Carvalho Aragão, em virtude de sentença judicial.

N. 8.594 — FAZENDA — Decreto de 8 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:106\$138 para occorrer á restituição do imposto sobre os vencimentos do bacharel Gabriel Luiz Ferreira, juiz do Tribunal Civil e Criminal, no periodo de 1894 a 1905.

N. 8.595 — FAZENDA — Decreto de 8 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 17:221\$512, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1911.

N. 8.596 — FAZENDA — Decreto de 8 de março de 1911 — Revoga o art. 421 e seus §§ 1º e 3º (primeira parte) do regulamento que baixou com o decreto n. 7.751, de 23 de dezembro de 1909, e dá outras providencias.

N. 8.597 — FAZENDA — Decreto de 8 de março de 1911 — Dá novo regulamento para o serviço das loterias e respectiva fiscalização.

N. 8.598 — FAZENDA — Decreto de 8 de março de 1911 — Dá regulamento para a venda de mercadorias mediante sorteios (clubs) e respectiva fiscalização.

N. 8.599 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 100:000\$ para pagamento ao Dr. Clovis Bevilacqua do premio que lhe foi concedido pelo projecto do Codigó Civil.

N. 8.600 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 18:025\$ para pagamento de subsídios e ajuda de custo que deixou de receber o dr. João de Matta Machado.



N. 8.601 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:936\$600 para pagamento ao lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Erico da Gama Coelho, de differença de accrescimos de vencimentos.

N. 8.602 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:254\$885 para pagamento ao secretario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Eugenio do Espirito Santo de Menezes, de differença de accrescimos de vencimentos.

N. 8.603 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 247:074\$999 para pagamento de augmento de vencimentos a juizes e outros funcionarios da justiça local do Districto Federal.

N. 8.604 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1911 — Concede ao Instituto Dezenove de Abril, situado no Recife, Estado de Pernambuco, os privilegios e garantias de que gosam os estabelecimentos congêneres federaes.

N. 8.605 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de março de 1911 — Approva o regulamento para applicação das multas estatuidas pelo decreto legislativo n. 1.850, de 2 de janeiro de 1908.

N. 8.606 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de março de 1911 — Concede autorização á Companhia de Industria e Commercio Casa Tolle para continuar a funcionar na Republica.

N. 8.607 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de março de 1911 — Crea um apprendizado agricola annexo á Escola Média ou Theorico-Pratica de Agricultura do Estado da Bahia e approva o respectivo regulamento.

N. 8.608 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 100:000\$ para auxiliar as exposições agro-pecuarias e as exposições-feiras que fizerem os Estados e os municipios da União.

N. 8.609 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de março de 1911 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 320:553\$798, ouro, supplementar á verba 5<sup>a</sup> — Legações e consulados, — do art. 12 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, afim de dar execução ao disposto nos decretos legislativos ns. 2.339, de 28 de dezembro de 1910, e 2.363 e 2.364, de 31 do mesmo mez e anno.

N. 8.609 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:889\$999 para pagamento ao lente jubilado da Faculdade de Direito do Recife, Dr. João Vieira de Araujo, de differenças de accrescimo de vencimentos atrasados.

N. 8.610 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de março de 1911 — Approva o regulamento para a Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.611 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de março de 1911 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito de 80:000\$ para a rectificação, desobstrução e dragagem do rio Paraguassú, no Estado da Bahia.

N. 8.612 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de março de 1911 — Transfere á Companhia Brasileira de Energia Electrica a concessão constante do decreto n. 7.437, de 9 de julho de 1909, para o estabelecimento de uma linha dupla de cabos submarinos entre esta cidade e a de Nietheroy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 8.613 — GUERRA — Decreto de 15 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 11.599:501\$850, supplementar ao art. 21 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, e providencia sobre a sua applicação.

N. 8.614 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:752\$770 para pagamento ao lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. João Carlos Teixeira Brandão, de differença de acrescimo de vencimentos atrasados.

N. 8.615 — GUERRA — Decreto de 20 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 24:655\$953, supplementar ao art. 11 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, para pagamento de vencimentos dos docentes dos institutos militares de ensino e pessoal civil do Grande Estado-Maior do Exercito e Departamento da Guerra (6ª divisão) e da Administração de 18 a 31 de dezembro do anno findo.

N. 8.616 — GUERRA — Decreto de 22 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 350:000\$, supplementar á verba 14ª — Material, — n. 28. «Transporte de tropas», do art. 11 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 8.617 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.618 — FAZENDA — Decreto de 22 de março de 1911 — Eleva o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo no Estado de S. Paulo.

N. 8.619 — FAZENDA — Decreto de 22 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 77:201\$612 para pagamento ao director aposentado do Thesouro Nacional, Carlos Pinto de Figueiredo, de vencimentos relativos ao periodo de 10 de outubro de 1891 a 7 de maio de 1900.

N. 8.620 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de março de 1911 — Augmenta de 15 % os vencimentos do procurador e do sub-procurador dos Feitos de Saude Publica.

N. 8.621 — FAZENDA — Decreto de 23 de março de 1911 — Autoriza o Ministerio da Fazenda a contractar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, o emprestimo de £ 4.500.000.

N. 8.622 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 194:381\$510, ouro, supplementar á consignação «Estrada de Ferro Victoria a Diamantina», da verba 5ª do orçamento de 1910.

N. 8.623 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 96:840\$, ouro, supplementar a consignação «Estrada de Ferro Baurú a Itapura», da verba 5ª do orçamento do exercicio de 1910.

N. 8.624 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de março de 1911 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 320:552\$798, ouro, supplementar á verba 5ª — Legações e consulados, — do art. 12 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, afim de dar execução ao disposto no decreto legislativo n. 2.339, de 28 de dezembro de 1910.

N. 8.624 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de março de 1911 — Approva, com modificações, o projecto substitutivo apresentado pela Companhia «Port of Pará» para as obras dos dous trechos da primeira secção das obras do melhoramento do porto de Belém do Pará.

N. 8.625 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 100:294\$650, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1910.

N. 8.626 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de março de 1911 — Approva a planta da bifurcação da linha de transmissão de energia electrica, aproveitada do rio Itapanhaú, no Estado de S. Paulo, a que se referem os decretos ns. 7.052 e 7.100, de 30 de julho e 3 de setembro de 1908 e declara de utilidade publica as respectivas desapropriações.

N. 8.627 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de março de 1911 — Autoriza a «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul» a construir á sua custa um ramal ferreo da pedreira do Capão do Leão á estação de Pelotas, para o fim de ser explorada a mesma pedreira.

N. 8.628 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de março de 1911 — Proroga por 18 mezes o prazo contractual para a conclusão das obras do trecho do Ipu a Craticus da Estrada de Ferro Sobral.

N. 8.629 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.469:971\$002, ouro, para pagamento de 50.288.516 grammas de prata adquirida em 1910.

N. 8.630 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 49:295\$179, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1910.

N. 8.631 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 100:892\$561, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1910.

N. 8.632 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras



Publicas o credito de 746:403\$444, suplementar á consigna-  
ção «Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande», verba 5ª do  
orçamento de 1910.

N. 8.633 — FAZENDA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De-  
creto de 29 de março de 1911 — Autoriza o Ministerio da Fa-  
zenda a emitir apolices até a quantia de 30.000:000\$, do  
juro de 5 %, papel.

N. 8.634 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1911  
— Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 23:368\$936,  
ouro, e 40:720\$111, papel, para restituição de direitos á Ca-  
mara Municipal da capital do Estado de S. Paulo.

N. 8.635 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de  
29 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-  
gocios Interiores o credito especial de 26:250\$ para pagamento  
de subsidios que deixou de receber Francisco de Figueiredo,  
conde de Figueiredo.

N. 8.636 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de  
29 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-  
gocios Interiores o credito especial de 1:068\$166 para paga-  
mento ao substituto da Faculdade de Medicina do Rio de  
Janeiro, Dr. Luiz Antonio da Silva Santos, de differença do  
acrescimo de vencimentos.

N. 8.637 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de  
29 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-  
gocios Interiores o credito especial de 823\$333 para paga-  
mento ao substituto da 7ª secção da Faculdade de Medicina  
do Rio de Janeiro, Dr. Antonio Sattamini, do acrescimo de  
20 % de seus vencimentos.

N. 8.638 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de  
29 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-  
gocios Interiores o credito especial de 3:825\$ para pagamento  
de subsidios e ajudas de custo que deixou de receber o  
Dr. João Juvencio Ferreira de Aguiar.

N. 8.639 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — De-  
creto de 29 de março de 1911 — Approva a reforma dos esla-  
lutos da sociedade anonyma Moinho Santista.

N. 8.640 — MARINHA — Decreto de 29 de março de 1911  
— Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 300:000\$ para  
auxiliar a terminação da construcção do edificio do Club  
Naval, na Avenida Central.

N. 8.641 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1911  
— Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 742:195\$559,  
suplementar á verba — Alfandegas. — do exercicio de 1910.

N. 8.642 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1911  
— Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 22:069\$976,  
suplementar á verba 23ª do art. 37 da lei n. 2.221, de 30  
de dezembro de 1909.

N. 8.643 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1911  
— Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 420:848\$363,  
suplementar á verba 19ª — Mesas de rendas e collectorias, —  
do exercicio de 1910.

N. 8.644 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 42:286\$847, supplementar á verba — Recebedoria do Districto Federal, — do exercicio de 1910.

N. 8.645 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 194:626\$986, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1910.

N. 8.646 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 765:000\$ para adaptação do Instituto Agrícola de S. Bento das Lages ao regulamento de ensino agronomico e execução do decreto n. 8.584, de 1 de março de 1911, que creou a Escola Media ou Theorico-Pratica da Bahia.

N. 8.647 — GUERRA — Decreto de 31 de março de 1911 — Approva o regulamento para o Hospital Central do Exercito.

N. 8.648 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de março de 1911 — Autoriza a revisão do contracto de 31 de outubro de 1910, lavrado com a Companhia Viação Geral da Bahia, na conformidade do decreto n. 8.321, de 23 de outubro do mesmo anno.

N. 8.649 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 659:200\$, supplementar á verba 3ª — Juros e autorizações dos empréstimos internos, — do exercicio de 1910.

N. 8.650 — MARINHA — Decreto de 4 de abril de 1911 — Dá novo regulamento á Escola Naval.

N. 8.651 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de abril de 1911 — Concede as vantagens e regalias de paquete para o vapor *Richard Paul*, de propriedade de Richard Paul.

N. 8.652 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de abril de 1911 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento do trecho de Monte Santo a S. Sebastião do Paraizo, quarta secção da linha de Monte Bello a Santa Rita de Cassia, da Rêde de Viação Sul-Mineira, na extensão de 54.300 metros.

N. 8.653 — FAZENDA — Decreto de 5 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 301\$030 para pagamento devido a Joaquim José Martins, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.654 — FAZENDA — Decreto de 5 de abril de 1911 — Approva a nova tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da caixa economica autonoma do Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.655 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 106:000\$ para occorrer ás despesas com o monumento destinado á guarda dos restos mortaes do ex-presidente da Republica, Dr. Affonso Augusto Moreira Penna, e com outras providencias.

N. 8.656 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:124\$ para pagamento ao lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. João da Costa Lima e Castro, de differença de acrescimo de vencimentos.

N. 8.657 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 840\$777 para pagamento ao lente da Escola Polytechnica, Dr. Eugenio Tisserandot, de differença de vencimentos.

N. 8.658 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:345\$031 para pagamento ao lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Tuiz da Cunha Feijó Junior, de differença de acrescimo de vencimentos.

N. 8.659 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1911 — Approva a lei organica do ensino superior e do fundamental na Republica.

N. 8.660 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1911 — Approva o regulamento para o Collegio Pedro II.

N. 8.661 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1911 — Approva o regulamento das faculdades de medicina.

N. 8.662 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1911 — Approva o regulamento das faculdades de direito.

N. 8.663 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1911 — Approva o regulamento da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

N. 8.664 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de abril de 1911 — Concede autorização á « Societé de Construction de Batignolles » para funcionar na Republica.

N. 8.665 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de abril de 1911 — Concede autorização á sociedade anonyma « Les Grandes Brasseries de Rio de Janeiro » para funcionar na Republica.

N. 8.666 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de abril de 1911 — Promulga a resolução firmada em 23 de agosto de 1906, pela 3ª Conferencia Internacional Americana, adherindo á convenção sanitaria internacional de Washington.

N. 8.667 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de abril de 1911 — Eleva a consulado o vice-consulado em S. João da Terra Nova.

N. 8.668 — FAZENDA — Decreto de 12 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 15:067\$773 para pagamento a D. Maria Roberia da Silva, em virtude de sentença judiciaria.



N. 8.669 — FAZENDA — Decreto de 12 de abril de 1911 — Eleva a 9:000\$ annuaes a quota para fiscalização do Banco da Provincia do Rio Grande do Sul, revogando o decreto numero 8.327, de 27 de outubro de 1910.

N. 8.670 — FAZENDA — Decreto de 12 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 262\$940 para pagamento á Veneravel Irmandade de Nossa Senhora do Rosario e S. Benedicto, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.671 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.000:000\$ para occorrer ás despesas com a construcção do ramal de Sabará á cidade do Ferros, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.672 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.673 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de abril de 1911 — Autoriza a transferencia ao engenheiro osó Mattoso Sampaio Corrêa ou á companhia que organizar, do contracto para a construcção e arrendamento do prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá, de Nilo Peçanha a Iguaça Grande.

N. 8.674 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1911 — Publica a adhesão do Imperio Ottomano á convenção sanitaria internacional, assignada em Paris em 3 de dezembro de 1903.

N. 8.675 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1911 — Crea um consulado em Singapura.

N. 8.676 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1911 — Crea um consulado no Principado de Monaco.

N. 8.677 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1911 — Crea um consulado em Dakar.

N. 8.678 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1911 — Publica a adhesão da Africa Oriental Britannica e do Myanda ao accôrdo de Roma de 26 de maio de 1906, relativo á troca de cartas e caixas com valor declarado.

N. 8.679 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1911 — Publica a adhesão da Republica do Paraguay á convenção assignada em Genebra a 6 de julho de 1906 para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.

N. 8.680 — FAZENDA — Decreto de 19 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 317:688\$276 para pagamento de contas do Ministerio da Justica e Negocios Interiores na conformidade do art. 82, n. XIV, da lei n. 2.356. de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.681 — FAZENDA — Decreto de 19 de abril de 1911 — Approva os novos estatutos da Companhia de Seguros Lloyd Paraense e autoriza a mesma companhia a operar tambem em seguros sobre a vida e accidentes.

N. 8.682 — FAZENDA — Decreto de 19 de abril de 1911 — Concede á Sociedade Previdente Amparense, com séde na ci-

dade do Amparo, Estado de S. Paulo, autorização para funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus novos estatutos.

N. 8.683 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 928\$333 para pagamento ao substituto da Escola Polytechnica, Dr. Francisco Ferreira Braga, de accrescimento de vencimentos.

N. 8.684 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1911 — Crea um consulado em Santo Domingo.

N. 8.685 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de abril de 1911 — Concede autorização á «C. H. Walther and Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 8.686 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de abril de 1911 — Concede autorização á «Amazon Wireless Telegraph and Telephone Company» para funcionar na Republica.

N. 8.687 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de abril de 1911 — Concede autorização á «Lafayette Rubber Estates, Limited», para funcionar na Republica.

N. 8.688 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para attender ás despesas do prolongamento do ramal de Itacurussá até á cidade de Angra, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.689 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 375:000\$ para as despesas do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.690 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de abril de 1911 — Augmenta de 30 % os vencimentos do procurador geral do Districto Federal em disponibilidade, desembargador Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim.

N. 8.691 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de abril de 1911 — Approva o plano e o orçamento na importancia total de 3.300:862\$, para as obras da abertura da avenida Marquez de Olinda, em prolongamento da ponte Sete de Setembro até o eâes projectado do porto de Recife.

N. 8.692 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de abril de 1911 — Rescinde o contracto celebrado com a Empresa de Navegação Rio de Janeiro.

N. 8.693 — FAZENDA — Decreto de 26 de abril de 1911 — Eleva o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo cobrados por estampilhas, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.694 — FAZENDA — Decreto de 26 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 486:955\$827 para pagamento de dividas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, na conformidade do art. 82, n: XIV, da lei n: 2.356, de 31 de dezembro de 1910:

N. 8.695 — FAZENDA — Decreto de 26 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 592:700\$440 para pagamento de dividas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, na conformidade do art. 82, n. XIV, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.696 — FAZENDA — Decreto de 26 de abril de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:425\$182 para occorrer á restituição do imposto sobre vencimentos cobrado do juiz de direito, aposentado, do Districto Federal, Dr. Manoel Martins Torres.

N. 8.697 — FAZENDA — Decreto de 26 de abril de 1911 — Approva os novos estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Previdente, com séde na Capital Federal.

N. 8.698 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de abril de 1911 — Crea um vice-consulado em Santa Rosa.

N. 8.699 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1911 — Crea uma legação na Turquia, regida por um ministro residente.

N. 8.700 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 2 de maio de 1911 — Publica a renuncia do Imperio Ottomano á reserva que havia firmado relativamente ao art. 181 da convenção sanitaria internacional de Paris de 3 de dezembro de 1903.

N. 8.701 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de maio de 1911 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento para a modificação da linha em trafego da Estrada de Ferro do Paraná, entre Serrinha e o Kilometro 124 + 445, passando pelo Porto Amazonas.

N. 8.702 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de maio de 1911 — Approva o regulamento do Aprendizado Agricola de S. Luiz de Missões, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.703 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 155:000\$ para attender ao pagamento dos vencimentos, diarias, ajudas de custo e despesas de transporte de vèterinarios, instructores agricolas e praticos de zootechnia contractados para os servigos do mesmo Ministerio.

N. 8.704 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 800:000\$ para occorrer á restituição de despesas feitas com a introdução de animaes reproductores.

N. 8.705 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:004\$300 para pagamento ao lente da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Alexandre Evangelista de Castro Cerqueira, de differença de acrescimo de vencimentos.



N. 8.706 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 4 de maio de 1911 — Publica a adesão do Archipelago das Novas Hebridas ao accôrdo de Roma de 26 de maio de 1906, relativo á troca de cartas e caixas com valor declarado.

N. 8.707 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 8 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Rêde de Viação Ferrea da Bahia.

N. 8.708 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 8 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para os estudos do prolongamento do ramal de Araxá Uberaba até Villa Platina.

N. 8.709 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 8 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para os estudos definitivos de uma estrada de ferro que, partindo de Coroatá, na Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias, vá ter a uma localidade á margem do Tocantins, no Estado do Maranhão.

N. 8.710 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 10 de maio de 1911 — Approva os planos e orçamentos, na importancia de 31:516\$018, para a construcção de alpendres sobre a plataforma dos armazens ns. 1, 2, 3 e 4 da «Manáos Harbour Limited», destinados a abrigo das mercadorias que alli são descarregadas.

N. 8.711 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 10 de maio de 1911 — Autoriza a revisão do contracto de 11 de fevereiro de 1910 com a «South American Railway Construction Company, Limited», na conformidade dos decretos ns. 7.669 e 7.842 A, de 18 de novembro de 1909 e 3 de fevereiro de 1910.

N. 8.712 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 10 de maio de 1911 — Approva o projecto e o respectivo orçamento para a construcção de tres carreiras, systema «morton», destinadas á reparação de vapores que fazem o serviço de navegação no porto de Belém do Pará.

N. 8.713 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.714 — **FAZENDA** — Decreto de 10 de maio de 1911 — Eleva o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo cobrados por estampilhas, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.715 — **FAZENDA** — Decreto de 10 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 321:315\$953 para pagamento de contas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, na conformidade do art. 82, n. XIV, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.716 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:425\$ para pagamento de subsidio que deixou de receber Manoel Bezerra de Albuquerque Junior.

N. 8.717 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:980\$800 para paga-

mento ao lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Pedro Severiano de Magalhães, da diferença do accrescimento de vencimentos.

N. 8.718 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2:400\$ para pagamento de augmento de vencimentos ao procurador e ao sub-procurador dos Feitos da Saude Publica.

N. 8.719 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:761\$290 para pagamento ao lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Augusto Brandt Paes Leme, de diferença de accrescimento de vencimentos.

N. 8.720 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1911 — Promulga a convenção de arbitramento entre o Brasil e a Grã Bretanha, assignada em Petropolis aos 18 de junho de 1909.

N. 8.720 A — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de maio de 1911 — Encerra os trabalhos do recenseamento a que se refere o decreto n. 8.382, de 13 de novembro de 1910.

N. 8.721 — GUERRA — Decreto de 17 de maio de 1911 — Addita algumas disposições ao regulamento approved pelo decreto n. 7.940, de 7 de abril de 1910.

N. 8.722 — GUERRA — Decreto de 17 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 9:130\$ para indemnizar a sociedade n. 9, da Confederação do Tiro Brasileiro, do valor da metade das despesas relativas á construcção de sua linha de tiro.

N. 8.723 — FAZENDA — Decreto de 17 de maio de 1911 — Revoga o decreto n. 8.249, de 15 de setembro de 1910.

N. 8.724 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 574\$600 para pagamento ao professor da Escola Polytechnica, Dr. Alfredo de Paula Freitas, de diferença de accrescimento de vencimentos.

N. 8.725 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1911 — Approva as plantas das estações geradoras e depuradoras para o serviço de esgotos da ilha de Paqueta.

N. 8.726 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1911 — Approva os estudos de um ramal que, partindo da linha de Sitio a S. João d'El-Rey, na Estrada de Ferro Oeste de Minas, entre as estações de Ilhéos e Sitio, vá ter á cidade de Barbacena.

N. 8.727 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1911 — Approva os estudos e orçamento para a reconstrucção dos trechos de Ribeirão a Cortez, na Estrada de Ferro de Ribeirão a Bonito.

N. 8.728 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 110:000\$ para montagem de uma estação

radio-telegraphica em Porto Murtinho, no Estado de Matto Grosso.

N. 8.729 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Viagão e Obras Publicas o credito de 161:676\$580 para continuar os melhoramentos da Quinta da Boa Vista.

N. 8.730 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de maio de 1911 — Concede autorização á «Southern S. Paulo Railway Company, Limited», para funcção na Republica.

N. 8.731 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de maio de 1911 — Concede autorização a João Luiz de La-Rocque, Raymundo Tavares Vianna e Bento Miranda para organizarem uma empresa anonyma, sob a denominação de Companhia de Pesca Paraense.

N. 8.732 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de maio de 1911 — Concede autorização á «Companhia Industrial e Comercial» para funcção na Republica.

N. 8.733 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de maio de 1911 — Concede autorização á «Brazilian Iron and Steel Company» para funcção na Republica.

N. 8.734 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de maio de 1911 — Crea um posto zootechnico no municipio de Ribeirão Preto, no Estado de S. Paulo.

N. 8.735 — GUERRA — Decreto de 23 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 18:000:000\$. ouro, afim de ser despendido á proporção que se fôr tornando necessario com a substituição do armamento do Exercito e a compra de outros pretrechos bellicos.

N. 8.736 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de maio de 1911 — Appróva o regulamento do Aprendizado Agricola de Barbacena, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.737 — FAZENDA — Decreto de 25 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 123:143\$775 para pagamento de contas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores na conformidade do art. 82, n. XIV, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.738 — FAZENDA — Decreto de 25 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 510:451\$117 para pagamento de contas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, na conformidade do art. 82, n. XIV, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.739 — FAZENDA — Decreto de 25 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 21:991\$415 para pagamento devido a José Luiz Pereira em virtude de sentença judicialia.

N. 8.740 — FAZENDA — Decreto de 25 de maio de 1911 — Concede á sociedade anonyma «Banque Brésilienne Italo-Belge», com séde em Antuerpia, Belgica, autorização para



funcionar no Brasil, com uma succursal na capital do Estado de S. Paulo, e approva os seus estatutos.

N. 8.741 — FAZENDA — Decreto de 25 de maio de 1911 — Concede á sociedade anonyma «Deutsch Südamerikanisch Bank Actiengesellschaft», com séde em Berlim, autorização para funcionar no Brasil com uma succursal nesta capital, e approva os respectivos estatutos.

N. 8.742 — FAZENDA — Decreto de 25 de maio de 1911 — Concede á «Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud» autorização para estabelecer agencias nas cidades de Mocóca e S. José do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo, e na capital do Estado do Paraná.

N. 8.743 — FAZENDA — Decreto de 25 de maio de 1911 — Approva as alterações dos estatutos da Companhia Nacional de Seguros de Vida Cruzeiro do Sul, com séde nesta capital.

N. 8.744 — FAZENDA — Decreto de 25 de maio de 1911 — Approva os novos estatutos da «Prenschien National Versicherungs Gesellschaft», com séde em Stettin, Allemanha.

N. 8.745 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:750\$ para pagamento de augmento de vencimentos ao desembargador Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboin.

N. 8.746 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1911 — Approva o plano e orçamento, na importância de 1:246\$562, de quatro escadas de ferro, junto á ponte fluctuante Roadway, para o serviço de embarque e desembarque de passageiros no porto de Manáos, Estado de Amazonas.

N. 8.747 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1911 — Altera a clausula X das que baixaram com o decreto n. 7.481, de 29 de julho de 1909.

N. 8.748 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 25:000\$ para pagamento á Companhia Lithographica Hartman & Reidmbach.

N. 8.749 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1911 — Publica a adhesão do Imperio Ottomano ao accôrdo assignado em Roma em 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene pública.

N. 8.750 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de maio de 1911 — Approva a planta das modificações necessarias para o fim de facilitar o serviço do caes do porto da Bahia.

N. 8.751 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1911 — Altera de 320:553\$798, ouro, para réis 303:745\$098, a importância do credito aberto ao Ministerio das Relações Exteriores pelo decreto n. 8.624, de 24 de março do corrente anno.

N. 8.752 — GUERRA — Decreto de 31 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 150:000\$ para auxilio da construcção de uma ponte metallica sobre o canal de S. Vicente, na comarca de Santos, Estado de S. Paulo.

N. 8.753 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1911 — Concede ao engenheiro Francisco de Paula Ramos e outros, ou á empresa que organizarem, as vantagens constantes do decreto n. 5.646, de 22 de agosto de 1905, e demais favores, para o aproveitamento da força hydraulica das cachoeiras de Paulo Affonso.

N. 8.754 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de maio de 1911 — Concede autorização a «Gem Exploration Company» para funcionar na Republica.

N. 8.755 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de maio de 1911 — Concede autorização á «Anglo Brazilian Motor Transport Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 8.756 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de maio de 1911 — Concede autorização a «Sopa Diamond Mine, Limited», para funcionar na Republica.

N. 8.757 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de maio de 1911 — Concede autorização á sociedade anonyma Uzinas Nacionaes para funcionar na Republica.

N. 8.758 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1911 — Crea uma mesa de rendas de 1ª ordem em Itacoatiara, no Estado do Amazonas, e dá outras providencias.

N. 8.759 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1911 — Approva a alteração feita no art. 21 dos estatutos da Companhia Paulista de Seguros, com séde em S. Paulo.

N. 8.760 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:495\$161, para pagamento ao substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. José Affonso de Carvalho, de acrescimo de vencimentos.

N. 8.761 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:040\$ para pagamento ao lente da Escola Polytechnica, Dr. Manoel Pereira Reis, de differença de acrescimo de vencimentos.

N. 8.762 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 439\$200 para pagamento ao lente da Escola Polytechnica, Dr. João Baptista Ortiz Monteiro, de differença de acrescimo de vencimentos.

N. 8.763 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1911 — Declara caduca a concessão da estrada de ferro da praça da Republica á Barra de Guaratiba.

N. 8.764 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Pu-

blicas o credito de 430:000\$ para a construcção da Rêde de Viação Fluminense.

N. 8.765 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1911 — Transfere para a Companhia de Viação e Construcções os contractos de 15 de outubro de 1908 e 20 de março de 1909, para a construcção e arrendamento da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, conjunctamente a caução de 50:000\$000.

N. 8.766 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1911 — Promulga a convenção de arbitramento entre o Brasil e Portugal, assignada em Petropolis a 25 de março de 1909.

N. 8.767 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1911 — Promulga a convenção para a permuta de encomendas postaes com os Estados Unidos da America, assignada no Rio de Janeiro aos 26 de março de 1910.

N. 8.768 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de junho de 1911 — Dá regulamento aos campos de demonstração creados pelo decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910.

N. 8.769 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.770 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.771 — FAZENDA — Decreto de 7 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 46:327\$016 para pagamento aos herdeiros de D. Francisca Dantas da Silveira Carvalho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.772 — FAZENDA — Decreto de 7 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 181\$400 para pagamento a Domingos Tamanqueira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.773 — FAZENDA — Decreto de 7 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:948\$191 para pagamento ao Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.774 — FAZENDA — Decreto de 7 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:669\$552 para pagamento ao marechal Francisco José Cardoso Junior, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.775 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para proseguir no alargamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Lafayette, na direcção do valle do Paraopeba, para Bello Horizonte.

N. 8.776 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1911 — Declara de utilidade publica, para o fim da desapropriação, os terrenos necessarios á construcção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré.

N. 8.777 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-



gócios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, afim de occorrer á despesa com o premio de viagem conferido ao bacharel Frederico Carlos Branco Clark.

N. 8.778 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:425\$ para pagamento de subsidio que deixou de receber o Dr. João Baptista de, Sá Andrade.

N. 8.779 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:425\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o Dr. José Joaquim Ferreira Rabello.

N. 8.780 — GUERRA — Decreto de 12 de junho de 1911 — Declara que fica desapropriada por utilidade publica uma faixa de terreno sita á alameda de S. Boaventura, em Nitheroy, proximo ao que foi doado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro para construcção de um quartel destinado a um batalhão de caçadores e necessario a essa construcção.

N. 8.781 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.782 — GUERRA — Decreto de 14 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 164:010\$, suppletar á rubrica 5ª do art. 21 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.783 — FAZENDA — Decreto de 14 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 555\$200 para pagamento a Florentino de Paula, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.784 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de junho de 1911 — Approva o projecto e orçamento para as obras de melhoramento do porto de Paranaguá, no Estado do Paraná.

N. 8.785 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de junho de 1911 — Approva as plantas e o orçamento das obras de melhoramento do porto de Jaraguá, no Estado de Alagoas.

N. 8.786 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.787 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de junho de 1911 — Concede autorização á « Itabira Iron Ore Company, Limited », para funcçãoar na Republica.

N. 8.788 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.789 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de junho de 1911 — Revalida a carta-patente de privilegio de invenção n. 4.863, de 20 de fevereiro de 1907.

N. 8.790 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de junho de 1911 — Concede autorização á « Ingersoll Rand Company » para funcçãoar na Republica.

N. 8.791 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de junho de 1911 — Concede autorização á « The

S. Paulo Electric Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 8.792 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de junho de 1911 — Crea um campo de demonstração no municipio de Espirito Santo, Estado da Parahyba do Norte.

N. 8.793 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de junho de 1911 — Concede ao industrial Manoel José da Costa Lisboa, ou á companhia que organizar, diversos favores para o estabelecimento da metallurgia do ferro e do aço no municipio de Antonina, Estado do Paraná, e exportação dos minerios de ferro dessa procedencia.

N. 8.794 — FAZENDA E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de junho de 1911 — Autoriza a emissão de titulos no valor de frs. 60 milhões, do juro annual de 4 %, ouro, para pagamento de serviços contractados com a Companhia Viação Geral da Bahia.

N. 8.795 — FAZENDA — Decreto de 21 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 529\$611 para pagamento de differença de vencimentos ao segundo escriptuario da Alfandega de Paranaguá, Francisco de Paula Dias Negrão em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.796 — FAZENDA — Decreto de 21 de junho de 1911 — Approva as alterações feitas nos estatutos da «Nord-Deutsche Versicherungs Gesellschaft», com séde em Hamburgo.

N. 8.797 — FAZENDA — Decreto de 21 de junho de 1911 — Concede á sociedade anonyma «Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud», autorização para estabelecer agencias nas cidades de Paranaguá e Ponta Grossa, no Estado do Paraná, e nas cidades de Porto Alegre e Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.798 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de junho de 1911 — Transfere da comarca de Itaporanga para a de S. José do Rio Pardo a séde da 41ª brigada de cavallaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 8.799 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1911 — Promulga a convenção para a permuta de encomendas postaes sem valor declarado entre o Brasil e a Italia, assignada no Rio de Janeiro em 19 de dezembro de 1910.

N. 8.800 — GUERRA — Decreto de 28 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 327:380\$302, supplemental ao n. 6 do art. 21 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.801 — GUERRA — Decreto de 28 de junho de 1911 — Altera o plano de uniforme para o Exército, na parte relativa ás passadeiras, para o 1º e 2º uniformes dos officiaes do Estado-Maior General.

N. 8.802 — FAZENDA — Decreto de 28 de junho de 1911 — Approva, com alterações, os novos estatutos da A Previdência, Caixa Paulista de Pensões.

N. 8.803 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 537:000\$ para a construcção de um edificio, destinado a Correios e Telegraphos, na cidade de Nietheroy.

N. 8.804 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1911 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e o respectivo orçamento do trecho da linha ferrea da villa de Itabapoana a Bom Jesus da Itabapoana, na extensão de 15.600 metros.

N. 8.805 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1911 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e o respectivo orçamento da variante comprehendida entre os kilometros 150 + 601 e 174 + 560 do trecho da linha trecho da Estrada de Ferro de Goyaz, já approved pelo de n. 8.274, de 6 de outubro de 1910.

N. 8.806 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 75:107\$280 para attender ao augmento de despesa com o pessoal e material do Collegio Pedro II.

N. 8.807 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:5425\$ para pagamento de subsidio que deixou de receber o Dr: José Leopoldo de Bulhões Jardim.

N. 8.808 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1911 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 13:225\$804, ouro, para occorrer ás despesas com uma legação na Turquia.

N. 8.809 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1911 — Crea um consulado em Altona, no Imperio Allemão.

N. 8.810 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de julho de 1911 — Annexa á Escola Média ou Theorico-Pratica de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul um posto zootechnico e uma estação experimental.

N. 8.811 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de julho de 1911 — Concede autorização á « Northern Camps, Limited », para funcionar na Republica.

N. 8.812 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de julho de 1911 — Concede autorização a F. Matarazzo & Comp., para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Industrias Reunidas Fabricas Matarazzo.

N. 8.813 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de julho de 1911 — Concede autorização á « British Manufacturer's Association, Limited », para funcionar.

N. 8.814 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1911 — Approva novas obras de character urgente para o porto de Manãos.

N. 8.815 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1911 — Approva, com alterações, as plantas, perfis



e o respectivo orçamento da revisão do ramal do Paranapanema, compreendida entre Jaguarihyva e a Colonia Mineira, na extensão de 102.500 kilometros, da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

N. 8.816 — GUERRA — Decreto de 5 de julho de 1911 — Approva o regulamento da Secretaria de Estado da Guerra.

N. 8.817 — GUERRA — Decreto de 5 de julho de 1911 — Approva o regulamento das disposições da lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908, sobre o quadro de auditores, e revoga o art. 25 do que baixou com o decreto n. 7.635, de 30 de outubro de 1909.

N. 8.818 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rosario, no Estado do Maranhão.

N. 8.819 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Alto-Itapicuru, no Estado do Maranhão.

N. 8.820 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria guardas nacionaes na comarca de Victoria, no Estado do Maranhão.

N. 8.821 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Alto-Mearim, no Estado do Maranhão.

N. 8.822 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Vianna, no Estado do Maranhão.

N. 8.823 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pinheiro, no Estado do Maranhão.

N. 8.824 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Loreto, no Estado do Maranhão.

N. 8.824 A — MARINHA E JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1911 — Manda provisoriamente depositar na Colonia Correccional de Dois Rios as pracas dos cornos de Marinha que tiverem de cumprir pena correccional, e dá outras providencias.

N. 8.825 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1911 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para os estudos do prolongamento e ramacs necessarios da Rêde de Viacão Ferrea Cearense.

N. 8.826 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1911 — Approva, com modificacões, os estudos definitivos e os respectivos orçamentos da linha tronco da Estrada de Ferro de Goyaz, na extensão de 223km,60.

N. 8.827 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1911 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e os respectivos orçamentos da linha tronco da Estrada de Ferro de Goyaz, na extensão de 155km,738,30.

N. 8.828 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1911 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e os respectivos orçamentos do ramal de Uberaba a S. Pedro de Alcantara, da Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 8.829 — FAZENDA — Decreto de 10 de julho de 1911 — Dá regulamento para o serviço de *colis-postaux*.

N. 8.830 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de julho de 1911 — Approva o local, na ilha do Governador, da bahia do Rio de Janeiro, para a construção da estação de carga e descarga do minerio e carvão a ser construida pelos contractantes Carlos G. da Costa Wigg e Trajano S. V. de Medeiros, ou a companhia que organizarem, para exploração da metallurgia de ferro e aço, e estabelece providencias complementares.

N. 8.831 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de julho de 1911 — Concede autorização a « Compagnie Générale de Chemins de Fer des E'tats Unis du Brésil » para funcionar na Republica.

N. 8.832 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de julho de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.833 — GUERRA — Decreto de 10 de julho de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 70:996\$126, destinado ao pagamento de varios empregados dos extinctos arsenaes de guerra de Pernambuco e da Bahia, de vencimentos que deixaram de receber.

N. 8.834 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1911 — Reorganiza a Assistencia a Alienados.

N. 8.835 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1911 — Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional.

N. 8.836 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de julho de 1911 — Approva o projecto e o respectivo orçamento das obras no canal da barra do rio Estrella, na baixada do Estado do Rio de Janeiro.

N. 8.837 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de julho de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.000:000\$ para as despesas com os pagamentos e obras novas da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 8.838 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de julho de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.000:000\$ para occorrer ao pagamento da quantia correspondente á medição dos materiaes recebidos do estrangeiro, no corrente anno, pela « Madeira-Mamoré Railway Company ».

N. 8.839 — **VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de julho de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 450:000\$ para proseguir no alargamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Lafayette, na direcção do valle de Paraopeba, para Bello Horizonte.

N. 8.840 — **VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de julho de 1911 — Approva as despesas feitas pela Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes durante o anno de 1909 com os estudos e construcção do ramal de Baurú.

N. 8.841 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 26 de julho de 1911 — Concede autorisação á Companhia de Pesca Norte do Brasil para funcionar na Republica.

N. 8.842 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 26 de julho de 1911 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 108:479\$856 para occorrer ao pagamento das gratificações addicionaes a que se refere o art. 66 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.843 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 26 de julho de 1911 — Crea a reserva florestal no territorio do Acre.

N. 8.844 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de julho de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda, o credito de 1:504\$ para pagamento a Daniel Pereira Bastos, José da Costa Guimarães Ferreira e José Alves de Silveira, em virtude de sentença judicial.

N. 8.845 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de julho de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 11:503\$300 para pagamento á Companhia Terras e Viação, em virtude de sentença judicial.

N. 8.846 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de julho de 1911 — Approva, com alterações as modificações dos estatutos da Caixa Mutua de Pensões Vitalicias, com séde na capital do Estado de S. Paulo.

N. 8.847 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de julho de 1911 — Concede autorização ao «Deutsche Ueberseeische Bank» (Banco Allemão Transatlantico) para estabelecer uma sucursal nesta capital e duas agencias, á mesma subordinadas, nas cidades de S. Paulo e Santos.

N. 8.848 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de julho de 1911 — Cassa a autorização concedida á companhia de seguros contra fogo «The Phenix Assurance Company», de Londres, para funcionar no Brasil.

N. 8.849 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.850 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 26 de julho de 1911 — Promulga a convenção de arbitramento entre o Brasil e a França, assignada em Petropolis a 7 de abril de 1909.

N. 8.851 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 26 de julho de 1911 — Promulga a convenção de arbitramento entre o Brasil e a Hespanha, assignada em Petropolis a 8 de abril de 1909.



N. 8.852 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 26 de julho de 1911 — Promulga a convenção de arbitramento entre o Brasil e a Noruega, assignada em Kristiania a 13 de julho de 1909.

N. 8.853 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 26 de julho de 1911 — Promulga a convenção para a permuta de encomendas postaes entre o Brasil e a França, assignada no Rio de Janeiro a 3 de junho de 1909.

N. 8.854 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de julho de 1911 — Transfere da comarca de Faxina para a de Aprarihy a séde da 32ª brigada de infantaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 8.855 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de julho de 1911 — Transfere da comarca de Faxina para a de S. Luiz do Parahytinga a séde da 153ª brigada de infantaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 8.856 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de julho de 1911 — Transfere da comarca de S. José do Rio Pardo para a de Baurú a séde da 46ª brigada de infantaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 8.857 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de julho de 1911 — Transfere da comarca da capital para a de Campos Novos do Parapanmea a séde da 82ª brigada de infantaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 8.858 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de julho de 1911 — Transfere da comarca da capital do Estado de S. Paulo para a de Parahybuna, no mesmo Estado, a séde da 118ª brigada de infantaria da Guarda Nacional.

N. 8.859 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de julho de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Lavras, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.860 — **VIACÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e os respectivos orgamentos da linha tronco da Estrada de Ferro de Goyaz, na extensão de 224 kilometros.

N. 8.861 — **FAZENDA** — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Concede á « Hansa, Allgemeine Versicherungs-Aktien-Gesellschaft », com séde em Hamburgo, autorização para operar no Brasil em seguros contra fogo e riscos de transportes.

N. 8.862 — **FAZENDA** — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Concede á Companhia de Seguros de Vida Cruzeiro do Sul autorização para operar em seguros terrestres e maritimos.

N. 8.863 — **FAZENDA** — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Concede á Sociedade Anonyma de Peculios e Educação A Mutua Brasil, com séde na capital do Estado de S. Paulo, autorização para funcconar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 8.864 — **FAZENDA** — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Concede á « Alliance Assurance Company, Limited », com séde em Londres, autorização para operar no Brasil em seguros contra fogo e riscos maritimos.

N. 8.865 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 29:450\$ para pagamento de subsidios e ajudas de custo que deixou de receber o Dr. Martinho da Silva Prado Junior.

N. 8.866 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 6:484\$700 para pagamento ao professor ordinario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Erico Marinho da Gama Coelho, da differença de acrescimo de vencimentos.

N. 8.867 — GUERRA — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 191:556\$500, supplemental á verba 7ª do art. 21 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, para pagamento do acrescimo de despesa proveniente da reorganização do Hospital Central do Exercito.

N. 8.868 — GUERRA — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Altera o art. 49, alinea c, do regulamento aprovado por decreto n. 8.016, de 19 de maio de 1910.

N. 8.869 — MARINHA — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 650:000\$, supplemental á verba 27ª — Fretes, passagens, ajudas de custo e comissões de saques», para occorrer ao pagamento de despesas da mesma verba até o encerramento do actual exercicio.

N. 8.870 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Concede autorização á « United States Steel Products Company » para funcionar na Republica.

N. 8.871 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Providencia sobre a matricula no 1º anno do curso fundamental da Escola de Minas de Ouro Preto.

N. 8.872 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Crea no municipio de Tubarão, Estado de Santa Catharina, um apprendizado agricola.

N. 8.873 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Concede autorização á « Brazil Company » para funcionar na Republica.

N. 8.874 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1911 — Publica a adhesão da Republica de Cuba ao accôrdo assignado em Roma em 26 de maio de 1906, relativo á troca de cartas e caixas com valor declarado.

N. 8.875 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pastos Bons, no Estado do Maranhão.

N. 8.876 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Grajahú, no Estado do Maranhão.

N. 8.877 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Baixo-Mearim, no Estado do Maranhão.

N. 8.878 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

N. 8.879 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1911 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.880 — GUERRA — Decreto de 7 de agosto de 1911 — Declara que ficam desapropriados varios terrenos nos morros de Itaipus e Ponta Grossa, na cidade de Santos, Estado de S. Paulo.

N. 8.881 — FAZENDA — Decreto de 7 de agosto de 1911 — Concede a «The North British and Mercantile Insurance Company,» com séde em Londres e Edinburgo, autorização para operar no Brasil em seguros terrestres e marítimos.

N. 8.882 — FAZENDA — Decreto de 9 de agosto de 1911 — Concede á sociedade anonyma «Banque Francaise et Italienne pour l'Amerique du Sud», autorização para estabelecer uma agencia na cidade de Jahuí, Estado de S. Paulo.

N. 8.883 — FAZENDA — Decreto de 9 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 15:300\$ para occorrer ao pagamento a Vicente dos Santos Caneco de premio relativo á construcção do hiato a vapor *Tenente Rosa*, em estaleiro nacional.

N. 8.884 — FAZENDA — Decreto de 9 de agosto de 1911 — Proroga por 20 annos o prazo para o funcionamento da succursal ou caixa filial do «London and River Plate Bank, Limited», nesta Capital e suas agencias.

N. 8.885 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 48:000\$ para pagamento de subvenção ao Licêo de Artes e Officios da Capital Federal.

N. 8.886 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de agosto de 1911 — Approva com as modificações que forem julgadas necessarias, o projecto e o orçamento das obras de reconstrucção da rêde de esgotos existente entre os trapiches Witte e Teixeira, da «Companhia Manáos Harbour, Limited».

N. 8.887 — (Com este numero não houve acto algum).

N. 8.888 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de agosto de 1911 — Approva as plantas e o orçamento de uma casa forte construida na Alfandega de Manáos pela companhia «Manáos Harbour, Limited».

N. 8.889 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 200:000\$, ouro,



e 2.000:000\$, papel, suplementar á verba 3ª — Imigração e Colonização, — do art. 50 da lei n. 2.336, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.890 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 9 de agosto de 1911 — Promulga a convenção de arbitramento entre o Brasil e os Estados Unidos da America, assignada em Washington a 23 de janeiro de 1909.

N. 8.891 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 9 de agosto de 1911 — Promulga o tratado de commercio e navegação fluvial entre o Brasil e a Bolivia, assignado no Rio de Janeiro a 12 de agosto de 1910.

N. 8.892 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 9 de agosto de 1911 — Promulga a convenção de arbitramento entre os Estados Unidos de Brasil e a Republica de Cuba, assignada em Washington a 10 de junho de 1909.

N. 8.893 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de agosto de 1911 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Arassuahy, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.894 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de agosto de 1911 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Palmas no Estado de Minas Geraes.

N. 8.895 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de agosto de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Brejo, no Estado do Maranhão.

N. 8.896 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de agosto de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monção, no Estado do Maranhão.

N. 8.897 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de agosto de 1911 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de Tutoya, no Estado do Maranhão.

N. 8.898 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de agosto de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carolina, no Estado do Maranhão.

N. 8.899 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 11 de agosto de 1911 — Dá novo regulamento á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio, annexando-lhe o serviço de consultas e a Directoria Geral de Contabilidade, creados pelos decretos numeros 7.839, de 27 de janeiro, e 7.958, de 14 de abril de 1910.

N. 8.900 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 11 de agosto de 1911 — Declara desapropriados por utilidade publica os terrenos comprehendidos entre as ruas General Bruce, General Argollo, Vianna e Senador Alencar, afim de ser nelles construido o novo Observatorio Nacional.

N. 8.901 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de agosto de 1911 — Concede autorização á «Hillebrand Brasil Coal Company» para funcção na Republica.

N. 8.902 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.903 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de agosto de 1911 — Concede autorização á «Branchy Falls and Metallurgical Syndicat, Limited», para funcção na Republica.

N. 8.904 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1911 — Dá instruções para execução do art 84 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.905 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 152\$160 para pagamento a Oscar Pientznauer, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.906 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1911 — Concede á sociedade anonyma «Banque Brésilienne Italo-Belge», autorização para estabelecer uma succursal na cidade de Santos e agencias nas cidades de Ribeirão Preto e Jahú, no Estado de S. Paulo.

N. 8.907 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.908 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1911 — Approva os estudos definitivos do ramal ferreo de Tres Corações a Lavras, na extensão de 86 kilometros, da Companhia Estradas de Ferro Federaes Brasileiras, Rêde Sul-Mineira.

N. 8.909 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1911 — Transfere á firma Humberto Saboia & Comp., o contracto celebrado com os engenheiros J. do Oliveira Fernandes e Humberto Saboia de Albuquerque para a construcção da secção da Estrada de Ferro Oeste de Minas comprehendida entre Henrique Galvão e o Kilometro 48 da Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 8.910 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1911 — Proroga por 10 mezes o prazo estabelecido na clausula VIII do decreto n. 7.122, de 17 de setembro de 1908, para a construcção dos trabalhos de construcção da Estrada de Ferro de Itaquí a S. Borja.

N. 8.911 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1911 — Dá regulamento para execução do art.4º da lei n. 2.321, de 30 de setembro de 1910.

N. 8.912 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.913 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de agosto de 1911 — Concede autorização á «Brazilian Colonization and Development Company», para funcção na Republica.

N. 8.914 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de agosto de 1911 — Concede autorização á Companhia Central de Lactecios para funcção na Republica.

N. 8.915 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de agosto de 1911 — Concede autorização á Companhia Progresso Uruguay-Brasil para funcção na Republica.

N. 8.916 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de agosto de 1911 — Concede autorização á Companhia Central de Panificação para funcconar na Republica.

N. 8.917 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de agosto de 1911 — Concede autorização á «Brasil Land Cattle and Packing Company» para funcconar na Republica.

N. 8.918 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS -- Decreto de 23 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 400:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da rêde ferrea da Bahia.

N. 8.919 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de agosto de 1911 — Approva a planta e o orçamento na importancia de 35:286\$314, despendida com a cobertura do pateo entre os armazens ns. 13 e 14 da Companhia Docas de Santos.

N. 8.920 — FAZENDA — Decreto de 23 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 550:200\$ para pagamento devido a Flodoardo Torres, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.921 — FAZENDA — Decreto de 23 de agosto de 1911 Concede á Sociedade Mutua Paranaense», com séde em Ponta Grossa, Estado do Paraná, autorização para funcconar na Republica e approva, com alterações os respectivos estatutos.

N. 8.922 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de agosto de 1911 — Providencia sobre a execução do decreto legislativo n. 2.419, de 11 de julho de 1911.

N. 8.923 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria da Guarda Nacional na comarca de Itabapoana; no Estado do Espirito Santo.

N. 8.924 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 733:450\$, suplementar á verba 17ª Delegacias fiscaes, do exercicio corrente.

N. 8.925 — MARINHA — Decreto de 28 de agosto de 1911 — Extingue o commando das torpedeiras e crea o da defesa movel do porto do Rio de Janeiro.

N. 8.926 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS Decreto de 30 de agosto de 1911 abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 700:000\$ para attender ás despesas de construção do prolongamento da linha do centro, na direcção de Montes Claros.

N. 8.927 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para attender ás despesas do prolongamento do ramal de Ilacurussá até a cidade de Angra, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.928 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$ para continuar as obras de rectificação, desobstrucção e dragagem, do rio Paraguassú, na Bahia.



N. 8.929 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Proroga por 10 mezes o praso fixado na clausula II das que baixaram com o decreto n. 7.034, de 16 de julho de 1908.

N. 8.930 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Aceita a desistencia feita pela companhia «Port of Pará» das taxas de seu contracto para sementes, machinas e instrumentos de agricultura remettidos pelo Governo Federal á Inspetoria Agricola do Estado do Pará e dá outras providencias.

N. 8.931 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Autoriza o industrial Manoel José da Costa Lisboa a construir, sem onus para o Thesouro Nacional, uma linha ferrea destinada ao transporte dos minerios de sua propriedade em Antonina, Estado do Paraná.

N. 8.932 — FAZENDA — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 786\$200 para pagamento a Antonio José Villela e Alvaro Moniz, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.933 — FAZENDA — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 227:662\$897 para pagamento a Camillo Gomes Nogueira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.934 — FAZENDA — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 39:404\$130 para pagamento a José Ferreira dos Santos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.935 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:425\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o Dr. Astolpho Pio da Silva Pinto.

N. 8.936 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Crea um campo de demonstração no municipio de Lavras, Estado de Minas Geraes.

N. 8.937 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Crea um centro agricola em cada um dos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Minas Geraes.

N. 8.938 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Concede autorização á «Mississippi Valley, South America and Orient Steamship Company» para funcionar na Republica.

N. 8.939 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Concede autorização á «Compagnie des Chemins de Fer Federaux de l'Est Bresilien» para funcionar na Republica.

N. 8.940 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Crea um apprendizado agricola na estação agronomica e posto zootechnico, estabelecidas em Satuba, municipio de Santa Luzia do Monte, Estado de Alagoas.

N. 8.941 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de agosto de 1911 — Crea uma povoação indi-

gena em cada um dos aldeamentos de indios de S. Jeronymo, no Estado do Paraná, S. Lourenço, no Estado de Matto Grosso e Itaporanga no Estado de S. Paulo.

N. 8.942 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1911 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Carinhanha, no Estado da Bahia.

N. 8.943 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Bento, no Estado do Maranhão.

N. 8.944 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas nacionaes na comarca de Tutoya, no Estado do Maranhão.

N. 8.944 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1911 — Publica a adhesão do Imperio de Marrocos á convenção internacional radiotelegraphica assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906.

N. 8.945 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 28:454\$837 para attender ao augmento de despesa com o pessoal da Escola Polytechnica.

N. 8.946 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de setembro de 1911 — Concede autorização á Companhia Moinho Central de Ribeirão Preto para funcionar na Republica.

N. 8.947 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.948 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1911 — Substitue a clausula I do decreto numero 8.559, de 15 de fevereiro de 1911.

N. 8.949 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1911 — Proroga por tres mezes o prazo estipulado na clausula III do decreto n. 8.559, de 15 de fevereiro de 1911, para apresentação dos estudos definitivos das linhas ferreas de S. Pedro a S. Luiz e S. Borja.

N. 8.950 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 3:490\$666 para occorrer ao pagamento de differenças do vencimentos ao chefe de secção, addido, Rubem Tavares.

N. 8.951 — FAZENDA E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de setembro de 1911 — Concede á sociedade anonyma «Union Financiere Franco — Brésilienne», com séde em Paris, autorização para funcionar na Republica com uma succursal nesta capital.

N. 8.952 — FAZENDA — Decreto de 6 de setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:861\$472 para pagamento a João Baptista Barthe e outro, herdeiros de João Baptista Barthe, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.953 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.954 — FAZENDA — Decreto de 6 de setembro de 1911 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 1:244\$150 para pagamento a José Lourenço Alves e á Companhia Saneamento do Rio de Janeiro, em virtude de sentença judiciária.

N. 8.955 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de setembro de 1911 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 15:794\$183 para pagamento de diferenças de gratificação adicional a professores do Instituto Benjamin Constant.

N. 8.956 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de setembro de 1911 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 138:187\$077 para aumento de despesa com a reorganização da Assistência a Alienados.

N. 8.957 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1911 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 61:103\$187 para aumento de despesa com a nova organização da Bibliotheca Nacional.

N. 8.958 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1911 — Transfere da comarca de Faxina para a de Santa Branca a séde da 121ª brigada de infantaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 8.959 — GUERRA — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de réis 1:235\$483 para pagamento dos vencimentos do escrevente de 1ª classe do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, Gonçalo Attico Lima.

N. 8.960 — FAZENDA — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Altera as disposições do art. 10 e do seu § 2º do regulamento da Caixa de Conversão, expedido com o decreto n. 6.267, de 13 de dezembro de 1906.

N. 8.961 — FAZENDA — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 32:351\$342 para ocorrer ao pagamento devido a Henrique Adeodato Dias Coelho, inspector da extinta Thesouraria de Fazenda do Estado de Minas Geraes.

N. 8.962 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o crédito de 200:000\$ para estabelecimento, no cabo de S. Thomé, de uma estação radiotelegraphica estrategica.

N. 8.963 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o crédito de 33:000\$ para ser applicado de conformidade com o n. III do art. 32 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.964 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Approva o regulamento para a Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 8.965 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Abre ao Ministério da Justiça e



Negocios Interiores o credito supplementar de 6:605\$4996 á verba 15ª do art. 2º da lei n. 2.221, de 31 de dezembro de 1909, para pagamento de vencimentos ao capitão Fernando Alves de Souza Alão, no corrente exercicio.

N. 8.966 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça o Negocios Interiores o credito extraordinario de 5:613\$916 para pagamento de vencimentos ao capitão Fernando Alves de Souza Alão no anno de 1909.

N. 8.967 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Francisco, no Estado do Maranhão.

N. 8.968 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 32:000\$ para ser applicado de conformidade com o n. III, art. 32 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.969 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Imperatriz, no Estado do Maranhão.

N. 8.970 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Altera a disposição constante do art. 528 do regulamento que baixou com o decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910.

N. 8.971 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Transfere do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio para o Ministerio da Guerra a Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema.

N. 8.972 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Crea um apprendizado agricola na antiga Estação Experimental de Agricultura Augusto Montenegro, estabelecida no municipio de Igarapé-Assú, no Estado do Pará.

N. 8.973 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Crea um centro agricola no municipio de Arassuahy, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.974 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Crea uma enfermaria veterinaria e um posto de observação na fazenda do Leitão, nas proximidades do Bello Horizonte, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.975 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de setembro de 1911 — Concede autorização á «Compañia Industrial y Comercial», para continuar a funcionar na Republica.

N. 8.976 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de réis 12:600\$, ouro, para occorrer ás despesas com a manutenção no estrangeiro, durante um anno, dos alumnos da Escola de

Minas de Ouro Preto, Domingos Fleury da Rocha, Alceu Soares de Lellis Ferreira e Nicodemos Felisberto de Macedo, nos termos do art. 221 do código de ensino, sendo 4:200\$ a cada um.

N. 8.977 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de setembro de 1911 — Dá nova redacção ás clausulas XIV, XV e XXXI do decreto n. 5.978, de 18 de abril de 1906, que concede autorização ao engenheiro Percival Targünhar para execução das obras de melhoramentos do porto de Belém do Pará.

N. 8.978 — GUERRA — Decreto de 20 setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 55:874\$604, suplementar á verba 5ª do art. 21 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.979 — FAZENDA — Decreto de 20 de setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 105:100\$ para pagamento a Lage Irmãos de premio relativo a embarcações construídas em estaleiro nacional.

N. 8.980 — FAZENDA — Decreto de 20 de setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.000:000\$, papel, e 50:000\$, ouro, suplementar á verba 34ª — Exercícios findos, — do orçamento vigente.

N. 8.981 — FAZENDA — Decreto de 20 de setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 10:000\$ para pagamento a Wilson, Sons & Comp. de premio relativo á construcção da alvarenga *Tay*, em estaleiro nacional.

N. 8.982 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rosario, no Estado do Maranhão.

N. 8.983 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alcantara, no Estado do Maranhão.

N. 8.984 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de setembro de 1911 — Concede autorização á «Anglo Brazilian Power and Shipping Corporation, Limited» para funcionar na Republica.

N. 8.985 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de setembro de 1911 — Revalida a carta patente de privilegio de invenção n. 3.953, de 14 de outubro de 1903.

N. 8.986 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de setembro de 1911 — Concede autorização á Companhia Agave Brasileiro para funcionar na Republica.

N. 8.987 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.988 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1911 — Declara sem effeito o decreto n. 8.874, de 3 de julho do corrente anno.

N. 8.989 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.500:000\$ para os estudos e conservação da Rêde de Viação Fluminense.

N. 8.990 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 245:622\$818, ouro, para pagamento da garantia de juros, devida á Companhia Estrada de Ferro de Goyaz, até o fim do exercicio de 1910.

N. 8.991 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Proroga por tres mezes o praso estipulado na clausula III do decreto n. 8.556, de 15 de fevereiro de 1911:

N. 8.992 — FAZENDA — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Modifica as disposições do art. 495 da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

N. 8.993 — FAZENDA — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 24:988\$587 para pagamento de dividas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, na conformidade do art. 82, n. XIV, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 8.994 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Brejo, no Estado do Maranhão.

N. 8.994 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1911 — Publica a adhesão do Imperio de Marrocos á convenção internacional radio-telegraphica, assignada em Berlim, a 3 de novembro de 1906.

N. 8.995 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.996 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Japaratuba, no Estado de Sergipe.

N. 8.996-A — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Concede autorização á «Rio de Janeiro Hotel Company» para funcceionar na Republica.

N. 8.997 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Concede autorização á «Société Franco Sud Americaine de Travaux Publics» para funcceionar na Republica.

N. 8.998 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Revalida a carta patente de privilegio de invenção n. 3.793, de 9 de março de 1908.

N. 8.999 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Concede autorização á «Société d'Exploration Agricole de Villa Raffard», para funcceionar na Republica.

N. 9.000 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de setembro de 1911 — Concede autorização á «Rio



Jequié Rubber Syndicate, Limited», para funcionar na República.

N. 9.001 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Alto-Mearim, no Estado do Maranhão.

N. 9.002 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 65:000\$ para pagamento de diversas subvenções.

N. 9.003 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1911 — Transfere a Paulo Orozimbo de Azevedo, Dr. José Mattoso Sampaio Corrêa e Henrique Palm, ou á companhia ou empreza que os mesmos organizarem, a concessão feita a Paulo Orozimbo de Azevedo para construcção de uma estrada de ferro colonial.

N. 9.004 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1911 — Proroga por 12 meses o praso estipulado na clausula VII do decreto n. 7.074, de 20 de agosto de 1908.

N. 9.005 — VIAÇÃO, E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1911 — Approva o orçamento, na importancia maxima de 4.623:728\$332, das despesas relativas a diversas obras a executar na Estrada de Ferro da Bahia a Alagoinhas.

N. 9.005-A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1911 — Approva o orçamento, na importancia de 4.623:728\$332, das despesas relativas á substituição da via permanente da linha de Alagoinhas até o rio S. Francisco.

N. 9.006 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1911 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento, na importancia maxima de 4.165:935\$213, da linha de Igarapava a Uberaba, na extensão de 48.730, 92 metros.

N. 9.007 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1911 — Concede á «S. Paulo Electric Company. Limited», os favores constantes do decreto n. 5.646, de 22 de agosto de 1905, para aproveitamento da força hydraulica do rio Sorocaba, no Estado de S. Paulo, no trecho comprehendido entre o ponto que fica cerca de 100 metros acima da serraria do Banco União de S. Paulo e o lugar denominado Salti.

N. 9.008 — FAZENDA — Decreto de 4 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 18:030\$386 para pagamento de meio soldo a D. Helena Sierra de Sá.

N. 9.009 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 200:000\$ para conclusão das obras do quartel de cavallaria da Força Policial.

N. 9.010 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 98\$933 para paga-

gamento ao professor ordinario da Escola Polytechnica. Dr. Oscar Noeval de Gouvêa, de differença de accrescimento de vencimentos.

N. 9.011 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:425\$ para pagamento de subsidio e de ajudas de custo que deixou de receber o Dr. José Candido de Lacerda Coutinho.

N. 9.012 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de outubro de 1911 — Reorganiza o quadro do pessoal effectivo da Força Policial do Distrito Federal.

N. 9.013 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1911 — Publica a adhesão da Republica de Costa Rica á convenção assignada em Genebra a 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.

N. 9.014 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1911, o credito suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 9.015 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1911, o credito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores, — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 9.015 A — GUERRA — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1:116\$120 para pagamento de differença de gratificação de função a dois capitães e seis primeiros tenentes do quadro de dentistas do Corpo de Saude.

N. 9.016 — GUERRA — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de... 610:036\$611 para pagamento do soldo vitalicio a mais 575 voluntarios da patria.

N. 9.017 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Concede autorização á sociedade em commandita por acções Moinho Santa Cruz para reformar os seus estatutos.

N. 9.018 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Concede autorização á «Mappin Properties, Limited» para funcionar na Republica.

N. 9.018 A — GUERRA — Decreto de 16 de novembro de 1911 — Altera o art. 18, letra g, do regulamento approved pelo decreto n. 8.816, de 5 de julho de 1911.

N. 9.019 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Concede autorização á «Amazon River Steam Navigation Company (1911), Limited», para funcionar na Republica.

N. 9.019 A — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1911 — Autoriza a sociedade anonyma, Pensionato da Família, com séde em S. Paulo, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 9.020 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Concede autorização a «Compagnie Franco-Americaine d'Assainissement» para funcionar na Republica.

N. 9.020 A — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de ... 12:903\$937 para pagamento a Francisco de Souza Motta, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.021 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Approva os estatutos da «Hilbrand Brazil Coal Company».

N. 9.921 A — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de .... 10:572\$781 para pagamento ao Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva Junior e outros, de juros da mora a que foi condemnada a Fazenda Federal por sentença judiciaria.

N. 9.022 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 80:000\$. supplementar á verba 6ª — Aposentados, — do exercicio de 1911.

N. 9.923 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para auxiliar o governo do Rio Grande no serviço de desobstrução dos baixios do rio Guahyba, lagôa dos Patos, rio S. Gonçalo, lagôa Mirim e rio Jaguarão.

N. 9.024 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 451\$940 para pagamentos devidos a José Martins Leite e a José Tapiá Alonso, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.024 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de novembro de 1911 — Proroga por quatro mezes o prazo fixado na clausula II do decreto n. 7.995, de 12 de maio de 1910, para apresentação dos estudos definitivos no ramal de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 9.025 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de ..... 58:429\$600 para pagamento á Companhia Ferro Carril Jardim Botânico, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.025 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de novembro de 1911 — Approva algumas modificações no plano geral das obras de melhoramentos a que se refere o decreto n. 8.750, de 29 de maio de 1911.

N. 9.026 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 17:430\$160 para pagamento de vencimentos de chefe de secção da Alfau-



dega de Porto Alegre, Francisco de Sá Brito, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.032 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de 16 de novembro de 1911 — Approva o regulamento do Instituto Benjamin Constant.

N. 9.001 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1911 — Dá regulamento á Inspectoria Geral mentar á do contracto para a construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias e ramal de Itaqui e declara extensiva a essa Estrada as condições geraes e especificação da Rêde de Viação Geral da Bahia .

N. 9.028 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Approva a tabella de preços complementar á do contracto para a construcção da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte e declara extensivas á essa Estrada as condições geraes e especificações da Rêde de Viação Geral da Bahia.

N. 9.029 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Transfere para a « Compagnie des Chemins de Fer Fédéraux de l'Est Brésilien » o contracto celebrado com a Companhia Viação Geral da Bahia pelo decreto n. 8.648, de 31 de março de 1911.

N. 9.029 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1911 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Palmyra, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.030 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Approva o projecto substitutivo para a construcção de uma uzina electrogenea, necessaria ás obras de melhoramento do porto de Belém do Pará.

N. 9.030 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.031 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 400:000\$ para as despesas com os estudos do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil até á cidade de Belém, no Estado do Pará.

N. 9.031 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Montes Claros, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.032 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 24:000\$ para pagamento de subvenção á Liga Contra a Tuberculose de S. Paulo.

N. 9.032 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de novembro de 1911 — Dá regulamento á Inspectoria Geral de Illuminação.

N. 9.033 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:200\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o Dr. Antonio Joaquim do Couto Cartaxo.

N. 9.033 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de novembro de 1911 — Approva o regulamento da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas.

N. 9.034 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 686\$404 para pagamento ao secretario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Eugenio do Espirito Santo Menezes.

N. 9.035 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:425\$ para pagamento de subsidio que deixou de receber Joaquim José Paes da Silva Sarmento.

N. 9.036 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Transfere da comarca de Faxina para a de Tieté a séde da 6ª brigada de infantaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 9.037 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Loreto, no Estado do Maranhão.

N. 9.038 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Francisco, no Estado do Maranhão.

N. 9.039 — MARINHA — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 230:000\$ para a construcção de um rebocador de alto mar para o serviço de soccorros maritimos.

N. 9.040 — GUERRA — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Altera o § 3º do art. 50 do regulamento para as escolas do Exercito a que se refere o decreto n. 5.698, de 2 de outubro de 1905, já modificado pelo decreto n. 7.339, de 25 de janeiro de 1909.

N. 9.041 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Concede autorização á Companhia Mecanica de Panificação para funcconar na Republica.

N. 9.042 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Concede autorização á companhia «Port of Pará» para continuar a funcconar na Republica.

N. 9.043 — FAZENDA — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1,296;221\$875 suplementar á verba 18ª — Alfandegas, — do exercicio de 1911.

N. 9.044 — FAZENDA — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 228:064\$791 para pagamento a D. Josephina Martins de Bulhões Ribeiro e outros, em virtude de sentença judicial.

N. 9.045 — FAZENDA — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 11:147\$128, afim de indemnizar o Cofre de Orphãos de igual quantia fraudulentamente retirada da Delegacia Fiscal no Estado da Bahia.

N. 9.946 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.300:000\$ para as despesas com a construção do ramal de Sabará á cidade de Ferros, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 9.047 — (Com este numero não houve acto algum):

N. 9.048 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Approva o regulamento para o Corpo de Bombeiros do Districto Federal.

N. 9.049 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:425\$ para pagamento de subsidio que deixou de receber o Dr. Ramiro Barcellos.

N. 9.049 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Approva os estudos definitivos do trecho, na extensão de 53.600 metros, a partir de Basilio, da linha de Jaguarão a Basilio, e o respectivo orçamento, na importância de 4.704:734\$852.

N. 9.050 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1911, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores, — o 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 9.051 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 10:000\$ para pagamento de subvenção á Academia do Commercio do Rio de Janeiro.

N. 9.052 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Matã de S. João, no Estado da Bahia.

N. 9.053 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Crea mais cinco brigadas de infantaria de guardas nacionaes no departamento do Alto-Acre, no territorio do Acre.

N. 9.054 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Crea um consulado na ilha da Trinidad.

N. 9.055 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-



gócios Interiores, por conta do exercício de 1911, o crédito suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Câmara dos Deputados.

N. 9.056 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1911 — Approva o regulamento para o Instituto Nacional de Musica.

N. 9.057 — GUERRA — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Altera o art. 5º, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 7.666, de 18 de novembro de 1919..

N. 9.058 — (Com este numero não houve acto algum).

N. 9.059 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Concede a Alfredo Fausto de Sampaio Ribeiro, Francisco de Paula Rodrigues Teixeira e Paulo Rodrigues Rocha os favores constantes dos decretos ns. 8.019, de 19 de maio de 1910, e 20.406, de 11 de janeiro de 1911.

N. 9.060 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinario de 65:000\$ para pagamento das subvenções a que têm direito a Escola de Engenharia de Porto Alegre e a Escola Profissional da mesma cidade.

N. 9.061 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinario de 3:544\$935 para pagamento de augmento de vencimentos do antigo escrevente, hoje secretario, da Procuradoria da Republica no Districto Federal.

N. 9.062 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rosario, no Estado do Maranhão.

N. 9.063 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Mirador, no Estado do Maranhão.

N. 9.064 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Vianna, no Estado do Maranhão.

N. 9.065 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 9.066 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Altera o plano de uniformes da Guarda Nacional da União, approved pelo decreto n. 5.892, de 12 de outubro de 1906.

N. 9.067 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Concede o aproveitamento da força hydraulica das cachoeiras do Funil o Joasal, no rio

Parahybuna, para transformação em energia electrica applicada aos trabalhos da uzina siderurgica contractada com Carlos G. da Costa Wigg e Trajano Saboia Viriato de Medeiros e decreta a desapropriação das bemfeitorias e terrenos marginaes ás referidas cachoeiras.

N. 9.068 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Revalida a carta-patente de privilegio de invenção n. 3.549, de 4 de abril de 1902.

N. 9.069 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Concede autorização á Companhia Brasileira de Pêscarias para funcionar na Republica.

N. 9.070 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de outubro de 1911 — Dá novo regulamento ás escolas de aprendizes artifices.

N. 9.071 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos supplementares de 319:469\$234 á verba 15ª e de 98:986\$968 á verba 35ª do art. 2º da lei do orçamento do exercicio vigente.

N. 9.072 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos especiaes de 831\$267 e 3:602\$471 para pagamento a officiaes reformados da Força Policial e a officiaes effectivos, e reformados, do Corpo de Bombeiros.

N. 9.073 — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Declara sem effeito os decretos ns. 8.135 e 8.128, de 4 e 8 de agosto de 1910, que concederam autorização á «Preussische National Versicherung Gesellschaft», com séde em Stettin, Allemanha, para estabelecer agencias nos Estados do Pará e Amazonas.

N. 9.074 — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Declara sem effeito o decreto n. 8.134, de 4 de agosto de 1910, que concedeu autorização a «Norten Assurance Company, Limited», para estabelecer uma agencia na cidade do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 9.075 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 764\$516 para pagamento ao professor ordinario da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. João Americo Garcez Fróes, de acrescimo de vencimentos.

N. 9.076 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Approva o regulamento para a Inspectoria Federal das Estradas.

N. 9.077 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Approva os estudos definitivos referentes ao ramal de Timbó a Sipó, partindo da estação de Aporá, na Estrada de Ferro de Timbó a Propriá, na extensão de 40 kilometros, bem assim o respectivo orçamento, na importancia de 1.483:295\$983.

N. 9.078 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Approva o regulamento para a Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes.

N. 9.079 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Reorganiza os serviços a cargo da Repartição de Aguas, Esgotos e Obras Publicas.

N. 9.080 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Dá novo regulamento á Repartição dos Correios.

N. 9.081 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Dá novo regulamento ao Serviço de Povoamento.

N. 9.082 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Dá novo regulamento á Directoria de Meteorologia e Astronomia.

N. 9.083 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Crea uma escola permanente de laticínios no municipio de Barbacena, Estado de Minas Geraes.

N. 9.084 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Altera a clausula XVIII do contracto com a Companhia de Estrada de Ferro S. Paulo a Goyaz, a que se refere o decreto n. 8.392, de 14 de novembro de 1910.

N. 9.085 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Concede autorização á «Mappin & Webb (Brazil), Limited», para funcionar na Republica.

N. 9.086 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Concede autorização á «Santa Cruz Coffee Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 9.087 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1911 — Restabele a repartição fiscal do Governo junto a «Rio de Janeiro, City Improvements Company, Limited».

N. 9.088 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 6:842\$400, supplementar á verba 6ª — Secretaria do Senado, — rubrica «Pessoal», do art. 2º da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1911.

N. 9.089 — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 1.000:000\$ para auxilio ao Estado de Santa Catharina, nos termos do decreto legislativo n. 2.474, desta data.

N. 9.090 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1911 — Proroga os prazos marcados pelo decreto n. 8.911, de 16 de agosto de 1911, para a rotulagem das mercadorias de fabricação nacional sujeitas ao imposto de consumo.

N. 9.091 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Concede autorização á «Brazil Railway Company», para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.092 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Concede autorização á «S. Paulo Land Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 9.093 — FAZENDA — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Abre o Ministerio da Fazenda o credito de 1.450:000\$, supplementar á verba 13ª — Imprensa Nacional e *Diario Official*, — do exercicio de 1911.

N. 9.094 — FAZENDA — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Concede á sociedade anonyma «Banque Brésilienne Italo-Belge», autorização para estabelecer uma agencia na cidade de Campinas, Estado de S. Paulo.

N. 9.095 — GUERRA — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Altera o art. 45 do regulamento para o Collegio Militar, na parte relativa aos coadjuvantes do ensino theorico.

N. 9.096 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:380\$193 para pagamento ao professor ordinario da Escola Polytechnica, Dr. José Antonio Murtinho, da differença de acrescimo de vencimentos.

N. 9.097 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 12:757\$839 para augmento de despesa com a reorganização da Faculdade de Direito de S. Paulo.

N. 9.098 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:621\$494 para augmento de despesa com a reorganização da Faculdade de Direito de Recife.

N. 9.099 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:258\$949 para pagamento a Delfim da Camara, professor de desenho da Escola Polytechnica, da differença de acrescimo de vencimentos.

N. 9.100 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 35:000\$ para pagamento das subvenções de 5:000\$ ao Hospital de Tuberculosos de Itajubá e 15:000\$ ao Lyceu Agronomico de Pelotas.

N. 9.101 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Autoriza a revisão dos contractos de 15 de março de 1899 e 19 de junho de 1905, celebrados com a «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer du Brésil».

N. 9.102 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Declara caduca a concessão do prolongamento da Estrada de Ferro do Norte até o Porto das Caixas, feita pelo decreto n. 9.986, de 18 de julho de 1888.



N. 9.103 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Proroga até 30 de novembro corrente o prazo a que se refere a clausula XLIII do contracto approved pelo decreto n. 8.648, de 31 de março de 1911.

N. 9.104 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Publica a convenção de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Austria-Hungria, assignada no Rio de Janeiro a 19 de outubro de 1910.

N. 9.105 — GUERRA — Decreto de 8 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 1:116\$120 para pagamento de differença de gratificações de funcção a dous capitães e seis primeiros tenentes do quadro de dentistas do Corpo de Saude do Exercito.

N. 9.106 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de novembro de 1911 — Reorganiza a Directoria Geral de Estatistica, dando-lhe nova denominação.

N. 9.107 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de novembro de 1911 — Concede autorização á «Santos Syndicate, Limited», para funcionar na Republica.

N. 9.108 — GUERRA — Decreto de 16 de novembro de 1911 — Altera o art. 18, lettra g, do regulamento approved pelo decreto n. 8.816, de 5 de julho de 1911.

Ns. 9.109 a 9.123 — (Estes decretos foram publicados no *Diario Official*, sob os ns. 9.019 a 9.033, figurando na collecção de leis com os ns. 9.019 A a 9.033 A.)

N. 9.124 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Approva o projecto e o respectivo orçamento das obras para saneamento da bacia do rio Surubhy, na baixada do Estado do Rio de Janeiro.

N. 9.125 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Proroga por quatro mezes, improrogaveis, o prazo estabelecido na clausula XI do decreto n. 7.928, de 31 de março de 1910, para a reconstrucção da linha em traçado da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 9.126 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Approva os estudos definitivos e respectivo orçamento, na importancia de 325:070\$119, do ultimo trecho do ramal de Tres Corações a Lavras, na extensão de 6.492 metros.

N. 9.127 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tury-Assú, no Estado do Maranhão.

N. 9.127 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Approva os estudos para uma estrada de automoveis entre as cidades de Penedo e Macció, no Estado de Alagoas, e dá outras providencias.

N. 9.128 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Brejo, Estado do Maranhão.

N. 9.129 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Crea um campo de demonstração no município de Xiririca, no Estado de S. Paulo.

N. 9.130 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 15:000\$ para pagamento ao Dr. Waldomiro Lima da subvenção que lhe compete, no corrente anno, nos termos do art. 51, letra *a*, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, por ter satisfeito as condições estabelecidas nas alíneas *b* e *c* do art. 3º da lei n. 2.049, de 31 de dezembro de 1908, relativamente á cultura do trigo.

N. 9.131 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:058\$733 para pagamento ao Dr. Joaquim Duarte Murtinho, de differença de acrescimo de vencimentos.

N. 9.132 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:125\$ para pagamento de subsidio que deixou de receber o Dr. João Francisco de Paula e Souza.

N. 9.133 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção ao Sanatorio de S. Luiz de Piracicaba.

N. 9.134 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:950\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o Dr. Cesario da Motta Junior.

N. 9.135 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:430\$709 para pagamento ao professor ordinario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Ernesto de Freitas Crissiuma, de differença de acrescimo de vencimentos.

N. 9.136 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 256\$100 para pagamento a José Tapiá Alonso, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.137 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 99:997\$252.ouro, e 1:171\$849. papel, para pagamento de despesas feitas com a introdução de animaes reproductores e apuradas no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 9.138 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Autoriza o Ministro da Fazenda a emitir apolices até a quantia de 5.000:000\$, do juro annual de 5 %, papel.

N. 9.139 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:887\$145,

ouro, e 1.935:008\$897, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos relacionadas.

N. 9.140 — MARINHA — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Dá redacção mais conveniente ao art. 87 do regulamento para o serviço de praticagem dos portos, costas e rios navegaveis do Brasil.

N. 9.141 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Lapa, no Estado do Paraná.

N. 9.142 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da União da Victoria, no Estado do Paraná.

N. 9.143 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Imbituva, no Estado do Paraná.

N. 9.144 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Paraná.

N. 9.145 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Mirador, no Estado do Maranhão.

N. 9.146 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Bento, no Estado do Maranhão.

N. 9.147 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Maranhão.

N. 9.148 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de novembro de 1911 — Approva o regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 9.149 — GUERRA — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Altera a tabella annexa ao regulamento approved pelo decreto n. 7.666 de 18 de novembro de 1909, na parte relativa á distribuição dos sargentos amanuenses.

N. 9.150 — GUERRA — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 2:474\$998 para pagamento de tres funcionarios do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

N. 9.151 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 60:000\$, supplementar á verba 24<sup>a</sup> — Ajudas de custo, — do corrente exercicio.

N. 9.152 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:362\$400.

para pagamento de contas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, na conformidade do art. 82, n. XIV, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.153 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Concede autorização á sociedade anonyma de peculios A Família, com séde nesta capital, para funcconiar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos; ficando, sem effeito, o decreto n. 8.953, de 6 de setembro do corrente anno.

N. 9.154 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Autoriza a sociedade anonyma Zona da Matta, com séde na cidade de Leopoldina, em Minas Geraes, a funcconiar na Republica e approva, com alteração, os seus estatutos.

N. 9.155 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Autoriza a incorporação da Estrada de Ferro de Santa Catharina á rede ferro-viaria Paraná-Santa Catharina, e dá outras providencias.

N. 9.156 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Concede á Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnahyba prorrogação por 10 annos do praso estipulado na clausula XXI do respectivo contracto para a navegação do rio Parnahyba entre o porto de Tutoya e Florianopolis.

N. 9.157 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Reorganiza os serviços de policia sanitaria e prophylaxia nos portos da Republica.

N. 9.158 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Extingue a commissão de obras federaes no territorio do Acre.

N. 9.159 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1911, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 9.160 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 22:000\$ para pagamento de subvenções.

N. 9.161 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 30:000\$ para pagamento de subvenções.

N. 9.162 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carolina, no Estado do Maranhão.

N. 9.163 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Transfere da comarca de Faxina para a de Avaré a séde da 28ª brigada de cavallaria da Guarda Nacional no Estado de S. Paulo.



N. 9.164 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maranguape, no Estado do Ceará.

N. 9.165 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará.

N. 9.166 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1911 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Domingos do Prata, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.167 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1911, o credito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$, á verba—Subsidio dos senadores—e 477:000\$ á verba—Subsidio dos deputados.

N. 9.168 — FAZENDA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de novembro de 1911 — Autoriza a emissão de titulos no valor de £ 2.400.000, ou francos 60.000.000, do juro annual de 4 %, ouro, para pagamento de serviços contractados com a «South American Railway Construction Company, Limited».

N. 9.169 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1911 — Promulga o protocollo firmado em 12 de dezembro de 1906 entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay sobre a execução de cartas rogatorias.

N. 9.169 A — GUERRA E MARINHA — Decreto de 30 de novembro de 1911 — Dá nova organização a algumas repartições de marinha.

N. 9.170 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1911 — Autoriza a electrificação das linhas ferreas de que trata o decreto n. 7.960, de 14 de abril de 1910.

N. 9.171 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 9.172 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1911 — Autoriza a revisão dos contractos de 15 de outubro de 1908 e 20 de março de 1909 para a construção e o arrendamento da Estrada de Ferro do Rio Grande do Norte.

N. 9.173 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Concede autorização á «Guarahim Internacional Bridge Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 9.174 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Revalida a carta patente do privilegio de invenção n. 3.616, de 27 de junho de 1902.

N. 9.175 — GUERRA — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 232:205\$217 para pagamento de salarios e serviços de alfaiates e costureiras dos arsenaes de guerra do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

N. 9.176 — GUERRA — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Revoga o art. 73 do regulamento para o Depósito do Material Sanitário do Exército, aprovado pelo decreto n. 3.943, de 1 de março de 1901, e dá outras providencias.

N. 9.177 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ para desobstrucção do rio Paracatú.

N. 9.178 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ para os estudos de uma linha ferrea de S. Luiz de Cáceres ao ponto mais francamente navegavel do rio Guaporé.

N. 9.179 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ para os estudos e melhoramentos do porto de Amarração.

N. 9.180 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:086\$820 para pagamentos devidos ao Dr. André Betim Paes Leme, a D. Delphina Garcia dos Santos Reis e a Ricardo Fernandes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.181 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:800\$ para pagamento de contas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, na conformidade do art. 82, n. XIV, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1911.

N. 9.182 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Dispõe sobre a execução do art. 12 do decreto legislativo n. 2.419, de 11 de julho do corrente anno.

N. 9.183 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento da subvencão a que tem direito o hospital da cidade do Pará, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.184 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no departamento do Alto-Acre, no territorio do Acre.

N. 9.185 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Crea mais tres brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Maranhão.

N. 9.186 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Maranhão.

N. 9.187 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 34:421\$266, suplementar á verba 35ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.188 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 14:235\$ para pagamento da tripulação da lancha *Dr. Vellez*.

N. 9.189 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 32:240\$, supplementar á verba 34ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.190 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Promulga a convenção concluída no Rio de Janeiro a 23 de agosto de 1906, pela 3ª Conferencia Internacional Americana, relativa a patentes de invenção, desenhos e modelos industriaes, marcas de fabrica e commercio e propriedade litteraria e artistica.

N. 9.191 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Promulga a resolução concernente á Estrada de Ferro Pan-Americana, firmada no Rio de Janeiro, pela 3ª Conferencia Internacional Americana, em 23 de agosto de 1906.

N. 9.192 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Promulga a convenção firmada em 23 de agosto de 1906, pela 3ª Conferencia Internacional Americana, creando uma commissão americana de juriscultos para a codificação do direito internacional publico e privado.

N. 9.193 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1911 — Promulga a convenção concluída no Rio de Janeiro a 23 de agosto de 1906 entre o Brasil e diversas republicas americanas, fixando as condições dos cidadãos naturalizados que renovam a sua residencia no paiz de origem.

N. 9.194 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de dezembro de 1911 — Dá novo regulamento á Directoria do Serviço de Veterinaria, creado pelo decreto n. 8.331, de 31 de outubro de 1910.

N. 9.195 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de dezembro de 1911 — Reorganiza o Serviço de Informações e Bibliotheca, dando-lhe a denominação de Serviço de Informações e Divulgações.

N. 9.196 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1911 — Reorganiza a Secretaria de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

N. 9.196 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 18:620\$824 para augmento de despesa com a reorganização da Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 9.197 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1911 — Approva o regulamento do Archivo Nacional.

N. 9.198 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1911 — Approva o regulamento para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

N. 9.199 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 359:850\$758 para pagamento de dividas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, na conformidade do art. 82, n. XIV, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.200 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para as despesas de construção do prolongamento do ramal de Itacurussá a Angra, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 9.201 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 900:000\$ para as despesas do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 9.202 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 8:400\$, ouro, para despesas com premios de viagem.

N. 9.203 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 21:000\$, ouro, para despesas com premios de viagem.

N. 9.204 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 40:803\$162 para despesas do Conselho Superior de Ensino.

N. 9.205 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 30:000\$, papel, para pagamento ao maestro brasileiro Manoel Joaquim de Macedo.

N. 9.206 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carinhanha, no Estado da Bahia.

N. 9.207 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Baixo-Mearim, no Estado do Maranhão.

N. 9.208 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca do Baixo-Mearim, no Estado do Maranhão.

N. 9.209 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Geremoabo, no Estado da Bahia.



N. 9.210 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de dezembro de 1911 — Dá novo regulamento á Junta Commercial.

N. 9.211 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de dezembro de 1911 — Dá novo regulamento ao Museu Nacional.

N. 9.212 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de dezembro de 1911 — Dá novo regulamento ao Serviço Geológico e Mineralógico.

N. 9.213 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de dezembro de 1911 — Dá novo regulamento ao Serviço de Inspeção e Defesa Agricolas.

N. 9.214 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de dezembro de 1911 — Approva o regulamento do Serviço de Protecção aos Indios e Localização dos Trabalhadores Nacionais.

N. 9.215 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de dezembro de 1911 — Subordina ao regimen do ensino agronomico, com a denominação de Horto Florestal, a actual secção agronomica do Jardim Botanico.

N. 9.216 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de dezembro de 1911 — Dá novo regulamento ao Jardim Botanico.

N. 9.217 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de dezembro de 1911 — Altera varias disposições do regulamento do ensino agronomico, creado pelo decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910.

N. 9.218 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Concede autorização á Companhia Leitaria Leopoldinense para funcceionar na Republica.

N. 9.219 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Concede autorização á Companhia de Conservas Rio Grandense para funcceionar na Republica.

N. 9.220 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Revalida a carta patente de privilegio de invenção n. 5.260, de 3 de fevereiro de 1908.

N. 9.221 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 35:000\$. suplementar á verba 22ª — Fiscalização dos impostos de consumo e de transporte — do exercicio de 1911.

N. 9.222 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Approva a nova tabella do numero, classes e vencimentos do pessoal da Caixa Economica no Estado de Minas Geraes.

N. 9.223 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Cassa a carta-patente n. 12, de 8 de outubro de 1902, que autorizou o funcionamento da Companhia de Seguros

Lloyd Americano, e revoga o decreto n. 6.182, de 26 de outubro de 1906, que approvou a reforma dos seus estatutos.

N. 9.224 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Approva o novo regulamento da Casa da Moeda.

N. 9.225 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Proroga por um anno o prazo a que se refere a clausula II do decreto n. 7.928, de 31 de março de 1910, para a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande apresentar os estudos definitivos da linha do Porto da União á foz do Iguassú.

N. 9.226 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Approva o projecto e o respectivo organamento para a abertura, por meio de dragagem, do canal da barra do rio Macacú, na baixada do Estado do Rio de Janeiro.

N. 9.227 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Proroga por cinco annos o contracto celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação, em virtude do decreto n. 6.227, de 13 de novembro de 1906.

N. 9.228 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Autoriza a incorporação da linha principal da Companhia Geral do Melhoramentos de Pernambuco, entre Ribeirão e Barreiros, na extensão de cerca de 56 kilometros, á rede da « Great Western of Brazil Railway Company, Limited ».

N. 9.229 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Rede de Viação Ferrea da Bahia.

N. 9.230 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 32:464\$ para pagamento de differenças de vencimentos dos funcionarios da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 9.231 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 48:044\$250 para as despesas de instalação de illuminação electrica do edificio para Correios e Telegraphos em Porto Alegre.

N. 9.232 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 50:000\$ para pagamento de subvenção á Escola Polytechnica da Bahia.

N. 9.233 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 50:000\$ para pagamento de subvenção á Faculdade Livre de Medicina e Pharmacia de Porto Alegre e á Faculdade Livre de Direito da mesma cidade.

N. 9.234 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça o

Negocios Interiores o credito extraordinario de 89:179\$228 para despesa com a distribuição de agua ao Hospicio Nacional de Alienados.

N. 9.235 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Approva o novo regulamento para a administração dos patrimonios dos estabelecimentos a cargo do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

N. 9.236 — JUSTIÇA E NEGOCIÓS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 111:370\$020 para augmento de despesa com a reorganização da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 9.237 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caxias, no Estado do Maranhão.

N. 9.238 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Caxias, no Estado do Maranhão.

N. 9.239 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Carmo do Rio Claro, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.240 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1911 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Porto Seguro, no Estado da Bahia.

N. 9.241 — MARINHA — Decreto de 23 de dezembro de 1911 — Altera o decreto n. 3.922, de 13 de fevereiro de 1901, sobre a situação de reserva dos navios da Armada, e dá outras providencias.

N. 9.242 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 11:400\$ para occorrer a despesas com o pagamento de fardamento aos guardas das mesas de rendas allandegadas.

N. 9.243 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Altera varias disposições do regulamento para o serviço de encomendas postaes, expedido com o decreto n. 8.829, de 10 de julho de 1911.

N. 9.244 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 164:000\$ para occorrer nos adiantamentos a que têm direito os funcionarios da Delegacia Fiscal em Bello Horizonte, a titulo de emprestimo para construção de casa.

N. 9.245 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para o prolongamento do ramal de Ouro Preto a Ponte Nova, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 9.246 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 800:000\$ para a construcção do ramal de Sabará á cidade de Ferros, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 9.247 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 6.777:629\$970 para despesas de pessoal da Estrada de Ferro Central do Brasil, proveniente da reorganização dos serviços da mesma Estrada.

N. 9.248 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.300:000\$ para alargamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Lafayette, na direcção do valle de Paraopeba, para Bello Horizonte.

N. 9.249 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.750:000\$ para os trabalhos de construcção da Rêde de Viação Fluminense.

N. 9.250 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Autoriza a revisão dos contractos celebrados com a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, em virtude dos decretos ns. 7.928 e 8.270, de 31 de março e 6 de outubro de 1910, e dá outras providencias.

N. 9.251 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Approva as novas tarifas e instrucções regulamentares da Rêde de Viação Fluminense.

N. 9.252 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Approva as novas plantas para a construcção da ponte internacional sobre o rio Quartim, em substituição das que foram approvadas pelo decreto n. 2.486, de 29 de março de 1897.

N. 9.253 — (Com este numero não houve acto algum).

N. 9.254 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Approva a planta para os melhoramentos da parte da cidade de S. Salvador, capital do Estado da Bahia, comprehendida entre o Mercado do Ouro e a Jequitiaia.

N. 9.255 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Concede á Empresa Estrada de Ferro Theresopolis o prolongamento de sua linha ferrea até o Sul de Itabira de Matto Dentro, e dá outras providencias.

N. 9.256 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Reorganiza os serviços a cargo da Inspectoria de Obras contra as Seccas.

N. 9.257 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Autoriza a celebrar o contracto com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão para o serviço de navegação entre S. Luiz e Belém e entre diversos portos do interior do Estado do Maranhão.



N. 9.258 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1911, o credito supplementar de 577:500\$, sendo 132:300\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 445:200\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 9.259 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1911, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 28:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 9.260 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 735:394\$940 para pagar ao engenheiro civil José Joaquim de Aquino e Castro.

N. 9.261 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 45:267\$680, supplementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, para despesas com o pessoal e material da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 9.262 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Approva o regulamento para a Brigada Policial do Districto Federal.

N. 9.263 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Reorganiza a Justiça do Districto Federal.

N. 9.264 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Dá novo regulamento aos corretores de mercadorias e de navios e respectiva Junta.

N. 9.265 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Crea uma escola permanente de laticinios em S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.266 — GUERRA — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Manda comprehender na excepção do art. 1º da lei n. 981, de 7 de janeiro de 1903, o segundo tenente da arma de infantaria Pantaleão Telles Ferreira.

N. 9.267 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nietheroy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 9.268 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Pedro d'Aldeia, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 9.269 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de União da Victoria, no Estado do Paraná.

N. 9.270 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Antonina, no Estado do Paraná.

N. 9.271 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Antonina, no Estado do Paraná.

N. 9.272 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Camamú, no Estado da Bahia.

N. 9.273 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Remanso, no Estado da Bahia.

N. 9.274 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Alto-Itapicuru, no Estado do Maranhão.

N. 9.275 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Alto-Mearim, no Estado do Maranhão.

N. 9.276 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Bento, no Estado do Maranhão.

N. 9.277 — MARINHA — Decreto de 28 de dezembro de 1911 — Dá nova redacção ao art. 184 da ordenança para o serviço da Armada.

N. 9.278 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Autoriza a aquisição da Estrada de Ferro Bahia e Minas e subsequente incorporação á Rede de Viação Geral da Bahia.

N. 9.279 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 30:000\$ para pagamento de subvenção, sendo 20:000\$ para a Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro e 10:000\$ para o Lyceu de Artes e Officios do Recife.

N. 9.280 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 100:000\$ para occorrer á despesa com a aquisição de embarcações destinadas á Alfandega de Pernambuco.

N. 9.281 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 951:923\$148, ouro, para occorrer á despesas com a cunhagem de moedas de ouro.

N. 9.282 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Concede á Associação Preventiva de Auxilios Mutuos, com séde em Campinas, Estado de S. Paulo, autorização para

funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 9.283 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Dá regulamento para o pagamento de ajudas de custo dos empregados do Ministerio da Fazenda.

N. 9.284 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Crea a Caixa de Pensões dos Operarios da Casa da Moeda e approva o respectivo regulamento.

N. 9.285 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Dá novas instrucções para o serviço das collectorias federaes.

N. 9.286 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Crea a Inspectoria de Fazenda e approva o respectivo regulamento.

N. 9.287 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Regulamenta o serviço de fiscalização do Governo junto ás companhias estrangeiras de seguros.

N. 9.288 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1911 — Reforma a Directoria de Estatistica Commercial e approva o respectivo regulamento.

N. 9.289 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 133:543\$259 para pagamento de dividas de exercicios findos do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, relacionadas.

N. 9.290 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1911 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2.670:030\$263, para supprir a deficiencia da renda dos impostos de transmissão de propriedade e de industrias e profissões no exercicio de 1911, e o credito suplementar de 727:555\$029, destinado a diversas consignações da verba 15ª da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

## 1912

N. 9.291 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 2:115\$ para indemnizar a Sociedade de Tiro Brasileiro de Cordeiro de metade das despesas feitas com a construcção de uma linha de tiro.

N. 9.292 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra os creditos de 1.012:523\$028, suplementar á verba 10ª, e 1.743:123\$456, suplementar á verba 14ª do art. 21 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.293 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Modifica algumas das clausulas referentes á construcção das obras de melhoramento do porto da capital do Estado da Bahia, e dá outras providencias.

N. 9.294 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Proroga por tres mezes o prazo para apresentação do resto dos estudos das linhas ferreas de S. Pedro a S. Luiz e S. Borja.

N. 9.295 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Concede ao industrial A. Thum, ou á companhia que organizar, os favores de que tratam os decretos ns. 2.406, de 11 de janeiro de 1911; 8.019, de 19 de maio de 1910; 5.646, de 22 de agosto de 1906, e 947 A, de 4 de novembro de 1890, para a exploração da industria siderurgica.

N. 9.296 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 3 de janeiro de 1912 — Concede autorização á « General Rubber Company of Brazil » para funcçãoar na Republica.

N. 9.297 — MARINHA E FAZENDA — Decreto de 6 de janeiro de 1912 — Approva e manda executar o extorno das verbas do orçamento do Ministerio da Marinha para o exercicio de 1912.

N. 9.298 — MARINHA — Decreto de 6 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 650:000\$, supplementar á verba 27ª do art. 14 da lei n. 3.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.299 — GUERRA — Decreto de 9 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 5:600\$, destinado ao pagamento de diarias que deixou de receber o coronel Clodoaldo da Fonseca.

N. 9.300 — GUERRA — Decreto de 9 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 15:298\$387 para pagamento a D. Emma Dias da Cruz.

N. 9.301 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Concede autorização á « Deutsch-Sudamerikanische Telegraphengesellschaft A. G. » para continuar a funcçãoar na Republica.

N. 9.302 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 36:420\$ para pagamento ao engenheiro Dr. Lourenço Baeta Neves, a titulo de indemnização, pelas despesas forçadas que fez nos Estados Unidos da America em serviço de propaganda do Brasil.

N. 9.303 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Transfere á Companhia S. Luiz a Caxias o contracto de 24 de outubro de 1908 para a construção da Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias e ramal de Itaquí.

N. 9.304 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$ para obras no rio Paraguassú, no Estado da Bahia.

N. 9.305 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Declara sem effeito o decreto n. 9.247, de 28 de dezembro de 1911, que abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 6.777:629\$970 para despesas de reorganização da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 9.306 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1922 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Pu-



blicas o credito de 1.500:000\$ para despesas de material da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 9.307 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 5.277:629\$970 para despesas do pessoal da Estrada de Ferro Central do Brasil, provenientes da reorganização dos serviços da mesma Estrada.

N. 9.308 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 904:803\$423 para pagamento de dividas de exercicios findos relacionadas.

N. 9.309 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 427:140\$909, ouro, suplementar á verba 1ª — Juros e amortização da dívida externa, — do exercicio de 1911.

N. 9.310 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 200:000\$, ouro, suplementar á verba 32ª — Despesas eventuaes, — do exercicio de 1911.

N. 9.311 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1.675:134\$338 para occorrer á despesa com o pagamento de juros dos depositos da Caixa Economica e Monte de Soccorro desta capital, no segundo semestre de 1910.

N. 9.312 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3:608\$932, suplementar á verba 29ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.313 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 90:000\$, suplementar á verba 37ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.314 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 32:000\$, suplementar á verba 20ª do art. 2º da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.315 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 51:609\$379 para augmento de despesa com a reorganização do Instituto Nacional de Musica.

N. 9.316 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 9.317 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Antonina, no Estado do Paraná.

N. 9.318 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Paraná, no Estado de Goyaz.

N. 9.319 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de janeiro de 1912 — Publica a adesão da Colonia do Congo Belga á convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo.

N. 9.320 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 5:000\$, complementar á verba 1ª, consignação «Material», do art. 31 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.321 — MARINHA — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 8.000:000\$, ouro, para attender ao pagamento das prestações para a construção do *Rio de Janeiro* e aquisição de novas unidades e material para a marinha de guerra.

N. 9.322 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 9.323 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Manda observar no corrente exercicio os decretos ns. 6.079, de 30 de junho de 1906, 7.817, de 15 de janeiro de 1910, e 8.520, de 12 de janeiro de 1911.

N. 9.324 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ para construção de um caes e demais melhoramentos do porto de Parnahyba.

N. 9.325 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 80:000\$ para estudos e melhoramentos do porto de Amarração, na barra de Iguaçu, no Estado do Piahy.

N. 9.326 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Approva os estudos definitivos do ramal de Abaeté, da Estrada de Ferro Oeste de Minas e bem assim o respectivo orçamento na importancia de 1.327:674\$538.

N. 9.327 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de subvenções ao Hospital para Tuberculosos de Leopoldina e Hospital de S. Sebastião de Viçosa, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.328 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção á Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

N. 9.329 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Asylo de Alienados de Theresina, Estado do Piahy.

N. 9.330 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 6:000\$ para subvênção à Escola Mauá, mantida pela Associação dos Empregados no Commercio de Porto Alegre, e a Santa Casa de Misericórdia do Rio Preto, em Minas Geraes.

N. 9.331 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes da comarca de Ipameri, no Estado de Goyaz.

N. 9.332 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Entre Rios, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.333 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Crea uma fazenda-modelo de criação na fazenda de Santa Monica, municipio de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

N. 9.334 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Crea um campo de demonstração no municipio de S. Christovão, Estado de Sergipe.

N. 9.335 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Concede á «Standard Oil Company of Brazil», a actual denominação da Empresa Industrial de Petroleo, autorização para continuar a funcção na Republica.

N. 9.336 — GUERRA — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Reorganiza a Comissão de Promoções.

N. 9.337 — GUERRA — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Approva o regulamento de exercicio para infantaria.

N. 9.338 — GUERRA — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Altera o regulamento do Estado-Maior do Exercito.

N. 9.339 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Approva a modificação feita no § 5º dos estatutos do «Albingia Vernicherungs-Aktiengesellschaft», com séde em Hamburgo.

N. 9.340 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1912 — Publica a adhesão do Mexico ao accôrdo assignado em Roma, em 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 9.341 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de janeiro de 1912 — Transfere á Empresa Brasileira de Navegação as vantagens e regalias de paquete que gosam os vapores *Gaúcho*, *Oceanos*, *Muquy*, que pertenceram, respectivamente, a Ernesto Durisch, Empresa Esperança, Maritima e Empresa de Navegação Rio de Janeiro, e que passam a ter outra denominação.

N. 9.342 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 562:220\$ para pagamento dos vencimentos do pessoal da Inspectoria Federal das Estradas.

N. 9.343 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de janeiro de 1912 — Concede autorização á « Compagnie de l'Urucum » para continuar a funcção na Republica.

N. 9.344 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de janeiro de 1912 — Concede autorização á « Island (Pará) Rubber States, Limited », para funcção na Republica.

N. 9.345 — FAZENDA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de janeiro de 1912 — Autoriza o Ministro da Fazenda a emittir apolices até á quantia de 50:000\$, do juro de 5 %, papel.

N. 9.346 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 500:000\$, sendo 390:000\$ para a construcção de um hospital apropriado ao tratamento da molestia de Carlos Chagas e 200:000\$ para as experiencias da prophylaxia e assistencia medica nas zonas flagelladas pela referida molestia.

N. 9.347 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 84:000\$ para a despesa com a representação dos ministros de Estado.

N. 9.348 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de janeiro de 1912 — Transforma em sub-administração a Agencia do Correio de Juiz de Fôra, Estado de Minas Geraes.

N. 9.349 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1912 — Approva a deliberação da assembléa geral da sociedade de peculios A Minas Geraes, realizada em 31 de agosto do anno proximo findo, que fixou os vencimentos da directoria.

N. 9.350 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 120:000\$ para pagamento de subvenção á Assistencia Publica aos Pobres.

N. 9.351 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 60:000\$ para pagamento de subvenção á Maternidade da Capital Federal.

N. 9.352 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1912 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Faro, no Estado do Pará.

N. 9.353 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de janeiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 200:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com a embalagem e transporte para o Brasil dos productos que figuraram nas exposições de Bruxellas e Turim e liquidar os compromissos resultantes das mesmas exposições.

N. 9.354 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de janeiro de 1912 — Concede autorização á « Bra-



zil Land Cottle and Packing Company » para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.355 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de janeiro de 1912 — Concede autorização á « America Brazil Corporation » para funcionar na Republica.

N. 9.356 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de janeiro de 1912 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e o orçamento da linha ferrea de Jaguarão a Bazilio, na extensão de 60 kilometros, a que se refere o decreto n. 8.556, de 15 de fevereiro de 1911.

N. 9.357 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de janeiro de 1912 — Approva a planta das modificações a serem effectuadas nas officinas da Estrada de Ferro do Paraná, em Ponta Grossa, assim como o respectivo orçamento, na importancia maxima de 126:147\$263.

N. 9.358 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de janeiro de 1912 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e o respectivo orçamento do trecho de 57.200 metros da linha de S. Sebastião a Sant'Anna do Livramento, a que se refere o decreto n. 8.556, de 15 de fevereiro de 1911.

N. 9.359 — GUERRA — Decreto de 7 de fevereiro de 1912 — Torna extensivas ao Arsenal de Guerra de Matto Grosso as disposições em vigor para o do Rio Grande do Sul, ás quaes se refere o decreto n. 8.721, de 17 de maio de 1911.

N. 9.360 — MARINHA — Decreto de 7 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 4.386:000\$ para attender ás despesas das verbas 16ª Hospitales; 21ª — Armamento e equipamento; 23ª — Munições navaes; 24ª — Material de construcção naval; 25ª — Obras.

N. 9.361 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.280:000\$ para proseguimento dos trabalhos da Estrada de Ferro de Cruz Alta ao Ijuhy.

N. 9.362 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1912 — Declara rescindido o contracto celebrado em virtude do decreto n. 8.558, de 15 de fevereiro de 1911, que concedeu ao Dr. Victorio Antonio de Perini, ou á companhia que organizasse, os favores dos decretos ns. 2.406, de 11 de janeiro de 1911, e de outros.

N. 9.363 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1912 — Crea o logar de sub-secretario de Estado das Relações Exteriores.

N. 9.364 — FAZENDA — Decreto de 14 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 106:579\$350, supplementar ás verbas 7ª, 8ª, 9ª, 11ª, 12ª, 14ª, 17ª, 18ª e 39ª do exercicio vigente.

N. 9.365 — FAZENDA — Decreto de 14 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 34:216\$268 para pagamento de differença de vencimentos ao

chefe de secção da Alfandega do Rio de Janeiro, bacharel Francisco Pires de Carvalho Aragão.

N. 9.366 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Rêde de Viação Ferrea da Bahia.

N. 9.367 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Rêde de Viação Cearense.

N. 9.368 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1912 — Crea uma fazenda-modelo de criação no municipio de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

N. 9.369 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Publica a adhesão da Belgica pela Colônia do Congo á convenção internacional radiotelegraphica assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906.

N. 9.370 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Publica a adhesão dos protectorados britannicos das ilhas Gilberto e Ellice e das ilhas Salomão á convenção postal universal.

N. 9.371 — FAZENDA — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:145\$500 para pagamento de divida do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, na conformidade do art. 82, n. XIV, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.372 — FAZENDA — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de ..... 271:803\$625 para pagamento de dividas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, na conformidade do art. 82, n. XIV, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.373 — FAZENDA — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Approva a deliberação da assembléa geral extraordinaria da Mutualidade Geral, com séde em S. Paulo, creando a caixa predial.

N. 9.374 — FAZENDA — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Autoriza a sociedade de seguros Alliança do Sul, com séde na capital do Estado de S. Paulo, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 9.375 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 750\$ para pagamento de subsidio que deixou de receber o Dr. João da Malta Machado.

N. 9.376 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção á Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro.

N. 9.377 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-

gócios Interiores o credito especial de 6:924\$600 para pagamento das despesas provenientes dos funeraes do Dr. David Moretzson Campista.

N. 9.378 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito extraordinario de 115:771\$546 para augmento da despesa com a reorganização da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 9.379 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Oliveira, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.380 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Remanso, no Estado da Bahia.

N. 9.381 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1921 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 800:000\$ para execução dos prolongamentos e obras novas já autorizadas na Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 9.382 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Approva o projecto e o respectivo orçamento para a abertura da barra do Suruhy, da baixada do Estado do Rio de Janeiro.

N. 9.383 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Approva a modificação que novos estudos e observações locais obrigam a fazer no projecto de abertura da barra do rio Estrella, da baixada do Estado do Rio de Janeiro, de que trata o decreto n. 8.836, de 26 de julho de 1911.

N. 9.384 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Concede autorização á «Amazon Land and Colonization Company» para funcionar na Republica.

N. 9.385 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de fevereiro de 1912 — Concede autorização á «Guaporé Rubber Company» para funcionar na Republica.

N. 9.386 — MARINHA — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Approva e manda executar o regulamento para as escolas de grumetes e de aprendizes marinheiros.

N. 9.387 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Publica a adhesão da Republica de São Salvador á convenção assignada em Genebra a 6 de julho de 1906 para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.

N. 9.388 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Promulga a convenção de arbitramento entre o Brasil e a China, assignada em Pekin a 3 de agosto de 1909.

N. 9.389 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Promulga a convenção de arbitramento entre o Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assignada em Petropolis a 11 abril de 1909.

N. 9.390 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Promulga a convenção de arbitramento entre o Brasil e os Estados Unidos de Venezuela, assignada em Caracas a 30 de Abril de 1909.

N. 9.391 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Promulga o accôrdo concluido entre o Brasil e o Perú para a navegação do rio Japurá ou Caquetá, assignado em Lima a 15 de abril de 1908.

N. 9.392 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Promulga o tratado geral de arbitramento entre o Brasil e o Perú, assignado em Petropolis a 7 de dezembro de 1909.

N. 9.393 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Modifica o regulamento do Tribunal de Contas, para execução do decreto legislativo n. 2.511, de 20 de dezembro de 1911.

N. 9.394 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:410\$023, supplementar á verba 12<sup>a</sup> — Casa da Moeda, — do exercicio de 1911.

N. 9.395 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 24:130\$ para pagamento á Companhia Cantareira e Viação Fluminense de premio pela construcção da barca *Terceira* em seu estaleiro.

N. 9.396 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 25:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

N. 9.397 — **GUERRA** — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Crea um collegio militar em Porto Alegre.

N. 9.398 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Concede autorização á «Brazilian Warrant Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 9.399 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Concede autorização á Companhia Fabrica de Cerveja Mogy-Mirim para funcionar na Republica.

N. 9.400 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Concede autorização á «Rio de Janeiro, Lighterage Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 9.401 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Concede autorização á Companhia Commercial para funcionar na Republica.



N. 9.402 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Concede autorização á «Compagnie du Port de Rio de Janeiro» para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.403 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Concede a Jesuino da Silva Mello, companhia ou empresa que organizar as vantagens constantes do decreto n. 5.646, de 22 de agosto de 1905, e demais favores para o aproveitamento da força hydraulica da cachoeira do Maribondo, no Rio Grande, entre os Estados de S. Paulo e Minas Geraes.

N. 9.404 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 2.700:000\$ para a liquidação das despesas com o serviço do recenseamento dos annos de 1910 e 1911 e bem assim para a liquidação dos compromissos assumidos pela Commissão de Propaganda na Europa.

N. 9.405 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 30:000\$ para attender ás despesas com a representação do Brasil na Convenção Internacional de Policia Sanitaria Animal, a reunir-se em Montevidéo no corrente anno.

N. 9.406 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Altera o art. 102 do regulamento que baixou com o decreto n. 8.584, de 1 de março de 1911.

N. 9.407 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de fevereiro de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de réis 100:000\$, para auxiliar as exposições-feiras que se realizarem em municipios da Republica.

N. 9.408 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de fevereiro de 1912 — Approva as plantas e o orçamento das modificações das obras de arte da linha da Bahia á Alagoinha, da Réde de Viação Geral da Bahia.

N. 9.409 — GUERRA — Decreto de 6 de março de 1912 — Estabelece novas alterações no plano de uniformes do Exército, relativamente a algumas de suas peças.

N. 9.410 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de março de 1912 — Crea um campo de demonstração no municipio de Itajaby, Estado de Santa Catharina.

N. 9.411 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de março de 1912 — Crea um campo experimental para a cultura do trigo, tendo annexo um laboratorio de exames chimicos e biologicos, no municipio de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

N. 9.412 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de março de 1912 — Concede á Companhia Industrial de Electricidade as vantagens constantes do decreto numero 5.646, de 22 de agosto de 1905, e demais favores para

o aproveitamento da força hydraulica da cachoeira Santa Helena, do rio Parahybuna.

N. 9.413 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de março de 1912 — Concede autorização á «Congo Seco Syndicate, Limited», para funcíonar na Republica.

N. 9.414 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de março de 1912 — Revalida a carta patente de privilegio de invenção n. 3.996, de 9 de dezembro de 1903.

N. 9.415 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de março de 1912 — Revalida a carta patente de privilegio de invenção n. 4.267, de 27 de março de 1905.

N. 9.416 — FAZENDA — Decreto de 6 de março de 1912 — Autoriza a Companhia Nacional de Seguros sobre Vidas e Accidentes, com séde na capital do Estado de S. Paulo, a funcíonar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 9.417 — FAZENDA — Decreto de 6 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:101\$630 para pagamentos, em virtude do sentença judiciaria, a Jacintho Ferreira de Mello, Alfredo Gonçalves, Leonardo Sosinho e João Evangelista Teixeira Leite.

N. 9.418 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 162:720\$ para despesas, no corrente anno, com o augmento de 50 %, 40 % e 30 % de vencimentos dos juizes e substitutos.

N. 9.419 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1912 — Approva a planta e o respectivo orçamento para a construção da estação de Camassary, na Estrada de Ferro Bahia a Alagoinha.

N. 9.420 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 50:639\$174, ouro, á verba 5ª do art. 31 da lei orçamentaria do exercicio de 1911.

N. 9.421 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1912 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor *Guanabara*, de propriedade de Avelino de Medeiros Chaves.

N. 9.422 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de março de 1912 — Declara desapropriado, por utilidade publica, um terreno no Alto do Cruzeiro, em Petropolis, afim de ser nelle installada uma estação meteorologica.

N. 9.423 — FAZENDA — Decreto de 12 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 611:478\$089. supplementar á verba 22ª — Fiscalização dos impostos do consumo e de transporte, — do exercicio de 1911.

N. 9.424 — FAZENDA — Decreto de 12 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.026:254\$921. supplementar á verba 19ª — Mesas de rendas e collectorias. — do exercicio de 1911.

N. 9.425 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de março de 1912 — Crea um consulado em Calcutá.

N. 9.426 — FAZENDA — Decreto de 13 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 107:165\$592 para pagamento a Knight Harrison & Comp., agentes da «Royal Mail Steam Packet Company», em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.427 — FAZENDA — Decreto de 13 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 908:925\$, complementar á verba 3ª — Juros e amortização dos empréstimos internos, — exercício de 1911.

N. 9.428 — FAZENDA — Decreto de 13 de março de 1912 — Approva a alteração dos estatutos da «Nord-Deutsche Versicherungs Gesellschaft, com séde em Hamburgo, augmentando de marcos 12.500.000 para marcos 15.000.000 o capital social.

N. 9.429 — FAZENDA — Decreto de 13 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:593\$123, para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, a José Nodden de Almeida Pinto inventariante do espolio do finado Antonio José Alves Veiga.

N. 9.430 — FAZENDA — Decreto de 13 de março de 1912 — Autoriza a sociedade de peculios e bonificações Aliança do Brasil, com séde em S. Paulo, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 9.431 — FAZENDA — Decreto de 13 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 26:362\$380 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, a Dona Maria Dorothea Pereira Garcia e outros.

N. 9.432 — FAZENDA — Decreto de 13 de março de 1912 — Dispõe sobre a execução do decreto legislativo ns. 2.540, de 3 de janeiro de 1912, em relação ás mesas de rendas de Porto Velho e Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

N. 9.433 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 504:791\$825 para subvencionar as faculdades de direito de S. Paulo e do Recife, as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, a Escola Polytechnica e o Collegio D. Pedro II.

N. 9.434 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 196:000\$ para auxiliar á construcção de um edificio para o Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

N. 9.435 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1912 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento, na importancia de 552:485\$805, dos primeiros 20 kilometros da Estrada de Ferro de Mogy das Cruzes á Fazenda Rio Claro.

N. 9.436 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1912 — Transfere á «Quarahim Internacional Bridge Company, Limited», as autorizações contidas nos decretos ns. 2.486 e 9.252, de 29 de março de 1897 e 28 de de-

zembro de 1911, para a construcção da ponte internacional sobre o rio Quarahim.

N. 9.437 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1912 — Approva os estudos definitivos e o orçamento da variante para a collocação da estação inicial do ramal de Uberaba, da Estrada de Ferro Goyaz.

N. 9.438 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1912 — Proroga por mais um anno o prazo a que se refere a clausula III das que baixaram com o decreto n. 7.620, de 21 de outubro de 1909.

N. 9.439 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de março de 1912 — Concede autorização á «City of S. Paulo Improvements and Free hold Land Company, Limited», para funcceionar na Republica.

N. 9.440 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de março de 1912 — Concede autorização á «Ceará Tramway, Light and Power Company, Limited», para funcceionar na Republica.

N. 9.441 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de março de 1913 — Concede autorização á «Southern Brazil Securities Company» para funcceionar na Republica.

N. 9.442 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de março de 1912 — Concede autorização á «Brazil Development and Colonization Company» para funcceionar na Republica.

N. 9.443 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de março de 1912 — Concede autorização á «São Paulo Development and Colonization Company» para funcceionar na Republica.

N. 9.444 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1912 — Proroga até 31 do corrente mez o prazo a que se refere o n. 5 da clausula I do contracto approved pelo decreto n. 8.648, de 31 de março de 1911.

N. 9.445 — GUERRA — Decreto de 20 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra os creditos de 550:875\$062 e 643:164\$750, supplementares, respectivamente, ás verbas 10ª e 14ª n. 27 do art. 21 da lei n. 2.356 de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.446 — MARINHA — Decreto de 20 de março de 1912 — Dispensa, temporariamente o tempo de embarque para a promoção dos officiaes do Corpo da Armada e classes annexas aos postos immediatamente superiores, até que, o Congresso Nacional resolva a respeito.

N. 9.447 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de março de 1912 — Providencia sobre o modo por que deve ser cumprido o disposto no paragrapho unico do artigo 23 das instrucções annexas ao decreto n. 8.527, de 18 de janeiro de 1911, relativas ás eleições municipaes.

N. 9.448 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-



gócios Interiores o credito especial de 50:000\$ para pagamento de subvenção á Escola Livre de Engenharia de Pernambuco.

N. 9.449 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de março de 1912 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor *Cabo Frio*, de propriedade da Empresa Commercio de Sal.

N. 9.450 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de março de 1912 — Approva o projecto e orçamento para a construcção de um triangulo de reversão na estação de Morretes, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 9.451 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de março de 1912 — Proroga por mais seis mezes o prazo para a conclusão das obras do trecho da linha do Norte, comprehendido entre os kilometros 20 e 30, inclusive a ponte gyatoria sobre o rio Iguaçu.

N. 9.452 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de março de 1912 — Dá novo regulamento ao Serviço de Registro Geral de Marcas de Animaes.

N. 9.453 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de março de 1912 — Concede autorização á «Société Française d'Entreprises au Brésil» para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.454 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de março de 1912 — Concede autorização á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited», para funcionar na Republica.

N. 9.455 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:600\$, supplementar á verba 7ª — Thesouro Nacional, — do exercicio de 1912.

N. 9.456 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 48:087\$420, supplementar á verba 23ª — Commissão de 2 % aos vendedores particulares de estampilhas, — do exercicio de 1911.

N. 9.457 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 37:552\$448 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, á Companhia Carris Urbanos.

N. 9.458 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 234\$ para pagamento a José Joaquim Gomes de Carvalho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.459 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 24:228\$424 para pagamento a Lindolpho Augusto de Oliveira Mattos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.460 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 21:474\$754 para pagamento em virtude de sentença judiciaria, a Verano Gomes Alonso de Almeida.

N. 9.461 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1912 — Altera algumas disposições do decreto n. 8.863, de 2 de agosto de 1911, que concedeu autorização á Sociedade Anonyma de Peculios e Educação Mutua Brasil, para funcionar na Republica.

N. 9.462 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1912 — Approva a nova tabella do numero, das classes e vencimentos do pessoal da Caixa Economica do Estado de São Paulo.

N. 9.463 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1912 — Transfere para Porto Velho o entreposto publico de Santo Antonio do Rio Madeira.

N. 9.464 — FAZENDA — Decreto de 23 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.414:479\$597, supplementar á verba 18ª — Alfandegas, — do exercicio de 1911.

N. 9.465 — FAZENDA — Decreto de 23 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:790\$ para pagamento a Alfredo Prisco Barbosa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.466 — MARINHA — Decreto de 23 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 1.000:000\$ para occorrer ao pagamento de despesas extraordinarias com a manutenção da divisão de contra-torpedeiros estacionada no Paraguay.

N. 9.467 — MARINHA — Decreto de 23 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito, na importancia de 2.000:000\$, para occorrer ao pagamento de despesas feitas em consequencia dos damnos causados pela revolta dos marinheiros e inferiores na bahia do Rio de Janeiro.

N. 9.468 — FAZENDA — Decreto de 23 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 14:818\$718 para pagamento ao Dr. José Novaes de Souza Carvalho e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.469 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 89:413\$858, supplementar á verba 9ª — Recebedoria do Districto Federal, — do exercicio de 1911.

N. 9.470 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 190:386\$384 para pagamento a Virgilio da Silva Pereira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.471 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:571\$174 para occorrer á restituição de imposto sobre vencimentos ao Dr. José Joaquim Baeta Neves, juiz de direito aposentado.

N. 9.472 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Approva, com alterações, os novos estatutos da sociedade mutua de peculio e garantia do capital Tranquillidade, com séde em S. Paulo.

N. 9.473 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 82:383\$666

para pagamento a Arthur Martins Lopes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.474 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 22:279\$918, supplementar á verba 11<sup>a</sup> — Caixa de Amortização, — do exercicio de 1911.

N. 9.475 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:177\$640 para pagamento a Joaquim Gonçalves da Silva e Serafim Joaquim da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.476 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 572\$500 para pagamento a José Antonio da Conceição, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.477 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:131\$700 para pagamento a João Batalha Rodrigues e D. Maria Del Vecchio, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.478 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 553\$ para pagamento a Lino Gomes Barbosa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.479 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 315\$740 para pagamento a Antonio José Villela, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.480 — MARINHA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 693:985\$500 para pagamento de differença de vencimentos do pessoal artistico dos arsenaes de marinha da Republica.

N. 9.481 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 18:580\$625, supplementar á verba 14<sup>a</sup> — Laboratorio Nacional de Analyses, — do exercicio de 1911.

N. 9.482 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 205\$120 para pagamento a Francisco Alves Rollo, em virtude de sentença judiciaria..

N. 9.483 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.367:960\$741, supplementar á verba 28<sup>a</sup> — Juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro, — do exercicio de 1911.

N. 9.484 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:972\$340 para pagamento de contas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, na conformidade do art. 82, n. XIV, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.485 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1912 — Altera algumas disposições do regulamento para o serviço de encomendas postaes, expedido com o decreto n. 8.826, de 10 de julho de 1911.

N. 9.486 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de março de 1912 — Autoriza a innovação do contracto celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor, em virtude do decreto n. 8.555, de 15 de fevereiro de 1911.

N. 9.487 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 320:000\$, afim de serem reparadas e consolidadas as obras de captação e adducção das aguas do rio Surubhy, que servem ao abastecimento da ilha de Paquetá.

N. 9.488 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 9.489 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 25:272\$ para liquidação de compromissos para a construcção de uma estrada de automoveis entre a Capital Federal e a cidade de Petropolis.

N. 9.490 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Extende a jurisdicção do consulado em Havana á toda a ilha de Cuba.

N. 9.491 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:000\$ para pagamento de subvenção á Liga contra a Tuberculose do Recife.

N. 9.492 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Pasteur do Recife.

N. 9.493 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção á Associação Protectora dos Cegos Dezesse de Setembro.

N. 9.494 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 30:000\$ para pagamento de subvenção, comprehendido o auxilio para aluguel de casa, ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro.

N. 9.495 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 24:000\$ para pagamento de subvenção á Liga Brasileira contra a Tuberculose da Capital Federal.

N. 9.496 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Hospital para Tuberculosos de Lavras.

N. 9.497 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 24:000\$ para pagamento de subvenção á Liga contra a Tuberculose de S. Paulo.



N. 9.498 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de subvencão ao Asylo S. Luiz da Velhice Desamparada.

N. 9.499 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 30:000\$ para pagamento ao Dr. Herculano M. Inglez de Souza.

N. 9.500 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para auxiliar o Congresso Medico Brasileiro, a reunir-se este anno em Bello Horizonte.

N. 9.501 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para auxiliar a impressão dos trabalhos do 3º Congresso de Geographia, realizado em Curitiba.

N. 9.502 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Gurupá, no Estado do Pará.

N. 9.503 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Amazonas.

N. 9.504 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Xingú, no Estado do Pará.

N. 9.505 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de março de 1912 — Concede autorização á Empresa de Armazens Frigorificos para funcionar na Republica.

N. 9.506 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 9.507 — Decreto de 3 de abril de 1912 — Crea um collegio militar no Estado de Minas Geraes.

N. 9.508 — Decreto de 3 de abril de 1912 — Approva os novos estatutos da companhia «Mannheimer Versicherungs Gesellschaft», com séde em Mannheim, Allemanha.

N. 9.509 — Decreto de 3 de abril de 1912 — Transfere á Empresa de Navegação Rio-S. Paulo o contracto celebrado com a firma Joaquim Gareia & Comp. para o serviço de navegação a vapor entre o Rio de Janeiro e Paraty.

N. 9.510 — Decreto de 3 de abril de 1912 — Concede autorização á «Amazonas Engineering Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 9.511 — Decreto de 3 de abril de 1912 — Concede autorização á Companhia Hanseatica para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.512 — Concede autorização á «Caloric Company», para funcionar na Republica.

N. 9.513 — Decreto de 3 de abril de 1912 — Crea um posto zootechnico em Lages, no Estado de Santa Catharina.

N. 9.514 — Decreto de 10 de abril de 1912 — Crea um apprendizado agricola no municipio de Guimarães, no Estado do Maranhão.

N. 9.515 — Decreto de 10 de abril de 1912 — Approva o regulamento das escolas permanentes de lacticínios.

N. 9.516 — Decreto de 10 de abril de 1912 — Promulga a convenção de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Ecuador, assignada em Washington, a 13 de maio de 1909.

N. 9.517 — Decreto de 17 de abril de 1912 — Approva o regulamento da Caixa de Pensões e Empréstimos do Pessoal das Capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 9.518 — Decreto de 17 de abril de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:526\$ para restituição de imposto sobre vencimentos de mais pago pelo bacharel João Kopke, no exercício de 1899.

N. 9.519 — Decreto de 17 de abril de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 280:594\$801, supplementar á verba 37ª — Estatística Commercial, — do exercício de 1912.

N. 9.520 — Decreto de 17 de abril de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 30:000\$ para pagamento de despesas com a aquisição de documentos para a organização do registro dos bens do dominio nacional.

N. 9.521 — Decreto de 17 de abril de 1912 — Approva o regulamento para a execução das medidas e serviços previstos na lei n. 2.543 A, de 5 de janeiro de 1912, concernente á defesa economica da borracha, exceptuados os accórdos com os Estados que a produzem, a discriminação e legalização das posses de terras no territorio do Acre e a revisão e consolidação dos regulamentos da marinha mercante de cabotagem.

N. 9.522 — Decreto de 17 de abril de 1912 — Approva os estudos definitivos do trecho de 50 kilometros da linha de Bom Jesus dos Meiras a Tremedal e o respectivo orçamento, na importancia de 2.005:925\$527.

N. 9.523 — Decreto de 17 de abril de 1912 — Approva os estudos definitivos do ramal de Passos, na extensão de 125.968 metros e 39 centímetros e o respectivo orçamento, na importancia total de 8.802:818\$478.

N. 9.524 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Modifica os arts. 5º, 6º, 11 e 13 do regulamento do Estado-Maior do Exército, a que se refere o decreto n. 9.338, de 17 de janeiro de 1912.

N. 9.525 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Altera o regulamento approved pelo decreto n. 8.816, de 5 de julho de 1911, na parte relativa aos arts. 8º, 11, alinea d, 28 e 41.

N. 9.526 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Declara que fica desapropriado o terreno pertencente a Augusto Mendes, na cidade do Livramento, no Rio Grande do Sul.

N. 9.527 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Autoriza o ministro da Fazenda a entrar em accôrdo com o Banco do Brasil para liquidação de suas contas com o Thesouro Na-

cional, na parte concernente á carteira cambial, e abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 19.596:358\$872 para liquidação de debito do Thesouro resultante de operações da mesma carteira.

N. 9.528 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir apolices até a quantia de 105.000:000\$, papel, juro annual de 5 %, papel.

N. 9.529 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Approva as alterações da tarifa annexa ao decreto n. 6.644, de 17 de setembro de 1907, que approvou o regulamento interno dos armazens geraes da Companhia Docas de Santos.

N. 9.530 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Approva as alterações feitas nos arts. 14 e 53 dos estatutos da Sociedade Pensionato da Familia, com séde em S. Paulo.

N. 9.531 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para auxiliar a Academia de Medicina.

N. 9.532 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Guajatuba, no Estado do Maranhão.

N. 9.533 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maracanã, no Estado do Pará.

N. 9.534 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João, no Estado do Piauhý.

N. 9.535 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Concede autorização á Companhia de Generos Congelados para funcceionar na Republica.

N. 9.536 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Crea um campo de demonstração no municipio de Itaocara, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 9.537 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 800:000\$ para as despesas com os estudos do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Baturité á cidade de Belém, no Estado do Pará.

N. 9.538 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 2.000:000\$ para occorrer ás despesas com os serviços nas diversas linhas e ramaes da Rêde de Viação Fluminense.

N. 9.539 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 900:000\$ para attender ás despesas de construcção do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil, na direcção de Montes Claros.

N. 9.540 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 650:000\$ para o prolongamento do ramal de Ouro Preto a Ponte Nova, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 9.541 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.000:000\$ para occorrer ás despesas com os serviços de alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil a Bello Horizonte, pelo valle do Paraopeba.

N. 9.542 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Substituo a linha de Sant'Anna dos Ferros a Serro Frio, da Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina, pela que, partindo de Baguary, siga pelo valle do rio Corrientes e vá servir aos municipios de Guanhães e Serro Frio.

N. 9.543 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para os trabalhos do prolongamento do ramal do Araxá-Uberaba á Villa Platina.

N. 9.544 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para os trabalhos de estudos da Estrada de Ferro de Coroaá ao Tocantins.

N. 9.545 — Decreto de 24 de abril de 1912 — Approva as plantas e os orçamentos para a construcção das estações e mais edificios de madeira nas linhas de S. Francisco, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 9.546 — Decreto de 29 de abril de 1912 — Autoriza varias alterações nas tarifas da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 9.547 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Altera o regulamento do Estado Maior do Exercito, a que se referem o decreto n. 9.338, de 17 de janeiro de 1912, e o decreto n. 9.524, de 24 de abril seguinte.

N. 9.548 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Approva e manda executar o regulamento para o Corpo de Praticos dos rios da Prata, Baixo-Paraná e Paraguay.

N. 9.549 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 500:000\$, ouro, para attender a despesas com os navios estacionados no Paraguay.

N. 9.550 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Crea uma estação sericicola no municipio de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 9.551 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 248:000\$ para subvencionar as instituições de ensino technico e profissional, a que se refere o art. 87 da lei n. 2.541, de 4 de janeiro de 1912.

N. 9.552 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 100:000\$ para attender ás despesas de installação e custeio de uma estação experimental para o cultivo intensivo do algodoeiro no Estado do Maranhão, no corrente anno.

N. 9.553 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de



15:000\$ para premiar os sericultores, de accôrdo com o regulamento n. 6.519, de 13 de julho de 1907.

N. 9.554 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 60:000\$ para attender ás despesas de installação e custeio de tres estações sericícolas, no corrente anno.

N. 9.555 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 150:000\$ para attender ás despesas de installação e custeio, no Estado do Rio Grande do Sul, de um campo experimental para a cultura do trigo.

N. 9.556 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Approva os estatutos definitivos e os orçamentos das 1ª e 2ª secções da linha de Alegrete a Quarahy, na extensão de 117.600 metros.

N. 9.557 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Approva os estatutos definitivos do trecho comprehendido entre os kilometros 60 a 102,600 da linha do ramal de Timbó (Cajueiro a Sipó) e o orçamento na importancia de 1.897:396\$557.

N. 9.558 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Approva os estudos definitivos e os orçamentos das segunda e terceira secções da linha de S. Sebastião a Sant'Anna do Livramento, na extensão total de 103.260 metros.

N. 9.559 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Approva os estudos definitivos e o orçamento, reduzido á importancia total de 1.850:584\$274, dos primeiros 50 kilometros do ramal ferreo de S. Borja, da linha de S. Pedro-S. Luiz, a partir de S. Borja para Santiago.

N. 9.560 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Approva os estudos definitivos do trecho comprehendido entre os kilometros 40 a 60 da linha do ramal de Timbó (Cajueiro a Sipó) e o orçamento na importancia total de 806:488\$718.

N. 9.561 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Approva plantas e orçamentos para modificação dos alinhamentos dos caes acostaveis de oito a 10 metros, apresentados pela Companhia Cessionaria das Docas do Porto da Bahia.

N. 9.562 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para as despesas de construcção do prolongamento do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Itacurussá até á cidade de Angra.

N. 9.563 — Decreto de 2 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 550:000\$ para occorrer ás despesas com a construcção do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Sabará até á cidade de Ferros.

N. 9.564 — Decreto de 8 de maio de 1912 — Concede autorização á sociedade mutua de peculios Bonificadora, com séde em Barbacena, Estado de Minas Geraes, para funcionar na Republica e approva, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 9.565 — Decreto de 8 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção ao Sanatorio S. Luiz de Piracicaba.

N. 9.566 — Decreto de 8 de maio de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Oliveira, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.567 — Decreto de 8 de maio de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Patos, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.568 — Decreto de 8 de maio de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Carmo do Paranahyba, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.569 — Decreto de 8 de maio de 1912 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ponta Grossa, na Estado do Paraná.

N. 9.570 — Decreto de 8 de maio de 1912 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Palmeira, no Estado do Paraná.

N. 9.571 — Decreto de 8 de maio de 1912 — Crea mais duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Januaria, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.572 — Decreto de 8 de maio de 1912 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Carinhanha, no Estado da Bahia.

N. 9.573 — Decreto de 8 de maio de 1912 — Proroga até 31 de dezembro do corrente anno o praso estipulado na calusula XXVII do contracto a que se refere o decreto n. 7.704, de 2 de dezembro de 1909, para a conclusão da construcção do prolongamento de Monte Bello a S. Sebastião do Paraíso.

N. 9.574 — Decreto de 8 de maio de 1912 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor *Blumenau*, de propriedade da Companhia Fluvial e a Vapor Ilajahy-Blumenau.

N. 9.575 — Decreto de 8 de maio de 1912 — Approva o novo perfil de muralha de caes de paramento vertical, proposto pela « Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul ».

N. 9.576 — Decreto de 8 de maio de 1912 — Publica a adhesão do Imperio de Marrocos á convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo.

N. 9.577 — Decreto de 8 de maio de 1912 — Concede autorização á « Amazon Land Colonization Company » para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.578 — Decreto de 15 de maio de 1912 — Concede autorização ao Banco Allemão Transatlantico para estabelecer uma agência em Nietheroy e outra em Petropolis, ambas no Estado do Rio de Janeiro.

N. 9.579 — Decreto de 15 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial.

de 50:000\$, destinado ao pagamento de auxilio á Escola de Engenharia de Porto Alegre.

N. 9.580 — Decreto de 15 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 500:000\$ para conclusão das obras do quartel de cavallaria da Brigada Policial.

N. 9.581 — Decreto de 15 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Rede de Viação Ferrea da Bahia.

N. 9.582 — Decreto de 15 de maio de 1912 — Autoriza o contracto para o serviço de navegação do rio Paraná e seus afluentes.

N. 9.583 — Decreto de 15 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para a construcção de um edificio destinado a Correios e Telegraphos na cidade de Netheroy.

N. 9.584 — Decreto de 22 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 95:868\$838 para pagamento ao almirante reformado José Candido Guillobel, de differença de gratificação como ministro do Supremo Tribunal Militar.

N. 9.585 — Decreto de 22 de maio de 1912 — Publica a adhesão da União Sul-Americana á convenção telegraphica internacional de S. Petersburg.

N. 9.586 — Decreto de 22 de maio de 1912 — Promulga a convenção de arbitramento entre o Brasil e a Russia, assignada na cidade do Rio de Janeiro a 13 de agosto de 1910.

N. 9.587 — Decreto de 22 de maio de 1912 — Approva as alterações feitas nos estatutos da Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres Confiança, com séde nesta capital.

N. 9.588 — Decreto de 22 de maio de 1912 — Concede autorização a « Compagnie d'Assurances Générales contre l'Incendie », com séde em Paris, para funcionar na Republica e approva os respectivos estatutos.

N. 9.589 — Decreto de 22 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 48:500\$ para a installação electrica do edificio destinado a Correios e Telegraphos na cidade de Porto Alegre.

N. 9.590 — Decreto de 22 de maio de 1912 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento do trecho de 50 kilometros, da linha de Machado Portella a Carinhonha, da Rede de Viação Ferrea da Bahia.

N. 9.591 — Decreto de 22 de maio de 1912 — Concede autorização á « Sociéte Anonyme des Chocolats Suisses de S. Paulo » para funcionar na Republica.

N. 9.592 — Decreto de 22 de maio de 1912 — Concede autorização á « Araruama Estates Company, Limited », para funcionar na Republica.

N. 9.593 — Decreto de 22 de maio de 1912 — Concede autorização á Companhia Mecanica de Panificação para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.594 — Decreto de 29 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 600:000\$ para pagamento de despesas com a installação do Collegio Militar do Estado do Rio Grande do Sul, creado pelo decreto n. 9.397, de 28 de fevereiro ultimo.

N. 9.595 — Decreto de 29 de maio de 1912 — Estabelece alterações no plano de uniformes para o Exército.

N. 9.596 — Decreto de 29 de maio de 1912 — Approva as alterações feitas nos estatutos da companhia de seguros Cruzeiro do Sul, com séde nesta capital.

N. 9.597 — Decreto de 29 de maio de 1912 — Approva os estudos definitivos da linha de Villa Nova a Jacobina, na extensão de 118.520 metros, da Rêde de Viação Geral da Bahia, e o respectivo orçamento na importância total de réis 6.511:133\$977.

N. 9.598 — Decreto de 29 de maio de 1912 — Revoga o decreto n. 8.352, de 8 de novembro de 1910, na parte que approva a estação de Porangaba, da Estrada de Ferro de Baturité, para ponto inicial da linha de Uruburetama, e approva a variante partindo da estação de Fortaleza, na extensão de 18.871 metros.

N. 9.599 — Decreto de 29 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:000\$ para pagamento de subvenção ao Asylo do Bom Pastor.

N. 9.600 — Decreto de 29 de maio de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Hospital para Tuberculosos de Leopoldina.

N. 9.601 — Decreto de 29 de maio de 1912 — Concede autorização á « Société Anonyme Anciens Etablissements Duches pour l'Alimentation » para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.602 — Decreto de 29 de maio de 1912 — Concede autorização á Companhia União dos Refinadores para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.603 — Decreto de 5 de junho de 1912 — Concede á sociedade anonyma « Caisse Générale de Prêts Fonciers et Industriels », com séde em Paris, França, autorização para funcionar no Brasil, com succursaes na capital do Estado de S. Paulo, e approva os respectivos estatutos.

N. 9.604 — Decreto de 5 de junho de 1912 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Teffé, no Estado do Amazonas.

N. 9.605 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 9.606 — Decreto de 5 de junho de 1912 — Concede as vantagens e regalias, de paquete ao vapor *Pinto*, de propriedade da firma Alves Vasconcellos & Comp.



N. 9.607 — Decreto de 5 de junho de 1912 — Concede autorização á « Villa Nova Rubbes Estates & Trading Company, Limited », para funcionar na Republica.

N. 9.608 — Decreto de 5 de junho de 1912 — Concede autorização á « Amazon Telegraph Company, Limited », para funcionar na Republica.

N. 9.609 — Decreto de 5 de junho de 1912 — Concede autorização á « North of Brazil Finance and Development Company, Limited », para funcionar na Republica.

N. 9.610 — Decreto de 5 de junho de 1912 — Concede autorização á « Societé Financière au Brésil », para funcionar na Republica.

N. 9.611 — Decreto de 13 de junho de 1912 — Autoriza á sociedade Mutua Excelsior, com séde na capital do Estado de S. Paulo, a funcionar no Brasil e approva, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 9.612 — Decreto de 13 de junho de 1912 — Approva a nova tabella do numero, classes e vencimentos do pessoal da Caixa Economica e Monte de Soccorro de Pernambuco.

N. 9.613 — Decreto de 13 de junho de 1912 — Crea, na fazenda Alta Mira, municipio da Villa do Conde, Estado da Bahia, um campo de demonstração.

N. 9.614 — Decreto de 13 de junho de 1912 — Concede autorização á Companhia Cervejaria Guanabara para funcionar na Republica.

N. 9.615 — Decreto de 13 de junho de 1912 — Approva os estudos definitivos referentes aos kilometros 50 a 100 da secção Gravata Arassuahy, da linha de Theophilo Ottoni a Tremedal, e o respectivo orçamento na importancia de réis 3.043:190\$678.

N. 9.616 — Decreto de 13 de junho de 1912 — Autoriza o Ministerio da Viação e Obras Publicas a crear, *ad referendum* do Congresso Nacional, um serviço de telegrammas internacionaes preferidos, em linguagem clara, com abatimento de 50 %, das taxas e contribuições ordinarias adoptadas para o serviço telegraphico internacional.

N. 9.617 — Decreto de 13 de junho de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 800:000\$ para a continuação dos estudos e melhoramentos do porto de S. João da Barra, aquisição de uma draga e custeio do respectivo serviço.

N. 9.618 — Decreto de 13 de junho de 1912 — Publica a adhesão da Austria-Hungria, pela Bosnia e Herzegovinia, á convenção internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906.

N. 9.619 — Decreto de 13 de junho de 1912 — Publica a adhesão do Japão, pelo territorio inteiro da Koréa, Formosa, pelo territorio japonéz da ilha Schalin e pela parte arrendada da Peninsula Kivantung, á convenção internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906.

N. 9.620 — Decreto de 13 de junho de 1912 — Declara de caracter nacional a Sociedade da Cruz Vermelha Brasileira.

N. 9.621 — Decreto de 13 de junho de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 40:000\$ para pagamento ao Dr. Herculano M. Inglez de Souza.

N. 9.622 — Decreto de 13 de junho de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Curralinho, no Estado de Goyaz.

N. 9.623 — Decreto de 13 de junho de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Morrinhos, no Estado de Goyaz.

N. 9.624 — Decreto de 13 de junho de 1912 — Estabelece novas alterações no plano de uniformes para o Exercito, relativamente a algumas de suas peças.

N. 9.625 — Decreto de 19 de junho de 1912 — Approva a nova tabella do numero, classes e vencimentos do pessoal da Caixa Economica e Monte de Soccorro da Bahia.

N. 9.626 — Decreto de 19 de junho de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.500:000\$, papel, suppletor á verba 34ª — Exercicios findos, — do exercicio de 1912.

N. 9.627 — Decreto de 19 de junho de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 18:266\$666 para pagamento de alugueis de casa do ex-director da Casa da Moeda, Dr. Pedro Luiz Soares de Souza, de 11 de abril de 1904 a 26 de abril de 1907.

N. 9.628 — Decreto de 19 de junho de 1912 — Concede autorização á sociedade anonyma «Banque Française pour le Brésil e l'Amerique du Sud», com sede em Paris, para funcionar na Republica, com uma succursal na cidade do Rio de Janeiro e outra na cidade de S. Paulo, capital do Estado de S. Paulo.

N. 9.629 — Decreto de 19 de junho de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel de Guanhões, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.630 — Decreto de 19 de junho de 1912 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Pitangui, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.631 — Decreto de 19 de junho de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Macahubas, no Estado da Bahia.

N. 9.632 — Decreto de 19 de junho de 1912 — Proroga até 31 de dezembro do corrente anno, sem que outra prorrogação possa ser concedida, o praso estipulado na clausula XVI, do contracto approvado pelo decreto n. 8.123, de 28 de julho de 1910.

N. 9.633 — Decreto de 19 de junho de 1912 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e orçamento do trecho de 49.009<sup>m</sup>,770 da linha de S. Pedro a S. Luiz.

N. 9.634 — Decreto de 26 de junho de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:100\$332 para pagamento de vencimentos e gratificação adicional ao bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet.

N. 9.635 — Decreto de 26 de junho de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 60:000\$ para attender ás despesas com os serviços da commissão de desobstrucção do rio Paracatú.

N. 9.636 — Decreto de 26 de junho de 1912 — Approva os estudos definitivos referentes aos kilometros 0 a 50 do ramal da Estrada de Ferro Central da Bahia, de Bandeira de Mello a Brotas, e o respectivo orçamento, na importancia de 2.402:154\$752.

N. 9.637 — Decreto de 26 de junho de 1912 — Approva os estudos definitivos, referentes ao primeiro trecho de 50 kilometros da linha da Estrada de Ferro de S. Francisco, da Estrada de Ferro Central da Bahia, e o respectivo orçamento, no valor de 1.969:460\$018.

N. 9.638 — Decreto de 26 de junho de 1912 — Approva os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Piquete a Itajubá, com a extensão de 64.366<sup>m</sup>,46 e o respectivo orçamento na importancia de 8.253:631\$754.

N. 9.639 — Decreto de 27 de junho de 1912 — Approva a reorganização da Caixa Geral das Familias, com séde nesta capital, como sociedade anonyma, e os respectivos estatutos.

N. 9.640 — Decreto de 4 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 140:280\$ para occorrer ao pagamento das gratificações addicionaes a que se refere o art. 80 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 9.641 — Decreto de 4 de julho de 1912 — Concede autorização á « Moju Rubber Plantationes and Development Company » para funcionar na Republica.

N. 9.642 — Decreto de 4 de julho de 1912 — Publica a adhesão da Bolivia ao accôrdo assignado em Roma, em 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 9.643 — Decreto de 4 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:333\$333, ouro, para pagamento da differença de vencimentos dos funcionarios da Delegacia do Thesouro em Londres.

N. 9.644 — Decreto de 4 de julho de 1912 — Approva as alterações feitas nos estatutos da sociedade anonyma Pensionato da Familia, com séde na capital do Estado de S. Paulo.

N. 9.645 — Decreto de 4 de julho de 1912 — Approva os planos e plantas, apresentados pela « Rio de Janeiro Hotel Company » para construcção de um grande hotel nos terrenos outrora occupados pelo convento da Ajuda e declara de utilidade publica os predios ns. 4, 6, 8, 10 e 14 da rua Senador Dantas, necesarios para esse fim.

N. 9.646 — Decreto de 4 de julho de 1912 — Autoriza a transferencia á Empresa Constructora do Rio Grande do Sul do contracto para o estudo e construção das linhas ferreas de Jaguarão a Basilo, Alegrete a Quarahy e de S. Sebastião a Sant'Anna do Livramento passando por D. Pedrito.

N. 9.647 — Decreto de 4 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.000:000\$ para tornar effectivas desapropriações de terras e aguas das bacias dos rios Xerém, Mantiquira, S. Pedro, Grande, Camocim e Covanca.

N. 9.648 — Decreto de 4 de julho de 1912 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento, na importancia de 2.623:183\$660, do trecho de S. Sebastião do Paraíso a Santa Rita de Cassia, na extensão de 51.514 metros da Rede de Viação Sul-Mineira.

N. 9.649 — Decreto de 6 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 8.000:000\$ para dar começo aos serviços e providencias comprehendidas na lei n. 2.543 A, de 5 de janeiro, e decreto n. 9.521, de 17 de abril de 1912, concernentes á defesa economica da borracha.

N. 9.650 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de auxilio á Faculdade de Direito do Estado da Bahia.

N. 9.651 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Caruarú, no Estado de Pernambuco.

N. 9.652 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Autoriza a sociedade Providencia, com séde nesta capital, a funcionar na Republica, e approva, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 9.653 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Declara de nenhum effeito a segunda parte da clausula XVI do decreto n. 9.486, de 30 de março de 1912.

N. 9.654 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Approva os estudos definitivos e o orçamento da variante de Itapipoca, da linha de Uruburetama, na extensão de 45.180 metros.

N. 9.655 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Approva os estudos definitivos referentes aos kilometros 50 a 100 da linha de Bom Jesus dos Meiras a Tremedal, da Rede de Viação Geral da Bahia, e o respectivo orçamento, na importancia de 2.264:752\$850.

N. 9.656 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$ para a desobstrucção e limpeza dos rios da baixada do Noroeste do Rio de Janeiro, municipio de Macahé e Campos.

N. 9.657 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Approva os estudos definitivos e o orçamento concernentes 9.481km,864 de linha nos prolongamentos das estradas de ferro Baturité e Sobral.



N. 9.658 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento do prolongamento da Estrada de Ferro Central da Bahia, de Machado Portella a Carinhanha, dos kilometros 50 a 100.

N. 9.659 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Approva as plantas e o orçamento das installações necessarias para a estação de triagem a construir-se na varzea de Gravatahy.

N. 9.660 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento do prolongamento da Estrada de Ferro Central da Bahia, de Machado Portella a Carinhanha, dos kilometros 100 a 200.

N. 9.661 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 4:200\$, ouro, para occorrer ás despesas com o premio de viagem a que fez jús o alumno da Escola de Minas de Ouro Preto, Paulo da Rocha Lagôa.

N. 9.662 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Crea uma estação sericicola na colonia Rodrigo Silva, no municipio de Barbacena, Estado de Minas Geraes.

N. 9.663 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Concede autorização á «Southern Territories Limited», para funcionar na Republica.

N. 9.664 — Decreto de 10 de julho de 1912 — Concede autorização á «United Brazilian Syndicate, Limited», para funcionar na Republica.

N. 9.665 — Decreto de 17 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 562:515\$500 para pagamento de despesas com a installação e manutenção do Collegio Militar de Minas Geraes, creado pelo decreto n. 9.507, de 3 de abril de 1912.

N. 9.666, — Decreto de 17 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de auxilio ao Hospital para Tuberculosos do Pará, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.667 — Decreto de 17 de julho de 1912 — Rectifica o art. 159 do regulamento do Corpo de Bombeiros desta capital, approvado pelo decreto n. 9.048, de 18 de outubro de 1911.

N. 9.668 — Decreto de 17 de julho de 1912 — Approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho de ..... 108.604,580<sup>m</sup>,00 da linha de Santiago a S. Borja, entre o kilometro 50 e Santiago.

N. 9.669 — Decreto de 17 de julho de 1912 — Approva os estudos de um trecho da linha de Cedro a Carrancas, na Estrada de Ferro Oeste de Minas, comprehendido entre o alto da Serra da Mantiqueira e a margem direita do rio Turvo Pequeno.

N. 9.670 — Decreto de 17 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 41:136\$849, correspondente a £ 2.573-14-7  $\frac{1}{2}$ , para pagamento á companhia «Rio de Janeiro, City Improvements, Limited».

N. 9.671 — Decreto de 17 de julho de 1912 — Approva o regulamento das estações sericícolas a que se refere o artigo 72, letra O, da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 9.672 — Decreto de 17 de julho de 1912 — Crea a Inspectoria de Pesca e approva o respectivo regulamento.

N. 9.673 — Decreto de 17 de julho de 1912 — Concede autorização á Companhia Frigorifica e Pastoril para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.674 — Decreto de 24 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 100:000\$ para occorrer ás despesas com o estabelecimento de campos de demonstração, segundo o processó da lavoura secca, mediante contracto com o Dr. V. T. Cooke, ou outro profissional de reconhecida competencia.

N. 9.675 — Decreto de 24 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 200:000\$ para occorrer ás despesas de installação da Inspectoria e estação de Pesca, a que se refere o decreto n. 9.672, de 17 de julho de 1912.

N. 9.676 — Decreto de 24 de julho de 1912 — Publica a adhesão da França, Grã-Bretanha e Italia, pela Ethiopia, á convenção assignada em Roma em 26 de maio de 1906, relativa á troca de cartas e caixas com valor declarado.

N. 9.677 — Decreto de 24 de julho de 1912 — Modifica o art. 98, n. 7, do regulamento approved pelo decreto numero 6.465, de 29 de abril de 1907.

N. 9.678 — Decreto de 24 de julho de 1912 — Concede ao Banco dos Funcionarios Publicos autorização para transferir ao Banco de Gurityba os direitos e obrigações constantes do decreto n. 771, de 26 de setembro de 1890.

N. 9.679 — Decreto de 24 de julho de 1912 — Rescinde o contracto celebrado com Fraga Sobrinho para um serviço de navegação entre o porto de Belém e os de Pennapolis, Sapury e outros, do rio Acre.

N. 9.680 — Decreto de 24 de julho de 1912 — Proroga até 30 de junho de 1913 o praso para a conclusão das obras da rectificação da linha do Rio Claro, entre a estação deste nome e a de Itirapina (antiga Morro Pellado).

N. 9.681 — Decreto de 24 de julho de 1912 — Autoriza a innovação do contracto celebrado com a firma Oliveira Pearce & Comp. para o serviço de navegação do Alto-Parahyba.

N. 9.682 — Decreto de 24 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 53:974\$ para pagamento aos funcionarios da Agência do Correio de Santos, da gratificação de 40 % sobre os respectivos vencimentos.

N. 9.683 — Decreto de 24 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 404:272\$100 para a conclusão das obras do edificio destinado a Correios e

Telegraphos na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

N. 9.684 — Decreto de 24 de julho de 1912 — Approva novas clausulas para serem additadas ao contracto de 4 de agosto de 1908, referente ás obras de melhoramento do porto do Recife, Estado de Pernambuco.

N. 9.685 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Concede autorização á Associação Beneficente de Peculios Mutua S. Joanense, com séde em S. João da Boa Vista, Estado de S. Paulo, para funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 9.686 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Modifica o decreto n. 9.430, de 13 de março de 1912, que autoriza a sociedade Alliança do Brasil, com séde em S. Paulo, a funcionar na Republica e approva, com alterações, seus estatutos.

N. 9.687 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito extraordinario de 72:228\$987 para occorrer ao pagamento de fornecimentos feitos ao Jardim Botânico e de serviços effectuados no mesmo, durante o anno de 1911.

N. 688 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Concede autorização á Companhia Commercio e Lavoura para funcionar na Republica.

N. 9.689 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Concede autorização á Companhia Central de Panificação para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.690 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 500:000\$ para conclusão das obras do quartel de cavallaria da Brigada Policial.

N. 9.691 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Abre ao ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de auxilio á Academia Brasileira de Letras.

N. 9.692 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapicuru-Mirim, no Estado do Maranhão.

N. 9.693 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pastos Bons, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.694 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Patos, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.695 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Patos, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.696 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Approva os estudos do prolongamento do ramal de Itapeccerica a Formiga, na Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 9.697 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Approva os estudos definitivos e os orçamentos dos trechos de Ita-

picurú a Cachimbos, Cachimbos a Coroatá e Coroatá a Godó, da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 9.698 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Altera as clausulas II e XIII das que acompanharam o decreto numero 9.582 de 15 de maio do corrente anno.

N. 9.699 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Approva os estudos definitivos e o orçamento do ultimo trecho de 62.500 metros da linha de S. Pedro a S. Luiz.

N. 9.700 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Approva os estudos definitivos e o orçamento, na importancia de 1.972:115\$325, do trecho da Estrada de Ferro de Uberaba á Villa Platina, comprehendido entre os kilometros 0 e 48.

N. 9.701 — Decreto de 31 de julho de 1912 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rosario, no Estado do Maranhão.

N. 9.702 — Decreto de 2 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 1.000:000\$, ouro, e 5.500:000, papel, supplementar á verba 3<sup>a</sup> — Inimigração e colonização, — do art. 71 da lei n. 2.541, de 4 de janeiro de 1912.

N. 9.703 — Decreto de 7 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 13:930\$099, para pagamento do augmento de vencimentos do auditor geral da Marinha.

N. 9.704 — Decreto de 7 de agosto de 1912 — Approva o regulamento das fazendas-modelo de criação.

N. 9.705 — Decreto de 7 de agosto de 1912 — Concede autorização á «Conquista-Xicão Gold Mines Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.706 — Decreto de 7 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de reis 1.462:160\$294, papel, afim de occorrer ao pagamento de prata adquirida para cunhagem de moedas.

N. 9.707 — Decreto de 7 de agosto de 1912 — Approva, com modificações, o projecto e orçamento de dous armazéns, de dous pavimentos cada um, propostos pela companhia «Port of Pará» para serem construidos parallelamente á doca fluvial Marechal Hermes, em Belém, Estado do Pará.

N. 9.708 — Decreto de 7 de agosto de 1912 — Autoriza a celebrar contractos com «The Amazon River Steam Navigation Company (1911), Limited», para o serviço de navegação do rio Amazonas, tributarios e linha maritima até Oyapock.

N. 9.709 — Decreto de 7 de agosto de 1912 — Proroga por mais um anno o praso estipulado no decreto n. 8.351, de 8 de novembro de 1910, para conclusão da construção da variante de Sarapuhy-Actura, comprehendida entre os kilometros 20.367 e 29.676 da linha do Norte, da Estrada de Ferro Leopoldina.

N. 9.710 — Decreto de 7 de agosto de 1912 — Proroga por mais um anno o praso estipulado na clausula VII do decreto n. 7.479, de 29 de julho de 1909, para o inicio da con-



strução da linha de Capivary a Cabo Frio, da Estrada de Ferro Leopoldina.

N. 9.711 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Dá regulamento aos cursos ambulantes creados pelo decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910.

N. 9.712 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Crea um centro agrícola em cada um dos Estados do Piahy, Parahyba, Sergipe, Bahia e Rio Grande do Sul.

N. 9.713 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 37:602\$220 para pagamento de augmento de vencimentos a varios auditores de guerra e a um auxiliar de auditor.

N. 9.714 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 20:250\$ complementar á verba 3ª do art. 21 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

N. 9.715 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Concede autorização á sociedade anonyma de peculios e bonificações Segurança da Família, com séde em Curityba, para funcçãoar na Republica, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 9.716 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. José dos Pinhaes, no Estado do Paraná.

N. 9.717 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para continuação dos serviços de desobstrução e dragagem do rio Paraguassú.

N. 9.718 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Approva os estudos definitivos do ramal de Campo Formoso, na extensão de 9.740 metros da Rêde de Viação Geral da Bahia, e o respectivo orçamento, na importancia total de 479:490\$611.

N. 9.719 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Approva os estudos definitivos referentes aos kilometros 100 a 150, a partir de Arassuahy, na linha de Theophilo Ottoni a Tremedal, da Rêde de Viação Geral da Bahia, e o respectivo orçamento, na importancia de 3.024:089\$859.

N. 9.720 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Approva as plantas e o orçamento para o prolongamento do desvio Ypiranga, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 9.721 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para as despesas com os estudos do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil até á cidade de Belém, no Estado do Pará.

N. 9.722 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Proroga até 31 de março de 1913 o praso fixado na clausula III, do decreto n. 7.455, de 8 de junho de 1909, para a conclusão das obras de construção do ramal de Curralinho a Diamantina.

N. 9.723 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Approva as plantas e orçamento para a construção de um triangulo de

reversão na estação de Curityba, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 9.724 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Autoriza a transferencia para o nome de José Barbosa da Silva da concessão feita á firma Barbosa & Tocantins para o serviço de navegação entre os portos de Belém e do territorio do Acre.

N. 9.725 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Concede as vantagens e regalias de paquete aos vapores *Cratheus* e *Camocim*, de propriedade de Lorentzen & Comp.

N. 9.726 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Approva os projectos e os respectivos orçamentos das estações e mais edificios a se construirem de alvenaria na linha de S. Francisco da Companhia Estrada de Ferro S. Paulo—Rio Grande.

N. 9.727 — Decreto de 14 de agosto de 1912 — Approva as despesas feitas pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, durante os annos de 1909 e 1910, nas linhas ferreas de concessão federal.

N. 9.728 — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Approva com alterações, os novos estatutos da Associação Beneficente Vera Cruz, com séde nesta capital.

N. 9.729 — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Approva o novo plano de uniformes para officiaes e praças da Brigada Policial do Districto Federal.

N. 9.730 — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Approva, com modificações, o projecto e o orçamento das obras necessarias á abertura da barra dos rios Guaxindiba e Quintanilha, na baixada do Estado do Rio de Janeiro.

N. 9.731 — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Approva novo projecto para as obras de melhoramentos do porto do Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 9.732 — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 3:500:000\$ para occorrer ás despesas com os serviços das diversas linhas e ramaes da Rêde de Viação Fluminense.

N. 9.733 — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para occorrer ás despesas com a construcção do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Sabará á cidade de Ferros.

N. 9.734 — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.400:000\$ para occorrer ás despesas com os serviços do alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil a Bello Horizonte, pelo valle de Paraopeba.

N. 9.735 — Decreto de 21 de agosto de 1912 — Crea um consulado em Turim.

N. 9.736 — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5:052\$, supplementar á verba 19ª — Mesas de rendas e collectorias, — do exercicio de 1912.

N. 9.737 — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Concede autorização á «Brazil Railway Company» para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.738 — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Concede autorização á «Sociedad Unión del Rosario» para funcionar na Republica.

N. 9.739 — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares, na importancia total de 6.000:000\$, ás verbas 13ª, 15ª e 31ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio vigente.

N. 9.740 — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de auxilio á Faculdade de Direito do Estado de Minas Geraes.

N. 9.741 — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 81:924\$546 para occorrer ás despesas com as modificações indispensaveis á installação sanitaria do Hospicio Nacional de Alienados.

N. 9.742 — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de reis 24:847\$200, supplementar á verba 8ª do art. 2º da lei numero 2.544, de 4 de janeiro ultimo, para despesas de pessoal e material da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 9.743 — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.200:000\$ para attender ás despesas de construcção do prolongamento da linha do centro na direcção de Montês Claros.

N. 9.744 — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.500:000\$ para occorrer ás despesas de construcção do prolongamento do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Itacurussá até á cidade de Angra.

N. 9.745 — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.500:000\$, papel, supplementar á verba 34ª — Exercicios findos, — do exercicio de 1912.

N. 9.746 — Decreto de 28 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 100:000\$, supplementar á verba 6ª — Aposentados, — do exercicio de 1912.

N. 9.747 — Decreto de 31 de agosto de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 935:000\$, sendo 214:200\$ á verba 5ª e 720:800\$ á verba 7ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio vigente para execução da lei n. 2.563, de 10 de janeiro de 1912.

N. 9.748 — Decreto de 31 de agosto de 1912 — Approva o projecto e planta das obras para installação de uma colonia de alienados na Fazenda Engenho Novo, na freguezia de Jacarépaguá, e declara de utilidade publica a desapropriação da mesma fazenda, com todos os predios, bemfeitorias e terrenos que lhe pertenceram.

N. 9.749 — Decreto de 4 de setembro de 1912 — Approva as alterações feitas nos estatutos da Companhia de Seguros Terrestres e Marítimos União Commercial dos Varejistas, com sede nesta capital.

N. 9.750 — Decreto de 4 de setembro de 1912 — Concede autorização á «Anglo Brazilian Forging Steel Structural & Importing Company, Limited», para funcionar na Republica:

N. 9.751 — Decreto de 4 de setembro de 1912 — Concede autorização á «Minas Geraes and Espirito Santo Exploration Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 9.752 — Decreto de 4 de setembro de 1912 — Approva a tabella complementar de preços de alvenaria a empregar na construção de diversas linhas da Companhia Estrada de Ferro S. Paulo—Rio Grande.

N. 9.753 — Decreto de 4 de setembro de 1912 — Proroga até 24 de novembro de 1914 o praso fixado para a conclusão da construção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 9.754 — Decreto de 4 de setembro de 1912 — Approva os estudos definitivos referentes aos kilometros 50 a 68 e 109 a 200, a partir de Jacobina, da linha de ligação das estradas de ferro S. Francisco e Central da Bahia, e os respectivos orçameantos.

N. 9.755 — Decreto de 9 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 150:000\$ para a construção do novo edificio destinado á Escola de Aprendizizes Artifices do Estado de S. Paulo.

N. 9.756 — Decreto de 9 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 240:000\$ para pagamento, no corrente anno, da subvenção de 40:000\$, por viagem redonda entre a Italia e o Brasil, com o fim de desenvolver os serviços de colonização e defesa dos productos brasileiros no exterior.

N. 9.757 — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Extingue a Fabrica de Ferro de S. João do Ipanema.

N. 9.758 — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Crea na fazenda denominada Piquete, no municipio de Rezende, Estado do Rio de Janeiro, um campo de demonstração.

N. 9.759 — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 30:000\$ para pagamento de auxilio á Faculdade de Medicina de Bello Horizonte.

N. 9.760 — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 50:000\$ para pagamento de auxilio á Escola Polytechnica da Bahia.

N. 9.761 — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Serro, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.762 — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 40:000\$ para aquisição de uma embarcação para condução de enfermos.



N. 9.763 — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 3:262\$777 para pagamento de vencimentos ao porteiro da Sub-Administração do Correio de Diamantina, Juscelino Joaquim de Menezes.

N. 9.764 — Decreto de 12 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 19:304\$610 para indemnização a Roberto Pereira Reis, encarregado de abertura de poços no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 9.765 — Decreto de 14 de setembro de 1912 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir titulos no valor de £ 2.400.000, ou francos 60.480.000 ou marcos 49.200.000, de juro annual de 4 %, ouro, para pagamento de serviços contractados com a Companhia Estrada de Ferro Santa Catharina.

N. 9.766 — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio os credito supplementares de 3:600\$ para occorrer ao pagamento da differença de vencimentos do consultor juridico e de 12:000\$ para pagamento do auxiliar juridico, no corrente anno.

N. 9.767 — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 15:000\$ para pagamento de subvenção ao Hospital de Tuberculosos de Itajubá.

N. 9.768 — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Negro, no Estado do Paraná.

N. 9.769 — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca do Rio Negro, no Estado do Paraná.

N. 9.770 — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Approva as plantas e orçamentos para a construcção de varias obras no ramal da Costa do Mar, pertencente á « Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer ou Brésil ».

N. 9.771 — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Approva os estudos definitivos e o orçamento para a construcção da linha, no ramal de Feira de Sant'Anna, passando directamente por S. Gonçalo, na Rede de Viação Ferrea da Bahia.

N. 9.772 — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Approva, com modificações, os estudos definitivos do trecho de 63km,224,040 da linha de S. Pedro a S. Luiz, comprehendido entre Jaguary e a villa Santiago de Boqueirão, e o orçamento, na importancia de 4.818:201\$199.

N. 9.773 — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Prologa até 21 de janeiro de 1913 o prazo estipulado na clausula III do contracto a que se refere o decreto n. 7.959, de 14 de abril de 1910, para a conclusão da construcção das obras do prolongamento da Estrada de Ferro Funilense.

N. 9.774 — Decreto de 18 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 950:000\$

para as despesas com a construcção do trecho de Ouro Preto a Marianna, do prolongamento do ramal de Ouro Preto a Ponte Nova, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 9.775 — Decreto de 23 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1912 o credito supplementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsidio dos senadores, — e 636:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 9.776 — Decreto de 23 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1912, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 9.777 — Decreto de 25 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 3.000:000\$, supplementar á verba 13ª do art. 18 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 9.778 — Decreto de 25 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 11:146\$930 para indemnizar á sociedade n. 160, da Confederação do Tiro Brasileiro, do valor da metade das despesas relativas á construcção de sua linha.

N. 9.779 — Decreto de 25 de setembro de 1912 — Approva, com modificações, o projecto e orçamento detalhado do edificio para a administração e fiscalização da companhia «Port of Pará».

N. 9.780 — Decreto de 25 de setembro de 1912 — Approva o projecto e orçamento deapparelhos destinados á carga e descarga de carvão no trecho do cães profundo do porto do Pará.

N. 9.781 — Decreto de 25 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ para concluir a construcção do cães e demais melhoramentos do porto da Parnahyba.

N. 9.782 — Decreto de 25 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 120:000\$ para concluir os estudos e melhoramentos do porto de Amarração, na barra de Iguarassú, no Estado do Piahy.

N. 9.783 — Decreto de 25 de setembro de 1912 — Concede autorização á «Miranda Estancia Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 9.784 — Decreto de 25 de setembro de 1912 — Concede autorização á Companhia Commercio e Navegação para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.785 — Decreto de 27 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de..... 6.989:701\$, ouro, para pagamento das prestações do ultimo couraçado, dos submersiveis, dos monitores e material encomendado na Europa e augmentar de um *tender* o programma naval autorizado pela lei n. 1.296, de 14 de dezembro de 1904.

N. 9.786 — Decreto de 27 de setembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de.... 223:283\$213, ouro, equivalentes a £ 25.116-4-5, para pagamento de fornecimentos feitos na Europa, no exercicio de 1910, ao couraçado *Minas Geraes* e aos cruzadores *Bahia* e *Barroso*.

N. 9.787 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 9.788 — Decreto de 2 de outubro de 1912 — Approva os estudos definitivos e o orçamento referentes ao trecho de 67 kilometros da linha de Girão a Cratheús, da Rêde de Viação Cearense.

N. 9.789 — Decreto de 2 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 150:000\$ para occorrer ás despesas com o estabelecimento da estação radiotelegraphica estrategica do cabo de S. Thomé.

N. 9.790 — Decreto de 2 de outubro de 1912 — Approva os estudos definitivos referentes aos kilometros 200 a 385.500 metros, da linha de Machado Portella a Carinhanha, no prolongamento da Estrada de Ferro Central da Bahia, e o respectivo orçamento, na importancia de 7.621:653\$281.

N. 9.791 — Decreto de 2 de outubro de 1912 — Approva os estudos definitivos referentes aos kilometros 100 a 175.200, da linha de Bom Jesus dos Meiras a Tremedal, da Rêde de Viação Geral da Bahia, e o respectivo orçamento na importancia de 2.773:587\$075.

N. 9.792 — Decreto de 2 de outubro de 1912 — Approva os estudos definitivos referentes aos kilometros 150 a 331 e 600 metros, a partir de Arassuahy, da linha de Theophilo Otttoni a Tremedal, da Rêde de Viação da Bahia, e bem assim o orçamento, na importancia de 9.504:541\$664.

N. 9.793 — Decreto de 2 de outubro de 1912 — Approva, com restricções, os projectos apresentados pela companhia «Port of Pará» para um deposito de inflammaveis e para um edificio destinado a generos explosivos no local denominado Miramar.

N. 9.794 — Decreto de 2 de outubro de 1912 — Approva os estudos definitivos e o orçamento, na importancia de 5.497:435\$123 e £ 141.755-8-0, do segundo trecho, com a extensão de 120km.651, do prolongamento de Independencia a Picuhy, da Estrada de Ferro Conde d'Eu.

N. 9.795 — Decreto de 2 de outubro de 1912 — Proroga por 18 mezes o prazo fixado na clausula V do contracto de 24 de janeiro de 1911 para construcção da secção da Estrada de Ferro Oeste de Minas, comprehendida entre Henrique Galvão e o kilometro 48 da de Goyaz.

N. 9.796 — Decreto de 2 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 24:534\$898 para pagamento ao Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho.

N. 9.797 — Decreto de 2 de outubro de 1912 — Approva, com alterações, os novos estatutos da sociedade de seguros mutuos Montepio da Familia, adoptados pela assembléa geral extraordinaria realizada em 6 de agosto do corrente anno.

N. 9.798 — Decreto de 2 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:000\$ para pagamento de subvenção á Liga contra a Tuberculose do Recife.

N. 9.799 — Decreto de 2 de outubro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Gravatá, no Estado de Pernambuco.

N. 9.800 — Decreto de 4 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 20:000\$, destinado ao pagamento de subvenção á Escola Pratica de Electricidade e Mecanica, annexa ao Instituto de Electro-Technica de Porto Alegre, de accôrdo com o art. 74 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 9.801 — Decreto de 5 de outubro de 1912 — Faz publico o regulamento assignado a 25 de junho do corrente anno para a execução da convenção concernente á permula de encomendas postaes sem declaração do valor, concluida entre o Brasil e a França a 3 de junho de 1909.

N. 9.802 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Fixa o numero de zonas de pesca, com as respectivas estações, e estabelece os seus limites.

N. 9.803 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Crea uma estação experimental para o cultivo intensivo do algodoeiro no municipio de Coroatá, Estado do Maranhão.

N. 9.804 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Cervejaria Brahma.

N. 9.805 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Concede autorização á « Pauling and Company, Limited », para funcionar na Republica.

N. 9.806 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Revalida a carta patente de privilegio de invenção n. 3.447, de 25 de novembro de 1901.

N. 9.807 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4:982\$145 para pagamento ao capitão João Nepomuceno da Costa de vencimentos que deixou de receber.

N. 9.808 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 90:505\$200 para pagamento dos novos concertos de que carece a cabrea *Marechal de Ferro*.

N. 9.809 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Concede autorização á sociedade anonyma de peculios Universal, com séde na cidade de Barbacena, Estado de Minas Geraes, para funcionar na Republica e approva, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 9.810 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 9.811 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Approva com modificações, as alterações dos estatutos da Companhia de seguros marítimos e terrestres Indemnizadora, com séde nesta capital.



N. 9.812 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 400:000\$, supplementar á verba 6ª — Aposentados, — do exercicio de 1912.

N. 9.813 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Approva as plantas e o orçamento para a construcção de um desvio em Uruguayana, com as installações necessarias para o serviço do trafego fluvial.

N. 9.814 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 4:186\$920, para completar a importancia necessaria para a installação electrica do edificio destinado aos Correios e Telegraphos em Porto Alegre.

N. 9.815 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Approva os estudos definitivos referentes aos kilometros referentes aos kilometros 200 a 231+177 m,90, a partir de Jacobina, da linha de ligação das estradas de ferro S. Francisco e Central da Bahia, e o respectivo orçamento, na importancia de 1.332:885\$525.

N. 9.816 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para os estudos dos prolongamentos da Rede de Viação Cearense.

N. 9.817 — Decreto de 9 de outubro de 1912 — Modifica o projecto approved pelo decreto n. 7.121, de 17 de setembro de 1908, para o novo porto do Rio Grande do Sul, e torna extensivo o melhoramento do antigo porto em frente á cidade.

N. 9.818 — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 14:115\$890 para restituição de direitos aduaneiros á Camara Municipal de Juiz de Fora, de accôrdo com o art. 5º, alinea XVII, da lei n. 2.544, de 31 de dezembro de 1911.

N. 9.819 — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Concede autorização á «Brazil Company» para funcionar na Republica.

N. 9.820 — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Concede autorização á «Société Belge des Mines d'Étain de Cam-pinas» para funcionar na Republica.

N. 9.821 — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Pasteur do Recife.

N. 9.822 — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 8:940\$, supplementar á verba 6ª do art. 2º da lei n. 2.544, de 4 de janeiro ultimo, para as despesas com o pessoal da Secretaria do Senado.

N. 9.823 — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Itapicuru-Mirim, no Estado do Maranhão.

N. 9.824 — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Alto-Mirim no Estado do Maranhão.

N. 9.825 — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Crea mais tres brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapicuru-Mirim, no Estado do Maranhão.

N. 9.826 — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 10:800\$ para pagamento aos funcionarios da Repartição de Aguas e Obras Publicas que foram addidos, em virtude do decreto n. 9.079, de 3 de novembro de 1911.

N. 9.827 — Decreto de 16 de outubro de 1912 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Corumbahyba, no Estado de Goyaz.

N. 9.828 — Decreto de 18 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 70:000\$, para attender ás despesas com a recepção das commissões astronomicas estrangeiras que vieram ao Brasil observar o eclipse solar que teve logar a 10 de outubro do corrente anno.

N. 9.829 — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Concede autorização á «Société Anonyme des Etablissements Americains Grafy» para funcionar na Republica.

N. 9.830 — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Approva as alterações dos estatutos da sociedade anonyma «Banque Française pour le Brésil et l'Amerique du Sud», com séde em Paris, e fixa em 20 annos o praso da concessão para o seu funcionamento no Brasil, a partir da data da publicação do primitivo decreto de autorização.

N. 9.831 — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Reorganiza a administração e a justiça no territorio do Acre.

N. 9.832 — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Paraná.

N. 9.833 — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Palmeiras, no Estado do Paraná.

N. 9.834 — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Antonina, no Estado do Paraná.

N. 9.835 — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Antonina, no Estado do Paraná.

N. 9.836 — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 444\$442 para pagamento do ordenado ao tenente-coronel Simão de Souza Rego e Carvalho.

N. 9.837 — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Publica a adhesão da Austria-Hungria á convenção internacional de 20 de março de 1883 e actos consecutivos para a protecção da propriedade industrial.

N. 9.838 — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Publica as adhesões do Reino de Sião e da Republica de S. Marino á convenção internacional radiotelegraphica assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906.

N. 9.839 — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Publica a adhesão do Egypto á convenção internacional radiotelegra-

phica assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906 e ao accôrdo adicional da mesma data.

N. 9.840 — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Publica a adhesão da Hespanha, pela sua possessão no Golpho de Guiné, á convenção internacional radiotelegraphica assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906.

N. 9.841 — Decreto de 23 de outubro de 1912 — Proroga o praso de que trata a clausula III do termo de accôrdo celebrado em 20 de junho de 1908 com a companhia «Port of Pará».

N. 9.842 — Decreto de 29 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1912, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 9.843 — Decreto de 29 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1912, o credito supplementar de 852:500\$, sendo 195:300\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 657:200\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 9.844 — Decreto de 31 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.500:000\$, supplementar á verba 34ª — Exercicios findos. — do exercicio de 1912.

N. 9.845 — Decreto de 31 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 4:195\$362 para pagamento ao Dr. Joaquim de Carvalho Betamio, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.846 — Decreto de 31 de outubro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 859:733\$333, ouro, supplementar á verba 1ª — Juros e mais despesas da divida externa, — do exercicio de 1912.

N. 9.846 A — Decreto de 31 de outubro de 1912 — Publica a denuncia da convenção sanitaria internacional assignada no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1904 entre o Brasil e as Republicas Argentina, Oriental do Uruguay e do Paraguay.

N. 9.847 — Decreto de 1 de novembro de 1912 — Estabelece nova alteração no plano de uniformes do Exercito, relativamente a uma de suas peças.

N. 9.848 — Decreto de 1 de novembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Vição e Obras Publicas o credito extraordinario de 200:000\$ para attender, no corrente exercicio, á conservação e custeio das linhas telegraphicas e telephonicas do Estado do Rio Grande do Sul, passadas para o dominio da União pelo decreto n. 9.253, de 28 de dezembro de 1911.

N. 9.849 — Decreto de 4 de novembro de 1912 — Approva o projecto e orçamento para os trabalhos de saneamento da bacia do rio Estrella, da baixada do Estado do Rio de Janeiro.

N. 9.850 — Decreto de 31 de outubro de 1912 — Approva os estudos definitivos, assim como o respectivo orçamento, do trecho final, na extensão de 107<sup>m</sup>.600, da linha de Theophilo Ottonio a Tremedal, da Rêde de Vição Ferrea da Bahia.

N. 9.851 — Decreto de 4 de novembro de 1912 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito de 28:000\$ para occorrer ao pagamento do premio que compete á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, por ter construido em suas officinas quatro locomotivas.

N. 9.852 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 189:850\$282 para pagamento a Ladislão Dias da Cunha de obras nos quarteis da Força Policial do Districto Federal.

N. 9.853 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de auxilio á Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre.

N. 9.854 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Concede á Companhia Nacional de Pesca os favores constantes do art. 69 do regulamento approved pelo decreto n. 9.672, de 17 de julho de 1912.

N. 9.855 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Concede autorização á «Middletown Car Company» para funcionar na Republica.

N. 9.856 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Concede autorização á Sociedade Anonyma Augusta para funcionar na Republica.

N. 9.857 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Approva o regulamento da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria.

N. 9.858 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Autoriza o contracto de construcção do ramal de Abaeté, da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 9.859 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Approva o orçamento e as plantas dos melhoramentos a serem feitos no Hotel das Palmeiras.

N. 9.860 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 200:000\$ para occorrer ás despesas com os estudos da Estrada de Ferro de Santa Catharina, no corrente exercicio.

N. 9.861 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de réis 740:000\$ para a conclusão dos estudos dos prolongamentos e ramaes da Rede de Viação Ferrea da Bahia.

N. 9.862 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Approva o projecto e os orçamentos para abertura dos canaes das barras dos rios Guapy e Magé, na baixada do Estado do Rio de Janeiro.

N. 9.863 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Approva o projecto e o orçamento para a abertura do canal da barra do rio Merity, na baixada do Estado do Rio de Janeiro.

N. 9.864 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Approva o projecto e o orçamento para a abertura do canal da barra do rio Iguassú, na baixada do Estado do Rio de Janeiro.



N. 9.865 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 8:000\$, afim de attender á despesa com a acquisição do retrato a oleo do Dr. Joaquim Duarte Murtinho.

N. 9.866 — Decreto de 6 de novembro de 1912 — Autoriza a sociedade anonyma de peculios e rendas por mutualidade A Mundial, com séde nesta capital, a funcionar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 9.867 — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Estabelece um distinctivo para os alumnos da Escola de Artilharia e Engenharia.

N. 9.868 — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Crea uma fazenda-modelo de criação no municipio de Uberaba, Estado de Minas Geraes.

N. 9.869 — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Crea um consúlado em Berna.

N. 9.870 — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 5:393\$548 para pagamento de vencimentos ao lente em disponibilidade da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. João Pedro da Veiga Filho.

N. 9.871 — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de Viagem conferido ao Dr. Carlos Leoni Werneck.

N. 9.872 — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 50:000\$ para pagamento de auxilio á Escola Livre de Engenharia de Pernambuco.

N. 9.873 — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Crea mais uma brigada de guardas nacionaes na comarca de Bananeiras, no Estado da Parahyba.

N. 9.874 — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Manda computar um anno completo as fracções excedentes de seis mezes para reforma dos officiaes da Armada.

N. 9.875 — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Approva reduções de fretes para certos artigos na Rede de Viação da Bahia.

N. 9.876 — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Approva as plantas e o orçamento para a construcção de novos desvios na estação de S. Gabriel, da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Urugayana.

N. 9.877 — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Declara de utilidade publica para o fim de serem desapropriados, os terrenos do antigo Hotel Whyte, na serra da Tijuca.

N. 9.878 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 9.879 — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Approva os estudos definitivos referentes aos Kilometros 50 a 135 e 500 metros do ramal da Estrada de Ferro Central da Bahia, de Bandeira de Mello a Brotas e o respectivo orçamento, na importancia de 5.232.757\$838.

N. 9.880 — Decreto de 13 de novembro de 1912 — Transfere á firma La-Rocque & Comp. o contracto celebrado com Mello, Frotas & Comp. para o serviço de navegação entre os portos de Belém, Manáos e os do rio Juruá e seus afluentes.

N. 9.881 — Decreto de 15 de novembro de 1912 — Approva o prolongamento das obras do porto do Rio de Janeiro, entre a praça Mauá e o antigo Arsenal de Guerra.

N. 9.882 — Decreto de 20 de novembro de 1912 — Concede autorização á "Anglo Brazilian Meat Company, Limited", para funcionar na Republica.

N. 9.883 — Decreto de 20 de novembro de 1912 — Approva a nova tabella do numero, classes e vencimentos do pessoal da Caixa Economica e Monte de Socorro de Pernambuco.

N. 9.884 — Decreto de 20 de novembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 16:960\$ para pagamento dos vencimentos e do quantitativo para fardamento dos 20 guardas da Alfandega de Porto Alegre, cujos logares foram creados pelo decreto n. 2.026, de 18 de setembro do corrente anno.

N. 9.885 — Decreto de 20 de novembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de auxilio á Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

N. 9.886 — Decreto de 20 de novembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1912, o credito supplementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 636:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 9.887 — Decreto de 20 de novembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1912, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 9.888 — Decreto de 20 de novembro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Passos, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.889 — Decreto de 20 de novembro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rosario, no Estado do Maranhão.

N. 9.890 — Decreto de 20 de novembro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapicuru-Mirim, no Estado do Maranhão.

N. 9.890 A — Decreto de 29 de novembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de réis 1.144:569\$372 para occorrer ao pagamento de despesas decorrentes da execucao da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910.

N. 9.891 — Decreto de 2 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 269:232\$262 para pagamento a Bhrend, Schmidt

& Comp. de fornecimentos feitos ao commando da Força Policial do Districto Federal.

N. 9.892 — Decreto de 3 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 678:271\$429 para pagamento de soldo vitalicio a mais 545 voluntarios da patria.

N. 9.893 — Decreto de 3 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1.240:000\$, complementar ás sub-consignações ns. 19 e 28 da verba 14<sup>a</sup> — Material — do art. 18 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 9.894 — Decreto de 3 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de réis 3:507\$070 para indemnizar a Sociedade n. 136, da Confederação do Tiro Brasileiro, de metade das despesas relativas á construcção de sua linha de tiro.

N. 9.895 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 200:000\$, complementar á verba 15<sup>a</sup> do exercicio de 1912, para attender á despesa com o levantamento do cadastro dos proprios nacionaes.

N. 9.896 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Autoriza a sociedade de seguros de vida por mutualidade e de beneficencia Reserva do Futuro, com séde nesta capital, a funcionar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 9.897 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Supprime um logar de agente fiscal da producção do sal no Estado da Bahia, e crea mais um logar de agente fiscal dos impostos de consumo no mesmo Estado.

N. 9.898 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:300\$789 para pagamento ao Dr. Augusto Magalhães de Barros e Vasconcellos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 9.899 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Autoriza á sociedade de auxilios sobre a vida, Auxiliadora do Estado de Minas Geraes, com séde em Bello Horizonte, a funcionar na Republica e approva, com alteração os seus estatutos.

N. 9.900 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Concede autorização ao Banco Nacional Ultramarino, com séde em Lisboa, Portugal, para funcionar no Brasil com uma succursal nesta capital, e approva os respectivos estatutos.

N. 9.901 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 246:247\$669 para pagar a Haupt & Comp. a factura de armamento e munições que forneceram ao commando geral da Força Policial do Districto Federal.

N. 9.902 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de auxilio á escola de direito annexa ao Instituto O' Grambery na cidade de Juiz de Fôra.

N. 9.903 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Hospital de Caridade de Florianopolis.

N. 9.904 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Pasteur de Porto Alegre.

N. 9.905 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 30:000\$ para pagamento ao Dr. Herculano M. Inglez de Souza.

N. 9.906 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 500:000\$ para conclusão das obras do quartel de cavallaria da Brigada Policial.

N. 9.907 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao hospital da capital da Parahyba.

N. 9.908 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 50:000\$ para pagamento de auxilio á Escola Livre de Engenharia de Bello Horizonte.

N. 9.909 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 91:219\$443, para restituição ao engenheiro Austrielliano Honorio de Carvalho.

N. 9.910 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho do ramal de Guarapuava, da Estrada de Ferro de S. Paulo-Rio Grande, entre os kilometros 53 e 146.

N. 9.911 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Approva o projecto e o orçamento dos trabalhos para a dragagem do canal de Magé, na baixada do Rio de Janeiro.

N. 9.912 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Approva as condições estabelecidas entre o governo do Estado do Rio Grande do Sul e a «Compagnie du Port de Rio Grande do Sul» para a desapropriação do caes de propriedade daquelle Estado na cidade do Rio Grande, e modifica o projecto approved pelo decreto n. 9.817, de 9 de outubro ultimo, de modo a satisfazer a essas condições.

N. 9.913 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Altera as disposições dos arts. 194 e 196 do regulamento approved pelo decreto n. 9.080, de 3 de novembro de 1911.

N. 9.914 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de réis 30:000\$ para desobstrução do rio Sapucahy.

N. 9.915 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Declara que, para o calculo das percentagens devidas ao Governo pelas linhas arrendadas á «Great Western of Brazil Railway Company Limited», não será, em relação ao periodo de 19 de maio de 1910 a 19 de maio de 1912, applicada a clausula VIII do contracto autorizado pelo decreto n. 7.632, de 28 de outubro de 1909.



N. 9.916 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Aprova as despesas feitas pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro durante o anno de 1911, nas linhas ferreas de concessão federal.

N. 9.917 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Modifica as disposições constantes das letras *b* e *c* do art. 23 do regulamento approved pelo decreto n. 9.521, de 17 de abril de 1912.

N. 9.918 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Concede autorização á "Goodyear Tire and Rubber Company of South America" para funcionar na Republica.

N. 9.919 — Decreto de 7 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 300:000\$ para auxiliar a construcção do novo edificio do Lyceu de Artes e Officios do Rio de Janeiro.

N. 9.920 — Decreto de 9 de dezembro de 1912 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 9.921 — Decreto de 9 de dezembro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia.

N. 9.922 — Decreto de 9 de dezembro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Catalão, no Estado de Goyaz.

N. 9.923 — Decreto de 9 de dezembro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Yaicós, no Estado do Piahy.

N. 9.924 — Decreto de 11 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de réis 6:260\$490 para pagamento de vencimentos de segundo escriptuario da Recebedoria do Districto Federal a Verano Alonso Gomes de Almeida.

N. 9.925 — Decreto de 11 de dezembro de 1912 — Revoga o decreto n. 7.339, de 25 de fevereiro de 1909, na parte relativa á alteração do art. 99 e seus §§ 1º e 2º do regulamento para as escolas do Exercito, a que se refere o decreto n. 5.689, de 2 de outubro de 1905.

N. 9.926 — Decreto de 11 de dezembro de 1912 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Alfenas, no Estado de Minas Geraes.

N. 9.927 — Decreto de 11 de dezembro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Belmonte, no Estado de Pernambuco.

N. 9.928 — Decreto de 11 de dezembro de 1912 — Autoriza a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande a ampliar os desvios existentes nas estações de Jaboicabal, Entre-Rios, Vallinhos, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro e Iraty, bem como o armazem de mercadorias na estação do Pirahy.

N. 9.929 — Decreto de 11 de dezembro de 1912 — Modifica a clausula X do decreto n. 5.978, de 18 de abril de 1906,

referente á construcção das obras de melhoramentos do porto de Belém do Pará.

N. 9.930 — Decreto de 14 de dezembro de 1912 — Approva os estudos definitivos e o orçamento referente aos kilometros 0 a 148, do ramal de Campo Maior a Amarração, da Rêde de Viação Cearense.

N. 9.931 — Decreto de 11 de dezembro de 1912 — Approva os estudos definitivos dos kilometros 0 a 49,500 metros da linha de Theophilo Ottoni a Tremedal e o respectivo orçamento, na importancia de 4.884:465\$134.

N. 9.932 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Concede autorização á "South American Mining Company" para funcionar na Republica.

N. 9.933 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Concede autorização á Companhia Usinas Nacionais para continuar a funcionar na Republica.

N. 9.934 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 27:394\$553 para occorrer ao pagamento de differença de vencimentos de thesoureiro da Imprensa Nacional, devida a Filadelpho de Souza Castro, no periodo de 1 de junho de 1894 a 13 de setembro de 1900.

N. 9.935 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir apolices na importancia de 50:000\$, juro de 5 %, papel, ao anno, para acquisição do Ferro Carris Vassourense.

N. 9.936 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Autoriza a sociedade de seguros de vida Mutualidade Pernambucana, com sede na capital do Estado de Pernambuco, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 9.937 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Concede autorização á sociedade anonyma Perseverança Internacional, com sede nesta capital, para funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 9.938 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:000\$ complementar á verba 9ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1912, para pagamento de ajudas de custo aos deputados José da Cunha Rebello e José Maria Moreira Guimarães.

N. 9.939 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 40:000\$ para acquisição de uma lancha a vapor destinada ao serviço da Inspectoria do Porto de Santos.

N. 9.940 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Hospital para Tuberculosos de S. Sebastião de Vigosa.

N. 9.941 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:000\$ para pagamento de subvenção á Liga contra a Tuberculose, da Bahia.

N. 9.942 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Collegio de Orphãos de S. Joaquim, na Bahia.

N. 9.943 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1912, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 9.944 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1912, o credito supplementar de 770:000\$, sendo 176:400\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 593:600\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 9.945 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Rectifica o decreto n. 8.187, de 1 de setembro de 1910, relativo ás duas primeiras secções da linha de Monte Bello a Santa Rita de Cassia, da Rêde de Viação Sul-Mineira.

N. 9.946 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Pro-roga por 18 mezes o prazo marcado na clausula VI do contracto a que se refere o decreto n. 7.171, de 12 de novembro de 1908, para a conclusão da construcção da Estrada de Ferro de Timbó a Propriá.

N. 9.947 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Autoriza a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande a adquirir material rodante e de tracção destinado á Estrada de Ferro do Paraná.

N. 9.948 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Approva os estudos definitivos e o orçamento, na importancia de 2.503:669\$393, de trecho da Estrada de Ferro Uberaba a Villa Platina, comprehendido entre os kilometros 48 e 108.

N. 9.949 — Decreto de 18 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de réis 100:000\$ para dar inicio ao serviço de dragagem da barra de S. Francisco, desde sua fóz até Piranhas.

N. 9.950 — Decreto de 20 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 500:000\$, supplementar á verba 6<sup>a</sup> — Aposentados, — do corrente exercicio.

N. 9.951 — Decreto de 20 de dezembro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 9.952 — Decreto de 20 de dezembro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado da Bahia.

N. 9.953 — Decreto de 20 de dezembro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Cimbres, no Estado de Pernambuco.

N. 9.954 — Decreto de 20 de dezembro de 1912 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Aguas Bellas, no Estado de Pernambuco.

N. 9.955 — Decreto de 20 de dezembro de 1912 — Crea mais tres brigadas de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

N. 9.956 — Decreto de 21 de dezembro de 1912 — Publica a adhesão de Portugal, por suas ilhas e possessões de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné, S. Thomé e Príncipe, Goa, Damão, Diu, Macão e Timor á convenção internacional radio-telegraphica assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906.

N. 9.957 — Decreto de 21 de dezembro de 1912 — Reorganiza a Procuradoria da Republica no Districto Federal.

N. 9.958 — Decreto de 23 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 300:000\$, papel, supplementar á 1ª consignação da verba 3ª do art. 14 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro ultimo, para attender á despesa, no corrente exercicio, com a recepção dos hospedes illustres em representação de governos estrangeiros.

N. 9.959 — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 48:519\$600 para pagamento de soldo a praças aggregadas do Corpo de Bombeiros.

N. 9.960 — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 22:846\$790, sendo 13:594\$824 á verba 15ª e 9:251\$966 á verba 31ª do art. 2º da lei de orçamento vigente, para pagamento de differença de soldo a officiaes reformados da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros.

N. 9.961 — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Hospital para Tuberculosos de Ponte Nova.

N. 9.962 — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Approva, com alterações, os novos estatutos da sociedade mutua Igualdade, com séde nesta capital, adoptados pela assembléa geral extraordinaria realizada em 4 de outubro de 1911.

N. 9.963 — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Autoriza a innovação do contracto para o serviço de navegação do rio S. Francisco.

N. 9.964 — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 133:686\$668 para pagamento a funcionarios da Inspectoria Federal das Estradas e supprir a insufficiencia de verbas da mesma repartição.

N. 9.965 — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 11:250\$ para o serviço de navegação do Alto-Parnahyba, entre Thezolina e Santa Philomena.

N. 9.966 — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Autoriza o contracto para o serviço de navegação entre o Rio de Janeiro e Iguape.

N. 9.967 — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Concede á Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande au-



torização para construir e explorar uma estação marítima no porto de S. Francisco, no Estado de Santa Catharina.

N. 9.968 — Decreto de 26 de dezembro de 1912 — Approva o projecto e orçamento para a reconstrução do trecho do kilometro 123,430 da linha de S. Francisco, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 9.969 — Decreto de 30 de dezembro de 1912 — Concede á sociedade anonyma Lloyd Brasileiro a subvenção annual de 1.100:000\$, ouro, pelo praso de 18 annos.

N. 9.970 — Decreto de 30 de dezembro de 1912 — Prorroga por 18 mezes o praso estipulado na clausula XIX do contracto a que se refere o decreto n. 6.899, de 24 de março de 1908, para a conclusão das obras da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá.

N. 9.971 — Decreto de 30 de dezembro de 1912 — Autoriza o contracto de construção do ramal de Itapeccerica a Formiga, da Estrada de Ferro Oeste de Minas

N. 9.972 — Decreto de 30 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 308:912\$, complementar á verba 22ª — Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo e de transporte, — do corrente exercicio. .

N. 9.973 — Decreto de 30 de dezembro de 1912 — Approva o regimento de custas da justiça local do territorio do Acre.

N. 9.974 — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 1.401:157\$922, complementar á verba 19ª, rubrica «Material», art. 71, da lei n. 2.544, de 4 de janeiro do corrente anno, para attender, no presente exercicio, a despesas de estabelecimento e custeio de varios estabelecimentos e serviços de ensino agronomico, creados de accordo com o decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910.

N. 9.975 — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 164:671\$378, complementar á verba 5ª do art. 18 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 9.976 — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos de 359:055\$900, complementar á verba 18ª — Alfandegas — e de 3:868\$, complementar á verba 19ª — Mesas de rendas e collectorias, — do exercicio de 112.

N. 9.977 — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 80:000\$, complementar á verba 24ª — Ajudas de custo, — do exercicio de 1912.

N. 9.977 A — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 704:662\$200, afim de attender a despesas com o pagamento de operarios dos arsenaes de Marinha da Republica, relativamente aos domingos e feriados.

N. 9.977 B — Decreto de 31 de dezembro de 1912 — Substitue o art. 111 do regulamento da Estrada de Ferro Central do Brasil pela disposição constante deste decreto.

## 1913

N. 9.978 — GUERRA — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1.091:466\$321, supplementar á verba 10<sup>a</sup> — Classes inactivas, reformados, do art. 18 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 9.979 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 312:483\$298 para pagar contas por fornecimentos feitos ao cômmando da Força Policial e obras executadas no quartel central da Policia e nos quarteis regionaes.

N. 9.980 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Pasteur de S. Paulo.

N. 9.981 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 231:497\$525 para pagar a João Muller e ao engenheiro Heitor de Mello as contas por fornecimentos feitos ao commando da Força Policial e obras executadas no quartel central da Policia e nos quarteis regionaes.

N. 9.982 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 21:527\$631 para pagamento de gratificações addicionaes devidas ao pessoal docente do Instituto Benjamin Constant.

N. 9.983 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 13:200\$, supplementar á verba 9<sup>a</sup> da lei orçamentaria do exercicio de 1912, para attender ao pagamento de diarias a que tem direito o pessoal tecnico da Repartição de Aguas e Obras Publicas.

N. 9.984 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 5.405:121\$094, ouro, e 904:850\$413, papel, á verba 5<sup>a</sup>, art. 33, da lei orçamentaria n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 9.985 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 17:317\$740 para occorrer ao pagamento do material fornecido pela Companhia Brasileira de Electricidade á Repartição Geral dos Telegraphos em 1910.

N. 9.986 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares, na importancia total de 407:581\$734, ás verbas 13<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup> e 31<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei do orçamento do exercicio de 1912.

N. 9.987 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Crea um batalhão provisorio de caçadores, com séde em Nictheroy.

N. 9.988 — MARINHA — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de £ 74.000.000, ou 657:800\$, ouro, supplementar á verba 30ª — Comissões no estrangeiro, — para occorrer a' despesas realizadas e por se realizarem no exercicio de 1912.

N. 9.989 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Concede autorização á « A. E. G. Sudamerikanische Elektricitäts Gesellschaft mit Beschränkter-Haftung » para funcção na Republica.

N. 9.990 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 20:000\$, destinado ao pagamento de subvencção ao Instituto Electro-Mecanico de Itajubá, Estado de Minas Geraes, de accôrdo com o art. 74 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 9.991 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Proroga por mais 20 annos o prazo concedido a « The British Bank of South America, Limited », para funcção no Brasil.

N. 9.992 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Approva os estudos definitivos referentes aos kilometros 385+560 metros a 562+500 metros, do prolongamento da Estrada de Ferro Central da Bahia, de Machado Portella a Carinhanha, e o respectivo orçamento, na importancia de 7.241:681\$872.

N. 9.993 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viacção e Obras Publicas o credito especial de 80:000\$ para construcção de um edificio na capital do Estado de Goyaz destinado ás repartições de Correios e Telegraphos.

N. 9.994 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viacção e Obras Publicas o credito de 127:660\$, supplementar á verba 2ª — Correios, — art. 33, da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912, para occorrer a despesas comprehendidas nas sub-consignações « Gratificações aos empregados dos correios ambulantes » e « aluguel e conservacção de casas para repartições postaes ».

N. 9.995 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viacção e Obras Publicas o credito supplementar de 3:693\$990 para attender ao pagamento do aluguel do predio em que passou a funcção a Inspectoria Geral de Navegação.

N. 9.996 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1915 — Approva o regulamento dos serviços administrativos nos corpos de tropa.

N. 9.997 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Approva o regulamento de tiro para infantaria.

N. 9.998 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1913 — Approva o regulamento para instrucção e serviços geraes dos corpos de tropa do Exercito.

N. 9.998 A — GUERRA — Decreto de 14 de janeiro de 1913 — Crea a companhia regional de Tarauacá e estabelece o modo como se deverá constituir cada uma das companhias do território do Acre.

N. 9.999 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao Lyceu Salesiano do Estado da Bahia.

N. 10.000 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Altera os arts. 41, na sua alinea 4ª, e 45 do regulamento que baixou com o decreto n. 8.367, de 10 de novembro de 1910.

N. 10.001 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Adia para 7 de setembro a Exposição Nacional da Borracha, que estava marcada para o dia 13 de maio do corrente anno.

N. 10.002 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 143:988\$102 para, no exercicio de 1912, attender á insufficiencia das verbas 14ª, 15ª e 16ª.

N. 10.003 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5:800\$ para pagamento de premio referente á construcção do rebocador *Juñeta*, por Vicente dos Santos Caneco.

N. 10.004 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.000:000\$ para execução do art. 30 da lei n. 2.524, de 31 de dezembro de 1911.

N. 10.005 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:359\$719 para pagamento a Wanderley Bois & Comp., em virtude de sentença judicial.

N. 10.006 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos especiaes de 442:009\$147, ouro, e 385:242\$, ouro, para occorrer ás despesas decorrentes da emissão e resgate de bilhetes do Thesouro realizados em Londres em 1910.

N. 10.007 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 23:200\$, suplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1912.

N. 10.008 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.400:000\$, suplementar á verba — Imprensa Nacional e *Diario Official*, — do exercicio de 1912.

N. 10.009 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho de S. Luiz a Rosario, com a extensão de 70km.145,86, da Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias.

N. 10.010 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Augmenta os quadros do pessoal da Di-



rectoria Geral dos Correios e da Administração dos Correios do Estado de S. Paulo.

N. 10.011 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 31:303\$541 afim de indemnizar o engenheiro-chefe da Commissão dos Estados da Estrada de Ferro de Piquete a Itajubá.

N. 10.012 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.372:175\$818, ouro, para pagamento das garantias de juros devidas ás companhias Estradas de Ferro Norte do Brasil e S. Paulo-Rio Grande.

N. 10.013 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 52:125\$322, suplementar á verba 3ª — Telegraphos. — da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912, para pagamento dos vencimentos do pessoal da Commissão de Linhas Telegraphicas de Matto Grosso ao Amazonas.

N. 10.014 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1913 — Crea mais quatro tabellionatos de notas na Capital Federal.

N. 10.015 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de janeiro de 1913 — Crea mais um officio de distribuidor da justiça local do Districto Federal.

N. 10.016 — FAZENDA — Decreto de 22 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 4:662\$776 para pagamento a Verano Gomes-Alonso de Almeida, em virtude de sentença judiciaria.

N. 10.017 — FAZENDA — Decreto de 22 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 500:000\$, suplementar a verba 6ª — Aposentados. — do exercicio de 1912.

N. 10.018 — FAZENDA — Decreto de 22 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5.000:000\$ para occorrer a despesas com a construcção das villas proletarias Marechal Hermes e D. Orsina da Fonseca.

N. 10.019 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 30:000\$ para pagamento de subvenção á Faculdade de Medicina desta capital mantida pelo Instituto Hahnemanniano do Brasil.

N. 10.020 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:000\$ para pagamento de auxilio ao Instituto Polytechnico de Juiz de-Fóra.

N. 10.021 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de janeiro de 1913 — Concede autorização á «The Caloric Company» para continuar a funcção na Republica.

N. 10.022 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de janeiro de 1913 — Concede autorização á

Companhia Hanseatica para continuar a funcconar na Republica.

N. 10.023 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de janeiro de 1913 — Concede autorização á « Société Anonyme des Etablissements Bloch » para funcconar na Republica.

N. 10.024 — GUERRA — Decreto de 29 de janeiro de 1913 — Emancipa as colonias militares á foz do Iguassú e do Alto-Uruguay.

N. 10.025 — MARINHA — Decreto de 29 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 1.168:533\$679 para pagamento de contas de fornecimento de artigos sobresalentes para o cruzador-torpedeiro *Tamoyo* e monitor *Pernambuco* e aquisição de material estragado no incendio havido nas officinas da ilha das Cobras.

N. 10.026 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 60:000\$ para attender ás despesas com a commissão nomeada para estudar o projecto de remodelação dos esgotos desta capital.

N. 10.027 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 400:000\$ para construcção das linhas ferreas no Estado do Rio Grande do Sul a que se referem as letras *a*, *b* e *d* do art. 85 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 10.028 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 300:000\$ para as despesas preliminares com a construcção do ramal que, partindo do ponto conveniente do prolongamento e passando por Monte Alegre, em Minas, vá terminar no Rio Verde, Estado de Goyaz.

N. 10.029 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de janeiro de 1913 — Concede autorização á « South American Tour » para funcconar na Republica.

N. 10.030 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de janeiro de 1913 — Concede autorização á « The Alagoas and Northern Railway Company, Limited », para funcconar na Republica.

N. 10.031 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de janeiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1.000:000\$ para construcção de um canal na Lagôa Mirim, entre Santa Victoria e o rio S. Gonçalo, com um ramal até Jaguarão e bem assim dos portos de Santa Victoria e Jaguarão.

N. 10.032 — GUERRA — Decreto de 6 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de réis 2.179:121\$ supplementar á verba 9ª do art. 18 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 10.033 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:800\$ para

pagamento de pensão ao maestro Elpidio Pereira, e da respectiva ajuda de custo.

N. 10.034 — MARINHA — Decreto de 6 de fevereiro de 1913 — Desapropria, por utilidade publica os terrenos situados no morro do Bomfim, em Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.035 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de fevereiro de 1913 — Convoca, extraordinariamente, o Congresso Nacional para o dia 2 de abril proximo vindouro.

N. 10.036 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de fevereiro de 1913 — Concede autorização á Companhia Antartica Paulista para continuar a funcçãoar na Republica.

N. 10.037 — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1913 — Dá novo regulamento para o serviço de repressão do contrabando na fronteira do Estado do Rio Grande do Sul.

N. 10.038 — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:200\$ para pagamento do primeiro escriptuario da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Paraná, Arthur Martins Lopes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 10.039 — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:659\$500 para pagamento a Francisco de Sá Brito, em virtude de sentença judiciaria.

N. 10.040 — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 9:900\$ para pagamento do premio do navio frigorifico *Salacia*, construido por Emilio Mabilde, em seu estaleiro, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

N. 10.041 — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos de réis 1.182:829\$140, papel, e 177\$777, ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos relacionadas.

N. 10.042 — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1913 — Concede autorização á sociedade de seguros mutuos A Continental, com séde na capital do Estado de S. Paulo, para funcçãoar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 10.043 — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1913 — Concede autorização para funcçãoar na Republica á sociedade de auxilios mutuos A Protectora do Lar, com séde nesta capital, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.044 — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1913 — Autoriza a sociedade nacional de seguros, peculios e rendas A Victoria, com séde nesta capital, a funcçãoar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 10.045 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 530:000\$ para o prolongamento da Estrada de Ferro de Alagoinhas a Joazeiro, Estado da Bahia, á cidade de Therezina.

N. 10.046 — FAZENDA — Decreto de 13 de fevereiro de 1913 — Autoriza a sociedade mutua de peculios e pensões Rio-Brasil, com sede nesta capital, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.047 — FAZENDA — Decreto de 13 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 2.082:625\$, supplementar á verba 3ª — Juros e amortização dos empréstimos internos, — do exercicio de 1912.

N. 10.048 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 120:000\$ para pagamento de subvenção á Assistencia Publica aos Pobres, dirigida pela irmã Paula.

N. 10.049 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 100:000\$ para pagamento de subvenção á Maternidade das Laranjeiras na Capital Federal.

N. 10.050 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Estabelece uma estação experimental para a cultura da sringueira no Estado do Amazonas e approva o respectivo regulamento.

N. 10.051 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Estabelece uma estação experimental para a cultura da seringueira no Estado do Amapá e approva o respectivo regulamento.

N. 10.052 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Estabelece uma estação experimental para a cultura da seringueira no Estado de Matto Grosso e approva o respectivo regulamento.

N. 10.053 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Estabelece uma estação experimental para a cultura da maniçoba conjunctamente com a da mangabeira no Estado da Bahia e approva o respectivo regulamento.

N. 10.054 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Estabelece uma estação experimental para a cultura da maniçoba conjunctamente com a da mangabeira no Estado de Piauihy e approva o respectivo regulamento.

N. 10.055 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Estabelece uma estação experimental para a cultura da maniçoba conjunctamente com a da mangabeira no Estado de Minas Geraes e approva o respectivo regulamento.

N. 10.056 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Crea uma inspectoría de veterinaria no Estado do Parauá.

N. 10.057 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Concede autorização á « Agua Santa Coffee Company, Limited », para funcionar na Republica.



N. 10.058 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Concede autorização á «Southern Brazil Lumber Company», para continuar a funcionar na Republica.

N. 10.059 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Crea um nucleo colonial no municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina.

N. 10.060 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 150:000\$ para montagem de uma estação radiotelegraphica em Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

N. 10.061 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para montagem de uma estação radiotelegraphica em Porto Murtinho, Estado de Matto Grosso.

N. 10.062 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Rescinde o contracto transferindo a José Barbosa da Silva, para o serviço de navegação entre os portos de Belém e os do territorio do Acre.

N. 10.063 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Modifica o traçado da linha de Monte Bello a Santa Rita de Cassia, no trecho comprehendido entre as estacas 2.650 + 5<sup>m</sup>,65 da quarta secção e 8 + 5<sup>m</sup>,0 da quinta secção.

N. 10.064 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Approva os estudos definitivos da primeira secção do ramal de Guarapuava, na Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 10.065 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para aquisição do material fixo e rodante destinado á Estrada de Ferro Rio do Ouro.

N. 10.066 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 400:000\$ para a construeção de uma linha especial para o serviço telegraphico entre a Capital Federal e o Estado de S. Paulo.

N. 10.067 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Publica a adhesão da Noruega ao accôrdo assignado em Rôma a 9 de dezembro de 1907 estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 10.068 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Publica a adhesão da Italia pelas suas colonias da Erithréa e de Somallia á convenção internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906.

N. 10.069 — MARINHA — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito suplementar de 2.057:683\$478 ás rubricas 15ª — Hospitales; 18ª — Classes inactivas; 26ª — Fretes, passagens, etc., e 27ª — Eventuaes. —

para fazer face ás despesas até final liquidação do exercício de 1912.

N. 1.070 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 1.071 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:800\$, ouro, para pagamento do premio de viagem, concedido a D. Zilda Kammeri Chiabotto.

N. 10.072 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Publica a adhesão da ilha Mauricia ao accôrdo relativo ao trafico de mulheres brancas, assignado em Paris a 18 de maio de 1904.

N. 10.073 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Publica a adhesão do Chile ao accôrdo assignado em Roma em 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 10.074 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 10.075 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Crea uma fazenda-modelo de criação no municipio de Caxias, no Estado do Maranhão.

N. 10.076 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Approva o regulamento das estações experimentaes de canna de assucar.

N. 10.077 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Approva as plantas, projectos e mais detalhes apresentados pela Companhia Industrial de Electricidade, em cumprimento da clausula VII do contracto celebrado com o Governo em 6 de abril de 1912.

N. 10.078 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Concede á Companhia de Pesca de Santos, os favores de que trata o art. 69 do regulamento approved pelo decreto n. 9.672, de 17 de julho de 1912.

N. 10.079 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 222\$998 para pagamento a D. Umbelina Augusta de Barros Pimentel, viuva do desembargador Esperidião Eloy de Barros Pimentel.

N. 10.080 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Concede autorização á sociedade anonyma de seguros Garantia Mineira, com séde na cidade de Cataguazes, Estado de Minas Geraes, para funcionar na Republica, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.081 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Concede autorização á sociedade anonyma de peculios União Mineira, com séde na cidade de Passos, Estado de Minas Geraes, para funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.082 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis

160:890\$986, complementar á verba. 9ª — Recebedoria do Districto Federal, — do exercicio de 1912.

N. 10.083 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Autoriza a Companhia Agricola de Seguro, com séde em S. Paulo, a funcionar na Republica e approva, com alteração, os seus estatutos.

N. 10.094 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Concede autorização á sociedade de peculios Mutua Central, com séde em Palmyra, Estado de Minas Geraes, para funcionar na Republica e approva os seus estatutos, com alterações..

N. 10.085 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 300:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Rêde de Viação Cearense.

N. 10.086 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 60:000\$ para os trabalhos preliminares concernentes aos estudos da Estrada de Ferro de Piquete a Itajubá.

N. 10.087 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Concede a «The Amazon-River Steam Navigation Company (1911), Limited», isenção de direitos de importação e de expediente para os machinismos, materiaes, sobressalentes, comestiveis e mais objectos de uso dos passageiros e do pessoal de bordo.

N. 10.088 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Manda construir uma estrada de ferro do Rio de Janeiro a Porto Alegre.

N. 10.089 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 250:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Estrada de Ferro de Santa Catharina.

N. 10.090 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de fevereiro de 1913 — Approva o projecto que organiza o serviço da rêde radiotelegraphica nacional e a respectiva planta.

N. 10.091 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de fevereiro de 1913 — Concede autorização a «The Amazon Valley Development Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 10.092 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de fevereiro de 1913 — Concede autorização á «Griffith Williams & Johnson, Limited», para funcionar na Republica.

N. 10.093 — MARINHA — Decreto de 26 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito complementar de 608:533\$670 para pagamento de contas de fornecimento de artigos de sobressalentes para o cruzador-torpedeiro *Tamoyo* e o monitor *Pernambuco* e aquisição do material es-

tragado no incendio havido nas officinas da ilha das Cobras, ficando revogado o decreto n. 10.025, de 29 de janeiro de 1913.

N. 10.094 — FAZENDA — Decreto de 26 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 164:000\$ para occorrer á despesa com os adeantamentos a que têm direito os funcionarios da Delegacia Fiscal em Bello Horizonte, a titulo de emprestimo para construcção de casas.

N. 10.095 — FAZENDA — Decreto de 27 de fevereiro de 1913 — Autoriza a Mutua-Ouropretana, sociedade mutua de peculios sobre a vida, com séde na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.096 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de fevereiro de 1913 — Approva os estudos definitivos e o orçamento da variante do *Craunam* na linha de ligação das estradas de ferro de S. Francisco e Central da Bahia.

N. 10.097 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de fevereiro de 1913 — Incorpora a Estrada de Ferro Centro-Oeste da Bahia á Rêde de Viação Ferrea Federal da Bahia.

N. 10.098 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:600\$ para pagamento da gratificação de 800\$ mensaes ao tenente-coronel James Andrew.

N. 10.099 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 200:000\$ para occorrer ás despesas com a installação dos conselhos municipais no territorio do Acre.

N. 10.100 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de fevereiro de 1913 — Rectifica o decreto legislativo numero 2.756, de 10 de janeiro do corrente anno, pelo qual se regula a concessão de licença aos funcionarios publicos da União, civis ou militares.

N. 10.101 — GUERRA — Decreto de 5 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 2.179:121\$211 para attender a despesas urgentes.

N. 10.102 — GUERRA — Decreto de 5 de março de 1913 — Approva o regulamento para as manobras do Exercito.

N. 10.103 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de março de 1913 — Concede autorização á «Pernambuco Tramways and Power Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 10.104 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de março de 1913 — Concede autorização á «Compañia Saladero Barra de Quarahim», para funcionar na Republica.

N. 10.105 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de março de 1913 — Approva o novo regulamento de terras devolutas da União.



N. 10.106 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de março de 1913 — Approva o regulamento para a concessão de subvenções e para a sua fiscalização.

N. 10.107 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de auxilio á Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro.

N. 10.108 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de auxilio á Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

N. 10.109 — FAZENDA — Decreto de 5 de março de 1913 — Approva o convenio celebrado entre os Estados da Bahia e Pernambuco para regularização da exportação de pelles, couros e borracha de produção de cada um dos mesmos Estados.

N. 10.110 — FAZENDA — Decreto de 5 de março de 1913 — Autoriza a sociedade beneficente e de peculios A Garantia Paulista, com sede na capital do Estado de S. Paulo, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.111 — FAZENDA — Decreto de 5 de março de 1913 — Autoriza a sociedade de seguros mutuos e credito popular Garantia do Futuro, com sede na cidade de Juiz de Fôra, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.112 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de março de 1913 — Approva a planta geral e o orçamento dos serviços de desobstrução e limpeza dos rios Suruhy, Suruhy-Mirim e Magé.

N. 10.113 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de março de 1913 — Approva os estudos definitivos e o orçamento referentes ao ultimo trecho com 150<sup>m</sup>,220, da linha de Girau a Gratheús, da Rêde de Viação Cearense.

N. 10.114 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de março de 1913 — Approva os estudos definitivos e o orçamento da linha de ligação da estação Central, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, á ponte de Potengy, na extensão de 813<sup>m</sup>,030.

N. 10.115 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de março de 1913 — Approva varias alterações nas obras do porto da Bahia.

N. 10.116 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de março de 1913 — Approva a mudança do ponto de partida da linha ferrea da Companhia Estrada de Ferro do Dourado de Bitinga para S. João das Tres Barras.

N. 10.117 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 500:000\$ para

conclusão das obras do quartel de cavallaria da Brigada Policial, na avenida Salvador de Sá.

N. 10.118 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 24:000\$ para pagamento de subvenção á Liga contra a Tuberculose da Capital Federal.

N. 10.119 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 60:000\$, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1912.

N. 10.120 — FAZENDA — Decreto de 12 de março de 1913 — Concede autorização ao Banco Nacional Ultramarino, com séde em Lisboa, para estabelecer uma agencia em Nietheroy e outra nesta capital.

N. 10.121 — FAZENDA — Decreto de 12 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 634\$750 para pagamento a Antonio Manoel Gomes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 10.122 — FAZENDA — Decreto de 12 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1.146:140\$445, ouro, para occorrer á despesa com a compra, em Londres, de 887 barras de prata para cunhagem de moedas.

N. 10.123 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de março de 1913 — Approva os estudos relativos nos kilometros 175+200 metros a 297+627m,30, da linha de Bom Jesus dos Meiras a Tremedal, da Rêde de Viação Geral da Bahia, e o respectivo orçamento, na importancia de réis 7.763:746\$310.

N. 10.124 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de março de 1913 — Concede autorização a « The Grongogy Company » para funcionar na Republica.

N. 10.125 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 6:907\$904 para occorrer ao pagamento da gratificação adicional de 40 % sobre os respectivos vencimentos ao pessoal do Aprendizado Agricola de Igarapé-Assú no anno passado, de accôrdo com o art. 1º da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 10.126 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 1.040:000\$ para cumprimento da clausula XII do contracto feito com as companhias Italianas « Navigazione Generale Italiana », « La Veloce », « Lloyd Italiano » e « Italia », em 10 de setembro de 1912.

N. 10.127 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de março de 1913 — Publica a denuncia do tratado de extradição de criminosos, assignado no Rio de Janeiro em 4 de maio de 1907, entre o Brasil e o Chile.

N. 10.128 — FAZENDA — Decreto de 19 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 18:150\$

para pagamento a Barbará & Filhos pela construcção do navio a vapor, de 363 toneladas de arqueação, *Rio Grandel*.

N. 10.129 — FAZENDA — Decreto de 19 de março de 1913 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 2:367\$879 para pagamento a D. Ernestina de Souza Carrascosa, em virtude do decreto legislativo n. 2.403, de 11 de janeiro de 1911.

N. 10.130 — FAZENDA — Decreto de 19 de março de 1913 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 19:600\$415 para pagamento aos Drs. Carlos Balbino Dias e Manoel Lourenço Dias, em virtude de sentença judiciaria.

N. 10.131 — FAZENDA — Decreto de 19 de março de 1913 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 1:552\$155 para pagamento a Manoel Lourenço dos Santos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 10.132 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de março de 1913 — Proroga até 7 de maio de 1913 o prazo a que se refere o n. 3, clausula VII, do contracto approved pelo decreto n. 7.812, de 7 de abril de 1910.

N. 10.133 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de março de 1913 — Approva os estudos definitivos da Estrada de Ferro do Coroadá ao Tocantins, no trecho comprehendido entre os kilometros 0 a 105, e o respectivo orçamento, na importancia de 3.325:747\$183.

N. 10.134 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de março de 1913 — Concede autorização a «The Brazilian Diamond Concessions Syndicate, Limited», para funcionar na Republica.

N. 10.135 — FAZENDA — Decreto de 25 de março de 1913 — Autoriza ao Ministério da Fazenda a emittir apolices até a quantia de 50.000:000\$, juros de 5 %, papel.

N. 10.136 — FAZENDA — Decreto de 26 de março de 1913 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 1.608:197\$410, supplementar á verba 18ª — Alfandegas, — do exercicio de 1912.

N. 10.137 — FAZENDA — Decreto de 26 de março de 1913 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 1:134\$600 para indemnizar o Cofre de Orphãos de igual quantia paga indevidamente pelo Thesouro Nacional.

N. 10.138 — FAZENDA — Decreto de 26 de março de 1913 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 563:755\$087, supplementar á verba 19ª — Mesas de rendas e collectorias, — do exercicio de 1912.

N. 10.139 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 10.140 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de março de 1913 — Rectifica a primeira parte do decreto n. 9.858, de 6 de novembro de 1912.

N. 10.141 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS. — Decreto de 26 de março de 1913 — Manda construir um porto na cidade de Nietheroy, capital do Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.142 — FAZENDA — Decreto de 26 de março de 1913 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 329\$320 para

pagamento a Francisco José Ferreira de Araujo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 10.143 — FAZENDA — Decreto de 26 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 637\$180 para pagamento a Antonio José Ferreira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 10.144 — FAZENDA — Decreto de 26 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:739\$621. papel, e 5:071\$717, ouro, para restituição de direitos á Camara Municipal de Passos, Estado de Minas Geraes.

N. 10.145 — FAZENDA — Decreto de 29 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 23:259\$687. suplementar á verba 14ª — Laboratorio Nacional de Analyses. — do exercicio de 1912.

N. 10.146 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de março de 1913 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de réis 27:500\$, para occorrer á despesa com o pagamento do auxilio de 500\$ a criadores, pelo menos, de 200 cabeças de gado vacuno, que construíram em suas propriedades banheiros para expurgo de parasitas do mesmo gado.

N. 10.147 — GUERRA — Decreto de 29 de março de 1913 — Revoga o decreto n. 9.998, de 8 de janeiro de 1913.

N. 10.148 — FAZENDA — Decreto de 2 de abril de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:583\$360 para pagamento a D. Margarida de Azevedo Maia, em virtude de sentença judiciaria.

N. 10.149 — FAZENDA — Decreto de 2 de abril de 1913 — Approva as alterações nos estatutos do "London and Lancashire Fire Insurance Company, Limited", com séde em Liverpool, Inglaterra.

N. 10.150 — FAZENDA — Decreto de 2 de abril de 1913 — Estabelece a taxa de 2 %, ouro, sobre o valor da importação realizada pela Alfandega de Parnahyba, Estado do Piahy.

N. 10.151 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1913 — Publica a denuncia do tratado de extradição de criminosos, assignado em Assumpção, em 16 de janeiro de 1872, entre o Brasil e a Republica do Paraguay.

N. 10.152 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 25:000\$ para pagamento de auxilio ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

N. 10.153 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 50:000\$ para pagamento de auxilio á Escola de Engenharia de Porto Alegre.

N. 10.154 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de abril de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para as despesas com os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Coroatá ao Tocantins.



N. 10.155 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de abril de 1913 — Modifica as clausulas I, n. 6 e LXXII do decreto n. 9.250, de 28 de dezembro de 1911, que autorizou a revisão dos contractos celebrados com a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, em virtude dos decretos ns. 7.928 e 8.270, de 31 de março e 6 de outubro de 1910.

N. 10.156 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de abril de 1913 — Approva os estatutos definitivos e orçamento referentes aos kilometros 148 a 304, 468 metros, do ramal de Campo Maior a Amarração.

N. 10.157 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de abril de 1913 — Concede autorização á "Deutsch-Sud-Amerikanische Telegraphengesellschaft A. G." para funcção na Republica.

N. 10.158 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de abril de 1913 — Approva os estudos definitivos e o orçamento das modificações que devem ser effectuadas no ramal de Morretes a Antonina, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 10.159 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de abril de 1913 — Approva os projectos e orçamentos para a substituição de trilhos e lastramento na linha de Paranaguá a Curitiba, da Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 10.160 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de abril de 1913 — Approva as clausulas para o contracto das obras de melhoramento do porto de Corumbá, Estado de Matto-Grosso.

N. 10.161 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de abril de 1913 — Approva a planta e orçamento para a construção de uma estação no kilometro 18 da linha de Monte Bello a Santa Rita de Cassia, da Rêde de Viação Sul-Mineira.

N. 10.162 — FAZENDA — Decreto de 9 de abril de 1913 — Manda observar até a presente data os decretos ns. 6.079, de 30 de junho de 1906; 7.817, de 15 de janeiro de 1910; 8.250, de 12 de janeiro de 1911 e 9.323, de 17 de janeiro de 1912.

N. 10.163 — FAZENDA — Decreto de 9 de abril de 1913 — Concede autorização ao «London and River Plate Bank, Limited», com séde em Londres, para estabelecer uma agencia em Maceió, Estado de Alagoas.

N. 10.164 — FAZENDA — Decreto de 9 de abril de 1913 — Autoriza «A Liberal», sociedade anonyma de peculios e auxilios mutuos, com séde nesta Capital, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.165 — FAZENDA — Decreto de 9 de abril de 1913 — Autoriza a «Fraternidade Sul-Mineira», sociedade anonyma de peculios, pensões e habitações populares, com séde na cidade de Itajubá, Estado de Minas Geraes, funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.166 — FAZENDA — Decreto de 9 de abril de 1913 — Approva as resoluções tomadas pela assembléa geral extraordinaria da sociedade de seguros «Alliança do Sul», realizada em 6 de novembro de 1912, com excepção da parte relativa ao art. 28, letra b.

N. 10.167 — FAZENDA — Decreto de 9 de abril de 1913 — Autoriza a companhia de seguros maritimos e terrestres União Fluminense, com séde na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, a funcconar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.168 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de abril de 1913 — Concede autorização a «The Anglo Mexican Petroleum Product Company, Limited», para funcconar na Republica.

N. 10.169 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de abril de 1913 — Concede autorização á «Brazilian Ferro Concrete Company, Limited», para funcconar na Republica.

N. 10.170 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de abril de 1913 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 35:000\$ para occorrer ás despesas com a representação do Brasil no Congresso de Defesa Agricola, a reunir-se no corrente anno na Republica do Uruguay.

N. 10.171 — FAZENDA — Decreto de 16 de abril de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 533\$300 para pagamento a Antonio Alves do Valle, em virtude de sentença judiciaria.

N. 10.172 — FAZENDA — Decreto de 16 de abril de 1913 — Autoriza a sociedade anonyma de peculios e rendas A Americana, com séde na capital do Estado de Pernambuco, a funcconar na Republica e approva, com alterações, seus estatutos.

N. 10.173 — FAZENDA — Decreto de 16 de abril de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 284\$740 para pagamento a Seraphim Joaquim da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 10.174 — FAZENDA — Decreto de 16 de abril de 1913 — Approva com alterações, as modificações dos estatutos da Caixa Mutua de Pensões Vitalicias, com séde na capital do Estado de S. Paulo.

N. 10.175 — FAZENDA — Decreto de 16 de abril de 1913 — Autoriza a Mutuaria Amparo das Familias, sociedade beneficente de peculios, com séde na capital do Estado de Minas Geraes, a funcconar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.176 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de abril de 1913 — Autoriza o contracto com a Companhia Nacional de Navegação Costeira para um serviço regular de navegação.

N. 10.177 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de abril de 1913 — Approva as plantas e o orçamento para a construcção da estação de triagem em Gravatahy, na linha da Porto Alegre e Uruguayana, da Rêde de Viação Ferrea do Rio Grando do Sul.

N. 10.178 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de abril de 1913 — Approva os projectos e o orçamento para o levantamento da *grade* da linha de Porto Alegre a Nova Hamburgo, na varzea do Grayatahy e da linha de Nova Hamburgo a Taquara, da Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 10.179 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de abril de 1913 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e o respectivo orçamento, na importancia de réis 533:700\$, do primeiro trecho de 20 kilometros da Estrada de Ferro de Villa Nova a Campos.

N. 10.180 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de abril de 1913 — Approva os estudos definitivos e respectivo orçamento, na importancia de 1.178:623\$950, do primeiro trecho de 39 kilometros de Estrada de Ferro do Monte Azul e Maribondo.

N. 10.181 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de abril de 1913 — Crea uma escola pratica de Agricultura, em Juiz de Fôra, Estado de Minas Geraes.

N. 10.182 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de abril de 1913 — Emancipa o nucleo colonial Tayó, no Estado do Paraná.

N. 10.183 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de abril de 1913 — Emancipa o nucleo colonial Joahy, no Estado do Paraná.

N. 10.184 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de abril de 1913 — Emancipa o nucleo colonial Jesuino Marcondes, no Estado do Paraná.

N. 10.185 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de abril de 1913 — Emancipa o nucleo colonial Itaparâ, no Estado do Paraná.

N. 10.186 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de abril de 1913 — Emancipa o nucleo colonial Itaty, no Estado do Paraná.

N. 10.187 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de abril de 1913 — Emancipa o nucleo colonial Vera-Guarany, no Estado do Paraná.

N. 10.188 — FAZENDA — Decreto de 23 de abril de 1913 — Autoriza a sociedade beneficente e de credito popular A Vida Mutua, com séde na cidade de Bello Horizonte, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.189 — FAZENDA — Decreto de 23 de abril de 1913 — Autoriza a sociedade anonyma de peculios A União Internacional, com séde nesta Capital, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.190 — FAZENDA — Decreto de 23 de abril de 1913 — Autoriza a sociedade anonyma de peculios e predios A Mutua Federal, com séde nesta capital, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.



N. 10.191 — FAZENDA — Decreto de 23 de abril de 1913 — Concede autorização á sociedade de peculios e pensões A Vitalicia Pernambucana, com séde na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, para funcionar como sociedade mutua e approva, com alterações, os estatutos.

N. 10.192 — FAZENDA — Decreto de 23 de abril de 1913 — Approva os novos estatutos da «The New York Life Insurance Company», autorizada a funcionar na Republica pelo decreto n. 4.670, de 13 de novembro de 1902.

N. 10.193 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de abril de 1913 — Approva os estudos definitivos das modificações a serem feitas no trecho de Serrinha a Curityba, da Estrada de Ferro Paraná e o respectivo orçamento, na importancia de 4.468:716\$679.

N. 10.194 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de abril de 1913 — Approva o projecto e o orçamento da limpeza e desobstrucção do rio Merity, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.195 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de abril de 1913 — Approva os estudos definitivos e respectivo orçamento, na importancia de 639:740\$198, do primeiro trecho de 15.762m, 80, da Estrada de Ferro Colonial de Barreiros a Sertãozinho, no Estado de Pernambuco.

N. 10.196 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de abril de 1913 — Proroga por mais tres mezes o praso estabelecido na clausula XI do decreto n. 7.928, de 31 de março de 1910, para a reconstrucção da linha em trafego entre Serrinha e o Kilometro 124, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 10.197 — FAZENDA — Decreto de 30 de abril de 1913 — Autoriza o Ministerio da Fazenda a contractar com os banqueiros N. M. Rotshchild and Sons, de Londres, o emprestimo de £ 11.000.000, de juro de 5 % ao anno.

N. 10.198 — GUERRA — Decreto de 30 de abril de 1913 — Approva os regulamentos para os institutos militares de ensino.

N. 10.199 — FAZENDA — Decreto de 30 de abril de 1913 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade de seguros e peculios Globo, com séde nesta capital, e approva os seus estatutos.

N. 10.200 — FAZENDA — Decreto de 30 de abril de 1913 — Autoriza a União Brasileira, com séde na capital do Estado de S. Paulo, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.201 — FAZENDA — Decreto de 30 de abril de 1913 — Autoriza A Nacional, sociedade anonyma de peculios por mutualidade, com séde nesta capital, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.202 — FAZENDA — Decreto de 30 de abril de 1913 — Autoriza a A. Rio de Janeiro, sociedade de auxilios e peculios por mutualidade, com séde nesta capital, a funcionar na Republica, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.203 — FAZENDA — Decreto de 30 de abril de 1913 — Abre o credito de 141:960\$ p. para occorrer á despesa com a



desapropriação dos prédios ns. 79,81, 83 e 85 da rua General Caldwell e outros, declarados de utilidade publica pelo decreto n. 1.642, de 26 de junho de 1894.

N. 10.204 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1913 — Approva os regulamentos de transporte e do telegrapho, bases das tarifas e classificação geral das mercadorias para vigorarem nas linhas de concessão federal das companhias Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes, Mogyana da Estrada de Ferro e Navegação, «Sorocabana Railway, Limited», e «S. Paulo Railway, Limited».

N. 10.205 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1913 — Approva os estudos definitivos das modificações a serem feitas no trecho em trafego entre Serrinha e Rio Negro, da Estrada de Ferro do Paraná e o respectivo orçamento, na importancia de 6.558:982\$167.

N. 10.206 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1913 — Approva os estudos definitivos da linha de S. Francisco, no trecho entre a cidade de Victoria e o rio Paraná, com a extensão de 723km.,989, e o respectivo orçamento, na importancia de 83.763:353\$435.

N. 10.207 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1913 — Altera a clausula XIV do decreto n. 5.550, referente ás obras de melhoramento do porto da Bahia.

N. 10.208 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1913 — Approva as plantas e orçamento de dous armazens de aço em Porto Velho, na Estrada de Ferro Madeira a Mamoré.

N. 10.209 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1913 — Publica a denuncia da convenção para a prevenção e repressão do crime de falsificação de moeda e papéis de credito com curso legal nos dous paizes, assignada em Lisboa, a 12 de janeiro de 1855, entre o Brasil e Portugal.

N. 10.209 A — FAZENDA — Decreto de 6 de maio de 1913 — Manda observar no corrente exercicio os decretos ns. 6.709, de 30 de junho de 1906; 7.817, de 15 de janeiro de 1910; 8.520, de 12 de janeiro de 1911, e 9.323, de 17 de janeiro de 1913.

N. 10.210 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de maio de 1913 — Torna alienaveis 1.389 apolices pertencentes ao patrimonio do Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

N. 10.211 — AGRICULTURA, INDUSTRIA e COMMERCIO — Decreto de 7 de maio de 1913 — Concede autorização a «The Electric Tramway of Ribeirão Preto, Brazil, Limited», para funcionar na Republica.

N. 10.212 — AGRICULTURA, INDUSTRIA e COMMERCIO — Decreto de 7 de maio de 1913 — Concede autorização a «Otis Elevator Company, of Maine» para funcionar na Republica.

N. 10.213 — AGRICULTURA, INDUSTRIA e COMMERCIO — Decreto de 7 de maio de 1913 — Concede autorização á «S. Paulo Land Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 10.214 — FAZENDA — Decreto de 8 de maio de 1913 — Autoriza a sociedade anonyma Dote Paranaense, com sede na capital do Estado do Paraná, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.215 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de maio de 1913 — Concede autorização á «Middletown Car Company» para continuar a funcionar na Republica.

N. 10.216 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de maio de 1913 — Concede autorização á «Santa Cruz Coffee Company Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 10.217 — FAZENDA — Decreto de 15 de maio de 1913 — Autoriza a sociedade anonyma de pensões, peculios e dotes A Carioca, com séde nesta capital, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.218 — FAZENDA — Decreto de 15 de maio de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.000:000\$, suplementar á verba 33ª — Exercicios findos. — do exercicio de 1913.

N. 10.219 — FAZENDA — Decreto de 15 de maio de 1913 — Approva, com alterações, os novos estatutos da companhia de seguros terrestres e maritimos Argos Fluminense, com séde nesta capital.

N. 10.220 — FAZENDA — Decreto de 15 de maio de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 342\$010 para pagamento a Domingos Tamangueira, em virtude da sentença judiciaria.

N. 10.221 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de maio de 1913 — Proroga até 1 de julho do corrente anno o prazo a que se refere a clausula II do contracto autorizado pelo decreto n. 9.966, de 26 de dezembro de 1912, para inicio do serviço de navegação entre Rio de Janeiro e Iguape.

N. 10.222 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de maio de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.000:000\$ para tornar effectivas as desapropriações de terras e aguas das bacias dos rios Xerém, Mantiqueira, S. Pedro, Grande, Camorim e Iguape.

N. 10.223 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de maio de 1913 — Approva os estudos definitivos e o organamento do ramal do Morro do Chapéo, da linha de ligação da Estrada de Ferro S. Francisco com a Estrada de Ferro Central da Bahia.

N. 10.224 — FAZENDA — Decreto de 21 de maio de 1913 — Autoriza a sociedade de seguros, peculios e rendas A Popular, com séde nesta capital, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.225 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 700:000\$ para occorrer a despesas com medidas contra a tuberculose.

N. 10.226 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1913 — Autoriza a alteração no trecho de Monte Santo a S. Sebastião do Paraíso, quarta secção da linha de Monte Bello a Santa Rita de Cassia, da Rêde de Viação Sul-Mineira.

N. 10.227 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1913 — Approva os estudos definitivos e o orça-

mento das modificações da linha de Curitiba a Ponta Grossa, da Estrada de Ferro do Paraná, entre o Kilometro 124+230 e Ponta Grossa.

N. 10.228 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de maio de 1913 — Concede autorização á «Société Foristiére et Industrielle de S. Mathieu» para funcionar na Republica.

N. 10.229 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de maio de 1913 — Concede autorização á «Gas-motoren — Fabrik Deutsch» para funcionar na Republica.

N. 10.230 — FAZENDA — Decreto de 28 de maio de 1913 — Approva, com alterações, as modificações dos estatutos da Associação Mutua Excelsior, com séde nesta capital.

N. 10.231 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de maio de 1913 — Publica a adhesão do Principado de Monaco ao accôrdo assignado em Roma, a 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 10.232 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1913 — Approva os projectos e orçamentos de diversas obras a executar na Estrada de Ferro do Paraná.

N. 10.233 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1913 — Proroga até 20 de agosto de 1913 o praso estipulado para apresentação das tarifas da Estrada de Ferro de Santa Catharina.

N. 10.234 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1913 — Approva os projectos e orçamentos apresentados pela Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para a construcção de uma nova estação na villa de Conquista, Estado de Minas Geraes.

N. 10.235 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1913 — Approva os projectos e orçamentos para installação de varias caixas d'agua na Estrada de Ferro do Paraná.

N. 10.236 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1913 — Proroga até 30 de setembro de 1913 o praso fixado na clausula III do decreto n. 7.455, de 8 de junho de 1909, para a conclusão das obras de construcção do ramal de Curralinho a Diamantina.

N. 10.237 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1913 — Approva os projectos e orçamento da modificação da linha em trafego entre Curitiba e Ponta Grossa, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 10.238 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1913 — Autoriza á «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil» a adquirir e montar nas estações de Pelotas, Sant'Anna do Livramento, Bagé e Montenegro, quatro balanças de 50 toneladas.

N. 10.239 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1913 — Concede novos prazos improrogaveis para a construcção da Estrada de Ferro de Tocantins e o estabelecimento da navegação nos rios Tocantins e Araguaya.

N. 10.240 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1913 — Approva os estudos definitivos e os orça-



mentos da Estrada de Ferro do Tocantins, nos trechos de Alcobaga e Cametá, e de Praia da Rainha a S. João do Araguaia.

N. 10.241 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1913. — Proroga até 21 de julho do corrente anno o prazo estipulado na clausula III, do contracto autorizado pelo decreto n. 7.950, de 14 de abril de 1910, para a conclusão das obras de construção do prolongamento da Estrada de Ferro Funilense.

N. 10.242 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de maio de 1913 — Concede autorização a «The Dunlop Pneumatic Tyre Company (South American), Limited», para funcionar na Republica.

N. 10.243 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de maio de 1913 — Declara desapropriada, por utilidade publica, a fazenda Cafesal, sita n omunicípio de Belém, Estado do Pará, pertencente aos herdeiros de Fortunato Alves de Souza, afim de ser nella installada a Estação Experimental de Cultura da Seringueira, no mesmo Estado, creada pelo decreto n. 10.051, de 14 de fevereiro de 1913.

N. 10.244 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de maio de 1913 — Promulga a convenção de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica Dominicana, assignada em Washington a 25 de abril de 1910.

N. 10.245 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de maio de 1913 — Promulga a convenção de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Haiti, assignada em Washington a 25 de abril de 1910.

N. 10.246 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1913 — Confere poderes ao ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio para assignar accôrdo com o Estado do Pará, no sentido de obter redução a isenção de impostos sobre a borracha produzida nos seus territorios e a estabelecer medidas de protecção e amparo á borracha no territorio do Acre.

N. 10.247 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de junho de 1913 — Concede autorização á «J. C. Costa Santos Comp., Inc.», para funcionar na Republica.

N. 10.248 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de junho de 1913 — Concede autorização á «Brasil Takushoku Kaisha», para funcionar na Republica.

N. 10.249 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de junho de 1913 — Concede autorização á Companhia Anonyma Rio Branco para funcionar na Republica.

N. 10.250 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de junho de 1913 — Approva os estudos definitivos e orçamento do segundo trecho de 30 kilometros, do prolongamento de Pesqueira a Flôres, da Estrada de Ferro Central de Pernambuco.

N. 10.251 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de junho de 1913 — Approva o projecto e orçamento para a construção de um triangulo de reversão e de tres linhas para desvio, em Banhado, na Estrada de Ferro do Paraná.



N. 10.252 — FAZENDA — Decreto de 4 de junho de 1913 — Estabelece a taxa de 2 %, ouro, sobre o valor da importação realizada pela Alfandega de Aracajú, Estado de Sergipe.

N. 10.253 — FAZENDA — Decreto de 4 de junho de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2.000:000\$ para occorrer ás despesas feitas e por fazer com a construção das villas proletarias Marechal Hermes e D. Orsina da Fonseca.

N. 10.254 — FAZENDA — Decreto de 4 de junho de 1913 — Approva, com alterações, as modificações dos estatutos da Alliança do Brasil, sociedade mutua e de bonificações, com séde na capital do Estado de S. Paulo.

N. 10.255 — FAZENDA — Decreto de 4 de junho de 1913 — Concede ao Banco dos Funcionarios Publicos autorização para transferir a Abilio de Carvalho Fontes e Antonio Pinheiro Junior os direitos e obrigações constantes do decreto n. 771, de 20 de setembro de 1890.

N. 10.256 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de junho de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 60:000\$ para despesas com o projecto de reforma do Codigo Penal da Republica.

N. 10.257 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de junho de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de auxilio á sociedade Cassino Fluminense.

N. 10.258 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de junho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Carahú, no Estado de Pernambuco.

N. 10.259 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de junho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Cabo, no Estado de Pernambuco.

N. 10.260 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de junho de 1913 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 10.261 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de junho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 10.262 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de junho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe.

N. 10.263 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de junho de 1913 — Crea um consulado em Florença.

N. 10.264 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de junho de 1913 — Concede autorização á Companhia de Lactícinios Mondia para funcionar na Republica.

N. 10.265 — FAZENDA — Decreto de 12 de junho de 1913 — Autoriza a sociedade de auxilios e peculios por mutualidade A Bonança, com sede na cidade do Rio Preto, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, seus estatutos.

N. 10.266 — FAZENDA — Decreto de 12 de junho de 1913 — Approva a nova tabella do numero, classes e vencimentos do pessoal da Caixa Economica do Estado de S. Paulo.

N. 10.267 — FAZENDA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de junho de 1913 — Approva o regulamento para a caixa especial de portos, de que trata o decreto n. 6.368, de 14 de fevereiro de 1907.

N. 10.268 — FAZENDA — Decreto de 12 de junho de 1913 — Approva as alterações feitas nos estatutos da Sociedade de Credito Urbano, com sede nesta capital.

N. 10.269 — FAZENDA — Decreto de 12 de junho de 1913 — Concede autorização á sociedade de seguros mutuos e beneficencia A Herança Popular, com sede nesta capital, para funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.270 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de junho de 1913 — Approva os estatutos definitivos e o orçamento do segundo trecho, de 32km,881, do prolongamento de Viçosa a Palmeira dos Indios, da Estrada de Ferro Central de Alagoas.

N. 10.271 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de junho de 1913 — Approva os projectos e orçamentos para execução de melhoramentos no material rodante e de tracção da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 10.272 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de junho de 1913 — Autoriza a construcção de um posto telegraphico no Kilometro 195, da linha de Jaguará a Araguay, da Estrada de Ferro Mogyana.

N. 10.273 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de junho de 1913 — Proroga até 30 do novembro de 1913 o praso para a conclusão do primeiro trecho de Rosario a Itapecurú, mais 47 kilometros, da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 10.274 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de junho de 1913 — Abro ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 400:000\$ para limpeza dos rios, Posse Cayoba e Taypú, no municipio de Iguassú, até S. Bento, não comprehendidos no serviço da baixada fluminense.

N. 10.275 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de junho de 1913 — Proroga até 6 de novembro de 1914 o praso estipulado na clausula XI do decreto n. 7.928, de 31 de março de 1910, para a conclusão das obras da linha de S. Francisco, entre Hansa e Porto União da Victoria.

N. 10.276 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de junho de 1913 — Autoriza a «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil», arrendataria da Rede de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, a cercar linhas a seu cargo, na extensão de 1.622km.,530.

N. 10.277 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de junho de 1913 — Proroga até 6 de novembro de 1914 os prazos estipulados nos ns. 4 e 6 da clausula XI do contracto autorizado pelo decreto n. 7.928, de 31 de março de 1910.

N. 10.278 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de junho de 1913 — Autoriza á «Bahia Rubber & Fibre Plantations, Limited», a substituir esta denominação pela de «British and Brazilian Rubber Plantations and Manufactures, Limited».

N. 10.279 — GUERRA — Decreto de 18 de junho de 1913 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 21.500:000\$, de accôrdo com o art. 29, alinea m, da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 10.280 — FAZENDA — Decreto de 18 de junho de 1913 — Autoriza a Mutua de Itaúna, sociedade de seguros de vida, com séde em Itaúna, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 10.281 — FAZENDA — Decreto de 18 de junho de 1913 — Rectifica o decreto n. 10.230, de 28 de maio de 1913.

N. 10.282 — FAZENDA — Decreto de 18 de junho de 1913 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir apolices até a quantia de 5.000:000\$, do juro annual de 5 %, papel.

N. 10.283 — FAZENDA — Decreto de 18 de junho de 1913 — Cassa os decretos ns. 9.023 e 9.322, de 11 de outubro de 1911 e 17 de janeiro de 1912, referentes ao funcionamento da Companhia de Seguros Pastoril Mineira.

N. 10.284 — FAZENDA — Decreto de 18 de junho de 1913 — Approva os novos estatutos da sociedade anonyma «Credit Foncier du Brésil et de l'Amerique du Sud», com séde em Paris.

N. 10.285 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de junho de 1913 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cajapió, no Estado do Maranhão.

N. 10.286 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de junho de 1913 — Torna extensivos á Estrada de Ferro Central do Brasil os regulamentos de transportes e do telegrapho e a classificação geral das mercadorias approvadas pelo decreto n. 10.204, de 30 de abril de 1913, para vigorar nas linhas de concessão federal das companhias Paulista de Estradas de Ferro, Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, «Sorocabana Railway, Limited», e «S. Paulo Railway, Limited», e approva as bases das tarifas para vigorarem na Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 10.287 — FAZENDA — Decreto de 25 de junho de 1913 — Cassa o decreto n. 9.416, de 6 de março de 1912, que autorizou a Companhia Nacional de Seguros sobre Vida e Accidentes, com séde na capital do Estado de S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 10.288 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de junho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria

de guardas nacionaes na comarca de Gurupá, no Estado do Pará.

N. 10.289 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de junho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Porto de Moz, no Estado do Pará.

N. 10.290 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de junho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Baixo-Mearim, no Estado do Maranhão.

N. 10.291 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de junho, de 1913 — Approva o regulamento de custas da Justiça Local do Districto Federal.

N. 10.292 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de junho de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 24:000\$ para pagamento da subvenção a Liga contra a Tuberculose de S. Paulo.

N. 10.293 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1913 — Approva as clausulas para o contracto das obras de melhoramentos do porto de Corumbá, Estado de Matto Grosso.

N. 10.294 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1913 — Proroga até 7 de setembro de 1913, o praso a que se refere o n. 3 da clausula VIII do contracto autorizado pelo decreto n. 7.942, de 7 de abril de 1910.

N. 10.295 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1913 — Autoriza a firmar contracto com a companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, em substituição ao de que trata o decreto n. 9.257, de 28 de dezembro de 1911.

N. 10.296 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1913 — Approva as estradas definitivas referentes aos kilometros 49 + 500 a 140 + 629,60, da secção de Theophilo Ottoni-Gravatá na linha de Theophilo Ottoni a Tremendal no respectivo orçamento, na importancia de 7.844:846\$996.

N. 10.297 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1913 — Proroga até 23 de maio de 1914 o praso a que se refere a clausula V do contracto autorizado pelo decreto n. 3.486, de 30 de maio de 1912.

N. 10.298 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1913 — Proroga até 21 de maio de 1914 o praso estipulado pela clausula V do contracto de revisão autorizado pelo decreto n. 8.588, de 8 de março de 1911, para conclusão da linha Iguarapara a Uberaba.

N. 10.299 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1913 — Autoriza o contracto para o prolongamento da Estrada de Ferro da Cidade do Rio Grande a Santa Victoria do Palmar, sem onus para a União, desta cidade ao ponto mais conveniente na fronteira com o Uruguay, entre os arroyos S. Miguel e Chuy.



N. 10.300 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de junho de 1913 — Crea uma inspeccoria de veterinaria no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.301 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de junho de 1913 — Concede autorização á «Compagnie du Port do Rio de Janeiro» para continuar a funcionar na Republica.

N. 10.302 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de junho de 1913 — Concede autorização á Fabrica Rio Grandense de Adubos e Productos Chimicos, para funcionar na Republica.

N. 10.303 — GUERRA — Decreto de 2 de julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 24:1848 para indemnizar á Sociedade n. 31, da Confederação do Tiro Brasileiro, do valor da metade da importancia das despesas feitas com a construcção de sua linha de tiro.

N. 10.304 — FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1913 — Autoriza o Thesouro da Familia, sociedade de peculios mixtos com séde na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.305 — FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1913 — Approva, com modificações, o regulamento interno e a tarifa para o serviço de emissão de conhecimento de deposito e warrants pela companhia «Port of Pará».

N. 10.306 — FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1913 — Autoriza a sociedade nacional de peculios e rendas A Gaucha, com séde em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a funcionar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 10.307 — FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 12:3198858 para occorrer ao pagamento devido a Alvaro Alves de Souza, em virtude de sentença judiciaria.

N. 10.308 — FAZENDA — Decreto de 2 julho de 1913 — Autoriza a sociedade mutua Paz e Labor, com séde na capital do Estado de Pernambuco, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.309 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Conquista, no Estado da Bahia.

N. 10.310 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carolina, no Estado do Maranhão.

N. 10.311 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Feira de Sant'Anna, no Estado de Bahia.

N. 10.312 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de

guardas nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado da Bahia.

N. 10.313 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem á Europa ao alumno do curso de engenheiro civil, Feliciano Mendes de Moraes Filho.

N. 10.314 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 julho de 1913 — Approva os estudos definitivos do trecho, na extensão de 40 km., 430. da linha do Rio Claro, entre as estações desse nome e a de Ityrapina, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e o respectivo orçamento, na importancia de 3.262:028\$253, e revoga o decreto n. 7.774, de 30 de dezembro de 1909.

N. 10.315 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de julho de 1913 — Approva os estudos definitivos referentes aos kilometros 0 a 50, da secção Gravatá-Arassuahy, da linha de Theophilo Ottoni a Tremendal, e o respectivo orçamento na importancia de 4.057:841\$563.

N. 10.316 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$ para as despesas com os estudos de uma estrada de ferro que, partindo de Coroatá, vá ao Tocantins.

N. 10.317 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 150:000\$ para os estudos dos prolongamentos dos ramaes da Rede de Viação Cearense.

N. 10.318 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 300:000\$ para os estudos dos prolongamentos e ramaes da Estrada de Ferro de Santa Catharina.

N. 10.319 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 100:000\$ para a construção das linhas ferreas no Rio Grande do Sul, a que se referem as letras a, b, c e d do art. 85. da lei n. 7.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 10.320 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de julho de 1913 — Modifica os arts. 1º e 3º do regulamento approved pelo decreto n. 10.105, de 5 de março de 1913.

N. 10.321 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1913 — Modifica as disposições constantes da clausula VI das que acompanham o decreto n. 10.246, de 2 de junho de 1903.

N. 10.322 — FAZENDA — Decreto de 9 de julho de 1913 — Approva, com alterações, as modificações feitas nos estatutos da sociedade mutua de peculios A Bonificadora.

N. 10.323 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria

de guardas nacionaes no municipio de Bezerros, no Estado de Pernambuco.

N. 10.324 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Caxias, no Estado do Maranhão.

N. 10.325 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de União, no Estado do Piauhý.

N. 10.326 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:104\$475 para pagamento da despesa com o distinctivo do cargo de presidente da Republica.

N. 10.327 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 62:000\$, complementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1913, para despesa com a organização de um plano de serviços de prophylaxia da febre amarella.

N. 10.328 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1913 — Approva a tabella de preços complementar á do contracto de construcção da Estrada de Ferro do Timbó á Propria.

N. 10.329 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1913 — Approva os estudos definitivos dos primeiros 20 kilometros do trecho comprehendido entre Lages e Caicó, da Estrada de Ferro do Rio Grande do Norte, bem assim o orçamento, na importancia de 2.761:985\$493.

N. 10.330 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1913 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 53:220\$410, de um edificio para a estação de Jaguarihyva, na Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 10.331 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1913 — Declara de utilidade publica, para o fim de ser desapropriado, o immovel sob o n. 1 da rua Honorio, nesta capital.

N. 10.332 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 120:000\$ para as despesas com a construcção do ramal de Araxá-Uberaba, da Estrada de Ferro de Goyaz, e do ramal que, partindo do ponto conveniente do prolongamento e passando por Monte Alegre, em Minas, vá terminar no Rio Verde, Estado de Goyaz.

N. 10.333 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de julho de 1913 — Crea um consulado em Piza.

N. 10.334 — FAZENDA — Decreto de 16 de julho de 1913 — Autoriza a Associação Beneficente Campista de Auxilio ás Familias, com séde na cidade de Campos de Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.335 — FAZENDA — Decreto de 16 de julho de 1913 — Approva as alterações feitas nos estatutos da companhia de seguros de vida Previdente do Sul, de Porto Alegre.

N. 10.336 — FAZENDA — Decreto de 16 de julho de 1913 — Autoriza a sociedade de auxílios mutuos A Protectora, com séde na cidade de Diamantina, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.337 — FAZENDA — Decreto de 16 de julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos de 50:000\$, ouro, e 2.000:000\$ papel, supplementar á verba 33ª — Exercícios findos, — do corrente exercício.

N. 10.338 — FAZENDA — Decreto de 16 de julho de 1913 — Declara que os prazos concedidos para os funcionamentos de todas as caixas filiaes ou succursaes do «London and Brazilian Bank, Limited», no Brasil, deverão terminar em 27 de janeiro de 1920.

N. 10.339 — FAZENDA — Decreto de 16 de julho de 1913 — Approva, com alterações, os novos estatutos da sociedade Reserva do Futuro, com séde nesta capital, autorizada a funcionar na Republica pelo decreto n.º 9.896, de 7 de dezembro de 1912, e permite que a mesma passe a operar sob a fórmula anonyma.

N. 10.340 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Conde, no Estado da Bahia.

N. 10.341 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Mundo Novo, no Estado da Bahia.

N. 10.342 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de julho de 1913 — Supprime a clausula XXI do decreto numero 9.572, de 15 de maio de 1912.

N. 10.343 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 10:000\$ para pagamento da aquisição e impressão da *Synopse da Legislação da Viação Ferrea Federal*, organizada por Alberto Randolpho Paiva.

N. 10.344 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de julho de 1913 — Reconhece sob a denominação de Empresa Fluvial Piauihyense a «Empresa» Oliveira Pearce & Comp., que executa o serviço de navegação do Alto-Parna-hyba.

N. 10.345 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de julho de 1913 — Approva o projecto e orçamento para a construção de um deposito de carros, em Curityba, destinado á Estrada de Ferro do Paraná.

N. 10.346 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERIO — Decreto de 16 de julho de 1913 — Concede autorização á «Julius Pintsch Aktiengesellschaft» para funcionar na Republica.



N. 10.347 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 248:000\$, destinado a subvencionar diversas instituições de ensino profissional e tecnico.

N. 10.348 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Crato, no Estado do Ceará.

N. 10.349 — FAZENDA — Decreto de 18 de julho de 1913 — Autoriza a sociedade anonyma de seguros mutuos A Felicidade, com sede na capital do Estado do Ceará, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.350 — GUERRA — Decreto de 23 de julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:816\$733 para pagamento de funcionarios da extincta Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema.

N. 10.351 — MARINHA — Decreto de 23 de julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 6.423:585\$, ouro, para occorrer ao pagamento de prestações dos navios em construcção na Europa.

N. 10.352 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de julho de 1913 — Modifica os orçamentos dos primeiros trechos dos prolongamentos das estradas de ferro Central de Pernambuco e Central de Alagoas.

N. 10.353 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de julho de 1913 — Approva novas plantas para a superestrutura do cães do novo porto do Estado do Rio Grande do Sul.

N. 10.354 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1913 — Crea um consulado em Tripoli.

N. 10.355 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de julho de 1913 — Publica a denuncia do tratado de extradição de criminosos assignado no Rio de Janeiro entre o Brasil e os Estados Unidos da America do Norte em 14 de maio de 1897 e os protocollos a elle annexos, de 28 de maio de 1898 e 29 de maio de 1901.

N. 10.356 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1913 — Autoriza a sociedade mutua de seguros contra incendio Atlas, com sede na capital do Estado de S. Paulo, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.357 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1913 — Approva, com alterações, os novos estatutos da companhia de seguros maritimos e terrestres Alliança, com sede na capital do Estado do Pará.

N. 10.358 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 10.359 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Igarapé-Assú, no Estado do Pará.

N. 10.360 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itaparica, no Estado da Bahia.

N. 10.361 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Arraias, no Estado de Goyaz.

N. 10.362 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Belém, no Estado do Pará.

N. 10.363 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de julho de 1913 — Concede autorização á Companhia Industrial Pescador Santa Cruz para funcionar na Republica.

N. 10.364 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de julho de 1913 — Concede autorização á «Schweizerich Handelsund Industrie Gesellschaft für Brasilien» para funcionar na Republica.

N. 10.365 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de julho de 1913 — Concede autorização á «The American Rolling Mill Company» para funcionar na Republica.

N. 10.366 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1913 — Autoriza a Sociedade de seguros Novo Mundo, com séde nesta Capital, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.367 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1913 — Autoriza a Sociedade Garantia das Familias, com séde na cidade de Juiz de Fóra, a funcionar na Republica e approva com alterações, os seus estatutos.

N. 10.368 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1913 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Acary, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 10.369 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1.230:000\$ para attender á acquisição do material fluctuante destinado ao serviço sanitario de alguns portos dos Estados e de dous navios lazaretos.

N. 10.370 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1913 — Manda adoptar uniformes especiaes para o Corpo Consular.

N. 10.371 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1913 — Promulga o tratado de arbitramento geral entre o Brasil e a Bolivia, assignado em Petropolis.

N. 10.372 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1913 — Promulga a convenção de arbitramento entre o Brasil e a Italia, assignada no Rio de Janeiro a 22 de setembro de 1911.

N. 10.373 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1913 — Approva o projecto e orçamento para a construcção de um trecho de 150 kilometros mais 423 metros, da linha de Tibagy, prolongamento das cabeceiras do Cervo a Indiana, na Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 10.374 — MARINHA — Decreto de 2 de agosto de 1913 — Suspende a execução do decreto n. 9.446, de 20 de março de 1912.

N. 10.375 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de agosto de 1913 — Approva os estatutos definitivos e o orçamento do trecho da Colonia Mineira ao ponto terminal do ramal de Paranapanema, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 10.376 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de agosto de 1913 — Rescindir o contracto firmado com a Companhia Viação S. Paulo-Matto Grosso para o serviço de navegação do rio Paraná e seus afluentes.

N. 10.377 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de agosto de 1913 — Altera a clausula I do decreto n. 10.295, de 25 de junho do corrente anno, que autoriza a revisão do contracto celebrado com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão.

N. 10.378 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de agosto de 1913 — Approva os estudos apresentados por «The Rio de Janeiro, City Improvements Company, Limited», em virtude da clausula I, § 6º, do termo de revisão de 30 de dezembro de 1899.

N. 10.379 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de agosto de 1913 — Aprova o projecto e orçamento para a construcção de casas para turmas de conservação da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré.

N. 10.380 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 10.381 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Bom Conselho, no Estado de Pernambuco.

N. 10.382 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barbalho, no Estado do Pará.

N. 10.383 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1913 — Approva a nova consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Diplomatico Brasileiro.

N. 10.384 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1913 — Approva a nova consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular Brasileiro.

N. 10.385 — FAZENDA — Decreto de 6 de agosto de 1913 — Approva, com modificações, as alterações nos estatutos da Caixa Paulista de Pensões, com séde na capital do Estado de S. Paulo.

N. 10.386 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto de 6 de agosto de 1913 — Crea um nucleo colonial no município de Castro, no Estado do Paraná.

N. 10.387 — FAZENDA — Decreto de 13 de agosto de 1913 — Autoriza o Ministério da Fazenda a emitir apolices, até a quantia de 32.000:000\$, papel, para liquidar as dividas da sociedade anonyma Lloyd Brasileiro, e dá outras providencias.

N. 10.388 — FAZENDA — Decreto de 13 de agosto de 1913 — Approva as alterações feitas nos estatutos da sociedade A Providencia, com séde nesta capital, autorizada a funcionar pelo decreto n. 9.652, de 10 de julho de 1912.

N. 10.389 — FAZENDA — Decreto de 13 de agosto de 1913 — Autoriza a sociedade Mutua Beneficente Familiarista, com séde na cidade de S. Paulo, a funcionar na Republica e approva com alterações, os seus estatutos.

N. 10.390 — GUERRA — Decreto de 13 de agosto de 1913 — Altera o plano de uniformes para o Exército, na parte relativa aos 1º e 2º uniformes dos alumnos da Escola Militar.

N. 10.391 — MARINHA — Decreto de 13 de agosto de 1913 — Altera o decreto n. 8.925, de 28 de agosto de 1914.

N. 10.392 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1913 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 60:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto de Surdos-Mudos de Ilajubá.

N. 10.393 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1913 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 270:059\$936 para pagamento de contas de fornecimentos feitos, em 1909, á Força Policial do Districto Federal.

N. 10.394 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de agosto de 1913 — Crea um districto radiotelegraphico, a que ficarão subordinadas as estações radiotelegraphicas do Acre, Amazonas e Pará.

N. 10.395 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de agosto de 1913 — Cancell a clausula XI annexa ao decreto n. 7.481, de 29 de julho de 1909, e altera as clausulas XII, do mesmo decreto e X, a que se refere o decreto n. 8747, de 25 de maio de 1914.

N. 10.396 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de agosto de 1913 — Approva o orçamento supplementar para os trabalhos de reconstrução da linha de S. Francisco, da Rêde de Viação Geral da Bahia.

N. 10.397 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 10.398 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de agosto de 1913 — Approva as despesas feitas pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, durante o anno de 1912, nas linhas ferreas de concessão federal.

N. 10.399 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de agosto de 1913 — Approva os estudos definitivos do trecho comprehendido entre os kilometros 135,500 a 326,000, da li-



nha de Bandeira de Mello a Brotas, da Rêde de Vição Ferrea da Bahia, e hem assim o orçamento, na importancia de 10.092:094\$740.

N. 10.400 — GUERRA — Decreto de 15 de agosto de 1913 — Estabelece alterações no actual plano de uniformes dos alumnos dos collegios militares.

N. 10.401 — FAZENDA — Decreto de 18 de agosto de 1913 — Autoriza a sociedade anonyma, A Geral, companhia de seguros, com séde nesta capital, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.402 — GUERRA — Decreto de 20 de agosto de 1913 — Approva o regulamento dos cursos de applicação especial medico-militar do Hospital Central do Exercito e de enfermeiros e padoleiros.

N. 10.403 — GUERRA — Decreto de 20 de Agosto de 1913 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 75:845\$135, supplementar á verba 7<sup>o</sup> — Serviço de saude, — do art. 28 da lei n. 2.738 de 4 de janeiro de 1913.

N. 10.404 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de agosto de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 48:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro.

N. 10.405 — MARINHA — Decreto de 20 de agosto de 1913 — Dispensa o interstício para a promoção de capitão de mar e guerra a almirante.

N. 10.406 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de agosto de 1913 — Addia para 12 de outubro do corrente anno a Exposição Nacional da Borracha, que estava marcada para 7 de setembro proximo vindoura.

N. 10.407 — VIÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1913 — Approva o projecto e o orçamento, na importancia de 381:874\$149, ouro, para o abastecimento de agua potavel ao novo porto do Rio Grande do Sul.

N. 10.408 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1913 — Autoriza a sociedade de peculios mixtos por mutualidade A Conciliadora, com séde na capital do Estado de Pernambuco, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.409 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1913 — Approva as modificações nos estatutos da A Mutua Brasil, sociedade anonyma de peculios e educação, com séde na capital do Estado de S. Paulo.

N. 10.410 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1913 — Concede autorização para funcionar na Republica á Mutualidade Vitalicia dos Estados Unidos do Brasil e approva os seus estatutos.

N. 10.411 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1913 — Autoriza a sociedade anonyma de peculios por mutualidades A Cosmopolita, com séde na cidade de Barbaecna, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva com alterações, os seus estatutos.

N. 10.412 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1913 — Approva o projecto e o orçamento para a construção de tres tanques de ferro destinados a deposito de oleo combustivel no porto de Belém do Pará.

N. 10.413 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1913 — Autoriza os trabalhos para o aproveitamento de 370 metros do caes fluvial velho, no porto do Pará.

N. 10.414. — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1913 — Proroga até 30 de novembro do corrente anno o prazo estipulado na clausula XXVII do contracto a que se refere o decreto n. 7.704, de 2 de dezembro de 1919, para a conclusão do prolongamento de Monte Bello a São Sebastião do Paraíso.

N. 10.415 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1913 — Aprova os estatutos definitivos e o orçamento, na importância de 6.605:769\$066, do ultimo trecho da Estrada de Ferro de Uberaba á Villa Platina, comprehendido entre os kilometros 108 e 275 + 423 metros.

N. 10.416 — AGRICULTURA INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de agosto de 1913 — Concede autorização á «Société Anonyme Etablissements Emile Laport et Compagnie» para funcionar na Republica.

N. 10.417 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de agosto de 1913 — Concede autorização á Companhia Calçado Clark, Limited, para continuar a funcionar na Republica.

N. 10.418 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de agosto de 1913—Concede autorização á «Griffith-Williams & Johnson, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 10.419 — GUERRA — Decreto de 3 de setembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 2:000\$ para pagamento ás viúvas de dous operarios da Fabrica de Polvora sem Fumaça.

N. 10.420 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1913 — Autoriza a sociedade anonyma de peculios «Sanatorium», com séde em Poços de Caldas, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.421 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1913 — Concede autorização á sociedade de peculios mixtos O Futuro, com séde na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, e approva os seus estatutos.

N. 10.422 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1913 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campo Largo, no Estado do Paraná.

N. 10.423 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

N. 10.424 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1913—Crea mais uma Brigada de caval-

vallaria de guardas nacionaes na comarca de S. José dos Pinhães, no Estado do Paraná.

N. 10.425 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1913 — Abre ao Ministério da Justiça o Negocios Interiores o credito special de 600:000\$ par aquisição de material para o Corpo de Bombeiros, construções de novas estações em Copacabana e subúrbios e para despesas com um mecanico-electricista para chefe das officinas e preparação de machinistas do mesmo Corpo.

N. 10.426 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de setembro de 1913 — Concede autorização á «Stolle Emerson & Company» para funcionar na Republica.

N. 10.427 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de setembro de 1913 — Concede autorização á «A. E. G. Sudamerikanische Elektrizität Gesellschaft mit Beschämpter Haftung» para continuar a funcionar na Republica.

N. 10.428 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de setembro de 1913 — Concede autorização á «American Trading Company of Brasil» para funcionar na Republica.

N. 10.429 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1913 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 883:000\$ para pagamento das despesas occorrentes, no presente exercicio, com a execução do disposto no decreto n. 10.095, de 6 de fevereiro de 1913.

N. 10.430 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1913 — Autoriza a funcionar na Republica a Associação Paulista Beneficente A Segurança, com séde na Capital do Estado de S. Paulo, e approva os seus estatutos.

N. 10.431 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1913 — Autoriza a funcionar na Republica a sociedade de peculios mutuos A Barbacense, com séde na cidade de Barbacena, Estado de Minas Geraes, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.432 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1913 — Autoriza a sociedade mutua de peculios A Conserdora, com séde na cidade de Palmyra, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.433 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1913 — Autoriza a sociedade nacional de peculios e rendas Mutua Rio Grandense, com séde na cidade de Uruguayana, Estado do Rio Grande do Sul, a funcionar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 10.434 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1913 — Approva, com alterações, a reforma feita nos estatutos da sociedade anonyma de peculios Zona da Matta, com séde na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Geraes.

N. 10.435 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1913 — Autoriza a sociedade de peculios por mutualidade A Redemptora, com séde em Juiz de Fôra, Estado de Minas

Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10. 436 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 19:500\$305 para pagamento ao general Braz Abrantes, em virtude de sentença judicial.

N. 10.437 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de setembro de 1913 — Approva os estudos definitivos de um trecho de 43 km.,695 da linha de Lages á Caicó e bem assim o respectivo orçamento, na importancia de réis 6.622:337\$932.

N. 10.438 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de setembro de 1913 — Concede autorização á «Mappin & Webb (Brasil), Limited», para funcionar na Republica.

N. 10.439 — FAZENDA — Decreto de 18 de setembro de 1913 — Autoriza a sociedade mutua Allianca Mineira, com séde na cidade de Ponta Nova, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.440 — FAZENDA — Decreto de 18 de setembro de 1913 — Autoriza a companhia de seguros sobre a vida, Guanabara, com séde nesta capital, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.441 — FAZENDA — Decreto de 18 de setembro de 1913 — Approva, com alteração, a modificação feita nos estatutos da sociedade de peculios sobre a vida A Auxiliadora, de Estado de Minas Geraes.

N. 10.442 — FAZENDA — Decreto de 18 de setembro de 1913 — Autoriza a sociedade anonyma de auxilios mutuos e peculios sobre a vida, Mutua Rio Branco, com séde nesta capital, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.443 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de setembro de 1913 — Dá instrucções pra a eleição municipal de 26 de outubro do corrente anno para as que se realizarem no triennio de 1914 a 1916 no Districto Federal.

N. 10.444 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de setembro de 1913 — Crêa mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Escripito Santo.

N. 10.445 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de setembro de 1913 — Crêa mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Francisco, no Estado do Maranhão.

N. 10.446 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de setembro de 1913 — Crêa mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 10.447 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de setembro de 1913 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.



N. 10.448 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 18 de setembro de 1913 — Publica a denuncia do tratado de extradicação de criminosos, assignado no Rio de Janeiro em 13 de novembro de 1872 entre o Brasil e a Grã-Bretanha, e do protocollo da mesma data.

N. 10.449 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 18 de setembro de 1913 — Publica a denuncia do tratado de extradicação de criminosos assignado em 17 de setembro de 1877 entre o Brasil e a Allemanha.

N. 10.450 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 18 de setembro de 1913 — Altera a clausula VIII do decreto numero 9.293, de 3 de janeiro de 1912, referente ás obras de melhoramento do posto da Bahia.

N. 10.451 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de setembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio do Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 10.452 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de setembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios interiores, por conta do exercicio de 1913, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 10.453 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de setembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1913, o credito supplementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsidio dos Senadores — e 636:000\$ á verba — Subsidio dos Deputados.

N. 10.454 — **GUERRA** — Decreto de 24 de setembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 24:184\$ para pagamento á sociedade n. 31, da Confederação do Tiro Brasileiro.

N. 10.455 — **FAZENDA** — Decreto de 24 de setembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.000:000\$ papel, supplementar á verba 33ª — Exercicios findos, — do corrente exercicio.

N. 10.456 — **FAZENDA** — Decreto de 24 de setembro de 1913 — Autoriza a sociedade beneficente de peculios A Salvadora, com séde nesta capital, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.457 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 24 de setembro de 1913 — Approva o projecto e orçamento para a construcção de novos desvios na estação de S. Bento, da linha de Santa Maria ao Uruguay, da Rede de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 10.458 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 24 de setembro de 1913 — Approva o projecto e orçamento das obras de ampliação da estação de Santa Maria, da Rede de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 10.459 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 24 de setembro de 1913 — Concede autorização á « Société Nouvelle des Etablissements Decauville Ainé » para funcionar na Republica.

N. 10.460 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 24 de setembro de 1913 — Publica a adesão da Grã-Bretanha, pela sua possessão de Terra Nova, á convenção internacional radio-telegraphica assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906, menos ao accôrdo adicional da mesma data, que o governo britannico deixou de assignar.

N. 10.461 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 24 de setembro de 1913 — Publica a adesão da Dinamarca ao accôrdo assignado em Roma a 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 10.462 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 24 de setembro de 1913 — Crea um consulado na ilha de Barbados.

N. 10.463 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 1 de outubro de 1913 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 480:000\$, ouro, supplementar á verba 11<sup>a</sup> — Extraordinarias no exterior, — do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 10.464 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito de 4.480:473\$, supplementar á verba 8<sup>a</sup> — Secretaria da Camara dos Deputados, — do art. 2<sup>o</sup> da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 10.465 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Curvello, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.466 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barretos, no Estado de S. Paulo.

N. 10.467 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Olinda, no Estado de Pernambuco.

N. 10.468 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Maria Magdalena, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.469 — **FAZENDA** — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Autoriza a sociedade mutua de peculios A Compensadora, com séde em S. João Nepomuceno, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.470 — **FAZENDA** — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Autoriza a sociedade de peculios A Felicidade, com séde na capital do Estado de S. Paulo, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.471 — **FAZENDA** — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Autoriza a sociedade mutua de peculios sobre a vida Património da Familia, com séde em S. João d'El-Rey, Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.472 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Approva o projeto das officinas da Estrada de Ferro do Paraná, a serem construidas em Curitiba e, bem assim, o respectivo orçamento, na importancia de 3.338:673\$400.

N. 10.473 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Proroga até 31 de outubro do corrente anno o prazo para a conclusão do prolongamento da Estrada de Ferro do Sobral, de Ipú a Cratheús.

N. 10.474 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Autoriza a modificação do traçado da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, nos kilometros 484,200 e 493,800.

N. 10.475 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Autoriza a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação a construir duas casas para portadores, nas estações de Cascata e de Bairro Alegre, no ramal de Caldas, e outra para residência do pessoal do trafego, na estação de Poços de Caldas.

N. 10.476 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Concede autorização á « Société de Construction du Port de Pernambuco » para funcionar na Republica.

N. 10.477 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Concede autorização á « Sir John Jackson (South America), Limited », para funcionar na Republica.

N. 10.478 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de outubro de 1913 — Concede autorização á sociedade anonyma Galyba para funcionar na Republica.

N. 10.479 — FAZENDA E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de outubro de 1913 — Reduz de 10 % o imposto de exportação da borracha procedente do territorio federal do Acre.

N. 10.480 — MARINHA — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 800:000\$ para aquisição de munições e equipamento dos navios em construção na Europa.

N. 10.481 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Autoriza a sociedade de seguros sobre a vida A Triumphal, com sede em Rio Preto, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.482 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Autoriza a sociedade mutua A Providente Dojal Brasileira, com sede nesta capital, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.483 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Autoriza a sociedade de peculios sobre a vida Mutuaria Providente, com sede em Sete Lagoas, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.484 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Autoriza a sociedade anonyma de seguros Ideal Mineira, com séde na cidade de Bello Horizonte, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.485 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Restabelece a taxa de 2 %, ouro, sobre o valor da importação realizada pelo Estado do Pará.

N. 10.486 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1.017:431\$783, afim de occorrer, pelos diversos ministerios ao pagamento de dividas relacionadas de exercicios findos.

N. 10.487 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 39:147\$080 para pagamento da lancha destinada ao serviço da Inspectoria de Saude dos Portos, no Estado da Bahia.

N. 10.488 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção á Associação Protectora dos Cegos Dezesete de Setembro.

N. 10.489 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1913, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 10.490 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1913, o credito supplementar de 852:500\$, sendo 195:300\$ á verba — Subsidio dos senadores — 657:200\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 10.491 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de cavalaria de guardas nacionaes na comarca de Macalubas, no Estado da Bahia.

N. 10.492 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Mundo Novo, no Estado da Bahia.

N. 10.493 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado da Bahia.

N. 10.494 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Taquatinga, no Estado de Goyaz.

N. 10.495 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Capivary, no Estado do Rio de Janeiro.



N. 10.496 — JUSTIÇA E NEGOCIO INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Araripe, no Estado do Ceará.

N. 10.497 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Approva os projectos e orgamentos das obras, na importancia de 615:068\$387, a serem executadas na Estrada de Ferro do Paraná.

N. 10.498 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de outubro de 1913 — Concede autorização á Companhia Continental de Cigarros, Limited, para funcionar na Republica.

N. 10.499 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Autoriza a sociedade de peculios por mutualidade A Fraternal, com séde em Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.500 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Autoriza a sociedade mutua de seguros e peculios Equatorial, com séde na capital do Estado do Pará, a funcionar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 10.501 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Approva, com alterações, os novos estatutos da Companhia Brasileira de Seguros, com séde na capital do Estado de S. Paulo, de accôrdo com as resoluções adoptadas na assembléa geral extraordinária de 2 de abril proximo findo.

N. 10.502 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Autoriza a sociedade mutua de seguros e peculios Economica, com séde nesta capital, a funcionar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 10.503 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Autoriza a sociedade de auxilios mutuos Fraternidade Pernambucana a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.504 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 50:000\$ para pagamento de auxilio ao curso de engenharia mantido pela Universidade do Paraná.

N. 10.505 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1923 — Crea uma brigada de artilharia e mais uma de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ayuruoca, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.506 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de Matto Grosso.

N. 10.507 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de São Paulo.

N. 10.508 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Crea duas brigadas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bella Vista, no Estado de Matto Grosso.

N. 10.509 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 23 de outubro de 1913 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Coxim, no Estado de Matto Grosso.

N. 10.510 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no município de Quipapá, no Estado de Pernambuco.

N. 10.511 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 23 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Arassuahy, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.512 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cariry, no Estado do Ceará.

N. 10.513 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Marabá, no Estado do Pará.

N. 10.514 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Chaves, no Estado do Pará.

N. 10.515 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Afuá, no Estado do Pará.

N. 10.516 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Macapá, no Estado do Pará.

N. 10.517 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 23 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Quixadá, no Estado do Ceará.

N. 10.518 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.

N. 10.519 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Pedro, no Estado do Ceará.

N. 10.520 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Publica a denuncia da convenção de extradição de criminosos, assignada no Rio de Janeiro em 21 de dezembro de 1895 entre o Brasil e os Paizes Baixos.

N. 10.521 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Concede autorização á « Société Sucrière do Rio Branco » para continuar a funcionar na Republica.

N. 10.522 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Declara sem effeito o decreto n. 10.376 de 6 de agosto do corrente anno, que rescindiu o contracto firmado com a Companhia Viação S. Paulo-Matto Grosso para o serviço de navegação do rio Paraná e seus affluentes.

N. 10.523 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Declara a caducidade do contracto approved pelo decreto n. 6.899, de 24 de março de 1908, e dá outras providencias.

N. 10.524 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, FAZENDA, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E MARINHA — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Approva o novo regulamento da marinha mercante e de navegação de cabotagem.

N. 10.525 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 10.526 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de outubro de 1913 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito extraordinario de 120:000\$ para attender aos pagamentos da construcção da estrada de rodagem apropriada ao trafego de automoveis, no Rio Grande do Sul, ligando a Escola Pratica de Agricultura de Porto Alegre ao Posto Zootecnico de Viamão.

N. 10.527 — GUERRA — Decreto de 29 de outubro de 1913 — Altera os seguintes planos de uniformes: facultativo para os officiaes do Exército e em uso para os alumnos dos collegios militares e para as praças de pret.

N. 10.528 — GUERRA — Decreto de 29 de outubro de 1913 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 59:488\$985, supplementar á verba 13<sup>a</sup>, n. 19, do art. 28 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 10.529 — FAZENDA — Decreto de 29 de outubro de 1913 — Approva, com alterações, os novos estatutos da companhia de seguros terrestres e maritimos Alliança da Bahia, com séde na capital do Estado da Bahia.

N. 10.530 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de outubro de 1913 — Proroga até 7 de dezembro do corrente anno o praso fixado para a conclusão do prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá.

N. 10.531 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Curvello, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.532 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.533 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Muriaé, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.534 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de outubro de 1913 — Concede autorização á «The Southern Brazil Electric Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 10.535 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de outubro de 1913 — Concede autorização á «Compagnie des Cables Sud Americains» para funcionar na Republica.

N. 10.536 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de outubro de 1913 — Concede autorização á « Continental Products Company » para funcionar na Republica.

N. 10.537 — GUERRA — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 3:589\$180 para indemnizar a Sociedade n. 148, da Confederação do Tiro Brasileiro, da metade das despesas relativas á construcção da sua linha de tiro.

N. 10.538 — MARINHA — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito na importância de 1.656:077\$513, supplementar á verba 25ª — Reconstrucção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, — do art. 26 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 10.539 — FAZENDA — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Autoriza a funcionar na Republica a sociedade anonyma de peculios mutuos A Mutualidade do Sul, com sede na cidade de Passos, Estado de Minas Geraes, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.540 — FAZENDA — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Concede autorização aos Drs. Manoel de Freitas Paranhos, advogado, e Alberto Farani, medico, para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia de Bancos Populares do Brasil e approva os respectivos estatutos.

N. 10.541 — FAZENDA — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 9:000\$, afim de pagar ao guarda da Alfandega de S. Francisco, Domingos Fernandes Ferreira.

N. 10.542 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 200:000\$, ouro, á verba 10ª — Ajudas de custo, — do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 10.543 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:460\$ para pagamento ao Dr. Dionysio Bentes como inspector do Estabelecimento de Alienados do Estado do Pará.

N. 10.544 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem conferido ao bacharel Pelagio Alvares Lobo.

N. 10.545 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 60:000\$ para occorrer ás despesas com os trabalhos preliminares concernentes aos estudos da Estrada de Ferro de Piqueto a Itajubá.

N. 10.546 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Approva o regulamento para execução da lei n. 2.784, de 18 de junho de 1913, sobre a hora legal.

N. 10.547 — FAZENDA — Decreto de 5 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 400:000\$,



supplementar á verba 5ª — Inactivos, pensionistas e beneficiarios do Montepio, — do art. 107 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro do corrente anno.

N. 10.548 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Approva com alterações, os estatutos da sociedade Dote Paranaense, com sede na capital do Estado do Paraná, autorizada a funcionar na Republica pelo decreto n. 10.214, de 8 de maio do corrente anno, e permite que a mesma passe a operar sob a fórma mutua.

N. 10.549 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Approva a alteração feita nos estatutos da sociedade mutua Beneficiente Familiarista pela assembléa geral extraordinaria, realizada em 25 de agosto ultimo.

N. 10.550 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Approva as alterações nos estatutos da companhia de seguros maritimos e terrestres União Fluminense, com sede em Campos, Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.551 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:200\$, complementar á verba 6ª — Thesouro Nacional, — para occorrer ao pagamento dos vencimentos dos solicitadores da Procuradoria da Republica.

N. 10.552 — MARINHA — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Manda executar o plano de uniformes para os presos da Marinha recolhidos ao presidio militar e praças incluídas na Companhia Correccional.

N. 10.553 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Concede autorização á «Schlodmann & Comp., Aktiengesellschaft», para funcionar na Republica.

N. 10.554 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 43:920\$ para pagamento das diarias a que tinham direito, no exercicio passado, os medicos legistas da Policia do Districto Federal.

N. 10.555 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caxias, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 10.556 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.557 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Francisco, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.558 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Claro, no Estado do Paraná.

N. 10.559 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Conquista, no Estado da Bahia.

N. 10.560 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Autoriza a Companhia de Estradas de Ferro e Navegação a construir uma estação no Kilo-metro 20, da quarta secção (Monte Santo a S. Sebastião do Paraíso), do prolongamento da linha de Monte Bello a Santa Rita de Cassia, e approva os respectivos projectos e orçamentos, na importancia de 49:962\$493.

N. 10.561 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1913 — Approva as plantas e orçamentos para a construcção de 10 casas para residencia de empregados na linha do Rio Grande, da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação.

N. 10.562 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de novembro de 1913 — Declara sem effeito o decreto n. 10.243, de 28 de maio de 1913, que desapropriou, por utilidade publica, a fazenda Cafesal, sita no municipio da cidade de Belém, Estado do Pará, pertencente aos herdeiros de Fortunato Alves de Souza, destinada á installação da Estação Experimental da Cultura da Seringueira no mesmo Estado, creada pelo decreto n. 10.051, de 14 de fevereiro de 1913.

N. 10.563 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de novembro de 1913 — Concede autorização á «Mappin Stores (Brazil), Limited», para funcionar na Republica.

N. 10.564 — FAZENDA — Decreto de 19 de novembro de 1913 — Concede autorização ao Dr. José Antonio Pedreira de Magalhães Castro para organizar uma sociedade sob a denominação de Banco Brasileiro de Mineração.

N. 10.565 — FAZENDA — Decreto de 19 de novembro de 1913 — Autoriza a funcionar na Republica a sociedade anonyma de pcculios por mutualidade A Amparadora, com sédo na capital do Estado do Paraná, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.566 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1913 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Claro, no Estado do Paraná.

N. 10.567 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1913 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cametá, no Estado do Pará.

N. 10.568 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1913 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.

N. 10.569 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infan-

taria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Branco, no Estado da Bahia.

N. 10.570 — VIAÇÃO DE OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de novembro de 1913 — Altera a clausula XI do contracto de 31 de julho do corrente anno, para a execucao das obras de melhoramento do porto de Corumbá, Estado de Matto Grosso.

N. 10.571 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de novembro de 1913 — Concede a Francisco Pinto Brandão, ou á empresa que organizar, as vantagens do decreto n. 5.646. de 22 de agosto de 1905, e demais favores, para o aproveitamento da força hydraulica da corredeira do alto do rio S. Francisco.

N. 10.572 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 8:949\$654 para pagamento ao primeiro escripturario da Alfandega desta capital, Joaquim Augusto Freire.

N. 10.573 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 10.574 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Patos, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.575 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Timbaúba, no Estado de Pernambuco.

N. 10.576 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.

N. 10.577 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nitheroy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.578 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 100:000\$ para auxilio ao serviço de saneamento da villa de Santo Antonio do Madeira.

N. 10.579 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1913, o credito suplementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 636:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 10.580 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1913, o credito suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba —

Secretaria do Senado — o 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 10.581 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:800\$ para indemnizar, a quem de direito, das despesas feitas em 1909 com os funeraes do ex-director da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Alfredo de Brito.

N. 10.582 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Approva os projectos e o orçamento, na importancia total de 2.685:934\$618, das obras de reparação do primeiro trecho (Ponta da Areia a Presidente Bueno) da Estrada de Ferro Bahia e Minas, comprehendido o acrescimo de material de tracção da mesma Estrada.

N. 10.583 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Proroga até 29 de dezembro de 1913 o praso fixado na clausula III do decreto n. 7.455, de 8 de junho de 1909, para a conclusão das obras de construcção do ramal de Curralinho a Diamantina.

N. 10.584 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Transfere a Nicolaus & Comp. o contracto celebrado com a firma Mello & Comp. em virtude do decreto n. 8.079, de 23 de junho de 1910, para o serviço de navegação entre os portos de Belém e os do rio Juruá e seus affluentes.

N. 10.585 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1913 — Approva os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Pelotas a S. Pedro, no trecho comprehendido entre os Kilometros 0 e 100 e o respectivo orçamento, na importancia de 7.197:114\$212.

N. 10.586 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1913 — Proroga por mais quatro mezes o praso estipulado na clausula III do contracto a que se refere o decreto n. 7.959, de 14 de abril de 1910, para a conclusão das obras de construcção do prolongamento da Estrada de Ferro Funilense.

N. 10.587 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1913 — Approva, com alterações, a reforma dos estatutos da Caixa Geral das Famílias, com séde nesta capital.

N. 10.588 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1913 — Altera a clausula II do decreto n. 10.044, de 6 de fevereiro do corrente anno, que autorizou a sociedade nacional de seguros, peculios e rendas, A Victoria, com séde nesta capital, a funcionar na Republica.

N. 10.589 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1913 — Approva, com alterações, os novos estatutos da companhia de seguros Brasil Seguradora e Edificadora, com séde na capital do Estado do Pará.

N. 10.590 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1913 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 500:000\$, sendo 350:000\$ destinados á acquisição da bibliotheca e de todos os valiosos objectos de arte que pertenceram ao barão do Rio Branco e 150:000\$



para satisfazer a todas as despesas feitas com os seus funeraes.

N. 10.591 — **RELACOES EXTERIORES** — Decreto de 3 de dezembro de 1913 — Publica a adhesão da Republica Oriental do Uruguay ao accôrdo assignado em Roma a 9 de dezembro de 1897, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 10.592 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 10.593 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 3 de dezembro de 1913 — Concede autorização á « Galena Signal Oil Company » para funcionar na Republica.

N. 10.594 — **GUERRA** — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Guerra, o credito especial da quantia de 2:462\$500 para indemnizar a Sociedade n. 66, da Confederação do Tiro Brasileiro, de metade das despesas relativas á construcção de sua linha de tiro.

N. 10.595 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Approva as resoluções das assembléas geraes de 6 de março, 30 de agosto e 22 de setembro da sociedade de peculios mixtos Thesouro da Familia, creando uma nova serie e alterando os arts. 4º, § 1º, e 30 do estatutos.

N. 10.596 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Approva, com alterações, os novos estatutos da Cruzeiro do Sul, companhia nacional de seguros de vida, maritimos e terrestres, com sede nesta capital.

N. 10.597 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Approva, com alterações, os estatutos da sociedade anonyma Pensionato da Familia, com sede na capital do Estado de S. Paulo.

N. 10.598 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 400:000\$, supplementar á verba 5ª, letra *b* — Inactivos, pensionistas e beneficiarios do Montepio — Aposentados, — do art. 107 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 10.599 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda, o credito especial de 91:035\$289 para occorrer ao pagamento de differenças de vencimentos devidas ao capitão da Brigada Policial, Arlindo Pinto de Almeida, em virtude de sentença judiciaria.

N. 10.600 — **JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 5:439\$112 para pagamento de gratificação addicional ao pessoal docente do Instituto Benjamin Constant.

N. 10.601 — **JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 10.602 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Approva os estudos definitivos e o orçamento do ultimo trecho, com a extensão de 161<sup>km.</sup>, 123,

comprehendido entre Indiana e Porto Tibiriçá, do prolongamento da linha de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 10.603 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Revalida a carta patente de privilegio de invenção n. 4.324, de 29 de maio de 1905.

N. 10.604 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1913 — Autoriza a substituir por vão fixo o vão movel da ponte sobre o rio Iguassú, comprehendida nos estudos approvados pelo decreto n. 8.351, de 8 de novembro de 1910.

N. 10.605 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Paraná, no Estado de Goyaz.

N. 10.606 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1903 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

N. 10.607 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria, mais uma de cavallaria e mais uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Barra do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.608 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.609 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.610 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Capivary, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.611 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1913 — Promulga a convenção de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Salvador, assignada em S. Salvador a 3 de setembro de 1909.

N. 10.612 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1913 — Approva, com alterações, os novos estatutos da companhia de seguros maritimos e terrestres Garantia, com sédo nesta capital.

N. 10.613 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1913 — Approva os estudos e orçamentos, na importância de 6.789:845\$001, da linha de viação ferrea de Recife á cidade de Pedras de Fogo, no Estado da Parahyba, na parte comprehendida entre Recife e Itambé, com a extensão de 130<sup>km.</sup>, 900.

N. 10.614 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1913 — Approva os projectos de duas variantes da linha do prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá, entre as estacoes ns. 1.930, da primeira secção, e 574, da segunda, e entre as estacoes de locação ns. 3.015 e 2.234 + 8,80.

N. 10.615 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1913 — Approva os projectos e orgamentos de diversas obras a executar na Rêde de Viação Sul-Mineira.

N. 10.616 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 203:135\$820 para as despesas com a conclusão do edificio dos Correios e Telegraphos em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

N. 10.617 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1913 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 650:000\$, papel, suplementar á verba 4ª — Comissões de limites. — do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 10.618 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carangola, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.619 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Alto-Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 10.620 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Paraná.

N. 10.621 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Castro, no Estado do Paraná.

N. 10.622 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Imbituva, no Estado do Paraná.

N. 10.623 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguariahyva, no Estado do Paraná.

N. 10.624 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Claro, no Estado do Paraná.

N. 10.625 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Matheus, no Estado do Paraná.

N. 10.626 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Abre Campo, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.627 — GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de

625:081\$834 para pagamento do soldo vitalício a mais 426 voluntarios da patria.

N. 10.628 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Autoriza a sociedade mutua de peculios e pensões A Capital Mineira, com séde na capital do Estado de Minas Geraes, a funcionar e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.629 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Cassa o decreto n. 8.424, de 30 de novembro de 1910, que autorizou a sociedade beneficente Igualdade a funcionar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 10.630 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:687\$422 para o fim de indemnizar o Cofre de Orphãos de igual quantia recolhida á Collectoria das Rendas Geraes do Arroyo Grande, Estado do Rio Grande do Sul, em nome de Carlos Nicolau, Rosa e Boaventura Balby, em 9 de setembro de 1901.

N. 10.631 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Altera a clausula III do decreto n. 10.164, de 9 de abril do corrente anno, que autorizou a Liberal, sociedade anonyma de peculios e auxilios mutuos, com séde nesta capital, a funcionar na Republica.

N. 10.632 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Rectifica o decreto n. 10.429, de 3 de setembro de 1913.

N. 10.633 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1913, o credito suplementar de 770:000\$, sendo 176:400\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 593:600\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 10.634 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1913, o credito suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 10.635 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Autoriza o contracto para substituir a construcção da linha ferrea de S. Borja a S. Luiz pelo prolongamento do ramal de Quarahy a Alegrete e deste ponto até Santiago do Boqueirão.

N. 10.636 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Proroga até 31 de dezembro do corrente anno o praso para a conclusão do prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral, de Ipu até Gratheús.

A. 10.637 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Approva a modificação do traçado do ramal de Tres Corações a Lavras, entre as estacas ns. 1.154+10 e 560+13, da Rêde de Viação Sul-Mineira.

N. 10.638 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Proroga até 31 de dezembro de 1915 o praso para a conclusão das obras do porto da Bahia.



N. 10.639 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 17:000\$, supplementar á verba 8ª — Secretaria da Camara dos Deputados — Material, — do art. 2º da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913, para despesas com a impressão dos documentos parlamentares.

N. 10.640 — VIAGÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1913 — Revalida a concessão da Estrada de Ferro de Taubaté e Ubatuba, no Estado de S. Paulo, e que se refere o decreto n. 10.150, de 5 de janeiro de 1889, excluida, porém, a garantia de juros.

N. 10.641 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Autoriza a funcionar na Republica a companhia de seguros A Mutua Esperança, com séde nesta capital, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.642 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Autoriza a companhia brasileira de seguros terrestres e maritimos Anglo-Sul-Americana, com séde nesta capital, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.643 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Autoriza a sociedade Mutuaria Christã Brasileira, com séde em Bello Horizonte, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.644 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Autoriza a sociedade anonyma do peculios e dotes A Minas Central, com séde em Barbacena, a funcionar e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.645 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Autoriza a sociedade mutua de seguros sobre a vida, accidentes, beneficencia, credito e peculios prediaes A Humanitaria, com séde em Juiz de Fóra, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.646 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Itajahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.647 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Santo Antonio do Madeira, no Estado de Matto Grosso.

N. 10.648 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.649 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Macalubas, no Estado da Bahia.

N. 10.650 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria, mais uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Queluz, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.651 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Patos, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.652 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Camisão, no Estado da Bahia.

N. 10.653 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

N. 10.654 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Crea mais duas brigadas de infantaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado da Bahia.

N. 10.655 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barreiros, no Estado de S. Paulo.

N. 10.656 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de artilharia na comarca do Baixo-Mearim, no Estado do Maranhão.

N. 10.657 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio de Jesus, no Estado da Bahia.

N. 10.658 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Proroga até 7 de janeiro de 1914 o praso para a conclusão das obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá.

N. 10.659 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Rescind o contracto celebrado com a Empresa de Navegação Espirito Santo-Caravellas, em virtude do decreto n. 7.369, de 24 de março de 1909.

N. 10.660 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Proroga os prazos para a conclusão dos trechos de linhas da Rêde de Viação Sul-Mineira a que se refere a clausula 1 do decreto n. 7.704, de 2 de dezembro de 1909.

N. 10.661 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Concede autorização a «The Great Western of Brazil Railway Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 10.662 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Dá novo regulamento á Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

N. 10.663 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 640:000\$ para occorrer á despesa com execução do contracto celebrado com a Companhia Nacional de Navegação Costeira.

N. 10.664 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1913 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 30:000\$ para subvencionar o Aero-Club Brasileiro.

## 1914

N. 10.665 — MARINHA — Decreto de 7 de janeiro de 1914 — Manda executar os regulamentos de 11 e 15 de junho de 1907, revogados pelo actual regulamento do Almirantado, anexo ao decreto n. 9.469 A, de 30 de novembro de 1911.

N. 10.666 — MARINHA — Decreto de 7 de janeiro de 1914 — Manda executar o regulamento para o Conselho do Almirantado, a que se refere o decreto n. 6.496, de 5 de junho de 1907.

N. 10.667 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1914 — Approva as alterações feitas nos estatutos da sociedade Caixa Mutua de Pensões Vitalicias, com séde em S. Paulo.

N. 10.668 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1914 — Approva as deliberações tomadas em assembléas geraes extraordinarias, realizadas em 25 de junho e 24 de novembro ultimos da sociedade anonyma de peculios A Familia, com séde nesta capital.

N. 10.669 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 7 de janeiro de 1914 — Concede, de accôrdo com o regulamento approved pelo decreto n. 10.524 de 23 de outubro de 1913, regalias de paquete aos vapores *Tropeiro*, *Posteiro* e *Campeiro*, de propriedade da Empresa de Navegação Sul Rio Grandense.

N. 10.670 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 7 de janeiro de 1914 — Concede, de accôrdo com o regulamento approved pelo decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913, regalias de paquete ao vapor *Blumenau*, de propriedade da Companhia de Navegação Fluvial a Vapor Itajahy-Blumenau.

N. 10.671 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1914 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.672 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1914 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.673 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1914 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.674 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itaguahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.675 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.676 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapicurú-Mirim, no Estado do Maranhão.

N. 10.677 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1914 — Crea mais duas brigadas, sendo uma de infantaria e outra de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.678 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Pedro da Aldêia, Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.679 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Theresa, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.680 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.681 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Carmo, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.682 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.683 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1914 — Crea mais tres brigadas, sendo uma de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Rezende, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.684 — MARINHA — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Abre ao Ministerio da Marinha, no exercicio de 1913, o credito extraordinario de 2.701:710\$740, ouro.

N. 10.685 — MARINHA — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Dá novo regulamento ao Corpo de Engenheiros Navaes.

N. 10.686 — FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 17:340\$ para o fim de indemnizar o espolio de Miguel Ignacio de Oliveira em virtude requisição judiciaria.

N. 10.687 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Crea um consulado em Varsovia.

N. 10.688 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Concede, de accôrdo com o regulamento approved pelo decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913, regalias de paquete aos vapores *Anna*, *Meta* e *Max*, de propriedade da Empresa de Navegação Hoepeke.

N. 10.689 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, MARINHA E GUERRA — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Approva o regulamento radio-telegraphico nacional.



N. 10.690 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Concede, de accôrdo com o regulamento approved pelo decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913, regalias de paquete aos vapores *Camocim* e *Cratheús*, de propriedade da Empresa de Navegação L. Lorentzen.

N. 10.691 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Incorpora ao capital das linhas ferreas de concessão federal, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a quantia de 317:791\$203, ou £ 21.392-19-6, ao cambio de 16 5/32, despendida em 1912 com a construcção da rectificação da linha do Rio Claro e Ityrapina.

N. 10.692 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Substitue, durante a vigencia do actual exercicio, a tabella de vencimentos do pessoal do Jardim Botânico a que se refere o decreto n. 9.216, de 18 de dezembro de 1911, pela que a este acompanha.

N. 10.693 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 8.000:000\$, destinado ao custeio das despesas que se fazem precisas no leito e no trafego da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 10.694. — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Proroga até 6 de novembro do corrente anno o praso para a conclusão das obras e entrega definitiva da linha de S. Francisco, entre Hansa e Porto União da Victoria.

N. 10.695 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Approva a planta e o orçamento para a construcção de um-armazem destinado a almoxarifado no porto de Manaus.

N. 10.696 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1914 — Declara que não será executado o contracto-celebrado entre o Governo Federal e a Empresa Estrada de Ferro de Theresopolis em 31 de dezembro de 1911, cujo registro foi effectuado pelo Tribunal de Contas em a sua sessão de 30 de dezembro de 1913.

N. 10.697 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Afogados de Ingazeira, no Estado de Pernambuco.

N. 10.698 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio do Bonito, no Estado de Pernambuco.

N. 10.699 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 10.700 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada da cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Pedra, no Estado de Pernambuco.

N. 10.701 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de S. Bento, no Estado de Pernambuco.

N. 10.702 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Francisco, no Estado do Maranhão.

N. 10.703 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cametá, no Estado do Pará.

N. 10.704 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1914 — Crea mais duas brigadas, sendo uma de infantaria e outra de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado do Maranhão.

N. 10.705 — FAZENDA — Decreto de 21 de janeiro de 1914 — Approva a resolução da assembléa geral extraordinaria de 2 de dezembro de 1913 da companhia de seguros A Mundial, com séde nesta capital.

N. 10.706 — FAZENDA — Decreto de 21 de janeiro de 1914 — Approva as resoluções da assembléa geral extraordinaria de 20 de novembro ultimo da sociedade mutua de peculios A Fidelidade, com séde na capital do Estado de S. Paulo.

N. 10.707 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1914 — Approva os projectos e orçamentos para os serviços de distribuição de agua potavel, de esgoto das aguas pluvias e calçamento da área do novo porto do Rio Grande do Sul.

N. 10.708 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1914 — Concede, de accôrdo com o regulamento approvedo pelo decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913, regalias de paquete ao vapor *Sobral*, de propriedade da Empresa de Navegação Lorentzen & Comp.

N. 10.709 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Juiz de Fóra, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.710 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Capivary, no Estado de S. Paulo.

N. 10.711 — FAZENDA — Decreto de 28 de janeiro de 1914 — Altera a clausula III do decreto n. 10.080, de 19 de fevereiro de 1913, que autorizou a sociedade anonyma de seguros Garantia Mineira, com séde na cidade de Calaguanes, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica.

N. 10.712 — FAZENDA — Decreto de 28 de janeiro de 1914 — Altera a clausula III do decreto n. 10.204, de 30 de abril de 1913, que autorizou a Nacional, sociedade anonyma de peculios por mutualidade, a funcionar na Republica.

N. 10.713 — FAZENDA — Decreto de 28 de janeiro de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos de 210:000\$, sup-

plementar á verba 21ª — Fiscalização e mais despesas dos im-  
postos de consumo e de transporte; — de 70:000\$, suplemen-  
tar á verba 22ª — Comissão de 2 % aos vendedores parti-  
culares de estampilhas — e de 80:000\$, complementar á verba  
23ª — Ajudas de custo, — do art. 107 da lei n. 2.738, de 4  
de janeiro de 1913.

N. 10.714 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — De-  
creto de 31 de janeiro de 1914 — Reduz o pessoal do Posto  
Zootechnico Federal e modifica a tabella de vencimentos do  
mesmo pessoal, approved pelo decreto n. 8.366, de 10 de no-  
vembro de 1910.

N. 10.714 A — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de  
1914 — Manda observar, no corrente exercicio, os decretos nu-  
meros 6.079, de 30 de junho de 1906; 7.847, de 15 de janeiro  
de 1910; 8.520, de 12 de janeiro de 1911; 9.323, de 17 de ja-  
neiro de 1912, e 10.162, de 9 de abril de 1913.

N. 10.715 — GUERRA — Decreto de 4 de fevereiro de 1914  
— Altera o regulamento para os collegios militares, approved  
pelo decreto n. 10.198, de 30 de abril de 1913, na parte rela-  
tiva ao modo como deverá ser feito o ensino de musica e o  
respectivo exame.

N. 10.716 — MARINHA — Decreto de 4 de fevereiro de  
1914 — Mantém em toda a sua plenitude o decreto n. 8.141,  
de 10 de agosto de 1911.

N. 10.717 — FAZENDA — Decreto de 4 de fevereiro de 1914  
— Modifica a clausula III do decreto n. 10.217, de 15 de maio  
de 1913, que autorizou a funcionar na Republica a sociedade  
anonyma de pensões, peculios e dotes por mutualidade A Ca-  
rrioca, com séde nesta capital.

N. 10.718 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de  
4 de fevereiro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-  
gocios Interiores o credito de 120:000\$ para pagamento da sub-  
venção destinada ao Dispensario de S. Vicente de Paulo, di-  
rigido pelo irmão Paula.

N. 10.719 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de  
fevereiro de 1914 — Promulga as convenções firmadas pelos  
plenipotenciarios do Brasil na 2ª Conferencia da Paz em 1907 na  
Haya.

N. 10.720 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de fe-  
vereiro de 1914 — Publica a adhesão dos Estados Unidos da  
Venezuela ao accôrdo de Roma, de 26 de maio de 1906, rela-  
tivo ao serviço de vales postaes.

N. 10.721 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4  
de fevereiro de 1914 — Autoriza a transferencia, para a Com-  
panhia Estrada de Ferro de Muriahé, do contracto com a Com-  
panhia Amparo Industrial, autorizado pelo decreto n. 8.343,  
de 5 de novembro de 1910.

N. 10.722 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4  
de fevereiro de 1914 — Declara caduca, quanto á linha do  
Norte, entre Belém e Nietheroy, a concessão feita a Richard  
James Reidy pelo decreto n. 7.620, de 24 de outubro de 1909.

N. 10.723 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4  
de fevereiro de 1914 — Declara que não será executado o con-

tracto celebrado entre o Governo e a Companhia Estrada de Ferro e Colonização Porto de Souza e Manhuassú em 26 de dezembro de 1911.

N. 10.724 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1914 — Approva os estudos definitivos e o orçamento, na importancia de 6.313:627\$508, do trecho de 48km.,179, da Estrada de Ferro de Santa Catharina, comprehendido entre as cidades de Itajahy e Blumenau.

N. 10.725 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de fevereiro de 1914 — Concede autorização á « Sorocabana Railway Company », para continuar a funcionar na Republica.

N. 10.726 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de fevereiro de 1914 — Concede autorização a « The Espirito Santo Company, Limited », para funcionar na Republica.

N. 10.727 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de fevereiro de 1914 — Emancipa o Nucleo Colonial Affonso Penna, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.728 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia.

N. 10.729 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João dos Patos, no Estado do Maranhão.

N. 10.730 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 10.731 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1914 — Crea mais duas brigadas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 10.732 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cametá, no Estado do Pará.

N. 10.733 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Manhuassú, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.734 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ubá, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.735 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pará, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.736 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Luzia do Rio das Velhas, no Estado de Minas Geraes.



N. 10.737 — MARINHA — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Dá novo regulamento ao Conselho do Almirantado.

N. 10.738 — MARINHA — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Dá novo regulamento á Directoria do Expediente.

N. 10.739 — MARINHA — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Dá novo regulamento á Inspectoria de Saude Naval.

N. 10.740 — MARINHA — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Dá novo regulamento á Inspectoria de Engenharia Naval.

N. 10.741 — MARINHA — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Dá novo regulamento á Inspectoria de Fazenda e Fiscalização.

N. 10.742 — MARINHA — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Dá novo regulamento á Inspectoria de Machinas.

N. 10.743 — MARINHA — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Dá novo regulamento á Inspectoria de Marinha.

N. 10.744 — MARINHA — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Dá novo regulamento ao Estado-Maior da Armada.

N. 10.745 — MARINHA — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Approva e manda adoptar o plano de uniformes para uso dos mestres do Corpo de Officiaes Inferiores da Armada.

N. 10.746 — FAZENDA — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Approva a resolução da assembléa geral extraordinaria de 9 de março de 1912 da companhia de seguros terrestres e maritimos Commercial, com séde na capital do Estado do Paraná.

N. 10.747 — FAZENDA — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Approva as resoluções da assembléa geral extraordinaria da sociedade A Mutualidade Geral, realizado em 18 de julho de 1913.

N. 10.748 — FAZENDA — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Approva as alterações nos estatutos da companhia de seguros "L'Union", com séde em Paris.

N. 10.749 — FAZENDA — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 21:710\$937 para occorrer ao pagamento da differença de quotas devidas aos empregados do Laboratorio Nacional de Analyses pelo excesso de renda no exercicio de 1913.

N. 10.750 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 10.751 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 10.752 — FAZENDA — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Approva a modificação feita nos estatutos da "Prenssiche National Versicherungs Gesellschaft", autorizada a funcionar pelos decretos ns. 5.554, 8.744, de 10 de junho de 1905 e 25 de maio de 1911.

N. 10.753 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Approva a planta e o orçamento dos trabalhos finaes de saneamento da parte Norte da baixada fluminense, comprehendida entre as bacias dos rios Estrella, Iriry e Suruhy.

N. 10.754 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Proroga até 7 de fevereiro do corrente anno o praso a que se refere o n. 3, da clausula VII do contracto autorizado pelo decreto n. 7.942, de 7 de abril de 1910.

N. 10.755 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Concede de accôrdo com o regulamento approved pelo decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913, regalias de paquete ao vapor *Richard Paul*, de propriedade de Richard Paul.

N. 10.756 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Concede autorização a «The Santa Cruz Railway, Limited», para funcceionar na Republica.

N. 10.757 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Eleva a consulado de 2ª classe o consulado em Bremen.

N. 10.758 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Publica a denuncia do tratado de extradição de criminosos, assignado no Rio de Janeiro em 16 de março de 1872 entre o Brasil e a Hespanha.

N. 10.759 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1914 — Publica a denuncia do tratado de extradição de criminosos, assignado no Rio de Janeiro em 10 de junho de 1872 entre o Brasil e Portugal.

N. 10.760 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de fevereiro de 1914 — Concede autorização á Companhia «General Electric», do Brasil, para funcceionar na Republica.

N. 10.761 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cantagallo, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.762 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria, e mais duas de cavallaria e mais uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.763 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria, mais uma de cavallaria e mais uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca da Parahyba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.764 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.765 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria, mais uma de cavallaria e mais uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.766 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barra de Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.767 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria no municipio de Bom Jardim, no Estado de Pernambuco.

N. 10.768 — FAZENDA — Decreto de 18 de fevereiro de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 2.468:888\$889, ouro, suplementar á verba 1<sup>a</sup> do art. 107 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 10.769 — FAZENDA — Decreto de 18 de fevereiro de 1914 — Approva a resolução da sociedade mutua de peculios A Fraternal, com séde em Bello Horizonte, Estado de Minas Geraes.

N. 10.770 — FAZENDA — Decreto de 18 fevereiro de 1914 — Approva, com alterações, os novos estatutos da sociedade A Fidelidade, com séde na capital do Estado do Ceará autorizada a funcionar pelo decreto n. 10.349, de 18 de julho de 1913, e permite que a mesma passe a funcionar sob a fórma mutua.

N. 10.771 — FAZENDA — Decreto de 18 de fevereiro de 1914 — Concede autorização á sociedade mutua de peculios Caixa Dotal do Recife, com séde na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.772 — FAZENDA — Decreto de 18 de fevereiro de 1914 — Modifica a clausula II do decreto n. 10.481, de 15 de outubro de 1913, que autorizou a sociedade mutua A Previdente Dotal Brasileira, com séde nesta capital, a funcionar na Republica e approvou, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.773 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de fevereiro de 1914 — Promulga as convenções sobre abalroação e assistencia marítima, assignadas em Bruxellas a 23 de setembro de 1910.

N. 10.774 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de fevereiro de 1914 — Concede, de accôrdo com o regulamento approved pelo decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913, regalias de paquete ao vapor *Pinto*, de propriedade da firma Alves Vasconcellos & Comp.

N. 10.775 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de fevereiro de 1914 — Declara sem effeito o decreto n. 10.171, de 19 de novembro de 1913, que concedeu a Francisco Pinto Brandão, ou empresa que organizar, as vantagens constantes do decreto n. 5.646, de 22 de agosto de 1905, e os demais favores a que se refere o decreto n. 5.407, de 27 de dezembro de 1904, para o aproveitamento da força hydraulica da corredeira do alto rio S. Francisco, e, como consequencia, o respectivo contracto de 5 de fevereiro de 1914.

N. 10.776 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de fevereiro de 1914 — Concede autorização á «Lidgerword, Limited», para funcionar na Republica.

N. 10.777 — MARINHA — Decreto de 18 de fevereiro de 1914 — Crea uma directoria de electricidade no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

N. 10.778 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de fevereiro de 1914 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Lenções, no Estado da Bahia.

N. 10.779 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de fevereiro de 1914 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de S. José do Egypto, no Estado de Pernambuco.

N. 10.780 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

N. 10.781 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.782 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de fevereiro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Breves, no Estado do Pará.

N. 10.783 — GUERRA — Decreto de 25 de fevereiro de 1914 — Approva o regulamento para a Fabrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra.

N. 10.784 — FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1914 — Concede autorização á Mutualidade Catharinense, sociedade de seguros de vida por mutualidade, com séde em Joinville, Estado de Santa Catharina, para funcionar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 10.785 — FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1914 — Approva, com alterações, as modificações feitas nos estatutos da sociedade mutua de peculios Globo pela assembléa de 22 de novembro de 1913.

N. 10.786 — FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1914 — Autoriza a funcionar na Republica a sociedade mutua Dote Matrimonial, com séde na capital do Estado de São Paulo, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.787 — MARINHA — Decreto de 25 de fevereiro de 1914 — Dá novo regulamento para o ensino naval de guerra.

N. 10.788 — MARINHA — Decreto de 25 de fevereiro de 1914 — Dá novo regulamento á Escola Naval.

N. 10.789 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de fevereiro de 1914 — Proroga até 27 de fevereiro do corrente anno o praso fixado na clausula III do decreto n. 7.455, de 8 de junho de 1909, para a conclusão das obras de construeção do ramal de Curralinho a Diamantina.

N. 10.790 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1914 — Concede autorização á sociedade mutua de peculios A Matto Grosso, para funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.



N. 10.791 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1914 — Autoriza a sociedade anonyma de peculios A Triangulo Mineiro, com séde na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica.

N. 10.792 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1914 — Concede autorização á sociedade de peculios mutuos Mutua Ribeirão Preto, com séde na cidade de Ribeirão Preto, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.793 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 10.794 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 60:000\$ para a representação official do Brasil na Exposição de Hygiene em Lyon.

N. 10.795 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de março de 1914 — Approva o projecto e orçamento, na importância de 185:800\$879, para a construcção de um viaducto metálico na travessia da grotta, entre as estacas 853 + 8 e 863 + 18, da primeira seccão de Lages a Calcó, na Estrada de Ferro do Rio Grande do Norte, em substituição a uma parte de aterro e ao pontilhão projectados para o referido local.

N. 10.796 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1914 — Declara em estado de sitio até 31 do corrente mez de março o Districto Federal e as comarcas de Nictheroy e Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro, suspendendo-se ahi as garantias constitucionaes pelo referido praso.

N. 10.797 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de março de 1914 — Declara em estado de sitio o Estado do Ceará, suspendendo-se alli as garantias constitucionaes até o dia 31 de março corrente.

N. 10.798 — MARINHA — Decreto de 11 de março de 1914 — Dá novo regulamento á Inspectoria de Portos e Costas.

N. 10.799 — MARINHA — Decreto de 11 de março de 1914 — Dá novo regulamento á Directoria Geral de Contabilidade da Marinha.

N. 10.800 — MARINHA — Decreto de 11 de março de 1914 — Dá novo regulamento á Directoria da Bibliotheca, Museu e Archivo.

N. 10.801 — FAZENDA — Decreto de 11 de março de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 41:000\$ afim de dar cumprimento, no exercicio de 1913, ao disposto no art. 5º do decreto n. 1.662, de 27 de junho de 1907.

N. 10.802 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de março de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 100:000\$ para pagamento de subvenção á Maternidade das Laranjeiras.

N. 10.803 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de março de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 60:000\$ para a representação official do Brasil na Exposição de Hygiene em Lyon.

N. 10.804 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de março de 1914 — Autoriza a substituição entre as estacas 0 e 74 + 19<sup>m</sup>,65, do traçado do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Muriahé;

N. 10.805 — VIAGÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de março de 1914 — (Proroga até 12 de março de 1912 o prazo estabelecido pelo decreto n. 7.995, de 12 de maio de 1910, para a conclusão do prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana até Porto Tibiriçá.

N. 10.806 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de março de 1914 — Concede autorização á sociedade anonyma Cooperativa «Fiat Lux», para funcçãoar na Republica.

N. 10.807 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de março de 1914 — Concede autorização á Companhia União dos Varejistas da Bahia, para funcçãoar na Republica.

N. 10.808 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de março de 1914 — Eleva á categoria de embaixada a Legação do Brasil em Portugal.

N. 10.809 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. João Marcos, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.810 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barra de S. João, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.811 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de março de 1914 — Concede autorização á «Société d'Entreprises Générales au Brésil» para funcçãoar na Republica.

N. 10.812 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de março de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Pará, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.813 — FAZENDA — Decreto de 18 de março de 1914 — Cassa o decreto n. 10.401, de 10 de agosto de 1913, que autorizou a funcçãoar na Republica a sociedade anonyma A Geral, companhia de seguros geraes, com séde nesta capital.

N. 10.814 — FAZENDA — Decreto de 18 de março de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 190:000\$, ouro, suplementar á verba 10<sup>a</sup> — Caixa de Amortização. — do exercicio de 1913.

N. 10.815 — FAZENDA — Decreto de 18 de março de 1914 — Autoriza a sociedade de seguros mutuos A Realidade, com séde na cidade de Barbacena, Estado de Minas Geraes, a funcçãoar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.816 — FAZENDA — Decreto de 18 de março de 1914 — Suspende o funcionamento da sociedade de seguros mutuos A Continental, com séde na capital do Estado de S. Paulo autorizada pelo decreto n. 10.042, de 6 de fevereiro de 1913, e os effeitos da respectiva carta patente, até que se harmonizem os accionistas e os segurados.

N. 10.817 — VIAGÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de março de 1914 — Abre ao Ministerio da Viagção e Obras Pu-

blicas o credito de 250:000\$ para occorrer ás despesas com os estudos da Estrada de Ferro de Santa Catharina no primeiro semestre de 1914.

N. 10.818 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de março de 1914 — Approva os estudos definitivos e o orgamento, na importancia de 3.633:635\$322, do trecho de 35 kilometros da Estrada de Ferro de Santa Catharina, comprehendido entre Hansa e Peperyguassú.

N. 10.819 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de março de 1914 — Transfere para a «Compagnie de Cables Sud-Americains a concessão feita á «India Rubber Gutta Percha and Telegraph Works Company, Limited», pelo decreto n. 128, de 11 de abril de 1891, e subrogada á «South American Cable Company, Limited», pelo decreto n. 963 A, de 30 de julho de 1892, para o estabelecimento de cabos telegraphicos submarinos entre Pernambuco e ilha de Fernando de Noronha e a costa occidental da Africa.

N. 10.820 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de março de 1914 — Publica a denuncia do tratado de extradição de criminosos, celebrado entre o Brasil e a Belgica em 21 de junho de 1873, do protocollo da mesma data e do tratado adicional de 12 de dezembro de 1877.

N. 10.821 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de março de 1914 — Dá novo regulamento á Directoria Geral de Saude Publica.

N. 10.822 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de março de 1914 — Crea no municipio de Rezende, Estado do Rio de Janeiro, uma fazenda experimental para a selecção e produção de plantas e sementes destinadas á distribuição gratuita.

N. 10.823 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de março de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Capivary, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.824 — FAZENDA — Decreto de 25 de março de 1914 — Concede autorização á sociedade mutua de seguros A Salvadora Mineira, com séde em Guaxupé, Estado de Minas Gerais, para funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.825 — FAZENDA — Decreto de 25 de março de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.546:224\$744, suplementar á verba 17ª — Alfandegas, — do exercicio de 1913.

N. 10.826 — FAZENDA — Decreto de 25 de março de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 133:021\$094, suplementar á verba 8ª — Recebedoria do Districto Federal, — do exercicio de 1913.

N. 10.827 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de março de 1914 — Proroga por mais 18 mezes o praso fixado na clausula V do contracto de 24 de janeiro de 1911, para a construcção da secção da Estrada de Ferro Oeste de Minas entre Henrique Galvão e o kilometro 48 da de Goyaz.

N. 10.828 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de março de 1914 — Cassa as regalias de paquete do vapor Pi-

*ratininga* e declara sem effeito as concedidas aos vapores *Paulista* e *Ypiranga*, de propriedade da Companhia Paulista de Navegação e Commercio.

N. 10.829 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de março de 1914 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 331:666\$840, destinado a liquidar com o Estado de Minas Geraes as contas relativas ao transporte de gado introduzido no exterior pelo dito Estado.

N. 10.830 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de março de 1914 — Approva as instrucções para a typographia do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 10.831 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1914 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 27 :738\$296, ouro, suplementar á consignação «Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande», verba 5ª, do orçamento de 1913.

N. 10.832 — GUERRA — Decreto de 28 de março de 1914 — Altera artigos dos regulamentos dos collegios militares e escolas Militar, Pratica do Exercito e de Estado-Maior.

N. 10.833 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.000:000\$ para execução do art. 34 da lei n. 2.719, de 31 de dezembro de 1912.

N. 10.834 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3.000:000\$ para occorrer ao pagamento das despesas já effectuadas com a construcção das villas proletarias Marechal Hermes e D. Orsina da Fonseca.

N. 10.835 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de março de 1914 — Proroga até 30 de abril do corrente anno o estado de sitio declarado pelos decretos ns. 10.796 e 10.797, de 4 e 9 do corrente mez, para a Capital Federal, comarcas de Nictheroy e Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro, e para o Estado do Ceará.

N. 10.836 — FAZENDA — Decreto de 1 de abril de 1914 — Altera a clausula III do decreto n. 10.366, de 30 de julho de 1913, que autorizou a sociedade anonyma Companhia de Seguros Novo Mundo, com séde nesta capital, a funcionar na Republica.

N. 10.837 — MARINHA — Decreto de 1 de abril de 1914 — Dá novo regulamento aos depositos navaes.

N. 10.838 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 25:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

N. 10.839 — FAZENDA — Decreto de 8 de abril de 1914 — Autoriza a funcionar na Republica a sociedade mutua de peculios, sorteios e beneficios Iris Paranaense, com séde em



Curityba Estado do Paraná, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.840 — FAZENDA — Decreto de 8 de abril de 1914 — Altera a clausula III do decreto n. 10.172, de 16 de abril de 1913, que autorizou a America, sociedade anonyma de peculios e rendas, com séde na capital do Estado de Pernambuco, a funcionar na Republica.

N. 10.841 — FAZENDA — Decreto de 8 de abril de 1914 — Approva as deliberações tomadas em assembléa geral extraordinaria da Caixa Mutua de Pensões Vitalicias, com séde na capital do Estado de S. Paulo.

N. 10.842 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 10.843 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de abril de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Sete Lagôas, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.844 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de abril de 1914 — Approva a planta e o orçamento para a limpeza e desobstrucção do rio Sarapuhy, na Baixada Fluminense.

N. 10.845 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de abril de 1914 — Autoriza a prorogação até 31 de dezembro de 1914 do contracto para o serviço de navegação costeira, entre S. Salvador e Recife, S. Salvador e Mucury e S. Salvador e Belmonte, celebrado de accôrdo com os decretos ns. 7.032, de 28 de janeiro de 1909, e 7.982, de 5 de maio de 1910.

N. 10.846 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1914 — Publica a denuncia do tratado de extradicação de criminosos, assignado no Rio de Janeiro, entre o Brasil e a Italia, em 12 de novembro de 1872.

N. 10.847 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1914 — Publica a denuncia da convenção de extradicação de criminosos, assignada no Rio de Janeiro, entre o Brasil e a Austria-Hungria, em 21 de maio de 1883.

N. 10.848 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 10.849 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:900\$ para pagamento de pensão ao maestro Elpidio Pereira.

N. 10.850 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de abril de 1914 — Autoriza a « Compagnie des Chemins de Fer Fédéraux de l'Est Brésilien » a modificar as plataformas do armazem de mercadorias da estação de Calçada, e approva os respectivos planos e orçamentos, na importancia de 26:642\$401.

N. 10.851 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de abril de 1914 — Approva o orçamento para a installação de freios automaticos em 101 locomotivas, 150 carros e 910 vagões, nos termos da clausula V do contracto a que se re-

fere o decreto n. 9.101, de 8 de novembro de 1914, celebrado com a « Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil ».

N. 10.852 — FAZENDA — Decreto de 15 de abril de 1914 — Concede autorização á sociedade mutua benéfica de pecúlios A Beneficencia Mineira, com séde em Santa Rita de Sapucahy, Estado de Minas Geraes, para funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.853 — FAZENDA — Decreto de 15 de abril de 1914 — Approva, com alterações, a reforma dos estatutos da sociedade anonyma de pecúlios e auxilios mutuos União Mineira, com séde na cidade de Passos, Estado de Minas Geraes.

N. 10.854 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de abril de 1914 — Reorganiza o Posto Zootechnico Federal em Pinheiro.

N. 10.855 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de abril de 1914 — Suspende, até ulterior deliberação do Governo, os cursos e mais trabalhos da Escola Agrícola da Bahia.

N. 10.856 — FAZENDA — Decreto de 22 de abril de 1914 — Autoriza a sociedade anonyma « Banque Brésilienne Italo-Belge » a estabelecer uma succursal na Capital Federal e approva as modificações feitas nos seus estatutos.

N. 10.857 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de abril de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:600\$ para pagamento da gratificação de 800\$ mensaes ao tenente-coronel James Andrew, no anno de 1914.

N. 10.858 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de abril de 1914 — Concede autorização á « American Locomotive Sales Corporation » para funcionar na Republica.

N. 10.859 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de abril de 1914 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.860 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de abril de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Guarapuava, no Estado do Paraná.

N. 10.861 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de abril de 1914 — Fica prorogado até 30 de outubro do corrente anno o estado de sitio declarado pelos decretos ns. 10.796, de 4, e 10.835, de 31 de março ultimo, para esta capital e comarcas de Nietheroy e Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro, e até 13 de maio proximo o sitio declarado pelos decretos ns. 10.797, de 9 de março passado, e 10.835, de 31 do mesmo mez, para o Estado do Ceará.

N. 10.862 — MARINHA E FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1914 — Rectifica as importancias das verbas 3ª — Estado-Maior, — 8ª — Corpo de Marinheiros Nacionaes, — 13ª — Força naval — e 20ª — Munições de bocca, — do art. 17, letra c, da lei n. 2.842, de 3 de janeiro do corrente anno.

N. 10.863 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1914 — Autoriza a sociedade anonyma de peculios por morte e dotes por casamento e nascimento Mutualidade Goytacaz, com séde na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.864 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1914 — Approva, com modificações, os novos estatutos da Companhia de Seguros Novo Mundo, com séde nesta capital.

N. 10.865 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1914 — Autoriza a sociedade anonyma Caixa de Peculios Campista, com séde na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.866 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1914 — Approva, com modificações, as alterações feitas nos estatutos da sociedade anonyma de peculios mutuos A Mutualidade do Sul, com séde na cidade de Passos, Estado de Minas Geraes.

N. 10.867 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 10.868 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1914 — Concede autorização á sociedade anonyma de peculios dotaes por casamentos A Protectora Nupcial, com séde em Juiz de Fora, Estado de Minas Geraes, para funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.869 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.870 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Xingú, no Estado do Pará.

N. 10.871 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.872 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de abril de 1914 — Approva os estudos definitivos e orgamento, na importancia de 1.428:527\$318, dos primeiros 20 kilometros, a partir de Lages, do ramal de Lages a Macão, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

N. 10.873 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1914 — Dá novo regulamento á Casa de Detenção da Capital Federal.

N. 10.874 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção ao Asylo de S. Luiz (velhice desamparada).

10.875 — FAZENDA — Decreto de 6 de maio de 1914 — Concede autorização aos Srs. Alfredo Drossner e Jules Roth,

banqueiros, residentes em Paris, para organizarem uma sociedade bancaria, com sede nesta capital.

N. 10.876 — GUERRA — Decreto de 6 de maio de 1914 — Approva o regulamento para a Fabrica de Polvora da Estrella.

N. 10.877 — MARINHA — Decreto de 6 de maio de 1914 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 603:985\$500, da verba 10ª — Arsenaes — e 27ª — Directoria do Armamento, — do orçamento de 1914, para pagamento de domingos e feriados.

N. 10.878 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Conquista, no Estado da Bahia.

N. 10.879 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barretos, no Estado de S. Paulo.

N. 10.880 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado da Bahia.

N. 10.881 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Barra de Contas, no Estado da Bahia.

N. 10.882 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Espirito Santo, no Estado da Parahyba.

N. 10.883 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1914 — Approva o projecto e orçamento para as novas obras a executar no porto de Manãos.

N. 10.884 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1914 — Promulga a convenção de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica de Honduras.

N. 10.885 — FAZENDA — Decreto de 14 de maio de 1914 — Concede autorização á sociedade de peculios A Concepcioneense, com sede em Conceição da Barra, municipio de S. João d'El Rey, Estado de Minas Geraes, para funcconar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.886 — FAZENDA — Decreto de 14 de maio de 1914 — Concede autorização á sociedade de auxilios mututos A Garantia Dotal, com sede nesta capital, para funcconar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.887 — FAZENDA — Decreto de 14 de maio de 1914 — Concede autorização á Sociedade Dotal Fluminense, com sede na cidade de Campos, para funcconar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.888 — FAZENDA — Decreto de 14 de maio de 1914 — Autoriza a sociedade dotal A Integradora, com sede na ci-



dade de S. Pedro de Itabapoana, Estado do Espirito Santo, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.889 — FAZENDA — Decreto de 14 de maio de 1914 — Autoriza a sociedade anonyma de peculios e dotes por casamentos A Espirito Santense, com sede na villa da Ponte de Itabapoana, Estado do Espirito Santo, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.890 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1914 — Crea mais brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapolis, no Estado de São Paulo.

N. 10.891 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de maio de 1914 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Moinho Fluminense.

N. 10.892 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 10.893 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de maio de 1914 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de £ 1.001.000, ou 10.000:000\$, para occorrer ao pagamento de despesas de construcção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré.

N. 10.894 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Paracatú, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.895 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1914 — Crea mais uma brigada infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Morrinhos, no Estado de Goyaz.

N. 10.896 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Rosario, no Estado do Maranhão.

N. 10.897 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 10.898 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de maio de 1914 — Autoriza a modificação do contracto de 31 de agosto de 1912, celebrado em virtude do decreto n. 9.708, de 7 do mesmo mez e anno, com «The Amazon River Steam Navigation Company (1911), Limited», para o serviço de navegação do rio Amazonas e seus tributarios e linha maritima até o Oyapock.

N. 10.899 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de maio de 1914 — Approva os projectos e orçamentos para as modificações em cinco pequenas obras d'arte no prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá.

N. 10.900 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de maio de 1914 — Approva as instrucções para a fazenda experimental em Rezende, creada pelo decreto n. 10.822, de 18 de março de 1914.

N. 10.901 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1914 — Restabelece o uniforme do Corpo Consular.

N. 10.902 — FAZENDA E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1914 — Publica de novo, de accôrdo com a ultima parte do art. 76 da lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913, o decreto n. 9.957, de 21 de dezembro de 1912, que reorganiza a Procuradoria da Republica no Districto Federal com as alterações a que se refere o mesmo artigo.

N. 10.903 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1914 — Publica a adhesão da Republica da Liberia ás convenções firmadas na 2ª Conferencia da Paz em 1917, na Haya.

N. 10.904 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1914 — Publica a adhesão da Grã-Bretanha, pela sua colonia da Nova Zelandia, ás convenções internacionaes assignadas em Bruxellas, a 23 de setembro de 1910, para a unificação de certas regras sobre abalroação e assistencia maritima.

N. 10.905 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1914 — Publica a adhesão da Grã-Bretanha, pela sua colonia de Terra Nova, ás convenções internacionaes de 23 de setembro de 1910 para unificação de certas regras sobre abalroação e assistencia maritima.

N. 10.906 — MARINHA — Decreto de 27 de maio de 1914 — Revigora o regulamento do Corpo de Pratico dos rios da Prata, Paraná e Paraguay, constante do decreto n. 271, de 18 de março de 1890.

N. 10.907 — MARINHA — Decreto de 27 de maio de 1914 — Dá nova denominação ao Corpo de Officiaes Inferiores da Armada.

N. 10.908 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1914 — Crea mais duas brigadas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 10.909 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Espirito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo.

N. 10.910 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Apuá, no Estado do Pará.

N. 10.911 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Breves, no Estado do Pará.

N. 10.912 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado do Pará.

N. 10.913 — FAZENDA — Decreto de 27 de maio de 1914 — Autoriza a sociedade de seguros de vida por mutualidade Soberana, com séde na capital do Estado de S. Paulo, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.914 — FAZENDA — Decreto de 27 de maio de 1914 — Modifica a clausula II do decreto n. 10.306, de 2 de julho de 1913, que autorizou a sociedade nacional de seguros, peculios e rendas A Gaúcha, com séde em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a funcionar na Republica.

N. 10.915 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de maio de 1914 — Proroga até 28 de fevereiro de 1915 o prazo fixado na clausula V das que baixaram com o decreto n. 9.486, de 30 de março de 1912, para inicio do serviço de navegação de que é contractante a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor.

N. 10.916 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de maio de 1914 — Autoriza a construcção de uma estação de 2ª classe em S. Gonçalo dos Campos, na Rêde de Viação Geral da Bahia, em vez da estação de 4ª classe, incluída nos estudos definitivos approvados pelo decreto n. 9.771, de 18 de setembro de 1912.

N. 10.917 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de maio de 1914 — Autoriza a substituição de um dos vãos centraes da ponte sobre o rio Potengy, no Estado do Rio Grande do Norte, por um de 70 metros, modificado assim o projecto approvado pelo decreto n. 8.372, de 11 de novembro de 1910.

N. 10.918 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de maio de 1914 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Brasileira de Lacticinios.

N. 10.919 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de maio de 1914 — Concede autorização á «*Brasilianische Bergwerks-und Gesellschaft mit Beschränkter Haftung*» para funcionar na Republica.

N. 10.920 — FAZENDA — Decreto de 27 de maio de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.000:000\$, papel, suplementar á verba 33ª — Exercicios findos, — da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 10.921 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Igarapé-Mirim, no Estado do Pará.

N. 10.922 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de junho de 1914 — Proroga até 20 de maio de 1915 o prazo estipulado na clausula III das que baixaram com o decreto n. 10.176, de 16 de abril de 1913, para o inicio do serviço de navegação entre Recife e Manaus, da linha Sul-Norte, contractado com a Companhia Nacional de Navegação Costeira.

N. 10.923 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de junho de 1914 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 1.000:000\$ para o serviço de esgotos da Villa Marechal Hermes.

N. 10.924 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de junho de 1914 — Crea um Consulado em Toulouse.

N. 10.925 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Breves, no Estado do Pará.

N. 10.926 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de junho de 1914 — Concede novos prazos para a construção da Estrada de Ferro do Tocantins e o estabelecimento da navegação do Alto-Tocantins e Araguaya.

N. 10.927 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de junho de 1914 — Proroga até 31 de julho do corrente anno o prazo para a construção da variante do Cabrito, a que se refere a clausula I, § 2º, letra c, do contracto celebrado em virtude do decreto n. 8.648, de 31 de março de 1911.

N. 10.928 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de junho de 1914 — Approva algumas modificações no projecto para as obras de melhoramento do porto de Victoria, Estado do Espirito Santo.

N. 10.929 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de junho de 1914 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Moinho Fluminense.

N. 10.930 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de junho de 1911 — Concede autorização á sociedade cooperativa de responsabilidade limitada Panificia a funcionar na Republica.

N. 10.931 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de junho de 1914 — Publica a adhesão da China á convenção postal universal assignada em Roma em 26 de maio de 1906.

N. 10.932 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de junho de 1914 — Publica a adhesão da Hespanha ao accôrdo assignado em Roma em 26 de maio de 1906, relativo ao serviço de vales postaes.

N. 10.933 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de junho de 1914 — Crea um consulado em Bukarest.

N. 10.934 — FAZENDA — Decreto de 17 de junho de 1914 — Approva a resolução da assembléa geral extraordinaria da Sociedade Mutua Central, realizada em 17 de abril proximo findo.

N. 10.935 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 10.936 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Piancó, no Estado da Parahyba do Norte.

N. 10.937 — JUSTIÇA E NEGOCIO INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ubatuba, no Estado de S. Paulo.

N. 10.938 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1914 — Transfere da comarca de Faxina para a de Itapolis a séde da 37ª brigada de cavallaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.



N. 10.939 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes..

N. 10.940 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Carangola, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.941 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ubá, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.942 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de junho de 1914 — Approva os projectos e orçamento, na importancia de 525:000\$, das modificações e melhoramentos a serem feitos no Hotel das Paineiras, da Estrada de Ferro Corcovado, em substituição aos que foram approvados pelo decreto n. 9.859, de 6 de novembro de 1912.

N. 10.943 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de junho de 1914 — Proroga até 31 de dezembro de 1914 o praso marcado na clausula VI do contracto a que se refere o decreto n. 7.171, de 12 de novembro de 1908, para a conclusão da construção da Estrada de Ferro de Timbó a Propriá.

N. 10.944 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de junho de 1914 — Autoriza a construção de diversos edificios na linha de Jaguará a Araguay, da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação.

N. 10.945 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de junho de 1914 — Approva algumas modificações no projecto a que se refere o decreto n. 9.731, de 21 de agosto de 1912, para as obras de melhoramentos do porto de Recife.

N. 10.946 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de junho de 1914 — Concede autorização á sociedade anonyma Grandes Moinhos do Brasil para funcçãoar na Republica.

N. 10.947 — FAZENDA — Decreto de 24 de junho de 1914 — Autoriza a sociedade de peculios Garantia do Porvir, com séde em Natividade de Carangola, Estado do Rio de Janeiro, a funcçãoar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.948 — FAZENDA — Decreto de 24 de junho de 1914 — Autoriza a sociedade mutua de seguros e peculios A Modelar, com séde nesta capital, a funcçãoar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.949 — FAZENDA — Decreto de 24 de junho de 1914 — Modifica a disposição do n. III do art. 14 dos estatutos da sociedade mutua de seguros A Salvadora Mineira, com séde em Guaxupé, Estado de Minas Geraes.

N. 10.950 — FAZENDA — Decreto de 24 de junho de 1914 — Approva as resoluções tomadas pela assembléa geral extraordinaria da sociedade anonyma de peculios A União Inter-

nacional, com séde nesta capital, realizada em 21 de outubro de 1913.

N. 10.951 — FAZENDA — Decreto de 24 de junho de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 906\$597 para pagamento ao segundo escriptuario da Recebedoria do Districto Federal, addido em virtude de sentença judiciaria, Verano Alonso Gomes de Almeida.

N. 10.952 — FAZENDA — Decreto de 24 de junho de 1914 — Autoriza a sociedade Minas do Sul, com séde em Santo Antonio do Machado, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.953 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Flores, no Estado de Pernambuco.

N. 10.954 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Buique, no Estado de Pernambuco.

N. 10.955 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Buique, no Estado de Pernambuco.

N. 10.956 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Limoeiro, no Estado de Pernambuco.

N. 10.957 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de S. Bento, no Estado de Pernambuco.

N. 10.958 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Bom Conselho, no Estado de Pernambuco.

N. 10.959 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Leopoldina, no Estado de Pernambuco.

N. 10.960 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 10.961 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes no municipio de Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 10.962 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de S. José do Egypto, no Estado de Pernambuco.

N. 10.963 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Brejo da Mãre Deus, no Estado de Pernambuco.

N. 10.964 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 10.965 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Cabo, no Estado de Pernambuco.

N. 10.966 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Exú, no Estado de Pernambuco.

N. 10.967 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Floresta, no Estado de Pernambuco.

N. 10.968 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Villa Bella, no Estado de Pernambuco.

N. 10.969 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Salgueiro, no Estado de Pernambuco.

N. 10.970 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes, no municipio de Marabá, no Estado do Pará.

N. 10.971 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Alemquer, no Estado do Pará.

N. 10.972 — FAZENDA — Decreto de 1 de julho de 1914 — Approva, com modificações, as alterações feitas nos estatutos da sociedade de peculios A Minas Geraes, com séde em Juiz de Fóra, Estado de Minas Geraes.

N. 10.973 — FAZENDA — Decreto de 1 de julho de 1914 — Concede autorização á sociedade mutua de peculios A Meridional, com séde nesta capital, para funcionar e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.974 — FAZENDA — Decreto de 1 de julho de 1914 — Approva os novos estatutos da sociedade de seguros Alliança do Sul, que passa a denominar-se Companhia de Seguros S. Paulo, com séde na capital do Estado de S. Paulo.

N. 10.975 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.976 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pará, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.977 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Princeza, no Estado da Parahyba do Norte.

N. 10.978 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Curvello, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.979 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de julho de 1914 — Declara a suppressão da linha de navegação de Ibicuihy, entre Uruguayana e Cacequy, de que trata a clausula I do decreto n. 7.550, de 16 de setembro de 1909.

N. 10.980 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Monte Carmello, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.981 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1914 — Crea mais duas brigadas, uma de infantaria e uma de cavallaria, de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio de Padua, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 10.982 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1914 — Crea duas brigadas de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Theophilo Ottoni, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.983 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 10.984 — FAZENDA — Decreto de 8 de julho de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica a sociedade de peculios A Varginhense, com séde na cidade de Varginha, Estado de Minas Geraes, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.985 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de julho de 1914 — Declara sem effeito o decreto n. 10.774, de 18 de fevereiro do corrente anno, que concedeu regalias do paquete ao vapor *Pinto*.

N. 10.986 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de julho de 1914 — Substitue a linha de Baguary a Serro Frio, da Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina, pela da Barra do Rio Guanhiães a Serro Frio, ficando assim alterado o decreto n. 9.542, de 24 de abril de 1912.

N. 10.987 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de julho de 1914 — Concede autorização á Companhia Hanscatica para continuar a funcionar na Republica.

N. 10.988 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1914 — Crea um consulado em Argel.



N. 10.989 — GUERRA — Decreto de 15 de julho de 1914 — Altera o plano de uniformes do Exército, relativamente a uma de suas peças.

N. 10.990 — GUERRA — Decreto de 15 de julho de 1914 — Approva o regulamento de tiro para a artilharia de campanha.

N. 10.991 — MARINHA — Decreto de 15 de julho de 1914 — Consolida leis, decretos e decisões sobre vencimentos e outras vantagens que competem aos officiaes, sub-officiaes e praças de pret das corporações da Armada.

N. 10.992 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1914 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.993 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Guaranesia, no Estado de Minas Geraes.

N. 10.994 — FAZENDA — Decreto de 20 de julho de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade mutua de peculios União Dotal Brasileira, com séde na capital do Estado de Pernambuco, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.995 — FAZENDA — Decreto de 20 de julho de 1914 — Autoriza a funcionar na Republica a Iracema, sociedade mutua dotal, com séde nesta capital, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.996 — FAZENDA — Decreto de 20 de julho de 1914 — Concede autorização para funcionar á sociedade anonyma Caixa Dotal de S. Paulo, com séde na capital do Estado de S. Paulo, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.997 — FAZENDA — Decreto de 22 de julho de 1914 — Modifica a clausula II do decreto n. 10.863, de 29 de abril de 1914, que autorizou a sociedade Mutualidade Goytacaz, com séde em Campos, Estado do Rio de Janeiro, a funcionar na Republica e approvou, com alterações, seus estatutos.

N. 10.998 — FAZENDA — Decreto de 22 de julho de 1914 — Autoriza a funcionar a sociedade mutua A Dotal e Educadora Tombense, com séde em Tombos do Carangola, Estado de Minas Geraes, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 10.999 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.000 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.001 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1914 — Crea mais sete brigadas de guardas nacionaes na comarca de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro, sendo quatro de infantaria, duas de artilharia e uma de cavallaria.

N. 11.002 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Novo no Estado de Minas Geraes.

N. 11.003 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Rio das Velhas, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.004 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Granito, no Estado de Pernambuco.

N. 11.005 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itaporanga, no Estado de S. Paulo.

N. 11.006 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de julho de 1914 — Proroga até 30 de janeiro de 1915 o praso concedido ao bacharel Francisco Ribeiro de Moura Escobar para incorporação da companhia que deverá executar o contracto de concessão da Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba, celebrado de accôrdo com o decreto n. 10.640, de 29 de dezembro de 1913.

N. 11.007 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de julho de 1914 — Proroga até 18 de setembro de 1919 o praso marcado na clausula IV do decreto n. 8.559, de 15 de fevereiro de 1914, para a conclusão das linhas de S. Pedro a S. Luiz e S. Borja e até 6 de setembro de 1915 o da apresentação dos estudos da linha de Alegrete a Santiago do Boqueirão, a que se refere o decreto n. 10.635, de 24 de dezembro de 1913.

N. 11.008 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de julho de 1914 — Approva os estudos definitivos do trecho 69<sup>km</sup>,300, do ramal de Brusque, da Estrada de Ferro Santa Catharina, e respectivo orçamento na importancia de réis 7.566:966\$974.

N. 11.009 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de julho de 1914 — Eleva o numero de interpretes commerciaes da praça do Rio de Janeiro.

N. 11.010 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de julho de 1914 — Concede autorização á «Madeira-Mamoré Railway» para continuar a funcionar na Republica.

N. 11.011 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de julho de 1914 — Concede autorização a «The Southern Brazil Electric Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 11.012 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de julho de 1914 — Approva a reforma dos estatutos da «Société Anonyme de Chocolats Suisses», de São Paulo.

N. 11.013 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade mutua de peculios por casamento A Nupcial, com séde na capital do Estado de Minas Geraes, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.014 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica a sociedade de auxilios mutuos de dotes por casamento e nascimentos S. Paulo Dotal, com séde na capital do Estado de S. Paulo.

N. 11.015 — FAZENDA — Decreto de 24 de julho de 1914 — Autoriza a sociedade de peculios mutuos S. Salvador da Bahia, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.016 — FAZENDA — Decreto de 24 de julho de 1914 — Declara sem effeito o decreto n. 10.853, de 15 de abril do corrente anno, e approva, com alterações, as modificações feitas nos estatutos da sociedade anonyma de peculios e auxilios mutuos União Mineira, com séde na cidade de Passos, Estado de Minas Geraes.

N. 11.017 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Obidos, no Estado do Pará.

N. 11.018 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.019 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.020 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.021 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.022 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Teffé, no Estado do Amazonas.

N. 11.023 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Santarém, no Estado do Pará.

N. 11.024 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bragança, no Estado do Pará.

N. 11.025 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Igarapé Miry, no Estado do Pará.

N. 11.026 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.027 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Juiz de Fôra, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.028 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1914 — Concede autorização para funcconiar á sociedade dotal de auxilios mutuos e de economia popular A Friburguense, com séde na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.029 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1914 — Concede permissão á sociedade anonyma de peculios e dotes A Minas Central, com séde em Barbacena, Estado de Minas Geraes, para funcconiar como sociedade mutua e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.030 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1914 — Approva, com modificações, os novos estatutos da Companhia de Seguros Terrestres e Maritimos Alliança, com séde na capital do Estado do Pará, adoptados por assembléa geral extraordinaria realizada em 4 de maio do corrente anno.

N. 11.031 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.032 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1914 — Modifica a clausula III do decreto n. 10.995, de 20 de julho de 1914, que autorizou a funcconiar na Republica a sociedade mutua dotal Iracema, com séde nesta capital, e approvou, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.033 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1914 — Autoriza a "Albingia Versicherungs Aktiengesellschaft" a continuar a funcconiar no Brasil com a sua nova denominação — "Albingia Hamburg-Dusseldolfer Versicherungs Aktiengesellschaft", e approva as modificações feitas em seus estatutos.

N. 11.034 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1914 — Modifica a clausula III do decreto n. 10.443, de 10 de setembro de 1913, que autorizou a sociedade nacional de peculios e rendas Mutua Rio Grandense, com séde na cidade de Uruguayana, Estado do Rio Grande do Sul, a funcconiar na Republica e approvou os seus estatutos.

N. 11.035 — GUERRA — Decreto de 29 de julho de 1914 — Approva a reforma dos estatutos da Cooperativa Militar do Brasil.

N. 11.036 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1914 — Decreta feriado nacional até o dia 15 de agosto corrente, inclusive.

N. 11.037 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1914 — Estabelece regras geraes de neutralidade do Brasil no caso de guerra entre as potencias estrangeiras.

N. 11.038 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1914 — Manda que seja observada neutralidade



durante a guerra do Imperio Allemão contra a Republica Franceza e o Imperio da Russia.

N. 11.039 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de artilharia na comarca da capital do Estado de Minas Geraes.

N. 11.040 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de agosto de 1914 — Approva o projecto e orçamento para a construcção das novas estações de Paranaguá e Antonina, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 11.041 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de agosto de 1914 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 31:172\$781, para installações hydraulicas na estação de Sant Anna do Livramento, da Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 11.042 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1914 — Promulga o segundo protocollo assignado em Caracas a 9 de dezembro de 1905, com o fim de ultimar a demarcação das fronteiras determinadas no tratado de 5 de maio de 1859 entre o Brasil e a Venezuela.

N. 11.043 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade de auxilios mutuos Garantia da Infancia, com séde nesta capital, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.044 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Approva, com alterações, as modificações feitas nos estatutos da sociedade mutua de seguros sobre a vida A Triumphant, com séde em Rio Preto, Estado de Minas Geraes.

N. 11.045 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade de auxilios mutuos de peculios por casamento Dotal S. Joannense, com séde na cidade de S. João d'El-Rey, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.046 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.047 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Concede autorização para funcionar á sociedade anonyma Dotal Juiz de Fóra, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.048 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Concede autorização para funcionar á sociedade mutua Concordia, com séde nesta capital, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.049 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Modifica a clausula III do decreto n. 11.014, de 23 de julho de 1914, que concedeu autorização á sociedade de auxilios mutuos de dotes por casamentos e nascimentos Dotal S. Paulo, com séde na capital de S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 11.050 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade de peculios por mutualidade A Preciosa, com séde nesta capital, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.051 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Approva as modificações feitas nos estatutos do Banco Nacional Ultramarino, pela assembléa geral extraordinaria realizada em Lisboa em 5 de abril de 1913.

N. 11.052 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica a sociedade mutua de peculios Mutua Dotal Macahense, com séde na cidade de Macahé, Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.053 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 11.054 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Caruarú, no Estado de Pernambuco.

N. 11.055 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Taquaritinga, no Estado de Pernambuco.

N. 11.056 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Barra do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.057 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Magé, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.058 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.059 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.060 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Sapucaia, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.061 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Proroga por mais dous annos o praso para a conclusão das obras do primeiro trecho da primeira secção do porto de Belém do Pará.

N. 11.062 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Approva o projecto de orçamento, na importancia de 48:100\$712, para a reconstrucção da ponte sobre o rio Macahé, no Kilometro 18 + 172 metros, da Estrada de Ferro Central de Macahé.

N. 11.063 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Proroga até 2 de maio de 1919 o praso

marcado na clausula IV do decreto n. 8.556, de 15 de fevereiro de 1911, para a conclusão das obras de construção das linhas ferreas de Jaguarão a Basílio, de Alegrete a Quarahy e de S. Sebastião a Sant'Anna do Livramento, passando por D. Pedrito.

N. 11.064 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 1.896:574\$104, de 95 variantes do trecho de Pinhal a Cruz Alta, da Rêde do Viagão Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 11.065 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Suspende temporariamente os serviços de emissão e pagamento de valês postaes internacionaes para o serviço de cartas e caixas com valor declarado para o exterior e o de expedição de encommendas postaes para os diversos paizes da Europa, pelas repartições dos Correios da Republica.

N. 11.066 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Grã-Bretanha e Alemanha.

N. 11.067 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1914 — Publica a adhesão da Republica de S. Marino á convenção postal universal, assignada em Roma em 26 de maio de 1906.

N. 11.068 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1914 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Republica Franceza e o Imperio da Austria Hungria.

N. 11.069 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1914 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre os Imperios da Austria Hungria e da Russia.

N. 11.070 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.071 — FAZENDA — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Declara sem effeito o decreto n. 10.972, de 1 de julho do corrente anno, que approvou, com modificações, os estatutos da sociedade de peculios A Minas Geraes.

N. 11.072 — FAZENDA — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade mutua de peculios A Juiz Forana, com séde na cidade de Juiz de Fóra, Estado de Minas Geraes.

N. 11.073 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.074 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.075 — FAZENDA — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Approva as alterações feitas em seus estatutos pela Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres Argos Fluminense.

N. 11.076 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Crea mais duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Alfenas, no Estado de Minas Geraes. m

N. 11.077 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Bonito, no Estado de S. Paulo.

N. 11.078 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Queluz, no Estado de S. Paulo.

N. 11.079 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Piraciba, no Estado de S. Paulo.

N. 11.080 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jambeiro, no Estado de S. Paulo.

N. 11.081 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Patrocínio do Sapucahy, no Estado de S. Paulo.

N. 11.082 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Piancó, no Estado da Parahyba do Norte.

N. 11.083 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Proroga até 31 de agosto do corrente anno o praso fixado na letra c da clausula XXVII do contracto a que se refere o decreto n. 7.704, de 2 de dezembro de 1909, para a conclusão da construcção do ramal de Tres Corações a Lavras, da Rêde Sul-Mineira.

N. 11.084 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 45:451\$976, para a construcção de um edificio destinado ao deposito de quatro locomotivas e quatro carros, na linha do S. Francisco, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 11.085 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Concede autorização á «Telephone Company of Pernambuco, Limited», para funcceionar na Republica.

N. 11.086 — FAZENDA — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Approva os novos estatutos da sociedade anonyma de peculios A Universal, com séde nesta capital.

N. 11.087 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Promulga a convenção entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, modificando, no arroio S. Miguel, a fronteira estabelecida pelo tratado de 15 de maio de 1852 e accôrdo de 22 de abril de 1853.

N. 11.088 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Promulga o convenio especial, entre os governos dos Estados Unidos do Brasil e da Republica Oriental do Uruguay, estabelecendo o trafego mutuo internacional das linhas ferreas.



N. 11.089 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Publica a desistência da Grã-Bretanha às reservas á convenção internacional para melhorar a sorte dos feridos e doentes nos exercitos em campanha, assignada em 6 de julho de 1906.

N. 11.090 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 19 de agosto de 1914 — Publica a adhesão da Belgica: 1.º Ao acto de 2 de julho de 1911, modificando a convenção da União de Paris, de 20 de março de 1883, revisto em Bruxellas em 14 de dezembro de 1900; 2.º Ao acto de 2 de junho de 1911, modificando o arranjo para o registo internacional das marcas de fabrica ou de commercio, assignado em Madrid em 14 de abril de 1891 e revisto em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900.

N. 11.091 — **FAZENDA** — Decreto de 24 de agosto de 1914 — Emite, em notas do Thesouro Nacional, a quantia de 150.000:000\$, conforme as condições que estabelece.

N. 11.092 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 24 de agosto de 1914 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre os imperios do Japão e da Allemanha.

N. 11.093 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 24 de agosto de 1914 — Descarga, em portos brasileiros, de mercadorias destinadas ao Brasil, existentes a bordo de navios apresados.

N. 11.094 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Concede autorização para funcionar á sociedade anonyma de peculios e dotes a Confiança Dotal e approva os seus estatutos.

N. 11.095 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade mutua A Matrimonial e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.096 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Altera a clausula II do decreto n. 10.839, de 8 de abril do corrente anno, na parte relativa ao art. 38 de seus estatutos.

N. 11.097 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Approva a alteração feita nos estatutos da Companhia de Seguros Brasil.

N. 11.098 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir apolices até a quantia de 20.000:000\$, juro de 5 %, papel.

N. 11.099 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Cassa os decretos ns. 9.896, de 7 de dezembro de 1912, e 10.339, de 16 de julho de 1913, relativos á sociedade de seguros Reserva do Futuro.

N. 11.100 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.000:000\$, supplementar á verba 33ª — Exercicios findos, — do art. 79 da lei n. 2.942, de 3 de janeiro do corrente anno.

N. 11.101 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria

de guardas nacionaes na comarca de Baurú, no Estado de S. Paulo.

N. 11.102 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria e mais uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.103 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Minas Novas, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.104 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Juiz de Fôra, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.105 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Sebastião do Paraíso, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.106 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria, duas de cavallaria, duas de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.107 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campina Grande, no Estado de Parahyba do Norte.

N. 11.108 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio de Padua, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.109 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. Sebastião do Alto, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.110 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Itaguahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.111 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.112 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.113 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.114 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Theresopolis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.115 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Approva o projecto e o orçamento para a limpeza e desobstrucção dos rios Macacú, Guapy e Guaxindiba, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.116 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para occorrer ás despesas com os estudos da Estrada de Ferro Santa Catharina, no segundo semestre de 1914.

N. 11.117 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de agosto de 1914 — Approva os projectos e orçamentos para a execução de diversos melhoramentos na estação de Coutinho, do ramal da Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo.

N. 11.118 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1914 — Emite, em notas do Thesouro Nacional, a quantia de 25.000:000\$000.

N. 11.119 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1914 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre o Imperio da Austria Hungria e o Reino da Servia.

N. 11.120 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1914 — Approva, com alterações, os novos estatutos da sociedade mutua de peculios A Bonificadora, com séde em Barbacena, Estado de Minas Geraes, adoptados pela assembléa geral extraordinaria de 29 de junho de 1914.

N. 11.121 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1914 — Concede autorização para funcionar á sociedade mutua A Estados Unidos e approva os seus estatutos.

N. 11.122 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1914 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre o Imperio da Austria Hungria e o Reino da Belgica.

N. 11.123 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Claro, no Estado do Paraná.

N. 11.124 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1914 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.

N. 11.125 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Muaná, no Estado do Pará.

N. 11.126 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Breves, no Estado do Pará.

N. 11.127 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Afuá, no Estado do Pará.

N. 11.128 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Obidos, no Estado do Pará.

N. 11.129 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.

N. 11.130 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1914 — Approva os estudos definitivos dos trechos comprehendidos entre os Kilometros 100 e 466 + 800 metros, que completam os da Estrada de Ferro de Pelotas a S. Pedro; bem assim o respectivo orçamento na importancia de 23:015:729\$784.

N. 11.131 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1914 — Approva o projecto de um pavilhão para o Hotel das Paineiras, da Estrada de Ferro do Corcovado, e, bem assim, o respectivo orçamento, na importancia de 75:000\$000.

N. 11.132 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica a sociedade mutua União Carangolense e approva, com modificações, os seus estatutos.

N. 11.133 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1914 — Cassa o decreto n. 10.042, de 6 de fevereiro de 1913, que autorizou a sociedade anonyma de seguros mutuos A Continental a funcionar na Republica.

N. 11.134 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.135 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de setembro de 1914 — Declara caduca, quanto á linha do Sul de Nietheroy a Chuy, a concessão feita a Richard James Reidy pelo decreto n. 7.620, de 21 de outubro de 1909.

N. 11.136 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de setembro de 1924 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 15:632\$649, para a construção de uma parada no lugar denominado Rincão, Kilometro 192.500, do ramal do Couto a Santa Cruz, da Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 11.137 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de setembro de 1914 — Modifica as condições 1ª e 4ª do artigo unico do decreto n. 10.604, de 11 de dezembro de 1913, relativo á ponte sobre o rio Iguassú.

N. 11.138 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Gurupá, no Estado do Pará.

N. 11.139 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infan-



taria de guardas nacionaes na comarca de Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.140 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Palmyra, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.141 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1914 — Completa a respeito de navios mercantes, as regras de neutralidade approvadas pelo decreto n. 11.037, de 4 de agosto ultimo, e revoga a ultima parte do art. 22 do mesmo decreto.

N. 11.142 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1914 — Promulga a convenção do arbitramento entre o Brasil e a Republica do Paraguay.

N. 11.143 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1914 — Publica a adhesão do Governo das ilhas Fiji, ao accôrdo da União Postal Universal para a troca de cartas e caixas com valor declarado.

N. 11.144 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Benjamin Constant, no Estado do Amazonas.

N. 11.145 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.

N. 11.146 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Bomfim de Queluz, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.147 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.148 — GUERRA — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1.500:000\$ para attender a despesas urgentes.

N. 11.149 — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Approva, com modificações, os novos estatutos da sociedade de auxilios mutuos Garantia Dotal, autorizada a funcionar pelo decreto n. 10.886, de 14 de maio de 1914.

N. 11.150 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.151 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Aprova as modificações feitas nos estatutos da Maternidade do Rio de Janeiro.

N. 11.152 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ipamery, no Estado de Goyaz.

N. 11.153 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Annapolis, no Estado de Goyaz.

N. 11.154 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Natividade, no Estado de Goyaz.

N. 11.155 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Matheus, no Estado do Espirito Santo.

N. 11.156 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Julia, no Estado do Espirito Santo.

N. 11.157 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Espirito Santo.

N. 11.158 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Salgueiro, no Estado do Espirito Santo.

N. 11.159 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José de Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.160 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Approva os estudos e orçamentos, na importancia de 1.632:773\$164, para o prolongamento da linha do Rio Claro a Itirapina, da bitola de 1<sup>m</sup>,60, até S. Carlos, e autoriza a Companhia Paulista de Estradas de Ferro a proceder os estudos do mesmo prolongamento até Araraquara e de Itirapina para Jahu.

N. 11.161 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de setembro de 1914 — Concede autorização á «Société Française d'Entreprises de Dragages et de Travaux Publics» para funcionar na Republica.

N. 11.162 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1914, o credito suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado, — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 11.163 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1914, o credito suplementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsídio dos senadores, — e 636:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 11.164 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1914 — Emite, em notas do Thesouro Nacional, a quantia de 75.000:000\$000.

N. 11.165 — GUERRA — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Estabelece alterações no plano de equipamento das praças de cavallaria do Exército.

N. 11.166 — GUERRA — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Altera em parte o plano de uniformes do Exército.

N. 11.167 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Minas do Rio das Contas, no Estado da Bahia.

N. 11.168 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nazareth, no Estado da Bahia.

N. 11.169 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jacobina, no Estado da Bahia.

N. 11.170 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Bom Conselho, no Estado de Pernambuco.

N. 11.171 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Canhotinho, no Estado de Pernambuco.

N. 11.172 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Correntes, no Estado de Pernambuco.

N. 11.173 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Correntes, no Estado de Pernambuco.

N. 11.174 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Triunpho, no Estado de Pernambuco.

N. 11.175 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Approva as resoluções da assembléa geral da Sociedade Mutua Alliança Mineira.

N. 11.176 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Concede á sociedade mutua A Protectora Dotal Mineira autorização para funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.177 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Proroga até 28 de fevereiro de 1915 o praso fixado na letra c da clausula XXVII do contracto a que

se refere o decreto n. 7.704, de 2 de dezembro de 1909, para a conclusão da construção do ramal de Tres Corações a Lavras, da Rede de Viação Sul-Mineira.

N. 11.178 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Proroga os prazos estabelecidos nos decretos ns. 7.704, de 2 de dezembro de 1909, e 10.660, de 31 de dezembro de 1913, para conclusão dos trechos compreendidos entre S. Sebastião do Paraíso e Santa Rita de Cassia e do ramal de Passos, da Rede de Viação Sul-Mineira.

N. 11.179 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Torna extensivo á Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá o regulamento dos transportes e do telegrapho e a classificação geral das mercadorias approvadas pelo decreto n. 10.204, de 30 de abril de 1913, para as linhas de concessão federal das companhias Paulista de Estradas de Ferro e Mogyana, Sorocabana e São Paulo Railway, e approva as bases de tarifas para a referida estrada de Itapura a Corumbá, additadas á classificação das mercadorias approvadas pelo citado decreto n. 10.204.

N. 11.180 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Concede autorização a «The Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 11.181 — MARINHA E GUERRA — Decreto de 30 de setembro de 1914 — Crea uma guarnição militar mixta de terra e mar sob a administração do Ministerio da Marinha, em cada uma das ilhas Fernando de Noronha e Trindade.

N. 11.182 — FAZENDA — Decreto de 3 de outubro de 1914 — Autoriza o Ministerio da Fazenda a contractar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons um emprestimo sob a forma *funding*.

N. 11.183 — FAZENDA — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Concede autorização á sociedade mutua Triumphant de Passos e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.184 — FAZENDA — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Concede autorização á sociedade mutua de seguros sobre a vida A Capitalizadora para funcionar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 11.185 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.186 — FAZENDA — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Concede autorização para funcionar á sociedade Perseverança do Recife e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.187 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Concede autorização á «Société Cotonnière Belge Brésilienne» para continuar a funcionar na Republica.

N. 11.188 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.



N. 11.189 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.190 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.191 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Catalão, no Estado de Goyaz.

N. 11.192 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio das Pedras, no Estado de Goyaz.

N. 11.193 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes, na comarca de Faxina, no Estado de S. Paulo.

N. 11.194 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tatuhy, no Estado de S. Paulo.

N. 11.195 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. José do Rio Preto, no Estado de S. Paulo.

N. 11.196 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 11.197 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Autoriza a transferencia do contracto de arrendamento da Estrada de Ferro de Itaqui a S. Borja, celebrado em virtude do decreto n. 7.122, de 17 de setembro de 1908.

N. 11.198 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Declara de utilidade publica, para o fim de ser desapropriado, o immovel soh o n. 4 da rua Honório, nesta capital.

N. 11.199 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a Austria-Hungria.

N. 11.200 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1914 — Publica a adhesão da Dinamarca á convenção da União de Paris, de 20 de março de 1883, revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900, e em Washington a 2 de junho de 1911, para a protecção da propriedade industrial.

N. 11.201 — FAZENDA — Decreto de 14 de outubro de 1914 — Concede autorização para funcionar a sociedade O Dote e approva os seus estatutos.

N. 11.202 — FAZENDA — Decreto de 14 de outubro de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica a sociedade Dotal Brasileira e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.203 — FAZENDA — Decreto de 14 de outubro de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 597:000\$, complementar á verba 5<sup>a</sup>, Inactivos, pensionistas e beneficiarios do montepio, — do art. 79 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 11.204 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.205 — FAZENDA — Decreto de 14 de outubro de 1914 — Altera a clausula II do decreto n. 11.184, de 7 de outubro de 1914, que concedeu autorização á sociedade mutua de seguros sobre a vida A Capitalizadora para funcionar na Republica.

N. 11.206 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Taquaritinga, no Estado de S. Paulo.

N. 11.207 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. João de Araguaya, no Estado do Pará.

N. 11.208 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de outubro de 1914 — Concede autorização á «Compagnie des Magazins Généraux/et Entrepôts Libres d'Anvers» para funcionar na Republica.

N. 11.209 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1914 — Publica a adhesão da Indo-China á convenção internacional assignada em Roma a 9 de dezembro de 1907, para a criação de uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 11.209 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1914 — Declara sem vigor o art. 24 das regras de neutralidade que acompanharam o decreto n. 11.037, de 4 de agosto do corrente anno.

N. 11.210 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1914 — Publica a denuncia da Republica de Guatemala á convenção assignada no Rio de Janeiro a 13 de agosto de 1906, por occasião da 3<sup>a</sup> Conferencia Internacional Americana, fixando a condição dos cidadãos naturalizados que renovam a sua residencia no paiz de origem.

N. 11.211 — GUERRA — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de reis 3.162:709\$ para attender a despesas resultantes da elevação do numero de praças do Exercito, á qual se refere o art. 21 alinea j, da lei n. 2.843, de 3 de janeiro ultimo.

N. 11.212 — GUERRA — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 98:000\$, supplementar á verba 13<sup>a</sup> — Material. — do actual orçamento.

N. 11.213 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.214 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.215 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade Progresso Dotal e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.216 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade mutua A Esperança do Brasil e approva, com modificações, os seus estatutos.

N. 11.217 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Proroga o prazo concedido pelo decreto n. 8.266, de 29 de setembro de 1910, para o funcionamento de agencias e sub-agencias do «Banque Française et Italienne pour l'Amerique du Sud».

N. 11.218 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Modifica a clausula III do decreto n. 10.984, de 8 de julho do corrente anno, que autoriza a funcionar na Republica a sociedade de peculios mutuos A Varginhense.

N. 11.219 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1914, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Sécetaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 11.220 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1914, o credito supplementar de 852:500\$, sendo 195:300\$ á verba — Subsídios dos senadores — e 657:200\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 11.221 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 11.222 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 11.223 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Porto Nacional, no Estado de Goyaz.

N. 11.224 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de guardas nacionaes na comarca de Triumpho, no Estado de Alagoas.

N. 11.225 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Leopoldina, no Estado de Alagoas.

N. 11.226 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionais na comarca de Santa Anna do Ipanema, no Estado do Alagoas.

N. 11.227 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionais na comarca do Cachoeira do Itapemirim, do Estado do Espírito Santo.

N. 11.228 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionais no município da capital do Estado de Pernambuco.

N. 11.229 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionais na comarca de Ipameri, no Estado de Goyaz.

N. 11.230 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionais no município de Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 11.231 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de guardas nacionais na comarca de Januaria, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.232 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionais na comarca de Palmyra, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.233 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionais na comarca do Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.234 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Approva os estudos definitivos e o orçamento do terceiro trecho de 156 km., 620 metros de prolongamento de Pesqueira a Flores, da Estrada de Ferro Central de Pernambuco.

N. 11.235 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Approva os estudos definitivos e o orçamento, na importância de 1.063.800\$916, do trecho compreendido entre os kilometros 20 e 37, a partir de Lages, do ramal de Lages a Macaó, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

N. 11.236 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Especifica quaes as obras de melhoramento do porto da Bahia que deverão ficar concluidas dentro do prazo estabelecido pelo decreto n. 10.636, de 24 de dezembro de 1913.

N. 11.237 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de outubro de 1914 — Approva os planos e orçamento, na importância de 489.167\$336, para a construção de diversas obras de consolidação no trecho de Santa Maria a Porto Alegre, da Rede de Vição Ferrea do Rio Grande do Sul.



N. 11.238 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 24 de outubro de 1914 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 170:000\$, ouro, supplementar á verba 11ª — Extraordinarios no exterior, — do art. 14 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 11.239 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de outubro de 1914 — Approva o projecto e o orçamento para a execução de trabalhos nos rios Sarapuby e Iguassú, na baixada do Rio de Janeiro.

N. 11.240 — **MARINHA** — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1.000:000\$ para attender a despesas resultantes da neutralidade mantida pelo Brasil na actual guerra européa.

N. 11.241 — **MARINHA** — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Abre ao Ministerio da Marinha os creditos de reis 1.163:306\$720 e 1.894:176\$028, supplementares respectivamente ás verbas 18ª — Classes inactivas — e 20ª — Munições de bocca, — afim de occorrer a pagamentos dessa natureza.

N. 11.242 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Altera o decreto n. 11.047, de 42 de agosto de 1914, que autorizou a funcionar na Republica a sociedade anonyma Dótal Juiz de Fóra, com séde em Juiz de Fóra, Estado de Minas Geraes.

N. 11.243 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Modifica a clausula III do decreto n. 11.015, de 24 de julho de 1914, que autorizou a funcionar na Republica a sociedade de peculios mutuos S. Salvador da Bahia, com séde na capital do Estado da Bahia.

N. 11.244 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á Sociedade Paulista de Dotes, com séde na capital do Estado de S. Paulo, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.245 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Altera a clausula III do decreto n. 10.998, de 22 de julho de 1914, que autorizou a sociedade Dótal e Educadora Tombense a funcionar na Republica.

N. 11.246 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade anonyma de seguros Brasil Unido, com séde em Campos, Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.247 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.248 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Approva a resolução da assembléa geral extraordinaria, realizada em 6 de setembro de 1914, da Mutualidade Vitalicia dos Estados Unidos do Brasil.

N. 11.249 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.250 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.251 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Altera a clausula III do decreto n. 11.072, de 19 de agosto de 1914, que autorizou a sociedade mutua de peculios A Juiz Fórana a funcionar na Republica.

N. 11.252 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de in-

fantaria de guardas nacionaes na comarca de Nazareth, no Estado da Bahia.

N. 11.253 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.

N. 11.254 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 11.255 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais duas brigadas, sendo uma de infantaria e uma de cavallaria, de guardas nacionaes na comarca de Carinhanha, no Estado da Bahia.

N. 11.256 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapetininga, no Estado de S. Paulo.

N. 11.257 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais duas brigadas de artilharia de guardas nacionaes na comarca do Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.258 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio do Machado, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.259 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Paracatú, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.260 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Patrocínio do Sapucahy, no Estado de S. Paulo.

N. 11.261 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Curvello, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.262 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Varginha, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.263 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ubá, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.264 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Itaocara, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.265 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. Fidelis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.266 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. Fidelis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.267 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Concede ás companhias ou empresas que o requererem a prorrogação de praso de um anno, contado desta data, para o inicio, continuação ou conclusão de trabalhos de estradas de ferro e portos na Republica, contratados ou dados por concessão.

N. 11.268 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decrêto de 28 de outubro de 1914 — Declara caduco o contracto para o serviço de navegação entre o Rio de Janeiro e Iguape, celebrado com a Empresa de Navegação, Rio-S. Paulo, em virtude do decreto n. 9.966, de 26 de dezembro de 1912, bem como o contracto para o serviço de navegação entre Rio de Janeiro e Paraty, de que é cessionaria a mesma Empresa, autorizado pelo decreto n. 7.520, de 26 de agosto de 1909.

N. 11.269 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Approva o projecto e orçamento de regularização da parte inferior do rio Magé Velho, como complemento ao serviço de saneamento já feito em toda a bacia do referido rio.

N. 11.270 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Concede á «Amazon River Steam Navigation Company (1911), Limited», e ás companhias Comercio e Navegação e Nacional de Navegação Costeira prorrogação, por um anno, do praso marcado no art. 174 do regulamento approved pelo decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913, para a installação em seus navios deapparelhos de telegraphia sem fio.

N. 11.271 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Proroga até 28 de outubro de 1915 o praso estipulado na clausula VII do decreto n. 7.479, de 29 de julho de 1909, para o inicio da construcção da linha de Capivary a Cabo Frio, da Estrada de Ferro Leopoldina.

N. 11.272 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Autoriza a modificação proposta pela «The Great Western of Brazil Railway Company, Limited», no trecho do segundo trecho do prolongamento de Viçosa a Palmeira dos Indios, da Estrada de Ferro Central de Alagoas, entre as estacas 2.344 e 2.629, da locação definitiva e approva os respectivos estudos.

N. 11.273 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barretos, no Estado de S. Paulo.

N. 11.274 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Muaná, no Estado do Pará.

N. 11.275 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Marabá, no Estado do Pará.

N. 11.276 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.

N. 11.277 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.

N. 11.278 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Leopoldina, no Estado de Alagoas.

N. 11.279 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea mais duas brigadas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Baurú, no Estado de S. Paulo.

N. 11.280 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Granito, no Estado de Pernambuco.

N. 11.281 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Juiz de Fora, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.282 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.283 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.284 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. José de Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.285 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Alfenas, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.286 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca do Rio Bonito, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.287 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Santa Maria Magdalena, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.288 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de ca-



vallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Bonito, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.289 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. José de Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.290 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 250:000\$, supplementar á consignação «Para occorrer ás despesas provenientes de epidemias, etc.», da verba 28ª do art. 2º da lei do orçamento vigente.

N. 11.291 — MARINHA — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 666:538\$080 para occorrer ao pagamento da differença de diarias aos operarios, jornaleiros, diaristas e trabalhadores dos arsenaes e Directoria do Armamento, durante o corrente exêrcicio.

N. 11.292 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.293 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.294 — FAZENDA — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Concede autorização para funcionar á Sociedade Jupiter e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.295 — FAZENDA — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma A Segurança da Familia, feita em assembléa geral extraordinaria realizada em 20 de setembro de 1914.

N. 11.296 — FAZENDA — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Modifica a clausula II do decreto n. 11.014, de 23 de julho de 1914, que concedeu autorização para funcionar na Republica á sociedade de auxilios mutuos de dotes por casamentos e nascimentos S. Paulo Dotal, com séde na capital do Estado de S. Paulo.

N. 11.297 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Approva o projecto e orçamento para a limpeza e desobstrucção do rio Iguassú e de todos os tributários que a elle concorrem.

N. 11.298 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Concede autorização á Companhia Hanseatika para continuar a funcionar na Republica.

N. 11.299 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de novembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 500:000\$ para occorrer ás despesas com a conclusão do edificio dos Correios e Telegraphos na cidade de Nietheroy.

N. 11.300 — GUERRA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1.500:000\$, supplementar á verba 13ª — Material, — n. 27 «Transporte de tropas, etc.» do art. 20 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 11.301 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 60:000\$ para pagamento da subvenção de 15:000\$ a cada um dos Estados de Matto Grosso, S. Paulo, Paraná e Parahyba, para ser applicada em auxilio aos estabelecimentos de assistencia, caridade e beneficencia das capitães dos mesmos Estados.

N. 11.302 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barra de Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.303 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crêa mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Barra de Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.304 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. João Marcos, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.305 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Theresopolis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.306 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Santa Theresa no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.307 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de S. Lourenço da Matta, no Estado de Pernambuco.

N. 11.308 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Nazareth, no Estado de Pernambuco.

N. 11.309 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. Francisco do Paula, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.310 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 11.311 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Pardo, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.312 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no departamento de Tarauacá, no territorio do Acre.

N. 11.313 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sorocaba, no Estado de S. Paulo.

N. 11.314 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Itapolis, no Estado de S. Paulo.

N. 11.315 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crêa mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

N. 11.316 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.

N. 11.317 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais quatro brigadas de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Areias, no Estado da Bahia.

N. 11.318 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Estancia, no Estado de Sergipe.

N. 11.319 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Lagarto, no Estado de Sergipe.

N. 11.320 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Lagarto, no Estado de S. Paulo.

N. 11.321 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campo Maior, no Estado do Piahy.

N. 11.322 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João do Araguaia, no Estado do Pará.

N. 11.323 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Fidelis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.324 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Fidelis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.325 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 41.326 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavalaria de guardas nacionaes na comarca de Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 41.327 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 41.328 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 41.329 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de cavalaria de guardas nacionaes na comarca de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 41.330 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 41.331 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda um credito extraordinario de 4.827:235\$202, papel, e 477\$777, ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 41.332 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Autoriza a funcionar na Republica A Conjugal Brasileira, sociedade anonyma de peculios, com sede em Muzambinho, Estado de Minas Geraes.

N. 41.333 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade mutua de peculios Conforto da Familia, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 41.334 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade mutua Matrimonial Brasileira e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 41.335 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade mutua de peculios A Guanabara e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 41.336 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 41.337 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Concede autorização á sociedade Dotal Paulista e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 41.338 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 41.339 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade de auxilios mutuos e peculios por mutualidade Mutua Passense, com sede em Passos, Estado de Minas Geraes, e approva, com alterações, os seus estatutos.



N. 11.340 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Approva, com alterações, a reforma dos estatutos da sociedade Fraternidade Pernambucana, approvada em assembléas geraes de 12 de dezembro de 1913 e 1 de junho de 1914.

N. 11.341 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Modifica a clausula III do decreto n. 11.121, de 3 de setembro de 1914, que autorizou a funcionar a sociedade mutua A Estados Unidos, com séde em Bello Horizonte, Estado de Minas Geraes.

N. 11.342 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Modifica a clausula III do decreto n. 11.246, de 28 de outubro de 1914, que autorizou a sociedade anonyma de seguros Brasil Unido, com séde na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, a funcionar na Republica.

N. 11.343 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Modifica a clausula III do decreto n. 11.186, de 7 de outubro de 1914, que concede autorização para funcionar na Republica á sociedade Perseverança do Recife.

N. 11.344 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Modifica a clausula III do decreto n. 11.244, de 28 de outubro do corrente anno, que autoriza a funcionar na Republica á Sociedade Paulista de Dotes, com séde na capital do Estado de S. Paulo.

N. 11.345 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.346 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Concede autorização para funcionar á sociedade mutua Caixa Geral das Creanças, com séde nesta capital, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.347 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Modifica o decreto n. 10.836, de 1 de abril de 1914, que modificou a clausula III do decreto n. 10.366, de 30 de julho de 1913, que concedeu autorização á sociedade anonyma Companhia de Seguros Novo Mundo, com séde nesta capital, para funcionar na Republica.

N. 11.348 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Modifica o decreto n. 11.216, de 21 de outubro de 1914, que autoriza a sociedade mutua A Esperança do Brasil a funcionar na Republica.

N. 11.349 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Concede autorização para funcionar á sociedade anonyma de peculios mutuos Sul-Mineira, com séde em Santa Rita de Cassia, Estado de Minas Geraes, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.350 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Autoriza a sociedade mutua Economia Popular, com séde em S. Paulo, a funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.351 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.352 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Approva a reforma dos estatutos da Cooperativa Mineira de Lactecios.

N. 11.353 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a Turquia..

N. 11.354 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1914 — Publica a adesão de Portugal, por todas as suas Colonias, ás convenções internacionaes relativas á unificação de certas regras em materia de abalroamento, bem como em materia de assistencia e salvamento marítimos.

N. 11.355 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.356 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1914 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 170:000\$, ouro, para occorrer ás despesas extraordinarias no exterior accrescidas pela conflagração européa.

N. 11.357 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barra de Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.358 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.

N. 11.359 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

N. 11.360 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1914 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Valença, no Estado da Bahia.

N. 11.361 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1914 — Autoriza a sociedade Mutua Predial Bahiana a funcionar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 11.362 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1914 — Autoriza a funcionar na Republica a sociedade mutua A Insuperavel, com séde nesta capital, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.363 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1914 — Autoriza a funcionar na Republica a sociedade anonyma A Previsora, e approva, com alterações, os seus estatutos..

N. 11.364 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1914 — Concede autorização para funcionar á sociedade de seguros mutuos e auxilios Palladium, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.365 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1914 — Concede autorização para funcionar á sociedade de seguros mutuos Dotal Jahuense e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.366 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1914 — Crea um consulado em La Mans.

N. 11.367 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 854:818\$171 para pagamento de excesso de despesas verificado em consignações da Repartição da Policia, da Casa da Detenção, da Colonia Correccional de Dous Rios e da Escola Premunitoria Quinze de Novembro, do n. 15 do art. 2º da lei do orçamento do exercicio de 1913.

N. 11.368 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1914, o credito suplementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 636:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 11.369 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, no corrente exercicio de 1914, o credito especial de 168:442\$792 para occorrer ás despesas accrescidas no exercicio de 1913 na consignação do Hospicio Nacional e das colonias de alienados.

N. 11.370 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1914, o credito suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 11.370 A — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1.443:548\$ á verba 12ª — Imprensa Nacional e *Diario Official*.

N. 11.371 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.372 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.373 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:000\$ para pagamento de subvenção ao Asylo do Bom Pastor.

N. 11.374 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção á Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro.

N. 11.375 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia, inclusive auxilio para aluguel de casa.

N. 11.376 — FAZENDA — Decreto de 2 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 40:758\$500 para pagamento a Pedro Rodrigues de Carvalho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 11.377 — MARINHA — Decreto de 2 de dezembro de 1914 — Altera os arts. 66, 85 e 90 da ordenança para o serviço da Armada brasileira, approvada pelo decreto n. 8.290.

de 11 de outubro de 1910, revogando as disposições em contrario.

N. 11.378 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de dezembro de 1914 — Rescindir o contrato de que são cessionarios La Roche Frota & Comp., celebrado de accordo com o decreto n. 8.183, de 1 de setembro de 1910, para um serviço de navegação regular entre os portos de Belém, Manaus e os do rio Juruá e seus afluentes.

N. 11.379 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de dezembro de 1914 — Approva os projectos e orçamentos, na importancia total de 90:775\$612, para execução de diversas obras de melhoramento nas estações de Cacequy, Cruz Alta, Carlos Barbosa e Taquara, da Rede de Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

N. 11.380 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.381 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda um credito especial de 355\$100 para pagamento de custas devidas ao Dr. João Vieira da Cunha, em virtude de sentença judiciaria.

N. 11.382 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 172\$500 para pagamento de custas devidas a Antonio Gomes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 11.383 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1914 — Suspende, até ulterior deliberação, a execução das providencias contidas nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 1º da lei numero 2.863, de 21 de agosto de 1914.

N. 11.384 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1914 — Concede autorização para funcionar na Republica a sociedade A Gloria, e approva os seus estatutos, com alterações.

N. 11.385 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1914 — Promulga a adhesão do Brasil aos quatro actos relativos á União Internacional para protecção da propriedade industrial, assignados em Washington a 2 de junho de 1914.

N. 11.385 A. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 139:726\$560, supplementar á verba 8ª — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 11.386 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 126:793\$296 para occorrer ao pagamento das despesas com a mudança e adaptação da Camara dos Deputados para o edificio em que actualmente se acha.

N. 11.387 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Declara sem effeito o decreto numero 10.690, de 14 de janeiro de 1914, que concedeu regalias de paquete aos vapores *Camocim* e *Crathéus*, da Empresa de Navegação L. Lorentzen.

N. 11.388 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Proroga até 31 de dezembro do cor-



rente anno o prazo estabelecido na clausula VIII do decreto n. 7.122, de 17 de dezembro de 1908, para conclusão dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro de Itaquí a S. Borja.

N. 11.389 — MARINHA — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Corrige o art. II da consolidação das leis, decretos e decisões, approvada pelo decreto n. 10.991, de 15 de julho de 1914.

N. 11.390 — MARINHA — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 68:445\$760 para occorrer ao pagamento das despesas feitas com os concertos da canhoneira *Missões*, sua docagem e outras.

N. 11.391 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1914, o credito suplementar de 770:000\$, sendo 176:400\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 593:600\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 11.392 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores por conta do exercicio de 1914, o credito suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 11.393 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2:000\$ para pagamento de ajudas de custo, relativas ao exercicio de 1913, aos deputados Victor da Silveira e Celso Bayma.

N. 11.394 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 62:000\$, suplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 11.395 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 24:000\$ para pagamento de subvenção á Liga contra a Tuberculose.

N. 11.396 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 13:412\$905 para occorrer ao pagamento devido ao pessoal dispensado do Lazareto de Tamandaré e para as despesas de sua conservação.

N. 11.397 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:093\$312 para pagamento a Julio Victor Ross, em virtude de sentença judiciaria.

N. 11.398 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.399 — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Approva e manda adoptar novas convenções para o balisamento dos canaes, portos e barras do Brasil.

N. 11.400 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 443:796\$020 para as obras do Hospital Central do Exercito.

N. 11.401 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 135:000\$, complementar á verba 15<sup>a</sup> do art. 2º da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 11.402 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 51.680:000\$ para satisfazer compromissos da Estrada de Ferro Central do Brasil, Oeste de Minas e de Cruz Alta ao Ijuhy e para pagamento das diversas commissões extinctas da Inspectoria Federal das Estradas.

N. 11.403 — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Marinha os creditos supplementares de 957:473\$018, 2.270:758\$712, 1.164:306\$729, 1.836:985\$028 e 138:473\$199 ás verbas 4<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup>, 18<sup>a</sup> e 23<sup>a</sup> do art. 20 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 11.404 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 33:350\$633 para occorrer ao pagamento de funcionarios dispensados em 1914.

N. 11.405 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 75:748\$385, complementar á verba 2<sup>a</sup> do art. 47 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro do corrente anno.

N. 11.405 A — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Concede autorização a «The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 11.406 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 77:922\$350 para occorrer aos pagamentos devidos a Antonio Dias da Silva, em virtude de contracto celebrado em 9 de julho de 1912.

N. 11.406 A — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Concede autorização á sociedade anonyma Industrias Matarazzo do Paraná.

N. 11.407 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1914 — Abre ao Ministerio da Guerra os creditos de 128:800\$, especial, para occorrer ao pagamento a varios docentes do Collegio Militar do Rio de Janeiro, e de 263:000\$, complementar á verba 4<sup>a</sup> do art. 2º da lei n. 2.842, de 3 de janeiro do corrente anno.

## 1915

N. 11.408 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de janeiro de 1915 — Convoca extraordinariamente o Congresso Nacional para o dia 9 do corrente mez.

N. 11.409 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 698:577\$180, suplementar á verba 12ª — Imprensa Nacional e *Diário Oficial*, — do art. 79 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 11.410 — MARINHA — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Extingue o quadro suplementar da Armada, e dá outras providencias

N. 11.411 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 3.162:709\$ para despesas resultantes da elevação do numero de praças do Exército em 1914.

N. 11.412 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 2.502:470\$225, suplementar á verba 8ª — Soldos e gratificações de officiaes; — do art. 20 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 11.413 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 10:028\$715 para occorrer ao pagamento da differença de proventos a que tem direito o segundo tenente reformado do Exército, Alfredo Candido Moreira.

N. 11.414 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Abre pelo Ministerio da Guerra creditos especiaes até 6.500:000\$ para pagamento á « Fried. Krupp A. G. Deutsch Walfen und Munitionsfabriken » e « Dansk Rekylliffeld Syndicat » e outros, por fornecimentos e para despesas com fretes o seguro do material adquirido.

N. 11.415 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito extraordinario de 8:323\$400, sendo 1:623\$400 para pagamento da folha do pessoal do almoxarifado da Villa Proletaria Marechal Hermes, relativa ao mez de janeiro de 1914, e 6:700\$ para pagamento ao almoxarife da mesma villa José Ignacio de Britto.

N. 11.416 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 22:206\$662, suplementar á sub-consignação « Officiaes aggregados », do n. 15 — Brigada Policial, — do art. 2º da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 11.417 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:000\$ para pagamento de ajudas de custo do anno de 1912 ao deputado Ramiro Ferreira de Saturnino Braga.

N. 11.418 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 28:444\$997

para occorrer ao pagamento devido aos officiaes da Brigada Policial aggregados, por molestia, no exercicio de 1913.

N. 11.419 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 785:977\$033, complementar á verba 15ª — Policia do Districto Federal, — do art. 2º da lei n. 2.842, de 3 de janeiro ultimo.

N. 11.420 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 999\$996 para pagamento de gratificações ao tenente-coronel graduado do Corpo de Bombeiros. Dr. José Joaquim de Azevedo Brandão.

N. 11.421 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 86:515\$280 para pagar a indemnização devida ao Dr. Aristoteles Ambrosino Gomes Calça e D. Theresa Barbosa de Oliveira Santos.

N. 11.422 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 900:000\$, complementar á sub-consignação «Acquisição, conservação e reparação de moveis, etc.», da verba 2ª do art. 64 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 11.423 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 13:985\$025 para o pagamento das subvenções pelas viagens realizadas em 1913 pela Empresa Fluvial Piauihyense.

N. 11.424 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1915 — Declara que os cargos de inspector federal de portos, rios e canaes, inspector federal das estradas e inspector das obras contra as seccas só poderão ser exercidos em commissão, desde já.

N. 11.425 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO E FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Approva o regulamento para reger os registros genealogicos de animaes reproductores, a cargo da Directoria Geral de Agricultura da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 11.426 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Annexa á Directoria do Serviço de Estatística a typographia do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 11.427 — MARINHA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Reduz o effectivo da Escola de Grunfetes.

N. 11.428 — MARINHA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Supprime as companhias fluviaes do Amazonas e do Matto Grosso.

N. 11.429 — MARINHA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1.000:000\$ para attender ás despesas resultantes da neutralidade mantida pelo Brasil na actual guerra européa.



N. 11.430 — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministério da Guerra o credito de 1.500:000\$, complementar á verba 13ª — Material — Diversas despesas, — n. 27 «Transporte de tropas, etc.», do art. 20 da lei numero 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 11.431 — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministério da Guerra o credito de 98:000\$, complementar á verba 13ª — Material, — n. 18, «Medicamentos, drogas, appositos, etc.», da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 11.432 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Providencia para a execução do art. 2º, alinea XII, § 1º, da lei n. 2.919, de 31 de dezembro de 1914.

N. 11.433 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 1.000:000\$, papel, complementar á verba 33ª — Exercícios findos, — do art. 79 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 11.434 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Autoriza o Ministério da Fazenda a emittir apolices até a quantia de 5.000:000\$, do juro annual de 5 %, papel.

N. 11.435 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Crea um consulado em Honolulu.

N. 11.436 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Dá novo regulamento á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 11.437 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 232:612\$173, para occorrer á solução de compromissos da Brigada Policial relativos ao anno de 1913 e á restituição dos depositos de que trata o art. 220 do regulamento que baixou com o decreto n. 9.262, de 28 de setembro de 1911.

N. 11.438 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 120:000\$ para pagamento de subvenção ao Dispensario de S. Vicente de Paulo, dirigido pela irmã Paula.

N. 11.439 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 30:000\$ para pagamento da subvenção de 15:000\$ a cada um dos governos dos Estados do Ceará e Santa Catharina para ser applicado em auxilios aos estabelecimentos de assistência, caridade e beneficencia das capitães dos mesmos Estados.

N. 11.440 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para occorrer ao pagamento de subvenção á Academia Nacional de Medicina.

N. 11.441 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministério da Justiça e

Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para occorrer ao pagamento de subvenção á Associação Protectora dos Cegos Dezesete de Setembro.

N. 11.442 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Approva o regulamento da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas.

N. 11.443 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 276:738\$296, ouro, para pagamento de juros devidos á Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

N. 11.444 — MARINHA — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Approva e manda executar o novo regulamento para o Estado-Maior da Armada.

N. 11.445 — GUERRA — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Estabelece nova alteração no plano de uniformes do Exército, relativamente a uma de suas peças.

N. 11.446 — GUERRA — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Approva o regulamento de continencias, signaes de respeito e honras militares.

N. 11.447 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERIO, MARINHA, GUERRA E RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Approva o regulamento sobre o processo dos exames de invalidez para os efeitos de licença, aposentadoria e jubilação dos funcionarios publicos civis da União.

N. 11.448 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Dá novo regulamento ao Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil.

N. 11.449 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Concede autorização á Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Retalhistas de Carnes Verdes para funcionar na Republica.

N. 11.450 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 28:000\$ para attender ao pagamento a J. C. Oakefull do livro de propaganda *Brazil in 1913*.

N. 11.451 — FAZENDA — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Concede autorização para funcionar na Republica á Sociedade Garantia Dotal das Familias e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.452 — FAZENDA — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 24:007\$437 para pagamento, em virtude de sentença judicial, a Pedro Rodrigues Barroso.

N. 11.453 — FAZENDA — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 97:299\$459 para restituição de impostos indevidamente cobrados a Luiz Hermann & Comp. e outros, conforme sentença judicial.

N. 11.454 — FAZENDA — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 186:864\$283, ouro, e 3.666:534\$454, papel, para solução de dividas de exercicios findos.

N. 11.455 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos de 260:174\$310, papel, e 532:778\$956, 10:752\$845 e 5:805\$8406, ouro, supplementares ás sub-consignações da verba 9ª, art. 64, da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

N. 11.456 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Approva o regulamento para a Inspectoria Federal de Viação Maritima e Fluvial.

N. 11.457 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de janeiro de 1915 — Approva o regulamento para a Inspectoria Geral de Iluminação.

N. 11.458 — FAZENDA — Decreto de 27 de janeiro de 1915 — Dá regulamento para cobrança do imposto sobre vencimentos, subsidios, etc.

N. 11.459 — GUERRA — Decreto de 27 de janeiro de 1915 — Approva o regulamento para o preenchimento de vagas do primeiro posto no quadro de intendentes.

N. 11.460 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de janeiro de 1915 — Reorganiza a Directoria do Serviço de Veterinaria a cargo do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, dando-lhe nova denominação, e approva o regulamento respectivo.

N. 11.461 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de janeiro de 1915 — Approva o regulamento dos postos zootechnicos federaes.

N. 11.462 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de janeiro de 1915 — Approva o regulamento para reger o Serviço de Inspeção das Fabricas de Productos Animaes, a cargo do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 11.463 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de janeiro de 1915 — Concede autorização á « Société Anonyme des Roulements à Billes Suèdois S. K. F. » para funcconar na Republica.

N. 11.464 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de janeiro de 1915 — Concede autorização á sociedade anonyma Educadora para funcconar na Republica.

N. 11.465 — FAZENDA — Decreto de 27 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 26:268\$114 para pagamento ao Dr. Luiz Alves Pereira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 11.466 — FAZENDA — Decreto de 27 de janeiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:330\$295 para occorrer a restituição devida á Sra. D. Antonia Viriato de Medeiros.

N. 11.467 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1915 — Reorganiza a Brigada Policial do Distrito Federal.

N. 11.468 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de janeiro de 1915 — Cassa as regalias de paquete concedidas aos vapores *Campeiro*, *Posteiro* e *Tropeiro*, de propriedade da Empresa de Navegação Sul-Rio-Grandense.

N. 11.469 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de janeiro de 1915 — Approva o regulamento para a Inspeccia Federal das Estradas.

N. 11.470 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de fevereiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 29:068\$ para occorrer ao pagamento de despesas a fazer-se com a execução do regulamento approved pelo decreto n. 11.436, de 13 de janeiro de 1915, no corrente anno.

N. 11.471 — FAZENDA — Decreto de 3 de fevereiro de 1915 — Providencia sobre a emissão de lettras do Thesouro até o valor de 50.000:000\$, ouro.

N. 11.472 — FAZENDA — Decreto de 3 de fevereiro de 1915 — Approva os estatutos da sociedade de seguros mutuos Montepio da Familia, com séde em S. Paulo, autorizada pelo decreto n. 7.852, de 3 de fevereiro de 1910.

N. 11.473 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de fevereiro de 1915 — Concede, a título provisorio, um terreno ao Instituto Hahnemanniano do Brasil, para fundação de um hospital para indigentes.

N. 11.474 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de fevereiro de 1915 — Approva o regulamento para a Inspeccia de Obras contra as Seccas.

N. 11.475 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de fevereiro de 1915 — Crea o Serviço de Algodão.

N. 11.476 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de fevereiro de 1915 — Crea a Estação Central do Serviço de Estatistica, dando-lhe nova denominação.

N. 11.477 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de fevereiro de 1915 — Crea a Estação Central de Chimica Agricola.

N. 11.478 — FAZENDA — Decreto de 5 de fevereiro de 1915 — Providencia sobre a emissão de lettras do Thesouro até o valor de 100.000:000\$, papel.

N. 11.479 — MARINHA — Decreto de 10 de fevereiro de 1915 — Approva e manda executar novo regulamento para as escolas de grumetes e de aprendizes marinheiros.

N. 11.480 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de fevereiro de 1915 — Promulga a convenção internacional radiotelegraphica, seu protocollo final e regulamento, assignados em Londres a 5 de julho de 1912.

N. 11.481 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de fevereiro de 1915 — Promulga a convenção internacional do



opio e o respectivo protocollo de encerramento, assignados na Haya a 23 de janeiro de 1912.

N. 11.482 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 10 de fevereiro de 1915 — Approva o regimento interno do Supremo Tribunal Militar.

N. 11.483 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de fevereiro de 1915 — Declara suspensos temporariamente os prazos de prioridade e outros relativos ás invenções industriaes e ás marcas de fabrica ou de commercio.

N. 11.484 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de fevereiro de 1915 — Reorganiza o Jardim Botânico.

N. 11.485 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de fevereiro de 1915 — Suspende o regulamento de terras devolutas da União, a que se referem os decretos ns. 10.405, de 5 de março de 1913, e 10.320, de 7 de julho do mesmo anno.

N. 11.486 — FAZENDA — Decreto de 10 de fevereiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda um credito extraordinario de 27:228\$546 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, a «The Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited».

N. 11.487 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de fevereiro de 1915 — Approva as alterações do plano de uniformes da Brigada Policial do Districto Federal.

N. 11.488 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de fevereiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 2.205:986\$515 para occorrer ao pagamento dos vencimentos dos funcionarios effectivos e interinos dispensados em virtude da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, que ficaram addidos de accordo com o art. 94 da mesma lei.

N. 11.489 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de fevereiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 233:860\$247 para attender aos compromissos assumidos com a liquidação da Superintendencia da Defesa da Borracha.

N. 11.490 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de fevereiro de 1915 — Concede autorização á «The Ouro Preto Gold Mines of Brazil, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 11.491 — FAZENDA — Decreto de 17 de fevereiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:200\$ para occorrer á despesa resultante da differença nos vencimentos dos ajudantes dos porteiros do The-souro e daquelle Ministerio.

N. 11.492 — FAZENDA — Decreto de 17 de fevereiro de 1915 — Approva o regulamento para a venda de mercadorias mediante sorteios (clubs) e respectiva classificação.

N. 11.493 — FAZENDA — Decreto de 17 de fevereiro de 1915 — Approva o regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto de transporte.

N. 11.494 — FAZENDA — Decreto de 17 de fevereiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 76:896\$ para occorrer ao pagamento das despesas realizadas com o levantamento dos cadastros dos proprios nacionaes em Minas e S. Paulo.

N. 11.495 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de fevereiro de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 125:250\$ para dar execução ao decreto n. 11.475, de 5 do corrente mez, que creou o Serviço de Algodão.

N. 11.496 — MARINHA — Decreto de 23 de fevereiro de 1915 — Dá novo regulamento ao Corpo de Praticos dos rios da Prata, Baixo-Paraná e Paraguay.

N. 11.497 — GUERRA — Decreto de 23 de fevereiro de 1915 — Faz a remodelação do Exercito nacional.

N. 11.498 — GUERRA — Decreto de 23 de fevereiro de 1915 — Estabelece a constituição dos diversos elementos que entram na organização normal do Exercito activo e sua distribuição pelo territorio nacional.

N. 11.499 — GUERRA — Decreto de 27 de fevereiro de 1915. — Estabelece a constituição provisoria dos elementos que entram na organização do Exercito activo, com o effectivo orçamentario votado pelo Congresso Nacional em 1915.

N. 11.500 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de fevereiro de 1915 — Concede autorização a «Rio de Janeiro and S. Paulo Telephone Company» para funcionar na Republica.

N. 11.501 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES. — Decreto de 23 de fevereiro de 1915 — Abre o credito especial de 100:000\$ para pagamento de subvenção á Maternidade do Rio de Janeiro.

N. 11.502 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1915 — Cassa as regalias de paquete do vapor *Sobral*, de propriedade da Empresa de Navegação L. Lorentzen & Comp.

N. 11.503 — FAZENDA — Decreto de 23 de fevereiro de 1915 — Concede autorização ao «The National City Bank of New York», com séde em Nova York, para estabelecer uma succursal na Capital Federal e agencias nas cidades de Santos, S. Paulo, Recife, Belém e Bahia.

N. 11.504 — FAZENDA — Decreto de 23 de fevereiro de 1915 — Approva as resoluções da assembléa geral de 22 de outubro de 1914 da Previdencia, Caixa Paulista de Pensões e Peculios, com séde em S. Paulo.

N. 11.505 — MARINHA — Decreto de 4 de março de 1915 — Approva e manda executar novo regulamento para as capitancias de portos.

N. 11.506 — GUERRA — Decreto de 4 de março de 1915 — Estabelece as inspecções de armas ou serviços.

N. 11.507 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de março de 1915 — Crea a estação de Biologia Marinha.

N. 11.508 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de março de 1915 — Reorganiza a Directoria de Meteorologia e Astronomia.

N. 11.509 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de março de 1915 — Reorganiza o serviço de Informações e Divulgações, dando-lhe nova denominação.

N. 11.510 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1915 — Providencia sobre a emissão de letras na Delegacia do Thesouro Nacional em Londres por conta da importancia de 50.000:000\$, ouro, a que se refere o decreto n. 11.471, de 3 de fevereiro ultimo.

N. 11.511 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1915 — Approva o regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo.

N. 11.512 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1915 — Cassa o decreto n. 8.682, de 19 de abril de 1911, que autorizou a sociedade Previdente Amparense, com sede na cidade de Amparo, Estado de S. Paulo, a funcionar na Republica e approvou os seus estatutos.

N. 11.513 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1915 — Rectifica os decretos ns. 2.935 e 11.496, de 6 de janeiro de 1915.

N. 11.514 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de março de 1915 — Approva o projecto e orçamento na importancia de 384:158\$539 para a construcção da estação de Lages e suas dependencias, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

N. 11.515 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de março de 1915 — Approva o regulamento para a Repartição de Aguas e Obras Publicas.

N. 11.516 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1915 — Autoriza o Ministerio da Fazenda a emitir apolices da divida publica, até o valor de 5.000:000\$, papel, para pagamento de todas as dividas provenientes de sentenças judiarias.

N. 11.517 — MARINHA — Decreto de 10 de março de 1915 — Approva e manda executar o novo regulamento para a Escola Naval de Guerra.

N. 11.518 — GUERRA — Decreto de 10 de março de 1915 Organiza os quadros ordinario e supplementar dos officiaes das armas do Exercito, e dá outras providencias.

N. 11.519 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de março de 1915 — Reorganiza o Serviço de Inspeção e Defesa Agricolas, dando-lhe nova denominação.

N. 11.520 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de março de 1915 — Approva o regulamento para a Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 11.521 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1915 — Approva o regulamento para a arrecadação das taxas de consumo d'agua no Districto Federal.

N. 11.522 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 5:919\$900 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, a Seraphim Gonçalves Nogueira.

N. 11.523 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de março de 1915 — Concede autorização á «Booth & Company (London), Limited», para funcionar na Republica.

N. 11.524 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1915 — Autoriza a revisão do contracto celebrado com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, em virtude do decreto n. 10.295, de 25 de junho de 1913, e alterado em sua clausula I pelo decreto n. 10.377, de 6 de agosto do mesmo anno.

N. 11.525 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1915 — Concede a rescisão de contracto para o serviço de navegação do rio Uruguay até Santo Isidro, no Estado do Rio Grande do Sul, celebrado com Barbará Filhos, em virtude do decreto n. 7.550, de 16 de setembro de 1909,

N. 11.526 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1915 — Approva o regulamento para a Inspeção Federal de Portos Rios e Canaes.

N. 11.527 — FAZENDA — Decreto de 17 de março de 1915 — Approva o regulamento para a cobrança do sello sobre as facturas ou contas assignadas.

N. 11.528 — FAZENDA — Decreto de 17 de março de 1915 — Approva, com alterações, os novos estatutos da sociedade mutua de seguros Salvadora Mineira, com sede em Guaxupé, Estado de Minas Geraes, adoptados pela assembléa geral extraordinaria de 3 de outubro de 1914.

N. 11.529 — FAZENDA — Decreto de 17 de março de 1915 — Approva as alterações feitas nos estatutos da companhia de seguros terrestres e maritimos Lealdade, com sede em Belém, Estado do Pará, pela assembléa geral extraordinaria realizada em 25 de setembro de 1914.

N. 11.530 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de março de 1915 — Reorganiza o ensino secundario e superior na Republica.

N. 11.531 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de março de 1915 — Publica a adhesão da Republica de San Marino á convenção postal universal e outros actos, assignados em Roma em 26 de maio de 1906.

N. 11.532 — FAZENDA — Decreto de 25 de março de 1915 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 502:136\$446 para occorrer ao pagamento devido aos herdeiros do almirante Elysiario José Barbosa e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 11.533 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de março de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 25:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro.



N. 11.534 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1915 — Crea no Districto Federal mais um districto policial, de segunda entrancia, com a designação de trigésimo.

N. 11.535 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de março de 1915 — Approva o projecto e orçamento para o revestimento dos tuncéis, na linha de Theophilo Ottoni a Tremedal, da Rêde de Viação Geral da Bahia, do kilometro ao kilometro 50.

N. 11.536 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de março de 1915. — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 6:000\$ para despesas de material da Estação Central de Chimica Agricola.

N. 11.537 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de abril de 1915 — Concede autorização á Companhia Phenix para funcçãoar na Republica.

N. 11.538 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1915 — Approva o projecto e orçamento na importancia de 16:498\$933, relativos á construcção de tres desvios para depositos de carros e vagões nas proximidades da estação de Santa Maria, da rêde viação ferrea arrendada á Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil.

N. 11.539 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1915 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 13:591\$489, para a construcção de uma linha de ligação entre a rêde da «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil» e as linhas ferreas de serviço do novo porto do Rio Grande do Sul.

N. 11.540 — GUERRA — Decreto de 7 de abril de 1915 — Approva o regulamento para os grandes commandos, commandos de brigada e de circumscripção militar.

N. 11.541 — GUERRA — Decreto de 7 de abril de 1915 — Approva o regulamento para as inspecções de armas ou de serviço do Exercito.

N. 11.542 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de abril de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de subvenções ao Asylo S. Luiz.

N. 11.543 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de abril de 1915 — Concede autorização a «The Tijuco Company, Limited», para funcçãoar na Republica.

N. 11.544 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de abril de 1915 — Concede autorização á sociedade anonyma Augusta para continuar a funcçãoar na Republica.

N. 11.545 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de abril de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura Industria e Commercio o credito de 66:573\$150 para pagamento dos salarios do pessoal que trabalhou na Villa Proletaria Marechal Hermes durante o anno passado em serviço estranho á installação de esgotos e para indemnizar o cofre da mesma villa da importancia das folhas de pessoal pago com o rendimento dos alugueis dos predios.

N. 11.546 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 14 de abril de 1915 — Cria um consulado em Bombaim.

N. 11.547 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 14 de abril de 1915 — Approva os planos e orçamento, na importância de 25:276\$423, para a construção de dous armazens de mercadorias na linha federal de Itararé, da «Sorocabana Railway Company».

N. 11.548 — **FAZENDA** — Decreto de 15 de abril de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.500:000\$, supplementar á verba 31ª — Exercícios findos, — do art. 100 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro do corrente anno.

N. 11.549 — **FAZENDA** — Decreto de 19 de abril de 1915 — Approva, com modificações, as alterações feitas nos estatutos da sociedade de auxílios mutuos A Protectora.

N. 11.550 — **MARINHA** — Decreto de 22 de abril de 1915 — Reorganiza o Gabinete de Analyses da Marinha, creando o serviço tecnico analytico da Armada e uma secção de especialistas no quadro de pharmaceuticos do Corpo de Saude.

N. 11.551 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 22 de abril de 1915 — Publica a denuncia da Grã-Bretanha pela colonia britannica Nigeria do Sul da convenção postal universal.

N. 11.552 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 22 de abril de 1915 — Publica a adhesão da Colombia ao Instituto Internacional de Agricultura em Roma.

N. 11.553 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 22 de abril de 1915 — Publica a adhesão da Grã-Bretanha, pelo Estado britannico de Bornéo do Norte ao accôrdo de Roma de 1906, relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado.

N. 11.554 — **FAZENDA** — Decreto de 22 de abril de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 50:000\$, papel, para occorrer ás despesas de administração e custeio das villas proletarias Marechal Hermes e D. Orsina da Fonseca.

N. 11.555 — **AGRICULTURA INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 22 de abril de 1915 — Concede autorização á Companhia Industrial e Mercantil Casa Fracalanza para funcionar na Republica.

N. 11.556 — **FAZENDA** — Decreto de 23 de abril de 1915 — Cassa o decreto n. 8.921, de 23 de agosto de 1911, que autorizou a funcionar na Republica a sociedade A Mútua Paranaense, com séde em Ponta Grossa, Estado do Paraná.

N. 11.557 — **FAZENDA** — Decreto de 23 de abril de 1915 — Cassa os decretos ns. 10.482, de 15 de outubro de 1913, e 10.772, de 18 de fevereiro de 1914, referentes á sociedade mutua providencia Dotal Brasileira, com séde nesta Capital.

N. 11.558 — **FAZENDA** — Decreto de 23 de abril de 1915 — Cassa o decreto n. 10.440 de 18 de setembro de 1913, que autorizou a companhia de seguros sobre a vida Guanabara, com séde nesta Capital, a funcionar na Republica e approvou, com alterações, os seus estatutos.

N. 11.559 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 11.560 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 26 de abril de 1915 — Promulga a adesão á convenção internacional, assignada em Washington a 14 de outubro de 1915.

N. 11.561 — **GUERRA** — Decreto de 28 de abril de 1915 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4.500:000\$ para attender ás despesas urgentes.

N. 11.562 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 28 de abril de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 4:569\$460 para attender ás despesas com o pessoal da typographia da Directoria Geral de Estatistica.

N. 11.563 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 28 de abril de 1915 — Concede autorização á "The Rio Grande Light and Power Syndicate, Limited", para funcionar na Republica.

N. 11.564 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 28 de abril de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 17:600\$, necessario ao custeio da Estação de Biologia Marinha.

N. 11.565 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de abril de 1915 — Approva o regulamento para a Inspectoria de Esgotos da Capital Federal.

N. 11.566 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de abril de 1915 — Declara sem effeito o decreto n. 11.160, de 23 de setembro de 1914, referente á linha de bitola larga da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

N. 11.567 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de abril de 1915 — Cassa o decreto n. 10.110, de 5 de março de 1913, que autorizou a funcionar na Republica a sociedade beneficente de peculios A Garantia Paulista com séde na capital do Estado de S. Paulo.

N. 11.568 — **FAZENDA** — Decreto de 28 de abril de 1915 — Cassa o decreto n. 8.171, de 25 de agosto de 1910, que concedeu autorização á Cooperativa Beneficente Mutua Brasileira, com séde em Batataes, Estado de S. Paulo para funcionar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 11.569 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 28 de abril de 1915 — Altera os arts. 10 do regulamento approved pelo decreto n. 9.196, de 9 de dezembro de 1911; 28 do regulamento approved pelo decreto n. 8.835, de 11 de junho de 1911; 4º do regulamento approved pelo decreto n. 10.821, de 18 de março de 1914, e dá outras providencias.

N. 11.570 — **FAZENDA** — Decreto de 5 de maio de 1915 — Providencia sobre a emissão de letras do Thesouro até o valor de 50.000:000\$, papel.

N. 11.571 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 5 de maio de 1915 — Concede autorização. "The S. Paulo (Brazilian) Railway Company, Limited", para funcionar na Republica.

N. 11.572 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 5 de maio de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 554:249\$997, sendo 474:249\$997 para

pessoal e 80:000\$ para material, destinado a completar a verba orçamentaria da Inspectoria Federal das Estradas.

N. 11.573 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de maio de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campo Grande, no Estado de Matto-Grosso.

N. 11.574 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de maio de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Vigia, no Estado do Pará.

N. 11.575 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de maio de 1915 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Chaves, no Estado do Pará.

N. 11.576 — Decreto de 12 de maio de 1915 — Cassa o decreto n. 10.164, de 9 de abril de 1913, que autorizou a sociedade anonyma de peculios e auxilios mutuos A Liberal, com séde nesta capital, a funcionar na Republica e approva os seus estatutos.

N. 11.577 — FAZENDA — Decreto de 12 de maio de 1915 — Manda incorporar ao quadro dos funcçionarios extinctos do Ministerio da Fazenda os ex-inspectores de Fazenda, Carlos Vieira Machado e José Bellens de Almeida.

N. 11.578 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de maio de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 4:000\$ para despesas de material da Estação Central de Chimica Agricola.

N. 11.579 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de maio de 1915 — Approva o regulamento para importação, com auxilio do Governo Federal, e transporte, no paiz, de animaes reproductores.

N. 11.580 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carmo do Rio Claro, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.581 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maracanã, no Estado do Pará.

N. 11.582 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.

N. 11.583 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Soure, no Estado do Pará.

N. 11.584 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Breves, no Estado do Pará.



N. 11.585 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Breves, no Estado do Pará.

N. 11.586 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:800\$ para pagamento de pensão ao maestro Elpidio Pereira.

N. 11.587 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1915 — Promulga tres convenções assignadas pelos delegados á Conferencia de Defesa Agricola em 10 de maio de 1913, na cidade de Montevidéo.

N. 11.588 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1915 — Promulga as convenções assignadas pelos delegados á Conferencia Internacional Americana realizada em julho e agosto de 1910 na cidade de Buenos Aires.

N. 11.589 — GUERRA — Decreto de 19 de maio de 1915 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 50:000\$ para pagamento das despesas com os vencimentos de tres officiaes do Exercito, presentemente na Europa.

N. 11.590 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de maio de 1915 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Italia e a Austria-Hungria.

N. 11.591 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1915 — Publica a adhesão da Bolivia ás convenções e resoluções sancionadas pela Conferencia Internacional Americana.

N. 11.592 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1915 — Publica a adhesão da Grã-Bretanha, pelos Estados Federados Malayos (Negri, Sembilan, Pahang, Perak e Selanger), ao accôrdo relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado e a convenção principal, assignados em Roma a 26 de maio de 1916.

N. 11.593 — FAZENDA — Decreto de 26 de maio de 1915 — Approva as resoluções da assembléa geral extraordinária da Companhia Paulista de Seguros, com séde na capital do Estado de S. Paulo, realizada em 27 de março de 1915.

N. 11.594 — FAZENDA — Decreto de 26 de maio de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 843:479\$500, papel, para occorrer aos compromissos resultantes do contracto para a construcção do edificio da Delegacia Fiscal do Rio Grande do Sul.

N. 11.595 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bella Vista, no Estado de Matto Grosso.

N. 11.596 — GUERRA — Decreto de 2 de junho de 1915 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 6.500:000\$, destinado a pagamentos relativos a fornecimentos feitos em virtude de contractos, ajuste e termo de encomenda.

N. 11.597 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de D. Pedrito, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 11.598 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 317:889\$405, destinado ao pagamento de funcionarios addidos da Inspectoria Federal das Estradas.

N. 11.599 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de junho de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 430:040\$323 para occorrer ás despesas necessarias á execução dos regulamentos approvados pelos decretos ns. 11.460 e 11.461, de 27 de janeiro ultimo.

N. 11.600 — FAZENDA — Decreto de 2 de junho de 1915 — Concede autorização ao Banco Nacional Ultramarino para estabelecer agencias em S. Paulo e Santos.

N. 11.601 — FAZENDA — Decreto de 2 de junho de 1915 — Corrige o decreto n. 11.048, que concedeu autorização á Sociedade Mutua Concordia para funcionar na Republica.

N. 11.602 — MARINHA — Decreto de 9 de junho de 1915 — Approva e manda executar novo regulamento para o Corpo de Patrões-Móres da Armada.

N. 11.603 — FAZENDA — Decreto de 9 de junho de 1915 — Approva as alterações feitas nos estatutos da "Nord-Deutsche Versicherungs-Gesellschaft", com sede em Hamburgo, na Allemanha.

N. 11.604 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de junho de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 20:000\$ para attender, no corrente anno, ás despesas de material do Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil, de accôrdo com as exigencias do regulamento approved pelo decreto n. 11.448, de 20 de janeiro de 1915.

N. 11.605 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1915 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Castro, no Estado do Paraná.

N. 11.606 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1915 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes, na comarca de Foz de Iguaçu, no Estado do Paraná.

N. 11.607 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 258:000\$, suplementar á verba 9ª do art. 2º da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, para pagamento de ajudas de custo aos membros do Congresso Nacional, no actual exercicio.

N. 11.608 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de junho de 1915 — Approva o projecto de um edificio destinado a lavanderia e outras dependencias do Hotel das Palmeiras, da Estrada de Ferro Corcovado e bem assim o respectivo orçamento na importancia de 18:000\$000.

N. 11.609 — GUERRA — Decreto de 16 de junho de 1915 — Altera o regulamento da Escola Militar, a que se referem os decretos ns. 10.198, de 30 de abril de 1913, e 10.832, de 28 de março de 1914, quanto ao art. 4º em uma de suas partes.

N. 11.610 — FAZENDA — Decreto de 16 de junho de 1915 — Concede autorização para funcionar a sociedade de seguros mutuos sobre a vida e contra accidentes Nova Era, e approva, com alterações, seus estatutos.

N. 11.611 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de junho de 1915 — Proroga por mais um anno o praso fixado á « Manáos Harbour, Limited », para a conclusão da parte restante da muralha do cães e respectivo aterro.

N. 11.612 — FAZENDA — Decreto de 23 de junho de 1915 — Cassa o decreto n. 10.165, de 9 de abril de 1913, que concedeu autorização á sociedade anonyma de peculios, pensões e habitações populares Fraternidade Sul-Mineira, com séde em Itajubá, Estado de Minas Geraes, para funcionar na Republica.

N. 11.613 — FAZENDA — Decreto de 23 de junho de 1915 — Cassa o decreto n. 11.348, de 16 de dezembro de 1914 que concedeu autorização á sociedade mutua A Gloria, com séde nesta capital, para funcionar na Republica.

N. 11.614 — FAZENDA — Decreto de 23 de junho de 1915 — Cassa o decreto n. 10.224, de 21 de maio de 1913, que concedeu autorização para funcionar na Republica á sociedade anonyma de seguros, peculios e rendas A Popular, com séde nesta capital, bem assim os decretos ns. 10.750 e 10.751, de 11 de fevereiro de 1914, que approvaram resoluções da mesma sociedade em assembléas geraes de seus accionistas.

N. 11.615 — FAZENDA — Decreto de 23 de junho de 1915 — Approva com alterações, a reforma dos estatutos da sociedade mutua de peculios e garantia de capital Tranquillidade, autorizada pelo decreto n. 7.548, de 16 de setembro de 1902.

N. 11.616 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de junho de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Vianna, no Estado do Espirito Santo.

N. 11.617 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de junho de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pombal, no Estado da Parahyba.

N. 11.618 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de junho de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Souza, no Estado da Parahyba.

N. 11.619 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de junho de 1915 — Publica a adhesão das republicas de Guatemala e Paraguay á convenção postal universal, assignada em Roma a 26 de maio de 1906.

N. 11.620 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de junho de 1915 — Autoriza a revisão do contracto celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor em virtude do decreto n. 9.486, de 30 de março de 1912.

N. 11.621 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de junho de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 535:846\$750, destinado ao pagamento de funcionarios addidos da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 11.622 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de junho de 1915 — Approva o projecto e orçamento, na importância de 75:752\$218, para a construção de uma ponte com oito metros de vão sobre o rio Agú, em substituição do pontilhão de quatro metros na estaca 160+5, variante de S. Gonzalo, do ramal da Feira de Sant'Anna, da Estrada de Ferro Central da Bahia.

N. 11.623 — MARINHA — Decreto de 7 de julho de 1915 — Altera disposições do regulamento das capitancias de portos.

N. 11.624 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de julho de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 12:700\$ para occorrer ás despesas de material com a execução de serviços do regulamento approved pelo decreto n. 11.476, de 5 de fevereiro de 1915.

N. 11.625 — FAZENDA — Decreto de 7 de julho de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 52:600\$, supplementar á verba — Alfandegas, — do orçamento vigente, para pagamento a 20 guardas augmentados na Alfandega de Porto Alegre.

N. 11.626 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1915. — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Vigia, no Estado do Pará.

N. 11.627 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Aricary, no Estado do Pará.

N. 11.628 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Francisco, no Estado de Sergipe.

N. 11.629 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Christovão, no Estado de Sergipe.

N. 11.630 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe.

N. 11.631 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.

N. 11.632 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Capella, no Estado de Sergipe.

N. 11.633 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-



socios Interiores o credito especial de 4:000\$ para pagamento da subvenção á Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 11.634 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de julho de 1915 — Autoriza a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande a reforçar e renovar convenientemente as pontes do trecho de Paranaguá a Ponta Grossa, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 11.635 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de julho de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 3:750\$, destinado ao pagamento de um funcionario addido da Inspectoria Geral de Iluminação.

N. 11.636 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de julho de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 9:803\$550. destinado ao pagamento de um funcionario addido da Inspectoria Federal das Estradas.

N. 11.637 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de julho de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 30:000\$ para attender, no corrente anno, ás despesas com a conservação e custeio de lanchas, serraria e material das fazendas do Rio Branco, no Estado do Amazonas.

N. 11.638 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de julho de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 5:548\$387 para attender ao pagamento dos vencimentos, no periodo de 15 de julho a 31 de dezembro de 1915, do sub-director da Sub-Directoria Technica da Directoria do Serviço de Agricultura Pratica.

N. 11.639 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1915 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Palmas, no Estado de Goyaz.

N. 11.640 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 24:000\$ para pagamento de subvenção á Liga Brasileira contra a Tuberculose.

N. 11.641 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 5.000:000\$ para ser applicado ás obras de reconhecida utilidade na zona do Nordéste assolada pela secca.

N. 11.642 — FAZENDA — Decreto de 21 de julho de 1915 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir apolices até a quantia de 20.000:000\$, juros de 5 %, papel.

N. 11.643 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de julho de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 90:000\$ para aquisição de vaccina contra a manqueira e sôro antiophidico, de que carece a Directoria do Serviço de Industria Pastoral.

N. 11.644 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de julho de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Palmas, no Estado de Goyaz.

N. 11.645 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de julho de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Araucaria, no Estado do Paraná.

N. 11.646 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de julho de 1915 — Rectifica a clausula I, n. I, das que baixaram com o decreto n. 11.524, de 17 de março do corrente anno, que autorizou a revisão do contracto celebrado com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, em virtude do decreto n. 10.295, de 25 de junho de 1913.

N. 11.647 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de julho de 1915 — Approva as clausulas para o proseguimento, em regimen provisorio, das obras do porto de Pernambuco, ora suspensas por motivo de força maior.

N. 11.648 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1915 — Autoriza o accôrdo com a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 11.649 — FAZENDA — Decrcto de 27 de julho de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de £ 402.000, em letras, ouro, correspondente a 3.573:780\$, ouro, para pagamento á «Société Française d'Entreprises au Brésil», em virtude de rescisão do contracto.

N. 11.650 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1915 — Publica o deposito de ratificação, pela Republica do Perú, da convenção postal universal, assignada em Roma a 26 de maio de 1906 e do accôrdo para o serviço de vales postaes.

N. 11.651 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1915 — Publica o deposito de ratificações, pelas republicas do Equador e Honduras, da convenção postal universal de Roma, de 26 de maio de 1906.

N. 11.652 — FAZENDA — Decreto de 28 de julho de 1915 — Cassa o decreto n. 10.190, de 23 de de abril de 1913, que autorizou a sociedade anonyma de peculios A Mutua Federal, com séde nesta capital, a funcionar na Republica.

N. 11.653 — FAZENDA — Decreto de 28 de julho de 1915 — Approva os novos estatutos do Banco Credito Real de Minas Geraes, bem como a resolução da assembléa geral e extraordinaria dos accionistas, realizada em 14 de abril de 1915.

N. 11.654 — FAZENDA — Decreto de 28 de julho de 1915 — Cassa o decreto n. 10.995, de 20 de julho de 1914, que autorizou a funcionar na Republica a sociedade mutua dotal Iracema, com séde nesta capital.

N. 11.655 — FAZENDA — Decreto de 28 de julho de 1915 — Approva, com alterações, as resoluções da assembléa geral extraordinaria de 17 de junho de 1915 da sociedade de peculios A Cosmopolita e a autoriza a funcionar na Republica.

N. 11.656 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de julho de 1915 — Concede autorização á Companhia de Avicultura para funcionar na Republica.

N. 11.657 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 150:000\$ para occorrer ás despesas

com a abertura dos quatro pavilhões de tuberculosos do Hospital de S. Sebastião.

N. 11.658 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:378\$666 para pagamento de gratificações addicionaes a funcionarios das secretarias do Senado e da Camara dos Deputados.

N. 11.659 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio do Madeira, do Estado de Matto Grosso.

N. 11.660 — MARINHA — Decreto de 4 de agosto de 1915 — Abre ao Ministerio da Marinhã o credito supplementar de 144:428\$917 á rubrica 7<sup>a</sup> — Corpo da Armada e classes annexas, — do corrente exercicio, para pagamento aos officiaes reformados que exercem commissões dos da activa.

N. 11.661 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1915 — Cassa o decreto n. 10.643, de 31 de dezembro de 1913, que autorizou a funcionar na Republica a sociedade Mutuaria Christã Brasileira, com sede em Bello Horizonte, Estado de Minas Geraes.

N. 11.662 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1915 — Cassa o decreto n. 10.885, de 14 de maio de 1914, que autorizou a sociedade de peculios mutuos A Concepcionense a funcionar na Republica.

N. 11.663 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1915 — Cassa o decreto n. 11.184, de 7 de outubro de 1914, que autorizou a sociedade mutua de seguros sobre a vida A Capitalizadora a funcionar na Republica.

N. 11.664 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1915 — Cassa o decreto n. 10.868, de 29 de abril de 1914, que autorizou a sociedade anonyma de peculios dotaes por casamento A Protectora Nupcial a funcionar na Republica.

N. 11.665 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1915 — Cassa o decreto n. 11.292, de 4 de novembro de 1914, que autorizou a sociedade mutua de seguros contra fogo Atlantica a funcionar na Republica.

N. 11.666 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1915 — Approva as resoluções da assemblea geral extraordinaria da Associação Mutua Paulista, bem como a encampação por essa Associação da sociedade mutua Excelsior.

N. 11.667 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1915 — Approva as resoluções da assemblea geral extraordinaria da sociedade anonyma Zona da Matta, bem como a encampação por essa sociedade anonyma de seguros da Garantia Mineira.

N. 11.668 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1915 — Approva a encampação feita pela sociedade nacional de seguros, peculios e rendas A Gaúcha da sociedade mutua Rio Grandense, autorizada a funcionar na Republica pelo decreto n. 10.433, de 10 de setembro de 1913, que por este fica revogada.

N. 11.669 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1915 — Approva, com alterações, os novos estatutos do Montepio

Geral de Economia dos Servidores do Estado, com sede nesta capital.

N. 11.670 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1915, — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 848:700\$, sendo 178\$800 á verba 5ª e 669:900\$ á verba 7ª do art. 2º da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 11.671 — FAZENDA — Decreto de 11 de agosto de 1915 — Cassa o decreto n. 10.217, de 15 de maio de 1913, que concedeu autorização á sociedade anonyma de pensões, peculios e dotes A Carioca, com sede nesta capital, para funcionar na Republica.

N. 11.672 — FAZENDA — Decreto de 11 de agosto de 1915 — Cassa a concessão feita pelo decreto n. 4.396, de 29 de abril de 1902, ao bacharel João Alvares Pereira de Lyra dos direitos e obrigações constantes do decreto n. 771, de 20 de setembro de 1890.

N. 11.673 — MARINHA — Decreto de 18 de agosto de 1915 — Reorganiza o quadro do pessoal da Directoria do Expediente do Ministerio da Marinha.

N. 11.674 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de agosto de 1915 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Industrias Matarazzo do Paraná.

N. 11.675 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de agosto de 1915 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Industrias Reunidas Fabricas Matarazzo.

N. 11.676 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de agosto de 1915 — Concede autorização á sociedade anonyma Engenho Central Conde Wilson para funcionar na Republica.

N. 11.677 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Maria da Bocca do Monte, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 11.678 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção á Cruz Vermelha Brasileira.

N. 11.679 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 15:000\$ para pagamento de subvenção á Assistencia de Crenças Pobres, annexas ao Instituto de Electricidade Medica do Dr. Alvaro Alvim.

N. 11.680 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1915 — Approva as modificações do projecto da ponte a ser construida sobre o Rio Grande, na linha de Igarapava a Uberabá, as relativas ao traçado desta linha entre as estacas 605+7 e 662+12 e o orçamento da differença de 22:602\$081 para mais entre o primitivo e o novo projecto.

N. 11.681 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1915 — Proroga por tres annos o praso para a conclusão das obras do porto do Rio Grande do Sul.



N. 11.682 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 18 de agosto de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 97:000\$ para attender á deficiencia da consignação « Districto radiotelegraphico do Amazonas », do exercicio de 1914.

N. 11.683 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 18 de agosto de 1915 — Approva o accôrdo realizado com a Empresa Estrada de Ferro Theresopolis para o fim de reduzir as responsabilidades assumidas pela União no contracto celebrado com a mesma Empresa em virtude do decreto n. 9.255, de 28 de dezembro de 1911.

N. 11.684 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 24 de agosto de 1915 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Italia e a Turquia.

N. 11.685 — **MARINHA** — Decreto de 25 de agosto de 1915 — Manda cessar o abono gratuito de fardamento aos fogueistas no acto do contracto para o serviço da Armada.

N. 11.686 — **FAZENDA** — Decreto de 25 de agosto de 1915 — Abre pelo Ministerio da Fazenda os creditos de 23:800\$, especial, e de 24:000\$, suplementar, á verba — Empregados das repartições e logares extinctos, — do exercicio de 1915.

N. 11.687 — **FAZENDA** — Decreto de 25 de agosto de 1915 — Approva, com alterações, os novos estatutos da sociedade mutua de peculios Thesouro da Familia, com séde na capital do Estado de Pernambuco, adoptados pela assembléa extraordinaria realizada em 25 de janeiro de 1915.

N. 11.688 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 25 de agosto de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 42:742\$397 para occorrer ao pagamento devido a funcionarios da Secretaria de Estado e dos serviços de Veterinaria e de Estatistica, que ficaram addidos por occasião da remodelação das mesmas repartições.

N. 11.689 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 25 de agosto de 1915 — Concede autorização á Companhia Brasileira Gasaccumulator (A. G. A.) para funcionar na Republica.

N. 11.690 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de agosto de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 13:985\$025 para attender ao pagamento de subvenções á Empresa Fluvial Piauihyense pelas viagens realizadas no anno de 1912.

N. 11.691 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de agosto de 1915 — Rescinde os contractos celebrados com João Corrêa & Irmão e o Banco da Provincia do Rio Grande do Sul para os estudos e a construcção das linhas ferreas de S. Pedro a S. Luiz e S. Borja e o prolongamento do ramal de Quarahy a Alegrete.

N. 11.692 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de agosto de 1915 — Declara a caducidade do contracto celebrado com " South American Railway Construction Company,

Limited», em virtude do decreto n. 8.711, de 10 de maio de 1911.

N. 11.693 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1915 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir em notas do The-souro Nacional até a quantia de 150.000:000\$ e igual quantia em apolices de 1:000\$, papel, juros de 5 %, com garantia especial para o resgate da mesma emissão.

N. 11.694 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1915 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir apolices, papel, do juro annual de 5 %.

N. 11.695 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de setembro de 1915 — Concede autorização á sociedade anonyma Grandes Moinhos Gamba para organizar-se.

N. 11.696 — FAZENDA — Decreto de 1 de setembro de 1915 — Cassa o decreto n. 11.335, de 11 de novembro de 1911, que concedeu autorização á sociedade mutua predial e de peculios A Guaranesia para funcionar na Republica.

N. 11.697 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de setembro de 1915 — Approva o projecto e o orçamento de um armazem para servir de deposito de inflammaveis no porto do Rio Grande do Sul.

N. 11.698 — MARINHA — Decreto de 15 de setembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 603:050\$500 ás verbas 10ª — Arsenaes — e 27ª — Directoria de Armamento, — do orçamento vigente, para pagamento de domingos e feriados aos operarios, aprendizes e serventes.

N. 11.699 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1915 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir apolices da divida publica, papel, do juro annual de 5 %, dos valores de 200\$ a 500\$000.

N. 11.700 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1915 — Approva, com alterações, os novos estatutos do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, com sede nesta capital.

N. 11.701 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de setembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 22:000\$ para attender a despesas da Directoria de Meteorologia e Astronomia no corrente anno.

N. 11.702 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de setembro de 1915 — Concede autorização a «The Texas Company (South American), Limited», para funcionar na Republica.

N. 11.703 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Curugá, no Estado do Pará.

N. 11.704 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de setembro de 1915 — Declara extinctos os cargos de inspectores effectivos da Inspectoria Federal das Estradas e da Inspectoria de Obras contra as Seccas.

N. 11.705 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1915 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de 47:300\$137 para pagamento D. Margarida da Camara Duarte Pereira e outros, em virtude de sentença judiciária.

N. 11.706 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1915 — Eleva até o máximo de 10:000\$ os depósitos nas caixas econômicas.

N. 11.707 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1915 — Restabelece o Monte de Socorro anexo à Caixa Econômica de S. Paulo.

N. 11.708 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Approva, com alterações, as modificações feitas nos estatutos da companhia de seguros Lloyd Paraense, com sede no Pará, pela assembléa geral extraordinária realizada a 2 de junho do corrente anno.

N. 11.709 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1915 — Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de 206\$850 para pagamento a Antonio Ferreira Netto, em virtude de sentença judiciária.

N. 11.710 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de setembro de 1915 — Concede à Empresa Fluminense da Pesca os favores de que trata o art. 69 do regulamento approved pelo decreto n. 9.672, de 17 de julho de 1912.

N. 11.711 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1915 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1915, o crédito suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 11.712 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1915 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1915, o crédito suplementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 636:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 11.713 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Cassa o decreto n. 10.484, de 15 de outubro de 1913, que autorizou a sociedade anonyma de seguros Ideal Mineira, com sede na cidade de Bello Horizonte, a funcionar na Republica.

N. 11.714 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Cassa o decreto n. 10.389, de 13 de agosto de 1913, que autorizou a sociedade mutua Beneficente Familiarista, com sede em S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 11.715 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Cassa os decretos 10.366, de 30 de julho de 1913; 10.836 e 10.864, de 1 e 19 de abril, e 11.347, de 11 de novembro de 1914, referentes ao funcionamento da Companhia de Seguros Novo Mundo.

N. 11.716 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Cassa o decreto n. 10.786, de 25 de fevereiro de 1914, que concedeu autorização á sociedade mutua Dote Matrimonial para funcionar na Republica.

N. 11.717 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Cassa o decreto n. 11.337, de 11 de novembro de 1914, que concedeu autorização á sociedade Dental Paulista, com sede na capital do Estado de S. Paulo, para funcionar na Republica.

N. 11.718 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Cassa os decretos ns. 11.246, de 28 de outubro, e 11.342, de 11 de novembro de 1914, referentes ao funcionamento da sociedade anonyma de seguros Brasil Unido.

N. 11.719 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Cassa o decreto n. 11.335, de 11 de novembro de 1914, que concedeu autorização á sociedade Guaranesia para funcionar na Republica.

N. 11.720 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado do Pará.

N. 11.721 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Soure, no Estado do Pará.

N. 11.722 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Concede autorização á sociedade anonyma « La Banane » para funcionar na Republica.

N. 11.723 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Concede autorização a « The Dental Manufacturing Company (Brasil), Limited », para funcionar na Republica.

N. 11.724 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Approva os projectos e o orçamento dos trabalhos complementares de consolidação a executar na ponte sobre o rio Taquary, na rede de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 11.725 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Cassa o decreto n. 10.265, de 12 de junho de 1913, que concedeu autorização á sociedade de auxilios mutuos e peculios por mutualidade A Bonança para funcionar na Republica.

N. 11.726 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1915 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito de 300:000\$, supplementar á rubrica 5ª, letra b — Aposentados, — do orçamento do mesmo Ministerio no corrente exercicio.

N. 11.727 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Concede autorização á « Société Forestière et Industrielle de S. Matheus » para continuar a funcionar na Republica.

N. 11.728 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Publica a adhesão da Grã-Bretanha, pelas suas possessões, Dominio da Nova Zelandia, Colonia de Ceylão, Colonia da Trindade e Tobago, á convenção da União de Paris para a protecção da propriedade industrial.

N. 11.729 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Publica a adhesão dos paizes sob o prote-



torado allemão á convenção da União de Paris de 20 de março de 1883, revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911, para protecção da propriedade industrial.

N. 11.730 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Publica a adhesão da Grã-Bretanha, pelas suas colónias de Ceylão, Trindade e Tobago, ao accôrdo de Madrid de 14 de abril de 1894, concernente á repressão de falsas indicações de proveniência sobre as mercadorias, revisto em Washington em 2 de junho de 1911.

N. 11.731 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Cassa os decretos ns. 10.044, de 6 de fevereiro e 10.588, de 3 de dezembro de 1913, referentes ao funcçãoamento da sociedade nacional de peculios e rendas A Victoria.

N. 11.732 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Approva as resoluções tomadas na assembléa geral dos associados da Sociedade Paulista de Dotes, effectuada em 30 de abril do corrente anno.

N. 11.733 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarea de Parnahyba, no Estado do Piahy.

N. 11.734 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarea de Pedro Segundo, no Estado do Piahy.

N. 11.735 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 8:652\$752 para pagamento dos vencimentos ao administrador dos Correios de Goyaz addido á Directoria Geral dos Correios, Manoel Santerre Guimarães.

N. 11.736 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Approva o projecto para a construcção de um caes de saneamento no porto do Rio Grande do Sul, em substituição do que foi approvedo pelo decreto n. 9.912, de 7 de dezembro de 1912.

N. 11.737 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Approva o projecto e o orçamento, na importancia de 84:295\$404, de uma barragem de terra com ponte projectados para a travessia do riacho Casinha, no nucleo central de alvenaria, em substituição do aterro e trecho de Lages a Caicó, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

N. 11.738 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Modifica o traçado da linha da Estrada de Ferro Oeste de Minas, entre Henrique Galvão e a Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 11.739 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1915 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 40:708\$643, para a construcção de uma estação, que será denominada Guaxima, no Kilómetro 546 da linha de Araguay, da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação.

N. 11.740 — MARINHA — Decreto de 13 de outubro de 1915 — Classifica como especial e não suplementar o credito aberto ao Ministerio da Marinha pelo decreto n. 11.689, de 15 de setembro do corrente anno.

N. 11.741 — GUERRA — Decreto de 13 de outubro de 1915 — Abre pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 142:825\$169, destinado ao pagamento de vencimentos a officiaes e praças da 3ª companhia regional de infantaria de dezembro de 1913 a setembro de 1914.

N. 11.742 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:527\$004 para occorrer ao pagamento devido ao primeiro escripturario da Alfandega do Rio de Janeiro, Joaquim Augusto Freire.

N. 11.743 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1915 — Cassa o decretó n. 9.652, de 10 de junho de 1912, que autorizou a sociedade A Providencia, com séde nesta capital, a funcionar na Republica.

N. 11.744 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 48:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia.

N. 11.745 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:000\$, afim de occorrer ao pagamento da indemnização devida ao bacharel Antonio Geraldo Teixeira.

N. 11.746 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 80\$ para occorrer ao pagamento da differença de soldo que compete ao tenente reformado Antonio Romualdo de Andrade.

N. 11.747 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.748 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1915 — Reorganiza o Instituto Nacional de Musica.

N. 11.749 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1915 — Reorganiza a Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 11.750 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de outubro de 1915 — Concede ao Dr. José Agostinho dos Reis privilegio durante 60 annos para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo de Cuyabá, se dirija a Santarém.

N. 11.751 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Grã-Bretanha e a Bulgaria.

N. 11.752 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Approva as resoluções tomadas na assembléa geral

extraordinaria da A Previdência, Caixa Paulista de Pensões, em 12 de agosto do corrente anno.

• N. 11.753 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 20:000\$ para attender a despesas com a aquisição de plantas e sementes para distribuição gratuita aos agricultores.

N. 11.754 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1915, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 11.755 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção á Academia Nacional de Medicina.

N. 11.756 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Divinópolis, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.757 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1915, o credito supplementar de 852:500\$, sendo 195:300\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 657:200\$ á verba — Subsidio dos Deputados.

N. 11.758 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 11:351\$890, de uma casa para o agente da estação de Uberabinha, da linha ferrea de Araguay, de que é concessionaria a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação.

N. 11.759 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Providencia sobre o custeio dos serviços das linhas em trafego da Rede de Viação Ferrea do Estado do Ceará.

N. 11.760 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 12:000\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos que competem ao chefe de secção addido da Repartição Geral dos Telegraphos, Dr. Jeronymo Baptista Pereira Sobrinho, durante o corrente anno.

N. 11.761 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 32:162\$883, destinado ao pagamento de vencimentos devidos a dois funcionarios aposentados dos Correios da Republica.

N. 11.762 — GUERRA — Decreto de 25 de outubro de 1915 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 6:000\$ para pagamento de vencimentos a Agripiniano de Barros, professor do extinto Arsenal de Guerra da Bahia, relativos aos annos de 1911 a 1914.

N. 11.763 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1915 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Italia e a Bulgaria.

N. 11.764 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1915 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 70:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Electro-Technico de Porto Alegre.

N. 11.765 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1915 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 30:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Electro-Technico de Itajubá.

N. 11.766 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de outubro de 1915 — Concede á Empresa de Navegação Hoepecke o praso maximo de dous annos para substituir ou reparar o vapor denominado *Anna* e recommear o serviço de navegação entre Florianopolis e Rio de Janeiro.

N. 11.767 — GUERRA — Decreto de 28 de outubro de 1915 — Abre ao Ministério da Guerra um credito especial á verba 3ª — Supremo Tribunal Militar e auditores — Pessoal e Ministros — na importancia de 6:635\$416.

N. 11.768 — MARINHA — Decreto de 28 de outubro de 1915 — Abre ao Ministério da Marinha o credito de ..... 7.593:209\$813, complementar ás verbas 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 13ª, 20ª e 25ª do orçamento em vigor.

N. 11.769 — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1915 — Cassa o decreto n. 9.153, de 29 de novembro de 1911, que concedeu autorização á sociedade anonyma de pecuifios A Família, com séde nesta capital, para funcionar na Republica.

N. 11.770 — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1915 — Cassa o decreto n. 11.346, de 11 de novembro de 1914, que concedeu autorização á sociedade mutua Caixa Geral das Creanças, com séde nesta capital, para funcionar na Republica.

N. 11.771 — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1915 — Abre pelo Ministério da Fazenda o credito especial de 9:746\$696 para occorrer ao pagamento devido ao segundo tenente do Exercito Ascindino Ferreira do Nascimento, em virtude de sentença judiciaria.

N. 11.772 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Campanha, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.773 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1915 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 81:904\$880, para a reconstrucção da ponte sobre o rio Macahé, no Kilometro 18+172 metros da Estrada de Ferro Central de Macahé.

N. 11.774 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1915 — Approva a revisão do contracto celebrado com a Companhia Nacional de Navegação Costeira, em virtude do decreto n. 10.176, de 16 de abril de 1913, e a que se refere o decreto legislativo n. 2.930, de 6 de janeiro de 1915.



N. 11.775 — MARINHA — Decreto de 10 de novembro de 1915 — Approva e manda executar o novo regulamento para o serviço de fazenda da Armada.

N. 11.776 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1915 — Crea mais uma brigada de cavalaria de guardas nacionaes na comarca de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 11.777 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de novembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito supplementar á rubrica 6<sup>a</sup>, n. II — Estrada de Ferro Oeste de Minas — de 105:181\$ para occorrer á despesa de custeio do trecho entre Arantes e Barra Mansa, no periodo de 1 de junho a 31 de dezembro de 1915 .

N. 11.778 — GUERRA — Decreto de 10 de novembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 3:708\$ para pagamento de vencimentos ao mestre de 1<sup>a</sup> classe da Fabrica de Polvora sem Fumaça, Joviano Octaviano do Araujo.

N. 11.779 — FAZENDA — Decreto de 17 de novembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:976\$340 para pagamento a Reis Oliveira & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

N. 11.780 — FAZENDA — Decreto de 17 de novembro de 1915 — Cassa o decreto n. 10.887, de 14 de maio de 1914, que autorizou a funcionar na Republica a sociedade Dotal Fluminense, com sede na cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.781 — FAZENDA — Decreto de 17 de novembro de 1915 — Rectifica o decreto n. 11.709, de 22 de setembro do corrente anno.

N. 11.782 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de novembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 2.737:404\$ para pagamento do pessoal jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brasil dos domingos e feriados.

N. 11.783 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de novembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 686:860\$, supplementar á verba orçamentaria da Estrada de Ferro Oeste de Minas para o exercicio de 1915.

N. 11.784 — RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1915 — Publica a adhesão da Grã-Bretanha, pelo dominio da Nova Zelandia, ao accordo de Madrid de 14 de abril de 1891, concernente á repressão das falsas indicações de proveniencia sobre as mercadorias, revisto em Washington em 2 de junho de 1911.

N. 11.785 — FAZENDA — Decreto de 24 de novembro de 1915 — Cassa os decretos ns. 9.430, de 13 de março de 1912, e 10.254, de 4 de junho de 1913, referentes ao funcionamento da sociedade de peculios e bonificações Alliança do Brasil, com sede na capital do Estado de S. Paulo.

N. 11.786 — FAZENDA — Decreto de 24 de novembro de 1915 — Approva, com alterações, as modificações feitas nos

estatutos da companhia de seguros marítimos, fluviais e terrestres Lloyd Amazeonense, com sede em Manaus, pela assembleia geral realizada em 1 de março do corrente anno.

N. 11.787 — AGRICULTURA INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de novembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito supplementar de 750:000\$ para occorrer ás despesas das consignações «Transportes no interior, etc.» e «O necessario ao serviço das inspeções, etc.», dos titulos III e IV, da verba 3ª, art. 78, da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 11.788 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de novembro de 1915 — Concede autorização á «Produce & Warrant Company» para funcionar na Republica.

N. 11.789 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para occorrer ao pagamento de subvenção á Associação, Protectora dos Cegos Dezesete de Setembro.

N. 11.790 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1915, o credito supplementar de 825:00\$, sendo 489:000\$ á verba — Subsídio dos senadores — 636:000\$ á verba — Subsídios dos deputados.

N. 11.791 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1915, o credito supplementar de 30:500\$, sendo — 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:00\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 11.792 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Vizeu, no Estado do Pará.

N. 11.793 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bragança, no Estado do Pará.

N. 11.794 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Camisão, no Estado da Bahia.

N. 11.795 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.796 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de novembro de 1915 — Approva a consolidação das clausulas do accôrdo de 27 de agosto de 1915, realizado com a Empresa Estrada de Ferro Therezopolis, e do contracto de 31 de dezembro de 1911, que ficava subsistindo em virtude do mesmo accôrdo.

N. 11.797 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1915 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito de réis 16.653:677\$508, supplementar á verba 31<sup>a</sup> — Exercicios finidos, — do orçamento vigente.

N. 11.798 — FAZENDA — Decreto de 1 de dezembro de 1915 — Cassa o decreto n. 10.702, de 4 de março de 1914, que autorizou a sociedade de peculios mutuos Mutua Ribeirão Preto a funcionar na Republica.

N. 11.799 — FAZENDA — Decreto de 1 de dezembro de 1915 — Cassa o decreto n. 10.865, de 29 de abril de 1914, que autorizou a sociedade anonyma Caixa de Peculios Campista com séde em Campos, Estado do Rio de Janeiro, a funcionar na Republica.

N. 11.800 — FAZENDA — Decreto de 1 de dezembro de 1915 — Cassa o decreto n. 11.176, de 30 de setembro de 1914, que autorizou a sociedade A Protectora Dotal Mineira a funcionar na Republica.

N. 11.801 — FAZENDA — Decreto de 1 de dezembro de 1915 — Cassa o decreto n. 11.050, de 12 de agosto de 1914, que autorizou a sociedade de peculios por mutualidade A Preciosa a funcionar na Republica.

N. 11.802 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 134:000\$ para attender á compra de animaes reproductores, para os fins indicados no art. 2º, ns. 2, 3 e 4, do regulamento anexo ao decreto n. 11.461, de 27 de janeiro do corrente anno.

N. 11.803 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1915 — Approva as alterações do plano de uniformes da Brigada Policial do Districto Federal.

N. 11.804 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Prados, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.805 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 25:000\$ para occorrer ao pagamento de subvenção á Empresa de Navegação Rio-São Paulo pelas viagens realizadas no segundo semestre de 1913.

N. 11.806 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — RELAÇÕES EXTERIORES — MARINHA — GUERRA — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO e FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1915 — Declara de necessidade publica, enquanto durar a guerra européa, a desapropriação dos navios da marinha mercante nacional.

N. 11.807 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1915 — Approva o regulamento para arrecadação e fiscalização do imposto de consumo.

N. 11.808 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 9:380\$645 para attender ao pagamento dos vencimentos dos medicos dos

aprendizados agricolas de Igarapé-Assú, Estado do Pará, e S. Luiz das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, em 1913 e 1914.

N. 11.809 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 60:590\$700 para occorrer ao pagamento de differença de ven-  
cimentos a que têm direito os Srs. Catão Bernardo de Oli-  
veira e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 11.810 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1915 — Crea mais uma brigada de infan-  
taria de guardas nacionaes na comarca do Rio Preto, no Estado  
de Minas Geraes.

N. 11.811 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1915 — Crea mais uma brigada de infan-  
taria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado  
da Bahia.

N. 11.812 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria  
de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio do Rio  
Madeira no Estado de Matto Grosso.

N. 11.813 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1915 — Crea mais uma brigada de infan-  
taria de guardas nacionaes no municipio de Gloria de Goitá,  
no Estado de Pernambuco.

N. 11.814 — FAZENDA — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordi-  
nario de 27:525\$024 para pagamento a Manoel Emilio da  
Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 11.815 — FAZENDA — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Approva a encampação da sociedade A Cosmopolita.  
com séde em Barbacena pela sociedade de peculios mutuos  
A Minas Geraes, com séde em Juiz de Fôra.

N. 11.816 — FAZENDA — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Cassa o decreto n. 9.899, de 7 de dezembro de 1912,  
que autorizou a sociedade mutua de seguros A Auxiliadora  
do Estado de Minas Geraes, com séde em Bello Horizonte,  
Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica.

N. 11.817 — FAZENDA — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Incorpora ao quadro dos funcionarios extintos do  
Ministerio da Fazenda o ex-inspector de Fazenda, Dr. José  
Joaquim Baeta Neves Filho.

N. 11.818 — FAZENDA — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial  
de 46:227\$558 para occorrer ao pagamento devido ao Dr.  
Manoel Pereira Reis, em virtude de sentença judiciaria.

N. 11.819 — FAZENDA — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Cassa o decreto n. 10.791, de 4 de março de 1914,  
que autorizou a sociedade anonyma Triangulo Mineiro, com  
séde em Patrocínio, Estado de Minas Geraes, a funcionar na  
Republica.

N. 11.820 — FAZENDA — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Approva o novo regulamento das caixas economicas.



N. 11.821 — FAZENDA — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Altera o art. 2º do decreto n. 4.865, de 16 de junho de 1903.

N. 11.822 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Cassa as regalias de paquete concedidas ao vapor *Campista*, da Companhia de Navegação S. João da Barra e Campos, nos termos do contracto celebrado em virtude do decreto n. 6.464, de 9 de outubro de 1906.

N. 11.823 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio de Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 200:000\$ para occorrer a despesas com transportes terrestres e fluviaes de flagellados pela secça.

N. 11.824 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1915 — Cassa os decretos ns. 10.411 e 11.655, respectivamente, de 27 de agosto de 1913 e 28 de julho de 1915.

N. 11.825 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Sabará, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.826 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Cassa o decreto n. 10.886, de 14 de março do anno passado, que autorizou a sociedade de peculios Garantia Dotal, com séde nesta capital, a funcionar na Republica.

N. 11.827 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Cassa o decreto n. 10.497, de 24 de junho de 1914, que autorizou a sociedade de peculios Garantia do Porvir com séde em Natividade do Carangola, a funcionar na Republica.

N. 11.828 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Cassa o decreto n. 10.483, de 15 de outubro de 1913, que autorizou a sociedade Mutuaria Previdente com séde em Selo Lagôas, no Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica.

N. 11.829 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 600:000\$ para occorrer á despesa com o transporte maritimo dos retirantes do Nordêste brasileiro.

N. 11.830 — FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 163:165\$445 para occorrer ao pagamento, em virtude de sentença judiciaria, á Companhia Luz Stearica.

N. 11.831 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 40:508\$900 para pagamento do excesso de despesas com diligencias policias nos exercicios anteriores.

N. 11.832 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos supplementares de 742:567\$896, sendo 642:993\$131 á verba 15ª e 99:574\$765 á verba 17ª do art. 2º da lei n. 2.024, de 5 de janeiro de 1915.

N. 11.833 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Autoriza a «Compagnie des Chemins de Fer Fédéraux de l'Est Brésilien» a fazer as modificações necessárias nas linhas de acesso ás officinas, depósitos e abrigos para carros em Aracajú e approva as respectivas plantas e orçamentos, na importancia de 20:906\$540.

N. 11.834 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Abre o Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 2.000:000\$ para a execução de obras de utilidade publica nas zonas assoladas pela secça ou onde forem localizados os que da mesma se retirarem em consequencia do flagello, incluindo nessas obras as estradas de rodagem e de ferro, e o prolongamento de vias ferreas já existentes nas mencionadas regiões e que mais urgentes pareçam ao Governo, para efficiencia da protecção ás victimas da catastrophe.

N. 11.835 — GUERRA — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 4.985:631\$752 para liquidação das despesas relativas a soldos, gratificações e etapas de praças de pret em 1914.

N. 11.836 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 360\$ para pagamento de addicionaes sobre vencimentos do redactor de debates da Camara dos Deputados, Sertorio Maximiano de Castro.

N. 11.837 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Consolida leis, decretos e decisões sobre vencimentos e outras vantagens do pessoal da Armada.

N. 11.838 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Dá novo regulamento ao Corpo de Commissarios da Armada.

N. 11.839 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Dá novo regulamento á Imprensa Naval.

N. 11.840 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Dá novo regulamento ao Corpo de Marinheiros Nacionais.

N. 11.841 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 40:000\$, supplementar á verba 22ª — Ajudas de custo, — do orçamento vigente.

N. 11.842 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Approva o regulamento de custas da justiça local do Districto Federal.

N. 11.843 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de réis 7:200\$ para occorrer ao pagamento dos vencimentos devidos a José Dionysio Meira no periodo de 1 de janeiro de 1914 a 31 de dezembro de 1915, na qualidade de assistente do antigo Observatorio do Rio de Janeiro addido á Directoria de Meteorologia e Astronomia.

N. 11.844 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 14:610\$ para pagamento de despesas com a impressão de *Anuacs* e documentos parlamentares.

N. 11.845 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos de 22:207\$224 e 26:195\$594, supplementares ás verbas 27ª e 8ª do art. 2º da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 11.846 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1915, o credito supplementar de 770:000\$, sendo 176:400\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 593:600\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 11.847 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1915, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 11.848 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de Sergipe.

N. 11.849 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.497:268\$747; destinado á liquidação dos compromissos assumidos pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas.

N. 11.850 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 4:659\$ para pagamento aos herdeiros de Carlos Pereira Dias,

N. 11.851 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Guerra creditos supplementares ás verbas 4ª, 8ª, 9, e 13ª do art. 42 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 11.852 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura Industria e Commercio o credito de 3:879\$032, destinado a attender ao pagamento de trabalhadores e differença de vencimentos do porteiro da Directoria do Serviço de Agricultura Pratica.

N. 11.853 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de dezembro de 1915 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, os creditos especiaes de 127:039\$972, ouro, e 388:580\$740, papel, para attender ás despesas com o serviço de Povoamento, em 1913.

N. 11.853 A — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1915 — Approva regulamentos para o Gabinete, Directoria, Expediente, Contabilidade e outros departamentos e Intendencia, ao Ministerio da Guerra.

## 1916

N. 11.854 — GUERRA — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Approva o complemento do regulamento do tiro para a artilharia de campanha.

N. 11.855 — FAZENDA — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 643:050\$100, suplementar á verba — *Imprensa Nacional e Diario Official*.

N. 11.856 — FAZENDA — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Revoga o decreto n. 11.527, de 17 de março de 1915, que approvou o regulamento para a cobrança do sello sobre facturas ou contas assignadas.

N. 11.857 — FAZENDA — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 12:763\$925 para pagamento a D. Maria Bernardina de Lima e Silva Montiz de Aragão, em virtude de sentença judicial.

N. 11.858 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de réis 432:507\$313 para occorrer ao pagamento de despesas effectuadas no anno de 1913 em proveito do ensino agronomico.

N. 11.859 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores aos creditos de 282\$ e de 1:108\$ para pagamentos de gratificações addicionaes devidas respectivamente aos funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados, Nestor Ascoli e Joaquim Ferreira de Salles.

N. 11.860 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:347\$834 para pagamento de ordenado e gratificação addicional a funcionarios da Secretaria do Senado Federal.

N. 11.861 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 191:558\$998, suplementar á verba 21<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 11.862 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes no municipio do Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 11.863 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Curuçá, no Estado do Pará.



N. 11.864 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 10:860\$357 para occorrer á despesa de desapropriação do immovel sito á rua Honório n. 1, nesta capital.

N. 11.865 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 2.044:520\$476, destinado a solver compromissos assumidos pela Estrada de Ferro Oeste de Minas, até 31 de dezembro de 1914.

N. 11.866 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas diversos creditos supplementares a sub-consignações da verba 9ª, art. 29, da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 11.867 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Concede redução de direitos de importação a alguns artigos de producção norte-americana.

N. 11.868 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos de 548\$387, supplementar á verba 19ª — Empregados de repartições e logares extinctos, etc., — do exercicio de 1915, e de 12:000\$, supplementar á mesma verba do exercicio de 1916.

N. 11.869 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:918\$694 para pagamento devido, em virtude de sentença judiciaria, a Manoel Santerre Guimarães.

N. 11.870 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:504\$032 para occorrer ao pagamento devido a Virgilio da Silva (Pereira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 11.871 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Cassa o decreto n. 10.824, de 25 de março de 1914, que autorizou a sociedade mutua de seguros a Salvadora Mineira, com sede em Guaxupé, Estado de Minas, a funcionar na Republica.

N. 11.872 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 290:757\$600 para pagamento ao pessoal operario e diarista da Imprensa Nacional e *Diario Official*.

N. 11.873 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Abre pelo Ministerio da Fazenda os creditos especiais de 49:964\$210, ouro, e 4.853:715\$019, papel; para pagamento de contas de exercicios findos.

N. 11.874 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Emancipa o nucleo colonial João Pinheiro, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.875 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Crea uma fazenda modelo de criação na ilha de Marajó, Estado do Pará.

N. 11.876 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Crea uma fazenda modelo de criação no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

N. 11.877 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Crea uma estação de pomicultura no Estado de Pernambuco.

N. 11.878 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Crea uma estação geral de experimentação no Estado da Bahia.

N. 11.879 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Crea uma estação geral de experimentação em Campos, Estado do Rio de Janeiro.

N. 11.880 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Crea uma estação geral de experimentação em Escada, Estado de Pernambuco.

N. 11.881 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Crea uma estação geral de experimentação em Coroatá, Estado do Maranhão.

N. 11.882 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Crea uma fazenda modelo de criação no Estado de Pernambuco.

N. 11.883 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Ararense de Leitearia.

N. 11.884 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 9:903\$569, destinado a attender ás despesas resultantes da remodelação do Jardim Botânico.

N. 11.885 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Transfere para a Jardim Botânico o Laboratorio de Phytopathologia do Museu Nacional.

N. 11.886 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Distribue a quantia de 17:743\$535, votada de menos no orçamento do Interior, do exercicio de 1915, para pagamento dos vencimentos do magisterio official e mais funcionarios administrativos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 11.887 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Campos Novos de Papanema, no Estado de S. Paulo.

N. 11.888 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos especiaes de 796:247\$184, papel, e 183:557\$749, ouro, destinados ambos a solver compromissos referentes aos exercicios de 1914 e anteriores no mesmo Ministerio.

N. 11.889 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras

Publicas o credito especial de 606:375\$859 para liquidação de contas, do exercicio de 1904 a 1913, da Estrada de Ferro Central do Brasil:

N. 11.890 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 12:568\$700 para occorrer a despesas da comissão de estudos da Estrada de Ferro de Santa Catharina, relativas ao anno de 1915.

N. 11.891 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 27:609\$196 para occorrer a despesas da comissão de estudos da Estrada de Ferro de Santa Catharina, relativas ao segundo semestre de 1914.

N. 11.892 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 118:686\$ para pagamento da gratificação regional, concedida em 1913, aos funcionarios dos Correios do Estado do Pará.

N. 11.893 — GUERRA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Abre o credito especial de 350:000\$ para a aquisição de predios á praia de S. Christovão e á praça Marechal Deodoro.

N. 11.894 — GUERRA — Decreto de 12 de janeiro de 1916 — Abre pelo Ministerio da Guerra o credito supplementar de 40:000\$, destinado a rectificar a verba 4ª — Instrução militar — do art. 42 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 11.895 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de janeiro de 1916 — Approva o regulamento para execução do art. 14 da lei n. 3.089 de 8 do corrente mez.

N. 11.896 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de janeiro de 1916 — Dá novo regulamento ao Museu Nacional.

N. 11.897 — FAZENDA — Decreto de 18 de janeiro de 1916 — Autoriza o Ministerio da Fazenda a emittir a quantia de 11.000:000\$ para as applicações do art. 1º, n. IV, da lei n. 2.980, de 28 de agosto de 1915.

N. 11.898 — MARINHA — Decreto de 19 de janeiro de 1916 — Restabelece o quadro supplementar da Armada e dá outras providencias.

N. 11.899 — GUERRA — Decreto de 19 de janeiro de 1916 — Altera o plano de uniformes do Exercito relativamente a algumas de suas peças.

N. 11.900 — FAZENDA — Decreto de 19 de janeiro de 1916 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 21:600\$ para occorrer ao pagamento devido a Castro Reguffe & Comp. de juros de apolices.

N. 11.901 — FAZENDA — Decreto de 19 de janeiro de 1916 — Approva a resolução da assembléa geral extraordinaria da companhia de seguros A Mundial e declara sem effeito o decreto n. 10.705, de 21 de janeiro de 1914.

N. 11.902 — FAZENDA — Decreto de 19 de janeiro de 1916 — Estende, na vigencia do exercicio de 1916, ao Club dos Funcionarios Publicos Civis a concessão feita a outras sociedades congêneres pelo decreto legislativo n. 2.124, de 25 de outubro de 1909.

N. 11.903 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Agricultura Industria e Commercio o credito extraordinario de 300:000\$ para transportes terrestres maritimos e fluviaes da população flagellada pelas seccas e para applicar em obras no Estado do Maranhão destinados a localizar no mesmo Estado trabalhadores nacionaes que para alli se dirijam em consequencia da secca nos Estados do Nordêste.

N. 11.904 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de janeiro de 1916 — Annexa o Horto Florestal ao Jardim Botânico.

N. 11.905 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de janeiro de 1916 — Approva as clausulas do contracto de consolidação a que se refere o accôrdo de 7 de agosto de 1915, celebrado com a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, em virtude do decreto n. 11.648, de 24 de julho de 1915.

N. 11.906 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de janeiro de 1916 — Approva o orçamento na importancia de 1.714:243\$930, despendida com a construção dos armazens ns. 12 a 23, 26 e 27 no porto de Santos.

N. 11.907 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de janeiro de 1916 — Fixa a data para o inicio do praso relativo ao resgate das obras do porto de Santos.

N. 11.908 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de janeiro de 1916 — Approva as despesas na importancia de 12.087:639\$643, com a installação hydro-electrica do Itatinga, no porto de Santos.

N. 11.909 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de janeiro de 1916 — Approva o orçamento na importancia de 2.079:647\$044 despendida com a construção de obras de escoamento de aguas pluviaes, linhas ferreas e calçamento no porto de Santos.

N. 11.910 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de janeiro de 1916 — Autoriza a Companhia Docas de Santos a fazer aquisição de chatas, com camaras frigorificas, destinadas a deposito provisorio de carnes verdes.

N. 11.911 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de janeiro de 1916 — Publica a adhesão da Grã-Bretanha, pelos Estados não federados malayos (Kedah e Kelantan), á convenção postal universal e, pelo Estado de Kedah ao accôrdo relativo á permuta de caixas e cartas com valor declarado.

N. 11.912 — GUERRA — Decreto de 26 de janeiro de 1916 — Altera artigos do regulamento da Escola Militar.

N. 11.913 — FAZENDA — Decreto de 26 de janeiro de 1916 — Cassa o decreto n. 10.095, de 26 de fevereiro de 1913, que autorizou a sociedade mutua de peculios Mutua



Ouropretana, com séde em Ouro Preto, Minas Geraes, a funcionar na Republica e approvou com alterações, os seus estatutos.

N. 11.914 — FAZENDA — Decreto de 26 de janeiro de 1916 — Dá novo regulamento para a cobrança do imposto sobre subsidios, vencimentos, etc.

N. 11.915 — FAZENDA — Decreto de 26 de janeiro de 1916 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 361\$200 para pagamento a Joaquim Pereira Bernardes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 11.916 — FAZENDA — Decreto de 26 de janeiro de 1916 — Approva os novos estatutos da Mutualidade Vitalicia dos Estados Unidos do Brasil, adoptados na assembléa geral extraordinaria realizada em 19 de dezembro de 1915.

N. 11.917 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 4.391:633\$866 para a conclusão das obras do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil para Bello Horizonte em virtude de tarefas e contractos.

N. 11.918 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 4.651:805\$991 para pagamento do excesso de pessoal e material, durante o exercicio de 1914, na Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 11.919 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 24.061:672\$154 para o pagamento de serviços de prolongamentos e ramaes executados na secção-construcção da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 11.920 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1916 — Approva os estudos definitivos do ultimo trecho com a extensão de 1.472 metros, do ramal de Lages a Macaú, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte e respectivo orçamento na importancia de réis 2.667:317\$283.

N. 11.921 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1916 — Declara que deverá effectuar-se até 31 de maio do corrente anno a abertura ao trafego publico do ramal de Tres Corações a Lavras, da Rede de Viação Sul-Mineira.

N. 11.922 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1916 — Corrige uma omissão do decreto n. 11.914, de 26 de janeiro do corrente anno.

N. 11.923 — FAZENDA — Decreto de 2 de fevereiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 318:569\$387, papel, suplementar á verba 30ª — Reposições e restituições, do orçamento do mesmo Ministerio para o exercicio de 1915.

N. 11.924 — FAZENDA — Decreto de 2 de fevereiro de 1916 — Cassa o decreto n. 11.294, de 4 de novembro de 1914, que autorizou a sociedade de seguros mutuos contra incendios Jupiter, com séde em Juiz de Fôra, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica.

N. 11.925 — FAZENDA — Decreto de 2 de fevereiro de 1916 — Cassa o decreto n. 11.333, de 11 de novembro de 1914, que autorizou a sociedade mutua de pecuários Conforto da Família, com sede na capital do Estado de S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 11.926 — FAZENDA — Decreto de 2 de fevereiro de 1916 — Approva as resoluções da assembléa geral extraordinaria da Caixa Mutua de Pensões Vitalicias, com sede na capital de S. Paulo, realizada a 23 de agosto de 1915.

N. 11.927 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de fevereiro de 1916 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bella Vista, no Estado de Matto Grosso.

N. 11.928 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de fevereiro de 1916 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Arassuahy, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.929 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de fevereiro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Araguay, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.930 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de fevereiro de 1916 — Concede autorização á "S. Paulo Northern Railroad Company" para funcionar na Republica.

N. 11.931 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de fevereiro de 1916 — Concede autorização á "Atlas Coffee Company, Limited", para funcionar na Republica.

N. 11.932 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de fevereiro de 1916 — Approva o projecto e orçamento para melhoramento do rio Tambicú, ligando a Villa Nova de Itamby ao rio Macacú, e do canal do Furado, ligando este ultimo rio ao Guareindiba.

N. 11.933 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de fevereiro de 1916 — Approva o projecto de uma ponte metallica sobre o rio Saracuruna, no Kilometro 36 + 751 metros da Estrada de Ferro do Norte, da "Leopoldina Railway Company, Limited", e o respectivo orçamento, na importancia de 232:295\$540.

N. 11.934 — MARINHA — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Approva a nova distribuição da taífa pelos navios de guerra.

N. 11.935 — FAZENDA — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Abre pelo Ministério da Fazenda o credito especial de 76:251\$430 para pagamento á viuva e demais herdeiros do bacharel Ignaciô de Loyola Gomes da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 11.936 — FAZENDA — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Abre o credito extraordinario de 5:000\$ para occorrer ao pagamento devido a Raymundo Augusto Maranhão, de accordo com a escriptura publica lavrada em notas do tabellião Damasio de Oliveira, desta capital.

N. 11.937 — FAZENDA — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Approva a encampação feita pela sociedade anonyma de peculios «Sanatorium» da Sociedade Mutua Ribeirão Preto.

N. 11.938 — FAZENDA — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Cassa o decreto n. 10.442 de 18 de setembro de 1913, que autorizou a sociedade de auxilios mutuos e peculios sobre a vida Mutua Rio Branco, com sede nesta capital, a funcionar na Republica.

N. 11.939 — FAZENDA — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Cassa o decreto n. 11.095, de 26 de agosto de 1914, que autorizou a sociedade de auxilios mutuos dotaes A Matrimonial com sede nesta capital, a funcionar na Republica, com alterações, nos seus estatutos.

N. 11.940 — FAZENDA — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Approva a encampação da sociedade Garantia do Futuro, com sede em Juiz de Fora, pela sociedade de peculios A Minas Geraes, com sede na mesma cidade.

N. 11.941 — FAZENDA — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Autoriza a Caixa Popular, sociedade maranhense de pensões, a funcionar na Republica e approva, com alterações os seus estatutos.

N. 11.942 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Espirito Santo.

N. 11.943 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.944 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 32:987\$829 para pagamento a José da Silva & Comp., de materiaes por estes fornecidos no anno de 1913 e destinados ao palacio da Presidencia da Republica.

N. 11.945 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Divide em duas as Curadoria Geral de Orphãos do Districto Federal.

N. 11.946 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 592:308\$702, metade ouro, metade papel, para pagamento á «Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro», por ter sido insufficiente a consignação votada para o exercicio de 1915.

N. 11.947 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 22:658\$332, destinado a occorrer ao pagamento de vencimentos que competem, no exercicio de 1915, aos ex-inspectores, addidos, de portos, rios e canaes, das estradas e das obras contra as seccas.

N. 11.948 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 81:000\$, destinado a occorrer ao pagamento dos vencimentos que competem, no exercicio de 1916, aos inspectores, addidos, de portos, rios e canaes, das estradas e das obras contra as seccas.

N. 11.949 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de fevereiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 16:540\$ para completar o pagamento das vantagens pecuniarias que competiam ao engenheiro Ernesto Otero, chefe de secção, addido, da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, no anno de 1914.

N. 11.950 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de fevereiro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Prados, no Estado de Minas Geraes.

N. 11.951 — FAZENDA — Decreto de 16 de fevereiro de 1916 — Approva o regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo.

N. 11.952 — FAZENDA — Decreto de 16 de fevereiro de 1916 — Manda continuar em vigor o saldo de 51:650\$ do credito aberto pelo decreto n. 10.094, de 26 de fevereiro de 1913.

N. 11.953 — FAZENDA — Decreto de 16 de fevereiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 665:567\$500, suplementar á verba 3<sup>a</sup> — Juros e amortização dos empréstimos internos, — do orçamento do mesmo Ministerio para o exercicio de 1915.

N. 11.954 — FAZENDA — Decreto de 16 de fevereiro de 1916 — Approva a encampação da sociedade de peculios A Bonificadora com sede em Barbacena, pela sociedade de peculios mutuos A Minas Geraes, com sede em Juiz de Fora.

N. 11.955 — FAZENDA — Decreto de 16 de fevereiro de 1916 — Approva com alterações, as resoluções da assembléa geral extraordinaria da companhia de seguros Interesses Publico, realizada em 28 de abril de 1914.

N. 11.956 — FAZENDA — Decreto de 16 de fevereiro de 1916 — Providencia sobre o pagamento de juros das cautelas o letras, papel, emittidas pelo Thesouro Nacional.

N. 11.957 — FAZENDA — Decreto de 16 de fevereiro de 1916 — Cassa o decreto n. 10.308, de 2 de julho de 1913, que autorizou a sociedade de peculios Paz e Labor, com sede em Recife, a funcionar na Republica.

N. 11.958 — FAZENDA — Decreto de 16 de fevereiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 41:135\$720, papel, suplementar á verba 27<sup>a</sup> — Percentagem para cobrança executiva, — do orçamento do mesmo Ministerio para o exercicio de 1915.

N. 11.959 — FAZENDA — Decreto de 16 de fevereiro de 1916 — Rectifica o decreto n. 11.809, de 9 de dezembro de 1915.



N. 11.960 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de fevereiro de 1916 — Substitue os artigos 6º, 28, 30, 31, 37, 53, 54 e os quadros do pessoal da Administração Central da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes e da Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro, constantes do regulamento aprovado pelo decreto n. 11.526, de 17 de março de 1915.

N. 11.961 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de fevereiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para conclusão do trecho da estação Rio Branco á Villa de Santo Angelo, na Estrada de Ferro de Cruz Alta ao Ijuhy.

N. 11.962 — FAZENDA — Decreto de 18 de fevereiro de 1916 — Abre o credito de 366:630\$ para pagamento ao Estado do Rio de Janeiro do preço das terras devolutas sitas nas bacias dos rios Mantiqueira e Xerém, municípios de Vassouras, Iguassú e Petropolis, adquiridas por ordem do Ministerio da Fazenda.

N. 11.963 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1916 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 140:000\$, ouro, complementar á verba 11ª — Extraordinarias no exterior, — do art. 24 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 11.964 — FAZENDA — Decreto de 23 de fevereiro de 1916 — Approva a encampação da sociedade Mutuaria Amparo das Familias pela A Minas Geraes, de Juiz de Fóra.

N. 11.965 — FAZENDA — Decreto de 23 de fevereiro de 1916 — Cassa o decreto n. 10.430, de 10 de setembro de 1913, que autorizou a sociedade Segurança Paulista, com séde na capital do Estado de S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 11.966 — FAZENDA — Decreto de 23 de fevereiro de 1916 — Cassa o decreto n. 10.421, de 3 de setembro de 1913, que autorizou a sociedade de peculios O Futuro, com séde em Recife, a funcionar na Republica.

N. 11.967 — FAZENDA — Decreto de 23 de fevereiro de 1916 — Cassa o decreto n. 10.084, de 19 de fevereiro de 1913, que autorizou a sociedade mutua de seguros Mutua Central, com séde em Palmyra, Minas Geraes, a funcionar na Republica.

N. 11.968 — FAZENDA — Decreto de 23 de fevereiro de 1916 — Cassa o decreto n. 10.083, de 19 de fevereiro de 1913, que autorizou a Companhia Agricola de Seguros, com séde em S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 11.969 — FAZENDA — Decreto de 23 de fevereiro de 1916 — Approva a operação realizada entre as sociedades A Segurança da Familia e A Amparadora, ambas com séde em Curityba, Estado do Paraná.

N. 11.970 — FAZENDA — Decreto de 23 de fevereiro de 1916 — Approva a operação realizada entre as sociedades Iris Paranaense e A Amparadora, ambas com séde em Curityba, Estado do Paraná.

N. 11.971 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de fevereiro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Leopoldina, no Estado do Espirito Santo.

N. 11.972 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1916 — Cassa as regalias de paquete concedidas aos vapores *Cabral*, *Continente*, *Ypiranga* e *Caxias*, de propriedade da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão.

N. 11.973 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 2.200:000\$, destinado á liquidação das contas da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá, relativas a exercicios anteriores ao de 1916.

N. 11.974 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1916 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 214:952\$850, para a construeção de novos desvios na estação de Agua Branca, da «S. Paulo Railway Company, Limited».

N. 11.975 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de fevereiro de 1916 — Publica a adhesão da França, pela colonia da costa franceza de Somalis, á convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo.

N. 11.976 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de fevereiro de 1916 — Estabelece uma nova tabella de emolumentos consulares.

N. 11.977 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1916 — Approva a encampação da sociedade Garantia das Familias pela A Minas Geraes.

N. 11.978 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de março de 1916 — Declara sem effeito o decreto n. 11.638, de 15 de julho de 1915, que abriu ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 5:548\$387.

N. 11.979 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de março de 1916 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 21:496\$448, suplementar á verba 2ª — Pessoal contratado, — art. 78 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 11.980 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de março de 1916 — Approva as clausulas para a revisão do contracto celebrado em virtude do decreto n. 8.102, de 21 de julho de 1910, com a Companhia Viação Ferrea de Itabapoana.

N. 11.981 — GUERRA — Decreto de 8 de março de 1916 — Approva o regulamento de tiro para metralhadoras.

N. 11.982 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de março de 1916 — Approva os projectos e orçamento, na importancia de 1.426:898\$296, para a reconstrueção do trecho de 11.660 metros da Estrada de Ferro de Theresopolis, comprehendido entre Theresopolis e Raiz da Serra.

N. 11.983 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1916 — Autoriza o ministro da Fazenda a emitir, de accôrdo com

as disposições do decreto n. 11.693, de 28 de agosto de 1915, a quantia de 40.000:000\$, em notas do Thesouro Nacional.

N. 11.984 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 10 de março de 1916 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre Portugal e a Alemanha.

N. 11.985 — **FAZENDA** — Decreto de 15 de março de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 121:474\$049, supplementar á verba 8ª — Recebedoria do Districto Federal, — do orçamento para o exercicio de 1915, afim de occorrer ao pagamento de percentagens do pessoal.

N. 11.986 — **FAZENDA** — Decreto de 15 de março de 1916 — Cassa o decreto n. 10.200, de 30 de abril de 1913, que autorizou a sociedade União Brasileira, com séde em S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 11.987 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 15 de março de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio da capital do Estado de Pernambuco.

N. 11.988 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 15 de março de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espirito Santo.

N. 11.989 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 15 de março de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Espirito Santo.

N. 11.990 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 15 de março de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alegre, no Estado do Espirito Santo.

N. 11.991 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 15 de março de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 21:380\$540 para occorrer ao pagamento á Santa Casa da Misericordia do Rio de Janeiro dos funeraes do senador Pinheiro Machado.

N. 11.992 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 15 de março de 1916 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento, na importancia de 596:001\$892, do trecho de Theresopolis á Varzea, com a extensão de 3<sup>km</sup>.937, da Estrada de Ferro de Theresopolis.

N. 11.993 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 15 de março de 1916 — Concede á Companhia Nacional de Navegação Costeira os favores de que goza o Lloyd Brasileiro, excepto a subvengão, para o serviço de navegação regular entre os portos da Republica, a que se refere o decreto numero 11.774, de 3 de novembro de 1915.

N. 11.994 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 15 de março de 1916 — Approva os estudos e orçamentos, na importancia de 1.632:773\$161, para o prolongamento da linha do Rio Claro a Itirapina, da bitola de 1<sup>m</sup>.60; até S. Carlos, e autoriza a Companhia Paulista de Estradas de Ferro a proceder aos estudos do mesmo prolongamento até Araraquara e de Itirapina para Jahú, e dá outras providencias.

N. 11.995 — FAZENDA — Decreto de 17 de março de 1916 — Crea em Porto Esperança uma mesa de rendas subordinada á Alfandega de Corumbá, Estado de Matto Grosso.

N. 11.996 — FAZENDA — Decreto de 17 de março de 1916 — Dá execução a algumas disposições do art. 103 da lei numero 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 11.997 — FAZENDA — Decreto de 22 de março de 1916 — Estende, na vigencia do exercicio de 1916, á Sociedade Auxiliadora dos Funcionarios do Correio Ambulante a concessão feita a outras sociedades congêneres pelo decreto legislativo n. 2.124, de 25 de outubro de 1909.

N. 11.998 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de março de 1916 — Dá novo regulamento ao Serviço de Agricultura Prática.

N. 11.999 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de março de 1916 — Concede autorização á Companhia Pecuaria e Frigorifica do Brasil para funcionar na Republica.

N. 12.000 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de março de 1916 — Concede autorização á «Adelbert H. Alden, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 12.001 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de março de 1916 — Fixa os vencimentos dos funcionarios da Escola Premuntoria Quinze de Novembro.

N. 12.002 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de março de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 12.003 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de março de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio das Pedras, no Estado de Goyaz.

N. 12.004 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de março de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Guarapary, no Estado do Espirito Santo.

N. 12.005 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de março de 1916 — Supprime na Directoria Geral dos Correios dous logares de amanuenses, 13 de praticantes de 1ª classe e tres praticantes de 2ª classe.

N. 12.006 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de março de 1916 — Proroga até 31 de dezembro de 1917 o praso fixado á «Manãos Harbour, Limited», para a conclusão da parte restante da muralha do caes e respectivo aterro.

N. 12.007 — MARINHA — Decreto de 29 de março de 1916 — Extingue o Commando da Defesa Movei do Porto do Rio de Janeiro, e crea o da Base de Submersiveis.

N. 12.008 — GUERRA — Decreto de 29 de março de 1916 — Approva o regulamento para instrucção e serviços geraes nos corpos de tropa do Exercito.



N. 12.009 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de março de 1916 — Concede autorização á companhia «General Electric Brazil, Inc.», para continuar a funcionar na Republica.

N. 12.010 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de março de 1916 — Concede autorização á «Penha Company, Inc.», para funcionar na Republica.

N. 12.011 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de março de 1916 — Approva a planta apresentada pela Companhia Industrial de Electricidade, para os fins de que trata a clausula IX do contracto celebrado com o Governo em 6 de abril de 1912.

N. 12.012 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de março de 1916 — Transfere as sédes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria e da Escola Média ou Theorico-Pratica da Bahia e reúne em um só os dous mencionados estabelecimentos de ensino e a Escola de Agricultura annexa ao Posto Zootechnico Federal de Pinheiro, com a denominação de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria.

N. 12.013 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de março de 1916 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Bonito no Estado de Goyaz.

N. 12.014 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de março de 1916 — Dá novo regulamento á Brigada Policial do Districto Federal.

N. 12.015 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1916 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de Matto Grosso.

N. 12.016 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de abril de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 181:066\$669 para occorrer ao pagamento devido a Luiz de Mendonça Santos ou seus legitimos representantes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.017 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de abril de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:337\$500 para pagamento de diarias devidas aos trabalhadores da Alfandega de Santos e relativas ao período de 28 de outubro a 31 de dezembro de 1911.

N. 12.018 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de abril de 1916 — Approva a alteração dos arts. 18; 19 e 20 dos estatutos da sociedade anonyma de peculios por mutualidade A Amparadora, com séde em Curityba, Estado do Paraná, feita pela assembléa geral extraordinaria de 21 de fevereiro de 1916.

N. 12.019 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de abril de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 100:074\$292 para pagamento a José Alves da Silveira e sua mulher, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.020 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de abril de 1916 — Dá novo regulamento á Inspectoria Geral de Illuminação.

N. 12.021 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de abril de 1916 — Concede autorização á Companhia Vieiras Maltos para funcionar na Republica.

N. 12.022 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de abril de 1916 — Concede autorização á «Matto Grosso & Bolivia Handelsgesellschaft mit Beschraenkter Haftung» para funcionar na Republica.

N. 12.023 — MARINHA — Decreto de 12 de abril de 1916 — Crea a Escola de Machinistas Auxiliares e approva o respectivo regulamento.

N. 12.024 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de abril de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 91:225\$220, ouro, para pagamento de diversas contas de fornecimento de notas feito á Caixa de Amortização pela «American Bank Note Company», no exercicio de 1912.

N. 12.025 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de abril de 1916 — Approva o regulamento para a execução da lei n. 3.070, de 31 de dezembro de 1915, concernente á fabricação da manteiga e á sua fiscalização e defesa commercial.

N. 12.026 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1916 — Crea uma brigada de cavallaria e outra de artilharia e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Prados, no Estado de Minas Geraes.

N. 12.027 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ipameri, no Estado de Goyaz.

N. 12.028 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 700:000\$ para soccorro e assistencia á população flagellada pela secca.

N. 12.029 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1916 — Crea um consulado em Gothemburgo.

N. 12.030 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1916 — Pronulga a convenção de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Dinamarca, assignada em Copenhague em 27 de novembro de 1911.

N. 12.031 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de abril de 1916 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 21:350\$771, supplemental á verba 19ª — Eventuaes, — art. 78 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 12.032 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de abril de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de Minas Geraes.

N. 12.033 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de abril de 1916 — Autoriza o desconto de 24.67%, na importância computada semestralmente, como valor das obras executadas no porto da Victoria, de accôrdo com a tabella de preços approvada.

N. 12.034 — FAZENDA — Decreto de 26 de abril de 1916 — Cassa o decreto n. 11.305, de 11 de novembro de 1914, que autorizou a sociedade de seguros Economia Popular, com sede em S. Paulo, a funcconar na Republica.

N. 12.035 — FAZENDA — Decreto de 26 de abril de 1916 — Cassa os decretos ns. 11.047, de 12 de agosto de 1914, e 11.248, de 28 de outubro do mesmo anno, referentes ao funcconamento da sociedade Dotal Juiz de Fóra.

N. 12.036 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1916 — Approva os estudos definitivos e o orçamento, no total de 1.469:450\$499, para a reconstrução do trecho da Estrada de Ferro Theresopolis comprehendido entre Piedade e Raiz da Serra.

N. 12.037 — FAZENDA — Decreto de 4 de maio de 1916 — Cassa o decreto n. 10.913, de 27 de maio de 1914, que autorizou a sociedade mutua de seguros Soberana, com sede em S. Paulo, a funcconar na Republica e approvou, com alterações, seus estatutos.

N. 12.038 — FAZENDA — Decreto de 4 de maio de 1916 — Cassa o decreto n. 10.172, de 16 de maio de 1913, que autorizou a sociedade anonyma de peculios e rendas A Americana, com sede em Recife, a funcconar na Republica.

N. 12.039 — FAZENDA — Decreto de 4 de maio de 1916 — Cassa o decreto n. 11.372, de 2 de dezembro de 1914, que autorizou a sociedade de peculios A Fraternidade Universal, com sede em S. Sebastião do Paraíso, Minas Geraes, a funcconar na Republica.

N. 12.040 — FAZENDA — Decreto de 4 de maio de 1916 — Cassa o decreto n. 11.121, de 30 de setembro de 1914, que autorizou a sociedade de peculios Estados Unidos, com sede em Bello Horizonte, a funcconar na Republica.

N. 12.041 — FAZENDA — Decreto de 4 de maio de 1916 — Rectifica o decreto n. 11.915, de 26 de janeiro findo.

N. 12.042 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de maio de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Espírito Santo.

N. 12.043 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de maio de 1916 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Rio Grande do Sul.

N. 12.044 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de maio de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 10:000\$ para pagamento da subvenção do anno de 1915 á Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro.

N. 12.045 — (Não foi publicado.)

N. 12.046 — FAZENDA — Decreto de 10 de maio de 1916 — Approva a encampação da sociedade mutua de peculios A Conservadora pela A Rio de Janeiro.

N. 12.047 — FAZENDA — Decreto de 10 de maio de 1916 — Cassa o decreto n. 10.503, de 23 de outubro de 1913, que autorizou a sociedade de auxilios mutuos Fraternidade Pernambucana a funcionar na Republica.

N. 12.048 — FAZENDA — Decreto de 10 de maio de 1916 — Approva, com alterações, as resoluções da assembléa geral extraordinaria de 26 de fevereiro e 13 de março do corrente anno da sociedade Monte Pio da Familia, com séde em São Paulo.

N. 12.049 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1916 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Grajahú, no Estado do Maranhão.

N. 12.050 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1916 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bella Vista, no Estado de Matto Grosso.

N. 12.051 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de maio de 1916 — Proroga até 7 de outubro do corrente anno o praso para a conclusão da construcção da linha de Nilo Peçanha a Iguaba Grande, prolongamento da Estrada de Ferro Maricá.

N. 12.052 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1916 — Supprime o consulado em Fiume, Reino da Italia.

N. 12.053 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1916 — Supprime o consulado em Pisa, Reino da Italia.

N. 12.054 — FAZENDA — Decreto de 17 de maio de 1916 — Cassa o decreto n. 10.994, de 20 de julho de 1914, que autorizou a sociedade mutua de peculios União Dotal Brasileira a funcionar na Republica.

N. 12.055 — FAZENDA — Decreto de 17 de maio de 1916 — Cassa o decreto n. 11.186, de 7 de outubro de 1914, que autorizou a sociedade de auxilios mutuos Perseverança do Recife a funcionar na Republica.

N. 12.056 — FAZENDA — Decreto de 17 de maio de 1916. — Cassa os decretos ns. 10.644 e 11.029, de 31 de dezembro de 1913 e 29 de junho de 1914, referentes ao funcionamento da sociedade de peculios Minas Central, com séde em Barbacena, Estado de Minas Geraes.

N. 12.057 — FAZENDA — Decreto de 17 de maio de 1916. — Cassa os decretos ns. 9.809 e 11.086, de 9 de outubro de 1912 e 19 de agosto de 1914, referentes ao funcionamento da sociedade de peculios A Universal, com séde nesta capital.

N. 12.058 — FAZENDA — Decreto de 17 de maio de 1916. — Cassa os decretos ns. 11.072 e 11.251, respectivamente, de



19 de agosto e 28 de outubro de 1914, referentes ao funcionamento da sociedade mutua de peculios Juiz Forana, com sede em Juiz de Fôra, Minas Geraes.

N. 12.059 — FAZENDA — Decreto de 17 de maio de 1916 — Cassa o decreto n. 10.435, de 10 de setembro de 1913, que autorizou a sociedade mutua de peculios A Redemptora, com sede em Juiz de Fôra, Minas Geraes, a funcionar na Republica.

N. 12.060 — FAZENDA — Decreto de 17 de maio de 1916 — Cassa o decreto n. 10.815, de 18 de março de 1914, que autorizou a sociedade de seguros mutuos Realidade, com sede em Barbacena, Minas Geraes, a funcionar na Republica.

N. 12.061 — FAZENDA — Decreto de 17 de maio de 1916 — Cassa os decretos ns. 10.014, 11.049 e 11.296, de 23 de julho, 12 de agosto e 4 de novembro de 1914, referentes ao funcionamento da sociedade mutua S. Paulo Dotal, com sede na capital de S. Paulo.

N. 12.062 — FAZENDA — Decreto de 17 de maio de 1916 — Cassa o decreto n. 11.365, de 14 de novembro de 1914, que autorizou a sociedade de seguros mutuos Dotal Jahuense, com sede em Jahú, Estado de S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 12.063 — FAZENDA — Decreto de 17 de maio de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 16:001\$174, suplementar á verba do § 27 do orçamento do exercicio de 1915 do mesmo Ministerio, para occorrer ao pagamento de percentagens pela cobrança executiva.

N. 12.064 — FAZENDA — Decreto de 17 de maio de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 66:797\$377, papel, suplementar á verba 8ª — Recebedoria do Districto Federal, — do orçamento de 1915 do mesmo Ministerio, para occorrer ao pagamento das percentagens aos cobradores da-quella repartição.

N. 12.065 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de maio de 1916 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Moinho Fluminense.

N. 12.066 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de maio de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio do Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 12.067 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de maio de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Cruz, no Estado do Espirito Santo.

N. 12.068 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de maio de 1916 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Rio Grande do Sul.

N. 12.069 — FAZENDA — Decreto de 19 de maio de 1916 — Approva as resoluções tomadas pela assembléa geral extraordinaria da sociedade de peculios mutuos A Barbacenense, com sede na cidade de Barbacena, Estado de Minas Geraes,

realizada a 10 de abril do corrente anno, alterando os seus estatutos.

N. 12.070 — GUERRA — Decreto de 25 de maio de 1916 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 9:940\$, destinado ao pagamento de vencimentos a Americo Francisco Villa Nova, official da secretaria do extincto Arsenal de Guerra da Bahia.

N. 12.071 — GUERRA — Decreto de 25 de maio de 1916 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1:267\$741 para pagamento devido ao segundo official Alonso de Niemeyer.

N. 12.072 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de maio de 1916 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 140:000\$ para attender ás despesas de Estação Experimental para a Cultura da Seringueira no Estado do Amazonas durante o anno de 1915.

N. 12.073 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1916 — Distribue, da quantia de 22:065\$741. votada de mais nas verbas 12<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup>, 22<sup>a</sup> e 32<sup>a</sup> do orçamento de 1915 do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, a importancia de 13:942\$500 votada de menos no mesmo orçamento, sendo 12:042\$500 na verba 15<sup>a</sup> e 1:900\$ na verba 24<sup>a</sup>.

N. 12.074 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1916 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes no municipio do Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 12.075 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 714:285\$ para pagamento ao engenheiro Tulio de Alencar Araripe.

N. 12.076 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1916 — Approva a planta para as obras a serem executadas na estação de Henrique Galvão, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, e dos terrenos a desapropriar, com destino ás mesmas obras.

N. 12.077 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1916 — Organiza a policia militar do territorio do Acre.

N. 12.078 — FAZENDA — Decreto de 26 de maio de 1916 — Supprime um dos logares de auxiliar da redacção do *Diario Official*.

N. 12.079 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de maio de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 9:855\$, supplementar á verba 22<sup>a</sup> da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 12.080 — GUERRA — Decreto de 31 de maio de 1916 — Altera o regulamento approved pelo decreto n. 6.947, de 8 de maio de 1908, na parte referente aos arts. 95, 101 e 109.

N. 12.081 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1916 — Approva as alterações dos estatutos do Banco do Brasil.

feitas em assembléa geral extraordinaria de 24 de maio de 1916.

N. 12.082 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1916 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 18:750\$ para pagamento aos legitimos successores de Carlos Rheingantz, proveniente de juros de 150 apolices que deixaram de receber nos annos de 1909 e 1910 e primeiro semestre de 1911.

N. 12.083 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de maio de 1916 — Emancipa o nucleo colonial Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 12.084 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de maio de 1916 — Emancipa o nucleo colonial Visconde de Mauá, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 12.085 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José do Calçado, no Estado do Espirito Santo.

N. 12.086 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Affonso Claudio, no Estado do Espirito Santo.

N. 12.087 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jabú, no Estado de São Paulo.

N. 12.088 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1916 — Autoriza a celebração do contracto para o serviço de navegação costeira do Estado da Bahia.

N. 12.089 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 660\$ para pagamento de gratificação local ao funcionario dos Correios do Maranhão, Custodio Gonçalo da Fonseca.

N. 12.090 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1916 — Publica os depositos de ratificações, actos de adhesão, reservas e outras declarações de varias potencias, com referencia aos actos assignados em 5 de julho de 1912 na Conferencia Internacional Radiotelegraphica de Londres.

N. 12.091 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de junho de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Posse, no Estado de Goyaz.

N. 12.092 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de junho de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Luzia, no Estado de Goyaz.

N. 12.093 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1916 — Proroga até 17 de julho de 1918 o prazo estabelecido pelo decreto n. 10.913, de 17 de junho de 1914, para conclusão das obras de melhoramentos no Hotel das

Paineiras, da Estrada de Ferro do Corcovado, ás quaes se refere o mesmo decreto.

N. 12.094 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1916 — Approva as clausulas para a revisão e consolidação dos contractos celebrados entre o Governo da União e a Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas, referentes a linhas de viação ferrea.

N. 12.095 — MARINHA E GUERRA — Decreto de 14 de junho de 1916 — Approva o regulamento para o concurso de auditores de guerra e de marinha.

N. 12.096 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de junho de 1916 — Concede autorização á "Berwind Terminal Company" para funcionar na Republica.

N. 12.097 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de junho de 1916 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Uzinaz Nacionais.

N. 12.098 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de junho de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Espirito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo.

N. 12.099 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de junho de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Pedro de Itabaipana, no Estado do Espirito Santo.

N. 12.100 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de junho de 1916 — Proroga até 31 de maio de 1917 o prazo para conclusão da construcção do ramal de Tres Corações a Lavras, da Rêde de Viação Sul-Mineira.

N. 12.101 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de junho de 1916 — Approva a planta e o orçamento, na importancia de 504:540\$430, para a construcção do armazem externo n. VII no caes do porto de Santos.

N. 12.102 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de junho de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 16.341:966\$500, suplementar á verba 6ª, art. 29, da Lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 12.103 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de junho de 1916 — Promulga a convenção de arbitramento entre o Brasil e a Suecia.

N. 12.104 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de junho de 1916 — Autoriza a sociedade anonyma "Stolle Emerson & Company" a substituir esta denominação pela Grace & Company".

N. 12.105 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de junho de 1916 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Anicuns, no Estado de Goyaz.

N. 12.106 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de junho de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Novo Exú, no Estado de Pernambuco.



N. 12.107 — FAZENDA — Decreto de 28 de junho de 1916 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir apolices até a quantia de 25.000:000\$, juros de 5 %, papel.

N. 12.108 — FAZENDA — Decreto de 28 de junho de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 37:080\$ para pagamento das despesas, no segundo semestre do corrente anno, da Mesa de Rendas em Porto Esperança, Estado de Matto Grosso.

N. 12.109 — FAZENDA — Decreto de 28 de junho de 1916 — Cassa o decreto n. 10.269, de 12 de junho de 1913, que autorizou a sociedade mutua A Herança Popular a funcconar na Republica.

N. 12.110 — FAZENDA — Decreto de 28 de junho de 1916 — Cassa o decreto n. 10.189, de 23 de abril de 1913, que autorizou a sociedade anonyma de peculios A União Internacional, com séde na Capital Federal, a funcconar na Republica.

N. 12.111 — FAZENDA — Decreto de 28 de junho de 1916 — Concede ao Banco Nacional Ultramarino autorização para estabelecer succursaes nas capitães dos Estados da Bahia, Pernambuco, Pará, Amazonas e Alagoas.

N. 12.112 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1916 — Extingue a Commissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense.

N. 12.113 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1916 — Rescind o contracto celebrado com a firma R. Rebecchi & Comp. para a construcção de 11 armazens externos de dous pavimentos no caes do porto do Rio do Janeiro.

N. 12.114 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1916 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 1.393:971\$214, das officinas modernas de reparação da Rede de Viação Sul-Mineira, na villa de Passa Quatro, Estado de Minas Geraes.

N. 12.115 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1916 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 72:811\$956, de uma variante entre as estacas 1.482 + 10 e 1.523 + 14, do traçado approvedo, do trecho de Lages e Caicó, na Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

N. 12.116 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1916 — Cassa o decreto n. 11.215, de 21 de outubro de 1914, que autorizou a sociedade de auxilios mutuos sobre casamentos, nascimentos e anniversarios Progresso Dotal, com séde em Cataguazes, a funcconar na Republica.

N. 12.117 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1916 — Cassa o decreto n. 9.282, de 30 de dezembro de 1911, que autorizou a Associação Preventiva de Auxilios Mutuos, com séde em Campinas, S. Paulo, a funcconar na Republica.

N. 12.118 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1916 — Cassa o decreto n. 11.371, de 2 de dezembro de 1914, que autorizou a sociedade de peculios por nascimentos, casamentos e mortalidade Mutua Paraense, com séde em S. Sebastião do Paraíso, Minas Geraes, a funcconar na Republica.

N. 12.119 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1916 — Cassa o decreto n. 9.049, de 16 de novembro de 1911, que autorizou a sociedade anonyma Pensionato da Família, com séde em S. Paulo, a funcionar na Republica, e approvou, com alterações, seus estatutos.

N. 12.120 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1916 — Cassa o decreto n. 10.888, de 14 de maio de 1914, que autorizou a sociedade Dotal Integradora, com séde em S. Paulo de Itabapoana, Estado do Espirito Santo, a funcionar na Republica.

N. 12.121 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1916 — Approva, com alterações, as modificações feitas nos estatutos da sociedade anonyma A Perseverança Internacional.

N. 12.122 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de julho de 1916 — Concede autorização á « Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro » para continuar a funcionar na Republica.

N. 12.123 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de julho de 1916 — Approva a reforma dos estatutos da Empresa de Aguas Gazosas.

N. 12.124 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de julho de 1916 — Concede autorização á Companhia Pelliculas D'Luxo da America do Sul, Ltd., para funcionar na Republica.

N. 12.125 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1916 — Cassa os decretos ns. 10.470, de 8 de outubro de 1913, e 10.796, de 21 de janeiro de 1914, referentes ao funcionamento da sociedade mutua de peculios A Felicidade, com séde em S. Paulo.

N. 12.126 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Correntina, no Estado da Bahia.

N. 12.127 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1916 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Paranahyba, no Estado de Goyaz.

N. 12.128 — FAZENDA — Decreto de 7 de julho de 1916 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir, de accôrdo com as disposições do decreto n. 11.693, de 28 de agosto de 1915, a quantia de 50.000:000\$ em notas do Thesouro Nacional.

N. 12.129 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1916 — Manda que o dia 9 de julho do corrente anno de 1916 seja tido como de festa nacional nos Estados Unidos do Brasil.

N. 12.130 — FAZENDA — Decreto de 12 de julho de 1916 — Cassa o decreto n. 10.046, de 13 de fevebreiro de 1913, que autorizou a sociedade mutua de peculios e pensões Rio Brasil, com séde nesta capital, a funcionar na Republica.

N. 12.131 — FAZENDA — Decreto de 12 de julho de 1916 — Approva, com alterações, as modificações feitas nos estatutos da sociedade Previdencia — Caixa Paulista de Pensões — com séde na capital do Estado de S. Paulo, pela assembléa geral extraordinaria realizada em 1 de maio de 1916.

N. 12.132 — FAZENDA — Decreto de 12 de julho de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3.000:000\$, papel, e 100:000\$, ouro, supplementar á verba do § 30 — Exercicios findo, — do orçamento do mesmo Ministerio do corrente exercicio, para pagamento de dividas comprehendidas nos effeitos do art. 4º da lei n. 3.313, de 16 de outubro de 1886, e art. 37 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 12.133 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de julho de 1916 — Concede autorização á Companhia Brasileira de Carnes Conservadas para funcionar na Republica.

N. 12.134 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1916 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barão de Grajahú, no Estado do Maranhão.

N. 12.135 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1916 — Incorpora ao capital das linhas ferreas de concessão federal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro a quantia de 1.638:186\$432, ou £ 85.749-6-10, ao cambio de 12 9/16, despendida em 1915 com a construcção das linhas de Rio Claro a Itirapina e de Itirapina a S. Carlos, acquisição e montagem de machinismos na estação de Rio Claro.

N. 12.136 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 78:397\$681 para pagamento aos trabalhadores das Capatazias da Alfandega, em serviço na Policia Civil do Districto Federal e na Directoria Geral de Saude Publica, de 1 de outubro a 31 de dezembro de 1915.

N. 12.137 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de julho de 1916 — Approva os estudos definitivos de uma variante, com a extensão de 12km.,612, comprehendida entre os kilometros 31 e 42, do ramal de Lages e Macau, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, e bem assim o respectivo orçamento, na importancia de 675:689\$340.

N. 12.138 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de julho de 1916 — Approva o projecto da ponte metallica de 40 metros de vão sobre o rio Iguassú, no Kilometro 27.716, da linha do Norte da «Leopoldina Railway Company Limited» e o respectivo orçamento, na importancia de 351:455\$020.

N. 12.139 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de julho de 1916 — Approva a planta e o orçamento dos novos trabalhos de distribuição de agua para melhorar o fornecimento aos navios na faixa do caes de Paquetá a Mortona, do porto de Santos.

N. 12.140 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de julho de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1.500:000\$ para a execução de obras de utilidade publica contra os effeitos da secca.

N. 12.141 — GUERRA — Decreto de 26 de julho de 1916 — Altera os arts. 12 a 18 do regulamento da Escola de Estado-Maior.

N. 12.142 — FAZENDA — Decreto de 26 de julho de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de .... 19:590\$900 para pagamento de divida de exercicio findo a

Antonio F. Nunes, por fornecimento ás obras do Internato do Gymnasio Nacional em abril de 1909.

N. 12.143 — FAZENDA — Decreto de 26 de julho de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 427:140\$977, ouro, para pagamento de juros e mais despesas do emprestimo de que trata o decreto n. 8.794, de 21 de junho de 1911, relativo á Companhia Viação Bahiana.

N. 12.144 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de julho de 1916 — Approva as plantas e projectos apresentados por Armando de Salles Oliveira e outros em cumprimento da clausula VII do contracto celebrado com o Governo em 2 de março de 1916.

N. 12.145 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de julho de 1916 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 630:000\$ para pagamento da subvenção devida á Estrada de Ferro Funchense, do Estado de S. Paulo.

N. 12.146 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1916 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itabuna, no Estado da Bahia.

N. 12.147 — FAZENDA — Decreto de 26 de julho de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 74:767\$939 para pagamento ao tenente José de Andrade Neves Meirelles, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.148 — FAZENDA — Decreto de 2 de agosto de 1916 — Cassa o decreto n. 11.183, de 7 de outubro de 1914, que autorizou a sociedade anónima de peculios e dotes Triunphai de Passos, com séde em Passos, a funcconar na Republica.

N. 12.149 — FAZENDA — Decreto de 2 de agosto de 1916 — Cassa o decreto n. 11.332, de 11 de novembro de 1914, que autorizou a sociedade anonyma por mutualidade Conjugal Brasileira, com séde em Muzambinho, a funcconar na Republica.

N. 12.150 — FAZENDA — Decreto de 2 de agosto de 1916 — Cassa o decreto n. 11.330, de 11 de novembro de 1914, que autorizou a sociedade de auxilios mutuos e peculios por mutualidade Mutua Passense, com séde em Passos, a funcconar na Republica.

N. 12.151 — FAZENDA — Decreto de 2 de agosto de 1916 — Cassa os decretos ns. 10.539, de 5 de janeiro de 1913, e 10.866, de 29 de abril de 1914, referentes ao funcionamento da sociedade anonyma por mutualidade Mutualidade do Sul, com séde na cidade de Passos.

N. 12.152 — FAZENDA — Decreto de 2 de agosto de 1916 — Cassa os decretos ns. 10.306, de 2 de julho de 1913, e 10.914, de 27 de maio de 1914, referentes ao funcionamento da sociedade de seguros, peculios e rendas A Gaúcha, com séde em Porto Aegre.

N. 12.153 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1914 — Crea um consulado em Spezzia.

N. 12.154 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1916 — Crea um consulado em Coimbra:



N. 12.155 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de agosto de 1916 — Concede autorização a «The Oversea Company of Brazil, Limited», para funcionar na Republica.

N. 12.156 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.

N. 12.157 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de agosto de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 177:867\$. supplementar á verba 3ª, do art. 29, da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

N. 12.158 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1916 — Crea um consulado em Buffalo.

N. 12.159 — FAZENDA — Decreto de 9 de agosto de 1916 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir apolices até á quantia de 25.000:000\$, juro de 5 %, papel.

N. 12.160 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bragança, no Estado do Pará.

N. 12.161 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itabuna, no Estado da Bahia.

N. 12.162 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Cachoeiro de Itapemerim, no Estado do Espirito Santo.

N. 12.163 — MARINHA — Decreto de 9 de agosto de 1916 — Abre ao Ministerio da Marinha, de accôrdo com o decreto n. 3.133, de 5 de julho do corrente anno, o credito especial de 24:410\$276 para pagamento á viuva do capitão de mar e guerra Francisco Spiridião Rodrigues Vaz.

N. 12.164 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria, e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Formiga, no Estado de Minas Geraes.

N. 12.165 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1916 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jequié, no Estado da Bahia.

N. 12.166 — FAZENDA — Decreto de 18 de agosto de 1916 — Supprime cinco logares de segundos officiaes aduaneiros, sendo tres da Alfandega do Rio de Janeiro e dous da de Santos.

N. 12.167 — MARINHA — Decreto de 23 de agosto de 1916 — Crea, sem augmento de despesa, as escolas de Aviação e de Submersíveis.

N. 12.168 — FAZENDA — Decreto de 23 de agosto de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 597:671\$450 para attender ás despesas com o transporte marítimo dos retirantes do Nordêste brasileiro no corrente anno.

N. 12.169 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de agosto de 1916 — Concede autorização á «J. Aron & Company, Inc.» para funcionar na Republica.

N. 12.170 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de agosto de 1916 — Supprime tres logares de amanuense na Repartição de Aguas e Obras Publicas.

N. 12.171 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1916 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Italia e a Allemanha.

N. 12.172 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1916 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Rumania e a Austria-Hungria.

N. 12.173 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1916 — Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Allemanha e a Rumania.

N. 12.174 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Concede autorização á Companhia Hanseatica para continuar a funcionar na Republica.

N. 12.175 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Concede autorização á «The S. Paulo (Brazilian) Railway Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 12.176 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Avicultura.

N. 12.177 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio José Pedro, no Estado de Minas Geraes.

N. 12.178 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 60:557\$811, afim de attender a indemnizações provenientes do extravio de liquidos pertencentes a terceiros, feito pelo ex-depositario publico Carlos Gerqueira Aguirre.

N. 12.179 — FAZENDA — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Supprime dous logares de segundos officiaes aduaneiros, sendo um da Alfandega do Rio de Janeiro e outro da de Santos.

N. 12.180 — FAZENDA — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Approva as alterações dos estatutos da Associação Mutua Paulista, com sede na capital do Estado de S. Paulo, adoptados pelas assembléas geraes extraordinarias de 30 de junho e 12 de julho de 1916.

N. 12.181 — FAZENDA — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Approva a encampação da sociedade anonyma A Nacional, com sede nesta capital, pela sociedade anonyma Zona da Matta, com sede na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Geraes.

N. 12.182 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Declara que não será assignado o contracto entre o Governo e a sociedade anonyma «Sir John Jackson (Sud America), Limited», para as obras do prolongamento do caes do porto desta capital, e dá outras providencias.

N. 12.183 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Approva as clausulas para a revisão do contracto celebrado entre o Governo da União e a Companhia

Estrada de Ferro de Goyaz, de accôrdo com o decreto n. 7.562, de 23 de setembro de 1909.

N. 12.184 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Approva as clausulas para a revisão e consolidação dos contractos celebrados entre o Governo e a companhia «Port of Pará» para o melhoramento do porto de Belém, capital do Estado do Pará.

N. 12.185 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1916 — Concede a Alberto Alvares de Azevedo de Castro privilegio, durante 60 annos, para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo de Cuyabá, venha por Sant'Anna do Parnahyba entroncar com a Estrada de Ferro de Araraquara, no lugar denominado Jangada ou em S. José do Rio Preto, sem onus para o Thesouro Nacional.

N. 12.186 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1916. — Supprime dous logares de conductores-technicos da Repartição de Aguas e Obras Publicas.

N. 12.187 — FAZENDA — Decreto de 5 de setembro de 1916 — Supprime os logares de guarda-mór da Alfandega de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, e da de Parnahyba, Estado do Piauhy.

N. 12.188 — MARINHA — Decreto de 6 de setembro de 1916 — Dá regulamento provisorio para instrucção e aproveitamento da reserva naval.

N. 12.189 — (Não foi publicado).

N. 12.190 — FAZENDA — Decreto de 6 de setembro de 1916 — Approva as resoluções tomadas pela sociedade de peculios «Sanatorium» na assembléa extraordinaria realizada a 13 de maio do corrente anno, com exclusão da parte referente á creação de uma secção bancaria.

N. 12.191 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de setembro de 1916 — Concede autorização á «River Plate Commercial Company, Inc.», para funcionar na Republica.

N. 12.192 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de setembro de 1916 — Concede autorização a «The Southern Brazil Electric Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 12.193 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de setembro de 1916 — Dá regulamento para a execução da lei n. 3.139, de 2 de agosto de 1916, sobre o alistamento eleitoral.

N. 12.194 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1916 — Approva o projecto e o orçamento para a construcção de dous tanques destinados a deposito de oleo combustivel no porto de Santos.

N. 12.195 — FAZENDA — Decreto de 14 de setembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 4:701\$306 para pagamento a DD. Mathilde da Silva Reis Cerqueira e outras, viuva e filhas do Dr. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.196 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1916 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes no município da capital do Estado de Pernambuco.

N. 12.197 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1916 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Serrinha, no Estado da Bahia.

N. 12.198 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1916 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no município de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.

N. 12.199 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1916 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 12.200 — FAZENDA — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Approva, com alterações, as resoluções das assembléas geraes extraordinarias, realizadas em 9 e 16 de maio, da sociedade mutua de peculos Thesouro da Familia, com séde em Recife.

N. 12.201 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Concede autorização á Companhia Commercio e Navegação para continuar a funcção na Republica.

N. 12.202 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Laguna, no Estado de Santa Catharina.

N. 12.203 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alegre, no Estado do Espirito Santo.

N. 12.204 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Guarapary, no Estado do Espirito Santo.

N. 12.205 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1916, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 12.206 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1916, o credito supplementar de 825:000\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 636:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 12.207 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Autoriza a «The Interurban Telephone Company of Brazil» a lançar linhas telephonicas de Entre Rios a Penha Longa, Sapucaia, Porto Novo do Cunha e Carmo.



N. 12.208 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Declara a rescisão do contracto celebrado em virtude do decreto n. 10.640, de 29 de dezembro de 1913, para a construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Taubaté a Uberaba.

N. 12.209 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Proroga os prazos para o início e a conclusão da construção da rede ferrea que faz objecto do contracto com a Companhia Estrada de Ferro de Santa Catharina, celebrado de accôrdo com o decreto n. 9.155, de 29 de novembro de 1911.

N. 12.210 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Autoriza a Companhia de Telephones Interestaduais a fazer a ligação de suas linhas das redes dos Estados de Minas Geraes e Rio de Janeiro e proceder á respectiva exploração.

N. 12.211 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de setembro de 1916 — Autoriza a « The Interurban Telephone Company of Brazil » e a Companhia Rede Telephonica Bragantina a fazerem a ligação de suas respectivas redes nos limites dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e do Districto Federal, nos pontos onde taes ligações se tornem necessarias.

N. 12.212 — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1916 — Supprime diversos logares em differentes repartições do Ministerio da Fazenda.

N. 12.213 — MARINHA — Decreto de 27 de setembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1.000:000\$ para occorrer ás despesas com a manutenção da neutralidade.

N. 12.214 — FAZENDA — Decreto de 27 de setembro de 1916 — Cassa o decreto n. 10.645, de 31 de dezembro de 1913, que autorizou a sociedade de seguros Humanitaria, com sede em Juiz de Fôra, para funcionar na Republica.

N. 12.215 — FAZENDA — Decreto de 27 de setembro de 1916 — Supprime logares de segundos officiaes aduaneiros em diversas alfandegas.

N. 12.216 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1916 — Crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Campo Bello, no Estado de Minas Geraes.

N. 12.217 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.

N. 12.218 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1916 — Autoriza a prorrogação do contracto para o serviço de navegação a vapor no baixo S. Francisco, a cargo da Companhia Pernambucana de Navegação.

N. 12.219 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1916 — Autoriza a prorrogação do contracto celebrado com a Companhia Commercio e Navegação em virtude do decreto n. 5.997, de 13 de fevereiro de 1906.

N. 12.220. — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1916 — Approva o projecto e o orçamento, na importância de 7:579\$786, de uma variante entre as estacas 1.426+14,15 e 1.440+4,31, do traçado approved da linha de Machado Portella a Carinhanha, na Rede de Viação Geral da Bahia.

N. 12.221 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1916 — Autoriza a «Amazon Telegraph Company» a estabelecer em sua rede um serviço preferido para os telegrammas particulares interiores.

N. 12.222 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1916 — Declara sem effeito o decreto n. 12.179, de 30 de agosto ultimo, na parte relativa á suppressão de um logar de segundo official aduaneiro da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 12.223 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1916 — Supprime diversos logares em algumas alfandegas da Republica.

N. 12.224 — GUERRA — Decreto de 4 de outubro de 1916 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 573:551\$787 para occorrer ao pagamento de soldo vitalicio a mais 206 voluntarios da patria.

N. 12.225 — FAZENDA — Decreto de 4 de outubro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 200:000\$, suplementar á verba 5ª do orçamento do mesmo ministerio do corrente exercicio.

N. 12.226 — FAZENDA — Decreto de 4 de outubro de 1916 — Approva a fusão das sociedades de seguros Espirito Santense e Alliança Mineira, sob a denominação, que adoptam, de Companhia de Seguros Alliança Mineira, e modifica os novos estatutos adoptados pela assemblea geral de 15 de novembro de 1915.

N. 12.227 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de outubro de 1916 — Concede autorização á «Aluminum Company of South America» para funcionar na Republica.

N. 12.228 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de outubro de 1915 — Inverte as parcelas de 40:000\$ e 40:000\$, consignadas na verba 15ª do orçamento do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores do exercicio de 1915, respectivamente, para o pessoal e material do serviço de caixas de avisos policiaes.

N. 12.229 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de outubro de 1916 — Crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Caracól, no Estado de Minas Geraes.

N. 12.230 — FAZENDA — Decreto de 7 de outubro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.150:000\$, papel, suplementar á verba 30ª — Exercicios findos, — do orçamento vigente do mesmo Ministerio, para pagamento de dividas comprehendidas nos effeitos do art. 4º da lei n. 3.313, de 16 de outubro de 1896, e art. 37 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 12.231 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1916 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco do Crédito Rural e Internacional pela assembléa geral extraordinária de 30 de agosto findo.

N. 12.232 — FAZENDA — Decreto de 11 de outubro de 1916 — Supprime diversos logares em algumas alfandegas da Republica.

N. 12.233 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1916 — Approva novo projecto para a estação de Lages, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, e respectivo orçamento, na importancia de 55:303\$684.

N. 12.234 — FAZENDA — Decreto de 19 de outubro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.786:658\$751 supplementar á verba 37<sup>a</sup> do art. 193 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro findo, para pagamento dos funcionarios addidos em todos os ministerios.

N. 12.235 — FAZENDA — Decreto de 19 de outubro de 1916 — Cassa o decreto n. 10.356, de 23 de julho de 1913, que autorizou a sociedade mutua de seguros contra fogo Atlas, com séde em S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 12.236 — (Não foi publicado.)

N. 12.237 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de outubro de 1916 — Crea mais uma brigada de cavalaria de guardas nacionaes no municipio de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.

N. 12.238 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1916 — Cassa as regalias de paquete concedidas ao vapor *Rio Pardo*, de propriedade da Empresa Brasileira de Navegação.

N. 12.239 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1916 — Approva o projecto de um viaducto entre as estacas 863+19,10 e 872+19, da linha de Lages a Caiacó, e respectivo orçamento, na importancia de 285:403\$495.

N. 12.240 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 2.689:469\$904, por conta da emissão autorizada pela lei n. 2.896, de 28 de agosto de 1915, para occorrer, em dous exercicios, á despesa resultante da construcção da ponte sobre o rio Paraná, na Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá, inclusive a aquisição á Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil da superstructura metallica da mesma ponte.

N. 12.241 — FAZENDA — Decreto de 25 de outubro de 1916 — Altera o decreto n. 12.131, de 12 de julho de 1916, que approvou as modificações feitas nos estudos da Sociedade Previdencia — Caixa Paulista de Pensões — com séde na capital do Estado de S. Paulo.

N. 12.242 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1916, o credito supplementar de 883:000\$, sendo 195:300\$ á verba — Subsidio dos senadores; — 657:200\$ á verba — Subsidio dos deputados; — 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 12.243 — FAZENDA — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Approva a nova tabella dos vencimentos dos empregados da Caixa Economica de S. Paulo.

N. 12.244 — FAZENDA — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Supprime diversos logares em algumas alfandegas da Republica.

N. 12.245 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Concede á Companhia Industria de Electricidade o praso de um anno, a contar da data da terminação da actual guerra européa, para a produccão do minimo de energia electrica determinado pela clausula V do contracto celebrado de accôrdo com o decreto n. 9.412, de 6 de março de 1912.

N. 12.246 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Quipapá, no Estado de Pernambuco.

N. 12.247 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

N. 12.248 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Approva as clausulas para a revisão, e consolidação dos contractos referentes ás linhas de viação ferrea e fluvial, de que é concessionaria a Companhia Estradas de Ferro do Norte do Brasil.

N. 12.249 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Torna sem offeito a clausula 9ª das que baixaram com o decreto n. 12.182, de 3 de agosto do corrente anno, relativa ao contracto para as obras do prolongamento do caes do porto desta capital.

N. 12.250 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Altera o art. 61 do regulamento dos Correios da Republica, approved pelo decreto n. 9.080, de 3 de novembro de 1911.

N. 12.251 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Rescinde o contracto celebrado com João Alves de Oliveira para a construcção do ramal de Abaeté, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, e manda submeter a arbitramento a reclamação apresentada pelo mesmo contractante acerca de inexecução do referido contracto.

N. 12.252 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de novembro de 1916 — Rescinde o contracto celebrado com o engenheiro Eduardo Alves da Silva Porto para a construcção do ramal de Itapeerica a Formiga, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, e manda submeter a arbitramento a reclamação apresentada pelo mesmo contractante acerca da inexecução do referido contracto.

N. 12.253 — GUERRA — Decreto de 3 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1:560\$ para pagamento de gratificações addicionaes a Manoel Ignacio da Silva Teixeira e Heitor Hugo de Moraes, 1º e 2º officiaes do Hospital Central do Exercito.



N. 12.254 — FAZENDA — Decreto de 9 de novembro de 1916 — Approva, com alterações, as modificações feitas nos estatutos da companhia de seguros Indemnizadora, pela assembléa geral extraordinária, realizada a 12 de julho de 1916.

N. 12.255 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de novembro de 1916 — Concede autorização á « *Hollandsche Zuid-Amerika Handel-Maatscappij* » (Companhia de Commercio Hollandez da America do Sul) para funcionar na Republica.

N. 12.256 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de Minas Geraes.

N. 12.257 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:400\$, complementar á verba 13<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 12.258 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de novembro de 1916 — Approva o projecto de uma ponte de 20 metros de vão para o trecho S. Luiz-Rosario, da Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias, e o respectivo orçamento, na importancia de 24:080\$000.

N. 12.259 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1916 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 30:324\$266 para pagamento a DD. Amalia de Figueiredo Baena e outras, em virtude de sentença judiciária.

N. 12.260 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos de 50:000\$, ouro, e 500:000\$, papel, supplementares á verba 30<sup>a</sup> — Exercicios findos, — do orçamento do mesmo Ministerio para o exercicio corrente.

N. 12.261 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 9:978\$579 para pagamento ao vice-almirante reformado Herculano Alfredo Sampaio, em virtude de sentença judiciária.

N. 12.262 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:782\$338 para occorrer ao pagamento devido a D. Maria Julia Bransford e D. Hilda Motta, em virtude de sentença judiciária.

N. 12.263 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1916 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 180\$050 para pagamento a Antonio Gomes, em virtude de sentença judiciária.

N. 12.264 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 46:612\$902 para pagamento aos auditores de guerra, Garcia Dias Avila Pires e Francisco Fernandes Piratinino de Almeida, de differença de vencimentos não recebidos de 1912 e 1913.

N. 12.265 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 32:105\$680 para pagamento a João Pires Branco, em virtude de sentença judiciária.

N. 12.266 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 472\$910 para pagamento a Francisco Meira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.267 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:395\$160 para pagamento dos vencimentos ao terceiro escriptuario do Thesouro Nacional, Pedro Rodrigues de Carvalho, no periodo de 22 de julho a 31 de dezembro de 1913.

N. 12.268 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:507\$150 para occorrer ao pagamento devido a DD. Cecilia Toledo de Oliveira Lisboa e Alzira Lisboa Moreira da Fonseca, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.269 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 22:991\$096 para pagamento á viuva e filhos do ex-ministro do Supremo Tribunal, Dr. Lucio de Mendonça, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.270 — FAZENDA — Decreto de 16 de novembro de 1916 — Supprime um lugar de segundo escriptuario da Inspectoria de Seguros e dois de segundos officiaes aduaneiros da Alfandega de Santos.

N. 12.271 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de novembro de 1916 — Proroga até 7 de abril de 1917 o praso para a conclusão da construcção do prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá, de Nilo Peçanha á Iguaba Grande.

N. 12.272 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 14:206\$605 para pagamento do que é devido a DD. Zulmira Frazão Varella Barradas, Zulmira Varella Barradas e Chloris Varella Barradas, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.273 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1916 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 60:654\$930 para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 12.274 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 15:225\$360 para restituição aos Srs. Marcellino Gomes de Almeida & Comp., de S. Luiz do Maranhão, de direitos alfandegarios que os mesmos pagaram pela importação de 100 machinas para quebrar coco babassu, distribuidas gratuitamente aos lavradores.

N. 12.275 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1916 — Supprime diversos logares em algumas alfandegas da Republica.

N. 12.276 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Itabuna, no Estado da Bahia.

N. 12.277 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1916 — Crea mais uma brigada de ca-

vallaria de guardas nacionaes no municipio do Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 12.278 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1916, o credito supplementar de 855:500\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsídio dos senadores; 636:000\$ á verba — Subsídio dos deputados; 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado, e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 12.279 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 4:666\$660 para pagamento de vencimentos a um agente aposentado do Correio.

N. 12.280 — FAZENDA — Decreto de 24 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 57:648\$740 para occorrer ao pagamento devido a D. Fanny Worms, em virtude de sentença judicial.

N. 12.281 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1916 — Autoriza o ministro da Fazenda a emitir, de accôrdo com as disposições do decreto n. 11.693, de 28 de agosto de 1915, a quantia de 40.000:000\$, em notas do Thesouro Nacional.

N. 12.282 — GUERRA — Decreto de 29 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 8:500\$908 para pagamento de gratificações que competem ao adjunto do Collegio Militar do Rio de Janeiro, major Apollinario Pereira Bustamante.

N. 12.283 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Cassa o decreto n. 10.481, de 15 de outubro de 1913, que autorizou a sociedade de seguros mutuos A Triumphaal, com séde em Rio Preto, Minas Geraes, a funcionar na Republica.

N. 12.284 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:500\$ para pagamento do premio a que têm direito A. C. Pereira & Comp., pela construcção do rebocador nacional *Neptuno*.

N. 12.285 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Cassa os decretos ns. 10.490, de 23 de outubro de 1913, e 10.769, de 18 de fevereiro de 1914, referentes ao funcionamento da sociedade de peculios por mutualidade A Fraternal, com na capital do Estado de Minas Geraes.

N. 12.286 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Cassa os decretos ns. 10.214, de 8 de maio, e 10.518, de 12 de novembro de 1913, referentes ao funcionamento da sociedade Dote Paranaense, com séde em Curitiba, Estado do Paraná.

N. 12.287 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Cassa o decreto n. 10.280, de 18 de junho de 1913, que autorizou a sociedade de seguros de vida Mutua de Itaiuna, com séde em Itaiuna, Minas Geraes, a funcionar na Republica.

N. 12.288 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de

5:061\$848 para occorrer ao pagamento devido a D. Maria Augusta Naylor, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.289 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Concede autorização á Italia-America, sociedade de empresas maritimas, para funcionar na Republica.

N. 12.290 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de Minas Geraes.

N. 12.291 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Barbara, Estado de Minas Geraes.

N. 12.292 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 357:717\$769 para o fim de occorrer ao pagamento de despesas feitas pela administração da Faculdade de Medicina da Bahia nos exercicios de 1913 e 1914 com reparos do edificio, installação de aparelhos e aquisição de material para ensino.

N. 12.293 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Dá novo regulamento á Inspectoria Federal de Viação Maritima e Fluvial.

N. 12.294 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Cassa o decreto n. 10.188, de 23 de abril de 1913, que autorizou a sociedade beneficente de credito popular A Vida Mutua, com séde em Bello Horizonte, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica.

N. 12.295 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1916 — Promulga o tratado assignado em Washington a 24 de julho de 1914 para o arranjo amigavel de qualquer diffiuldade que no futuro se possa suscitar entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da America.

N. 12.296 — FAZENDA, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, RELAÇÕES EXTERIORES, MARINHA, GUERRA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Consolida as disposições legais e regulamentares referentes a funcionarios publicos civis da União, e dá outras providencias.

N. 12.297 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 15:126\$365 para pagamento a D. Constancia Alves Branco de Mello Barreto, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.298 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 79:787\$061 para occorrer ao pagamento devido a Antonio Marcellino Regueira Costa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.299 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 541\$050 para occorrer ao pagamento do que é devido a Joaquim Pereira Bernardes, em virtude de sentença judiciaria.



N. 12.300 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 70:360\$ para pagamento dos juros de apolices do emprestimo de 1897 relativos aos mezes de janeiro e fevereiro de 1914.

N. 12.301 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de \$:800\$977 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Joaquim Cardoso de Mello Reis, em virtude de sentença judiciaria..

N. 12.302 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Organiza a Caixa de Pensões da Directoria Geral de Saude Publica, e dá-lhe regulamento.

N. 12.303 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Panellas, no Estado de Pernambuco.

N. 12.304 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 12.305 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Magé, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 12.306 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nova Trento, no Estado de Santa Catharina.

N. 12.307 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Approva os estudos do segundo trecho, com a extensão de 35.420 metros, da estrada de ferro do municipio de Barreiros ás proximidades da villa de Sertãozinho, no Estado de Pernambuco, cuja concessão foi autorizada pelo decreto n. 8.344, de 5 de novembro de 1910.

N. 12.308 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Autoriza a modificar o traçado das linhas da Rede Sul-Mineira mencionadas nas letras a e b do n. III da clausula I das que baixaram com o decreto n. 7.704, de 2 de dezembro de 1909.

N. 12.309 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1916 — Approva as clausulas para a revisão do contracto celebrado com Antonio Mendes Fernandes Ribeiro em virtude do decreto n. 8.344, de 5 de novembro de 1910, para a construção de uma estrada de ferro do municipio de Barreiros ás proximidades da villa de Sertãozinho, no Estado de Pernambuco.

N. 12.310 — MARINHA — Decreto de 13 de dezembro de 1916 — Manda executar o regulamento para a defesa minada e organiza a defesa minada do porto desta capital.

N. 12.311 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1916 — Cassa o decreto n. 11.046, de 12 de agosto de 1914,

que autorizou a sociedade mutua A Carangolense, com séde na cidade de Carangola, Estado de Minas Geraes, a funcionar na Republica.

N. 12.312 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 60:000\$, destinado ao pagamento de despesas provenientes do serviço de colleccionar todos os trabalhos referentes ao Codigo Civil e publical-os em uma edição de 1.000 exemplares.

N. 12.313 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1916 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 247:312\$665, para a construcção do tunnel da estaca 140 do prolongamento da Estrada de Ferro Theresopolis.

N. 12.314. — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1916 — Approva a planta para a permuta de terrenos entre a União e o Estado de Pernambuco.

N. 12.315 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1916 — Approva as resoluções tomadas na assembléa geral extraordinaria da sociedade Caixa Dotal de S. Paulo em 14 de março do corrente anno.

N. 12.316 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1916 — Cassa os decretos ns. 11.094, de 26 de agosto de 1914, e 11.345, de 11 de novembro do mesmo anno, referentes ao funcionamento da sociedade anonyma de peculios e dotes A Confiança Dotal, com séde em Campos, Estado do Rio de Janeiro.

N. 12.317 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1916 — Cassa o decreto n. 8.849, de 26 de julho de 1911, que autoriza a sociedade de beneficencia A Mutua Bragançina, com séde na cidade de Bragança, Estado de S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 12.318 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1916 — Cassa os decretos ns. 10.897, de 8 de julho, 21.218, de 21 de outubro de 1914, referentes ao funcionamento da sociedade de peculios mutuos A Varginense, com séde na cidade de Varginha, Estado de Minas Geraes.

N. 12.319 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1916, o credito supplementar de 800:500\$, sendo 176:400\$ á verba — Subsidio dos senadores; — 593:600\$ á verba — Subsidio dos deputados; — 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 12.320 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1916 — Altera o decreto n. 12.308, de 6 do corrente mez, referente á modificação do traçado das linhas da Rede Sul-Mineira.

N. 12.321 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1916 — Supprime diversos logares em algumas alfandegas da Republica.

N. 12.322 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1916 — Determina que continue suspenso até 31 de dezembro

de 1917 o troco, por ouro, das notas da Caixa de Conversão, e dá outras providencias.

N. 12.323 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERIO — Decreto de 27 de dezembro de 1916 — Concede autorização a «The Cascalho Syndicate, Limited» para funcionar na Republica.

N. 12.324 — MARINHA — Decreto de 27 de dezembro de 1916 — Approva o regulamento do Corpo de Machinistas Auxiliares.

N. 12.325 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1916 — Abre pelo Ministerio da Guerra o credito de réis 1.264:684\$095, para attender ao pagamento das despesas feitas no Contestado.

N. 12.326 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1916 — Approva a modificação feita nos estatutos da companhia de seguros terrestres e maritimos União Commercial dos Varegistas, com sede nesta capital.

N. 12.327 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1916 — Cassa o decreto n. 10.043, de 6 de fevereiro de 1913, que autorizou a sociedade de auxilios mutuos A Protectora do Lar, com sede nesta capital, a funcionar na Republica.

N. 12.328 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1916 — Dá novo regulamento para o serviço de repressão do contrabando na fronteira do Estado do Rio Grande do Sul e na Fóz do Iguassú, no Estado do Paraná.

N. 12.329 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1916 — Altera o decreto n. 12.308, de 6 do corrente mez, referente á modificação do traçado das linhas da Rede Sul-Mineira.

N. 12.330 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1916 — Dá novo regulamento á Inspectoria de Obras contra as Seccas.

N. 12.331 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 164:610\$, destinado ás despesas da Imprensa Naval.

N. 12.332 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1916 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de réis 2.361:456\$975, suplementar ás verbas 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 13ª, 20ª e 25ª do orçamento vigente.

## 1917

N. 12.333 — FAZENDA — Decreto de 1 de janeiro de 1917 — Declara isentas de direitos aduaneiros as fructas frescas de procedencia argentina.

N. 12.334 — FAZENDA — Decreto de 1 de janeiro de 1917 — Concede redução de direitos de importação a alguns artigos de produção norte-americana.

N. 12.335 — MARINHA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de réis 36:000\$ para occorrer ao pagamento, em 1916, do aluguel do casco do vapor *Lucania*.

N. 12.336 — MARINHA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Adopta uniforme para os reservistas da 1ª categoria, e dá outras providências.

N. 12.337 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Abre o credito de 899:848\$113, complementar á verba 13ª — Material, n. 26. « Transporte de tropas, etc. », do art. 41 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 12.338 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda os creditos especiaes de 1.047:846\$974, papel, e 532:989\$, ouro, para o fim de occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 12.339 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 788:200\$ para pagamento dos juros de apolices emitidas para construcção de estradas de ferro.

N. 12.340 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 57:635\$330 para occorrer ao pagamento devido ao primeiro tenente do Exereito Jovinião Roland Seraine, em virtude de sentença judiciária.

N. 12.341 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 8.783:969\$190, complementar á verba 5ª do orçamento de 1916, do mesmo Ministerio — Inactivos, pensionistas e beneficiarios do Montepio.

N. 12.342 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito complementar de 350:000\$ á verba 32ª — Serviço eleitoral —, do art. 2º da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 12.343 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Dá instrucções para a execução provisoria do registro publico instituido pelo Codigo Civil.

N. 12.344 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 29:450\$, complementar á verba 6ª do art. 2º da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, e o de 6:177\$8600, especial, para occorrer ao pagamento de vencimentos e gratificação adicional a um continuo da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 12.345 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 207:779\$640 para auxilio á Santa Casa de Misericordia do Rio de Janeiro.

N. 12.346 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos de 10:404\$780 para pagamento ao engenheiro Alberto Armando Ricci e de 3:083\$328, complementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 12.347 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras



Publicas o credito de 75:680\$004, supplementar á consignação « Para combustivel, etc. », da Estrada de Ferro Oéste de Minas.

N. 12.348 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 16:540\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos a um engenheiro addido da Inspeccoria Federal de Portos, Rios e Canaes.

N. 12.349 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 4:563\$086 para pagamento de gratificação a diversos funcionarios da Administração dos Correios do Estado do Maranhão.

N. 12.350 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1917 — Approva os planos e orçamento para o augmento do predio em que funciona a administração da Estrada de Ferro Noroéste do Brasil, em Baurú.

N. 12.351 — FAZENDA — Decreto de 6 de janeiro de 1917 — Approva as alterações feitas no decreto n. 11.951, de 16 de fevereiro de 1916, que deu novo regulamento á arrecadação e fiscalização do imposto de consumo.

N. 12.352 — GUERRA — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 5:200\$, especial, para pagamento a docentes do Collegio Militar de Porto Alegre e o de 12:000\$, supplementar á verba 4ª — Instrução Militar — Collegio Militar de Porto Alegre, — do art. 41 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 12.353 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 80:000\$, supplementar á verba 22ª — Ajudas de custo, — do orçamento do mesmo Ministerio para o exercicio de 1916.

N. 12.354 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Altera o regulamento que baixou com o decreto n. 12.012, de 29 de março de 1916.

N. 12.355 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos supplementares de 1.016:939\$299 ás verbas 15ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª, 26ª, 27ª e 33ª do art. 2º da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, e de 14:500\$ á consignação « Alimentação do pessoal », do Hospital de S. Sebastião, e o credito especial de 80:000\$ para occorrer a despesas effectuadas com o policiamento do territorio do Acre.

N. 12.356 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Approva a consolidação das disposições legais e regulamentares concernentes aos territorios das freguezias urbanas e suburbanas do Districto Federal, que formam as circumscripções judiciarias das actuaes pretorias.

N. 12.357 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Dá nova organização ás forças regionaes do territorio do Acre.

N. 12.358 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 6:139\$285 para pagamento de vencimentos

do escripturario-pagador da Inspectoria de Obras contra as Seccas, José Pires Ferreira Netto.

N. 12.359 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Declara que não será executado o contracto de 31 de julho de 1913 celebrado entre o Governo, de uma parte, e o engenheiro Horacio Mario Meanda e industrial Euripides Coelho de Magalhães, de outra, para as obras do porto de Corumbá, no Estado de Matto Grosso, nem será assignado o contracto relativo ao porto de Jaraguá, no Estado de Alagoas, e dá outras providencias.

N. 12.360 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Abre o credito de 231:670\$284 para occorrer ao pagamento devido á Companhia Estrada de Ferro de Santa Catharina, em virtude de decisão arbitral.

N. 12.361 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 311:598\$098, ouro, e de 311:618\$093, papel, supplementar á verba 10<sup>a</sup>.

N. 12.362 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 10 de janeiro de 1917 — Concede á Companhia do Porto e Estrada de Ferro Nordéste de S. Paulo privilegio, durante 60 annos, para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo de Ubatuba e passando por Taubaté, no Estado de S. Paulo, termine em Paraisópolis, no Estado de Minas Geraes, sem onus algum para a União.

N. 12.363 — **FAZENDA** — Decreto de 16 de janeiro de 1917 — Faz algumas modificações no regimen sobre facturas consulares.

N. 12.364 — **MARINHA** — Decreto de 17 de janeiro de 1917 — Approva o regulamento da Escola de Aviação Naval.

N. 12.365 — **FAZENDA** — Decreto de 17 de janeiro de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 68:312\$680 para o fim de occorrer ao pagamento devido ao Dr. Jeronymo Baptista Pereira Sobrinho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.366 — **FAZENDA** — Decreto de 17 de janeiro de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito de 160:000\$, papel, supplementar á verba 5<sup>a</sup> — Inactivos, pensionistas e beneficiarios do Montepio. — do orçamento do mesmo Ministerio, do exercicio de 1916.

N. 12.367 — **FAZENDA** — Decreto de 17 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 11:280\$384 para occorrer ao pagamento devido a DD. Ignacia Luiza Barbosa de Rezende e Francisca Eugenia Barbosa de Rezende, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.368 — **FAZENDA** — Decreto de 17 de janeiro de 1917 — Supprime alguns logares nas alfandegas do Rio de Janeiro e do Recife, Estado de Pernambuco.

N. 12.369 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 17 de janeiro de 1917 — Approva a reforma dos estatutos da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Refalhistas de Carnes Verdes.

N. 12.370 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1917 — Approva o projecto e o orçamento na importancia de 11:661\$750 para a construcção de um muro de arrimo na estaca 56 do trecho de S. Luiz a Estiva, da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 12.371 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1917 — Approva os planos e orçamentos para a construcção de novas estações em Toledo Piza, Lauro Müller e Pennapolis, da Estrada de Ferro de Baurú a Itapura.

N. 12.372 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1917 — Revigora o saldo, no valor de réis 445:849\$526, do credito especial aberto pelo decreto numero 11.865, de 5 de janeiro de 1916, para o fim de, por esse saldo, serem custeados os trabalhos de conclusão e consolidação da linha de Barra Mansa, da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 12.373 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1917 — Concede regalias de paquete ao vapor *Comandante Macedo*, de propriedade de Brasil & Companhia.

N. 12.374 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1917 — Dá regulamento para o serviço de encomendas postaes internacionaes.

N. 12.375 — FAZENDA — Decreto de 23 de janeiro de 1917 — Modifica o processo dos pagamento effectuados pela 1ª Pagadoria do Thesouro Nacional.

N. 12.376 — MARINHA — Decreto de 25 de janeiro de 1917 — Estabelece graduações militares para os officiaes da Reserva Naval.

N. 12.377 — FAZENDA — Decreto de 25 de janeiro de 1917 — Supprime um lugar de primeiro escripturario da Alfandega de Paranaguá e um de segundo official aduaneiro da Alfandega de Corumbá.

N. 12.378 — FAZENDA — Decreto de 25 de janeiro de 1917 — Autorisa a «Banque Française et Italienne pour l'Amerique du Sud» a estabelecer uma sub-agencia na cidade de Araraquara, Estado de S. Paulo.

N. 12.379 — FAZENDA — Decreto de 25 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 584:503\$ para regularizar o pagamento a 522 trabalhadores das Capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro no periodo de janeiro a setembro de 1915.

N. 12.380 — FAZENDA — Decreto de 25 de janeiro de 1917 — Dá regulamento para a cobrança dos impostos do sello de fiscalização e de sorcicos, a que estão sujeitas as companhias de seguros.

N. 12.381 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de janeiro de 1917 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 22:854\$809 para a construcção do edificio destinado á estação de Saude, na linha de Bomfim a Sítio Novo, a Rede de Viação Geral da Bahia.

N. 12.382 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de janeiro de 1917 — Approva o projecto e orçamento, na importância de 11:291\$502, para a construção de uma estação no kilometro 36 da Estrada de Ferro de Baurú a Itapura.

N. 12.383 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de janeiro de 1917 — Substitue o desempalhador no arbitramento a que se refere o decreto n. 12.251, de 1 de novembro de 1916.

N. 12.384 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de janeiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 80:000\$ para occorrer ás despesas com as providencias em prol da garantia da ordem e tranquillidade publicas, originadas em virtude da intervenção no Estado de Matto Grosso.

N. 12.385 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de janeiro de 1917 — Concede autorização á «Brazil Trading Company» para funcionar na Republica.

N. 12.386 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1917 — Autoriza o Banco Hollandez da America do Sul, com séde em Amsterdam, a funcionar na Republica.

N. 12.387 — GUERRA — Decreto de 31 de janeiro de 1917 — Modifica os arts. 22, § 1º, 39, 65, 74 e 131, n. 12, do regulamento em vigor para os collegios militares.

N. 12.388 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de janeiro de 1917 — Supprime o cargo de veterinario do Posto Zootechnico Federal de Pinheiro.

N. 12.389 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1917 — Autoriza a prorrogação, por quatro mezes, contados de 14 de dezembro de 1916, do prazo fixado na clausula VI do contracto celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor em virtude do decreto n. 11.620, de 30 de junho de 1915.

N. 12.390 — FAZENDA — Decreto de 7 de fevereiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 459:209\$729, supplementar á verba 20ª — Fiscalização e mais despesas dos impostos do consumo, — do orçamento do mesmo Ministerio, do exercicio de 1916.

N. 12.391 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1917 — Dá instrucções para a execução da lei n. 3.208, de 27 de dezembro de 1916, sobre as eleições federaes.

N. 12.392 — FAZENDA — Decreto de 12 de fevereiro de 1917 — Autoriza o ministro da Fazenda a emitir, de accordo com as disposições do decreto n. 11.693, de 28 de agosto de 1915, a quantia de 15.000:000\$ em notas do Thesouro Nacional.

N. 12.393 — FAZENDA — Decreto de 14 de fevereiro de 1917 — Augmenta de mais oito o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo no Estado de S. Paulo.

N. 12.394 — FAZENDA — Decreto de 14 de fevereiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 201:500\$.



supplementar á verba 21<sup>a</sup> — Comissão de 2 % aos vencedores de estampilhas, — do orçamento do mesmo Ministerio, do exercicio de 1916.

N. 12.395 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de fevereiro de 1917 — Dá regulamento para a execução do decreto legislativo n. 3.206, de 20 de dezembro de 1916, na parte relativa ás eleições municipaes no Districto Federal.

N. 12.396 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1917 — Approva o projecto e orçamento na importancia de 2.607:205\$173, para a construcção do trecho da Estrada de Ferro de Theresopolis, comprehendido entre Varzea e Venda Nova, na extensão de 22 km., 772.

N. 12.397 — (Não foi publicado.)

N. 12.398 — FAZENDA — Decreto de 15 de fevereiro de 1917 — Supprime diversos logares em algumas alfandegas da Republica.

N. 12.399 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de fevereiro de 1917 — Adia para 20 de maio do corrente anno não só as eleições para a formação do Conselho Municipal do Districto Federal, como também as federaes para preenchimento das vagas de um senador e dous deputados pelo dito Districto.

N. 12.400 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de fevereiro de 1917 — Proroga por mais dous annos o prazo para o resgate das letras do Thesouro (papel) emittidas de accordo com o decreto n. 11.478, de 5 de fevereiro de 1915..

N. 12.401 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de fevereiro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 13:978\$188 para pagamento aos desembargadores João Alves de Castro e João Rodrigues do Lago.

N. 12.402 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de fevereiro de 1917 — Proroga o prazo concedido ao arbitro desempatador no juizo arbitral instituido em virtude do decreto n. 12.251, de 1 de novembro de 1916.

N. 12.403 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de fevereiro de 1917 — Approva o projecto definitivo e orçamento, na importancia de 1.781:156\$141, para a construcção de um muro de arrimo na linha de ligação do Natal a Igapó, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

N. 12.404 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERIO — Decreto de 22 de fevereiro de 1917 — Declara caduca a carta patente n. 4.678, de 28 de julho de 1906, concedida a Leal, Santos & Comp., para a invenção de «um dispositivo aperfeiçoado para abertura de latas».

N. 12.405 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1917 — Reorganiza a justiça do territorio do Acre.

N. 12.406 — FAZENDA — Decreto de 28 de fevereiro de 1917 — Supprime diversos logares em algumas alfandegas da Republica:

N. 12.407 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1917 — Approva o projecto e orçamento, na importância de 14:849\$942, para a construção de um edificio destinado ao almoxarifado e armazem de viveres na estação de Baurú, da Estrada de Ferro de Baurú a Itapura.

N. 12.408 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de fevereiro de 1917 — Approva diversas modificações do regulamento approvado pelo decreto n. 11.460, de 27 de janeiro de 1915.

N. 12.408 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de março de 1917 — Manda que o dia 6 de março do corrente anno de 1917 seja tido como de festa nacional em toda a Republica.

N. 12.409 — MARINHA — Decreto de 7 de março de 1917 — Approva o regulamento da Escola de Submersíveis.

N. 12.410 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.200:000\$ para conclusão das obras contra as secças já iniciadas no Nordéste brasileiro.

N. 12.411 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de março de 1917 — Concede autorização á Companhia Swift do Brasil, sociedade anonyma, para funcionar na Republica.

N. 12.412 — FAZENDA — Decreto de 14 de março de 1917 — Supprime diversos logares em algumas alfandegas da Republica.

N. 12.413 — FAZENDA — Decreto de 14 de março de 1917 — Augmenta de mais seis o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo no Estado do Rio de Janeiro.

N. 12.414 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de março de 1917 — Approva o novo projecto e respectivo orçamento para as obras de melhoramento do porto de Paranaquá, e seus canaes de accesso, no Estado de Paraná.

N. 12.415 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de março de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 498:957\$365, ouro, afim de completar o pagamento devido á «Brazil Great Southern Railway Company Limited» em virtude de decisão arbitral.

N. 12.416 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de março de 1917 — Autoriza a aquisição de duas locomotivas e 20 carros abertos para o serviço do caes do porto de Santos.

N. 12.417 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de março de 1917 — Approva o projecto e orçamento, na importância de 31:140\$402, para a construção de um reservatorio de agua na estação de Baurú, da Estrada de Ferro de Baurú a Itapura.

N. 12.418 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1917 — Approva, com alterações, os novos estatutos da companhia de seguros marítimos e terrestres Lealdade, com séde na capital do Estado do Pará, adoptados, pela assembléa geral extraordinaria de 2 de setembro de 1916.

N. 12.419 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1917 — Corrige disposições do regulamento que baixou com o decreto n. 12.328, de 27 de dezembro de 1916.

N. 12.420 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1917 — Approva os projectos e orçamentos de diversas obras a serem executadas pela «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil», na Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 12.421 — (Não foi publicado.)

N. 12.422 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1917 — Cassa o decreto n. 10.081, de 19 de fevereiro de 1913, que autorizou a sociedade anonyma de peculios União Mineira, com séde em Passos, Minas Geraes, a funcionar na Republica.

N. 12.423 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1917 — Supprime diversos logares em algumas alfandegas da Republica.

N. 12.424 — FAZENDA E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERIO — Decreto de 28 de março de 1917 — Faz cessão á Sociedade Nacional de Agricultura dos terrenos em que se acha installado, o Horto Fructicola da Penha, na freguezia de Irajá, no Districto Federal.

N. 12.425 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1917 — Approva o projecto e orçamento na importancia de 179:110\$200, para a construcção da variante da Penha Colorada, na Estrada de Ferro Madeira e Mamoré, e autoriza que a respectiva despesa seja inscripta em conta de capital.

N. 12.426 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1917 — Approva as plantas das ligações das rêdes de «The Interurban Telephone Company of Brazil» e da Companhia Rêde Telephonica Bragantina, nos limites dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Districto Federal.

N. 12.427 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1917 — Incorpora ao capital das linhas ferreas de concessão federal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro a quantia de 49:278\$, ou £2.476-14-7, ao cambio de 12 1/16, despendida em 1916 com a construcção das mesmas linhas.

N. 12.428 — FAZENDA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de abril de 1917 — Approva o regulamento para o lançamento e cobrança da taxa de saneamento na Capital Federal.

N. 12.429 — FAZENDA — Decreto de 4 de abril de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 142:899\$143, ouro, suplementar á verba 30ª — Exercícios findos, — do orçamento do mesmo Ministerio para o exercicio de 1916.

N. 12.430 — FAZENDA — Decreto de 4 de abril de 1917 — Desapropria, na fórma do decreto n. 11.806, de 9 de dezembro de 1915, os navios, diques, officinas e material fluctuante da Companhia Commercio e Navegação.

N. 12.431 — FAZENDA — Decreto de 4 de abril de 1917 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 67:766\$, papel, suplementar á verba 8<sup>a</sup>. — Recbedoria do Districto Federal. — do orçamento do mesmo Ministerio, do exercicio de 1916, para pagamento de percentagens aos cobradores da dita repartição.

N. 12.432 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de abril de 1917 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito de 206:450\$, suplementar á verba 29<sup>a</sup> — Soccorros publicos, — do artigo 2<sup>o</sup> da lei organimentaria vigente, destinado a occorrer ás despesas com o material e pessoal empregado para debellar as epidemias de impaludismo em Jacarepaguá e na ilha do Governador, no Districto Federal, e de febre amarella, no Estado do Espirito Santo.

N. 12.433 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de abril de 1917 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:000\$ para occorrer á despesas de publicação da Revista e expediente da Academia Brasileira de Letras.

N. 12.434 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de abril de 1917 — Concede autorização á «Brazilian Warrant Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 12.435 — FAZENDA — Decreto de 11 de abril de 1917 — Approva, com alterações, as modificações feitas nos estatutos da sociedade Caixa Mutua de Pensões Vitalicias, com séde na capital do Estado de São Paulo.

N. 12.436 — FAZENDA — Decreto de 11 de abril de 1917 Approva, com alterações, as resoluções da assembléa geral extraordinaria da companhia de seguros marítimos e terrestres Previdente, com séde nesta capital, realizada a 10 de fevereiro de 1917, modificando os estatutos.

N. 12.437 — FAZENDA — Decreto de 11 de abril de 1917 — Approva o regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto sobre os juros de creditos ou emprestimos garantidos por hypothecas convencionaes ou antichrese, etc.

N. 12.438 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de abril de 1917 — Concede autorização a «The Anglo Mexican Petroleum Products Company, Limited» para substituir esta denominação pela «Anglo Mexican Petroleum Company, Limited».

N. 12.439 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de abril de 1917 — Approva a planta e o orçamento, na importancia de 2.332:743\$085, para a construção de um armazem frigorifico no caes do porto de Santos.

N. 12.440 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de abril de 1917 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito de 2.000:000\$ afim de occorrer á despesa com a aquisição do material e installação de uma uzina de pulverização de carvão nacional; a aquisição de 12 locomotivas destinadas á queima de carvão nacional bruto, bem como com a aquisição da patente para queima de carvão em pó em locomotivas.



N. 12.441 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de abril de 1917 — Declara sem effeito os *exequatur* concedidos a todos os funcionarios consulares do Imperio Allemão no Brasil.

Ns. 12.442 e 12.443 — (Não foram publicados.)

N. 12.444 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de abril de 1917 — Concede autorização a «The American Chemical Works, Inc.», para funcionar na Republica.

N. 12.445 — FAZENDA — Decreto de 18 de abril de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 41:815\$452, ouro, e de 53:319\$478, papel, para o fim de ser restituída á Companhia Frigorifica e Pastoreil, com séde em S. Paulo, a importancia de 123:862\$145, papel, que a mesma pagou a titulo de direitos alfandegarios pela importação de machinas e appparelhos necessarios á montagem do Matadouro Frigorifico de Barretos.

N. 12.446 — FAZENDA — Decreto de 18 de abril de 1917 — Cassa o decreto n. 10.304, de 2 de julho de 1913, que autorizou a sociedade de peculios mixtos Thesouro da Familia, com séde em Recife, a funcionar na Republica.

N. 12.447 — FAZENDA — Decreto de 18 de abril de 1917 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir, de accôrdo com a clausula VII das instrucções baixadas com o decreto numero 12.251, de 1 de novembro ultimo, e art. 28, n. 3, da lei n. 3.089, de 8 de janeiro anterior, apolices na importancia de 1.257:000\$, e dá outras providencias.

N. 12.448 — FAZENDA — Decreto de 18 de abril de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:173\$482 para occorrer ao pagamento devido a D. Francisca Chichorro Galvão Netto, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.449 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 2:500\$, para occorrer ás despesas com os estudos de uma ponte sobre o rio Iguassú, no Porto da União.

N. 12.450 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de abril de 1917 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 13:000\$ para a compra do predio da antiga Escola Agricola União e Industria, em Mariano Procópio, no Estado de Minas Geraes.

N. 12.451 — FAZENDA — Decreto de 25 de abril de 1917 — Cassa o decreto n. 11.334, de 11 de novembro de 1914, que autorizou a sociedade de auxilios mutuos Matrimonial Brasileira, com séde em S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 12.452 — FAZENDA — Decreto de 25 de abril de 1917 — Approva as resoluções da assembléa geral extraordinaria de 29 de outubro de 1916, da sociedade Auxilio das Familias, com séde na cidade de Piracicaba, Estado do S. Paulo.

N. 12.453 — FAZENDA — Decreto de 25 de abril de 1917 — Cassa o decreto n. 8.863, de 2 de agosto de 1911, que au-

torizou a sociedade anonyma de peculios e educação A Mutua Brasil, com séde em S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 12.454 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de abril de 1917 — Dá nova denominação aos postos de tenentes e de alferes da Brigada Policial do Districto Federal.

N. 12.455 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de abril de 1917 — Rescinde o contracto celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor em virtude do decreto n. 11.620, de 30 de junho de 1915.

N. 12.456 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de abril de 1917 — Autoriza a construcção de uma estação de 3ª classe, no Kilometro 64, da Estrada de Ferro de Baurú, a Itapura, e uma modificação do traçado desta, em virtude do estabelecimento da mesma estação.

N. 12.457 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de abril de 1917 — Publica a adhesão da Succia á Convenção assignada em Washington a 2 de junho de 1911 para a protecção da propriedade industrial.

N. 12.458 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de abril de 1917 — Manda que sejam observadas as regras constantes do decreto n. 11.037, de 4 de agosto de 1914, no actual estado de guerra entre os Estados Unidos da America e o governo do Imperio Allemão.

N. 12.459 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de maio de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 200:000\$, complementar á verba 29ª — Soccorros publicos, — do art. 2º da lei organamentaria vigente, destinado a soccorrer ás despesas com os auxilios ás victimas das inundações nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauby.

N. 12.460 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de maio de 1917 — Concede autorização á «Società per l'Exportazioni» per l'industria Italo Americana» para continuar a funcionar na Republica.

N. 12.461 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1917 — Supprime os cargos do sub-secretario de Estado das Relações Exteriores e do respectivo official de gabinete.

N. 12.462 — FAZENDA — Decreto de 9 de maio de 1917 — Approva, com alterações, as resoluções da assembléa geral extraordinaria de 26 de fevereiro de 1917 da companhia de seguros maritimos e terrestres Integridade, com séde nesta capital.

N. 12.463 — FAZENDA — Decreto de 9 de maio de 1917 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir, de accôrdo com as disposições do decreto n. 11.693, de 28 de agosto de 1915, a quantia de 20.000:000\$, em notas do Thesouro Nacional.

N. 12.464 — (Não foi publicado.)

N. 12.465 — FAZENDA — Decreto de 16 de maio de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.000:000\$, complementar á verba 29ª — Exercicios findos, — do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio.

N. 12.466 — FAZENDA — Decreto de 16 de março de 1917 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de réis 10:744\$868 para occorrer ao pagamento devido a D. Amazilde de Lima Ramos, por si e como tutora de seu filho menor Cyro, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.467 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de maio de 1917 — Concede autorização á « International Machinery Company » para funcionar na Republica.

N. 12.468 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de maio de 1917 — Regula a distribuição dos leilões judiciais.

N. 12.469 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de maio de 1917 — Approva o projecto e orçamento para a construção de um desvio e augmento da plataforma na estação de Bomfim, da Estrada de Ferro de Alagoinhas a Joazeiro.

N. 12.470 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de maio de 1917 — Autoriza a Companhia Nacional de Navegação Costeira a deixar de realizar, provisoriamente, as viagens constantes do seu contracto de 30 de novembro de 1915, enquanto os seus navios estiverem incorporados á frota do Lloyd Brasileiro.

N. 12.471 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de maio de 1917 — Concede autorização á Companhia Commercial e Constructora para funcionar na Republica.

N. 12.472 — MARINHA — Decreto de 23 de maio de 1917 — Abre ao Ministério da Marinha o credito extraordinario de 491:621\$894, ouro, nos termos da autorização legislativa constante do decreto n. 3.212, de 30 de dezembro de 1916.

N. 12.473 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de maio de 1917 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 24:000\$ para occorrer ao pagamento de despesas com o serviço de identificação para o alistamento eleitoral no Districto Federal.

N. 12.474 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de maio de 1917 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 30:000\$ para remunerar a D. Theodora Marcondes de Andrade Figueira, viuva do conselheiro Domingos de Andrade Figueira, de conformidade com o n. VIII do art. 3º da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

N. 12.475 — FAZENDA — Decreto de 23 de maio de 1917 — Approva o regulamento para a venda de mercadorias e imoveis e para a distribuição de premios mediante sorteios.

N. 12.476 — FAZENDA — Decreto de 23 de maio de 1917 — Cassa o decreto n. 10.336, de 16 de julho de 1913, que autorizou a sociedade de auxilios mutuos A Protectora, com sede na cidade de Diamantina, Minas Geraes, a funcionar na Republica.

N. 12.477—VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS—Decreto de 23 de maio de 1917—Concede ao Estado do Paraná autorização para construir as obras de melhoramentos do porto de Paranaguá.

N. 12.478—VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS—Decreto de 23 de maio de 1917—Autoriza o contracto de construcção da estrada de ferro de Tubarão a Araranguá, para servir á zona carbonifera do Estado de Santa Catharina.

N. 12.479—VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS—Decreto de 23 de maio de 1917—Autoriza o contracto de construcção de uma linha ferrea que, partindo do ramal de Paranapanema, vá ter ás jazidas de carvão de Barra Bonita e Rio do Peixe, no Estado do Paraná.

N. 12.480—GUERRA—Decreto de 26 de maio de 1917—Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 20:000\$, ouro, supplementar á verba 14<sup>a</sup> do art. 41 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

N. 12.481—GUERRA—Decreto de 31 de maio de 1917—Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 3:744\$ para pagamento de gratificações addicionaes a funcionarios do Hospital Central do Exército.

N. 12.482—GUERRA—Decreto de 31 de maio de 1917—Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 800\$ para pagamento de gratificação ao mestre de gymnastica da extincta Companhia de Aprendizizes Artifices do Arsenal de Guerra desta capital, Paulino Francisco Paes Barreto.

N. 12.483—GUERRA—Decreto de 31 de maio de 1917—Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 38:477\$094, afim de occorrer ao pagamento a que tem direito D. Maria Roberta da Silva, de vencimentos devidos a seu finado marido, o capitão reformado do Exército, Antonio Faustino da Silva.

N. 12.484—AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO—Decreto de 31 de maio de 1917—Approva a reforma dos estatutos da Companhia Vieira Mattos.

N. 12.485—AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO—Decreto de 31 de maio de 1917—Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 50:000\$ para pagamento de gratificações addicionaes a que tem direito o Dr. Edgard Leite Chermont e outros.

N. 12.486—AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO—Decreto de 31 de maio de 1917—Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de réis 133:770\$ para occorrer ao pagamento devido a Theodor Wille & Comp., por fornecimentos de mobiliarios ao Museu Nacional.

N. 12.487—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 31 de maio de 1917—Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao engenheiro civil Vicente Lício Cardoso.

N. 12.488—VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS—Decreto de 31 de maio de 1917—Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 380:000\$ para pagamento da



acquisição de immoveis ou(r)ora pertencentes ao conselheiro Francisco de Paula Mayrink.

N. 12.489 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1917 — Nomeia o Dr. Fernando Lobo Leite Pereira para arbitro, por parte do Governo, na questão relativa ao contracto das obras do prolongamento do porto desta capital.

N. 12.490 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1917 — Altera o regulamento da Inspectoria Federal das Estradas.

N. 12.491 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza o contracto de construção do prolongamento do ramal de Paranapanema.

N. 12.492 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1917 — Autoriza a "Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul" a vender e alorar terrenos no caes do porto da cidade do Rio Grande.

N. 12.493 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 43:116\$412 para occorrer ao pagamento devido a Carlos de Souza Dantas, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.494 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:372\$708 para pagamento devido ao major Joaquim Vieira da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.495 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:920\$100 para pagamento a «The Ouro Preto Gold Mines of Brasil, Limited», em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.496 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 871\$400 para occorrer ao pagamento devido a Antonio José Villela, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.497 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:987\$404 para occorrer ao pagamento devido a D. Ermelinda Nobrega de Carvalho Leal, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.498 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1.094:956\$357, papel, e de 1.147:700\$897, ouro, para pagamento a Haupt & Comp.

N. 12.499 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Cassa o decreto n. 7.896, de 10 de março de 1910, que autorizou a sociedade de peculios e pensões Mutualidade Geral, com sede em S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 12.500 — FAZENDA — Decreto de 31 de maio de 1917 — Approva as instruções para a arrecadação das taxas pela utilização do caes da barra do Estado do Rio Grande do Sul.

N. 12.501 — RELAÇÕES EXTERIORES, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, GUERRA, MARINHA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de junho de 1917 — Manda utilizar todos os navios mercantes allemães ancorados nos portos da Republica.

N. 12.502 — GUERRA — Decreto de 6 de junho de 1917 — Crea o 1º Districto de Artilharia de Costa.

N. 12.503 — GUERRA — Decreto de 6 de junho de 1917 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 870:000\$, destinado a despesas com a produção de munição de guerra, reparos do material bellico e fabricação de armamento portatil.

N. 12.504 — FAZENDA — Decreto de 6 de junho de 1917 — Autoriza o Banco Hollandez da America do Sul a estabelecer agencias nas cidades de S. Paulo e Santos, Estado de S. Paulo.

N. 12.505 — FAZENDA — Decreto de 6 de junho de 1917 — Approva, com alterações, as resoluções da assembléa geral extraordinaria de 30 de março de 1917 da sociedade anonyma de pcculios e dotes A Previsora, com séde em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

N. 12.506 — FAZENDA — Decreto de 6 de junho de 1917 — Approva, com alterações, os novos estatutos da companhia de seguros maritimos e terrestres Pelotense, com séde na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

N. 12.507 — FAZENDA — Decreto de 6 de junho de 1917 — Supprime diversos logares em algumas alfandegas da Republica.

N. 12.508 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de junho de 1917 — Concede autorização á Companhia de Bondes Electricos Campo Grande-Guaratiba para funcionar na Republica.

N. 12.509 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de junho de 1917 — Approva as alterações do plano de uniformes da Brigada Policial do Districto Federal.

N. 12.510 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1:260\$199 para pagamento a Eugenio Vidal Leite Ribeiro, funcionario aposentado do Correio.

N. 12.511 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 4:980\$ para pagamento das desapropriações feitas na Quinta da Boa Vista durante o anno de 1911.

N. 12.512 — MARINHA — Decreto de 8 de junho de 1917 — Abre ao Ministerio da Marinha os creditos extraordinarios de 10:269\$253, 387:813\$457, ouro, e 270:444\$480, ouro, para attender a pagamentos relativos á ponte da ilha das Cobras, á representação do Brasil na Republica Argentina e ao transporte do material fluctuante da Europa para o Rio de Janeiro.

N. 12.513 — FAZENDA — Decreto de 13 de junho de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos especiaes de 38:739\$442, ouro, e 3.529:525\$253, papel, para occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos de diversos ministerios.

N. 12.514 — FAZENDA — Decreto de 13 de junho de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de

2:507\$656 para occorrer ao pagamento devido aos Drs. Miguel da Silva Pereira e Augusto de Souza Brandão, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.515 — FAZENDA — Decreto de 13 de junho de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 1.546:224\$744 afim de ser legitimada a despesa feita com o pagamento de percentagens a empregados de alfandegas, relativas ao exercicio de 1913.

N. 12.516 — FAZENDA — Decreto de 13 de junho de 1917 — Abre, pelo Ministerio da Fazenda para cumprimento de sentenças judiciais, os seguintes creditos: de 22:555\$668 para pagamento a D. Emiliana Guimarães Pindahyba de Mattos; de 11:154\$158, a D. Eliza Carolina Barbosa; de 5:863\$950, a José Gonçalves Ferraz, e de 1:576\$060, ao capitão de fragata Joaquim de Albuquerque Serejo.

N. 12.517 — FAZENDA — Decreto de 13 de junho de 1917 — Cassa o decreto n. 10.996, de 20 de junho de 1914, que autorizou a sociedade anonyma Caixa Dotal de S. Paulo, com séde em S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 12.518 — (Não foi publicado.)

N. 12.519 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 16:216\$658 para pagamento de vencimentos á agente aposentada do Correio, D. Anna Candida de Brito.

N. 12.520 — FAZENDA — Decreto de 20 de junho de 1917 — Approva a modificação feita no art. 32, § 4º, dos estatutos da sociedade de peculios A Minas Geraes pela assembléa geral extraordinária realizada em 5 de março do corrente anno.

N. 12.521 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de junho de 1917 — Concede autorização á sociedade anonyma Casa Michaelson Wright para funcionar na Republica.

N. 12.522 — AGRICULTURA INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de junho de 1917 — Concede autorização á «United States Rubber Export Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 12.523 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de junho de 1917 — Concede autorização a «The Consolidated Commercial Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 12.524 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de junho de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 19:402\$246, afim de occorrer ao pagamento de fornecimentos feitos á Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 12.525 — FAZENDA — Decreto de 23 de junho de 1917 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir, de accôrdo com as disposições do decreto n. 11.693, de 28 de agosto de 1915, a quantia de 24.000:000\$, em notas do Thesouro Nacional.

N. 12.526 — FAZENDA — Decreto de 23 de junho de 1917 — Augmenta de mais seis o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo no Estado de Pernambuco.

N. 12.527 — FAZENDA — Decreto de 28 de junho de 1917 — Concede autorização á «Brazilian Tobacco Corporation» para funcionar na Republica.

N. 12.528 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de junho de 1917 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 100:000\$ para despende como auxilio á Prefeitura do Districto Federal para a creação de uma escola normal modelo de instrucção profissional e technica.

N. 12.529 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1917 — Approva o orçamento, na importancia de 72:277\$200, para a construcção de 47.240 metros de cercas de protecção da linha de Bomfim a Jacobina.

N. 12.530 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1917 — Autoriza a firmar termo de accôrdo modificativo do contracto de 29 de setembro de 1916, celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz, em virtude do decreto n. 12.183, de 30 de agosto do mesmo anno.

N. 12.531 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1917 — Prorroga o praso a que se refere a clausula IV do decreto n. 12.359, de janeiro ultimo, referente aos contractos dos portos de Corumbá e Jaraguá.

N. 12.532 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 889:259\$943, ouro, afim de occorrer ao pagamento de despesas feitas pelas diversas sub-consignações da verba 9ª — Esgotos da Capital Federal, — no exercicio de 1916.

N. 12.533 — RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1917 — Revoga os decretos ns. 11.038, de 4 de agosto 11.166, de 12 de agosto, 11.092, de 24 de agosto de 1914, 11.984, de 10 de março, e 12.174, de 29 de agosto de 1916, mandando observar completa neutralidade na guerra da Franca, da Russia, da Grã-Bretanha do Japão, de Portugal e da Italia contra o Imperio Allemão.

N. 12.534 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 97:173\$579 para occorrer ao pagamento devido a Marcellino José da Costa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.535 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1917 — Approva as alterações feitas nos estatutos da companhia de seguros terrestres e maritimos Brasil pela assembléa geral extraordinaria realizada em 18 de novembro de 1916.

N. 12.536 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1917 — Concede á Companhia de Seguros Laizo Brasileira Sagres, com sede em Lisboa, autorização para operar no Brasil em seguros contra fogo e maritimos, incluindo nestes os riscos de guerra que não interessem ás pessoas.

N. 12.537 a 12.566 — (Não foram publicados.)



N. 12.567 — FAZENDA — Decreto de 11 de julho de 1917 — Cassa o decreto n. 10.431, de 10 de setembro de 1913, que autorizou a sociedade mutua de peculios A Barbacenense, com sede em Barbacena, a funcionar na Republica.

N. 12.568 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de julho de 1917 — Concede autorização á Companhia Salinas Caravellas para funcionar na Republica.

N. 12.569 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de julho de 1917 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Industrias Reunidas Fabricas Matarazzo.

N. 12.570 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de julho de 1917 — Concede autorização á Companhia Salinas Caravellas para funcionar na Republica.

N. 12.571 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de junho de 1917 — Concede autorização á Companhia Armour do Brasil para funcionar na Republica.

N. 12.572 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1917 — Reorganiza a Caixa Beneficente da Guarda Civil e dá-lhe novo regulamento.

N. 12.573 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1917 — Dá nova denominação a diversos postos e graduações no Corpo de Bombeiros do Districto Federal.

N. 12.574 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1917 — Garante a pensão de metade dos vencimentos ao guarda civil que se invalidar no serviço da corporação e dá outras providencias.

N. 12.575 — GUERRA — Decreto de 20 de julho de 1917 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 49:253\$333 para occorrer ao pagamento de gratificações a que têm direito os professores dos collegios militares do Rio de Janeiro e de Porto Alegre.

N. 12.576 — GUERRA — Decreto de 20 de julho de 1917 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito especial de 7:072\$ para pagamento dos vencimentos que competem ao mestre de 1ª classe, Joviano Octaviano de Araujo, e ao operario de igual classe, João Medeiros, ambos da Fabrica de Polvora sem Fumaça.

N. 12.577 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de julho de 1917 — Supprime o cargo de lente substituto da 3ª cadeira da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria.

N. 12.578 — FAZENDA — Decreto de 20 de julho de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de ..... 339:048\$098 para pagamento aos addidos dos diversos ministerios.

N. 12.579 — FAZENDA — Decreto de 20 de julho de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.000:000\$. papel, suplementar á verba 29ª — Exercicios findos. — do orçamento do mesmo Ministerio para o corrente anno.

N. 12.580 — FAZENDA — Decreto de 20 de julho de 1917 — Corrige um engano com que foi publicado o decreto legislativo n. 3.291, de 28 de junho ultimo!

N. 12.581 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de julho de 1917 — Proroga até 31 de maio de 1918 o praso para a conclusão da construcção do ramal de Tres Corações a Lavras, da Rêde de Viação Sul-Mineira.

N. 12.582 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de julho de 1917 — Transfere a R. P. Brasil as vantagens e obrigações decorrentes do decreto n. 12.373, de 17 de janeiro ultimo, que concedeu regalias de paquete ao vapor *Commandante Macedo*.

N. 12.583 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de julho de 1917 — Modifica as clausulas I e II do contracto celebrado com a Empresa de Navegação Hoepcke, em virtude do decreto n. 7.954, de 14 de abril de 1910.

N. 12.596 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 julho de 1917 — Separa as legações na Dinamarca e Noruega, Belgica e Suecia, Japão e China, Italia e Grecia, estabelecendo legações permanentes em cada um desses paizes.

N. 12.585 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de julho de 1917 — Estabelece que a Agencia Diplomatica do Brasil no Egypto seja regida por um ministro residente.

N. 12.586 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de julho de 1917 — Concede autorização á «Johnson & C<sup>o</sup>., Aktieselskab», para funcçãoar na Republica.

N. 12.587 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de julho de 1917 — Proroga por mais 30 dias o praso a que se refere a clausula IV do decreto n. 12.359, de 10 de janeiro ultimo, referente aos contractos dos portos de Corumbá e Jaraguá.

N. 12.588 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1917 — Divide o territorio do Districto Federal em quatro zonas e fixa seus respectivos limites para o funcionamento dos officios do registro geral de immoveis.

N. 12.589 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1.800:000\$ para conclusão das obras contra a secca, já iniciada no Nordêste brasileiro.

N. 12.590 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1917 — Altera as clausulas IV, VI, XV e XXIII, que acompanham o decreto n. 12.477, de 23 de maio de 1917, e adiciona mais uma.

N. 12.591 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de agosto de 1917 — Concede autorização á Companhia Progresso Nacional para funcçãoar na Republica.

N. 12.592 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de agosto de 1917 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Brasileira de Lacteinios.

N. 12.593 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de agosto de 1917 — Publica o deposito de ratificação do Uruguay aos actos assignados em 5 de julho de 1912 na Conferencia Internacional Radiotelegraphica de Londres e as adhesões das possessões francezas na Oceania e de Guadelupe aos mesmos actos.

N. 12.594 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras

Publicas o credito especial de 110:000\$ para occorrer a despesas da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá do exercicio de 1916.

N. 12.595 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 8 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas os creditos de 250:000\$ e 200:000\$ para elevar respectivamente, e nessa importancia, as sub-consignações «Agentes, ajudantes e thesoureiros» e «Condução de malas por contracto ou administração», consignação «Vencimentos e gratificações diversas», verba 2ª — Correios. — art. 74, da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

N. 12.596 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 8 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito supplementar de 1.458:863\$172 á verba 6ª — Estrada de Ferro Central do Brasil. — para occorrer a despesas no corrente exercicio.

N. 12.597 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 8 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito supplementar de 1.200:000\$ para aquisição de carvão e outros combustiveis, movimento e transporte dos mesmos.

N. 12.598 — FAZENDA — Decreto de 8 de agosto de 1917 — Cassa o decreto n. 10.408, de 27 de agosto de 1913, que autorizou a sociedade de peculios mixtos por mutualidade A Conciliadora, com séde em Recife, a funcionar na Republica.

N. 12.599 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 11 de agosto de 1917 — Concede permissão á «Central and South American Telegraph Company», por si ou por empresa que organizar, para lançar, aterrar, na costa do Brasil, manter e trafegar um cabo telegraphico submarino, ligando qualquer ponto do territorio da Republica Argentina com a cidade do Rio de Janeiro, bem como um cabo telegraphico submarino, ligando qualquer ponto do territorio daquella Republica com a cidade de Santos, sem privilegio ou monopolio de especie alguma, nem subvenção do Governo.

N. 12.600 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito especial de 4:500\$ para pagamento de vencimentos ao professor, em disponibilidade, da Escola Nacional de Bellas Artes, Dr. Fransco Ignacio Marcondes Homem de Mello.

N. 12.601 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito de 625\$ para pagamento de gratificação ao telegraphista de 2ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Francisco Socrates de Sá.

N. 12.602 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Concede á Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande o direito de desapropriar os terrenos e bemfeitorias que forem necessarios para a construcção da linha ferrea que, partindo do ramal do Paranapanema, vá ter ás jazidas de carvão do valle do Rio do Peixe.

N. 12.603 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Approva os estudos definitivos da primeira secção, na extensão de 33.280 metros, na linha de S. Se-

bastião do Paraíso a Passos, da Rêde Sul-Mineira, e respectivo orgamento, na importancia de 2.182:627\$908.

N. 12.604 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Autoriza o Ministerio da Fazenda a emittir, em notas do Thesouro Nacional, até á quantia de 150.000:000\$000.

N. 12.605 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos especiaes de 3:178\$844, ouro, e 5:903\$664, papel, para occorrer á restituição devida á Escola de Engenharia de Bello Horizonte, pelos direitos que pagou pela importação de material destinado ao seu ensino profissional.

N. 12.606 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Supprime logares de segundos officiaes aduaneiros em algumas alfandegas da Republica.

N. 12.607 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de ..... 24:537\$495 para pagamento do que é devido a D. Alice de Andrade Pinto do Rego Monteiro, viuva do Dr. Zacharias do Rego Monteiro, ex-desembargador da Côte de Appellação, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.608 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1917 — Augmenta de mais um numero do agentes fiscaes dos impostos de consumo no Estado da Bahia.

N. 12.609 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Concede autorização á « Brazilian Meat Company » para funcionar na Republica.

N. 12.610 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Estabelece o regimen de infernato no Aprendizado Agrícola de Barbacena.

N. 12.611 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Cassa o decreto n. 8.426, de 30 de novembro de 1910, que autorizou a sociedade de peculios A Minas Geraes, com séde em Juiz de Fôra, a funcionar na Republica.

N. 12.612 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Cassa o decreto n. 10.774, de 18 de fevereiro de 1914, que autorizou a sociedade mutua de peculios Caixa Dotal do Recife, com séde na mesma cidade, a funcionar na Republica.

N. 12.613 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de ..... 18:466\$424 para pagamento a D. Maria Thomé Cardoso de Castro e filhos menores, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.614 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 14:000\$ para occorrer ao pagamento de differenças de pensão de monfénio devidas a D. Helena de Lima Santos Moreira, filha viuva do desembargador Ernesto Francisco de Lima Santos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.615 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 236\$650, que se destina ao pagamento de D. Martha Berdoensque, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.616 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de.....



59:601\$800 para pagamento aos operarios da Imprensa Nacional de salarios correspondentes aos domingos e feriados nos mezes de novembro e dezembro de 1916.

N. 12.617 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:380\$628 para pagamento a D. Maria das Dores Lins da Cunha Menezes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.618 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 36:408\$864 para pagamento de differenças de montepio a D. Christina Leite de Toledo Piza e outras, em virtude de decisão judiciaria.

N. 12.619 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 4:688\$104 para occorrer, em virtude de sentença judiciaria, ao pagamento devido a D. Maria Ignez Salazar.

N. 12.620 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 323\$700 para pagamento a Francisco Alves Rollo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.621 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 32:584\$184 para pagamento a D. Emiliana Cobra Olyntho e filhas, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.622 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 37:799\$912 para occorrer ao pagamento de despesas já realizadas e a realizar com o serviço de identificação para o alistamento eleitoral no Districto Federal.

N. 12.623 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Approva os estudos definitivos do trecho entre Tubarão Cresciuma, da linha de Tubarão a Araranguá, e respectivo orçamento, na importancia de 2.426:681\$885, exclusive trilhos, seus accessorios e material rodante.

N. 12.624 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 12:934\$797 para a construcção de um posto telegraphico no Kilometro 247 do ramal de Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 12.625 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito especial de 6:500\$ para pagamento a Marcolino José Bessa, por serviços executados na construcção do açude Curraes.

N. 12.626 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito especial de 50:000\$ para occorrer, no exercicio vigente, ao pagamento da subvenção devida pelo serviço de navegação do Baixo-S. Francisco.

N. 12.627 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de

8:585\$500 para pagamento ao Dr. José Lopes Pereira de Carvalho, em virtude de sentença judiciária.

N. 12.628 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1917 — Supprime tres logares de segundos officiaes aduaneiros na Alfandega de Santos, Estado de S. Paulo.

N. 12.629 — (Não foi publicado.)

N. 12.630 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1917 — Proroga por mais 30 dias o praso a que se refere a clausula IV do decreto n. 12.359. de 10 de janeiro ultimo, referente aos contractos dos portos de Jaraguá e Corumbá.

N. 12.631 — GUERRA — Decreto de 4 de setembro de 1917 — Abre pelo Ministerio da Guerra o credito especial de 50:000\$ para trabalhos preliminares de organização e execução do Serviço Geographico Militar.

N. 12.632 — FAZENDA — Decreto de 4 de setembro de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:054\$300 afim de ser feita a Francisco de Mello França a indemnização que lhe é devida em cumprimento de sentença judiciária.

N. 12.633 — FAZENDA — Decreto de 4 de setembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos especiaes de 194:573\$703. ouro, 871:111\$111, ouro, e 2.165:746\$009. ouro, para legalizar despesas feitas pela Delegacia do The-souro Nacional em Londres nos exercicios de 1914 e 1915.

N. 12.634 — FAZENDA — Decreto de 4 de setembro de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito de 150:000\$, ouro, supplementar á verba 29ª — Exercício findos, — do orçamento do mesmo Ministerio do corrente exercício, para pagamento a «The Brazil Great Southern Railway Company».

N. 12.635 — FAZENDA — Decreto de 4 de setembro de 1917 — Approva as alterações dos estatutos do Banco dos Funcionarios Publicos, feitas pela assembléa geral extraordinaria de 21 de junho do corrente anno.

N. 12.636 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de setembro de 1917 — Extingue a Fazenda Modelo de Criação de Uberaba, no Estado de Minas Geraes, e supprime os logares de director, secretario e auxiliar.

N. 12.637 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1917 — Approva, com modificações, os estudos definitivos, apresentados pela Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, da segunda secção da linha de S. Sebastião do Paraíso a Passos, da Rêde Sul-Mineira, na extensão de 40.720 metros, e bem assim o respectivo orçamento, na importancia de 2.994:786\$776.

N. 12.638 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1917 — Approva os projectos e orçamentos para a construcção de um armazem, novos desvios, augmento da plataforma e outros melhoramentos na estação de Presidente Penna da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

N. 12.639 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras

O credito especial de £7.187-2, ou o equivalente em papel-moeda ao cambio do dia do pagamento, a Sampaio & Comp., proveniente de fornecimentos feitos á Estrada de Ferro Central do Brasil no exercicio de 1912.

N. 12.640 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 150:000\$, destinado á conservação das linhas telegraphicas e estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas.

N. 12.641 — FAZENDA — Decreto de 5 de setembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 22:539\$733 para pagamento do que é devido ao Dr. Edmundo Lacerda, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.642 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de setembro de 1917 — Concede autorização á «Paraná Paper Company, Incorporated», para funcceionar na Republica.

N. 12.643 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de setembro de 1917 — Concede autorização á Companhia Agricola e Pecuaria para funcceionar na Republica.

N. 12.644 — FAZENDA — Decreto de 12 de setembro de 1917 — Cassa o decreto n. 10.628, de 24 de dezembro de 1913, que autoriza a sociedade mutua de peculios e pensões A Capital Mineira, com séde em Bello Horizonte, a funcceionar na Republica.

N. 12.645 — FAZENDA — Decreto de 12 de setembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 500:000\$, papel, supplementar á verba 29ª — Exercicios findos, — do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio.

N. 12.646 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 5.000:000\$ para a construção de linhas ferreas nas estradas do Paraná e Santa Catharina.

N. 12.647 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1917 — Cassa as regalias de paquete, concedidas ao vapor *Arassuahy*, de propriedade da Empresa Brasileira de Navegação.

N. 12.648 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1917, o credito supplementar de 883:000\$, sendo 195:300\$ á verba — Subsidio dos senadores; — 657:200\$ á verba — Subsidio dos deputados; — 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 12.649 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:573\$333 para pagamento dos vencimentos, relativos ao periodo de 2 de junho a 31 de dezembro de 1917, ao inspector de saude do porto do Rio de Janeiro, Dr. João Lopes Machado.

N. 12.650 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de setembro de 1917 — Concede autorização á Companhia Atlantica de Café para funcionar na Republica.

N. 12.651 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de setembro de 1917 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade em commandita por acções Moinho Santa Cruz.

N. 12.652 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1917 — Approva as alterações dos estatutos da companhia de seguros maritimos e terrestres Confiança, com séde nesta capital, adoptados pela assembléa geral extraordinaria de 12 de junho de 1917.

N. 12.653 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1917 — Approva, com alteração, os novos estatutos da Mutualidade Vitalicia dos Estados Unidos do Brasil.

N. 12.654 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:511\$732 para restituir ao depositario publico aposentado, Joaquim Silverio de Azevedo Pimentel, a renda que recolheu em duplicata aos cofres da União.

N. 12.655 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de setembro de 1917 — Approva o projecto e orçamento para a construção de uma plataforma para passageiros na estação de Baurú, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

N. 12.656 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de setembro de 1917 — Autoriza o prolongamento do cães do porto do Rio Grande, na direcção Sul, com a extensão de 368 metros, e dá outras providencias.

N. 12.657 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça o Negocios Interiores o credito especial de 124:778\$400 para pagamento de gratificações additionaes a diversos funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 12.658 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça o Negocios Interiores o credito de 18:600\$, supplementar á verba 8ª do art. 2º da lei do orçamento vigente, para occorrer ao pagamento de augmento de vencimentos a funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados no exercicio corrente.

N. 12.659 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de setembro de 1917 — Proroga por mais 30 dias o praso a que se refere a clausula IV do decreto n. 12.399, de 10 de janeiro ultimo, referente aos contractos dos portos de Jaraguá e Corumbá.

N. 12.660 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de setembro de 1917 — Approva a planta e o orçamento, na importancia de 157:183\$367, para as obras de consolidação do canal da installação hydro-electrica do Itatinga.

N. 12.661 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1917 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores os creditos especiaes de 15:000\$, papel e 90:000\$, ouro, destinados ao pagamento de funcionarios do Corpo Diplomatico e Consular, em disponibilidade, e de ajudas de custo relativas ao



ao exercício de 1916; e, de 180:000\$, ouro, suplementar à verba 1.<sup>a</sup> do art. 15 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, consignada às despesas extraordinárias no exterior.

N. 12.662 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 29 de setembro de 1917 — Promulga a convenção literaria, scientifica e artistica, entre o Brasil e a França, assignada no Rio de Janeiro a 15 de dezembro de 1913.

N. 12.663 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 3 de outubro de 1917 — Approva os estudos de «The American Chemical Works, Inc.».

N. 12.664 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 3 de outubro de 1917 — Concede autorização á Companhia Swift do Brasil para continuar a funcionar na Republica.

N. 12.665 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de outubro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 500:000\$ para occorrer ao pagamento de despesas provenientes de eleições federaes.

N. 12.666 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 3 de outubro de 1917 — Approva os desenhos e o orçamento dos guindastes electricos destinados ao serviço de carga e descarga de mercadorias no porto de Santos.

N. 12.667 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 3 de outubro de 1917 — Proroga até 7 de abril de 1918 o praso para a conclusão da construcção do prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá, de Nilo Peçanha a Iguaba Grande.

N. 12.668 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 3 de outubro de 1917 — Autoriza a construcção de novo edificio para a estação de Araçatuba, da Estrada de Ferro de Baurú a Itapúra.

N. 12.669 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de outubro de 1917 — Approva, com alteração, os novos estatutos da companhia de seguros terrestres e maritimos Alliança da Bahia, com séde na capital do Estado da Bahia.

N. 12.670 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de outubro de 1917 — Cassa o decreto n. 11.028, de 29 de julho de 1914, que autorizou a sociedade dotal de auxilios mutuos e de economia popular A Friburguense, com séde na cidade de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, a funcionar na Republica.

N. 12.671 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de outubro de 1917 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 2.403:324\$285 para legalizar despesas effectuadas por conta da verba 18, do orçamento do mesmo Ministerio, no exercício de 1915.

N. 12.672 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 11 de outubro de 1917 — Autoriza a Companhia Docas de Santos a construir mais dous armazens externos e a montar em um dos actuaes armazens os machinismos e aparelhos destinados ao tratamento de cereaes e de outros productos.

N. 12.673 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 11 de outubro de 1917 — Approva a planta e o orçamento do gradil entre o armazem n. 23 e o armazem frigorifico das docas de Santos.

N. 12.674 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 499:683\$863, supplementar á verba 15ª — Empregados addidos.

N. 12.675 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos especiaes de 521:330\$555, ouro, e ..... 49:249\$315, ouro, para pagamentos, respectivamente, ás companhias de estradas de ferro S. Paulo-Rio Grande e Victoria a Diamantina.

N. 12.676 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de outubro de 1917 — Approva o projecto de um pavilhão em arco a ser construido na estaca 1.725 + 16 do trecho de São Luiz a Estiva, da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias, bem assim o respectivo orçamento, na importancia de 40:173\$347.

N. 12.677 — MARINHA — Decreto de 17 de outubro de 1917 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 300:000\$ para occorrer á aquisição de material.

N. 12.678 — MARINHA — Decreto de 17 de outubro de 1917, — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 410:413\$152, — para occorrer a despesas da verba, — Material de construção naval — no presente exercicio, nos termos do art. 27, n. 1, da lei n. 3.232, de 5 de janeiro do corrente anno.

N. 12.679 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1917 — Approva o regulamento para a Caixa de Pensões dos Operarios da Casa da Moeda.

N. 12.680 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 12:000\$, para occorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao director de secção, addido, da Secretaria da Marinha, Manoel Sylvio Pereira Baptista, no corrente anno.

N. 12.681 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1917 — Approva o regulamento para a Caixa de Pensões dos Operarios da Imprensa Nacional.

N. 12.682 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1917 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir, de accôrdo com a clausula VII das instrucções que acompanharam o decreto n. 12.182, de 30 de agosto, e art. 88, n. 3, da lei n. 3.089, de 8 de janeiro do anno passado, apolices na importancia de 400:000\$ para pagamento á «John Jackson (Sud America)», Limited».

N. 12.683 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1917 — Cassa o decreto n. 8.511, de 11 de janeiro de 1911, que autorizou a companhia de seguros marítimos, fluviaes e terrestres, Lloyd Amazonense, com sêde em Manaus, a funcio-nar na Republica.

N. 12.684 — (Não foi publicado.)

N. 12.685 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de outubro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1917, o credito supplementar de 883:000\$, sendo 195:300\$ á verba — Subsidio dos senadores; — 657:200\$ á verba — Subsidio dos deputados. — 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 12.686 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de outubro de 1917 — Concede autorização á sociedade anonyma «Amaral, Southerland and Company, Limited», para substituir esta denominação pela de «Gueret's Anglo-Brazilian Coaling Company, Limited».

N. 12.687 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1917 — Proroga até 31 de dezembro de 1918 o prazo fixado á «Manáos Harbour, Limited», para a conclusão da parte restante da muralha do caes e respectivo aterro.

N. 12.688 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1917 — Concede a «The Western Telegraph Company, Limited», permissão para lançar, aterrar na costa do Brasil, manter e trafegar um cabo telegraphico, ligando a cidade do Rio de Janeiro á ilha de Ascensão, na Africa, e bem assim um cabo telegraphico, ligando a cidade de Belém do Pará á ilha de Barbados.

N. 12.689 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1917 — Transfere, provisoriamente, para o Ministerio da Marinha a ilha das Flores.

N. 12.690 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1917 — Transfere, provisoriamente, para o Ministerio da Marinha, o Lazareto da Ilha Grande.

N. 12.691 — GUERRA — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Approva a organização do Exercito em campanha.

N. 12.692 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Cassa o decreto n. 10.790, de 4 de março de 1914, que autorizou a sociedade mutua de peculios e pensões A Malto Grosso, com séde em Cuyabá, a funcionar na Republica.

N. 12.693 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 9:911\$700 para pagamento a D. Maria Lybia de Almeida Motta e seus filhos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.694 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 45:100\$ para pagamento a M. Cavassa, Filho & Comp., pela construcção do vapor *Fernandes Vieira*.

N. 12.695 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda varios creditos especiaes para pagamentos, em virtude de sentenças judicias.

N. 12.696 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 10:000\$, suplementar á verba 29ª — Soccorros publicos, — do art. 2º da lei organimentaria vigente, destinado a occorrer ás despesas com o material e pessoal empregados para debellar as epidemias de impaludismo e tuncinarirose em Vigario Geral, nesta capital.

N. 12.697 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 100:000\$, para occorrer ás despesas da Rede de Viação Cearense.

N. 12.698 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras

Publicas o credito especial de £ 18.030-6-10, para pagamento á "American Bank Note Company".

N. 12.698 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Publica a adhesão do protectorado francez de Marrocos aos actos de 2 de junho de 1911, da Conferência Internacional de Washington, para a protecção da propriedade industrial.

N. 12.699 — MARINHA — Decreto de 31 de outubro de 1917 — Amplia as attribuições militares da Inspectoria de Portos e Costas, e dá outras providencias.

N. 12.700 — MARINHA — Decreto de 3 de novembro de 1917 — Manda fechar o porto do Rio de Janeiro, e dá outras providencias.

N. 12.701 — GUERRA — Decreto de 7 de novembro de 1917 — Dispõe sobre organização da artilharia de costa e dá outras providencias.

N. 12.702 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de novembro de 1917 — Concede autorização á «Grausoe & Comp., Aktieselskab» para funcionar na Republica.

N. 12.703 — FAZENDA — Decreto de 8 de novembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda dous creditos supplementares, sendo um de 1.621:413\$858 á verba 36ª do orçamento vigente do mesmo Ministerio e outro de 10:000\$, ouro, para aquisição de notas de 1\$ e 2\$000.

N. 12.704 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.000:000\$, destinado ao complemento dos serviços de telegraphia, radio-telegraphia e telephonia.

N. 12.705 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 12.000:000\$ pra a aquisição de carvão e outros combustiveis, movimento e transporte dos mesmos.

N. 12.706 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1917 — Supprime dous logares de armazenista que existem vagos na Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 12.707 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1917 — Cede a Pedro Victor de Carvalho, por aforamento, no porto do Rio Grande do Sul, o terreno necessario para o estabelecimento de um matadouro frigorifico.

N. 12.708 — GUERRA — Decreto de 9 de novembro de 1917 — Approva o regulamento da Directoria Geral do Tiro de Guerra.

N. 12.709 — FAZENDA — Decreto de 9 de novembro de 1917 — Grêa a fiscalização dos bancos allemães, suas filiaes, succursal ou agencias, em toda a Republica, enquanto durar o estado de guerra entre a Allemanha e o Brasil.

N. 12.710 — FAZENDA — Decreto de 13 de novembro de 1917 — Estabelece a fiscalização especial e permanente das companhias de seguros, com séde na Allemanha, enquanto durar o estado de guerra.



N. 12.711 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1917 — Augmenta de mais um numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo, destinado ao interior do Estado de Matto Grosso.

N. 12.712 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 29:946\$674 para occorrer ao pagamento de despesas já realizadas e a realizar com a expedição de carteiras eleitoraes no Districto Federal.

N. 12.713 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 276:000\$ para occorrer ás despesas com a organização e impressão de 3.000 exemplares, em 16 volumes, dos trabalhos reiterentes á elaboração doCodigo Civil.

N. 12.714 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 16:288\$225 para legalizar a escripturação de encontro de contas entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul.

N. 12.715 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1917 — Manda considerar feriado o dia 19 do corrente mez.

N. 12.716 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1917 — Declara em estado de sitio até 31 de dezembro do corrente anno o Districto Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

N. 12.717 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1917, o credito suplementar de 855:500\$, sendo 189:000\$ á verba — Subsídio dos senadores; — 636:000\$ á verba — Subsídio dos deputados; — 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 12.718 — GUERRA — Decreto de 21 de novembro de 1917 — Crea o quadro de sargentos instructores.

N. 12.719 — (Não foi publicado.)

N. 12.720 — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 83:550\$, suplementar á verba 29ª — Exercicios findos —, do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio.

N. 12.721 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos especiaes de 36:000\$ e 14:018\$339 para occorrer ás despesas com a publicação da jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal, em 1917, e para pagamento do serviço telephonico do mesmo Tribunal nos exercicios de 1914 a 1917.

N. 12.722 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito do 37:596186, suplementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

N. 12.723 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de novembro de 1917 — Concede á companhia do porto e a Estrada de Ferro Noroeste de S. Paulo autorização para construir as obras de melhoramento do porto de Ubatuba.

N. 12.724 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1917 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores os creditos supplementares de 60:000\$, papel, e de 200:000\$, ouro, a diversas verbas do art. 15 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, para occorrer a despesas do mesmo Ministerio.

N. 12.725 — (Não foi publicado.)

N. 12.726 — MARINHA — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Manda reverter a Ilha Grande á jurisdicção do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

N. 12.727 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Approva a incorporação ao Banco Auxiliar do Estado de S. Paulo dos direitos, privilegios e obrigações outorgadas a Abilio de Carvalho Fontes e Antonio Pinheiro Junior pelo Banco dos Funcionarios Publicos, da Capital Federal, bem como approva os estatutos daquelle Banco.

N. 12.728 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Autoriza a prorrogação, por um anno, do praso a que se refere a clausula V do contracto para o serviço de navegação do Baixo-São Francisco, celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação em virtude do decreto n. 12.218, de 27 de setembro de 1916.

N. 12.729 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Concede regalias de paquete aos vapores *Soure* e *Mosqueiro*, da Empresa de Navegação Mosqueiro e Soure.

N. 12.730 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Autoriza o emprego da alvenaria de pedra, em vez da de tijolo, na construcção do edificio destinado ás officinas da Estrada de Ferro de Theresopolis e comprehendido nos projectos approvados pelo decreto n. 11.982, de 8 de março de 1916.

N. 12.731 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$, destinado ao serviço de vigilancia de estradas, pontes, viaductos, tunneis, linhas telegraphicas, etc.

N. 12.732 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de novembro de 1917 — Concede autorização a «The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited», para continuar a funcionar no Brasil.

N. 12.733 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1917 — Autoriza o ministro da Fazenda a assignar com o governo francez o convenio para utilização de 30 navios do Lloyd Brasileiro.

N. 12.734 — MARINHA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO E FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1917 — Permite que, para o transporte de mercadorias entre os portos da Republica, possam ser aproveitados os navios estrangeiros, durante o estado de guerra.

N. 12.735 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1917 — Determina que continue suspenso até 31 de dezembro de 1919 o troco, por ouro, das notas da Caixa de Conversão, e dá outras providências.

N. 12.736 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 1.240:000\$, suplementar á verba 5ª — Inativos, pensionistas e beneficiários do Montepio, — do orçamento do mesmo Ministério, do corrente exercício.

N. 12.737 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1917 — Publica a modificação operada na situação das antigas ilhas das Índias Occidentaes Dinamarquezas, agora chamadas Ilhas Virgens dos Estados Unidos, em relação á União Postal Universal.

N. 12.738 — GUERRA — Decreto de 7 de dezembro de 1917 — Suspende a execução dos arts. 52 e 53 da lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908, referentes ás épocas do funcionamento das juntas de sorteio.

N. 12.739 — GUERRA — Decreto de 7 de dezembro de 1917 — Approva os quadros do effectivo normal das unidades de tropa.

N. 12.740 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, RELAÇÕES EXTERIORES, GUERRA, MARINHA, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 7 de dezembro de 1917 — Manda executar as providências constantes do decreto legislativo n. 3.393, de 16 de novembro de 1917.

N. 12.741 — FAZENDA — Decreto de 7 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de 427:000\$ para restituição ao Estado do Ceará de direitos pagos pela importação de material para a rede de esgotos e abastecimento de agua á sua capital.

N. 12.742 — MARINHA — Decreto de 11 de dezembro de 1917 — Passa para o quadro Q. P. diversos officiaes da Armada e classes annexas, para organização do mesmo quadro.

N. 12.743 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Publica a adhesão da China a algumas convenções da 2ª Conferencia da Paz, reunida na Haya em 1907.

N. 12.744 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Concede autorização á Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Alliança Marítima para funcionar na Republica.

N. 12.745 — FAZENDA — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de 191:989\$440, que, em virtude de sentença judicial, se destina ao pagamento das differença de soldos, gratificações e etapas de diversos officiaes do Exercito.

N. 12.746 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Resolve encampar a Estrada de Ferro de Baurú a Itapura (Noroeste do Brasil) e incorporá-la á Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá.

N. 12.747 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito de 3.000:000\$, destinado á reparação do material rodante e aquisição de sobressalentes para o material rodante e de tracção da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 12.748 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas um credito de 200:000\$ para ser empregado na montagem de uma estação radiotelegraphica em Boa Vista do Rio Branco, Estado do Amazonas.

N. 12.749 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$, suplementar á verba 2ª — Correios.

N. 12.750 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas os credilos, ouro, de 739:281\$222, 5:046\$509 e 5:383\$592, supplementares ás consignações da verba 9ª.

N. 12.751 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 978:903\$677 para a conclusão das obras da Estrada de Ferro de Cruz Alta ao Ijuhy.

N. 12.752 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1917 — Declara sem effeito o decreto numero 12.707, de 8 de dezembro de 1917.

N. 12.753 — MARINHA — Decreto de 14 de dezembro de 1917 — Abre pelo Ministério da Marinha o credito especial de 17:046\$666 para attender ao pagamento de differença de vencimentos devidos a funcionarios da Directoria de Expediente.

N. 12.754 — GUERRA — Decreto de 19 de dezembro de 1917 — Approva o regulamento de exercicios para artilharia de campanha.

N. 12.755 — FAZENDA — Decreto de 19 de dezembro de 1917 — Permite, enquanto durar o estado de guerra, que as companhias nacionaes realizem o resseguro de parte dos riscos assumidos, terrestres e marítimos, em companhias de nações alliadas do Brasil, não autorizadas a funcçãoar na Republica.

N. 12.756 — FAZENDA — Decreto de 19 de dezembro de 1917 — Augmenta de mais quatro o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo no Estado de S. Paulo.

N. 12.757 — FAZENDA — Decreto de 19 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 8:724\$410, para pagamento a D. Julieta Fortuna Bevilacqua, de vencimentos que seu fallecido marido, Jos<sup>o</sup> Arthur Bevilacqua, professor de desenho do Lyceu Affonso Penna, no Alto-Juruá, deixou de receber de junho de 1910 a junho de 1911.

N. 12.758 — (Não foi publicado.)

N. 12.759 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1917 — Declara que no 2º districto eleitoral do Estado do Ceará, a que se refere o § 2º do n. II do



art. 47 da lei n. 3.208, de 27 de dezembro de 1916, está incluído o município de Quixadá.

N. 12.760 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercício de 1917, o crédito suplementar de 800:500\$, sendo 176:400 \$ verba — Subsídio dos senadores — e 593:600\$ a verba — Subsídio dos deputados: — 12:500\$ a verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ a verba — Secretaria da Câmara dos Deputados.

N. 12.761 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito de 150:000\$ para ocorrer às despesas com a censura postal e telegráfica.

N. 12.762 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1917 — Approva os projectos e orçamentos para construção dos armazéns: n. 8 de 1ª linha e n. 1 de 2ª linha; do novo armazem para inflammaveis e da linha ferrea, de accesso ao mesmo, a serem construidos pela «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul», no porto do Rio Grande do Sul.

N. 12.763 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1917 — Autoriza a assignatura do accôrdo para a transferencia ao Estado de S. Paulo dos direitos e obrigações que competem á União, em virtude dos contractos que tem com a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, relativos ás linhas ferreas do Rio Claro e Araraquara e ramacs para Jahú e Baururú.

N. 12.764 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1917 — Autoriza o contracto com a companhia arrendataria da Rede de Viação Ferrea Federal da Bahia para a incorporação nesta da Estrada de Ferro Centro Oeste da Bahia e a a construção de seu prolongamento até enfroncar com o ramal da Feira de Sant'Anna.

N. 12.765 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o credito de 2.500:000\$ em apolices, para occorrer ao pagamento da encampação da Estrada de Ferro Centro-Oeste da Bahia.

N. 12.766 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1917 — Cassa os *exequatur* a todos os consules estrangeiros de nacionalidade allemã.

N. 12.767 — FAZENDA — Decreto de 21 de dezembro de 1917 — Autoriza o ministro da Fazenda a assignar com a Companhia de Estrada de Ferro e Minas de S. Jeronymo um contracto de emprestimo de 1.300:000\$000.

N. 12.768 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Approva o regulamento dos serviços administrativos nos corpos de tropas, repartições e estabelecimentos militares.

N. 12.769 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministério da Guerra o credito de ..... 3.111:715\$831, suplementar ás verbas 8ª, 9ª e 14ª, ns. 18, 24, 25 e 26 e despesas especiaes, forragens e ferragens, do art. 39, da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

N. 12.770. — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Autoriza o «American Mercantile Bank of Brazil, Incorporated», com sede na cidade de Hartford Connecticut, nos Estados Unidos da America do Norte, a funcionar na Republica, tendo sua sede principal em Belém do Pará e a abrir agencias em Manaus, Recife e Bahia.

N. 12.771 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Autoriza o ministro da Fazenda a emitir 20.000:000\$ em apolices da divida publica, de 1:000\$ cada uma, juros de 5 %, papel, para attender a despesas oriundas da construcção de estradas de ferro sujeitas ao regimen da lei n. 1.126, de 15 de dezembro de 1903, ou a regimen especial.

N. 12.772 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 48:482\$516 para occorrer ao pagamento devido a D. Hermínia da Costa Regua e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.773 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 32:698\$782 para os seguintes pagamentos, em virtude de sentença judiciaria: 11:846\$774 a D. Narcisa de Andrade de Miranda Ribeiro e 11:843\$008 a DD. Maria Celia e Vera Octavia de Miranda Ribeiro.

N. 12.774 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade em commandita por acções Moinho Santa Cruz.

N. 12.775 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Concede authorização á sociedade cooperativa de responsabilidade limitada Cooperativa da Associação Beneficente dos Empregados no Caes do Rio de Janeiro para funcionar na Republica.

N. 12.776 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 246:128\$378 para pagamento dos funcionarios addidos ao mesmo Ministerio nos mezes de outubro a dezembro de 1917.

N. 12.777 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 726:916\$139, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

N. 12.778 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 735:801\$969, supplementar ás verbas 16ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª, 26ª, 27ª e 32ª do art. 2º da lei do orçamento em vigor.

N. 12.779 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:425\$819, que se destina ao pagamento de vencimentos e gratificações addicionaes de alguns funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 12.780 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:400\$ para pagamento de gratificação addicional, relativa aos exercicios de 1916 e 1917, ao chefe da redacção dos debates da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 12.781 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos especiaes de 200:000\$ e de 50:000\$ para execução do decreto legislativo n. 3.541, desta data, que confere premios aos Drs. Oswaldo Gonçalves Cruz e Carlos Chagas.

N. 12.782 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 28:800\$ para pagamento de gratificação regional aos agentes embarcados da Administração dos Correios no Estado do Amazonas.

N. 12.783 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 715:000\$ para occorrer a despesas da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá.

N. 12.784 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1917 — Approva os projectos de seis variantes no trecho em construcção do ramal do Paranapanema, a que se refere o decreto n. 12.491, de 31 de maio de 1917.

N. 12.785 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1917 — Crea mais quatro logares de agentes fiscaes do imposto de consumo no interior do Estado de Minas Geraes.

N. 12.786 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1917 — Augmenta de mais dous o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo no Estado do Rio de Janeiro.

N. 12.787 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1917 — Proroga até 26 de fevereiro de 1918 o estado de sitio declarado pelo decreto n. 12.716, de 17 de novembro de 1917, para o Districto Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

N. 12.788 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1917 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.400:000\$ para occorrer ao pagamento de contas da Estrada de Ferro Central do Brasil, do exercicio de 1916, provenientes de serviços ajustados e referentes a material rodante.

## 1918

N. 12.789 — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Abre o credito de 21:914\$096 para pagamento á viuva do capitão de mar e guerra Miguel Ribeiro Lisboa.

N. 12.790 — GUERRA — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Approva as modificações feitas na lei n. 2.860, de 4 de janeiro de 1908, quanto á parte relativa ao alistamento e sorteio.

N. 12.791 — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Abre pelo Ministerio da Marinha o credito de 2.481:794\$755, supplementar ás verbas 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 17ª e 23ª do orçamento de 1917.

N. 12.792 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 28:509\$590 para pagamento ao Dr. Antonio Joaquim da Silva Rosado, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.793 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:171\$733 para pagamento ao escrivão da 6ª Vara Cível, João de Souza Pinto Junior.

N. 12.794 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Concede autorização á sociedade anonyma Engenho Central Conde de Wilson para substituir essa denominação pela de Companhia União Agricola.

N. 12.795 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Brasileira de Carnes Conservadas.

N. 12.796 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 349:482\$800 para conclusão das obras do Instituto Oswaldo Cruz e instalação de um hospital destinado ao estudo do tratamento das moléstias tropicaes.

N. 12.797 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.120:000\$. supplementar á verba — Exercicios findos, — do exercicio de 1917.

N. 12.798 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 137:937\$651 para pagamento de differenças de vencimentos a varios docentes militares.

N. 12.799 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1:857\$ para pagamento de gratificação addicional a Alfredo Mathias, almoxarife do Hospital Central do Exercito.

N. 12.800 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1918 — Reduz de dous annos, em cada posto, a idade para a reforma compulsoria dos officiaes do Exercito.

N. 12.801 — MARINHA — Decreto de 8 de janeiro de 1918 — Manda fixar em cada posto a idade para a reforma compulsoria dos officiaes combatentes da Marinha nacional.

N. 12.802 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 50:719\$700 para pagamento de vencimentos ao secretario do extincto Arsenal de Guerra do Pará, João Vicente da Silva Ferreira.

N. 12.803 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Augmenta de 25 % os vencimentos dos membros do Corpo Diplomatico e do Consular nos paizes europeus, belligerantes e neutros comvisinhos, enquanto durar a guerra.



N. 12.804 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Crea o cargo de sub-secretario de Estado das Relações Exteriores.

N. 12.805 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Marca o praso de oito mezes para a conclusão das obras e entrega de materiaes, contractadas com Humberto Saboya & Comp., para a construção da secção entre Henrique Galvão, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, e o Kilometro 48, da Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 12.806 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Manda intimar a Companhia S. Luiz a Caxias para concluir a construção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias e executar as construções e reparos necessários na parte já construida, tudo dentro do praso de seis mezes.

N. 12.807 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza a modificação do contracto de 19 de abril de 1917, celebrado em virtude do decreto n. 12.309, de 6 de dezembro de 1916, para a construção de uma estrada de ferro do municipio de Bárreiros ás proximidades da villa de Serfãosinho, no Estado de Pernambuco.

N. 12.808 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos necessarios para a satisfação de compromissos da Estrada de Ferro Central do Brasil durante os exercicios de 1915 e 1916.

N. 12.809 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 146:392\$434 para occorrer a pagamento ao ex-tarefaíro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Leopoldo Cunha Filho.

N. 12.810 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Declara isentas de direitos aduaneiros as fructas frescas de procedencia argentina.

N. 12.811 — (Não foi publicado.)

N. 12.812 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Concede redução de direitos de importação a alguns artigos de produção norte-americana.

N. 12.813 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 82:262\$370 para pagamento a Pedro Virginio Orlandini, em virtude de sentença judicial.

N. 12.814 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:269\$173 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Elvira Dodsworth de Souza, em virtude de sentença judicial.

N. 12.815 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos especiaes de 81:821\$676, ouro, e 1.879:199\$099, papel, para occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos de diversos ministerios.

N. 12.816 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 17:960\$, supplemmentar á verba 7ª — Tribunal de Contas, — do orçamento do mesmo Ministerio, do exercicio de 1917.

N. 12.817 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.071:755\$166, supplemmentar á verba 20ª — Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo, — e consignação « Percentagens, diarias, e passagens », do orçamento do mesmo Ministerio.

N. 12.818 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1.281:025\$399 para occorrer ao pagamento devido a John Crashley, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.819 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 11:237\$768 para pagamento ao capitão de corveta Henmann Carlos Palmeira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.820 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 23:998\$921 para occorrer ao pagamento a D. Elvira Accioly Pereira Franco Rabello, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.821 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:797\$425 para occorrer ao pagamento devido a D. Julieta Emilia Borlido, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.822 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 38:075\$558 para pagamento aos herdeiros do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, conselheiro Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.823 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 117:523\$344, ouro, e 228:736\$493, papel, para o fim de ser restituída a « The Rio de Janeiro, Tramway, Light and Power Company », importancia de taxas de expediente pagas de 1912 a 1913.

N. 12.824 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 100:000\$, supplemmentar á verba 21ª — Ajudas de custo, — do orçamento do mesmo Ministerio, do exercicio de 1917.

N. 12.825 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:057\$900, supplemmentar á verba 11ª — Casa da Moeda, — do orçamento da Fazenda, do exercicio de 1917.

N. 12.826 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 8:400\$, ouro, para pagamento dos premios de viagem conferidos aos bachareis José Soriano de Souza Netto e Abelardo Moreira de Oliveira Lima.

N. 12.827 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:099\$200 para os pa-

gamentos a que têm direito o secretario da Presidencia da Camara dos Deputados e um continuo da Secretaria da mesma Camara.

N. 12.828 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 6:906\$ para pagamento de gratificações addicionaes ao chefe do serviço tachygraphico, Antonio José Vaz, e ao tachygrapho de 1ª classe da Camara dos Deputados, Alcides Marquez Pinto.

N. 12.829 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:040\$ para pagamento de gratificação addicional a um official da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 12.830 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:200\$ para pagamento de gratificação addicional, relativa aos exercicios de 1913 e 1917, ao redactor dos *Annaes* da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 12.831 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:271\$ para pagamento de differenças de gratificação addicional não recebida pelo sub-director e pelo porteiro da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 12.832 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 5:690\$871 para occorrer ao pagamento devido ao capitão de corveta Dr. Luiz de França Marques de Faria, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.833 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 8:400\$, ouro, para pagamento de premios de viagem ao bacharel Henrique Smith Bayma e ao Dr. João de Barros Barreto.

N. 12.834 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Concede autorização á «H. P. Finlay & Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 12.835 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Industrias Reunidas Fabrica Matarazzo.

N. 12.836 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Concede autorização á sociedade anonyma Empresa Mato Laranjeira para funcionar na Republica.

N. 12.837 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Concede autorização á «Brazilian Export & Import Co., Inc.», para funcionar na Republica.

N. 12.838 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto do 12 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 1:795\$955, especial, para pagamento de gratificação adicional de 40 % sobre os vencimentos do ex-auxiliar da Inspectoria Agricola do 2.<sup>o</sup> Districto, Marcellino Piacentini, relativa ao anno de 1913.

N. 12.839 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Desdobra a 15.<sup>a</sup> cadeira da Escola Superior da Agricultura e Medicina Veterinaria.

N. 12.840 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 10:420\$057 para occorrer ao pagamento devido ao capitão de corveta Armando Ferreira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.841 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 12:874\$120 para occorrer ao pagamento devido a Deodato Pinto dos Santos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 12.842 — (Não foi publicado.)

N. 12.843 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de janeiro de 1918 — Concede autorização á «Pan American Hide Company, Incorporad», para funcçãoar na Republica.

N. 12.844 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 3.500:000\$ para pagamento de domingos e feriados ao pessoal da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 12.845 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1918 — Altera a clausula XXII das que baixaram com o decreto n. 12.688, de 24 de outubro de 1917.

N. 12.846 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de janeiro de 1918 — Torna sem effeito o decreto n. 3.489, de 12 de janeiro de 1913.

N. 12.847 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de janeiro de 1918 — Declara addido no cargo do sub-director do Jardim Botânico, João Barbosa Rodrigues Junior.

N. 12.848 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de janeiro de 1918 — Concede autorização á Companhia Assucareira do Macahé para funcçãoar na Republica.

N. 12.849 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de janeiro de 1918 — Concede autorização á Fabrica de Papel Pernambucana Aktieselskab (The Pernambuco Paper Mills, Ltd.) para funcçãoar na Republica.

N. 12.850 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de janeiro de 1918 — Transfere e incorpora ao patrimonio do Instituto Nacional de Musica o proprio nacional em que o mesmo funcçãoa, á rua Joaquim Nabuco n. 98, com todas as suas dependencias e bem assim a bibliotheca, archivo, instrumentos e todos os utensilios.



N. 12.851 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 556:000\$, destinado á reparação do material rodante e aquisição de sobressalentes para o material rodante e de tracção da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 12.852 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de janeiro de 1918 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 141:406\$980, de novos desvios na estação de Pirituba, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

N. 12.853 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de janeiro de 1918 — Autoriza, que em lugar do córte n. 29 da linha de Lages a Caicó, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, seja construido um tunnel e approva o projecto deste, bem como o respectivo orçamento, na importancia de 23:368\$320.

N. 12.854 — (Não foi publicado.)

N. 12.855 — MARINHA — Decreto de 23 de janeiro de 1918 — Dá novo regulamento ao Corpo de Patrões-Móres da Armada.

N. 12.856 — (Não foi publicado.)

N. 12.857 — FAZENDA — Decreto de 30 de janeiro de 1918 — Autoriza o ministro da Fazenda a emitir, de accôrdo com o art. 75, n. XIII, da lei n. 3.232, de 5 de janeiro, e art. 2º, letra a, do decreto n. 12.746, de 12 de dezembro ultimo, aplices na importancia de 37.731:500\$, do typo 85.

N. 12.858 — FAZENDA — Decreto de 30 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 10:933\$752 para pagar a Pedro Antonio Fagundes a differença de vencimentos que lhe compete como empregado aposentado da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 12.859 — FAZENDA — Decreto de 30 de janeiro de 1918 — Corrige enganos com que foi publicada a lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 12.860 — FAZENDA — Decreto de 30 de janeiro de 1918 — Concede autorização para funcionar á sociedade anonyma de seguros Previsora Rio Grandense, com séde em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e approva, com alterações, os seus estatutos.

Ns. 12.861 e 12.862 — (Não foram publicados.)

N. 12.863 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de janeiro de 1918 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Manufactora de Conservas Alimentícias.

N. 12.864 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de janeiro de 1918 — Approva o regulamento para a Inspeção de Esgotos da Capital Federal.

N. 12.865 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de janeiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 150:000\$ para concluir o assentamento das linhas telegraphicas para Alto Longá, Miguel Alves e Porto Alegre, passando pela villa do Retiro da Boa Esperança, Estado do Piahy.

N. 12.866 — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1918 — Approva o novo regulamento para o lançamento e cobrança da taxa de saneamento.

N. 12.867 — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos de 320:000\$, papel, e 160:000\$, ouro, supplementares á verba 28ª do orçamento do mesmo Ministerio, do exercicio de 1917.

N. 12.868 — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 148:657\$, supplementar á verba 36ª do orçamento do mesmo Ministerio, do exercicio de 1917.

N. 12.869 — (Não foi publicado.)

N. 12.870 — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1918 — Corrige enganos com que foi publicada a lei n. 3.451, de 6 de janeiro de 1918.

N. 12.871 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de fevereiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 6:750\$ para indemnização de despesas feitas pelo ex-escrivão Francisco Moreira com o aluguel de seu cartorio.

N. 12.872 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de fevereiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para occorrer á construcção da ponte sobre o rio S. Francisco, em Pirapora.

N. 12.873 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de fevereiro de 1918 — Autoriza a Companhia Docas de Santos a construir mais cinco armazens externos no porto de Santos para deposito de mercadorias.

N. 12.874 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de fevereiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 30:000\$, destinado aos estudos do porto de Tambahú, no Estado da Parahyba.

N. 12.875 — MARINHA, FAZENDA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de fevereiro de 1918 — Crea mais uma junta de abastecimento de carvão, com séde nesta capital, e delegados seus onde forem necesarios.

N. 12.876 — FAZENDA — Decreto de 14 de fevereiro de 1918 — Approva o regulamento do Gabinete Photographico do Estado-Maior do Exercito.

N. 12.877 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1918 — Transforma a 1ª cadeira (algebra e trigonometria) da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria na cadeira de mecanica agricola e machinas agricolas.

N. 12.878 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1918 — Desdobra a 19ª cadeira (anatomia e histologia pathologicas) da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria em duas cadeiras distinctas, e dá outras providencias.

N. 12.879 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1918 — Modifica as condições de admissão á Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária.

N. 12.880 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1918 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 24:307\$921, para a construcção de uma variante entre as estacas 2.122 + 16 e 2.137 + 16,74 e 2.138 + 4, da linha de Lages a Caicó, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

N. 12.881 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1918 — Approva o projecto de uma variante entre os kilometros 53 e 56 do trecho da linha de Tubarão-Araranguá, cujos estudos foram approvados pelo decreto numero 12.623, de 22 de agosto de 1917, e o respectivo orçamento na importancia de 105:318\$344.

N. 12.882 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1918 — Approva o projecto e o orçamento, apresentados pela «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul» para a construcção das linhas ferreas de ligação entre o novo porto e a rede ferro-viaria da «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil».

N. 12.883 — FAZENDA — Decreto de 20 de fevereiro de 1918 — Approva, com alterações, as modificações feitas nos estatutos da Companhia Brasileira de Seguros pela assembléa geral extraordinaria de 2 de maio do corrente anno.

N. 12.884 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de fevereiro de 1918 — Autoriza o proseguimento das obras de construcção e montagem da ponte sobre o rio Paraná, prorogando o praso do respectivo contracto até 31 de agosto de 1918, e dá outras providencias.

N. 12.885 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de fevereiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 150:000\$ para occorrer ás despesas com a medição final das obras da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré.

N. 12.886 — MARINHA — Decreto de 20 de fevereiro de 1918 — Crea uma capitania do porto no Acre e varias delegacias e agencias de capitancias em diversos Estados da União.

N. 12.887 — FAZENDA — Decreto de 27 de fevereiro de 1918 — Cassa o decreto n. 8.425, de 30 de novembro de 1910, que autorizou a Associação Beneficente Vera Cruz, com sede na Capital Federal, a funcionar na Republica.

N. 12.888 — (Não foi publicado.)

N. 12.889 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 27 de fevereiro de 1918 — Estabelece favores para amparar e fomentar a criação de ovinos e caprinos no paiz.

N. 12.890 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 27 de fevereiro de 1918 — Autoriza o ministro da Agricultura, Industria e Commercio a conceder transporte nas estradas de ferro da União e no Lloyd Brasileiro para repre-

ductores de raça, plantas, sementes, adubos e material agrícola.

N. 12.891 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de fevereiro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 309:920\$, necessario para a demarcação da linha divisoria dos Estados do Paraná e de Santa Catharina.

N. 12.892 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de fevereiro de 1918 — Permite que os vapores que fazem o serviço da navegação do rio S. Francisco reboquem lanchas ou outras embarcações, enquanto durar a actual situação de guerra.

N. 12.893 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de fevereiro de 1918 — Autoriza o ministro da Agricultura, Industria e Commercio a crear patronatos agricolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootecnicos, fazendas-modelo de criação, nucleos coloniaes e outros estabelecimentos do Ministerio.

N. 12.894 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de fevereiro de 1918 — Transfere a séde da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria.

N. 12.895 — GUERRA — Decreto de 6 de março de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 200:000\$ para auxiliar o governo do Paraná na construcção da estrada estrategica até a foz do Iguassú.

N. 12.896 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de março de 1918 — Concede premios, em machinas agricolas no valor correspondente a 30\$ por hectare cultivado, aos agricultores e aos syndicatos ou cooperativas agricolas que no corrente anno e em 1919 cultivarem trigo.

N. 12.897 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de março de 1918 — Estabelece medidas no intuito de intensificar a cultura de essencias florestaes.

N. 12.898 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de março de 1918 — Concede autorização á «International Ore Corporation, Limited», para funcçãoar na Republica.

N. 12.899 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de março de 1918 — Concede autorização á Companhia Leme Ferreira para funcçãoar na Republica.

N. 12.900 — FAZENDA — Decreto de 6 de março de 1918 — Approva as alterações dos estatutos da companhia de seguros maritimos e terrestres Garantia, desta capital, adoptados pela assembléa geral extraordinaria de 5 de janeiro de 1918.

N. 12.901 — (Não foi publicado.)

N. 12.902 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1918 — Declara em estado do sitio até 31 de dezembro do corrente anno o Districto Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio



Grande do Sul, suspendendo ali as garantias constitucionaes pelo referido praso.

N. 12.903 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de março de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 300:000\$, destinado á conclusão das obras do edificio do Externato do Collegio Pedro II.

N. 12.904 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Decreto de 6 de março de 1918 — Autoriza o contracto de arrendamento de um trecho do novo caes do porto de Recife, Estado do Pernambuco.

N. 12.905 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1918 — Autoriza o Ministerio da Viação e Obras Publicas a rescindir o contracto celebrado com o engenheiro Oscar de Almeida Gama para a construcção das obras da ponte sobre o rio Paraná.

N. 12.906 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de março de 1918 — Proroga até 12 de maio de 1921 o praso estabelecido no decreto n. 7.995, de 12 de maio de 1910, para a conclusão da linha de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana, até Porto Tibiriçá.

N. 12.907 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1918 — Declara sem effeito o contracto de 26 de dezembro de 1911 celebrado entre o Governo da União e a Companhia Estrada de Ferro de Santa Catharina em virtude do decreto n. 9.155, de 29 de novembro do mesmo anno.

N. 12.908 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1918 — Approva as clausulas para a revisão do contracto celebrado entre o Governo e a «Société de Construction du Port de Pernambuco» para o melhoramento do porto de Recife, Estado de Pernambuco.

Ns. 12.909 e 12.910 — (Não foram publicados.)

N. 12.911 — FAZENDA — Decreto de 13 de março de 1918 — Crea uma mesa de rendas de 3ª ordem em Chaval, Estado do Ceará.

N. 12.912 — FAZENDA — Decreto de 13 de março de 1918 — Approva as alterações dos estatutos da Companhia Nacional de Seguro Mutuo Contra Fogo, com séde nesta capital, adoptadas pela assembléa geral extraordinaria realizada a 28 do janeiro proximo findo.

N. 12.913 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de março de 1918 — Concede autorização á Sociedade Anonyma Beneficiamento e Immunização de Productos Agricolas para funcçãoar na Republica.

N. 12.914 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de março de 1918 — Approva o regimento do Instituto de Chimica creado pelo art. 96 da lei n. 3.454, de 6 do janeiro de 1918.

N. 12.914 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de março de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 8:816\$659 para pa-

gamento dos soldos atrezados ao primeiro tenente pharmaceutico do Corpo de Bombeiros do Districto Federal, Victorino Domingos Alves Maia Junior.

N. 12.915 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de março de 1918 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:700\$ para pagamento ao Dr. Astolpho Margarido da Silva.

N. 12.916 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1918 — Autoriza a construção de diversas obras na linha Jaguará a Araguay, da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação.

N. 12.917 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1918 — Approva a planta e o orçamento, na importância de 108:872\$757, do augmento do armazem de inflammaveis da Allamôa, no porto de Santos.

N. 12.918 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1918 — Concede á companhia do porto e á Estrada de Ferro Nordêste de S. Paulo, concessionaria da Estrada de Ferro de Ubatuba a Paraisópolis, a suspensão da execução do respectivo contracto até seis mezes depois do termo do actual estado de guerra.

N. 12.919 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1918 — Concede ao Dr. José Agostinho dos Reis, concessionario de uma estrada de ferro que, partindo de Guayabá, se dirija a Santarém, a suspensão da execução do respectivo contracto até seis mezes depois do actual estado de guerra.

N. 12.920 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1918 — Concede a Nelson O'Shaughnessy, representante da «The Western Union Telegraph Company», para si ou para a empresa que organizar, permissão, sem monopolio ou privilegio de especie alguma, para lançar e explorar cabos submarinos, partindo da cidade de Nictheroy e aterrando um, na ilha de Itaparica, na cidade de Aracajú, na Ilha de Fernando de Noronha, nas cidades de Parahyba, Natal e Belém, de onde demandará uma das grandes Antilhas; e outro de Nictheroy para a cidade de Paranaguá, de onde demandará a cidade de Maldonado, na Republica do Uruguay, podendo prolongar-se até a Republica Argentina.

N. 12.921 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de março de 1918 — Concede favores ás tres primeiras fabricas de soda caustica obtida por meio de corrente hydro-electrica que se fundarem no paiz.

N. 12.922 — FAZENDA — Decreto de 20 de março de 1918 — Autoriza o «Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud» a estabelecer uma agencia na cidade de Caxias, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 12.923 — GUERRA — Decreto de 20 de março de 1918 — Approva o regulamento para o corpo de officiaes de reserva da 1ª linha.

N. 12.924 — GUERRA — Decreto de 20 de março de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 80:000\$

para a aquisição da igreja de Ipanema, perto do forte de Copacabana.

N. 12.925 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de março de 1918 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Ararense de Leiteria.

N. 12.926 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de março de 1918 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 1.000:000\$ para occorrer ao pagamento das subvenções previstas no artigo 97, n. II, e seus paragraphos, da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 12.927 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de março de 1918 — Dá novo regulamento á Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria.

N. 12.928 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de março de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 5.000:000\$, destinado á conclusão da linha da Estrada de Ferro Oeste de Minas até Angra dos Reis.

N. 12.929 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de março de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 4.000:000\$ para occorrer ás despesas com a conclusão das obras do trecho comprehendido entre Buenopolis e Bocayuva, no ramal de Montes Claros, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 12.930 — (Não foi publicado.)

N. 12.931 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de março de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 2.400:000\$, para occorrer ás despesas com a construção dos 25 primeiros kilometros do prolongamento do ramal de Marianna a Ponte Nova, Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 12.932 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de março de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 5.400:000\$ para occorrer ao pagamento da primeira prestação contractual devida á « Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul ».

N. 12.933 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de março de 1918 — Transfere á Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá os contractos relativos á Estrada de Ferro D. Theresa Christina e á construção e arrendamento da linha de Tubarão a Araranguá, celebrados com a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande; bem assim a concessão da Estrada de Ferro de S. Francisco a Porto Alegre.

N. 12.934 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de março de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 700:000\$ para auxiliar a Santa Casa de Misericórdia desta capital.

N. 12.935 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de março de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 50:000\$ para auxiliar á instalação de um laboratorio de vacinas e séros no Instituto Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul.

N. 12.936 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de março de 1918 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do prêmio de viagem concedido á alumna do Instituto Nacional de Musica, Beatrice Ten Brink Sherrard.

N. 12.937 — MARINHA — Decreto de 20 de março de 1918 — Altera o regulamento da Escola Naval de Guerra.

N. 12.938 — FAZENDA — Decreto de 27 de março de 1918 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 141:940\$470 para pagamento da gratificação de 30 % incorporada aos vencimentos dos auxiliares de escripta da Alfândega do Rio de Janeiro e relativa aos exercicios de 1912 ao corrente.

N. 12.939 — GUERRA — Decreto de 27 de março de 1918 — Augmenta de 30:000\$ a consignação 4<sup>a</sup>, da rubrica 14<sup>a</sup> — Material — do orçamento do Ministério da Guerra, para o corrente exercicio.

N. 12.940 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de março de 1918 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito especial de 200:000\$, destinado ao complemento dos serviços de telegraphia, radiotelegraphia e telephonia.

N. 12.941 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de março de 1918 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito de 36:067\$016 para occorrer ao pagamento dos funcionarios nomeados para a Inspectoria de Esgotos da Capital Federal, em virtude da reorganização da mesma repartição.

N. 12.942 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de março de 1918 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito de 1.000:000\$, destinado á construcção de uma ponte sobre o rio Iguassú, em União da Victoria.

N. 12.943 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de março de 1918 — Institue favores em proveito da industria de extracção o beneficiamento do carvão mineral.

N. 12.944 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de março de 1918 — Institue favores em proveito da industria siderurgica.

N. 12.945 — GUERRA — Decreto de 3 de abril de 1918 — Abre ao Ministério da Guerra o credito especial de 100:000\$ para attender ao pagamento de despesas relativas ao Serviço Geographico Militar.

N. 12.946 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de abril de 1918 — Abre ao Ministério da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 6:492\$887 para pagamento dos vencimentos do segundo official da respectiva Secretaria de Estado, Honorio Bastos de Carvalho, no periodo de 6 de fevereiro a 31 de dezembro do corrente anno.

N. 12.947 — FAZENDA — Decreto de 3 de abril de 1918 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 1:560\$ para o fim de restituir a D. Clotilde da Silva Paranhos do



Rio Branco a importância que lhe foi descontada da dotação conferida a seu pae, o barão do Rio Branco.

N. 13.948 — (Não foi publicado.)

N. 12.949 — FAZENDA — Decreto de 3 de abril de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:560\$ para restituir a D. Amelia Werther do Rio Branco igual importância que lhe foi descontada da dotação do seu pae, o barão do Rio Branco.

N. 12.950 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de abril de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:000\$ para pagamento de subvenção concedida ao Instituto dos Advogados.

N. 12.951 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de abril de 1918 — Autoriza a substituição por outros mais pesados dos trilhos entre os kilometros 360 e 380, do ramal de Tibagy, e entre as estações de Rechan e Bury, do ramal de Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana.

Ns. 12.952 e 12.953 — (Não foram publicados.)

N. 12.954 — FAZENDA — Decreto de 10 de abril de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:625\$ para pagamento dos vencimentos do escrivão do 1º Posto Fiscal do Alto Acre, Nicomedes de Araujo Lins, relativos ao corrente exercicio.

N. 12.955 — GUERRA — Decreto de 10 de abril de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 319:031\$146, suplementar á rubrica 4ª — Instrução militar, — do orçamento do mesmo Ministerio para o exercicio de 1918.

N. 12.956 — GUERRA — Decreto de 10 de abril de 1918 — Approva o regulamento para os collegios militares.

N. 12.957 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, FAZENDA E VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de abril de 1918 — Estabelece medidas no sentido de evitar a importação do estrangeiro e a circulação, no paiz, de sementes de algodão que não tenham sido previamente submettidas a expurgo.

N. 12.958 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de abril de 1918 — Modifica o regulamento do Instituto Nacional de Musica approved pelo decreto n. 11.748, de 13 de novembro de 1915.

N. 12.959 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de abril de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:000\$ para pagamento da subvenção concedida á Associação Brasileira de Imprensa.

N. 12.960 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de abril de 1918 — Altera a planta geral approved pelo decreto n. 9.817, de 9 de outubro de 1912, para o novo porto do Rio Grande do Sul.

N. 12.960 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de abril de 1918 — Faz publicos os depositos de rectificações das convenções da 4ª Conferencia Internacional Americana, por parte de varias Republicas deste continente.

N. 12.961 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de abril de 1918 — Autoriza a Companhia Estradas de Ferro Federaes Brasileiras — Rêde Sul-Mineira, a cobrar o adicional de 20 % sobre as tarifas actualmente em vigor; prorroga prazos para construcção e inauguração de ramaes e autoriza o ministro da Viação e Obras Publicas a entrar em accôrdo com a mesma Companhia para liquidação de debitos desta.

N. 12.961 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de abril de 1918 — Publica a resolução assignada na 4ª Conferencia Internacional Americana a 11 de agosto de 1910 sobre a reorganização da União das Republicas Americanas.

N. 12.962 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de abril de 1918 — Approva as despesas, na importancia de 13.459:836\$765, com a installação hydro-electrica do Italinga, no porto de Santos, em substituição das que foram approvadas pelo decreto n. 11.908, de 19 de janeiro de 1916.

N. 12.962 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de abril de 1918 — Promulga a convenção entre o Brasil e o Chile, relativa á permuta de encomendas postaes sem valor declarado, assignada no Rio de Janeiro a 22 de junho de 1916.

N. 12.963 — FAZENDA — Decreto de 10 de abril de 1918 — Autoriza a emissão de papel-moeda sobre notas da Caixa de Conversão, pertencentes ao Thesouro.

N. 12.963 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de abril de 1918 — Publica os depositos de ratificações das convenções assignadas em Montevidéo a 10 de maio de 1913 na 1ª Conferencia Internacional de Defesa Agricola effectuados pelas Republicas do Ecuador, Uruguay e Paraguay.

N. 12.964 — MARINHA — Decreto de 17 de abril de 1918 — Transfere para o Rio Branco (Empresa) a séde da capitania do porto do territorio do Acre.

N. 12.965 — MARINHA — Decreto de 17 de abril de 1918 — Modifica o actual regulamento da Escola Naval.

N. 12.966 — (Não foi publicado.)

N. 12.967 — FAZENDA — Decreto de 17 de abril de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 14:400\$ para pagamento de gratificações devidas ao escriptuario da extincta commissão de construcção do Lazareto Tamandaré, Felipe Nery da Silva.

N. 12.968 — FAZENDA — Decreto de 17 de abril de 1918 — Concede aos funcionarios da Delegacia do Thesouro em Londres uma gratificação de 25 % sobre os seus vencimentos.

N. 12.969 — FAZENDA — Decreto de 17 de abril de 1918 — Augmenta de 25 % os vencimentos dos membros do Corpo Diplomatico e Consular.

N. 12.970 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de abril de 1918 — Concede autorização á Sociedade Anonyma Assucarcira Santista para funcionar na Republica.

N. 12.971 — GUERRA — Decreto de 17 de abril de 1918 — Eleva a verba 9ª e na verba 14ª as sub-consignações ns. 14,

15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 27, e as sub-consignações « Forragens e ferragens » e « Extraordinarios com as grandes manobras de tropas ».

N. 12.972 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de abril de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 600:000\$, destinado á conclusão de obras contra as seccas.

N. 12.973 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de abril de 1918 — Autoriza a construcção de um armazem no posto Delta, no Kilometro 169 + 818, 80, da linha de Igarapava a Uberaba, da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação.

N. 12.974 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de abril de 1918 — Autoriza a construcção de diversas obras nos ramaes de Tibagy e Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 12.975 — MARINHA — Decreto de 24 de abril de 1918 — Abre pelo Ministerio da Marinha o credito de 50:000\$ para a construcção de um pavilhão hydro-electrotherapico no Sanatorio Naval de Nova Friburgo.

N. 12.976 — FAZENDA — Decreto de 24 de abril de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.000:000\$, suplementar á verba 29ª — Exercicios findos. — do orçamento do mesmo Ministerio para o corrente exercicio.

N. 12.977 — GUERRA — Decreto de 24 de abril de 1918 — Approva o regulamento para a Escola Militar.

N. 12.978 — GUERRA — Decreto de 24 de abril de 1918 — Altera o art. 1º, alinea b, do decreto n. 11.498, de 23 de fevereiro de 1915.

N. 12.979 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de abril de 1918 — Concede autorização á sociedade anonyma Frigorifico Wilson do Brasil para funcionar na Republica.

N. 12.980 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de abril de 1918 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 50:000\$ para auxiliar a construcção de uma estrada para automoveis, entre Macaelyba, e Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 12.981 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de abril de 1918 — Autoriza o ministro da Agricultura, Industria e Commercio a ajustar com o engenheiro Trájano Saboia Viriato de Medeiros a installação de diversas uzinas de beneficiamento de algodão e seus sub-productos, sua prensagem, etc., nos Estados de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará.

N. 12.982 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO E FAZENDA — Decreto de 24 de abril de 1918 — Estabelece medidas para a fiscalização de generos alimenticios de produção nacional.

N. 12.983 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de abril de 1918 — Concede á Companhia do Porto e á Estrada de Ferro Noroeste de S. Paulo, concessionaria das obras do porto de Ubatuba, a suspensão da execução do respectivo contracto até seis mezes depois do termo do actual estado de guerra.

N. 12.984 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de abril de 1918 — Concede a Alberto Alvares de Azevedo de Castro, concessionario de uma estrada de ferro que, partindo de Cuyabá, venha, por Sant'Anna do Paranahyba, entroncar com a Estrada de Ferro de Araraquara, no lugar denominado Jangada ou em S. José do Rio Preto, a suspensão da execução do respectivo contracto até seis mezes depois do termo do actual estado de guerra.

N. 12.985 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de abril de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 10.000:000\$ para occorrer á construcção de linhas ferreas nos Estados do Paraná e de Santa Catharina.

N. 12.986 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de abril de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 8.950:000\$ para occorrer ás despesas com a construcção da rede de viação ferrea da Bahia.

N. 12.987 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de abril de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 10.740:200\$ para a conclusão do serviço de construcção do prolongamento da bitola larga para Bello Horizonte, pelo valle do Paraopeba, na Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 12.988 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de abril de 1918 — Faz publicos os depositos de ratificações e as adhesões de diferentes governos aos actos assignados na Haya em 18 de outubro de 1907 na 2ª Conferencia Internacional da Paz e, bem assim, as reservas feitas aos referidos actos.

N. 12.989 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de abril de 1918 — Publica a resolução assignada na 4ª Conferencia Internacional Americana a 18 de agosto de 1910 sobre a permula de professores e alumnos.

N. 12.990 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de abril de 1918 — Publica a resolução assignada na 4ª Conferencia Internacional Americana a 12 de agosto de 1910 sobre communicacões por linhas de vapores.

N. 12.991 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de abril de 1918 — Publica a resolução assignada na 4ª Conferencia Internacional Americana a 20 de agosto de 1910 sobre a creação de uma Secção de Commercio, Alfandegas e Estatísticas, na União Pan-Americana.

N. 12.992 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de abril de 1918 — Publica a resolução assignada na 4ª Conferencia Internacional Americana a 20 de agosto de 1910 sobre a organização de estatísticas commerciaes a cargo da União Pan-Americana.



N. 12.993 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de abril de 1918 — Publica a resolução assignada na 4ª Conferencia Internaonal Americana a 11 de agosto de 1910 sobre a organização definitiva da União Pan-Americana.

N. 12.994 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de abril de 1918 — Publica a resolução assignada na 4ª Conferencia Internacional Americana a 11 de agosto de 1910 sobre a Estrada de Ferro Pan-Americana.

N. 12.995 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de abril de 1918 — Publica a resolução assignada na 4ª Conferencia Internacional Americana a 11 de agosto de 1910 sobre recenseamento em todos os Estados Americanos.

N. 12.996 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de abril de 1918 — Modifica a organização do Corpo Consular Brasileiro.

N. 12.997 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de abril de 1918 — Dá novo regulamento á Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

N. 12.998 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de abril de 1918 — Approva as instruções que devem reger os concursos para os logares de terceiros officiaes da Secretaria do Estado das Relações Exteriores.

N. 12.999 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 26 de abril de 1918. — Approva os estudos definitivos do primeiro trecho da linha do rio do Peixe de que trata o decreto n. 12.479, de 28 de maio de 1917.

N. 13.000 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES. FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERIO, RELAÇÕES EXTERIORES, GUERRA E MARINHA — Decreto de 1 de maio de 1918 — Crea o serviço da quinina official, prophylatico da malária, inicial ao dos medicamentos do Estado, necessarios ao saneamento do Brasil.

N. 13.001 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de maio de 1918 — Dispõe sobre organização das comissões de medicos e auxiliares para o serviço de prophylaxia rural.

N. 13.002 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de maio de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 346:000\$ para occorrer ao pagamento de despesas com o serviço de prophylaxia rural no Districto Federal.

N. 13.003 — (Não foi publicado.)

N. 13.004 — FAZENDA — Decreto de 4 de maio de 1918 — Concede á Adamastor, Companhia de Seguros Luso-Sul-Americana, com séde em Lisboa, Portugal, autorização para funcionar no Brasil em seguros terrestres e maritimos.

N. 13.005 — FAZENDA — Decreto de 4 de maio de 1918 — Approva, com alterações, os novos estatutos da sociedade A Economizadora Paulista, com séde na capital do Estado de S. Paulo, adotados pela assembléa geral extraordinaria de 31 de janeiro de 1918;

N. 13.006 — FAZENDA — Decreto de 4 de maio de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:625\$ para occorrer ao pagamento dos vencimentos do corrente exercicio a que tem direito o escrivão, addido do extinto 3º Posto Fiscal do Acre, Jorge Waldemar Rodrigues.

N. 13.007 — (Não foi publicado.)

N. 13.008 — FAZENDA — Decreto de 4 de maio de 1918 — Proroga por mais 20 annos o praso da autorização para funcionamento, no Brasil, de todas as caixas filiaes ou succursaes do «London and Brazilian Bank, Limited», e dá outras providencias.

N. 13.009 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de maio de 1918 — Modifica algumas disposições do decreto n. 12.921, de 16 de março de 1918, relativo á installação de fabricas de soda caustica no paiz.

N. 13.010 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de maio de 1918 — Transforma em estação de pomicultura o Campo de Demonstração de Deodoro.

N. 13.011 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de maio de 1918 — Autoriza o Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio a instalar estações de monta nas regiões que não puderem ser attendidas pelos postos zootechnicos federaes e fazendas modelo de criação.

N. 13.012 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de maio de 1918 — Declara extinto o logar de almoxarife da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia.

N. 13.013 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de maio de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 44:881\$500 para occorrer ao pagamento de despesas com a expedição de carteiras eleitoraes no corrente anno.

N. 13.014 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de maio de 1918 — Dispõe sobre o auxilio concedido pelo Governo Federal para manutenção de escolas nos Estados, e dá outras providencias.

N. 13.015 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de maio de 1918 — Providencia sobre o custeio dos serviços das linhas em trafego da Estrada de Ferro de Santa Catharina.

N. 13.016 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de maio de 1918 — Approva o projecto apresentado para construção da variante denominada *linha parallelta*, na Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, a parte inicial comprehendida entre o Kilometro 3.606, da linha de Natal a Igapó, e estaca 116, do mesmo projecto.

N. 13.017 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de maio de 1918 — Autoriza a execução de varios melhoramentos na estação de Ponta Grossa, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, orçados em 265:166\$822.

N. 13.018 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de maio de 1918 — Cede, por aforamento, a Pedro Victor de Carvalho, filho de Pedro Victor de Carvalho, ao qual se re-

ferem os decretos ns. 12.707 e 12.752, de 8 de novembro e 12 de dezembro de 1917, o terreno necessario para o estabelecimento de um matadouro frigorifico no porto do Rio Grande do Sul.

N. 13.019 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de maio de 1918 — Autoriza a « Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul » a ceder á Companhia Swift do Brasil um trecho de terreno no porto do Rio Grande.

N. 13.020 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de maio de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$, como reforço ao de 1.000:000\$, aberto pelo decreto n. 12.704, de 8 de novembro de 1917, para attender a despesas com outros melhoramentos do serviço telegraphico.

N. 13.021 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, GUERRA, MARINHA E FAZENDA — Decreto de 4 de maio de 1918 — Autoriza os ministros de Estado da Guerra e da Marinha e o prefeito do Districto Federal a fazer a requisição total ou parcial dos vehiculos de cargas e mercadorias pertencentes a quaesquer individuos, firmas e companhias, existentes no Districto Federal.

N. 13.022 — GUERRA — Decreto de 9 de maio de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 435:179\$653 para occorrer ao pagamento de soldo vitalicio a mais 154 voluntarios da patria.

N. 13.023 — (Não foi publicado.)

N. 13.024 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de maio de 1918 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 81:000\$, papel, á verba 1<sup>a</sup> — Secretaria de Estado, — do art. 36 da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 13.025 — GUERRA — Decreto de 15 de maio de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 10:898\$210, destinádo ao pagamento de despesas com a elevação de vencimentos dos empregados do Gabinete Photographico do Estado Maior.

N. 13.026 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de maio de 1918 — Prohibe em todo o territorio da Republica a matança de vitellas e vaccas aptas á reproducção e estabelece condições para a concessão de attestados de salubridade para os couros de animaes abatidos no paiz.

N. 13.027 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de maio de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento da importancia consignada na lei n. 2.378, de 4 de janeiro de 1913, para o Lyceu Salesiano da Bahia.

N. 13.028 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de maio de 1918 — Approva as instrucções estabelecendo as condições de escolha e as obrigações dos alumnos que, havendo concluido o curso de uma escola, lyceu ou instituto de ensino profissional, industrial, agricola e vete-

rinario, tenham de ser pelo Governo Federal enviados ao estrangeiro para aperfeiçoamento tecnico e profissional.

N. 13.029 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1918 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 475:157\$224, ouro, ás verbas 10<sup>a</sup> — Corpo Consular — e 11<sup>a</sup> — Ajudas de custo, — do art. 36 da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 13.030 — GUERRA — Decreto de 29 de maio de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 72:880\$866, supplementar á verba 6<sup>a</sup> — Fabricas, — do orçamento do Ministerio da Guerra para o exercicio de 1918.

N. 13.031 — FAZENDA — Decreto de 29 de maio de 1918 — Approva as alterações dos estatutos da Companhia de Seguros Minerva, desta capital, adoptadas pela assembléa geral extraordinária de 1 de setembro de 1917.

N. 13.032 — FAZENDA — Decreto de 29 de maio de 1918 — Approva a fusão da sociedade anonyma de seguros A Previsora, com séde em Porto Alegre, com a sociedade anonyma Previsora Rio Grandense, com séde na mesma cidade.

N. 13.033 — FAZENDA — Decreto de 29 de maio de 1918 — Concede ao Banco Nacional Ultramarino autorização para estabelecer uma agencia na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

N. 13.034 — (Não foi publicado.)

N. 13.035 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de maio de 1918 — Emancipa o nucleo colonial Inconfidentes, no Estado de Minas Geraes.

N. 13.036 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de maio de 1918 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Industria Matarazzo do Paraná.

N. 13.037 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de maio de 1918 — Concede autorização á Companhia Commercio e Navegação para continuar a funcionar na Republica.

N. 13.038 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de maio de 1918 — Approva o regulamento do Stud-Book Nacional, a cargo da Comissão Central dos Criadores do Cavallo de Puro Sangue.

N. 13.039 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de maio de 1918 — Emancipa o nucleo colonial Mongão, no Estado de S. Paulo.

N. 13.040 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E GUERRA — Decreto de 29 de maio de 1918 — Organiza o Exército nacional de 2<sup>a</sup> linha.

N. 13.041 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de maio de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento á viuva do philosopho e escriptor Farias Brito, pela aquisição, para o Estado, da bibliotheca deixada pelo mesmo.

N. 13.042 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de maio de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras



Publicas o credito de 8.253:631\$754 para occorrer á construcção da Estrada de Ferro de Piquete a Itajubá.

N. 13.043 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de maio de 1918 — Autoriza a construcção de uma nova estação em União da Victoria, em territorio paranaense, da linha de Itararé-Uruguay, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 13.044 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de maio de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 3.600:000\$, ouro, para occorrer ao pagamento da segunda prestação contractual devida á "Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul".

N. 13.045 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de maio de 1918 — Approva o projecto e orçamento, na importância de 50:000\$, para a construcção da nova estação Oliveira Coutinho, da linha federal de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 13.046 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de maio de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para occorrer ás despesas com o pessoal, material e combustivel da Estrada de Ferro de Santa Catharina.

N. 13.047 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de maio de 1918 — Supprime um lugar de agente especial na Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 13.048 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de maio de 1918 — Autoriza a modificação dos estudos definitivos approvados pelo decreto n. 10.872, de 29 de abril de 1914, na parte relativa á ponte sobre o riacho Faria, estaca 407' + 16 metros do ramal de Macau, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

N. 13.049 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de maio de 1918 — Approva os estudos definitivos do ramal do Espírito Santo da Prata (Pratinha) a Santa Rita de Cassia, da Rede Sul-Mineira, e hem assim o respectivo orçamento, na importância de 1.442:838\$643.

N. 13.050 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de maio de 1918 — Concede autorização á Companhia Geral Commercial do Rio de Janeiro (« The General Commercial Company, Limited, of Rio de Janeiro ») para funcionar na Republica.

N. 13.051 — FAZENDA — Decreto de 5 de junho de 1918 — Approva o regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de 5 % sobre dividendos e juros de obrigações ou *debentures*.

N. 13.052 — FAZENDA — Decreto de 5 de junho de 1918 — Cassa o decreto n. 8.420, de 30 de novembro de 1910, que autorizou a funcionar na Republica a Associação Mutua Mineira, com sede em Pouso Alegre, Estado de Minas Geraes.

N. 13.053 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de junho de 1918 — Autoriza o ministro da Agricultura, Industria e Commercio a entrar em accôrdo com os

governos dos Estados de Minas Geraes e Rio de Janeiro afim de levarem a effeito a reconstrucção da estrada de rodagem União e Industria.

N. 13.054 — FAZENDA — Decreto de 5 de junho de 1918 — Reprodiz, com alterações, o decreto n. 13.026, de 16 de maio de 1918, que prohibe em todo o territorio da Republica a matança de vitellas e vaccas aptas á reproducção e estabelece condições para a concessão de attestados de salubridade para os couros de animaes abattidos no paiz.

N. 13.055 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de junho de 1918 — Addita providências aos decretos ns. 13.000 e 13.001, de 1 de maio de 1918:

N. 13.056 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1918 — Approva os estudos de revisão do tracado da Estrada de Ferro do Tocantins, entre os kilometros 58 e 101, 200 da secção de Alcobaga ao Kilometro 100, a contar de Alcobaga, e os respectivos orçamentos, no total de ..... 2.802:590\$332.

N. 13.057 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1918 — Approva a planta indicativa das posições dos novos edificios destinados á casa para locomotivas e ás officinas da «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul».

N. 13.058 — FAZENDA — Decreto de 6 de junho de 1918 — Approva, com alterações, a reforma dos estatutos da sociedade Previdencia, Caixa Paulista de Pensões, com séde na capital do Estado de S. Paulo, deliberada na assembléa geral extraordinaria realizada em 3 de janeiro de 1917.

N. 13.059 — GUERRA — Decreto de 12 de junho de 1918 — Approva o regulamento para o serviço de campanha.

N. 13.060 — FAZENDA — Decreto de 12 de junho de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:250\$ para pagamento ao escrivão do extinto 3º Posto Fiscal do Acre, Jorge Waldemar Rodrigues dos Santos, dos vencimentos que lhe competiam em 1916 e 1917.

N. 13.061 — FAZENDA — Decreto de 12 de junho de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:875\$ para pagamento dos vencimentos devidos ao escrivão do extinto 2º Posto fiscal do Acre, Hermelindo Ferreira Lima.

N. 13.062 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de junho de 1918 — Concede autorização á sociedade anonyma Amideria Paulista para funcionar na Republica.

N. 13.063 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de junho de 1918 — Concede autorização á Empresa de Productos de Guanará para funcionar na Republica.

N. 13.064 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de junho de 1918 — Dá novo regulamento ás escolas de aprendizes artifices.

N. 13.065 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de junho de 1918 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 10:000\$ para subvencionar a Escola Superior de Commercio do Rio de Janeiro.

N. 13.066 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de junho de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 150:000\$ para occorrer ao pagamento de despesas com a organização definitiva dos gabinetes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 13.067 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de junho de 1918 — Approva os estudos definitivos do segundo trecho da linha do rio do Peixe, de que trata o decreto n. 12.479, de 28 de maio de 1917, com a extensão de 22.708 metros, bem assim os respectivos orçamentos, na importancia de 1.109:266\$165.

N. 13.068 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de junho de 1918 — Approva as plantas e o orçamento, na importancia de 13:626\$983, para o augmento dos desvios e construção de um trapiche para descarga de carvão na estação da Margem do Taquary, na Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 13.069 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, FAZENDA, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, RELAÇÕES EXTERIORES, GUERRA, MARINHA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de junho de 1918 — Crea o Commissariado da Alimentação Publica, e dá outras providencias.

N. 13.070 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de junho de 1918 — Crea, em Caxambú, Estado de Minas Geraes, um patronato agricola destinado ao desenvolvimento da pomicultura, horticultura e jardinicultura.

N. 13.071 — FAZENDA — Decreto de 19 de junho de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos de 5:552\$040, ouro, e de 8:564\$510, papel, para occorrer á restituição a que tem direito a Escola de Engenharia de Bello Horizonte, de direitos aduaneiros pagos em 1914.

N. 13.072 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de junho de 1918 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 54:140\$753, para a construção do novo edificio e plataforma para a estação de Soledade, da Rêde Sul-Mineira.

N. 13.073 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de junho de 1918 — Proroga por 30 dias o praso a que se refere a clausula XXVIII do decreto n. 12.920, de 13 de março de 1918.

N. 13.074 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de junho de 1918 — Autoriza a «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul» a supprimir as nove placas gigantes, constantes da rubrica 9ª, do orçamento approved pelo decreto n. 7.121, de 17 de setembro de 1908, ficando obrigada a construir as demais obras necessarias á ligação entre o novo porto e a rêde ferroviaria da «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil».

N. 13.075 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de junho de 1918 — Approva os estudos definitivos do trecho entre Cresciuma e Araranguá, da linha do Tubarão a Araranguá, e o respectivo orçamento, na importancia de..... 1.635:445\$211.

N. 13.076 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de junho de 1918 — Approva os projectos e o orçamento reduzido ao total de 3.691:834\$051, das obras de reparação do segundo trecho (Presidente Bueno a Theophilo Ottoni), da Estrada de Ferro Bahia e Minas.

N. 13.077 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de junho de 1918 — Providencia sobre o custeio dos serviços das linhas em tráfego da Estrada de Ferro de Baurú a Itapura (Noroeste do Brasil).

N. 13.078 — FAZENDA — Decreto de 26 de junho de 1918 — Autoriza a sociedade anonyma «Banque Française et Italienne pour L'Amérique du Sud», com sede em Paris, a estabelecer uma succursal na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

N. 13.079 — FAZENDA — Decreto de 26 de junho de 1918 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito de 1.000:000\$, suplementar á verba 29\* — Exercicios findos, — do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio.

N. 13.080 — FAZENDA — Decreto de 26 de junho de 1918 — Concede autorização para funcionar á sociedade de seguros mutuos sobre a vida Vera Cruz, com sede na capital do Estado da Bahia, e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 13.081 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de junho de 1918 — Concede, a titulo precario, á Camara Municipal de Pirapora, Estado de Minas Geraes, licença para se utilizar de parte das aguas do rio S. Francisco, no municipio do mesmo nome.

N. 13.082 — FAZENDA — Decreto de 26 de junho de 1918 — Crea uma junta de justiça militar junto á Divisão Naval em operações de guerra.

N. 13.083 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de junho de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.070:000\$ para intensificar o tráfego da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 13.084 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de junho de 1918 — Concede autorização á Empresa Immunização de Cereaes para funcionar na Republica.

N. 13.084 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1918 — Promulga a convenção de arbitramento geral obrigatorio entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignada no Rio de Janeiro a 27 de dezembro de 1916.

N. 13.085 — FAZENDA — Decreto de 3 de julho de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:095\$ para pagamento dos vencimentos officiaes devidos ao enge-



nheiro Joaquim Ignacio Ribeiro de Lima, funcionario effectivo da Inspectoria de Obras contra as Seccas.

N. 13.086 — FAZENDA — Decreto de 3 de julho de 1918 — Augmenta de mais um o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo na capital do Estado do Pará.

N. 13.087 — FAZENDA — Decreto de 3 de julho de 1918 — Approva, com modificações, as alterações dos estatutos da Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres Rio-Grandense, com séde na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, adoptados pela assembléa geral extraordinaria realizada em 3 e 17 de novembro de 1915.

N. 13.088 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de julho de 1918 — Concede autorização á Sociedade Anonyma Levy para funcionar na Republica.

N. 13.089 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de julho de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 270:000\$, destinado á desobstrucção do canal de Macahé a Campos.

N. 13.090 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1918 — Publica a adhesão do Reino da Grecia ao accôrdo firmado em Roma, aos 9 de dezembro de 1907, para a creação em Paris de uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 13.091 — GUERRA — Decreto de 10 de julho de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de reis 182:945\$420 para pagamento da differença de vencimentos a quatro auditores de guerra da Capital Federal.

N. 13.092 — GUERRA — Decreto de 10 de julho de 1918 — Crea uma missão medica especial á França, em character militar, e dá outras providencias.

N. 13.093 — FAZENDA — Decreto de 10 de julho de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 200:000\$, supplementar á verba 5ª, consignação « Novas concessões, b) Aposentados », do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio.

N. 13.094 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de julho de 1918 — Confia ao governo do Estado de S. Paulo, dentro do respectivo territorio, a execução das disposições contidas no capitulo VI do regulamento adoptado pelo decreto n. 11.998, de 22 de março de 1916, e a das constantes do decreto n. 12.957, de 10 de abril de 1918.

N. 13.095 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de julho de 1918 — Revoga o art. 5º, primeira parte, do regulamento do Corpo de Bombeiros do Districto Federal approvedo pelo decreto n. 9.348, de 18 de outubro de 1911.

N. 13.096 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1918 — Proroga o praso fixado na clausula X, n. 1, do contracto da consolidação celebrado com a Companhia das Estradas de Ferro do Norte do Brasil em 14 de dezembro de 1916.

N. 13.097 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1918 — Approva os projectos de sete variantes do trecho em construção do ramal de Paranapanema a que se refere o decreto n. 12.491, de 31 de maio de 1917.

N. 13.098 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1918 — Inclue a cidade de Parnahyba entre os pontos de aterramento do cabo submarino que, partindo de Nictheroy, demandará uma das Grandes Antilhas, a que se refere a clausula n. 12.920, de 13 de março do corrente anno, e dá outras providencias.

N. 13.099 — GUERRA — Decreto de 17 de julho de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de reis 2.000:000\$ para organizar o serviço de aviação militar e outras despesas referentes ao mesmo serviço.

N. 13.100 — FAZENDA — Decreto de 17 de julho de 1918 — Corrige um engano com que foi publicada a lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 13.101 — FAZENDA — Decreto de 17 de julho de 1918 — Cassa o decreto n. 11.451, de 20 de janeiro de 1915, que autorizou a sociedade de auxilios mutuos A Garantia Total das Familias, com séde em Bom Jesus de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro, a funcionar na Republica.

N. 13.102 — FAZENDA — Decreto de 17 de julho de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 179:259\$500 para pagar ao almirante graduado Frederico Ferreira de Oliveira differenças de soldo que deixou de receber.

N. 13.103 — FAZENDA — Decreto de 17 de julho de 1918 — Augmenta de mais dous o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo da capital do Estado de Alagoas.

N. 13.104 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de julho de 1918 — Crea um campo de demonstração no Districto Federal.

N. 13.105 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de julho de 1918 — Concede autorização á sociedade anonyma Engenhos Centraes de Assucar para funcionar na Republica.

N. 13.106 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de julho de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:669\$515 para pagamento de gratificações addicionaes a varios professores da Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 13.107 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de julho de 1918 — Autoriza a construção de um armazem na estação de Palmital, na linha federal de Tibagy, da "Sorocabana Railway Company".

N. 13.108 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de julho de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para occorrer ás despesas com a conclusão da estrada de rodagem de Campina Grande a Patos, no Estado da Parahyba.

N. 13.109 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de julho de 1918 — Autoriza a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá a construir um ramal da linha de Tubarão a Araranguá para servir a zona carbonífera das cabeceiras do rio Urussanga.

N. 13.110 — FAZENDA — Decreto de 19 de julho de 1918 — Prohibe a exportação de valores e a remessa de fundos para o exterior, e dá outras providencias.

N. 13.111 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de julho de 1918 — Autoriza o ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio a aceitar a doação do proprio particular conhecido por Casa dos Ottonis, sito no Serro, Minas Geraes, e das quantias indispensaveis á installação, para o fim de ser alli fundado um patronato industrial e agrícola.

N. 13.112 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de julho de 1918 — Autoriza o ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio a entrar em ajuste com o dono da propriedade agrícola denominada Chacara da Conceição, sita em Sylvestre Ferraz, Minas Geraes, para o fim de alli se crear um patronato agrícola.

N. 13.113 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1918 — Reforma o Corpo Diplomatico Brasileiro.

N. 13.114 — FAZENDA — Decreto de 24 de julho de 1918 — Cassa o decreto n. 11.450, de 23 de setembro de 1914, que autorizou a sociedade mutua doal A Garantia Maternal, com séde em Natividade de Carangola, Estado do Rio de Janeiro, a funcionar na Republica.

N. 13.115 — FAZENDA — Decreto de 24 de julho de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 22:890\$, suplementar á verba 12<sup>a</sup> — Imprensa Nacional e *Diario Official* — Pessoal. — do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio, para pagamento aos auxiliares de escripta da gratificação de 30 % de que trata o art. 123 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

N. 13.116 — FAZENDA — Decreto de 24 de julho de 1918 — Approva, com modificações, o regulamento interno e a tarifa para o serviço de emissão de conhecimentos de deposito e *warrants* pela « Manáos Harbour, Limited ».

N. 13.117 — FAZENDA — Decreto de 24 de julho de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de reis 11:050\$, para pagamento dos vencimentos do escriptão do extincto 1<sup>o</sup> Posto Fiscal do Acre. Nicodemos Araujo Lima, relativos ao periodo de 1 de maio de 1916 a 31 de dezembro de 1917.

N. 13.118 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1918 — Autoriza a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá a construir um ramal que, partindo das proximidades da estação Lauro Müller, vá terminar em Treviso.

N. 13.119 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Pu-

blicas o credito de 300:000\$,destinado ás reparações do leito dos ramaes do Tinguá e Represas, da Estrada de Ferro do Rio do Ouro, e respectivas obras de arte.

N. 13.120 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1918 — Declara a rescisão do contracto celebrado em 24 de outubro de 1908, em virtude do decreto n. 7.073, de 20 de agosto de 1908, para a construcção do leito da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias, e o ramal de Itaquí e para fornecimento de material.

N. 13.121 — (Não foi publicado.)

N. 13.122 — FAZENDA — Decreto de 31 de julho de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 400:000\$ para aquisição, determinada pelo decreto n. 13.000, de 1 de maio ultimo, das primeiras quantidades de quinina importada do estrangeiro.

N. 13.123 — FAZENDA — Decreto de 31 de julho de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 7:385\$ para pagamento de differenças de pensões de montepio devidas a D.<sup>a</sup> Maria Felieiana Cordeiro Galvão, viuva do professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Rodolpho Galvão.

N. 13.124 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Decreto de 7 de agosto de 1918 — Transfere para o Ministerio da Marinha, provisoriamente, estações radio-telegraphicas que se acham sob a jurisdicção do Ministerio da Viacão e Obras Publicas.

N. 13.125 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 30:000\$. ouro, para attender ás despesas com a viagem para os Estados Unidos e para a Europa de 20 alumnos que se vão especializar nos termos do decreto n. 13.028, de 18 de maio ultimo, com a manutenção dos mesmos até o fim do corrente anno.

N. 13.126 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de agosto de 1918 — Concede autorização á «American Steel Export Company's Brazilian Corporation» para funcionar na Republica.

N. 13.127 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de agosto de 1918 — Crea uma fazenda-modelo de criação no municipio de Catá, no Estado da Bahia.

N. 13.128 — FAZENDA — Decreto de 7 de agosto de 1918 — Augmenta de mais tres o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo do Estado do Paraná, sendo um para a capital e dous para o interior.

N. 13.129 — FAZENDA — Decreto de 7 de agosto de 1918 — Concede á «Atlas Assurance Company, Limited», com séde em Londres, Inglaterra, autorização para realizar no Brasil operações de seguros contra incendios.

N. 13.130 — FAZENDA — Decreto de 7 de agosto de 1918 — Cassa o decreto n. 10.420, de 3 de setembro de 1913, que autorizou a sociedade de peculios e tratamento de saude «Sa-



natorium», com séde em Poços de Caldas, Minas Geraes, a funcionar na República.

N. 13.131 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 20:000\$ para os serviços de desobstrução do rio Mamanguape.

N. 13.132 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$, destinado a intensificação do trafego da Rêde de Viação Ferrea Cearense.

N. 13.133 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1918 — Approva o plano geral das obras de melhoramento do porto de S. Luiz, no Estado do Maranhão.

N. 13.134 — GUERRA — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Approva o regulamento para o quadro de amanuenses do Exercito.

N. 13.135 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:000\$ para pagamento ao pessoal de conservação do extinto Lazereto de Tamandaré, de vencimentos relativos ao exercício de 1915.

N. 13.136 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de reis 14:896\$774 para occorrer ao pagamento do que é devido a d. Alice Gondim Cockrane e sua filha Vera, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.137 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Concede autorização á sociedade anonyma Amideria Paulista para substituir essa denominação pela de Feculária Paulistana.

N. 13.138 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Declara caduca a carta patente n. 9.837, de 30 de janeiro de 1918.

N. 13.139 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Modifica e amplia os decretos ns. 13.001 e 13.055, de 1 de maio e 6 de junho de 1918, relativos ao serviço de prophylaxia rural no Districto Federal e nos Estados.

N. 13.140 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Approva a revisão dos estudos definitivos do trecho de estrada de ferro de Buranhem a Conceição da Feira (ligação da Estrada de Ferro Centro-Oeste á Central da Bahia), e o respectivo orçamento, na importancia de reis 3.240:878\$408.

N. 13.141 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 40:000\$ para occorrer ás despesas com a censura imposta aos Telegraphos.

N. 13.142 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 830:000\$, como reforço á verba destinada ao custeio da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá.

N. 13.143 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 18:394\$751 para pagamento a diversos funcionarios da extincta commissão de estudos da Estrada de Ferro de Coroaá a Tocantins.

N. 13.144 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 14:195\$, para occorrer ás despesas com o empilhamento e guarda de trilhos e ferro velho pertencentes á União.

N. 13.145 — (Não foi publicado.)

N. 13.146 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 92:000\$ para completar o total necessario ao custeio do serviço de conducção de enfermos, alienados e cadáveres.

N. 13.147 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 6.400:000\$ para intensificar o trafego da Estrada de Ferro Central do Brasil e com applicação a pessoal e material da mesma Estrada, até novembro proximo futuro.

N. 13.148 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 5.862\$296 para pagamento de vencimentos a José Henrique Aderne, relativos ao periodo de 23 de setembro de 1893 a 31 de dezembro de 1894.

N. 13.149 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos especiaes de 260:000\$, ouro, e 1:200\$, papel, para occorrer a despesas provenientes de serviços postaes.

N. 13.150 — FAZENDA — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.000:000\$, papel, supplementar á verba 29ª — Exercícios findos, — do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio.

N. 13.151 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de £4.000-0-0, ou 35:555\$556, ouro, ao cambio de 27 d. por 1\$, para occorrer ás despesas extraordinarias com a repatriação e socorros a Brasileiros na Europa em virtude do estado de guerra.

N. 13.152 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 158:032\$252, ouro, ás verbas 9ª — Corpo Diplomatico — e 11ª — Ajudas de custo, — do art. 36 da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 13.153 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Concede autorização á sociedade anonyma Casa Picone para funcionar na Republica.

N. 13.154 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Armour de Brasil.

N. 13.155 — (Não foi publicado.)

N. 13.156 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Augmenta de mais quatro o numero dos agentes fiscaes dos impostos de consumo no interior do Rio de Janeiro.

N. 13.157 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Augmenta de mais dous o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo do Estado da Parahyba sendo um para a capital e outro para o interior do mesmo Estado.

N. 13.158 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:731\$930 para pagamento de gratificações addicionaes a professores da Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 13.159 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Modifica e amplia os decretos ns. 13.000 e 13.055, de 1 de maio e 6 de junho de 1918, sobre medicamentos officiaes no Brasil.

N. 13.160 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem concedido á bacharel Catharina Moura, alumna da Faculdade de Direito do Recife.

N. 13.161 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 6:000\$ para pagamento de subvenção concedida pelo Congresso Nacional ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia de Nietheroy.

N. 13.162 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:543\$316 para pagamento de gratificação addicional aos tachygraphos da Camara dos Deputados, Lincoln Godinho e José Joaquim da Rocha Junior.

N. 13.163 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 2.400:000\$ para regularização dos serviços da Estrada de Ferro de Baurú a Itapura.

N. 13.164 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 300:000\$ para attender ás despesas com os melhoramentos dos serviços telegraphicos.

N. 13.165 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 85:794\$500 para a conclusão da construção de ramal de S. Pedro a Jaguary, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 13.166 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Approva a planta do novo local para a construção do armazem de inflammaveis, apresentada pela «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul».

N. 13.167 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, RELAÇÕES EXTERIORES. GUERRA, MARINHA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de agosto de 1918 — Fixa os preços maximos para a venda a varejo dos generos de primeira necessidade no Districto Federal.

N. 13.168 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de agosto de 1918 — Concede autorização á sociedade cooperativa de responsabilidade limitada Cooperativa Petropolitana de Consumo para funcionar na Republica.

N. 13.169 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito suplementar de 300:000\$, a diversas consignações da verba 3ª — Serviço de Povoamento, — do art. 96 da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 13.170 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Crea um campo de demonstração, em Ilhéos, Estado da Bahia.

N. 13.171 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Concede autorização á «Nippon Boyeki Kabushiki Kaisha» para funcionar na Republica.

N. 13.172 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Eleva o numero de interpretes commerciaes da praça do Rio de Janeiro.

N. 13.173 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Concede autorização á sociedade anonyma Brasil-Expansão para funcionar na Republica.

N. 13.174 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 720\$ para pagamento de gratificação adicional a um servente da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 13.175 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 100:198\$548 para auxiliar as despesas com a manutenção, durante o corrente anno, de 96 escolas no Estado do Paraná.

N. 13.176 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 100:000\$ para occorrer ao pagamento de metade da despesa a realizar com o serviço de prophylaxia rural no Estado do Paraná.

N. 13.177 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Declara sem effeito a autorização concedida á «Fellen & Guillaume-Lahmeyerweske Actien Gesell-



chaft". de Mulheim sur Rhin, pelo decreto n. 7.051, de 30 de julho de 1908, e transferida á «Deutsch Sudamerikanische Telegraphengesellschaft, A. G.», pelo decreto n. 7.598, de 14 de outubro de 1909.

N. 13.178 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 55:072\$158 para liquidação de compromissos referentes á construcção e conservação da Estrada de Ferro de Cruz Alta ao Ijuhy, durante o anno de 1915.

N. 13.179 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Autoriza o contracto de construcção do prolongamento da Estrada de Ferro D. Theresa Christina até Treviso e de um ramal para a zona carbonifera das cabeceiras do rio Urussanga.

N. 13.180 — GUERRA — Decreto de 11 de setembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de reis 510:660\$400 para pagamento das despesas feitas com a comissão que acompanha as operações de guerra na Europa.

N. 13.181 — GUERRA — Decreto de 11 de setembro de 1918 — Approva o regulamento de exercicios de artilharia de montanha como complemento do regulamento para exercicios de artilharia de campanha.

N. 13.182 — GUERRA — Decreto de 11 de setembro de 1918 — Altera o regulamento de exercicios de artilharia de campanha, na parte relativa ao fogo ceifante.

N. 13.183 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de setembro de 1918 — Concede autorização á Companhia Salutar de Hygienização de Lacticínios para funcionar na Republica.

N. 13.184 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:000\$, ouro, para pagamento de ajuda de custo á alumna premiada do Instituto Nacional de Musica, Beatrice Ten Brink Sherrard.

N. 13.185 — FAZENDA — Decreto de 11 de setembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 127:737\$628, ouro, para pagamento á "American Bank Note Company", de fornecimentos de notas á Caixa de Amortização.

N. 13.186 — FAZENDA — Decreto de 11 de setembro de 1918 — Altera a clausula II do decreto n. 13.004, de 4 de maio de 1918, que concedeu á Adamastor, Companhia de Seguros Luso Sul-America, com sede em Lisboa, autorização para funcionar no Brasil.

N. 13.187 — FAZENDA — Decreto de 11 de setembro de 1918 — Augmenta de mais tres o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo do Estado de S. Paulo, sendo dous para a capital e um para o interior.

N. 13.188 — FAZENDA — Decreto de 11 de setembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:742\$564 para pagamento da differença de vencimentos relativa aos exercicios de 1917 e 1918, a que tem direito o fiel

de armazém, extinto, da Alfandega do Pará, Hugolino Augusto de Castro Leão.

N. 13.189 — FAZENDA — Decreto de 11 de setembro de 1918 — Autoriza o ministro da Fazenda a assignar com a Companhia Nacional de Industria e Commercio a escriptura de doação á União dos terrenos e edificios em que estão instaladas as colonias de alienados da ilha do Governador.

N. 13.190 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1918 — Autoriza a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande a montar na estação da Lapa, da Estrada de Ferro do Paraná, um girador, que será transferido da estação de Morretes.

N. 13.191 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1918 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 744:315\$963, de uma variante entre os kilometros 89+367,51 e 110+288,51 do ramal do Paranapanema, da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

N. 13.192 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1918 — Approva as clausulas do contracto de consolidação que tem de ser firmado com a Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá, de accordo com o art. 4º do decreto n. 12.933, de 20 de março de 1918.

N. 13.193 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, RELAÇÕES EXTERIORES, MARINHA, GUERRA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de setembro de 1918 — Regula as attribuições do Commissariado de Alimentação Publica.

N. 13.194 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Concede autorização á Sociedade Mineira de Lacticinios para funcionar na Republica.

N. 13.195 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Concede, autorização á «Brazilian Salinas, Limited», para funcionar na Republica.

N. 13.196 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Concede autorização á «Anglo Brazilian Produce Syndicate, Limited», para funcionar na Republica.

N. 13.197 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Crea uma fazenda modelo, de criação no districto de Urufahy, termo e comarca de Ipameri, no Estado de Goyaz.

N. 13.198 — FAZENDA — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Autoriza a emissão da importancia de 20.000:000\$, em moedas divisórias de nickel e cobre, cunhadas na Casa da Moeda.

N. 13.199 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1918, o credito supplementar de 883:000\$ ás verbas 5ª, 7ª, 6ª e 8ª do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro deste anno, sendo — 195:300\$ á verba — Subsídio dos senadores; 657:200\$ á verba — Sub-

sidio dos deputados; 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 13.200 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Approva o traçado definitivo da avenida marginal do novo caes do porto do Recife, no Estado de Pernambuco, e dá outras providencias.

N. 13.201 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para combustivel, no intuito de intensificar o trafego da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 13.202 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Modifica a clausula III do contracto celebrado com a Companhia Locas de Santos, em virtude do decreto n. 6.060, de 3 de julho de 1906.

N. 13.203 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 10.000:000\$ para attender á insufficiencia da verba — Combustivel, — da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 13.204 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Proroga por tres mezes o praso fixado no decreto n. 12.805, de 9 de janeiro de 1918, para entrega dos materiaes destinados ás obras contractadas com Humberto Saboya & Comp., para a construcção da secção entre Henrique Galvão, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, e o Kilometro 48, da Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 13.205 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Approva a planta e orçamento, na importancia de 50:543\$744, da explanada da estação do Kilometro 70 ao ramal do Paranapanema, onde entronca a linha do rio do Peixe, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 13.206 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Autoriza o Ministerio da Viação e Obras Publicas a occupar e administrar a Estrada de Ferro do Bananal.

N. 13.207 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 4:455\$140, papel, para attender ás despesas com a viagem do ex-ministro da Alemanha até a fronteira do Uruguay.

N. 13.208 — MARINHA — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Abre pelo Ministerio da Marinha o credito de reis 549:570\$638, para occorrer a despesas da verba 19ª — Material de construcção naval, — do orçamento em vigor.

N. 13.209 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao Dr. Antonio Luiz Q. A. de Barros Barreto.

N. 13.210 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de reis 11:745\$ para pagamento dos vencimentos relativos ao periodo de 1 de julho de 1916 a 31 de dezembro de 1917 e devidos ao encarregado do extinto 1º Posto Fiscal do Acre, Julio Targyno da Fonseca, addido ao mesmo Ministerio.

N. 13.211 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1918 — Augmenta de mais quatro o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo do interior do Estado de Minas Geraes.

N. 13.212 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de reis 18:492\$419 para pagamento dos vencimentos relativos ao periodo de 21 de agosto de 1916 a 31 de dezembro proximo vindouro, aos quaes tem direito o encarregado do extinto 4º Posto Fiscal do Alto Juruá, Godofredo Cavalcante da Cunha Vasconcellos.

N. 13.213 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1918 — Concede ao «American Mercantile Bank of Brazil, Incorporated», com séde na cidade de Hartford, Conneticut, nos Estados Unidos da America do Norte, autorização para estabelecer agencias filiaes nas capitales dos Estados do Maranhão, Piauíhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba e Alagoas.

N. 13.214 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 10:000\$, papel, para a modificação da inscripção das moedas divisionarias de prata e nickel e cunhagem de novas moedas de nickel de 50 e 20 reis.

N. 13.215 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para occorrer a despesas referentes á Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 13.216 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de outubro de 1918 — Approva o orçamento definitivo, na importância de 2.597:387\$706, referente ao armazem frigorifico construido no porto de Santos, no Estado de S. Paulo.

N. 13.217 — MARINHA — Decreto de 9 de outubro de 1918 — Abre pelo Ministerio da Marinha o credito de 89:627\$462 para occorrer á despesa da verba 21ª — Obras, — do orçamento em vigor.

N. 13.218 — (Não foi publicado.)

N. 13.219 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de outubro de 1918 — Confia ao governo do Estado de S. Paulo, dentro do respectivo territorio, a execução de disposições relativas ao serviço de policia sanitaria animal contidas no regulamento approved pelo decreto numero 11.460, de 27 de janeiro de 1915.

N. 13.220 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de outubro de 1918 — Concede autorização á sociedade anonyma «des Roulements à Billes Suedois S. K. F.» para substituir essa denominação pela de Companhia S. K. F. do Brasil.



N. 13.221 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 18:500\$, ouro, para attender ás desposas com a viagem de 20 alumnos para os Estados Unidos da America do Norte, que se vão especializar nos termos do decreto n. 13.028, de 18 de maio ultimo, e com a manutenção dos mêsmos até o fim do corrente anno.

N. 13.222 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de outubro de 1918 — Concede autorização á Companhia Frigorifica Cruzeiro para funcionar na Republica.

N. 13.223 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de outubro de 1918 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Progresso Nacional.

N. 13.224 — (Não foi publicado.)

N. 13.225 — FAZENDA — Decreto de 9 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 4:041\$558 para pagamento a D. Eugenia Leonor de Vilhena Fernandes, viuva do cirurgião da Armada, Dr. José Rodrigues Fernandes, das pensões que são devidas e referentes ao periodo de 11 de junho de 1904 a 25 de janeiro de 1914.

N. 13.226 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especialde 50:000\$ para auxiliar para auxiliar a despesa a effectuar com a 2ª Conferencia da Sociedade Sul-Americana de Hygiene, Microbiologia e Pathologia e o 1º Congresso de Dermatologia e Syphiligraphia.

N. 13.227 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1918 — Concede a Coutinho & Comp., armadores, os favores de que gosava o Lloyd Brasileiro, enquanto era sociedade anonyma, excepto a subvenção, para o serviço de navegação regular entre os Estados do Pará e Amazonas e território do Acre.

N. 13.228 — GUERRA — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Altera os arts. 42 e 44, paragrapho unico, e 71 do regulamento da Directoria Geral do Tiro de Guerra.

N. 13.229 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Concede autorização a «The Anglo-Brazilian Commercial and Agency Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 13.230 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 28:488\$971 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Maria Isabel Cintra Tigre, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.231 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:541\$765 para occorrer ao pagamento do que é devido a d. Marcellina Lopes Chaves de Mello e outras, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.232 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 300:000\$,

ouro, e 1.000:000\$, papel, suplementar á verba 28ª — Reposições e restituições, — do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio.

N. 13.233 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Augmenta de mais seis o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo do Estado da Bahia, sendo quatro para a capital e dous para o interior do Estado.

N. 13.234 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Concede á Companhia Americana de Seguros, com séde na capital do Estado de S. Paulo, autorização para funcíonar na Republica e operar em seguros marítimos e terrestres.

N. 13.235 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Cassa as autorizações para funcíonar no Brasil de que gosam os bancos allemães «Deutsch Sudamerikanische Bank» e «Deutsch Ueberseeische Bank», suas filiaes, succursaes ou agencias, e dá outras providencias.

N. 13.236 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 15:866\$705 para occorrer ao pagamento de despesas com a expedição de carteiras eleitoraes no corrente anno, no Districto Federal.

N. 13.237 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 60:566\$713 para pagamento de quotas de alimentação, relativas a 1913, que deixaram de receber os funcionarios da Escola Premunitoria Quinze de Novembro.

N. 13.238 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos especiaes de 64:403\$677 e reis 130:235\$335 para pagamento, relativo aos exercicios de 1913 a 1917 e ao de 1918, da differença de diarias, gratificações e etapas aos remadores, foguistas, patrões e machinistas das embarcações da Saude Publica.

N. 13.239 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:200\$, suplementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, e destinada a completar a importancia dos salarios fixados para cinco jardineiros empregados nos terrenos do edificio da Camara dos Deputados.

N. 13.240 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Dispensa, mediante condições, a Companhia de Estradas de Ferro Brasileiras — Rêde Sul-Mineira, de cumprir em relação á quantia de 1.253:126\$372, a obrigação constante da letra b do art. 6º do decreto n. 12.951, de 10 de abril de 1918.

N. 13.241 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Autoriza a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande a prolongar um muro de arrimo, na linha de S. Francisco.

N. 13.242 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, FAZENDA, AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, RELAÇÕES EXTERIORES, MARINHA, GUERRA E VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1918 — Considera feriados os dias 19, 21 e 22 de outubro corrente, menos para as repartições e pessoal encarregado do serviço sanitario e casas commerciaes que fornecem generos de primeira necessidade.

N. 13.243 — (Não foi publicado.)

N. 13.244 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1918 — Concede permissão ao engenheiro João Teixeira Soares e Antonio Rossi, por si ou empresa que organizarem, para montarem e custearem, sem privilegio ou monopolio de especie alguma, o serviço de viação e transporte por meio de aeroplanos, ligando entre si as principaes cidades do Brasil.

N. 13.245 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1918 — Approva a planta e o orçamento para a construção de sete armazens externos no porto de Santos.

N. 13.246 — (Não foi publicado.)

N. 13.247 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1918 — Reorganiza o Tribunal de Contas.

N. 13.248 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1918 — Approva o regulamento que altera a organização do Thesouro.

N. 13.249 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, FAZENDA, AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, RELAÇÕES EXTERIORES, MARINHA, GUERRA E VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 25 de outubro de 1918 — Considera feriados nas cidades de S. Paulo e Santos os dias 26, 28, 29, 30 e 31 do corrente mez, menos para as estradas de ferro e empresas de transporte, repartições federaes, pessoal encarregado do serviço sanitario e casas commerciaes que fornecem á população generos de primeira necessidade.

N. 13.250 — (Não foi publicado.)

N. 13.251 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:500\$, destinado a occorrer a despesas com soccorros publicos.

N. 13.252 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1918, o credito suplementar de 883:000\$ ás verbas 5<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei n. 3.454, de 6 de janeiro deste anno, sendo 196:300\$ á verba — Subsídio dos senadores; 657:200\$ á verba — Subsídio dos deputados; 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 13.253 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 154:000\$ para occorrer a um terço da despesa a realizar com a execução do serviço de prophylaxia rural no Estado de Minas Geraes.

N. 13.254 — FAZENDA — Decreto de 28 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito na importancia de 120:297\$078 para attender ás despesas decorrentes do decreto n. 13.247, de 23 do corrente mez, no periodo de 28 de outubro a 31 de dezembro de 1918.

N. 13.255 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1918 — Crea o Monte de Soccorro annexo á Caixa Economica do Estado de Minas Geraes.

N. 13.256 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1918 — Augmenta de mais quatro o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo na capital do Estado de Pernambuco.

N. 13.257 — (Não foi publicado.)

N. 13.258 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 120:000\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos e gratificações addicionaes devidas ao professor cathedratico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Hilario Soares de Gouvêa.

N. 13.259 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de outubro de 1918 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 56:800\$ para occorrer ao pagamento da subvenção prevista no art. 97, n. II e seus paragraphos da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, á Empresa Auto-Viação Angustureense.

N. 13.260 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de outubro de 1918 — Declara sem effeito o decreto n. 12.926, de 20 de março de 1918, que abriu ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 1.000:000\$ para occorrer ao pagamento das subvenções previstas no art. 97, n. II e seus paragraphos da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 13.260 A — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1918 — Augmenta de mais dous o numero de agentes fiscaes do imposto de consumo no Districto Federal e municipio de Nitheroy.

N. 13.261 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de novembro de 1918 — Autoriza a escripturação em conta de capital da despesa que até 45:642\$303 fôr effectuada com a construcção de uma ponte no Kilometro 22,062, da linha de Saycan a Sant'Anna, da Rede de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 13.262 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de novembro de 1918 — Concede a Frank Carney, para si ou para a empresa que organizar, permissão para lançar, aterrar na costa do Brasil, manter, e trafegar um cabo telegraphico submarino, ligando a cidade do Rio de Janeiro á ilha de Cuba.

N. 13.263 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 8:400\$ ouro, para occorrer ao pagamento dos premios de viagem concedidos ao Dr. Joaquim Nicolau Filho e ao bacharel Otavo de Oliveira.



N. 13.264 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores os créditos de 103:678\$250 e 29:127\$, suplementares respectivamente ás verbas 16ª e 32ª do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, para pagamento de mais meia etapa aos inferiores da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros do Districto Federal.

N. 13.265 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 5:902\$130 para pagamento das diferenças de gratificações additionaes devidas a diversos funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 13.266 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Autoriza a execução de modificações e melhoramentos na estação de Curityba, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 13.267 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Attribue competencia ao governo do Estado de S. Paulo para requisitar todas as linhas ferreas pertencentes á "S. Paulo Northern Railroad Company" e as sumir a administração das mesmas.

N. 13.268 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Approva a planta e perfil do trecho do ramal de Igarassú, para desapropriação dos terrenos necessarios á construcção do mesmo ramal, da Estrada de Ferro de Amarração a Campo Maior, da Rêde de Viação Cearense.

N. 13.269 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.859:700\$ para pagamento a Trajano de Medeiros & comp., por fornecimentos feitos em 1916.

N. 13.270 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Concede ao Estado do Maranhão autorização para construir as obras de melhoramentos do porto da capital do mesmo Estado.

N. 13.271 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Proroga por 18 mezes o praso para a construcção da linha de Barra Bonita e Rio do Peixe, de que trata o decreto n. 12.479, de 23 de maio de 1917, e até 31 de dezembro de 1918 o praso fixado no decreto n. 12.491 de 31 de maio de 1917, para a construcção do trecho do ramal do Paranapanema, entre S. José e a Colonia Mineira.

N. 13.272 — MARINHA — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Abre ao Ministério da Marinha o credito especial de 28:920\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos do pessoal do Corpo de Praticos dos Rios da Prata, Baixo-Paraná e Paraguay.

N. 13.273 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de novembro de 1918 — Abre ao Ministério da

Agricultura, Industria e Commercio o credito supplementar de 16:954\$284 para pagamento de dois lentes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria no corrente anno.

N. 13.274 — (Não foi publicado.)

N. 13.275 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1918 — Augmenta de mais tres o numero de agentes fiscaes dos impostos de consumo no Estado do Espirito Santo, sendo um na capital e dois no interior.

N. 13.276 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de novembro de 1918 — Concede autorização á Companhia Lavouras e Industrias do Iguassú para funcceionar na Republica.

N. 13.277 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de novembro de 1918 — Autoriza o ministro da Agricultura, Industria e Commercio a remunerar os funcceionarios do quadro dos estabelecimentos do Ministerio que, em virtude do disposto no decreto n. 12.889, de 27 de fevereiro de 1918 exercerem o cargo de director e outros nos patronatos agricolas.

N. 13.278 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de novembro de 1918 — Rectifica o decreto n. 18.254, de 31 do mez proximo findo relativamente á importancia do credito aberto para attender ás despesas decorrentes do decreto numero 13.247, de 23 do mesmo mez, no periodo de 28 de outubro a 31 de de dezembro de 1918.

N. 13.279 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Concede autorização á «Brazil Central Railroad Company» para funcceionar na Republica.

N. 13.280 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Concede á Companhia Nacional de Industria Chimica, á firma A. Santos & Comp. e a Antonio Luiz da Silva, os favores do decreto n. 12.911, de 16 de março de 1918 para a installação de fabrica de soda caustica e torna extensivos esses favores á sociedade anonyma A Carbonica.

N. 13.281 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 56:172\$420 para occorrer ao pagamento do que é devido á viuva e herdeiros de Delphino Erasmo Saddock de Sá em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.282 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Approva o plano geral das obras de melhoramento do porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 13.283 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Concede á Companhia de Estradas de Ferro Federacs Brasileiras-Rêde Sul-Mineira, prorogação de

prazos para reencetar e concluir a construção das officinas modernas de reparação em Passa Quatro.

N. 13.284 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1:335\$485 destinado a occorrer ao pagamento de vencimentos ao primeiro official da Directoria Geral dos Correios, Diogenes José de Almeida Pernambuco.

N. 13.285 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Approva o quadro do pessoal da Estrada de Ferro Baurú-Porto Esperança.

N. 13.286 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de novembro de 1918 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade arizyma Moinho Santista.

N. 13.287 — (Não foi publicado.)

N. 13.288 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1918 o credito suplementar de 855:500\$, ás verbas 5<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei n. 3.454, de 6 de janeiro deste anno, sendo 189:000\$ á verba — Subsídio dos Senadores; — 636:000\$ á verba — Subsídio dos Deputados; — 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 13.289 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 171:680\$319 para pagamento ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira, em virtude de sentença judicialia.

N. 13.290 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 288:937\$204 para pagamento ao Dr. Valentim Antonio da Rocha Bittencourt, ex-thesoureiro da Alfandega da Bahia, em virtude de decisão de Tribunal de Contas.

N. 13.291 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 410\$833 para occorrer ao pagamento do que é devido ao Dr. Joaquim Cardoso de Mello Reis, em virtude de sentença judicialia.

N. 13.292 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Manda que o dia 28 de novembro do corrente anno de 1918 seja considerado de festa nacional em toda a Republica.

N. 13.293 — GUERRA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito suplementar de 16:295\$484, sendo 4:464\$516 á verba — Instrução militar — e 11:830\$968 á verba 12<sup>a</sup> — Empregados addidos, — do art. 51 da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 13.294 — GUERRA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Extingue a 4<sup>a</sup> brigada de cavallaria.

N. 13.295 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1918 — Declara dissolvida a associação denominada União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro.

N. 13.296 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1918 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores os créditos de 15:000\$ e 50:404\$235, suplementares á consignação «Materiais» de cada qual das verbas 6ª e 8ª, respectivamente, do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 13.297 — (Não foi publicado.)

N. 13.298 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1918 — Approva, com alterações, a reforma dos estatutos da companhia de seguros Tranquillidade, de S. Paulo, deliberada na assembléa geral extraordinária de 23 de março proximo findo.

N. 13.299 — (Não foi publicado.)

N. 13.300 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1918 — Approva a tabella dos vencimentos dos empregados da Caixa Economica do Rio Grande do Sul.

N. 13.301 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1918 — Cassa o decreto de 11.052, de 12 de agosto de 1914, que autorizou a sociedade mutua de peculios Mutua Defal Macahense com séde em Macahé, Estado do Rio de Janeiro, a funcíonár na Republica.

N. 13.302 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1918 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de rês 3.250:000\$ suplementar á verba 20ª — Fiscalização e mais despezas dos impostos de consumo, "consignação", Percentagem, diarias e passagens — do orçamento do mesmo Ministério deste exercicio.

N. 13.303 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1918 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o credito especial de 1:030\$ para pagamento de gratificações addicionaes a serventes da Camara dos Deputados.

N. 13.304 — GUERRA — Decreto de 27 de novembro de 1918 — Extingue a Junta de Justiça Militar junto á Divisão Naval em operações de guerra.

N. 13.305 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de novembro de 1918 — Abre ao Ministério da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 48:000\$ para occorrer ao pagamento da subvenção prevista no art. 97, numero II e seus paragraphos da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918 a Isidoro Honorio Doin.

N. 13.306 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de novembro de 1918 — Concede autorização á «American Internacional Steel Corporation» para funcionar na Republica.

N. 13.307 — FAZENDA — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Concede á «Liverpool and London and Glob Insurance Company, Limited», com séde em Liverpool, Inglaterra, autorização para operar no Brasil em seguros terrestres e maritimos.



N. 13.308 — FAZENDA — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Approva a tabella dos vencimentos dos empregados da Caixa Económica de S. Paulo.

N. 13.309 — FAZENDA — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Autoriza a «American Foreign Banking Corporation», com séde em Nova York, Estados Unidos da America do Norte, a funcionar na Republica.

N. 13.310 — FAZENDA — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 8:214\$192 para occorrer ao pagamento a D. Maria José Donovan Perdigão, de differenças de montepio e meio-soldo que haviam incorrido em prescripção.

N. 13.311 — FAZENDA — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Approva o art. 15 dos estatutos da companhia de seguros marítimos e terrestres Minervá, com séde na Capital Federal.

N. 13.312 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Declara que começarão a correr de 7 de junho de 1919 diversos prazos estabelecidos em contractos relativos a estradas de ferro.

N. 13.313 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Autoriza, por conta de capital, o augmento do desvio, para cruzamento de trens, e a construcção de um outro, para cargas e descargas na estação de Portão, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 13.314 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Autoriza a construcção, por conta de capital, de mais duas linhas e ampliação de terceira, na estação de S. Lucas, trecho de Santa Maria a Cacequi, na Rede de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 13.315 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de dezembro de 1918 — Concede autorização á «A. Boye & C.º A/S» para funcionar na Republica.

N. 13.316 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de dezembro de 1918 — Concede autorização á sociedade anonyma Uzina S. Gonçalo para funcionar na Republica.

N. 13.317 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1.500:000\$ para occorrer ás desposas com as obras necessarias nos edificios de diversas delegacias fiscaes.

N. 13.318 — MARINHA — Decreto de 5 de dezembro de 1918 — Declara aberto o porto do Rio de Janeiro e dá outras providencias.

N. 13.319 — (Não foi publicado.)

N. 13.320 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 200:000\$, suplementar á verba 5ª, consignação «Novas concessões — b.º Aposentados», do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio.

N. 13.324 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Concede á companhia de seguros terrestres União dos Proprietários, com séde nesta capital, autorização para operar na Republica em seguros marítimos, segundo deliberação da assembléa geral extraordinaria de 5 de setembro do corrente anno.

N. 13.322 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Concede a «The Motor Union Insurance Company. Limited», com séde em Londres, para operar no Brasil em seguros contra fogo e marítimos.

N. 13.323 — MARINHA — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 2:400\$ para pagamento de aluguel do casco do vapor *Lucania*, em 1917.

N. 13.324 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Concede autorização á «United Lumber & Weneer Co., A/S», para funcionar na Republica.

N. 13.325 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Concede autorização á «Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha» para funcionar na Republica.

N. 13.326 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Modifica o decreto numero 12.981, de 24 de abril de 1918, que autoriza o ministro da Agricultura, Industria e Commercio a celebrar ajuste com o engenheiro Trajano Saboia Viriato de Medeiros para a installação de uzinas de beneficiamento de algodão e seus sub-productos.

N. 13.327 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 944:434\$296, destinado a completar o pagamento devido ao fazeiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio da Costa Lage.

N. 13.328 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir, de accôrdo com a clausula VII das instrucções baixadas com o decreto n. 12.359, de 10 de janeiro de 1917, apolices, na importancia de 663:000\$, para indemnizar aos interessados nos contractos das obras dos portos de Jaraguá e Corumbá.

N. 13.329 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Approva o augmento do capital declarado pela companhia de seguros luso-brasileira Sagres para as operações no Brasil.

N. 13.330 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:000\$, ouro, para pagamento de ajuda de custo ao conselheiro geral, aposentado, Gervasio Pires Ferreira.

N. 13.331 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 29:866\$771 para occorrer ás despesas complementares decorrentes da reorganização do Tribunal de Contas.

N. 13.332 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:943\$331 para pagamento a D. Carolina de Mello, em virtude de sentença judicialia.

N. 13.333 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 11:598\$364 para occorrer ao pagamento devido a DD. Cecilia e Maria Olympia Espinola, em virtude de sentença judicialia.

N. 13.334 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:140\$ para pagamento das indemnizações devidas a Albino Ferreira Coelho Pereira e Sabrosa & Comp.

N. 13.335 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 416:065\$058 para occorrer á distribuição de remanescentes de loterias por diversas instituições publicas.

N. 13.336 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 800:00\$, papel, supplementar á verba 5ª do orçamento do mesmo Ministerio do corrente exercicio, para attender ás despesas da sub-consignação «Novas concessões — a) Montepio civil».

N. 13.337 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 62:051\$648 para occorrer ao pagamento devido a L. Cavalcanti de Albuquerque, em virtude de sentença judicialia.

N. 13.338 — GUERRA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 2:503\$225 para pagamento de ordenados ao secretario aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Leocadio Baptista Teixeira.

N. 13.339 — GUERRA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Modifica a 13ª observação do quadro geral para a artilharia a que se refere a organização do Exercito em campanha, aprovada pelo decreto n. 12.691, de 31 de outubro de 1917.

N. 13.340 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Concede á Companhia do Gandarella privilegio, por 30 annos, para a construcção, uso e gozo, ser o nus para a União de uma via-ferrea que, partindo da região das minas do Gandarella, municipio de Santa Barbara, Estado de Minas Geraes, vá entroncar na Estrada de Ferro Central do Brasil, nas proximidades da estação Aguiar Moreira.

N. 13.341 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Transfere á firma Peixoto & Comp., estabelecida em Penedo, Estado de Alagoas, o contracto para a navegação do Baixo-S. Francisco a que se refere o decreto n. 12.218 de 27 de setembro de 1916.

N. 13.342 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito de 596:421\$583 para occorrer a despesas referentes á construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 13.343 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Revoga o decreto numero 8.871, de 2 de agosto de 1911.

N. 13.344 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Concede autorização a «Johnson & C.<sup>o</sup>, Aktieselskab», para substituir essa denominação pela de «Wils, Johnson & C.<sup>o</sup> A, S».

N. 13.345 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 500:000\$, ouiro, afim de occorrer ás despesas resultantes das negociações da paz com a Alemanha.

N. 13.346 — (Não foi publicado.)

N. 13.347 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 8:763\$574 para pagamento a Alberto Augusto da Motta Andrade da importancia entregue ao cofre dos depositos publicos.

N. 13.348 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 17:389\$643 para pagamento a D. Isabel de Figueiredo da Gama e Souza, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.349 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:585\$783 para pagamento do que é devido á Companhia de seguros «L'Union», em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.350 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos especiaes de 20:833\$283 e 18:245\$060 para pagamento a D. Maria Lidomilia Teixeira de Souza Mendes e outras e D. Rita Rosa da Costa Rodrigues e outras, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.351 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra creditos supplementares na importancia de 64:750\$ para pagamento a docentes da Escola Militar e ao auditor de guerra bacharel Jacintho Fernandes Barbosa.

N. 13.352 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Approva o regulamento para o Departamento de Segunda Linha.

N. 13.353 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1:560\$ para pagamento de gratificações addicionaes a Manoel Ignacio da Silva Teixeira e Heitor Hugo de Moraes, primeiro e segundo officiaes do Hospital Central do Exercito.

N. 13.354 — MARINHA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Transfere do Ministerio da Marinha para o da Viação e Obras Publicas, a que pertencem, diversas estações radiotelegraphicas.

N. 13.355 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1918, o cre-



dito suplementar de 800:500\$, ás verbas 5ª, 7ª, 6ª e 8ª do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, sendo réis 176:400\$ á verba — Subsídio dos senadores; — 593:600\$ á verba — Subsídio dos deputados; — 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Câmara dos Deputados.

N. 13.356 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 415:000\$ para occorrer a despêsa da Estrada de Ferro Baurú-Porto Esperança.

N. 13.357 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 12:000\$ para attender ás despesas com a reparação da lancha *Alpha* do serviço da Inspectoria Federal de Viação Maritima e Fluvial.

N. 13.358 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Declara sem effeito o decreto numero 12.729, de 28 de novembro de 1917, que concedeu regalias de paquete aos vapores *Soure* e *Mosqueiro*, da Empresa de Navegação Mosqueiro e Soure.

N. 13.359 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza a construcção de um novo armazem e respectivo desvão na estação de Bernardino de Campos, linha federal de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 13.360 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Approva os estudos de uma variante do projecto do primeiro trecho da linha do rio do Peixe, apresentados em virtude da segunda condição do artigo unico do decreto n. 12.999, de 26 de abril de 1918.

N. 13.361 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Approva os estudos definitivos do terceiro trecho da linha do rio do Peixe e do ramal de Barra Bonita, de que trata o decreto n. 12.479, de 23 de maio de 1917, e, bem assim, os respectivos orçamentos, nas importancias de 1.079:483\$580 e 1.573:310\$178.

N. 13.362 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Proroga por mais um anno, a contar de 1 de janeiro proximo futuro, o prazo fixado á «Manács Harbour, Limited», para conclusão da parte restante da muralha do caes e respectivo aterro.

N. 13.363 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 14:800\$ para pagamento a D. Maria Emilia Coelho de Freitas Henriques, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.364 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:715\$475 para pagamento a D. Emilia Clemente Campbell e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.365 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 15:594\$639 para pagamento a D. Adelaide Alves da Silveira e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.366 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 8:753\$198 para pagamento a Eduardo Duarte da Silva Junior, em virtude de sentença judicial.

N. 13.367 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:092\$708 para occorrer ao pagamento de vencimentos ao terceiro escripturário do Thesouro Nacional. Pedro Rodrigues de Carvalho.

N. 13.368 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:670\$960 para pagamento a D. Maria Amalia de Freitas Dias Lima, em virtude de sentença judicial.

N. 13.369 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de dezembro de 1918. — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio os creditos de 225:000\$ e 75:000\$ para pagamento, respectivamente, a Alberto F. Vasquez, por si e como socio gerente das firmas Vasquez & Quadros e Bastos & Vasquez e a Freire Aguirre & Barbieri, de premios a que fizeram jus como plantadores de trigo no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 13.370 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito supplementar de 67:300\$ á verba 23ª do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 13.371 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito especial de 4:800\$ para pagamento do auxilio para aluguel de casa a que tem direito o Dr. Plinio Olvinho, medico alienista e assistente da Colonia de Alienados do Engenho de Dentro.

N. 13.372 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:440\$ para pagamento de differença de addicionaes aos redactores de debates, Nestor Ascoly e Sertorio de Castro.

N. 13.373 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 86:960\$, supplementar á verba 6ª do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, nos termos da letra a do art. 1º do decreto legislativo n. 3.641, desta data.

N. 13.374 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito especial de 149:160\$ para pagamento, no exercicio de 1919 de augmento de vencimentos aos funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados e material do serviço typographico, nos termos da letra c do art. 1º do decreto legislativo n. 3.641, desta data.

N. 13.375 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito extraordinario de 309\$950 para

pagamento de gratificação adicional a um amanuense da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 13.376 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 487\$500, complementar á verba 8ª, consignação «Gratificações addicionaes» para pagamento de gratificação adicional de 15 % ao director da Secretaria da Camara dos Deputados, nos termos da letra *b* do decreto legislativo n. 3.641, desta data.

## 1919

N. 13.377 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 11:829\$237 para pagamento de vencimentos devidos ao conferente da Alfandega do Rio de Janeiro, Horacio Seabra, e relativos ao tempo em que esteve afastado de identico cargo na Alfandega da Bahia.

N. 13.378 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 14:262\$431 para pagamento do que é devido ao Dr. Gregorio Nazianzeno de Mello e Cunha, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.379 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 243:000\$, complementar á verba 8ª — Recebedoria do Districto Federal — orçamento do mesmo Ministerio, do exercicio de 1917.

N. 13.380 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 11:051\$793 para pagamento do que é devido ao capitão-tenente Armando de Figueiredo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.381 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 80:150\$ para occorrer ao pagamento devido a Vicente dos Santos Caneco & Comp., pela construção do navio *Presidente Wenceslau*.

N. 13.382 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 106\$920 para pagamento de gratificação adicional ao continuo da Secretaria da Camara dos Deputados, Manoel Gonçalves dos Santos.

N. 13.383 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2.487:401\$258, complementar a diversas consignações das verbas 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª, 24ª, 26ª, 27ª e 28ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1918.

N. 13.384 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 10:000\$, complementar á verba 3ª, art. 129, da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 13.385.—VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito especial de 325:868\$850 para pagamento á «Amaral Southerland & Company, Limited».

N. 13.386.—GUERRA — Decreto de 2 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1.200:000\$ para attender a despesas decorrentes da epidemia que assolou o paiz.

N. 13.387.— (Não foi publicado.)

N. 13.388.—AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de janeiro de 1919 — Transfere para o Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o Commissariado da Alimentação Publica.

N. 13.389.—MARINHA — Decreto de 7 de janeiro de 1919 — Abre pelo Ministerio da Marinha o credito especial de 877\$548, e dá outras providencias.

N. 13.390.—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 113:937\$580 para auxiliar a despesa com a manutenção de 167 escolas creadas no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 13.391.—FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 317:595\$220 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Antonio Angra de Oliveira e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.392.—FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 68:962\$412 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Maria Magdalena Maciel Monteiro e filhos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.393.—FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 80:000\$, complementar á verba 10ª — Caixa de Amortização — Material, — consignação «Assignatura de notas», do orçamento do exercicio de 1918.

N. 13.394.—FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 26:687\$087 para pagamento do que é devido a José Mamede Pessoa Valença, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.395.—FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 540\$477 para pagamento do que é devido ao vice-almirante graduado, Herculano Alfredo de Sampaio, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.396.—FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 24:949\$330, complementar á verba 7ª do orçamento do mesmo Ministerio, — Tribunal de Contas — Material, — «Gratificação para a tomada de contas fóra das horas do expediente».



N. 13.397 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Concede autorização a «The Ault and Wilborg Brazil Company» para funcionar na Republica.

N. 13.398 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 50:000\$ para attender ás despesas com a recepção e hospedagem das commissões scientificas que vierem assistir ao eclipse de 28 de maio futuro.

N. 13.399 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 5:000\$ para pagamento de gratificações ao mestre de officina de alfaiates do extinto Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Luiz Cassiano Paes de Carvalho.

N. 13.400 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Approva o regulamento de manobras do Exercito.

N. 13.401 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 310:600\$ para pagamento de vantagens a docentes de institutos militares de ensino.

N. 13.402 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Proroga até 17 de julho de 1920 o praso fixado no decreto n. 10.943, de 17 de julho de 1914, para conclusão das reformas e melhoramentos no Hotel das Pai-neiras, de que trata o decreto n. 7.480, de 27 de julho de 1909.

N. 13.403 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 8:312\$498 para occorrer ao pagamento de vencimentos, de 12 de abril de 1911 a 16 de janeiro de 1913, reclamado pelo administrador dos Correios do Estado de Matto Grosso, Francisco Sizenando Peixoto.

N. 13.404 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 780:000\$, ouro, e 3.000:000\$, papel, suplementar á verba 29ª — Exercícios findos, — do orçamento de 1918.

N. 13.405 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:851\$584 para pagamento a D. Gabriella Brandão de Campos e seus filhos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.406 — (Não foi publicado.)

N. 13.407 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1919 — Permite ás pessoas naturaes ou juridicas, que possuirem em suas fabricas tecidos ou materia prima (algodão ou lãs nacionaes), contrahirem emprestimos com o Banco do Brasil, sob a fórmula de penhor mercantil.

N. 13.408 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito no valor de 4:000\$ para pagamento ao engenheiro civil João José de Andrade Pinto Junior.

N. 13.409 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 197:723\$980 para a solução de compromissos da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá.

N. 13.410 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 14:161\$725 para pagamento do que é devido a D. Joanna Perpetua Neves Gonzaga, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.411 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:500\$ destinado ao custeio das despesas da Commissão Especial do Cofre de Orphãos, durante os ultimos cinco mezes do exercicio de 1918.

N. 13.412 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:797\$708 para pagamento do que é devido a D. Emma Dias da Cruz, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.413 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:629\$032 para attender ao pagamento de vencimentos ao es-  
crivão da extincta Mesa de Rendās de Itacoatiara, Lafayette Rodrigues dos Santos.

N. 13.414 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Promulga o tratado de extradição de criminosos, entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignado no Rio de Janeiro a 27 de dezembro de 1916.

N. 13.415 — GUERRA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 82:190\$326, supplementar á verba 4<sup>a</sup> — Instrucção militar, — do art. 5<sup>o</sup> da lei orçamentaria vigente em 1918.

N. 13.416 — GUERRA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Eleva as verbas 9<sup>a</sup> — Soldos, etapas e gratificações de praças de pret — e 14<sup>a</sup> — Material, — do art. 36 da lei numero 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.417 — GUERRA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 2.000:000\$ para a organização do serviço de aviação militar.

N. 13.418 — GUERRA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Restabelece a denominação de Secretaria de Estado da Guerra, que tinha a actual Directoria de Expediente da Guerra.

N. 13.419 — GUERRA — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Estabelece o plano de uniformes para os pilotos aviadores do Exercito.

N. 13.420 — FAZENDA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Transfere do Ministerio da Fazenda para o da Viação os serviços do Lloyd Brasileiro.

N. 13.421 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Regula as nomeações a que se refere o

art. 350 do regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos, approved pelo decreto n. 11.520, de 10 de março de 1915.

N. 13.422 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1.319:313\$217 para pagamento de despesas effectuadas por occasião da epidemia que reinou ultimamente nesta capital.

N. 13.423 — RELAÇÕES EXTERIORES, FAZENDA, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, MARINHA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E GUERRA — Decreto de 16 de janeiro de 1919 — Manda prestar ao conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente eleito da Republica, hoje fallecido, as honras de chefe de Estado, e dá outras providencias.

N. 13.424 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1919 — Designa o dia para a eleição que se tem de effectuar para o cargo de presidente da Republica, para preenchimento do periodo presidencial de 1918 a 1922, vago por fallecimento do eleito a 1 de março de 1918.

N. 13.425 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Supprime o consulado em Le-Mans.

N. 13.426 — (RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Crea um consulado em Brest.

N. 13.427 — MARINHA — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 347:400\$ para pagamento de vencimentos a officiaes promovidos no quadro F.

N. 13.428 — FAZENDA — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Concede redução de direitos de importação a alguns artigos de producção norte-americana.

N. 13.429 — FAZENDA — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Declara isentas de direitos aduaneiros as fructas frescas procedentes da Republica Argentina.

N. 13.430 — GUERRA — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Approva os quadros do effectivo de instrucção das unidades de tropa.

N. 13.431 — GUERRA — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Approva alterações a se introduzirem no regulamento para exercicios de artilharia de campanha.

N. 13.432 — GUERRA — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Approva o regulamento para execução do art. 1º do decreto legislativo n. 3.565, de 13 de novembro de 1918.

N. 13.433 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 80:000\$ para occorrer ao pagamento da subvenção prevista no art. 97, n. II e seus paragraphos da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, á Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina.

N. 13.434 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Agri-

cultura, Industria e Commercio o credito de 106:000\$ para occorrer ao pagamento da subvenção prevista no art. 97, n. II e seus paragraphos da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, a Sesostriis Dias Maciel.

N. 13.435 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Torna extensivo aos guardas civis, para o effeito da pensão de que trata a lei n. 3.605, de 11 de dezembro findo, o processo de exame de invalidez, cujo regulamento foi approved pelo decreto n. 11.447, de 20 de janeiro de 1915.

N. 13.436 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:200\$, ouro, para occorrer ao pagamento do premio de viagem concedido ao bacharel Alexandre José Barbosa Lima Sebrinão.

N. 13.437 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Autoriza a construcção de um triangulo de reversão e um augmento de linha na estação Canabarro, da Estrada de Ferro de Santa Maria a Uruguayana, da Rôde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 13.438 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.500:000\$ para occorrer a despesas referentes á construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 13.439 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 42:000\$ para occorrer a despesas resultantes da transference do escriptorio da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para Baurú.

N. 13.440 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para reforçar os creditos concedidos para despesas de combustivel da Estrada de Ferro Oeste de Minas no exercicio de 1918.

N. 13.441 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de janeiro de 1919 — Proroga por quatro mezes, contados de 31 de dezembro de 1918, o prazo fixado no art. 3º do decreto n. 13.017, de 4 de maio do mesmo anno, para a concessão de varios melhoramentos na estação de Ponta Grossa, linha do Itararé ao rio Uruguay.

N. 13.442 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de janeiro de 1919 — Approva os estudos do quarto trecho da linha do rio do Peixe, de que trata o decreto n. 12.479, de 23 de maio de 1917, e bem assim o respectivo orçamento, na importancia de 3.161:095\$268.

N. 13.443 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 25:507\$100 para attender ás despesas com a censura postal no exercicio de 1918.



N. 13.444 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas credits para occorrer a despesas de pessoal e material da Estrada de Ferro de Santa Catharina.

N. 13.445 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de janeiro de 1919 — Autoriza o augmento do numero de desvios e modificações no armazem da estação de Rosario da linha de Entroncamento a Sant'Anna; da Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 13.446 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de janeiro de 1919 — Autoriza a construcção de um triangulo de reversão na estação de Barreto, da linha de Santa Maria a Porto Alegre, da Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 13.447 — MARINHA — Decreto de 29 de janeiro de 1919 — Crea conselhos de guerra permanentes para julgamento das praças de pret da Armada e approva e manda executar o regulamento para o funcionamento dos mesmos conselhos.

N. 13.448 — FAZENDA — Decreto de 29 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 4:000\$, ouro, para pagamento de ajuda de custo ao primeiro secretario de legação, Eduardo de Lima Ramos.

N. 13.449 — FAZENDA — Decreto de 29 de janeiro de 1919 — Modifica a clausula I do decreto n. 13.322, de 11 de dezembro de 1918, que autorizou a «The Motor Union Insurance Company, Limited», com séde em Londres, Inglaterra, a operar em seguros contra fogo e maritimos.

N. 13.450 — FAZENDA — Decreto de 29 de janeiro de 1919 — Approva as alterações dos estatutos do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, feitas em assembléa geral extraordinaria de 23 de agosto do anno proximo findo.

N. 13.451 — GUERRA — Decreto de 29 de janeiro de 1919 — Estabelece bases para a reorganização do ensino militar e creação de cursos de aviação, veterinaria e outros.

N. 13.452 — GUERRA — Decreto de 29 de janeiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra os credits especiaes para a execução dos serviços de que trata a alinea c do art. 54 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.453 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de janeiro de 1919 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Industrial e Mercantil Casa Fracalanza.

N. 13.454 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de janeiro de 1919 — Concede autorização á sociedade anonyma «Jacques Meyer & Company, Incorporated», para funcionar na Republica.

N. 13.455 — (Não foi publicado.)

N. 13.456 — FAZENDA — Decreto de 5 de fevereiro de 1919 — Approva as alterações dos estatutos da «London and Lancashire Fire Insurance Company, Limited», com séde na cidade de Liverpool, Inglaterra, effectuada em assembléa geral de 1 de outubro de 1917.

N. 13.457 — MARINHA — Decreto de 5 de fevereiro de 1919 — Abre pelo Ministerio da Marinha o credito de 42:462\$ para occorrer a despesas da verba — Material de construção naval, — do orçamento de 1918.

N. 13.458 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de fevereiro de 1919 — Crea um consulado em Nagasaki.

N. 13.459 — GUERRA — Decreto de 5 de fevereiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1.284:362\$682, supplementar ao § 10 — Reformados, — do orçamento do Ministerio da Guerra para o exercicio de 1918.

N. 13.460 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de fevereiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 175:900\$160 para auxiliar despesas effectuadas, em 1918, com a manutenção de escolas creadas em zonas de nucleos coloniaes no Estado de Santa Catharina.

N. 13.461 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de fevereiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem concedido ao bacharel Pedro Sá, alumno laureado, da turma de 1914, da Faculdade de Direito do Recife.

N. 13.462 — FAZENDA — Decreto de 12 de fevereiro de 1919 — Autoriza a sociedade anonyma « Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud », com sede em Paris, a estabelecer uma sub-agencia na cidade de Barretos, Estado de S. Paulo.

N. 13.463 — GUERRA — Decreto de 12 de fevereiro de 1919 — Altera, na parte relativa á 6ª e á 8ª observações, o quadro approvado, com outros, pelo decreto n. 13.430, de 22 de janeiro findo, do effectivo de instrucção das unidades de infantaria em 1919.

N. 13.464 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de fevereiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem concedido ao engenheiro civil Flavio Torres Ribeiro de Castro.

N. 13.465 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de fevereiro de 1919 — Approva os estudos definitivos e o orçamento, na importancia de 1.186:088\$497, do ramal de Urussanga, da linha de Tubarão a Araranguá.

N. 13.466 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de fevereiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 20:000\$ para pagamento de honorarios de dous arbitros.

N. 13.467 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de fevereiro de 1919 — Approva os orçamentos, na importancia total de 191:557\$335, para os trabalhos e installações complementares necessarias aos serviços da exploração commercial de um trecho do novo caes do porto do Recife.

N. 13.468 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de fevereiro de 1919 — Proroga até 30 de abril do corrente anno o praso para a conclusão dos trabalhos de construcção do trecho do ramal do Paranapanema, entre S. José e a Colonia Mineira.

N. 13.469 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de fevereiro de 1919 — Approva o projecto e orçamento de uma estação na linha de Cacequy a Uruguayana, da Rede de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 13.470 — GUERRA — Decreto de 12 de fevereiro de 1919 — Approva o regulamento para a Directoria Geral de Contabilidade da Guerra.

N. 13.471 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de fevereiro de 1919 — Declara caduca a carta patente de invenção n. 10.106, de 25 de setembro de 1918.

N. 13.472 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1919 — Approva os novos estatutos da companhia de seguros terrestres e maritimos Interesse Publico, com séde na capital do Estado da Bahia, adoptados na assembléa geral extraordinaria, realizada em 4 de setembro ultimo.

N. 13.473 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:000\$, ouro, para pagamento da ajuda de custo devida a Mario de Belfort Ramos, por sua promoção a primeiro secretario de legação.

N. 13.474 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:000\$, ouro, para pagamento de ajuda de custo devida a Armindo de Mello Franco, por sua promoção ao cargo de primeiro secretario de legação.

N. 13.475 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1919 — Approva as alterações feitas nos estatutos da Caixa Geral das Familias pela assembléa geral extraordinaria de 12 de novembro ultimo.

N. 13.476 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1919 — Concede a «The National City Bank of New-York», Estados Unidos da America do Norte, autorização para estabelecer uma agencia em Porto Alegre e sub-agencia na cidade do Rio Branco.

N. 13.477 — MARINHA — Decreto de 19 de fevereiro de 1919 — Crea os conselhos economicos dos navios, corpos e estabelecimentos navaes e approva e manda executar o regulamento para os referidos conselhos.

N. 13.478 — GUERRA — Decreto de 19 de fevereiro de 1919 — Crea duas brigadas de infantaria no Exercito de segunda linha.

N. 13.479 — GUERRA — Decreto de 19 de fevereiro de 1919 — Extingue a missão medica especial á França em caracter militar.

N. 13.480 — GUERRA — Decreto de 19 de fevereiro de 1919 — Approva alterações no regulamento para instrução e serviços geraes nos corpos de tropa do Exército.

N. 13.481 — GUERRA — Decreto de 19 de fevereiro de 1919 — Abre ao Ministério da Guerra o credito especial de 100:000\$ para attender a trabalhos relativos ao Serviço Geographico Militar.

N. 13.482 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de fevereiro de 1919 — Approva a nova reforma dos estatutos da Companhia Armour do Brasil.

N. 13.483 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de fevereiro de 1919 — Approva a alteração do art. 3º dos estatutos da sociedade anonyma Grandes Moinhos do Brasil.

N. 13.484 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1919 — Approva os projectos para a construção de tres viaductos metallicos nas estacas 1.100 + 19, 1.477 + 3 e 1.616 + 2, da linha de Lages a Caicó, e os respectivos orçamentos, nas importancias de 345:856\$806, 292:793\$613 e 266:065\$500.

N. 13.485 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1919 — Approva os estudos definitivos do quinto trecho da linha do rio do Peixe, de que trata o decreto n. 12.479, de 23 de maio de 1917, e, bem assim, o respectivo orçamento, na importancia de 1.680:242\$635.

N. 13.486 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1919 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito de 150:000\$ para auxiliar o Estado de Matto Grosso nos serviços de organização da sua carta geographica.

N. 13.487 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de fevereiro de 1919 — Approva os estudos definitivos e o orçamento, na importancia de 251:957\$804, de uma variante entre as estacas 1.664 e 2.205 + 0,90, da segunda secção da linha de S. Sebastião do Paraíso a Passos.

N. 13.488 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de fevereiro de 1919 — Autoriza modificações e augmento de linhas na estação de Passo Fundo, linha de Santa Maria a Marellino Ramos, e na de Montenegro, linha de Santa Maria a Porto Alegre.

N. 13.489 — GUERRA — Decreto de 26 de fevereiro de 1919 — Approva o plano de uniformes para os officiaes e praças do Exército de segunda linha.

N. 13.490 — GUERRA — Decreto de 26 de fevereiro de 1919 — Approva o quadro do effectivo da companhia de aviação, em substituição ao que baixou, com outros, pelo decreto n. 13.430, de 22 de janeiro de 1919.

N. 13.491 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de março de 1919 — Approva os estudos definitivos do sexto trecho da linha do rio do Peixe, de que trata o decreto numero 12.479, de 23 de maio de 1917, e, bem assim, o respectivo orçamento, na importancia de 1.428:721\$304.



N. 13.492 — FAZENDA — Decreto de 5 de março de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 14:500\$645, papel, para occorrer ao pagamento de differenças de pensões de meio soldo devidas a D. Francisca de Mesquita Telles.

N. 13.493 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de março de 1919 — Rectifica o art. 10 do decreto n. 3.724, de 15 de janeiro do corrente anno, que sancionou a resolução legislativa regulando os accidentes no trabalho.

N. 13.494 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de março de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 82:800\$, complementar á verba 13ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1919.

N. 13.495 — MARINHA — Decreto de 12 de março de 1919 — Substitue a tabella annexa ao decreto n. 12.886, de 20 de fevereiro de 1918.

N. 13.496 — MARINHA — Decreto de 12 de março de 1919 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 500:000\$ para promover o desenvolvimento da pesca e outros fins.

N. 13.497 — FAZENDA — Decreto de 12 de março de 1919 — Preenche omissões com que foi publicada a lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.498 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de março de 1919 — Approva o regulamento para execução da lei n. 3.724, de 15 de janeiro de 1919, sobre as obrigações resultantes dos accidentes no trabalho.

N. 13.499 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de março de 1919 — Approva a nova reforma dos estatutos da Companhia Pugliesi.

N. 13.500 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de março de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 250:000\$, destinado ao pagamento da subvenção devida á Companhia Auto-Viação Goyana, para construcção da estrada de rodagem ligando Roneador, ponto terminal da Estrada de Ferro de Goyaz, á capital do Estado de Goyaz.

N. 13.501 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de março de 1919 — Concede autorização a «The Manáos Markets and Slaughterhouse, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 13.502 — GUERRA — Decreto de 12 de março de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 200:000\$ para auxillar o governo do Estado do Paraná na construcção da estrada strategica até á foz do Iguassú.

N. 13.503 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de março de 1919 — Transfere para o Ministerio da Viação e Obras Publicas o contrato de navegação do rio S. Francisco, assignado no Mi-

nisterio da Fazenda, a 31 de outubro de 1918, com o engenheiro Octavio Barbosa Carneiro, em virtude da resolução n. 25, do Commissariado da Alimentação Publica.

N. 13.504 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de março de 1919 — Concede permissão a João Baptista dos Santos e ao bacharel Augusto de Araujo Góes para, por si ou empresa que organizarem, sem privilegio ou monopolio de especie alguma, se utilizarem dosapparelhos aereos dos mais aperfeçoados, inclusive os hydro-aviões, no transporte de passageiros e mercadorias entre as cidades principaes do Brasil.

N. 13.505 — VIACÃO, E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de março de 1919 — Approva o projecto e orçamento de uma ponte de 11m.30 de vão, no Kilometro 34.572, da linha de Entroncamento a Sant'Anna do Livramento.

N. 13.506 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de março de 1919 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito de 400:000\$ para occorrer ás despesas com as desapropriações e outras que hajam de ser feitas para a construção do edificio da Administração dos Correios na cidade de S. Paulo.

N. 13.507 — FAZENDA — Decreto de 19 de março de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 73:038\$600, papel, para pagamento de differenças de vencimentos a dous ajudantes de administradores das Capatazias da Alfandega da Capital Federal e 16 fideis de armazem da mesma Alfandega.

N. 13.508 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 19 de março de 1919 — Crea um patronato agricola no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 13.509 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 19 de março de 1919 — Fixa os honorarios do commissario da Alimentação Publica.

N. 13.510 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 19 de março de 1919 — Concede autorização á Companhia Industrial Norte e Sul Fluminense para funcçãoar na Republica.

N. 13.511 — GUERRA — Decreto de 19 de março de 1919 — Approva o regulamento de equitação.

N. 13.512 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de março de 1919 — Autoriza a construção de quatro pontilhões de 3m.00 de vão, nos kilometros 27.460, 27.917, 27.979 e 28.280, da linha de Entroncamento a Sant'Anna, da Rêde de Viacão Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 13.513 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de março de 1919 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito de 702:064\$, destinado á reparação do leito, e obras de arte de toda a Estrada de Ferro Rio d'Ouro.

N. 13.514 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de março de 1919 — Concede nova prorrogação de prazos para a conclusão e entrega ao trafego publico de diversas linhas

da Rêde Sul-Mineira, que estão a cargo da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação.

N. 13.515 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, RELAÇÕES EXTERIORES, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, FAZENDA, MARINHA E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 22 de março de 1919 — Declara nullas as convenções de acções nominativas e acções ao portador, feitas pela «Gebrueder Goedhart A. G.», depois da declaração do estado de guerra do Brasil com a Allemanha e sequestrados todos os materiaes por ella empregados nos serviços de saneamento da baixada fluminense.

N. 13.516 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de março de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 18:469\$354 para occorrer ao pagamento de vencimentos que competem ao escrivão, addido, do extinto 4º Posto Fiscal do Acre, José Guedes Corrêa Gondim, no periodo de 14 de março de 1916 a 31 de dezembro de 1918.

N. 13.517 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de março de 1919 — Autoriza a sociedade anonyma «London and River Plate Bank, Limited», com sôde em Londres, a estabelecer uma succursal em Porto Alegre e agencias nas cidades do Rio Grande do Sul e Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

N. 13.518 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de março de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 15:739\$920, papel, para pagamento de differenças de vencimentos relativos aos exercicios de 1913 a 1917 e que são devidos ao fiel de armazem, extinto, da Alfandega do Pará, Narciso Ferreira Borges.

N. 13.519 — **GUERRA** — Decreto de 26 de março de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 69:096\$771, suplementar á verba 1ª — Administração, — do orçamento para o exercicio de 1919.

N. 13.520 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 26 de março de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2.000:000\$, suplementar á verba 29ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1919.

N. 13.521 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, RELAÇÕES EXTERIORES, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, GUERRA, MARINHA E FAZENDA** — Decreto de 26 de março de 1919 — Revoga o decreto n. 12.734, de 5 de dezembro de 1917.

N. 13.522 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de março de 1919 — Approva o projecto e o orçamento de uma pnte de 1m,00 de vão livre, no kilometro 481.129, da linha de Santa Maria ao Rio Grande.

N. 13.523 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de março de 1919 — Approva os estudos definitivos do trecho de estrada de ferro comprehendido entre Santo Angelo e Commandahy, da Estrada de Ferro de Cruz Alta a Santo Angelo.

N. 13.523 A — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de março de 1919 — Declara de nenhum effeito o decreto n. 13.262, de 1 de novembro de 1918.

N. 13.524 — **VIACÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de março de 1919 — Concede a Frank Carney, para si ou empresa que organizar, permissão para lançar, aterrar na costa do Brasil, manter e trafegar um cabo telegraphico submarino ligando a cidade do Rio de Janeiro á ilha de Cuba.

N. 13.525 — **VIACÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de março de 1919 — Proroga, até 23 de outubro de 1919, o prazo para a conclusão e entrega ao trafego do primeiro trecho da estrada de ferro do município de Barreiros ás proximidades da villa de Sertãozinho, no Estado de Pernambuco.

N. 13.526 — **VIACÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de março de 1919 — Proroga por cinco annos o prazo fixado no art. 2º do decreto n. 10.883, de 6 de maio de 1914, para a conclusão das obras constantes do projecto approved pelo mesmo decreto e relativas ao porto de Manãos.

N. 13.527 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 26 de março de 1919 — Reorganiza o Instituto Oswaldo Cruz.

N. 13.528 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 27 de março de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito extraordinario de 300:000\$ para attender a despesas do Commissariado da Alimentação Publica no corrente exercicio.

N. 13.529 — **FAZENDA** — Decreto de 2 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:000\$, outro, para pagar o supplemento da ajuda de custo devida a Rinaldo de Lima e Silva, por sua promoção a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Bolivia, em 1914.

N. 13.530 — **FAZENDA** — Decreto de 2 de abril de 1919 — Cassa o decreto n. 10.202, de 30 de abril de 1913, que autorizou a sociedade de auxilios e peculios por mutualidade A Rio de Janeiro, com sede na Capital Federal, a funcionar na Republica.

N. 13.531 — **FAZENDA** — Decreto de 2 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:712\$564, pápel, para pagamento de differenças de vencimentos relativos aos exercicios de 1917 e 1918 e a que tem direito o fiel de armazem, extinto, da Alfandega do Pará, Raymundo Scabra de Lima.

N. 13.532 — **VIACÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito extraordinario de 1.200:000\$ para attender á despesa com a restauração urgente do material fixo e rodante da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 13.533 — **VIACÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de abril de 1919 — Declara rescindido o contracto de 31 de dezembro de 1911, celebrado com a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, na parte referente á encampação da Estrada de Ferro Norte do Paraná, construção e arrendamento da linha de Curitiba a Santo Antonio do Juaçati e modificação da linha de Curitiba a Rio Branco.



N. 13.534 — GUERRA — Decreto de 2 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 39:884\$644, supplementar á verba 3ª do art. 35 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro ultimo.

N. 13.535 — GUERRA — Decreto de 9 de abril de 1919 — Approva o regulamento de tiro para a artilharia de campanha.

N. 13.536 — GUERRA — Decreto de 9 de abril de 1919 — Approva o regulamento de gymnastica para a infantaria e tropas a pé.

N. 13.537 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 547:584\$ para occorrer ao pagamento da subvenção prevista no art. 97, n. II e seus paragraphos da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, ao governo do Estado do Paraná.

N. 13.538 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto de 9 de abril de 1919 — Reorganiza o serviço de prophylaxia rural.

N. 13.539 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, RELAÇÕES EXTERIORES, MARINHA, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, FAZENDA, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E GUERRA — Decreto de 9 de abril de 1919 — Requisita o material da Companhia de Navegação Fluvial a Vapor Itajahy-Blumenau para incorporar a á Estrada de Ferro de Santa Catharina.

N. 13.540 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de abril de 1919 — Autoriza a «Sorocabana Railway» a substituir por tesouras de madeira as tesouras metallicas do novo armazem da estação de Bernardino de Campos, da linha federal de Tibagy.

N. 13.541 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de abril de 1919 — Approva o regulamento para a Inspectoria de Esgotos da Capital Federal.

N. 13.542 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de abril de 1919 — Proroga até 30 de junho do corrente anno o prazo de oito mezes, a que se refere o decreto n. 12.805, de 9 de janeiro de 1918, para conclusão das obras e entrega de materiaes contractados com Humberto Saboia & Comp., para a construcção da secção entre Henrique Galvão, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, e o Kilometro 48, da Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 13.543 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de abril de 1919 — Organiza a commissão consultiva para o estudo dos assumptos concernentes aos seguros contra os accidentes do trabalho.

N. 13.544 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de abril de 1919 — Concede autorização á Companhia Fluminense de Commercio e Industria para funcionar.

N. 13.545 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de abril de 1919 — Proroga o prazo da concessão feita á Companhia Brasileira de Energia Electrica pelo decreto n. 7.499,

de 12 de agosto de 1909, para a exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia.

N. 13.546 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Viagão e Obras Publicas o credito extraordinario de 2.500:000\$, destinado a occorrer ás despesas com os serviços de obras contra as secças, no Nordéste brasileiro.

N. 13.547 — FAZENDA — Decreto de 16 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 9:000\$, ouro, para pagamento a D. Alice Aleoforado da ajuda de custo que seu fallecido marido, o ministro plenipotenciario Alfredo Carlos Aleoforado deixou de receber por sua remoção para a Legação em Havana, no anno de 1915.

N. 13.548 — FAZENDA — Decreto de 16 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 11:062\$214 para restituir ao Dr. Vicente Saraiva de Carvalho Neiva o imposto que lhe foi descontado quando auditor geral da Marinha.

N. 13.549 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de abril de 1919 — Approva o novo regulamento para o Lloyd Brasileiro.

N. 13.550 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 131:592\$390 para o pagamento de contas de telegrammas relativas aos annos de 1916 e 1917.

N. 13.551 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de abril de 1919 — Approva as alterações dos estatutos da Companhia Geral Commercial do Rio de Janeiro (« The General Commercial Company Limited of Rio de Janeiro »).

N. 13.552 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito extraordinario de 200:000\$ para attender, no corrente anno, a despesas com o serviço de estatistica geral do paiz, demographica e economica.

N. 13.553 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 61:125\$ para occorrer ao pagamento da subvencão prevista no art. 97, numero II e seus paragraphos da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, ao Governo do Estado de Minas Geraes.

N. 13.554 — GUERRA — Decreto de 16 de abril de 1919 — Approva o regulamento para arrecadação e emprego das rendas da Fazenda de Sapopemba e da Villa Militar.

N. 13.555 — GUERRA — Decreto de 16 de abril de 1919 — Altera o quadro do effectivo de instrucção das unidades de artilharia de campanha, em 1919.

N. 13.556 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 289:982\$750 para attender ás despesas do pessoal e material, attinentes a esse

Ministerio, da commissão federal de demarcação de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catharina.

N. 13.557 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de abril de 1919 — Approva os planos e orçamentos das obras preliminares de fechamento da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil, entre as estações Central e Deodoro.

N. 13.558 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de abril de 1919 — Autoriza a «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil» adquirir oitenta *chassis* metallicos de vagões usados e os respectivos *trucks*, e transformar-os em material rodante.

N. 13.559 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de abril de 1919 — Cassa as regalias de paquete concedidas ao vapor *Philadelphia*, de propriedade da Empresa Brasileira de Navegação.

N. 13.560 — FAZENDA — Decreto de 23 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 29:2423830. papel, para pagamento de differenças de vencimentos referentes aos exercicios de 1916 e 1917 que são devidas ao administrador das Capatazias, ajudante e fideis de armazem da Alfandega da Bahia.

N. 13.561 — FAZENDA — Decreto de 23 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:000\$ destinado ao emprestimo para construcção de uma casa, ao qual tem direito a viuva do contador da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional em Minas Geraes, Domingos Fernandes Monteiro.

N. 13.562 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de abril de 1919 — Publica as adhesões de Cuba e da Marinha aos actos assignados em 5 de julho de 1912, na Conferencia Internacional Radiotelegraphica de Londres.

N. 13.563 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ para occorrer ao pagamento da subvengão annual ao Aero Club Brasileiro.

N. 13.564 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ destinado á conclusão dos serviços de desobstrucção do canal de Macahé a Campos.

N. 13.565 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios interiores o credito especial de 50:000\$ para auxiliar a installação de um laboratorio de vaccinas e sôros no Estado do Maranhão.

N. 13.566 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de abril de 1919 — Concede permissão a Davidson, Pullen & Comp., negociantes nesta capital, para, por si ou empresa que organizarem, fundarem e explorarem serviço de communicacões aereas entre os diversos pontos da Republica e entre estes e o estrangeiro.

N. 13.567 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de abril de 1919 — Concede permissão a João Varzea para por si, ou empresa que organizar, sem privilegio ou mono-

polio de especie alguma, se utilizar dosapparelhos aereos dos mais aperfeçoados, inclusive os hydro-aviões, no transporte de passageiros e mercadorias entre as principaes cidades do Brasil e entre estas e o estrangeiro.

N. 13.568 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de abril de 1919 — Concede permissão a Francisco do Rego Barros Barreto Filho, para por si, ou empresa que organizar sem privilegio ou monopolio de especie alguma, se utilizar dos apparelhos aereos dos mais aperfeçoados, no transporte de passageiros e mercadorias entre as principaes cidades do Brasil.

N. 13.569 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de abril de 1919 — Concede permissão á «Handley Page, Ltd.» sem privilegio ou monopolio de especie alguma, para, por si ou empresa que organizarem, estabelecer um serviço de viação e transporte de passageiros ou cargas, por meio de aeroplanos, entre as principaes cidades do Brasil.

N. 13.570 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de abril de 1919 — Autoriza a dispensa de ponto aos operios e diaristas da União, no dia 1º de maio do corrente anno.

N. 13.571 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de abril de 1919 — Prorroga por tres annos, em caracter provisorio, a contracto firmado com a «Societé de Construction du Port de Pernambuco», em virtude do decreto n. 12.904, de 6 de março de 1918, para a exploração commercial de um terço do novo caes do porto de Recife.

N. 13.572 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 30:000\$ para auxiliar as despesas com o 6º Congresso Brasileiro de Geographia.

N. 13.573 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para attender ás despesas com o pessoal e material empregado no serviço da expedição de carteiras eleitoraes, neste anno, no Districto Federal.

N. 13.574 — GUERRA — Decreto de 30 de abril de 1919 — Approva o regulamento para a Escola Militar.

N. 13.575 — FAZENDA — Decreto de 30 de abril de 1919 — Proroga por seis mezes o praso estabelecido no art. 2º do decreto n. 13.235, de 16 de outubro de 1918, para a liquidacão dos bancos, «Deutsch Sudamerikanische Bank», «Deutsch Ueberssische Bank» e «Brasilianische Bank für Deutschland».

N. 13.576 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de abril de 1919 — Approva a nova alteracão do art. 6º dos estatutos da Companhia Commercio e Navegacão.

N. 13.577 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 500:000\$ para o custeio de obras urgentes no Nordeste.

N. 13.578 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publi-



cas o credito extraordinario de 3.000:000\$ para o inicio de obras destinadas a minorar os soffrimentos dos sertanejos do Nordeste, actualmente assolado pelo flagello da secca.

N. 13.579 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 50:000\$, destinado aos trabalhos da experiencia do aparelho «Grelhas\* Rotativas Prado Filhos».

N. 13.580 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 50:000\$ para attender ás despesas com censura postal no corrente exercicio.

N. 13.581 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 2.000:000\$, afim de occorrer ás despesas com os serviços a cargo da 5ª divisão provisoria da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

N. 13.582 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de maio de 1919 — Approva a planta e orçamento, na importancia de 33:390\$, ouro apresentados pela «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul», para a construcção do deposito de locomotivas, no novo porto.

N. 13.583 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de maio de 1919 — Autoriza o contracto de construcção da linha Massambú, prolongamento da Estrada de Ferro D. Theresa Christina, de accôrdo com o estipulado no art. 111, n. III da lei n. 3.674, de 7 de janeiro do corrente anno.

N. 13.584 — FAZENDA — Decreto de 7 de maio de 1919 — Concede a sociedade anonyma «The Yokiana Specie Bank, Limited», com sede na cidade de Yokohama no Imperio do Japão, autorização para funcionar e estabelecer uma filial na Capital Federal e sub-filiaes na capital do Estado de São Paulo e na cidade de Santos.

N. 13.585 — FAZENDA — Decreto de 7 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de pensões de meio-soldo e montepio, devidas a DD. Delphina Henriqueta Valladas Garrocho Ferreira e Honorina Celeste Valladas Garrocho.

N. 13.586 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de maio de 1919 — Concede autorização á Companhia Fluminense de Agricultura e Commercio para se organizar e approva os respectivos estatutos.

N. 13.587 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de maio de 1919 — Autoriza a permutarem os seus respectivos cargos o segundo official da Directoria Geral de Contabilidade do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, Henrique Barbalho Uelhoa Cavalcanti, e o primeiro official, addido da extinta Inspectoria de Pesca do mesmo Ministerio, bacharel José de Paiva Magalhães Calvet.

N. 13.588 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricul-

tura, Industria e Commercio o credito de 45:000\$ para pagamento de premios a Felisberto Coelho, como plantador de trigo no Estado do Rio Grande do Sul nos annos de 1912, 1913 e 1914.

N. 13.589 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de maio de 1919 — Concede autorização á Companhia Assucareira Fluminense para se organizar e approva os respectivos estatutos.

N. 13.590 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 99:430\$ para occorrer ao pagamento de subvenção á Companhia Mineira Auto-Viação Internacional e a Izidoro Honório Doin, pela construcção, em 1918, de estradas de rodagem da estação de Uberabinha, na Estrada de Ferro Mogyana, á cidade de Monte Alegre e de Pontalete á cidade de Poços de Caldas, no Estado de Minas Geraes.

N. 13.591 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 30:000\$ para occorrer ao pagamento a Avelino Machado Borges de premios como plantador de trigo no Estado do Rio Grande do Sul nos annos de 1911 e 1912.

N. 13.592 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 19:159\$999 para attender ao pagamento dos vencimentos do lente cathedratico da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, Dr. Arthur do Prado, no periodo de 9 de novembro de 1916 a 13 de novembro de 1918.

N. 13.593 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 206:645\$997 para pagamento de despesas realizadas em 1918, em consequencia da epidemia de gripe que reinou ultimamente nesta capital, nos Estados e no Territorio do Acre.

N. 13.594 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 70:000\$, supplementar á sub-consignação "Acquisição de Vaccinas, etc.", da verba 15ª do art. 96 da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

N. 13.595 — GUERRA — Decreto de 10 de maio de 1919 — Declara qual o uniforme para os officiaes e aspirantes a officiaes da 2ª classe da reserva da 1ª linha.

N. 13.596 — GUERRA — Decreto de 10 de maio de 1919 — Organiza a 4ª divisão do Exercito.

N. 13.597 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1919 — Crea um consulado geral em Ventiniglia.

N. 13.598 — FAZENDA — Decreto de 14 de maio de 1919 — Approva as alterações feitas nos estatutos da «Alliance Assurance Company, Limited», com séde em Londres, Inglaterra.

N. 13.599 — FAZENDA — Decreto de 14 de maio de 1919 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de réis 6:106\$666 para pagamento de pensões de montepio a que tem direito D. Anna Alves da Silva.

N. 13.600 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de maio de 1919 — Approva o projecto e orçamento para a construção de edificios destinados as estações de Balsamo e Alegre, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na importancia de 35:169\$400 cada uma.

N. 13.601 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de maio de 1919 — Approva os projectos e orçamentos para a construção das estações de Monlevade e Rio Pardo, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na importancia respectivamente de 66:150\$926 e 44:818\$981.

N. 13.602 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de maio de 1919 — Approva o projecto e orçamento para a construção do edificio destinado ao almoxarifado em Baurú, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na importancia de 117:978\$402.

N. 13.603 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de maio de 1919 — Approva os projectos para a construção dos edificios das estações de Toledo Piza, Lauro Müller e Albuquerque Lins, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na importancia de 61:966\$377, 58:503\$525 e 59:161\$674.

N. 13.604 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1919 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 30:000\$ para auxiliar as despesas com o 1º Congresso Brasileiro de Prothese Dentaria.

N. 13.605 — FAZENDA — Decreto de 20 de maio de 1919 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 6:000\$, suplementar á verba 8ª do orçamento do mesmo Ministério, do exercicio de 1918, para despesas de iluminação na Recbedoria do Districto Federal.

N. 13.606 — FAZENDA — Decreto de 20 de maio de 1919 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 400:000\$, ouro, e 600:000\$, papel, suplementar a verba 28ª — Reposições e restituições — do orçamento do mesmo Ministério, do exercicio de 1918.

N. 13.607 — FAZENDA — Decreto de 21 de maio de 1919 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 1.000:000\$ suplementar á verba 31ª — Exercicios findos, — do orçamento do mesmo Ministério para o corrente exercicio.

N. 13.608 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1919 — Approva as novas instrucções que devem reger os exames dos candidatos á carreira consular.

N. 13.609 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1919 — Approva o projecto e orçamento de um novo edificio para a estação de Theophilo Ottoni e de uma casa para moradia do respectivo agente, na Estrada de Ferro Bahia e Minas.

N. 13.610 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1919 — Concede o prazo improrrogavel de um anno, contado de 2 de janeiro de 1919, para que a firma Peixoto & Comp., cessionaria do serviço de navegação do Bai-xo-S. Francisco, entregue ao trafego a nova unidade a que se refere a clausula V do respectivo contracto, celebrado em virtude do decreto n. 12.218, de 27 de setembro de 1916.

N. 13.611 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ para execução das medidas constantes do decreto n. 13.545, de 22 de março de 1919, e conservação dos materiaes sequestrados.

N. 13.612 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1919 — Altera o contracto celebrado com o Governo do Estado do Maranhão, em virtude do decreto numero 13.270, de 6 de novembro de 1918, para a construção das obras de melhoramentos do porto da capital do mesmo Estado.

N. 13.613 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1919 — Altera o projecto para o prolongamento das obras do porto do Rio de Janeiro, entre o canal do Mangue e a Ponta do Cajú.

N. 13.614 — MARINHA — Decreto de 21 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 100:000\$, destinado á realização de operações relativas aos terrenos de propriedade nacional e sob a jurisdicção do mesmo Ministerio em varios Estados.

N. 13.615 — FAZENDA — Decreto de 24 de maio de 1919 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir, por antecipação de receita do exercicio corrente, bilhetes do Thesouro na importancia de 30.000:000\$000.

N. 13.616 — FAZENDA — Decreto de 28 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:276\$920 para pagamento das differenças de vencimentos devidas ao fiel de armazem, extinto, da Alfandega da cidade do Rio Grande, Raul Carlos de Noronha e Silva, e relativas aos exercicios de 1916 a 1918.

N. 13.617 — FAZENDA — Decreto de 28 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 6.172:654\$431 para pagamento á Companhia Nacional de Navegação Costeira, em virtude do art. 162, § 2º, da lei numero 3.454, de 8 de janeiro de 1918.

N. 13.618 — FAZENDA — Decreto de 28 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:712\$508 para occorrer ao pagamento de differenças de vencimentos ao fiel de armazem, extinto, da Alfandega do Pará, José Florencio Nogueira, e relativas aos exercicios de 1917 e 1918.

N. 13.619 — FAZENDA — Decreto de 28 de maio de 1919 — Concede a "The Royal Bank of Canada", com sede em Montreal, provincia de Quebec, no dominio de Canadá, autorização para funcionar na Republica, bem como para estabelecer uma succursal na Capital Federal e agencias nos Estados da



Bahia e Pernambuco e nas cidades de Porto Alegre, Santos e S. Paulo.

N. 13.620 — FAZENDA — Decreto de 28 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 5:780\$118 para occorrer ao pagamento de vencimentos que são devidos a Carlos de Souza Dantas, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.621 — FAZENDA — Decreto de 28 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3.114:674\$068 para occorrer ás despesas com a cobrança das rendas federaes, a que se refere a verba 18ª do orçamento do mesmo Ministerio, do exercicio de 1917.

N. 13.622 — GUERRA — Decreto de 28 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 399:911\$880 para pagamento de despesas relativas á verba 14ª, n. 22, do art. 39 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

N. 13.623 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de maio de 1919 — Crea um consulado em Tampico.

N. 13.624 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de maio de 1919 — Publica a adhesão da Polonia á convenção postal universal, concluída em Roma em 1906.

N. 13.625 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de maio de 1919 — Rectifica a parte do art. 2º do decreto n. 3.641, de 31 de dezembro de 1918, relativa a vencimentos de dous tachygraphos de 2ª classe da Camara dos Deputados.

N. 13.626 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1919 — Autoriza a construção de diversas obras nas linhas de Santa Maria a Uruguayana e Neustadt a Taquary, da Réde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, a cargo da « Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil ».

N. 13.627 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1919 — Transfere para a Companhia Carbonífera de Urussanga o contracto celebrado *ex-vi* do decreto numero 13.492, de 11 de setembro de 1918, na parte relativa á construção de um ramal para a zona carbonífera das cabeceiras do rio Urussanga.

N. 13.628 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de maio de 1919 — Crea um apprendizado agricola em Joazeiro, no Estado da Bahia.

N. 13.629 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1919 — Approva a construção de dous ramaes em Iguaba Grande e em Araruama, da Estrada de Ferro de Maricá, com as extensões respectivas de 560 e 330 metros.

N. 13.630 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1919 — Concede permissão á « Handley Page, Ltd. », sem privilegio ou monopolio de especie alguma, para, por si ou empresa que organizarem, estabelecerem um serviço de viação e transporte de passageiros ou cargas, por meio de aeroplanos e hydro-aeroplanos, entre as principaes cidades do Brasil e o estrangeiro.

N. 13.631 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$, destinado a occorrer ás despesas

com os serviços de obras contra as seccas, no Nordeste do paiz.

N. 13.632 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1919 — Autoriza a «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil» a construir dous desvios, com postos telegraphicos, na linha de Santa Maria a Uruguayana e quatro na de Santa Maria a Marcellino Ramos.

N. 13.633 — FAZENDA — Decreto de 4 de junho de 1919 — Rectifica o decreto n. 13.585, de 7 de maio findo.

N. 13.634 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de junho de 1919 — Crea um consulado em Rapallo.

N. 13.635 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de junho de 1919 — Proroga até 30 de junho corrente o praso para a construcção da variante denominada «linha parallel», na Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, na parte inicial comprehendida entre o Kilometro 3,606, da linha de Natal a Igapó, e a estaca 116, do projecto da mesma variante.

N. 13.636 — FAZENDA — Decreto de 11 de junho de 1919 — Concede á «Banca Italiana di Sconto», com sede em Roma, Italia, autorização para funcionar na Republica, estabelecendo agencias nas cidades do Rio de Janeiro, S. Paulo e Santos, bem como approva seus estatutos.

N. 13.637 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de junho de 1919 — Concede autorização á sociedade anonyma «Kenricks Brasil, Limited», para funcionar na Republica.

N. 13.638 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de junho de 1919 — Concede autorização á sociedade anonyma «S. S. White Dental Manufacturing Company of Brazil» para funcionar na Republica.

N. 13.639 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de junho de 1919 — Concede autorização á sociedade anonyma «Mercantile Oversea Corporation» para funcionar na Republica.

N. 13.640 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de junho de 1919 — Concede autorização á sociedade anonyma «Federal Export Corporation» para funcionar na Republica.

N. 13.641 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de junho de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito extraordinario de 1.500:000\$ para tornar effectivo o emprestimo de igual importancia á Companhia Carbonifera de Urussanga.

N. 13.642 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de junho de 1919 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Empresa de Aguas Gaseosas.

N. 13.643 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de junho de 1919 — Approva a nova alteração do art. 4º dos estatutos da sociedade anonyma Moinho Fluminense.

N. 13.644 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de junho de 1919 — Approva o projecto e orçamento de dous armazens a serem construidos nas estações de Araçatuba e

Tres Lagoas, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na importância de 46:550\$387, cada um.

N. 13.645 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 5.000:000\$ para auxiliar as populações flagelladas de diversas zonas do paiz para assegurar a defesa sanitaria dos portos e proceder á prophylaxia de molestias que reinam em varios pontos da Republica.

N. 13.646 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de junho de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 238:654\$200 para pagamento de desapropriações e indemnizações de bemfeitorias ajustadas pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 13.647 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de junho de 1919 — Approva os estudos definitivos, com a extensão de 611 km.,500 da primeira secção da Estrada de Ferro de Petrolina a Theresina, e, bem assim, o respectivo orçamento, na importância de 4.931:397\$712.

N. 13.648 — FAZENDA — Decreto de 18 de junho de 1919 — Concede autorização á Companhia de Seguros e Sorteios Previsora Rio-Grandense para operar em seguros terrestres e maritimos e approva os novos estatutos adoptados nas assembléas geraes extraordinarias realizadas em 16 de janeiro e 24 de março proximo findos.

N. 13.649 — FAZENDA — Decreto de 18 de junho de 1919 — Concede á «Royal Exchange Assurançe», com séde em Londres, autorização para funcionar no Brasil em seguros terrestres e maritimos.

N. 13.650 — FAZENDA — Decreto de 18 de junho de 1919 — Concede á «Forsikrings-Aktieselskabet Norske Atlas», com séde em Christiania, Noruega, autorização para funcionar no Brasil em seguros maritimos e terrestres, de guerra e resseguro em todas as suas modalidades.

N. 13.651 — GUERRA — Decreto de 18 de junho de 1919 — Altera a divisão territorial e a organização das divisões de exército; crea unidades e serviços e reorganiza a artilharia de costa.

N. 13.652 — GUERRA — Decreto de 18 de junho de 1919 Approva a distribuição das unidades de tropa e altera a numeração das unidades de artilharia de campanha.

N. 13.653 — GUERRA — Decreto de 18 de junho de 1919 — Approva o quadro dos officiaes, discrimina funções, e dá outras providencias.

N. 13.654 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de junho de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 396:400\$ para subvencionar o serviço de combate á lagarta rosea mantido pelo Estado da Parahyba do Norte.

N. 13.655 — (Não foi publicado.)

N. 13.656 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de junho de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-

gócios Interiores o credito de 490:520\$006, supplementar á verba 34ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1919.

N. 13.657 — FAZENDA — Decreto de 25 de junho de 1919 — Concede á « Forsikrings-Aktieselskabet Skandinavia », com sede em Copenhague, autorização para funcionar no Brasil em segurtos marítimos e terrestres.

N. 13.658 — FAZENDA — Decreto de 25 de junho de 1919 — Promulga o tratado para a fixação e liquidação da divida do Uruguay ao Brasil assignado no Rio de Janeiro a 22 de julho de 1918.

N. 13.659 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de junho de 1919 — Crea um consulado em New-Castle-on-Tyne.

N. 13.660 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de junho de 1919 — Concede autorização á sociedade anonyma Companhia Commercio e Navegação para se transformar em sociedade por quotas, de responsabilidade limitada.

N. 13.661 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de junho de 1919 — Concede autorização á Companhia Geral Commercial de S. Salvador, Bahia (« The General Commercial Company Limited of S. Salvador, Bahia ») para commerciar em generos ou substancias alimentares.

N. 13.662 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de junho de 1919 — Concede autorização á sociedade anonyma « The United States Diamond Mining Syndicate, Limited », para funcionar na Republica.

N. 13.663 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de junho de 1919 — Concede autorização á sociedade anonyma « Brazilian Alliance Company, Limited » para funcionar na Republica.

N. 13.664 — GUERRA — Decreto de 25 de junho de 1919 — Altera o regulamento para instrucção e serviços geracs nos corpos de tropa do Exercito.

N. 13.665 — GUERRA — Decreto de 25 de junho de 1919 — Altera o regulamento de exercicios para a infantaria.

N. 13.666 — GUERRA — Decreto de 25 de junho de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 44:910\$, supplementar á verba 7ª — Serviço de Saude,— do orçamento para o exercicio actual.

N. 13.667 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1919 — Concede á « Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil » prorrogação de praso para a construcção de uma ponte na linha de Entroneamento a Sant'Anna do Livramento.

N. 13.668 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1919 — Revoga o decreto n. 11.065, de 12 de agosto de 1914.

N. 13.669 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1919 — Approva o projecto acompanhado da memoria justificativa e descriptiva, e respectivo orçamento, na importancia de 27:504\$149 para a construcção de um arma-



zem de mercadoria e cargas na estação de Igatú, na Estrada de Ferro de Baturité.

N. 13.670 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 26 de junho de 1919 — Dá novo regulamento á Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

N. 13.671 — **FAZENDA** — Decreto de 2 de julho de 1919 — Concede a «The British Bank of South America, Limited», com séde em Londres, Inglaterra, autorização para estabelecer filiaes nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, e de Recife, Estado de Pernambuco.

N. 13.672 — **FAZENDA** — Decreto de 2 de julho de 1919 — Exonera o thesoureiro geral do Thesouro Nacional, major Francisco Fonseca, da responsabilidade no desdobramento da cautela falsa de 100:000\$, n. 425, recebida naquella repartição em junho de 1915.

N. 13.673 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 2 de julho de 1919 — Promulga a convenção para melhor caracterização da fronteira entre o Brasil e o Uruguay, assignada no Rio de Janeiro em 27 de dezembro de 1916.

N. 13.674 — **GUERRA** — Decreto de 2 de julho de 1919 — Altera a numeração das circumscripções de recrutamento, companhias de metralhadoras e dos corpos de trem.

N. 13.675 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de julho de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.500:000\$ para occorrer á construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 13.676 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de julho de 1919 — Resolve a rescisão do contracto de 29 de abril de 1916, celebrado com a Empresa Estrada de Ferro The-resopolis, *ex-vi* do decreto n. 11.796, de 24 de novembro de 1915, e a encampação da referida estrada de ferro.

N. 13.677 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de julho de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 150:000\$ para a conclusão da construcção, interrompida, da ligação da Estrada de Ferro Oeste de Minas a Barbacena.

N. 13.678 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de julho de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.800:000\$, ouro, para pagamento de uma prestação contractual á «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul».

N. 13.679 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de julho de 1919 — Concede á sociedade anonyma de seguros «La Rural», com séde em Buenos Aires, autorização para funcionar no Brasil em seguros marítimos e terrestres.

N. 13.680 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de julho de 1919 — Torna extensivas á reforma das praças da Brigada Policial do Districto Federal as disposições dos arts. 157, 162 e 163 do regulamento do Corpo de Bombeiros, approvedo pelo decreto n. 9.018, de 18 de outubro de 1911, em substituição do art. 62 do regulamento daquella corporação, approvedo pelo decreto n. 12.014, de 29 de março de 1916.

N. 13.681 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de julho de 1919 — Concede autorização á « Nordisk International Handelskompani, Aktieseskap », para funcionar na Republica, sob a denominação de Companhia Internacional de Commercio do Brasil, Limitada.

N. 13.682 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de julho de 1919 — Concede autorização á sociedade anonyma « S. Paulo Northern Company », para funcionar na Republica.

N. 13.683 — (Não foi publicado.)

N. 13.684 — GUERRA — Decreto de 9 de julho de 1919 — Approva o regulamento para o manejo e emprego das armas brancas de cavallaria.

N. 13.685 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 2.000:000\$, destinados ao serviço de electrificação da linha de suburbios da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 13.686 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1919 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 12.802:135\$890, para a construção das officinas da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Bello Horizonte.

N. 13.687 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1919 — Approva o regulamento para a Inspectoria Federal de Obras contra as Secças.

N. 13.688 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1919 — Approva o regulamento para a Inspectoria Federal das Estradas.

N. 13.689 — (Não foi publicado.)

N. 13.690 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 300:000\$, destinado á construção do ramal ferreo Penido a Linha Duarte, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 13.691 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1919 — Approva as clausulas para a transferencia ao Estado do Rio Grande do Sul dos contractos da « Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul », relativos á barra do Rio Grande e porto do mesmo nome.

N. 13.692 — GUERRA — Decreto de 16 de julho de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 435:231\$846, para pagamento de despesas concernentes á verba 1ª do art. 36 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.693 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de julho de 1919 — Concede autorização á « Société des Sucreries Brésiliennes » para continuar a funcionar na Republica.

N. 13.694 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de julho de 1919 — Approva os novos estatutos da Companhia Usinas Nacionais.

N. 13.695 — GUERRA — Decreto de 16 de julho de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 115:340\$ para attender ao augmento de despesas com o pagamento de diarias, em 1919, aos operarios das officinas de alfaiates e corrieiros da Intendencia da Guerra.

N. 13.696 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1919 — Modifica o quadro do serviço sanitario do Corpo de Bombeiros do Districto Federal.

N. 13.697 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de julho de 1919 — Concede á « Compagnie des Cables Sud-Américains », permissão, sem monopolio ou privilegio de especie alguma, para transferir do Recife para a cidade do Rio de Janeiro o ponto de aterramento do cabo Dakar-Recife.

N. 13.698 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de julho de 1919 — Autoriza o accordo com o governo do Estado do Rio de Janeiro para a continuação das obras do saneamento da baixada fluminense.

N. 13.699 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de julho de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 3.000:000\$ para attender ao pagamento, em apolices, do preço total de encampação da Estrada de Ferro Theresopolis » e do resgate da sua reversão para o Estado do Rio de Janeiro.

N. 13.700 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Decreto de 20 de julho de 1919 — Concede á Companhia Nacional de Navegação Costeira isenção de direitos de importação e de expediente para os estaleiros de sua propriedade, que funcionam e vierem a funcionar no paiz.

N. 13.701 — (Não foi publicado.)

N. 13.702 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de julho de 1919 — Rectifica as clausulas de 1 a 4 das que baixaram com o decreto n. 13.568, de 26 de abril de 1919, concedendo permissão a Francisco do Rego Barros Barreto Filho, para, por si ou empresa que organizar, sem privilegio ou monopolio de especie alguma, utilizar-se dosapparelhos aereos dos mais aperfeçoados, no transporte de passageiros e mercadorias, entre as principaes cidades do Brasil.

N. 13.703 — GUERRA — Decreto de 21 de julho de 1919 — Approva a tabella de vencimentos dos porteiros, continuos ou ajudantes de porteiro, serventes e encaixotadores das repartições e estabelecimentos do Ministerio da Guerra, e dá outras providencias.

N. 13.704 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de julho de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 50:000\$ para auxiliar a construção de uma estrada para automoveis entre Macalyba e Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 13.705 — GUERRA — Decreto de 24 de julho de 1919 — Faz ligeiras correções no decreto n. 13.653, de 18 de junho do corrente anno.

N. 13.706 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de julho de 1919 — Dá nova organização aos patronatos agricolas.

N. 13.707 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1919 — Marca o prazo de 10 meses ao engenheiro Emilio Schnoor para a conclusão das obras contractadas para a construção da secção de Alberto Isaacson a Bello Horizonte, da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 13.708 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:612\$903 para pagamento, neste exercicio, de vencimentos á professora de inglez do Instituto Benjamin Constant.

N. 13.709 — FAZENDA — Decreto de 6 de agosto de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:119\$338 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Elysa Carolina Barbosa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.710 — FAZENDA — Decreto de 6 de agosto de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 2.879:179\$579 para attender ás despesas, no exercicio de 1916, com o pagamento de percentagens a collectores e escrivães de collectorias federaes.

N. 13.711 — FAZENDA — Decreto de 6 de agosto de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:800\$ para occorrer ao pagamento do premio a que têm direito Vicente dos Santos Caneco & Comp. pela construção em seus estaleiros, do «culter» denominado *Batelão n. 4*.

N. 13.712 — FAZENDA — Decreto de 7 de agosto de 1919 — Extingue a fiscalização especial e permanente das companhias de seguros, com séde na Alemanha.

N. 13.713 — FAZENDA — Decreto de 7 de agosto de 1919 — Extingue a fiscalização dos bancos allemães, suas filiaes, succursaes ou agencias em toda a Republica, e dá outras providencias.

N. 13.714 — FAZENDA — Decreto de 7 de agosto de 1919 — Revalida pelo prazo de 10 annos a autorização concedida ao «*Brasilianische Bank für Deutschland*», com séde em Hamburgo, para funcionar no paiz.

N. 13.715 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de agosto de 1919 — Autoriza a «*Sorocabana Railway Company*» a construir um novo armazem na estação de Chavantes, no ramal federal de Tibagy.

N. 13.716 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de agosto de 1919 — Approva o projecto e orçamento para a construção do edificio destinado aos Telegraphos na cidade de Bello Horizonte, no Estado de Minas Geraes.

N. 13.717 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de agosto de 1919 — Autoriza a «*Sorocabana Railway Company*» a construir um novo armazem na estação de Ourinhos, do ramal federal de Tibagy.

N. 13.718 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de agosto de 1919 — Autoriza a execução de diversas obras na estação de Ponta Grossa, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, supplementares ás autorizadas pelo decreto n. 13.017, de 4 de maio de 1918.



N. 13.719 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de agosto de 1919 — Dá nova redacção aos arts. 70, § 1º, alinea b, e 116, § 2º, do regulamento dos transportes das estradas de ferro paulistas, filiadas á Contadoria, em São Paulo, approvado pelo decreto n. 10.204, de 30 de abril de 1913.

N. 13.720 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de agosto de 1919 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Vicieiras Mattos.

N. 13.721 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de agosto de 1919 — Autoriza o ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio a entrar em accôrdo com a Prefeitura do Districto Federal, no sentido de accellar a transferencia para o Governo Federal da Escola Normal de Artes e Officíos Wenceslau Braz.

N. 13.722 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de agosto de 1919 — Concede autorização á « Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company » para continuar a funcionar na Republica.

N. 13.723 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de agosto de 1919 — Concede autorização á sociedade anónyma « The International Company Paint & Compositions », Limited », para funcionar na Republica.

N. 13.724 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de agosto de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos especiaes de 2.800:000\$ para despesas urgentes com a construcção e prolongamento de linhas ferreas nos Estados do Nordeste e de 1.200:000\$ para a aquisição de material fixo e rodante para as mesmas estradas.

N. 13.725 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de agosto de 1919 — Concede autorização para funcionar na Republica á Companhia Nacional de Seguros Operarios e approva os seus estatutos.

N. 13.726 — FAZENDA — Decreto de 20 de agosto de 1919 — Prorroga por um anno o praso da concessão dada á « Manãos Harbour, Limited », pelo decreto n. 13.116, de 24 de julho de 1918, para o serviço de emissão de conhecimentos de depósitos e warrants.

N. 13.727 — FAZENDA — Decreto de 20 de agosto de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de ... 14:348\$381 para o fim de pagar, repartidamente, a DD. Augusta e Herminia, irmãs do fallecido lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. Francisco Justino Gonçalves de Andrade, differenças de vencimentos de jubulado devidas ao mesmo professor.

N. 13.728 — FAZENDA — Decreto de 20 de agosto de 1919 — Approva as alterações dos estatutos da « London and Lancashire Fire Insurance Company, Limited », com séde em Liverpool, Inglaterra, de accôrdo com as deliberações da assembléa realizada naquella cidade em 14 de abril de 1919.

N. 13.729 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1919 — Approva os estudos definitivos, com a extensão de 142km.,500, da segunda secção da Estrada de

Ferro de Petrolina a Theresina e, bem assim, o respectivo orçamento, na importância de 14.459:560\$878.

N. 13.730 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1919 — Altera o decreto n. 13.360, de 26 de dezembro de 1918, na parte referente á construcção da ponte sobre o rio das Cinzas, no Kilometro 2+820 metros, da linha do Rio do Peixe.

N. 13.731 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1919 — Approva os estudos e o orçamento, na importância de 2.665:127\$030, de uma variante com a extensão de 33km.,007,35 entre Indiana e o Porto Tibiricá, prolongamento da linha de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 13.732 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1919 — Approva o projecto de aterramento do cabo telegraphico Rio de Janeiro-Ascensão.

N. 13.733 — MARINHA — Decreto de 20 de agosto de 1919 — Manda completar a tabella n. 4 do código de signaes commum a todos os portos e barras da Republica.

N. 13.734 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1919 — Proroga até 30 de junho de 1920 o praso para a conclusão da construcção do ramal de Tubarão a Aranguá.

N. 13.735 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1.597:866\$331 para occorrer ao pagamento de transporte de tropas, bagagens e outras despesas do exercicio de 1918.

N. 13.736 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 114:580\$674, suplementar á verba 45ª do art. 2º da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.737 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1919 — Publica a adhesão do Governo Finlandez ao accôrdo assignado em Roma, em 26 de maio de 1906, para a permuta de cartas e caixas com valor declarado.

N. 13.738 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1919 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito suplementar de 42:500\$, papel, á verba 1ª — Secretaria de Estado, — do art. 24 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.739 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1919 — Publica a adhesão da China ao accôrdo assignado em Roma, em 26 de maio de 1906, relativo ao serviço de vales postaes.

N. 13.740 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1919 — Autoriza a Municipalidade de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, e a Intendencia Municipal de Cerro Largo, no Uruguay, a pôrem em execução o accôrdo administrativo que celebraram no 1º de maio de 1918 sobre a navegação do rio Jaguarão.

N. 13.741 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1919 — Concede á Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas o praso de seis mezes para inicio dos trabalhos da construcção da linha de Itabira á Cachoeira Escura.

N. 13.742 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1919 — Approva os projectos para a construcção de uma estação em Soledade de Itajubá e de tres paradas entre essa localidade e a cidade de Itajubá, bem como os respectivos orçamentos, nas importancias de 35:279\$744 e 38:754\$627.

N. 13.743 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 12:000\$ para occorrer ao pagamento ao ex-engenheiro residente da Estrada de Ferro Central do Brasil, Benjamin Jacob, de gratificação que deixou de receber por ter exercido o cargo de inspector do trafego da mesma Estrada.

N. 13.744 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1919 — Concede autorização para funcionar á Companhia Santista de Seguros, com séde em Santos, Estado de S. Paulo, em seguros marítimos e terrestres e approva com alterações os seus estatutos.

N. 13.745 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1919 — Declara extensiva á caixa filial estabelecida pelo «*Brasilianische Bank für Deutschland*», na cidade de S. Salvador, Bahia, a revalidação, pelo praso de dez annos, da concessão feita ao mesmo Banco pelo decreto n. 13.714, de 7 de agosto findo, para funcionar no paiz.

N. 13.746 — FAZENDA, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERIO, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, RELAÇÕES EXTERIORES, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E MARINHA — Decreto de 3 de setembro de 1919 — Dá instrucções para o serviço geral de contabilidade publica, em face da lei n. 2.083, de 30 de julho, e decreto n. 7.751, de 23 de dezembro de 1909.

N. 13.747 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1919 — Proroga até 7 de abril de 1920 o praso para a conclusão da construcção do prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá, de Nilo Peçanha a Iguaba Grande.

N. 13.748 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1919 — Approva a planta e memoria descriptiva e justificativa do projecto e orçamento, no valor de 12:060\$569, para ampliação do edificio da estação de Baturité, da Rede de Viação Cearense.

N. 13.749 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1919 — Rectifica a clausula VII das que baixaram com o decreto n. 13.568, de 25 de abril de 1919, concedendo permissão a Francisco do Rego Barros Barreto Filho, para, por si ou empresa que organizar, sem privilegio ou monopolio de especie alguma, utilizar-se dosapparelhos aereos dos mais aperfeçoados no transporte de passageiros e mercadorias, entre as principaes cidades do Brasil.

N. 13.750 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERIO — Decreto de 4 de setembro de 1919 — Concede autorização á «*Société Française pour l'Exploitation et le Commerce des Bois Exotiques*» para funcionar na Republica.

N. 13.751 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 4 de setembro de 1919 Concede autorização á « Société Sucrière d'Angra » para continuar a funcionar na Republica.

N. 13.752 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1919 — Approva o regulamento para execução do decreto n. 13.451, de 29 de janeiro de 1919, na parte referente aos cursos de estado-maior e de revisão.

N. 13.753 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1919 — Approva o regulamento de contingencias, signaes de respeito e honras militares.

N. 13.754 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1919 — Altera o art. 50, paragrapho unico, do regulamento approved pelo decreto n. 12.708, de 9 de novembro de 1917.

N. 13.755 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1919 — Approva o regulamento de tiro para a infantaria, em 2ª linha.

N. 13.756 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1919 — Dá instrucções para a eleição do intendentes municipais no Distrito Federal.

N. 13.757 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 10:240\$, complementar á verba 12ª do art. 2º da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.758 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:070\$ para pagamento de diarias ao tenente Julião Caetano de Azevedo.

N. 13.759 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de setembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 570\$382, ouro, e 855:686\$544, papel, para occorrer ao pagamento das dividas de exercicios findos.

N. 13.760 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 11 de setembro de 1919 — Autoriza a transferencia do contracto celebrado entre o Governo Federal e Edward Dwight Trowbridge em 11 de novembro de 1909.

N. 13.761 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de setembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 42:952\$144 para indemnização á Caixa do Corpo de Bombeiros de despesas realizadas em 1918.

N. 13.762 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de setembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 368\$657 para pagamento de importancias devidas a empregados da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 13.763 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de setembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:538\$383 para pagamento de gratificações addicionaes a diversos funcionarios da Secretaria do Senado Federal.



N. 13.764 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1919 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 14:145\$435 para pagamento de gratificações additionaes a diversos funcionarios da Secretaria do Senado Federal.

N. 13.765 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1919 — Rectifica o decreto n. 13.653, de 18 de junho de 1919, na parte relativa ao quadro ordinario da arma de infantaria.

N. 13.766 — FAZENDA — Decreto de 17 de setembro de 1919 — Concede autorização á companhia de seguros A Gloria Portugueza, com séde em Lisboa, Portugal, para funcionar no Brasil em seguros de vida.

N. 13.767 — FAZENDA — Decreto de 17 de setembro de 1919 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de 49:958\$091, destinado ao pagamento do que é devido ao Dr. José Moreira Gomes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.768 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1919 — Prorroga até 1.º de janeiro de 1920 o praso fixado na clausula 9ª, n. 1, do contracto de consolidação celebrado com a Companhia das Estradas de Ferro do Norte do Brasil em 14 de dezembro de 1916.

N. 13.769 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de setembro de 1919 — Approva as novas alterações dos estatutos da sociedade anonyma Industrias Reunidas Fabricas Matarazzo.

N. 13.770 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de setembro de 1919 — Concede autorização á sociedade anonyma Fabricas Berenguer para se organizar e approva os respectivos estatutos.

N. 13.771 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de setembro de 1919 — Abre ao Ministério da Agricultura, Industria e Commercio o crédito de 18:400\$ para subvencionar o serviço de combate á lagarta rosea, mantido pelo Estado de Sergipe.

N. 13.772 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1919 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 20:019\$561 para pagamento de importancias que competem a Adelino Fernandes, Manoel Luiz de Medeiros Filho e Raymundo Barbosa.

N. 13.773 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1919 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores os creditos de 195:300\$, 657:200\$, 18:000\$ e 12:500\$, supplementares ás verbas 5ª, 6ª, 7ª e 8ª do art. 2º da lei do orçamento do exercicio de 1919 e destinados ao pagamento das despesas com a prorrogação da actual sessão legislativa até 33 de outubro proximo futuro.

N. 13.774 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de setembro de 1919 — Eleva o numero de interpretes commerciaes da praça do Rio de Janeiro para cada uma das linguas franceza e ingleza.

N. 13.775 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1919 — Autoriza a construção de um novo armazem na estação de Palmital, da linha federal de Tibagy, da « Sorocabana Railway Company ».

N. 13.776 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1919 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito especial de 60:000\$, papel, para despesas com o serviço de caracterização de parte da fronteira entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay.

N. 13.777 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1919 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito de 98:109\$528, suplementar á verba 15ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio vigente e destinado ao pagamento do augmento de vencimentos aos commissarios de policia.

N. 13.778 — MARINHA — Decreto de 1 de outubro de 1919 — Mantém, com modificações, o decreto n. 5.051, de 25 de novembro de 1903, referente á transferencia de officiaes da Armada para a reserva.

N. 13.779 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de outubro de 1919 — Concede autorização á sociedade anonyma « J. I. Case Threshing Machine Company », para funcionar na Republica.

N. 13.780 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de outubro de 1919 — Approva a alteração do art. 4º dos estatutos da Companhia Salutar do Hygienização de Lacticinios.

N. 13.781 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de outubro de 1919 — Manda reverter ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o proprio nacional da ilha das Flores que, pelo decreto n. 12.689, de 27 de outubro de 1917, foi transferido ao Ministerio da Marinha.

N. 13.782 — GUERRA — Decreto de 1 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 591:303\$657 para pagamento de vencimentos, de 21 de fevereiro a 31 de dezembro de 1919, do pessoal e material do Collegio Militar do Ceará.

N. 13.783 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 700:000\$, suplementar á verba 5ª — Inactivos, pensionistas, etc. — consignação « a) Montepio — novas concessões », do orçamento do mesmo Ministerio, do vigente exercicio.

N. 13.784 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 484:047\$542, ouro, para legalizar as despesas feitas, até 31 de outubro de 1918, com os pagamentos das taxas do imposto de renda relativas aos *scrips* do *funding-loan* de 1914.

N. 13.785 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 11:708\$587 para pagamento de pensões de montepio devidas a D. Henriqueta Ferreira dos Santos Pereira e outros.

N. 13.786 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 6.243:161\$242 para o fim de regularizar a despesa feita pela verba 24<sup>a</sup> — Juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro, — do exercicio de 1917.

N. 13.787 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 21:363\$480 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Amelia Vieira de Mendonça Uchôa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.788 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 20:843\$275 para restabelecimento de quantias desviadas do cofre de depositos, por meio de precatórias falsas, e pertencentes á Manoel Thomé da Costa Ribeiro e D. Adelaide Louzada Alves da Silveira.

N. 13.789 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 36:749\$326 para occorrer ao pagamento do que é devido ao capitão-tenente da Armada Adolpho José de Carvalho Del Vecchio, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.790 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 87:036\$271 para occorrer ao pagamento do que é devido ao Dr. Julião de Oliveira Lacaille, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.791 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 800:000\$, ouro, e 3.000:000\$, papel, suplementar á verba 31<sup>a</sup> — Exercicios findos, — do orçamento do mesmo Ministerio para o corrente exercicio.

N. 13.792 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de outubro de 1919 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 66:331\$754, para uma nova estação, provida de um armazem, em Prata, no ramal de Caldas.

N. 13.793 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1919 — Concede á «Aktieselskabet Norske Lloy», com séde em Christiania, Noruega, autorização para funcceionar no Brasil em seguros terrestres e marítimos.

N. 13.794 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1919 — Concede autorização para funcceionar á companhia de seguros marítimos e terrestres Lloyd Sul Americano, com séde nesta capital, e approva os seus estatutos.

N. 13.795 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1919 — Concede ao Banco Nacional Ultramarino autorização para estabelecer uma agencia na cidade da Parahyba do Norte, subordinada á sua filial existente em Recife, Pernambuco.

N. 13.796 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 2:429\$920 para pagamento devido á José Vieira de Rezende e Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.797 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 11:087\$498 para pagamento do que é devido ao major Franklin de Menezes Dória, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.798 — GUERRA — Decreto de 9 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 150:000\$ para os trabalhos iniciais de organização das minutas topographicas e dados estatisticos correspondentes.

N. 13.799 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1919 — Supprime a Inspectoria Geral das Linhas do Lloyd Brasileiro.

N. 13.800 — (Não foi publicado.)

N. 13.801 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 400:000\$ para attender ás despesas com os estudos da Estrada de Ferro do Rio Negro a Caxias.

N. 13.802 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1919 — Approva o projecto e o orçamento de um tunnel atravessando o morro da Saude e ligando entre si as linhas ferreas do porto do Rio de Janeiro e as da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 13.803 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1919 — Approva os estudos do trecho da Estrada de Ferro Mossoró, comprehendido entre a cidade de Mossoró e o povoado de S. Sebastião, na extensão de 39<sup>km</sup>.865, e o respectivo orçamento, na importancia de 2.751:154\$789.

N. 13.804 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 150:000\$ para attender a despesas com o custeio (pessoal e material) da Escola Normal Profissional Wenceslau Braz, no periodo de 1 de agosto a 31 de dezembro de 1919.

N. 13.805 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1919 — Abre o credito de 872:488\$, complementar á verba 15<sup>a</sup> do orçamento do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para o exercicio de 1919.

N. 13.806 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 43:310\$720 para pagamento do que é devido a Theophilo Manoel da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.807 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 150:000\$, complementar á verba 29<sup>a</sup> — Despesas eventuaes, — do orçamento vigente, do mesmo Ministerio.

N. 13.808 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 47:628\$013 para pagamento do que é devido a Augusto Pinheiro Lobo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.809 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:325\$118 para pagamento do vencimentos devidos ao pri-



meiro: escripturario da Delegacia Fiscal no Pará, Francisco Grangeiro de Albuquerque Filho.

N. 13.810 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 8:250\$ para pagamento das ultimas prestações dos auxilios devidos aos escripturarios da Delegacia Fiscal em Minas Geraes, João Carlos de Aquino e Rodolpho Mallard e ao servente Carlos Bastos.

N. 13.811 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Approva os novos estatutos da companhia de seguros Previdencia do Sul, com séde na capital do Estado do Rio Grande do Sul, adoptados pela assembléa geral extraordinaria de 5 de abril ultimo.

N. 13.812 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 78:678\$197 para pagamento do que é devido a Alfredo Hypolito Estruc, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.813 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 45:373\$395 para pagamento do que é devido a Blandino Alves da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.814 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 76:229\$105 para pagamento do que é devido a João Ilha, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.815 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Declara desapropriados, por utilidade publica, os terrenos necessarios para a construcção de uma estação de carga auxiliar da estação do Norte, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 13.816 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 100:000\$ para attender ás despesas do trafego provisorio da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 13.817 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 200:000\$ para attender a despesas do Commissariado de Alimentação Publica, no corrente exercicio.

N. 13.818 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de outubro de 1919 — Concede autorização á sociedade anonyma «The Baldwin Locomotive Works» para funcionar na Republica.

N. 13.819 — MARINHA — Decreto de 16 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de réis 2.168:477\$353, papel, para pagamento de despesas de caracter extraordinario realizadas no periodo de 31 de julho de 1917 a 18 de junho de 1919.

N. 13.820 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 883:000\$, suplementar ás verbas 5ª, 6ª, 7ª e 8ª do art. 2º da lei n. 3.674, de 7 de

janeiro de 1919, e destinado ao pagamento das despesas com a prorrogação da actual sessão legislativa até 3 de novembro proximo findo.

N. 13.821 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem conferido ao alumno laureado da turma de 1915 da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. João de Souza Mendes Junior.

N. 13.822 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:391\$700 para pagamento da despesa feita com os funeraes do conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira.

N. 13.823 — GUERRA — Decreto de 22 de outubro de 1919 — Faz ligeira alteração no decreto n. 13.653, de 18 de junho do corrente anno.

N. 13.824 — GUERRA — Decreto de 22 de outubro de 1919 — Faz ligeira alteração no decreto n. 13.653, de 18 de junho do corrente anno.

N. 13.825 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1919 — Modifica o decreto n. 13.738, de 27 de agosto de 1919, que abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 42:500\$, papel, á verba 1ª — Secretaria de Estado, — do art. 24 e da lei n. 3.674, de 7 de janeiro do mesmo anno.

N. 13.826 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 28:300\$625 para occorrer ao pagamento do que é devido ao Dr. Athanasio Cavalcante Ramalho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.827 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 78:766\$734 para pagar o que é devido a Mariano Guimarães, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.828 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 103:602\$723 para pagar o que é devido a Theodoro Ribeiro Junior e sua mulher e Francisco de Assis Duarte e sua mulher, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.829 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 5.000:000\$ para a continuação das obras destinadas a minorar os soffrimentos dos sertanejos do Nordéste, actualmente assolado pelo flagello da secca.

N. 13.830 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 22.000:000\$ para attender a despesas da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 13.831 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1919 — Concede á « Compagnie Câbles Sud-Américains » permissão, sem monopolio ou privilegio de especie alguma, para lançar e aterrar um cabo submarino entre Rio de Janeiro e Montevideo e explorar o respectivo trafego telegraphico.

N. 13.832 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1919 — Concede a Frank Carney, representante da « Central & South American Telegraph Company », sem monopolio ou privilegio de especie alguma, nem subvenção do Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil, para si ou empresa que organizar, permissão para lançar e aterrar cabos submarinos ligando as cidades do Rio de Janeiro e de Santos a qualquer ponto do territorio da Republica Oriental do Uruguay e explorar o respectivo trafego telegraphico.

N. 13.833 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1919 — Torna sem effeito as clausulas que baixaram com o decreto n. 13.524, de 26 de março de 1919, e concede a Frank Carney, representante da « Central & South American Telegraph Company », para si ou empresa que organizar, permissão para lançar, aterrar na costa do Brasil, manter e trafegar um cabo telegraphico submarino ligando a cidade do Rio de Janeiro á ilha de Cuba.

N. 13.834 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 132:324\$500, suplementar á verba 6ª, n. IV — Rêde de Viação Cearense.

N. 13.835 — FAZENDA — Decreto de 24 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 100:000\$, navel, suplementar á verba 34ª — Fiscalização das repartições de Fazenda e outros serviços extraordinarios do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio.

N. 13.836 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 72:430\$, navel, para pagamento da organização e impressão dos trabalhos e estudos feitos pela commissão scientifica Roosevelt-Rondon.

N. 13.837 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 563:055\$194, suplementar a diversas consignações da verba 21ª do art. 2º da lei do orçamento do exercicio de 1919.

N. 13.838 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito especial de 8:836\$500 para pagamento das despesas effectuadas com os funeraes do Dr. Sabino Barroso Junior.

N. 13.839 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$ ouro, para pagamento de premio de viagem ao alumno da Faculdade de Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Aprigio Nogueira.

N. 13.840 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 53:869\$505. complementar á verba 15ª do art. 2º da lei do orçamento do exercicio de 1919, para pagamento da despesa com o pessoal do Serviço Medico-Legal.

N. 13.841 — FAZENDA — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:042\$703 para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Eulalia Bemvinda de Carvalho Coelho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.842 — FAZENDA — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 11:629\$738 para occorrer ao pagamento do que é devido ao maior do Exercito Acastro Jorge de Campos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.843 — FAZENDA — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 14:727\$212 para occorrer ao pagamento devido a D. Marianna Sodré de Azevedo Corrêa viuva, e filhas do Dr. Raymundo da Motta de Azevedo Corrêa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.844 — FAZENDA — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 407:320\$789, ouro, para satisfazer ás necessidades da verba 10ª — Caixa de Amortização. — consignação « Encomendas de notas ao cambio de 27 d. », do orçamento do mesmo Ministerio, do exercicio de 1918.

N. 13.845 — FAZENDA — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:596\$377 para o fim de occorrer ao pagamento do que é devido a D. Alice de Carvalho Dias e filhos, em virtude de sentença judiciaria.

Ns. 13.846 e 13.847 — (Não foram publicados.)

N. 13.848 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 17:308\$600 para pagamento de desapropriações feitas para a construcção das linhas ferreas da Estrada de Ferro Oeste de Minas, de Bello Horizonte a Garças.

N. 13.849 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 5:000\$ para pagamento de honorarios ao Dr. Gabriel Osorio de Almeida.

N. 13.850 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 33:600\$ para pagamento á « Compagnie du Port de Rio de Janeiro ».

N. 13.851 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Approva o projecto do aterramento do cabo telegraphico Belém do Pará-Barbados.



N. 13.852 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito de 123:223\$868. complementar ás verbas 6ª e 8ª do art. 2º da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.853 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1919 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 1:265\$994 para pagamento de diferenças de gratificações additionaes a funcionarios da Secretaria do Senado Federal.

N. 13.854 — GUERRA — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Abre ao Ministério da Guerra os créditos especiaes de 660\$ e 258\$, respectivamente, para pagamento dos operarios da Fabrica de Polvora sem Fumaça. Moysés da Silva Reis e Venancio de Oliveira, de vencimentos que são devidos.

N. 13.855 — GUERRA — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Altera o paragrapho unico do art. 61 do regulamento da Escola Militar.

N. 13.856 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Autoriza a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação a augmentar o armazém da estação de Crystaes, da linha de Rio Grande, e a modificar o edificio da referida estação.

N. 13.857 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o crédito extraordinário de 1.025:000\$ para attender ás despesas da Estrada de Ferro Noroéste do Brasil.

N. 13.858 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1919 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o crédito de 78:000\$, complementar á verba 16ª, art. 98, da vigente lei orçamentaria.

N. 13.859 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1919 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito de 500:000\$ para o proseguimento dos trabalhos de delimitação e demarcação de nossas fronteiras com as Republicas do Perú e da Columbia.

N. 13.860 — FAZENDA — Decreto de 6 de novembro de 1919 — Abre ao Ministério da Fazenda os créditos de réis 546:679\$207, ouro, e 950:754\$806, papel, supplementares á verba 30ª — Reposições e restituições, — do orçamento do corrente exercicio do mesmo Ministério.

N. 13.861 — FAZENDA — Decreto de 6 de novembro de 1919 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de 34:594\$123 para occorrer ao pagamento do que é devido a Salvador Pires de Oliveira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.862 — FAZENDA — Decreto de 6 de novembro de 1919 — Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de 23:575\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos devidos a Joaquim Manoel Teixeira de Moura-Filho, encarregado do extincto 1º Posto Fiscal do Alto-Juruá.

N. 13.863 — GUERRA — Decreto de 11 de novembro de 1919 — Modifica o decreto n. 13.798, de 9 de outubro findo,

que abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 150:000\$ para os trabalhos iniciaes de organização das minutas topographicas e dados estatísticos correspondentes.

N. 13.864 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1918 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:832\$872, destinado ao pagamento de praças aggregadas em 1918 á Companhia Regional do Departamento do Alto-Purús.

N. 13.865 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 93:196\$597, suplementar á verba 15ª da lei n. 2.674, de 7 de janeiro de 1919, destinado ao sustento dos presos do Deposito da Policia do Districto Federal.

N. 13.866 — GUERRA — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Altera os arts. 47, respectivo parágrafo unico, 87 e 99 do regulamento approved pelo decreto n. 12.790, de 2 de janeiro de 1918.

N. 13.867 — GUERRA — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 2:400\$ para pagamento de gratificação a João Vicente da Silva Ferreira.

N. 13.868 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Modifica o actual regulamento do Tribunal de Contas, em vista do disposto no art. 114 da lei n. 3.644, de 31 de dezembro de 1918.

N. 13.869 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:057\$700 para occorrer á restituição do que é devido a Joseph Habid, e dá outra providencia.

N. 13.870 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 25:525\$468 para pagar o que é devido a D. Maria de Alencar Araripe, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.871 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:262\$208 para pagamento do que é devido a D. Izilda de Figueiredo Parreiras Horta e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.872 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Autoriza o funcionamento da Camara de Compensação do Rio de Janeiro.

N. 13.873 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 21:030\$137 para pagamento de gratificações addicionaes a que fizeram jus João de Araujo Amora e João Augusto Zany, ex-inspector e ex-ajudante do Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionais nos annos de 1913 a 1915.

N. 13.874 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Approva os projectos e o orçamento para a construção de dous armazens externos ns. XV e XVI, no caes do porto de Santos.

N. 13.875 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Autoriza a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação a augmentar o armazem da estação de Araraguay, da linha de Catalão.

N. 13.876 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1919 — Eleva ao maximo de 48:837\$442 a importância a ser despendida com as obras da estação de Ponta Grossa, da linha de Itararé ao rio Uruguay, autorizadas pelo decreto n. 13.748, de 8 de agosto de 1919.

N. 13.877 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1919 — Approva as bases das tarifas para vigorem na Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 13.878 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1919 — Approva o regulamento da Guarda Civil da Policia do Districto Federal.

N. 13.879 — FAZENDA — Decreto de 19 de novembro de 1919 — Concede á «Insurance Company of North America», com séde na cidade de Philadelphia, Estados Unidos da America do Norte, autorização para funcionar no Brasil em seguros contra fogo e marítimos.

N. 13.880 — FAZENDA — Decreto de 19 de novembro de 1919 — Approva, com modificações, as resoluções da assembléa geral extraordinaria da Companhia Brasileira de Seguros, com séde na capital do Estado de S. Paulo, realizada a 12 de setembro de 1916, alterando os seus estatutos.

N. 13.881 — FAZENDA — Decreto de 19 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:064\$827, destinado a pagar aos herdeiros de Pacifico Evaristo Duarte Socio, ex-encarregado do 4º Posto Fiscal do Alto-Acre, os vencimentos do mesmo, relativos ao periodo de janeiro de 1916 a 2 de agosto de 1917.

N. 13.882 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 19 de novembro de 1919 — Regula as promoções e graduações dos officiaes do Exército e da Armada no quadro F.

N. 13.883 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio os creditos supplementares 64:320\$644 e 86:500\$, respectivamente, ás verbas 2ª e 18ª do art. 88 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919, para attender ás despesas das mesmas verbas até o encerramento do actual exercicio, e o credito especial de 24:000\$ para as despesas de viagem de quatro lentes da Escola Superior de Agricultura.

N. 13.884 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para attender a despesas com

a execução de obras na Estrada de Ferro de Theresopolis e exploração do trafego da mesma Estrada.

N. 13.885 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ para continuação das obras do saneamento da baixada fluminense.

N. 13.886 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1919 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 36:946\$912, para construcção de um muro de arrimo junto ao primeiro encontro da ponte sobre o riacho Leão, na Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 13.887 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1919, o credito suplementar de 855:500\$ ás verbas 5ª, 6ª, 7ª e 8ª do art. 2º da lei orçamentaria vigente, para despesas com a prorrogação da actual sessão do Congresso Nacional até o dia 3 de dezembro proximo vindouro.

N. 13.888 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Concede autorização á «Compagnie Générale des Tabacs» para funcçãoar na Republica.

N. 13.889 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:223\$717 para pagar o que é devido a Bonifacio Magalhães da Silveira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.890 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 66:670\$810 para occorrer ao pagamento do que é devido a Manoel Gonçalves Fraga, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.891 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito de réis 10:364\$208 para pagar o que é devido a D. Antonietta Ara-ripe, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.892 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:514\$832 para pagar o que é devido a D. Alice Pinheiro Coimbra e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.893 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 23:598\$124, destinado á compra de apolices, para o fim de ter cumprimento a disposição testamentaria do Dr. João Gomes Machado Corumbá, no sentido da manutenção de uma aula de geometria em Goyaz.

N. 13.894 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:000\$ para occorrer ao pagamento das despesas com a installação da pagadoria da Delegacia Fiscal do Thesouro em Minas Geraes.

N. 13.895 — RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio das Relações Ex-



teriores o credito extraordinario de 350:000\$, destinado a concertos no edificio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e á restauração e substituição do moveis e alfaia, pertencentes á mesma Secretaria.

N. 13.896 — GUERRA — Decreto de 27 de novembro de 1919 — Approva o plano de equipamento para a artilharia de campanha.

N. 13.897 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 100:000\$ para aquisição do predio onde está installada, actualmente, a estação telegraphica do largo do Machado.

N. 13.898 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1919 — Approva, mediante condição que estabelece, a revisão dos estudos do ramal de Paranapanema, entre os kilometros 110 e 125, dos approvados pelo decreto n. 10.375, de 6 de agosto de 1913.

N. 13.899 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 50:000\$, suplementar á verba 39ª do art. 2º da lei do orçamento de 1919.

N. 13.900 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 9:995\$ para pagamento a C. Lima e Manoel Figueiredo Geraldo por serviços e fornecimentos feitos em 1911 á Administração dos Correios no Estado do Amazonas.

N. 13.901 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 170:000\$ para a aquisição do sitio da Cascatinha, na serra da Tijuca.

N. 13.902 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 5:000\$ para pagamento ao engenheiro Gabriel Osorio de Almeida.

N. 13.903 — GUERRA — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 6:809\$949 para pagamento de gratificações a docentes da Escola Militar pela regencia de turmas supplementares.

N. 13.904 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:121\$935, que se destina ao pagamento de vencimentos devidos ao escriptão do extincto Posto Fiscal do Alto-Juruá, em Villa Feijó, Marcellino Fernandes.

N. 13.905 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 59:347\$081 para occorrer ao pagamento do que é devido, em virtude de sentença judiciaria, ao Dr. Augusto Saturnino da Silva Diniz e outros.

N. 13.906 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras

Publicas o credito de 8.670:000\$, supplementar á dotação orçamentaria da verba Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 13.907 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 499\$820 para occorrer ao pagamento devido a Carlos Queiroz, em virtude de sentença judicial.

N. 13.908 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito extraordinario de 1.500:000\$ para attender ás despesas motivadas pelas enchentes de 1919, na Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 13.909 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de dezembro de 1919 — Approva o projecto e o orçamento de uma variante, entre os kilometros 102.179 e 119.291, do projecto approved pelo decreto n. 10.296, de 25 de junho de 1913, para a linha de Theophilo Ottoni a Tremedal.

N. 13.910 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de dezembro de 1919 — Approva a planta e respectivo orçamento para a construcção da ponte sobre o rio S. Francisco, em Pirapora, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 13.911 — MARINHA — Decreto de 10 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 50:000\$ para occorrer ás despesas de construcção de um pavilhão no Sanatorio Naval de Nova Friburgo.

N. 13.912 — MARINHA — Decreto de 10 de dezembro de 1919 — Regula a execução da lei n. 3.634, de 31 de dezembro de 1918, relativa aos machinistas extranumerarios.

N. 13.913 — GUERRA — Decreto de 10 de dezembro de 1919 — Altera o § 2º do art. 68 do regulamento para instrucção e serviços geraes nos corpos de tropa do Exército, approved pelo decreto n. 12.008, de 29 de março de 1916.

N. 13.914 — AGRICULTURA INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 74:000\$ para subvencionar o serviço de combate á lagarta rosea mantido pelo Estado do Maranhão.

N. 13.915 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1919 — Proroga o prazo para a construcção da linha de Barra Bonita e Rio do Peixe, de que trata o paragraho unico da clausula I do decreto n. 12.479, de 23 de maio de 1917.

N. 13.916 — GUERRA — Decreto de 11 de dezembro de 1919 — Substitue os decretos ns. 13.651 e 13.652, de 18 de junho, 13.674, de 2 de julho e 13.765, de 17 de setembro, todos de 1919; altera a divisão territorial e a organização das divisões de exército; crea unidades e serviços, e reorganiza a artilharia de costa.

N. 13.917 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito especial de 1:915\$8053 para pagamento a diversos funcionarios do Correio no Estado do Maranhão de

gratificações locais, em vista do disposto no art. 43 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.

N. 13.918 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 76:551\$800 para pagamento do que é devido a D. Maria Constança Ferreira Jacques, em virtude de sentença judiciária.

N. 13.919 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 64:258\$016 para pagamento do que é devido a E. Lambert, em virtude de sentença judiciária.

N. 13.920 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 22:702\$146 para pagamento de vencimentos devidos ao encarregado do extinto 1º Posto Fiscal do Alto-Purús, José Pedro Soares Bulcão.

N. 13.921 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 70:000\$, suplementar á verba 19ª — Alfandegas, — do vigente orçamento do mesmo Ministerio.

N. 13.922 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 32:749\$624 para pagar a Nascimento & Irmãos a quantia de que os mesmos são credores, em virtude de sentença judiciária.

N. 13.923 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 350:000\$, ouro, para a ultimação dos trabalhos da Delegação Brasileira á Conferencia da Paz, reunida em Versailles.

N. 13.924 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Concede autorização á «Middletown Car Company» para continuar a funcionar na Republica.

N. 13.925 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Concede autorização para funcionar á Companhia Armour do Rio Grande do Sul.

N. 13.926 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Revoga o decreto n. 12.897, de 6 de março de 1918, estabelecendo medidas no intuito de intensificar a cultura de essencias florestaes.

N. 13.927 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio os creditos especiaes de 248:842\$972 para pagamento ao chefe de secção de Biologia Vegetal, Bartle Trott Harvey, para despesas da verba — Eventuaes, — do exercicio de 1918, e para pagamento de funcionarios addidos, do mesmo exercicio, e de 11:013\$333 para pagamento dos vencimentos do lente em disponibilidade da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, Pedro Barreto Galvão, e os creditos de 382:081\$194, ouro, e réis 196:958\$149, papel, para pagamento de auxilios para impor-

tação de animaes reproductores, concedidos no anno passado e mantidos no actual exercicio em virtude do art. 91, n. II, da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.928 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1919 — Proroga, até 23 de abril de 1920, o praso para a conclusão e entrega do trafego do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Barreiros ás proximidades da villa de Sertãozinho, no Estado de Pernambuco.

N. 13.929 — GUERRA — Decreto de 18 de dezembro de 1919 — Abre o credito de 34:292\$515, suplementar á verba 4ª — Instrução militar, — do orçamento do Ministerio da Guerra, relativo ao exercicio actual.

N. 13.930 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1919 — Supprime o consulado em Tripoli.

N. 13.931 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1919 — Approva os estudos apresentados pela «Compagnie des Chemins de Fer Fédéraux de l'Est Brésilien» para as obras de melhoramentos da Estrada de Ferro Centro-Oeste da Bahia, desde o seu ponto inicial, em Agua Comprida, até ao terminal, em Buranhem, e o respectivo orçamento, na importancia de 2.317:433\$371.

N. 13.932 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2.566:167\$803, suplementar ás verbas 12ª, 15ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª, 26ª, 27ª, 28ª, 31ª e 32ª do art. 2º da lei do orçamento do exercicio de 1919.

N. 13.933 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2.566:167\$803, suplementar ás verbas 12ª, 15ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª, 26ª, 27ª, 28ª, 31ª e 32ª do art. 2º da lei do orçamento do exercicio de 1919.

N. 13.934 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 963\$444 para pagamento da pensão de montepio relativa ao periodo de 1 de janeiro de 1910 a 28 de maio de 1912 e que é devida a D. Adelia Bessa.

N. 13.935 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 44:926\$043 para occorrer ao pagamento do que é devido a Alfredo Coutinho de Almeida e Antonio Baptista Lopes Chaves, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.936 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Concede isenção de direitos de importação e de expediente aos estaleiros de construccões navaes do Vicente dos Santos Caneco & Comp., sitos á praia do Retiro Saudoso n. 182, Capital Federal.

N. 13.937 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Concede autorização á sociedade anonyma «Central and South American Telegraph Company» para funcconar na Republica.



N. 13.938 — GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministério da Guerra o credito de 250:000\$, supplementar á verba 11<sup>a</sup> — Ajudas de custo, — do art. 36 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.939 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de dezembro de 1919 — Approva o regulamento da Secretaria do Estado da Viação e Obras Publicas.

N. 13.940 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de dezembro de 1919 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 350:000\$, ouro, para a ultimação dos trabalhos da Delegação Brasileira á Conferencia da Paz, reunida em Versailles.

N. 13.941 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 1:800\$, á consignação « Material » — « Aluguel da casa para repartição », — verba 10<sup>a</sup>, art. 98, da lei do orçamento vigente, para pagamento da differença do aluguel do predio occupado pela Inspectoria Geral de Illuminação.

N. 13.942 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito extraordinario de 250:000\$ para attender, no corrente anno, a despesas com o serviço de estatistica geral do paiz, demographica e economica.

N. 13.943 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 600:590\$, supplementar á verba 16<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei orçamentaria de 1919.

N. 13.944 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de réis 1.240:763\$621 para auxiliar as populações flagelladas de diversas zonas do paiz, para assegurar a defesa sanitaria dos portos e para proceder á prophylaxia de molestias que reinam em varios pontos do paiz.

N. 13.945 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1919, o credito de 797:548\$386, supplementar ás verbas 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei orçamentaria vigente, para despesas com a prorrogação da actual sessão do Congresso Nacional até o dia 31 de dezembro de 1919.

N. 13.946 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1.246:470\$985, supplementar á verba 16<sup>a</sup> do art. 2<sup>o</sup> da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.947 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:142\$330, supplementar á

consignação «Pessoal», da verba 8ª, do art. 2º da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.948 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o credito especial de 9:044\$026 para pagamento de gratificações a funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 13.949 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores credits especiaes, na importancia total de 200:979\$475, sendo 120:019\$075 para fardamento da Brigada Policial; 4:320\$ para pagamento de diarias ao engenheiro que superintende os serviços de electricidade, caixas de aviso e outros, e 76:640\$100 para 1.047 praças engajadas.

N. 13.950 — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministério da Marinha o credito de réis 403:597\$500 para occorrer a diversas despesas a cargo da Marinha.

N. 13.950 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Publica a adhesão da Republica da Polonia á convenção internacional de Paris em 20 de março de 1883, relativa á protecção da propriedade industrial.

N. 13.951 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Approva as clausulas para a revisão e consolidação dos contractos relativos á concessão das obras de melhoramentos do porto da Bahia.

N. 13.952 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito especial de 36:100\$ para pagamento de differenças de vencimentos.

N. 13.953 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Concede autorização á Companhia Paulista de Alimentação para funcionar na Republica, em substituição á «Société Anonyme des Anciens Etablissements Duchon pour l'Alimentation».

N. 13.954 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Concede autorização á Sociedade Bally, Limitada, para funcionar na Republica.

N. 13.955 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Abre pelo Ministério da Fazenda o credito especial de 10:115\$530 para occorrer ao pagamento devido a D. Maria Estephania Belfort Vieira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.956 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Abre pelo Ministério da Fazenda o credito especial de 42:352\$110, destinado ao pagamento do que é devido ao capitão Alfredo Nunes de Andrade, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.957 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Approva os novos estatutos da companhia de seguros maritimos e terrestres União dos Proprietarios, com sede nesta

capital, adoptados pela assembléa geral extraordinaria realizada a 22 de setembro de 1919.

N. 13.958 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 44:041\$806 para pagamento da differença de vencimentos que deixaram de receber, como auditor de guerra, o bacharel Mario Tiburcio Gomes Carneiro e, como auxiliares de auditor de guerra, os bachareis Ranulpho Bocayuva Cunha, Paulino Martins Coelho de Alméida e outros.

N. 13.959 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1919 — Approva o augmento do capital declarado pelo « Motor Union Insurance Company, Limited », com séde em Londres, Inglaterra, para as operações no Brasil.

## 1920

N. 13.960 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1920 — Proroga por dous annos o praso de que trata o art. 1º do decreto n. 12.735, de 5 de dezembro de 1917.

N. 13.961 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos especiaes de 8.347:078\$500 e réis 4.173:589\$250, destinados a attender ao pagamento de salarios do pessoal jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 13.962 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1920 — Approva o projecto e o orçamento para a construcção de 10 armazens externos, provisórios, na rua Sigma, no caes do porto desta cidade.

N. 13.963 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1920 — Declara a caducidade do contracto celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz, *ex-vi* dos decretos ns. 12.183, de 30 de agosto de 1916, e 12.530, de 28 de junho de 1917.

N. 13.964 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 525:000\$, complementar á verba 14ª — Material — Despesas especiaes — Aquisição de aeroplanos, etc., — do orçamento de 1919.

N. 13.965 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Abre pelo Ministerio da Guerra o credito complementar de 11.572:458\$293, sendo 1.946:257\$410 ao § 8º e 9.626:200\$883 ao § 9º do orçamento de 1919 do mesmo Ministerio.

N. 13.965 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 16:690\$ para execução do disposto no art. 10 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.966 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 2.393:744\$081, complementar ás sub-consignações "Obras de fortificações",

da verba 13<sup>a</sup>, e ns: 12, 13, 18, 19, 20 e 23, da verba 14<sup>a</sup>, do orçamento do dito Ministério, relativo a 1919.

N. 13.966 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito de 10:126\$105, supplementar á consignação "Conservação da linha telegraphica estrategica de Matto Grosso do Amazonas", do exercicio de 1919.

N. 13.967 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministério da Guerra o credito de 1.213:977\$444, supplementar á verba 10<sup>a</sup> — Classes inactivas — soldo vitalicio, — do orçamento do dito Ministério, relativo ao exercicio de 1919.

N. 13.968 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Emancipa o nucleo colonial Bandeirantes, no Estado de S. Paulo.

N. 13.969 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Emancipa o nucleo colonial Barão do Rio Branco, no Estado de Santa Catharina.

N. 13.970 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito especial de 92:417\$595, destinado a cobrir, por encontro de lançamentos, a responsabilidade do chefe da Comissão de Linhas Estrategicas de Matto Grosso do Amazonas.

N. 13.971 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministério da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 387:263\$, sendo 176:520\$ para pagamento ao Estado do Rio Grande do Sul e 210:743\$ aos Estados de Minas Geraes, Paraná e Espírito Santo, á Companhia Mineira Auto-Viação Intermunicipal de Uberaba e a Izidoro Honorio Dólm de subvenção pela construção de estradas de rodagem e o credito de 80:000\$, supplementar á verba 16<sup>a</sup>, consignação « Patronatos agricolas », sub-consignação « Custeio dos patronatos, etc. », art. 88, da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.972 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Modifica a clausula I do decreto n. 13.879, de 19 de novembro do anno proximo findo, que concede autorização á « Insurance Company of North America », com sede na cidade de Philadelphia, Estados Unidos da America do Norte, para funcionar no paiz.

N. 13.973 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Cassa o decreto n. 8.046, de 2 de junho de 1910, que approvou os estatutos da companhia de seguros terrestres e maritimos Lealdade, com sede em Belém, Pará, e dá outras providencias.

N. 13.974 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 21:031\$502 para o pagamento devido a Alfredo Carlos Soares da Camara, em virtude de sentença judicial.

N. 13.975 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 7:825\$



para pagar os vencimentos de 1918, devidos ao encarregado do Posto Fiscal do Alto-Acre, Julio Targino da Fonseca.

N. 13.976 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de 17:694\$960 para regularizar a escripturação de despesas relativas ao exercício de 1918, feitas pelo Banco do Brasil, por conta do Thesouro Nacional.

N. 13.977 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 100:000\$, complementar á verba 12ª — Imprensa Nacional, — consignação « pessoal amovível », do orçamento vigente.

N. 13.978 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de 3:908\$ para pagamento a D. Francisca Luiza Albernaz, viúva do capitão de fragata machinista Antonio Ignacio Albernaz.

N. 13.979 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de 66:480\$999 para pagar, em virtude de sentença judiciária, ao primeiro tenente José de Siqueira Campos e outros.

N. 13.980 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1920 — Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de 124:000\$ para occorrer ás despesas decorrentes do desdobramento da cautela provisória de letras do Thesouro, n. 425, na importância de 100:000\$, incluídos os juros que deixarão em tempo de ser pagos.

N. 13.981 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o crédito extraordinario de 52:503\$374 para limpeza e conservação do Palácio Monroe.

N. 13.982 — MARINHA — Decreto de 9 de janeiro de 1920 — Abre pelo Ministério da Marinha o crédito de 7:700\$ para pagamento ao mecanico contratado, Alfredo Kurt Schultze, de differenças de vencimentos.

N. 13.983 — MARINHA — Decreto de 9 de janeiro de 1920 — Abre pelo Ministério da Marinha o crédito de 5:122:342\$162, complementar ás verbas 6ª, 7ª, 11ª, 13ª, 18ª, 19ª e 21ª do orçamento de 1919.

N. 13.984 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Approva os projectos e orçamentos de tres viaductos e um aterro com bocico duplo para a linha de Theophilo Ottoliti a Tremedal, na Rede de Viação Geral da Bahia, assim modificando o projecto approved pelo decreto n. 10.296, de 25 de junho de 1918.

N. 13.985 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas os creditos de 995:004\$, complementar á verba 6ª, n. II, do art. 98 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919, e o de 1.404:210\$, especial, para pagamento do augmento de salario do pessoal jornalheiro da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 13.985 A — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 408:765\$550 para pagamento do que é devido a «The Amazon Steam Navigation Company, Limited», em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.986 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 29:462\$345, para a modificação da linha ferrea de Victoria a Itabira, no Kilometro 381,810.

N. 13.986 A — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 24:859\$045 para attender ao pagamento do que é devido a «The St. John d'El-Rey, Mining Company», em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.987 — MARINHA — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Abre pelo Ministerio da Marinha o credito especial de 339:876\$595 para attender a varias despesas do mesmo Ministerio.

N. 13.988 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.262:162\$495 para liquidação de despesas da Commissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Malto Grosso ao Amazonas.

N. 13.989 — GUERRA — Decreto de 11 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 103:774\$715, supplementar ás verbas 1ª a 7ª e 16ª da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 13.990 — RELAÇÕES EXTERIORES, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, MARINHA, GUERRA, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de janeiro de 1920 — Prómulga o tratado de paz entre os paizes alliados, associados e o Brasil, de um lado, e de outro a Allemanha, assignado em Versailles em 28 de junho de 1919.

N. 13.991 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 1.094:400\$ á verba 31ª — Exercicios findos, — para pagamento dos juros relativos aos semestres de 1914 a 1918 o garantidos sobre a construção do prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana, de Salto Grande a Porto Tibiriçá.

N. 13.992 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 4:056\$664 para pagar o que é devido a D. Maria do Carmo Costa Valle, em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.993 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:917\$660 para pagamento a Araujo Freitas & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

N. 13.994 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 12:444\$440, afim de pagar os vencimentos a que tem direito o bacharel Roque Antonio Rabello Horta, funcionario addido, ex-fiel da Caixa de Conversão.

N. 13.995 — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 3:677\$419, supplementar á verba 3ª — Supremo Tribunal Militar e auditores — do referido Ministerio.

N. 13.996 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 402:000\$ para conclusão do edificio iniciado pelo Lloyd Brasileiro, na rua Visconde de Itaboraity, da cidade do Rio de Janeiro, afim de nelle installarem-se as repartições subordinadas ao Ministerio da Viação e Obras Publicas que funccionam em predios alugados e que para elle possam ser transferidas.

N. 13.997 — FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Corrige enganos com que foi publicada a lei n. 3:991, de 5 de janeiro de 1920, que fixa a despesa geral da Republica para o exercicio de 1920.

N. 13.998 — FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Supprime logares nas alfandegas do Rio de Janeiro e do Maranhão.

N. 13.999 — FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:160\$ para pagamento de acrescimo de vencimentos devido a Alvaro da Rocha Vianna e outro.

N. 14.000 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 127:000\$ para pagamento ás camaras municipais de Novo-Horizonte, Itajuby e Santa Adelia, no Estado de S. Paulo, de subvenção pela construcção, em 1919, de uma estrada de rodagem, ligando entre si os respectivos municipios.

N. 14.001 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Concede autorização á Companhia Paulista de Lactecios para funcionar.

N. 14.002 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 2.000:000\$. ouro, para ser applicado ao transporte, recepção e hospedagem de imigrantes.

N. 14.003 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 44:581\$ para pagamento do pessoal da agencia dos Correios de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 14.004 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:598\$, destinado ao pagamento das despesas realizadas com os funeraes do Dr. Canuto José Saraiva, ministro do Supremo Tribunal Federal.

N. 14.005 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Approva o projecto definitivo das installações hydro-electricas do rio Paraguassú, no Estado da Bahia.



N. 14.006 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS. — Decreto de 14 de janeiro de 1920 — Approva as clausulas para a revisão do contracto celebrado com a Empresa Constructora do Rio Grande do Sul para os estudos e construção das linhas ferreas de Bazílio a Jaguarão, S. Sebastião a Sant'Anna do Livramento e Alegrete a Quaraby.

N. 14.007 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 100:000\$ para a construção de uma estrada de rodagem, adaptada ao trafego de automoveis, no Estado de Goyaz.

N. 14.008 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 16:333\$448 para pagamento a João Francisco Lacerda Coutinho, engenheiro-ajudante de 2ª classe da Repartição de Aguas e Obras Publicas, de differença de vencimentos no periodo de 1 de janeiro de 1912 a 31 de dezembro de 1919.

N. 14.009 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Relações Exteriores o credito de 200:000\$, ouro, suplementar á verba 11ª do art. 24 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.

N. 14.010 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para estudos e construção da Estrada de Ferro Petrolina a Theresina.

N. 14.011 — FAZENDA, MARINHA, GUERRA E VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de janeiro de 1920 — Autoriza a emissão de 100.000:000\$, em apolices da divida publica, dos valores nominaes de 1:000\$ e 500\$, cada uma, juros de 5 %, papel, para attender ás despesas com os ministerios da Marinha, Guerra e Viação e Obras Publicas.

N. 14.012 — FAZENDA — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito de 500:000\$, suplementar á verba 5ª — Inactivos, pensionistas, etc., — consignação «a) — Montepio — Novas concessões», do orgamento do mesmo Ministerio, do exercicio de 1919.

N. 14.013 — FAZENDA — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito de 5:884\$781 para pagamento a D. Rachel Tindoco Martins e a suas filhas, por differenças de montepio e custas do processo.

N. 14.014 — FAZENDA — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito de 9:600\$, suplementar á verba 19ª, art. 131, da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919, para acrescimo de alugueres de predios onde funcionam as alfandegas de Porto Alegre e Uruguayana.

N. 14.015 — FAZENDA — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 23:609\$747, destinado ao pagamento das differenças de montepio de D. Emma James Rodrigues da Costa e seus filhos.

N. 14.016 — FAZENDA — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:259\$



para completar o pagamento dos vencimentos devidos ao director da Recebedoria do Districto Federal, Bonedito Hypolito de Oliveira Junior, e mais o credito de 12:827\$415 para pagamento de differenças de vencimentos do mesmo funcionario em exercicios anteriores,

N. 14.017 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 173:155\$536, ouro, para o pagamento das despesas relativas á contribuição do Brasil para a Liga das Nações,

N. 14.018 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:435\$483 para pagamento de vencimentos ao bacharel Juvenal Antunes de Oliveira.

N. 14.019 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 27:476\$341 para pagamento de vencimentos ao bacharel Ismael Olavo Soares de Souza, juiz municipal do territorio do Acre, em disponibilidade.

N. 14.020 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 228:404\$518 para pagamento de despesas effectuadas, em 1919, com o serviço de prophylaxia rural.

N. 14.021 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Propaga até 29 de fevereiro do corrente anno o prazo fixado pelo decreto n. 13.266, de 6 de novembro de 1918, para modificações e melhoramentos na estação de Curitiba, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 14.022 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma Companhia Commercial Transactor Brasil («Aktieselskap») para funcionar na Republica.

N. 14.023 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, o credito especial de 8:100\$, ouro, para occorrer ás despesas com a manutenção, no estrangeiro, de dous alumnos da Escola de Minas de Ouro Preto.

N. 14.024 — **GUERRA** — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1:000\$, importancia devida a Generosa Ferraz Alves, viuva de salvador Alves, operario da Fabrica de Polvora sem Fumaca, morto em accidente de trabalho.

N. 14.025 — **GUERRA** — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1:460\$, assim do serem pagas ao operario da Fabrica de Polvora sem Fumaca, José dos Santos, as diarias de 4\$, no periodo de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1919.

N. 14.026 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 21 de janeiro de 1920 — Approva o regulamento para execução da lei n. 4.017, de 9 de janeiro de 1920.

N. 14.027 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de janeiro de 1920 — Crea a Superintendencia do Abastecimento e approva o regulamento para a execução das medidas constantes dos arts. 2º, 3º e 4º do decreto legislativo n. 4.034, de 12 de janeiro de 1920.

N. 14.028 — MARINHA — Decreto de 28 de janeiro de 1920 — Corrige o art. 24 do decreto n. 4.018 de 9 do corrente.

N. 14.029 — GUERRA — Decreto de 28 de janeiro de 1920 — Transfere a parada de varios corpos do Exereito.

N. 14.030 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1920 — Reconhece como de utilidade publica a Federação Maritima do Pará

N. 14.031 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de janeiro de 1920 — Autoriza a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação a executar diversos melhoramentos na estação de Cascavel, do ramal de Caldas.

N. 14.032 — (Não foi publicado).

N. 14.033 — FAZENDA — Decreto de 28 de janeiro de 1920 — Approva a cessão feita, da carteira de seguros mutuos sobre a vida, pela companhia de seguros mutuos sobre a vida, Alliança Mineira, com séde em Ponte Nova, á sociedade anonyma de peculios Zona da Matta, com séde na cidade de Leopoldina, ambas no Estado de Minas Geraes.

N. 14.034 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de janeiro de 1920 — Approva a revisão dos estudos do ramal do Paranapanema, entre os kilometros 125 + 278<sup>m</sup>, 53 e 139 + 958<sup>m</sup>, 38, dos approvados pelo decreto n. 10.375, de 6 de agosto de 1913.

N. 14.035 — FAZENDA — Decreto de 28 de janeiro de 1920 — Proroga por 20 annos o praso da concessão feita a «The Yokohama Specie Bank, Limited», para funcionar na Republica.

N. 14.036 — FAZENDA — Decreto de 28 de janeiro de 1920 — Rectifica o decreto legislativo n. 4.017, de 9 de janeiro de 1920.

N. 14.037 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de janeiro de 1920 — Concede autorisação á sociedade anonyma «Handley Page, Limited», para funcionar na Republica.

N. 14.038 — (Não foi publicado.)

N. 14.039 — FAZENDA — Decreto de 29 de janeiro de 1920 — Approva o novo regulamento sobre facturas consulares.

N. 14.040 — MARINHA — Decreto de 29 de janeiro de 1920 — Approva e manda executar, em caracter provisorio, instrucções para matricula na Escola Naval.

N. 14.041 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1920 — Altera o orçamento approvado pelo decreto n. 13.266, de 6 de novembro de 1918, para as mo-

dificações e melhoramentos na estação de Curityba, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 14.042 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1920 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 14:943\$632, para uma parada de madeira nas proximidades do kilometro 20, da linha de Barra Bonita e Rio do Peixe, na Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 14.043 — (Não foi publicado).

N. 14.044—AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO—Decreto de 4 de fevereiro de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma "Hollandische Transatlantische Handelsvereeniging" (Sociedade Commercial Hollandeza Transatlantica) para funcceionar na Republica.

N. 14.045—AGRICULTUURA, INDUSTRIA E COMMERCIO—Decreto de 4 de fevereiro de 1920 — Altera os arts. 5º e 47, § 1º, do regulamento da Escola de Minas de Ouro Preto.

N. 14.046—AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO—Decreto de 4 de fevereiro de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma "The South American and General Syndicate Limited", para funcceionar na Republica.

N. 14.047 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1920 — Autoriza a transferencia á "Central and South American Telegraph" da concessão feita a Frank Carney pelo decreto n. 13.833, de 23 de outubro de 1919, para lançar e aterrar nas costas do Brasil, manter e trafegar um cabo telegraphico ligando a cidade do Rio de Janeiro á ilha de Cuba.

N. 14.048 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1920 — Autoriza a transferencia á "Central and South American Telegraph Company" da concessão feita a Frank Carney pelo decreto n. 13.832, de 23 de outubro de 1919, para lançar e aterrar cabos submarinos ligando as cidades do Rio de Janeiro e de Santos á Republica Oriental do Uruguay.

N. 14.049 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1920 — Approva estudos e orçamento, na importancia de 82:483\$786, para a construcção do ramal ferreo de Ponta d'Areia a Caravellas.

N. 14.050 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1920 — Approva o regulamento da Inspectoria Federal de Navegação.

N. 14.051 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de fevereiro de 1920 — Autoriza a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande a ampliar o armazem e modificar o edificio da estação de Guajuvira, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 14.052 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 150:000\$ para reforço da verba 12ª art. 52, da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920.

N. 14.053 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 10 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito extraordinário de 5.000:000\$ para a continuação das obras destinadas a minorar os soffrimentos das serranhejos do Nordeste, actualmente assolados pelo flagello da seca.

N. 14.054 — MARINHA — Decreto de 11 de fevereiro de 1920 — Dá responsabilidade aos machinistas auxiliares da Armada e mecanicos navaes quando em serviço.

N. 14.055 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 11 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito de 1.000:000\$ para attender ás despesas com a construcção da linha de Barra Mansa á Angra dos Reis, da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 14.056 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1920 — Dá novo regulamento á Secretaria do Estado das Relações Exteriores.

N. 14.057 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1920 — Dá novo regulamento ao Corpo Diplomatico Brasileiro.

N. 14.058 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1920 — Dá um regulamento ao Corpo Consular Brasileiro.

N. 14.059 — FAZENDA — Decreto de 11 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de 2:360\$645 para occorrer ao pagamento de differenças de pensões devidas a D. Adelaide de Cunha Campos relativas ao periodo de 31 de agosto de 1899 a 30 de junho de 1909.

N. 14.060 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito de 150:000\$ para a conclusão do ramal de Barbaçena, na Estrada do Ferro Oeste de Minas.

N. 14.061 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito de 80:000\$ para a desobstrucção do rio Guayabá.

N. 14.062 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito de 400:000\$ para a canalização de agua nos bairros de Ipanema e Leblon, nesta Capital.

N. 14.063 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito de 100:000\$ para occorrer ás despesas com as obras de reconstrucção do proprio nacional occupado pela estação telegraphica da cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 14.064 — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de 50:000\$ para occorrer ás despesas preliminares do Congresso Ferroviario Sul Americano que terá de se reunir no Rio de Janeiro em 1922.



N. 14.065 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 6.000:000\$ para occorrer, no corrente anno, ás despesas com o inicio dos trabalhos do recenseamento geral da população da Republica, conjuntamente com os recenseamentos agrícola e industrial do paiz.

N. 14.066 — FAZENDA — Decreto de 19 de fevereiro de 1920 — Incorpora a Caixa de Conversão á de Amortização.

N. 14.067 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 300:000\$ para attender, no corrente anno, ao custeio da Superintendencia do Abastecimento.

N. 14.068 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de fevereiro de 1920 — Autoriza a revisão dos contractos relativos ao arrendamento e á construção das estradas de ferro federaes dos Estados da Bahia, Sergipe e Norte de Minas Geraes.

N. 14.069 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de fevereiro de 1920 — Autoriza a celebração de novo contracto com a Empresa Fluvial Piahyense, de propriedade de Oliveira Peares & Comp., para o serviço de navegação do Alto-Parnahyba e do rio das Balsas.

N. 14.070 — GUERRA — Decreto de 19 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 62:826\$3314, destinado ao pagamento ao major do Exercito Manoel Corrêa do Lago, de differença de vencimentos a que tem direito.

N. 14.071 — GUERRA — Decreto de 19 de fevereiro de 1920 — Approva os quadros do effectivo de instrução das unidades de tropa.

N. 14.072 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:600\$, ouro, para subvencionar, no estrangeiro, o aperfeiçoamento da educação artistica da senhorita Maria de Verney Campello e da Sra. Lydia de Albuquerque Salgado.

N. 14.073 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3.395:638\$200 para auxiliar as populações flagelladas de diversas zonas do paiz, para assegurar a defesa sanitaria dos portos e para proceder á prophylaxia de molestias que reinam em varios pontos do territorio nacional.

N. 14.074 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de fevereiro de 1920 — Reconhece como de utilidade publica o Instituto Historico e Geographico, com sede em Araçajú.

N. 14.075 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.500:000\$ para occorrer ás despesas com os estudos de portos e serviços de dragagem, a cargo da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes.

N. 14.076 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$, destinado aos estudos e organização do projecto definitivo das obras de saneamento da baixada fluminense.

N. 14.077 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E GUERRA — Decreto de 23 de fevereiro de 1920 — Decreta a intervenção da Bahia, de accôrdo com o art. 6º, n. 3, da Constituição Federal.

N. 14.078 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de fevereiro de 1920 — Dá novo regulamento ao Gabinete de Identificação e Estatística da Policia do Districto Federal.

N. 14.079 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de fevereiro de 1920 — Dá novo regulamento á Inspectoria de Investigação e Segurança Publica.

N. 14.080 — FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1920 — Corrige enganos com que foi publicada a lei n. 3.991, de 5 de janeiro findo, que fixa a despesa geral da Republica para o exercicio de 1920.

N. 14.081 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de fevereiro de 1920 — Faz publico o deposito de ratificação das convenções da 4ª Conferencia Internacional Americana por parte da Republica Oriental do Uruguay.

N. 14.082 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de fevereiro de 1920 — Publica a adhesão da Republica do Haiti á convenção assignada em Genebra, a 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.

N. 14.083 — FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1920 — Cassa o decreto n. 9.936, de 18 de dezembro de 1912, que autorizou a sociedade de seguros de vida Mutualidade Pernambuco, com séde em Recife, a funcionar na Republica.

N. 14.084 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1920 — Autoriza a « Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil » a executar diversas obras.

N. 14.085 — GUERRA — Decreto de 3 de março de 1920 — Approva o regulamento para instrução e serviços geraes nos corpos de tropa do Exército (2ª edição).

N. 14.086 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de março de 1920 — Transfere do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio para o da Marinha os serviços sobre a pesca.

N. 14.087 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de março de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 44:581\$ para pagamento do pessoal da agencia especial dos Correios de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 14.088 — FAZENDA — Decreto de 3 de março de 1920 — Approva as alterações feitas nos estatutos da « Guardian Assurance Company » pelas assembléas geraes extraordinarias realizadas em Londres, Inglaterra, em 18 de fevereiro, 8 de março, 24 de novembro e 13 de dezembro de 1916.

N. 14.089 — FAZENDA — Decreto de 6 de março de 1920 — Corrige engano com que foi publicada a lei n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919, que orça a receita geral da Republica para o corrente exercicio.

N. 14.090 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de março de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 492:000\$ para conclusão do edificio iniciado pelo Lloyd Brasileiro, na rua Visconde de Itaborahy, na cidade do Rio de Janeiro, afim de nelle installarem-se as repartições subordinadas ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, que funcionam em predios alugados e que para elle possam ser transferidas.

N. 14.091 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de março de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.300:000\$ para attender ás despesas com a manutenção do trafego das linhas de Formiga e de Araguary, da Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 14.092 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICACS — Decreto de 8 de março de 1920 — Approva as plantas e respectivos orçamentos para a construção de novas officinas de reparação do material rodante da Rede Viação Ferrea do Rio Grande do Sul e de um galpão para reparação de *trucks*, nas referidas officinas.

N. 14.093 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1920 — Concede redução de direitos de importação a alguns artigos de produção norte-americana.

N. 14.094 — (Não foi publicado.)

N. 14.095 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1920 — Concede autorização á S. Paulo, Companhia Nacional de Seguros de Vida, para funcionar no Brasil e approva os seus estatutos.

N. 14.096 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma de seguros Ura-nia, com séde nesta capital, para operar em seguros maritimos e terrestres e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 14.097 — FAZENDA — Decreto de 15 de março de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda, nos termos da lei n. 3.990, de 2 de janeiro de 1920, o credito especial de 31.787:982\$679 para pagamento do augmento de vencimentos dos funcionarios publicos civis e militares.

N. 14.098 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de março de 1920 — Concede autorização a «Suomen Valtamerentakainen Kauppa OY», sociedade anonyma, para funcionar na Republica.

N. 14.099 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de março de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 64:708\$500, destinado ao pagamento de publicações relativas á Conferencia Trabalhista, reunida em Washington, em consequencia do tratado de paz.

N. 14.100 — FAZENDA — Decreto de 17 de março de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de

100.000:000\$, papel, na forma do art. 2º, n. IX, da lei n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919.

N. 14.101 — GUERRA — Decreto de 17 de março de 1920 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito de ..... 30.000:000\$, papel, para occorrer a despesas decorrentes da reorganização do Exército.

N. 14.102 — FAZENDA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1920 — Approva o regulamento para a caixa especial das obras de irrigação de terras cultiváveis no Nordéste brasileiro.

N. 14.103 — GUERRA — Decreto de 17 de março de 1920 — Muda a numeração das 5ª e 6ª brigadas de infantaria do Exército de segunda linha.

N. 14.104 — GUERRA — Decreto de 17 de março de 1920 — Approva o regulamento da Directoria Geral do Tiro de Guerra (2ª edição).

N. 14.105 — GUERRA — Decreto de 19 de março de 1920 — Transfere a parâda de diversas unidades do Exército.

N. 14.106 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de março de 1920 — Concede ao Estado de Matto Grosso autorização para construção, uso e gozo das obras de melhoramentos do porto fluvial de Corumbá.

N. 14.107 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de março de 1920 — Approva as clausulas para a revisão do contracto celebrado com o engenheiro civil Emilio Schnood para a construção da secção de Alberto Isaacson a Bello Horizonte, da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 14.108 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de março de 1920 — Approva a planta e o orçamento, na importância de 12:341\$760, de melhoramentos na estação de Rodolpho Paixão, da linha de Catalão, da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação.

N. 14.109 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de março de 1920 — Eleva a 18 o numero de membros da comissão consultiva para o estudo dos assumptos concernentes aos seguros contra accidentes do trabalho, e dá outras providencias.

N. 14.110 — MARINHA — Decreto de 24 de março de 1920 — Abre ao Ministério da Marinha o credito especial de .... 30.000:000\$ para attender á aquisição de material e á melhoramentos de varios serviços a seu cargo.

N. 14.111 — (Não foi publicado.)

N. 14.112 — GUERRA — Decreto de 24 de março de 1920 — Rectifica para 62:045\$631 a importância de 62:826\$314 do credito aberto pelo decreto n. 14.070, de 19 de fevereiro ultimo, para pagamento ao major do Exército Manoel Corrêa do Lago, de differença de vencimentos a que tem direito.

N. 14.113 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de março de 1920 — Approva planos e orçamento, na importância de 6:098\$123, para a construção de um desvio no pateo da estação da Barra Grande, da Estrada de Ferro Sorocabana.



N. 14.114 — (Não foi publicado.)

N. 14.115 — FAZENDA — Decreto de 26 de março de 1920 — Concede autorização á A Equitativa de Portugal e Ultramar, com sede em Lisboa, Portugal, para funcionar no Brasil, em seguros e resseguros em todos os seus ramos.

N. 14.116 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de março de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para occorrer ás despesas com o pessoal e material destinados á mudança da estação inicial da Estrada de Ferro Rio d'Ouro da Ponta do Cajú para a Praia Formosa (Alfredo Maia).

N. 14.117 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de março de 1920 — Crea o Serviço do Algodão.

N. 14.118 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de março de 1920 — Crea um patronato agricola no município de Bananeiras, Estado da Parahyba do Norte.

N. 14.119 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de março de 1920 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 12:877\$375, para ampliação do edificio do posto telegraphico do Kilometro 217, do ramal de Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 14.120 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de março de 1920 — Dá novo regulamento á Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria.

N. 14.121 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de março de 1920 — Concede autorização para funcionar na Republica á Companhia Segurança Industrial e approva os seus estatutos.

N. 14.121 A — GUERRA — Decreto de 31 de março de 1920 — Approva o regulamento para a Escola de Aviação Militar.

N. 14.122 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1920 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de.... 28:012\$498 para attender ás despesas com o pagamento de pessoal e material decorrentes da reorganização do Laboratorio Nacional de Analyses.

N. 14.123 — GUERRA — Decreto de 31 de março de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 15:000\$ para pagamento de despesas de pessoal e material do Gabinete de Identificação da Guerra.

N. 14.124 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1920 — Autoriza a modificação da clausula VII do contracto celebrado nos termos do decreto n. 13.691, de 9 de julho de 1919, para transferência, ao Estado do Rio Grande do Sul, dos contractos relativos á barra e porto do Rio Grande, e, bem assim, a da clausula XV, decorrente da modificação daquella.

N. 14.125 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de abril de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 415:000\$ para pagamento do pessoal da Inspectoria de Investigação e Segurança Publica.

N. 14.126 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de abril de 1920 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 109:986\$001 para pagamento ao pessoal do Gabinete de Identificação e Estatística.

N. 14.127 — MARINHA — Decreto de 7 de abril de 1920 — Dá novo regulamento à Escola Naval.

N. 14.128 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto de 7 de abril de 1920 — Abre ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio o crédito de 60:000\$ para ocorrer às despesas com as experiências de fabricação de ferro; aço e ligas de manganês com o forno eléctrico de invenção dos engenheiros Alceu de Lellis e Carlos Rimes.

N. 14.129 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto de 7 de abril de 1920 — Concede autorização à sociedade anonyma Companhia Italo-Brasileira de Indústria e Comércio para funcionar.

N. 14.130 — GUERRA — Decreto de 7 de abril de 1920 — Approva o regulamento para a Escola de Estado-Maior do Exército.

N. 14.131 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 10 de abril de 1920 — Approva o regulamento para a Escola de Aperfeiçoamento de Officiaes.

N. 14.132 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1920 — Proroga o prazo fixado no decreto n. 13.718, de 8 de agosto de 1919, para a execução de diversas obras na estação de Ponta Grossa, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, supplementares das autorizadas pelo de n. 13.017, de 4 de maio de 1918, e augmenta de 8:766\$534 o total dos orçamentos approvados por esses decretos.

N. 14.133 — (Não foi publicado.)

N. 14.134 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 10 de abril de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento na importância de 25:806\$941, de uma casa-dormitorio, a ser construída na estação de Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 14.135 — (Não foi publicado.)

N. 14.136 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 10 de abril de 1920 — Declara rescindido o contracto de construção e arrendamento da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, a que se refere o decreto n. 9.172, de 4 de dezembro de 1911.

N. 14.137 — GUERRA — Decreto de 14 de abril de 1920 — Approva o regulamento para os conselhos de guerra permanentes das praças de 1.º do Exército.

N. 14.138 — FAZENDA — Decreto de 14 de abril de 1920 — Approva, com alteração, a resolução da assembléa geral extraordinária, realizada em 26 de janeiro proximo findo, da Companhia Santista de Seguros.

N. 14.139 — FAZENDA — Decreto de 14 de abril de 1920 — Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de 6:723\$677 para ocorrer ao pagamento da pensão de meio soldo,

devida á D. Leopoldina de Mattos Porto, e relativa ao periodo de 15 de janeiro de 1894 a 17 de junho de 1906.

N. 14.140 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de abril de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma «A. Boye & C.<sup>o</sup> A/S» para continuar a funcionar na Republica.

N. 14.140 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de abril de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 5.500:000\$ para occorrer ás despesas com os melhoramentos das estações, composição e decomposição dos trens da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 14.141 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de abril de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 2.050:000\$ para occorrer ás despesas com melhoramento de depositos e officinas da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 14.142 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de abril de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.000:000\$ para o serviço de reparação de carros e vagões da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 14.143 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de abril de 1920 — Approva as plantas dos pontos de aterramento dos cabos submarinos de que trata a concessão a que se refere o decreto n. 13.832, de 23 de outubro de 1919, e do traçado das linhas de ligação entre esses pontos e as estações do respectivo concessionario, no Rio de Janeiro e em Santos.

N. 14.144 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de abril de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 8.930:000\$, destinado á aquisição de material de transporte de passageiros e mercadorias para a Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 14.145 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de abril de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 5.920:000\$, destinado á aquisição de locomotivas para a Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 14.146 — FAZENDA — Decreto de 20 de abril de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 11:546\$855, para pagar, no periodo de 16 de janeiro a 31 de dezembro do corrente anno, os vencimentos que competem aos ex-escripturarios do Laboratorio Nacional de Analyses incorporados á classe dos quarteis escripturarios da Alfandega do Rio de Janeiro, por força da lei n. 4.050, de 13 de janeiro ultimo.

N. 14.147 — (Não foi publicado.)

N. 14.148 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de abril de 1920 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Companhia União Agricola.

N. 14.149 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de abril de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importancia de 46:709\$973, destinado á construcção de um novo edificio para a estação de Barra Grande, no ramal de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 14.150 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de abril de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importância de 20:183\$962, para a construção de um armazem para mercadorias na estação de Itapevy, da linha de Santa Maria a Uruguayana.

N. 14.151 — FAZENDA — Decreto de 28 de abril de 1920 — Cassa o decreto n. 10.199, de 30 de abril de 1913, que autorizou a sociedade mutua de seguros e peculios Globo, com sede na Capital Federal, a funcionar na Republica.

N. 14.152 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de abril de 1920 — Publica a adhesão da Finlândia aos accôrds firmados em Roma, em 26 de maio de 1906, relativos ao serviço de vales postaes e á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas.

N. 14.153 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1920 — Approva, para os effeitos da clausula II do contracto firmado de accôrdo com o decreto n. 7.942, de 7 de abril de 1910, a extensão total de 65km.,939, para prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá.

N. 14.154 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de francos 140.320.546, destinado ao pagamento á « Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul », de que trata a clausula XXXIX do termo de transferencia assignado em virtude do decreto n. 13.691, de 9 de julho de 1919.

N. 14.155 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 24:000\$ para pagamento á Sociedade de Concertos Symphonics da subvenção relativa ao exercicio de 1919.

N. 14.156 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de maio de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 12.300:000\$, destinado ás installações e acquisição de material fixo e rodante para a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

N. 14.157 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de maio de 1920 — Dispõe sobre a execução do decreto legislativo n. 4.061, de 16 de janeiro de 1920.

N. 14.158 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de maio de 1920 — Concede autorização á « Compagnie Commerciale et Industrielle du Brésil » para funcionar na Republica.

N. 14.159 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de maio de 1920 — Approva clausulas complementares das que baixaram com o decreto n. 14.068, de 19 de fevereiro de 1920.

N. 14.160 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de maio de 1920 — Autoriza a celebração do contracto com a « Itabira Iron Ore Company, Limited », para que, sem privilegio, construa e explore usinas siderurgicas, duas linhas ferreas e um caes de embarque e desembarque, nos Estados de Minas Geraes e Espirito Santo.

N. 14.161 — MARINHA — Decreto de 12 de maio de 1920 — Tornam extensivas á Armada as disposições sobre honras funebres em vigor no Exercito.



N. 14.162 — FAZENDA — Decreto de 12 de maio de 1920 — Reorganiza e dá regulamento aos serviços a cargo da Recebedoria do Districto Federal.

N. 14.163 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1920 — Approva a fusão da Faculdade Livre de Direito e da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes, ambas do Rio de Janeiro.

N. 14.164 — (Não foi publicado.)

N. 14.165 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de maio de 1920 — Approva a nova alteração dos estatutos da Companhia Armour do Brasil.

N. 14.166 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de maio de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma «American Coffee Corporation» para funcionar na Republica.

N. 14.167 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de maio de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma «Ford Motor Company» para funcionar na Republica.

N. 14.168 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de maio de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma «Dutilh Commercial Company, Incorporated», para funcionar na Republica.

N. 14.169 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de maio de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 834:432\$966, destinado a occorrer ao pagamento dos trabalhos a serem executados no corrente anno, de conformidade com o § 1º da clausula II das que baixaram com o decreto n. 14.107, de 22 de março de 1920.

N. 14.170 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de maio de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 320:000\$ para subvencionar o serviço de combate á lagarta rosea, mantido pelo Estado de S. Paulo.

N. 14.171 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de maio de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 9.863:573\$821 para occorrer a despesas com a rescisão do contracto de construcção e arrendamento da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

N. 14.172 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de maio de 1920 — Crea um consulado em Palermo.

N. 14.173 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de maio de 1920 — Autoriza a «Western Telegraph Company, Limited», mediante condições, a aterrar provisoriamente em S. Luiz do Maranhão, o cabo submarino Recife-Belém, e mudar o ponto de aterramento do cabo Brasil-Barbados.

N. 14.174 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de maio de 1920 — Approva as clausulas do contracto a ser lavrado com a Agencia Havas, para o estabelecimento de uma estação radio-telegraphica de grande alcance.

N. 14.175 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de maio de 1920 — Approva o projecto, orçado em 82:992\$, de

calçamento, a parallelipipedos, de uma área de 7.980 metros quadrados, a ser construído no novo porto do Rio Grande.

N. 14.176 — GUERRA — Decreto de 19 de maio de 1920 — Altera diversos dispositivos do regulamento em vigor para os collegios militares.

N. 14.177 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de maio de 1920 — Approva o regulamento para execução da lei n. 3.508, de 10 de julho de 1918, que define e pune a falsificação dos adubos chimicos e regula o seu commercio.

N. 14.178 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de maio de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma « Kelvin Engineering C<sup>o</sup>. Inc., of Brazil » para funcionar na Republica.

N. 14.179 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de maio de 1920 — Autoriza o ministro da Agricultura, Industria e Commercio a assignar contracto com o engenheiro Trajano Saboia Viriato de Medeiros, concessionario de usinas de beneficiamento de algodão e seus sub-productos do Nordeste, para a conclusão das obras respectivas, permitindo-lhe a mudança dos locais das installações ainda não estabelecidas e a emissão de *debentures* sobre as contractadas.

N. 14.180 — MARINHA — Decreto de 26 de maio de 1920 — Approva e manda executar o plano e regulamento para os uniformes dos officiaes do Corpo da Armada e classes annexas.

N. 14.181 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1920 — Proclama reconhecidos o Estado da Polonia e o seu governo.

N. 14.182 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1920 — Proclama reconhecidos o Estado Tcheco-Slovaco e o seu governo.

N. 14.183 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1920 — Proclama reconhecidos a independencia da Finlandia e o seu governo.

N. 14.184 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de maio de 1920 — Reorganiza a Directoria do Serviço de Agricultura Pratica e lhe dá nova denominação.

N. 14.185 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1920 — Publica a adhesão da União Sul-Africana á Republica Internacional de Hygiene, em Paris.

N. 14.186 — FAZENDA — Decreto de 26 de maio de 1920 — Extingue o serviço de capatazias na Alfandega de Recife, Pernambuco, e dá outras providencias.

N. 14.187 — FAZENDA — Decreto de 26 de maio de 1920 — Approva, com alterações, as modificações feitas nos estatutos da sociedade de seguros de vida Garantia da Amazonia, com sede na capital do Estado do Pará.

N. 14.188 — FAZENDA — Decreto de 26 de maio de 1920 — Approva as alterações feitas nos estatutos da Economizadora Paulista, Caixa Internacional de Pensões Vitalicias, com sede em S. Paulo.

N. 14.189 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1920 — Dá regulamento para a execução do decreto legislativo n. 3.987. de 2 de janeiro de 1920, que creou o Departamento Nacional de Saúde Pública.

N. 14.190 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1920 — Crea um consulado em Beira.

N. 14.191 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1920 — Decreta a intervenção federal no Estado do Espírito Santo, afim de manter a ordem pública, até que o Congresso Nacional, de accordo com o art. 6º, n. 2, da Constituição, restabeleça alli a forma republicana federativa.

N. 14.192 — GUERRA — Decreto de 29 de maio de 1920 — Determina que o commando da 1ª Circumscrição Militar seja exercido por um general de brigada.

N. 14.193 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de maio de 1920 — Autoriza a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, mediante condições, a construir na estação de Ponta Grossa um novo armazem para mercadorias, em substituição ao que alli servia á linha Itararé-Uruguay e á Estrada de Ferro do Paraná.

N. 14.194 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de maio de 1920 — Approva o projecto e orçamento, na importância de 2:809\$950, para a construção de um bofequim annexo á estação de Curitiba, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 14.195 — FAZENDA — Decreto de 29 de maio de 1920 — Corrige o regulamento que baixou com o decreto n. 14.162, de 12 de maio do corrente anno.

N. 14.196 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importância de 2:150\$172, para a construção de um embarcadouro de gado, na estação de Rondinha, situada no ramal de Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 14.197 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 48:000\$ para aquisição da bibliotheca que pertenceu ao ex-deputado Dr. Pedro Gonçalves Moacyr.

N. 14.198 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 18.200:000\$ para attender ás despesas com as obras de ampliação do porto do Rio de Janeiro.

N. 14.199 — FAZENDA — Decreto de 2 de junho de 1920 — Autoriza a emissão de apolices da divida publica, na importância de 40.000:000\$, para occorrer ao custeio da construção das estradas de ferro federaes dos Estados da Bahia, Sergipe e Norte de Minas Geraes.

N. 14.200 — FAZENDA — Decreto de 2 de junho de 1920 — Autoriza o ministro da Fazenda a emitir apolices da divida publica, na importância de 9.863:000\$, para attender á rescisão do contracto de construção e arrendamento da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, e dá outras providencias.

N. 14.201 — FAZENDA — Decreto de 3 de junho de 1920 — Supprime dois logares de quartos escripturarios na Directoria de Estatística Commercial.

N. 14.202 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de junho de 1920 — Approva, sob condição, os estudos definitivos e respectivo orçamento, na importancia de ..... 3.305:991\$838, de uma variante entre os kilometros 17 e 55 da linha ferrea de Conceição da Feira a Buranhem, da Rede de Viação Ferrea da Bahia.

N. 14.203 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de junho de 1920 — Autoriza a revisão do contracto para o serviço de navegação do Baixo S. Francisco, a que se referem os decretos ns. 12.218, de 27 de setembro de 1916, e 13.341, de 18 de dezembro de 1918.

N. 14.204 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de junho de 1920 — Approva a clausula complementar das que baixaram com o decreto n. 14.006, de 14 de janeiro de 1920.

N. 14.205 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de junho de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importancia de 61:049\$979 para a construcção de um edificio destinado á estação de Cerqueira Cesar, situada no kilometro 420, do ramal de Tibagy, da Estrada do Ferro Sorocabana.

N. 14.206 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de junho de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.042:000\$, afim de occorrer ao pagamento do pessoal e material a empregar nas reparações a fazer nas linhas adducoras do serviço de abastecimento de agua á Capital Federal.

N. 14.207 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de junho de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importancia de 32:703\$112, para o prolongamento da plataforma da estação de Castro, da linha ferrea de Itararé ao rio Uruguay.

N. 14.208 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de junho de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 5:592\$253 para occorrer ao pagamento devido a Modesto de Brito Sampaio, praticante de 1ª classe da Administração dos Correios no Estado do Amazonas, proveniente de vencimentos e gratificações locais, que deixou de receber nos annos de 1914 e 1915.

N. 14.209 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1920 — Publica a resolução assignada na 4ª Conferencia Internacional Americana, a 20 de agosto de 1910, sobre regulamentação aduaneira.

N. 14.210 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1920 — Publica a resolução assignada na 4ª Conferencia Internacional Americana, a 8 de agosto de 1910, sobre policia sanitaria.

N. 14.211 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1920 — Publica a resolução assignada na 4ª Conferencia Internacional Americana, a 20 de agosto de 1910, sobre documentos consulares.



N. 14.212 — FAZENDA — Decreto de 9 de junho de 1920 — Concede autorização para funcionar na Republica á Companhia Internacional de Seguros e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 14.213 — FAZENDA — Decreto de 9 de junho de 1920 — Cassa o decreto n. 6.908, de 2 de abril de 1908, que concedeu á Caixa Mutua de Pensões Vitalicias, com séde na capital de S. Paulo, autorização para funcionar na Republica e approvou, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 14.214 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de junho de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importancia de 1:863\$934, relativos á ampliação de desvio morto, situado na estação Bernardino de Campos, ramal de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 14.215 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de junho de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importancia de 12:836\$839 de uma casa a ser construida na estação de Indiana, situada no ramal de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana, para moradia de seus empregados.

N. 14.216 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de junho de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 78:842\$639 para pagamento de despesas realizadas em 1919, com a expedição de carteiras eleitoraes.

N. 14.217 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de junho de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 600:000\$ para o inicio dos trabalhos relativos á fundação de um centro agricola na zona do Oyapoek, no Estado do Pará e localização de 300 familias de nacionaes.

N. 14.218 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de junho de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma «Société Belge de Plantations au Brésil» para funcionar na Republica.

N. 14.219 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de junho de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma Companhia Brasileira de Viação e Commercio para funcionar.

N. 14.220 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de junho de 1920 — Concede autorização á «Central and South American Telegraph Company» para substituir esta denominação pela de «All America Cables, Incorporated».

N. 14.221 — FAZENDA — Decreto de 16 de junho de 1920 — Approva, com modificações, as alterações dos estatutos da companhia de seguros marítimos e terrestres «Garantia», com séde na Capital Federal, adoptadas pela assembléa geral extraordinaria de 28 de abril do corrente anno.

N. 14.222 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de junho de 1920 — Resolve encampar a rede ferro-viaria arrendada á «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil».

N. 14.223 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de junho de 1920 — Crea um consulado em Wiesbaden.

N. 14.224 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de junho de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 200.000.000 de francos belgas para occorrer ao pagamento da reversão da rêde ferro-viaria arrendada á «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil», nos termos do decreto n. 14.222, de 18 de julho de 1920.

N. 14.225 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de junho de 1920 — Approva a planta da área destinada á construeção de um edificio para os Correios e Telegraphos da capital do Estado da Parahyba do Norte e autoriza a desapropriação dos immoveis situados na referida área.

N. 14.226 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de junho de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 30:000\$ destinados ao pagamento de indemnizações devidas a proprietarios de terrenos e bemfeitorias desapropriadas pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 14.227 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de junho de 1920 — Proroga até 31 de agosto vindouro o praso para a xecução do regulamento do Departamento Nacional de Saude Publica, approved pelo decreto n. 14.189, de 26 de maio ultimo.

N. 14.228 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de junho de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$, destinado á trasladação, para o Rio Grande do Sul, dos despojos mortaes do conselheiro Gaspar Silveira Martins.

N. 14.229 — GUERRA — Decreto de 23 de junho de 1920 — Approva o regulamento para a Escola de Veterinaria do Exercito.

N. 14.230 — (Não foi publicado).

N. 14.231 — FAZENDA — Decreto de 23 de junho de 1920 — Approva a resolução tomada pela assembléa geral extraordinaria da companhia de seguros terrestres e maritimos Confiança, com séde nesta capital, realizada em 16 de fevereiro do corrente anno.

N. 14.232 — FAZENDA — Decreto de 23 de junho de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 247:169\$961, necessario á verba 8ª Recebedoria do Districto Federal — do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio.

N. 14.233 — FAZENDA — Decreto de 23 de junho de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 31:914\$271, destinado ao pagamento devido á D. Ida Regueira Cavalcanti e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.234 — FAZENDA — Decreto de 23 de junho de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 36:720\$ para pagamento de serviços de tomadas de contas, fóra das horas do expediente, executados pelos funcionarios do Tribunal de Contas, Dr. José Mattos de Vasconcellos e José da Rocha Soares.

N. 14.235 — GUERRA — Decreto de 23 de junho de 1920 — Rectifica o decreto n. 14.101, de 17 de março de 1920,

que abre o credito de 30.000:000\$ para occorrer a despesas decorrentes da reorganização do Exército.

N. 14.236 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1920 — Approva a planta e respectivo orçamento, na importancia de 3:976\$551, de uma passagem superior, a ser construida no Kilometro 29.733, do ramal de Caldas, da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação.

N. 14.237 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1920 — Approva a planta e respectivo orçamento, na importancia de 8:785\$974, dos melhoramentos a serem executados pela Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, na estação de Bataías, da linha do Rio Grande.

N. 14.238 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1920 — Approva a planta das linhas e edificios da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias, a serem construidos na explanada do cães da Sagração, em S. Luiz do Maranhão, e autoriza a desapropriação dos immoveis situados nas áreas indicadas na referida planta.

N. 14.239 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de junho de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importancia de 7:287\$995, relativos ao augmento e modificações do edificio da estação de Varginha, situada no Kilometro 205, da linha tronco da Rede Sul Mineira.

N. 14.240 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de junho de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento na importancia de 20:634\$982 de um desvio morto e um embarcadouro para gado a serem construidos na estação de Rodolpho Paixão, da linha de Igarapava e Uberaba, da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação.

N. 14.241 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1920 — Manda prestar ao Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, vice-presidente da Republica, hoje fallecido, as honras de chefe de Estado, e dá outras providencias.

N. 14.242 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de julho de 1920 — Concede autorização á The Sydney Ross Company para funcionar na Republica.

N. 14.243 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de julho de 1920 — Concede autorização á The Bahia Company para funcionar na Republica.

N. 14.244 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de julho de 1920 — Concede autorização a «Bethlehem Steel Company of Brazil» para funcionar na Republica.

N. 14.245 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de julho de 1920 — Concede autorização á American Internacional Steel Corporation, para substituir esta denominação pela de «International Steel Corporation».

N. 14.246 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de julho de 1920 — Colloca sob jurisdição directa da respectiva Secretaria de Estado, as estações geraes de experimentação mantidas pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, em Escada, na Bahia e em Campos;

a Estação de Pomicultura de Deodoro, no Districto Federal, e os campos de demonstração nos municípios de Espírito Santo, Resende e Itajahy.

N. 14.247 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de julho de 1920 — Concede autorização á Companhia Commercio e Navegação para substituir sua denominação pela de Pereira Carneiro & Companhia, Limitada.

N. 14.248 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de julho de 1920 — Inclue no orçamento das obras de melhoramentos da Estrada de Ferro Centro-Oeste da Bahia, approvado pelo decreto n. 13.931, de 19 de dezembro de 1919, a importancia de 2: 909\$454 relativa ao assentamento de trilhos intermediarios dos desvios.

N. 14.349 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1920 — Supprime um lugar de segundo escripturario na Directoria de Estatistica Commercial.

N. 14.250 — MARINHA — Decreto de 7 de julho de 1920 — Approva o regulamento para execução do decreto legislativo n. 4.918, de 9 de janeiro do corrente anno, referente a promoções na Armada.

N. 14.251 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1920 — Designa o dia para a eleição que se tem de effectuar para o cargo de vice-presidente da Republica, no quadriennio de 1918 a 1922, vago por fallecimento do eleito a 1 de março de 1918.

N. 14.252 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de julho de 1920 — Concede autorização á Sociedade anonyma «P. Onne em Zoon's Overzee Handel Maatschappij» (P. Onnes e Filho, Companhia de Commercio Transatlantico) para funcionar na Republica.

N. 14.253 — FAZENDA — Decreto de 7 de julho de 1920 — Revoga o decreto n. 12.375, de 23 de janeiro de 1917.

N. 14.254 — FAZENDA — Decreto de 7 de julho de 1920 — Approva as alterações feitas nos estatutos da companhia de seguros terrestres e maritimos União Commercial dos Varejistas, com sede nesta capital.

N. 14.255 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de julho de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importancia de 11:343\$349 para construção, pela Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, de um desvio e um armazem no Kilometro 168,23, da linha de Igarapava a Uberaba, onde será installada a estação de União.

N. 14.256 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de julho de 1920 — Abre ao Ministerio da Viagão e Obras Publicas o credito de 1.000:000\$, destinado á aquisição de materias para a Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 14.257 — VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de julho de 1920 — Abre ao Ministerio da Viagão e Obras Publicas o credito de 1.500:000\$, destinado á aquisição e installação de uma uzina em Cachoeira, S. Paulo, para utilização de carvão nacional.



N. 14.258 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 15 de julho de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma «Brazilian Mica Export Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 14.259 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 15 de julho de 1920 — Approva as novas alterações dos estatutos da Companhia de Industria e Commercio Casa Telle.

N. 14.260 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 15 de julho de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma «Overseas Exporters (1910), Limited», para funcionar na Republica.

N. 14.261 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1920 — Crea um consulado em Nantes

N. 14.262 — Decreto de 15 de julho de 1920 — Crea um consulado em Praga.

N. 14.263 — FAZENDA — Decreto de 15 de julho de 1920 — Da regulamento para a arrecadação e fiscalização dos impostos sobre a renda.

N. 14.264 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de julho de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importancia de 540:337\$600, da construcção do edificio para os Correios e Telegraphos da capital do Estado da Parahyba do Norte.

N. 14.265 — GUERRA — Decreto de 21 de julho de 1920 — Altera o art. 23 do regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Officiaes.

N. 14.266 — FAZENDA — Decreto de 21 de julho de 1920 — Approva os novos estatutos da companhia de seguros maritimos e terrestres União, com séde em Porto Alegre. Estado do Rio Grande do Sul, adoptados, pela assembléa geral extraordinaria de 27 de março do corrente anno.

N. 14.267 — FAZENDA — Decreto de 21 de julho de 1920 — Approva a alteração dos estatutos da companhia de seguros maritimos e terrestres Integridade, com séde nesta capital, adoptada pela assembléa geral extraordinaria de 19 de maio do corrente anno.

N. 14.268 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de julho de 1920 — Autoriza a Companhia Brasileira Carbonifera do Araranguá a construir na esplanada existente proximo á ponte de Congonhas, no Kilometro 6.800 da Estrada de Ferro de Tubarão a Araranguá, uma estação de 4ª classe.

N. 14.269 — RELAÇÕES EXTERIORES, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, MARINHA, GUERRA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO E FAZENDA — Decreto de 24 de julho de 1920 — Abre os credits necessarios para o transporte, viagens, recepção e hospedagem do rei da Belgica, Alberto I, e sua real familia.

N. 14.270 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de julho de 1920 — Approva a planta e orçamento provisorio, na importância de 597:028\$048 de dous tanques para

óleo, que a Companhia Docas de Santos está construindo no Valongo.

N. 14.271 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de julho de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importancia de 27:361\$963 para o preparo, pela Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande de uma explanada, no Kilometro 408.762 da linha de S. Francisco, destinada á estação definitiva de Vallões e para a mudança do edificio provisorio da mesma estação para esse local.

N. 14.272 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de julho de 1920 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 1:899\$760 para a construcção de um vão adicional de 3<sup>m</sup> 00, no pontilhão situado no Kilometro 1.713, do ramal de Vigosa, da Estrada de Ferro Central de Alagoas.

N. 14.273 — GUERRA — Decreto de 28 de julho de 1920 — Approva o regulamento para o Campo de Instrução de Gerició.

N. 14.274 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:000\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que têm direito, no exercicio de 1919, os deputados Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, José Roberto Leite Penteado, André Gustavo Paulo de Frontin, Raul Barroso e Afranio de Mello Franco.

N. 14.275 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de julho de 1920 — Crea um patronato agricola no município de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.

N. 14.276 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1920 — Approva, para a construcção de um edificio para deposito de locomotivas, na estação de Itapetininga situada no ramal de Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana, e remodelação parcial dos desvios da referida estação, o projecto e respectivo orçamento, na importancia de 72:303\$803.

N. 14.277 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 80:756\$330 para occorrer ao pagamento devido a José Alves de Cerceira Cesar Filho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.278 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 24:826\$660 para pagamento do que é devido a D. Constança Vianna da Costa França e outras, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.279 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:323\$232, afim de occorrer ao pagamento do que é devido a D. Maria de Almeida Martins Costa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.280 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1920 — Autoriza a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande a dotar a estação de Curitiba, da Estrada de Ferro do Paraná, de mobiliario compativel com as obras de melhoramentos na mesma realizados.

N. 14.281 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1920 — Approva, para a construção de um desvio morto, na estação de Paraguassú, da Estrada de Ferro Sorocabana, o projecto e respectivo orçamento, na importancia de 4:463\$966.

N. 14.282 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1920 — Prorroga a execução do regulamento do Departamento Nacional de Saude Publica, approved pelo decreto n. 14.189, de 26 de maio de 1920.

N. 14.283 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de agosto de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma «Hollandisch-Braziliaansch Handel Maatschappij» (Companhia Commercial Hollando-Brasileira) para funcionar na Republica.

N. 14.284 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1920 — Dá attribuições de deveres aos addidos commerciaes.

N. 14.285 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de agosto de 1920 — Autoriza a Companhia Estradas de Ferro S. Paulo-Rio Grande a construir um galpão para deposito de madeira.

N. 14.286 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1920, — Supprime do quadro da Brigada Policial do Distrito Federal o cargo de tenente-coronel assistente militar do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

N. 14.287 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 21:749\$999 para pagamento de vencimentos que competem ao juiz municipal do extinto 9º termo da comarca de Senna Madureira, no territorio do Acre, bacharel Durval Castello Branco.

N. 14.288 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1920 — Dá novo regulamento para a administração dos patrimonios dos estabelecimentos a cargo do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

N. 14.289 — GUERRA — Decreto de 4 de agosto de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 22:684\$ para pagamento devido ao tenente-coronel Oliverio de Deus Vieira.

N. 14.290 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de agosto de 1920 — Abre, pelo Ministerio das Relações Exteriores o credito de 150:000\$, destinado a expediente, material, viagem e estadia dos representantes das sociedades desportivas brasileiras que tenham de comparecer á Olympiada Internacional de Antuerpia, indicados pela Commissão Olympica Nacional, em virtude de convite dirigido ao Brasil pela alta direcção dessa Olympiada.

N. 14.291 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de agosto de 1920 — Abre, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 150:000\$, ouro, para ultimação dos trabalhos da Delegação Brasileira á Conferencia da Paz, reunida em Versailles.

N. 14.292 — FAZENDA — Decreto de 9 de agosto de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.300:000\$, supplementar á verba 5ª, — Inactivos, pensionistas, etc., — do mesmo Ministerio.

N. 14.293 — FAZENDA — Decreto de 9 de agosto de 1920 Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 229:697\$674 para o fim de pagar o que é devido a Joaquim Gonçalves dos Santos Pereira. em virtude de sentença judicial.

N. 14.294 — FAZENDA — Decreto de 9 de agosto de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 60:000\$ para regularizar a escripturação das despesas com o pagamento de obras urgentes de que carecia, em 1918, o Instituto Oswaldo Cruz.

N. 14.295 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de agosto de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 4:200\$, ouro, para occorrer ás despesas com a manutenção, no estrangeiro, do alumno da Escola de Minas de Ouro Preto, Joaquim Ribeiro de Oliveira.

N. 14.296 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 74:431\$826, supplementar á verba 8ª — Secretaria da Camara dos Deputados. — do art. 2º da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920.

N. 14.297 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 50:000\$, sendo 25:000\$ á verba 16ª e 25:000\$ á verba 32ª do art. 2º da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920.

N. 14.298 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de agosto de 1920 — Approva os estudos definitivos e respectivo orçamento, na importância de 4.223:649\$147, de parte da Estrada de Ferro de Petrolina a Therezina.

N. 14.299 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de agosto de 1920 — Proroga até 7 de setembro de 1921 o prazo para a conclusão e entrega ao trafego publico do trecho de S. Sebastião do Paraíso a Passos, da Rede Sul- Mineira

N. 14.300 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de agosto de 1920 — Concede autorização á "J. G. White Commercial Company, Limited", para funcíonar na Republica.

N. 14.301 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de agosto de 1920 — Concede autorização á «Produce and Warrant Company of Brasil» para funcíonar na Republica.

N. 14.302 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de agosto de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma «Société Belge pour l'Exportation Industrielle» para funcíonar na Republica.



N. 14.303 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1920 — Reconhece como Estado soberano o Reino da Islandia unido á Corôa da Dinamarca.

N. 14.304 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de agosto de 1920 — Proroga por seis mezes os prazos para a companhia Brasileira de Energia Electrica iniciar a construção das linhas telephonicas ligando a capital do Estado da Bahia ás cidades de S. Felix, Cachoeira, S. Francisco e Santo Amaro, e mantém os fixados para a conclusão.

N. 14.305 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de agosto de 1920 — Approva, para a construção de um deposito de locomotivas e respectivas linhas de accesso, na estação de Mandury, da Estrada de Ferro Sorocabana, as plantas e respectivo orçamento, na importancia de 39:739\$700.

N. 14.306 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de agosto de 1920 — Reconhece a Republica Austriaca e o seu actual governo.

N. 14.307 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de agosto de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importancia de 566:243\$584, para a construção de um armazem interno, de n. 25, no cães do porto de Santos.

N. 14.308 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de agosto de 1920 — Approva o projecto e orçamento para a construção de um edificio destinado á estação Santa Adelaide que substituirá o actual Posto Guedes, situado no Kilometro 196, do ramal federal de Itararé, na Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 14.309 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de agosto de 1920 — Approva os estudos da estrada de ferro de que é concessionaria a Companhia do Gandarella, e proroga o praso para a conclusão da variante desses estudos.

N. 14.310 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de agosto de 1920 — Approva os projectos e orçamentos, na importancia total de 16:297\$968, para os abastecimentos de agua das estações de Machado Portella e Itacema, na linha de Machado Portella a Carinhonha, prolongamento da Estrada de Ferrô Central da Bahia.

N. 14.311 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de agosto de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para attender ás despesas com Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

N. 14.312 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de agosto de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importancia de 592:201\$167, das modificações e apparellamento dos armazens internos ns. 26 e 27 do cães do porto de Santos.

N. 14.313 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de agosto de 1920 — Concede a M. Lopes da Silva e P. de Siqueira Campos, ou empresa que organizarem, as vantagens do decreto n. 5.646, de 22 de agosto de 1905, e demais favores, para o aproveitamento da força hydraulica da cachoeira da Fumaça, no Rio Preto, entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes.

N. 14.314 — FAZENDA — Decreto de 18 de agosto de 1920 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 20:637\$779 para occorrer ao pagamento do que é devido ao desembargador Esperidião Eloy de Barros Pimentel, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.315 — FAZENDA — Decreto de 18 de agosto de 1920 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 120:866\$823 para pagamento a Iriondo & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.316 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1920 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 17:400\$ para occorres ás despesas com o pagamento das contas relativas ás viagens de navios do Lloyd Brasileiro á Colonia Correccional de Dous Rios, nos segundo, terceiro e quarto trimestres de 1919.

N. 14.317 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1920 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:519\$999 para pagamento de gratificação addicional a um tachygrapho de 2ª classe da Camara dos Deputados.

N. 14.318 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:438\$ para pagamento da despesa effectuada com a aquisição de mobiliario para a 2ª Pretoria Criminal:

N. 14.319 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de agosto de 1920 — Crea uma estação experimental para a cultura do algodão no local denominado Pendencia, no municipio de Soledade, Estado da Parahyba do Norte.

N. 14.320 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de agosto de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito especial de 15:000\$ ouro, para attender ás despesas com a representação do Brasil no Congresso Postal Universal a realizar-se em Madrid, durante o mez de outubro do corrente anno.

N. 14.321 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de agosto de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito especial de 9:000\$ para pagamento de uma indemnização devida a D. Carolina Rodrigues da Cruz e aos herdeiros de João Rodrigues da Cruz.

N. 14.322 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de agosto de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.889:260\$ para aquisição de material fixo e rodante destinado á linha ferrea de Barra Bonita e Rio do Peixe.

N. 14.323 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de agosto de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito especial de 20:000\$ para aquisição de um terreno em Jacarépaguá.

N. 14.324 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de agosto de 1920 — Abre ao Ministério da Viação e Obras

Publicas o credito de 12:411\$323, ouro, para completar o pagamento da garantia de juros devida a «The Rio de Janeiro, City Improvements», no segundo semestre de 1919.

N. 14.325 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de agosto de 1920 — Crea o Serviço de Sementeiras e approva o respectivo regulamento.

N. 14.326 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de agosto de 1920 — Autoriza a inovação do contracto de arrendamento de estradas de ferro feito com «The Great Western of Brazil Railway Company, Limited».

N. 14.327 — GUERRA, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, RELAÇÕES EXTERIORES, FAZENDA E MARINHA — Decreto de 25 de agosto de 1920 — Approva alterações no plano de uniformes do Exercito.

N. 14.328 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:940\$330 para pagamento do que é devido a D. Maria Isabel de Macedo Sayão Lobato e outro, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.329 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 207:233\$ para indemnizar a Caixa Especial de Portos, pela cessão ao mesmo Ministerio dos immoveis de ns. 118 A a 118 D e 114 da rua do Rezende, nesta capital, e destinados á construcção do edificio para a Directoria Geral de Saude Publica.

N. 14.330 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de agosto de 1920 — Autoriza o ministro da Agricultura, Industria e Commercio a ajustar com a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, Companhia Parahybana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão, Companhia Pastoril Agricola e Industrial Piauihyense e com as firmas Philomeno Gomes & Filhos e Germano Boetter a installação de diversas usinas de beneficiamento de algodão e seus sub-productos, sua prensagem, etc., nos Estados de Pernambuco, Ceará, Maranhão e Piauihy.

N. 14.331 — GUERRA — Decreto de 27 de agosto de 1920 — Approva o regulamento da Escola de Sargentos de Infantaria.

N. 14.332 — (Não foi publicado).

N. 14.333 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de agosto de 1920 — Rectifica a publicação, feita no *Diario Official* de 18 de maio de 1920, do regulamento approved pelo decreto n. 14.117, de 27 de março de 1920.

N. 14.334 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1920 — Concede, sob condição, a Alberto Alvares de Azevedo Castro, prorrogações de prazos para apresentar os estudos definitivos da estrada de ferro de que é concessionario.

N. 14.335 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 526\$500 para pagamento da gratificação local a que tem direito Leopoldo José da Silva

Tavares, por ter servido, em 1912, como contador da Administração dos Correios no Estado do Maranhão.

N. 14.336 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 8.300:000\$, destinado á aquisição de material fixo e rodante para a Estrada de Ferro Oeste de Minas e ao melhoramento das officinas de carros e locomotivas da mesma via ferrea.

N. 14.337 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1920 — Approva o projecto e orçamento da construção de um desvio e uma estação de 4ª classe no kilometro 18.600, da linha de Machado Portella a Cariuinha, prolongamento da Estrada de Ferro Central da Bahia.

N. 14.338 — FAZENDA — Decreto de 1 de setembro de 1920 — Crea o lugar de archivista e mais um lugar de fiel de thesoureiro na Caixa Economica e Monte de Soccorro de Minas Geraes.

N. 14.339 — FAZENDA — Decreto de 1 de setembro de 1920 — Approva o novo regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto do sello.

N. 14.340 — FAZENDA — Decreto de 2 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3.888:006\$262 para pagamento da fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo no exercicio de 1919.

N. 14.341 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:773\$ para aquisição do mobiliario preciso ás pretorias criminaes do Districto Federal.

N. 14.342 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1920 — Concede redução de direitos de importação a alguns artigos de produção belga.

N. 14.343 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de setembro de 1920 — Institue a Universidade do Rio de Janeiro.

N. 14.344 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 50:000\$ para elevar a 100:000\$ a subvenção destinada ao serviço de navegação do Baixo-S. Francisco.

N. 14.345 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de setembro de 1920 — Crea um consulado em Dresden.

N. 14.346 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 18:499\$354 para pagamento do vencimentos devidos ao escriptão do extinto 1º Posto Fiscal do Alto-Juruá, Antonio Teixeira de Oliveira, o relativos ao periodo de 15 de março de 1916 a 31 de dezembro de 1918.

N. 14.347 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:202\$100 para pagamento da gratificação de 30 % sobre vencimentos, relativa aos exercicios de 1912 a 1917, a quo



têm direito os auxiliares da Imprensa Nacional, Carlos Alberto Machado e Alvaro da Rocha Vianna.

N. 14.348 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:190\$958 para pagamento a José Pires Cordovil da Silveira dos juros de 21 letras do Thesouro, contados de 20 de março de 1919 a 26 de fevereiro de 1920.

N. 14.349 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 275:000\$, destinados á aquisição de machinismos para a Imprensa Nacional.

N. 14.350 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de setembro de 1920 — Concede á Companhia Mineira de Lacticínios autorização para funcionar.

N. 14.351 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de setembro de 1920 — Concede á sociedade anonyma B. Diedu & Companhia do Brasil autorização para funcionar na Republica.

N. 14.352 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1920 — Approva o projecto e orçamento de nova casa de turma da 5ª residencia do ramal federal de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana, e autoriza a construção de duas dessas casas.

N. 14.353 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1920 — Approva o projecto e orçamento para abastecimento de agua potavel aos navios no novo caes do antigo porto do Rio Grande.

N. 14.354 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1920 — Approva o regulamento para o Departamento Nacional de Saude Publica, em substituição do que acompanhou o decreto n. 14.189, de 26 de maio de 1920.

N. 14.355 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1920 — Approva o regulamento para a cobrança e fiscalização do sello sanitario.

N. 14.356 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de setembro de 1920 — Crea o Instituto Biologico de Defesa Agricola e approva o respectivo regulamento.

N. 14.357 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1:277\$136 para pagamento de diferenças de gratificação devidas ao fiel de armazem, extinto, da Alfandega do Rio Grande, Seraphim Francisco Gonçalves.

N. 14.358 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:304\$390, destinado ao pagamento do que é devido a D. Eulalia de Mendonça Loureiro, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.359 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 17:842\$839 para regularizar a despesa com o pagamento dos vencimentos dos extinctos fiéis de armazens da Alfandega do Rio de Janeiro, relativos a dezembro de 1916.

N. 14.360 — (Não foi publicado.)

N. 14.361 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de setembro de 1920 — Approva a alteração do art. 4º dos estatutos da Companhia Armour do Rio Grande do Sul.

N. 14.362 — FAZENDA — Decreto de 16 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 65:192\$690 para pagamento a Julio Fernandes Rosa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.363 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 71:003\$183 para pagamento das despesas extraordinarias feitas pela directoria da Estrada de Ferro Oéste de Minas por ocasião da epidemia da grippe, verificada em fins de 1918.

N. 14.364 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 6:500\$ para pagamento de indemnizações decorrentes de terrenos occupados com a construção do trecho da Estrada de Ferro Oéste de Minas entre Bello Horizonte e Divinopolis.

N. 14.365 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de setembro de 1920 — Approva os estudos definitivos, com a extensão de 112 kilometros, da terceira secção da Estrada de Ferro de Petrolina a Theresina, e, bem assim, o respectivo orçamento, na importancia de 10.547:812\$945.

N. 14.366 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1.289:213\$088 para pagamento de despesas com a defesa sanitaria dos portos da Republica e com a prophylaxia de molestias que reinam em varios pontos do territorio nacional.

N. 14.367 — FAZENDA — Decreto de 18 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 4:984\$854 para pagamento de differenças de quotas devidas aos funcionarios do Laboratorio Nacional de Analyses, extinctos, Julio de Abreu Gomes e José Honorio Menelick.

N. 14.368 — MARINHA — Decreto de 18 de setembro de 1920 — Abre pelo Ministerio da Marinha o credito de réis 115:436\$010 para occorrer a despesas com a aquisição de sobressalentes para os navios da Armada, á conta da verba — Munições navaes, — do orçamento em vigor.

N. 14.369 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de setembro de 1920 — Declara a caducidade do contracto celebrado com a Companhia das Estradas de Ferro do Norte do Brasil, em virtude do decreto n. 12.248, de 1 de novembro de 1916.

N. 14.370 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1920 — Approva o orçamento, na importancia de 105:664\$400, para a installação de uma nova linha telegraphica entre as estações de Rubião Junior e Alvares Ma-

chado, do ramal federal de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 14.371 — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:402\$923 para pagamento de differença de vencimentos a que tem direito, por lei, o ex-fiel de armazem da Alfandega da Bahia, Arthiur Simas Magalhães.

N. 14.372 — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 21:570\$157 para occorrer ao pagamento do que é devido a Euclydes Passos Martins, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.373 — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 49:933\$747 para pagamento ao tenente do Exercito Plinio Gravatá, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.374 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negoeios Interiores o credito especial de 315:090\$, para auxiliar, no corrente anno, as despesas com a manutenção das escolas creadas em zonas de nucleos coloniaes, no Estado de Santa Catharina.

N. 14.375 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 2.000:000\$, destinado á aquisição de material fixo e rodante para a Rede de Viação Cearense.

N. 14.376 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de setembro de 1920 — Transfere para o Ministerio da Justiça e Negoeios Interiores os serviços ora a cargo da Inspecloria de Esgotos da Capital Federal.

N. 14.377 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de setembro de 1920 — Crea o Serviço de Expurgo e Beneficiamento de Cereaes.

N. 14.378 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1920 — Approva a clausula complementar das que baixaram com o decreto n. 14.107, de 22 de março de 1920.

N. 14.379 — FAZENDA — Decreto de 25 de setembro de 1920 — Approva a encampação da sociedade de seguros mutuos sobre a vida Garantia da Amazonia pela sociedade anonyma de seguros Previsora Rio Grandense, com sede em Porto Alegre, mediante as condições que estabelece.

N. 14.380 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 129:400\$ para pagamento a Manoel Pedro & Comp., do premio a que tem direito pela construcção do navio *Manoel Pedro I.*

N. 14.381 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 1:237\$500 para pagamento ao escrivão do extinto 1º Posto Fiscal de Juruá, Antonio Teixeira de Oliveira.

N. 14.382 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1920 — Proroga por mais um anno o praso da concessão dada á «Manãos Harbour, Limited», pelo decreto n. 13.116, de 24 de julho de 1918, para o serviço de emissão de conhecimentos de deposito e *warrants*.

N. 14.383 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1920 — Reorganiza a administração e consolida as disposições sobre a justiça no Territorio do Acre.

N. 14.384 — GUERRA — Decreto de 1 de outubro de 1920 — Approva o regulamento para a direcção das grandes unidades.

N. 14.385 — GUERRA — Decreto de 1 de outubro de 1920 — Approva o regulamento para o serviço de intendencia da guerra.

N. 14.386 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de outubro de 1920 — Crea um patronato agricola na cidade de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes.

N. 14.387 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1:400\$ para pagamento ao official da Inspectoria de Esgotos da Capital Federal, Octaviano Felix de Carvalho.

N. 14.388 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 20:000\$, suplementar á verba 4<sup>a</sup>, art. 98, da lei da despesa do exercicio de 1919, para pagamento á Companhia Nacional de Navegação Costeira da subvenção correspondente á ultima viagem, na linha Sul-Norte, iniciada no mez de dezembro do referido exercicio.

N. 14.389 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 46:257\$450 para pagamento de differenças de montepio devidas a D. Maria Elisa Lobo Pereira e outros.

N. 14.390 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 946\$530 para pagamento de differenças de vencimentos devidas ao ex-fiel de armazem da Alfandega do Rio de Janeiro, João Fernandino Costa.

N. 14.391 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 46:300\$806 para pagamento do que é devido a D. Angelina Costa de Lima Drummond e outra, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.392 — GUERRA — Decreto de 6 de outubro de 1920 — Desapropria a fazenda do Engenho Novo da Piedade, de propriedade de João de Moraes Macedo.

N. 14.393 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos de 195:300\$, 657:200\$, 18:000\$ e 12:500\$, supplementares ás verbas 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup>, do art. 2<sup>o</sup> da lei de orçamento do exercicio de 1920 e destinados ao



pagamento das despesas com a prorrogação da actual sessão legislativa até 3 de outubro deste anno.

N. 14.394 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 9 de outubro de 1920 — Crea um consulado em Durban.

N. 14.395 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 9 de outubro de 1920 — Crea um consulado em Colonia.

N. 14.396 — **GUERRA** — Decreto de 9 de outubro de 1920 — Altera dispositivos do regulamento em vigor para a Escola de Sargentos de Infantaria.

N. 14.397 — **GUERRA** — Decreto de 9 de outubro de 1920 — Approva o regulamento para o serviço militar.

N. 14.398 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 11 de outubro de 1920 — Supprime o consulado em Iquique.

N. 14.399 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 11 de outubro de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma Kodak Brasileira, Ltd., para funcionar na Republica.

N. 14.400 — (Não foi publicado.)

N. 14.401 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 11 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 2.000:000\$, suplementar á verba 18ª, art. 52, da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920.

N. 14.402 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 11 de outubro de 1920 — Supprime uma das cadeiras do curso de harpa do Instituto Nacional de Musica.

N. 14.403 — **GUERRA** — Decreto de 11 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 52:567\$475 para pagamento de differença de vencimentos ao auditor de guerra, bacharel Elias Fernandes Leite.

N. 14.404 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 11 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 10.766:635\$900, suplementar á verba 6ª — Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 14.405 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 11 de outubro de 1920 — Transfere para «All America Cables. Incorporated», as concessões feitas em nome da «Central and South American Telegraph Company».

N. 14.406 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 11 de outubro de 1920 — Proroga o praso para a construcção da Estrada de Ferro de Tubarão a Araranguá, de que trata o paragrapho unico da clausula 2ª do contracto a que se refere o decreto n. 12.478, de 23 de maio de 1917.

N. 14.407 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 11 de outubro de 1920 — Autoriza a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, mediante o acrescimo de 11:926\$062, sobre o orçamento approved pelo decreto n. 13.241, de 16 de outubro de 1918, a executar o prolongamento do muro do arrimo da linha de S. Francisco, ao qual se refere o mesmo decretó

N. 14.408 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1920 — Approva o projecto e orçamento na importância de 95:441\$399, de canalização de agua potavel e para incendio, necessaria nos armazens externos de ns. VIII e XVI do caes do porto de Santos.

N. 14.409 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1920 — Approva os projectos e orçamentos para a construção de um desvio e um posto telegraphico no Kilometro 423 + 652, da linha de S. Francisco a Porto União, da Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, na importância total de 33:049\$995.

N. 14.410 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3.421:329\$347 para occorrer, englobadamente, com os creditos votados na verba 21ª do art. 2º e na verba 9ª do art. 52 da lei orçamentaria vigente, ao pagamento do pessoal e do material do Departamento Nacional de Saude Publica.

N. 14.411 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:650\$ para pagamento de diarias relativas ao exercicio de 1919 e que são devidas ao encarregado e ao escrivão do 4º Posto Fiscal do Acre, Godofredo Cavalcanti da Cunha Vasconcellos e José Guedes Correia Gondim.

N. 14.412 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:160\$ para pagamento do augmento de vencimentos a que têm direito, no corrente exercicio, os encarregados de modelos da Imprensa Nacional, Alvaro da Rocha Vianna e Carlos Alberto Machado.

N. 14.413 — (Não foi publicado.)

N. 14.414 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importância de 8.457:452\$025, para a construção do porto da Parahyba, capital do Estado do mesmo nome.

N. 14.415 — GUERRA — Decreto de 15 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 6:000\$ para pagamento de differença de vencimentos ao auditor de guerra, Dr. Ernesto Claudino de Oliveira e Cruz.

N. 14.416 — MARINHA — Decreto de 15 de outubro de 1920 — Rectifica a denominação da 3ª cadeira do 1º anno da Escola Naval.

N. 14.417 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1920 — Rectifica as clausulas que acompanharam o decreto n. 13.951, de 31 de dezembro de 1919, e autoriza a correspondente rectificação nas clausulas do respectivo contracto de revisão e consolidação dos contractos relativos á concessão das obras de melhoramentos do porto da Bahia.

N. 14.418 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1920 — Approva o projecto e respectivo orçamento, na importância de 5.517:513\$ para a construção do edificio destinado aos Correios e Telegraphos da capital do Estado de S. Paulo.

N. 14.419 — GUERRA — Decreto de 19 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 3:00\$ para pagamento aos sargentos ajudantes reformados, José Miguel Alves e Benedicto Leite da Cunha Mattos, e ao segundo sargento, tambem reformado, Laudelino Joaquim da Silva.

N. 14.420 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1920 — Approva os projectos e respectivos orçamentos na importancia total de 25:418\$072 para a execução de diversos melhoramentos na estação de Itapetininga, situada no ramal federal de Itararé, na Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 14.421 — GUERRA — Decreto de 20 de outubro de 1920 — Altera o regulamento da Directoria-Geral do Tiro de Guerra (2ª edição), approved pelo decreto n. 14.104, de 17 de março de 1920.

N. 14.422 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de ... 7:004\$691, para occorrer ao pagamento do que é devido ao Dr. Luiz Alves Pereira, em virtude de sentença judiciária.

N. 14.423 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de ... 1:899\$600, destinado ao pagamento de dous terços do salario do operario invalido da Casa da Moeda, Alfredo Luiz de Souza Teixeira, relativos ao anno de 1918.

N. 14.424 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 10:044\$990, que se destina ao pagamento de vencimentos ao encarregado do extinto 3º Posto Fiscal do Alto-Purús, Arnobio de Barros Monteiro.

N. 14.425 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:183\$992 para pagamento da gratificação adicional aos vencimentos do funcionario da Delegacia Fiscal em Matto Grosso, Raymundo Carvalho de Araujo e Silva, no periodo de 19 de abril a 31 de dezembro de 1918.

N. 14.426 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Concede á Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada União de Lactecínios, autorização para se organizar e approvação, com alterações, dos respectivos estatutos.

N. 14.427 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Concede autorização á Companhia Manufactura de Biscoitos para se organizar e approva, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 14.428 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 200:000\$, destinado a occorrer ás despesas oriundas dos convenios celebrados na Conferencia de Limites Interestaduais, realizada este anno nesta capital.

N. 14.429 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 13:870\$967 para pagamento ao desembargador Fernando Luiz Vieira Ferreira dos

vencimentos correspondentes ao periodo de 15 de julho a 31 de dezembro deste anno.

N. 14.430 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Torna sem effeito o decreto n. 14.386, de 1 de outubro de 1920, que creou o Patronato Agricola na cidade de Muzambinho, Estado de Minas Geraes.

N. 14.431 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de outubro de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma «Hollandsche Maatschappij voor Aannemingen» (Sociedade Anonyma Hollandeza de Obras Publicas) para funcionar na Republica.

N. 14.432 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos de 96:944&495 e de 20:416\$550, ás consignações «Dieta para 300 docentes» e «Conservação do material», do Hospital S. Sebastião, verba 21<sup>a</sup>, do art. 2º do orçamento vigente.

N. 14.433 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1920 — Approva as clausulas para celebração de contracto com «C. R. Walker Co, Ltd.», para administração de serviços de construção de barragens, de canaes de irrigação e de outras obras julgadas preparatorias e complementares da sua execução, no Nordéste brasileiro.

N. 14.434 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1920 — Approva as clausulas para celebração de contracto com «Dwight P. Robinson & Co, Inc.», para administração de serviços de construção de barragens, de canaes de irrigação e de outras obras julgadas preparatorias e complementares da sua execução, no Nordeste brasileiro.

N. 14.435 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1920 — Approva as clausulas para celebração de contracto com «Northon Griffiths & Co., Ltd.», para administração de serviços de construção de barragens, de canaes de irrigação e de outras obras julgadas preparatorias e complementares da sua execução, no Nordéste brasileiro.

N. 14.436 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 400:000\$, destinado á aquisição de predios e terrenos, desapropriações, e construção de um edificio para Correios e Telegraphos na capital do Estado da Parahyba do Norte.

N. 14.437 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de outubro de 1920 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 18:620\$712 para construção de casa para escriptorio e moradia de engenheiro-residente da linha Itararé-Uruguaiv, de que é concessionaria a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, e autoriza a construção de duas dessas casas.

N. 14.438 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.600:000\$, destinado ao pagamento de todas e quaesquer despesas que hajam de ser feitas para a construção do edificio da Administração dos Correios na Capital do Estado de S. Paulo.



N. 14.439 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de outubro de 1920 — Approva as plantas e perfis de modificações na linha do Norte da «Leopoldina Railway Company, Limited», entre os kilometros 33.180 e 37.174, em virtude da ligação da linha em construção de Porto das Caixas a Rosario, afim de construir, nessa ultima localidade, uma estação mais adequada.

N. 14.440 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 2:666\$607, ouro, ou £ 300-0-, para occorrer ao pagamento de mensalidades devidas ao capitão de corveta Alvaro Rodrigues de Vasconcellos no período de fevereiro de 1918 a 31 de janeiro de 1919, quando no cargo de addido naval junto á Legação do Brasil em Londres.

N. 14.441 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1920 — Crea um consulado em S. Francisco da California.

N. 14.442 — FAZENDA — Decreto de 28 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 80:000\$, suplementar á verba 34ª — Inspeções de repartições de Fazenda e outros serviços extraordinarios, — do orçamento do mesmo Ministerio, do corrente exercicio.

N. 14.443 — FAZENDA — Decreto de 28 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 8:669\$773 para pagamento do que devido a D. Maria Aristhéa de Araujo Jorge e seus filhos menores, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.444 — GUERRA — Decreto de 28 de outubro de 1920 — Altera o regulamento da Escola de Aviação Militar.

N. 14.445 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de outubro de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 3:274\$839 para attender ao pagamento da gratificação addicional de 60 % ao ex-ajudante da Inspectoria do Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionais, no Estado do Amazonas, Joaquim Gregoriano de Andrade.

N. 14.446 — GUERRA — Decreto de 29 de outubro de 1920 — Approva o regulamento provisório de exercicios para a artilharia.

N. 14.447 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1920 — Crea um consulado em Swansea.

N. 14.448 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1920 — Approva a planta da explanada para construção, em Itajubá, de installações para os serviços da Estrada de Ferro de Piquete a Itajubá, e o projecto e orçamento, na importancia de 15:016\$650 de um abrigo para material rodante, a ser construido na mesma explanada.

N. 14.449 — FAZENDA — Decreto de 30 de outubro de 1920 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 138:539\$321, ouro, para o fim de ser entregue ao governo do Maranhão a importancia da taxa de 2 %, ouro, relativa aos exercicios de 1917 a 1919 e destinada ás obras do porto de S. Luiz.

N. 14.450 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 30 de outubro de 1920 — Manda observar o Código de Organização Judiciária e Processo Militar.

N. 14.451 — (Não foi publicado.)

N. 14.452 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1920 — Resolve encampar o ramal de Curralinho a Diamantina e incorporal-o á Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 14.453 — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1920 — Autoriza a emissão de 4.000:000\$ em apolices da dívida publica, do valor nominal de 1:000\$ cada uma, juros de 5 %, papel, para attender ás despesas com a construcção e installação de um edificio destinado ao funcionamento da Justiça Local do Districto Federal.

N. 14.454 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de novembro de 1920 — Approva as novas alterações feitas nos estatutos da Companhia Armour do Brasil.

N. 14.455 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1920 — Publica a adhesão da Rumania á convenção para a protecção da propriedade industrial, revista em Washington a 2 de junho de 1911, e ao accôrdo sobre o registro de marcas de fabrica ou de commercio, igualmente revisito em Washington, na mesma data.

N. 14.456 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1920 — Reconhece a Independencia da Republica da Armenia e seu actual governo.

N. 14.457 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito de 450:000\$, suplementar ao « Material » das verbas 6ª e 8ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1920.

N. 14.458 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1920 — Publica a adhesão da Republica Tcheco-Slovaca á convenção postal universal e a dous accôrdos assignados em Roma a 26 de maio de 1906.

N. 14.459 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1920 — Publica a adhesão de Marrocos, da Africa Occidental Franceza e de Madagascar á convenção internacional, assignada em Roma a 9 de dezembro de 1907, para a creação de uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 14.460 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1920 — Publica a adhesão da Republica Tcheco-Slovaca á convenção internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, assignada em Bruxellas a 5 de julho de 1890.

N. 14.461 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1920 — Publica a adhesão da Polonia á convenção internacional, assignada em Roma a 9 de dezembro de 1907, para a creação de uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 14.462 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1920 — Publica a adhesão da Finlandia á convenção telegraphica internacional de S. Petersburg.

N. 14.463 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 8 de novembro de 1920 — Crea um consulado em Dusseldorf.

N. 14.464 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 10 de novembro de 1920 — Modifica algumas disposições do decreto n. 14.330, de 26 de agosto de 1920, que autoriza o ministro da Agricultura, Industria e Commercio a ajustar com a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, Companhia Parahybana de Beneficiamento e Prensagem do Algodão, Companhia Pastoril Agricola e Industrial Piauihyense e com as firmas Philomeno Gomes & Filhos e Germano Boeticher a instalação de diversas uzinas de beneficiamento de algodão e seus sub-productos, sua prensagem, etc., nos Estados de Pernambuco, Parahyba, Ceará, Maranhão e Piauihy.

N. 14.465 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 200:000\$, destinado á compra de machinas para a Casa da Moeda.

N. 14.466 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:384\$531 para occorrer ao pagamento do que é devido a Dona Jesuina da Cruz Rondelli, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.467 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 117:720\$, destinado ao pagamento de gratificações aos encarregados da escripturação por partidas dobradas nas repartições de Fazenda.

N. 14.468 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:691\$510 para pagamento do que é devido a Felipe Monteiro de Barros, em virtude de sentença judiciaria, que mandou reintegrar-o no lugar de chefe de secção da Alfandega de Santos.

N. 14.469 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 24:759\$466, suplementar á verba 16ª do orçamento do mesmo Ministerio, do exercicio corrente.

N. 14.470 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 550:000\$, destinado aos reparos de que carece o material fluotante da Alfandega do Rio de Janeiro, á construcção de uma carreira de embarcações e montagens de um holophote na ilha de Santa Barbara.

N. 14.471 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Modifica alguns artigos do regulamento do Departamento Nacional de Saude Publica, approvedo pelo decreto n. 14.354, de 15 de setembro de 1920.

N. 14.472 — **GUERRA** — Decreto de 11 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o crédito especial de 75:170\$676 para occorrer ao pagamento de soldo vitalicio a mais 16 voluntarios da patria.

N. 14.473 — **GUERRA** — Decreto de 13 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 28:761\$259 para pagamento de gratificações a docentes e preparadores da Escola Militar.

N. 14.474. — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 43:720\$ para subvencionar o serviço de combate á lagarta rosea, mandito pelo Estado de Sergipe.

N. 14.475 — FAZENDA — Decreto de 13 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 30:978\$491 para occorrer ao pagamento do que é devido ao capitão-tenente Olavo Luiz Vianna, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.476 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 17:000\$ para pagamento de substituições e vantagens regulamentares do pessoal dos Telegraphos, relativas ao anno de 1919.

N. 14.477 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1920 — Reorganiza o quadro do pessoal effectivo da Brigada Policial, que passará a denominar-se Policia Militar do Districto Federal.

N. 14.478 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de novembro de 1920 — Eleva o numero de interpretes commerciaes da praça do Rio de Janeiro.

N. 14.479 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de novembro de 1920 — Concede á sociedade anonyma Fabricas Berenger autorização para substituir essa denominação pela de sociedade anonyma Fabricas Neptuno e approva as alterações feitas em seus estatutos.

N. 14.480 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1920 — Approva, com restricções, a resolução da assembléa geral extraordinaria de 8 de setembro de 1919 da sociedade anonyma de seguros de vida e por mutualidade A Amparadora, com séde na capital do Estado do Paraná.

N. 14.481 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1920 — Estabelece a taxa de barra de 0,7 %, ouro, sobre o valor official das mercadorias importadas pelas barras dos portos, nas quaes barras a União houver executado obras de melhoramentos.

N. 14.482 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 56:950\$, supplementar á verba 18ª — «Alfandegas», consignação Despesas imprevistas — do vigente orçamento daquelle Ministerio.

N. 14.483 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 833:621\$477, destinado a substituições, reparos e acrescimo de material do serviço de vigilancia das alfandegas e mais algumas obras necessarias ao mesmo fim.

N. 14.484 — GUERRA — Decreto de 18 de novembro de 1920 — Approva o regulamento para o Estado-Maior do Exercito.

N. 14.485 — GUERRA — Decreto de 19 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de



31:424\$ para pagamento de despesas feitas com o transporte e tratamento na Europa do primeiro tenente Mario Barbedo.

N. 14.486 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de novembro de 1920 — Dá novo regulamento á Escola de Minas, com séde em Ouro Preto.

N. 14.487 — FAZENDA — Decreto de 23 de novembro de 1920 — Supprime um logar de quarto bscripturario na Directoria de Estatística Commercial.

N. 14.488 — FAZENDA — Decreto de 24 de novembro de 1920 — Approva, com modificações, as resoluções da assembléa geral extraordinaria de 9 de maio findo da Mutualidade Catholica Brasileira, com séde na Capital Federal, alterando os seus estatulos.

N. 14.489 — MARINHA — Decreto de 24 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 100:000\$, destinado á valorização dos terrenos do extincto Arsenal de Marinha do Estado da Bahia.

N. 14.490 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de novembro de 1920 — Concede ao Dr. Ernesto Dias de Castro e outros autorização para organizarem a Companhia Engenho Central de Porto Real e approva os respectivos estatulos.

N. 14.491 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de novembro de 1920 — Declara caduca a carta patente de invenção n. 7.061, de 2 de maio de 1912.

N. 14.492 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de novembro de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma «Balfour, Beatty & Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 14.493 — GUERRA — Decreto de 25 de novembro de 1920 — Altera o regulamento approved pelo decreto n. 12.923, de 20 de março de 1918.

N. 14.494 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 35:627\$997 para pagamento ao Sr. Francisco de Azevedo Soares de Campos e Castro e sua mulher, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.495 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de .... 375:317\$828, ouro, destinado a justificar o pagamento feito á «Société de Construction du Port de Pernambuco» por trabalhos executados em novembro e dezembro de 1917.

N. 14.496 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1920 — Publica a adhesão do governo do Territorio do Sarre á convenção postal universal e a dous accórdos assignados em Roma a 26 de maio de 1906.

N. 14.497 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1920 — Publica a adhesão da Polonia á convenção da cruz vermelha, assignada em Genebra a 6 de julho de 1906.

N. 14.498 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1920 — Publica a adhesão do governo do Ter-

ritorio da Bacia do Sarre á convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo.

N. 14.499 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 27 de novembro de 1920 — Publica a adhesão de Marrocos á convenção postal universal e a dous accórdos em Roma, a 20 de maio de 1906.

N. 14.500 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 27 de novembro de 1920 — Publica as adhesões da Islandia, Reino dos Serbios, Croatas e Eslovenos, Equador, Tcheco-Slovaquia, Venezuela e China á convenção internacional radiotelegraphica, assignada em Londres a 5 de julho de 1912.

N. 14.501 — **AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 27 de novembro de 1920 — Autoriza o Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio a conceder á Companhia Industria e Viação de Pirapora, os favores para beneficiamento de algodão, autorizados pelo art. 28, n. XIV, da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920.

N. 14.502 — **FAZENDA** — Decreto de 30 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5.330:000\$, supplementar á verba 23<sup>a</sup> do vigente orçamento do mesmo Ministerio, destinado ao serviço de fiscalização dos impostos de consumo e transporte.

N. 14.503 — **FAZENDA** — Decreto de 30 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 633\$200 para pagamento ao operario invalido da Casa da Moeda, Alfredo Luiz de Souza Teixeira, da importancia de dous terços do salario nos meses de setembro a dezembro de 1917.

N. 14.504 — **FAZENDA** — Decreto de 30 de novembro de 1920 — Approva as alterações feitas nos estatutos da sociedade anonyma Companhia Brasileira de Seguros Terrestres e Maritimos Anglo Sul Americano, pela assembléa geral extraordinaria, realizada em 25 de setembro do corrente anno.

N. 14.505 — **FAZENDA** — Decreto de 30 de novembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2.300:000\$, afim de serem feitos os concertos e obras de que carecem as repartições fiscaes e outros edificios a cargo daquelle Ministerio.

N. 14.506 — (Não foi publicado.)

N. 14.507 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 30 de novembro de 1920 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 120:665\$126, para a construcção de uma ponte de 15 metros de vão sobre o ribeirão Campina, situado na estaca 1.972, do segundo trecho da linha Barra Bonita-Rio do Peixe.

N. 14.508 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 1 de dezembro de 1920 — Approva o regulamento para a Policia Militar do Districto Federal.

N. 14.509 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 1 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 2.800:000\$, destinado ao custeio e á normalização do trafego da linha de Araguay, da Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 14.510 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.616:000\$ para attender ás despesas com o custeio da linha de Formiga a Patrocínio, incorporada á Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 14.511 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 198:480\$436, suplementar á verba 21ª — Directoria Geral de Saude Publica, — do art. 2º da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920.

N. 14.512 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1920 — Publica uma declaração da Republica Austriaca, relativamente á convenção para a protecção da propriedade industrial, assignada em Paris em 1883 e revista em Bruxellas e em Washington, e ao accôrdo de Madrid, de 14 de abril de 1891, revisito igualmente em Bruxellas e Washington.

N. 14.513 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1920 — Publica a adhesão da zona do protectorado hespanhol de Marrocos á convenção postal universal e outros actos assignados em Roma a 26 de maio de 1906.

N. 14.514 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de dezembro de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma "Brazilian Warrant Company, Limited", para continuar a funcíonar na Republica.

N. 14.515 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 4.000:000\$ para attender ás despesas, até o fim do corrente exercicio, com os trabalhos do recenseamento geral da população da Republica, comprehendendo os recenseamentos agricola e industrial do paiz.

N. 14.516 — GUERRA — Decreto de 6 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 77:226\$, suplementar á verba 6ª — Fabricas — do respectivo orçamento para o actual exercicio.

N. 14.517 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 6 de dezembro de 1920 — Proroga o praso de que trata o art. 14 das disposições transitorias do Codigo de Organização Judiciaria e Processo Militar.

N. 14.518 — FAZENDA — Decreto de 7 de dezembro de 1920 — Corrige o decreto legislativo n. 4.158, de 21 de outubro de 1920.

N. 14.519 — FAZENDA — Decreto de 7 de dezembro de 1920 — Corrige o decreto n. 14.425, de 21 de outubro findo.

N. 14.520 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de dezembro de 1920 — Providencia para o archi-vamento no Brasil das marcas de fabricas e de commercio registradas na Secretaria de Havana, e dá outras providencias.

N. 14.521 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de dezembro de 1920 — Concede autorização á so-

cidade anonyma «Newport Chemical Works, Incorporated», para funcionar na Republica.

N. 14.522 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de dezembro de 1920 — Concede autorização para funcionar na Republica á sociedade anonyma Lloyd Industrial Sul-Americano e approva os seus estatutos.

N. 14.523 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de dezembro de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma «Brazil Light, Traction and Power Company», para funcionar na Republica.

N. 14.524 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de dezembro de 1920 — Concede autorização á sociedade anonyma «The American Rolling Mill Company» para continuar a funcionar na Republica.

N. 14.525 — GUERRA — Decreto de 9 de dezembro de 1920 — Modifica o art. 41 do regulamento da Directoria Geral do Tiro de Guerra (2ª edição).

N. 14.526 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1920 — Crea um consulado em Malaga.

N. 14.527 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:300\$ para pagamento de differença de vencimentos a funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 14.528 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1.559:602\$194, papel, e de 25:311\$861, ouro, afim de serem pagas dividas de exercicios findos, relacionadas na fórmula do art. 31, § 2º, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

N. 14.529 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1920 — Dá novo regulamento ás casas de diversões e espectaculos publicos.

N. 14.530 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de dezembro de 1920 — Autoriza a celebração de um termo de additamento ao contracto firmado entre o Governo Federal e «The Great Western of Brazil Railway Company, Limited», em 23 de setembro do corrente anno, para os fins da construcção, por empreitada, pela mesma companhia, do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, de Rio Branco a Petrolina, e do ramal que partindo de Limoeiró ou Lagoa do Carro, no Estado de Pernambuco, vá terminar em Bom Jardim ou ponto mais conveniente entre esta cidade e a divisa Norte do dito Estado.

N. 14.531 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 10 de dezembro de 1920 — Transfere ao Estado de Pernambuco a exploração do porto do Recife.

N. 14.532 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de dezembro de 1920 — Modifica a disposição interna do actual caes do porto do Recife.

N. 14.533 — GUERRA — Decreto de 11 de dezembro de 1920 — Approva o regulamento do Serviço de Remonta.



N. 14.534 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1920 — Eleva de 3:332\$559 o orçamento aprovado pelo decreto n. 13.313, de 4 de dezembro de 1918, para o augmento de um desvio e construção de outro na estação de Portão, da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 14.535 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1920 — Autoriza a construção de um triângulo de reversão na estação Lauro, Müller, da Estrada de Ferro Dona Theresa Christina.

N. 14.536 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1920 — Autoriza a correção, no projecto da ponte sobre o rio Traripe, e no perfil longitudinal correspondente á passagem do citado rio, da indicação da estaca da referida ponte, comprehendida nos estudos definitivos da variante da linha ferrea de Conceição da Feira a Buranhem, da Rede de Viação Ferrea da Bahia, approvados pelo decreto numero 14.202 de 4 de junho de 1920, considera satisfeita a condição exigida nesse decreto.

N. 14.537 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 352:000\$, suplementar á verba 3ª — Telegraphos, — do vigente orçamento, para attender ás despesas de diversas consignações.

N. 14.538 — MARINHA — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Abre pelo Ministerio da Marinha o credito especial de 7:720\$671 para attender á restituição de peculio de aprendizes marinheiros.

N. 14.539 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1920, o credito suplementar de 1.738:500\$ ás verbas 5ª, 6ª, 7ª e 8ª do art. 2º da lei orçamentaria vigente, para despesas com a prorrogação da actual sessão do Congresso Nacional até 3 de dezembro corrente.

N. 14.540 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:944\$579 para pagamento de pensões concedidas a guardas civis que se invalidarem em serviço.

N. 14.541 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 334:086\$025 para occorrer ao pagamento das despesas decorrentes da incorporação do Instituto Vaccinico Municipal ao Instituto Oswaldo Cruz, do custeio no corrente exercicio e á construção do Instituto Vaccinogenico.

N. 14.542 — GUERRA — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Altera o art. 16 do regulamento da Escola de Estado-Maior, aprovado pelo decreto n. 14.130, de 7 de abril de 1920.

N. 14.543 — GUERRA — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Approva a primeira parte do regulamento para os exercicios e o combate da infantaria.

N. 14.544 — GUERRA — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Designa as sedes de circumscripções de Justiça Militar em tempo de paz e estabelece a jurisdição dos respectivos auditores.

N. 14.545 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio os creditos de 300:000\$ e 1.000:000\$ para attender aos pagamentos dos empréstimos a que se refere o art. 1º, clausula II, do decreto n. 14.330, de 26 de agosto de 1920.

N. 14.546 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Altera a clausula II do art. 1º do decreto n. 14.501, de 27 de novembro de 1920, que autoriza o Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio a conceder á Companhia Industria e Viação de Pirapora os favores para beneficiamento de algodão, autorizados pelo artigo 28, n. XIV, da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920.

N. 14.547 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Approva as alterações dos estatutos da «Royal Insurance Company, Limited», adoptadas pelas assembléas geraes extraordinarias de 26 de maio de 1919 e 5 de janeiro de 1920.

N. 14.548 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Concede á «London Assurance Corporation», com séde em Londres, autorização para funcçãoar no Brasil em seguros terrestres e marítimos.

N. 14.549 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Concede a «The Home Insurance Company», com séde em New York, Estados Unidos da America do Norte, autorização para funcçãoar no Brasil em seguros terrestres e marítimos.

N. 14.550 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Approva as alterações feitas nos estatutos da «Liverpool and London and Globe Insurance Company».

N. 14.551 — MARINHA — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Dá novo regulamento á Escola de Aviação Naval.

N. 14.552 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Approva o projecto e orçamento, na importancia de 31:590\$647, de uma ponte de 22m.20 de vão, sobre o banhado de Urussanga, no trecho de Tubarão a Crescuma, da Estrada de Ferro Tubarão a Araranguá.

N. 14.553 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Approva, mediante condições o projecto e respectivo orçamento, na importancia total de réis 40:611\$700, de dous pharoletes nas extremidades dos molhes da barra do Rio Grande.

N. 14.554 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1920 — Approva a revisão dos estudos do ramal do Paranapanema, entre os kilometros 139+958m.38 e 189+757m.51.

N. 14.555 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1920 — Approva o projecto e orçamento, na

importancia de 12.893:565\$400, para a construção das obras do porto de Fortaleza, no Estado do Ceará.

N. 14.556 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 200:030\$, suplementar á verba 2ª — Correios. — art. 52, da vigente lei orçamentaria n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920.

N. 14.557 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 20:239\$060, destinado ao pagamento de juros de móra relativos ao periodo de 9 de maio de 1918 a 19 de fevereiro de 1919 e que são devidos ao Dr. Antonio Angra de Oliveira e d. Francisca Borges Monteiro e filhos, pela liquidação da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 14.558 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 3.000:000\$, suplementar á verba 31ª do orçamento da despesa do actual exercicio.

N. 14.559 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 200:000\$ para attender ao pagamento do emprestimo a que se refere o art. 1º, clausula II, do decreto n. 14.546, de 15 do corrente mez.

N. 14.560 — GUERRA — Decreto de 21 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 113:142\$ para pagamento de vencimentos a funcionarios da Escola de Estado-Maior e outras despesas.

N. 14.561 — (Não foi publicado.)

N. 14.562 — GUERRA — Decreto de 22 de dezembro de 1920 — Desapropria as terras que formam a fazenda Cabral.

N. 14.563 — GUERRA — Decreto de 22 de dezembro de 1920 — Desapropria a fazenda Presidencia, em Petropolis, Estado do Rio de Janeiro.

N. 14.564 — GUERRA — Decreto de 22 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de réis 12.152:670\$ para attender ás despesas da verba 9ª do actual orçamento.

N. 14.565 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de dezembro de 1920 — Concede autorização á « Compagnie Commerciale et Industrielle du Brésil » para continuar a funcionar na Republica.

N. 14.566 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de dezembro de 1920 — Concede autorização á « Houtter Brothers & Co, Limited », para funcionar na Republica.

N. 14.567 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de dezembro de 1920 — Concede autorização á « Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Company » para funcionar na Republica.

N. 14.568 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de dezembro de 1920 — Concede autorização á «Pan American Cattle Exchange and Arading Company» para funcionar na Republica.

N. 14.569 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 13:200\$ para pagamento de 22 medalhões executados para o edificio da Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 14.570 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 100:000\$ para occorrer a despesas effectuadas por conta da consignação «Conservação, accrescimos e reparos de edificios, etc.», da verba 30ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1919.

N. 14.571 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem concedido á alumna do Instituto Nacional de Musica, Heloisa Accioly de Brito.

N. 14.572 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1920 — Approva o regimento da Universidade do Rio de Janeiro.

N. 14.573 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1920 — Levanta o sequestro feito em virtude do decreto n. 13.515, de 22 de março de 1919, do material fluctuante da firma «Gebrueder Goedhart Aktien Gesellschaft».

N. 14.574 — GUERRA — Decreto de 25 de dezembro de 1920 — Modifica o quadro do effectivo da companhia de aviação (annexo n. 1) mencionado no regulamento approved pelo decreto n. 14.121, de 31 de março de 1920.

N. 14.575 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 53:000\$ para pagamento do pessoal titulado da fiscalização do porto de Victoria, correspondente ao anno de 1920.

N. 14.576 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 7:319\$858 para pagamento de substituições effectuadas nas commissões e fiscalizações de portos, no anno de 1919.

N. 14.577 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1920 — Reorganiza o Lloyd Brasileiro, constituindo-o sob a fórma de sociedade anonyma, para a exploração dos serviços de navegação e outros, actualmente a cargo daquella empresa.

N. 14.578 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de dezembro de 1920 — Rectifica algumas disposições do decreto n. 14.464, de 10 de novembro ultimo, que modificou o decreto n. 14.330, de 26 de agosto do corrente.



direitos e compromissos relativos ao contracto celebrado em 10 de novembro de 1910 com a firma «Gebrueder Goedhart Aktien Gesellschaft» em virtude do decreto n. 8.323, de 27 de outubro do mesmo anno, para o engenheiro civil Jeronymo Teixeira de Alencar Lima e o Banco Portuguez do Brasil.

N. 14.589 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1920 — Autoriza o contracto para a concessão de serviços e proseguimento das obras de saneamento da região occidental da bahia de Guanabara na baixada fluminense.

N. 14.590 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Torna sem effeito o decreto n. 14.433, de 22 de outubro de 1920, e respectivas clausulas, o qual autoriza a Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas a contractar com «C. H. Walkel & C<sup>o</sup>, Ltd.», a administração de serviços de construção de barragens, de canaes de irrigação e de outras obras julgadas preparatorias e complementares da sua execução no Nordéste brasileiro, e autoriza o ministro da Viação e Obras Publicas a contractar com a referida firma os alludidos trabalhos.

N. 14.591 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Torna sem effeito o decreto numero 14.434, de 22 de outubro de 1920, e respectivas clausulas, o qual autorizou a Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas a contractar com «Dwight P. Robinson & C<sup>o</sup>, Inc.», a administração de serviços de construção de barragens, de canaes de irrigação e de outras obras julgadas preparatorias e complementares da sua execução no Nordéste brasileiro e autoriza o ministro da Viação e Obras Publicas a contractar com a referida firma os alludidos trabalhos.

N. 14.592 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Torna sem effeito o decreto n. 14.435, de 22 de outubro de 1920, e respectivas clausulas, o qual autorizou a Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas a contractar com «Northon Griffiths & Company, Limited», a administração de serviços de construção de barragens, de canaes de irrigação e de outras obras julgadas preparatorias e complementares de sua execução no Nordéste brasileiro e autoriza o ministro da Viação e Obras Publicas a contractar com a referida firma os alludidos trabalhos.

N. 14.593 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Approva o novo regulamento para o serviço de fiscalização das companhias de seguros nacionaes e estrangeiras.

N. 11.594 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Dá novas regras para o processo de aforamento de terrenos de marinhãs e seus accrescidos.

N. 14.595 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Estabelece a cobrança da taxa de occupação de terrenos de marinhãs.

N. 14.596 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Regula o arrendamento de terrenos de mangue de propriedade da União.

anno, autorizando o ministro da Agricultura, Industria e Comércio a ajustar com a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, Companhia Parahybana de Beneficiamento e Prensagem do algodão, Companhia Pastoril Agricola e Industrial Piauihyense e com as firmas Philomeno Gomes & Filhos e Germano Boettcher a installação de diversas uzinas de beneficiamento do algodão e seus sub-productos, sua prensagem etc., nos Estados de Pernambuco, Parahyba, Ceará e Piauihy.

N. 14.579 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:814\$426 para occorrer ao pagamento do que é devido ao capitão de mar e guerra Santiago Rivaldo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 14.580 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 13:250\$ para pagamento de vencimentos devidos ao ex-escrivão do 3º Posto Fiscal do Alto-Juruá, Edison Mendes de Oliveira.

N. 14.581 — GUERRA — Decreto de 29 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 14:400\$ para pagamento de gratificação mensal a docentes da Escola Militar pela regencia de turmas supplementares no corrente anno.

N. 14.582 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1920 — Concede á «Det-Kongelig Oktrojered So Assurance Kompagni», com séde em Copenhagen, Dinamarca, autorização para funcionar no Brasil em seguros marítimos, terrestres de toda sorte e em todas as suas modalidades.

N. 14.583 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 7.000:000\$ para occorrer ao pagamento, em apolices, do preço total da encampação do ramal de Curralinho a Diamantina, nos termos do decreto n. 14.452, de 3 de novembro do corrente anno.

N. 14.584 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1920 — Approva o plano de uniformes para os docentes dos estabelecimentos militares de ensino.

N. 14.585 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1920 — Altera o art. 54 do regulamento que baixou com o decreto n. 14.085, de 3 de março de 1920.

N. 14.586 — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Marinha os creditos de réis 6.858:883\$610, ouro, e 784:431\$601, papel, para pagamento de despesas de caracter extraordinario.

N. 14.587 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 349:704\$179, ouro, para pagamento de juros correspondentes ao segundo semestre de 1910 e a que tem direito a companhia cessionaria das obras do porto da Bahia.

N. 14.588 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1920 — Autoriza a transferencia de todos os

N. 14.597 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de reis 2.000:000\$ para construcção de estradas de rodagem.

N. 14.597 A — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Concede por 10 annos, á Sociedade Anonyma Estaleiros Guanabara, com séde em Nictheroy, isenção de direitos de importação e de expediente.

N. 14.598 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de reis 873:597\$873, papel, para o fim de restituir ao Estado do Maranhão o saldo da quantia de 895:272\$751, ouro, correspondente á taxa de 2 %, ouro, cobrada pela Alfandega nos annos de 1909 a 1916.

N. 14.598 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1920 — Resolve rescindir o contracto de 2 de janeiro de 1920, celebrado de accôrdo com o decreto n. 7.704, de 2 de dezembro de 1909, entre a União e a antiga Companhia Viação Ferrea Sapucahy, e dá outras providencias.

N. 14.599 — (Não foi publicado.)

---